REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "A" AO Nº 91 QUARTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 12
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte- CE

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2015 4

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2015 13

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2015 37

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de maio de 2015 52

1.1.2 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2015 65

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2015 114

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2015 140

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2015 170

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2015 205

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2015 235

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2015 252

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2015 262

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2015 289

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de maio de 2015 335

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2015 388

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2015 429

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2015 437

1.1.3 – Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2015 451

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2015 473

1.1.4 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2015 486

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2015.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário** e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Ivo Cassol, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Maria do Carmo Alves, Wilder Morais, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Regina Sousa, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço e Hélio José, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Lídice da Mata, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 37/2015-CE, de autoria dos Senhores Senadores Romário, Lídice da Mata e Fátima Bezerra, destinado a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação Superior, Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Inovação, Reforma Regulatória e Associado de Finanças da Nova Zelândia, Steven Joyce. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao **Excelentíssimo Senhor Parlamentar e Ministro da Educação Superior, Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Inovação, Reforma Regulatória e Associado de Finanças da Nova Zelândia, Ministro Steven Joyce**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Caroline Bilkey, Embaixadora da Nova Zelândia no Brasil; Senhor Ralph Hays, Cônsul Geral da Nova Zelândia em São Paulo; Senhora Lisa Futschek, Diretora Regional de Educação da Nova Zelândia; Senhor Andrew Falloon, assessor do Ministro; Senhor Tane Waetford, Segundo Secretário da Embaixada da Nova Zelândia; Senhora Jaqueline Gil, Assessora Política da Embaixada da Nova Zelândia; Senhor Craig Parry, cidadão da Nova Zelândia; Senhora Cynthia Novais, Assessora Parlamentar da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Hélio José e Romário, um dos autores do Requerimento. Após as considerações finais do Senhor Ministro, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às dez horas e quinze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romário,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 37, de 2015, de minha autoria e das Exmªs Srªs Senadoras Lídice da Mata e Fátima Bezerra, é destinada a ouvir o Exmo Sr. Ministro da Educação Superior, Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade, Desenvolvimento Econômico, Ciência, Inovação, Reforma Regulatória e Associado de Finanças da Nova Zelândia e Membro do Parlamento neozelandês Steven Joyce.

Agradeço a presença da Exma Srª Angela Portela e do Exmo Sr. Hélio José.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e, ainda, da internet.

Eu gostaria de registrar a presença da Srª Caroline Bilkey, Embaixadora da Nova Zelândia no Brasil, do Sr. Ralph Hays, Cônsul Geral da Nova Zelândia em São Paulo, da Srª Lisa Futschek, Diretora Regional de Educação da Nova Zelândia, Andrew Falloon, assessor do Ministro, do Sr. Tane Waetford, Segundo Secretário da Embaixada da Nova Zelândia, da Srª Jaqueline Gil, Assessora Política da Embaixada da Nova Zelândia, do Sr. Craig

Parry, cidadão da Nova Zelândia, e da Srª Cynthia Novais, Assessora Parlamentar da Confederação Brasileira de Futebol, CBF.

São todos bem-vindos.

Mais uma vez, Sr. Steven Joyce, muito obrigado pela presença. Eu acredito que a presença de V. Exª aqui, nesta Comissão, é, com certeza, de grande importância e grande relevância, já que a Nova Zelândia é um país que nós acompanhamos muito bem em termos de desenvolvimento, um dos grandes países do nosso Planeta. Eu, particularmente, tive a honra e a possibilidade de estar na Nova Zelândia algumas vezes e pude me certificar pessoalmente de que realmente é um país onde as pessoas vivem com uma grande qualidade de vida.

Eu acredito que V. Exª, aqui, hoje, poderá passar alguns conhecimentos e muitas informações para todos que estão aqui presentes.

Muito obrigado.

Deixo a palavra com V. Exª, Sr. Steven Joyce.

O SR. STEVEN JOYCE (Tradução simultânea.) – Senador Romário, membros da Comissão, Embaixadora Caroline Bilkey, Comissário Ralph Hays, senhoras e senhores, muitíssimo obrigado pela oportunidade que me é concedida para dirigir-lhes a palavra nesta Comissão nesta manhã. Para mim, é uma grande honra ser acolhido pelo Senado brasileiro nesta minha primeiríssima visita ao Brasil.

Meu bom dia, agora em português. *Yes, good morning!*

Muitíssimo obrigado, mais uma vez.

Nesta oportunidade que se apresenta, poderíamos nos concentrar um pouco sobre o tema da educação na Nova Zelândia e os vínculos que hoje temos e que procuramos fomentar com o Brasil. Em seguida, poderíamos, talvez, abrir a palavra para perguntas, à medida que o Sr. Presidente assim desejar.

Acho que convém já abrir a reunião afirmando que tenho certeza de que o Brasil e a Nova Zelândia estarão de acordo em que a educação é, efetivamente, um passaporte para o êxito, para o sucesso no mundo contemporâneo. E fornecer uma educação de alta qualidade aos nossos cidadãos é uma das tarefas mais importantes que nós, como governos, podemos assegurar.

Isto dito, no caso neozelandês, trabalhamos com grande afinco a fim de tornar nosso sistema educacional tão bem-sucedido quanto nos é possível. Somos uma nação esportiva, mas, além dos esportes e do nosso interesse nessa área, entendo que a educação estaria bem alta no *ranking* dos interesses e preferências de todos os neozelandeses, inclusive de todos os grupos etários, de modo que, desde a educação secundária até os institutos de educação superior, oferecemos educação de alta qualidade e nos orgulhamos em oferecer aos nossos alunos, ao nosso corpo discente um ambiente seguro, acolhedor, adequado.

O investimento em educação é muito importante na Nova Zelândia. A cada ano, gastamos mais de 40 milhões de dólares neozelandeses dos impostos dos contribuintes em educação, sendo 8,5 milhões em escolas e cerca de 4 milhões de dólares na educação terciária ou superior.

Operamos num sistema no qual as instituições são todas elas semiautônomas. No caso do sistema terciário, são altamente autônomas, porém oferecemos assessoramento na área de magistério, desenvolvimento de currículo, qualificações e apoio preferencial com vistas a melhorar os resultados do sistema educacional.

Dedicamos muitos esforços na garantia da qualidade do sistema educacional neozelandês. Temos implementado uma série de reformas nos últimos anos e continuamos a reformar o sistema progressivamente.

Na minha área, que é a de educação superior, dedicamos algum tempo àquilo que chamamos de financiamento vinculado ao desempenho ou aos resultados que atrelam alguns elementos de financiamento ao desempenho de cada instituição individualmente.

Gastamos um tempo considerável na reforma das qualificações profissionalizantes ou vocacionais, de modo a assegurar que haja uma abordagem perfeitamente transparente e contínua entre a educação oferecida nas instituições técnicas e as politécnicas e o sistema de aprendizado profissionalizante.

Além disso, também temos investido significativamente na transição em cursos do ensino secundário médio para a educação superior, uma área de suma importância.

Num ambiente de crise econômica global do passado, a Nova Zelândia foi como muitos países, em que nossos jovens alunos e adultos saíram das escolas. Houve o caso de evasão escolar em grande medida. E aí montamos uma série de programas, inclusive o programa de garantias ao jovem educando e programas do tipo via profissionalização educacional, para procurar assegurar que os jovens rapazes, meninos, que, do contrário, não perceberiam a necessidade de uma educação superior ou média, fossem mantidos no sistema educacional.

Também nos dedicamos muito ao aperfeiçoamento dos modelos acadêmicos para as populações tribais Maori e da Orla do Pacífico, populações autóctones.

Numa escala internacional, nós nos orgulhamos de ter um sistema educacional aberto, bastante sólido, robusto, e acolhemos cerca de mil alunos do exterior a cada ano, de todo o mundo, que vêm realizar estudos

na Nova Zelândia, cerca de 25% deles da China, uma proporção significativa da Índia, do Sudeste Asiático, da América Latina, inclusive do Brasil, e também da Europa e da América do Norte, de modo que, em muitas partes da Nova Zelândia, temos uma experiência educacional multicultural.

Ontem, à noite, a Embaixada, aqui, em Brasília, me ofereceu a oportunidade de conhecer alguns dos alunos do programa Ciência sem Fronteiras que estão estudando na Nova Zelândia. Esses alunos brasileiros me disseram que uma das coisas que eles mais gostam na Nova Zelândia é justamente a oportunidade de travar contatos e fazer amizades com alunos, literalmente, do mundo inteiro e que isso representa um grande benefício disponível no sistema educacional da Nova Zelândia. Talvez eu pudesse também falar outras coisas que ouvi deles em termos de como eles gostavam de passar breves temporadas na Nova Zelândia.

No nosso contexto, temos 4,5 milhões de habitantes, somos um país relativamente pequeno e estamos muito bem posicionados ali na parte de baixo, parte austral do Oceano Pacífico, a uma distância breve de voo de praticamente qualquer outro lugar do mundo.

As oportunidades que se nos apresentam e a importância que atribuímos a estarmos vinculados fortemente em escala internacional são de grande importância. Temos relações bastante tradicionais há muito tempo, já de longa data, com a Europa e a América do Norte, porém, em grande medida, o centro de nossa atenção para o futuro vem se voltando para a área da Ásia e do Pacífico. Temos procurado desenvolver e fomentar relações fortes, como eu disse, com os países da Ásia Setentrional, com o Sudeste da Ásia, com a China e também temos procurado desenvolver relações ainda mais fortes também com a América Latina, inclusive mediante esta visita, neste ano, e a visita do nosso Primeiro-Ministro, há pouco mais de dois anos.

A educação é parte fundamental dessa relação, acredito, na medida em que muitas pessoas, quando estudam em outro país, em um terceiro país, carregam consigo essa experiência de modo muito positivo durante todo o seu ciclo de vida profissional, o que fomenta, constrói vínculos muito importantes entre os países por meio das pessoas.

Desde que cheguei ao Brasil, travei contato com uma série de pessoas. Inclusive, o senhor que me acolheu no Senado hoje, mais cedo, dedicou algum tempo estudando na Nova Zelândia, passou um tempo realizando estudos ali, onde teve uma experiência muito positiva.

Acredito que é muito importante que todos os países tenham essa iniciativa de extensão não só para que atraírem estudantes para estudarem no seu país, mas também para enviarem estudantes do seu país para o exterior. É uma área em que a Nova Zelândia também se esforça para avançar.

Além dessa área, naturalmente, cabe lembrar a importância do intercâmbio de conhecimento e de pesquisa. Temos trabalhando intensamente com vistas a desenvolver relações mais fortes com as universidades brasileiras nesse sentido.

Nos últimos dois dias, participei da Conferência Faubai, em Cuiabá, Mato Grosso, que foi, de fato, uma experiência muito positiva e propícia. As universidades neozelandesas estiveram muito bem representadas na Conferência Faubai deste ano e temos trabalhado intensamente para construirmos relações mais sólidas, mais fortes com as principais universidades brasileiras. Isto, naturalmente, nos remete rapidamente às áreas da ciência e tecnologia e intercâmbios afins.

Acredito que o programa Ciências sem Fronteiras, encabeçado pelo Governo brasileiro, é um programa muitíssimo bem-sucedido, um programa de que a Nova Zelândia tem um grande prazer de participar.

Atuamos somente desde março de 2013 no âmbito de Ciências sem Fronteiras e temos o prazer de respaldar esse programa e fomentar a sua nova fase de desenvolvimento atual.

Com certeza, os alunos com quem tive contato constataram ser muito positiva a experiência em termos de dedicar o tempo ali à perspectiva e às oportunidades que se lhes apresentam na esfera internacional.

A pesquisa, evidentemente, é parte muito importante do sistema de educação superior e tem aspirações muito mais amplas para o país em referência. No caso específico da Nova Zelândia e, tenho certeza, também no caso do Brasil, a pesquisa propicia a inovação, que, por sua vez, é enormemente importante para fomentar a economia do País.

Nós acreditamos firmemente que, no caso do futuro da Nova Zelândia, inovação em torno de *commodities* é o que assegurará nosso êxito, seja na indústria de alimentos, TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação), fabricação de ponta, que são áreas que, certamente, criarão valor e prosperidade para os cidadãos da Nova Zelândia. De modo que realizamos um investimento significativo em ciência no nosso país e também temos feito um investimento substancial para agregar um alto valor à ciência produzida, bem como as oportunidades de pesquisa a partir da Nova Zelândia.

O governo neozelandês tem um programa de excelência em pesquisa que temos levado a cabo já por 12 anos. Trata-se de uma linha de pesquisa transdisciplinar que perpassa diversos institutos da Nova Zelândia,

com os melhores cientistas em suas áreas de competência específica. A ideia é gerar ciência de alta qualidade e também comercializar ciência de alta qualidade.

No caso específico da colaboração internacional, eles são um excelente ponto de contato focal para estimular a colaboração internacional com grupos congêneres de cientistas em todo o mundo. Concentramo-nos particularmente nos esforços para estabelecer relações mais fortes entre nossos centros de excelência em pesquisa e as universidades brasileiras para fins de colaboração.

Temos, também, uma participação expressiva no setor empresarial em matéria de pesquisa e inovação. Procuramos transferir os alunos de pós-gradução e pós-doutorado para o setor de alta tecnologia e temos injetado investimento significativo nessa área, inclusive por meio do Programa Callahan de Inovação, que temos realização há algum tempo. Se a Comissão desejar mais informações a respeito, estamos à disposição.

Também temos uma série de concursos ou desafios nacionais em ciência que foram criados nos últimos dois anos. São as dez principais questões da agenda científica que enfrenta a Nova Zelândia. Algumas questões são específicas da Nova Zelândia e outras são mais amplas e abrangentes. Acolheríamos com bons olhos uma colaboração superior com base nesses concursos ou desafios nacionais da pauta de ciência.

Por fim, eu gostaria de falar sobre o vínculo entre educação e esporte, uma área em que a Nova Zelândia tem observado uma expansão muito significativa recentemente.

Senador Romário, estou muito ciente, cônscio da sua carreira como jogador de futebol. Sei que começou com idade bastante tenra, pelo que entendo, bem jovem. O esporte, naturalmente, pode abrir portas para os jovens e é uma forma de dar-lhes acesso a oportunidades que, do contrário, talvez não tivessem. Naturalmente, o esporte também oferece e propicia o desenvolvimento de habilidade de liderança e companheirismo, etc., habilidades importantes não só para a carreira, mas para o resto da vida. A Nova Zelândia introduziu um programa bem-sucedido chamado Game on English, que tem por objetivo combinar nossa capacidade de treinamento esportivo com proficiência em língua inglesa, oportunidade disponível para vários alunos internacionais que inclui aulas diárias em inglês e capacitação e treinamento diário em futebol, em esporte.

Então, os alunos são acolhidos em famílias neozelandesas, experimentam a cultura e uma imersão num ambiente de língua inglesa, ao mesmo tempo em que procuram se desenvolver profissionalmente como esportistas. Não devo sugerir que, necessariamente, poderíamos ensinar os brasileiros a jogar futebol. Não é o caso, necessariamente. Mas o fato é que temos alguma experiência, sim, em outras de tarimba, tais como o rúgbi, o golfe e o remo, apenas algumas das áreas e/ou modalidades esportivas que estão hoje envolvidas nesse programa, e teríamos interesse em explorar positivamente quaisquer vínculos entre educação e esportes com o Brasil.

A Nova Zelândia ainda é um destino novo, em grande medida, aos olhos de muitas universidades brasileiras como parceiras, mas também aos olhos de muitos alunos.

Entendo eu que, da mesma forma que a Nova Zelândia, os parceiros tradicionais do Brasil são mais a Europa e os Estados Unidos. A Nova Zelândia fica um pouco mais distante, mas eu diria que, moderadamente, ela é mais próxima da Austrália e do Brasil em termos culturais. Temos um grande foco em fortalecer nossas relações no momento nessa pauta bilateral e acredito que há uma grande oportunidade por meio da região da Ásia e do Pacífico, uma das razões, inclusive, que me trazem a esta visita. Se fortalecermos os vínculos que nos ligam por meio do Oceano Pacífico, isto, por sua vez, solidificará os países pelas décadas por vir, fortalecendo-nos mutuamente. Mais importante ainda: vai ajudar os alunos a se preparar para um mundo cada vez mais globalizado.

A tecnologia, naturalmente, reduziu o impacto da distância geográfica. O Brasil é um país muito atuante na área tecnológica. Entendo eu que o *Wall Street Journal* descreveu o Brasil como a capital de mídia social do mundo. Na verdade, em nossa página "Estudar na Nova Zelândia" é seguida por mais alunos do Brasil do que de qualquer outro lugar do mundo, o que mostra claramente que as distâncias estão se contraindo em todo o mundo, e, claro, a tecnologia continuará moldando o modo como ensinamos, como aprendemos e continuaremos a internacionalizar a educação em todos os níveis. Essa é toda uma nova área que podemos discutir se a Comissão assim desejar, área que a Nova Zelândia tem enfatizado significativamente ao analisar as oportunidades que a tecnologia propicia para aperfeiçoarmos a diversidade da educação, sobretudo em comunidades remotas e longínquas.

A tecnologia nos dá a oportunidade de todos trabalharmos juntos e aprendermos mais sobre uns aos outros e compartilharmos nossos conhecimentos. A virtude da educação é que ela continua a evoluir sempre e precisará continuar a evoluir sempre para atender à necessidades dos alunos no século XXI.

De modo que, Sr. Presidente, posso ficar por aqui, se o senhor estiver de acordo, e terei o maior prazer em travar uma discussão com a Comissão.

Muito obrigado, muitíssimo obrigado, mais uma vez, pela acolhida.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Ministro, pela presença e pelas palavras.

Temos, nesta Comissão, uma forma bem democrática de debate. Como sempre acontece, e hoje não será diferente, apesar de eu ter sido o autor desse requerimento, vou declinar dessa posição e passar a palavra ao Senador Hélio José para que ele possa fazer algumas perguntas ou tirar algumas curiosidades.

A Senadora Angela Portela acabou de sair. Quando ela voltar, se quiser, também está liberada. Acredito que a gente possa fazer um debate bem interessante aqui.

Passo a palavra ao Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Romário, pela oportuna reunião/audiência com o nosso Ministro experiente e de várias pastas da Nova Zelândia. Acho que V. Exª acerta quando procura fazer esse intercâmbio. E eu queria cumprimentar o Ministro da Nova Zelândia e também toda a delegação.

Eu queria perguntar, Sr. Ministro, se, com tantas oportunidades de negócios, o que podemos fazer para estreitar as relações comerciais com a Nova Zelândia, que ainda são pequenas. A gente precisa aumentar esse intercâmbio comercial. Então, pergunto como ele, que acumula tantas pastas, pode sugerir um melhor intercâmbio com a gente.

Outra pergunta seria sobre como poderemos fazer o intercâmbio nos esportes para que os brasileiros aprendam a jogar rúgbi como os neozelandeses e os neozelandeses joguem futebol como os brasileiros. Será que a Nova Zelândia considera a hipótese de trocar o nosso Neymar pelo Richie McCaw? (*Risos.*)

O Richie McCaw é o grande atleta de rúgbi da Nova Zelândia.

Outra coisa interessante que eu gostaria de saber é se esse investimento de 40% dos impostos em educação não tem feito falta no investimento em outros setores. Aqui, no Brasil, o que se reclama quando se vai aumentar o investimento em educação é que os outros setores ficariam um pouco desguarnecidos.

Como eu sei que a educação é a mola mestra do desenvolvimento, a mola mestra de um país competitivo, acho que devemos aumentar nossa quantidade de impostos, de investimentos na educação porque é a única forma de o País ter um melhor desenvolvimento, uma melhor participação da população.

Outra questão interessante, Sr. Ministro, é que o Brasil, por exemplo, na área de óleo e gás, com reservas recém-descobertas e um enorme potencial para novas descobertas, atrai investimentos na exploração de petróleo e gás e produção de *offshore*. Então, pergunto se a Nova Zelândia teria algum interesse em investir no Brasil nessa área, o que pode proporcionar oportunidades interessantes para as empresas que operam na Nova Zelândia no fornecimento de produtos e serviços desse setor.

Dois terços das áreas de *offshore* devem ser abertos para licitação de explorações e desenvolvimento nos próximos anos, inclusive com licitações internacionais. O investimento estimado no setor é de US$330 bilhões nos próximos 10 anos. Pergunto, então, se há algum interesse da Nova Zelândia em fazer investimento nessa área.

Outra questão. O Brasil é um dos grandes produtores e exportadores de aviões, pela Embraer, e sabemos que a indústria da Nova Zelândia é bastante desenvolvida nessa área. Pergunto se teríamos condição de fazer um maior intercâmbio de peças, de manutenção, coisa e tal, nesse setor.

E, finalizando, como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Senado Federal, eu gostaria de saber as sugestões que V. Exª apresenta para o nosso País nessa área para que a gente possa desenvolver um pouco mais as nossas tecnologias, principalmente na área de energia, que é uma grande carência no nosso País, na área de transporte motor, nessas áreas completas em que a Nova Zelândia tem um grande desenvolvimento.

Muito obrigado, Senador Romário. Parabéns pela oportuna audiência pública que V. Exª nos propicia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senador Hélio José, pela presença e pela participação.

Eu gostaria de franquear a palavra ao Ministro Steven Joyce para responder as perguntas do Senador.

Por favor.

O SR. STEVEN JOYCE (Tradução simultânea.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Senador.

Talvez eu pudesse começar falando sobre os esportes. Uma das perguntas, para começar, porque é sempre um bom começo falar de esportes.

Teremos o maior prazer, sim, em trocar alguns dos seus principais futebolistas brasileiros por alguns dos nossos jogadores de rúgbi, sem problemas. Acredito eu que, talvez, para os dois países, seria necessário mais do que um ou dois jogadores apenas para ficarmos excelentes um na área do outro.

Mas, se me permite um breve relato, temos uma série de estudantes brasileiros que estudam na Nova Zelândia, muitos dos quais, inclusive, passam feriados de trabalho, e alguns deles ficam em Queenstown, uma das áreas balneárias litorâneas mais belas da Nova Zelândia. São tantos, inclusive, que passou a ser notável que

a equipe de futebol de Queenstown talvez seja uma das melhores da Nova Zelândia no momento, com todos os brasileiros que têm contribuído para o time, que conseguiram, enfim, ganhar bons títulos para o time local.

O senhor suscitou uma série de questões interessantes. Talvez eu pudesse começar falando sobre a questão empresarial. Com toda a certeza, entendo que há oportunidades significativas para empresas neozelandesas investirem ainda mais no Brasil, e o mesmo vale, vice-versa, para empresas brasileiras investirem na Nova Zelândia. Entendo que temos aí uma forma muito importante de alcançarmos efetivamente a transferência tecnológica e a integração econômica.

Acredito que, no caso das empresas neozelandesas, há algumas que operam ativamente no Brasil no momento e que mais empresas gostariam de atuar, de operar no Brasil e entendo que qualquer coisa que o Governo brasileiro possa fazer para simplificar a entrada de empresas estrangeiras e seus investimentos no Brasil e estabelecer as operações de negócios aqui no Brasil seria muito bem-vinda e muito útil. Essa é uma das questões mais importantes para uma empresa neozelandesa que procura oportunidade de investir no exterior.

Geralmente, nossas empresas são pequenas e, logo, muito seletivas em termos de escolher onde investir e das oportunidades que poderão alcançar êxito e resultados mais prontamente, mais rapidamente. Essa, portanto, é uma área que talvez eu pudesse recomendar, se cabe o termo.

Em termos de área de pesquisa, há uma série de áreas importantes. O senhor mencionou a energia, que é, certamente, importante. Acho que a Nova Zelândia não se arrogaria muita experiência ou competência técnica na área de veículos automotivos, porque temos uma pequena base de fabricação automotiva na Nova Zelândia, porém, acredito eu, temos uma ampla gama de áreas de tecnologia com competência profunda em áreas tais como energia, bem como em uma ampla gama de áreas da indústria da transformação fabril, que são operações em segmentos de nicho, mas que se encaixam complementarmente muito bem com os desafios que outros países enfrentam, inclusive o Brasil.

Entendo ainda que aí reside o êxito que temos observado ou testemunhado em nossas empresas de base tecnológica e fabricação que operam internacionalmente em toda uma ampla gama de áreas, tais como de máquinas de triagem de frutas, de agroenergia e toda a área de manuseio de sacas de *commodities*. Temos uma, inclusive,que atua em toda a América do Sul. E essas empresas agregam uma competência técnica em um segmento nicho, que complementa muito bem e funciona ao lado, em paralelo a um projeto de ampla escala ou atende às necessidades dos diferentes países.

Eu diria que a tecnologia agropecuária representa grande oportunidade para colaboração em pesquisa. Nós enfrentamos desafio semelhante em termos de majorar e incrementar a produtividade pecuária, a nossa indústria de base pecuária animal.

Também, na Nova Zelândia, temos desafios e oportunidades semelhantes em termos de agricultura arável. A ciência ambiental é uma área de grande importância para a Nova Zelândia e temos trabalhado intensamente para aumentar a nossa produtividade de alimentos e, ao mesmo tempo, não excedermos os limites ambientais. A ideia é melhorar o rendimento da produção, área, como se sabe, de suma importância para todo o mundo e, tenho certeza, conforme já fui informado, para o Brasil.

A área da educação também é uma área que vem mudando rapidamente, com tecnologias que evoluem velozmente.

Temos um setor de educação e tecnologia emergente, o que é muito estimulador e muito alentador. Á medida que a tecnologia continua a fazer sua presença bem clara e sentida no setor educacional, entendo que todos temos a responsabilidade de encorajar, estimular a inovação, de modo a assegurar uma boa experiência de aprendizagem aos jovens e crianças. Temos aí uma boa experiência, uma boa oportunidade que vale a pena explorar.

E, sinceramente, temos toda uma ampla gama de áreas que talvez sequer nos ocorram aqui. O desafio consiste em assegurar que nossas universidades possam desfrutar de colaborações de alto nível e possam encontrar seus pontos de interesse mútuo específicos para poderem trabalhar conjuntamente e decidir aquilo que poderão realizar em colaboração.

O senhor mencionou a indústria do petróleo e do gás. A indústria aeronaval ou de fabricação aeronáutica é tal que a Nova Zelândia tem uma aviação bastante significativa, pelo seu tamanho. Obviamente, há indústria de aviação comercial na Nova Zelândia. Estamos começando a ter voos diretos para a América do Sul, ainda não para o Brasil, mas já temos conexões aéreas diretas com a América do Sul a partir deste ano. E temos uma grande indústria de aviação em termos gerais. Várias empresas fabricam aeronaves e temos uma série de empresas que estão construindo relações e mercados, tais como a China, onde a aviação regional está apenas começando e onde talvez haja oportunidade de colaborarmos também.

Eu diria que a mensagem é "quanto mais dedicarmos tempo entre nós, conjuntamente, quanto mais alunos tiverem a oportunidade de trabalhar e viver nos dois países, tanto mais oportunidades surgirão que poderemos explorar positivamente".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ministro, muito obrigado pelas respostas.

Como não poderia ser diferente, eu também tenho algumas curiosidades e dúvidas e perguntas a V. Exª.

Eu percebi, pela sua fala, que as escolas são autônomas. Isso significa que a gestão financeira é realizada pela própria escola. Como é feito o repasse dessa verba?

E eu também tenho recebido algumas informações sobre o comportamento e a dedicação dos brasileiros no programa Ciências sem Fronteiras. Como V. Exª vê o aproveitamento educacional desses alunos desse programa na Nova Zelândia?

E, para finalizar, como o esporte é introduzido nas escolas, especialmente na educação infantil? O esporte está na disciplina de educação física, como no Brasil, ou existem outras formas de esporte a se concretizarem nas escolas da Nova Zelândia?

Estas seriam as minhas perguntas para V. Exª.

O SR. STEVEN JOYCE (Tradução simultânea.) – Agradeço, Senador.

Primeiramente, na área de orçamento para a escola, de verbas alocadas para as escolas, na verdade, temos, efetivamente, dois principais orçamentos que cada escola recebe. Há um orçamento ou verba para recursos pedagógicos. Os professores são remunerados, predominantemente, ainda, a partir da base ou da instância central. Então, a escola terá um orçamento para X professores com base na matrícula e também com base na "senioridade", no histórico dos professores. E há uma verba orçamentária conhecida como orçamento operacional, uma verba alocada, em linhas mais gerais, às escolas com base em seu tamanho, em seu porte, e nas circunstâncias ou no contexto socioeconômico em que a escola funciona, ou seja, onde ela se insere. Em áreas mais desafiadoras do ponto de vista socioeconômico elas obterão uma verba maior *per capita*, por aluno do que nas áreas mais abastadas, mais ricas. A escola, então, terá de gerenciar, ela mesma, essas verbas orçamentárias.

A escola tem uma série de agentes fiduciários que compõem um conselho eleito, porém cada escola tem ou se entende como instituição financeira autônoma e deverá publicar e relatar suas contas anualmente e, obviamente, manter a responsabilidade pela gestão adequada de suas instalações físicas.

Esse é um programa que já temos implementado há quase 30 anos. Ele tem se mostrado bem-sucedido e traz no seu bojo alguns desafios, é verdade, sobretudo no que se refere às escolas de menor porte ou àquelas escolas que se debatem, por qualquer razão específica, com maior dificuldade.

Mais recentemente, uma das reformas introduzidas pelo governo do atual Primeiro–Ministro consistiu em pedir que as escolas funcionem em grupos, ainda em moldes independentes, porém operando como grupos de escolas agrupadas geograficamente.

Temos um novo programa, agora, pelo qual os professores mais tarimbados, mas experientes do grupo de escolas podem ser mobilizados, disponibilizados para outros estabelecimentos escolares.

Outra coisa que convém frisar é a força de cada escola individualmente. Isto é de grande importância. Temos envidado esforços para desenvolver o talento, a competência, as habilidades dos diretores das escolas e verba adicional tem sido alocada para que eles possam trabalhar e também auxiliar outras escolas. Os diretores mais bem-sucedidos ficam mobilizados e cedidos para outras escolas, na medida em que a força de um bom diretor pode, positivamente, contagiar outro diretor. Isso é um contágio muito positivo, no meu entender.

O senhor mencionou o Programa Ciências sem Fronteiras, ou educação sem fronteiras. Nós temos envidado um grande esforço no sentido de assegurar que todos os nossos alunos internacionais, inclusive aqueles provenientes do Brasil, desfrutem de uma excelente experiência enquanto na Nova Zelândia.

Para tanto, temos um código de apoio comunitário local. Cada instituição, cada universidade que acolhe estudantes internacionais deve aderir a esse código de acolhimento, a esse código de apoio local, de boas-vindas, expressando seu compromisso de dar apoio adequado. Se não atenderem aos padrões e normas do código, temos implementado um processo pelo qual é possível receber queixas e reclamações, em caso de falha.

Como eu já falei, eu tive contanto, ontem, à noite, inclusive, com alguns dos alunos do Ciências sem Fronteiras que estudam na Nova Zelândia e acredito que os benefícios desses programas ficam claramente visíveis. Se passarmos dez minutos conversando com os alunos egressos dos programas, nós os ouvimos dizerem que constataram que estudar em outra cultura, em um ambiente cultural diferente, em outro país, em um país estrangeiro propiciou-lhes a oportunidade de refletir sobre seus métodos de aprendizagem e sobre sua organização pessoal e toda uma ampla gama de habilidades pessoais que, do contrário, eles não teriam se desafiado a adquirir se tivessem permanecido no próprio país. Todos eles constataram ser uma excelente experiência de aprendizado. Também gostaram da oportunidade de se entrosar com outra cultura.

Falei mais cedo que temos a felicidade, na Nova Zelândia, de os alunos que estudam na Nova Zelândia terem contato com japoneses, com jovens chineses, com um mosaico de diversas culturas.

Um jovem, ontem, me falou que ia jogar e, quando participava dos treinamentos, encontrava amigos do mundo inteiro. Hoje, na idade digital, de rede social, ele pode permanecer em contato com o mundo inteiro e poderá, onde quer que ele vá, no futuro, poderá ligar para alguém, contatar alguém que poderá apoiá-lo em sua carreira acadêmica, profissional ou comercial.

Sua última pergunta, entendo, foi sobre escolas, sobre o vínculo entre escolas e esportes.

Acreditamos ser um vínculo muito importante, sobretudo o desafio, ou convites a superar o desafio do mundo moderno.

A abordagem da Nova Zelândia, nesse sentido, consiste em estimular a educação física. Acredito que todos nós, aqui, concordaremos que a redução de atividade física é uma das causas da obesidade atual, sobretudo entre os jovens, de modo que, cada vez mais, estamos ampliando nossos programas entre escola e esportes, o programa esportivo Kiwi, da Nova Zelândia.

Recentemente, inclusive, o nosso Primeiro Ministro decidiu que o método pelo qual isso seria alcançado... Talvez tenham observado que, geralmente, oferecemos mais do que apenas uma carteira. Ocupamos várias pastas, acumulamos vários cargos na Nova Zelândia. Então, o nosso Primeiro Ministro atribuiu ao Ministro da Saúde a tarefa de também atuar como Ministro de Esporte e Recreação, acumulando essa dupla capacidade, com vistas a estabelecer um forte programa com vínculos entre saúde e esportes, sobretudo para jovens.

Esse anúncio deverá ser feito em breve, em termos de como esse programa se desdobrará: esporte e saúde.

Somos uma nação desportista. A exemplo de qualquer outra nação, também vemos que as pessoas passam mais tempo em seus carros e menos tempo em atividade física. E acredito que isso é um desafio que se nos apresenta a todos. E teremos interesse de ver como o Brasil está superando esse desafio aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Devolvo a palavra ao Senador Hélio José.

Por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado a V. Exª, Senador Romário.

Sr. Ministro Steven Joyce, quero agradecer suas respostas tão claras e bem entendidas.

Eu queria saber de V. Exª quando a Air New Zealand vai começar a operar voos pelo Brasil, se V. Exª tem uma ideia de quando isso pode ocorrer, e também gostaria de saber, parabenizando-os pelo grande investimento na área de agropecuária, o que tanto tem sido feito no Brasil, principalmente nos Estados de Goiás e da Bahia, na área do agronegócio, se essa questão... A Nova Zelândia, além de ter um povo alegre e que vemos sempre feliz, é um país altamente desenvolvido na área de agricultura e de pecuária, tanto na bovina quanto na ovina. Pergunto com o que vocês poderiam, de fato, colaborar. Porque, no Brasil, a Fronterra comprou bastantes terras no Brasil, o que fez com que a exportação de laticínios da Nova Zelândia para cá tenha diminuído, porque estamos produzindo aqui. Isto é muito bom, e a gente fica feliz com esse intercâmbio entre os dois países, porque a vocação do Brasil é ser um país agrícola, pelo tamanho de nosso País e por nosso clima.

Fico bastante feliz. Quero ter a oportunidade de, um dia... Não tive a oportunidade, como o nosso querido Senador Romário, de conhecer a Nova Zelândia, mas quero conhecê-la.

Sei que lá na Nova Zelândia há também uma grande tecnologia de aproveitamento da água. Nós sabemos o tanto que a água é preciosa, importante. Então, há o reaproveitamento da água na arquitetura de casas e coisa e tal. Acho que são algumas tecnologias que a Nova Zelândia poderá ensinar para o Brasil, porque a questão da água se torna crucial cada dia mais.

Quero agradecer ao Senador Romário, mais uma vez, pela oportunidade e dizer ao nosso Ministro Steven Joyce que S. Exª é muito bem-vinda ao nosso País.

Para finalizar, uma pergunta: é comum... Pergunto quantos ministérios têm a Nova Zelândia e se é comum haver a cumulação de várias pastas pelo mesmo Ministro. Ele, por exemplo, ocupa, parece-me, seis ou sete ministérios. E pergunto se o Ministério da Educação tem um sistema único que todas as escolas sigam ou se é independente para cada setor, para cada ilha fazer seu trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sr. Ministro, pode responder, por favor.

O SR. STEVEN JOYCE (Tradução simultânea.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador.

Começando pela última pergunta, temos cerca de 28 ministros. Vinte fazem parte do Ministério e oito têm *status* de Ministro fora do Ministério. Temos alguns exemplos de pastas ministeriais ocupadas por um só ministro. Provavelmente eu seja o exemplo mais extremo de acúmulo de pastas. De qualquer modo, a ideia é

reunir a agenda de reforma macroeconômica sob a competência de um único ministro. Com essa promessa, decidimos reunir aquilo que eram quatro ministérios distintos em um único ministério, com foco específico na área de inovação e desenvolvimento regional, bem como em regulação da atividade industrial.

Temos um programa, na Nova Zelândia, denominado Agenda de Crescimento Empresarial, que elaboramos em resposta à crise financeira global. A abordagem que adotamos foi que precisávamos aumentar a competitividade do ambiente empresarial para que as empresas neozelandesas pudessem funcionar com êxito e muito bem no mundo a partir de sua base em Nova Zelândia. Esse programa em agenda está concebido em torno de seis áreas de que as empresas precisam para poder ter êxito: capital, acesso a mercado, desenvolvimento profissional, inovação, infraestrutura e alocação de recursos. São requisitos-chave. Alguns grupos de Ministros receberam a tarefa de desenvolver a agenda em cada uma dessas áreas e eu supervisiono essa atividade, as tarefas, junto ao nosso Ministro de Economia, e realizamos uma revisão anual do programa.

A meta é, evidentemente, fomentar a competitividade, aumentar e incrementar a competitividade na Nova Zelândia, porém, ao mesmo tempo, nos assegurando de que estamos trabalhando na mesma direção, no mesmo sentido.

Para usar uma metáfora do remo ou de qualquer outro esporte, é preciso uma equipe para trabalhar no mesmo sentido, com a mesma meta e em conjunto. Isto tem sido objeto de grande ênfase por parte do Ministério, e acredito que temos tido êxito com o desempenho econômico que alcançamos apesar da crise econômica.

A economia neozelandesa vem crescendo fortemente. É uma economia que vem se desenvolvendo a 3,5% por ano, em dois dígitos de crescimento continuamente, e isso é resultado do foco contínuo que temos mantido nessa atividade de fomento à indústria e às empresas.

Temos uma indústria de TICs crescente, uma indústria de computação e *software* também crescentes, com grande foco em ampliar o número de estudantes egressos da universidade nessa área. Com esses esforços, certamente, podemos tornar mais eficiente a alocação dos impostos. É a vantagem de um país pequeno.

No que se refere às suas outras perguntas, por exemplo, em matéria de tecnologia agrícola e agropecuária e padrões ambientais etc., a tecnologia agrícola, naturalmente, é de suma importância para a Nova Zelândia. Acredito que exportamos de 80% a 90% da nossa produção agrícola ou agropecuária.

Investimos muito na área de laticínios, como se verá, mas também em outras indústrias, e teremos muito prazer em ampliar nossos intercâmbios com o Brasil nessa matéria. Entendo que os dois países, as duas nações se beneficiariam mutuamente, porque, muitas vezes, mediante colaboração, observa-se o seu próprio sistema, internamente, pelas lentes do outro país que coopera, e isso nos ajuda, evidentemente, a obter novos discernimentos muito elucidativos.

Essa é uma área em que estamos nos desenvolvendo claramente. Existem oportunidades, sim, e, Senador, se o senhor desejar visitar a Nova Zelândia em algum momento oportuno, teremos todo prazer em assegurar que o senhor tenha a oportunidade de visitar e conhecer as oportunidades que se apresentam para a colaboração.

O senhor mencionou ainda o setor educacional, as escolas, se não me engano. Não me lembro exatamente o teor da pergunta, mas entendo que ela dizia respeito a gestão escolar e ao nível de independência ou de autonomia de que elas gozam.

Muito bem. Temos um currículo nacional que se aplica em todo o território. Há o requisito, portanto, de ensinar o currículo nacional. Agora, o método de ensiná-lo e a alocação dos recursos respectivos é decisão que cabe à escola, individualmente. Há, no entanto, testes, exames, etc., e, inclusive, particularmente, exames de nível médio, de nível mais elevado, que são ministrados por uma agência independente de garantia de qualidade.

Também temos uma agência de garantia de qualidade para as escolas que é independente do Ministério e também independente das próprias escolas denominada Escritório de Análise ou Revisão Escolar, que, a cada triênio, realiza uma revisão, uma análise plena das escolas e elabora um relatório para cada escola.

Esse relatório, em seguida, é publicado, e a Comissão, naturalmente, tem a oportunidade de examinar o relatório e, depois, dar um *feedback*, um retorno à própria escola.

Temos observado que é um bom método para assegurar que as escolas mantenham qualidade e continuem a se desafiar para melhorar, ao mesmo tempo em que não tenham, digamos, o Ministério impondo, muito diretivamente, cada passo a ser dado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, mais uma vez, Ministro, pela resposta.

Muito obrigado, Senador, pela participação.

Ministro, eu tenho algumas curiosidades no que se refere à pasta do Esporte. Por exemplo, nós sabemos que, nas próximas Olimpíadas, que serão realizadas aqui, no País, na minha querida cidade do Rio de Janeiro, teremos, pela primeira vez, o rúgbi, e o seu país é muito respeitado e conceituado nesse esporte, como o é no

esporte em geral. Qual é a expectativa do país, em termos de medalhas, para essas próximas Olimpíadas, do ano que vem, que serão realizadas aqui, no nosso País?

O SR. STEVEN JOYCE (Tradução simultânea.) – Pois não.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Senador.

Procuramos não ter expectativas muito altas de medalhas, porque acabamos nos decepcionando se as expectativas forem muito altas. Mas é claro que estamos muito ávidos para ter êxito em algumas modalidades esportivas em que tivemos êxito no passado, inclusive no remo, no iatismo, na vela. Tivemos êxito também em corrida. Ciclismo é outra área em que tivemos êxito recentemente, sobretudo em decorrência do programa de esportes de alto rendimento que temos na Nova Zelândia incluindo a modalidade do ciclismo. De modo que esperamos boas medalhas nessas áreas.

Existe sempre, evidentemente, nas Olimpíadas, a oportunidade de um indivíduo, em qualquer esporte, chegar às finais e ter um excelente desempenho. A Nova Zelândia, com certeza, buscará esse êxito no Rio de Janeiro.

Estou muito cônscio de que o senhor é um esportista ao meu lado. Eu sou um não esportista, sou mais um observador, e, com certeza, o senhor tem mais experiência nas modalidades olímpicas do que eu.

O senhor mencionou o rúgbi. É verdade, esse é um esporte em que, sim, temos altas expectativas. As duas equipes, tanto a feminina quanto a masculina, procurarão, com efeito, alcançar o ouro no Rio. Esta seria a expectativa da Nova Zelândia: estar pelo menos entre os três ou quatro finalistas. Esperamos, com efeito, ganhar a medalha de ouro. Antecipamos com muito interesse que o planejamento para as Olimpíadas está bem adiantado. Queremos muito participar não só das Olimpíadas, mas também usar as Olimpíadas como oportunidade para continuar a fomentar e desenvolver as relações bilaterais entre Brasil e Nova Zelândia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Ministro.

Agradeço imensamente sua presença e a exposição realizada. Espero que este encontro contribua ainda mais para aperfeiçoar as relações entre o Brasil e a Nova Zelândia no campo da educação, do esporte, enfim, de todas essas pastas que V. Exª comanda. Estaremos sempre à disposição para ampliar esse intercâmbio.

Muito obrigado pela presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

Convido os presentes para a próxima reunião, a ser realizada em instantes, com o Ministro de Estado da Cultura, Juca Ferreira.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2015.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário** e com a presença dos Senhores Senadores

Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Ivo Cassol, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Maria do Carmo Alves, Wilder Morais, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Regina Sousa, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço e Hélio José, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Lídice da Mata, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 3/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Romário, destinado a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, Juca Ferreira, sobre as políticas e diretrizes do Ministério da Cultura para o biênio 2015/2016. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao **Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, Juca Ferreira**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor João Brant, Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Cultura (MinC); Senhora Jurema Machado, Presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Senhor Carlos Roberto Brandão, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); Senhor Hilton Cobra, Presidente da Fundação Palmares; Senhor Vinícius Wu, Secretário de Articulação Institucional (SAI/MinC); Senhor Guilherme Varella, Secretário de Políticas Culturais (SPC/MinC); Senhor Carlos Paiva, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic/MinC); Senhor Pola Ribeiro, Secretário de Audiovisual (SAV/

MinC); Senhora Juana Nunes, Secretária de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac/MinC); representantes do Distrito Federal em Movimento; e intérpretes de libras, Dânia e Helen. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Antonio Anastasia, Roberto Rocha, João Capiberibe, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Lindbergh Farias, Sandra Braga e Romário, autor do Requerimento. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, requer, excepcionalmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Logo após, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 39/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que requer "(...) nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ator e diretor de teatro Antonio Abujamra, ocorrido no dia de hoje, a ser encaminhado à família do falecido". O Requerimento é aprovado. Após as considerações finais do Senhor Ministro, a presidência franqueia, excepcionalmente, a palavra aos presentes. Usa da palavra o Senhor José de Oliveira Luiz. Em seguida, a presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romário,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública em atendimento ao requerimento nº 3, de 2015, desta Comissão, de minha autoria, é destinada a ouvir o Exmo Sr. Ministro de Estado da Cultura, Juca Ferreira, sobre as políticas e diretrizes do Ministério da Cultura para o biênio 2015/2016.

Dando início à audiência pública, solicito à Senadora Sandra Braga que acompanhe o Exmo Sr. Ministro para tomar assento à mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ministro, muito obrigado pela presença. É, com certeza, uma honra recebê-lo aqui, nesta Comissão. Estamos felizes e entendemos a relevância dessa pasta em nosso País, principalmente neste momento.

Eu acredito e espero que esta audiência pública seja de grande importância para a nossa cultura, cultura que, neste momento do Brasil, assim como outros setores, tem passado por momentos difíceis, momentos complicados.

Quero parabenizar a nossa Presidenta pela escolha de V. Exª para essa pasta. Neste momento, não haveria um nome melhor. E eu acredito que, aqui, hoje, depois desta audiência pública, nós poderemos sair daqui com algumas ideias interessantes e, principalmente, em relação a esta Comissão, que esta Comissão possa realmente ajudá-lo no que se refere a melhorar, em todos os sentidos, a cultura do nosso País.

Muito obrigado, mais uma vez.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e, ainda, da internet, no seguinte endereço: www.senado.gov.br/tv, Canal 2.

Passo a palavra ao Sr. Ministro de Estado Juca Ferreira.

Por favor.

O SR. JUCA FERREIRA – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria saudar o Presidente, Senador Romário, saudar as Senadoras e os Senadores presentes, os Senadores Sandra Braga, Gleisi Hoffmann e Hélio José, e, como temos aqui uma parte dos dirigentes do Ministério, saudar o Secretário-Executivo do MinC, João Brant, a Presidenta do Iphan, Jurema Machado, o Presidente do Ibram, Instituto Brasileiro de Museus, Carlos Roberto Brandão, o Presidente da Fundação Palmares, Hilton Cobra, o Secretário de Assuntos Institucionais do MinC, Vinícius Wu, o Secretário de Políticas Culturais do MinC, Guilherme Varella, o Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do MinC, Carlos Paiva, o Secretário do Audiovisual, Pola Ribeiro, a Secretária de Educação e Formação Artística e Cultural do MinC, Juana Nunes, os representantes do Distrito Federal em Movimento e os demais presentes.

Eu queria dizer que é uma honra, para mim, vir ao Congresso, que estar hoje aqui no Senado é importante. Talvez eu tenha sido, no governo Lula, o Ministro que mais compareceu ao Senado e à Câmara. Eu vim muitas vezes, convidado e também me convidando a vir prestar esclarecimentos. Então, para mim, é parte do trabalho constituir uma parceria e um diálogo com esta Casa.

Eu também queria saudar o Senador Lindbergh Farias, que acabou de chegar.

Nós preparamos uma pequena apresentação. Como esta é a primeira de muitas, nós procuramos dar uma ideia de conjunto. Eu preferi apresentar acompanhado de um *Power Point,* porque facilita a memorização e a detecção.

Pode passar a primeira.

Nós encaramos a cultura como uma dimensão importante do Governo, do Estado brasileiro, uma das políticas públicas mais importantes, mesmo quando não considerada como tal. Na verdade, o Brasil precisa valorizar a cultura, o desenvolvimento cultural, porque não há projeto de Brasil no século XXI sem essa valorização. Acho que educação de qualidade ao acesso de todos e educação ao acesso de todos são duas dimensões importantes a que, muitas vezes, a gente não dá o devido valor.

Então, nós trabalhamos lá com uma ideia de que é preciso, o tempo inteiro, se referir à importância da cultura. A cultura deve fazer parte da estratégia de desenvolvimento do País. Ela tem incidência sobre quase todas as políticas públicas, de segurança, de desenvolvimento tecnológico, de capacidade de enfrentar os desafios do século XXI, de educação de qualidade. Qualquer política pública que você abordar, de alguma maneira, tem um ponto de referência na cultura. A cultura tem rebatimento sobre essa política pública.

Nós trabalhamos, desde 2003, no Ministério da Cultura. Trabalhamos a cultura através das três dimensões mais importantes.

A dimensão simbólica é o epicentro do tratamento da cultura e das artes. O que nos caracteriza, o que nos diferencia como seres humanos dos demais mamíferos é exatamente a possibilidade e a necessidade de simbolização, portanto de produção de cultura.

Cultura para nós... Nós trabalhamos com o conceito ampliado, que é um conceito que teve aporte de várias áreas do conhecimento, marcadamente da Antropologia. Então, cultura é arte, mas é todo um universo simbólico. Tudo que ultrapassa a dimensão funcional, de alguma maneira, entra na dimensão cultural.

Então, é importante que o Estado contribua, porque, na verdade, o mercado gera acesso à cultura, mas é o acesso do tamanho do bolso da pessoa. Se você é rico, tem acesso a um universo muito complexo da dimensão cultural; se é classe média, tem algum acesso; mas, se é pobre, praticamente fica entregue à TV aberta, porque não tem condições de ter acesso.

Então, o Estado, no mundo inteiro, nos países desenvolvidos, cumpre um papel através de uma estrutura cultural – museus, bibliotecas, centros culturais – e do financiamento, do apoio e do incremento das atividades culturais. Assim, é fundamental que o Estado assuma essa responsabilidade.

Vou até arriscar aqui a dar um exemplo, considerando a história de vida do nosso Presidente. Acho que, tanto no futebol – que é talvez o que a gente faça de melhor junto com a música – quanto na cultura em geral, o Brasil é muito extrativista, vive do talento e da criatividade das pessoas, da possibilidade que tem de uma renovação permanente, mas não tem, ainda não se consolidou uma responsabilidade por parte da sociedade, no sentido de produzir as condições, para que a gente vá muito além dessa capacidade criativa do povo brasileiro e para que produza de fato um desenvolvimento cultural poderoso.

A segunda dimensão é econômica. No mundo inteiro, a economia da cultura é a que mais cresce, inclusive nos períodos de crise; já é a segunda economia americana, a terceira economia inglesa. Os países emergentes todos estão investindo na economia cultural. Alguns chamam economia simbólica, economia criativa. Acho que não é muito relevante aqui, agora, essa discussão.

A economia cultural tem uma importância decisiva, é sustentável, tem pouco impacto na natureza, é includente. Muitas vezes, a pessoa não teve acesso à formação, mas tem conhecimentos na área artística e cultural e tem a possibilidade de ser incluída nessa economia. É uma economia poderosa no sentido de agregar valor.

O Estado brasileiro nunca deu importância à economia da cultura. O IBGE aponta que a economia cultural já é quase 6% do PIB brasileiro, e acredito, como Ministro da Cultura, que, se nós investirmos nessa economia, poderemos chegar rapidamente a 10% do PIB brasileiro através do conjunto complexo e diverso dessa economia.

Estive na China, acompanhando o Vice-Presidente, na época do Governo do Presidente Lula. Passei uma parte do tempo acompanhando como eles tratam a economia da cultura, e realmente é um investimento pesado. Eles têm a meta de, em dez anos, se tornarem a quinta economia cultural do mundo e já são a terceira, fruto dessa estratégia complexa de construção das condições, para que o desenvolvimento cultural e artístico possa se dar também com a sua expressão econômica.

E a terceira é a cidadã. Todo brasileiro e brasileira tem direito de acesso à cultura, tanto no sentido da fruição, como no sentido da expressão. Isso não é produzido espontaneamente, tem de ser um esforço da sociedade no sentido de garantir o acesso de todo brasileiro à cultura. E o Estado tem uma responsabilidade enorme com isso.

O papel do Estado não concorre, nem é contraditório com o papel da sociedade, com o papel da iniciativa privada. Pelo contrário, o Estado pode jogar um papel importante de estímulo e de criar a infraestrutura necessária, para que possamos ter acesso à cultura.

Então, dentro dessa estratégia de colocar a cultura como uma política pública central dentro do projeto de desenvolvimento do País, a democratização do acesso a bens e serviços culturais é fundamental. É preciso criar as condições para que a sociedade, a comunidade, as pessoas – independentemente de classe social – tenham possibilidade de acesso pleno à cultura. A palavra "pleno" é fundamental, porque ela possibilita, de fato, que não nos satisfaçamos apenas com o que a própria sociedade faz, mas que ela tenha acesso à dimensão da cultura que ela não faz, para enriquecer, inclusive, seu fazer cultural.

Então, é fundamental esta ideia da responsabilidade pública de disponibilizar o acesso a bens e serviços culturais. Todo o trabalho do Ministério é no sentido de criar condições de acesso, no âmbito da produção, difusão, preservação e livre circulação. A liberdade de expressão é fundamental para o desenvolvimento cultural. O Estado não tem direito – nem deve – se propor a cercear a livre expressão; pelo contrário, é responsabilidade do Estado garantir essa liberdade de expressão para todos os brasileiros e brasileiras.

Quanto à ampliação do diálogo com a sociedade civil, o Ministério, desde 2003, vem fazendo um esforço enorme de criar múltiplas formas de participação na definição das políticas públicas, na execução dessas políticas e na avaliação. Só para se ter uma ideia, da II Conferência Nacional de Cultura, que se realizou no período em que eu fui Ministro, mais de 200 mil pessoas participaram diretamente, em mais de 80% dos Municípios brasileiros.

Todo projeto de lei que encaminhamos para o Congresso é precedido de várias formas de consulta – presenciais, através da internet –, e isso tem possibilitado, primeiro, um aprofundamento das políticas e das propostas do Ministério; segundo, cria-se, de fato, a possibilidade de participação da sociedade. A democracia representativa fica muito enriquecida quando são criados esses mecanismos de participação.

A experiência do Ministério da Cultura é um exemplo nesse sentido: talvez tenhamos sido o primeiro ministério que usou, de maneira bem intensa, a internet, como meio de consulta. Nós a usamos para a modernização do direito autoral, para a modernização da lei de fomento à cultura e para o Plano Nacional de Cultura. Todos os grandes projetos que encaminhamos para o Legislativo foram precedidos de um grande processo de discussão, e, em geral, o Ministério participa também quando o Senado e a Câmara deflagram os seus próprios processos de consulta e de possibilidade de cidadãos participarem do projeto.

Trabalhamos também com a ideia de fortalecimento institucional do Minc. Antes mesmo de as ruas marcarem essa necessidade de serviços públicos de qualidade, de um Estado eficiente e eficaz, o Ministério trabalhava com a ideia de que um dos legados da gestão tem que ser criar estruturas eficientes e eficazes, para que os serviços sejam de qualidade à altura das demandas e necessidades da população.

Pode passar.

Nós temos uma agenda importante. Na verdade, quando a Presidenta me reconduziu ao cargo, a expectativa era de uma retomada dos processos de construção de uma grande política estratégica de cultura no Brasil. Encaminhamos todo o trabalho no sentido de se tornar uma política de Estado, independente dos governantes de plantão. Então, a ideia é, de fato, de uma agenda estratégica que satisfaça essas necessidades culturais da sociedade brasileira e que possibilite que o Brasil se capacite, para enfrentar os grandes desafios do século XXI, em todas as áreas, como eu disse inicialmente.

Na estruturação das nossas metas e das áreas importantes nesse processo de construção, agora, nessa retomada, eu chamaria atenção para o tópico Política para as Artes. O Ministério, de 2003 até agora, cresceu muito nas políticas socioculturais, mas, na verdade, cresceu muito menos nas políticas para as artes, que talvez sejam o epicentro do conjunto simbólico do País. Então, nós vamos nos dedicar a um grande processo de mobilização dos artistas, produtores, todos os direta ou indiretamente envolvidos ou interessados na construção dessas políticas para as artes. Esperamos ter, já no início do próximo ano, um esboço de um perfil de políticas públicas para as artes que satisfaça às necessidades brasileiras no século XXI.

Evidentemente, daí vai sair também uma reestruturação institucional da Funarte, que é uma instituição importantíssima. A Funarte foi fundamental no momento da redemocratização do País, mas perdeu fôlego, e a gente precisa repensá-la porque é uma estrutura muito importante para a relação do Estado brasileiro com as artes.

A Lei Cultura Viva, que foi aprovada pelo nosso Congresso, é importantíssima. O Estado brasileiro não tem tradição de boa relação com o andar de baixo da sociedade. O Ministério da Cultura criou os pontos de cultura e o programa Cultura Viva, e foram aparecendo problemas operacionais, porque são estruturas precárias. Você não pode exigir de uma estrutura que nasce, às vezes, em um ambiente social muito degradado, que ela tenha uma estrutura capaz de atender a todas as necessidades da legislação. Então, foi criada a Lei Cultura Viva, que cria uma estrutura dentro da legislação brasileira, dentro do espírito da lei, mas cria possibilidade de que essas estruturas executem, tenham acesso aos recursos públicos e cumpram com exigências pertinentes a essa condição desses pontos de cultura.

A ideia é chegar a 30 mil pontos de cultura no Brasil; a gente sabe que existem em torno de 100 mil grupos culturais no Brasil que foram criados pelas comunidades, seja nas favelas, nas periferias das grandes cidades, seja nas cidades de médio e pequeno porte, na área rural, nas aldeias indígenas. Daí a importância de fomentar, incentivar, apoiar esse processo cultural, porque aí está a base da nossa diversidade cultural: é jongo, é samba rural, as formas são múltiplas, muitas, tanto da cultura tradicional quanto de manifestações contemporâneas.

Assim, essa repercussão dos pontos de cultura e do programa Cultura Viva ultrapassou o território brasileiro, hoje vários países adotaram esse tipo de ação, inclusive com o mesmo nome, homenageando essa criação da gestão cultural brasileira. E o Congresso deu uma grande contribuição, estruturando uma legislação que desse conta de apoiar esse processo, criando uma legislação que, de fato, tratasse da singularidade desse território.

Políticas digitais. Hoje não é possível pensar em nenhuma atividade social em que a digitalização e a internet não tenham uma incidência. Na área cultural é fundamental tanto no sentido de disponibilizar acesso quanto no sentido até de que surgem expressões que já são fruto dessa revolução tecnológica digital que acontece hoje no mundo inteiro. Então, o Brasil não pode se atrasar, o Brasil tem sido um país pioneiro e muito criativo no uso da internet e dessa tecnologia para reforçar o processo cultural. O Estado brasileiro não pode perder tal iniciativa; pelo contrário, nós temos que criar políticas digitais que, de fato, sejam capazes de mobilizar e ampliar o desenvolvimento cultural do País.

Eu, quando era Ministro, passei três dias em uma aldeia indígena ashaninka, na fronteira com o Peru. Tivemos que atravessar a Floresta Amazônica de avião durante mais de meia hora, e, passeando na aldeia, eu cheguei a uma oca que era ponto de cultura ashaninka. Os indígenas estavam conversando com a Alemanha, preparando um seminário de conhecimentos sobre a biodiversidade da Região Amazônica, e eles iam como protagonistas, inclusive porque eles estão lutando para que esse conhecimento não seja desapropriado por empresas internacionais e para que eles tenham o benefício do reconhecimento da propriedade intelectual sobre aqueles conhecimentos. Eu achei incrível ter um contato assim tão direto com possibilidades aí já associando pontos de cultura com as políticas digitais.

Educação e Cultura. Hoje, inclusive, é o dia da educação, então eu queria prestar uma homenagem não só ao Ministério, como aos educadores, e dizer que não há educação de qualidade sem cultura e não há desenvolvimento cultural sem educação. Nesse casamento houve um divórcio administrativo porque foi mal interpretado no Brasil. Houve uma separação de fato entre as duas áreas e é preciso recompor, em termos de programas, tanto a cultura e a arte voltando para dentro da sala de aula e para dentro do processo de formação das novas gerações, com a educação servindo de suporte para o aprofundamento desse desenvolvimento cultural a que estou me referindo aqui.

Então, é uma pauta importante. A escolha do novo Ministro da Educação abre uma porta imensa para que a gente trabalhe essa agenda. Espero que o Congresso, Senado e Câmara, participe desse processo, porque esse é um déficit que temos tanto nessa busca de uma educação de qualidade, quanto no sentido de garantir o desenvolvimento cultural. Então, recompor essa relação vai ser fundamental.

O Sistema Nacional de Cultura está sendo instalado. A cultura tem características diferentes da educação e da saúde. Educação e saúde são serviços basicamente prestados pelo Estado, e, no caso da cultura, mais de 90% do processo cultural, da produção cultural, são feitos ou pela sociedade ou pela iniciativa privada. Então, pensar um Sistema Nacional de Cultura é pensar um sistema complexo, que envolve os três níveis do Estado brasileiro: Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal. Isso é fundamental, para que a gente possa oferecer serviços de qualidade. Mas é fundamental também incorporar as estruturas da sociedade e da iniciativa privada, para que haja um sistema que, de fato, garanta essas metas todas a que estamos nos referindo aqui.

Nas políticas para o audiovisual, já chegamos a um patamar razoável. Quando Gilberto Gil, em 2003, assumiu o Ministério, nós tínhamos uma média de produção de cinema no Brasil de seis filmes apenas, mas, hoje, já estamos beirando 200 filmes por ano no Brasil, o que é uma conquista, uma construção imensa.

O cinema brasileiro tem conquistado espaço no mercado ainda insuficiente, inclusive porque é um mercado muito monopolizado. A estrutura de salas de exibição é muito conectada com as *majors* americanas. Temos uma dificuldade, de fato, de fazer com que o cinema brasileiro seja incentivado na sala. Mas o Poder Público tem

o papel importante de garantir a continuidade do desenvolvimento do cinema e do audiovisual. Hoje, não se pode falar só em cinema, porque temos as TVs, as TVs a cabo, as TVs por assinatura. Temos a internet. Há uma multiplicação de formatos de telas e da qualidade do conteúdo da produção audiovisual, o que obriga que a gente dê um salto agora, neste início de século XXI, para o Brasil poder se ver nas telas. O desenvolvimento cultural não seria completo sem o desenvolvimento do audiovisual brasileiro.

Quanto aos mecanismos de fomento, herdamos uma lei que, como todos os números indicam, é perversa, porque ela gera alto nível de concentração do acesso, que é a Lei Rouanet. Esse não é um tema secundário, porque 80% do dinheiro que o Governo Federal tem para aplicar na cultura saem sob essa forma de Lei Rouanet. E ela é definida, em última instância, pelos departamentos de *marketing* da empresa.

Eu trouxe aqui alguns dados sobre o acesso a esses recursos. Foram esses dados fornecidos pelo Ipea e pelo IBGE que nos deram a noção exata do grau de distorção que a lei gera. Em Alagoas, nesse histórico desses anos de lei, o acesso é de 0,002%, ou seja, nada. Em Sergipe, há 0,07% de acesso aos recursos. O índice na Paraíba é de 0,07%; em Rondônia, é de 0,09%; no Piauí; é de 0,30%; em Mato Grosso; é de 0,30%; no Mato Grosso do Sul, é de 0,12%; no Amazonas, é de 0,17%; em Goiás, é de 0,31%; no Maranhão, é de 0,37%; no Rio Grande do Norte, é de 0,44%. O acesso à Lei Rouanet no Pará é de 0,46%. O acesso no Espírito Santo é de 0,79%; no Ceará, é de 1,10%; no Distrito Federal, é de 1,16%; na Bahia, é de 1,38%; em Pernambuco, é de 1,66%; em Santa Catarina, é de 2,79%; no Paraná, é de 4,29%; no Rio Grande do Sul, é de 6%; em Minas Gerais, é de 10%; no Rio de Janeiro, é de 25%; e, em São Paulo, é de 42%.

Se a distorção territorial fosse a única distorção, isso já seria grave, porque a maioria do Brasil não tem acesso a 80% dos recursos públicos.

Estamos falando dos recursos públicos porque praticamente 100% da Lei Rouanet é dinheiro público. É imposto devido que deixa de ser pago para ser aplicado. Mas, além dessa distorção territorial, são sempre os mesmos. A grande maioria dos que são credenciados pelo Ministério para ter acesso não tem acesso nenhum. Ficam iludidos de que podem ter acesso. Passam um tempo com sua carta de crédito e não têm acesso.

Então, é preciso ter coragem de criar uma estrutura. Nós passamos oito anos discutindo. O projeto está tramitando, já está no Senado, já passou pela Câmara. Sofreu alguns reveses na Câmara. Espero que o Senado recupere a lógica básica. É a que existe no mundo inteiro, um fundo nacional de cultura onde esse dinheiro é depositado. Quando for fazer parceria público-privada, o privado entra com alguma coisa, como com 20%, que é o mínimo que se pode exigir de contribuição. E que o critério seja público, porque é um dinheiro público. Não se justifica que quase a metade do Brasil tenha zero vírgula zero qualquer coisa de acesso. E, nos Estados para onde o dinheiro vai, são sempre os mesmos. Não quero aqui nem detalhar, para não parecer proselitismo quanto a determinadas organizações, porque o problema não é deles. O problema é da lei. A lei já cumpriu o papel que tinha que cumprir. Agora está gerando distorção, em nível de reforçar as desigualdades do País.

Quando o Ministro Gilberto Gil assumiu o Ministério, fizemos um evento no Teatro Leblon. Estava entupido de gente. Aí, o Ministro disse: "Desculpem-me, mas teremos que rever a Lei Rouanet, porque ela tem gerado uma distorção muito grande, porque 80% dos recursos ficam para o Rio e São Paulo." Um rapaz levantou o braço: "Ministro!" Ele lhe deu a palavra. Ele disse: "Eu sou o diretor do maior centro cultural da Baixada Fluminense. Nós nunca conseguimos um tostão da Lei Rouanet." Ou seja, quando se disser Rio e São Paulo, diga que dentro desses Estados é absolutamente concentrado. Não há legitimidade.

Em um evento, em Minas Gerais, um produtor cultural disse que Minas Gerais era o Nordeste do Sudeste, porque o acesso era infinitamente pequeno. Portanto, não se poderia dizer que o Sudeste era privilegiado.

Ou seja, é uma pirâmide de privilégios e de impossibilidades de acesso, e são 80% do dinheiro que o Ministério tem para aplicar na cultura, para estimular a produção cultural, garantir essa infraestrutura necessária.

Então, esse é um tema inevitável. Estou convidando o Senado para participar desse esforço de retificar o projeto que chegou aqui, para que possamos ter de fato um desenvolvimento cultural, porque acredito que, por melhores que sejam as ideias, se você não tem um mínimo de recurso para aplicar, você vai um pouco para o território da demagogia e da falácia.

Próximo. Passe devagar.

Agenda junto ao Congresso. Existe o Procultura, que é esse projeto de lei que reforma a Lei Rouanet, superando as distorções; a lei do direito autoral, sobre o qual passamos seis anos discutindo. O Senado deu uma grande contribuição com a CPI que foi instalada. Foi chamada CPI do Ecad. Metade do projeto de lei foi elaborado por esses seis anos de participação dos artistas no processo. A outra metade precisa ter continuidade, para que tenhamos possibilidade, de fato, de ter uma economia da cultura forte, com a qual possamos garantir o direito do autor.

A internet, a digitalização criou um ambiente no qual não há possibilidade, com a legislação atual, de garantir os direitos autorais. É preciso modernizar. O mundo inteiro está fazendo isso. Foi criado um novo am-

biente com facilidade de reprodução, e as grandes corporações que operam na internet usam os conteúdos brasileiros, musicais e audiovisuais. Não sei se vocês sabem, mas a maior distorção da relação de comércio exterior do Brasil é direito autoral. Nós pagamos todos os direitos autorais estrangeiros, na grande maioria de produções americanas, e não recebe do exterior, porque nossa legislação não prevê mecanismos. Vocês devem estar acompanhando pelo jornal que a Google já suspendeu duas ou três vezes a negociação, porque não há uma interlocução sistematizada por parte do Brasil, porque nós não temos legislação atualizada. Então, é preciso dar uma contribuição para garantir o direito autoral; para garantir o direito autoral no século XXI, que vive desse processo.

A PEC 150 é uma PEC importante, que prevê um teto mínimo, uma base mínima para a cultura dentro do bolo orçamentário: 2% no plano federal, 1,5% no plano estadual e 1% no plano municipal. Algumas pessoas, evidentemente pessoas contrárias, falam que isso poderia gerar um engessamento. Ora, se 2% gerar um engessamento é sinal de que a perna está quebrada, que precisa ser engessada mesmo.

Há países em que o percentual é muito maior do que esse índice. Esse é o índice mínimo recomendado pelas Nações Unidas. Então, vamos tentar garantir o desenvolvimento cultural do País, ter consequência da relação entre orçamento. E não é inflacionário porque está dentro do bolo orçamentário definido. Você reserva o mínimo. Então, não aumenta o bolo orçamentário. Na verdade, serve para os momentos de contenção de despesa quanto para momento de crescimento da economia. Quando a economia cresce, esse bolo orçamentário da cultura cresce junto. Quando diminui por necessidade de conter despesa, ela diminui, mas nunca ultrapassa um limite minimamente civilizado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Essa PEC está na Câmara ou no Senado, Ministro?

O SR. JUCA FERREIRA – Eu posso olhar aqui. (*Pausa.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pode ver depois.

O SR. JUCA FERREIRA – Eu respondo no decorrer. Eu tenho aqui. (*Pausa.*)

Essa PEC de que acabei de falar está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A do Procultura é que já está aqui no Senado. E o PL 5992 está pronto para o Plenário da Câmara votar. Ela é referente a percentuais da regionalização da produção cultural. É garantir que haja um mínimo para cada região do Brasil do orçamento da cultura – o mínimo.

Eu não me sinto engessado por essa orientação; pelo contrário, é criar uma estabilidade em que os Estados e as regiões do Brasil sejam atendidos dentro do espírito federativo. Evidentemente, o certo não é igualar, porque há regiões com maior densidade habitacional, maior desenvolvimento cultural. É criar uma média ponderada em que haja o mínimo no qual os gestores vão poder trabalhar a partir de um senso de justiça.

O PL 807 está aguardando parecer da Comissão de Cultura da Câmara. E a Lei dos Mestres e Mestras também é uma lei importante para reconhecer o conhecimento tradicional como parte do saber brasileiro. Por exemplo, volta e meia, volta a esta Casa e à Câmara uma ideia de desapropriar a capoeira dos seus mestres e passar para as pessoas formadas nas escolas de Educação Física das universidades. Isto seria, eu diria, quase um crime cultural: desapropriar uma prática estabelecida dentro de processos culturais e capilaridade com a resistência dos escravos e dos afrodescendentes posteriores a... E, de repente, através de uma legislação aparentemente inocente, até hoje eles não são legalizados, sem a possibilidade de irem ensinar nas escolas... É preciso avançar. E isso faz parte desse processo. Eu estou dando como um exemplo da necessidade de reconhecer os saberes tradicionais no Brasil.

Enquanto nós temos dificuldades como sociedade de reconhecer o conhecimento tradicional, as grandes empresas de alimentos, da indústria farmacêutica, de cosmético, têm ido para a Amazônia para a região da floresta, da Mata Atlântica, conversar com caboclos, com indígenas, para saber o que eles sabem. Eles vão, levam e patenteiam. Por que o Brasil não pode ter um processo generoso de reconhecer que nem todo conhecimento é produzido dentro da universidade? E a população brasileira, nessa experiência de mais de 500 anos, foi produzindo conhecimento, saberes e fazeres que precisam ser reconhecidos pela sociedade para enriquecer a nossa sociedade.

Essa é uma distorção histórica que é ainda a sobrevivência da escravidão, em que a população não é devidamente valorizada, e que precisa ser valorizada porque inclusive é um fato econômico de primeira linha. Muitos dos conhecimentos populares no Brasil já estão patenteados por grandes empresas, sem a devida atenção por parte do Brasil. Eu duvido que alguém aqui consiga dizer um chá que aprendeu com a avó, com a bisavó, com a tia, com a mãe que já não esteja patenteado por uma grande empresa multinacional.

Então, é preciso reverter isso, o preconceito contra o conhecimento tradicional precisa ser superado, porque isso não só vai valorizar a sociedade brasileira na sua criatividade, como também vai criar uma incidência na economia cultural muito grande, porque os produtores desses conhecimentos vão poder ser beneficiados com esse conhecimento.

A regulamentação da profissão de artesão. Há uma dificuldade permanente em se distinguir o que é artesão do que não é artesão. É preciso reconhecer, para que possamos desenvolver o artesanato no Brasil como um fato econômico importante.

A regulamentação da Lei do Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional do Livro e Leitura, que já começa a precisar de uma revisão e de um aprofundamento.

Já estou terminando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Fique à vontade, Ministro.

O SR. JUCA FERREIRA – O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não, vamos embora. Já falei disso. Já falei...

Histórico do orçamento. Todo Ministro da Cultura tem a obrigação de reclamar contra esse índice histórico de recursos para a Cultura. Não há a possibilidade de nós garantirmos o desenvolvimento cultural de que o País precisa ter sem um orçamento mínimo. O histórico está bem esmaecido ali; então, vou ler para que as pessoas percebam.

Quando o Presidente Lula assumiu, nós saímos de um patamar histórico, uma série histórica de R$287 milhões. O Presidente Lula estimulou o desenvolvimento da área cultural, e chegamos a ter R$2,3 bilhões como orçamento do Ministério da Cultura. É um vírgula qualquer coisa do Orçamento Geral. Essa foi uma conquista tão importante que, quando eu fui para uma reunião de ministros da cultura ibero-americanos em Lisboa, a Ministra da Cultura que era anfitriã virou para mim na apresentação e perguntou: "É verdade o dado que eu tenho aqui do crescimento orçamentário do Ministério da Cultura?" E eu disse: "É". Ela disse: "É o maior do mundo. Meus técnicos pesquisaram, e é o maior crescimento do mundo". De lá para cá, houve uma queda. Nós temos aí registrada essa queda. E é preciso conter essa queda. Mesmo num momento de retração orçamentária, é preciso valorizar a cultura dentro do conjunto das políticas públicas.

Nós não enfrentaremos com sucesso os desafios que o Brasil tem no século XXI sem um desenvolvimento cultural acessível a toda a população. A cidadania já colocou na sua pauta a educação de qualidade ao acesso de todos. Estão no limiar de colocar a cultura também como uma pauta importante da construção desse Brasil que nós temos a obrigação de construir. E tem que haver um mínimo para investir na infraestrutura, para fomentar, para deflagrar processos de formação. Nós precisamos ter uma grande política de formação, parar de sermos extrativistas. Nós vivemos da criatividade dos artistas. Boa parte dos músicos aprenderam a tocar "em cima da perna", como se diz na Bahia. Na verdade, não há escola acessível a todos, não há formação acessível a todos. E estou falando da música, uma das áreas em que somos mais bem-sucedidos; mas, se formos para as outras áreas, é preciso pensar um grande programa de formação na área da arte e da cultura no Brasil.

E o orçamento...

Espere aí. Não passe tão rápido, se não eu não consigo...

Esse é o que estava. Mude.

Histórico do orçamento do Ministério. Aí é a perda proporcional também.

Passe.

O Ministério é o que tem pior execução de emendas. Nós estamos corrigindo isso, criando as condições internas para que possamos estabelecer, de fato, uma parceria com a Câmara e com o Senado para podermos, de fato, encaminhar as emendas que os Parlamentares, as comissões ou as bancadas... Nós estamos trabalhando para isto, para nos tornarmos eficientes nessa área das emendas.

Passe.

Terminou? (*Pausa.*)

Então, é isso. Eu procurei ser bem pragmático: apresentar o conceito, as grandes metas, os problemas e desafios que temos pela frente, entre eles, a questão orçamentária, que é um problema importante de ser enfrentado. É evidente que a Câmara e o Senado, como parte do Congresso, têm um papel importante nessa valorização da área cultural.

O resto eu deixo para a hora em que eu for responder a questionamentos e demandas.

Muito obrigado.

É uma honra estar aqui participando deste encontro. Eu queria saudar os Senadores que chegaram depois e dizer que, todas as vezes que acharem que o Ministério precisa vir aqui, nós estaremos prontos para isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ministro, mais uma vez, muito obrigado. Parabéns pela explanação aqui muito benfeita. Eu tenho certeza de que, depois dessa explanação,

nós aqui desta Comissão entenderemos um pouco melhor como é o funcionamento dessa pasta tão importante do nosso País.

Há aqui algumas Senadoras e alguns Senadores inscritos. Normalmente, como autor do requerimento, eu teria a palavra, mas vou declinar dessa possibilidade. Há aqui o Senador Antonio Anastasia, o Senador Lindbergh Farias e o Senador Roberto Rocha, mas, antes de tudo, passo a palavra ao Senador Líder do meu Partido, Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra, então, ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Bom dia, Sr. Presidente, eminente Senador Romário, Srªs Senadoras, Srs. Senadores. Eminente Ministro Juca Ferreira, é um prazer. Quero cumprimentá-lo por sua exposição.

Inicialmente, eu quero dizer que fico até um pouco constrangido de fazer alguma pergunta perante o nosso Senador Capiberibe, que é um literato. Eu tive a honra de ler o livro dele e recomendo muito para quem não leu, não só por se tratar de uma vida muito instigante, mas por ser muito bem escrito. Eu tenho certeza de que ele pode sempre, na cultura, contribuir muito.

Eminente Ministro Juca Ferreira, sua exposição mostra, de maneira muito clara, a relevância e a dimensão da política pública da cultura, que é uma das políticas, a meu juízo pessoal, das mais relevantes. Ao lado da educação – e são irmãs siamesas –, a cultura deve ter uma posição de extremo destaque para o nosso processo de desenvolvimento social, para nossa consolidação no processo civilizatório. Eu tenho muito orgulho de, na minha carreira pública, ter sido Secretário de Cultura de meu Estado, Minas Gerais, e de, como Governador de Minas, ter trabalhado de maneira muito enfática em prol da cultura de um Estado que, como V. Exª conhece bem, tem uma trajetória cultural extremamente positiva.

Por isso mesmo, eu quero iniciar aqui a minha abordagem, que não será longa, apesar de o tema justificar tantos e tantos assuntos, em primeiro lugar, tocando naquilo que V. Exª apresentou aqui durante o curso da sua exposição, que é questão da descentralização dos recursos que são parcos como nós vimos, mas existem. De fato, percebo que V. Exª toca numa ferida muito sensível. Eu comentava aqui com o Senador Otto Alencar e o Senador Lindbergh exatamente a questão já tradicional e conhecida de todos de uma concentração dos recursos, especialmente da Lei Rouanet, cuja revisão tramita no Congresso, em relação ao chamado eixo Rio-São Paulo. É evidente que isso tem de ser modificado, até porque, como foi dito no exemplo que V. Exª deu, a questão não é nem tanto regional, mas de perfil da alocação dos recursos que deve ser dado. Diante do fato de que os recursos orçamentários oriundos do Tesouro tendem a diminuir em razão de uma situação que nós conhecemos, é claro que as alternativas em parceria com o setor privado devem ser sempre apoiadas, procuradas e sustentadas.

A Lei Rouanet atual com as suas eventuais revisões torna-se um instrumento fundamental para a Política Nacional de Cultura, mas essas revisões são fundamentais. Parece-me, Sr. Ministro, que esse clamor das categorias culturais do Brasil é do Oiapoque ao Chuí. Tem de haver essas revisões, de fato, não só para darmos maior equilíbrio federativo de descentralização nesses valores, mas especialmente para dar um caráter mais público a esses recursos alocados, de maneira que nós tenhamos, inclusive, as manifestações culturais tradicionais consolidadas também podendo auferir recursos desse incentivo, que, na verdade, é um recurso público integral, na medida em que há uma renúncia plena do Imposto de Renda, inclusive em relação a Estados e a Municípios também. Então, acredito que aí o senhor tenha uma pedra de toque fundamental.

Entre as diversas áreas de atuação do Ministério, que são muitas, como vimos – é claro que o senhor, até pelo tempo, não pôde entrar em detalhes sobre todas, porque isso seria inexequível –, eu me permito aqui salientar uma que é de muito interesse do meu Estado de Minas Gerais e sobre a qual o senhor, até pelo fato de ser de origem do Estado da Bahia, tem muita preocupação, que é o patrimônio histórico.

Minas Gerais tem um parque expressivo, é o maior Estado em termos de patrimônio histórico do nosso Brasil. Falo não só do barroco, mas também de prédios e de estruturas neoclássicas, algumas das quais, ao longo dos últimos anos, foram recuperadas. Mas a situação precária especialmente das igrejas é muito grave.

Acredito, Sr. Ministro, que nós devemos – já existe o PAC das Cidades Históricas – dar uma atenção mais do que especial a esse tema, sob pena e sob risco de vermos um patrimônio histórico fundamental, de altíssimo valor, que congrega não só nossa identidade cultural regional, mas, sobretudo, nossos valores cristãos e os valores da nossa sociedade, ruir por falta de uma ação mais energética até em parceria, talvez, com o setor privado. Em Minas, houve vários casos em que o setor privado se congrega.

É claro que são milhares de construções, mas eu queria fazer essa ressalva, não só me referindo ao barroco, mas também citando como exemplo os prédios e nossas instâncias hidrominerais. O Estado assumiu vários deles, fizemos várias reformas, mas sempre há a necessidade, é claro, da participação ativa do Ministério da Cultura, inclusive, eventualmente, com a parceria privada e até internacional.

Mais um ponto eu queria acrescentar, para concluir. Faço uma ponderação, porque, tendo militado um pouco como voluntário, por minhas afinidades com o movimento cultural, eu sempre observei uma deficiência na chamada gestão cultural. Os artistas não têm a obrigação de saber, é claro, a questão relativa aos procedimentos burocráticos de uma Nação que, cada dia mais, revela-se uma Nação sobre peias e amarras próprias da burocracia.

Felizmente, não é o Poder Público, não é o Estado que faz a cultura. A cultura é realizada pela sociedade. O Estado, o Poder Público fomenta, estimula, dá apoio, dá instrumentos. E um dos instrumentos fundamentais, Sr. Ministro, é exatamente a questão da gestão cultural, porque, mesmo que aumentemos os valores destinados aos organismos, especialmente às entidades da sociedade civil não governamentais, nós vamos ter – e já temos, sabemos disto – problemas muito sérios de gestão. Nós sabemos que esses recursos, quanto mais aplicados e implementados pelo setor privado, ou seja, pelas próprias denominações culturais, terão muito mais valor, terão muito mais legitimidade na sua alocação.

Então, acredito que o Ministério tem aí um desafio imenso, não só sob o ponto de vista formal, jurídico e normativo de identificar um perfil de relacionamento mais ousado, mas também, ao mesmo tempo, sob o ponto de vista de ter uma colaboração muito estreita com as entidades representativas dos movimentos culturais, para permitir que essa questão da gestão cultural seja implementada.

V. Exª disse muito bem no início da sua apresentação que o valor econômico da cultura é imenso e, a cada dia, tende a crescer mais, associado ao turismo, por exemplo. Então, esse é o investimento que devemos ter adiante.

Desejo a V. Exª boa sorte no Ministério da Cultura, que conhece muito bem.

É fundamental, portanto, a meu juízo, que V. Exª se dedique bastante à descentralização e a essas questões. Faço aqui, em nome dos mineiros, esse apelo, para que nosso patrimônio histórico cultural seja objeto de prioridade por parte da Pasta da Cultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

Nós somos aqui, entre Senadoras e Senadores, seis. Primeiro, falou o Senador Anastasia. Depois, falarão o Senador Roberto Rocha e o Senador Capiberibe. Depois, passaremos ao segundo bloco, com a Senadora Regina Sousa, com o Senador Lindbergh Farias e com o Presidente.

Podemos fazer isso? (*Pausa.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – O povo vai poder falar também depois ou não?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em princípio, não.

Passo a palavra agora ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero cumprimentar o Ministro Juca Ferreira e lhe dirigir duas questões. Há várias outras, mas quero pontuar, para também buscar objetividade nas respostas.

Sr. Ministro, a cidade de São Luís do Maranhão enfrenta um problema que, como sei, não é só dela, mas a repercussão do caso maranhense pode significar a perda do título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela Unesco.

Os camelôs, comércio informal, na busca da sobrevivência, estão ocupando as grandes cidades no centro. Evidentemente, de dia estão todos lá, mas, de noite, eles não estão lá com suas mercadorias. No caso de São Luís, onde eles estão à noite? Exatamente nos casarões. E esses casarões estão sendo comprometidos. A Unesco tem conhecimento disso, e eu, preocupado com a possibilidade real de São Luís perder o título de Patrimônio da Humanidade – o que não é um problema só de São Luís, nem do Maranhão; é um problema do Brasil –, apresentei, na Comissão de Orçamento, ainda nesse Orçamento que votamos há pouco, uma emenda. Foi apresentada uma emenda para enfrentar essa questão. E eu não consigo enxergar uma outra solução, senão construir um equipamento, um *shopping* popular, adequado – se não tiver condições adequadas, ninguém vai para lá; Brasília tem experiência nesse sentido –, exatamente, prioritariamente no *habitat* natural deles, para resolver esse problema, como fez Teresina, por exemplo, que tem os nossos cumprimentos. Os gestores do Estado do Piauí e de Teresina resolveram. Hoje, em Teresina, não há um camelô no centro da cidade.

Então, eu gostaria de saber de V. Exª como o Ministério da Cultura pretende enfrentar essa questão?

Segundo, um dos principais – se não o principal – mecanismos de fomento da cultura brasileira é a Lei Rouanet. Há tempos, o mundo da cultura tem consciência de que ela precisa ser modificada, sobretudo no

que concerne à subordinação dos incentivos às decisões das grandes empresas que optam pelos instrumentos de renúncia fiscal.

Bom, vi aqui o quadro e me chamaram a atenção alguns números. Dizem que os números não mentem, mas é preciso compará-los para conhecer o seu real valor. Enquanto a Região Nordeste teve, em 2014, 5,2% desses incentivo da Lei Rouanet, a Região Norte teve 0,75%. A Região Sudeste teve 79,29%. O meu Estado, o Maranhão, está aqui com 4,8 milhões, ou seja, com 0,37%. Eu procurei o Estado do Amapá, do meu companheiro Capiberibe, e nem sequer na lista estava, ou seja, "traço".

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone*.) – Está na margem esquerda do Rio Amazonas.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Está na margem esquerda do Rio Amazonas.

Bom, então, evidentemente, isso é uma injustiça tremenda. Tremenda!

É preciso que efetivamente seja alterada a lei. Eu queria saber como V. Exª pretende lidar com esse tema. Existe um projeto de lei do Executivo que está aqui, no Senado, na Comissão de Constituição e Justiça, que é o Procultura, o PLC nº 93, de 2014.

Respeito muito todos os Senadores, todas as opiniões. Acho que esta é uma Casa que representa todos os Estados, mas acho que, por uma questão de justiça – eu nem sei se esse projeto está com o Relator –, a Comissão de Educação, Sr. Presidente, deveria trabalhar junto ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para buscar acelerar esse projeto e, quem sabe, encontrar um Senador da Região Norte ou Nordeste para relatar esse projeto e tentar equilibrar essa injustiça na distribuição desses recursos.

Então, são objetivamente essas duas questões. Uma, em relação a São Luís, por seu patrimônio histórico estar ameaçado, e a solução me parece que já está encaminhada pelo Congresso Nacional. Eu pergunto: do Ministério da Cultura, como pretende enfrentar essa questão? E a segunda questão é em relação à Lei Rouanet.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha.

Passo a palavra agora ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Ministro Juca Ferreira. É uma satisfação participar desta audiência com V. Exª, Ministro. Cumprimento os nobres Senadores e Senadoras.

Sr. Ministro, a distribuição dos recursos da Lei Rouanet refletem o modelo de desenvolvimento do nosso País, fundamentado em três pontos: na exclusão social –, com escravagismo, que, infelizmente, insiste em se manter até hoje; temos várias situações de trabalhadores no País todo e, agora mesmo, a Câmara Federal aprovou uma lei para praticamente acabar com a CLT e devolver a condição análoga de escravo a milhões de brasileiros, nessa questão da terceirização –, degradação ambiental – nós tivemos o caso do pau-brasil, que foi explorado até a exaustão, e agora nós estamos entrando na Amazônia com 20% da floresta já destruída – e dependência externa. São os pilares do desenvolvimento brasileiro.

E sobre a dependência externa, V. Exª acaba de falar da dificuldade da concorrência do cinema brasileiro. Eu, por exemplo, nunca vi nenhuma cobertura nacional de um festival de cinema brasileiro, mas o Oscar, todos os anos, paralisa o País; durante uma semana, se fala do Oscar.

Esse é o problema nosso. Nós não conseguimos nos libertar desse processo colonial, que veio lá detrás. Eu falo do pau-brasil, mas depois veio a cana, depois veio o café e, agora, a soja, infelizmente. Nós temos, digamos, essa reprodução do modelo colonial que insiste em conviver conosco.

Eu lembro que nós insistimos em juntar... O Brasil é de uma diversidade étnica cultural raríssima. É um país raro, e nós não conseguimos ainda construir uma política capaz de integrar essa diversidade que temos.

Eu falei para o Senador Romário, nosso Presidente, que o Rio de Janeiro – falei para o Senador Lindbergh também – tem algo que poderia ser substituído. Nós temos as barbies e os bobs que encantam as nossas crianças, e eu estava pedindo a eles que fossem reproduzido o mestre-sala e a porta-bandeira, contando a história do povo através dessas duas figuras leves que representam um pouco a diversidade cultural brasileira.

Por último, eu queria dizer que nós precisamos acelerar esse processo de desconcentração. Esse mapa mostra aqui, claramente, a exclusão. Está muito óbvio aqui. E tenho certeza de que os Senadores e as Senadoras vão acelerar o processo para que a gente reduza o tamanho disso. É claro que isso não vai ser possível do dia para a noite.

E queria agradecer ao Senador Anastasia. Dizer-lhe muito obrigado pela manifestação em relação ao meu livro.

Estou escrevendo outro e, nesse livro, eu estou descrevendo um pouco a semana de dois dias nossa. Chega a ser um pouco engraçado, digamos, como é que nós conseguimos comprimir uma semana em dois dias. É uma elaboração que estou fazendo. Vai sair, porque é realmente algo difícil de entender. Há alguns Senadores, inclusive, que tiveram problema com essa tensão provocada pela semana de dois dias. E eu estou aproveitando para trabalhar este tema no meu próximo livro.

O Ministro Juca Ferreira conhece um projeto que tentou juntar, digamos, essa diversidade cultural. Um projeto que envolvia a música afro-brasileira, a música indígena, num instrumental clássico. Esse projeto, nós trouxemos aqui para Brasília, fez um enorme sucesso, mas não prosperou, porque, na verdade, a ideia é mostrar que a cultura brasileira é diversa e é representada pelos negros, pelos índios e europeus, os brancos que vieram para o País.

Então, a ideia desse projeto era que ele fosse permanente. Infelizmente, nós sofremos muitos atropelos, inclusive terminei perdendo o mandato – V. Exªs sabem que perdi o mandato, acusado da compra de dois votos, pagos em duas parcelas; não fui só eu não: a Deputada Janete também; assim, acabou que não tivemos condição de dar continuação ao projeto. Mas eu acho esse projeto musical belíssimo; ele conta com a participação de músicos indígenas, a representação afro acabou saindo, mas ficou a música clássica, a música indígena, e eu gostaria que pudéssemos retomá-lo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Eu passo a palavra agora ao nosso Ministro, para responder às perguntas. Depois voltaremos para o segundo bloco.

O SR. JUCA FERREIRA – Na verdade, eu não tenho nenhum retoque a fazer às falas que foram feitas. Ênfases diferentes, mas, na verdade, revelam que esse diálogo é promissor, porque temos as mesmas preocupações e os mesmos pontos de partida.

Contudo, gostaria de enriquecer aqui.

O PAC Cidades Históricas foi criado na minha gestão passada. A ideia é que os problemas dos prefeitos de cidades históricas são os mesmos que os demais prefeitos das outras cidades têm de resolver, com o agravante de que esses prefeitos têm um patrimônio a preservar. E preservação de patrimônio custa, e é preciso que o Governo Federal reconheça que o patrimônio reconhecido pelo IPHAN como parte do patrimônio histórico e cultural do povo brasileiro merece a proteção.

Então, a ideia nasceu daí. Foi no dia em que foi eleito o primeiro prefeito da associação de prefeitos de cidades históricas, que é um mineiro, atual Secretário de Cultura do Estado. Então, eu propus esse PAC Cidades Históricas. Ele evoluiu muito nos últimos quatro anos. Hoje, conta com recursos – espero que Jurema confirme – de R$1,639 bilhão. Já atende a mais de vinte Estados no Brasil; Minas Gerais é quem tem o maior quinhão, pela importância do seu patrimônio, R$257 milhões; oito cidades em Minas Gerais estão sendo atendidas pelo projeto. A execução é descentralizada pelos Municípios. As prefeituras têm dificuldades, mas estão encaminhando o projeto, e nós estamos conseguindo avançar.

Dentro do mesmo processo, o Maranhão também tem um patrimônio histórico invejável, um dos maiores do Brasil. Estamos destinando R$133 milhões para o Maranhão. Então, o Centro Histórico do Maranhão, a que se referiu o Senador, está sendo atendido, há várias obras. Estive lá recentemente, acompanhando a caravana cultural do Ministério, e tive a oportunidade de visitar e inaugurar uma das obras desse grande investimento que estamos fazendo.

Eu acho que é estratégico, e não sei se todos aqui e os que estão nos assistindo pela televisão sabem: os maiores destinos turísticos são exatamente as cidades históricas do Brasil. Então, elas geram uma economia, há um retorno desse investimento, que deve ser visto como investimento, não como despesa.

Nesse processo, também há outros Estados – pouco mais de 20, não é Jurema? (*Pausa.*)

São 20 Estados, e a ideia é disponibilizar recursos para todo o Brasil onde exista patrimônio histórico.

É um programa importante, que vem se desdobrando. Agora mesmo, estamos inaugurando uma linha – inaugurando ou já houve nesses anos – de apoio e financiamento para imóvel privado que seja tombado. Vai ser um investimento significativo. Minas Gerais vai contar com um aporte importante dessa rubrica. Então, nós estamos trabalhando no sentido de valorizar o patrimônio histórico brasileiro.

O único reparo que eu faço, como Ministro e inclusive como um desafio para o Ministério, particularmente para o IPHAN, mas não só para o IPHAN, é que preservação do patrimônio não é só recuperar imóvel. Temos de devolvê-lo para o uso contemporâneo.

E é bom que não pensemos em imóvel por imóvel, mas se pense em territórios culturais para que possamos desenvolver uma economia cultural naquela região, possibilitando que o investimento tenha retorno,

e para que não tenhamos, de tanto em tanto tempo, de reinvestir o dinheiro, porque o imóvel está, de novo, degradado.

Por força do exílio, eu morei por oito anos na Suécia. Há um bairro da cidade de Estocolmo que é de 1300, 200 anos de o Brasil ser descoberto. Lá, além da recuperação do casario, eles desenvolveram um projeto turístico e de uso de empresas de novas tecnologias dentro desse conglomerado, que hoje é um dos maiores atrativos turísticos da cidade. Além disso, ele gera um relativo retorno econômico para a Suécia.

É preciso que avancemos para além do recuperação do patrimônio, para o desenvolvimento de projetos a partir de territórios e não só equipamento por equipamento, porque acho que vamos dar um passo importante nessa política de proteção do patrimônio.

No mais, concordo integralmente com o que foi dito, inclusive por essa compreensão de que é preciso avançar nas políticas culturais, gerando um equilíbrio federativo, dentro das proporcionalidades que os critérios objetivos, certamente, darão.

É um escândalo que 80% do dinheiro que o Ministério tem para disponibilizar para incentivo e fomento à cultura saiam com critérios privados e não com critérios públicos, o que gera uma inviabilidade de gerar essa justiça federativa, se não for mudado esse critério, como é a Lei Rouanet. A Lei Rouanet foi num momento máximo da crença do Estado mínimo e de que o Estado deveria se retirar e disponibilizar recursos para a empresa privada dizer o que devia ser feito em várias áreas, inclusive na área cultura. Eu acho que a experiência já mostrou que é preciso que o Estado represente o interesse público. Ao se associar à empresa privada, à iniciativa privada, ele vai com os critérios públicos, a empresa vai com os critérios privados, e, quando há coincidência, gera-se uma sinergia, uma soma não só de recursos mas de todos os interesses.

Eu estou indo a Minas Gerais agora. Nós criamos a Caravana da Cultura para aproximar o Ministério dos Estados e dos criadores culturais em todo o Brasil. Eu já estive no Ceará, já estive no Maranhão, já estive no Rio de Janeiro, já estive na Bahia e, agora, vou para Minas e, depois, um Estado do Norte, que está sendo definido pela equipe técnica do Ministério. Então, eu vou ter oportunidade de conversar diretamente lá com as autoridades e com o mundo cultural mineiro.

A questão dos ambulantes. Eu percebi que os gestores, na audiência pública que eu realizei em São Luís... A questão dos ambulantes é uma questão importante que está sendo colocada pela cidade, mas o ordenamento urbano não é responsabilidade do Governo Federal. O que podemos apoiar é o ordenamento urbano que a prefeitura e o governo do Estado venham a pactuar, com o Governo Federal entrando com alguma forma de aporte. O que fazer dos ambulantes? Como gerar no Centro Histórico de São Luís um projeto que, de fato, seja coerente com aquele exuberante patrimônio histórico?

Eu disse aqui um pouco antes que o mundo inteiro, nas políticas de patrimônio, tem evoluído para, além das políticas de recuperação dos imóveis, trabalhar territorialmente certas conjuntos, desenvolvendo um projeto contemporâneo de uso que seja coerente com o patrimônio, mas que tenha a possibilidade, inclusive, de gerar economia e dinamismo cultural. Nós temos interesse de desenvolver... Eu ofereci o Ministério para o Governador e para o Prefeito – eu tive audiência com ambos – para que possamos criar um grupo de trabalho com o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e com outras áreas do Ministério, para que possamos trabalhar conjuntamente para ter, a curto prazo, um programa de qualificação do Centro Histórico do Maranhão, porque há uma quantidade de obras enorme ali naquele território.

Possivelmente, eu não me lembro exatamente a data, em junho e julho, vamos inaugurar um prédio histórico que era de uma antiga empresa de sabão – se não me engano –, que está sendo disponibilizado para abertura de cursos universitários para a Universidade do Maranhão. Eu, inclusive, penso em convidar a Presidenta pela importância da obra e pela importância do conjunto do investimento que a gente vem fazendo lá no Centro Histórico. Seria bom ressaltar a importância desse investimento.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Ministro, permita-me um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, por favor.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – É óbvio que eu sei que o uso e ocupação do solo de uma cidade é de competência do Município. Claro! São Luís tem a sua lei, embora defasada, mas a cidade não tem condição de enfrentar sozinha esse problema.

O que eu coloquei é que esse é um problema que atinge todas as grandes e médias cidades hoje; não é um problema exclusivo de São Luís, mas, no caso de São Luís, tem uma repercussão que é a possibilidade de perder o título de Patrimônio da Humanidade, pelo que já disse.

O SR. JUCA FERREIRA (*Fora do microfone*.) – Pela degradação.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Exatamente.

Então, existem recursos consignados no Orçamento, através de emendas, para buscar resolver definitivamente esse problema, assim como fez Teresina. O que eu perguntei é o que o Ministério da Cultura pode fazer para se unir a essa nossa iniciativa para buscar essa solução.

É louvável essa sua ida a São Luís. Pena que eu não fui nem comunicado, porque, senão, estaria junto lá para apresentar o problema, mas também falar da solução. O Senado ajuda na solução dessa questão. Estamos fazendo isso.

Eu gostaria de, nesta oportunidade, perguntar a V. Exª quantos por cento do PAC Cidades Históricas foram executados, realizados em 2014.

O SR. JUCA FERREIRA – Jurema sabe dizer isso?

A Presidenta do IPHAN pode?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Fique à vontade.

A SRª JUREMA MACHADO – O PAC é das melhores execuções que temos. Os números que o Ministro mencionou podem parecer até um pouco estranhos para os Senadores, porque a execução tem sido baixa, ela é descentralizada para Municípios muitas vezes frágeis e com dificuldade de execução.

Não é o caso de São Luís, em que tivemos a cooperação com o Governo do Estado e foi alocada no IPHAN uma equipe técnica que nos possibilita a execução. Em termos de valores de execução, licitamos e vai começar a obra da Rua Grande. Para a Rua Grande são R$30 milhões. Inclusive o problema que o senhor mencionou dos camelôs, de certa forma, está diretamente relacionado com o caso da Rua Grande, porque ali há uma grande ocupação nas ruas que vai ter que ser ajustada ao longo da execução da obra.

Entregamos, recentemente, como o Ministro mencionou, aquele sobrado verde de azulejos e a Praça da Alegria; junto com a Rua Grande, são várias outras praças. Do ponto de vista de execução já realizada, em obras concluídas, contratadas... Não, São Luís apenas!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª JUREMA MACHADO – Pois é. Ele está perguntando a execução em São Luís. Eu não tenho esse número aqui.

A execução nacional de contratadas, desse R$1,6 bilhão, são R$300 milhões. E São Luís é uma das maiores.

Eu não sei esse número aqui, mas em contratos deve ser algo em torno de R$60 milhões, porque só para a Rua Grande são R$30 milhões. São nove obras em execução.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª JUREMA MACHADO – O que foi entregue é o que estou dizendo ao senhor.

O programa começou há um ano. Foi entregue o sobrado de azulejos verde, dos Belfort, e a Praça da Alegria. Em execução: Fábrica Santa Amélia, que é parte de recursos nossos; Palácio das Lágrimas; Fórum Universitário; Palácio Cristo Rei; Solar da Rua da Estrela; Faculdade de História; e Rua Grande.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu sugiro que o Ministério encaminhe à tarde detalhadamente ao Senador Roberto Rocha as informações, não é, Senador?

O SR. JUCA FERREIRA – Pode ser detalhado depois, o.k.

E quanto ao projeto de lei, concordo inteiramente, é bom que a gente tenha uma generosidade desta Casa no sentido de corrigir algumas distorções que foram adquiridas, porque recupera os 100%. Com os 100%, não há possibilidade de se ter critério público para uso desse dinheiro.

Então, é preciso recompor o projeto. No fundamental, está ali a ideia da modernização do fomento; vai possibilitar uma justiça federativa e uma readequação a partir de critérios públicos, como o Senador Capiberibe levantou, de que nós ainda convivemos, nos modelos de ação, com a escravidão e com a centralização excessiva da Federação brasileira, mas acho que dá para avançarmos muito. Hoje já há um clima muito favorável na área cultural, evidentemente, com exceção dos que são beneficiados, que são muito poucos, então acabam ficando isolados nessa demanda de permanência desses critérios injustos. Acho que o Senado tem realmente que trabalhar rápido para que possamos, neste momento de crise econômica, em que caiu o incentivo privado, mesmo considerando cem por cento de dinheiro público na Lei Rouanet, e é importante que retomemos para não haver uma defasagem da dinâmica cultural.

Senador Capiberibe, aquela experiência foi muito interessante, porque não é só de diálogo, é de construção conjunta de duas matrizes culturais: a música sinfônica e a música indígena. E acho que podemos, perfeitamente, retomar essa e outras experiências nessa área. Eu me ofereci à Presidenta, e ela aceitou, para que o Ministério da Cultura reforce as políticas indigenistas do Governo.

Nós temos duas responsabilidades importantes: criar as condições para a preservação das tradições culturais dos povos indígenas, incluindo as línguas, e criar as condições para que, nesse diálogo com a sociedade brasileira, eles tenham condições de fazer opções e ter discernimento e acesso a uma série de benefícios. Então, são duas dimensões da cultura: uma contemporânea, de relação com o mundo como ele está, mas que essa

relação seja positiva, e outra de preservação das suas tradições, inclusive das línguas indígenas. Então, cabe perfeitamente, dentro dessa estratégia do Ministério, apoiar a cultura dos povos indígenas.

Eu queria comunicar que recebi uma informação, infelizmente, triste: acabou de falecer o ator e diretor de teatro Antônio Abujamra – acho que quase todos aqui o conhecem – com 82 anos. Ele ficou muito deprimido depois da morte da esposa. Deixou dois filhos e netos. Nascido em Ourinhos (São Paulo), Abujamra foi um dos primeiros a introduzir os métodos teatrais de Brecht e Roger Planchon em palcos brasileiros. Iniciou sua carreira como crítico e jornalista e, aos 55 anos, iniciou sua carreira de ator. Atuou em novelas e peças. Em 1991, recebeu o Prêmio Molière pela direção de Um Certo Hamlet, espetáculo de estreia da companhia Os Fodidos Privilegiados, fundada por Abujamra para ocupar o Teatro Dulcina no Rio Então, é uma grande figura do teatro brasileiro, da cultura brasileira. Tinha um viés anarquista, muito crítico às injustiças do mundo, um defensor da liberdade absoluta de expressão. Então, a sociedade brasileira precisa prestar homenagem a esse grande artista brasileiro, já reconhecido pela sociedade, mas, de qualquer jeito, no momento em que a pessoa falece, é bom ressaltar a contribuição que ele deu.

Peço licença ao Presidente para fazer esse remarque.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem. Eu gostaria de prestar solidariedade, não só minha, como desta Comissão, à família de Abujamra, porque com certeza o Brasil perde um dos grandes da nossa cultura.

Finalizado esse primeiro bloco, volto agora a palavra à Senadora Regina Sousa; depois, ao Senador Donizeti Nogueira.

Por favor, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, quando falamos em cultura, lembramo-nos logo daquilo que é muito visível: do teatro, das artes plásticas, dos museus.

Agora, nesses últimos 12 anos, o que considero muito significativo, para mim o mais significativo que o Ministério fez, foram os Pontos de Cultura, porque chegaram no povo, na juventude, e resgataram muita coisa; resgataram-se saberes populares, pelo menos no meu Estado, tipo os que o senhor falou: os xales da vovó, as cantigas de ninar, as cantigas de roda. No meu Estado, o tambor de crioulo, que estava desaparecido. As meninas não aprendiam mais a dançar o tambor de crioulo. O samba de cumbuca também. Os bandolins da minha Oeiras, no meu Estado. Havia umas senhoras já todas... a mais nova tinha 70 anos e ninguém mais, só elas, tocavam. No grupo de bandolins, só elas tocavam. E através do Ponto de Cultura se estabeleceu a aprendizagem das meninas aprendendo a tocar bandolim. Já temos um grupo importante.

As dificuldades dos Pontos de Cultura: local, por exemplo. Faz-se um convênio com a prefeitura, ela instala. O prefeito perde a eleição, o que chega, desinstala. Então, a pessoa cede uma casa, mas o filho se casou e quer a casa para morar? Desinstala. Eu queria sugerir que o Ponto de Cultura funcionasse nas escolas.

Se não tem sala sobrando, que se construa. Ele ocupa tão pouco espaço. Que se construam os espaços nas escolas, porque ali está a efervescência de mentes. Principalmente agora, com escolas de tempo integral, é bem propício. A efervescência da criatividade está ali e precisa ser descoberta. É como sugestão que eu queria deixar para o Ministério trabalhar em parceria com o MEC, para que os Pontos de Cultura sejam instalados nas escolas.

Claro, abrimos para a sociedade, porque também tem o ciúme, as pessoas se sentem muito donas da escola e não querem abri-la. A escola é só para os alunos e para o pessoal da comunidade escolar ali de dentro; mas tem que abrir também.

É muito importante que se revitalizem os Pontos de Cultura. O meu Estado é muito carente disso. Que a gente resgate os Pontos de Cultura.

Falando da Lei Rouanet, eu não sei, talvez essa predominância do Sudeste seja porque o empresariado pelo menos já se abriu. No meu Estado é uma dificuldade. Eu até brinco com alguns empresários amigos meus: "Será que vocês pagam imposto mesmo?" Parece-me que tem uma questão fiscal aí. Não entendo por que se vai deduzindo tudo e por que não se dá... É uma dificuldade para se fazer o Salão do Livro!

Nós resgatamos também um instrumento musical que está aparecendo: a rabeca, lá no Piauí. E ali não é só o rabequeiro que toca, eles constroem a rabeca. Então, estamos fazendo um festival, mas para patrocinar esses festivais é um negócio sério, porque não se consegue que as pessoas façam a doação pela lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigada, Senadora Regina Sousa.

Passo a palavra, agora, ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente; Ministro, eu gostei muito da exposição, porque dá rumo e aponta para a construção conjunta de uma série de políticas nas quais eu acredito muito.

Eu ouvi a Senadora Regina falar sobre os Pontos de Cultura e me recordava aqui de um grupo de jovens, no início dos anos 80, no Norte de Goias, que tinha a ousadia de querer fazer um circuito de teatro por 25 Municípios do centro-norte goiano, o centro, médio e norte goiano, e as dificuldades eram muito grandes. Na época, a gente tentou buscar recursos. Havia a Confenata (Confederação Nacional de Teatro), e juntamente com ela a Fundacem nos ajudou.

Esse movimento faz agora 30 anos que aconteceu. Mas o que é bom daquela época e sobrou são os Pontos de Cultura, porque nós, como não tínhamos espaços para praticar teatro nem dança... Montar um espetáculo para não ter para quem apresentar ou onde apresentar era algo muito ruim e às vezes infrutífero. Mas a gente tomava a iniciativa de ir às casas, em alguns espaços associativos, para fazer isso!

Temos percebido que o movimento de teatro, principalmente amador, que, àquela época, era instrumento de resistência, encontrava força e organização para enfrentar o debate na sociedade e com o governo.

Hoje, essa mobilização já não existe mais; ou seja, essa mobilização, tendo uma organização que coordenava esse processo por parte dos artistas amadores, não existe. Existe uma desagregação, uma disputa, um enfrentando o outro, e isso tem sido muito ruim para os pequenos.

E está aí a Lei Rouanet, que não deixa dúvida. Como bem disse o Ministro na sua segunda fala, é um produto basicamente do enxugamento do Estado, que tem a ver com o Estado mínimo e que não tem contribuído. Não tem contribuído, no meu ponto de vista, porque simplesmente serve para as grandes empresas fazerem publicidade delas com o dinheiro do povo. E a difusão não serve ao fortalecimento e à consolidação de iniciativas culturais. E é muito importante.

Quando o senhor estava no Ministério da outra vez, participei de algumas reuniões, discutindo essa questão da Lei Rouanet. Infelizmente, até agora, não conseguimos resolver isso. Acredito que nós, aqui no Senado, – e me coloco à disposição para isto – podemos fazer isso andar.

Por fim, este País, depois dos anos 30, que tinha os olhos voltados para o mar, vira seus olhos para o interior do País, e algumas figuras foram muito importantes nesse processo. Começa com o governo de Getúlio, continua com Juscelino, abertura das estradas. Um nacionalista, conterrâneo do Senador Lindbergh, chamado Bernardo Sayão, tinha a agonia e a paixão por abrir estradas e construir não só escolas, como também defender o meio ambiente. Bernardo Sayão era um homem apegado a essas coisas da cultura local, da necessidade da educação, da defesa do meio ambiente, num tempo em que isso não era nada para o Brasil.

Aí, Ministro, eu queria fazer um desafio: acredito que Palmas seja o último evento da marcha para o oeste, e a gente precisava tentar trabalhar esse resgaste da marcha para o oeste, o papel que ela teve para o Brasil do ponto de vista até cultural. Vou me propor a provocar o Governador Marcelo Miranda, para que a gente possa fazer um grande museu sobre a marcha para o oeste, tudo o que envolve cultura, desenvolvimento econômico e avanço dessa ideia de tirar os olhos do mar e colocar os olhos para dentro do País, fazendo com que a Lei Rouanet tire os olhos da Avenida Paulista e de Copacabana e possa ganhar o interior do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra, agora, ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ministro, primeiro, dizer que acho um acerto colocar na sua exposição um eixo estratégico muito claro: cultura como estratégia de desenvolvimento.

Sabemos dos avanços que existiram nesses últimos 12 anos: somente o combate à pobreza, redução da desigualdade social, o que ainda é muito grande no País. Temos de avançar em relação ao nosso sistema tributário também, porque, infelizmente, neste País quem paga mais imposto são os mais pobres e uma classe média baixa. Vem tramitando aqui, estamos fazendo um grande esforço, a tributação sobre grandes fortunas, mas temos um caminho longo aí nessa luta da desigualdade social.

Agora, estou convencido de que apenas a inclusão econômica não basta; é insuficiente. Temos de colocar cultura e educação como centro do nosso projeto de desenvolvimento nacional. Tem que vir junto uma visão de mundo mais tolerante, que respeite mais as diversidades, porque estamos atravessando um momento em que os setores mais conservadores da sociedade, Sr. Ministro, estão utilizando os piores fantasmas da nossa formação cultural e utilizando-os politicamente: preconceito social, racismo, machismo, homofobia, xenofobia.

Nós, hoje, aqui no Senado, vamos fazer uma reunião no gabinete do Senador Capiberibe, uma reunião suprapartidária, porque estamos muito preocupados com a pauta conservadora que vem pela Câmara dos Deputados, encabeçada pelo Presidente, Deputado Eduardo Cunha, e estamos tentando nos unir aqui em alguns temas mínimos.

O Senado sempre foi uma Casa mais conservadora e, neste momento, pode ser um contrapeso ao que está vindo da Câmara. A reunião que vamos ter hoje vai ser em cima de quatro pontos: terceirização, nosso posicionamento contrário, contra a redução da maioridade penal, aquele Estatuto da Família que está vindo de lá e o Estatuto do Desarmamento, porque o que a "bancada da bala" está querendo fazer com o Estatuto do Desarmamento é uma coisa...

Então, sinceramente, quando eu vejo... Acho que o que existe de melhor neste Governo são os Ministros Juca Ferreira e Renato Janine. Eles são o que acho que há de melhor neste Governo e têm que agir, sinceramente, como Pelé e Coutinho aí. (*Palmas.*)

Eu acho que são muito mais importantes do que o Ministro da Fazenda neste momento. Eu tenho certeza de que o Senador Cristovam falaria a mesma coisa aqui, porque ele fala muito disso.

E aqui quero me associar à preocupação sobre o Orçamento.

V. Exª fala que, nos últimos quatro anos, houve uma redução de receitas discricionárias de 80% para 40%. Acho que nós temos que resistir. Ajuste fiscal não pode ser um ajuste burro, um ajuste que contingencie tudo da mesma forma, que não faça uma seleção precisa, até porque há muitos ajustes fiscais que foram feitos no Brasil e pelo mundo afora que, ao invés de reduzir a dívida pública, acabam aumentando a dívida pública. São ajustes que acabam colocando a economia em recessão e não conseguem obter o que foi programado para aqueles ajustes.

Então, nós estamos muito preocupados com esse ajuste aqui. Eu queria que V. Exª soubesse que aqui pode ter um grupo de Senadores que ajudem nessa batalha do Orçamento. Então, acho que a primeira batalha é, este ano, salvar dessas políticas de contingenciamento. Eu conversei hoje com a Jandira, que é autora de um projeto que fala em chegar a 2% do Orçamento de forma escalonada. Acho que seria importante, depois, a gente ter uma reunião de alguns Senadores com Deputados que fazem parte também dessa frente parlamentar em defesa da cultura.

Acho que no Projeto Procultura, que está aqui, no Senado – V. Exª viu as mais diversas manifestações –, tem uma grande desigualdade regional nessa distribuição. Mas é mais que isso, Sr. Ministro. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo. Por onde eu ando no Rio de Janeiro, a reclamação é gigantesca, porque não chega recurso na Baixada Fluminense, não chega na Zona Norte, não chega na Zona Oeste, são os mesmos grandes espetáculos, as mesmas coisas que acontecem nas mesmas regiões da Zona Sul do Rio de Janeiro.

Outra discussão que V. Exª tem que fazer é sobre as leis de isenção de ICMS, que também vão nesse caminho da Lei Rouanet. Acho que é possível o Senado fazer um grande ajuste, corrigir alguns pontos que vieram da Câmara dos Deputados, porque, sinceramente, hoje é isto: quem decide mesmo onde vai ser investido determinado recurso são os departamentos de *marketing* das grandes empresas brasileiras.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado pela colaboração.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, eu acho que há um grande espaço aqui, no Senado, para essa matéria tramitar, principalmente em cima desse mote da desigualdade regional. Esse é um tema muito sensível, porque o Senado é a Casa da Federação e nós estamos falando da representação dos Estados brasileiros.

Eu queria entrar em outro ponto. Em relação aos pontos de cultura, eu espero que V. Exª faça... Eu só quero que espalhe pontos de cultura por este País. É onde as pessoas que produzem cultura nas periferias, nas favelas, nas comunidades, na Baixada Fluminense, no Nordeste brasileiro conseguem, de alguma forma, ter um estímulo àquela produção que está sendo feita ali. Mas eu queria falar mais sobre cultura nas escolas. E aqui há o programa Mais Cultura nas Escolas.

Eu fui Prefeito de uma cidade do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, e lá a gente fez um projeto de universalização do horário integral. E fizemos muito com aporte de recursos também do Ministério da Cultura. Se não me engano, na época o projeto se chamava Cultura Viva ou Escola Viva, esse que fazia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Exatamente.

E foi um projeto que deu muito certo porque a gente fez editais, criou pontinhos de cultura, e nós tínhamos o horário integral, e aquelas atividades culturais eram feitas nessa interação. Inclusive, é preciso dizer, Ministro, que às vezes há resistência dentro da escola.

Eu me lembro do caso em que o Azulão, um dos maiores cordelistas do País, que mora na Baixada Fluminense, em Japeri, foi chamado e houve resistência. Dizia-se que o Azulão não poderia fazer a oficina cultural porque ele, um dos maiores mestres que nós temos, não tinha uma formação profissional.

Então, é preciso romper, ter um diálogo com a escola, e trazer esses outros saberes para dentro da escola.

Acho que é fundamental. E acho que, com o Ministro Renato Janine, há espaço para isto, para um programa que esteja ligado à educação em tempo integral, um programa de fôlego.

Lá no Rio de Janeiro, na época do Brizola, no passado, havia uns animadores culturais, que tiveram um papel. Acho que agora é diferente: é pegar esses saberes que vêm de fora, que já existem, e trazer para dentro da escola, e avançar nesse ponto.

Por último, só para encerrar, porque já estou falando muito: política para as artes. Gostaria de parabenizar a nomeação de Francisco Bosco, mas preciso dizer que a Funarte está completamente desaparelhada. E quero aqui, Ministro, colocar-me à disposição. Inclusive, acho que é possível fazer isso com um conjunto de Parlamentares até em relação às emendas parlamentares para buscar meio de fortalecer a Funarte, de articular uma frente em cima disso, porque não dá para haver uma política mais agressiva em relação às artes se não recuperarmos o papel da Funarte.

E, por fim, a questão da participação é outro ponto que quero elogiar, porque, dentro das transformações que o mundo está vivendo, a internet, essa revolução digital toda, não dá para fazer um Ministério sem participação. Acho que V. Exª está fazendo o correto. Acho que não é só o Ministério, este Senado Federal, as pessoas não aceitam mais eleger um Senador que fica aqui oito anos sem comunicação, sem diálogo com a sociedade, sem ter uma comunicação mais viva. O mesmo ocorre em relação às administrações municipais e estaduais.

Então, acho que, cada vez mais, temos que fortalecer essa democracia representativa, temos que ter elementos de democracia direta, de participação mais ativa. E acho que o Ministério está nesse sentido, construindo um caminho que pode inspirar outros governos e outras administrações pelo País.

De forma, Sr. Ministro, que encerro a minha fala, parabenizando-o. Aqui no Senado, não fizemos nenhuma reunião ainda, mas, se for haver uma reunião de uma frente suprapartidária em defesa da cultura, para trabalhar mais junto com o Ministério da Cultura, quero já escrever o meu nome, para fazer parte dessa jornada.

Parabéns, Ministro Juca.

O SR. JUCA FERREIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra, como próxima inscrita, a Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Senador Antonio Anastasia, que agora preside a nossa Comissão, Ministro Juca Ferreira, ainda há pouco, antes de começarmos os nossos trabalhos, conversava com o Ministro e com o Presidente desta Comissão, o Senador Romário, sobre o orçamento. E dizia também que o meu Estado, o Estado do Amazonas, há muitos anos tem um investimento muito pesado na área de cultura. Isso faz parte, já é uma característica nossa de vários governos que se seguem e fazem um investimento forte na área de cultura.

O Senador Eduardo Braga, hoje Ministro, quando governador, criou um projeto chamado Jovem Cidadão, que era justamente isso, Senador Lindbergh Farias: fazíamos o contraturno dos alunos, exatamente buscando o ensino integral antes do início das escolas de tempo integral. E a base desse projeto era a cultura, e isso era um sucesso. Dos alunos, dos jovens, naquele momento, a resposta foi imediata: a evasão escolar diminuiu, tudo melhorou, o rendimento escolar diminuiu, porque fazíamos um projeto em que vários setores do governo trabalhavam com o foco forte na cultura.

Então, a minha pergunta é exatamente sobre isso: falávamos dessa dificuldade, dessa divisão mais justa entre os Estados. A Região Norte, no ano de 2014, Sr. Ministro, ficou com apenas 0,73% dos recursos da Lei Rouanet, enquanto a Região Sudeste ficou com 79,29%, 80% desse recurso. Isso significa que o Amazonas teve dois milhões e poucos reais para trabalhar, enquanto São Paulo ficou com R$564 milhões.

Nada contra São Paulo, mas a minha pergunta é a seguinte: o que fazer para reverter esse quadro e distribuir melhor os recursos da Lei Rouanet entre os Estados da Federação?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Antes de finalizar esse bloco com as minhas perguntas, eu gostaria de anunciar aqui um requerimento desta Comissão, um voto de pesar.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 39, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ator e diretor de teatro Antonio Abujamra, ocorrido no dia de hoje, a ser encaminhado à família do falecido.

Nascido em Ourinhos, no interior de São Paulo, em 1932, ano em que a Revolução Constitucionalista tomou o estado, Abujamra era um artista de muitas facetas, se desdobrando em autor, iluminador, tradutor, ator, diretor

teatral e apresentador. Era reconhecido por ser pioneiro a introduzir no Brasil os métodos teatrais de mestres como Bertolt Brecht e Roger Planchon, com quem estudou.

Em 1991, fundou a companhia Os Fodidos Privilegiados e recebeu um Prêmio Molière pela direção de "Um Certo Hamlet", espetáculo de estreia do grupo. Desde 2000, Abujamra apresentava o programa de entrevistas "Provocações", na TV Cultura.

Aos 82 anos, Antonio Abujamra era viúvo e deixa dois filhos e dois netos.

Pelos serviços prestados à cultura e ao teatro brasileiro, Antonio Abujamra faz jus à homenagem póstuma que ora propomos.

Autoria: Senador Romário

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Submeto aos Senadores do Plenário.

Aqueles que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Ministro, para finalizar esse segundo bloco, já que estamos aqui há algum tempo, vou diretamente às perguntas para adiantarmos essa audiência pública.

Cultura, esporte e educação são prioridades no nosso País também. Como os três ministérios se articulam para atuar em parceria nesse momento? E se existe essa articulação, qual é o planejamento comum entre os três ministérios?

Qual é a sua posição sobre os atuais percentuais constitucionais mínimos previstos na PEC 150, que garantem a aplicação de recursos na área da cultura no montante de 2% da receita tributária da União, 1,5% da arrecadação de impostos dos Estados e do Distrito Federal enquanto os Municípios deverão aplicar o percentual de 1%, considerando o atual momento de contenção de gastos?

Para finalizar, sou favorável à liberação de biografias redigidas quando o autor tem o direito a livre expressão. Eu entendo que aquele citado tem por direito de ir à Justiça e cobrar aquilo que for escrito de inverdades.

Eu gostaria de saber como o Ministério da Cultura tem se posicionado frente a esse assunto e aproveitar a oportunidade, também, para dizer que estou avocando o PLC nº 42, de 2014, como o relator dese projeto aqui nesta comissão.

Por favor, pode responder.

O SR. JUCA FERREIRA – Bem, possivelmente, vai ser minha última intervenção. Então, quero dizer que a sinergia manifesta aqui é tão evidente que acho que temos uma grande oportunidade de fazer avançar a gestão cultural, os marcos regulatórios da cultura e todas as políticas que contribuem para o desenvolvimento cultural do País. Acho que o Senado sempre foi um aliado, a Câmara também. O Parlamento sempre foi um aliado. Aprovamos boa parte dos processos e dos mecanismos de regulação. Ainda não chegamos nem à metade da modernização da gestão cultural no Brasil. Então, acho que a gente pode tirar daqui a perspectiva de incrementar ainda mais essa parceria.

Quanto à Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, contei muito com a colaboração, na gestão passada, o Ministro Gil também. Tem umas frentes menores, como a Frente em Defesa do Livro e da Leitura. Então, todos esses formam um apoio importante para o processo, não só o processo interno do Congresso, mas também para o desenvolvimento.

Não só foi uma manhã muito agradável, mas também produtiva, no sentido de reatualizar nossa parceria e a possibilidade de vivermos processos importantes.

Coloco a mim e a equipe do Ministério à disposição para refletirmos sobre o projeto que chegou da Câmara, do Procultura, para que possamos tirar algumas imperfeições ali e, de fato, resolver definitivamente essa questão do fomento à cultura.

Ressaltei a injustiça federativa porque compreendo a natureza do Senado, mas é um escândalo. Trouxeram aqui o Ministro da Cultura da Inglaterra, na gestão passada, para discutir comigo sobre Lei Rouanet. Como era um governo conservador, a expectativa era de que ele se enfrentasse... Não era exatamente Ministro da Cultura porque não há esse cargo, mas é correspondente, embora não me lembre do nome agora. E quando ele chegou, que entregaram a Lei Rouanet para ele ler, ele disse que não ia debater com o Ministro da Cultura do Brasil porque na Inglaterra não seria possível tal lei, é proibido, não há nenhuma possibilidade de legalidade em entregar dinheiro público para empresa fazer publicidade de sua marca, isso não existe. E hoje estou para trazê-lo aqui para refletirmos sobre outros aspectos.

A Inglaterra tem alguns avanços na área de economia da cultura, que lá eles chamam de economia criativa. Mas é evidente que é um escândalo a maneira como são disponibilizados 80% dos recursos que o Governo tem para aplicar nos grupos e processos culturais dessa forma, absolutamente regida por critérios privados de cada empresa que se associa.

Então, precisamos avançar. De vez em quando, o Brasil tem dificuldade de avançar. Já estão dadas todas as condições subjetivas de compreensão, de lucidez, do impacto negativo de certas coisas que acontecem, e a gente fica remoendo, sem conseguir sair do mesmo lugar. Acho que, nesse caso, passamos já quatro, oito, doze anos refletindo sobre a Lei Rouanet e suas dificuldades. Porque, além da questão federativa, por exemplo, como é um critério privado, é a empresa que define, primeiro, isso gera um custo enorme para o Ministério. O maior setor dentro do Ministério, o que mais custa em termos de funcionários e procedimentos é o de quem avalia os projetos que são apresentados para a Lei Rouanet, porque é uma quantidade estratosférica, há uma expectativa da sociedade de obter o apoio, então, custa muito para o Ministério. E depois, é preciso avaliar a prestação de contas, então, se não me engano, temos em torno de trezentos funcionários, para um Ministério pequeno e pobre como o nosso.

E para não haver nenhuma interferência. As pessoas saem com o crédito dado pela CNIC de que aquele projeto é relevante sob o ponto de vista público e tem acesso, mas só um percentual muito pequeno é que o obtém, que são os que coincidem com critério privado. Então, é um escândalo em termos de procedimento, de racionalidade. E eu não quero entrar no detalhe, mas existem os donos da Lei Rouanet. É só olhar os números e você vai perceber que é uma lei feita para determinados segmentos, que não são os que precisam.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – A consagração dos consagrados.

O SR. JUCA FERREIRA – É isso. Mas não, além disso, além de quem é beneficiado... Porque, se uma empresa vai associar sua marca, vai associar a quem pode fortalecer essa marca. Então, um artista criativo que esteja contrariando o gosto comum já fica... Um artista que tem reverberação nas camadas de baixo poder aquisitivo também não interessa. Então, você acaba fazendo uma seleção muito perversa, e o pior: usando dinheiro público. Portanto, é importante que a gente perceba isso para que a gente possa, de fato, ter uma posição clara, tranquila.

E eu não culpo as empresas. Culpo... É a lei, que refletiu um momento determinado do processo de amadurecimento do País na redemocratização, mas já estamos muito adiante. Já conhecemos os dados dessa lei, o que ela produziu não gerou mecenato, pelo contrário, viciou as empresas privadas no dinheiro público, porque, se tem 100%, quem vai querer botar dinheiro? É um vício isso, é uma mania, como diriam os Titãs.

Então, poderíamos dar esse presente para a área cultural brasileira. E, nesse momento de retração da economia, o tal do efeito manada, as empresas todas correram para dentro das suas trincheiras.

Mesmo sendo 100%, o índice está caindo velozmente e estamos criando um caos na área cultural, porque não tem de onde vir recursos a não ser dessa área.

Um dos Senadores ou Senadoras disse uma coisa que é verdade: além da luta pelo orçamento, é preciso qualificar o gasto. Nesse caso, estamos jogando dinheiro fora, porque o resultado é negativo para a área cultural. É preciso ter coragem.

Eu construí essa visão tão determinada depois que li os dados do IBGE e do Ipea sobre os efeitos dessa legislação, além de ver na prática, porque lido com a área cultural do Brasil inteiro. Então, eu queria reafirmar isso porque o Senado é a instituição que, no momento, tem possibilidade de gerar um novo conceito de fomento e financiamento, que vai criar um incremento enorme para o Brasil. Então, essa possibilidade de união, que vai do Sudeste à Região Norte, à Região Nordeste, é muito importante para constituir, de fato, uma sinalização positiva para a área cultural brasileira.

Eu queria começar do fim para o início.

Quanto à questão das biografias, levantada pelo nosso Presidente, quero dizer que minha posição é a mesma dele. Eu acho que a censura tem uma presença muito forte no Brasil. Tivemos, durante o período autoritário, uma forte presença da censura do Estado em cima da criação e de toda a área cultural, inclusive com prisões, exílios, exatamente pelo incômodo que a linguagem artística causava ao poder autoritário, que não tinha nenhum senso de autocrítica. Isso acabou constituindo o *modus operandi* de que é preciso escancarar a liberdade de expressão no Brasil a tal ponto que o governante não tenha direito de interferir nesse processo.

Na redemocratização, começamos a ver que há outras censuras. Por exemplo, o nosso amigo, ali atrás, falou uma coisa que é verdade. A Lei Rouanet meio que privatiza a censura, à medida que os critérios escolhidos pela empresa que se associa são critérios que excluem uma série de áreas altamente relevantes para a cultura brasileira, porque não têm capacidade de gerar imagem para a sua empresa.

Sabemos que no Brasil há um problema que precisa ser resolvido e está na ordem do dia: é escancarar a liberdade de expressão, inclusive a possibilidade de acesso aos grandes meios de comunicação para todos os segmentos da sociedade brasileira. Em vez de censura, devemos trabalhar um projeto de democratização da sociedade brasileira num nível mais radical, para permitir que todas as opiniões e referências conceituais tenham visibilidade e o povo possa fazer uma escolha a partir desse nível de informação absolutamente democrática.

Depois, descobrimos que há outras censuras mais sofisticadas. Nós não podemos acrescentar esta: que o biografado tenha direito de escolher o que pode ser dito sobre ele. Isso fere qualquer objetividade, qualquer possibilidade de ter este gênero biografia respeitado e tratado a sério no Brasil. Biografia é função de escritor, de historiador. Se o biografado se sentir incomodado com alguma inverdade, existem mecanismos na legislação brasileira que permitem que ele recorra; e, se por acaso se confirmar que é uma inverdade, a pessoa será punida. Então, sou absolutamente favorável à liberdade de expressão, inclusive no caso das biografias. Acho que o consentimento prévio,a autorização prévia seria uma forma de censura e de restrição da informação para o leitor em geral.

Em relação à PEC 150, que determina 2% do total do orçamento no plano federal, 1,5% no plano estadual e 1% no plano municipal, são índices muito baixos. Como não conseguimos atingir esses índices, é preciso criar um patamar. Os que são contra, levantam uma questão só: que isso engessaria esses índices previamente definidos e engessaria os gestores. Ora, eu sou gestor e, no caso aqui, vou ser beneficiado, sou suspeito porque o Ministério da Cultura vai ser beneficiado, e aumenta muito.

Mas eu sou gestor e posso ter a generosidade de compreender o seguinte fenômeno: engessar. Vamos para a semântica da palavra "engessar", para a origem do termo que está sendo empregado como metáfora para definir uma impropriedade.

Você só engessa quando um braço ou uma perna quebrou e você precisa recompor. Então, engessar é uma atitude de apoio à recuperação de uma área que está precária no corpo humano. Você não engessa o que não está precisando.

Então, eu acho que até o termo é impróprio, "engessar". Engessa com 2%! Que gestor é esse que não pode garantir no mínimo 2% do orçamento total para uma área tão estratégica? Todos nós sabemos que não haverá desenvolvimento do País sem desenvolvimento cultural e não há possibilidade de enfrentar os desafios do século XXI sem que a população tenha possibilidade de atingir outro patamar de acesso à cultura.

Nós tivemos, nos últimos anos, uma melhoria da condição econômica de parcela significativa da população. A ONU diz que foi a maior redução de desigualdade havida no Planeta e, diga-se de passagem, dentro da democracia, incrementada pelo Governo.

Agora, se você melhora o patamar do poder aquisitivo das pessoas, mas não melhora o padrão educativo e cultural da sociedade, aquele dinheiro vai servir para comprar quinquilharias, muitas vezes até vai ser usado contra a própria saúde e a qualidade de vida da pessoa.

Eu queria recorrer aqui a um exemplo que dou toda hora – ao pessoal do Ministério, eu peço desculpas, porque já ouviu um milhão de vezes. Sou eu que faço as compras lá em casa. Todo sábado de manhã, vocês vão me ver no supermercado fazendo compras. E eu olho para os carrinhos de compras dos pobres: é impressionante como precisa um processo cultural de informação para essas pessoas. Eles compram produtos que – em geral, evidentemente – refletem uma demanda de serem incluídos na sociedade. Então, são produtos que aparentemente geram *status* social: são aqueles biscoitos industriais que parecem isopor; refrigerantes. Ou seja, eu percebo que houve uma desorganização da gastronomia tradicional brasileira, que acabou de ser elogiada pelo Ministério da Saúde, por aquele órgão dos Estados Unidos, o que regula e orienta a questão da alimentação nos Estados Unidos, o FDA. Eles elogiaram a gastronomia tradicional brasileira, essa base do feijão com arroz e uma proteína, como algo saudável e, inclusive, recomenda que os americanos prestem atenção. Agora, dentro do nosso próprio País, pela presença avassaladora dessa indústria gastronômica no Brasil, estamos destruindo algo que é saudável, e a população pobre, essa que ascendeu economicamente, ou seja, subiu dois degraus, ela não tem discernimento, porque não foi dado nem na escola nem nos meios de comunicação. Pelo contrário, estamos submetidos, estamos sob a égide de uma publicidade intensa, inclusive para criança, orientando o consumo.

Então, é preciso que a gente gere um processo, de fato, de educação de qualidade e desenvolvimento cultural para que tenhamos, de fato, construção de qualidade de vida no nosso País. As políticas culturais estão no centro, tanto para construir a democracia brasileira quanto para a convivência entre os diferentes – já foram citados vários níveis de preconceito pelo Senador Lindbergh aqui –, o que vai permitir que a gente avance quilômetros nesse processo de construção de uma convivência em uma sociedade sustentável que garanta qualidade de vida.

Portanto, apesar de achar pouco, eu sou absolutamente favorável a que seja aprovada esta PEC aqui, porque ela vai criar um patamar mínimo.

A relação cultura, esporte e educação: a tradição do Estado brasileiro é esquartejar o Estado. Cada caixinha tem sua lógica, não dialoga, cada um quer criar sua marca específica. Mas temos avançado no decorrer do tempo. Já existem políticas que trabalham essas interfaces.

Eu estou com uma expectativa muito positiva com o atual Ministro da Educação. Hoje, inclusive, eu tenho uma reunião com ele. O primeiro ofício que ele assinou foi propondo uma reunião ao Ministério da Educação e o da Cultura, o que é muito significativo. E quem acompanha o Ministro, como intelectual, nos últimos tempos, antes de ele ser indicado e escolhido pela Presidenta...

Ele escreveu inclusive um artigo dizendo que o Ministério da Cultura era o mais importante do Governo, apesar de não ser reconhecido como tal. E discorreu sobre esse tema. Talvez ele vá dizer hoje que é Educação e Cultura, mas que é, o que é verdade. (*Risos.*)

Se ele fizer essa correção, eu assino embaixo, porque é verdade.

A tradição não é boa. Agora, nós temos muitos programas, mais com o Ministério da Educação do que com o do Esporte, mas temos. Os CEUs que nós estamos construindo, que já são algo em torno de 300, são equipamentos culturais de educação, cultura e esporte. Nós estamos criando uma tradição de interface.

O Programa Mais Cultura nas Escolas é um programa importante que nós estamos desenvolvendo, inclusive o Mais Cultura nas Universidades. As escolas e as universidades estão sendo convocadas para virar pontões de cultura e atender às demandas dos pontos de cultura das suas regiões.

Há uma construção importante que eu acho que pode dar um salto agora. Com o esporte, menos, mas particularmente sou favorável a tratar o esporte culturalmente também. O futebol é a coisa que a gente melhor faz no Brasil, junto com a música. E pode ser tratado culturalmente também, como uma dimensão da nossa vida coletiva. Acho que o esporte tem que ser tratado como uma política pública importante do País. Qualidade de vida não existe sem se disponibilizar a prática esportiva para toda a população desde a mais tenra idade. Os países que já têm tradição de um Estado mais democrático disponibilizam o esporte num padrão maior. E a profissionalização do esporte está ligada ao esporte de base, ou seja, ao esporte que é aberto para toda a população, à presença do esporte, inclusive o futebol, nas escolas.

Então há uma estrutura que precisa ser construída no Brasil, porque a gente vive, na cultura e no esporte, de um extrativismo exagerado, vive só do talento das pessoas, sai pinçando os talentosos e cria os times, etc., quando, na verdade, deveríamos incrementar o esporte como uma necessidade importante, como é a cultura também, embora tenha menos tradição.

Nós estamos trabalhando juntos para as Olimpíadas. Estamos trabalhando no sentido de ter uma programação cultural correlata às Olimpíadas. Nós não fomos bem-sucedidos na programa cultural da Copa do Mundo. Eu chamaria de ridícula a programação cultural que oferecemos na época da Copa do Mundo. Não podemos repetir esse erro, porque é a hora em que o mundo inteiro está olhando para o Brasil. Você tem que botar na rua tudo o que se tem para que haja visibilidade e, no futuro, gere incremento do turismo, mais respeitabilidade pela singularidade brasileira, mais sentimento de pertencimento de todos os brasileiros com suas manifestações. E todos os turistas elogiaram. Além dos serviços, foi elogiada a cordialidade e a afetividade do brasileiro nessa recepção aos estrangeiros que vêm aqui para assistir a esses eventos esportivos. Acho que a gente se saiu pior no campo, não foi, Romário? Infelizmente. Onde a gente pensava...

É isso. Então eu acho que é preciso construir essas interfaces.

Quanto à questão da Lei Rouanet, acho que já foi dito exaustivamente. Se trabalharmos esse projeto de lei que chegou aqui, aprovado na Câmara, no sentido de corrigir duas ou três distorções, o Senado vai dar uma grande contribuição à cultura brasileira, não só de um pacto federativo na área da cultura, mais apropriado, como o uso do dinheiro público de forma responsável e não a partir de critérios para reforçar a imagem de empresa.

A questão da interiorização.

Essa é uma questão importante. O Brasil tem uma tradição litorânea culturalmente muito forte, mas, desde o início do século passado, os modernistas e todas as tendências culturais foram no sentido de abraçar a contribuição do Brasil profundo, do Brasil rural, do Brasil que se expressa de forma distinta, mas muito forte no País inteiro.

Eu tive uma experiência estranhíssima agora, como Secretário de Cultura da cidade de São Paulo. Eu fui debater esse tema, dizendo que São Paulo tem uma dimensão caipira forte, mas tem vergonha dessa dimensão caipira, ou seja, da presença do interior de São Paulo na capital.

E que achava meio colonizada ao se comparar o tempo inteiro com Nova York. Nós nos parecemos mais com Cidade do México, com Bogotá e com o Cairo, porque as interfaces que temos com problemas culturais são mais complexas do que as de Nova York, que é uma cidade que está no epicentro de um sistema em que eles são os que decidem, mandam e se apropriam de muita coisa complexa do mundo. Eu disse: "Olha, não sinto muito a presença do interior de São Paulo aqui na capital e sei da importância da cultura caipira na cidade de São Paulo." Aí, um camarada que já tinha feito sua intervenção voltou a falar, dessa vez com sotaque caipira. E disse: "Eu virei bilíngue aqui em são Paulo para não ser discriminado. (*Risos.*)

Eu seguro minha manifestação na fala da minha raiz, da minha origem para não ser discriminado no trabalho, na convivência social." Ele chegou a dizer o seguinte: "Eu não arranjaria as namoradas que arranjo se eu falasse como originalmente falo na minha família." Isso, para mim, foi o maior depoimento de que é preciso, de fato, neste Brasil do século XXI, voltarmos à tônica que essas ondas culturais brasileiras, inclusive o tropicalismo e outras, levantaram. É preciso reconhecer a diversidade cultural brasileira sem preconceito, sem discriminação. Por que a vivência no litoral é mais importante do que a vivência no interior? Parte da nossa cultura, parte das nossas raízes, parte do Brasil profundo é o Brasil rural e é preciso incorporá-lo, mesmo que modernizando e dando um tratamento em que seja possível se articular com essas outras linguagens.

Quando eu falo o Brasil do interior, estou falando dos povos indígenas. O Brasil tem a maior dificuldade de incorporar a cultura dos povos indígenas no seu patrimônio. Eu não digo formalmente, através do IPHAN e do Ibram, mas digo no nível de uma valorização de fato, assim como a cultura de origem africana. Esta se impôs mais, porque disputa o espaço urbano. Aqui para nós, deram uma contribuição a tal ponto de que, sem ela, este Brasil que conhecemos não seria possível, porque boa parte do que fazemos de melhor vem desse matricial, mesmo quando sofre preconceito.

Então, falei bem, cobra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JUCA FERREIRA – Não é melhor mudar a Lei Rouanet não haver esse problema? Então pronto, é outra estratégia.

Essa questão da interiorização através de museus, através de valorização... Por exemplo, na economia da cultura, uma das muitas vertentes é a gastronomia. Nós temos uma gastronomia interiorana no Brasil que é riquíssima; nós temos o São João, que é uma festa de origem rural, que se consolidou no Nordeste, no Oeste, no Sudeste... Há um São João específico do Sudeste em Minas e há em São Paulo. Por que não transformar isso numa festa tão importante quanto o Carnaval? Ela, inclusive, envolve um número maior de pessoas, porque não se realiza só nos grandes centros. Toda cidade pequena e de médio porte, todo núcleo humano, de alguma maneira, celebra o São João.

Então, essa é uma demonstração de que é possível reconstituir nossos valores naturais com mais generosidade.

Diga, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A questão das quadrilhas juninas, por exemplo, no Estado de Tocantins, está virando um implemento para a economia local. Temos o Arraiá da Capital uma vez por ano, em que circulam quase 100 mil pessoas durante quatro dias no evento. A indústria funciona praticamente durante o ano inteiro.

O SR. JUCA FERREIRA – Esqueci-me de falar quando falei do assunto, mas a regulamentação da Lei Cultura Viva vai permitir que as escolas e universidades sejam reconhecidas pelo MinC como pontões de cultura. Estamos sistematizando isso para que tenhamos de fato a participação das escolas nesse sistema de valorização desse protagonismo cultural da população.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JUCA FERREIRA – Eu vou fechar minha intervenção, respondendo. Já que não houve...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Pelo que estou sentindo aqui, a interação com todos por parte do Ministro é muito boa. Eu até franqueio a palavra a duas pessoas que queiram fazer algum tipo de pergunta. Estão liberadas. Vamos quebrar um pouco essa...

O SR. JUCA FERREIRA – A rigidez estatutária.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sempre dentro da educação e do respeito e civilidade.

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA LUIZ – Venho trazer aqui 77 anos, 40 milhões de minutos da minha existência. Só quero reclamar que a reunião que começou 30 minutos atrasada. Depois, a gente se atrapalha todo.

Mas é o seguinte, estamos acostumados, pelo menos desde 1945, 1946, em sermos invisíveis e clandestinos. E, toda vez, não sei quem, quando, nem onde, diz que, cada vez que ouvia falar da palavra cultura, não sabia se sacava a pistola ou se sacava o talão de cheque. O fato é que tivemos todos o período de sacar a pistola, e agora estamos na fase do talão de cheque.

Por isso, existe a grande resistência para transferir o dinheiro para os cultivares do Brasil. E a palavra cultura em si já é uma mistificação, porque a palavra cultura só existe a partir do ato de cultivar. Então, como é que se dão 2% para este Ministério da Cultura? E os outros 98% se dão para que, para os outros cultivarem os latifúndios dos escravocratas racistas que ocupam todo o Poder Público?

Qual é? Esse povo foi saqueado – o povo foi saqueado! Foram saqueados o povo, os cofres públicos e os bens comuns!

E, nesta altura, é Comissão da Memória, Verdade, Justiça, Reparação de Danos Morais, Materiais, Financeiros, Ambientais. Os que vivem desde 1946 e os que ficaram com o bônus que arquem com o ônus!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O senhor tem mais dez segundos.

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA LUIZ – Tenho dez segundos... Muito obrigado pela atenção dispensada. Prometo voltar a qualquer dia desses para continuar a minha fala.

Isso porque só dei três minutinhos dos meus 40 milhões de minutos de existência!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu que lhe agradeço.

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA LUIZ – Isso é expropriação na mais-valia. Estou aqui desde as 10 horas da manhã, e começou 30 minutos depois.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu que agradeço a sua participação.

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA LUIZ – Não estou cobrando nada ainda. Quanto é que vale cada minuto desses 40 milhões de minutos da minha existência?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, meu amigo.

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA LUIZ – Não sou, não fui funcionário público, nem coisa nenhuma. Sou só um cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ministro, tudo aqui já foi praticamente dito.

Muito obrigado pela participação.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, o senhor me permite só um acréscimo bem rápido?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Claro, Senador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – O Sr. Ministro fez as respostas de maneira muito clara. E ele percebeu, em toda a fala de todos os Senadores, uma preocupação muito delicada com a questão do equilíbrio federativo da alocação de recursos e, evidentemente, a necessidade da revisão da legislação. Permito-me apresentar modestamente uma sugestão singela à apreciação do Sr. Ministro.

Enquanto a lei tramita, e sabemos a demora disso, quem sabe, em uma demonstração de boa vontade por parte do Ministério do Governo de V. Exª, se determine às empresas estatais federais que alocam recurso muito expressivo em Lei Rouanet – e o fazem por um ato de vontade, não sendo necessária lei para isso, só um ato administrativo interno, com a participação do Ministério – que já adotem uma critério objetivo pelos Estados. Perguntava à Senadora Sandra, aqui ao meu lado, e me disse que a população do Estado do Amazonas corresponde a quatro milhões de habitantes, 2% da população brasileira. De 0 a 37, ela iria já para 2%, e assim todos os Estados.

Então, seria necessário um critério objetivo para que as empresas, que são grandes empresas estatais e que têm recursos expressivos, fujam, num primeiro momento, da lógica geral, e já apliquem num critério mais federativo. É uma sugestão que apresento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado.

Em relação ao senhor que colocou o atraso de meia hora desta Comissão, só quero dizer que estou aqui desde as 8h45 da manhã, e esta reunião não começou na hora permitida, porque não havia quórum. Peço desculpa ao senhor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E é preciso também esclarecer que participamos de duas, três Comissões ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ou mais, não é, Senador ?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu estava na Comissão de Meio Ambiente. Cumpri o meu papel que tinha para cumprir lá, terminei lá e corri para cá. O meu atraso ocorreu por que estava trabalhando em outra Comissão.

O SR. JUCA FERREIRA – E hoje estamos concorrendo com a visita do Presidente da Petrobras, não é isso? Que, por motivos óbvios, desperta muito atenção e interesse dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Enfim, Ministro, mais uma vez, muito obrigado pela presença. Com certeza, foi bem gratificante, positiva e interessante a sua presença aqui nesta Comissão.

Seja sempre bem-vindo!

O SR. JUCA FERREIRA – Está certo.

Eu também quero agradecer. Sou parlamentarista e acho que o Parlamento é a principal instituição da democracia. Tanto o é que todo ditador a primeira coisa que faz é fechar o Parlamento, não é isso?

Então, quero dizer que o Ministério está à disposição para aprimorar projetos de lei, para trabalhar em conjunto. E já estamos criando um processo interno de qualificar o Ministério para dar o melhor tratamento possível às emendas do Parlamento, sejam individuais, sejam de Comissão, sejam de bancadas, porque o Ministério tem um índice baixo de execução e, quando cheguei, percebi isso e estou tentando reverter, porque essa parceria levo a sério aqui.

Eu quero agradecer a todos, agradecer as palavras generosas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado pelos livros.

O SR. JUCA FERREIRA – ... e dizer que estamos trabalhando.

Tenho aqui já para entregar ao Presidente, que foi o único que não recebeu ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, convocando para amanhã, às 10h30, audiência pública destinada a debater o Programa de Bolsa Permanência. (*Palmas.*)

A reunião será realizada em atendimento ao Requerimentos nºs 8 e 23, de autoria do Senador Telmário Mota.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

Aproveito a oportunidade, também, para agradecer às intérpretes de Libras, Dânia e Helen.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Telmário Mota**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Paulo Paim, Simone Tebet, Sandra Braga, Rose de Freitas, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Ivo Cassol, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Maria do Carmo Alves, Wilder Morais, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 8 e 23/2015-CE, ambos de autoria do Senhor Senador Telmário Mota, destinados a debater "**O Programa Bolsa Permanência (PBP) do Governo Federal, que concede auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas matriculados em Instituições de Ensino Superior**". Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Thulio de Andrade Novaes Dantas, Coordenador-Geral de Relações Estudantis da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC); Senhora Sirlene Bendazzoli, Coordenadora de Processos Educativos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e Senhor Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá, Aluno beneficiário do Programa Bolsa Permanência (PBP)**. Após as exposições dos convidados, a presidência faz a leitura das perguntas recebidas, por e-mail, através do portal E-cidadania. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Telmário Mota, encaminha solicitação no sentido de diligenciar o Ministério da Educação sobre a denúncia apresentada na presente reunião a respeito da ocupação de vagas do Programa Bolsa Permanência por alunos não indígenas na Universidade Federal do Maranhão (UFMa), assim como sobre a existência de bolsas em todos os cursos oferecidos pelas universidades federais do país e a possibilidade de convênio com universidades privadas. Agradecendo a presença de todos e a participação dos internautas, a presidência declara encerrados os trabalhos desta sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Eventual, Senador Telmário Mota, encerra a reunião às doze horas e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Telmário Mota,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quero, primeiro, cumprimentar todos, dar o meu bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos Requerimentos nº 8/2015-CE e nº 23/2015-CE, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater o Programa de Bolsa Permanência (PBP), do Governo Federal, que concede auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas matriculados em instituições de ensino superior.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Os nossos convidados já estão à mesa.

Quero saudá-los e agradecer sua presença.

O nosso trabalho vai ser balizado na média de 15 minutos para cada expositor, sendo que, havendo necessidade, podemos flexionar esse tempo.

Vamos iniciar com o Thulio de Andrade Novaes Dantas, Coordenador-Geral das Relações Estudantis da Secretaria de Educação Superior – Sesu/MEC.

Tem a palavra.

O SR. THULIO DE ANDRADE NOVAES DANTAS – Muito bom dia a todos e a todas.

Trago aos Senadores os cumprimentos do Secretário de Educação Superior em exercício, o Prof. Dilvo Ristoff.

Eu também gostaria de saudar a iniciativa da Comissão de Educação do Senado Federal de promover esta audiência pública para discutir um programa muito importante no Ministério da Educação, que é o Programa de Bolsa Permanência.

O Programa foi criado em 2003 partindo de algumas premissas: a implementação das cotas nas universidades, a Lei de Cotas, Lei nº 12.711, de 2012, a questão da dificuldade dos estudantes de cursos com alta carga horária para se envolverem em outras atividades que possam custear os seus estudos e atividades como estágio ou até outro tipo de emprego e a ampliação da democratização do acesso à universidade. Aqui, a gente pode citar também o caso do Sisu, que já vem sendo implementado há alguns anos e que tem modificado o perfil do estudante de graduação no Brasil inteiro. Há várias pesquisas que mostram isso.

Hoje, o perfil do estudante de graduação das universidades federais está menos rico, menos branco e menos masculino também.

É muito claro para o Governo que essa mudança de perfil, quando a universidade deixa de ter um corpo discente elitista, vai aumentar a demanda por assistência estudantil.

Então, a resposta do Ministério da Educação com relação a esses desafios tem sido a manutenção da estratégia de expansão gradual do orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que é o PNAES, um programa que está chegando a um orçamento hoje, em 2015, de quase R$900 milhões, um recurso disponível diretamente na unidade orçamentária das universidades federais, e a concessão direta de Bolsa Permanência por parte do Governo Federal, a partir de 2013, com o advento da Portaria nº 389.

Esse Programa estabelece alguns requisitos, que a gente vai mostrar mais adiante, sendo que os requisitos de renda e de carga horária não se aplicam a estudantes indígenas e quilombolas. Então, hoje, todo estudante considerado indígena ou quilombola matriculado em universidades e institutos federais tem direito a receber bolsa permanência paga diretamente a ele, por meio do FNDE, com cartão de benefício.

Sei que vocês já receberam o material que explica de forma geral o Programa de Bolsa Permanência. Só reforço que é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio para alunos em situação de vulnerabilidade econômica. O critério estabelecido hoje é de renda familiar *per capita* de 1,5 salário mínimo, que é, também, um padrão para outros programas sociais do Governo Federal, além, é claro, da carga horária. Além de o estudante comprovar essa renda familiar *per capita*, ele tem que estar matriculado em um curso de, no mínimo, cinco horas diárias. Isso é feito baseado no currículo cadastrado no e-MEC do seu curso de graduação. Além, é claro, dos indígenas e quilombolas, aos quais, como já disse antes, esses critérios de renda e de carga horária não se aplicam.

Os objetivos do programa seriam viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica – aqui, entendemos que o principal indicador é a diminuição da evasão desse público-alvo do programa –, reduzir o custo de manutenção em vagas ociosas – entendemos que a evasão do estudante do sistema de ensino é muito prejudicial ao ensino, porque não temos como repor um estudante nessa vaga; ela vai permanecer ociosa pelos próximos anos – e, claro, também ampliar a democratização do acesso, que já vem sendo tratada por outros programas, como o Sisu e o advento da Lei de Cotas, como forma de complementar a democratização do acesso de forma que o estudante que entrou pelos programas do Governo possa concluir o seu curso de graduação.

Quem pode receber o benefício? Renda familiar *per capita* não superior a 1,5 salário mínimo, estar matriculado em curso de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas, ele também deve

não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso... Isto é para evitar que o estudante encare a bolsa como também uma fonte de renda. Não é esse o objetivo do instituto da bolsa. Então, evitar aquele comportamento que já foi observado outras vezes de o estudante prolongar em demasiado o seu curso de graduação de forma a continuar recebendo o benefício. Então, se ele ultrapassar o tempo regulamentar de dois semestres, ele tem que ser desligado do programa. É claro que há um termo de compromisso que ele deve assinar e colocar no sistema, além de ter o cadastro homologado e aprovado pela sua pró-reitoria. Além disso, ressaltamos, na própria portaria, que o programa prioriza os indígenas e quilombolas, aos quais esses outros critérios não se aplicam.

Aqui é para dar um panorama de como é o fluxo de funcionamento do Programa de Bolsa Permanência. Há o início, claro, pela universidade ou instituto federal, que repassa ao MEC, mensalmente, um lote de pagamentos. Ele deve recolher os documentos necessários dos estudantes, analisá-los, aprovar o cadastro do estudante no sistema e enviar, mês a mês, uma lista de estudantes, via sistema de informação, para o Ministério da Educação. Recebendo esse lote de pagamento das universidades, nós fazemos algumas conferências de praxe e enviamos, caso não haja nenhum problema, para o FNDE.

Há uma tramitação dentro do FNDE também, que costuma ser mais rápida. Aí o FNDE manda o recurso para o Banco do Brasil. Todos os estudantes têm que indicar uma agência do Banco do Brasil em que ele vai ter cadastrada a sua conta-benefício. Depois do primeiro comparecimento, ele vai receber um cartão de benefício e pode fazer os saques, enfim, toda a movimentação financeira em qualquer terminal do Banco do Brasil.

Para se ter uma ideia do nosso último lote de pagamentos enviados, há uma oscilação natural em cada mês. Há estudantes que entram e saem do sistema. Existem também os estudantes que estão em estágios interdisciplinares de vivência, em que eles passam um período na comunidade e outro, na universidade. Então, eles têm que receber a bolsa permanência apenas no período em que estão efetivamente na universidade. E há também problemas de cadastro e, às vezes, de envio da universidade. Isso gera uma certa oscilação.

É claro, também, que a universidade tem que aderir ao programa. O reitor tem que assinar uma carta, comprometendo-se com as atribuições a ele definidas na portaria. Hoje, todas as universidades federais já aderiram, mas acho que cerca de 24 institutos aderiram. Então, isso tem uma variação mensal. No último mês, nós tivemos o pagamento de 13.006 bolsas. Em geral, tem variado entre 13.000 a 13.900 bolsas nos últimos quatro meses. Dessas, são 2.410 para estudantes indígenas, que receberam essa bolsa referente ao mês de março em abril, 716 são para estudantes quilombolas e 9.880 são para alunos que cumprem os critérios de renda e carga horária. Então, o valor total repassado aos estudantes passa de R$6,7 milhões.

Para se ter uma ideia, desde a criação do Programa, a gente faz um agregado anual: em 2013, o programa foi lançado, mas o pagamento efetivo só começou no segundo semestre de 2013 e nós tivemos, no geral, em todo o ano de 2013, 17.260 bolsas concedidas. Isso não significa que são alunos, considerando todos os meses. Provavelmente, cada aluno recebeu seis bolsas em 2013; sendo 6.732 bolsas para alunos indígenas e 770 bolsas para quilombolas, dando um total de quase 25 mil alunos.

Já para 2014, esse total passa das 123 mil bolsas. Considerando que houve implementação do Programa durante todo o ano e que cada estudante recebeu, em média, 12 bolsas – a não ser aqueles que saíram ou os que estão nos estágios interdisciplinares de vivência –, o recurso total, em 2014, chegou a quase R$65 milhões.

Agora, até o mês de março, o último lote de pagamentos enviado, já concedemos 40.662 bolsas, totalizando mais de R$21 milhões.

Bom, creio que já está claro que esse não é um programa pequeno, considerando que ele é implementado em complementação ao Programa Nacional de Assistência Estudantil, é bem forte a resposta do Ministério da Educação a essa maior demanda, o que vimos observando, por assistência estudantil nas universidades federais.

Eu sei que a preocupação do Senador que fez o requerimento para esta audiência tem sido com a regularidade dos pagamentos. Realmente, a gente tem um calendário definido, seguindo aquele fluxo, de que a gente manda para o FNDE, até o final do mês de referência, o lote com os pagamentos. A partir daí, o FNDE processa esse lote de pagamentos e faz o envio ao banco. A gente tem uma previsão de que ele faça esse envio nos primeiros dias do mês seguinte. A gente faz o pagamento ao estudante, digamos, no mês de fevereiro da bolsa relativa ao mês de janeiro. Só que esse envio é numa data em que a gente não consegue manter uma regularidade, tendo em vista a disponibilidade financeira. Este ano está agravado por causa da questão da crise e da dificuldade do Governo em ter o recurso em caixa. Então, após o envio ao FNDE, a gente tem que acionar o setor financeiro tanto do MEC, quanto do FNDE e, muitas vezes, a própria Secretaria do Tesouro Nacional, de forma que a gente tenha a disponibilidade financeira necessária para o pagamento de bolsas. Isso varia de em torno de R$ 6 milhões a R$ 7 milhões a cada mês. Então, não é simples.

Eu fiz um levantamento dos últimos seis meses, e a gente acaba tendo uma meta informal de fazer o envio ao banco até o dia 12 ou 13, para que o estudante ainda receba, talvez, na primeira quinzena, porque

o Banco do Brasil ainda pede cinco dias úteis do envio para que o crédito fique disponível na conta-benefício do estudante.

Nos últimos seis meses, a gente só conseguiu mandar antes do dia 10 em dois meses: no mês de novembro, em que mandamos no dia 6; e no mês de março de 2015, em que também mandamos no dia 6. Nos outros meses, a gente mandou por volta do dia 17 ou 16 de cada mês, Então, ainda demora algum período até os estudantes receberem.

A gente sabe que isso gera diversos problemas aos estudantes, porque eles têm compromissos a cumprir e não têm uma data fixa para poder contar com o recurso. Na medida do possível, a gente tem entrado em contato com as instituições para que possam conceder benefícios de emergência e tal, principalmente nos casos mais graves. Mas o fato é que as próprias instituições sofrem também com essa questão da disponibilidade financeira e nem sempre é possível fazer o apoio ao estudante.

Outra medida que a gente tem tomado, quando solicitado pelo estudante, é emitir uma declaração de que a previsão de pagamento é no dia tal e que ele deve ter o recurso no dia tal, como um documento oficial do Ministério da Educação, de forma que ele possa mostrar ao seu senhorio do aluguel que aquilo que não é má-fé do estudante, que ele realmente está impossibilitado de fazer os pagamentos necessários. Apesar de não ser a melhor situação, isso tem ajudado de alguma forma.

Mas a gente espera que, daqui para frente, nos próximos meses... A previsão é de que o pagamento do próximo saia até o dia 6 e a gente espera dar maior continuidade em relação a esse calendário já definido junto com as IES.

Acho que este era o final da minha apresentação.

Vou passar a palavra para os demais.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos a fala do representante do MEC, do Sr. Thulio.

Eu queria fazer o comunicado de que este nosso trabalho aqui está sendo coberto pela TV Senado, pela Agência Senado, pelo *Jornal do Senado*, pela Rádio do Senado e contará com o serviço interativo com o cidadão pelo AlôSenado, através dos telefones 0800-612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores por telefone e via internet.

Quero agradecer ao público que está participando efetivamente. Já há várias perguntas formuladas aqui, mas vamos deixá-las, naturalmente, para a parte final.

Vamos, agora, ouvir, na sequência, a Sirlene, que é Coordenadora de Processos Educativos da Fundação Nacional do Índio – Funai.

Com a palavra, Sirlene.

A SRª SIRLENE BENDAZZOLI – Obrigada.

Bom dia a todos!

Vou fazer uma apresentação situando um pouquinho essa questão desse Programa de Bolsa Permanência, que tem um antecedente, que foi o apoio que a Funai promovia aos povos indígenas por meio de um apoio que era oferecido até o início do Programa Bolsa Permanência.

Primeiro, é interessante saber que, após a Constituição Federal...

Acho que há algum erro aqui.

Quero a segunda.

Acho que pulei alguma coisa.

É a página seguinte.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª SIRLENE BENDAZZOLI – Está bom.

A partir da Constituição, há uma modificação nas atribuições e a Funai passa a ter uma função muito clara no acompanhamento das políticas públicas de educação e de saúde e, entre outras coisas, deixa de executar essa política de atendimento escolar que existia até o Decreto nº 26, de 1991.

Então, até o Decreto nº 26, de 1991, a Funai atendia, com os seus próprios recursos, os estudantes indígenas através da oferta de escola, de professor e de outros programas. Com esse decreto, ela deixa de fazer esse atendimento, mas o mantém no ensino superior.

Por diversas razões, o MEC não conseguiu criar, desde esse decreto de 1991, uma política específica, que foi criada só com o Programa de Bolsa Permanência, para oferecer algum tipo de atendimento aos estudantes do ensino superior. Então, ela, por uns bons anos, foi cumprindo essa tarefa. Porém, a partir de um determinado momento, observa-se que essa atribuição, que ela não tinha, vai ficando muito onerosa, porque cresce o número de estudantes que demandam esse atendimento e a impossibilidade de a Funai de atendê-los,

porque não é sua atribuição e porque ela é cobrada pelo próprio TCU por estar usando um recurso para uma atribuição que não era sua. Não é?

Então, acho que podemos passar para o seguinte.

Tentando regulamentar essa questão, esse atendimento, a Funai emite algumas portarias, sendo que uma delas é o próprio Regimento Interno da Funai, que qualifica, que define que cabe à Funai qualificar e monitorar as políticas públicas voltadas à educação escolar indígena.

Então, a gente tinha, sim, uma atribuição de qualificar, mas não de subsidiar o atendimento aos estudantes indígenas que estavam em uma situação de fragilidade nas cidades quando eles buscam o atendimento escolar.

Na década de 80, esse atendimento era muito pequeno. Portanto, ele se fazia nas casas dos estudantes, se fazia através de hospedagem, de pagamento de alimentação. Com o passar do tempo, evidentemente, o número de estudantes cresceu muito, e isso se tornou inviável.

Então, desde a década de 90, a Funai começou a estabelecer termos de cooperação com as universidades para que ela pudesse criar algum tipo de parceria para atender essa demanda. E foram muitos os termos de cooperação criados ao longo desses anos com diversas universidades federais privadas atendendo tanto a cursos de licenciatura intercultural quanto com vagas nos cursos regulares.

Esses termos de cooperação estão ainda em vigor. Os primeiros foram criados na década de 90. Um deles, criado, em 2004, com a UnB, por exemplo, teve um caráter pioneiro de atendimento em que a Funai paga o transporte do estudante de casa, da aldeia até a universidade duas vezes por ano, ida e volta – então, são quatro passagens anuais –, além do apoio à alimentação e apoio a outros itens. Diferiam de um termo de cooperação para outro. Criou, para regulamentar esse apoio, as Portarias nºs 744 e 849, orientando e regulamentando como se daria esse apoio e quais os compromissos do estudante também com relação a esse apoio.

Então, por meio dos termos de cooperação, nós chegamos a atender 2.753 estudantes indígenas em 2011, sendo 761 nos cursos superiores regulares, 1.162 nas licenciaturas interculturais, que formam os professores indígenas para as escolas indígenas, e 830 nos cursos de magistério, nível médio ou ensino técnico.

Esse processo foi criando um problema interno bastante sério na Funai, porque a coordenação de educação destinava praticamente todos os seus recursos a essa ação, em detrimento das demais, que seriam as de apoio à educação escolar tradicional e aos processos próprios de aprendizagem. Então, houve um esforço do movimento indígena, um esforço do MEC, um esforço da Funai para que esse programa fosse criado, e a criação dele se reflete nesses dados de 2014, em que saímos de 2.752 estudantes apoiados para 879, que ainda são apoiados porque está escrito no termo de cooperação que nós devemos continuar apoiando até a vigência desse termo. Então, nós temos esse compromisso, e esse apoio se dá. E é demandado pelas universidades que a Funai continue pagando o deslocamento dos estudantes, que é algo que, no Bolsa Permanência, os estudantes declaram como insuficiente para dar conta desse aspecto, porque a passagem, por exemplo, de Roraima para Brasília custa muito caro, e o custo para o estudante fazer isso quatro vezes ao ano é bastante alto. Então, esse é um problema ainda bastante sério.

Nós sabemos que algumas instituições de ensino recorrem, algumas IES recorrem ao PNAES e ao PNAEST, que são os programa tanto para as federais quanto para as estaduais. Porém, nem todas fazem isso. E isso é um problema, porque, quando a universidade recorre ao programa, ela pode subsidiar moradia estudantil, pode subsidiar o restaurante universitário, mas, se ela não recorre a isso, a bolsa permanência tem que dar conta de tudo – da moradia, do transporte, da alimentação, da saúde –, e aí é insuficiente. E, como o nosso colega do MEC bem disse, a universidade tem que aderir a esse programa, e ela tem que pedir ou não. E o PNAEST e o PNAES não são específicos para população indígena ou quilombola; eles são genéricos. Então, é um recurso altamente disputado dentro da universidade também pelos estudantes não indígenas e não quilombolas de baixa renda.

Então, aqui, nós temos uma questão que poderia, talvez, ser pensada na criação de um recorte específico, dentro do PNAES e do PNAEST, para o atendimento dos indígenas e dos quilombolas, porque eles não vêm tendo esse atendimento de alimentação, saúde e transporte suprido plenamente por esse Programa, porque nem todas as universidades o têm. Eu acabo de vir, recentemente, da Universidade Federal de Santa Catarina, que não acessa esse programa, e os estudantes estão demandando que a Funai continue a manter o termo de cooperação, cuja vigência está encerrando-se agora, nesse mês que entra.

Temos que lembrar que a legislação, a LDB, atribui às universidades o atendimento aos estudantes indígenas. Acho que é importante a gente ver que ela atribui a oferta de ensino e assistência. Portanto, não dá par ela simplesmente abrir vagas para os estudantes, achando que, com isso, está sendo cumprida a lei, porque é preciso criar mecanismos para assistir esse estudante, para que ele não abandone o curso, porque, se ele ficar como, soubemos outro dia, um estudante que se inscreveu no programa no começo do ano e ficou até outubro sem receber, ele não consegue se manter na cidade, ele vai embora.

E também há a questão de estímulo à pesquisa, porque vemos que, muitas vezes, o estudante entra numa universidade e é meramente mais um; não há, dentro do curso, algo que conecte a vida dele à comunidade com um programa que ele desenvolve no curso que está fazendo, como Direito, Medicina ou qualquer outro.

Enfim, nós temos o Decreto nº 7.824, que é o das cotas, o programa de cotas, e, por fim, a Portaria nº 389, que criou o Programa Bolsa Permanência.

Então, a gente tem que ter claro também que ele atende, com R$900 por mês, os estudantes dos cursos regulares e, com R$900, por até seis meses, os estudantes dos cursos de licenciatura, que são esses estudantes que têm etapas de curso na universidade e etapas de formação nas aldeias, porque eles são professores nas suas aldeias e se deslocam, geralmente, duas ou três vezes por ano para a universidade para sua formação, e eles também precisam ter moradia, eles também precisam ter restaurante universitário nesses períodos em que estão nas universidades. E esses também nem sempre possuem esse atendimento.

Portanto, o que nós vemos como uma grande vantagem do Bolsa Permanência? Finalmente, o MEC assumiu esse apoio específico aos estudantes no ensino superior, que era uma necessidade gritante. Com a Funai sendo liberada desse apoio gradativamente, ano a ano, nós estamos podendo nos dedicar mais aos processos educativos próprios, comunitários, tradicionais dos povos indígenas, com fortalecimento das organizações indígenas para o controle social dos programas e das políticas públicas.

O que vemos ainda como problemas a serem resolvidos, o que trouxemos aqui na intenção mesmo de pensar no que a gente pode aperfeiçoar, no que pode ser pensado para a melhoria do que ainda não está funcionando muito bem? Ele não contempla as universidades estaduais. Isso é uma queixa que recebemos muito. Sim, é muito complicada, nós sabemos, essa questão do deslocamento do recurso federal para o estadual, mas há locais onde o atendimento, historicamente, é feito pelas universidades estaduais e, em alguns lugares, até mesmo por instituições privadas de ensino, não por aquelas, vamos dizer, "de fundo de quintal", como são chamadas, mas por instituições reconhecidas e que têm um trabalho histórico já antigo com os povos indígenas.

As universidades não disponibilizam vaga em todos os cursos. Essa é outra questão complicada, porque força ao deslocamento do estudante de sua cidade para outra muito distante para estudar. E todo estudante que se afasta muito da sua comunidade começa a ter problemas de tristeza, entra numa situação de abandono, de fragilidade, e é muito difícil a situação de vulnerabilidade em que ele fica, não só financeira, como do aporte, do apoio emocional da sua família. Então, é ruim que as universidades não atendam ainda... Temos estudantes vindos do Amazonas para estudar aqui, em Brasília, deslocando-se grande distâncias, e isso causa um problema de mal aproveitamento e de situação de estresse desses estudantes.

O acompanhamento pedagógico ao estudante é muito raro e frágil. Uma vez que ele se insere dentro do curso, ele não pode ser deixado ali sem um acompanhamento, e esse acompanhamento não é só assistencial, como nós dizemos, mas também pedagógico, pois ele está numa outra sociedade, numa outra realidade cultural e precisa de apoio para poder dar conta dessa diferença e acompanhar sem se atrasar, porque, se ele se atrasar, ele vai perder o programa, e o programa oferece um prazo para que ele cumpra aquele curso.

Então, principalmente nos cursos regulares, diferentemente do que acontece nos cursos de licenciatura, muito frequentemente, ele se torna apenas mais um. E ainda não há, nas universidades – nós vimos buscando, mas não encontramos –, estudos sobre evasão. Por quê eles saíram? Qual o motivo? As pessoas têm informações informais, não estudos realmente elaborados. E, quase sempre, essas informações informais dão conta de o aluno ter se sentido abandonado, sozinho, sem apoio pedagógico e familiar. E aí ele não aguenta mais e, se a bolsa atrasa, abandona o curso e, com muita tristeza, volta para casa.

São poucas as instituições federais onde o ingresso por cota deixou de ser encarado como problema. Muito frequentemente, as universidades diziam: "Isso é problema para nós; agora, nenhum professor quer fazer esse trabalho". Enfim, ela não enxerga isso como uma abertura da universidade para a sociedade, mas como um problema que ela tem que resolver.

Então, às vezes, essa má vontade não constrói um bom caminho para esses estudantes ali dentro. Assim, o aproveitamento acadêmico não é muito bom, ocorre evasão, e há também falta de conexão do curso que ele faz com a vida da comunidade, porque não são desenvolvidas pesquisas que contraponham o conhecimento ocidental ao conhecimento indígena. O lugar do conhecimento indígena na universidade ainda precisa ser mais valorizado.

Nós temos problemas também com a questão do período de assistência. Quando passa no vestibular, ele fica um tempo, até que a documentação tramite, sem receber nenhum tipo de apoio. São pouquíssimas as universidades que têm algum sistema emergencial para dar algum aporte, uma casa de estudantes onde ele possa ficar, um recurso que possa ser disponibilizado, e eles vão bater à porta da Funai, e nós não podemos fazer esse atendimento. Não podemos fazer esse atendimento! Então, é uma situação muito complicada. Eles ficam meses esperando finalmente sair a bolsa deles, e seria importante que a universidade tivesse, mi-

nimamente, um espaço, um lugar. O que temos visto são soluções precárias. Um lugar consegue uma casa de uma missão, outro, da prefeitura, mas não há uma política muito clara das universidades com relação a esse momento, que existe, do atraso ou da transitoriedade, até que o documento dele seja processado dentro do Ministério da Educação e do FNDE.

Então, nós somos cobrados para atendermos esses estudantes, assim como somos cobrados para atendermos os estudantes no momento do deslocamento para o vestibular. E também não podemos atender. E isso vem sendo uma situação bastante difícil, porque é caro, eles têm que sair da cidade deles, têm que se hospedar. Enfim, é uma situação difícil.

Como eu disse, nem todas as universidades usam recurso do PNAES para oferecer moradia, transporte e restaurante universitário ao estudante. Nesses casos – há um erro ali –, o recurso do Programa de Bolsa Permanência torna-se insuficiente para ele se manter na cidade. Essa situação precária vem obrigando a Funai a manter apoio ao deslocamento dos estudantes que ingressaram até antes do Programa de Bolsa Permanência. Nós temos a responsabilidade de continuar assistindo esses estudantes para que os que estão estudando pelo menos concluam os cursos. Mas os que ingressaram após 2013, já na vigência do Programa de Bolsa Permanência, nós não atendemos mais. Então, nós sabemos que esses daí estão a descoberto.

Observa-se, assim, a necessidade de o MEC orientar as instituições federais quanto à possibilidade de convalidarem os documentos comprobatórios que os estudantes já apresentam nas universidades quando dos vestibulares específicos acelerando a tramitação da documentação.

Outra questão que observamos como demanda dos estudantes é que o PNAES, embora previsto para atender aos institutos federais, conforme consta no art. 4º, atende apenas aos estudantes da rede de ensino... Não atende esses estudantes, atende só aos das universidades. Os estudantes das universidades federais são atendidos pelo PNAES, mas os dos institutos técnicos federais não são atendidos. Há um problema ali, porque o art. 4º diz que o instituto federal pode participar e o art. 1º diz que não. Então, isso está criando um problema muito grave, porque o crescimento da frequência de estudantes indígenas em instituto federais só tem crescido, e é preciso resolver essa questão.

Os cursos de licenciatura funcionam nesse período de aldeia e cidade, e alguns cursos de licenciatura contam com o apoio da Funai para o deslocamento. Santa Catarina conta, o Unemat, no Mato Grosso, conta, mas é uma universidade estadual e, portanto, está fora da possibilidade de manter, de receber esse apoio do MEC, mas ela a única instituição que tem um grande contingente de professores indígenas formados desde 2001, quando começou o programa. Não temo como a gente parar de atender, porque isso seria um absurdo. Mas a gente vai continuar tendo problema com o TCU por causa disso.

Projeções que nós temos.

É interessante... Eu só coloquei esses dois tópicos porque já em 2011 dizíamos da necessidade de institucionalizar o ensino superior indígena dentro das universidades como espaço de intercâmbio de experiências e não de colonização do conhecimento e de que essas questões deixem de ser programas e passem a ser institucionalizadas como políticas públicas.

Criação de mecanismos, instâncias gestoras nos cursos nas universidades, para garantir as condições de permanência e participação de representantes dos povos ou organizações indígenas.

Temos que sair da situação de um atendimento emergencial aos índios e entender que eles vieram para dentro das universidades para ficar. E aí tem que ser uma política constante, tem que ser uma política de longo prazo, como é para qualquer segmento da população brasileira e não um programa temporário ou um programa que pode sofrer essas oscilações que todo programa sofre por sua própria característica de temporalidade.

Então é esta a minha apresentação.

Estou aberta a qualquer outra pergunta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, ouvimos aí a explanação da Drª Sirlene, que, com muita propriedade, mostrou a precariedade e a importância ou não.

E agora vamos ouvir aquele que está lá na ponta, aquele que realmente está sofrendo na pele, nos seu espaço, nas suas necessidades, que é o aluno, aqui representado pelo companheiro Avanilson.

Você é do Tocantins, não é, Avanilson?

Veio de onde? Veio andando? Veio a pé? Não. É normal, né?

O Avanilson está aí e tem a palavra.

Diga a sua dor, a sua necessidade, a importância do programa. Isto é importante.

Só um pouquinho, Avanilson.

Quero agradecer a participação das pessoas. Estão chegando aqui várias manifestações e perguntas.

Só para relembrar, esta audiência aqui está sendo transmitida pela TV Senado, pela Agência Senado, pelo *Jornal do Senado*, pela Rádio Senado, temos aí o Alô Senado, número 0800-612211, temos, também, através das redes sociais, internet, o e-Cidadania, *www.senado.gov.br/ecidadania*.

Então, vamos participar, porque é importante.

Quero agradecer as pessoas.

Com a palavra.

O SR. AVANILSON IJORARU DIAS AIRES KARAJÁ – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso Senador Telmário Mota.

Meu nome é Avanilson Karajá, sou do Estado de Tocantins. Sou acadêmico de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Tocantins e fui convidado aqui por indicação da indígena Isa Tapuia, que me indicou para o Senador por me conhecer há muito tempo. Eu fiz parte do processo de reivindicação para criação dessas bolsas de permanência, fui Presidente da União dos Estudantes Indígenas do Estado do Tocantis e fui do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena. Hoje, faço parte do Conselho Estadual de Meio Ambiente representando as comunidades indígenas no Conselho e, atualmente, também estou na Articulação dos Povos Indígenas para a 1ª Conferência de Políticas Indigenistas do Estado, conferência que vai acontecer aqui em Brasília, na verdade.

Eu não tenho nada preparado, eslaides, porque, na verdade, vou mais relatar aqui os anseios dos estudantes indígenas de todo o Brasil. A partir do momento em que divulguei essa audiência aqui, no Senado, para os estudantes indígenas, recebi várias mensagens com reivindicações de indígenas de todas as regiões, do Nordeste, do Norte, do Sul, daqui, de Brasília... Assim que cheguei a Brasília, já tive uma reunião com os estudantes, os acadêmicos daqui, de Brasília.

Para começar, eu queria falar um pouco... Eu sei que vocês esperavam um índio pintado, com cocar na cabeça, mas a realidade é que eu sou mestiço. Minha avó não pega no laço, como dizem, mas eu morei na aldeia a vida toda. Meu pai trabalha na aldeia. O meu pai trabalhava na Funai e hoje é aposentado e reside na aldeia. Minha mãe, falecida no ano passado, é que era indígena.

Sempre fui envolvido no movimento estudantil indígena dentro da universidade. Eu acho que a nossa universidade é uma das primeiras universidades a terem um indígena como Presidente do DCE, o meu primo, Vanicleisson Karajá. Através de uma mobilização muito grande, conseguimos elegê-lo entre três chapas concorrendo dentro de uma universidade.

Então, eu vou relatar.

Eu acho que o processo histórico de criação do sistema de cota iniciou-se lá em 2001, que foi quando se Iniciou a discussão da entrada do indígena na universidade. Foi em 2001 também que uma lei – se eu não me engano, a Lei nº 3.524 –, nas universidades estaduais do Paraná, foi criada especificamente para indígena entrar na universidade. Daí, então, começou-se a abrir aquela discussão do sistema de cotas, com várias críticas. Os indígenas sempre foram questionados, principalmente os estudantes indígenas. Eu entrei na universidade em 2008, quando ainda estava no auge a discussão do sistema de cotas. Só que avançamos, avançamos tanto, que hoje não se discute mais o sistema de cotas, que são as ações afirmativas para indígenas. Hoje, já é tudo unificado. Na verdade, Sisu, Enem, tudo tem sistema de cota.

Até então... (*Pausa.*)

Eu me perdi aqui.

Em 2008, entrei na universidade. A partir de 2008, começou-se a se discutir a permanência desses indígenas na universidade, porque estava havendo uma evasão muito grande das universidades por parte dos indígenas: o indígena entrava na universidade e não tinha um suporte, não tinha programas, não tinha bolsa, não tinha nada, a não ser a bolsa da Funai, que existia na época, de R$300, que não dava para o indígena se manter na cidade.

Como todo mundo sabe, o indígena não tem aquela cultura de acumular riqueza. Se ele pegar um dinheiro hoje, ele gasta tudo hoje. Então, se ele pegar cem peixes para uma família, o que ele não der conta de comer ele divide tudo com a família dele naquele mesmo dia, não acumula para o dia seguinte. Então, os pais não têm condições de manter o filho na cidade.

Vamos tomar como exemplo um estudante de Brasília. Brasília tem um custo de vida muito alto, acho que um dos mais altos do Brasil. O indígena não tinha condições de se manter. Então, houve uma evasão muito grande. Eu acho que, a partir daí, houve a pergunta: o que fazer com esses indígenas para permanecerem na universidade, para terem um curso superior? Aí, os indígenas começaram a reivindicar, cobrar da Funai a criação de uma bolsa que desse suporte para os indígenas. Foi então que surgiu a Bolsa Permanência. Só que ela era no valor de R$300,00, se eu não me engano, na época, e, depois, foi ampliado para R$900,00. Aí, foi criada essa bolsa de R$900,00... E eu acho que a outra Bolsa Permanência existe até hoje, se eu não me engano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AVANILSON IJORARU DIAS AIRES KARAJÁ – Não, das universidades, porque toda universidade tem um Programa de Bolsa Permanência. Eu não sei se existe ainda uma, porque são pagos R$300,00.

Hoje, os indígenas recebem essa bolsa de R$900,00, que é para garantir a permanência dele na universidade. Fala-se na permanência do indígena na universidade porque o indígena vem para a cidade, chega à cidade e não tem uma moradia. A dificuldade que tem começa com a língua. Um indígena é muito tímido, tem dificuldade para falar o português. Eu estava comentando com um amigo meu que, apesar de ter estudado em escola pública na cidade – fiz o segundo e terceiro anos na cidade –, quando eu entrei na universidade, eu tive dificuldade, porque o professor trata todo mundo da mesma forma. Ele não passa a mão na sua cabeça porque você é índio, porque você é negro. Lá, somos todos iguais dentro da sala de aula. Até então, ele chegava, dava a aula dele e falava "olha, pesquisa isso aqui no Google..." Aí eu pensava "meu Deus do céu, o que é Google?" Eu não sabia o que era. Isso é engraçado.Isto porque eu já sou mestiço e já tinha uma fluência, o meu português já era bem fluente.

A moradia.

Por exemplo, não existe programa, o índio chega na cidade e não tem para onde ir, não tem parente. Então, não se tem um programa para criação de casa de estudantes indígenas.

Lá, no Tocantins, temos hoje uma casa de estudante indígena, mas não há nenhum estudante morando lá. Devido às leis, portarias, a muitas coisas, não se consegue passar, doar, a nossa associação não consegue doar a casa para a universidade, pelos processos legais. No caso, se você pegar a casa do jeito que está construída lá, que foi um recurso que a gente conseguiu do país de Luxemburgo, da Igreja Católica, através de doação – que foram R$610 mil –, conseguimos construir uma casa para 48 indígenas... Mas, se pegarmos e colocarmos esses estudantes lá por um ano, não vai existir mais casa, porque ela estará toda deteriorada. Então, a universidade é que tem que arcar com a energia, com manutenção e essas coisas.

Um dos problemas com relação à bolsa... Recebi várias reclamações de indígenas de todo o Estado. Um dos problemas que eles estão tendo muito é com essa questão do cadastro que se faz no *site* do MEC. Está havendo muito problema. Os indígenas dizem que não conseguem mais acessar, o processo é demorado, há perda de documentação, o número de benefícios... Por exemplo, tem estudante que já fez cadastro há três meses e até hoje nem conseguiu o número de benefício.

E, também, o que tem mais dificultado a permanência, porque houve evasão, além do Enem, que houve uma evasão muito grande da entrada do indígena na universidade –evasão, na verdade, é quando sai, né? –, que houve uma evasão, foi a questão do atraso das bolsas. As bolsas têm atrasado. Atrasou dois meses, janeiro e fevereiro atrasaram. Então, teve indígena que pegou, trancou o curso, largou. Por experiência própria, meu primo que mora comigo não teve condições de ficar em Palmas, trancou a faculdade e foi para a aldeia esperar a bolsa sair, e ele está lá, na aldeia, até hoje, já praticamente com o curso perdido. Por quê? Por causa do atraso da bolsa. Porque, quando atrasa a bolsa, você não consegue pagar o aluguel, não consegue pagar o transporte, não consegue pagar sua alimentação, que são os RUs, materiais.

Na semana passada, apresentei meu TCC. A bolsa não tinha saído ainda. O que aconteceu? Fiquei sem nenhum centavo na carteira e eu não tinha nem como falar com o meu pai, na aldeia. Tive que sair correndo dentro da universidade, fui à Funai, que disse que não tinha como imprimir o TCC, que era uma coisinha simples, só para imprimir 40 folhas em três cópias, não tinha condição. Aí, fui à universidade, consegui imprimir e consegui encadernar tudo pela universidade, através do programa. Fui a num setor de apoio psicopedagógico e entrei logo em depressão, falei que tinha que apresentar naquela hora, entreguei tudo de última hora. Tudo isso por causa do atraso da bolsa.

Acho que o MEC tinha que ter uma calendário definido e repassá-lo para as universidades. Acho que, além de essas bolsas demorarem a sair, gera um estresse dentro da própria universidade o fato de os indígenas ficarem cobrando de um setor da pró-reitoria responsável pelos indígenas, que, no nosso caso, é a Proest. Então, os indígenas ficam ligando, ficam estressando os funcionários e cobrando a bolsa. Acho que o MEC tinha que ter isso já definido. Deveria falar: "Não, a bolsa do estudante tem que ser paga até dia 15"... Aí fica aquela briga, até entre os próprios estudantes. Dizem "não, a bolsa vai sair nos primeiros 15 dias úteis do mês", mas não sai. Tem mês que sai no final do mês, tem mês que sai no início do mês, e por aí vai. Isso dificulta muito a permanência do indígena na universidade.

Acho que essa bolsa deveria ser ampliada. Uma das mensagens que recebi diz que os indígenas falam que o valor da bolsa é muito pequeno, um valor mínimo para quem mora numa capital como Brasília, por exemplo, onde o aluguel é muito alto, mais transporte, alimentação... Então, R$900,00 não dão para nada.

Eu estava olhando os valores aqui. Se você for comparar esses valores que tem aqui, do MEC que, são gastos com pagamento de bolsa, acho que é um valor mínimo. Deveria ser até mais, porque, quando você se compara com a Operação Lava Jato aí, isso aqui não é nada.

É isto. Eu queria trazer para vocês só essas dificuldades que o indígena está tendo na universidade. Não sei se fui claro, mas queria agradecer a presença de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Acabamos de ouvir a fala do nosso estudante Avanilson, que veio de Tocantins e expôs as suas necessidades.

Chegaram aqui várias perguntas, e eu queria pedir para o Avanilson centralizar três itens importantes para passarmos, depois, para o Thulio.

Thulio, eu queria deixar você por último para a gente formular o quanto representa a fonte pagadora.

Então, o Avanilson diria três necessidades, digamos assim, básicas, o que está acontecendo dentro desse programa, o que seria importante para melhorar, para ajudar. E a mesma coisa eu queria que a Sirlene também fizesse: três básicas, nesse sentido.

Mas, antes disso, eu já vou passar aqui, como eu tenho o documento, por exemplo, para você, Túlio: a Loni Mânica, doutora em Educação, daqui, de Brasília, fala o seguinte:

O Sr. Thulio, do MEC, falou que uma mesma pessoa pode ganhar mais de uma bolsa (teve aluno que ganhou até 12 bolsas) – ela coloca entre parênteses – por qual motivo? Não seria melhor dar uma bolsa única que pagasse o curso todo ou o ano todo e, em caso de evasão, poderia se oferecer o valor a um outro aluno? Ou ainda o valor integral de uma bolsa dividida em 12 parcelas? Esse método de aluno receber várias bolsas "parece" – entre aspas – mascarar o número real de atendimento.

Então, ela faz essa solicitação. Eu vou te passar isso para você, no final, fazer uma exposição. Essa foi por telefone.

Mas chegou aqui também uma denúncia, que eu acho até grave. Antônio Gil de Souza Gomes diz que na Universidade do Maranhão – atenção! Universidade do Maranhão! MEC, atenção! – não há indígenas. A cota indígena lá foi ocupada por não indígenas. Isto é grave! Isto não pode acontecer. Nós sabemos que os povos indígenas não têm renda, vivem numa dificuldade socioeconômica violenta, são pessoas, como bem disse o Avanilson, que não acumulam riqueza, mas que querem ter oportunidade de se educar, de se formar. Querem ser médicos, querem ser engenheiros, querem ser psicólogos, querem ser economistas, querem ser administradores, advogados, dentistas, como temos muitos. Eu nasci dentro de uma comunidade indígena, vivi até os 11 anos numa comunidade indígena, analfabeto de pai e mãe, na escuridão do analfabetismo e, para ir para a cidade, minha mãe, indígena, teve de ser empregada doméstica, e eu tive de fazer trabalhos braçais. Naquela época, não havia nem essa bolsa. No meu Estado de Roraima, não havia universidade. Eu tive de, depois, ingressar num banco para, através dele, sair do Estado de Roraima e, então, poder concluir cursos superiores.

Agora, eu imagino a Universidade do Maranhão, que tem a sua grande raiz em muitas comunidades indígenas, ainda usar essa cota? Pelo amor de Deus! Isto nós precisamos apurar. Não estou aqui condenando a universidade porque toda estória tem dois lados e tem a verdadeira, mas ninguém faria uma manifestação dessa ordem se não tivesse aí uma luz de fundamento. Então, nós vamos notificar essa universidade. Depois, eu vou pedir aqui aos nossos secretários, que são os universitários aqui, que sabem tudo, a Adriana, o Júlio e os demais, para a gente encaminhar, através da Comissão, algumas solicitações nesse sentido.

Então, não tenho nenhuma dúvida de que a carência desses alunos é muito grande, tanto dos quilombolas quanto dos indígenas. São pessoas que, como eu sempre digo – saem do interior, saem de uma comunidade com a cara e a coragem. Mas é com a cara e a coragem.

Um desses dias houve um movimento indígena em Brasília contra essa PEC louca, a 215... A Câmara quer agora pautar as coisas aqui, no Brasil. Então, aproveitando um vácuo de poder, eu acho que o Presidente lá está encantado com isso e quer avançar nos direitos construídos a duras penas.

As pessoas não sabem que, em 1500, havia três milhões de indígenas. Em 1957, eles já eram apenas a 70 mil. Quase houve a extinção absoluta. De lá para cá, com a SPI e, depois, a Funai, os avanços e a educação, a população hoje é de em torno de 900 mil indígenas. Cada avanço desses custou sangue, custou vida, custou uma luta interminável, e agora o Presidente da Câmara acha que tem que tirar um direito conquistado.

Bom, como eu falei, os indígenas vieram aqui se manifestar. Muitos deles são meus parentes, vieram de aldeias e ficaram na minha casa. Alguns deles só tinham uma roupa para passar uma semana aqui. Eu falei: "Tu dormes nu. Lava a tua roupa à noite e de manhã tu vestes de novo. É o único jeito". Não é verdade? E era assim que acontecia. E isso tudo acontece também com esses jovens que vêm em busca do aprendizado, de ensino superior, de uma oportunidade na vida.

Eu imagino esses R$900,00! Que sufoco! Tu tens que comer, tu tens que vestir, tu tens que ter transporte... Se bem que o indígena gosta muito de caminhar. Eu tenho aqui o meu motorista, que é indígena, que, às vezes, resolver ir...

Onde ele mora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bem, ele sai da 309 e vem a pé para cá. Eu acho que ele tem o caminhozinho dele por aqui. Ele já fez o caminhozinho dele aqui, em Brasília.

Então, há essas andanças. Mas é claro que a gente está falando isso para distrair, pois é lamentável essa situação.

Nós vamos aqui ver mais algumas manifestações. Por exemplo, o André Bittencourt Leal, de Santa Catarina.

Ele até incluiu, o que é oportuno, nesta hora, até para o MEC tomar conhecimento disso, que, quando você faz – e eu acredito e quero parabenizar o MEC e o Governo – um programa, não é para um faz-de-conta. Não pode ser um pano de fundo. Ele tem que ter, realmente, uma objetividade e tem que trazer aquilo para servir ao fim para o qual foi criado.

Então, ele, de Santa Catarina, o André Bittencourt Leal, fala que os integrantes do Programa Educacional Tutorial (PET) manifestam apoio à necessidade de regularização do Programa de Bolsa Permanência, do PBP. Além disso, gostariam que o MEC esclarecesse aos Senadores por quais motivos as bolsas do PET também têm sido pagas com frequente atraso. Ele foi mais longe. Ele disse também: "Para que esse tipo de política pública tenha êxito, é fundamental que haja regularidade nos pagamentos. O que temos visto, desde dezembro de 2014, são atrasos sucessivos nestes pagamentos. Quais são os motivos dos atrasos no pagamento das bolsas do Programa Educacional Tutorial, PET, e também da permanente?"

Ele fala mais: "Na primeira entrevista após a posse, o novo Ministro da Educação disse que os programas estratégicos e estruturantes do MEC não seriam afetados pelo corte orçamentário, assim como as bolsas do programa permanente e do PET. Porém, tem sido depositado com frequente atraso, de meses. Por que isso?"

Tudo isso, vai-se vendo, está preso à questão do atraso.

Aí ele fala aqui também dos decretos, tal, fala que há a Lei Orçamentária, que prevê esse recurso, e que não vê por que tamanho atraso.

Nós temos também aqui, de São Paulo, João Aristeu da Rosa: "Gostaria que o Thulio se manifestasse sobre o atraso das bolsas destinadas ao programa PET e se o custeio será liberado no próximo mês de maio de 2015? João Aristeu da Rosa, Presidente do Cenapet."

Temos aqui também, de São Paulo, do João de novo: "Dada a contribuição significativa do PET, os alunos da graduação da universidade brasileira necessitamos que as bolsas sejam destinadas conforme previsto, isto é, sem atraso e que o processo de avaliação do programa seja retomado o mais breve possível."

Temos aqui a Danielle Cristine Stern, que é de São Paulo: "No dia de hoje, 28/4/2015, existe um empenho no valor de R$ 8.022.600,00 sem finalizar o processo há vinte dias. Além desse empenho do PBP, existem outros programas esperando pagamento. Qual a situação real dos atrasos e como podemos modificar essa situação?"

Então, a gente vê que o fogo está centrado na questão do atraso e a gente já viu que o atraso repercute de forma extremamente negativa. Ele não só estressa, dá um problema psicológico, financeiro e saco vazio não se sustenta em pé. Como é que vão comer, beber, caminhar, andar sem as bolsas, que são fundamentais para aqueles que vivem exclusivamente dessa ajuda? Não tenho dúvida de que essas pessoas vivem com essa total exclusividade, fazendo, às vezes, uma refeição por dia. Eu vi depoimentos de vários alunos que fazem, às vezes, uma refeição por dia. E isso é verdade. A gente vê o tanto que essas pessoas estão aí... Então, o atraso é, Thulio, afeta substancialmente, tira a característica do programa, tira o objetivo final do programa, desestabiliza o aluno. Muitos deles abandonam o curso, vão embora.

Para a gente começar as três perguntas básicas fora essas daí, a Sirlene tem a palavra.

A SRª SIRLENE BENDAZZOLI – Bem, só uma pergunta: essas perguntas são endereçadas ao Thulio, não é? Então que o que V. Exª me pede é que eu coloque os três pontos principais que eu gostaria de colocar.

Eu coloquei aqui, não sei se consegui reduzir a três, mas vou tentar.

Primeiro, a extensão para todos os cursos. Quer dizer, que as universidades não restrinjam os cursos para os quais elas oferecem, por exemplo, o Bolsa Permanência, que faz com que os estudantes tenham que ir para outros Estados e outras universidades, e que haja uma expansão para as estaduais e, se possível, para as privadas que tenham tradição no trabalho com povos indígenas. Esse seria um ponto.

Outro seria a questão das estruturas de atendimentos assistenciais, que sejam expandidas como política mesmo e não só como pequenos programas: moradia, restaurante, transporte. A gente sabe que as universidades podem solicitar recursos para a construção desses equipamentos nas universidades. Há programas no MEC para isso, mas elas preferem deixar que o estudante se vire com os R$900,00 para cobrir todas as despesas,

o que é absolutamente impossível. Ele ainda tem que correr atrás de fiador, quer dizer, a pessoa não conhece a cidade e fica numa situação de fragilidade muito grande. Então, a universidade tem que abrir o espaço dentro dela para moradia estudantil, para o restaurante, para o transporte, porque nós não podemos mais, como Funai, bancar esse transporte. Isso precisa ficar muito claro.

O terceiro ponto seria a questão da identidade indígena, que pode gerar problemas como este que foi apontado na Universidade Federal do Maranhão, em que as cotas foram ocupadas por não indígenas. Também precisamos entender que, para evitar esses problemas, a universidade deve ampliar os seus vínculos com as comunidades porque, desde a promulgação pela OIT, da qual o Brasil é signatário, da Declaração 169, não é a Funai que vai dizer que a pessoa é indígena ou não. Esse é um alto reconhecimento, reconhecimento da própria comunidade. E, se a universidade tiver um programa específico e diferenciado, isso não vai ser problema. Se ela tiver um vínculo e se ela tiver um processo seletivo diferenciado, ela não vai ter problemas com o ingresso de pessoas que queiram se passar por indígenas. Então, que não se peça à Funai que dê essa declaração porque nós não a daremos. Está dentro da portaria do Programa de Bolsa Permanência hoje essa cobrança que a Funai faça essa declaração. É só isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, ouvimos as sugestões importantes da Sirlene, que vive esses momentos dia a dia. Ela falou em identidade. Nós temos recebido várias manifestações. Hoje, para a pessoa saber se é índia ou não, tem uma identidade, um documento administrativo da Funai, que é um papel dizendo se a pessoa é índia ou não. Então, estamos tentando ver se, de acordo um projeto nosso, conseguimos inserir na carteira de identidade da pessoa indígena a etnia dela, esse reconhecimento. Isso vai facilitar – e muito! – até nesse sentido e em todo o território nacional, porque às vezes o indígena tem um tratamento diferenciado. Em alguns pontos, a lei já prevê isso, facilitando a vida dele.

Vamos ouvir do nosso Avanilson três sugestões para melhorar o programa.

O SR. AVANILSON IJORARU DIAS AIRES KARAJÁ – As três sugestões... Temos um Encontro Nacional de Estudantes Indígenas. Acho que vocês têm conhecimento desse encontro. Estávamos conversando há pouco. É um espaço de diálogo, é o único momento em que conseguimos reunir todos os estudantes indígenas do Brasil para diálogo. O que eu queria do MEC é saber se existe a possibilidade de assegurar o recurso anual para realização desse evento.

O outro ponto é se há possibilidade de aumento da Bolsa Permanência para o indígena conforme a região. O teto salarial sendo de R$900,00 mas, por exemplo, Brasília, que tem um custo de vida muito alto, a de Brasília seria de R$1.000.00, R$1.200,00, R$1.300,00. Como você disse, há vários valores para a Bolsa Permanência. Se ela fosse estipulada conforme a região, seria melhor.

Outra sugestão seria que se definisse um calendário para o pagamento dessa bolsa. Foi uma das reivindicações sobre a qual eu mais recebi mensagem. O atraso dificulta efetuar pagamento de aluguel, etc.

A outra coisa, como a Sirlene disse, é a extensão da bolsa para as universidades estaduais e particulares. Participei de um evento no ano passado em que eles discutiram bem essa questão estadual. Eu sei que ela é meio complicada, mas não custa nada revermos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, vimos que Avanilson fez as suas sugestões. Agora vamos ouvir o Thulio, que ficou com a responsabilidade de responder as perguntas que vieram por telefone, por *e-mails*. As sugestões foram feitas. Depois a gente chega a uma conclusão.

O SR. THULIO DE ANDRADE NOVAES DANTAS – Eu acho que vou começar pela questão de atraso de bolsas, só reforçando que formalmente a Bolsa Permanência não sofreu nenhum atraso desde outubro do ano passado. Considera-se atraso quando passa de um mês que a bolsa não foi paga. Ela está sofrendo oscilações em termos de alguns dias dentro do mesmo mês em que é previsto o pagamento e ela não sai na data que podemos prever. Há a reivindicação de um calendário. Temos um calendário definido, mas não podemos garantir quando vai haver disponibilidade financeira para o apoio dessa bolsa. Por isso cumprimos nosso calendário. Mandamos autorização para o FNDE, mas ele tem que ter o recurso em caixa para fazer o pagamento dessa bolsa.

Já responderam uma das perguntas sobre qual o empenho a que a cidadã se refere, mas, como talvez ela não tenha entendido, o empenho é uma reserva orçamentária do Governo. Ele tem uma dotação orçamentária. É diferente o recurso orçamentário e o financeiro. Quando ele faz o empenho, significa que ele reservou aquele recurso para fazer o pagamento. Ele tem que ter o recurso financeiro em caixa para fazer o pagamento. Por isso, às vezes o empenho fica parado, pelo fato de ele não ter a disponibilidade financeira. É isso que explica essa oscilação nas datas de liberação do pagamento.

No caso do PET – houve muitas perguntas em relação ao Programa de Educação Tutorial –, ele foi agravado em relação ao Bolsa Permanência, porque, nesse último mês, o envio ao banco do Bolsa Permanência foi

no dia 16 e o do PET foi ontem. São necessários cinco dias úteis para que os estudantes tenham o recurso na sua conta benefício.

Não há razões. A razão é uma só: a disponibilidade financeira para o FNDE fazer o pagamento. Enquanto isso não for resolvido – este tem sido um ano muito difícil e muito duro para o Governo –, essas oscilações tendem a continuar. Procuramos fazer as gestões necessárias para isso, entramos em contato com o setor financeiro do MEC e com o próprio Tesouro Nacional, se for o caso, para que tenhamos essa disponibilidade no melhor tempo possível.

O calendário é fixo. As autorizações, os procedimentos, tudo é muito bem definido entre o MEC, as universidades e o FNDE. O que oscila é a disponibilidade para fazer o pagamento do recurso.

Vou responder mais uma questão sobre o PET. O Prof. João Aristeu, que é presidente da comissão, perguntou sobre o pagamento da verba de custeio. O calendário prevê que ele seja feito em maio. Da mesma forma que ocorre em relação às bolsas, nós procuramos fazer o repasse em maio. Nós não sabemos ainda se isso vai ser possível, porque não está confirmado se o pagamento dessa parcela do custeio vai ser feita no mês de maio.

Quanto à questão da denúncia sobre vagas ocupadas por não indígenas na Federal do Maranhão, o Senado já sinalizou com a possibilidade de notificar a instituição, e o MEC também pode participar desse processo – não é um problema –, apesar de a Universidade do Maranhão, como qualquer universidade, ser uma entidade autônoma. Então, a universidade possui responsabilidade em relação ao cumprimento da lei, que estabelece atribuições a ela, mas eu acho que, além disso, a denúncia toca numa questão muito importante, que é a questão da identidade indígena, já trazida aqui pela Sirlene também.

Essa questão ficou muito clara na formatação do Programa de Bolsa Permanência, porque, a partir do momento que definimos, além de uma vaga, uma bolsa, um auxílio financeiro, é muito importante que o MEC tenha a consciência de quem é indígena e quilombola e de quem não é. Quem vai dizer quem é efetivamente indígena e quilombola, ou não? O MEC? Não! O Governo Federal? Isso fere também a autodeterminação dos povos. Só o Estado brasileiro que diz quem é indígena ou não, quem é quilombola ou não? Essa é uma questão muito complexa. É por isso que o critério adotado no Bolsa Permanência é não só a declaração da Funai, apesar de a Sirlene dizer da dificuldade de dar esse tipo de declaração, mas também a apresentação pelo estudante de uma declaração de três lideranças reconhecidas, de forma que a comunidade indígena também possa dizer quem tem direito a receber a bolsa e quem é indígena ou não. Mas essa é uma questão muito complexa e difícil de resolver, porque, para fazer o pagamento financeiro, precisamos dessa definição.

Acho que eu já passei pela questão do motivo do atraso e pela questão do PET.

Em relação à extensão para todos os cursos, essa questão que a Sirlene traz eu acho grave. Nós teríamos que oficiar a Universidade Federal do Amazonas, porque a regra da portaria é bem clara: se ele é um estudante indígena matriculado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. THULIO DE ANDRADE NOVAES DANTAS – A questão da definição dos cursos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. THULIO DE ANDRADE NOVAES DANTAS – Essa é do Amazonas. Se a universidade define um curso para receber o Bolsa Permanência, ela está indo contra a portaria. É preciso saber exatamente qual é o motivo e qual é o procedimento. Nós não tínhamos conhecimento disso até então.

De acordo com a portaria, se é um estudante indígena matriculado em curso de graduação, ele tem direito a receber a bolsa, independentemente do curso em que esteja matriculado.

Quanto à questão da documentação, lançada na fala da Sirlene, é atribuição da universidade pedir a documentação e analisá-la. Nós podemos realmente fazer uma gestão junto às universidades para que elas evitem esse retrabalho de pedir uma documentação diferenciada para o vestibular e depois pedir uma nova documentação diferente para o aluno receber a Bolsa Permanência. Acho que as documentações são bem parecidas – imagino. Então, creio que ela poderia validar a documentação já entregue para o aluno, de forma que o período desde que ele se matricula até poder efetivar-se no programa seja o menor possível.

Em relação ao auxílio emergencial e ao PNAES, só gostaria de esclarecer que o PNAES não funciona por adesão. Todas as universidades federais – só universidades; realmente há essa discussão dos institutos, mas hoje os institutos não recebem verba do PNAES, só as universidades – já têm definido, em suas unidades orçamentárias, um orçamento anual para assistência estudantil.

E o decreto já estabelece, acho que, se não me engano, dez ações de assistência estudantil: moradia, alimentação, creche... Hoje, um pró-reitor de assistência estudantil é quase um prefeito. Ele tem alimentação, moradia, transporte, saúde, esporte e lazer para ele conseguir administrar dentro da universidade. E, sim, a partir do momento que o estudante indígena, a Bolsa Permanência que ele recebe não é suficiente, claro que ele vai disputar os recursos que são distribuídos para todos os alunos.

Apesar do crescimento, as universidades relatam que os recursos não têm sido suficientes e, de acordo até com o fórum de pró-reitores de assistência estudantil, eles deveriam ser mais de 50% superior do que existe hoje. Mas o fato é que não há recurso definido para isso. Nós simplesmente não temos recurso para fazer esse apoio que as universidades pedem.

Esse é o principal gargalo que a gente tem na maior parte das demandas, inclusive a de expansão para universidades estaduais e privadas, a gente não prevê isso, principalmente no curto prazo, tendo em vista que a gente tem dificuldade de disponibilidade financeira para apoiar os estudantes que já estão previstos hoje. Se a gente colocasse hoje como um compromisso em apoiar os estudantes das estaduais e privadas, eu acho que teria que ser uma reformulação muito grande do programa, inclusive com os valores definidos para ele anualmente.

A questão do Encontro Nacional de Estudantes, eu acho que vocês podem enviar o recurso, o pedido de recurso para o MEC. Já adianto que a gente não tem tido muito recurso para apoiar esse tipo de evento. Aliás, nenhum evento praticamente tem sido apoiado, tendo em vista os cortes tanto no orçamento quanto da disponibilidade financeira escassa. Mas, enfim, enviar o ofício não custa nada, o MEC pode avaliar se pode fazer o apoio ou não.

A questão da bolsa por região teria que haver uma mudança. Só para deixar claro, a portaria estabelece que a bolsa para estudantes indígenas e quilombolas não pode ser inferior ao dobro da bolsa dos demais estudantes, que é definida de acordo com a bolsa de iniciação científica. Então, todos os estudantes recebem uma bolsa, hoje, de R$400,00. Estudantes indígenas e quilombolas não podem receber menos que o dobro disso. Hoje está estabelecido em R$900,00 pelo sistema.

Para que a gente faça essa avaliação por região, também teria que haver uma mudança de portaria. O que eu disse é que há uma variação nas bolsas pagas das universidades ou com recurso do PNAES ou até com recursos próprios, e muitas vezes elas chamam de Bolsa Permanência também. Então, há essa confusão. Mas, assim, a bolsa que uma universidade paga com recurso do PNAES, por exemplo a Universidade de Brasília, não necessariamente é a mesma que a Universidade Federal da Paraíba paga com os recursos do PNAES, há uma variação. Definir isso na bolsa nacional é possível. É um pouco mais complexo porque teria que fazer alguma proporcionalidade de acordo com o custo de vida, enfim, mas não é algo que seja impossível.

Bom, acho que eu cobri a maior parte aqui das questões. Não, tem mais uma aqui, da Srª Loni Mânica, Doutora em Educação de Brasília. Segundo ela, eu falei que uma mesma pessoa pode ganhar até 12 bolsas e ela gostaria de saber qual o motivo. Não sei se ela entendeu, porque quando a gente diz que foi paga uma bolsa, significa um pagamento ou uma parcela para um estudante, que é paga no mês seguinte ao mês que ele esteve matriculado. Ele esteve matriculado e compareceu às aulas no mês de janeiro, ele vai receber a bolsa referente a esse mês em fevereiro. Então, ao longo do ano, ele vai receber 12 bolsas. Por isso que a gente diz que ele recebe 12 bolsas, não significa que é Bolsa Permanência mais outra bolsa. Enfim, podem ser consideradas 12 parcelas.

Então, ela dá uma sugestão acho que se fosse uma bolsa única que pagasse o curso todo ou o ano todo. Eu acho que não é uma boa sugestão. Uma que a gente teria que ter toda a disponibilidade financeira de uma vez no começo do ano, é muito difícil isso acontecer, ainda mais no cenário de hoje. E outra, o próprio Avanilson falou dessa cultura dos estudantes, ele teria que fazer uma grande poupança durante o ano para poder se custear durante o ano com esse único valor. Não só os estudantes indígenas admitem isso como característica cultural, eu acho até interessante eles trazerem isso, mas a gente tem claro que os próprios estudantes médios de graduação não teriam a disciplina necessária para administrar o recurso do ano inteiro. É bem provável que, quando chegasse na metade do ano, eles já não tivessem mais recurso nenhum.

Isso é interessante! Eu me lembro que a gente até mudou a forma de operação no final do ano para fazer o pagamento da Bolsa Permanência exatamente por conta disso. Porque, como eu falei, a gente sempre paga a bolsa de um mês no mês seguinte. Só que, em dezembro, quando vai mudar o exercício financeiro, não se coloca recursos de bolsa em restos a pagar. Então, a gente tinha sempre que pagar a bolsa de dezembro e a bolsa de novembro no mês de dezembro. Eram duas bolsas, e, depois o estudante só ia receber em fevereiro a bolsa de janeiro. E isso para os indígenas era muito ruim, porque eles diziam que economizar era coisa de branco. Eles gastavam a bolsa inteira e ficavam janeiro sem receber.

Então, a gente convenceu o FNDE a fazer o pagamento em restos a pagar, depois de muito esforço. Sendo assim, a gente paga a bolsa de dezembro em janeiro e o pagamento fica regular mês a mês.

É isso. Se houver mais alguma questão que não tenha sido respondida, a gente pode voltar.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Agradeço ao Thulio por fazer essa explanação.

Eu queria, antes de encerrar a reunião, dizer que o verdadeiro motivo desta audiência pública foi exatamente o atraso. A gente vê aqui várias manifestações por telefone, dos internautas, e, aqui, o Avanilson tam-

bém se manifestando dizendo do frequente atraso. O Thulio, na outra parte, diz – viu que tudo tem duas versões? – que não tem atraso substancial, de mês. Há atrasos de dias dentro do mês. Então, isso aí ficou mais ou menos nesse ângulo.

Mas o que é importante, Thulio, e eu quero aqui colocar? Quando se cria um programa desses, ele tem um fim social enorme. Cria-se nele uma grande expectativa no beneficiado. E essas pessoas, como já ficou bem claro aqui, principalmente os quilombolas e os indígenas, não têm outra fonte a não ser essa. Assim, mesmo um atraso de dias já representa desequilíbrio financeiro em suas vidas. Isso finda afetando-os como um todo, porque quando se desequilibra a finança, já não se tem o transporte, não tem alimentação, não tem uma série de coisas.

Então, vamos tentar buscar e tirar disso aqui um exemplo,porque não são críticas no sentido de destruir, não. O programa é bom, um programa que vem com objetividade, pode ser ampliado. Agora, nem tudo nasce perfeito. Tudo tem o seu custo, e nós temos que construir para que ele se aproxime da perfeição, se aproxime o máximo para atender, porque ele é, sem nenhuma dúvida, um afogado. O beneficiário disso está se afogando. Então, ele é um cabelo para o cara se agarrar, para ele não afogar de uma vez. Essa é a verdadeira situação.

Aqui foram colocadas algumas sugestões, que vamos encaminhar a quem de direito, como essa questão da universidade do Maranhão, para verificar se essas pessoas que hoje estão ocupando, que dizem que não são indígenas, que a Polícia Federal entre em ação e apure. Tem como apurar, sim. Isso aí tem como apurar. A coisa que eu conheço é comunidade. Eu estava falando agora há pouco com a Sirlene, sobre esta dificuldade da identificação. A pessoa pode até morar na cidade, mas ela tem que ter a sua origem lá. Alguém lá tem que saber que ele nasceu lá, viveu lá, que é de lá, que tem parentes lá. O tuxaua tem que dizer que ele é de lá, porque esse registro administrativo da Funai só é emitido se algum tuxaua, ou cacique, ou líder da comunidade disser que essa pessoa tem suas raízes lá. Então, não há nenhuma dificuldade para a Política Federal ou qualquer órgão fiscalizador chegar a essa conclusão. Esse é um ponto.

Outro ponto que nos chamou muita atenção... E uma coisa puxa a outra, Thulio. Veja você. Às vezes, a pessoa se desloca para outro Estado – e já não há nem para viver no próprio Estado dele – por conta da falta de disponibilidade dos cursos que ele gostaria de fazer. Sendo assim, é preciso analisar se as universidades federais estão disponibilizando as bolsas em todos os cursos.

Então, é preciso analisar sim. E até os próprios jovens beneficiados podem também fazer essa análise. Nós temos que ver também esta questão de conveniar as universidades estaduais às universidades privadas reconhecidas pelo MEC. Porque aí você cria um leque enorme na própria localidade. Com isso, essa bolsa que hoje é distribuída acaba facilitando muito mais.

Agora, quando você tem que se deslocar para outro Estado, aí coitada da Sirlene, vai todo mundo ali para dentro da Funai achar que ela tem que dar o dinheiro. E no fim vai ter que dar. E não vai dar de um dinheiro que está disponível, vai ter que dar do próprio, uma ajuda humanitária, não é uma ajuda institucional, uma ajuda obrigatória. E acaba criando uma solução, acaba virando um problema a mais daquilo que não estava previsto. Então, há essas coisas.

Conheço muito o parente, conheço muito o indígena, na hora da dor, ele entra em qualquer casa para pedir. Eu também pediria. Ele não pode é roubar, matar, fazer coisas erradas. Então, ele tem que buscar o socorro onde ele acha que pode estar esse socorro.

Acho que é importante essa possibilidade de ampliar mais, de ver se as universidades federais nos diversos Estados estão com os cursos todos que encantam, que é da necessidade dos indígenas, dos quilombolas. Senão, buscar essa ampliação com outros convênios.

Concluindo, quero agradecer a presença do Avanilson, do Thulio, da Sirlene, de todos que aqui estão.

Agradeço os servidores da Casa que são os nossos universitários que fazem isso aqui acontecer.

Eu sempre digo que o Parlamentar é passageiro aqui. Há alguns que estão aqui há um bocado de tempo, mas ele tem que ser passageiro.

Sou contra reeleições. Eu sempre digo que a política não é para alguém se servir dela, a política é para servir às pessoas.

Eu estava conversando agora há pouco com o Thulio e disse: olha, o Senado é uma casa muito grande. Se ela for usada para o bem, ela é maravilhosa. Agora, se o cara tiver uma tendência de usá-la para o mal, ela é daninha, porque a força do Senado é muito grande.

Por isso, peço aos servidores, porque são eles que fazem esse mundo acontecer. Quando eu cheguei aqui eu andava colado com eles, porque eu até me perdia. Ainda me perco hoje, é aquela agonia. Eu me agarro na cadeira do Ares e vamos embora. O Ares, o João, o Gilson são os meus parceiros.

Quero aqui agradecer ao pessoal que faz esta Comissão acontecer, em nome do Júlio, da Adriana. As mulheres são homenageadas em nome da Adriana.

Vocês sabem que eu fiquei sabendo aqui, João, que o Júlio é primo daquele dançarino do Brasil Melhor, o Carlinhos. Olha a fisionomia dele. Ele só não está podendo praticar, as mulheres não se animam, porque ele está com o joelho machucado.

Quero agradecer essas meninas maravilhosas, as intérpretes de Libras, a Helen, que está fazendo, está ali sentada, e a Dani. A Dani, quando eu falei que o cara ficava nu, ela sorriu. Ela quase não conseguiu passar. Eu fiquei olhando daqui tudo direitinho.

Então o meu muito obrigado. Desejo um dia de muita paz, de muita felicidade e de muita saúde a todos. Que esta audiência possa ter somado, Avanilson, para as pessoas. Que o Thulio leve esse sentimento.

Quero agradecer muito a você, Sirlene, por tudo isso.

Encerro a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 6 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2015.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia cinco de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Simone Tebet, Otto Alencar, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Lindbergh Farias, Hélio José, José Agripino, Ronaldo Caiado e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Jader Barbalho, Wilder Morais, Blairo Maggi e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a deliberação da pauta. Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, faz a leitura de Moção de Repúdio ao incidente ocorrido entre os professores e a polícia militar do Estado do Paraná, no último dia 29 de abril, requerendo, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 14**). Em seguida, o Senador Antonio Anastasia, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação dos Itens 9 e 11, o que é aprovado. **Item 9: Requerimento nº 35/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Antonio Anastasia, que requerem "(...) nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015 de autoria do Senador Lasier Martins, sobre a realização de Audiências Públicas nessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para discutir o PLC 37, de 2013, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas", sejam incluídos os seguintes convidados: Emílio Figueiredo – advogado, consultor jurídico do GROWROOM e da AMA-ME, membro da Plataforma Brasileira de Política de Drogas; Sergio Vidal - Bacharel em Antropologia, pela Universidade Federal da Bahia, presidente da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Maconha Medicinal - Amemm e editor da Revista Maconha Brasil; Mauro Leno - Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Antropologia Social, membro da Coalizão Latino Americana de Ativistas Canábicos - CLAC, membro do coletivo Marcha da Maconha – Curitiba/PR e chefe de redação da Revista semSemente; e Laura Blanco - Presidente da Associação de Estudos da Cannabis do Uruguai. O Requerimento é aprovado. **Item 11: Requerimento nº 34/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Antonio Anastasia, que requerem "(...) nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2015 de autoria da Senadora Fátima Bezerra, sobre a realização de Audiências Públicas nessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para discutir o PLS 224, de 2012, que 'Obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica', sejam incluídos os seguintes convidados: Secretário de Educação do DF, Sr. Júlio Gregório; e o Reitor da Universidade de Brasília – UnB, Prof. Ivan Marques de Toledo Camargo. O Requerimento é aprovado. Em seguida, a presidência retorna a ordem original da pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para obrigar as entidades de prática desportiva a divulgar lista dos atletas profissionais participantes do espetáculo desportivo, a fim de facilitar o rateio do direito de arena devido a cada um deles". O relator designado é o Senador Roberto Rocha e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de pro-

jetos terminativos. **Item 5: Projeto de Resolução do Senado nº 58, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que "Institui o Prêmio Mérito Literário Manoel de Barros de Poesia". A relatora designada é a Senadora Simone Tebet e o parecer favorável é aprovado. **Item 6: Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Medeiros, que "Institui o 'Prêmio de Jornalismo Roberto Civita' e o 'Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita', e dá outras providências". O relator designado é o Senador Ronaldo Caiado e o parecer favorável é aprovado, com a Emenda nº 1-CE. **Item 7: Requerimento nº 27/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Dário Berger, que requer "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2014, que modifica o art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a dispensa por justa causa do atleta e a cláusula indenizatória desportiva a ela referente". O Requerimento é aprovado. Logo após, o Senador Antonio Anastasia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento ao Requerimento nº 27/2015-CE o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 13**). **Item 10: Requerimento nº 38/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Fátima Bezerra, que requerem "Com fundamento no inciso XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Seminário desta Comissão em conjunto com a Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados – CESPO para debater medidas e propostas para a modernização da gestão e de responsabilidade fiscal das entidades desportivas profissionais no Brasil". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senadora Fátima Bezerra, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 12**). Prosseguindo, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 14: Requerimento nº 43/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer "A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado vem, por meio desta, repudiar a truculenta ação policial praticada contra professores do Paraná, no último dia 29, em frente à Assembleia Legislativa daquele estado, que deixou mais de 200 pessoas feridas e milhares abaladas emocionalmente. Na ocasião, mais de 20 mil professores estaduais e outros funcionários públicos exerciam pacificamente seu direito constitucional de se manifestar contra o Projeto de Lei 252/2015, que alterou a forma de custeio e financiamento dos servidores do estado, quando foram repelidos com bombas de efeito moral, golpes de cassetete, balas de borracha, jatos d'água, spray de pimenta, e até mesmo ataques de cachorros da Polícia Militar. Nós, senadores desta Comissão de Educação, cientes de nossso papel de defender uma educação pública de qualidade a que todo brasileiro tenha acesso, prestamos nossa solidariedade a todos os professores brasileiros, que tiveram sua dignidade ferida na última semana. Nesse sentido, entendemos que é imprescindível valorizar os profissionais de educação, principais atores no processo educativo, bem como a sintonia com os valores democráticos. Defendemos o diálogo como premissa maior em qualquer ambiente de divergência e lembramos que o cidadão brasileiro não vai mais aceitar afrontas ao Estado Democrático de Direito e aos direitos individuais e coletivos, garantidos pela Constituição brasileira. Por isso, no Senado Federal, empenharemos todos os esforços para garantir que sejam apuradas as responsabilidades pelos excessos cometidos pela Polícia Militar do Paraná e que os culpados pelos atos violentos sejam punidos como determina a lei". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 13: Requerimento nº 42/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que requer "(...) nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 27/2015-CE, a inclusão de representante da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, para participar, como expositor, de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2014, que modifica o art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a dispensa por justa causa do atleta e a cláusula indenizatória desportiva a ela referente". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 12: Requerimento nº 41/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer "(...) nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, a realizar-se no dia 30 de junho de 2015, visando debater a Política Nacional do Livro e regulação de preços, e traçar um panorama do setor no Brasil e no mundo. O evento objetiva uma visão mais precisa do mercado de livros brasileiro e das políticas públicas de fomento a leitura. Contando com a experiência de autoridades internacionais, será possível analisar a implementação de políticas de fixação de preços no mundo e o reflexo dessa medida na maior distribuição de pontos de venda, na bibliodiversidade (aumento da oferta de títulos, ascenção de novos autores), no estímulo ao hábito da leitura e na formação do cidadão leitor". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 2: Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2011; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2013 ; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2014; e Item 8: Requerimento nº 36, de 2015**. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às doze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presen-

te Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Fátima Bezerra,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Declaro aberta a 14ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

Antes de apreciarmos a pauta, eu queria dar conhecimento aos nobres colegas Parlamentares, Senadores e Senadoras, que, diante do episódio lamentável ocorrido na semana passada referente ao violento ataque policial contra os professores do Paraná, professores que estão em luta, que estão legitimamente lutando pela valorização salarial e profissional e pelo direito a uma escola pública de qualidade, nós tomamos a iniciativa, Senador Lasier, de propor à nossa Comissão uma moção de repúdio. Entendemos que esta Comissão, por ser exatamente uma Comissão que trata dos temas educação, cultura e esporte, não deve se omitir. Penso ser pertinente. É dever desta Comissão de Educação externar sua posição, para que fique registrada nos *Anais* da nossa Casa.

Com a anuência dos senhores e das senhoras, passo agora à leitura do texto da proposta de moção de repúdio que estamos apresentando neste exato momento.

Vamos à leitura.

Moção de repúdio ao violento ataque policial contra professores do Paraná.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado vem, por meio desta, repudiar a truculenta ação policial praticada contra professores do Paraná, no último dia 29, em frente à Assembleia Legislativa daquele Estado, que deixou mais de 200 pessoas feridas e milhares abaladas emocionalmente. Na ocasião, mais de 20 mil professores estaduais e outros funcionários públicos exerciam pacificamente seu direito constitucional de se manifestar contra o Projeto de Lei nº 252, de 2015, que alterou a forma de custeio e financiamento dos servidores do Estado, quando foram repelidos com bombas de efeito moral, golpes de cassetete, balas de borracha, jatos d'água, *spray* de pimenta e até mesmo ataques de cachorros da Polícia Militar.

Nós, Senadores e Senadoras desta Comissão de Educação, cientes do nosso papel de defender uma educação pública de qualidade e a que todo brasileiro tenha acesso, prestamos nossa solidariedade a todos os professores do Paraná e a todos os professores brasileiros que tiveram sua dignidade ferida na última semana.

Nesse sentido, entendemos que é imprescindível valorizar os profissionais de educação, principais atores no processo educativo, bem como a sintonia com os valores democráticos. Defendemos o diálogo como premissa maior em qualquer ambiente de divergência e lembramos que o cidadão brasileiro não vai mais aceitar afrontas ao Estado democrático de direito e aos direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição brasileira.

Por isso, no Senado Federal, empenharemos todos os esforços para garantir que sejam apuradas as responsabilidades pelos excessos cometidos pela Polícia Militar do Paraná, e que os culpados pelos atos violentos seja punidos como determina a lei.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Esse é o texto da moção.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a moção de repúdio ao ataque violento de policiais contra os professores do Paraná permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Srª Presidente, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador Anastasia.

Antes de conceder a palavra a V. Exª, quero também dar conhecimento à Comissão ainda que a Comissão de Direitos Humanos realiza nesta quarta-feira uma audiência pública para tratar exatamente dos desdobramentos desse violento ataque que os professores do Paraná sofreram na última semana. Portanto, a audiência será amanhã, às 9h.

Também queremos dar conhecimento a esta Comissão de que estamos fazendo chegar às mãos da Secretaria da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte diversas manifestações, Senadora Simone, de várias

entidades, inclusive do Ministro da Educação, acerca exatamente do episódio do Paraná, que, enfim, chocou todo o Brasil, exatamente pelo conteúdo de ataque, de violência, de desrespeito às liberdades individuais, de ataque à luta democrática, à luta pacífica, que era a luta dos professores naquele momento. Então, quero só adiantar que nós vamos fazer chegar à Secretaria da Comissão de Educação, para que distribua junto aos demais membros desta Comissão, as mais variadas manifestações de diversas entidades e instituições, inclusive do Ministro da Educação, em repúdio ao ataque que os professores sofreram no Estado do Paraná. E, mais uma vez, quero envidar as nossas esperanças de que, enfim, o caminho para resolver tudo isso seja o do diálogo e que os responsáveis por tudo isso sejam punidos de acordo com os rigores da lei.

Passo a palavra, imediatamente, ao Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidenta.

Eu gostaria de propor, se houver aquiescência de V. Exª e das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, uma inversão da pauta para apreciação dos requerimentos dos itens nºs 9 e 11, de autoria do Senador Cristovam Buarque, dos quais eu passo à condição de coautor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a proposta de inversão de pauta apresentada pelo Senador Anastasia permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos ao item 9.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, sobre a realização de Audiências Públicas nessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para discutir o PLC 37, de 2013, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas", sejam incluídos os seguintes convidados: Emílio Figueiredo – advogado, consultor jurídico do GROWROOM e da AMA-ME, membro da Plataforma Brasileira de Política de Drogas; Sergio Vidal - Bacharel em Antropologia, pela Universidade Federal da Bahia, presidente da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Maconha Medicinal - Amemm – e editor da Revista Maconha Brasil; Mauro Leno - Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Antropologia Social, membro da Coalizão Latino Americana de Ativistas Canábicos - CLAC - , membro do coletivo Marcha da Maconha – Curitiba/PR e chefe de redação da Revista sem Semente; e Laura Blanco - Presidente da Associação de Estudos da Cannabis do Uruguai.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

Tem a palavra o Senador Lasier, que inclusive é Relator da matéria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Fátima, já havia ficado acertado numa reunião anterior que nós seríamos totalmente liberais para receber todas as propostas para depoimentos em audiência pública. E é evidente que nós vamos aceitar também essa nova lista.

Apenas tenho uma curiosidade, embora isso dependa da Comissão, com relação àquela proposta de um seminário, de um debate que talvez demande um dia inteiro, que, já por si, vai suprimir alguns depoimentos. Então, eu lhe pergunto, Senadora Fátima, se está ou não decidido quando e como vamos fazê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente, Senador Lasier. O que ficou encaminhado naquele momento é que as assessorias de V. Exªs – inclusive a de V. Exª, Senador, na condição obviamente de Relator, a do Senador Anastasia, a do Senador Cristovam e a de outros Senadores e Senadoras que têm interesse no tema – se reunissem exatamente para dar concretude à ideia.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Está bem. Obrigado.

Nós vamos nos reunir com as assessorias, Senadora Fátima, para, então, criarmos uma data para esse evento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pelo que eu estou compreendendo, se nós vamos fazer um seminário, esse requerimento poderia estar contemplado dentro do seminário ou a gente faria a audiência pública mais o seminário?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós entendemos que...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, se não é isso, eu proporia que a gente fizesse isso. Acho que o seminário vai oportunizar um debate mais intenso, mais profundo sobre o tema, que é importantíssimo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Como a lista de indicados é muito grande, nós temos que nos reunir para decidir como selecionar alguns desses integrantes, porque se formos ouvir todos indicados até agora, acho que já passamos de uns 12 ou 15. Qual é o tempo que se vai destinar a cada depoimento? Acho que isso levaria o dia inteiro.

Quanto à essa questão, temos que reunir as assessorias para deliberar de que modo faremos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito, Senador Lasier. Com a ideia da realização do seminário, nós teremos tempo suficiente para organizar essa metodologia, de forma que tenhamos um debate bem plural e um debate bem fundamentado, até porque o tema é complexo e é bom que tenhamos um debate bem fundamentado e com todos os pontos de vista. Está certo?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O seminário está substituindo muitos depoimentos.

Então, acho que, de fato, poderíamos deixar para a eventualidade de não se resolver no seminário e, aí sim, buscarmos algumas audiências públicas. Poderíamos, por ora, suspender esse requerimento para vermos como vamos proceder.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O Senador Anastasia concorda?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Estou de acordo. O Senador Cristovam não está aqui, que é o autor. Mas acho que a proposta apresentada pelo Senador Lasier é muito racional e procedente. Eu acho, de fato, para tentar fazer uma recomposição, sob pena de ficarmos em audiências muito longas, cujo efeito prático não é grande.

Então, acredito que ele terá toda boa vontade em fazer essa reorganização.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Lasier, seria interessante que na próxima reunião a gente já tivesse essa data marcada, porque isso evitaria, inclusive, aparecerem outros requerimentos. Então, tendo a data já formalizada, teremos a segurança de que não precisar fazer uma série de audiências públicas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós vamos providenciar, Senadora Fátima, a partir de hoje, então, encontrar um denominador comum. Na próxima reunião, nós já teremos uma solução.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.. Perfeito.

Vamos agora passar para o próximo item.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Desculpe-me, Presidente, eu havia pedido também a inversão para o requerimento do item 11.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O requerimento foi retirado de pauta para, exatamente com esse entendimento de que as assessorias pudessem conversar ao longo da semana, que na próxima reunião ordinária da Comissão nós deliberemos.

Quando votarmos o requerimento do item 11 nós retomaremos a pauta, Senador Roberto, e o primeiro será o de V. Exª. O.k.?

Item 11, requerimento de autoria do Senador Anastasia também.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 34, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2015 de autoria da Senadora Fátima Bezerra, sobre a realização de Audiências Públicas nessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para discutir o PLS 224, de 2012, que "Obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica", sejam incluídos os seguintes convidados: Secretário de Educação do DF, Sr. Júlio Gregório; e o Reitor da Universidade de Brasília – UnB, Prof. Ivan Marques de Toledo Camargo.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Relatoria:

Relatório:
Observações:

Em discussão. (*Pausa.*)
Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Só lembrando, Senador Anastasia, que inclusive essa audiência pública será amanhã, às 10h30. Essa sugestão que V. Exª fez... Aliás, esses convidados já confirmaram presença. Teremos representantes, amanhã, aqui da Undime, do Consed, do MEC etc.

Vamos, agora, voltar para o início da nossa pauta com o item 1.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Antes, Senadora, eu fui alertado aqui de que nós devemos, de fato, aprovar o requerimento anterior àquele com relação a novos depoimentos, para podermos levar em conta aqueles nomes na seleção que vamos fazer para o seminário.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, vamos voltar ao item 9, para o Requerimento nº 35, já apresentado pelo Senador Anastasia e pelo Senador Buarque, que, na verdade, trata de incluir mais nomes para participar do debate acerca do projeto de lei que tramita aqui, que tem como Relator o Senador Lasier, que dispõe sobre o sistema nacional de políticas públicas sobre drogas.

Em discussão. (*Pausa.*)
Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Agora, vamos voltar para o item 1, que tem como Relator o Senador Roberto Rocha, aqui presente.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para obrigar as entidades de prática desportiva a divulgar lista dos atletas profissionais participantes do espetáculo desportivo, a fim de facilitar o rateio do direito de arena devido a cada um deles.
Autoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Favorável
Observações:

Passo a palavra ao Senador Roberto Rocha para a leitura do relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 134, de 2014, do Senador Alfredo Nascimento, que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para obrigar as entidades de prática desportiva a divulgar lista dos atletas profissionais participantes do espetáculo desportivo, a fim de facilitar o rateio do direito de arena devido a cada um deles.

O PLS nº 134, de 2014, é composto de dois artigos. O art. 1º acrescenta o §2º ao art. 42 da Lei nº 9.615, renumerando-se os atuais §2º e §3º como §3º e §4º. A redação proposta estabelece que as entidades de prática desportiva deverão divulgar lista completa de todos os atletas profissionais participantes do espetáculo desportivo, quer como titulares, quer como suplentes, em seu sítio eletrônico, no prazo de até 48 horas após a realização do evento. O art. 2º, por sua vez, estabelece a entrada em vigor da lei em que porventura venha a se converter a proposição na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que a proposição tem o intuito de dar maior transparência à distribuição do direito de arena aos jogadores profissionais, já previsto na citada Lei nº 9.615, de 1998, a chamada Lei Pelé. Observa que, atualmente, cada jogador participante de espetáculo já recebe 1/18 (um dezoito avos) dos 5% da receita proveniente da exploração dos direitos desportivos audiovisuais. Segundo o autor do projeto, a publicação, na rede mundial de computadores, num prazo de 48 horas, da lista de todos os participantes do jogo traria mais transparência ao setor esportivo.

Não há emendas à proposição.

Nos termos do que estabelece o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre projetos que tratam de normas gerais sobre desportos, categoria em que se enquadra a proposição em tela.

Não se identificam óbices à aprovação do projeto em relação à constitucionalidade, à juridicidade e à redação legislativa.

Quanto ao mérito, acreditamos ser correto estabelecer a obrigatoriedade da divulgação da lista de atletas participantes do espetáculo desportivo pelas entidades de prática desportiva, posto que são elas as detentoras do direito de arena e as responsáveis por repassar o percentual posto que são elas as detentoras do direito de arena e as responsáveis por repassar o percentual devido aos sindicatos de atletas profissionais, conforme disposto no art. 42, *caput* e §1º, da Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998).

Ademais, concordamos que a divulgação da lista deve ocorrer no prazo de até 48 horas do final da realização da partida e nos sítios eletrônicos dos clubes, pois, com o avanço dos meios eletrônicos atuais, não há sentido na divulgação em prazo superior e em jornal oficial.

Além disso, o pagamento do direito de arena é devido por espetáculo desportivo, e não por competição. Com maior agilidade, jogadores, sindicatos e cidadãos interessados poderão acompanhar as participações dos atletas de forma transparente. Assim, a medida poderá reduzir causas trabalhistas relativas ao tema, visto que, muitas vezes, os jogadores não têm o número correto de suas participações em partidas, necessitando recorrer a medidas judiciais.

Por fim, essa divulgação poderá diminuir, ou mesmo extinguir, o "equívoco" comum de entidades de prática desportiva que escalam jogadores irregulares para partidas.

Pelos motivos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2014.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores e Senadoras que, como não há quórum para que nós deliberemos matéria terminativa, fica, portanto, sobrestada a discussão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas, antes de sobrestar a discussão, quero dizer que essa matéria é interessante, Senadora Fátima, porque, realmente, a Justiça do Trabalho está repleta de reclamatórias de jogadores.

Eu gostaria de um esclarecimento da parte do Senador Roberto Rocha. Nunca ficou muito esclarecido o fato de que os jogadores que estão na reserva e que não participam do jogo têm igual direito de arena em relação àqueles que estão jogando. É assim?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sim, exatamente, são todos os jogadores escalados para o jogo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sempre vêm a público as escalações dos jogadores que atuaram, mas da escalação dos reservas a gente não toma conhecimento. Então, parece-me que é oportuna essa proposta, porque vai abranger finalmente aqueles que estiveram na reserva e que têm direitos iguais. É isso?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Perfeito. É isso mesmo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, eu só queria comentar...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Continua em discussão, embora eu tenha alertado que, de fato, não vamos votar, porque não há quórum para deliberar sobre matérias terminativas.

Mas, para a discussão, o Senador Donizeti está com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero afirmar que é relevante, importante, que a gente aprove essa matéria, porque isso evita que as coisas se acumulem, que os arrecadadores do direito de arena fiquem acumulando débito e que, depois, mais processos sigam para a Justiça. Então, penso que nós, aqui, na Comissão de Educação, precisamos buscar dar agilidade e fazer com que esse projeto chegue ao plenário, se for necessário, o mais rápido possível.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero só esclarecer, Senador Donizeti, que, na verdade, a matéria, como tem caráter terminativo, não vai ao plenário, passa direto, a sua tramitação termina aqui.

Vamos seguir, Senador Roberto Rocha.

Portanto, a votação fica sobrestada.

A discussão já fizemos. O projeto de lei volta à pauta na próxima reunião ordinária. A discussão não fica encerrada. Certo?

Seguindo a ordem da nossa pauta, há o item 2, mas, como não está presente a Relatora, que é a Senadora Ana Amélia, que está na reunião da Comissão de Agricultura, vamos passar adiante.

O item 3 tem como Relator o Senador João Alberto Souza, que está em outra atividade e que, portanto, não está aqui presente.

Quanto ao item 4, dá-se a mesma coisa.

Vamos ao item 5, a Relatora é a Senadora Simone aqui presente.

ITEM 5
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 58, de 2014
- Não terminativo -

Institui o Prêmio Mérito Literário Manoel de Barros de Poesia.
Autoria: Senador Ruben Figueiró
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Favorável
Observações:
A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Com a palavra, a Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, Senadora Fátima, Srs. Senadores, estamos trazendo a esta Comissão o nosso relatório ao Projeto de Resolução (PRS) nº 58, de 2014, do eminente ex-Senador Ruben Figueiró, que propõe seja instituído o Prêmio Mérito Literário Manoel de Barros de Poesia.

O prêmio, a ser concedido a cada dois anos a três obras de poesia ou de ensaio sobre poesia brasileira, consiste em diploma e impressão das obras dos três primeiros agraciados. Deverão ser obras inéditas ou editadas desde o ano anterior, e poderão os candidatos se inscrever até o dia 19 de setembro. Vale ressaltar que está vedada a candidatura a Senadores e a servidores do Senado, e a seleção das obras ficará a cargo da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a qual elaborará o edital; vai apreciar e classificar as obras e apresentar o resultado.

A entrega do diploma deverá ocorrer em sessão do Senado Federal, na primeira quinzena do mês de novembro.

Ainda, as despesas, que serão o deslocamento e a estada dos premiados em Brasília e a impressão dos livros, correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Senado Federal.

Demais apresentações em relação ao que é importante ao projeto é que a primeira edição do prêmio ocorrerá só no ano subsequente à entrada em vigor da norma.

A justificação do eminente Senador Ruben Figueiró é em relação à importância de Manoel de Barros para as letras brasileiras, pelo conjunto da obra, pelo caráter inovador e até insólito de muitos de seus poemas e, obviamente, pela projeção artística que deu aos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

É importante ressaltar que se trata de um PRS que não é terminativo nesta Comissão, porque irá também à Comissão da Mesa Diretora.

Não foram apresentadas emendas.

Passo, nesse momento, à análise do presente projeto de resolução.

Nos termos regimentais, compete à Comissão de Educação apreciar matérias na área de criação artística e de homenagens cívicas, critérios em que se encontra a proposição em análise.

O poeta Manoel de Barros faleceu em 13 de novembro de 2014, após manter, desde a década de 30, uma produção literária de altíssima qualidade, reconhecida pelo público e pela crítica. As sucessivas edições de seus livros e prêmios literários que recebeu dão mostras do quanto o Brasil apreciou sua poesia, capaz de encantar os corações e iluminar os espíritos de leitores e estudiosos.

A criação de um prêmio de poesia em sua homenagem, no Senado, tem um valor simbólico dos mais significativos: no final das contas, é esta Casa que será laureada ao patrocinar um certame para elevar as letras nacionais.

As criações artísticas fazem parte do patrimônio cultural brasileiro, conforme a Constituição Federal. Especialmente as obras literárias devem ser incentivadas, de acordo com lei nacional, especialmente a lei que institui a Política Nacional do Livro. Segundo esse diploma, uma das diretrizes da política para o setor é a de fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão e a distribuição do livro, entre outras providências.

Consideramos que, no contexto das artes verbais, a poesia é merecedora de especial atenção das políticas culturais do Estado, pois, mesmo sendo apreciada por pessoas situadas em todos os estratos sociais e níveis de letramento, não se configura como o setor mais bem aquinhoado da produção editorial. Especialmente para as pessoas com ensino médio, os livros de poesia aparecem na terceira colocação, na ordem de preferência.

No âmbito do Senado, encontramos uma dupla tradição que favorece o PRS nº 58, de 2014. Temos que nos lembrar aqui de outras homenagens cívicas feitas: o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que já está na

sua 14ª edição, as Edições do Senado Federal, a Biblioteca Básica Brasileira e as Publicações Especiais são alguns dos exemplos que ora aponto.

Manoel de Barros, Srs. Senadores e Srª Presidente, sem demérito de outros grandes poetas brasileiros, pode e deve figurar como patrono de uma premiação literária promovida pelo Senado Federal, tanto pela qualidade intrínseca de sua obra quanto pela contemporaneidade do tema por ela abordado. Ele dizia que, para chegar a Deus, não precisou ler São Paulo, Santo Agostinho, São Jerônimo, nem São Tomás de Aquino, nem São Francisco de Assis, abre aspas: "Para chegar a Deus, formigas me mostraram Ele" – fecha aspas –complementava.

Como as formigas o levaram ao Criador, ele, de fato, não precisou ler São Francisco de Assis. Naturalmente, ele encarnava a humildade que sempre habitou o franciscanismo retratado nos seus versos. Com isso, ele se fazia instrumento de nossa paz. Como o Santo, ele, na singeleza de seus poemas, tinha o dom de dominar os lobos que ainda teimam em povoar corações e mentes. No que há de mais modesto, ele moldava a sua poesia, inspirada e enriquecida pela beleza de seu mundo interno. Ele era, na sua essência, um poeta do interior. De todos os interiores.

Desculpem-me os Srs. Senadores pela extensão do relatório, mas eu sou uma grande admiradora desse poeta, que vem de Mato Grosso e escolheu o meu Estado, Mato Grosso do Sul, principalmente pela leveza, pela forma sucinta e objetiva com que ele tentava explicar a vida através da natureza.

"Passava os dias ali, quieto, no meio das coisas miúdas. E me encantei", escreveu. E, "quando as aves falam com as pedras e as rãs com as águas – é de poesia que estão falando".

Michelangelo dizia que a arte já vem pronta dentro do mármore, cabendo ao artista tirar-lhe os excessos e expô-la à luz. Em Manoel de Barros, não havia excessos. A sua arte já nascia visível, exposta, longe da rigidez do mármore e próxima da maciez do barro, da beleza natural dos rios, dos pássaros, das flores. Manoel de Barros era do barro, dos lobos, das formigas.

"Do lugar onde estou, já fui embora", escreveu, um dia. "Ninguém é pai de um poema sem morrer", completava. O Prêmio Mérito Literário Manoel de Barros de Poesia, a ser instituído pelo Senado Federal, não deixa de ser uma sementinha a mais para cultivar a eternidade da obra desse poeta do mato, que dizia, também: "deixei uma ave me amanhecer". O prêmio pretende que a inspiração do seu patrono propicie novos amanheceres para a poesia brasileira.

Do ponto de vista da juridicidade, julgamos que a matéria pode ser regulada por projeto de resolução desta Casa, de iniciativa de um dos seus membros. A feliz decisão do Senador Ruben Figueiró poderia ser de qualquer um de nós, Senadores de todos os interiores do Brasil. A poesia de Manoel de Barros é da nossa natureza. Do Pantanal e do Seringal. Da Caatinga, do Cerrado e do Pampa. Nada mais apropriado, portanto, que o Senado Federal institua esse prêmio. Por se tratar de uma Casa de todos os Estados, essa iniciativa deverá fortalecer ainda mais a nossa união, como federação, inspirada na poesia interior de Manoel de Barros.

Finalmente, não encontramos qualquer óbice de natureza constitucional ou regimental.

Por isso, o nosso voto, considerado o mérito, a constitucionalidade e a boa técnica legislativa, é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 58, de 2014.

É o nosso relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Fátima, o relatório está tão bonito e poético que merece, no mínimo, um elogio, independentemente da aprovação ou não que faremos aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Senador Donizeti.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

Apenas para agradecer e dizer que, junto comigo, eu tenho uma equipe e que nós todos lemos Manoel de Barros para fazer esse relatório.

Muito obrigada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu acho que o relatório é tão eficiente, Senadora, que eu estou estimulado a ir ler e estudar um pouco o poeta.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Donizeti, vai ser um prazer passar às suas mãos um dos inúmeros livros de Manoel de Barros.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Porque eu sou amante da poesia.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom, antes de colocar aqui em regime de votação, eu quero, Senadora Simone, na condição de Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em

Defesa do Livro, da Leitura e da Biblioteca aqui no Congresso Nacional – Frente essa que foi, inclusive, relançada recentemente –, associar-me aos demais colegas que já saudaram V. Exª pela relatoria.

Quero parabenizar tanto V. Exª, na condição de Relatora, como também o autor, pela feliz iniciativa que tiveram. Sem dúvida nenhuma, o poeta Manoel de Barros, inclusive falecido recentemente, é mais do que merecedor desta iniciativa, ou seja, uma iniciativa do Congresso Nacional, que, ao instituir esse Prêmio do Mérito Literário, vem exatamente na direção de fortalecer, cada vez mais, as iniciativas, para a gente promover o livro e a leitura no nosso País.

Parabéns!

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, agora, ao item 6.

ITEM 6
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 1, de 2015
- Não terminativo -

Institui o "Prêmio de Jornalismo Roberto Civita" e o "Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita", e dá outras providências.
Autoria: Senador José Medeiros
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.
Observações:
A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Passo a palavra ao Relator, Senador Ronaldo Caiado, para leitura do seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Srªs e Srs. Parlamentares, quero não só cumprimentar a Senadora Simone Tebet, pelo maravilhoso encaminhamento de voto que fez aqui. Engraçado como os textos parecem um pouco com os da minha Cora Coralina lá do meu Estado de Goiás.

Muito meritória essa iniciativa da Casa.

Quero apresentar um relatório em relação a esse projeto que foi apresentado pelo Senador José Medeiros, em que foi distribuída à Comissão de Educação e Cultura, em obediência ao comando do art. 102, VI, Regimento Interno do Senado Federal, Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2015, de autoria do Senador de autoria do Senador José Medeiros, objetiva instituir duas homenagens: o Prêmio de Jornalismo Roberto Civita e o Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita e dá outras providências. Destina-se, a primeira delas, a agraciar um profissional do jornalismo, e, a última, um dirigente de veículo de comunicação brasileiro, que tenham se destacado por relevantes e notórios serviços em prol da liberdade de imprensa e das instituições democráticas.

A cerimônia em que a Comenda será entregue se realizará em sessão do Senado Federal, especialmente convocada para esse fim, na semana em que recair o dia 7 de junho, e as propostas de recomendação dos candidatos aos prêmios serão examinadas por uma comissão composta por 11 senadores, respeitada a proporcionalidade partidária na Casa. Uma vez constituída, deve a comissão escolher cinco nomes da sociedade civil para passar também a integrá-la como membros.

Regulamento, a ser aprovado pela Mesa do Senado Federal, definirá critérios para as indicações aos prêmios e demais procedimentos necessários. O projeto determina, por fim, que a resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da matéria, seu autor informa que o objetivo do projeto consiste em estimular ações "voltadas ao aprimoramento e à consolidação da liberdade de imprensa em nosso País". Destaca, também, o fato de que, em determinadas circunstâncias, o jornalismo é um ato de coragem, considerando que, muitas vezes, é necessário transitar em locais inseguros e enfrentar interesses dos poderosos.

Quanto aos nomes escolhidos para os prêmios, o autor da proposição destaca que foram pessoas da mais alta relevância no campo do jornalismo e da estruturação do pensamento nacional.

Não foram apresentadas emendas à proposição, que, após a manifestação da Comissão de Educação, seguirá para apreciação da Comissão Diretora, conforme determina o inciso IV do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise.

De acordo com o que estabelece o art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre projetos que tratam de homenagens cívicas – inciso II –, categoria em que se enquadra o Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2015.

Não há dúvida de que todos os esforços para valorizar o jornalismo brasileiro são sempre muito bem-vindos. Temos uma belíssima história nesse campo. O jornalismo brasileiro, por sua qualidade técnica, independência e firmeza, diante de situações adversas, merece todas homenagens que possamos fazer.

Muito oportuna, também, a escolha de dois grandes expoentes do jornalismo brasileiro, Roberto Civita, que dirigiu o Grupo Abril e criou a revista *Veja*, e Ruy Mesquita, que esteve à frente do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde publicou brilhantes editoriais sobre temas nacionais de alta relevância.

É, portanto, meritória a proposição.

Necessário se faz, entretanto, observar que, por meio da Resolução nº 8, de 22 de maio de 2009, o Senado Federal instituiu o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico. Essa homenagem destina-se aos profissionais de jornalismo que tenham contribuído para o engrandecimento do jornalismo brasileiro.

Entendemos, dessa forma, que há uma parcial superposição em relação ao projeto que ora analisamos. Note-se que a intenção consiste na criação de dois prêmios: um destinado a um profissional do jornalismo; e, outro, a um dirigente de veículo de comunicação. Consideramos que a iniciativa de criação de uma homenagem destinada a dirigente de órgão jornalístico é oportuna e não se encontra invalidada pela existência da Resolução nº 8, de 2009, já mencionada.

Dessa forma, sugerimos, por meio de emendas, que o projeto seja ajustado de forma a destinar a criação do Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Roberto Civita a profissionais de qualquer área que se destaquem na defesa da liberdade de imprensa, mantendo-se inalterados os demais dispositivos, referentes aos procedimentos para a concessão da homenagem, por sua clareza e boa redação técnica.

Do ponto de vista constitucional, jurídico, regimental e da técnica legislativa, não há reparos a fazer.

Voto.

Diante do exposto, o voto é favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2015, com a emenda que se segue: Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Resolução nº 1, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º Ficam instituídos o Prêmio de Jornalismo Roberto Civita e o Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita, destinados a agraciar, a cada ano, um profissional, jornalista ou não, e um dirigente de veículo de comunicação brasileiro, respectivamente, que se hajam destacado pela prestação notória de relevantes serviços em prol da liberdade de imprensa e das instituições democráticas nacionais.

Era o que tinha dizer, Presidente.

Esse é meu voto: pela aprovação, com destaque.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Queria louvar a proposta, porque Roberto Civita foi um expoente da imprensa brasileira, tanto por dirigir a Editora Abril, pela criação da revista *Veja,* tão constantemente atacada, mas hoje se vê que tinha razão na grande maioria de suas reportagens. Cometeu erros também, mas, no geral, tem sido uma revista extremamente corajosa.

E Rui Mesquita é outra personalidade que muito trabalhou pela edificação, pela qualidade da imprensa brasileira. Entendo que é uma proposta muito boa.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Além de parabenizar o autor, acho que esse projeto de resolução vem em boa hora, parabenizar o Relator, Senador Ronaldo Caiado, pelo relatório, devolvendo a gentileza e dizer que também sou uma admiradora de Cora Coralina, poetisa do seu Estado, Senador, e a semelhança em relação ao Manoel de Barros não é apenas em relação à arte poética, mas em relação à história de vida. Ambos descobriram, nas coisas simples, a verdadeira arte, e morreram com uma idade já adiantada. Há uma poesia de Cora Coralina que, de uma certa forma, representa todas nós mulheres brasileiras e especialmente deveria ser um exemplo para as mulheres na política, que é *Todas as Vidas*. Ela diz que todas as vidas estão dentro dela, vidas das mulheres da roça, das mulheres trabalhadeiras, das mulheres cheias de vida, enfim, todas as vidas dentro de mim; dentro de mim, a vidas meras das obscuras. Então, aqui é minha homenagem também a Cora Coralina, do seu querido e glorioso Estado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a abstenção do meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, vamos passar ao item seguinte, o item 7.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 27, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2014, que modifica o art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a dispensa por justa causa do atleta e a cláusula indenizatória desportiva a ela referente.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Com a palavra o autor, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Srª Presidente, recebi a honrosa missão de relatar o Projeto de Lei nº 1,090, de 2014, que modifica o art. 28 da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a dispensa por justa causa do atleta e a cláusula indenizatória desportiva a ela referente.

Para a realização, achei por bem, inclusive, consultar o Presidente desta Comissão, Senador Romário, fazermos uma audiência pública para que pudesse instruir melhor essa temática toda da Lei Pelé. Como todo regimento, como todo regulamento, como toda legislação, ela merece reparos depois de aprovada. É o caso específico desse requerimento, no qual apresentei para a realização da audiência pública a participação dos seguintes convidados: o Exmº Sr. Alexandre Agra Belmonte, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; o Sr. Alexsandro de Souza, representante do Bom Senso Futebol Clube; o Sr. Marcos Motta, advogado reconhecido nessa área esportiva; o Sr. Rinaldo Martorelli, Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo; o Sr. Carlos Eduardo Pereira, Presidente do Botafogo Futebol e Regatas; também o Sr. Wilfredo Brillinger, Presidente do Figueirense Futebol Clube, e o Sr. Nilton de Macedo Machado, Presidente do glorioso Avaí Futebol Clube, lá da minha cidade de Florianópolis.

A justificação do requerimento, Srª Presidente, é que a chamada Lei Pelé trouxe avanços, como acabei de mencionar, ao ordenamento jurídico, que normatiza a relação entre atletas e as entidades esportivas, entretanto, são necessários ajustes que aperfeiçoem as relações trabalhistas entre os mesmos e entre o segmento.

A audiência pública tem por objetivo debater as possibilidades de aprimoramento da legislação desportiva vigente, ouvindo essas diferentes abordagens sobre o tema.

Portanto, esse é o requerimento que submeto à aprovação desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu gostaria tão somente de submeter à apreciação do nobre autor do requerimento, já que se trata, em primeiro lugar, de uma iniciativa louvável que tem o nosso aplauso, e que trata de discutir as relações entre os atletas e, basicamente, entre os clubes, além dos três presidentes já mencionados, do Botafogo, do Figueirense e do Avaí, se talvez não fosse o caso do autor do requerimento incluir um representante – acredito que exista – de entidade que congregue os clubes profissionais, porque aí haveria uma orientação maior. Mera sugestão que faço ao autor do requerimento, que tem o meu apoio.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sem dúvida, eu a acato. Nós estudaríamos qual seria então a entidade que representaria os clubes. O.k..

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Continua em discussão (*Pausa.*)

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O relatório é bastante sucinto, então, parece-me que a proposta é abrir uma discussão sobre a relação de emprego, especialmente com relação à dispensa por justa causa e cláusulas indenizatórias esportivas. Então, é muito abrangente a proposta. É discutir profundamente a relação entre jogador e seu clube, é isto?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Na verdade, não é tão abrangente assim quanto V. Exª está a imaginar. Esse projeto trata mais especificamente da dispensa por justa causa do atleta, que não foi

prevista na Lei Pelé. Então, se um atleta não seguir, vamos dizer assim, o regimento do clube, se ele não se apresentar, se ele não tiver um comportamento adequado como qualquer trabalhador, ele estará sujeito também às penalidades da demissão por justa causa, seja por outro tipo de demissão ou seja por rescisão do contrato.

Então, ele é bem específico, trata dessa questão. Entretanto, é um projeto que pode ser ampliado na medida em que as discussões se avolumam dentro desse cenário da Lei Pelé.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A rigor então seria delimitar quando um atleta comete falta grave e quando não pode ser considerado isso.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – É isso aí. A princípio, é isso. Mas poderá, como eu disse a V. Exª, ser ampliado no âmbito da discussão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Poderão surgir nas audiências públicas outros problemas, vamos dizer assim, outros entraves de que a Lei Pelé precisa, possivelmente, de uma correção ou de implementação de novas medidas que possam trazer mais agilidade para o futebol brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, claro, acolhendo a sugestão do Senador Anastasia.

Vamos para o próximo item, que é o item 10, do qual eu sou subscritora.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 38, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no inciso XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Seminário desta Comissão em conjunto com a Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados para debater medidas e propostas para a modernização da gestão e de responsabilidade fiscal das entidades desportivas profissionais no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Para tanto, convidamos o representante do TCU, o Sr. Juca Kfouri, jornalista esportivo; o Sr. Marco Polo Del Nero, Presidente da CBF; o representante do Bom Senso Futebol Clube; o Sr. Pedro Trengrouse, especialista em estudos sobre futebol e representantes dos clubes de futebol.

Promulgada pela Presidente Dilma, a chamada MP do Futebol possibilita o refinanciamento de dívidas de clubes que aderirem à proposta do Governo, com redução de encargos legais, juros e multas, desde que eles atendam a uma série de exigências, tais como: promover auditorias e publicar suas contas regularmente; cumprir com regularidade os pagamentos de contribuições previdenciárias, trabalhistas e contratuais; não comprometer mais do que 70% da receita bruta com o departamento de futebol profissional; garantir investimento em categorias de base e no futebol feminino; não antecipar receitas de mandatos posteriores; respeitar as regras de transparência da Lei Pelé e construir cronograma progressivo de déficits que deverão ser quitados até o ano de 2021.

Para eventual descumprimento do acordo, a medida provisória prevê a responsabilização de dirigentes por gestão temerária e até mesmo o rebaixamento dos clubes para uma divisão anterior.

As medidas inseridas na referida norma geram polêmica no meio esportivo, sendo muitas delas apontadas como indevida intervenção estatal no futebol, o que vem acarretando enorme resistência da FIFA, com a possibilidade até mesmo da exclusão da seleção brasileira de competições internacionais.

Por outro lado, muitos argumentam que não foram contempladas medidas mais duras, indispensáveis para assegurar a responsabilidade fiscal dos clubes e entidades, a transparência e o aprimoramento de sua gestão, bem como a efetividade dos direitos dos atletas.

A matéria, como não poderia deixar de ser, é de estrito interesse desta Comissão, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento. Trata-se de momento extremamente oportuno para discutirmos e repensarmos a transparência e a boa governança na gestão dos clubes, a fim de eliminar os desmandos e as más gestões testemunhadas em nosso esporte há décadas e possibilitar, assim, o início de um novo ciclo virtuoso de desenvolvimento cultural, esportivo, econômico e social do nosso futebol.

O requerimento é de autoria do Senador Romário, Presidente da nossa Comissão, e subscrito por mim.

Na verdade, a Câmara dos Deputados tomou a iniciativa de realizar esse seminário, claro, para discutir um tema, sem dúvida nenhuma, relevante, até porque a medida provisória já está, inclusive, em tramitação, e a ideia é que a nossa Comissão se incorpore exatamente na realização desse seminário lá com a Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por fim, nós queremos, aqui, também colocar como extrapauta um requerimento de nossa autoria, na verdade, para dar prosseguimento ao debate que a gente já vem fazendo acerca do livro, da leitura e da biblioteca.

Item 12.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 41, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, a realizar-se no dia 30 de junho de 2015, visando debater a Política Nacional do Livro e regulação de preços, e traçar um panorama do setor no Brasil e no mundo. O evento objetiva uma visão mais precisa do mercado de livros brasileiro e das políticas públicas de fomento à leitura. Contando com a experiência de autoridades internacionais, será possível analisar a implementação de políticas de fixação de preços no mundo e o reflexo dessa medida na maior distribuição de pontos de venda, na bibliodiversidade (aumento da oferta de títulos, ascensão de novos autores), no estímulo ao hábito da leitura e na formação do cidadão leitor.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Bom, eu solicitarei aos Senadores a inclusão extrapauta do presente requerimento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Na verdade, conforme eu acabei aqui de ler o resumo aqui, Senadora Simone, o requerimento é exatamente para que a gente possa – através de uma audiência pública que nós vamos transformá-la, Senador Lasier, num seminário – fazer o debate acerca do projeto de lei de nossa autoria, que já está tramitando aqui nesta Casa, que tem, por objetivo, instituir a política do preço fixo do livro no Brasil.

Essa é uma experiência já exitosa em alguns outros países. Daí, inclusive, a iniciativa de a gente trazer, por exemplo, representante da França e de mais dois países para exatamente dialogar conosco e socializar as experiências existentes lá nos países deles, uma vez que a lei já é realidade e funciona, inclusive, nesses países com grande eficácia, na medida em que a lei terminou se constituindo em um instrumento muito importante para fomentar e para fortalecer o acesso ao livro e à leitura.

Então, eu gostaria muito de contar com a participação dos senhores e das senhoras. O seminário será realizado no dia 30 de junho. Inclusive, estamos abertos a sugestões que os senhores ou as senhoras queiram fazer.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, convoco audiência pública para esta quarta-feira, às 10h30, quando vamos tratar dos efeitos do Projeto de Lei nº 224, de 2012, que institui a obrigatoriedade de beneficiários de bolsas de programas da União prestarem colaborações em estabelecimentos públicos de educação básica.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos do dia treze de abril de dois mil e quinze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim e Hélio José. Registra-se a presença da Deputada Érika Kokai. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apre-

ciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 17 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 03/03/2015, para debater sobre: "Terceirização". O Senhor Presidente lê requerimento de sua autoria, apresentado em Plenário, de voto de pesar em razão do falecimento do Ex-Ministo Paulo Brossad. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar a mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST; Helder Santos Amorim, Procurador do Ministério Público do Trabalho; Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto, Secretária-Geral da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Dino Andrade, Presidente da Comissão de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Distrito Federal; Lilian Arruda Marques, Assessora da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Geraldo Ramthun, Diretor de Organização Sindical da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Telma Maria Cardia, Representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Luis Carlos Prates, Representante da CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular; Joilson Cardoso, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; Graça Costa, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e Afins – CNTA; João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB. O Senhor Presidente informa o falecimento de Eduardo Galeano, ocorrido nesta manhã, e faz uma homenagem ao jornalista. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. É registrada a presença da Deputada Federal Erika Kokay. O Senhor Presidente informa que a audiência contou com a participação popular, por meio do **Alô Senado** (0800-61-22-11)**,** com **165** manifestações da sociedade, sendo 1 manifestação a favor do projeto de lei, mas com dúvidas, conforme mensagem lida e 164 manifestações contra a terceirização. Do portal **e-Cidadania** (bit.ly/audienciainterativa) recebemos do **459** manifestações, sendo **todas contrárias ao Projeto de terceirização. No total recebemos 624, mensagens, apenas 1 contraria a terceirização.** Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quinze minutos, eu*, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a integra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimentos nº 17, de 2015, de minha autoria e de outros Senadores, para debater terceirização.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: bitly-audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu não vou discorrer sobre todo um trabalho que a assessoria fez aqui, mas fica, nos *Anais* da Casa, uma avaliação sobre a terceirização, que se encontra na mesa. Eu vou pedir licença a todos vocês e, ao fazer a leitura vocês vão entender, e daí nos vamos fazer, aqui, se assim todos concordarem, uma pequena homenagem a um grande homem, baseado no requerimento que ora leio.

ITEM Nº
REQUERIMENTO Nº ..., de 2015

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do advogado, político e ex-ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal Paulo Brossard de Souza Pinto.

Faleceu no dia de ontem (12 de abril), na cidade de Porto Alegre, aos 90 anos de idade, esse grande homem. Brossard foi um homem dos três Poderes, nascido na fronteiriça Bagé, terra de homens e mulheres guerreiras. Acumulou quase sete décadas de vida pública, atuou no Legislativo, onde foi uma das vozes mais fervorosas na luta pela democracia e na defesa do parlamentarismo. Em suas conversas com Raul Pilla, nas tardes primaveris em Porto Alegre, teorizavam a implementação do sistema parlamentarista no Brasil.

No Executivo, comandou a pasta do Ministério da Justiça e no Poder Judiciário foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro da Suprema Corte (STF).

O jornalista Luiz Fernando Valls, em seu livro Brossard: 80 anos na História Política do Brasil lembra muito bem:

Brossard era firme como agulha magnética da bússola, atravessou décadas da política nacional com discurso louvável e sempre atual. Dizia Brossard: Boa ou má a lei deve ser cumprida. Se a lei for má, a sociedade deve ter meios para a sua correção. A lei é o que garante a todos, governantes e governados. Lei que deixa de proteger meu inimigo, não me protege também.

Homem público, sereno, calmo, firme em suas convicções, gostava de um bom mate e uma boa prosa.

Foi velado no Palácio Piratini, no salão Negrinho do Pastoreio, o maragato e libertador encerra sua página na história do Brasil.

Mas o seu legado ficará sempre junto à nossa gente.

Deixamos registrado aqui nossa mais profunda tristeza.[texto]

Autoria: Senador Paulo Paim.

Deixamos registrado aqui nossa mais profunda tristeza.

Gostaria que o presente requerimento de voto de pesar fosse enviado à Srª Lúcia Alves Brossard de Sousa Pinto, esposa, e aos filhos, no seguinte endereço: Rua Dário Pederneiras, 347, Bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS, CEP: 90630-090.

Este voto de pesar eu o farei também em plenário, mas fiz questão de aqui fazê-lo também, tendo em vista ser esta uma Comissão humanista. Então, que a Comissão de Direitos Humanos também remetesse esse voto de pesar e, aqui, se V. Exªs concordarem com a sua aprovação, a forma de fazê-lo seria uma salva de palmas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lembrando as ideias dele, que ficarão sempre vivas junto a nós, simbolicamente, eu vou pedir um minuto de silêncio antes de iniciarmos a nossa reunião.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De imediato, como teremos, no mínimo, três Mesas, eu vou chamar a composição da primeira Mesa.

Chamo o Exmo Sr. Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Seja bem-vindo, Ministro! (*Risos.*)

Ele agora ajudou na brincadeira aqui.

Agora, convidamos o Dr. Helder Santos Amorim, Procurador do Ministério Público do Trabalho

Chamamos a Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto, Secretária-Geral da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

As palmas são para os dois já chamados.

Representando o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF, convido o Dr. Dino Andrade.

Seja bem-vindo Dr. Dino Andrade! (*Palmas.*)

E chamamos a Drª Lilian Arruda Marques, Assessora da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

A Drª Lilian já esteve conosco aqui, uma outra vez, discutindo as famigeradas MPs. Eu já as trato assim, tanto a MP nº 664, quanto a MP nº 665. Nós vamos travar o bom combate aqui, como já o travamos em diversos momentos na Casa e faremos esse debate também tantas vezes quantas forem necessárias.

Montada a primeira Mesa, eu vou pedir à Assessoria que passe um pequeno vídeo de três minutos, que foi produzido por uma das entidades presentes.

Qual é a entidade que o produziu? (*Pausa.*)

Esse vídeo foi produzido pela Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho –, e com a participação de alguns artistas, que nos autorizaram, então, a exibir o vídeo agora na abertura.

A pergunta que eu faço é se o vídeo está pronto, conforme combinamos? (*Pausa.*)

É sempre assim pessoal! Essa tal de tecnologia aí, eu tento me adaptar, mas toda vez dá um probleminha. E não é culpa da equipe não. Ele me explica que alguém pisa no cabo e o desliga. Mas ele já conseguiu, ali, adaptar.

O.k.? Vamos lá então. Alguém pode apagar as luzes. (*Pausa.*)

O.k.. Vamos lá então.

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu digo não! (*Palmas.*)

Eu disse não, porque sei que represento quase 100% do plenário e estou com o microfone. Então, eu tive a alegria de representá-los e deixar bem clara a minha posição quanto a esse tema. Eu, aqui, ouvirei a todos. Aqueles que querem defender a terceirização que venham aqui também participar do debate. Não há problema nenhum.

De imediato, eu passo a palavra ao Ministro Antonio José de Barros, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, para que ele faça a sua exposição pelo tempo que entender necessário. Em média, daremos 15 minutos.

O SR. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN – Muito obrigado, Presidente.

Exmo Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, que, em boa hora, instituiu esse debate público sobre a terceirização, que é um tema candente, tanto quanto outros temas que estão na Casa, como a redução da menoridade penal. Vejo que o Congresso Nacional hoje se depara com matérias que não são mais postergáveis.

Dizer-se sim ou contrário para o Presidente de Tribunal Superior é quase uma interferência no Poder Legislativo, porque sabemos muito bem, desde Montesquieu, da função tripartite do Estado. O Congresso soberanamente legisla e o Judiciário acata e cumpre a legislação aprovada aqui, eventualmente sancionada pela Presidência da República.

Mas, permita-me, eminente Senador Paulo Paim, antes de enfrentar a questão da terceirização, ressaltar um pequeno equívoco que se comete aqui e acolá em relação ao Judiciário do Trabalho. Fala-se que é uma Justiça protecionista, que sempre julga a favor do empregado. Mas ela não é protecionista porque ela deseja sê-lo, ela o é porque a legislação que ela aplica é protecionista, e há de sê-lo, porque quem não se lembra das mazelas da Revolução Industrial, em que o trabalhador era um objeto, trabalhos de crianças, mulheres, homens em mais de 18 horas de trabalho, sem nenhuma garantia, e se perdia nisso aquilo que é mais caro do ser humano, e que também evidentemente o trabalhador compartilha, que é a dignidade da pessoa humana.

Então, eu insisto para que o Judiciário do Trabalho não seja associado a essa ideia equivocada de que protege porque ele quer proteger. Não. Ele aplica uma norma protecionista e ela há de ser essencialmente protecionista, porque ela veio ao mundo para tentar equilibrar, dando uma superioridade jurídica ao empregado, diante da sua fragilidade econômico-financeira, frente à superioridade econômica da empresa. Mas isso não significa que tanto a parte do patronato ou da categoria econômica ou da categoria profissional devam estar sempre em posições antagônicas, irascíveis.

Hoje chegamos a um patamar da nossa sociedade, e o Constituinte Derivado bem o disse, privilegia-se a convenção coletiva, o acordo coletivo, ou seja, ninguém melhor do que os protagonistas das relações coletivas do trabalho, eles próprios definirem aquilo que melhor lhes convêm. Por mais que o Judiciário do Trabalho, no exercício do poder normativo, possa tentar dirimir essa controvérsia, ele jamais dará uma resposta satisfatória, porque, confesso, Sr. Presidente, e todos quanto participam da sessão de dissídios coletivos, não têm pleno conhecimento da realidade que cada categoria econômica e profissional vive. Por isso eu saudei, e saudei efusivamente, quando se deu um *status* constitucional à convenção e acordo coletivo para que essas categorias possam se reunir e definir os seus interesses e o definirão com melhor propriedade do que o próprio Poder Judiciário do Trabalho. E isso ele deve chegar à exaustão da negociação, para só depois ir ao Judiciário, já sabendo que, evidentemente, o Judiciário, como o Congresso Nacional, ele sofre de um grande problema.

Quando o Judiciário julga uma ação, qualquer que seja o ramo do Judiciário, a parte sucumbente não se mostra satisfeita com a decisão. Então, há sempre um reclamo, natural da pessoa humana, que se sente, às vezes, não reconhecida no seu direito. E tal qual aqui no Congresso Nacional, quando se deliberam sobre novas leis, segmentos que se impõem, outros segmentos que não saem vitoriosos também têm esse mesmo sentimento de frustração.

Por isso é que penso que o Congresso Nacional e o Poder Judiciário vivem essas agruras.

Mas o que eu gostaria de enfatizar, e enfatizar para a compreensão do grande público, é que o Poder Judiciário do Trabalho não é protecionista porque ele deseja sê-lo. Absolutamente. Ele é porque a legislação trabalhista é protecionista e há de sê-lo. Se não o fosse, como é que poderíamos falar em produtividade e empresa? Como poderíamos dizer em respeito à dignidade do trabalhador? Como resgatar esse trabalhador, esse empregado para a melhor qualificação?

Sr. Presidente, antes ainda de entrar no tema, eu gostaria de externar a minha mais profunda gratidão ao Senado Federal e aos respectivos Senadores, pela aprovação da PEC nº 32, que inclui o Poder Judiciário e inclui o Tribunal Superior do Trabalho na estrutura do Poder Judiciário, porque, por um pequeno lapso do Constituinte Originário, ali se fazia referência a tribunais e juízes do trabalho. Só por inferência se poderia concluir que o TST integrasse a estrutura do Poder Judiciário, quando se sabe que integra, mas precisava ser explicitado. Sinto-me, pessoalmente, muito grato aos Srs. Senadores, que mostraram sensíveis a essa realidade, para dar ao Tribunal

Superior do Trabalho o reconhecimento da pujança institucional que hoje ele alcançou, porque as decisões ali proferidas têm como horizonte as consequências econômicas e sociais, porque não é uma visão unilateral. Tanto que o art. 8º da CLT, num comando exemplar para guiar e nortear as decisões dos Magistrados do Trabalho, dispõe que nenhum interesse de parte, de particular ou de classe deva prevalecer sobre o interesse coletivo da Nação. Isso também encontramos no Código Civil. Mas é interessante que a Consolidação da Leis do Trabalho, que se diz ser vetusta, mas ainda é bastante atual em minha opinião, porque ela dá soluções e permite que o Tribunal Superior atualize à medida que haja inovações da sociedade contemporânea.

Por isso, reitero, eminente Senador Paulo Paim, a alegria, a satisfação e a sensibilidade dos Senadores de aprovarem a PEC nº 32, que agora se encontra na Câmara e, lá, recebeu o número 11 – PEC nº 11. E nutro a mesma expectativa de que a Câmara, sensível, tão sensível quanto o Senado, possa aprovar também a PEC nº 11, e possamos, se V. Exª me permitir a presunção, promulgar a PEC ainda no meu mandato, que se extinguirá no dia 26 de fevereiro de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se depender de nós, pode contar.

O SR. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN – Eu sei, V. Exª é extremamente amigo do Judiciário do Trabalho, tem a clara percepção de que não é um ramo do Judiciário que veio aqui, por ele mesmo, fazer proteção do empregado. Jamais foi isso. A concepção do Judiciário do Trabalho é que ele lida com uma legislação protecionista. O que, por vezes, causa surpresa é que se exaspera demasiadamente alguma proteção ou que se subtraia algum direito do empregado. Isso pode ocorrer porque o juiz, na sua convicção, pode dar essa ou aquela interpretação, mas a esmagadora maioria dos Magistrados têm consciência perfeita de que o comando do art. 8º é que determina a sua atuação jurisdicional. Nenhum interesse particular ou de classe deve prevalecer sobre o interesse coletivo da Nação, ou seja, o bem comum de todos. E quando se fala em bem comum de todos, fala-se em produtividade da empresa, resgate da dignidade da pessoa humana, que está inserida no trabalhador, para que não lhe subtraiam direitos.

Então, chegando à terceirização, eu, antes de dizer se sou a favou ou contra – e aqui não falo como Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, porque, nessa situação, há alguns colegas que têm opiniões divergentes, mas falo como magistrado e cidadão –, quero dizer que o TST se viu às voltas com esse fenômeno econômico nascido nos Estados Unidos na década de 90, quando se instalou o governo de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, com o concerto de Washington, em que sobrevalorizavam o capital. E isso foi trazido para o Brasil sem maiores considerações.

E, na época em que se editou a primeira Súmula nº 331, e depois ela foi revisada, o que se deu em 1994, eu ainda não compunha o Tribunal Superior do Trabalho, porque fui nomeado em 1999. E dizia-se que o Tribunal Superior do Trabalho teria legislado. E aqui, se me permitem, há um grande equívoco, porque o Tribunal Superior do Trabalho não legislou ao editar a Súmula nº 331. É que é um imperativo da lei de introdução ao Código Civil, outro imperativo do Código de Processo Civil no sentido de que o juiz não pode se eximir de decidir, alegando lacuna na lei. Ora, nós não tínhamos lei que tratasse de preservar os direitos dos empregados, que estavam sendo terceirizados na maré daquele governo conservador com um capitalismo exagerado, e tínhamos que estabelecer alguma regra de proteção para os empregados. Afinal de contas, naquela ocasião, nem se falava em precarização; falava-se em terceirização predatória. Por que predatória? Porque eram empresas que se formavam do dia para a noite e cediam empregados não muito qualificados para compor a atividade-fim, e, com isso, recebiam parcela salarial muito aquém daqueles da empresa contratante, não desfrutavam das mesmas vantagens daqueles empregados da empresa contratante, o que, a meu ver, como cidadão, é uma rematada injustiça.

Então, desfazer primeiro o equívoco de que o Judiciário do trabalho, por ele mesmo, é protecionista; não é. Segundo, que o TST não legislou, porque, não só no Judiciário do trabalho, mas em todos os ramos do Judiciário, o juiz não pode se eximir de decidir alegando lacuna da lei. E aí ele tem que se valer dos princípios gerais do Direito: analogia *legis*, analogia *juris*.

E o que levou o TST a tratar da questão da atividade-fim, chamada hoje atividade-fim? É que para os serviços de limpeza e vigilância havia a legislação específica, dizendo ser possível a terceirização porque não era algo dentro do objetivo social da empresa. E como nada havia a respeito da atividade-fim, valendo-se da analogia *legis*, que não é método de hermenêutica, mas fonte subsidiária de direito, concluímos que teríamos que dar essa proteção aos trabalhadores que iam para a atividade-fim com salários muito abaixo, sem as garantias próprias do trabalhador efetivo. Essa a razão, porque sempre vimos essa consideração de que o TST teria legislado.

E, permita-me aqui, Sr. Presidente, com todo o respeito que merece o Supremo Tribunal Federal, quando ele colocou, em repercussão geral, a questão da terceirização da atividade-fim com base no art. 5º, inciso II, já se poderia mais ou menos ter uma ideia de qual seria o desfecho, porque o art. 5º, inciso II, dispõe que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Mas como compatibilizar

essa norma com aquele imperativo de que o juiz tem que decidir na lacuna da lei? E preocupou-me porque se se a maioria dos ministros concluísse que realmente a nossa súmula contrariava este art.5º, II, seria um *laisser-faire*, porque estariam abertas as portas generalizadas da terceirização.

Por isso já cheguei a confidenciar a alguns Deputados o tanto que cultuo, respeito e nutro consideração pelo Congresso Nacional. O Parlamento brasileiro, que o possamos valorizar e o devamos valorizar, é o pilar da democracia. Aqui são interesses os mais diversos que se apresentam legitimamente, procurando estabelecer critérios que ajustem às suas expectativas. Mas os Parlamentares têm o dever de verificar em que condições esse segmento, em especial na terceirização, está precarizando mesmo o trabalhador na atividade-fim. Se temos, de um lado, aquilo que se diz da necessidade de que as empresas tenham mais produtividade, sobretudo nesse momento de crise econômica, mas eu indago: podemos dar às empresas maior produtividade subtraindo o direito dos empregados terceirizados? Essa é uma grande indagação.

A mim, como cidadão, e aqui não falo como Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, esse fenômeno econômico que veio dos Estados Unidos, instalou-se no Brasil em uma época em que ele era essencialmente predatório, com o evoluir dos tempos – e essa questão de uma empresa terceirizada, cujo objetivo social é ser especializada na prestação de serviços – aquele projeto de 2004 chegou ao momento de maturação para exame.

Eu me permito apenas, sem a menor propensão de ensinar aos legisladores, que sabem muito bem como se conduzirem em situações delicadíssimas como essas – tenho certeza de que achará um termo em que se possa atender, de um lado, as expectativas da empresa e, de outro, a grande expectativa dos trabalhadores –, dizer que o art. 1º da Constituição cidadã tem um dispositivo, que me parece extremamente importante para se enfrentar essa questão.

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – soberania;

II – cidadania;

III – dignidade da pessoa humana; e

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Vejam que, a mim, como Magistrado, lendo este último inciso, extraí a conclusão de que o Constituinte Originário quisera colocar neste mesmo patamar tanto a livre iniciativa quanto a valorização social do trabalho. Que nenhum desses dois valores, que constitui a República Federativa do Brasil, possa um sobrepujar o outro. Há de se encontrar um equilíbrio. E esse equilíbrio, penso, deva ser buscado na Casa própria, que é o Congresso Nacional.

Sinto-me um pouco constrangido, Sr. Presidente, na condição de Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, de ser mais incisivo, mas posso adiantar a V. Exª que, enquanto a Súmula nº 331 estiver em vigor, ela será aplicada. (*Palmas.*)

Ela será aplicada, porque seria algo impensável que o próprio Tribunal Superior do Trabalho, que editara a Súmula, passasse a deixar de aplicá-la, porque se deflagrou um processo legislativo, que, aparentemente, viria a regulamentar efetivamente a terceirização, mas, enquanto a Súmula nº 331, visto pela sua história, desde o seu início daquela atividade predatória até agora... Porque eu não consigo entender, como cidadão, que haja uma produtividade da empresa, se esta implica subtrair direitos dos empregados. (*Palmas.*)

Por exemplo – e isso falo como cidadão e não como Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nem como Magistrado –, se, de todo, não for possível mantermos o mesmo salário, se se poderia cogitar se o terceirizado receberia o mesmo piso salarial da convenção coletiva firmada pela contratante com o sindicato correspondente para manter aquele grande princípio da isonomia constitucional.

Não falo da equiparação salarial, mas da isonomia, consagrada no Texto Constitucional. Também, ao que me parece, não seria conveniente que, ao se permitir a terceirização, ela se desse de um modo geral, porque, permita-me V. Exª, desde que assumi a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, eu só tirei 10 dias de férias e trabalhei em todo o recesso judiciário, nas férias coletivas e, já exausto, eu pedi uma compensação de cinco dias, de segunda à sexta.

Mas o serviço, no Tribunal Superior do Trabalho, tem sido tanto que eu, já na sexta-feira, porque hoje é que venceria, já estava lá no TST trabalhando, para poder vir aqui e externar essa opinião pessoal. Porque externar a opinião como Presidente do Tribunal Superior do Trabalho é uma situação muito grave, porque cria uma situação de antagonismo entre os três Poderes.

E, naturalmente, a democracia repousa nessa divisão de Poderes, cada qual usando das suas atribuições precípuas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN – E o Parlamento para mim , eu o disse na posse, eu tenho plena confiança, tenho absoluto respeito e inteira consideração com o Parlamento brasileiro. Apesar de aqui e acolá haver algum deslize, o que não é próprio, nem exclusivo do Parlamento, porque também se verifica em outras instituições de Estado, porque são feitas de seres humanos, que são falíveis e cometem algumas falhas, mas o importante é que não haja impunidade, é que se procure e que se puna aquele que se desviou da conduta a que ele se comprometeu a ter nos vários ramos da atividade estatal: Executivo, Legislativo e Judiciário.

E, por isso, penso que nós estamos passando por um momento difícil em que temas polêmicos estão chegando ao Congresso. E me lembro, desde que ingressara na Magistratura do Trabalho, em 1980, porque antes fora Promotor de Justiça e Juiz de Direito, e me afeiçoei demasiadamente ao Direito do Trabalho, ao Judiciário do Trabalho, exatamente porque hoje não se pode pensar um Brasil grande, em que haja melhor distribuição de renda se se não der a devida consideração àquilo que a CLT, em boa hora, essencialmente... porque em todos os países de economia de mercado se tem essa proteção ao empregado. Porque sem o empregado o que se fará da empresa? Mas também há o reverso. Nós agimos com dureza em relação ao mau empregador, para preservar a empresa como fonte de renda e de emprego. Quer dizer, a ação do Tribunal Superior do Trabalho e à medida que ele reconhece os direitos que a legislação estabeleceu, ele também tem que ter o reverso da medalha: preservar a empresa e não o mau empregador.

Tanto que temos uma jurisprudência muito incisiva de irmos atrás dos bens do empregador. Ou seja, a empresa, constituída em pessoa jurídica, mas no final, ela é gerida por pessoas físicas que, não raro, se locupletam da atividade empresarial em detrimento até mesmo dos próprios empregados.

Tenho certeza de que o Senado Federal irá olhar com bastante atenção, como sempre lhe foi próprio, porque a Casa Alta do Congresso Nacional lhe tem como marco uma visão menos acalorada. É da essência do Senado que ele diminua as tensões e coloque o debate em termos em que se possa dar a justa expressão daquilo que o Constituinte Originário, a Constituição cidadã quis expressar no inciso IV.

E para não me alongar, eu posso dizer – a todos quantos honram com suas presenças – que enquanto a Súmula nº 331 estiver em vigor ela será aplicada.

Agora, seria um absurdo que nós Magistrados, que ao ingressar na magistratura, prometemos cumprir a Constituição e as leis da República, não queiramos cumprir a legislação que vier a ser editada no Congresso.

Queira Deus que ela seja a melhor possível!

Não esqueça de proteger os empregados... (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN – ...porque eles só vivem disso, eles só têm isso para a manutenção da sua vida. E sabemos que o País, infelizmente, ainda mantém uma série de desigualdades sociais.

Caso aprovássemos um projeto – e aqui eu já estou até me excedendo, como se fosse um Parlamentar, porque quem detém a representatividade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª está muito bem, continue por favor. Não mude. Continue assim a vida toda. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN – ... direta do povo é a Câmara dos Deputados, e, dos Estados, os Senadores, mas é representação direta extraída do voto. E o Judiciário tem a representatividade indireta, extraída da Constituição, que lhe delega essa árdua função de julgar.

Não raro fui assaltado por dúvidas na hora de decidir! E aqui apenas para que os senhores e S. Exª o Senador Paim, por quem tenho grande admiração, como nós nos aproximamos na angústia ou de decidir ou de legislar! Porque é uma aflição muito grande, é uma aflição muito grande conseguir conjugar interesses antagônicos, mas antagônicos que não chegam a ser irascíveis, irremediáveis, que se possa atingir um bom termo e que não se precarize excessivamente se, afinal, esse projeto de regulamentação vier à tona.

E diria, apenas como cidadão: por que não fixar um percentual – aqui diria aleatoriamente – de 30% para terceirização em qualquer de suas parcelas? Porque a norma em branco pode sugerir que eu possa terceirizar 40%, 50%, 60%, 80%, 90%. Por que não estabelecer um teto a partir do qual não se deverá pagar salário inferior ao dos empregados da atividade-fim da empresa? Algo como 80% daquele valor, ou que se aplicasse a convenção coletiva da contratante para os empregados.

Enfim, já passei do tempo. Peço escusas a S. Exª, o Presidente, Senador Paulo Paim. Espero, de alguma forma, ter contribuído como cidadão para este enriquecedor debate que, oportunamente, S. Exª trouxe a público.

Quero dizer ainda que compartilho desses votos que V. Exª proferiu pelo passamento do nosso grande jurista Paulo Brossard, que honrou os Três Poderes pelos quais passou, honrou como homem público que deixa um exemplo para que os novos Parlamentares possam seguir e para que os Ministros do Supremo tenham como referência de um autêntico Magistrado.

Agradeço muitíssimo a atenção de todos, em especial de S. Exª. E reitero aqui a minha admiração pelo Senado Federal, a minha admiração pessoal por V. Exª e, sobretudo, a minha profunda gratidão pela aprovação da PEC nº 32.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que deixou aqui a sua exposição muito clara, muito tranquila.

Permita que eu diga, eu que estou mais próximo dele aqui, até senti-me emocionado, porque me contagia também a preocupação dele com esse projeto. Por isso ele falou tanto da súmula, deixando claro que não dá para pensar em lucro e produtividade tirando direitos dos trabalhadores. Onde estamos? Eu, como fui Constituinte, comungo inteiramente do pensamento de V. Exª.

Cheguei ao Congresso juntamente com Fernando Henrique, Lula, Mário Covas, Ulysses Guimarães, na questão da elaboração da Assembleia Nacional Constituinte e é exatamente esse princípio de igualdade. E a Justiça, eu não sou advogado, mas permita-me que o diga: *in dubio pro misero*. No mínimo isso! Não é isso mais ou menos que se diz: *in dubio pro misero*? Ora, como vamos aceitar uma legislação que venha fortalecer somente a parte mais forte.

V. Exª disse-o muito bem, o trabalhador só tem a mão de obra dele, mais nada. É aquilo que ele tem. E a lei virá para proteger a outra parte que tem tudo? Eu não tenho nada contra o empregador, tanto que aceitarei aqui o debate tranquilamente, convocarei aqueles que pensam diferente. Mas fico com a seguinte mensagem, permita-me, Ministro, que vai na seguinte linha: V. Exª é daqueles homens que fazem o bem sem olhar a quem. Que bom foi ouvi-lo aqui. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN – Eu que agradeço.

Só para terminar, eu queria pedir licença a V. Exª, porque tenho afazeres no Tribunal Superior do Trabalho, porque o Presidente do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho tem atividades jurisdicionais: preside sessões, enfim, eu mesmo avoquei para mim julgamentos de agravo de instrumento contra decisões denegatórias de recurso de revista para dar mais agilidade. E esses compromissos me esperam lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. V. Exª já havia nos comunicado.

O SR. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN – E só terminarei esta fala, que já se alonga – S. Exª está insistindo –, dizendo que a lei liberta. A lei liberta. E eu tenho certeza de que a lei que será gestada e aprovada irá libertar justamente os mais fracos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Justamente os mais fracos, disse S. Exª.

Então, agradeço muito ao Ministro, que fez a gentileza de aceitar o nosso convite.

De imediato, liberando naturalmente o Ministro, convido para usar a palavra o Procurador do Ministério Público do Trabalho, Dr. Helder Santos Amorim, para que faça a sua exposição.

Serão concedidos 10 minutos mais cinco, mas com a tolerância que o assunto exige. Nós todos sabemos o quanto é importante o tema, tanto que, já adianto a todos, esta, antes mesmo de iniciar, foi a audiência pública, de toda a história do Senado, mais concorrida em matéria de questionamentos. O pessoal, tanto da TV Senado como do Alô Senado, informa-me que há uma pilha de perguntas, de questionamentos, e, por incrível que pareça, por unanimidade, todos contra a terceirização. (*Palmas.*)

Está aí a pilha, vou mostrar depois para vocês, porque eu leio tudo que chega aqui. É o povo que está questionando: o que é isso? Onde nós estamos? Depois eu irei ler algumas, e se houver alguma a favor, eu a lerei também.

Com a palavra o Sr. Helder Santos Amorim.

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Muito obrigado.

Exmo Sr. Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento esta ilustrada Mesa, todos os senhores e senhoras aqui presentes e todos os que nos assistem pela TV Senado, agradecendo, de antemão, o convite ao Ministério Público do Trabalho para participar deste debate que, no nosso entender, reside no centro das maiores preocupações atuais no cenário nacional.

De fato, é extremamente grave o cenário que se nos apresenta a partir da aprovação do texto base do PL nº 4.330, Sr. Senador. E aqui peço licença para fazer uma análise, embora breve, mais incisiva do que aqui foi feita ilustradamente pelo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, que, diante da sua missão de equidistância dos interesses em conflito, certamente ponderou, como tem que ser a um Magistrado o tema com o distanciamento que lhe é próprio, não obstante, com a firmeza da sua posição contrária à precarização do trabalho.

O Ministério Público do Trabalho é a instituição permanente incumbida da defesa dos direitos sociais dos trabalhadores. Portanto, a nossa posição em relação ao PL nº 4.330 é firme no sentido de que terceirizar atividade finalística é inconstitucional. (*Palmas.*)

E farei, então, me permitam, uma análise de natureza técnico constitucional por coerência, inclusive à nossa perspectiva a respeito do tema, porque nós já estamos tratando desta questão da terceirização na atividade-fim há mais de 20 anos.

O Ministério Público do Trabalho, desde que iniciou a sua atuação como órgão agente na década de 1990, tem como um dos seus temas mais relevantes o combate às fraudes nas relações de emprego e, portanto, a defesa do regime de emprego como regime de proteção social do trabalhador.

Nós atuamos diuturnamente no combate às mais diversas formas de fraudes, e uma das que mais se sobressaem é exatamente a utilização da intermediação de mão de obra nas atividades finalísticas das empresas.

Portanto, podemos dizer – e aqui sem nenhuma modéstia – que nós temos profundo conhecimento de causa. Conhecimento de causa que, inclusive, nos levou a elaborar uma cartilha. Nós arrolamos nessa cartilha, Sr. Senador, a terceirização na atividade-fim na iniciativa privada – 50 exemplos de ações para proteção do emprego na atividade-fim da empresa. Arrolamos aqui 50 ações civis públicas do Ministério Público do Trabalho nos mais diversos setores da atividade econômica nesses últimos 20 anos, para demonstrar as razões que nos levam a essa atuação de combate à terceirização na atividade-fim.

E qual é a razão principal? É combater, pura e simplesmente, a terceirização? Não. É proteger o emprego direto na atividade finalística como um regime de proteção social constitucional do trabalhador. (*Palmas.*)

Obrigado.

Portanto, farei aqui uma breve análise sobre esse regime de proteção social.

A Constituição da República de 1988 foi a primeira Constituição, Sr. Senador, desde à de 1934, foi a primeira que inseriu os direitos dos trabalhadores no rol dos direitos fundamentais. Desde a Constituição de 1934, os direitos dos trabalhadores estão constitucionalizados, mas a Constituição de 1988 foi a primeira a fundamentalizar esses direitos, portanto, a torná-los cláusulas pétreas, a torná-los direitos essenciais ao próprio regime democrático.

Dentre esses direitos, está lá no art. 7º, com a clareza solar: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais [e aqui chamo a atenção], além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)". A Constituição instituiu uma cláusula de evolução dos direitos sociais, uma cláusula que institui um patamar mínimo, um arcabouço mínimo de direitos, que são aqueles arrolados no art. 7º, mas um arcabouço que é entregue ao legislador ordinário com a seguinte missão: melhore a condição social do trabalhador, institua novos direitos e incremente os direitos atuais, porque o desejo constitucional é de que a sociedade brasileira seja uma sociedade livre, justa e solidária, objetivo da Constituição da República.

Portanto, esse regime constitucional de proteção social firme, cláusula pétrea, já inicia, no inciso I do art. 7º, trazendo a relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária mediante indenização etc.

O Supremo Tribunal Federal já teve, senhores, oportunidade de dizer, em uma Adin, que esse inciso não garante a estabilidade ao trabalhador. Mas disse, à época que, embora não garanta a estabilidade, esse inciso está em plena sintonia com a Convenção 158 da OIT no sentido de proteger a máxima vinculação temporal do trabalhador à empresa.

Daí, e a partir desse fundamento, nós identificamos que o regime de emprego previsto no art. 7º, I, é um regime constitucional de proteção social do trabalhador. E um regime que está fundado em dois pilares. Um é o da proteção temporal. A Constituição quer que o regime de emprego, que a relação de emprego se estenda o máximo de tempo possível.

Nós inferimos isso de onde? Primeiro, uma indenização que desestimula a ruptura contratual, que é o emprego pelo máximo de tempo possível; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que propõe um depósito, uma poupança em favor do trabalhador, com vista à sua estabilidade econômica e que depende de quê? De tempo de serviço, de vinculação contínua. Nós temos um aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, que pretende melhorar o conforto, a condição de conforto do trabalhador no momento da dispensa com um período maior de aviso prévio proporcional ao tempo em que esteve vinculado, e isso denota o intento de manter esse trabalhador o máximo possível vinculado ao emprego. Nós temos um sistema de aposentadoria vinculado à contribuição por tempo de serviço. Portanto, o direito à aposentadoria, que é direito social elementar previsto em todas as Constituições democráticas, no Brasil depende de tempo de contribuição. E, portanto, a Constituição vincula a efetividade desse direito à máxima duração do contrato de trabalho do regime de emprego. Veja, então, que a Constituição pretende uma relação de emprego – art. 7º, I –, mas uma relação de emprego dotada de máxima estabilidade.

O segundo pilar do regime de proteção de emprego é o da proteção espacial. Nós chamamos de proteção espacial aquela que pretende a máxima integração do trabalhador à vida da empresa. Veja, a Constituição prevê, por exemplo, que o trabalhador tem direito à participação nos lucros e resultados. A participação nos lucros e resultados é direito fundamental que depende da integração do trabalhador à vida da empresa, porque uma empresa de terceirização não tem lucros e resultados, ela sobrevive da diferença entre o valor que lhe é pago pelo serviço e o valor do custo da produção em que a mão de obra constitui a maior parte desse custo. (*Palmas.*)

Obrigado.

Um outro aspecto que denota o desejo constitucional de integração do trabalhador à empresa é o próprio conceito que está no art. 8º da Constituição, de categoria econômica. A nossa organização sindical constitucional está fundada na noção de categoria econômica. E o que é categoria econômica? Um conceito mais do que jurídico, é um conceito sociológico, é um conceito que se desenvolve no processo de formação filosófica do Direito do Trabalho. O que é categoria profissional? É o vínculo de solidariedade entre trabalhadores que laboram em regime de emprego numa mesma atividade econômica. Ora a terceirização, quando invade o espaço central da empresa, ela desconecta o trabalhador da sua categoria profissional, jogando, arremessando esse trabalhador a sindicatos dispersos, que não condizem com o vínculo de solidariedade que é próprio da atividade econômica do tomador de serviço. Portanto, desnatura um direito de coalizão profissional, um direito de coalizão sindical para lutar por melhores condições de trabalho, art. 7º, *caput*: direitos que visem "à melhoria de sua condição social". A melhoria da condição social do trabalhador se adquire não só por meio de novas leis, mas pela garantia do direito de sindicalização, do direito de participação na vida da empresa e, principalmente, pelo direito de firmar acordos e convenções coletivas de trabalho que o protejam contra a superexploração do trabalho. Portanto, desnatura esse princípio de coalizão a terceirização na atividade finalística.

Então, esse esteio principal do regime de proteção está fundado na necessidade de integrar o trabalhador à vida da empresa.

Outro aspecto (art. 7º, XXII): são garantidas ao trabalhador, como direito fundamental, medidas de proteção à sua saúde e segurança. A efetividade desse direito, Sr. Senador, depende da presença estável desse trabalhador numa mesma empresa. Por quê? Porque é ali que ele vai realizar suas atividades, reconhecendo, em conjunto com a organização empresarial, os riscos da sua atividade, protegendo-se contra ela.

É impossível, por exemplo, a elaboração de um programa de prevenção de riscos ambientais a cada seis meses com o novo contrato. Por quê? Porque o meio ambiente do trabalho é uma dinâmica evolutiva, passa pelo reconhecimento do risco existente no ambiente de trabalho e depois pela melhoria contínua dessas condições. Portanto, as normas de proteção à saúde e segurança do trabalhador pressupõem, para sua eficácia, a estabilidade espacial, a permanência do trabalhador no mesmo espaço, sob pena de ele não reconhecer os riscos inerentes aos diversos ambientes por onde ele houver de passar num regime de terceirização radicalizada.

Então, nós temos aqui já reconhecido que a Constituição, quando elaborada pelos Constituintes democráticos, iluminados pelo desejo de aperfeiçoamento da democracia, em 1988, instituiu esse regime de emprego, estava constitucionalizando e fundamentando um regime de proteção social que tinha conteúdo de sentido e que, portanto, um conteúdo, licença de sentido, formado, inclusive, construído num longo processo de afirmação histórica do direito do trabalho. Não era uma relação de emprego qualquer, fulanizada, terceirizada, não. Era uma relação de emprego com estabilidade no espaço e estabilidade no tempo.

É por isso que, diante desses elementos e outros tantos que poderíamos, em situações acadêmicas – eu diria assim – discorrer, é por isso que nós, do Ministério Público do Trabalho, afirmamos categoricamente que essa relação de emprego direta com o empregador é direito fundamental do trabalhador.

E o que ocorre com a terceirização nas atividades finalísticas da empresa? Essa terceirização desfigura esse regime de emprego socialmente protegido constitucionalmente. Por quê? Porque ela acaba instituindo, a terceirização, um regime paralelo de emprego rarefeito, um regime paralelo de emprego precarizado.

E por que então desnatura o regime constitucionalmente garantido ao trabalhador? Por quê? Porque a terceirização, primeiro, dispersa a organização sindical. E não é à toa, é proposital. A grande revolução patronal da década de 90, aqui tão bem ressaltada pelo Ministro Barros Levenhagen, o pensamento capitalista hegemônico neoliberal, da década de 90, veio com a finalidade de dispersar a organização sindical, a terceirização foi o maior instrumento de revolução patronal, porque quebra as categorias, enfraquece o poder de coalizão dos trabalhadores.

Segundo, a terceirização radicalizada torna ineficazes os direitos fundamentais que eu acabei de mencionar. Torna ineficaz o direito de continuidade da relação de emprego, junto ao mesmo tomador. Torna ineficaz os direitos às férias, porque os trabalhadores terceirizados – o Dieese já constatou – têm contratos muito mais rápidos, muito mais descontínuos, intermitentes. Portanto, um direito que depende de tempo, como férias, porque se adquire com períodos aquisitivos e depois concessivos, que se sucedem, um direito como esse de-

pende de continuidade no tempo. O constituinte não constituiu um direito para ser ineficaz, vazio de sentido. O direito constitucional é fundado no princípio da eficácia das normas constitucionais. E a eficácia desse regime de proteção depende sim do emprego direto com o empregador.

Portanto, senhores, a terceirização na atividade finalística precariza em todos os aspectos. Rompendo com a organização sindical inviabiliza a celebração de acordos e convenções coletivas que lhe assegurem direitos, melhoria de suas condições sociais. Ela retira o trabalhador do espaço central da empresa e, portanto, prejudica profundamente o trabalhador quanto ao meio ambiente do trabalho.

Dados do Dieese também demonstram que os trabalhadores terceirizados estão sujeitos a um nível muito superior de adoecimento e de acidentes no trabalho.

No setor de distribuição de energia elétrica, dados do Dieese demonstram que entre 2006 e 2008 morreram, no Brasil, 238 trabalhadores vítimas de acidentes fatais no setor de energia elétrica, desses 238 ou 239 trabalhadores, 80% eram trabalhadores terceirizados.

Esse é um exemplo de que a terceirização piora a condição de meio ambiente. E por que piora? Piora, sabe por que, porque o investimento em meio ambiente do trabalho é alto, é custoso, é caro. E esse investimento não pode ser feito por uma empresa que tem que oferecer no mercado o serviço pelo menor preço. Mas o grande drama da terceirização, nas atividades centrais, é remeter o trabalho ao mercado de serviços, submetido ao *laissez faire, laissez passer*, a lei da oferta e da procura e depois, contratar esse mesmo trabalho, intermediado pelo menor preço, submetido à pura lógica de mercado.

Então, essa lógica concorrencial diminui a remuneração do trabalhador. Ele tem que ser oferecido pelo menor preço, senão não haverá vantagem nesse negócio. Porque isso é um negócio. Não haverá vantagem nem para o tomador de serviço e nem para vantagem para a empresa de terceirização. É dessa vantagem que vive a empresa de terceirização. Portanto, ela reduz remuneração. A remuneração, segundo o Dieese, é em média 27,5% menor que o trabalhador direto.

E veja, a pesquisa a que me refiro é do Prof. Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas, que identifica essa redução em 27,5%. Essa pesquisa é feita apenas no Estado de São Paulo e em relação a trabalhadores terceirizados na atividade meio.

Qual será a realidade de rebaixamento de remuneração se o PL 4.330 radicalizar a terceirização na atividade fim? Só um processo de futurologia poderia responder. Mas nós já temos, por experiência, a sugestão de que o rebaixamento salarial será ainda muito pior. Isso vai impactar, primeiro, nos depósitos de FGTS; nos direitos que dependem de incidência de remuneração; na contribuição previdenciária – e, portanto, haverá uma redução drástica da contribuição previdenciária, porque a empresa que terceiriza tudo sequer tem o dever constitucional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Estou terminando. O dever constitucional, Sr. Presidente, de recolher o INSS sobre folha de pagamento, porque uma empresa que terceiriza tudo não precisa de empregado. Então, haverá – e esse é um cenário, digamos assim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse dado é muito importante, pessoal. A empresa que terceiriza não contribui para a Previdência?

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Não. Não contribui, porque não tem folha de pagamento.

A empresa que pode... Vamos fazer aqui, então, uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí vão quebrar de vez a Previdência.

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Vamos fazer uma elucubração, Sr. Presidente, de uma empresa que possa terceirizar tudo. Veja, uma empresa que possa, com base na lei, terceirizar todas as suas atividades. É a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É a proposta.

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Prevista no art. 2º e no art. 4º do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Vejamos: uma empresa que terceiriza todas as suas atividades, para nós, Ministério Público do Trabalho, é uma empresa vazia de função social. Ela existe para o lucro e pelo lucro. Ela não tem outro objetivo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela só paga o contrato, aquele. Para o outro empregador.

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Só. Então veja, Sr. Presidente. A Constituição diz lá no art. 5º, inciso XXIII, sobre a função social da propriedade. Ora, no art. 170 da Ordem Econômica, inciso III, a Constituição remete à função social da atividade econômica. A empresa, portanto, está submetida a uma função social, e são muitas as funções sociais que a Constituição acomete às empresas. Vamos falar de algumas que serão, eu diria, profundamente esvaziadas caso a terceirização seja aprovada em todas as atividades.

Primeiro, a própria noção de sindicalização, prevista no art. 8º, eu já falei, fica profundamente prejudicada. Uma empresa que terceiriza tudo não tem obrigação de aplicar as convenções e acordos coletivos da sua categoria econômica. Ela foge da sua convenção ao seu bel-prazer. Se a convenção não lhe for interessante, ela terceiriza tudo e se livra da convenção coletiva.

Ah, o projeto fala lá em algum momento que, se a empresa de terceirização for do mesmo ramo de atividade econômica da empresa principal, a convenção coletiva é da empresa principal. Sabe quando isso vai acontecer? Raramente; raramente. Primeiro, uma empresa de terceirização não é uma empresa industrial, portanto ela nunca será da atividade econômica de uma indústria. Uma empresa de terceirização nunca será uma empresa de comércio, portanto ela não é da atividade econômica do comércio. (*Palmas.*)

Quando, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fundamentais esses esclarecimentos. Nem eu tinha noção da gravidade do fato.

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Pois é.

Quando as empresas podem ter o mesmo objeto social? Quando se trata do setor terciário, talvez, em que uma empresa contratante seja do setor terciário e parte do seu objeto social seja coincidente com o objeto social da terceirizada. Isso será exceção, e não a regra. Portanto, o direito à convenção coletiva é profundamente esvaziado, ele é praticamente rasgado ao bel-prazer do empregador que terceiriza tudo.

Segundo: greve. Empregado que faz greve pode ser terceirizado? Pelo novo projeto de lei, sim. Basta o movimento grevista se acirrar e o empregador diz: "Senhores, lamento. Depois da greve, eu terceirizo todas as atividades." Eu reconheço todos os direitos da pauta de reivindicação? Reconheço. Mas no dia seguinte eu dispenso todos e contrato pela nova categoria da empresa terceirizada. (*Palmas.*)

Nós temos aqui esvaziado um direito constitucional, que é o direito de greve. Nós o temos esvaziado. Outro exemplo. Já estou terminando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Helder Santos Amorim) – Outro exemplo: nós temos esvaziado o direito previsto no art. 11 da Constituição, o direito de eleger um representante dos trabalhadores na empresa a partir de 200 empregados. Ora, basta a empresa manipular o número de empregados, terceirizar o suficiente, manter um número menor que 200, e ela não cumpre o direito constitucional. Então, esvaziou a norma constitucional ao bel-prazer do empregador sob a sua potestade.

É a norma constitucional submetida à vontade do indivíduo, o que é absolutamente inconcebível do ponto de vista da efetividade das normas constitucionais.

Vou dar mais exemplo: a norma que diz da obrigação de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho tem fundamento constitucional. Aí vem a Lei nº 8.213, no art. 91, e diz que é obrigatória a contratação de uma cota de empregados portadores de deficiência nas empresas, a partir de cem empregados, e depois escalona um percentual entre 2% a 5%, a depender do número de empregados. Ora, a empresa que terceiriza tudo não precisa cumprir com essa obrigação. Ela manipula o número de empregados, ela reduz o número de empregados e ela se livra de uma função social da empresa, que é a de inserir pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Esse é um retrocesso pré-histórico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais cinco.

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Então, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, se precisar, mais cinco.

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Estou terminando. Muito obrigado.

Nós temos mais um exemplo: a inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho. Está no art. 27 da Constituição. Vem o art. 429 da CLT e diz o quê? Que é estabelecida uma cota de contratação, que varia de 5% a 15% de aprendizes nas empresas. É proporcional, de 5% a 15%, incidente sobre o número de trabalhadores cuja função demanda formação profissional. A empresa pode manipular com a terceirização na atividade fim, esvaziar o sentido dessa norma e não cumprir a contratação de aprendizes.

Portanto, nós estamos aqui com problemas sérios que são problemas de efetividade de normas constitucionais. A empresa não recolhe INSS sobre a folha de pagamento. Por quê? Ela pode terceirizar tudo e, então, não tem essa obrigação constitucional. A empresa não participa do processo de formação profissional, que está previsto no art. 218 da Constituição. A lei deve estimular as empresas que investem em capacitação e formação profissional. Ora, a lei não tem como incentivar se a própria lei está esvaziando o espaço central da empresa e concebendo um empresa oca de função social. A empresa tem a função social, sim, constitucional, de gerar emprego direto em suas atividades essenciais. A perda de efetividade das diversas normas constitu-

cionais que aqui elenco torna esse processo, essa dinâmica de terceirização na atividade fim profundamente violadora da Constituição.

E é com convicção que o Ministério Público do Trabalho vem, há algum tempo, articulando com o Procurador-Geral da República, por ocasião do ajuizamento dos recursos extraordinários no Supremo, a que o Ministro Barros Levenhagen já se referiu. E, no ano de 2014, o Ministério Público brasileiro, na pessoa do Procurador-Geral da República, emitiu um parecer da lavra do Subprocurador-Geral, Odim Brandão, que foi ratificado pelo Procurador-Geral da República, um parecer de 150 laudas, um parecer formidável, iluminado pelo espírito democrático constitucional, em que o Ministério Público brasileiro afirma que a terceirização na atividade fim é inconstitucional. (*Palmas.*)

Obrigado.

Portanto, o Ministério Público do Trabalho não tem, Sr. Senador, nenhuma sugestão de aperfeiçoamento do projeto de lei, enquanto não houver... (*Palmas.*)

... a disposição da Casa Legislativa em excluir a terceirização na atividade fim.

E por que a terceirização na atividade meio, diante de tudo que acabei de dizer, legitimar-se-ia? Apenas para arrematar, porque a terceirização na atividade meio foi uma reivindicação, na década de 90, das empresas que queriam ser mais flexíveis, com o seguinte argumento: terceirizar a atividade meio é uma forma de oferecer à empresa a possibilidade de dedicar seus recursos humanos e materiais ao exercício de sua atividade fim. (*Palmas.*)

Ora, então, por que agora o discurso se radicaliza no sentido de terceirizar a própria atividade fim? Qual é o fim desse túnel se não o da absoluta precarização do trabalho, da submissão do valor do trabalho ao desejo do lucro pelo lucro, que não condiz com o espírito conciliatório do art. 1º, IV, da Constituição, que fala em valor social do trabalho e da livre iniciativa.

A livre iniciativa está, na verdade, hoje, por meio desse projeto, reivindicando a superexploração do trabalho como solução para o problema econômico, a chamada crise econômica, que desde a década de 1990 é argumento para toda tentativa de flexibilização.

Portanto, nós não concordamos e não admitimos nenhuma negociação no plano político, já que somos também agentes políticos, e aqui me sinto à vontade para dizer, porque o Ministério Público é agente político e tem legitimidade para dizê-lo. Por quê? Mais um elemento para finalizar, porque essa terceirização radicalizada nas empresas estatais, sociedades de economia mista e empresas públicas acaba com o regime de concurso público. (*Palmas.*)

Se uma empresa estatal, o conselho de uma empresa estatal decide terceirizar quaisquer atividades, é obvio que não terá que fazer concurso público. Então, nós temos a violação de mais um dispositivo constitucional, que na verdade é um princípio. O princípio de impessoalidade, caro ao regime democrático,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – ...e podemos retornar à velha, à velha situação anterior à Constituição de 88, do apadrinhamento, do uso dos contratos de terceirização para o apadrinhamento, para o superfaturamento, com portas escancaradas à corrupção. (*Palmas.*)

Eu finalizo dizendo, finalizo, senhores, dizendo que nós ainda temos esperança. Sabemos que o cenário político é profundamente adverso, lamentamos profundamente que o PL tenha chegado a esse termo, mas nós não desistimos de lutar. E certamente já nos preparamos para o *day after*, para o dia seguinte, e o dia seguinte será nossa luta pelo reconhecimento da inconstitucionalidade da terceirização na atividade fim,... (*Palmas.*)

...seja nas empresas estatais, por violação do concurso público, seja nas empresas privadas, por violação do regime constitucional de emprego direto, que é garantido ao trabalhador brasileiro, porque essa é a nossa missão constitucional.

Arremato dizendo que a nossa associação, aqui tão bem representada, dos Procuradores do Trabalho, vai fazer sua apresentação, mas que nós temos uma campanha que eu acho relevante. A campanha, neste momento, pede o veto, já que esse é o momento da análise ainda pelo Senado, mas já começa a traçar o prognóstico da necessidade de um veto a esse PL, e nós temos a campanha no site da ANTP, www.anpt.org.br.

Divulguem e peçam a todos que não concordem, que não estejam concordando com esse cenário catastrófico para o trabalhador, que assinem o abaixo-assinado, que hoje conta com 13 mil assinaturas. Queremos chegar a um número muito maior de adesões para que os Parlamentares e o próprio Procurador-Geral da República, que, certamente, terá que se defrontar com esse tema, que perceba a gravidade do tema.

Terceirizar a atividade fim, por fim, terceirizar é sangrar a Constituição, sangrar desperdiçando o sangue daqueles que deram a vida por uma Constituição democrática. Mas nós continuamos acreditando e nos unimos a todas as forças que queiram, neste momento, trabalhar, lutar e argumentar pela preservação dessa sonhada Constituição,... (*Palmas.*)

...que é o reduto das nossas esperanças.

A Constituição brasileira é o depósito das esperança de todos os que acreditam numa sociedade democrática.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Dr. Helder Santos Amorim, Procurador do Ministério Público do Trabalho.

Olha, eu estou convencido. Se a gente levar esse debate para o plenário, e a gente conseguir fazer, que eu vou pedir para o Presidente da Casa, já vou aqui solicitar que no fim dessa reunião, a gente aprove, e seria que bom que todos assinassem, até as entidades, tipo uma moção, ou uma ação, um requerimento, pedindo que esse tema não seja votado no Senado sem uma comissão geral para que essa exposição que está sendo feita aqui se faça lá para todos os Senadores. (*Palmas.*)

Seria fundamental, porque percebo, eu que conheço um pouco desse mundo, que grande parte dos Senadores estamos iludidos e enganados. Não se sabe a profundidade do crime que está sendo cometido.

Então, já de pronto, colocaria este ponto de vista no sentido de que vamos fazer uma comissão geral no plenário do Senado. Chamem quem é a favor e contra. Só queremos isso, nós, que defendemos tanto a democracia, a liberdade, a igualdade de opinião e de expressão. Chamem lá quem quiserem. Nós chamaremos os nossos convidados e aqueles que pensam diferente, que tragam os seus convidados.

Eu queria dizer que o Relator dessa medida nos ligou no fim de semana e disse que viria aqui, e eu disse para ele: "Venha".

É um Deputado lá na Câmara. Como é o nome dele? Nada contra este ou aquele Parlamentar, mas ele fez contato com a minha assessoria, e eu disse que ele era convidado a vir aqui, porque nós não temos que ter medo do debate. A verdade liberta, e a mentira escraviza. Então, queremos só a verdade, que a verdade liberte. Então, primeiro, foi esse ponto de vista.

O segundo é a informação que vou dar aqui. Como disse que leria tudo, recebemos até o momento, no Alô Senado, 165 manifestações da sociedade, sendo que somente uma a favor do projeto, que aqui no caso...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... Eu vou ler essa uma ainda, eu vou ler agora uma, porque as outras não preciso ler.

Comentário nº 137, de Francisco Chaves Pinto. Diz ele: "Li o projeto de lei e concordo. Contudo [ouçam com o que ele concorda], acredito que deve-se na lei conceituar também o que é o serviço determinado e específico, ou seja, atividade fim, pois não tem essa definição e ela é essencial para que se compreenda que tipo de serviço pode ser contratado". Ou seja, ele é contra a atividade fim. (*Palmas.*)

Ele inclusive, pela leitura que está aqui, e eu deixo aqui para quem quiser interpretar que faça diferente, ele deixa claro que não é tudo que pode ser terceirizado.

Então, só tem uma dúvida, porque ele diz "contudo", não dá para terceirizar tudo. Então, para a gente ver a gravidade. E esse fato, pessoal, quem não entender vai perceber que esses movimentos de rua que estão aí vão começar a botar esse projeto na rua também. Não estou entrando no mérito. Eu já vi ali um cartaz bem grande – dizem que não pode mostrar. Ali embaixo. "Dia de paralisação nacional, contra o quê? O PL 4.330, que é este e também as duas MPs 664 e 665. (*Palmas.*)

Eu assino embaixo.

Muito obrigado, mais um vez.

Eu quero, neste momento, registrar a presença conosco do querido Senador Hélio José, sempre presente, e tem lado nessa história. Sempre está do lado dos trabalhadores, Senador aqui do DF. (*Palmas.*)

Vamos agora, então, mais uma vez cumprimentar o Procurador do Trabalho. Quero ver você lá no plenário. Permita-me que diga assim: você, porque há uma identidade muito grande entre o seu ponto de vista e o nosso. Oxalá, a gente consiga fazer debate no plenário com as Mesas. (*Palmas.*)

Convidamos a Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto, Secretária-Geral da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), quem, inclusive, nos ofertou o vídeo.

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Bem, senhores e senhoras, um bom dia a todos. Senador Paim, que preside estes trabalhos e esta mesa, muito obrigada pelo convite à entidade Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, não só pelo convite à entidade, mas por todo o espaço que o Senador tem sempre concedido a possibilidade de a Magistratura do Trabalho debater os grandes temas do mundo do trabalho hoje no Brasil.

Cumprimento o colega Procurador Helder; o Dr. Dino, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil; Carlos Eduardo, Presidente da ANPT; também a Srª Lilian, do Dieese, com quem já pude partilhar uma mesa

numa audiência pública na Câmara dos Deputados justamente para debater as duas Medidas Provisórias mencionadas aqui, 664 e 665.

Não é preciso dizer, talvez o vídeo tenha deixado claro, a entidade, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho tem uma posição bastante clara quanto ao PL 4.330. A nossa posição é absolutamente contrária a esse projeto de lei e a tudo o que ele representa... (*Palmas.*)

... e a tudo que ele representa em termos de precarização dos postos de trabalho no Brasil.

Gostaria também de dizer que é absolutamente oportuna a convocação de uma audiência pública justamente pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal, porque, afinal de contas, esse deve ser o tom do debate acerca da terceirização.

Nós não estamos falando de outra coisa senão dos direitos humanos dos trabalhadores, trabalhadores aqui compreendidos não apenas como trabalhadores e empregados, mas como todas as pessoas que necessitam viver do seu trabalho. E o que o debate sobre a terceirização representa é justamente discutir qual é a qualidade dos postos de trabalho no Brasil. O Brasil é membro da Organização Internacional do Trabalho, da OIT, desde sua criação, em 1919. Com a criação a OIT, ficou bastante claro que o trabalho jamais poderia ser visto, tratado ou incorporado como mera mercadoria.

Como disse o Procurador Helder, o que a terceirização acaba representando é o enfoque na negociação empresarial acerca do valor do trabalho. Portanto, a mercantilização do trabalho, contra a qual o Brasil se comprometeu desde 1916; portanto, desde a maior parte da sua história republicana e democrática. Para além dessa questão, isto é, do nosso compromisso internacional com um trabalho, que não pode ser visto como mera mercadoria, nós temos um compromisso interno muito forte, que é justamente com a Constituição da República, uma Constituição que não fez apenas uma reengenharia de artigos. É uma Constituição inovadora, que, pela primeira vez, trata a proteção ao trabalho como direito fundamental da pessoa humana. Isso não é apenas uma questão de deslocar artigos na Constituição. É de dar uma identidade constitucional ao trabalho como algo que é efetivamente considerado o mais importante talvez da vida das pessoas.

No debate na Câmara dos Deputados, em mais de uma ocasião, nós ouvimos dizerem as seguintes frases: "A terceirização vai criar novos empregos." A terceirização vai criar novos postos de trabalho." "A terceirização praticamente vai resolver todos os problemas não só mundiais como brasileiros." Eu acho que a primeira questão importante a dizer é: lei não cria emprego. Nenhuma lei é capaz de criar emprego. O que pode acontecer efetivamente é que uma lei pode efetivamente contribuir para a péssima qualidade do emprego brasileiro. Esse é o primeiro aspecto. (*Palmas.*)

O segundo aspecto é: criar postos de trabalho? Foi isso na verdade o que a Constituição Federal nos garantiu como direito fundamental? Isto é, o nosso direito a ocupar-se? Ou a Constituição nos garantiu mais? Ela nos garantiu o direito ao emprego decente. Emprego decente não contém um conteúdo vazio. Emprego decente não é só uma retórica do Direito, não é só uma re tórica dos juristas. Emprego decente é aquele que pode contemplar três aspectos muito concretos: é o emprego que contempla uma proteção jurídica generalizada, o emprego que se dá em igualdade de condições, o que inclui a questão da igualdade salarial, e um emprego que esteja destinado a patamares de segurança ambiental. Esse é o emprego decente, prometido como direito fundamental na Constituição da República.

Quais postos de trabalho estariam sendo criados por essa, digamos, terceirização generalizada? Notem que é muito preocupante quando qualquer discurso se concentra num único índice, num único indicador. E o único índice, o único indicador em que esse debate tem se concentrado, ao menos na perspectiva do que a gente possa chamar generalizadamente de capital, é justamente no índice de criação de postos de trabalho.

Talvez para que a questão se torne realimente democrática, vai ser necessário discutir outros índices, outros indicadores para o aspecto do trabalho decente. Um primeiro indicador talvez seja este: o maior risco de acidentes do trabalho. O PL 4.330 visa ao aperfeiçoamento do meio ambiente do trabalho no Brasil a ponto de nós termos finalmente a redução dos índices de acidentes do trabalho? Evidentemente que essa discussão não está contemplada no 4.330.

O outro, o histórico baixos salários da classe terceirizada. Esse aspecto está contemplado no debate do PL 4.330? Passa ao largo também desse debate.

A fragmentação do coletivo dos trabalhadores, o que agrava a crise sindical brasileira, está contemplada no 4.330 ou na verdade está aprofundada pelo 4.330?

A baixa qualificação dos trabalhos terceirizados no Brasil com reflexo na baixa qualificação dos serviços que são prestados aos consumidores brasileiros. Esse aspecto está contemplado na discussão do PL nº 4.330? O que nós vemos, na verdade, é um contraste entre a promessa de postos de trabalho e uma possibilidade real de aumentar o que a gente pode chamar de zonas de fragilidade do trabalho no Brasil.

Diferentemente, talvez, do Ministério Público do Trabalho, a Magistratura do Trabalho não tem sequer convicção de que a terceirização seja válida em atividade meio. Digo isso por quê? Tudo o que nós temos divulgado em termos de acidente do trabalho, de desigualdade salarial, de desacoplamento dos trabalhadores de uma ideia de carreira, de inserção numa empresa, de uma ideia de tempo e espaço, do gozo de férias e outros tantos aspectos que nós conhecemos cotidianamente são dados empíricos levantados da terceirização, supostamente permitida, que é justamente a terceirização em atividade meio. É a terceirização em atividade meio que está dando esses índices que nos preocupam profundamente sobre o aspecto da terceirização.

Portanto, nem contra a terceirização em atividade meio nós podemos expressar a nossa convicção de que ela fosse constitucionalmente válida. O que tem acontecido é que a terceirização é um fenômeno econômico. O Direito não tem como contrariar um fenômeno econômico, mas a pergunta é: como é que o Direito incorpora um fenômeno econômico e o trata juridicamente?

A terceirização pode acontecer, mas eu não posso dar respostas no Direito que signifiquem consolidar salários mais baixos e desiguais. Eu não posso consolidar o fato de que trabalhadores de uma empresa para outra empresa, num processo eterno de rotatividade, não gozem férias por sete, oito anos; que trabalhadores façam parte da Administração Pública hoje no Brasil, da grande envergadura da Administração Pública brasileira, mas não façam efetivamente parte dela, porque simplesmente são terceirizados. Então, o problema é: qual é a resposta que o Direito vai dar para esse fenômeno econômico? E eu não imagino que a resposta do Direito seja confirmando os reflexos nefastos da própria terceirização.

Outro aspecto, outro índice que precisava ser discutido é o índice do inadimplemento das obrigações trabalhistas pelas empresas, quando se trata de terceirização dos serviços, porque é muito fácil discutir as questões *lato sensu*. Mas deixa eu falar de um índice que nós não mapeamos, mas que nós sentimos. Nós quem? Os magistrados sentem, no cotidiano das suas audiências e das suas sentenças, notadamente em Brasília, onde eu me encontro, onde nós temos terceirização de serviços, notadamente, na Administração Pública: dezesseis audiências, oito, nove, discutindo terceirização. Isso sem PL nº 4.330. Então, se nós temos um índice alarmante, uma quantidade imensa de processos no Judiciário trabalhista, isso mostra a conflituosidade do tema da terceirização, a inadimplência trabalhista grave, um lastro de trabalhadores sem direitos reconhecidos.

E aí é importante dizer, na discussão sobre o PL nº 4.330, essa alta conflituosidade, esse alto índice do descumprimento da legislação trabalhista será discutido? Será incorporado como um aspecto relevante nas duas Casas do Congresso Nacional? Sem falar ainda naquilo que nós enxergamos todos os dias, que é a burla ao concurso público, que foi estabelecido na Constituição da República, vinculado a uma cláusula de isonomia, pelo critério de mérito no acesso a todos os cargos e empregos públicos brasileiros. E eu não imagino que a cláusula de isonomia possa ser considerada outra coisa senão uma cláusula pétrea da Constituição da República.

E o problema não reside apenas nas empresas públicas, sociedades de economia mista ou na administração indireta, mas também na Administração Pública Direta. O que se observa é um engrandecimento – eu diria –, uma enorme musculatura do Estado brasileiro, mas uma musculatura que não tem aumentado por meio de empregos públicos ou de cargos públicos protegidos. É uma musculatura que tem aumentado em razão do trabalho terceirizado, com muito respeito aqui aos profissionais e aos trabalhadores terceirizados, eles merecem muito o nosso respeito. (*Palmas.*)

O que não pode merecer respeito é a situação de um Estado brasileiro que opta claramente em aumentar a estrutura estatal através de postos precários de serviço.

No caso da Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho que o Ministro Barros Levenhagen mencionou dizendo que a Súmula está em vigor enquanto estiver em vigor, é importante dizer que o primeiro caso que chegou ao Tribunal Superior do Trabalho, portanto, na 3ª instância da Justiça do Trabalho, data de 1974. Portanto, o tribunal veio construindo o seu entendimento a nada mais, nada menos do que 40 anos de discussões em torno de casos concretos sobre a terceirização.

O que preocupa é: o PL 4.330 não apresenta nenhum ponto de avanço ao único marco regulatório que nós temos até hoje, que é a Súmula nº 331. Nós temos um retrocesso em relação ao único marco regulatório – não é o melhor, não é o mais suficiente, não é o mais abrangente. O que se poderia esperar era justamente que o Congresso Nacional, vendo a larga experiência brasileira judiciária em relação a terceirização, incorporasse essa experiência e trouxesse um marco regulatório melhor do que aquele que o Judiciário construiu nesses últimos quarenta anos. (*Palmas*.)

Afinal de contas o que está em risco? O que está em risco aqui não são apenas os trabalhadores, o que já seria muito. O que está em risco aqui é a própria Constituição Federal de 1988.

Eu gostaria apenas de falar de duas categorias históricas. Poderia falar de muitas delas, mas vou me concentrar em apenas duas: a categoria dos bancários e a categoria do metroviários. Nós já tivemos, no final dos anos 80 e no início dos anos 90, em torno de 800 mil bancários no Brasil, como categoria efetiva, como

trabalhadores vinculados diretamente. Chegamos a um pico mínimo, a alguns anos atrás, em torno de 80 mil empregados no setor bancário. Subimos um pouco para 110, 120 mil. Eu pergunto: alguém seria capaz de dizer que o segmento econômico bancário está em decréscimo? Sofre de crise? Não tem lucro? É um dos segmentos econômicos mais lucrativos do mercado, bate recordes e recordes de lucratividade e tem um profundo enxugamento da sua mão de obra. Esse enxugamento acontece porque não são necessários os trabalhadores? Acontece, na verdade, por uma combinação perversa entre automação desregulada, que jamais foi regulada embora a Constituição pedisse para se regular, e terceirização de serviços. Essa combinação perversa faz um enxugamento grave da mão de obra qualificada direta, embora um segmento econômico bastante lucrativo ainda precise da mão de obra. Não são diferentes os dados que vêm da tradicional categoria dos metroviários. Poderíamos falar do setor de saúde e poderíamos falar do setor de educação, que já sofre os primeiros reflexos do avanço da terceirização.

Outra palavra sobre essa ideia da terceirização é que não é fácil distinguir a atividade fim de atividade meio. Digo isso para os senhores com muita clareza e de coração muito aberto para não imaginar que a solução dos nossos problemas esteja nessa distinção.

A capacidade econômica de reformular e rearticular o tempo inteiro o que é a atividade fim e atividade meio acabará em pouco tempo tornando obsoleta essa divisão entre atividade fim e atividade meio. É por isso que não se acredita que a chave de leitura, a chave que ilumina o tema esteja exatamente nessa divisão. Está, na verdade, talvez no outro aspecto: o de garantir, por todos os mecanismos viáveis, em qualquer ambiente de terceirização, que os trabalhadores sejam tratados de forma absolutamente igual, quanto ao aspecto remuneratório, quanto ao aspecto sindical, quanto ao aspecto da jornada de trabalho, quando ao aspecto da greve, quando ao aspecto da articulação coletiva pelas demandas por maior qualidade de emprego e de trabalho.

Eu gostaria rapidamente de ler apenas um pequeno parágrafo, que diz o seguinte: os riscos de se manter um sistema de proteção inadequado constitucionalmente como nós acreditamos ser o âmbito da terceirização são, ao mesmo tempo, de enfraquecimento da nossa prática constitucional, em termos de direitos fundamentais, mas também um processo de marginalização dos trabalhadores, com todas as consequências de insegurança que a persistência no tratamento desigual possa representar.

O desafio que está posto para o Senado Federal, para a sociedade brasileira e, já que se falou em veto, para a Presidência da República, é justamente o de repensar o trabalho como uma categoria constitucional de inclusão.

É por isso que a Anamatra reafirma a sua posição contrária a todo o conteúdo do PL nº 4.330.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Senador, eu sei que eu encerrei, mas posso só dar um recado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não só pode, como deve.

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Eu diria mais, talvez como última palavra: todos os magistrados brasileiros – e acho que aqui eu consigo falar pelos nossos quase 4 mil magistrados do trabalho – têm e sempre tiveram uma preocupação muito clara, como disse o Ministro Barros Levenhagen, de cumprir a Constituição da República, também de cumprir as leis republicanas que tenham o compromisso estreito com a Constituição da República. E isso nós faremos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já vou lhe passar a palavra.

Essa foi a Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto, que representou, aqui, a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

Fica aqui, minha querida juíza – permita-me que eu diga isto –, a nossa alegria pelo seu pronunciamento. Estou cada vez mais apaixonado já pelos convidados – por todos, viu! –, homens e mulheres. Homens e mulheres! (*Palmas.*)

Quando eu digo a palavra "apaixonado", permita-me que eu lhes conte um fato que aconteceu comigo.

Numa assembleia dos metalúrgicos, à época da ditadura – éramos 5 mil, quando saímos de Canoas, e chegamos com cerca de 30 mil metalúrgicos a Porto Alegre, a pé –, em um protesto contra o regime vigente, eu, no meio da assembleia, naquela emoção toda, disse ao Plenário, constituído por 99% de homens: esta decisão é tão bonita – de nós irmos a pé de Canoas a Porto Alegre, mais ou menos 30km – que eu tenho que dizer que eu amo todos vocês. Aí, os homens se olharam, mas, depois, todos bateram palmas, pois entenderam a mensagem.

E é essa mensagem que vocês estão nos passando aqui, é quando ouvimos uma Mesa como essa que faz valer a pena estarmos na vida pública. Como alguém disse, sempre vale a pena, quando a causa não é pequena. E essa causa não é pequena. É uma causa que interessa a todo o povo brasileiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar V. Exª por essa iniciativa de grande relevância para esta Casa e para o Brasil. Eu acho que V. Exª, Senador Paulo Paim, é uma pessoa que tem dado uma grande colaboração nessa discussão, e esse é mais um passo que está sendo dado. Eu queria cumprimentar nossa Juíza Noemia pela eloquência, pela palavra bem firme, bem forte em defesa de uma causa justa; nosso Ministro Levenhagen, que já passou por aqui, que eu não pude ouvir; nosso querido Procurador Helder Santos Amorim pela importância das palavras aqui proferidas e pelas verdades aqui ditas; nosso querido Dino Andrade, da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Brasília; nossa querida Lilian Arruda Marques, do Dieese; e demais representantes das instituições, associações e centrais sindicais aqui presentes.

Como Senador da República, quero dizer que realmente estou "de cara" – a expressão mais correta é essa – com esse projeto. Realmente para mim, que já fui, lá atrás, diretor da CUT (Central Única dos Trabalhadores) por alguns mandatos, fui coordenador do Sindicato dos Eletricitários, eu sei o quanto é arriscado, por exemplo, uma atividade fim do setor elétrico nas mãos de pessoas despreparadas, porque não se pode errar. Está certo! Errou ali, é fatal, é morte! E já pudemos ver esse tipo de situação algumas vezes. Mesmo com algumas atividades meio sendo terceirizadas, houve alguns acidentes fatais, vários, inclusive, no setor elétrico.

Então, pessoal, quero dizer que essa comissão geral será de muita importância. Acho que os Parlamentares devem ser devidamente esclarecidos sobre a realidade, sobre o que está em volta desse projeto. O pouco tempo em que pude estar aqui já foi suficiente para avivar uma série de questões, mostrando o quanto esse projeto vai ser danoso para a classe trabalhadora brasileira.

Estou realmente solidário com o Procurador do Trabalho e com os representantes dos trabalhadores. Acho que não é possível a gente permitir a aprovação de tamanhos absurdos.

A gente conhece a área pública. Fui servidor da Eletronorte por três anos e meio. Fui servidor da CEB, fui empregado público da CEB (Companhia Energética de Brasília) por 26 anos. Atualmente, sou servidor público concursado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, trabalhando exatamente no Ministério de Minas e Energia. E, agora, estou como Senador da República aqui pelos próximos quatro anos. Tenho consciência da necessidade de um aprofundamento nessa discussão, para que nossos Pares possam optar de forma adequada quando esse projeto chegar ao plenário para ser votado. Se isso não ocorrer, poderá haver o que aconteceu na Câmara. Muito mais por falta de discussão, por falta de uma compreensão adequada do que está em volta disso, acho que muitos ali votaram enganados, acredito eu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se me permite...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos vão falar aqui. Vamos encaminhar as Mesas.

Eu estava no hospital por causa da minha coluna. Eu, deitado lá, ouvia o debate na Câmara dos Deputados sobre esse bendito PL. Vou citar o nome, inclusive, do Parlamentar. Dou só esse exemplo. Ouvi o Líder Henrique Fontana dizendo o seguinte: "Mas, Presidente, o texto não está no plenário! Presidente, como é que vou debater? Como é que vou defender contra ou a favor se o texto não está aqui?" Ele disse: "Até a hora da votação, o texto vai chegar." Eu ouvi isso. Eu estava assistindo pela TV, é claro. Eu estava lá deitado e vi outros Parlamentares de inúmeros partidos que questionaram. Simplesmente, o texto ainda não tinha chegado ali, porque estava sendo ainda negociado em algum lugar.

Aqui, no Senado, pelo amor de Deus, isso não vai acontecer!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso não vai acontecer. Isso não vai acontecer! Eu só queria fazer esse aparte. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Acolho integralmente o pronunciamento do Senador Paulo Paim. Realmente, aqui, no Senado, isso não vai acontecer.

Dados divulgados pela CUT, no dossiê "Terceirização e desenvolvimento, uma conta que não fecha", apontam a existência em 2013 de quase 13 milhões de terceirizados no País, o que corresponde a 26% do mercado formal de trabalho. O mesmo estudo mostra prejuízo aos terceirizados com relação aos outros trabalhadores: eles recebem, em média, 24% menos, trabalham três horas semanais a mais e duram a metade do tempo no emprego.

Portanto, Sr. Presidente e demais colegas, não podemos aceitar a aprovação de um projeto que não resolve as más condições de trabalho e a discriminação sofrida por esses trabalhadores, que, por exemplo, muitas vezes, são proibidos de usar o mesmo refeitório usado pelos trabalhadores diretos. Isso é uma vergonha!

Quero dizer a todos – vou ter de sair – que, como membro do Senado, vou colaborar com o Senador Paulo Paim nessa discussão. Sou contra, de fato, a aprovação desse projeto nas circunstâncias em que se encontra.

No meu Partido, o PSD, vários Deputados votaram, inclusive, a favor desse projeto na Câmara, por falta, acredito, de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por falta de informação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ...esclarecimento e de compreensão da situação.

Aqui, não votarei a favor desse projeto.

Muito obrigado. Um abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para descontrair, quando eu disse "por falta de informação", alguém me disse: "Menos, Paim! Menos!" Mas quero ainda acreditar que todos os partidos aqui, no Senado, com as informações que, tenho certeza, serão repassadas por um painel como este e pelas Mesas que vão se seguir, vão ser esclarecidos. Isso é impossível! É impossível!

Quero só dar outro dado, antes que V. Exª saia, Senador Hélio José.

Eu li antes as mensagens do Alô Senado, lembra?, foram 165, somente um estava em dúvida, todos contra. Agora, dos que estão assistindo diretamente pelo e-Cidadania. Tiveram cuidado de ler uma por uma: de 139, todos. Nenhum a favor. Só vou ler uma do Thiago Luis Pereira, do Rio Grande do Sul, que diz o seguinte: "Não à terceirização, por favor." Outros dizem: "Não à terceirização, pelo amor de Deus. " É unânime. Não é possível que este Senado não vá... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está aqui: 139 contra. Nenhum a favor. Eles que chegaram depois que a audiência começou.

Vamos lá. Convido agora o Presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB, que aqui representa a OAB Federal, claro, Dr. Dino Andrade.

O SR. DINO ANDRADE – Exmo Sr. Presidente Senador Paulo Paim; Exma Srª Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto; Exmo Sr. Procurador do Ministério Público do Trabalho, Dr. Helder Santos Amorim; Exma Srª Lilian Arruda Marques, assessora da direção técnica do Departamento Intersindical do Dieese; Exmo Sr. Carlos Eduardo de Azevedo, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, em razão da quantidade de expositores e do tempo exíguo para apresentação, serei bastante breve e objetivo. Como advogado, cumpre-me estabelecer alguns pontos de natureza prática que vão implicar esse projeto de lei na vida dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Como já dito pelo Ministro Levenhagen e pela Juíza Noemia, atualmente não há uma lei que regule a terceirização no Brasil. O que existe efetivamente é uma construção jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada na Súmula 331, que só admite a terceirização em casos excepcionais, quais sejam: contratação de trabalhadores por empresa de trabalho temporário, serviços de vigilância, serviços de conservação e limpeza e outros serviços especializados da atividade meio. Ainda assim, a terceirização só é admitida em tais hipóteses desde que não reste configurada a existência de subordinação direta entre o trabalhador terceirizado e a empresa tomadora de serviços.

O que o PL 4.330 visa a regulamentar? Que se possa não só terceirizar não só as atividades meio, mas também as atividades fins, como diz o projeto: atividades inerentes, acessórias ou complementares à atividade econômica. É a previsão do art. 4º §2º do projeto. Em outras palavras, na prática, o que está sendo inviabilizado, caso seja aprovado esse projeto? A impossibilidade de criação de vínculo empregatício diretamente entre o empregado terceirizado com o tomador de serviços, ao arrepio daquela previsão do art. 3º da CLT, que diz é empregado aquele trabalhador que presta serviço de natureza habitual, com pessoalidade, com contraprestação pecuniária e com subordinação ao tomador de serviços.

Partindo dessa premissa, qual é o primeiro problema de ordem prática que nos vem à cabeça? É a daquele empregado terceirizado, que exerce as mesmíssimas atividades do colega, que é empregado celetista, registrado, mas recebe 30% menos no salário. A regra atual, pela Súmula 331 do TST, possibilita que o empregado terceirizado possa judicialmente buscar isonomia salarial com colega, caso o juiz do trabalho entenda que a terceirização é fraudulenta. Aí o vínculo obviamente é reconhecido.

Segundo essa previsão do Projeto de Lei nº 4.330, a pretensão de igualar salários entre esses trabalhadores resta frustrada simplesmente em razão de possuírem empregadores diferentes, muito embora exerçam atividades idênticas no mesmo local de trabalho. Ou seja, a situação prática que se coloca é o empregado terceirizado que está fazendo determinada atividade sentado ao lado de outro colega que tenha carteira registrada não ter igualdade de direitos, não ter o mesmo salário, simplesmente pelo fato deles terem empregadores diferentes.

É isto que o projeto está propondo: a impossibilidade de reconhecimento de vínculo de emprego entre esses dois trabalhadores, inviabilizando, consequentemente, a isonomia salarial entre eles.

Além dessa situação criar, indubitavelmente, uma subcategoria de trabalhadores dentro do mesmo empreendimento, gerando conflitos internos, o que propicia o bom andamento da própria empresa, ela ainda fere as Convenções 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho, que asseguram a igualdade de remuneração, a proibição de discriminação no ambiente de trabalho e a diferença de trabalhadores que estão na mesma situação. Fere, ainda, direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, no art. 5º, mais especificamente.

Em relação à responsabilidade em responder pelas verbas trabalhistas do empregado terceirizado, ainda que o projeto de lei preveja que a empresa contratada responda subsidiariamente por eventuais créditos trabalhistas, nossa experiência prática nos mostra que, na maioria dos processos em que houve condenação subsidiária, a dificuldade da execução se agiganta sobremaneira. É dizer, na maioria dos casos, que o empregado ganha, mas não leva. A execução é feita diretamente com o empregador, respondendo subsidiariamente a empresa tomadora de serviços. Nesses casos, o que se vê na prática, cotidianamente, é uma maior dificuldade para fazer valer o título judicial.

Atualmente, com a previsão da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho, a possibilidade de reconhecimento de vínculo direto com tomador de serviço facilita a execução, na medida em que ela propicia o reconhecimento da responsabilidade solidária, ou seja, o exequente, o...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Sr. Dino, interrompê-lo. O pessoal veio me dizer, e já falo aqui para que a segurança fique também informada, que o Sindicato dos Bancários está subindo, pediu autorização para subir com uma série de camisetas e panfletos que colocam o seu ponto de vista. Está totalmente liberado que venham e sejam aqui aplaudidos por nós... (*Palmas.*)

... com as camisetas e os panfletos, que expressam a posição dos bancários de todo o País.

O SR. DINO ANDRADE – Retomando.

Então, pela sistemática atual, o empregado terceirizado pode pedir judicialmente o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador de serviço, a empresa contratante, e executá-la de forma solidária. Isto é, ele pode executar diretamente o tomador de serviço, o que facilita a execução, inclusive, do título judicial, o que é exatamente o que o projeto de lei está inviabilizando com a possibilidade de terceirização.

Outro ponto importante que gostaria de destacar é a questão da representação sindical. O projeto de lei também prevê que o sindicato representante da categoria profissional, do terceirizado, seja da atividade preponderante da empresa terceirizada, o empregador, ainda que esses trabalhadores exerçam atividade fim da empresa contratada.

Vamos tomar, já que o Senador Paulo Paim falou no Sindicato dos Bancários, o setor bancário como exemplo. Os terceirizados não são representados pelo Sindicato dos Bancários, que em tese teriam maior poder de negociação com o Sindicato Patronal, mas, sim, pelo Sindicato dos Empregados Terceirizados Prestadores de Serviços em Banco. Ainda que as Centrais Sindicais tenham conseguido incorporar a esse projeto uma emenda que estabeleça que o terceirizado possa ser representado pelo sindicato dos empregados da empresa contratante somente quando o ramo econômico da empresa contratada for o mesmo, é certo que os direitos inerentes ao próprio contrato de trabalho, como, por exemplo, a equiparação salarial com o empregado registrado, certamente não será garantida por norma coletiva, há uma previsão legal. Em face dessa impossibilidade do reconhecimento do vínculo direto, ela estaria inviabilizada e não se será, certamente, prevista em norma coletiva um direito que já é previsto em lei. Assim, mesmo que se admita a possibilidade de representação sindical, a impossibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício entre terceirizado e contratante não vai abranger a totalidade dos direitos trabalhistas hoje previstos na CLT, o que denota claramente a precarização dos direitos dos trabalhadores.

Em relação à segurança do trabalho, diz o art. 7º do projeto de lei: "É responsabilidade da contratante garantir as condições de segurança e saúde dos trabalhadores, enquanto estes estiverem a seu serviço e em suas dependências, ou em local por ela designado".

Mais uma vez, ainda que haja previsão da responsabilidade da empresa contratada em garantir igualdade de condições de segurança e saúde dos trabalhadores, terceirizados ou não, e mesmo com a previsão de responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, o que, aparentemente, pode levar, logicamente, à conclusão de que haverá segurança plena dos empregados terceirizados no ambiente de trabalho, é certo que as empresas de maior porte econômico, no caso as empresas contratadas, possuem mais condições estruturais e financeiras para treinar, equipar e qualificar seus funcionários.

Nesse ponto específico, peca o PL, que prevê a obrigação da empresa terceirizada, e não da contratada, geralmente de menor porte econômico e estrutural, de efetuar treinamento, cursos e palestras inerentes aos serviços que por ela são prestados.

A mera fiscalização – isto é importante – sem o devido treinamento e capacitação pode não atingir a qualificação necessária para o desenvolvimento pleno das atividades empresariais, no caso da empresa contratante.

Em relação à possibilidade de quarteirização e terceirização no serviço público, eu digo que o art. 11 do projeto de lei autoriza a empresa terceirizada a quarteirizar os serviços da empresa contratante, responsabilizando-a solidariamente pelos encargos trabalhistas de seus funcionários.

Se, na prática, percebemos que os empregados terceirizados atuam fraudulentamente na atividade-fim da contratante, já que não trabalham com o mesmo afinco, com a mesma dedicação dos empregados celetistas, o que se dirá dos empregados quarteirizados?

Há a necessidade de profunda reflexão sobre o tema, já que a possibilidade de quarteirização da atividade-fim atingiria... Será que – é uma questão que eu gostaria de colocar aqui – será que a quarteirização da atividade-fim atingiria o próprio objetivo do projeto de lei, que é dinamizar e modernizar as atividades empresariais, quando se vê, na prática, que, em grande parte dos casos, os empregados celetistas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DINO ANDRADE – ...contratados conseguem efetuar com mais qualidade o serviço? O mesmo ocorrerá com a possibilidade de terceirização quase restrita no serviço público, em detrimento dos profissionais admitidos por concurso público.

Diz ainda o art. 9º do projeto de lei:

Art. 9º A contratante pode estender ao trabalhador da empresa de prestação de serviços a terceiros benefícios oferecidos aos seus empregados, tais como atendimento médico, ambulatorial e de refeição destinado aos seus empregados, existentes nas dependências da contratante ou local por ela designado.

A interpretação da expressão "pode estender" traz verdadeira faculdade da empresa contratada em oferecer ambiente digno, ambiente igualitário, ambiente não discriminatório entre os terceirizados e os empregados celetistas.

O que se pode esperar, caso seja aprovado, o que não é o que se espera, é o desejo e a intenção da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Distrito Federal... Caso seja aprovado esse projeto, o que se pode esperar desta Casa Legislativa é a substituição da expressão "poder" pelo verbo "dever", para que haja obrigação no fornecimento desses mesmos benefícios aos empregados terceirizados.

A garantia de benefícios mínimos aos terceirizados deve ser obrigatória, e não opcional, sob pena de criar-se um ambiente laboral desequilibrado, prejudicial tanto para a empresa quanto para os trabalhadores.

Na terceirização sem limites, como é proposta pelo Projeto de Lei nº 4.330, quem vai pagar a conta?

É bom lembrar que a maior conquista no Direito do Trabalho é a relação direta entre o patrão e o empregado, cuja proximidade possibilita aos trabalhadores vestir a camisa da empresa, postular direitos, mais benefícios, obter maior motivação profissional e, em contrapartida, fornecer ao empregador mecanismos ao atingimento do objetivo social da empresa.

O possível fim do vínculo direto entre um funcionário e o patrão traduz um verdadeiro retrocesso das relações laborais e dos direitos sociais conquistados duramente pela classe dos trabalhadores ao longo dos tempos.

Para o empresariado, a alteração do segmento de terceirização só será vantajosa com a diminuição do risco do pagamento direto dos direitos trabalhistas, já que, se o montante pago à empresa terceirizada for igual ao valor pago a cada terceirizado, se empregado fosse, não haveria por que terceirizar.

Assim, o projeto de lei apresentado visa tão-somente fomentar o lucro das empresas, em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

Nossa conclusão, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. DINO ANDRADE – ... Paulo Paim, é que o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, nos moldes em que se apresenta, tem benefícios imediatos apenas para as empresas, mas alto risco para toda a sociedade, em razão do retrocesso dos direitos sociais conquistados e, principalmente, para os trabalhadores, logicamente, frente até à possibilidade, como dito pelo Procurador do Ministério Público do Trabalho, Helder, de existência de empresa sem qualquer empregado.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Dr. Dino Andrade, Presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB, que detalhou aqui, inclusive, artigo por artigo, não todo o projeto, mas aqueles que mais atingem diretamente, embora todo ele atinja, os interesses do trabalhador.

Meus cumprimentos à OAB, que tem uma história, que todos nós aprendemos a respeitar, na luta pela democracia e no combate à ditadura. Eu tinha certeza, só confirmei, porque estive na OAB ainda nesta semana, de que não seria diferente a postura da OAB.

A OAB é aquela entidade que, nos momentos mais difíceis da ditadura, sempre esteve ao lado daqueles que lutaram pela liberdade. Foi a gurizada, na época jovens advogados, que me soltou duas vezes, uma no aeroporto de São Paulo, quando eu ia para o exterior levando um dossiê – eu contei isto lá na OAB – e uma vez em Porto Alegre. Tiraram o dossiê de mim, mas a gurizada em soltou. Deram um carteiraço lá e eu fui contar lá fora...

Era uma gurizada de Canoas. Eram jovens advogados que davam um peitaço mesmo.

Então, a OAB é isso. A OAB, para mim, independentemente da idade, são esses, eu diria, heróis da liberdade.

É bonito falar da OAB. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chamo, agora, minha querida amiga, que está sempre conosco, que fez uma bela exposição sobre as MPs nºs 664 e 665, que eu tenho usado, inclusive, nos debates de que tenho participado aqui, dentro da Casa. Chamo a assessora da Direção Técnica do nosso Dieese, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, Srª Lilian Arruda Marques. (*Palmas.*)

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Bom dia a todos e a todas.

Obrigada, Senador Paulo Paim.

Mais uma vez, o Dieese é convidado e, na pessoa do Senador, cumprimenta todos os membros da Mesa.

Como nós já estamos com o horário bem puxado, vou tentar ser o mais breve possível.

As Centrais vão falar depois.

Então, vou procurar apresentar alguns dados, até para municiar um pouco esse debate, com uma linguagem um pouco mais sindical, sobre como o movimento sindical vê algumas dessas estatísticas da terceirização.

Então, a primeira coisa – eu acho que até foi citado – é que, nos anos 90, o Brasil passa por uma série de transformações em todos os setores, principalmente no mercado de trabalho, e é um contexto de baixo crescimento, inclusive de recessão em alguns anos. Então, isso influencia muito como se desenha o mercado de trabalho nesse momento. Então a terceirização vem num momento de desestruturação do mercado de trabalho, com uma economia, com um crescimento econômico muito baixo, ou recessivo. Isso fez toda a diferença de como a terceirização chegou. Então, os empresários passaram a adotar medidas para restruturação da produção que envolveram a concentração nas linhas de produtos mais competitivos, a busca de economia de escala, em quantidade, a compactação de processos produtivos, corte de pessoal e implantação de programas de qualidade. Inclusive, nesse período, há muita informalidade, e a terceirização vem também como uma forma de baratear a produção e intensifica a informalidade no mercado de trabalho. Algumas empresas adotaram a estratégia de reduzir os custos, por meio da redução do grau de formalização; outras, pela terceirização; e outras combinaram os dois, tanto a informalidade como a terceirização. Então, o modelo implantado é principalmente para reduzir custos, não para especialização técnica.

Um pouco da justificativa da terceirização – um pouco, não, muito – é porque você vai em busca da especialização técnica em alguns setores por períodos, e, quando você analisa todos os dados, inclusive ações judiciais, você vê que não é isso. É a redução, simplesmente, de custo. Então, ela vem aumentar o subemprego, contratações sem carteira, contratações com carteira e perda de benefícios, perda dos rendimentos, piora nas condições gerais de trabalho, ampliação de jornada, trabalho sob mais pressão, diminuição da parte fixa dos rendimentos e ampliação da parte variável e deterioração das condições de saúde e de segurança no trabalho. Isto é muito importante, porque em todos os setores que a gente analisa há aumento no número de acidentes de trabalho e de doenças, aumenta muito.

Eu vou mostrar alguns casos. A gente tem muita informação. Eu selecionei algumas para mostrar aqui.

A escolha da empresa terceirizada é feita pelo preço, não por sua qualificação. E um grande problema da terceirização é o calote. Aqui se usaram outros termos jurídicos. A gente observa que mesmo o que está previsto na lei não é cumprido. São dezenas e dezenas de caso em que, no meio ou no fim do contrato, você vai procurar a empresa e ela não existe mais. Ela, muitas vezes, não recolheu o fundo de garantia, não recolheu o INSS, e o trabalhador fica totalmente desprotegido. Não tem indenização. Isto em vários setores, não só no de limpeza. Você pode ver com engenheiros, com vários setores, mais qualificados ou menos qualificados. Não é só questão de receber menos e ter mais acidentes de trabalho. É comum não ter nenhum direito no final do contrato, porque, simplesmente, a empresa deixou de existir. Infelizmente, isso acontece muito. Eu acho que as centrais vão poder até citar isso.

O Dieese fez uma classificação – a subseção do Dieese na CUT, com apoio do banco de dados e de técnicos do Dieese – dos setores tipicamente contratantes e terceirizados. Os terceirizados a gente pegou em cima da classificação, do que hoje são feitos acordos coletivos de trabalho, e dos setores que terceirizaram. A estimativa é que haja 12 milhões para o ano de 2013, quase 13 milhões de trabalhadores terceirizados. Aí não está o setor rural, porque não é possível selecionar por aí. Esse número é questionado por vários técnicos do setor patronal, mas eu acho que pode ser até maior do que isso, porque, como não está a área rural e não está o setor informal da economia, porque não entram nos dados do Ministério do Trabalho, na Rais, esse número

pode ser ainda maior. Então, é muito significativo o que hoje já está terceirizado. Se você mudar o conceito que está lá no PL nº 4.330, que amplia a terceirização, isso aí se mistura totalmente, e aí os dados que eu vou apresentar podem ser ainda piores daqui a poucos anos.

A remuneração média, como foi falado, é menos 24%. Por quê diminuiu a diferença? Por causa da política do salario mínimo. Se não fosse a política do salário mínimo, esse quadro estaria ainda pior. Ou seja, você está igualando pelos mais baixos salários. A jornada semanal é maior para o setor terceirizado. O tempo de emprego, de permanência no posto de trabalho, é muito menor no setor terceirizado, e a taxa de rotatividade entre os terceirizados é o dobro do que é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exato. Eu vi ali. É praticamente o dobro.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – É praticamente o dobro. A rotatividade é muito grande. E, se separar isso por setor, como apresentamos aqui na discussão da medida provisória, a rotatividade, quando se vai para construção civil, para outros setores, para o setor de comércio, para o setor de serviços, é muito maior entre os terceirizados. É muito preocupante, pode-se precarizar muito, pode ser muito pior em alguns serviços do que já é hoje, o que já é preocupante.

No caso, foi um levantamento feito por um auditor fiscal do trabalho, Vítor Filgueiras, sobre o trabalho escravo. Então, dos dez maiores resgates entre 2010 e 2013, os terceirizados, de 3.553 resgatados, quase 3 mil eram terceirizados no trabalho escravo. Então, vemos que não é simplesmente o não cumprimento, só redução salarial. Quer dizer, o pior tipo de precarização acontece entre os terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa diferença é interessante. Se puder voltar ali.

No total de resgatados, 3.553, terceirizados, 3 mil.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Três mil. Quer dizer, além do...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não é possível que as pessoas não percebam isso.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Quer dizer, os piores tipos de trabalho, de precarização, acontecem entre os terceirizados. E esse aí não está naquela conta do mercado formal. Isso é o que foi fiscalizado. Sabe-se lá quantos mais trabalhos escravos existem no Brasil. Sabemos que, infelizmente, está indo, já foi para o setor urbano, principalmente para o setor têxtil, de confecção. Isso poderia ser até muito maior do que está constatado aí.

A terceirização... Acidentes fatais no caso da construção, só para dar um exemplo. Construção de edifício: número de óbitos, 135; terceirizados, 75. Obras de acabamento: de 20 óbitos, 18 foram de terceirizados. Obras de terraplanagem: de 19 óbitos no ano de 2013, só no ano de 2013, 18 foram de terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um não era.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Só um que não era.

Serviço especializado: 34 óbitos, 30 terceirizados.

Então, isto já dá uma ideia de como se trata o trabalhador terceirizado. Vai-se criar outro tipo, outra classificação, haverá trabalhadores de diferentes classes, digamos assim. Já lutamos tanto pelo direito do trabalho doméstico, exatamente porque dizíamos que eram, na maioria, mulheres, negras, consideradas trabalhadoras de segunda classe, e agora estamos criando os trabalhadores de segunda, terceira, quarta classe no Brasil, que já tem um mercado precarizado, com baixíssimos salários. No País, os salários são muito baixos.

Eu trouxe dois exemplos do setor elétrico. Trabalhadores próprios, em 1994, eram 183 mil. Depois houve um processo de privatização. Então, ao longo do tempo, trabalhadores próprios do setor elétrico, 108 mil, sendo 137 mil terceirizados, em 2011, de uma força de trabalho de 245 mil trabalhadores.

Por que eu trouxe o setor elétrico, que já foi citado aqui? Para mostrar o número de acidentes fatais no setor elétrico, onde há relatos horrorosos sobre o tipo de acidentes. Esses são os acidentes fatais, fora outros tipos de acidentes, em que as pessoas perdem perna, braço, acidentes horríveis também.

Então, 18 acidentes fatais entre os empregados próprios e 61 entre os terceirizados. Vê-se a diferença entre os acidentados fatais, como foi dito antes, em um setor que exige uma qualificação, e, infelizmente, entre os terceirizados, os acidentes são muito grandes, e mesmo os acidentes não fatais são terríveis e muito maiores entre os terceirizados.

No caso – peguei um dado da Petrobras –, vemos o crescimento dos trabalhadores terceirizados no âmbito do sistema Petrobras. Vocês veem 360 mil. São dados de 2014. São 86 mil empregados da Petrobras e 360 mil terceirizados que trabalham no sistema Petrobras. Por aí se vê como cresceu. No sistema Petrobras, cerca de 84% dos acidentes são com terceirizados. E envolve todo tipo de trabalhador, não só... A gente, às vezes, fala que é da limpeza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso porque é no sistema Petrobras, não é?

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Em todo o sistema Petrobras, hein!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que, em tese...

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Que, em tese...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... tem um compromisso de excelência, como você falou bem, João Domingos.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – É por isso que há muitos interesses por trás desse PL que está sendo discutido na Câmara dos Deputados, não é?

Aí é um levantamento nosso, do Dieese, de negociação. Nós temos um banco de dados pelo qual a gente acompanha 217 acordos e convenções coletivas em todos os setores da economia em todo o Brasil, os grandes acordos nacionais ou locais, que a gente diz que são os paradigmáticos. São os acordos e convenções que dão a linha da negociação, normalmente, para as demais no Brasil. Então, aí estão o dos bancários, que é nacional, o do setor das estatais, nacional, os principais... E, nos Estados, também, temos os dos metalúrgicos. Aí estão os principais acordos do setor metalúrgico do Brasil.

Então, para vocês verem que muitos acordos e convenções trazem cláusulas que tratam da terceirização, porque a terceirização começou a crescer tanto nos setores que o próprio acordo ou convenção tenta limitar e colocar condições da terceirização, dadas a gravidade do tema e as condições de trabalho. Então, bancos, por exemplo. Lá estão só três acordos que a gente acompanha, mas lembro que hoje tem o acordo dos bancos e a convenção é nacional. E depois você tem alguns bancos públicos. Aqui, o BRB, por exemplo.

Então, dois já trazem a questão da terceirização. E é importante... O setor, por exemplo, de segurança e vigilância pode terceirizar a atividade-meio, mas eles trazem cláusulas em relação às condições de terceirização, porque a gente sabe que muitas empresas terminam o contrato do dia para a noite e passam para outra empresa, e aí como é que você faz a transição daqueles trabalhadores, não é?

Então, você tem a ação sindical na negociação, tem-se que 37% das unidades de negociação apresentaram alguma cláusula sobre terceirização. E, por exemplo, na construção imobiliária, incluíram cláusulas sobre terceirização, 75% delas tratando dessa questão, não é?

Então, extensão dos benefícios aos terceirizados. Algumas cláusulas sobre esse aspecto, porque é importante ampliar esses acordos e convenções.

A responsabilidade solidária ou subsidiária pelos compromissos não honrados pelas empresas terceiras. Essa é uma questão que estará em discussão amanhã, com as emendas, que é muito importante, porque é comum a empresa não pagar, não recolher ou simplesmente sumir e, depois, ninguém arcar com aqueles direitos dos trabalhadores, não é?

Incrível: aparece que tem que ser contratada por empresas legalmente constituídas. Há acordos em que tem que colocar esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixa eu dar só um exemplo recente. Lá no Rio Grande do Sul, no polo naval de Rio Grande, 22 mil trabalhadores demitidos e a maioria do gato, que a gente chama, porque é gato mesmo, se mandou, não pagou ninguém, e agora o movimento veio para que a Petrobras assuma a responsabilidade de pagar. E tem que pagar mesmo.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Tem que pagar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porque não fiscalizou?

Quer dizer, é da maior gravidade. Fica clara, se esse projeto chegar a ser aprovado, a responsabilidade solidária, porque eles estão tentando entrar só na subsidiária.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Exatamente. Então, isso é importante porque é o que a gente falou: acontece muito calote. As empresas simplesmente desaparecem, não recolhem, e o trabalhador fica sem nenhum direito, não é? Ele perde, comprometendo até o seu futuro, sua aposentadoria e vários outros direitos, como seguro-desemprego, enfim, todos os direitos dele, não é?

É o que eu disse, até alguns acordos e convenções colocam que precisam ser contratadas empresas legalmente constituídas. O que parece óbvio você precisa colocar em um acordo ou convenção coletiva, dado o grau de calote que você tem em alguns setores, principalmente no setor da construção civil. Isto é impressionante! Você olha...

Então, a questão de ter o mesmo contrato coletivo, porque as empresas, muitas vezes, fazem acordos e convenções que precarizam, diminuem muito, fazem muita diferença entre o terceirizado e o que está lá. Trabalhadores trabalham lado a lado em condições totalmente diferentes. A desterceirização, não é? Algumas negociações conseguem que você possa retornar para a empresa, alguns setores, até com discussões sobre produtividade, sobre ganho. Algumas empresas voltaram, porque viram que estavam perdendo com a terceirização. Estavam perdendo qualidade, estavam perdendo clientes, estavam tendo prejuízos com a terceiriza-

ção do jeito que estavam fazendo, e, às vezes, gastando muito mais pagando para empresas que não eram de confiança e estavam precarizando demais.

E constituição de comissão sindical sobre terceirização, acesso às informações dos contratos de terceirização e outras garantias sindicais. Você ter representante dos terceirizados, você não ter perseguição aos terceirizados que tentam aderir ao movimento grevista... Enfim, há uma série de direitos que se tenta garantir nesses acordos e convenções.

Então, eu fiz essa apresentação rápida porque eu imaginei que a Mesa... Eu acho que os dirigentes sindicais vão poder aprofundar os dados dos seus setores. Mas o que eu acho que fica aí é: que país queremos? Porque eu acho que você vai afetar o mercado de trabalho hoje no Brasil. Acho que nós tivemos grandes conquistas nos últimos anos, acho que ainda temos um mercado de trabalho com muitos problemas, que teríamos que passar anos e anos com os ganhos que tivemos nos últimos anos. Infelizmente, está-se prevendo que a taxa de desemprego vai aumentar este ano, que talvez você tenha uma redução dos rendimentos... Aí mostra a importância da política de salário mínimo. Mas, com esse projeto de terceirização, você pode piorar muito, muito, pode perder o pouco que se conquistou nesses últimos anos.

Então, na hora que nós estamos resgatar um pouco o que se perdeu ao longo dos anos 90, não conquistamos muito dos direitos, muito dos salários que foram perdidos, dos rendimentos que foram perdidos nos anos 90. Nós ainda não voltamos a patamares do início dos anos 90. E não podemos perder o pouco que conquistamos.

Então, é muito sério esse projeto de lei. Eu acho que tem que haver uma discussão, que, infelizmente, está sendo feita de uma forma muito afobada. A gente sente que vários Parlamentares são novos na Casa, na Câmara dos Deputados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – É. Inclusive, alguns novos que fizeram defesa. Mas, enfim, você teria que ter um prazo maior de discussão na Câmara dos Deputados. Apesar de estar lá há muito tempo, a negociação é recente, a negociação quadripartite é recente. E há vários Parlamentares novos, porque a gente sabe que a renovação na Câmara foi muito grande. Então, seria preciso um prazo maior de negociação, porque muitos vão votar sem conhecer a discussão de fundo.

Então, você vai ter mais acidentes, redução salarial, maior rotatividade, maior insegurança, e isso vai refletir em toda a sociedade, como foi dito aqui. Quem vai pagar por isso? Com mais acidentes, todos nós, mesmo os não terceirizados, pagamos, a sociedade toda paga.

E uma reclamação empresarial, que a gente ouve permanentemente, diz respeito à qualificação dos trabalhadores. Em todo debate a que você que você vai eles reclamam da baixa produtividade, da produtividade dos trabalhadores que não são qualificados. Então, como é que fica? Você vai terceirizar e você vai estar preocupado com a qualificação? Você está preocupado com a qualificação ou não está? Você está preocupado com a produtividade ou não está? Porque, para se defender esse projeto do jeito que está, você não está preocupado com a qualificação. Não é que os terceirizados não tenham qualificação, mas, se eles estão numa condição muito mais precarizada, qual o compromisso com aquilo?

Se você vai para um hospital onde todo o setor de enfermagem é terceirizado, você fica inseguro. Aquele trabalhador não sabe o dia dele amanhã. Então, que confiança você tem em relação à sua saúde e à saúde da sua família se você não tem segurança quanto ao compromisso daquele profissional com aquele hospital, do médico? Isto em qualquer setor. No setor elétrico, tão importante para uma empresa... Se faltar energia, se ficar um dia sem energia, quanto uma empresa não perde? E você terceiriza desse jeito o setor elétrico, né?

Então, é muito séria essa discussão.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – A gente percebe que todos os dados, eu trouxe só alguns... Você tem a questão dos correspondentes bancários, que é muito séria. Os bancos estão demitindo trabalhadores, apesar de todo o ganho que têm, e estão aumentando correspondentes bancários, com péssimas condições de trabalho, com remunerações baixíssimas, o que é muito sério também.

Então, em qualquer setor econômico que você pega, as condições de trabalho só estão piorando quando você separa em terceirizados e não terceirizados. Então, eu acho que a responsabilidade desta Casa é muito grande em relação a isso.

Então, fica esta apresentação. Nós temos vários estudos no *site* do Dieese. Inclusive, a CUT está distribuindo aí o estudo que ela fez – a subseção do Dieese ajudou – com os dados, que estão à disposição de todos os setores, porque eu acho que é importante essa análise para sabermos do que nós estamos falando.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi a Lilian Arruda Marques, assessora Técnica do Dieese.

Permita que eu diga, Lilian – eu tive o cuidado, porque eu não lembrava a data –, que o Dieese foi criado em 1955. São 60 anos de uma vida, eu diria, de glória, de luta, que é um orgulho para todos nós, não só para o movimento sindical, mas para o Congresso Nacional e para a sociedade brasileira. A contribuição que o Dieese tem dado é incalculável, eu diria, insubstituível. Por isso, Lilian, permita que eu repita aqui uma grande salva de palmas ao nosso querido Dieese. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Dieese tem quase a minha idade, viu? Quase a minha idade. Nascemos quase juntos. Eu nasci cinco anos antes. Não conte para ninguém. Eu nasci cinco anos antes que o Dieese. Agora ninguém ficou sabendo minha idade. Só falei a do Dieese aqui.

Vou passar a palavra... Eu quero dizer, pessoal, que eu não estou com pressa nenhuma. O tema é importantíssimo. Todos vão falar com a maior tranquilidade. E isso vai ser repetido depois, com certeza, inúmeras vezes, pela TV Senado. Nós estamos ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado para todo o País.

Chamo agora o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim.

Peço licença para, na pessoa de V. Exª, saudar os colegas da Mesa e os que aqui se fazem presentes e lotam esta seleta plateia, com representações de juízes do trabalho, advogados trabalhistas, procuradores do trabalho, entidades parceiras, como o Dieese, auditores fiscais do trabalho, membros da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, dos mais variados segmentos, mas, acima de tudo, as representações dos trabalhadores, por meio dos representantes dos sindicatos, das centrais que aqui estão para mostrar a sua preocupação – e dizer preocupação, reconheço, é dizer muito pouco – com esse projeto.

Eu não poderia deixar de destacar, logo no início, a nossa visão, dos membros do Ministério Público do Trabalho. O Dr. Helder Amorim já expôs, brilhantemente, várias preocupações que temos a respeito do tema, mas, antes de adentrar nessa análise de algumas questões, eu queria deixar muito claro, de maneira enfática, o que já é do conhecimento dos senhores, certamente, a nossa posição contrária, Senador Paim, a esse projeto, que tem um viés extremamente precarizante.

Acredito eu, e posso estar enganado nessa avaliação, que não se dá de maneira meramente intuitiva, mas, sim, com base na nossa avaliação, tendo em vista todo o histórico de ataques à legislação pessoal que se verifica nos últimos anos ou nas últimas décadas, que, desde o advento da Consolidação das Leis de Trabalho, ainda na década de 40, nunca os direitos sociais receberam um ataque tão grave, tão frontal, que tem por objetivo, se me permite assim falar, quebrar a verdadeira espinha dorsal do Direito do Trabalho, como é o caso do PL Nº 4.330. Daí o motivo da nossa preocupação, para dizer o mínimo, com essa proposição legislativa.

Nós discutimos com todos, nos últimos dias, nas últimas semanas, a respeito do tema, e é extremamente importante que assim seja porque, afinal de contas, estamos num regime democrático e temos que ouvir e discutir com todos – isto é importantíssimo –, mas os defensores, tomando por base esses dados do Dieese que a Drª Lilian mencionava agora há pouco, comprovando o número, pegando trabalhos com um maior índice de contratação direta e outros com índice maior de terceirização, que mostram os terceirizados com algo em torno de 12 milhões de trabalhadores e algo em torno de 33 milhões – estou arredondando, evidentemente, porque esses números não são precisos – de trabalhadores contratados de forma direta, os defensores diziam que o objetivo do projeto era tirar esses 12 milhões de trabalhadores de uma condição precária para que eles ficassem na mesma situação dos outros 33 milhões. Sabemos que isso, na realidade, com todo respeito a quem se vale desse argumento, não corresponde à realidade. Primeiro, porque esse projeto, longe de significar tirar alguém da condição precária, vai significar, a longo, mas acredito que a médio prazo, pegar uma parcela bem significativa dos outros 33 milhões de trabalhadores e colocá-los nas mesmas condições precárias dos 12 milhões de trabalhadores terceirizados que existem hoje.

Utiliza-se também o argumento da necessidade de especialização, da necessidade de se especializar, cada vez mais, para, com isso, se aumentar a produtividade, para, com isso, se aumentar a qualidade dos serviços prestados nos mais variados segmentos. Também não nos parece verdadeira essa afirmação, com todo o respeito, Senador Paim.

Do que, na realidade, se valem, eles se utilizam, muitas vezes, os defensores do projeto, de argumentos e de exemplos levando em consideração alguns serviços altamente especializados, como na construção civil, com operadores de máquinas de valores milionários, que precisam de cursos, e em prestação de serviços, numa obra que é bem pontual, para um determinado momento daquela obra, e dizem que isso, sim, é especializar, e não tem como não ser contra isso.

Nós não vamos discutir serviços pontuais, prestados realmente de maneira extremamente especializada para questões pontuais, seja em que segmento econômico for, mas o que esse projeto permitirá sobre esse argumento não verdadeiro, na nossa ótica da especialização, é que, a partir de agora, já que estamos com vários representantes aqui da categoria dos bancários, e eu peço licença para citá-los, o que vai acontecer agora é que vai se contratar uma empresa cujo objeto único e cuja especialidade é prestar serviços no seguimento bancário. E aí, então, o banco não vai ter nenhum empregado bancário, pelo menos não formalmente, embora, na prática, evidentemente, todos os bancários o são sem o reconhecimento disso e sem o reconhecimento dos direitos inerentes à categoria. Será permitido que tenhamos escolas sem professores contratando uma empresa especializada na prestação de serviço de ensino. E assim vai. São inúmeros os exemplos que poderíamos aqui mencionar e que deixam claro o quão perigoso – eu usaria outro adjetivo, mas vou ficar no perigoso – é este projeto, sem limitar sequer...

O Dr. Dino, mencionou, com bastante propriedade, a questão da subcontratações, que permitirão, sem qualquer limitação, não apenas a terceirização, mas a quarteirização, a quinteirização, a sexteirização, essa cadeia de maneira ilimitada, que não nos preocupa por uma questão meramente teórica, meramente doutrinária, mas, sim, pelos efeitos práticos.

Só para trazer um exemplo conhecido de todos, no setor de confecções, por exemplo, em São Paulo, a maior cidade da América Latina, nos deparamos, cotidianamente, com a verificação de exploração de trabalhadores em condições análogas a de escravo, a neoescravidão urbana, que se dá justamente por causa dessa cadeia ilimitada de subcontratações que, às vezes, lá na ponta tem um multinacional europeia, que, quando é responsabilizada, diz: "Mas eu não tinha como saber, porque isso aí foi um contratado de um contratado de um contratado, e eu não tinha como saber dessas condições". Na realidade, tinha, sim, até porque a responsabilização da cadeia produtiva é algo que, inclusive, já está com avanços, principalmente desde o ano passado, no ordenamento jurídico internacional, a partir do protocolo aprovado pela Organização Internacional do Trabalho na Conferência de 2014. Mas, ainda que não possamos dar razão a esse argumento de que não se poderia responsabilizar todos os integrantes da cadeia, principalmente quem dela mais se beneficia, dessa cadeia produtiva, sem sombra de dúvida, demonstra o quão nefastas são essas subcontratações ilimitadas e as dificuldades, para dizer o mínimo, a verdadeira inviabilidade de fiscalização. Essa é a nossa grande preocupação.

Discute-se, também, Senador, a dificuldade que existiria, segundo os defensores do projeto, de se diferenciar atividade-fim de atividade-meio. Nós não conseguimos vislumbrar essa dificuldade ou impossibilidade, como dizem. Mas, ainda que fosse para discutirmos isso e tentar avançar independentemente dessa discussão – e saúdo também a Deputada Érika Kokay, que participa aqui desse debate, sempre parceira na defesa... (*Palmas.*)

... e na promoção dos direitos sociais –, ainda que fosse para discutirmos independentemente dessa diferenciação de atividade-fim e atividade-meio – nós sempre colocamos isso nas discussões –, vamos discutir, então, não apenas a questão da responsabilização solidária de todos, contratantes, contratados, de toda a cadeia produtiva, mas também o tratamento isonômico dos trabalhadores, sejam contratados de forma direta, sejam contratados por meio de empresas prestadoras de serviços terceirizados.

É obvio que isso não é aceito pelos defensores da terceirização ilimitada porque sabem que isso vai contra o objetivo maior, que é reduzir custos, e reduzir custos, diga-se, seja a que custo for, e, evidentemente, quem arca com esse custo é a classe trabalhadora, por meio da precarização de suas relações de trabalho.

Mas o tratamento isonômico é algo que se mostra imprescindível, afinal de contas – isto já foi muito bem posto pelos que me antecederam –, a necessidade de respeito ao tratamento isonômico está insculpida na Constituição Federal, está na Consolidação das Leis do Trabalho, está na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde o pós-guerra, está nas convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, está, enfim, até no bom senso de qualquer um de nós, pois sabemos que um trabalhador prestando a mesma atividade, desempenhando a mesma atividade, precisa ter o mesmo tratamento, independentemente da forma por meio da qual se viabiliza e se formaliza a sua contratação.

Mas eu discuti, debati, há poucos dias, no final da semana passada, com um economista justamente esse tema, e ele, Drª Lilian, dizia que esses dados de que o trabalhador terceirizado ganha menos, ganha 27% a menos ou algo em torno disso, entre 20% e 30% a menos, esses dados, na realidade, não seriam reais. E eu informei a ele que são dados que estão aí à disposição para serem verificados. E ele disse: "Não, mas aí está se comparando trabalhadores da atividade-meio com trabalhadores da atividade-fim. Não dá para comparar atividades distintas." Eu reiterava que não, que se estava comparando a mesma atividade, mas usei um argumento, com que ele acabou concordando, que realmente demonstrava que o tratamento é diferenciado mesmo, por uma razão simples. Eu disse: "Olha, o senhor, como economista, há de convir comigo que qualquer negócio em que se coloque um intermediário tende a se tornar mais caro lá na ponta." Isto aí é até lógico para todos nós. Eu disse: "Não faz sentido que eu, se empresário fosse, contratasse o senhor, negociasse o salário, pagasse

diretamente ao senhor, e, por outro lado, se eu optasse por contratar uma empresa, e essa empresa viesse a contratá-lo, essa empresa, tendo lucro, evidentemente, afinal de contas, é o objetivo de todas as empresas, é natural, ainda assim saísse mais barato para mim, como contratante." Isto não tem lógica, a não ser que alguém pague essa conta; e é claro que quem paga essa conta é o trabalhador, que tem sua condição precarizada.

Os dados do Dieese demonstram isto de maneira muito clara, e é nessa linha, valendo-nos desses dados, Drª Lilian, que a ANPT também lançou campanha nas redes sociais afirmando justamente que o trabalhador terceirizado, apesar de trabalhar mais, um maior número de horas, e desempenhar a mesma atividade, ganha menos, tem maior rotatividade – destaco esse ponto da rotatividade porque, na realidade, o trabalhador é tratado como descartável, como, infelizmente, se verifica nessa perversa lógica do trabalho terceirizado – e se acidenta mais. E os dados que a senhora demonstrou agora há pouco mostram que, na realidade, acidentam-se mais, muito mais.

Se nós temos essa proporção de, mais ou menos, três para um – para cada terceirizado hoje, três trabalhadores contratados de forma direta –, e ainda assim os dados mostram um índice de mais de 80%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – ... dos acidentes de trabalho envolvendo terceirizados, inclusive com acidentes fatais... Aí, Senador Paim, eu acho importante abrirmos um parêntese para ressaltarmos o que esse número demonstra: se, de cada dez acidentes de trabalho, a cada dez trabalhadores que morrem por acidentes de trabalho, oito são terceirizados – em alguns locais, como a Petrobras, é de mais de 80% até em outros segmentos de acidentes de trabalho –, imagine-se com a inversão dessa lógica, porque, na realidade, a tendência é que tenhamos, praticamente, cada vez menos trabalhadores contratados de forma direta, que não tenhamos um terceirizado para três contratados de forma direta, mas, sim, o inverso, ou até uma situação pior. Então, nós vemos com grande preocupação.

Eu destacaria também, Senador Paim... A Drª Lilian perguntava que país nós queremos, o que queremos em termos de futuro. Preocupa-nos, não só, como se não fosse muito, como se já não fosse suficiente esse ataque à dignidade dos trabalhadores, preocupa-nos sobre todos os aspectos da sociedade o que isso vai acarretar. Se nós observamos, em tempos de discussão aprofundada de ajuste fiscal, nós observamos que a redução de arrecadação que esse projeto trará será algo verdadeiramente assustador, porque, se os salários serão reduzidos drasticamente, se os salários serão puxados, em sua média, lá para baixo, e, ao mesmo tempo, com esses dados da precarização, com acidentes e tudo o mais, que, seguramente, os custos com saúde, sistema de saúde, com previdência, com assistência social irão aumentar vertiginosamente, eu não consigo vislumbrar como essa conta irá fechar, com aumento de custos e redução drástica de arrecadação.

Então, até sob esse aspecto a questão é preocupante, assim como é preocupante também em termos de aumento – também um tema em voga – da corrupção, que, necessariamente, ocorrerá com a terceirização desenfreada. Afinal de contas, não podemos esquecer, não podemos deixar de destacar em momento algum que quem pratica atos de corrupção não são as entidades, não são as empresas, não são as instituições consideradas abstratamente, mas as pessoas que exercem os cargos, que desempenham suas funções. E é óbvio que você chegar às estatais, você chegar às empresas públicas, nas sociedades de economia mista, no serviço público em geral, e permitir a contratação de forma direta, com as brechas que esse projeto trará, vai permitir que você contrate sem a regra moralizadora isonômica do serviço público. Isso vai levar de volta ao nepotismo, ao compadrio, aos apaniguados no serviço público em geral, ainda que na Administração Indireta. E é claro que essas pessoas que entram desse modo não têm compromisso com a sociedade. Normalmente, quem entra por dever favor a alguém, por ser apaniguado, tem compromisso com aquela pessoa que o colocou lá. Então, também esse viés nos preocupa, sem falar que os casos de corrupção que têm sido mais discutidos mostram que as contratações de estatais, aí incluídas as contratações de empresas prestadoras de serviços terceirizados, são, muitas vezes, os meios pelos quais se irriga de recursos vultosos toda uma rede de corrupção. Então, também sob esse aspecto, Senador, nos causa enorme preocupação toda essa discussão.

Nós poderíamos discutir inúmeros outros temas, mas eu já vou caminhando para a conclusão, até em razão do tempo e de termos inúmeros outros expositores que, certamente, trarão luzes a toda essa discussão, mas eu reitero – e aqui vejo vários cartazes falando em prol do trabalho decente, contra a precarização das relações de trabalho, para que não se retroceda, de nenhum direito a menos e de tantos outros fatores relevantes –, eu destacaria, o que já foi muito bem posto aqui também, a vedação de retrocesso social, e V. Exª, como Parlamentar Constituinte, certamente, tem conhecimento de cátedra aqui para nos demonstrar que a Constituição de 88 trouxe avanços mais do que significativos no regime democrático de direito, no Estado de direito. Nos direitos sociais, ela trouxe diversos dispositivos de maneira, inclusive, detalhada para evitar esse retrocesso. Mas esse projeto trará, inegavelmente e de maneira, a meu ver, assustadora, um grande, um enorme retrocesso social, em razão do que já se discute, inclusive, a sua inconstitucionalidade.

O Dr. Helder ressaltava, há pouco, a discussão que se trava hoje no Supremo Tribunal Federal, inclusive com a chancela do Procurador-Geral da República, com relação à inconstitucionalidade da terceirização dos serviços nas atividades finalísticas, o que demonstra que não estamos sozinhos, seguramente, nessa avaliação.

Em suma, ele trará, realmente, uma reforma trabalhista extremamente precarizante, ainda que não com esse objetivo declarado. É exatamente isso o que trará. E nós, da área jurídica, às vezes, não conseguimos – essa é a grande preocupação, Senador – demonstrar para a sociedade os malefícios desse projeto. Então, fico muito satisfeito que, nos últimos tempos, tenha crescido nas redes sociais, tenha crescido na sociedade em geral a discussão acerca dos malefícios trazidos pelo PL nº 4.330 e que a sociedade esteja começando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – ... a se dar conta do que ele representa em termos de precarização. E, nesse sentido, eu destacaria que, embora, às vezes, tenhamos que escrever verdadeiros tratados para destacar esses malefícios, às vezes, o poeta, com a sensibilidade que lhe é inerente, em curtos versos, demonstra a relevância do trabalho para a vida do homem, a relevância do respeito à dignidade do trabalhador. E o poeta já enfatizava muito bem que "o homem se humilha, se castram seus sonhos; seu sonho é sua vida, e a vida é o trabalho. Mas, sem o seu trabalho, o homem não tem honra, e, sem a sua honra, se morre, se mata".

E é exatamente neste sentido, Senador, que eu peço licença a V. Exª para, valendo-me dos versos do mesmo poeta, destacar que, com a precarização das relações de trabalho, com a afronta à dignidade do trabalhador, com o PL nº 4.330, sem dúvida nenhuma, não dá para ser feliz.

Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPT, Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que, de forma brilhante – terminou agora de forma poética –, lembra dessa luta.

Se não me engano, há uma frase – vocês podem me ajudar – que, se não me engano, é de Ruy Barbosa – porque esta mesa vai terminar; vou chamar agora o movimento sindical – que diz mais ou menos que quem não luta pelos seus direitos não merece inclusive os direitos. É por isso que eu entendo que nós vamos ter que travar uma grande luta aqui, neste Senado, buscando a mobilização nacional para que, efetivamente, nossos direitos sejam preservados.

Eu peço uma salva de palmas a esta Mesa... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... e peço que eles se dirijam ao plenário. Eu chamarei agora.. Vamos tentar fazer uma composição para que todo o movimento sindical presente...

Ah, quero dizer para a minha querida Erika Kokay que ela pode usar da palavra no momento em que entender mais adequado, porque ela vai dar o testemunho aqui de como foi o embate lá na Câmara. Poderá ser até agora. Vou chamar à mesa e você já usa da palavra.

Eu chamo, então, Geraldo Ramthun, Diretor Nacional de Organização Sindical da Nova Central Sindical de Trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chamo Telma Maria Gardia, da UGT; Luís Carlos Prates, da Conlutas; Joilson Cardoso, da CTB; Graça Costa, da CUT; Rosa Maria Campos, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Quero ver como é que vocês vão fiscalizar agora. Se estava difícil, terceirizando tudo... Então, é importante.

Peço que o pessoal ajude para ampliarmos esta mesa. Podem se aproximar mais para a gente ficar juntinho, para fazer uma mesa única.

Chamo Artur Bueno de Camargo, Presidente da CNTA, e João Domingos Gomes, da nossa querida CSPB.

É importantíssima a visão dos nossos servidores públicos.

Podem se aproximar ao máximo, podem encostar as cadeiras ao máximo. Há lugar para todos. Até porque alguém, após falar, pode retornar ao plenário e dar espaço para os que estão aqui localizados poderem usar da palavra.

Vamos, de imediato, passar ao Geraldo, que fala pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. GERALDO RAMTHUN – Nós queremos cumprimentar o Senador Paulo Paim, agradecendo o convite, e também nossos companheiros das centrais sindicais já nominados e as autoridades.

Trago um abraço fraterno do companheiro José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Quero informar ao...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para me tranquilizar, a mesa toda foi acomodada com todos os dirigentes. A gente troca depois, pessoal. Fiz questão de fazer uma mesa única,

mas, à medida que alguns vão falando, podem voltar ao plenário, e aqueles que estão ainda para falar usariam da palavra.

Geraldo, a minha querida Deputada tinha pedido a palavra. Vamos dar a palavra para ela, e, em seguida, ir para a mesa sindical.

Erika Kokay.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Senador Paim, eu queria parabenizá-lo pela oportunidade de estarmos fazendo esta discussão. Estamos discutindo, penso eu, como vamos nos comportar e como os direitos conquistados com muita dor pelos trabalhadores brasileiros podem ser mantidos. Digo isto porque temos uma CLT e temos uma Constituição que asseguram uma série de direitos. E tanto a CLT quanto a própria Constituição foram fruto de muita dor da classe trabalhadora. Foram fruto de muita dor, mas de muita fé, muita esperança, muita capacidade de luta.

Penso que esse Projeto nº 4.330 representa o maior ataque aos direitos dos trabalhadores no último período. (*Palmas.*)

Lembro com exatidão de quando V. Exª chegou, simbolicamente, a rasgar a Constituição quando adentrou na Câmara Federal um projeto, à época, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que dizia que não valia o que estava legislado, mas que valia o que estaria negociado, que, portanto, nos sentaríamos à mesa de negociação sem qualquer patamar mínimo. Tudo seria negociado, e negociado num período de desemprego estrutural. Nós sabemos que o desemprego estrutural, que vivemos no Governo Fernando Henrique Cardoso, não penaliza só quem está desempregado, mas força à precarização das relações de trabalho e está dentro, saltitante, das mesas de negociação dos acordos e convenções coletivas. Naquele momento, V. Exª foi à tribuna e disse que estava sendo rasgada a Constituição brasileira. Pois esse projeto foi aprovado na Câmara Federal e veio ao Senado, onde não foi aprovado por resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras.

E lembro que Luiz Inácio Lula...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permite-me, Erika?

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sabe por que virei Senador? Por causa desse maldito projeto. Quando perdi lá, por dois votos, de fato, e disse "vocês estão arrancando o coração da Constituição", confesso que um Deputado me chamou de tudo que vocês possam imaginar. Aí, não aguentei e disse: "Então, vai para você". Encaminhei a Constituição em direção a ele e errei, pegou em outro. Aí decidi ser candidato ao Senado. Viemos para cá e, felizmente, aquele foi arquivado.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – E uma das primeiras ações do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, eleito e empossado, foi resgatar esse projeto e tirar esse projeto de tramitação do Congresso Nacional. Mas lembro que V. Exª fez esse ato simbólico dizendo que naquele momento estava se rasgando a Constituição. Hoje, esse Projeto nº 4.330 teima em rasgar a Constituição e em rasgar também a própria CLT. (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Nós tivemos a aprovação na Câmara, o que é um pouco o desnudamento de que interesses estão sendo representados naquela Câmara Federal e também um atestado da necessidade de uma reforma política para que tenhamos, no Congresso Nacional e na Câmara Federal, representação, de fato, da sociedade brasileira, que é composta, na sua grande maioria, de trabalhadores e trabalhadoras.

Ali, nós vimos os interesses empresariais pisotearem a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País de uma forma cínica. E, quando eu digo que foi de forma cínica, é porque foi uma ação consciente. As pessoas estavam ali dizendo que esse projeto ajuda a regulamentar a condição dos terceirizados sabendo que isso é uma mentira. Portanto, o cinismo é quando você professa uma mentira tendo consciência de que está ali professando uma mentira. Digo isto porque todo discurso do empresariado é de que esse projeto irá diminuir custos. E nós perguntamos: ora, se se vai contratar uma nova empresa e se se vai pagar a essa nova empresa para contratação de pessoas para o trabalho, como isso pode diminuir custo ou gerar lucros, a não ser com a precarização e a diminuição dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras?

E se desnuda também a falácia daqueles que defendiam a terceirização como forma de focalizar, de verticalizar a atuação precípua e especializada da própria empresa. Ou seja, a terceirização seria feita para as atividades-meio para que a empresa contratante pudesse focalizar na sua especialidade, pois ela está terceirizando, com esse projeto, a sua própria especialidade. Ela está terceirizando a especialidade. Quando terceiriza a atividade-fim, ela, em verdade, está dizendo que não existe terceirização como modernização de gestão, porque as empresas passam a abrir mão da sua própria especialização visando à precarização das relações de trabalho.

Portanto, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que votamos de forma unânime – unânime – contra o 4.330, estivemos ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras e apresentamos alguns destaques: um deles diz respeito à responsabilidade solidária, porque, quando você tira a responsabilidade solidária, você, em verdade, está tirando a responsabilização da própria empresa contratante. E nós também estamos

questionando a atividade-fim. Está-se rasgando a Súmula nº 331 em cima de uma insegurança jurídica que não existe. Não existe insegurança jurídica nas relações de trabalho! As normas estão muito claras, e cabe ao Judiciário estabelecer qual é ou onde está o sentido da própria lei e estabelecer o que é legal ou não. Portanto, não existe vácuo que possibilite isso.

Por fim, eu queria dizer que, para além de tudo isto, a eliminação da responsabilidade solidária, a preservação da atividade-fim, que vai burlar o próprio concurso público, que é assegurado nas empresas públicas na nossa própria Constituição, a inexistência de representação sindical... Porque a emenda que foi falada como sendo uma grande construção e um grande avanço na discussão do PL nº 4.330, em verdade, não muda nada do que já existe. (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Ora, o sindicato vai representar aqueles que fazem a atividade econômica que está dentro da representação. Não muda absolutamente nada do que já existe.

Digam-me: qual é o único direito dos trabalhadores terceirizados que está sendo acrescido neste Projeto nº 4.330? O que está sendo acrescido é a possibilidade de precarização das relações do trabalho, e nós vamos ter que ir para dentro das nossas unidades de trabalho – eu sou bancária há 33 anos – para dizer: "Aquilo que você lutou tanto para conquistar, que faz parte de uma convenção nacional, não vai te atingir mais, porque você está excluído e marginalizado em relação a ele."

E na nossa categoria ainda existe um agravante que fez com que nós fizéssemos um destaque simples. Nós fizemos dois destaques simples. Um deles diz respeito à proteção da CLT, porque ela está sendo retirada. Quando se diz que a referência é o Código Civil, você tira a proteção de uma legislação que nasceu protetiva, porque nasceu para proteger os trabalhadores e trabalhadoras neste País. E nós fizemos um destaque simples neste sentido.

O segundo é o destaque simples que diz, Senador Paim, que a empresa a ser contratada tem que ser especializada. Mas isso não vale para banco. Você pode contratar correspondentes bancários que fazem a função dos bancários de qualquer empresa sem especialização nenhuma. Obviamente, isso tem o dedo do setor financeiro neste País, que é o setor que mais lucra e que não reparte os seus lucros com aqueles que o constroem, que são os bancários e as bancárias. Por isso, vamos ter muitos embates amanhã, na terça-feira, para podermos dizer "não" a esse projeto e "não" à precarização.

Por fim, eu me surpreendo muito quando, às vezes, penso que há uma incorporação de Luís XIV, que dizia "a lei sou eu e o Estado sou eu", porque o Presidente da Câmara decide que os trabalhadores não podem entrar para ver o massacre que está sendo feito aos seus direitos. (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Isto fez com que nós entrássemos com uma representação no Ministério Público para assegurar que os trabalhadores possam entrar e que não sejam vítimas de violência. Esta é a medida da violência do próprio processo: o projeto já é uma violência contra os trabalhadores, e essa violência se desdobra no impedimento da entrada dos trabalhadores em de sua própria casa.

E o Presidente da Câmara tem dito "nós vamos votar de qualquer forma. Nós vamos votar, nós vamos votar." E esta semana a única pauta da Câmara é o Projeto nº 4.330, que "nós vamos votar". Então, penso eu que nós temos a reencarnação de Luís XIV, que disse "o Estado sou eu e a lei sou eu", um autoritarismo que a nossa democracia, duramente conquistada, não consegue comportar.

Por isso, nós vamos estar, juntos, com esses destaques, buscando, de toda forma, dizer que os trabalhadores e as trabalhadoras deste País precisam ser escutados. E os trabalhadores e trabalhadoras deste País... (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ... que eu digo... E aqui faço uma homenagem às centrais sindicais que estão na luta. Esses trabalhadores e trabalhadoras representados por essas centrais vieram aqui para dizer "não toquem nos meus direitos". Nós estamos apenas repetindo aquilo que escutamos das centrais sindicais, que se mantêm vivas e que se mantêm do lado dos trabalhadores nesta discussão. Nós apenas estamos respeitando. Não toquem nos nossos direitos.

Parabéns às centrais sindicais! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Deputada Erika Kokay, pelo seu pronunciamento, que mostra que vamos continuar travando essa luta, lá e aqui, porque virá para cá e, com certeza, aqui nós faremos de tudo, Deputada Erika Kokay, para que se estabeleça, inclusive, uma comissão geral no plenário do Senado para debatermos amplamente esse tema.

Eu dizia antes que eu estava num leito de hospital e fiquei abismado quando vi a posição do Presidente da Câmara quando o texto nem tinha chegado lá. E me lembro que os Deputados falaram: "Mas o texto não está aqui, o texto final, está sendo negociado não sei onde". "Ah, vai chegar em tempo." Quer dizer, é um absurdo que tenhamos que dar este depoimento aqui.

Então, meus cumprimentos a V. Exª. Que bom saber que no mundo existem pessoas iguais a V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra, então, ao nosso Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, o sindicalista Geraldo Ramthun.

O SR. GERALDO RAMTHUN – Mais uma vez, quero agradecer o convite feito pelo nobre Senador Paulo Paim.

Trago o abraço fraterno do nosso companheiro José Calixto Ramos.

Cumprimento os demais companheiros e companheiras de centrais sindicais já nominados. Nesta Mesa estão o companheiro João Domingos, que é da Confederação dos Servidores Públicos e membro da Nova Central Sindical, o companheiro Artur Bueno, da Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e também membro da Nova Central Sindical. Cumprimento também os companheiros e as companheiras e as autoridades presentes neste brilhante evento.

Efetivamente, fiquei impressionado com a gama de informações repassadas à sociedade brasileira e aos presentes...

Efetivamente, fiquei impressionado com a gama de informações repassadas à sociedade brasileira e aos presentes na Mesa anterior. Isso fortalece a nossa posição em defesa plena pelos direitos dos trabalhadores.

É importante dizer que o tema terceirização não é uma matéria que se discute agora. Lembro aqui que houve o Projeto 4.302/98, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o encaminhou, o mesmo foi aprovado na Câmara, e o Senado fez uma revisão. O projeto retornou à Câmara dos Deputados e o Presidente Lula chegou a encaminhar, por meio da Mensagem Presidencial nº 389/03, a retirada, o arquivamento do Projeto, e essa mensagem ainda não foi aprovada. Portanto, diversos projetos em que se fala da terceirização tramitam nestas duas Casas de lei. Inclusive aqui no Senado Federal tramita o PLS 87, que também trata da terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou de olho nele dia e noite. Apresentando requerimento para todo lado para não deixar votar.

O SR. GERALDO RAMTHUN – Queremos parabenizar o Senador pela proposta de transformar em proibição geral, para que o debate se amplie.

Mas aqui vamos falar do PL 4.330/04. É importante informar aos companheiros e companheiras, às pessoas que nos assistem e às autoridades que as centrais sindicais e trabalhadores nunca fugiram ao debate quando se discute legislação. O PL 4.330 foi debatido várias vezes pelas centrais sindicais com o Deputado Federal autor do projeto, com o Governo e com os empresários. As centrais sindicais brasileiras chegaram, em 2010, a apresentar um projeto de consenso sobre a questão da regulamentação da terceirização. Diga-se de passagem, temos a impressão de que esse projeto continua dormindo na Casa Civil. Nós chegamos a formar uma comissão quadripartite entre trabalhadores, empresários, Governo e o Legislativo justamente para discutir o parecer do então Deputado Arthur Maia. Essa comissão quadripartite, depois de diversas discussões, chegou ao seu final, e não houve consenso porque sempre esbarrou em alguns itens.

Vou citar alguns exemplos: o movimento sindical brasileiro não abre mão da questão da solidariedade. Esse é um x da questão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO RAMTHUN – Outro x da questão: a terceirização na atividade-fim. Nós não concordamos com isso.

Outro x da questão: a quarteirização. Se já é ruim com a terceirização, imagine-se com a quarteirização.

Outro item é a representatividade dos trabalhadores. Que convenção coletiva será aplicada? Que proteção eles têm?

Então, na mesa quadripartite, não conseguimos chegar a um denominador comum, justamente por essas divergências.

Em relação ao projeto que o Deputado Arthur Maia apresentou, de autoria do Sandro Mabel, também é bom lembrar que foi modificado ao longo do tempo. Houve diversas modificações. Quando o Deputado Arthur Maia o apresentou, em agosto de 2013, na Comissão de Constituição e Justiça, diversos segmentos da sociedade organizada se manifestaram contra o parecer, já apontando que ali estaria a grande semente da precarização dos direitos dos trabalhadores. É bom dizer que a própria Anamatra, OAB e artistas, como vimos aqui, no início da reunião, se manifestaram contra o teor daquele projeto.

Dos 27 Ministros do TST, 19 emitiram uma nota, uma correspondência, encaminhada ao Presidente da CCJ na época, Décio Lima, apontando os malefícios daquele texto. O nosso Colégio de Procuradores, 24 presidentes de tribunais regionais do trabalho e mais 15 corregedores, ratificou essa nota. Então, mostraram à sociedade o mal que esse projeto causaria se fosse aprovado.

Atividade-meio e fim:

O texto base do projeto, esse que foi aprovado agora no dia 8, permite que a terceirização seja em parcela de qualquer atividade da empresa contratante.

Veja que o termo "qualquer atividade" não fica despercebido no projeto, Senador Paulo Paim. Está escrito no inciso I do art. 2º: qualquer atividade. No inciso II, qualquer atividade. No inciso III, qualquer atividade. Se você ler o art. 4º do projeto: qualquer atividade. Então, dá a impressão de que está sendo colocada uma pá de cal dizendo: "aqui não há dúvida, poderá ser terceirizado tudo".

Responsabilidade solidária e subsidiária:

No art. 15 do texto base aprovado, consta que a responsabilidade é subsidiária pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias e, se a empresa não comprovar que fiscalizou, poderá ser solidária. Ou seja, o trabalhador só pode cobrar seus direitos da tomadora de serviços quando for comprovado que a prestadora não tem condições de assim o fazer.

A Nova Central Sindical defende, como já falei no início, a responsabilidade solidária.

Vejam que as centrais sindicais chegaram a conversar com o Relator, o Deputado Arthur Maia, e nós tínhamos os quatro pontos de divergência que eu acabei de citar. A questão da responsabilidade solidária ou subsidiária, a terceirização na atividade-meio e fim, a questão da quarteirização e a questão da representação. São quatro pontos. São os quatro pilares que, nós entendemos, a Nova Central Sindical entende, formam um mecanismo que aponta para a precarização. Então, se nós mudássemos esses quatro, isso seria minimizado.

E no encontro com o Deputado Arthur Maia, ficou acertado que seria alterado o texto de responsabilidade subsidiária para solidária.

Na leitura do texto, isso não se configurou: efetivamente, a responsabilidade – está lá no projeto – é subsidiária. Portanto, nós entendemos e continuamos trabalhando para que a responsabilidade seja solidária.

Quarteirização:

No §2º do art. 3º do projeto, permite-se a quarteirização. E já foi falado aqui pelas pessoas que nos antecederam que a quarteirização pode se tornar quinteirização, sexteirização... Por quê? Porque ele fala que a empresa contratada poderá contratar.

Bem, a empresa contratante contrata a contratada. Essa contratada, se contratar uma outra, sempre vira contratada. Então, é um bolo de neve; efetivamente abre as portas para quarteirizar tudo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos.

O SR. GERALDO RAMTHUN – A questão do conceito de empresa especializada.

O projeto prevê o conceito de empresa especializada. Ou seja, cada atividade deverá estar em uma empresa especializada, não podendo haver empresa que faça tudo.

Pensamos que isso minimize em parte. Por exemplo, na área da construção civil, colocar janelas numa obra, nós entendemos que é atividade-fim da empresa. Poderá haver uma empresa especializada em fixar janelas, já não é do mesmo ramo. Então, isso é um problema e uma questão com que não concordamos.

Representação sindical:

O art. 8º define que, quando o contrato de terceirização se der entre empresas que pertençam a uma mesma categoria econômica, os empregados da contratada envolvidos no contrato serão representados pelo mesmo sindicato que representa os empregados da contratante, na forma do art. 511.

Aqui o problema é quando se der entre empresas. Mas caso não se der? Já foi falado aqui: é mais fácil o sargento Garcia pegar o Zorro do que as empresas contratarem da mesma categoria.

Existe, no art. 12, direito dos empregados terceirizados. É importante isso? Se você fizer a leitura, é importante. Quem não é a favor que o trabalhador terceirizado tenha alimentação igual aos empregados da contratante, o direito de utilizar serviços de transporte, atendimento médico e ambulatorial, treinamento adequado, medida de proteção à saúde e à segurança. Nós somos favoráveis a que eles tenham essa proteção. No entanto, se abrirem as portas para terceirizar todos os setores da empresa, isso acaba praticamente desaparecendo.

Portanto, Senador Paulo Paim, imaginamos aqui e reafirmamos que a Nova Central Sindical é favorável à terceirização na atividade-meio. Nós podemos citar a exemplo de que se uma fábrica de biscoito quiser colocar maquinários para fabricar biscoitos, nós perguntamos: Essa fábrica de biscoito pode contratar uma terceirizada? Nós entendemos que pode, uma empresa especializada para colocar o maquinário. Agora, essa empresa de biscoitos poderá contratar trabalhadores para fabricar biscoito? Não, porque aí é uma atividade-fim.

Portanto, reafirmamos que a atividade-meio é o melhor caminho, nos termos da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

A questão da responsabilidade solidária. Isso é de suma importância, haja visto aquilo que já foi informado aqui: na responsabilidade subsidiária, ganha-se o processo na Justiça, mas não se cobra. Na verdade, é uma vitória de Pirro, nunca mais o trabalhador vê essa questão do dinheiro.

A quarteirização, nós também nos manifestamos contra essa modalidade.

A questão da representação dos trabalhadores. Não basta colocar no artigo... E o artigo que foi colocado lá, de que se a contratação se der entre empresa da mesma categoria econômica... Esse artigo não satisfaz o nosso pensamento, o pensamento da Nova Central e das bases sindicais.

Então, mediante isso e mediante os quatro itens levantados aqui e itens não contemplados nesse projeto, a Nova Central Sindical de Trabalhadores se manifesta aqui pela contrariedade do PL 4.330, até porque... (*Palmas.*)

... achamos que esses quatro itens poderão ser um tripé da precarização. O Presidente do TST, Ministro Levenhagen, falou do §4º do art. 1º da Constituição da República. Lá, nesse parágrafo, fala-se do equilíbrio das leis, do equilíbrio das coisas. Na votação lá no plenário da Câmara dá a impressão de que houve um desequilíbrio. Se esse projeto for aprovado do jeito que está, ele não terá o devido equilíbrio. Precisaremos ter muita sensibilidade. Maria Antonieta não tinha sensibilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO RAMTHUN – ... a Rainha da França, e foi decapitada em praça pública dia 16 de outubro de 1793. Se não houver esse equilíbrio entre capital e trabalho, nós poderemos ter diversos problemas e poderá essa tese de precarizar tudo ser decapitada nas praças públicas.

Nós temos a esperança de que desse projeto, depois de aprovadas as emendas amanhã, a gente possa ter uma leitura mais adequada. Pensamos que o Senado Federal poderá corrigir as distorções que poderão ocorrer lá na Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Geraldo Ramthun, Diretor sindical da Nova Central, que foi o primeiro a usar a palavra nesta Mesa.

Vou convidar o Geraldo agora, se puder ficar na primeira Mesa, para dar oportunidade àqueles que estão no canto da mesa, com dificuldade de usar o microfone.

Eu convidaria o João Domingos para passar ao lugar do Geraldo.

Passo a palavra, de imediato, para a Srª Telma Maria Cardia, representante da União Geral dos Trabalhadores.

A SRª TELMA MARIA CARDIA – Querido Senador Paim, um abraço grande da família trabalhadores frentistas, que tem um enorme carinho, o Chico da Federação Nacional pediu para transmitir esse abraço a você.

Cumprimentando todos os nossos companheiros e companheiras em um momento delicado em que o movimento sindical está vivendo, que o povo brasileiro está vivendo e, consequentemente, o trabalhador e a trabalhadora e os nossos filhos, aqueles por quem nós tanto lutamos para deixar um legado. Se nós não nos levantarmos, se nós não conquistarmos, realmente, fazendo bater forte, o coração dos Senadores – agora são Senadores –, nós vamos, realmente, matar nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Eu tenho algumas considerações a respeito da atividade-fim. A atividade-fim da empresa não pode ser objeto de terceirização nos moldes do disposto pela Súmula nº 331, inciso III, do Tribunal Superior do Trabalho. De modo geral, na prática, as empresas teriam de pensar bem antes de contratar terceirizados, eis que os requisitos da CLT, alteridade, pessoalidade, onerosidade, subordinação e habitualidade, derrubam a condição disfarçada de prestação de serviços pela do vínculo de empregado nos moldes dos artigos supramencionados. Mas, como nós estamos no Brasil, onde tudo acontece por modismo e a grande maioria dos inescrupulosos achará um bom negócio fugir dos encargos trabalhistas, que são um dos maiores em todo o Planeta... Por que, então, não fazer a reforma tributária? Afinal, os impostos cobrados servem para fomentar a manutenção de tribunais e ministérios que protegem, diuturnamente, essa condição.

Em razão desse modismo, até o singelo auxiliar de escritório será terceirizado. Nos postos de combustíveis, os patrões poderão contratar mão de obra por meio de prestação de serviços, isentando-os, do dia para a noite, de todos os encargos fiscais inerentes à contratação de empregos. Veja que nós estamos falando de trabalhos altamente perigosos, que precisam de profissionais qualificados. Não só a área de postos de gasolina, todas as áreas precisam de profissionais qualificados. Não é o que está sendo feito com essa terceirização.

Toda empresa quer se livrar dos tributos gerados pela contratação de um funcionário, mas não é só isso, infelizmente. A pior parte para o trabalhador fica por conta de benefícios conquistados a duras penas no decorrer das lutas sindicais, em que vários dirigentes sindicais, vários sindicalistas morreram ou foram exilados pelas lutas dos trabalhadores. Agora, simplesmente, querem jogar tudo por terra, querem jogar a nossa CLT... Nós não vamos concordar nunca com isso e vamos lutar até o último dia.

Se uma empresa hoje tem dez funcionários e eles representam média de 40% ou 50% do seu faturamento, tudo não só por conta do salário, mas pelas obrigações inerentes aos benefícios, tais como cesta básica, vale-transporte, vale-alimentação, convênio médico, entre outros. Somados à obrigação inerente, a alta carga tributária, muito melhor será a terceirização, todos ficando apenas com o encargo da contratação regida pelo Código Civil...

Isso é um absurdo. A duras penas, com as convenções coletivas de trabalho, nós negociamos até a última para trazer algum benefício para os trabalhadores, que soma à sua remuneração cesta básica, tíquete-refeição, vale-transporte gratuito, entre outros. Aí querem simplesmente fazer a terceirização? Tirar as horas extras? Como pode isso? Como nós, como dirigentes sindicais, podemos fechar a nossa boca e não vir para o embate mesmo? Estão jogando tudo isso fora. Há convenções coletivas de trabalho que nos garantem várias conquistas. Como vamos jogar isso fora? Companheiros, vamos jogar fora? O que nós vamos fazer? Vamos para o debate, vamos para o embate? Vamos, mas lutar sempre. Sempre nós temos de lutar. A luta do trabalhador é constante, é diária, haja vista que tudo que se vem fazendo é para cortar benefícios dos trabalhadores. É só cortar benefícios dos trabalhadores! Então, nós temos de estar, realmente, hoje, mais que nunca, contemplando esta audiência pública, que foi chamada pelo nosso querido Paim.

A atividade-fim de uma empresa jamais pode ser terceirizada. Essa é uma questão mais que social. Como já foi dito aqui, na outra Mesa, as empresas têm essa questão social. Senão, nós vamos rasgar também a Constituição Federal? Ferir de morte a Constituição Federal? Não dá, não é, gente?

O empregado cresce com o patrão e ele emprega toda mão de obra, todo esforço, dedicação e criação em todas as atividades que fomentam a mercantilização e, de um modo para o outro, vira refém da facilidade compuscada em forma de lei, criada por essa ridícula propositura.

Sabemos que não é de hoje que as terceirizadas e quarteirizadas assumem papel de testa de ferro das grandes empresas. Eu vou explicar: com a nova lei, as empresas terceirizadas terceirizam a sua atividade-fim, portanto jamais haverá risco para o seu negócio, caso a terceirizada tiver ali fazendo frente à mão de obra especializada. A terceirizada, por sua vez, poderá quarteirizar o serviço, aprofundando ainda mais os riscos de fraudes trabalhistas diversas, que eu elenco:

a) primeiro, a confusão de enquadramento sindical, tendo, por consequência, frustração de garantias dantes conquistadas, pisos salariais, benefícios, enquadramento para o trabalho especial, na forma do art. 58 da Lei nº 8.213/91;

b) fraudes trabalhistas dos mais variados tipos, quais sejam, algumas: não recolhimento de INSS, Fundo de Garantia, PIS, pagamento de verbas trabalhistas do tipo férias, gratificações natalinas, horários extraordinários, entre outras possíveis;

c) em razão das fraudes que irão ocorrer, várias empresas irão abrir com o dolo inicial de ser a verdadeira testa de ferro da empresa contratante, "laranjas" que servirão para ser devedores dos tributos.

O sistema previdenciário sofrerá uma grande perda. Não se alertaram a isso, não é? Não se alertaram a isso. Será que podem votar um projeto assim, dessa forma?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Podem, podem votar.

A SRª TELMA MARIA CARDIA – Pois é, aí eu te pergunto: podem? Será que realmente eles representam os trabalhadores brasileiros? Será que o voto que nós demos para essas pessoas, será que dignificaram o nosso voto? Não, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se dizem ser representantes dos trabalhadores.

A SRª TELMA MARIA CARDIA – Dos trabalhadores, perfeito.

Em seu sistema de arrecadação, o mesmo se diga sobre o Fundo de Garantia e PIS.

E mais: os empregados, que, na verdade, trabalharão na condição disfarçada de empresários, serão obrigados a elastecer seus horários, serão mais fadados aos acidentes de trabalho, e o Dieese nos mostrou claramente o que vem acontecendo. Por que acontece tanto acidente? Porque eles pegam esses terceirizados, que não são mão de obra qualificada, e os colocam para trabalhar em atividades que realmente são perigosas e precisam de profissionais qualificados, para pagar menos salário, para burlar a fiscalização. É isso que eles querem fazer.

A Cipa será extinta, pois deriva de uma comissão mista de empregados e empresários, entre outros fatores negativos que só a CLT protege com o mínimo de dignidade e segurança jurídica, amparada, em sua ausência legislativa, pelas convenções e acordos coletivos.

Resumindo tudo: todas as empresas vão-se livrar dos encargos tributários, apenas com a contratação dos "laranjas", e, até colocarmos em prática essa desgraça legislativa, aplicando a primazia da realidade prevista pelo art. 9º da CLT, cairemos em plena crise financeira.

Acham que esse tipo de propositura será o caminho para a correção da crise. Evidente que não é. Claro que não é. Teremos, sim, uma verdadeira explosão de mal intencionados, criando empresas para vender mão de obra barata, escravizada e suada. Você sabe que o maior exemplo que temos são as empresas clandestinas, criadas para desviar o foco dos nossos associados. Temos várias empresas, uma delas é a ER, que já está denunciada no Ministério Público.

Terceirizar com a nossa cultura seria um verdadeiro retrocesso. Vamos afundar a República. O fenômeno de pejotização consiste exatamente nisso. O que é pejotização? Ocorre quando o dono da empresa resolve terceirizar a sua atividade final, exercida pela mão de obra, razão de existir...

(*Soa a campainha.*)

A SRª TELMA MARIA CARDIA – ...impondo ao funcionário que, para continuar ali trabalhando ou, de fato, ser contratado, terá que constituir uma empresa. Acontece que esse contratado, por meio da empresa que ele mesmo constitui, recebe ordens, tem obrigações diárias e outras atividades inerentes à relação de trabalho nos moldes dos arts. 2º e 3º da CLT. Desfazer essa (*Ininteligível.*)

lei será tarefa complexa. Até lá, veremos a nau, chamado dignidade da pessoa humana, afundar drasticamente.

Pergunto para o movimento sindical: vamos deixar que isso aconteça? Companheiros, temos que lutar, nós temos que ter coragem, nós temos que ter muita coragem para poder enfrentar os desmantelos que estão fazendo com os trabalhadores brasileiros, e coragem é para esses que estão na linha de frente, coragem é para aqueles que dizem a verdade, coragem é para aqueles que não temem ser apontados, não temem ser presos por defender uma categoria, por defender os trabalhadores brasileiros. Esses são os verdadeiros corajosos. E tem mais, nós precisamos falar com os nossos representados o que é a terceirização, porque é um engodo o que estão passando para os nossos representados. Eles estão pensando que é bom e não é. Mas cabe a nós, movimento sindical, irmos à nossa base e dizer para eles a desgraça que vai ser se passar esse projeto.

Eu sou contra na íntegra, sem... Nós, da UGT, somos contra, contra essa terceirização barata... (*Palmas.*)

...que se insurgiu em forma de lei.

Finalizando, eu vou dizer: a maior enganação da terceirização ficará por conta dos patrões alicerçarem seus funcionários para abrirem mão do seu registro de emprego, tornando-se uma pessoa jurídica. Com isso, o salário poderá ser menor, deixando os encargos tributários por conta dos aliciados. Essa é a forma mais suja de terceirizar: promete um ganho melhor, simplesmente pelo repasse daquilo que economizarão a título de tributo.

Por isso, penso que os digníssimos Deputados e Senadores que não tenham em mãos esse projeto, por favor, vejam, olhem para o trabalhador brasileiro. Faço um apelo: olhem para os trabalhadores brasileiros, olhem para as mães brasileiras, olhem para os nossos filhos, olhem para os nossos netos. Que legado vamos deixar para este País? Que País nós queremos?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, essa foi a representante da UGT, sindicalista Telma Maria Cardia.

Meus cumprimentos. Foi na mesma linha do Geraldo, muito firme. A Telma, agora, vai à primeira fila.

Eu convido quem está na última fila, à minha direita, que venha à mesa.

E de imediato, a palavra é de Luís Carlos Prestes.

O SR. LUIS CARLOS PRATES – Prates.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Prates. É que sou admirador do Prestes. Tu devias achar legal.

O Luís Carlos Prates, representante do Conlutas, CSP Conlutas (Central Sindical e Popular).

Mas olha que fiz a comparação com Prestes, acho que você gostou.

O SR. LUIS CARLOS PRATES – Boa tarde a todos e a todas.

Mais uma vez, Senador Paim, agradecer o convite para a nossa Central, CSP Conlutas, participar dessa audiência.

Quero fazer aqui a nossa saudação. Saudar todos os companheiros da Mesa, todos os companheiros das centrais sindicais, todos do plenário e aqueles que estão nos assistindo.

E quero dizer que estamos num momento decisivo no nosso País, num momento de mudanças, com este PL nº 4.330, e aqui já foram colocados vários argumentos, alguns técnicos, outros políticos, sobre o que significa essa terceirização. Mas eu queria pegar um problema que seria, na nossa opinião, da CSP Conlutas, o âmago da questão, o centro.

Hoje, no nosso País, não existe estabilidade no emprego. Hoje, as grandes empresas, as pequenas empresas, qualquer trabalhador pode ser demitido, à exceção do servidor público, a qualquer momento, porque não existe nenhuma legislação que garanta estabilidade no emprego dos trabalhadores.

Temos assistido, por exemplo, a um crescimento das demissões nas pequenas, médias e grandes empresas, no setor da construção civil. Vemos, por exemplo, que quem acaba pagando a conta de todos os escândalos na Petrobras são os trabalhadores, porque grande parte dos trabalhadores das empreiteiras estão sendo demitidos porque não têm estabilidade no emprego.

E agora vem essa PL 4330, que, na verdade, permite que os empresários, que os patrões, em nome da modernidade, em nome da produtividade, vão poder trocar todos os funcionários. Sem meias palavras, é isso que vai acontecer. Não há muito tempo, duas décadas atrás, por exemplo, os setores de restaurante, limpeza, segurança patrimonial, não eram feitas por empresas terceirizadas, mas pelas empresas que tinham um patrão. Ele é que era obrigado a fazer esse serviço. Com o passar do tempo, foi se impondo essa precarização.

O que nós podemos prever para o próximo período, o que nós podemos prever para as próximas décadas, se passar essa legislação, é exatamente o fim das grandes empresas, com o trabalho terceirizado. Todo mundo sabe, grande parcela dos trabalhadores sabe o que é ser um trabalho terceirizado, que já foi também dito aqui. Significa, em primeiro lugar, que os salários são em média 25%, 27% menores. Mas, na maioria das empresas, é metade do salário ou, às vezes, até um terço; significa rotatividade cada vez maior; significa muito menos estabilidade no emprego, que já não há.

Mas o que ocorre é que, como os contratos são feitos periodicamente, por um ano ou dois anos, o resultado é que, ao fim desse contrato, o trabalhador é demitido, se não for demitido antes, e não vai tirar férias, não vai tirar o décimo terceiro, porque na maioria das vezes as empresas dão calote, e vai ficar uma situação cada vez mais precária. E a outra empresa que vier para prestar esse mesmo serviço, como tem que garantir os seus custos, como tem que ter um custo menor, vai fazer uma proposta menor para a empresa contratante e reduzir o salário. Esse trabalhador, então, vai ter que depois entrar nessa outra empresa para fazer o mesmo trabalho, recebendo um salário cada vez menor.

É por isso que existe unanimidade total entre os empresários sobre a necessidade da terceirização. Eles falam que é modernidade, falam que é para regulamentar, mas, na verdade, não é para regulamentar aqueles 12 milhões de trabalhadores que hoje são precarizados. Quando você diz que são terceirizados, quando fala que quer regulamentar, é porque, supostamente, gostaria de melhorar as condições desses trabalhadores, para não serem tão explorados, tão precarizados. Mas aqui o raciocínio é exatamente o oposto, que é colocar também como precarizado o conjunto da classe trabalhadora e colocar a quase totalidade dos trabalhadores nessa situação.

É isso que está por trás desse projeto. Esse é um projeto que divide tanto a categoria, porque os trabalhadores vão trabalhar e fazer o mesmo trabalho e receber salários diferentes, como divide os trabalhadores, porque divide a representação sindical, como já foi bem dito aqui, e facilita a vida das empresas.

Entra aí a discussão de meio e fim.

Eu estava lendo, nesse final de semana, um articulista que apoia a terceirização e acha que é uma medida positiva. Ele dizia que é muito bom o que está sendo feito, porque o objetivo de qualquer empresa, seja lá o que ela fabrica, o fim dela é o lucro. Se o fim da empresa é o lucro, não importam os funcionários. A rigor, todas as empresas têm como objetivo o lucro e, portanto, o seu fim é ter lucro. E como o seu fim é ter lucro, essas empresas podem terceirizar absolutamente todas as suas atividades. É exatamente isso que vai ocorrer. É exatamente por isso que existe esse apoio e essa unanimidade entre os empresários. Eles estão comemorando, dizendo que vão reduzir custo. Reduzir custo significa piorar a situação atual, significa que as empresas vão gastar menos com os acidentes, vão gastar menos com os salários, vão gastar menos para garantir emprego, vão gastar menos em tudo. Por isso, melhora a situação das empresas, e, cada vez mais, elas têm mais lucros. Em última instância, esse é o objetivo das empresas.

Um trabalhador, hoje, que está nos assistindo sabe o que é haver um trabalhador terceirizado. Aquele que trabalha numa empresa sabe que aquela pessoa que está do seu lado, que muitas vezes faz o mesmo trabalho e recebe a metade do salário, não tem sequer as mínimas condições de trabalho que são oferecidas, após muita luta, pela empresa contratante. Então, essa situação ou esse pano de fundo que está por trás da terceirização é para nós a questão mais importante.

Nesse sentido, nós, da CSP Conlutas, temos a opinião coincidente com o que o foi dito aqui pela Anamatra, coincidente com o que foi dito também pelo Ministério Público, porque aqui não existem condições de entabular uma negociação ou dizer que existem pontos que são bons ou pontos que vão ser piores em relação a esse projeto. É um projeto que, de conjunto, precariza, e nós temos que defender a bandeira, e nós, da CSP Conlutas defendemos, de que deve haver, se se quer regulamentar a terceirização, um processo de desterceirização, para que os trabalhadores de uma empresa contratada tenham os mesmos direitos de um trabalhador que faça aquele mesmo trabalho que está sendo feito pelo outro. Então, não existe essa possibilidade de "aqui é que nós vamos ter meio", "aqui é que nós vamos ter fim" e "essa situação seria uma situação benéfica para os trabalhadores". Ao contrário, é preciso acabar com a terceirização, é preciso garantir emprego e salário aos trabalhadores que fazem a mesma função, porque, fazendo a mesma função, devem receber os mesmos salários, ter os mesmos direitos, ter os mesmos direitos sindicais, ter os mesmos direitos que têm o conjunto dos trabalhadores.

Isso, para nós, é uma questão fundamental. Isso só é possível se houver a retirada de pauta desse PL nº 4.330, para que seja aberto um amplo processo de debate entre os trabalhadores, para que seja colocada uma proposta que, ao invés de retroagir os interesses dos trabalhadores, avance para ter mais conquistas e para não ter nenhum direito a menos.

Agora, aqui, nós ouvimos, Senador Paim, uma série de argumentos, e, até agora, não teve nenhum argumento favorável à terceirização. Nós ouvimos Juízes, nós ouvimos Ministros do TST, nós ouvimos advogados, nós estamos ouvindo as centrais sindicais. No entanto, desgraçadamente, esse debate ou essa discussão não é um debate de argumentos, porque as empresas querem fazer isso, porque elas querem, cada vez mais, lucro. Elas não estão preocupadas com os argumentos levantados pelos trabalhadores. Por isso mesmo, para a gente enfrentar essa situação, é preciso atingir o âmago da questão, é preciso atingir o lucro das empresas, é preciso parar o País, é preciso haver um processo de mobilização, uma paralisação nacional, como nós estamos fazendo agora na próxima quarta-feira, diversas centrais sindicais, entre as quais nós, da CSP Conlutas, a CTB, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores. Queremos fazer essa paralisação e que ela seja um caminho, um passo para a gente poder enfrentar essa situação e fazer com que esse projeto não vá adiante. E isso só é possível por meio da ampla mobilização dos trabalhadores. É preciso colocar essa questão na rua, é preciso fazer manifestações, é preciso fazer passeata, é preciso parar a produção, é preciso parar os bancos, é preciso parar as fábricas, é preciso parar o comércio, é preciso parar as empresas, o transporte, porque é assim que eles vão ouvir a nossa voz, é assim que eles vão ouvir a voz das ruas. Se depender da vontade dos Deputados, da vontade dos Senadores, existe um problema sério: a maioria deles foi eleita com dinheiro dos empresários, e os empresários cobram a fatura, as empresas cobram a fatura. (*Palmas.*)

É por isso que o centro, a argumentação é muito importante. É muito importante a gente fazer esse debate. Acho muito importante, por exemplo, haver esse conselho geral – não é? – no Congresso Nacional para a gente discutir, para poder fazer o debate. É muito importante a gente fazer esse debate em todos os locais, inclusive desafiar publicamente os Deputados que votaram a favor desse PL nº 4.330, desafiar publicamente nas suas regiões, nas suas bases, denunciar nas bases esses Deputados, discutir com os Senadores, denunciar também aqueles que, porventura, querem manter essa situação. Fazer esse debate público, fazer esse debate político, mas, ao mesmo tempo, o que é mais importante é a gente conseguir, nesse momento, unir a nossa categoria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS PRATES – Infelizmente, nós temos centrais sindicais, como a Força Sindical, que estão apoiando esse projeto. É uma vergonha! (*Palmas.*)

É uma vergonha apoiar um projeto desse porque engana os trabalhadores dizendo que nós vamos ter o mesmo sindicato! Isso já foi dito aqui pelos especialistas. Mentira, mentira pura, mentira pura!

Infelizmente, também, no nosso País, não existe contrato coletivo nacional e, como não existe contrato coletivo nacional e sequer existe contrato coletivo, os salários não são negociados livremente pelos sindicatos. Os sindicatos só negociam o piso. Então, a partir do piso, qualquer coisa pode acontecer; os outros benefícios, qualquer coisa pode acontecer.

Portanto, a gente faz um chamado. Eu fico feliz aqui da UGT ter essa posição, porque, até agora, a UGT não estava na convocação. Some-se à gente! Venha para a greve! Vamos por o povo na rua! (*Palmas.*)

A Força Sindical, a mesma coisa! Porque é hora de unidade dos trabalhadores para poder enfrentar os empresários,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS PRATES – ... porque nós estamos frente a uma mudança que é histórica! É rasgar a CLT! É acabar com os nossos direitos! E nós só vamos poder fazer isso se a gente conseguir fazer um amplo movimento.

Para terminar, Senador Paim, duas questões. Tanto o PL nº 4.330 como as MPs das terceirizações, MPs nº 664 e nº 665, têm um profundo interesse dos trabalhadores e são pauta dessa paralisação nacional que nós vamos fazer, porque os trabalhadores não aguentam mais! Chega! Basta! Vamos por o povo na rua, vamos parar o País, vamos dar um caminho, um passo firme em direção a uma greve geral para acabar com o PL nº 4.330 e com as MPs nº 664 e nº 665! Essa é a posição da CSP Conlutas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luis Carlos Prates, representante da CSP Conlutas (Central Sindical e Popular), que vai na linha de todos os painelistas que falaram no dia de hoje, não aceitando esse PL. Também enfatiza muito, e eu concordo, o desserviço ao País que são as outras duas MPs. Tenho trabalhado muito nesse sentido, de forma tal que elas não sejam aprovadas como o Governo mandou para esta Casa.

Passo, de imediato, a palavra ao Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o líder Joilson Cardoso.

O SR. JOILSON CARDOSO – Cumprimento o Senador Paim pela iniciativa. Esta Comissão de Direitos Humanos sempre nos tem brindado com essa participação popular, com a participação das Centrais. Aqui, já estivemos debatendo vários pontos da vida nacional, do desenvolvimento brasileiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOILSON CARDOSO – ... as MPs nº 664 e nº 665.

Queria pedir licença ao Senador para saudar a minha companheira Graça, da CUT, e, em nome dela, todos os dirigentes das centrais sindicais. Aqui está o JP, o nosso João Paulo, da CTB. Em nome dele, cumprimento todos os dirigentes sindicais aqui do plenário.

Eu queria iniciar aqui esta exposição lendo o texto do Relator, Deputado Arthur Maia, do Solidariedade, da Bahia. O que o autor diz na introdução do seu relatório – aspas:

"Embora o substitutivo não represente na íntegra o pensamento ou as aspirações de qualquer das partes [se referindo àquela Mesa quadripartite, de que participei junto com a Graça e outros companheiros que compuseram o grupo quadripartite,] acreditamos que a proposta contém avanços importantes para a proteção de milhões de trabalhadores terceirizados do Brasil, que, hoje, não dispõem de nenhuma legislação protetora de seus direitos".

Quero dizer que não podemos aceitar essa argumentação e afirmação do nobre Relator, Deputado Arthur Maia. Por que não posso aceitar esta afirmação? Porque ela é falsa. Na verdade, na mesa quadripartite, de que participei junto com a Graça, representando a CTB, não houve acordo. O Deputado Arthur Maia apresentou o seu relatório de acordo, na plenitude, com os empresários. No seu relatório, o que está consagrado são os interesses dos empresários. Por que afirmo isso? Porque aqui estão os dados; os dados da RAIS de 2013, que constam do brilhante trabalho feito pela companheira Graça, da CUT, com o Dieese, mostrando o que significa a terceirização no Brasil.

São 12,7 milhões de trabalhadores no Brasil, 26% da mão de obra ativa, enquanto, na atividade principal das empresas, temos 34 milhões, 73%.

Vamos para a remuneração.

A remuneração dos terceirizados frente aos principais diz respeito a menos a 22% de salário. A jornada de trabalho, três horas a mais. Se pegarmos as relações das faixas de salário até dois salários mínimos, os terceirizados significam 57%; de dois a três salários mínimos, 21% contra 18%; de três a quatro, 8,3 contra 9,5% – aí os principais começam a aumentar; de quatro a sete, 7.8 contra 12.4%; de sete a dez, os terceirizados, 2,4 contra 4,5%, ou seja, o dobro; a partir de dez salários mínimos, os terceirizados, 2,9 contra 6,1%.

O que esses números dizem claramente? A terceirização rebaixa o salário dos trabalhadores em todas as faixas, preconizando um maior número de trabalhadores na faixa menor. É isso que dizem aqui os dados de 2013. A rotatividade é uma chaga, e, no Brasil, temos questionado a MP nº 665, e a explosão do seguro-desemprego, Senador Paulo Paim. Como conselheiro da Codefat, temos nos deparado com os estudos da rotatividade no Brasil, que têm impacto no seguro-desemprego. Os terceirizados rodam 64,4% contra 33% da principal.

Vamos à questão do tempo de emprego. Em média, um trabalhador brasileiro fica cinco anos com estabilidade no seu emprego; os terceirizados não chegam a três anos. Esses são os dados.

Portanto, dizer que o PL nº 4.330 visa regularizar – e a crise está posta aqui. O princípio da atividade-fim e meio, do Deputado Arthur Maia, visa revogar em benefício de uma suposta especialização. Na verdade, esse é o fetiche que o nobre Relator coloca no seu projeto.

Vejam bem, nós, das centrais sindicais, fizemos uma anteprojeto de lei comum ao MTE, em uma comissão das centrais sindicais, de que nós participamos. A CTB participou da formulação desse anteprojeto que visava regulamentar a terceirização. Nós estamos de acordo em regulamentar a terceirização. Todos nós queremos regulamentar, só que as centrais sindicais dos trabalhadores querem regulamentar para garantir direito aos terceirizados, para que os terceirizados não sofram o que sofrem hoje no Brasil, que é a discriminação, que é o calote, que é o rebaixamento salarial. Queremos regulamentar.

O que o Relator Arthur Maia – e esse relatório foi aprovado na Câmara – faz é o seguinte: ele pega os 34 milhões de trabalhadores da principal e rebaixa ao nível dos terceirizados. Então, essa regulamentação não queremos, porque, na verdade, ela visa generalizar a terceirização para todas as atividades da empresa, colocando os trabalhadores numa condição inferior ao que os trabalhadores conquistaram com tantas lutas.

Portanto, regulamentar os 12 milhões nós queremos, mas o que não queremos é pegar os 34 milhões e colocar na vala comum do rebaixamento salarial, da discriminação no ambiente do trabalho, no assédio que as mulheres sofrem, na precarização, em tudo de ruim que representa a terceirização.

Muito se falou aqui sobre os impactos, e nós já sabemos quais são os impactos caso esse projeto vá à frente. Na última audiência que tivemos aqui sobre as MPs nºs 664 e 665, Paim, eu dizia que tiraram o Frankenstein do armário e colocaram para andar sem o coração e sem alma. O PL nº 4.330 é um Frankenstein andando, sem

coração e sem alma, e ele precisa cair, precisa ser derrubado pelo Senado Federal, ele precisa ser derrubado na mobilização que vamos fazer no dia 15 de abril, que é um dia de paralisação nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOILSON CARDOSO – ...contra esse nefasto PL nº 4.330, que representa, para a vida nacional, a desconstrução do ordenamento jurídico trabalhista brasileiro, e nós sabemos que esse PL nº 4.330 é inconstitucional, porque fere a Constituição – e, aqui já foi dito os vários artigos que ele fere da Constituição Federal – e, mais ainda, fere tratados em que o Brasil é signatário, tratados com a OIT, da defesa do trabalho decente. Então, é isso que está em voga nesse famigerado 4.330.

Portanto, companheiros e companheiras, sindicalistas, lutadores pelas causas justas, essa medida do 4.330 vai em contraposição, e nós temos dito aqui que a 664 e a 665, que estamos contra, que é um tratamento de direito trabalhista como um ajuste fiscal... Vejam bem, o Governo tem que estar atento porque o 4.330 nada mais é o do que esvaziamento dos fundos públicos, como a Previdência Social, o FGTS, porque, se eu rebaixo a massa salarial, consequentemente, irei rebaixar a contribuição para esses fundos públicos, além do sabido e notório calote que é realizado pelas terceirizadas, que empregam e, no final do ano, dispensam todos, abrem falência e se reabilitam para o passo seguinte, para o ano seguinte, contratando os mesmos trabalhadores, não garantindo esses direitos, não pagando o Fisco etc., etc. É isso que está em voga!

Portanto, esperamos que, aqui no Senado Federal, essa matéria seja barrada, para finalizar, e volte para a Câmara. Lá, vi aqueles filhos de Deus criativos – Paim, os filhos de Deus são muitos criativos –, jovens Deputados, fazendo discursos em defesa da terceirização, como se aquilo fosse um bem para a classe trabalhadora. Fiquei chocado! Já estamos acostumados a esperar dos velhos políticos fazer esse discurso há mais de 10 anos, mas o jovem Deputado! É chocante ver um jovem Deputado, no seu primeiro mandato, usar da palavra na tribuna e defender a PL nº 4.330, como sendo a salvação da classe trabalhadora. Não é!

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Risos.*)

O SR. JOILSON CARDOSO – A CTB se soma às centrais sindicais. Estou muito feliz de ver a aqui a Conlutas conosco, a CUT, a CSBB, a Confederação da Alimentação e a companheira Telma Maria, da UGT... (*Palmas.*)

...para a nossa comemoração, porque o relator dizia que as centrais sindicais estavam divididas. Os líderes até poderão estar divididos, mas tenho certeza de que a base das centrais sindicais, os sindicatos e a classe trabalhadora estão unidos contra o PL nº 4.330.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Joilson Cardoso, Vice-Presidente da CTB, pela sua exposição.

Somente uma informação rápida, aproveitando a sua fala, Joilson. Já temos aqui o resultado final em matéria de manifestação do público. O total de manifestações: 624; contra, 623, e 1, na dúvida. (*Palmas.*)

Quero também registrar a presença aqui, no plenário, da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Asbin), na figura do Presidente, Sr. Robson Vignoli, também da Fasubra, na presença de João Paulo Ribeiro, Coordenação de Organização Sindical, e ainda o Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais, na figura da Presidente do Sinapf, Cíntia Rangel Assunção.

Vamos agora à Graça Costa.

Depois, teremos mais três palestrantes ainda e encerramos.

Sílvia Barbaro, do Diap, pediu para registrar a presença também. Está registrada a presença do Diap. (*Palmas.*)

Passamos a palavra à Graça Costa, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT). (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Quero começar agradecendo a oportunidade, trazer um abraço do nosso Presidente, Vagner Freitas, e dizer que estamos aqui com a nossa Vice-Presidenta, Carmen Helena Ferreira Foro, aqui presente, para fortalecer a nossa fala. Queremos dizer que o respeito entre nós está aumentando. A Carmen foi jogada fora no enfrentamento, na última terça-feira, na Câmara dos Deputados, no Anexo II. Ela foi jogada para o lado de fora da Câmara, como um objeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos pedir para que ela se levante aqui. Vamos mostrar a nossa solidariedade. Uma grande salva de palmas! (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Obrigada pela valentia, Carmen! Mulher guerreira!

Quero agradecer, já que estamos tendo a oportunidade de falar há menos de oito dias depois daquele enfrentamento, para o Brasil todo, e isso aqui também vai ficar gravado, a todos os meus companheiros e companheiras que vieram a Brasília, que se manifestaram nos Estados na terça-feira passada, que decidiram conosco que, na próxima quarta-feira, depois de amanhã, vamos para a rua novamente e vamos fazer o que

tem que ser feito, para todos os lados: na negociação, na articulação, no *lobby*, na rua, na greve, na paralisação. Tudo o que a gente tem que fazer, nós vamos fazer.

Senador Paim, quero declarar, de público, a paixão que tenho por você, no bom sentido. (*Palmas.*)

É um ser humano incrível, que tem trazido para esta Casa os debates que a sociedade precisa fazer, de uma forma tão humana, tão equilibrada, que não sei se teria comparação, ainda, aqui no Parlamento.

É muito verdadeiro isso que nós sentimos por V. Exª, nosso companheiro. (*Palmas.*)

Você foi muito feliz em ter chamado a primeira mesa com a representação que veio aqui – do Ministério Público do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho, da OAB, das associações, da Anamatra, da ANPT –, inclusive, para desmistificar e a gente começar derrubando os argumentos de quem defende o PL 4330, principalmente os empresários ou o relator, ou o Presidente da Câmara, de que isso não é uma matéria de interesse corporativo, somente das centrais sindicais ou de algumas centrais sindicais. Esse é um assunto importantíssimo da sociedade brasileira. Está em jogo, aqui, se a gente continua com esse caminho do desenvolvimento do Brasil, de colocar o nosso País num patamar importante na conjuntura internacional, ou se nós queremos esquecer tudo o que nós conquistamos, tudo o que nós fizemos até agora, inclusive todo o trabalho feito pelos Parlamentares que passaram na Casa, no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado. É isso que está em jogo.

Então, foi importantíssimo, porque, aqui, vieram os argumentos de quem faz, de quem pratica, todo dia, o Direito do trabalho, e o que está em discussão aqui, com esse PL, não é atingir uma categoria, um setor, ou atingir, simplesmente, a classe trabalhadora, porque essa é uma luta de classe, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Graça Costa, eu, normalmente, não atendo ao telefone quando um painelista está falando, mas era o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros.

Ele está acompanhando a sessão e pediu que eu anunciasse a vocês que já está garantida a sessão temática, no plenário do Senado, para debater. (*Palmas.*)

Aqui não vai ser como na Câmara e eu senti na voz dele: "Não, como está não dá não. Vamos fazer um grande debate aqui." Lá na Câmara, foi atropelado. Aqui, não será atropelado e...

O SR. JOILSON CARDOSO – Com as centrais sindicais, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com todas, com certeza! Serão chamadas. Eles vão fazer uma sessão temática, no plenário do Senado, convidar os Senadores e convidar os painelistas que aqui estiveram.

Então, a gente, às vezes, critica o presidente daqui ou dali, mas o Presidente Renan merece uma salva de palmas. (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Muito bem. Que coisa boa!

Como eu sou uma mulher muito esperançosa, além de fazermos tudo o que nós estamos prometendo fazer, nós temos a esperança de que, nesse caminho que o PL ainda tem para percorrer, a gente consiga quebrar as pernas dele, como...

O SR. JOILSON CARDOSO – Derrubar o Frankenstein.

A SRª GRAÇA COSTA – É, como nós conseguimos fazer isso em outros momentos.

Então, é importante reafirmar. Já foi dito, mas eu quero reafirmar que o Fernando Henrique Cardoso mandou o projeto de terceirização, o 4302, lá em 98, e ele tramitou. Quando o Lula assumiu, nós solicitamos que ele retirasse esse projeto, porque a gente sabia qual era o prejuízo. O Lula retirou esse projeto. Mandou um requerimento para esta Casa, então, parou de andar, parou naquele momento.

No ano seguinte, 2004, Sandro Mabel, ex-Deputado, atendeu ao pedido dos empresários e deu entrada a esse projeto, agora vindo do Parlamento; mas já havia aqui, nesta Casa, um projeto vindo do Governo. Então, tivemos uma grande vitória naquele momento. Agora, podemos também ter uma grande vitória ao chegar ao Senado Federal; vamos acalmar para que, no debate, a gente possa compreender o que significa.

Concordo, e a CUT concorda, em que o lugar para fazer a discussão, a decisão e a aprovação da regulamentação é esta Casa, é o Parlamento brasileiro. Nós sabemos que já tem, no Supremo Tribunal Federal, uma ação de repercussão geral. Então, nós sabemos o que isso significa: se o Poder Legislativo não legisla, o Judiciário pode decidir, mas não com a faca no pescoço, como estamos neste momento. (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – O que o Artur Maia disse – e está dizendo por aí – é que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que os Ministros, deram 40 dias para que a Câmara aprovasse, porque senão eles vão resolver. Não é verdade! As Centrais Sindicais foram recebidas pelo Presidente do Supremo, e não é essa a conversa que está colocada. É verdade que nós consideramos que é aqui no Parlamento que tem de se dar. Agora, o Parlamento tem de estar com as portas abertas para os trabalhadores e as trabalhadoras poderem ter acesso, ter a oportunidade de fazer o seu debate e fazer seu *lobby* também.

Não vou entrar no mérito, no conteúdo do projeto, porque já foi muito bem discutido. Mas, quando as pessoas da imprensa me procuram e perguntam: "por que a CUT é contra o PL 4.330, de forma tão radical", eu digo: se nós temos 12 milhões de trabalhadores hoje, que ganham menos – em média – 25%; se de cada dez trabalhadores que são acidentados no trabalho, oito são terceirizados; se de cada cinco que morrem no trabalho, quatro são terceirizados; se dos dez maiores flagrantes de trabalho escravo no Brasil, entre 2010 e 2013, oito desses flagrantes eram com terceirizados, por que eu vou ser, por que nossa Central, a classe trabalhadora, vai ser a favor de um projeto que vai, além de não...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Além de não permitir a igualdade de direitos a todos esses 12 milhões, abrir as porteiras para que os 34 milhões venham a ser terceirizados e serem tratados dessa forma? De forma muito simples: estamos em um debate para a gente ter trabalho decente no Brasil, apesar de a gente saber qual a posição do empresariado brasileiro que tem a cabeça muito ruim: não cumprir a lei. Tanto é que há 21 mil ações no Tribunal Superior do Trabalho, de terceirizados, buscando receber verbas salariais: salários atrasados que não foram pagos, décimo terceiro, fundo de garantia. Se isso se alastrar para todo mercado de trabalho, não haverá Tribunal no mundo que consiga dar conta de tanta ação que vai ter, porque o empresariado brasileiro com essa lei, com a CLT, com a Constituição e com os direitos que nós temos, desde 1940, burla a lei, toda hora, na nossa cara, na cara dos sindicatos, na cara da Justiça.

Vai mudar a mentalidade desse empresariado agora com essa lei, pessoal? Respondam: vai mudar? Claro que não! A lei é para legalizar, dar segurança jurídica. Como eles têm dito que precisam de segurança jurídica... O que eles fazem de forma ilegal, com multas altíssimas, hoje, contra eles, eles querem fazer de forma legalizada. Vai haver um prejuízo grande para a economia brasileira. Todo o mundo aqui já disse nesta mesa...

Vamos fazer uma projeção: se já ganham menos 25%, em média, vamos dizer que, daqui a quatro anos, nós tivermos não só 12 milhões, mas 24 milhões de trabalhadores, serão mais 12 milhões perdendo, pelo menos, 25%. Isso terá um impacto na economia! Olha, o Governo está de olho nisso, o Governo está acordando para essa questão que estamos colocando e que não são só os direitos trabalhistas que estão em jogo. O que está em jogo é o desenvolvimento de nosso País. O que está em jogo é a qualidade que nós queremos dar. O que está em jogo é aquilo que a Lílian disse aqui: "Que país queremos daqui para a frente?".

"Aí, nós viemos por uma caminhada; nesse último período, vimos uma coisa inédita, coisa que não acontece, historicamente, no mundo: mais de 20 milhões de novos empregos em uma década. Gente, no meio da crise o Brasil criando, em 2008, um milhão de empregos... (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Mas esse caminho vai... Esse PL vai na contramão desse caminho que nós estamos querendo organizar aqui no Brasil.

Chamo a atenção para o item corrupção.

Pessoal, empresa não doa dinheiro para político na época de campanha; empresa faz investimento. E nós temos de saber que a terceirização, boa parte dela, toda essa questão colocada na Lava Jato e em outras operações que estão sendo feitas e que discutem a questão da corrupção, muita coisa está sendo vazada pelas terceirizadas, pelas empresas terceirizadas. E nós aqui, se concordarmos com isso, vamos concordar em que o Brasil... Você tem uma lei que vai buscando resolver, tem instrumentos tentando resolver a questão da corrupção, mas, por outro lado, você abre a porta para que isso continue e de forma legalizada e acelerada.

O Projeto traz o PJ, luta histórica que nós derrubamos. A pessoa jurídica traz de volta. Está escrito que não pode quem é sócio da empresa, mas qualquer outro pode ser PJ. Nós estamos aqui perdendo coisas que já derrubamos, que nós já conquistamos e estamos correndo o risco de perder aqui.

O Ministro falou aqui muito claramente sobre o valor do trabalho *versus* a livre iniciativa. O que os empresários querem é ser livres totalmente. Livre iniciativa é o que eles estão defendendo, e nós sabemos que isto é uma luta de classes: se não tiver um equilíbrio, como falou aqui o Ministro, nós vamos ter grandes problemas. Historicamente, quem tem perdido somos nós.

Eu quero, então, aproveitar a finalização de meu tempo para dizer algumas coisas e dar alguns recados. É importante a gente dar os recados. É muito importante! Nós estamos com uma paralisação para o dia 15, nós estamos acumulando as energias para o 1º de Maio. Acho que o 1º de Maio deste ano vai ser o mais badalado, mais forte, mais pra cima que nós já tivemos até aqui, porque nós estamos no meio de uma briga, de uma guerra do trabalho e do capital.

Aos terceirizados: os empresários têm dito que nós, principalmente a CUT, somos contra o PL, porque não queremos que os terceirizados tenham seus direitos garantidos. Querem nos colocar contra os trabalhadores terceirizados; ao contrário: nós não aceitamos, nós não suportamos a forma como nossos companheiros são tratados, de forma discriminada. Existem companheiros que são obrigados a usar o banheiro para se alimentar, porque não pode ficar no mesmo local dos outros trabalhadores. Se eu fosse contar aqui para vo-

cês os relatos que existem de terceirizados que são obrigados a trabalhar de forma cruel... Aí, ontem, o Skaf, o Presidente da Fiesp, foi para a TV e disse que os terceirizados estão a favor do projeto. Fizeram uma pesquisa entre os terceirizados... Gente, mas é claro! Quem tem um único emprego, um emprego ruim – mas tem –, vai dizer para o empresário, em uma pesquisa, que não concorda? Para ser demitido no outro dia ou no mesmo dia? Pelo amor de Deus!

Então, aos terceirizados, nós estamos aqui para poder garantir que as pessoas não sejam discriminados, que sua dignidade humana seja respeitada. Aos empregados permanentes, acham que não vai mexer? Vamos acordar, pessoal! Se passar, vai trocar... Não vai aumentar o número de emprego, mas vai trocar os que têm emprego fixo hoje por terceirizados. Essa é a verdade! Então, todos que têm trabalho fixo precisam estar alertas e, ao serem chamados, atenderem.

Aos servidores públicos, estamos conclamando as três esferas: Federal, Estadual e todos os Municípios, todas as Prefeituras, inclusive irem às Câmaras Municipais, para aprovar moção de repúdio a esse projeto, porque nunca mais vamos ter concurso público... (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Porque, aqui no Brasil... Ah, mas a lei é só para o privado... Tudo aqui é parâmetro, pessoal! Inclusive, para o que é ruim, os Prefeitos, por exemplo, usam isso de forma gigantesca. Tudo o que é ruim eles querem copiar.

Por fim, dizer para a juventude: qual é o emprego que espera no futuro, no futuro próximo? Esse emprego, precarizado.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Então, eu quero conclamar a juventude brasileira a vir às ruas, com os trabalhadores e as trabalhadoras, se manifestarem aqui para que a gente possa garantir à juventude e às pessoas que estão estudando hoje, no futuro, possam ter um emprego de qualidade.

E, aí, Senador, ao Parlamento brasileiro: podem votar! Podem votar contra! Não tem problema, não! Podem votar! Mas o teu nome, a tua foto vai para o poste em todas as cidades... (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – ... Em que você foi votado. Não se preocupe! Nós temos, inclusive, mapa de onde cada Deputado teve mais voto... É lá, naquela base, que nós vamos investir para desgastar você que é contra o trabalhador e a trabalhadora agora.

Para fechar, definitivamente, quero mandar dois recados diretos. Papai tem 86 anos, quando ele quer encerrar um assunto, ele diz assim para gente: "Pare de conversar besteira, menina!". Vou dar um recado para o Presidente da Câmara e para o Presidente da Fiesp: nós, da CUT, estamos sendo acusados, por eles, de só estamos contra o PL porque vamos perder dinheiro de arrecadação e porque vamos perder filiados... Respeitem a história da CUT! Respeitem a história da classe trabalhadora! Vamos discutir nestes parâmetros que estamos discutindo aqui em todos os aspectos, inclusive o ataque que a elite está fazendo ao movimento sindical brasileiro neste momento. Aí, não adianta!

O Eduardo Cunha está se comportando como um ditador. Eu fiz uma fala eufórica no carro de som, semana passada, mas eu vou reafirmar aqui: não foi porque eu estava emocionada na hora nesse carro de som. Eu disse que o Parlamento, que a Câmara, não é a bodega do Cunha. Eu quero registrar aqui: não é! O Parlamento brasileiro precisa de respeito. Vamos para a frente e vamos todos, no dia 15, parar as atividades e vamos continuar fazendo o trabalho que tem de ser feito nas redes sociais.

Senador, quero convidar o senhor para estar presente. Vamos fazer uma aula com os alunos da universidade daqui, da Universidade de Brasília, na rodoviária, para os trabalhadores. Vamos conversar diretamente com os trabalhadores em uma aula da universidade para dizer o que é o PL 4.330. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi Graça Costa, representante da CUT.

Como estamos com problema de horário, pessoal, vou, de imediato, passar aqui para os outros últimos três convidados. Claro que temos ainda até, mais ou menos, 14h10. Dá para todos falarem o tempo necessário.

Passo a palavra agora a Rosa Maria Campos Jorge, que é Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Se cada um puder ficar em 10min, tranquilamente todos falarão.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Vou tentar.

Boa tarde!

Cumprimento aqui o Senador Paulo Paim, que é um líder, um líder nosso, que tem demonstrado a toda sociedade brasileira o comprometimento com a defesa do interesse público, com a defesa do interesse social, com a defesa do trabalhador.

É um orgulho estar nesta mesa ao lado das Centrais Sindicais.

Eu peço para, antes, fazer uma análise de conjuntura política.

Esse tema, Senador, não é um tema novo.

É um tema velho, e os auditores fiscais do trabalho de todo o País estão acostumados a lidar, no seu dia a dia, com a terceirização.

Eu digo velho, porque nós lutamos contra essa forma de exploração em governos anteriores, que quase transformaram em lei dois projetos extremamente nocivos aos interesses dos trabalhadores: um, que flexibilizava a CLT, fazendo com que o acordado prevalecesse sobre o legislado, e que, felizmente, graças à luta da classe trabalhadora e de todos os segmentos da sociedade, foi retirado; outro, que trata da terceirização e que, infelizmente, continua tramitando até hoje, que já foi mencionado aqui, que é o PL 4302, de 98, e está lá na Câmara, para ser apreciado, o substitutivo aprovado no Senado.

Quero dizer que existem, assim, sobre as nossas cabeças, as cabeças dos trabalhadores brasileiros, diversos projetos nocivos nesta Casa e que isso não é novidade, porque sempre foi assim.

Essa ameaça, agora, do 4330 foi somada à do PLS 87, de autoria do ex-Senador tucano Eduardo Azeredo, que foi, recentemente, desarquivado. São ameaças reais, ameaças reais aos trabalhadores brasileiros.

Quero dizer que ainda existe uma outra ameaça, também já mencionada aqui, que é o recurso, que está lá no Supremo Tribunal Federal, que pede a inconstitucionalidade de norma que impede a terceirização, e terceirização na atividade fim.

Quero dizer, e a Graça falou aqui, que nós sabemos que existe um decreto, que aguarda a assinatura da Presidenta da República, que amplia a terceirização em todo o serviço público, inclusive nas carreiras, nas chamadas atividades de Estado. Um exemplo disso está na Medida Provisória 664, que terceiriza a perícia médica.

Paira sobre todos os trabalhadores, tanto do serviço público, quanto da iniciativa privada, projeto de terceirização. Por que isso? Esse quadro, Senador, é um quadro preocupante, porque, até então, todas essas ameaças foram barradas porque nós tínhamos, nesta Casa de leis, uma heroica resistência sindical. Existiam diversos Parlamentares que defendiam os trabalhadores. Muitos deles não foram reeleitos. Essa bancada se reduziu.

Ainda há outro complicador: entre dois 2003 e 2013, por meio de renúncias fiscais, crédito subsidiado e desoneração, os empresários ficaram, eu diria assim, sem uma margem para poder avançar nos direitos dos trabalhadores, mas isso já não é mais possível.

A CNI listou 101 medidas para reduzir direitos. Entre os prioritários, está o PL da terceirização. A bancada empresarial cresceu e tem, entre suas prioridades, esse tema, não só na Câmara, mas aqui no Senado também.

O Governo não dispõe mais daquela margem fiscal que tinha antes para atender os empresários em sua ânsia de manterem e ampliarem as suas margens de lucro. Não dá mais para fazer as desonerações que foram feitas no passado, por isso, agora, avançam nos direitos dos trabalhadores.

Na composição do Governo, os Ministérios, que deveriam defender os interesses dos trabalhadores, estão empenhados em viabilizar ajuste fiscal, especialmente as MPs 664 e 665, e o setor empresarial está muito bem posicionado e empoderado dentro do Governo.

Basta dizer que quatro setores da atividade econômica com compromisso histórico, com a precarização do trabalho estão representados no Governo e seus Ministros, atuando fortemente pela flexibilização de direitos. São exemplos disso: o Ministério da Fazenda, que representa o sistema financeiro; o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, que defende e representa o setor industrial e o empresariado urbano; o Ministério da Agricultura, que representa e defende, de todas as formas, o agronegócio; o Ministério das Pequenas e Microempresas, que representa e defende os interesses das associações comerciais.

Isso é ou não é empoderação? Estão dentro do poder, definindo e encaminhando para que lado vai.

Sr. Presidente, essa é a conjuntura em que nos encontramos. A correlação de forças – com o Governo dividido e fragilizado, uma bancada empresarial que financiou campanhas eleitorais e uma bancada sindical diminuta – é, francamente, desfavorável ao trabalhador.

No atual Governo, a julgar pela situação em que se encontra a Presidenta Dilma, com baixa popularidade, sem condições de atender ao setor empresarial com benefícios fiscais, há dúvida se terá forças para barrar ou mesmo vetar esse projeto de desmonte do Direito do Trabalho.

O projeto, Senador Paim, pode ser resumido em alguns pontos. Primeiro, ele autoriza a terceirização em toda e qualquer área da empresa, inclusive naquelas atividades que são a razão da existência da produção ou do serviço da empresa. É algo inédito no mundo. Muitos são os Parlamentares que vêm utilizando isso: "Não, mas isso é moderno e está em todo lugar do mundo." Não com essa sanha tão grande. Isso é uma selvageria. Nós estamos voltando à barbárie do século 19.

Para nós, auditores fiscais do trabalho, há um impacto muito grande, e que é um impacto para a sociedade brasileira, porque nós temos trabalho escravo no Brasil. Nós temos trabalho escravo no Brasil, no campo e nas cidades, e o art. 2º desse projeto de lei, no seu §1º, legaliza o "gato", o intermediário que favorece o trabalho escravo. (*Palmas.*)

Ele adota a responsabilidade subsidiária, e não solidária, do contratante, deixando o trabalhador terceirizado com seus direitos a descoberto.

Vocês podem dizer, sim, e ouvi a Graça aqui, dando uma explicação para os trabalhadores terceirizados: "Olha, existem, aí, 12 milhões de trabalhadores terceirizados."

Ninguém é contra o trabalhador terceirizado, ao contrário. Estamos a favor do trabalhador terceirizado, porque ele tem, hoje, as proteções que a lei permite para todos os demais, só que, como não é permitido, no Brasil, terceirização na atividade fim, é possível ele reclamar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ...na Justiça, ele ir a todos os órgãos de proteção. Ele tem saída, ele tem uma forma de se opor.

Com a aprovação disso aqui, será a legalização do absurdo, a legalização da barbárie.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Sim, sim. Ele retira, também, de modo ilegal e institucional, a fiscalização e a vigilância, que são papel do Estado, e entrega para o empresário.

Olhe, pense bem: o contratante é só subsidiariamente responsável – está lá no art. 15: subsidiariamente responsável –, mas ele pode, até, mudar de polo. Ele pode passar a ser solidariamente responsável, se ele não fiscalizar as suas contratadas.

De que forma vai ser provado isso? Quer dizer, ele diz assim: "Eu mandei uma carta para as contratadas, falando que elas devem pagar o salário dos empregados em dia." Pronto, prova na Justiça que ele cumpriu, ele fiscalizou e cumpriu a parte dele.

Ora, gente, isso é um absurdo, é um absurdo.

Eu tenho mais, aqui, para dizer, mas eu quero passar para vocês algumas outras preocupações. Existe todo um sistema legal de proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores. Nós temos o Sesmt, que a empresa tem que contratar conforme o número de trabalhadores: médicos do trabalho, engenheiro de segurança, técnico de segurança. Conforme o número de empregados e conforme o risco do empreendimento.

Com a terceirização na atividade-fim, há um cenário propício para nunca se atingirem os patamares mínimos exigidos e não se cumprir nada disso, nem comissão interna de prevenção de acidente, nem o serviço especializado de segurança e saúde. Aí vem aquilo que é o sonho, hoje, de muitos empresários: não ter que cumprir as normas reguladoras de segurança e saúde no trabalho.

Os programas. Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da construção civil. Há um maior número, hoje, de acidentes e acidentes fatais. A NR 18 exige que haja um número mínimo que torna obrigatório esse programa. É claro que ninguém vai atingir esse número, porque já fazem de tudo para não cumpri-la.

Eu quero contar uma experiência que os meus colegas estão realizando. Um grupo, uma equipe de trinta Auditores Fiscais do Trabalho realizaram, recentemente, uma grande auditoria, uma grande fiscalização numa empresa que faz o serviço terceirizado de Telemarketing, conhecida como Contax, em sete Estados da Federação. É o serviço de Telemarketing que serve aos bancos Bradesco, Itaú, Santander e Citibank. Serve a três telefônicas: Oi, Vivo e Net. Ela tem 185 mil trabalhadores.

Os meus colegas atuaram nos Estados de Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Lavraram mais de 800 autos de infração. Fizeram a interdição do *site* de Santo Amaro, em Recife, com 14 mil trabalhadores. O maior *site* da Contax. Constataram nível de adoecimento completamente fora de controle; altíssima rotatividade, com contratação e contratos que raramente superam um ano; dez por cento de demissão por justa causa; assédio moral, que obriga os trabalhadores a pedir conta. Sabe aquela história: ou você suporta o que lhe é imposto ou você pede para sair? É desse jeito que essa empresa age.

Os meus colegas lavraram os autos de infração desqualificando a Contax como empregadora, passando...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ...a relação de emprego diretamente para as tomadoras de serviço. Olhem com quem estamos lidando! É muito dinheiro. É muito poder econômico envolvido.

Constataram metas de produção abusivas com monitoramento ostensivo, em que os trabalhadores tinham que atingir aquelas metas. Sabe a pessoa que fica no telefone, quando você vai reclamar da Oi, quando você vai reclamar da Vivo, e tem que cumprir uma meta ali?

Há assédio moral, quando eles retornam de afastamentos da Previdência Social, para pedir contas. Recusa de recebimento de atestado médico. Discriminação das pessoas com deficiência. Aliás, o que constataram os meus colegas? Que a contratação da empresa de assistência médica agride a ética médica, porque eles estavam excluindo as admissões por meio de exame admissional.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Alto índice de adoecimento. A demissão como política gerencial. Demissão como política gerencial, meus amigos! Ou seja, ameças aos trabalhadores. Marcação rígida do tempo.

Você escolhe se faz xixi ou se toma água, porque o registro feito ali, *on-line*, significa que ele está sob pressão o tempo inteiro. Isso aqui é só um exemplo da fiscalização que está sendo feita.

As auditores fiscais do trabalho de todo o País reputam a terceirização como uma das formas mais precarizantes que já assistimos ao longo da inspeção do trabalho no Brasil. Não há como ser a favor de terceirização.

Quero finalizar, dizendo que, apesar de todo esse cenário, tenho esperança, mas ela não é de esperar sentado, é a esperança do verbo "esperançar", de ir à luta. (*Palmas.*)

Nós temos que engrossar a paralisação no dia 15 de abril, todos nós, servidores públicos, trabalhadores da iniciativa privada, a sociedade civil e seus diversos segmentos, preocupados com o futuro do Brasil, com o futuro do trabalho, com o futuro das novas gerações.

Não podemos permitir retrocesso ao século XIX, à barbárie do século do século XIX. É isso que está sendo implantado com esse PL nº 4.330.

Quero dizer que é muito importante a nossa união, união de forças. Todos temos entre nós divergências, mas não é possível que as nossas divergências superem o interesse tão grande que está aos nossos pés. Temos de colocá-lo nas nossas cabeças e ir à luta juntos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sinait, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que deu um testemunho, inclusive, da equipe de fiscais que marca bem este momento que estamos passando.

De imediato, para falar pelos servidores públicos, vamos passar a palavra para o João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da CSPB, e, em seguida, para encerrar, Artur Bueno de Camargo, da CNTA.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar inicialmente o Presidente desta Comissão e reunião, Senador Paulo Paim, a quem me obrigo, sempre que houver oportunidade, repetir uma afirmação e convicção nossa: o Senador Paulo Paim, hoje, é muito mais do que um Parlamentar, muito mais do que um Senador; hoje, o Senador Paulo Paim significa para nós uma espécie de instituição de defesa dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Para mais além de governos, para mais além de centrais sindicais, para mais além de partidos políticos a que pertença, ele é, acima de tudo, trabalhador e instituição de defesa.

Muito obrigado por tudo e pelos próximos favores, pelas próximas dívidas que teremos com V. Exª, Senador Paulo Paim.

Quero cumprimentar as autoridades da Mesa e, ao mesmo tempo, pelos brilhantes exponencias. Quero dizer, Senador, falar por último, numa ocasião como esta, ainda mais em um ambiente em que estamos todos de um mesmo lado, é um grande privilégio, porque podemos participar de um grande evento, mas também é também uma dificuldade, porque estamos naquela situação em que quase tudo já foi dito.

Então, vou me permitir fazer exatamente como me foi recomendado: fazer uma abordagem em duas dimensões muito distintas, mas harmônicas e coerentes. Uma, posicionar-se quanto a este PL nº 4.330, que está tramitando no Congresso Nacional, mas sobretudo onde e como se localiza a administração pública, a organização sindical dos servidores públicos e os próprios servidores públicos.

Isso é muito necessário, porque temos a mesma percepção de que o posicionamento, o impacto, a reação dos servidores é aquela; muito mais em Brasília, da administração federal, porque tem mais visibilidade, mas o problema sempre é muito mais sério nos Estados e Municípios, onde, aliás, existe uma presença capilar muito forte pelo País.

Ali, vive-se hoje num clima de pouca informação e sobretudo de pânico. Todos os servidores públicos estão enxergando, para logo ali, amanhã, a situação que estão vendo hoje nas empresas privadas e na administração pública.

Então, é essa a abordagem específica. E por que é específica? Porque a nossa participação, primeiro, quanto ao PL nº 4.330, se dá muito pelas centrais a que cada um de nós pertencemos – inclusive, eu, que sou dirigente nacional de uma central sindical. Mas a questão maior é que o servidor público já esteve nesse PL, saiu dele e vai voltar a ele. Daí a importância de fazermos aqui esse posicionamento, que, ao mesmo tempo, é de defesa solidária, de solidariedade de classe, dos servidores públicos para com os trabalhadores das empresas privadas. É também, talvez e sobretudo, no meu posicionamento particular, uma defesa preventiva para o debate específico que necessariamente virá quanto à discussão de terceirização no setor público.

Para se ter um ideia, em 2012, foi definida a forma como participaria a administração pública da discussão sobre a terceirização. E por que estamos fora hoje? Porque, hoje, no setor privado, a discussão é muito mais numa temática de regulamentação da terceirização. Trata-se de mais ou menos trabalhar, para que a terceiriza-

ção, primeiro, não se dê na atividade-fim; segundo, para que ela não seja mais um instrumento de precarização, mas que pode levar até mesmo a um estado futuro de escravagismo.

Chamo a atenção, inclusive, para isso, porque a terceirização, da forma como está posta, é um retrocesso secular em relação à nossa própria legislação, e milenar, em relação à história. Se nós permitirmos caminhar, Senador, de precarização em precarização, de retrocesso em retrocesso, poderemos estar aqui, no futuro, voltando a um estado similar à escravidão, porque, hoje, essa precarização vem em nome da modernização, da melhoria da qualidade do produto final, do barateamento da mão de obra.

Então, são nomes muito bonitos, para perdas muito grandes. Daqui a um dia, estaremos em um estado análogo à escravidão, se permitirmos essa sucessão de precarizações, onde nos estarão vendendo a vantagem de ter um trabalho similar ao escravo, porque, pelo menos, a comida está garantida, e esta, definitivamente, não pode ser a postura do movimento sindical brasileiro como um todo.

Sabendo que essa mesma avalanche que, hoje, tenta atropelar o setor privado, necessariamente viria para o serviço público, é que nós aqui nos postulamos que, no serviço público, o posicionamento é frontalmente contra todas as formas de privatização do setor público, não apenas da terceirização. (*Palmas.*)

A terceirização é uma das formas de privatização. Ela não é apenas mais uma forma, mas a mais cruel, perversa, voraz e predatória, porque, digamos assim, num modelo tradicional de privatização, o Governo escolhia um setor, um serviço, e o vendia geralmente a preços vis, cheio de problemas, técnicos, morais, etc., mas recebia alguns caras minguados e, pelo menos, teoricamente, se livrava de uma certa despesa naquele setor, naquela empresa.

Na terceirização, não. O Governo liquida a qualidade do serviço público; o Governo acaba com o sentido de carreira pública no serviço público – este é um prejuízo do ponto de vista dos trabalhadores no setor público; o Governo, ao final, assume todos os custos do próprio benefício que o processo tem.

Então, além de privatizar, o Governo ainda fica com um custo, geralmente, muito mais caro do que seria tocado pelos servidores públicos, na forma de contrato direto.

Sobretudo, gostaríamos de colocar como se deu a saída dos servidores públicos da Administração Pública, desse debate. Numa reunião, em julho de 2012, o Ministro Secretário-Geral da Presidência, então Ministro Gilberto Carvalho, o Secretário Executivo da Casa Civil, o Ministro do Trabalho à época, o Brizola Neto, as centrais sindicais – o Joilson Cardoso estava ali –, onde foi decisivo para a participação nossa na discussão do PL nº 4.330. Por quê? Houve profunda divergência, porque, enquanto o setor privado era mais dentro do contexto de regulamentar, o nosso é de rechaço total.

Ali tivemos posições muito fortes, que, ao final, terminou assim: primeiro, propuseram, então, que, no capítulo do serviço público, se retirasse definitivamente "atividade-fim" e permitisse terceirização na "atividade-meio".

Não aceitamos isso, porque não existe atividade-meio no setor público. Ele não é uma empresa que fabrica um produto e precisa ter uma abordagem mercantil de baratear o custo do produto final. Nós produzimos serviços públicos necessários, essenciais e intransferíveis.

Então, foi proposto que se excluíssem as atividades essenciais do serviço público. De novo, nós dizemos que não! Não existe essa história de atividade essencial no setor público, porque todas as atividades são essenciais. Não existem atividades-meio, nem atividades essenciais; o que existem são atividades de natureza de emergência e urgência, mas todas são essenciais.

Vou pegar um exemplo: o usuário do serviço público que vai a um posto de atendimento médico. Será que aquele atendente do posto, em primeiro lugar, exerce uma atividade-meio? Não! Ele exerce uma atividade essencial, porque ali é o próprio contato do usuário com o serviço público pago. É a primeira percepção que ele tem da ação do Estado.

Então, senão, o médico também não poderia ser atividade essencial, porque, em nome da especialidade, já poderiam terceirizar o médico. E, para nós, de forma rasa, a terceirização no setor público já está definida nos princípios constitucionais e nas leis, nas constitucionais estaduais, nas leis orgânicas dos municípios, onde só é possível – e essa é a nossa defesa clara – a terceirização no serviço público naqueles casos explícitos de notória especialidade por tempo determinado, ou em casos agudos, como, por exemplo, de uma catástrofe pública, onde também seria por tempo determinado.

Assim, Senador, falaríamos agora, inclusive, talvez do argumento que tenha sido o mais forte para que conseguíssemos retirar a Administração Pública do contexto agora dessa discussão. Primeiro, pedimos a retirada do setor público, mas não conseguimos, porque, de certa forma, superados, porque este setor incluiria as empresas públicas, abrindo um parêntese, Senador, para que esta Casa corrija o gravíssimo equívoco de ter incluído as empresas públicas no contexto deste PL. Por quê? Porque o maior problema da terceirização no serviço público é o fato de ela ser a porta mais confortável – e, portanto, a mais usual – da entrada da corrupção no setor público. (*Palmas.*)

Ela se dá principalmente nas empresas públicas. Essa questão é tão séria, Senador. Nós participamos recentemente – creio que no ano passado ou retrasado – de uma conferência extraordinária da OIT. Lá estava o Governo brasileiro – o Sérgio Mendonça, do Ministério do Planejamento, e o Manuel Messias, do Ministério do Trabalho –, o empresariado, representado pela CNI e, no caso da representação brasileira, os servidores públicos representados pela Graça, pela CUT, por mim e pela CSPB. Ali, o contexto era de serviço público de qualidade, abordando, nesse contexto, terceirização.

À bancada dos servidores públicos mundial, coordenada pelo ISP, propusemos essa questão da corrupção vinda no processo de terceirização, impedindo serviço público de qualidade, porque, além de precarizar, trazia essa grave moléstia, que é a corrupção.

Então, propusemos que – e esse é o nosso posicionamento – não há como discutir terceirização. no setor público, apartado de uma lei de combate à corrupção específica para a questão da terceirização. Qual é a questão? Como todos sabem, ali na OIT, só se prosperam decisões consensuais; ali é um ambiente tripartite e que só prospera se tiver em consenso.

Pois bem. A bancada dos trabalhadores do serviço público propôs essa vinculação a um processo de terceirização, juntamente com uma lei de combate à corrupção. E sabe por que não saiu? Saímos de lá frustrados, porque nada foi aprovado, voltará a ter outra conferência ano que vem. Não saiu porque a bancada governamental e a bancada patronal não aceitaram atrelar a discussão de terceirização a uma lei de anticorrupção nas terceirizações.

Essa coisa é tão séria que, lá mesmo, apresentamos um exemplo prático que se deu aqui no Brasil. Lembro-me de que, à época – isso tem uns cinco, seis anos atrás –, foi terceirizada, Senador, a vigilância no setor público federal – pegamos o caso de certo ministério –, e, à época, o vigilante do quadro dos servidores públicos ganhava em torno de R$1 mil, o Estado gastava com esse servidor, com os benefícios, com os custos previdenciários de aposentadoria etc, cerca de R$1,7 mil por mês com o vigilante profissional.

Pois bem, terceirizou-se. O vigilante passou a ganhar R$600 – o salário era 400 e pouco, era um salário e meio –, e o custo para o Estado, que era de cerca R$1,7 mil por mês, saltou para R$4,5 mil por mês. Onde está essa diferença? Na corrupção. Por isso, temos essa grave defesa, essa firme, forte e grave defesa de que não há como discutir terceirização no serviço público, apartado de uma lei de combate à corrupção.

E, assim, Senador, procurando atender aqui à proposta de ficar dentro do tempo, queremos aqui antecipar nesta Casa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ...o nosso posicionamento.

Primeiro, em relação ao PL nº 430, em que nós atuamos fortemente via nossas centrais sindicais. Ele é, primeiro, de rechaço total a toda e qualquer forma que permita a terceirização generalizada, especificamente na atividade-fim. Rechaço total.

Segundo, de apoiamento àquelas emendas que foram consensuadas pela centrais sindicais – repita-se: todas as centrais sindicais –, que procuram amenizar as atividades, sobretudo dos já terceirizados. Temos uma realidade para que não podemos fechar os olhos que existem mais de dez milhões de trabalhadores – hoje, aqui, se falou em 12,7 milhões trabalhadores – já terceirizados em situação extremamente precária.

Então, o nosso posicionamento é de rechaço à terceirização na atividade-fim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ...de apoiamento às emendas que, de uma forma ou de outra, procuram amenizar.

Para o setor público, portanto, repetindo, não fugimos do debate que será necessário e fazemos um alerta, Graça e todos aqui presentes, aqueles que são ligados ao sindicalismo no setor público: esse foi parte do acordo que, resolvida a questão do setor privado, iríamos discutir a questão da terceirização do setor público. Só que essa é a conclamação, fugimos desse ambiente de regulamentação e vamos para um ambiente de rechaço à terceirização.

Por que não discutimos terceirização aqui nesse projeto? Porque terceirização é uma forma de privatização, e somos contra todas as formas de privatização. Aceitar discutir regulamentação da terceirização é aceitar a privatização.

Portanto, Senador, esse é o posicionamento da Confederação dos Servidores Públicos, que, preventivamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... não levo mais que um minuto para terminar – na Câmara, passamos mais de um ano rebatendo emendas que, por meio de muita boa-fé dos Parlamentares, que-

riam incluir medidas protetoras do setor público quanto à terceirização. Nós dissemos: "Não queremos emenda nenhuma". Foi um trabalho muito grande retirar a Administração Pública desse debate.

E queria pedir, finalmente, ao senhor, que, mais uma vez, seja essa barreira intransponível de defesa dos trabalhadores em geral e, em particular, dos servidores públicos, nessa questão da terceirização, evitando toda e qualquer emenda que volte a tentar – e é impossível impedir isso – a incluir servidores públicos, a Administração Pública nesse contexto da PL 4.330.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Domingos, Presidente da CSPB, que deixou muito claro, como as outras centrais, a sua posição quanto ao tema, repudiando.

De imediato, passo a palavra ao Presidente da CNTA, o Líder Artur Bueno de Camargo.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Obrigado, Senador.

Quero cumprimentar aqui todos os líderes sindicais, companheiros e companheiras. Em nome do Senador Paulo Paim, quero cumprimentar todos os componentes da Mesa e agradecer, Senador, por esta oportunidade de fazer essa discussão para tratar de um assunto tão importante que é a questão, realmente, das condições dos trabalhadores.

Eu queria dizer que, quando eu cheguei aqui hoje de manhã, tinha a certeza de que estaria contra essa Medida 4.330, mas, depois de ouvir todos aqueles que me antecederam, eu acho que não basta só ser contra. É preciso até mudarmos o nome desta 4.330. Em vez de ser um projeto de lei para regulamentação, deveria ser um projeto de lei para precarização do trabalho, porque fica muito claro que o objetivo principal do poder econômico é justamente precarizar e aumentar os seus lucros.

E aí eu quero deixar clara essa questão de que a nossa Confederação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, que representa 1,6 milhão de trabalhadores, é totalmente contra essa terceirização da forma como se está fazendo. E é importante dizer que somos contra também essa terceirização como existe hoje, porque discrimina, inclusive, essa parcela de trabalhadores terceirizados, ainda que não seja terceirizada a atividade fim.

É um absurdo aquele que fabrica o produto ou aquele que comercializa o produto não querer ter a responsabilidade social para com os seus empregados, para com os trabalhadores que estão dentro da atividade. Nós poderíamos, inclusive, citar aqui um exemplo: nós, como representantes dos trabalhadores, temos utilizado muito um trabalho de conscientização aos consumidores, Senadora, para que, ao adquirir um produto, ele procure verificar a origem desse produto, a forma com que esse produto é produzido. E aí eu acho que nós do movimento sindical temos uma arma importante: começarmos já a trabalhar junto à classe trabalhadora e mostrar que esses que estão defendendo aqui a terceirização, da forma como está, estão querendo precarizar as condições de trabalho.

Portanto, eu quero dizer que nós, como representantes desses trabalhadores, não podemos permitir que isso realmente vá adiante. Confio muito nesta Casa. Acho que o Senado tem um papel fundamental para trabalhar, mesmo porque, lá na Câmara, parece-me que é matéria de urgência, mas, aqui, no Senado, não. E aí eu acho que nós temos de chamar os empresários para esse debate. Aqui eles não vieram. Então, eles estão demonstrando que não querem debater sobre o assunto, porque se não eles estariam aqui. Oportunidade foi dada, e eles foram convidados para que pudessem fazer parte desse debate hoje.

Assim, Senadora, não querendo me alongar, dado o avançado tempo, eu saio daqui convicto de que nós temos de travar uma luta constante para que nós possamos não só impedir que esse Projeto de Lei 4.330 seja viabilizado, como também continuarmos combatendo aquilo que já está acontecendo na na atividade-meio dentro das empresas.

Com esse espírito de luta, eu quero agradecer mais uma vez por esta oportunidade e dizer que a nossa Confederação estará sempre que for necessário aqui para fazermos esse debate e levarmos adiante esta luta em defesa da classe trabalhadora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Artur Bueno de Camargo, Presidente da CNTA, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, que foi preciso na linha de todos os painelistas que o antecederam.

Quero aqui reafirmar o nosso painel aqui. Quase 700 manifestações. Somente um ficou na dúvida, na dúvida. Mostra que há unanimidade nacional contra este projeto. (*Palmas.*)

Quero também registrar rapidamente a presença da Contracs, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, e do Sindicato do Comerciário do Distrito Federal, ambos representadores por Luiz Saraiva; Contraf-CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro, Miguel Pereira, aqui presente; Sindiserviços, Área de Asseio e Preservação, mais de 40 categorias de trabalhadores terceirizados,

representados por dirigentes, também contra; Fenafisco, Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital; Patrícia Coimbra, assessora parlamentar, representando o Presidente Manoel Isidro; SINPEFGO, Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Estado do Goiás, Renato Borges Dias, Presidente; FenaPRF, Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Pedro da Silva Cavalcante, Presidente. Estiveram aqui e depois saíram. Mas estiveram presentes. Sinal, Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Dário Piffer, Presidente; Sindicato dos Radialistas do DF, Marcos Clemente, Presidente; Anfip, Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal, na pessoa de Margarida Araújo, Presidente; ainda Sílvia Celeste Bárbara, membro do Corpo Técnico do Diap. Esteve aqui também, mas já saiu, o Célio Rodrigues Neves, advogado, assessora da presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

Já li aqui sobre a manifestação.

Esteve aqui também, devido ao tempo, José Eymard Loguercio, advogado especialista em Direito do Trabalho, que esteve todo o tempo aqui conosco.

Eu quero terminar dizendo aqui e agora, neste momento, que, além de ter iniciado fazendo uma pequena homenagem ao Brossard, temos outra informação, infelizmente, de alguém muito querido que perdemos.

Como esta audiência atingiu todos os objetivos, a decisão, para mim, mais importante, além de nós dialogarmos aqui porque as pessoas interagiram com quase mil pessoas em todo o Brasil, foi o telefonema que recebemos do Presidente do Senado e do Congresso, Senador Renan Calheiros, que mandou adiantar a vocês que está garantida uma audiência pública... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... com uma comissão geral ou a chamada comissão temática no plenário do Senado, com a presença dos painelistas que hoje aqui se manifestaram. E vamos convidar naturalmente aqueles que têm uma visão contra.

Mas deixa eu ler para encerrar agora.

Neste dia de lutas contra a terceirização, iniciamos esta audiência, lamentando o falecimento do grande Paulo Brossard.

Fui alertado há pouco tempo de que hoje pela manhã perdemos também Eduardo Galeano, jornalista, historiador, ficcionista uruguaio, escritor das grandes obras, como as *As Veias Abertas da América Latina* e *Memórias de Fogo*. Poeta, compositor, Eduardo foi um pensador que deu voz, como ele mesmo afirma, sobretudo aos dos condenados ao esquecimento, como é o caso que estão querendo fazer aqui e agora com a terceirização. Escreveu especialmente sobre sonhadores, lutadores e defensores do povo brasileiro, construindo memórias de lutas sobre a Guerra de Canudos e a resistência dos sertanejos, as revoltas populares brasileiras, a Revolta da Chibata, do famoso almirante negro João Cândido, entre outros. Falou sobre os mais diversos temas, com o radicalismo de quem crê num mundo melhor para todos.

Infelizmente, ele faleceu de câncer, aos 74 anos, nesta manhã de 13 de abril de 2015. Lembro aqui suas palavras quando fala da utopia e sigo com sua memória, alçando nossa luta nesta Comissão do Parlamento brasileiro.

Aqui, a fala é dele:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Viva Eduardo Galeano, presente! Viva Paulo Brossard, presente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está encerrada a nossa audiência pública.

Um abraço a todos.

Essa luta continua.

Por prevenção anuncio que marquei, no dia 13 de maio, uma nova audiência pública com o título Revogação da Lei Áurea, Não à Terceirização. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 15 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:15 HORAS, NA SALA Nº 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia quinze de abril de dois mil e quinze, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: Paulo Paim, Regina Souza, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Angela Portela, Cristovam Buarque, Dário Berger,

Hélio José, Simone Tebet, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Vicentinho Alves. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**: **Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007 - Terminativo -** Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na CAE, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Lido o Relatório, adiada a discussão e a votação. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Jorge Afonso Argello. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Lido o Relatório, adiada a discussão e a votação. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado**: Retirado de pauta pelo Relator. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012** - Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por *Ad Hoc*). Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria *Ad hoc*: Senador Donizeti Nogueira. **Resultado**: Lido o Relatório pelo Senador Donizeti Nogueira, Relator *ad hoc*, é concedida vista à Senadora Regina Sousa. **Item 5. Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2014** - Não Terminativo - Dispõe sobre a agricultura indígena e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Autoria: Deputado Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Sérgio Petecão. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 6. Sugestão nº 3, de 2014** - Não Terminativo - Dispõe sobre a grade curricular do ensino médio e a obrigatoriedade de acesso à internet nas escolas do ensino médio. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado**: Retirado de pauta pelo Relator. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 753, de 2011** - Não Terminativo - Altera a Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública. Autoria: Senador Aécio Neves e outros. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH**. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 754, de 2011** - Não Terminativo - Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica das doações realizadas às entidades sem fins lucrativos que prestem serviços de atendimento institucional a crianças e adolescentes. Autoria: Senador Aécio Neves e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc:* Senador Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2012** – Complementar - Não Terminativo - Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado**: Retirado de pauta pelo Relator. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2013** - Não Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o apadrinhamento legal. Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Aprovado o Relatório, favorável ao Projeto, que passa a constituir o Parecer da CDH, com a Emenda nº 1-CDH, apresentada pela Senadora Regina Sousa. **Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2013** - Não Terminativo - Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para impor ao poderpúblico o dever de coletar informações biométricas e de material genético dos pais e parentes das crianças desaparecidas ou em situação de risco, e das crianças e adolescentes em processo de adoção ou em situação de risco, cujas famílias não sejam conhecidas, reunindo-as em um banco de dados nacional de perfis genéticos e biométricos. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Retirado de pauta pelo Relator. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. **Item 12.**

Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2013 - Não Terminativo - Define crimes de terrorismo e dá outras providências. Autoria: ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF. (CMCLF). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do Projeto e pela rejeição das Emendas de Plenário, em razão de sua prejudicialidade. **Resultado**: Adiado. **Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2014** - Não Terminativo - Altera o art. 244-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dar nova configuração ao crime de corrupção de criança ou adolescente. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2014** - Não Terminativo - Disciplina o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador João Capiberibe Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH. **Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2014** - Não Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para aumentar a pena do crime de corrupção de menores. Autoria: Senador Inácio Arruda e outros. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto. **Resultado**: Apresentado novo Relatório pelo Senador Sérgio Petecão, pelo arquivamento do Projeto. **Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015 -** Não Terminativo - Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Lido o Relatório pela Relatora "*ad hoc*", Senadora Regina Sousa, é concedida vista ao Senador Donizete Nogueira. **Item 17. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 41, de 2015**. Autoria: Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Perda dos Direitos dos Pescadores com a MP 665/2014". **Resultado**: Retirado de pauta. **Item 18. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 42, de 2015.** Autoria: Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Situação dos Fundos de Pensão: FUNCEF; PREVI; PETROS; POSTALIS e Fundação BANRISUL de Seguridade Social". **Resultado**: Aprovado, com a inclusão do IGEPREV do Tocantins. **Item 19. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 43, de 2015**. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "Lei Áurea e Terceirização". **Resultado**: Aprovado. **Item 20. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 44, de 2015**. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "A Indignação dos Trabalhadores Frente à Flexibilização dos Direitos Trabalhistas". **Resultado**: Aprovado. **Item 21. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 45, de 2015**. Autoria: Senador Romário e outros. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o tema "Lei da Inclusão - Estatuto da Pessoa com Deficiência". **Resultado**: Aprovado. **Item 22. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 46, de 2015**. Autoria: Senador João Capiberibe. Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater – "Brasil é oficialmente um Estado laico?" Um Estado Laico defende a liberdade religiosa para seus cidadãos e não permite a interferência de correntes religiosas em matérias sociopolíticas e culturais. **Resultado**: Aprovado. **Item 23. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 47, de 2015**. Autoria: Senador João Capiberibe. Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater – Unidade de Polícia Pacificadora e Ocupação da Favela do Alemão: Segurança Pública, Cidadania e Violação de Direitos. **Resultado**: Aprovado. **Item 24. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 48, de 2015**. Autoria: Senador João Capiberibe. Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o tema, Luta Antimanicomial - Saúde Mental, Trocas de Experiências Brasil/Canadá. CONVIDADOS: 1. Sr. Ministro da Saúde Arthur Chioro; 2. Doutor Alexandre Trino – Coordenador Adjunto da Coordenação da Saúde Mental; 3. Doutora Virginia Turra – Doutora em Psicologia da Saúde - UNB; 4. Representante da Fiocruz em Saúde Mental; 5. Doutor Gilberto Hazaña de Godoy – Instituto Godoy - Analise do Comportamento, Saúde e Cultura. **Resultado**: Aprovado. **Item 25. Requerimento Comissão de Direitos**

Humanos e Legislação Participativa nº 49, de 2015. Autoria: Senador João Capiberibe. Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater – Seguro-Defeso do Pescador: Política Pública Trabalhista e Controle Social do Meio Ambiente. **Resultado**: Aprovado. **Item 26. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 50, de 2015**. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição da República e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com o objetivo de debater a ciência e tecnologia no que pertine a acessibilidade das pessoas com deficiência. **Resultado**: Aprovado. **Item 27. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 52, de 2015**. Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater a atual situação do Sistema Penitenciário Nacional. **Resultado**: Aprovado. A Senhora Presidenta Regina Souza devolve a presidência dos Trabalhos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, João Capiberibe, Regina Souza e Magno Malta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e quatro minutos, eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a integra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das 9ª à 13ª reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de iniciar a votação das matérias, farei a indicação dos membros da Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para posterior instalação e eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Composição da CDHJT – Subcomissão Permanente de Justiça de Transição

Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)

Titular: Cristovam Buarque (PDT); Suplente: Marta Suplicy (PT)

Titular: Regina Sousa (PT); Suplente: Fátima Bezerra (PT)

Bloco da Maioria (PMDB, PSD)

Titular: Hélio José (PSD); Suplente: Dário Berger (PMDB)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)

Titular: Davi Alcolumbre (DEM); Suplente: Maria do Carmo Alves (DEM)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)

João Capiberibe (PSB) 1. Randolfe Rodrigues (PSOL).

Considerando que a Subcomissão está composta, informo que procederemos à sua instalação e eleição do respectivo Presidente e Vice-Presidente logo após esta reunião.

Senador Cristovam, sei que V. Exª comunga e vai assinar comigo: na última reunião da Comissão, nós fizemos a apreciação e deliberação de um voto de pesar desta Comissão e o respectivo envio para a família do falecido Senador Paulo Brossard, do Rio Grande. No mesmo dia, eu fiz aqui uma pequena homenagem ao Eduardo Galeano, falecido no dia 13 último, mas não encaminhei voto de pesar. Então, no dia de hoje, quero ler um voto de pesar, assinado pela Comissão, para que, assim, a gente o remeta ao povo uruguaio, se assim V. Exª concordar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, faço a leitura rapidamente.

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado, requeremos voto de pesar pelo falecimento do escritor, poeta e jornalista uruguaio Eduardo Galeano, falecido vítima de câncer, aos 74 anos, no dia 13 de abril de 2015, na cidade de Montevidéu.

Um gigante da literatura, Eduardo Galeano foi também um grande defensor dos direitos humanos. Ele sempre defendeu que os direitos humanos não têm fronteiras, e é, em sua mais famosa obra, de 1970, que ele demarca muito bem essa posição com a publicação do livro *As Veias Abertas da América Latina*.

Ele expressou, com precisão e sensibilidade, um inventário da dependência e da exploração de que a América Latina tem sido vítima desde que aqui aportaram os europeus no final do século XV.

Quando a maioria dos países do continente padecia sob ditaduras, nesse livro, que se tornou um autêntico clássico libertário, soube ele, como ninguém, ao mesmo tempo com suavidade e firmeza, transmitir, com a sua consagrada maestria, uma mensagem que transborda humanismo, solidariedade e amor pela liberdade e pelos desvalidos.

Tomamos a liberdade, como forma de homenagear Eduardo Galeano, de textualizar um dos seus tantos versos que nos acompanham em nossas leituras.

Disse ele um dia: "Assovia o vento dentro de mim. Estou despido. Dono de nada, dono de ninguém, nem mesmo dono de minhas certezas, sou minha cara contra o vento, a contravento, e sou o vento que bate em minha cara.

Em *Memórias de Fogo*, Eduardo foi um pensador que deu voz, como ele mesmo afirmava, sobretudo aos condenados ao esquecimento. Escreveu, especialmente, sobre sonhadores, lutadores, defensores do povo, construindo memórias de luta sobre os povos ameríndios.

Especificamente no Brasil, debruçou-se sobre a Guerra dos Canudos e a resistência dos sertanejos na revoltas populares brasileiras, como a Revolta da Chibata.

Lembrou ele, como ninguém, do grande Almirante João Cândido, lá do meu Rio Grande, falou sobre os mais diversos temas, com o radicalismo de quem crê que o mundo melhor é possível.

Lembro aqui, por fim, palavras, quando ele fala de utopia, e sigo com sua memória, alçando nossa luta nesta Comissão, todos nós, e no Parlamento brasileiro. Ele diz: "A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isto: para que eu não deixe de caminhar."

Deixo aqui registrado, em nome desta Comissão – que vou buscar a assinatura de todos os Senadores –, a nossa tristeza, e, por um instante, penso que paira um silêncio nas letras, nas palavras, nas histórias e nos poemas, em todos os contos e encantos do mundo, pois ele era um cidadão do mundo, mas, em outro momento, entendo que quem foi grande sempre se fará presente.

Por fim, o próprio Galeano dizia – e aqui termino, Senador Cristovam, achei muito interessante –: que a morte é o nascimento, somos irmãos; que a morte ocorre para que o nascimento seja possível, e que há nascimentos para confirmar que a morte nunca mata completamente, nós renascemos, nós voltamos.

É isso, Senador Cristovam, gostaria muito de ouvir V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Paim, creio que a melhor homenagem que eu posso fazer ao seu texto, que terei a honra de assinar, com muito prazer, é dizer que acho que ele gostaria de ver um texto como esse seu.

No dia e na hora que soube da morte do Galeano, coloquei uma mensagem no meu Twitter, dizendo que poucas pessoas são choradas por um continente inteiro, e que tenho certeza que, naquele dia, as veias abertas da América Latina jorraram lágrimas, por causa do livro *As Veias Abertas da América Latina*, que ele escreveu mostrando que daqui jorrou riqueza, levada para o resto do mundo imperialista.

Então, é uma grande falta. Eu, como professor, usei os textos dele e considero que ele foi um dos homens que mais marcaram o pensamento latino-americano, sobretudo desse bloco que chamamos insistentemente ainda de esquerda.

Só lamento não ter tido condições, tempo e oportunidade de debater com ele algo que fiz no último livro que publiquei e que, de certa forma, se contrapõe um pouco à maravilha do livro dele. É a ideia que coloco que, em vez das veias abertas, o grande problema nosso foram os neurônios tapados. Mais grave do que terem levado ouro, prata, açúcar, café, a preços baixos, foi não termos aberto as escolas que os nossos povos precisavam. Se tivéssemos aberto as escolas, seria outra a situação hoje.

Alguns dizem que isso não se contrapõe em nada porque foi o imperialismo externo que nos impediu quanto à escola. Eu não aceito, isso é uma desculpa. Temos que denunciar o imperialismo que tirou riqueza nossa, mas a falta de escola para o nosso povo é culpa da nossa elite dirigente, não dos imperialistas externos, sobretudo depois da independência do continente a partir do começo do século XIX, no resto do continente, e de 1822, aqui, e da República especialmente, não temos desculpas para o fato de que, tantas décadas depois da independência, ainda somos um continente de extrema pobreza e de imensa desigualdade.

Os países que investiram em educação no início da colonização nem são tão desiguais e nem são tão pobres. Não fizemos o dever de casa, que era colocar nossas crianças nas escolas.

Então, eu devo muito ao *As Veias Abertas da América Latina*. A minha contribuição é propor que o grande problema são os neurônios tapados no continente latino-americano por culpa nossa, das elites latino-americanas. E, no final da vida, o próprio Galeano começou a reescrever a sua obra, como faz qualquer intelectual sério, honesto, que é ver que muitas das coisas que a gente pensa não são exatamente como a gente pensa, e adaptar o pensamento.

Eu sinto muito, até porque, aos 74 anos, ele ainda podia dar muito e estava em plena forma intelectual, mas, lamentavelmente, um câncer o levou. De qualquer maneira, deixou ele presente um dos marcos do pensamento latino-americano, do mesmo nível e mais conhecido do que Darcy e Furtado, no nosso caso.

Muito obrigado por ter permitido que eu assine esse documento, que foi iniciativa sua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam, V. Exª, como sempre, enriquece o debate de qualquer tema. Por isso, eu sempre digo que, no campo da educação, V. Exª tem dado uma contribuição enorme para este País – e não só na educação, mas permita que eu me refira, neste momento, à educação.

Depois da sua fala, em relação ao Paulo Brossard, gaúcho que conheci, que muito respeitei e muito acompanhei, muitas vezes, ainda jovem, nas galerias, na época da ditadura, nos pronunciamentos dele pela liberdade e pela democracia, fizemos aqui um minuto de silêncio, uma forma de homenagem histórica. Eu proporia, só para não repetir o gesto, que a gente se levantasse e déssemos uma grande salva de palmas em homenagem a Eduardo Galeano. Não precisa ser de um minuto, mas fica a simbologia da Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Muito bem. Muito obrigado a todos.

Nós vamos coletar as assinaturas e vamos encaminhar, em nome da Comissão de Direitos Humanos, ao povo uruguaio, ao Congresso uruguaio esse documento da Comissão de Direitos Humanos do Brasil.

Vamos entrar direto na pauta. Sei que os Senadores estão correndo. Eu lerei essas informações num segundo momento, e vamos dar prioridade aos Senadores presentes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na pauta, há dois itens que me dizem respeito. Um é terminativo, e creio que não vamos ter quórum; o outro é não terminativo, o item 10, e gostaria de que, quando fosse possível, nós invertêssemos a pauta. E gostaria de acrescentar um extrapauta, que é um requerimento para uma audiência que eu gostaria muito que fizéssemos juntos: a CDH e a CCT.

Ontem, o Senador Aziz fez um depoimento na nossa Comissão, Senadora, em que ele lembrou que nós precisamos debater como a ciência e a tecnologia podem servir aos deficientes. Então, ficou acertado fazermos uma audiência, e, na hora, eu decidi que traria para o senhor a possibilidade de fazermos juntos. Não tem sentido fazermos uma audiência sobre ciência e tecnologia relacionada ao papel da ciência e da tecnologia na melhoria e na superação das condições que sofrem os nossos deficientes sem a CDH. Além de que a ideia do Senador Aziz é a gente trazer não só cientistas, mas trazermos os portadores de deficiências que venham dizer o que eles gostariam de ver, de perceber, de ter à disposição deles para darem um salto. Então, eu gostaria de ter...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Já está, de nossa parte combinado, aceito e votado, porque não há questionamento e, com certeza, sairá acordo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, esse requerimento já está resolvido. Vamos marcar a data.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Faremos a votação simbólica no final. A sua assessoria me encaminha, e nós votamos pela parte burocrática aqui.

Senador Cristovam, a Senadora Simone Tebet, de cujo pai nunca posso me esquecer, ex-Presidente desta Casa, falecido, mas presente sempre junto de nós todos, ela estaria também com um problema enorme e pede que, se esse projeto dela pudesse ser votado...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O meu pedido é inverter depois de atender ao pedido da Senadora. Nem se discute isso.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou adotar um critério, se assim os Senadores entenderem, que a mim é muito simpático: a prioridade será sempre dos Senadores que estão presentes independente de inversão de pauta, seja uma decisão tomada por este Plenário – eu vou colocar em votação esse encaminhamento que estou fazendo –, nós respeitaremos a pauta, mas a prioridade de apreciação dos projetos será quando estiver presente o autor e relator.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fica determinado que, daqui para frente, será assim. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica determinado que, daqui para frente, será assim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu sugiro apenas acrescentar que, sempre que tiver presentes mais de um querendo a inversão, primeiro se dê prioridade às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora ganhou todo mundo aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas deixe eu falar o que vem agora: depois, aos mais idosos, porque vou me beneficiar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí, eu entro também e vamos disputar eu e o senhor.

De imediato, vamos ao item não terminativo, item 13:

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2014
- Não terminativo -

Altera o art. 244-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dar nova configuração ao crime de corrupção de criança ou adolescente.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senadora Simone Tebet

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente Paulo Paim, Srª Senadora Regina, Sr. Senador Cristovam Buarque, antes de mais nada não poderia deixar aqui de agradecer ao Senador Cristovam Buarque pela gentileza e achar mais do que justa a decisão de V. Exª, Sr. Presidente, de dar prioridade aos pareceres dos Senadores que se encontram presentes.

Dizer, antes de mais nada, e pedir desculpa – estamos em votação nominal na CCJ com mais de 15 itens na pauta – também da oportunidade desse projeto do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, que ele trata de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere a dar uma nova redação a um crime que é o crime de corrupção de criança ou adolescente.

Nesse momento em que se está discutindo a questão da maioridade penal, talvez, quem sabe, independente da discussão paralela que é uma discussão mais polêmica, estarmos realmente cercando com uma pena mais grave, tipificando como crime qualificado o assédio, a corrupção de crianças e adolescentes que muitas vezes é feito por maiores.

A justificativa do projeto dada pelo Relator é, antes de mais nada, dirimir uma dúvida que existe em relação a esse crime. Hoje, o texto é questionado inclusive por decisões judiciais se se trata de um crime de natureza formal ou material e o autor, portanto, procura afastar essa dúvida, coloca inclusive o afastamento da ocorrência do crime nas decisões judiciais, muitas vezes, quando o menor já é considerado – entre aspas – "corrompido". E ele afasta, portanto essa dúvida.

Também a proposição pretende, além de tornar expressamente o crime formal de modo que, para sua consumação, basta o induzimento à prática da conduta ilícita dispensando o efetivo cometimento do ato infracional pelo autor. Amplia também o PLS ao rol de infrações cometidas ou induzidas que justificam o aumento de pena. Agora também justificam o aumento de pena as condutas correspondentes ao racismo, tortura, terrorismo, genocídio, tráfico de drogas e aquelas referidas como crimes hediondos já previstos no Estatuto.

O PLS 125 foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Constituição e Justiça, portanto aqui não tem caráter terminativo, já havia sido designada Relatora, em 2014, a ilustre Senadora Lídice da Mata, que elaborou o relatório, mas infelizmente não chegou a ser votado nessa plenária.

Da análise.

Conforme o Regimento Interno do Senado, realmente esta Comissão tem a competência de opinar sobre matérias relacionadas sobre a proteção da criança e do adolescente, a infância e a juventude.

Sob essa perspectiva, o texto proposto é mais adequado à doutrina da proteção integral que permeia o ECA e, além de tudo, aumenta o efeito da prevenção geral do delito.

Mesmo nos casos em que a vítima de corrupção de menores de idade já tenha praticado ilícitos – portanto, sejam "corrompidas" –, devemos reconhecer o efeito nocivo que a conduta do agente corruptor tem sobre essa criança ou sobre esse adolescente, favorecendo, estimulando, obrigando a perseverar na prática dos atos infracionais.

A ampliação das hipóteses de aumento de pena quanto à conduta induzida ou praticada corresponder aos crimes já citados de racismo, tortura, terrorismo, genocídio e tráfico de drogas também é salutar e atende ao interesse de ampliar a referida punição.

Não obstante nós fizemos alguns reajustes apenas de técnica legislativa, principalmente para deixar claros os dois núcleos do crime: a prática da conduta típica em concurso com menor e a indução ao cometimento

por este em ato infracional, sendo que, no primeiro caso, a pena há de ser aplicada sem prejuízo do correspondente crime cometido – o que também gerava alguma dúvida.

Em relação, portanto, ao voto somos pela aprovação do PLS 125, de 2014, com a seguinte redação:

Art. 244.

b) Praticar conduta tipificada como crime em concurso com menor de 18 anos ou induzi-lo pena de ato infracional: pena de reclusão de um a quatro anos.

§1º No caso de concurso com o menor a pena culminada no *caput* aplica-se independentemente da correspondente ao delito cometido.

§ 2º Considera-se o crime ainda que a indução a prática de ato infracional seja efetivada por meio eletrônico, inclusive salas de bate papo da internet.

§ 3º As penas prevista no *caput* deste artigo são aumentadas da metade, no caso do ato infracional praticado ou induzido corresponder a crime de racismo, tortura, genocídio, tráfico ilícito de drogas ou crime hediondo, previsto na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990".

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora Regina Sousa tinha pedido já; em seguida, Senador Cristovam.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Muito obrigada.

É só para comentar que tem na pauta um outro item que me parece é no mesmo sentido, no mesmo artigo. Se foi visto isso. É o Projeto de Lei nº 376, que trata do mesmo artigo e do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma vez aprovado esse, se coincidir, o segundo vai ser considerado prejudicado.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, não foi apensado a esse, mas eu entendo que regimentalmente se aprovado este na Comissão o outro projeto ficaria prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a decisão que eu vou tomar, porque já aconteceu na Comissão de Assuntos Socais, me lembro de um certo momento, quando aprovei um projeto – aprovei porque estava presidindo, não era meu – e, em uma semana, aprovaram o mesmo projeto,e mandaram os dois para a Câmara. Não dá para entender mais nada. Se eu tivesse lá mandava...

Eu sei que aprovei, porque fiquei sabendo que na semana subsequente aprovaram um projeto idêntico e foram os dois para a Câmara. Ninguém entende mais nada. Então, aprovado o seu projeto, a assessoria vai verificar e nós vamos dar pela prejudicialidade do segundo projeto.

Em discussão a matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Simone pelo parecer e o Senador Valadares, pelo projeto.

Este País é um país corruptor de menores. E aqui vem uma proposta no sentido de tomar medidas mais duras contra a corrupção mais visível de menores. Mas eu gostaria de ver um dia um projeto de lei, que eu não sei como fazer, em que ataquemos os corruptores por omissão. Um prefeito que não dá uma boa educação para as suas crianças é um corruptor de menores.

Não está levando a corrupção pelo lado de exploração sexual e trabalhos para a criança que deveria estar na escola, mas está corrompendo a mente da criança ao negar a ela conhecer o mundo através da escola. E nós somos um país ainda onde as crianças não estão na escola, porque somos tão corruptores de menores que alguns dizem que já temos 100% das crianças na escola. Esse é uma corrupção inclusive da linguagem, porque é mentira.

Nós temos quase todos matriculados nas primeiras séries. Isso é certe, hoje em dia. E foi um avanço em relação aos últimos 30 anos, mas desses nem todos frequentam, vão um dia, não vão outro. Dos que frequentam nem todos assistem. Uma parte das nossas escolas são restaurantes para as crianças comerem a merenda e irem para casa; dos que assistem, poucos permanecem até o final do ensino médio. A gente só pode dizer que este País tem todas as crianças na escola, quando praticamente 100% chegarem ao final do ensino médio. E eu disse "praticamente" porque, lamentavelmente, crianças podem não chegar nem na idade de terminar o ensino médio ou por algumas razões diferentes.

Mas vamos continuar na análise: mesmo entre aqueles que se matriculam, frequentam, assistem e permanecem, poucos aprendem; e, daqueles que cumprem esses cinco, poucos aprendem o suficiente, com a qualidade necessária. Isso é corrupção de menores.

Não sei como colocar no Código Civil isso, mas, um dia, a gente vai descobrir como colocar no Código Civil que não dar escola de qualidade para todas as crianças do Município é corrupção de menores, e não dar

educação de qualidade para todas as crianças do Brasil é corrupção de menores para os responsáveis, nós – não vamos jogar a culpa nos prefeitos, nos governadores, nem na Presidente, nós todos, eles inclusive – estamos provocando essa corrupção de menores.

Mas, enquanto a gente continuar num País que corrompe menores sob todas as formas, inclusive com a omissão de uma boa educação para elas, as crianças, vamos pelo menos aprovar um bom projeto como esse, do Senador Valadares, que já é um avanço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina Souza, algum comentário? Então, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos à votação.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

O projeto segue para análise da CCJ, em decisão terminativa.

Parabéns ao Senador Antonio Carlos Valadares e parabéns à Relatora, Senadora Simone Tebet.

Conforme solicitado, vamos agora, atender ao Senador Cristovam, pelo critério por nós adotado de atender – como eu disse antes, e aqui foi votado, porque os Senadores e Deputados têm que estar presentes. Às vezes, o cara pode dizer o seguinte: "Mas o meu projeto é semelhante, e você votou primeiro o de ciclano e o de beltrano, por quê? Porque é quem estava presente, esse é o critério que nós vamos adotar e já está votado.

Vamos então, Senador Cristovam, ao item 10:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o apadrinhamento legal.
Autoria: Senador Eduardo Lopes
Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Senador Cristovam, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, eu trago o relatório desse projeto do Senador Eduardo Lopes. Eu me alegro de ser o Relator, porque o projeto, de autoria do Senador Eduardo Lopes, tem, por finalidade, dispor sobre o sustento voluntário, total ou parcial, de crianças e adolescentes.

Para esse efeito, cria nova seção no Capítulo III do Título II do Estatuto da Criança e do Adolescente, denominando essa relação "apadrinhamento legal", organizado em duas modalidades: total e parcial.

Na modalidade de apadrinhamento total, o padrinho assume responsabilidade integral pelo sustento de até duas crianças ou adolescentes, podendo esse número ser maior somente se os apadrinhados forem irmãos. Na modalidade parcial, as prestações podem assumir a forma de contribuições mensais em dinheiro, bens ou serviços, não havendo limite no número de beneficiários. O apadrinhamento, que pode ser assumido por brasileiros ou estrangeiros, não interfere no exercício do poder familiar e pode ser aplicado a crianças e adolescentes sob acolhimento familiar ou institucional.

As prestações do padrinho são equiparadas às pensões alimentícias, mas eventual inadimplemento não ensejará, em qualquer hipótese, prisão civil. A relação de apadrinhamento total gera dependência, exceto para fins previdenciários e fiscais.

O registro do apadrinhamento deve ser formalizado mediante escritura pública, ouvido o Ministério Público, e anotado nos assentos de nascimento e de casamento do padrinho e do apadrinhado. O padrinho poderá alterar as prestações assumidas a qualquer tempo, mediante averbação da respectiva escritura, sendo esse ato condicionado à manutenção das prestações por dois meses, salvo força maior, e observada a necessidade de notificação ao beneficiário.

A extinção do apadrinhamento poderá ocorrer em razão da morte de uma das partes, pela maioridade do apadrinhado, pelo termo de sua duração ou por expressa manifestação de vontade do padrinho ou do responsável legal do apadrinhado.

Na hipótese de extinção por vontade do padrinho, este continuará responsável pelas prestações assumidas por dois meses, salvo acordo com o responsável legal do apadrinhado ou força maior. A extinção por força do padrinho deverá ser notificada por carta encaminhada ao endereço informado do apadrinhado.

Se for aprovada a proposição, a alteração normativa entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos após 60 dias.

O PLS nº 171, de 2013, foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Constituição, Justiça, que a examinará em caráter definitivo.

Aqui em caráter não terminativo, não foram apresentadas emendas à matéria no prazo regimental.

A minha análise, Sr. Presidente, é que, conforme o previsto no art. 102-E, incisos V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, que compete a esta CDH opinar sobre proteção à infância, o PLS nº 171, de 2013, pretende, essencialmente, formalizar e estimular o apadrinhamento, entendido como oferta de sustento total ou parcial a crianças e adolescentes. Para esse efeito, propõe que os padrinhos assumam compromisso formal de entregar as prestações prometidas em dinheiro, bens ou serviços.

É louvável – muito louvável – a iniciativa do Senador Eduardo Lopes em favor das crianças e dos jovens que vivem em famílias que sofrem dificuldades materiais e sociais extremadas. Sua proposta de apadrinhamento pode se tornar um meio adicional e suplementar para minorar as dificuldades das famílias, motivando a solidariedade e a caridade de pessoas que possam ser mobilizadas a apoiar essas crianças diretamente e sem burocracias.

Eu fiz questão, Senador Paim, de ler tudo, porque às vezes a gente não precisa ler tudo, para mostrar a criatividade da ideia, o sentimento por trás e o impasse que pode ter.

O que está sendo criado é uma ideia entre a adoção e o abandono, permitindo que pessoas que, por razões quaisquer, não adotam, não fiquem alheias e possam apadrinhar uma criança, mantendo-lhe o sustento integral ou parcial e, muito interessante, é que permite o apadrinhamento de crianças sob prisão, por terem cometido atos que os condenaram e os mantêm nos antigamente chamados reformatórios.

Por isso, é um projeto extremamente positivo e eu gostaria que todos esses que estão hoje defendendo a redução da maioridade penal entendessem que esse sim é um caminho para reduzir a criminalidade de jovens. Esse é um caminho, não é o caminho. Caminho vão ter todas as crianças em escola, em horário integral, com qualidade, beleza, conforto e motivação lúdica para que todos fiquem aí todo o dia e até o final do Ensino Médio.

Até lá, eu acho que o apadrinhamento, sim, pode ser um auxílio para que este País tenha mais pessoas olhando para as crianças que o pais não podem cuidar ou até que não tenham mais pais ou que estão sendo vítimas – eu chamo vítimas do sistema prisional que os mantêm –, para que tenham alguma referência, algum conforto e, às vezes mesmo, até comida, que eles não têm.

Por isso, o meu voto é no sentido de aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 171, do Senador Eduardo Lopes, com toda minha simpatia, meu apoio, esperando que a CCJ rapidamente aprove e tenhamos uma lei nesse sentido.

O padrinho merece ter o tratamento pelo Fisco, o tratamento pela sociedade que têm os pais adotivos, por isso meu voto favorável, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Em discussão a matéria.

Senadora Regina Sousa, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente, é uma matéria muito interessante. Lá no Piauí nós temos uma entidade, é uma entidade legal, mas ela cuida, ela faz isso. Chama Cria, tem uma sigla que envolve criança e adolescente, então, ela faz muito isso, as crianças em situação de vulnerabilidade, ela consegue cadastrar famílias para cuidarem dessas crianças, a distância mesmo. Podem estar no abrigo, podem estar em casa e ela consegue que alguém assista a essas crianças. É muito interessante, já tendo a lei, vai inclusive essa entidade poderá ser beneficiada, amparada.

Mas só queria questionar uma palavrinha, porque só o apadrinhamento, não tem como botar madrinha também?

Para ser politicamente correto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora o senhor, que defendeu tanto as mulheres hoje, fica para responder.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Se for possível colocar essa emenda ainda, eu gostaria...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu fui madrinha, informalmente, de dois adolescentes até completarem 18 anos. Hoje, eles são homens de 30 anos, eu fui madrinha dos dois.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É um desvio machista no projeto e que teve um descuido machista de minha parte, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós vamos acatar, se o Relator acata, como uma emenda de redação.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – De redação, só.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu acato como emenda. Colocaria essa emenda por sugestão sua, Senadora

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vamos colocar...

Alguém mais para discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, colocaremos em votação, ao mesmo tempo alertando que votaremos a emenda, também, da Senadora Regina Souza.

Aqueles que aprovam o relatório, com a emenda que o Relator acatou, da nobre Senadora Regina Souza, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto segue para a análise da CCJ, com a devida emenda de redação.

Senador Cristovam, se V. Exª pudesse ler o seu relatório, mesmo terminativo, porque...

Permitam que eu faça um esclarecimento para o plenário, para que os Senadores e Senadoras depois não digam que não foram informados: nesta Comissão não haverá projeto engavetado. Todos virão para a pauta. Quem quiser tirar da pauta, que venha ao plenário e peça para tirar. Senão, nós votaremos todos, independentemente da briga ideológica, que é natural e legítima que exista em qualquer Parlamento. Então, não tem projeto engavetado.

A forma como vou distribuir as relatorias: pego toda a relação de titulares e suplentes e mando um para cada um. Quem tem um, receberá na sequência dois e assim sucessivamente.

Terceiro, os Senadores que queiram relatar projeto, que peçam. Não há problema nenhum em encaminhar para quem pediu. Não pediu, eu designo ao meu livre arbítrio, mas sempre na sequência e sem acumular. É um para todo mundo, dois para todo mundo, três para todo mundo.

Vou dar o exemplo do relatório da questão do aborto. Alguns até hoje me questionam por que caiu na mão do Senador Magno Malta. O Senador Magno Malta é Senador igual a todos os outros. No momento da pedida, a Senadora que pediu foi a Senadora Marta Suplicy – mandei para ela. O Senador Magno Malta tinha também pedido, mas foi a segunda pedida. Então, na segunda pedida ele recebeu. E vamos fazer o bom debate independente disso.

Temos um critério definido. Infelizmente ao longo desses anos na Casa, vimos uma certa tendência em algumas situações, por uma disputa partidária e ideológica, de preferência. Aqui não vai acontecer isso.

Senador Cristovam, por gentileza, se V. Exª puder ler o seu projeto terminativo, já que vai ter que se retirar...

Com a palavra, V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Trata-se, Senador Paim, de um projeto de autoria do Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para depois eu não apanhar da moçada aqui, dizendo: "Senador, não pode fazer isso, tem que ler pelo menos o cabeçalho..." Depois eles me cobram, e cobram mesmo.

Então, vou ler o cabeçalho.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

V. Exª faz o relatório e, num esforço concentrado, tenho certeza de que será votado num segundo momento.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Paim, trata-se, como o senhor já colocou, de um projeto do Senador Gim Argello, que tem a finalidade, a meu ver extremamente positiva, tanto para o esforço de educação do País, como também – e o senhor tem sido um grande defensor disso – o atendimento da população idosa que quer estudar.

O projeto inclui os idosos na modalidade de educação de jovens e adultos, determinando que a oferta de escolarização, quando destinada à idade adulta, sênior, deverá ser feita em regime de colaboração entre os

sistemas de ensino. Pelo projeto, cabe à União propiciar programas intersetoriais nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, entre outras. A matéria também estabelece que a oferta de ensino a esse segmento deverá assegurar, com prioridade, o cuidado com o corpo, mediante concurso de espaços e equipamentos apropriados e presença obrigatória de profissionais da saúde e da educação.

Ou seja, um cuidado especial que a gente precisa ter também com as crianças. A educação das crianças precisa vir acompanhada, também, do cuidado com a saúde das crianças. E o Senador Gim Argello não esqueceu disso no caso dos idosos.

Para tanto, o projeto inclui o art. 37, alínea *a*, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Na justificativa, o Senador Gim Argello afirma que a mudança de proposta abre espaço tanto para uma política de educação diretamente destinada a idosos quando para uma interface de programas de vários setores e esfera de governo.

O projeto foi encaminhado para à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que ofereceu parecer favorável, e agora está submetido à decisão deste corpo nesta Comissão.

A minha análise, Senador, lembra que cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre esse assunto.

No mérito, o PLS disciplina a inserção de idosos na modalidade de educação destinada a possibilitar o acesso à continuidade dos estudos à população que não pode fazer isso na idade própria. Eu digo até a alguns que tiverem acesso, mas que querem fazer reciclagem e aprofundamento.

A medida se coaduna com o Estatuto dos Idosos, que busca propiciar ambiente educacional com as características apresentadas por esse PLS nº 651.

O ambiente escolar abre oportunidade de desenvolvimento de políticas de saúde, cultura, lazer e assistência especialmente elaborada para a faixa etária.

Por outro lado, também enseja um rico compartilhamento da sabedoria própria daqueles que trazem uma experiência de vida.

Tornar mais específica a educação para pessoas idosas também pode se revelar uma ferramenta importante no combate ao analfabetismo em faixas etárias mais elevadas.

Por todas essas razões, o projeto é meritório e deve ser acolhido.

No entanto, apresentamos três emendas que visam aperfeiçoar a redação da matéria, tornando nítida a natureza de seus objetivos: a primeira modifica a ementa, de modo a torná-la mais específica, uma vez que a redação atual apresenta um escopo maior que o efetivado pelo texto.

Já a segunda emenda retira do projeto a referência ao art. 1º da Lei º 10.741, de 2003 (O Estatuto do Idoso), por considerar que modalidade de educação destinada a pessoas idosas deve ser ofertada atendendo à íntegra dos direitos estabelecidos pelo Estatuto.

Além dessa alteração, também decidimos por dividir as garantias estabelecidas no art. 1º da proposição em análise, tornando a redação mais adequada às exigências da técnica legislativa.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir os idosos na modalidade de educação de jovens e adultos."

EMENDA Nº – CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 37-A:

'Art. 37-A. A oferta da modalidade de educação de jovens e adultos prevista no art. 37, quando destinada a pessoa idosa, nos termos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, far-se-á em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.

§ 1º O acesso da pessoa idosa à educação levará em conta sua peculiar condição de idade, e suas necessidades de cuidado com a saúde e o corpo, garantido o uso de espaços e equipamentos apropriados e a presença de profissionais da saúde e da educação.

§ 2º Cabe à União promover e coordenar programas intersetoriais nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social.' "

Esse é o meu parecer, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, adiamos a discussão, porque o projeto é terminativo.

Dentro daquele princípio de relatores ou autores presentes, está presente o Relator Sérgio Petecão.

Vou ler e encaminhar da forma que o Plenário assim entender. Claro, ouvindo, sempre, o Relator da matéria.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para aumentar a pena do crime de corrupção de menores.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pelo arquivamento do Projeto.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palava ao Senador Sérgio Petecão, para a leitura do relatório.

Mas, antes, Senador Sérgio Petecão – importante aqui a sua presença –, faço o seguinte esclarecimento. A nobre Senadora Regina Sousa lembrou que o projeto anteriormente votado, de autoria do Senador Valadares e relatado pela Senadora Simone Tebet, é o mesmo teor que esse.

A Senadora alertou que os dois coincidem e como os dois tem o mesmo teor, e um já foi votado, pelo menos o encaminhamento, que eu entendo mais adequado, seria o de que votar dois projetos idênticos e mandar para a Câmara é acumular um trabalho desnecessário. Se V. Exª assim entender, com o elogio que merece o Senador Inácio Arruda, que teve a mesma ideia do Senador Valadares e o relatório sempre competente de V. Exª, da maior qualidade, que nós faríamos uma consideração, reconhecendo o trabalho de V. Exª, mas de que, como já foi aprovado um projeto idêntico, ele está prejudicado. Mas, no mérito, eu diria que ele está contemplado no projeto anterior.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina, que alertou e agora pode nos ajudar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu alertei que é o mesmo artigo, portanto, trata do crime de corrupção, mas pode ser que tenha conteúdo, porque realmente eu não li o conteúdo total, somente li aqui os resumos. Pode ser que tenha algum... Que seja diferente em termos de conteúdo, seja outro parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A assessoria me diz, que me ajuda aqui na mesa...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Agora, o artigo é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que o do Valadares contempla, de forma mais direta, o mesmo objetivo.

Se V. Exª concordar, nós consideramos prejudicado, mas fazendo essas observações do mérito, da grandeza, tanto do autor como do relator.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente, na verdade, o projeto é de autoria do Senador Inácio Arruda e da Senadora Vanessa Grazziotin.

Dentro desse entendimento que V. Exª acaba de colocar, e a minha assessoria me orienta, o projeto encontra-se prejudicado. Então, nós podemos entrar em um entendimento, já proposto por V. Exª, e prejudicar esse aqui e encaminharmos pelo projeto que já, inclusive, foi lido pela colega. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Esse é o entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse seria o entendimento que a Presidência teria, o mais adequado. Já aconteceu comigo de aprovar um projeto de minha autoria em uma semana e em uma outra semana um outro praticamente idêntico, que mexe uma vírgula ou outra e os dois foram para a Câmara. E, depois, a Câmara disse: "O que a gente faz, Paim? Aprova o teu ou aprova o outro?" Eu disse: procure fundir os dois. Mas é um acúmulo de trabalho, no meu entendimento, desnecessário, já que o objetivo é o mesmo. A meta, o mérito é o mesmo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – O.k.

Da minha parte, como Relator, e não tenho nenhum interesse em aumentar o número dos meus relatórios porque existem alguns que fazem questão de constar na...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro que não. Mas o Senhor vai relatar um monte aqui agora, se ficar um pouquinho mais aí.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Da minha parte não tem nenhum problema em declarar prejudicado o projeto e vamos dar continuidade no projeto do colega que, inclusive, já foi lido.

Agora, eu tenho, ainda, os itens 1 e 9. Inclusive o item 9 eu gostaria de retirar para que nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Retiramos o item 9 e passo já para V. Exª fazer a leitura do item 1.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e CAS.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, tomada a decisão da Presidência, que o projeto está prejudicado, farei as devidas considerações homenageando o Senador Inácio Arruda e o próprio Relator, Senador Sérgio Petecão.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2007
- Terminativo -

Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na CAE, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CMA, CAE e terminativo nesta CDH.
Em 21/08/2007, a matéria foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).
- Em 09/08/2011, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1-CAE).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Petecão para fazer a leitura do seu parecer.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Relatório.

Vem ao exame da CDH o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 129, de 2007, de autoria do nobre Senador Alvaro Dias, que acrescenta os arts. 18-A e 18-B à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para tornar obrigatória a disponibilização do sistema braile de leitura nas teclas de caixas eletrônicos.

O voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007, nos termos da Emenda nº 1, da CAE (Substitutivo) aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, modificada nos seguintes termos:

A Emenda da CDH:

Dê-se ao caput do art. 18-A da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 1º da Emenda nº 1 – CAE ao Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 18-A. As instituições financeiras são obrigadas a disponibilizar, em pelo menos um terminal de suas agências e redes de autoatendimento, o sistema de comunicação por voz e o sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos, ou outros meios tecnológicos que viabilizem o acesso operacional dos clientes com deficiência visual aos serviços oferecidos aos demais clientes.

....."

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Sérgio Petecão.

Em discussão a matéria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Não havendo no momento quem queira discutir, nós suspendemos a discussão, por falta de quórum, já que o projeto é terminativo.

Seguindo a ordem da pauta, item 7:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 753, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública.

Autoria: Senador Aécio Neves e outros

Relatoria: Senador Magno Malta

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Neste momento o Senador Magno Malta não está presente. A Relatora *ad hoc* é a Senadora Regina Sousa, que passa a ser a Relatora da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Regina Sousa. É o item 7, PLS nº 753, de 2011.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senador Cristovam, pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tendo em vista o acúmulo de coisas que nós temos que fazer e que agora estamos na fase de leitura, não de votação, eu queria ser liberado. Mas, antes disso, eu gostaria que meu requerimento fosse votado, o requerimento que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, o requerimento? Eu não tenho nada contra. Os senhores concordam? O requerimento está na mesa?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É um requerimento para reunião conjunta da CDH com a Comissão de Ciência e Tecnologia, para discutir o uso da ciência e da tecnologia para beneficiar os portadores de deficiências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vamos.

Quem concorda com o requerimento extrapauta permaneça como se encontra.

Aprovado.

Vamos ao requerimento do Senador Cristovam. Agora a votação do mérito:

Requeremos, nos termos do art. 52, §2º, da nossa Constituição, art. 93, II, do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater a ciência e a tecnologia no que pertine à acessibilidade de pessoas com deficiência.

Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a esta Comissão.

Sala da Comissão,

Senador Cristovam Buarque.

Acho que concordo com o mérito do requerimento aqui lido por nós, que na verdade é o pedido de uma reunião conjunta da Comissão de Direitos Humanos e CCT.

Os que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Só faz o ajuste depois na redação. A gente faz o ajuste.

Senadora Regina com a palavra, conforme havíamos anunciado. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao requerimento do Senador Cristovam, votação do mérito:

ITEM 26
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 50, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição da República e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecno-

logia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com o objetivo de debater a ciência e tecnologia no que pertine a acessibilidade das pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Os que concordam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovado.

Só faz o ajuste depois na redação. A gente faz o ajuste.

Senadora Regina com a palavra, conforme havíamos anunciado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Da CDH sobre o PLS nº 753, de 2011, dos Senadores Aécio Neves e Lindbergh Farias, que altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor Ação Civil Pública. Relator: Senador Magno Malta.

Relatório:

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei 753, de 2011, de Autoria dos Senadores Aécio neves e Lindbergh Farias, cujo objetivo é o de incluir as associações dedicadas à defesa dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor Ação Civil Pública. Para tanto, o projeto altera o art. 5º da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, acrescentando tais associações ao rol daqueles habilitadas a iniciar a Ação Civil Pública.

Na justificativa da proposta, os autores afirmam que a medida vai permitir a participação mais eficiente das entidades na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, responsabilidade a ser exercida de maneira compartilhada entre a família, sociedade e Estado, conforme preconiza a Constituição Federal.

No Senado, o projeto foi distribuído à CDH, podendo, posteriormente, ser avaliada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

À proposição não foram apresentadas emendas.

Análise:

No Senado Federal, cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, sobre as matérias que tratam da proteção à Infância, Adolescência e Juventude. Por essa razão, é pertinente a apreciação neste colegiado do PL 753, de 2011.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania irá se manifestar sobre os requisitos formais e materiais de constitucionalidade e juridicidade do projeto, motivo pelo qual nos ateremos aqui tão somente à análise do seu mérito.

No que respeita à técnica legislativa, sugerimos o aperfeiçoamento no tocante à emenda da lei em alteração que precisa ser atualizada a fim de expressar com mais fidelidade seu objeto.

Quanto ao mérito, importa destacar que a Lei 7.347, de 1985, foi modificada em 2007 para incluir, entre os agentes legitimados para a titularidade de Ação Civil Pública, as associações constituídas há mais de um ano e que tenham, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à libre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

O projeto em exame expande esse rol de atuação para nele estabelecer igual prerrogativa àquelas entidades que cuidam da defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A alteração está em consonância com o disposto no art. 87, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 1990, que trata da linha de ação da política de defesa dos direitos de meninos e meninas. Ali está previsto o direito ao amparo jurídico e social, promovido também pelas entidades que atuam nesse campo.

Nesses termos, a mudança veiculada pelo projeto irá fortalecer os campos de atuação dessas entidades e contribuir para ampliar as ferramentas de controle social das políticas destinadas ao amparo de pequenos brasileiros e brasileiras.

Voto:

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 753, de 2011, com a seguinte emenda: acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado 753, de 2011, o seguinte: art. 2º - renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º.

Art. 2º: A ementa da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação: "Disciplina a Ação Civil Pública e de Responsabilidade nos casos que especifica. Sala das Comissões.

Está lido, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto como a emenda representa.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto segue para análise da CCJ.

Seguindo a sequência, item 8:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 754, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica das doações realizadas às entidades sem fins lucrativos que prestem serviços de atendimento institucional a crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Aécio Neves e outros

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Ele ainda não conseguiu chegar, mas está vindo. Mas já tomamos a decisão de que o nobre Senador Sérgio Petecão passará a ser o Relator a partir deste momento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Me dê um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fique à vontade.

O Senador Aécio Neves é o autor, o Senador Randolfe Rodrigues, o Relator, que, a partir deste momento, passou para V. Exª a responsabilidade do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 754, de 2011, de autoria dos Senadores Aécio Neves e Lindbergh Farias, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, sob condições, a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica das doações realizadas a entidades civis sem fins lucrativos que prestem serviços de atendimento institucional a crianças e adolescentes.

Voto, Presidente.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 754, de 2011.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos a voto.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora a um item também não terminativo.

Estou acelerando aqui, para que possamos, em seguida, partir para a instalação da comissão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Qual item, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Item 14:

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2014
- Não terminativo -

Disciplina o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, Relator do relatório, que não se encontra ainda. Mas ele autorizou, Sérgio Petecão, que o Senador João Capiberibe faça a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Capi?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu que fiz confusão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Capiberibe?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador João Capiberibe.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª fará a leitura do próximo.

Depois, a Senadora Regina tem a mesma função, mas em outro projeto, naturalmente, senão iriam ficar os três para o mesmo projeto, pela confusão que fiz aqui.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 240, de 2014, de autoria da Senadora Ana Rita, que foi Presidente da nossa Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente, grande Senadora Ana Rita.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... e que fez um belíssimo trabalho.

A iniciativa busca consolidar os instrumentos normativos que dispõem sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como prover a estruturação formal das ações que o integram.

A proposição contém 30 artigos e inspirou-se no substitutivo do Deputado Luiz Couto ao Projeto de Lei nº 6.680, de 2009, em trâmite na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

A autora justifica o projeto com o argumento da necessidade de aperfeiçoar e cristalizar na lei o sucesso das medidas adotadas pelo Governo Federal na execução do programa, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

Encaminhado às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última o exame terminativo, o projeto não recebeu emendas.

Na análise do projeto, compete à CDH, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratem da garantia e promoção dos direitos humanos. Esse é o caso do PLS nº 240, de 2014, que foca nos temas da segurança alimentar, da agricultura familiar e do combate à pobreza no campo.

Sob a ótica material, pode-se afirmar que o PLS nº 240, de 2014, guarda consonância com a Lei Maior.

Sua razão de ser é aperfeiçoar uma importante ação aperfeiçoar uma importante ação governamental de combate à fome: a distribuição de alimentos adquiridos no âmbito do PAA, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Segundo o projeto, a doação dos alimentos será efetivada por intermédio das entidades socioassistenciais, de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de unidades das redes de ensino atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outros programas e ações, inclusive de natureza humanitária.

O projeto tem, ainda, o mérito de incentivar a agricultura familiar e de buscar promover a inclusão econômica e social no campo. Nesse sentido, lembramos que a FAO elegeu 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar. No Dia Mundial da Alimentação, comemorado em 16 de outubro do ano passado, a organização internacional destacou a importância da agricultura familiar, por sua contribuição para erradicar a fome, garantir a segurança alimentar e proteger o meio ambiente.

Em suma, Sr. Presidente, a proposição consegue articular ações governamentais em diversas frentes, desde a disponibilidade de alimentos nutritivos e em quantidade necessária à subsistência da população até a garantia do acesso a esses alimentos, mantidos os preços em patamares justos – isso sem negligenciar a questão da sustentabilidade.

O PLS nº 240, de 2014, portanto, é meritório, mas exige alguns aperfeiçoamentos para afastar quaisquer laivos de inobservância dos preceitos da constitucionalidade e da juridicidade. Nessa direção, identificamos a necessidade de apresentar emendas para evitar o risco de incursão em matéria de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, e, por isso, apresentamos ajustes ao art. 14 da proposição.

No que tange à juridicidade, também se apresenta como indispensável registrar a revogação de dispositivos trazidos pelo projeto e já contidos em outros diplomas legais, de maneira a evitar a duplicidade de disciplinamento da mesma matéria. Visando a observar as normas constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que traz as regras para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, identificamos a necessidade de ajustes relacionados à técnica legislativa, com o objetivo de corrigir a redação de alguns dispositivos e de obedecer à padronização exigida na elaboração dos textos legais.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2014, com as emendas a seguir.

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2014, a seguinte redação:

Art. 4º Nas operações de aquisição de alimentos, o Grupo Gestor dará prioridade de atendimento às agricultoras familiares, aos jovens e às famílias residentes nos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A segunda emenda: dê-se ao art. 14 do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2014, a seguinte redação:

Art. 14. A execução do PAA, quando descentralizada, poderá ser realizada, mediante adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da assinatura do respectivo termo, a ser firmado com a União.

Terceira emenda: dê-se ao art. 28 do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2014, a seguinte redação:

Art. 28. Ficam revogados o art. 19, da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e o art. 11 da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008.

Quarta emenda: dê-se ao art. 29 do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2014, a seguinte redação:

Art. 29. Fica revogado o Capítulo III (Do Programa de Aquisição de Alimentos), compreendendo os arts. 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto segue para análise da CRA, em decisão terminativa.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a agricultura indígena e dá outras providências.
Autoria: Deputado Wellington Fagundes
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador *ad hoc* é o Senador Sérgio Petecão para quem eu passo a palavra.

Com o poder de síntese que tem sempre, tem a palavra o nobre Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Relatório.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 74, de 2014, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, dispõe sobre a agricultura indígena, obrigando o poder público a prestar apoio e assistência técnica diferenciados à agricultura, à pesca, à caça, à criação de animais de pequeno porte e à pecuária praticadas pelos índios. A proposição prevê a criação de linhas de financiamento dessas atividades e atribui ao poder público o dever de garantir a proteção dos recursos naturais nas terras destinadas à agricultura indígena, promover a recuperação dos recursos que tenham sofrido degradação e desenvolver programas de educação ambiental.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2014, com a seguinte emenda:

Emenda CDH.

Suprima-se a expressão "e dá outras providências" na ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Petecão.

Aqueles que concordam, inclusive com a emenda que apresenta, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sei disso.

Muito obrigado pela força.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
CDH e terminativo na CE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Davi Alcolumbre não se encontra. Passo a palavra à Relatora *ad hoc*, Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Relatório.

Vem à análise desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 46, de 2015, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre sistema de cotas, reservando vagas a pessoas com deficiência.

As alterações propostas consistem na alteração do *caput* dos arts. 3º, 5º e 7º, bem como no acréscimo de parágrafo único ao *caput* do art. 8º.

As alterações do *caput* dos artigos mencionados consistem na determinação, que é nova, de que as vagas reservadas, nas universidades e institutos federais de ensino técnico, pela Lei nº 12.711, de 2012, àqueles "estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas", dividir-se-ão não apenas entre os cidadãos e cidadãs "autodeclarados pretos, pardos e indígenas", mas também entre as pessoas com deficiência, igualmente segundo sua distribuição na população da unidade da federação.

O parágrafo único acrescentado dispõe sobre a entrada em vigor da nova obrigação legal, o que aconteceria apenas no ano seguinte ao da transformação em lei do projeto ora sob exame.

Na justificação, o autor da proposta, Senador Cássio Cunha Lima, argumenta que se deve "estender a proteção equalizante da "lógica das cotas" às pessoas com deficiência", uma vez que o País se encontra em uma "era de modernização social", que entende como sendo uma época em que se promove, amplia e estende a igualdade de direitos e de oportunidades.

Após seu exame por esta CDH, o projeto seguirá para deliberação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que sobre ele decidirá terminativamente.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Voto.

O voto, em razão dos argumentos expostos, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Donizeti, para discutir a matéria.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, em função da minha pouca compreensão e da insegurança de que a gente deve aprovar a matéria, eu queria pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Atendido o pedido de vista, V. Exª, na forma do Regimento.

Ao mesmo tempo, com a sua presença aqui, só falta um relatório para ser lido, e nós temos que dar posse ao nosso querido presidente da subcomissão. Então, eu queria que V. Exª, se possível, lesse o item 4, terminativo. Seria só a leitura do relatório de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e relatoria do Senador Alcolumbre. Se pudesse sintetizá-lo, melhor, passaríamos para V. Exª como Senador Relator *ad hoc*.

Em seguida, vamos para os requerimentos e a posse do nosso querido Presidente da Subcomissão.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

- Em 16/05/2012, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1-CAS).

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos localizar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na página 65, item 4.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Acolhendo a incumbência, vamos à leitura do Relatório do Senador Davi Alcolumbre. Eu, como Relator *ad hoc*, inicio a leitura:

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 23, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, busca alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

As alterações têm o objetivo de instituir modalidade de medida socioeducativa direcionada ao adolescente com doença ou deficiência mental.

O art. 1º propõe propõe o acréscimo de inciso ao art. 112 do ECA, para instituir o atendimento médico-psiquiátrico, prestado na rede do Sistema Único de Saúde...

Posso ir resumindo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que pode. Resumir seria de bom alvitre, neste momento, porque inclusive a informação que já recebi é que a Senadora Regina vai pedir vista. Então, se V. Exª resume, ela pede vista, e a matéria volta em outro momento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O projeto busca, também, dar nova redação aos arts. 64 e 66 da Lei nº 12.594, de 2012.

Por fim, há no projeto dispositivo para revogar o art. 29 e os §§ 5º e 6º do art. 64 da Lei nº 12.594, de 2012.

Encerrada a passada legislatura, o projeto continuou a tramitar nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.

Da Análise.

O PLS nº 23, de 2012, insere-se no âmbito das competências legislativas concorrentes da União, nos termos do inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal.

Quanto aos aspectos regimentais, confirmamos ser competência desta CDH tratar da matéria.

Feitas tais alterações, entendemos que, à luz dos direitos humanos e da proteção às pessoas com deficiência, a proposta traz ganhos para a sociedade brasileira, devendo ser aprovada neste Colegiado na forma da emenda apresentada por esta CDH.

O Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, na forma da seguinte emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Peço vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora Regina pediu vista.

Eu agradeço muito ao Senador Donizeti, que sintetizou o relatório.

Haveria, de fato, um pedido de vista, e a matéria será discutida amplamente no momento adequado.

Vamos agora para a votação dos requerimentos.

Comecemos pelo item 21

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 45, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o tema "Lei da Inclusão - Estatuto da Pessoa com Deficiência".

Autoria: Senador Romário, subscrito pelo Senador João Capiberibe.

Passo à palavra ao Senador João Capiberibe.

Só para avisar que o Senador Romário é o Relator, inclusive, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Exatamente pelo fato dele ser o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência é que ele solicita a esta Comissão que aprove essa audiência pública para tratar, para esclarecer, para trazer e para jogar luz sobre o tema para que ele possa produzir o seu relatório. Ele pede que nós aprovemos esse Requerimento nº 45, de 2015.

Era isso, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Para concordar, porque eu acho que é relevante o pedido, então eu sou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Donizeti.

Eu, também, só posso concordar: eu sou autor do projeto, que está em debate na Casa há 15 anos. E, felizmente, me parece que agora vai: foi aprovado na Câmara, houve alterações – claro –, e voltou para cá. E é fundamental essa reunião para que se faça todo o esclarecimento: o que mudou lá na Câmara em relação ao projeto que nós tínhamos já aprovado aqui no Senado.

Aqueles que concordam com o teor do requerimento aqui advogado e assinado pelo Senador João Capiberibe, do Senador Romário, subscrito primeiro, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

De novo, Item 22, que é, também, do Senador João Capiberibe.

ITEM 22
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 46, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater – "Brasil é oficialmente um Estado laico?" Um Estado Laico defende a liberdade religiosa para seus cidadãos e não permite a interferência de correntes religiosas em matérias sociopolíticas e culturais.
Autoria: Senador João Capiberibe

O Senador João Capiberibe para explicar a minha leitura truncada, aqui.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, nós detectamos na Constituição Federal um não esclarecimento sobre a laicidade do Estado. Não há uma definição clara na Constituição, e isso tem se prestado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso a redação já foi meio confusa....

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Há uma série de mal-entendidos, inclusive, nos debates que nós travamos nesta Casa e na Câmara Federal em função de um esclarecimento mais amplo da laicidade do Estado.

Exatamente para iniciarmos um debate é que nós estamos propondo a aprovação desse requerimento. E estamos convidando algumas pessoas que eu não apresentei aqui. Mas já estão confirmadas as presenças do Dr. Fábio Leite, que é professor de Direito Constitucional da PUC do Rio de Janeiro; da Srª Maria José do Rosário, que faz parte da organização Católicas pelo Direito de Decidir, que é também da PUC, só que de São Paulo; do Sr. Ronaldo de Almeida, do Departamento de Antropologia da Unicamp; do Sr. Rudolf Von Sinner, teólogo e pastor luterano; estamos aguardando a confirmação de um represante do segmento afro-brasileiro; e, também, de um eminente representante da Igreja Católica.

Então, era isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu peço a aprovação desse requerimento, que eu tenho a convicção que vai esclarecer muitíssimo a nós Senadores e também à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso que é extremamente necessário e oportuno a gente fazer esse debate em nosso País. É meio que mexer num vespeiro e, por isso, eu sinto desafiado a participar desse debate. Quero parabenizar pela iniciativa e perguntar se é possível – não hoje aqui, mas, de repente – a gente indicar mais alguma pessoa para ser convidada?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza. Tenho certeza de que o Senador concordará.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Podemos nos entender sobre esse ponto, não tenha a menor dúvida, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 23.

ITEM 23
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 47, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater – Unidade de Polícia Pacificadora e Ocupação da Favela do Alemão: Segurança Pública, Cidadania e Violação de Direitos.
Autoria: Senador João Capiberibe
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Senador João Capiberibe, eu o cumprimento pela bela iniciativa ao propor um tema que é, de fato, de extrema responsabilidade desta Comissão em saber o que está acontecendo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, vou fazer um rápido histórico do que nos levou a propor esse requerimento.

Em novembro de 2010, sob a coordenação do Secretário José Mariano Beltrame, iniciou-se a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, que, juntos, abrangem dez bairros da cidade e possui cerca de 400 mil habitantes. Durante décadas, esteve sob o domínio do tráfico de drogas. Onze comunidades cariocas já haviam recebido as chamadas UPPs – Unidade de Polícia Pacificadora –, antes da ocupação das comunidades do Bairro da Penha.

Enfim, nós acompanhamos, pelos meios de comunicação, os impactos provocados por essa política de segurança pública nos morros do Rio de Janeiro e nas comunidades periféricas do Rio. E, claro, há opiniões divididas. Para nós é muito importante que tenhamos um conhecimento maior, mais profundo, porque eu mesmo tenho – e tramita na Casa – uma PEC, a de nº 24, que institui o fundo nacional de desenvolvimento da segurança pública. Esse é um momento muito importante, porque inclusive a Câmara Federal começa a debater a redução da maior idade penal. Então, há muitas coisas que estão sendo discutidas, que me parece mais uma cortina de fumaça, para não entrarmos diretamente na questão de fundo que provoca a violência. Essa questão da maior idade penal parece-me uma dessas questões, uma cortina de fumaça, para que não nos ocupemos dos pontos fundamentais da violência urbana.

Para nós é fundamental trazermos para a Casa, para este debate, alguns convidados, entre eles o Ministro Pepe Vargas, da Secretaria de Direitos Humanos; o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame; o Capitão Alexandre Lima Ramos, que é o Comandante da UPP do Complexo do Alemão; Luiz Eduardo Soares, especialista em segurança pública, que tem um conceito razoavelmente formado sobre política de segurança pública no País; Antônio Carlos Costa, presidente da ONG Rio de Paz; José Augusto Francisco, presidente da Associação de Moradores do Alemão; e Marcos Valério Alves, Marquinho Pepé, presidente da Associação do Morro da Palmira.

Esses serão os convidados. Claro que, se houver sugestões, estamos abertos a aceitá-las.

Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que aprovem este requerimento, porque será um momento importante no debate sobre essa tragédia que assola o nosso País. Antes seria violência urbana, hoje é violência generalizada, porque ela também entrou no meio rural. Temos um grave problema pela frente. Precisamos de conhecimento e informações para buscarmos as soluções.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir esse requerimento importantíssimo – na verdade, é discutir a violência, claro, especificamente na Favela do Alemão, mas com a amplitude que a violência tem, infelizmente –, encerro a discussão.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 24.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 48, DE 2015

- Não terminativo -

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o tema, Luta Antimanicomial - Saúde Mental, Trocas de Experiências Brasil/Canadá. Convidados: 1. Sr. Ministro da Saúde, Arthur Chioro; 2. Dr. Alexandre Trino – Coordenador Adjunto da Coordenação da Saúde Mental; 3. Drª Virgínia Turra – Doutora em Psicologia da Saúde – UnB; 4. Representante da Fiocruz em Saúde Mental; 5. Dr. Gilberto Hazaña de Godoy – Instituto Godoy – Análise do Comportamento, Saúde e Cultura.

Autoria: Senador João Capiberibe

Com a palavra o Senador João Capiberibe, que é o autor da matéria.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a ideia é trazer para a discussão uma doença que atinge milhões de pessoas em nosso País, e que não aflora no debate, enfim, não tem visibilidade, mas realmente é um tema bastante importante, que atinge muita gente.

Então, nós queremos aproveitar as experiências desenvolvidas no Canadá nesse campo, para promover esse debate, que contará com a presença da Drª Louise Fournier, da Universidade de Montreal, da província

de Québec, além de outras pessoas, que o Presidente já mencionou. Para tanto, necessitamos do apoio e da aprovação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão, o requerimento. (*Pausa.*)

Senador Donizeti, com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, eu considero também de extrema relevância o tema. Aqui não vou fazer nenhuma denúncia, mas apenas um registro, porque a gente tem, no Sistema Penitenciário Federal, hoje, um problema muito grave, em que pessoas, nessas condições, são submetidas à detenção sem nenhum cuidado para com esse viés.

Então, penso ser esta uma oportunidade.

Sr. Presidente, quero registrar que, caso não exista ainda, vou requerer, na próxima semana, audiência pública para discutir o Sistema Penitenciário, porque trata-se de situação gravíssima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Efetivamente, não há nenhum requerimento nesta Presidência.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, na próxima semana, vou apresentar esse requerimento.

Parabéns, Senador, pela iniciativa!

Eu estou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A assessoria lembra-me que, se V. Exª quiser, inclusive, no final, pedir a aprovação do requerimento de forma oral, depois V. Exª o oficializa, apenas para que já aprovemos hoje.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Faremos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em votação, o requerimento do Senador João Capiberibe, nos moldes por ele apresentado.

Os que concordam com o requerimento permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 25.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49, DE 2015

- Não terminativo -

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater Seguro-Defeso do Pescador: Política Pública Trabalhista e Controle Social do Meio Ambiente.

Autoria: Senador João Capiberibe

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

Já adianto que, inclusive, essa audiência pública está adiada, conforme já ajustado, para o dia 27. É possível, Senador?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Qual? A do item 25? (*Pausa.*)

Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, ficou ajustado para o dia 27, às 15 horas. Por quê? Porque eles já vão estar aqui em Brasília. Como eu tinha um requerimento no mesmo sentido, e vou aqui dizer com todas as palavras, e com a maior felicidade que, toda vez que coincidir um requerimento de um Senador com um do Presidente, vai sempre prevalecer o requerimento que não é o do Presidente, porque o Presidente tem a obrigação de encaminhá-lo. Então, o meu requerimento, que é no mesmo sentido, não será votado, e sim o seu requerimento, para uma grande audiência pública, porque eles vão estar em massa aqui em Brasília.

Então, vamos ao requerimento do Senador João Capiberibe, para quem eu passo a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu sugiro que o subscrevamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu o subscrevo embaixo do seu.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Há um projeto de lei em tramitação, já aprovado na Câmara, que pretende reduzir direitos. E, aí, nós precisamos... Claro que já existe o relatório do Senador Paulo Rocha, que já minimiza muito essa perda de direitos, mas é fundamental que nós possamos ouvir as categorias. E pescador, neste País, está espalhado de norte a sul do Brasil. Portanto, eu peço o apoio a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Senador Donizeti com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Apenas para também registrar, porque penso que é a oportunidade de a gente debater com os pescadores, inclusive para tê-los como parceiros do Governo Federal na defesa de um seguro tão importante para a economia e para a sustentabilidade ambiental.

Então, Senador, mais uma vez, os meus parabéns! Estou completamente de acordo. Acho que é um momento ímpar para fazer esse debate, já que a gente tem falado muito sobre isso aqui nas medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Desde já lembramos que a audiência pública será no dia 27, às 15 horas. Será uma exceção a audiência pública ser à tarde, já que eles estarão aqui em Brasília para uma série de eventos, e eles nos solicitaram isso. Então, com a concordância do Senador Capiberibe, será no dia 27, às 15 horas.

Passemos ao item 18. Como eu sou o autor deste item, passo a Presidência ao Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vamos ao item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 42, DE 2015

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Situação dos Fundos de Pensão: Funcef; Previ; Petros; Postalis e Fundação Banrisul de Seguridade Social".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – A autoria é do Senador Paulo Paim, como aqui já dito, e eu diria que é um momento muito oportuno, porque nós, a Bancada do PSB, precisa de informações, pois estamos tomando algumas medidas em relação aos fundos de pensão, e essa será a oportunidade. Nós, inclusive, refluímos numa ideia de abertura de uma CPI, para que a gente possa se inteirar, se informar um pouco mais da situação real desses fundos, antes de tomar uma decisão. Portanto, é um requerimento que merece a nossa aprovação. Vai ser muito importante e esclarecedor para todos nós Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rapidamente, Senador, como autor, quero dizer que uns falam em CPI, prefiro que a gente, aqui, dê a oportunidade para que os fundos expliquem o que está acontecendo e as suas preocupações. Vejam que eu botei aí o Banrisul, que é lá do Rio Grande, porque, de uma hora para outra, os aposentados passaram a pagar 25% daquilo que não tinham nada a pagar – um desconto de 25% nos seus salários. Então, vamos fazer uma análise mais profunda e buscar soluções para a questão dos fundos. Esse é o objetivo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, eu não sei se fica muito, mas eu gostaria, com a permissão do Senador Paim, se for possível, a gente aditar aí o Igeprev, do Estado do Tocantins, que passa por um processo violento de debate, de discussão, e, aí, seria a oportunidade de a gente também discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está acatado, de nossa parte, esse complemento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Como já foi relatado, e o relatório é pela aprovação, vamos colocar em votação o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como o relatório é pela aprovação do requerimento, nos moldes apresentados por mim e pelo aditamento feito pelo Senador Donizeti, eu concordo, Presidente, com a emenda que propôs S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vamos colocar em votação o Requerimento nº 42, de 2015, com a emenda proposta pelo Senador Donizeti.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Teremos almoço hoje?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Teremos. Vamos dar posse para ele antes. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Item 19.Requerimento, de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 43, DE 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "Lei Áurea e Terceirização".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E marquei, exatamente, no dia 14, porque eu queria fazer no dia 13, mas como as audiências públicas são as quintas-feiras, eu a marquei para o dia 14. Mas nesse dia nós diremos: "Ontem, lembramos a promulgação da Lei Áurea." Porque, no meu entendimento, esse projeto de terceirização, que está vindo da Câmara, significa a revogação da Lei Áurea.

Essa audiência pública se dará no Auditório Petrônio Portela, com a participação da sociedade organizada e será no dia 14 de maio.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu diria, Senador, que a revogação da Lei Áurea no mundo em que nós vivemos hoje será mais cruel que a própria escravidão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Os mecanismos de exploração hoje são muito mais profundos. Se aquele doía muito no corpo, hoje, esse outro mecanismo de exploração que se arquiteta para o nosso País, eu acredito ser ainda mais cruel.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora vamos ao último item, pessoal! É o último, prometo!

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Passemos ao item 20.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 44, DE 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "A Indignação dos Trabalhadores Frente à Flexibilização dos Direitos Trabalhistas".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra, para encaminhar, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rapidamente. Além da terceirização, há uma série de projetos, que nós já levantamos, oriundos da Câmara, e alguns inclusive já estão no Senado, de iniciativa de Parlamentares que vão exatamente nessa linha de precarizar totalmente os direitos dos trabalhadores. A terceirização é um deles. Na verdade, eles querem revogar a CLT e até os artigos da Constituição se nós deixarmos. Por isso, estamos também organizando uma grande audiência pública com o objetivo de defender os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Antes de colocar em votação, eu gostaria de dizer que esse é o resultado da influência do poder econômico nas eleições. Nós precisamos avançar a reforma política, até porque a maioria do Congresso Nacional é composta de "patrões", e os "patrões" estão propondo leis aqui para precarizar e reduzir a condição terrível dos trabalhadores brasileiros.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, eu também vou na mesma linha do seu raciocínio. Quer dizer, a predominância do poder econômico nas eleições é algo que está destruindo e não está destruindo só o País, não, está destruindo muito coisa, inclusive está destruindo pessoas, não é? Então, esse mecanismo está vencendo. E, às vezes, eu fico sonhando que um dia desses a gente acorde e desperte para a necessidade de se fazer um novo pacto de Nação, com olhar de curto, médio e longo prazo, e que passa por uma reforma política que, às vezes, pode chegar até à extensão de *status*. Porque, do jeito que estão as eleições, existem, hoje, duas coisas insuportáveis, em meu ponto de vista: uma delas é o financiamento, isso

é insuportável. E a outra é eleição ano sim, ano não. A gente está esgotado, a sociedade está esgotada nesse processo. Você dorme cidadão, acorda bandido, em função do processo eleitoral nos moldes que está.

Então, debater isso no contexto colocado pelo Senador Capiberibe, ou seja, porque estão vindo essas leis, essas alterações, essas mudanças, em função disto mesmo: da predominância do poder econômico aqui. E o pior é que essas pessoas que fazem isso não se dão conta que isso é construir uma criatura que pode levar até a destruição deles.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador João Capiberibe!

Assim, damos por encerrada esta reunião deliberativa, porque nós vamos abrir outra reunião em seguida.

Esta reunião deliberativa, eu vou dá-la por encerrada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, eu quero fazer o meu requerimento verbal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, o verbal! Muito bem lembrado, antes que eu encerre a reunião.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, nos termos do Regimento, eu e a Senadora Regina, faremos um requerimento, conjuntamente, para debatermos, em audiência pública, o Sistema Penitenciário brasileiro, certo?

Ainda nesta tarde – agora o fazemos oralmente – oficializaremos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Quem concorda com o requerimento apresentado pelo Senador Donizeti e pela Senadora Regina, nos termos por ele já advogado, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assim, nós encerramos a nossa reunião.

Fizemos a leitura e votação de todos os projetos que estavam na pauta – alguns, claro, terminativos, ficaram para a semana posterior.

E, assim, neste momento, antes de encerrarmos a reunião, eu chamaria para assumir os trabalhos a querida Senadora Regina Sousa, membro desta Comissão, para que ela faça a devida instalação, dando posse para o Presidente e o Vice-Presidente.

Eu, naturalmente, ficarei aqui em plenário, porque, com muito orgulho, quero assistir todo o procedimento de instalação que, agora, vai ser de responsabilidade da nobre Senadora.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 23 DE ABRIL DE 2015, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

REVISADA

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e quinze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Telmário Mota,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senhora Senadora: Donizeti Nogueira, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Dário Berger, Hélio José e Regina Souza. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 38 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 25/03/2015, para debater sobre: "Redução da maioridade/imputabilidade penal". O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e exibe o vídeo produzido pela TV Globo, programa Profissão Repórter, que apresenta a polêmica da redução da maioridade penal. O Senhor Presidente

passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: André Augusto Salvador Bezerra, Presidente da Associação dos Juízes para a Democracia – AJD; Mariza Monteiro Borges, Presidente do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Angélica Moura Goulart, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes, Defensora Pública de São Paulo e Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado da Infância e Juventude - representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; Esther Luiza de Souza Lemos, Vice-Presidente do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Felipe da Silva Freitas, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – CNPIR; Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Luciana Loureiro Oliveira, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão no Distrito Federal - PRDC/DF; Ariel de Castro Alves, Representante da ONG Internacional Aldeias Infantis SOS; Ângela Guimarães, Secretária Nacional de Juventude Adjunta e Presidente do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE. O Senhor Presidente informa aos presentes que a reunião é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, com comentários ou perguntas, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. Em seguida parabeniza a boa participação popular e informa que foram recebidos ao todo 157 comentários por meio do portal E-cidadania, dos quais 47 a favor da redução da maioridade penal, 57 contra a redução da maioridade penal, 4 a favor da redução da maioridade penal apenas para crimes hediondos e 49 perguntas e/ou outros comentários. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: a CDH encaminhará as notas taquigráficas desta audiência pública ao relator da matéria no Senado Federal, para que a relatoria possa ter acesso às informações trazidas pelos expositores. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Telmário Mota, Helio José, Cristovam Buarque, Lindbergh Farias e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e nove minutos, eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Telmário Mota,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 38, de 2015, da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 25/03/2015, para debater sobre a redução da maioridade e imputabilidade penal.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania e também do Alô Senado, através do número 0800612211.

Quero também informar que temos alguns convidados que vão compor a Mesa. Portanto, a primeira Mesa será composta pela ordem de chegada.

Vamos dar início à composição da Mesa desta primeira rodada de debate, convidando o Sr. André Augusto Salvador Bezerra, Presidente da Associação de Juízes para a Democracia (AJD).

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido a Srª Mariza Monteiro Borges, Presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP). (*Palmas.*)

Convido a Srª Angélica Moura Goulart, Presidente do Conselho Nacional de Direito da Criança e do Adolescente. (*Palmas.*)

Convido a Srª Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes, Defensora Pública de São Paulo e Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado da Infância e Juventude, Representante da Associação Nacional de Defensores Públicos. (*Palmas.*)

Convido a Srª Esther Luiza de Souza Lemos, Vice-Presidente do Conselho Federal de Serviços Sociais. (*Palmas.*)

Bem, tendo composta a Mesa, informo que darei 10 minutos para cada expositor. Como o nosso grande objetivo aqui, claro, é de um trabalho explicativo, vamos permitir uma tolerância necessária, mas sem ser abusiva, ressaltando que, um minuto antes do horário limite, a campainha vai alertar o expositor o término do tempo. Então, nesse momento, realmente, o expositor deve disciplinar a conclusão dos trabalhos, já que são muitas as pessoas que vão participar.

Agora, faremos a apresentação de um vídeo. Antes, porém, dessa apresentação, temos aqui o jovem João, da Anistia Internacional, colhendo um abaixo-assinado, para enfrentar a violência, principalmente contra os jovens negros.

Ali está o João. Por favor, João, fique em pé. Então, ele vai colher algumas assinaturas daqueles que quiserem participar. O João está aqui fazendo essa participação.

Ainda antes de apresentarmos o vídeo, queria dizer que estamos, hoje, presidindo esta honrosa reunião, mas que lamentamos profundamente que o autor do requerimento, Senador Paulo Paim, que é um daqueles camaradas que querem trabalhar de qualquer jeito, não esteja presente, porque, há muitos dias, ele não tem se sentido bem, está enfermo, doente, com problema na coluna, vesícula. Essas coisas que acontecem... Ontem, no plenário, o Senador não se sentiu bem, por isso hoje S. Exª não está aqui.

Senador Paulo Paim, V. Exª, neste momento, deve estar nos assistindo. Portanto, quero lhe dizer que todos estamos torcendo pelo seu pronto restabelecimento. Esta Casa precisa de V. Exª. Esta Comissão tem a sua cara, digamos assim no popular. Então, volte logo! Já estamos com saudade. Queremos V. Exª bem, prestando serviço ao nosso povo!

Também o Senador João Capiberibe, que é o Vice-Presidente desta Comissão, está enfermo – temos que tomar cuidado, ouviu Senador Hélio. Então, Senador Capiberibe, pessoa maravilhosa, simpática, estimamos sua melhora para que também possa retornar à Comissão o mais rápido possível.

Então, antes de começarmos o trabalho propriamente dito, vamos assistir ao vídeo, para ver o que está acontecendo e o que aconteceu...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Hélio, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria cumprimentar todos os presentes.

Senador Telmário Mota, V. Exª está substituindo com bastante brilho o nosso Senador Paulo Paim, mas com certeza todos nós estamos torcendo muito pelo nosso querido Senador Paulo Paim, que está nesta Casa desde a época da Constituinte. Foi Deputado por vários mandatos, agora é Senador pelo segundo mandato. Uma pessoa bastante preocupada, inteirada com a questão dos direitos humanos. Por isso, concordo com V. Exª, Senador Telmário Mota, quando disse que esta Comissão de Direitos Humanos tem a cara do Senador Paulo Paim realmente! Ele está intrinsecamente relacionado com essa discussão. E, com certeza, é uma perda muito grande ele hoje não poder estar aqui para debatermos, mas vamos tentar colaborar naquilo que estiver ao nosso alcance.

Sr. Presidente, desde já informo que vou ouvir duas a três exposições, porque, depois, eu tenho de ir à Comissão de Relações Exteriores. Antes, porém, quero dizer que esse tema que vamos debater é de altíssima relevância. Acho que, aqui, estaremos discutindo o futuro do País. Penso que a questão dos nossos jovens, da criminalidade, é um debate fundamental para as famílias. E eu, como um Senador que defendo a família, tenho a consciência da necessidade deste debate. Então, lamento não poder ficar o tempo todo nesta reunião, porque teremos que sabatinar os embaixadores na Comissão de Relações Exteriores, sendo necessária a minha presença, pois tenho que votar inclusive. Por isso que não vou poder ficar o tempo inteiro aqui, mas vou ouvir o máximo que puder.

Desejo sucesso a todos aqui.

Com certeza todas essas exposições vão colaborar muito para que a gente possa, juntamente com os demais Senadores, formar juízo de valor da necessidade ou não de se mudar algumas questões na legislação com relação à maioridade penal.

Obrigado, Senador Telmário Mota.

Sucesso para nós!

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador Hélio.

Vamos, então, assistir ao vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom, a gente assistiu ao vídeo de votação lá na Câmara, alguns depoimentos coletados pelo repórter, que fez uma peregrinação por algumas entidades desse sistema socioeducativo, enfim, formando algum juízo de valor.

Antes de chamar o nosso primeiro expositor, eu queria lembrar, aqui, que este tema, hoje, toma conta da sociedade brasileira. Se a gente for olhar as pesquisas, veremos que há uma tendência nacional de buscar essa redução da maioridade. Mas por que isso? Na verdade, o Brasil, hoje, vive uma crise política, uma crise moral principalmente, crise política, crise tributária, crise econômica. E o brasileiro tem pressa nas suas atitudes, isso é muito peculiar na formação dos brasileiros, ou seja, ele quer qualquer resultado. Então, aquilo que, aparentemente, ele entende que vai resolver a vida dele, ele abraça aquela causa como se fosse a causa primeira, imaginando o fim sem olhar os meios. Esse realmente é o juízo que ele faz das coisas. E a mídia faz uma projeção muito grande, principalmente esses programas sensacionalistas, policialescos que existem hoje em todo o Brasil, em todo o Estado a gente vê muito isso.

Então, o que dá audiência é ver um corpo no chão, é ver um jovem sendo apreendido, é mostrar uma algo ruim. Eles não se preocupam em mostrar dados estatísticos, porque isso não dá audiência.

Vejam que programas como o Big Brother dão mais audiência do que um programa educativo, no domingo, por exemplo.

A mídia, ao buscar essa audiência, vai informando uma grande opinião. Porque eu sempre digo que mídia na cabeça das pessoas age como água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. A água fura a memória da pessoa, fura a pedra pela insistência; e a mídia insistentemente tem feito essas colocações.

Vimos aí que muitos Deputados, no vídeo, ao votarem, apresentavam dados que não eram compatíveis com dados estatísticos. Uns falavam em 70%, outro 30%, outro 40%, quer dizer chutavam ai para justificar alguma coisa, quando, na verdade, temos os dados aqui. Vimos, ali, algumas colocações, por exemplo, de um levantamento feito pela Secretária Nacional de Segurança Pública no Ministério da Justiça, em que esses jovens na faixa etária de 16 a 18 anos são responsáveis por 0,9% da criminalidade. E se for buscar essa criminalidade na tentativa de homicídio e homicídio, isso cai para 0,5%. Então, é um índice baixíssimo comparado com aquele em que o Parlamentar votou. Eu vi Deputado dizer que estava votando porque o índice era de 79%, mas, na verdade, era 0,5%. Depois vimos, mais adiante, que esse índice ia para 1% no total.

Mas os jovens que são assassinados, que morrem e os que sofrem a violência chegam a mais de 36%. Olhem lá! Quer dizer, o que pratica, lamentavelmente, qualquer delito chega a 0,5%, mas o que é vítima desse delito chega 30%, inclusive a morte, são 36%. Esse lado ninguém mostra, esse lado não é apontado. E a recuperação desse jovem, quando você o coloca em um desses sistemas socioeducativos, a cada quatro jovens um talvez volte, diferentemente do adulto. Com o adulto, o percentual chega a quase 70% do indivíduo que é preso e volta. Ou seja, o sistema carcerário nosso é falido. É uma escola do mal. Eu costumo dizer que é a escola do diabo. Você chega ali com uma irregularidade e sai de lá catedrático, PhD em algumas irregularidades.

Então, temos que ter muito cuidado. Eu tenho aqui outros dados – vejam: eu estou fazendo apenas alguma referência, mas sem nenhuma tendência, estou apenas mostrando dados reais, porque, de repente, vimos dados ali que não são compatíveis com a realidade .

Tenho aqui um livro recentemente publicado que diz que dos 91% da população carcerária, apenas 0,5% é de pouca escolaridade, de pouquíssima escolaridade. Quem tem nível superior, o índice de criminalidade cai para 0,39%, aí o analfabeto, o alfabetizado e o ensino fundamental, 47%. Ou seja, nós vamos trocar cadeia por escola, quando nós deveríamos dar escola.

Antes de abrir o debate, eu que quero, aqui, citar o casso de um delinquente, preso lá no meu Estado, de 14 para 15 anos, quando o repórter lhe perguntou: "É a segunda vez que você é pego praticando roubo, assalto e tal. Por que você pratica isso, por que você faz isso?" Ele olhou e disse-lhe: "Você quer saber mesmo o porquê de eu fazer isso?" "Você não tem medo de, em um momento desses, você matar ou então matarem você?" Ele disse: "Eu posso até matar, porque eu já morri; quando eu nasci eu não tive casa, eu não tive escola, eu não tive transporte, eu não tive saúde, os detentores do poder roubando, e eu não tive oportunidade de ver; eu já morri. Agora eu estou fazendo isso só para sobreviver, mas as minhas expectativas estão mortas."

Ou seja, ninguém se coloca no lugar daquele camarada, não é? Então, é importante esse detalhe.

Para concluir, na grande maioria, caso aconteça isso, serão colocados na cadeira, mais uma vez, o filho do pobre, do negro, do índio, aquele que o Estado não deu escola, não deu casa, não deu transporte, não deu, talvez, oportunidade de vida.

Mas, aqui, estamos para formar juízo. Por isso, vamos ouvir pessoas preparadas e que conhecem o tema, pessoas que labutam, como dizem na minha terra, dia a dia com essa situação.

Vamos começar, concedendo a palavra ao André Augusto.

O SR. ANDRÉ AUGUSTO SALVADOR BEZERRA – Bom dia a todos os componentes desta Mesa. Senador Telmário Mota, obrigado pelo convite, aqui estou hoje como representante de uma associação de juízes, numa das Comissões deste Congresso Nacional de tanta história, de tanta história de resistência contra o Estado policial da ditadura. O Congresso Nacional que, décadas depois, testemunhou os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que culminaram com a nossa Constituição cidadã. E esta Constituição cidadã, gosto muito de lembrar, contém uma verdadeira normatização de um sonho, que é o sonho da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, conforme projetado no seu art. 3º, inciso I, uma pá de cal que se pretendia colocar naquele Estado policial. E, coerentemente com tudo isso, a garantia de que os menores de 18 anos não teriam o mesmo tratamento penal dos maiores de 18 anos, o que não significa que não seriam responsabilizados, até porque o são, a partir dos 12 anos, são responsabilizados de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Basta ver uma reportagem na *Folha de S.Paulo* de hoje em que a depender do crime, o menor pode passar mais tempo com a sua liberdade privada do que um maior de 18 anos. Portanto, eles são responsabilizados.

Muito bem. E nesta mesma Casa de tanta história, de tanta luta democrática, estou aqui, agora, para discutir um projeto de emenda à Constituição que quer exatamente eliminar esta garantia do tratamento penal ao menor de 18 anos. Um projeto, a meu ver, equivocado, com o devido respeito, e defendo que ele é equivocado por estar assentado em dois fatos que são errados, não são verdadeiros.

Em primeiro lugar, o primeiro fato que eu gostaria de citar é a sua suposta possibilidade jurídica. Desculpe, mas a maioridade penal aos 18 anos é, sim, cláusula pétrea. Ela se insere entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição. Ela está no mesmo caminho da sociedade livre e justa e solidária que o legislador Constituinte quis, em 1988, e está no caminho contrário do Estado policial, que era o Estado anterior à nossa Constituição. Eu sei disso, há renomados juristas que defendem que não, não é cláusula pétrea. Muitos até afirmam que cláusula pétrea é a maioridade penal, mas não os 18 anos, fazem essa separação.

Com o devido respeito novamente, acho que se trata de um verdadeiro malabarismo hermenêutico para se tirar o Brasil do caminho da solidariedade. É a mesma coisa de dizer que o princípio da dignidade da pessoa humana não é cláusula pétrea; cláusula pétrea seria a pessoa humana, digna ou não. É a mesma coisa de dizer que a liberdade de imprensa não é cláusula pétrea; cláusula pétrea é imprensa, livre ou não. Ou é a mesma coisa de dizer que a separação e autonomia dos Poderes da República não é imutável, não é imodificável, o que seria cláusula pétrea é a mera existência de Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, autônomos e independentes ou não. Vejam, portanto, o perigo desse raciocínio, vejam, portanto, senhoras e senhores, o perigo do caminho que poderemos tomar caso esta proposta, este projeto seja aprovado nesta Casa – repito – de tanta história pela democracia.

O segundo equívoco que eu gostaria de salientar, no qual vou me atentar mais um pouco, está na necessidade de o Congresso ouvir um suposto clamor popular, suposto, pela redução da maioridade. Citam-se neste sentido várias pesquisas de opinião pública, que revelariam que grande parte da população brasileira é a favor da redução da maioridade penal. Chega-se a falar até em índices semelhantes a 87%, algo assim. Olha, não vou negar, seria uma insanidade negar que vivemos numa sociedade violenta, numa sociedade insegura; mas eu acho que essas pesquisas deveriam ser mais realistas, porque as perguntas que normalmente são formuladas o são de forma incompleta. Eu gostaria, eu sugeriria inclusive que a pergunta fosse a seguinte: "Você é a favor da redução da maioridade penal, mesmo sabendo que isso aumentará a violência?" Nesse caso eu tenho certeza que os 80% vão se inverter. Afinal de contas, tenho certeza que a população brasileira não quer encarcerar os seus menores pelo simples prazer de encarcerar. Não quer jogar esses menores nos verdadeiros calabouços medievais, que são as nossas cadeias, pelo simples prazer de punir.

E não tenho a menor dúvida em dizer aos senhores que a redução da maioridade penal aumentará, sim, a violência. Isso é uma conclusão a que se chega até facilmente, pelos índices, pelas estatísticas, aliás algumas delas já adiantadas pelo Senador, como, por exemplo, a estatística divulgada pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça –, no sentido de que o índice de 70% de reincidência, ou seja, 70% das pessoas que passam pelos nossos calabouços medievais voltam para eles.

Vamos também lembrar que o Estado brasileiro prende cada vez mais. Temos hoje a terceira maior população carcerária do mundo. Perdemos apenas dos Estados Unidos e da China. Recentemente ultrapassamos a Rússia. E, nessa tendência, em pouco tempo chegaremos à primeira colocação. E vamos lembrar também: quem é essa massa carcerária? É a população de sempre. Essa massa carcerária tem cor, tem classe social: negros, pobres, moradores de regiões periféricas, destituídas de serviços públicos e privados básicos, pessoas que têm seus direitos, em suma, violados praticamente desde o dia de seu nascimento.

Salta aos olhos, portanto, que o encarceramento não educa, não ressocializa. Pelo contrário: deseduca. Imaginemos então os nossos jovens nesse encarceramento. Agora, quando falo "imaginemos", não estou propondo aqui um exercício de imaginação destituído de base teórica. Não. Vamos imaginar, mas imaginar sim a partir de dados científicos. Embora o tempo não me permita tecer maiores minúcias na explicação, eu cito para as senhoras e os senhores um estudo a que eu tive acesso, levado a efeito no Canadá, pelos pesquisadores da Universidade de Montreal, Uberto Gatti, Richard Tremblay e Frank Vitaro. O título da pesquisa, que se transformou num artigo, já diz muito: *Efeito iatrogênico da justiça juvenil*. A expressão "iatrogênico" vem de "iatrogenia", ou seja, doença causada pelo tratamento incorreto. Esse artigo foi publicado em agosto de 2009, no *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, um periódico especializado, e os objetivos dos pesquisadores foram verificar se a intervenção dos tribunais sobre adolescentes infratores aumenta ou não o envolvimento desses mesmos jovens na prática de novos crimes como adultos. Os pesquisadores consideraram crianças e adolescentes envolvidos em crimes, considerando ainda variáveis individuais, familiares e sociais. Chegaram, rapidamente, a duas conclusões. Primeira conclusão: jovens mal supervisionados pelos pais e expostos a amigos desviantes provavelmente cometerão mais crimes. Notem: amigos desviantes, como, por exemplo, companheiros de cela nessas masmorras, que é o nosso sistema carcerário. A segunda conclusão, que é uma consequência da

primeira, mas a meu ver até mesmo mais impressionante: jovens encarcerados na adolescência, que cometeram crimes, têm a probabilidade dezenas de vezes maior – cerca de 37 vezes, segundo essa pesquisa – de se envolver em detenções quando adultos, do que jovens que também cometeram crimes na adolescência, mas que não foram encarcerados.

Reparem, senhoras e senhores, que esse estudo é do Canadá. Agora vamos colocar a situação aqui no nosso Brasil, no Brasil das crianças que vendem chicletes nos semáforos, que dormem nas ruas, que são inseridas precocemente no mercado de trabalho, em condições análogas à de escravo muitas vezes, jovens, em suma, que têm diante de si a porta para a criminalidade muito mais aberta do que o jovem canadense.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ AUGUSTO SALVADOR BEZERRA – Então continuemos a imaginar com base em dados científicos. Vamos imaginar o que a sociedade brasileira colherá, caso essa redução da maioridade seja aprovada.

Qual o fruto que ela colherá? Colherá uma sociedade muito mais violenta, dezenas de vezes mais violenta em relação a esse jovem. Essa conclusão impressiona, mas não surpreende, afinal, o jovem é uma pessoa ainda em processo de formação moral, de formação de valores, e esses valores são constituídos pelo ambiente em que esse jovem vive. Ora, quais serão os valores desse jovem quando encarcerado?

Parece-me, portanto, razoável pensar aqui, discutir nesta Casa não a redução da maioridade penal, mas vamos discutir como empoderar o adolescente para garantir o nosso futuro, o futuro da nossa sociedade. Isso implica, necessariamente, mudar o foco da discussão. Vamos discutir como efetivar direitos, direitos à saúde, à educação, assistência à família, direitos que esta mesma Casa, este mesmo Parlamento, de tanta história pela democracia, aprovou quando dos trabalhos da Assembleia Constituinte.

Srªs e Srs. Parlamentares, não desistam, por favor, de concretizar o sonho constitucional, de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Não abandonem o sonho materializado no nosso documento constitucional em favor de uma solução cientificamente equivocada e, por que não dizer, desumana.

Era isso o que gostaria de dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos a exposição do Dr. André Augusto Salvador. Olha a coincidência, ele tem como sobrenome a palavra "Salvador", e fez aqui uma boa exposição, no sentido da igualdade, de uma sociedade mais livre mais democrática, uma belíssima exposição. Quero parabenizá-lo.

O SR. ANDRÉ AUGUSTO SALVADOR BEZERRA – Minha mãe agradece, porque o "Salvador" é dela.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Agora, a nossa palestrante será a Drª Mariza Monteiro Borges, Presidente do Conselho Federal de Psicologia, a quem concedo a palavra.

A SRª MARIZA MONTEIRO BORGES – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Telmário Mota pelo convite que recebemos e pela oportunidade de estar aqui hoje em nome do Conselho Federal de Psicologia, trazendo a posição daquela entidade sobre a redução da maioridade penal. É um desafio muito grande falar depois do André Augusto, mas, como trazemos contribuições diferentes, tentarei colocar o foco nas questões psicológicas e nas contribuições que o saber psicológico pode dar a esta discussão.

Eu tenho uma apresentação.

Trazemos alguns dados relacionados à questão. O que é a PEC, todos já sabem que ela reduz a maioridade. Lembramos a existência do ECA, que trata, e já foi dito aqui hoje, de forma diferenciada os adolescentes autores de atos infracionais. Não podemos afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente favoreça a impunidade. Pelo contrário. A responsabilização é feita, há medidas inclusive de privação de liberdade. Os adolescentes respondem, sim, pelos seus atos com medidas socioeducativas. Alguns dados numéricos, que já foram também trazidos, com relação ao total de adolescentes com restrição de liberdade no Brasil. Os atos infracionais que atentam contra a vida constituem 11,4% dos incluídos, que são casos de tentativa de homicídio. E o número de adolescentes que têm cumprido as medidas socioeducativas. Então de 25 mil atos infracionais cometidos, só 2% foram de homicídios e 23 mil adolescentes cumprem medidas socioeducativas com privação de liberdade.

Esses dados mostram claramente que, usando ou se baseando no Estatuto da Criança e do Adolescente, esse Estatuto tem, sim, medidas que são punitivas, mas punitivas no sentido não do mero encarceramento, mas do investimento no jovem e no adolescente para a sua recuperação e à sua reinserção social.

Isso também ficou claro no vídeo que a gente viu antes, com relação às casas de acolhimento lá em São Paulo.

Existem alguns fenômenos sociais que estão claramente enfatizando e majorando o problema, como a espetacularização da violência, a ampliação imensa da judicialização das relações sociais no Brasil em detrimento do controle social, moral e de princípios da sociedade. Estamos trocando a ética pela Justiça, e acho que isso é lamentável para a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, vemos o fenômeno da patologização e da

medicalização do comportamento. Então, drogas e Justiça não solucionam questão de comportamento. Estou falando em drogas, como também incluindo nesse rol as drogas medicamentosas receitadas. São drogas para reduzir o nível de atividade das pessoas para que elas incomodem menos.

O clamor da população pelo aprisionamento, que é o que tem sido dito atualmente como um dos maiores responsáveis pelo investimento desta Casa legislativa em reduzir a maioridade penal como se ela estivesse atendendo ao clamor da população, ao clamor da rua. E eu me pergunto: de que população? De que faixa da população? De que setor da população?

Nós, raramente, vemos manifestações populares muito grandes contra a violência, quando a vítima da violência é um indivíduo comum. Quando não é, aí sim, quando são pessoas que têm oportunidade, que têm futuro autorizado pela própria sociedade, essas sim, essas vítimas causam comoção. As outras vítimas não causam tanta comoção.

Além da discussão das possibilidades e meios de punição, é necessário que a gente averigue os motivos da própria juventude estar elencada como primeira colocada no *ranking* dos homicídios. Como o Senador Telmário mostrou, a juventude brasileira tem sido mais vítima de homicídio do que autora de homicídio.

Aí tem um gráfico que mostra a relação entre mortes da população jovem e não jovem. O azul ali é o jovem, 18 a 24 anos e o que nós vemos aí é que estamos exterminando a juventude brasileira. E, muitas vezes exterminando, tendo o Estado como o exterminador.

Então, vamos ver um pouco de nossa contribuição.

O ser humano se desenvolve por meio de correlações entre práticas parentais e manifestações de comportamentos antissociais. O que nós estamos querendo enfatizar aí é que a relação entre aqueles que educam, sejam pais, sejam professores, seja a sociedade em geral e o educando (jovens e crianças), determina o comportamento desse indivíduo e não há quem nasça marcado para matar. Então, essas crianças são fruto de nosso trabalho, são fruto do nosso investimento nelas, e o seu futuro depende disso. Ou vamos continuar investindo na educação, na formação do sujeito ou vamos optar pela exclusão.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIZA MONTEIRO BORGES – Vou tentar, nesse minuto final, enfatizar um pouco a diferença entre a eficácia da punição e a eficácia do reforço, falando em punição como a consequência e ação de comportamentos com situações ou estímulos aversivos, e o reforço, o contrário disso.

Os estudos de punição mostram, claramente, que a utilização de estímulos aversivos para o controle comportamental é a fórmula mais frágil e instável de mudança comportamental. Comportamentos estabelecidos por meio da punição só ocorrem se a punição estiver presente. Ela, ao desaparecer, faz com que os comportamentos reassumam sua forma original, sua frequência e sua quantidade, vamos dizer assim, na composição do repertório individual.

Além disso, quando eu falo em estímulos aversivos, falo em modulação de estímulos – não é estar presente ou não estar presente. Modulação, como há a modulação de pena: mais anos, menos anos, penas mais leves, penas mais pesadas. Punição só controla comportamento com força máxima de modulação de estímulo aversivo.

Além disso, as agências controladoras, e falando em agências controladoras, falo de Estado, sociedade, família e de todas nossas instâncias da organização de nossa sociedade que definem o comportamento do outro e tratam de conseguir que os membros daquele grupo social se comportem conforme as regras vigentes e aceitas.

Se esses grupamentos funcionam à base de controle aversivo de comportamento, esse grupo, que é o grupo controlador, adquire também qualidades aversivas. Portanto, não permite que o indivíduo punido se sinta integrado ou parte desse grupo, mas ele se sente em oposição a esse grupo e excluído desse grupo. Se nós queremos inclusão social, nós não devemos trabalhar com punição. E existe ainda a produção com o uso de estimulação aversivo, de punição, dos comportamentos de fuga e esquiva. Isto é, daqueles comportamentos que levam à possibilidade do aparecimento dom comportamento punido na ausência do conhecimento das agências controladoras.

Para dar um exemplo bem simplista, é aquilo que todos nós fizemos um dia: colocar uma revista em quadrinhos dentro de um livro de História durante uma aula para ler é típico de um comportamento de esquiva. Eu evito que me chamem a atenção, porque não vão descobrir que estou fazendo algo que o professor não aprecia ou não permite dentro da sala de aula. Na capa, está História. Aqui dentro, estou lendo o que quero, que não tem nada a ver. Dei um exemplo bastante simples para mostrar como nós conseguimos, como o homem consegue, através das suas práticas supostamente educativas, gerar exatamente comportamentos que ele não quer que apareça ou que ele quer coibir.

O que devemos ter clareza é que punição não ensina, punição não educa, punição faz aparecer esse comportamento, que, inclusive, não gostaríamos que aparecesse.

Nesse sentido, todas as medidas socioeducativas e todo investimento que puder ser feito no sentido da educação apontarão para a possibilidade de uma sociedade mais justa, harmônica, respeitosa e de direitos para todos nós.

O que o Brasil, neste momento, tem a escolher é entre continuar acreditando que a juventude brasileira é o futuro do Brasil ou culpabilizá-la e exterminá-la pelo aprisionamento, culpando-a pelos erros das gerações passadas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Nós vimos que as exposições são extremamente técnicas, de conhecimento e acabam se interagindo. Vimos um conhecedor jurídico e, agora, uma com formação na psicologia, mas, realmente, caminha.

Quero registrar aqui a presença de dois Senadores: a Senadora Regina Sousa, do nosso querido Piauí, e também este jovem expoente e político do Brasil, Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro.

A nossa próxima palestrante é Angélica Moura Goulart, a quem concedo a palavra.

A SRª ANGÉLICA MOURA GOULART – Bom dia, Senador Telmário Mota. Muito obrigada. Desejo aqui a rápida recuperação do Senador Paim. Agradeço pelo convite e pela oportunidade. Bom dia a todos os companheiros da Mesa. Bom dia aos Senadores e a todos os demais presentes.

Estou representante, neste ato, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que já vem, há algum tempo, tendo essa pauta e essa preocupação do rebaixamento da maioridade penal como uma prioridade.

Neste momento, vou falar um pouco das ações previstas do Conanda no sentido de mobilizar a sociedade para que os 13%, que acho que são aqueles que aparecem no filme ilustrado aqui hoje pela manhã, talvez por alguma representação que esta Mesa signifique, consigam mobilizar os 87% da sociedade que ainda não detêm as informações necessárias para formar juízo em relação à situação do rebaixamento da maioridade penal.

O que nós temos, hoje – o Senador bem exemplificou –, são especialistas que trabalham com o tema, ou pesquisam sobre o tema, ou lidam com o tema no seu cotidiano. E esses precisam dialogar com o maior número de pessoas possível para que a gente consiga trazer luz para esse debate.

Agora, nós entendemos que esse momento é um momento de oportunidade, um momento em que toda a sociedade está mobilizada com essa discussão. É um momento, talvez, de a gente aproveitar essa oportunidade e ampliar, em cada um dos locais, em cada um dos territórios em que nós estivermos.

Então, assim, dentre os companheiros que estão aqui, na Mesa, a Drª Mariza, pelo Conselho Federal de Psicologia, sabe que nós estamos mobilizando os psicólogos, mobilizando – a Esther sabe – os assistentes sociais, os movimentos sociais, para que possam empreender essa discussão e conquistar um pouco mais aqueles que formaram a sua opinião ou expressam a sua opinião a partir de dados que, hoje, nós vimos no vídeo apresentado aqui, no início, são dados que não têm nenhum fundamento, ou seja, de que 70% dos crimes cometidos no Estado brasileiro são cometidos por adolescentes. É um equívoco! É um equívoco dizer isso!

Então, nós gostaríamos de dizer que, nesse momento, nós estamos abertos e aceitando qualquer proposta, qualquer contato de mobilização para que se produzam momentos como esse, para que a gente possa aprofundar o debate, aprofundar o entendimento sobre essa causa.

As nossas posições são fundamentadas em compromissos com os marcos legais, ou nacionais ou internacionais. Então, nós não estamos aqui manifestando posições simpáticas a uma determinada causa que não tenha um fundamento assegurado em lei e de uma lei, quando a gente fala da nossa Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente, de um grande momento vivido por este País de construção democrática, em que asseguraram direitos que, hoje, estão sendo colocados em questão, e a gente precisa se mobilizar para que não haja retrocesso nessas conquistas históricas que foram adquiridas nos últimos 25 anos nesse País, especialmente no olhar para a criança e para o adolescente.

Nós entendemos, Senador, eu acho que o senhor iniciou muito bem essa fala, que há uma preocupação legítima da sociedade com duas questões, aí, que se cruzam: com a questão da impunidade, e nós temos feito um amplo debate interno em relação a isso, e com a questão da violência, da banalização da violência.

Mas nós entendemos, também, que, infelizmente, estão apresentando essa fatura para os nossos filhos menores de idade, para os nossos meninos e meninas brasileiras, para que eles respondam por essa situação que, hoje, o Brasil tem que resolver, sim, e para a qual tem que apresentar alternativas, sim, mas, talvez, não seja justo e não seja ético que a gente apresente essa conta para os nossos adolescentes e para as nossas adolescentes.

Então, nós queremos trazer a essa discussão a questão dos mitos. Eu vou evitar um pouco, pelas abordagens que já foram feitas, os números e, depois, a gente chega a eles no final.

Então, quais são os dois mitos? O mito primeiro é o da impunidade, de que os meninos, os adolescentes brasileiros não são responsabilizados pelos atos que cometem. O que é uma ficção, não existe isso. Os meninos são responsabilizados e, muitas vezes, são mais responsabilizados do que os adultos, em relação ao Código Penal.

Então, eu trouxe o exemplo de uma ocorrência de roubo qualificado, que está no art. 157 do Código Penal, cometido por duas ou mais pessoas, o adulto tem uma pena base de 5 anos e 4 meses e tem um regime de execução dessa pena semiaberto, somente dorme no estabelecimento prisional e pode receber a progressão desse regime, um sexto dessa pena, ou seja, 10 meses e 20 dias, sem computar a remissão relacionada às situações de trabalho, e um adolescente cumpre, imediatamente, uma medida de internação, exatamente por 3 anos.

Então, é um mito achar que, mudando e rebaixando a maioridade penal, a responsabilização do jovem vai ser maior. Ela já é muito grande, e ela é maior ainda se a gente olhar na perspectiva de que são pessoas em peculiar momento de desenvolvimento. Então, esse é um dado que a gente precisa observar. Não há impunidade e a sanção já é uma sanção correspondente não só ao ato praticado, como também à característica daquela faixa etária pela possibilidade de cumprir aquela que talvez seja a pior coisa na vida de um ser humano, que é a restrição da sua liberdade. Então, nós precisamos desmistificar essa questão da impunidade, ampliar essa discussão, nos debruçar sobre dados, sobre os estudos comparativos, e ampliar esse debate, para chegar à conclusão de que não há impunidade em relação aos atos infracionais cometidos pelos adolescentes.

A outra coisa é o entendimento de que o agravamento da pena, o agravamento da sanção, vai afetar e alterar os índices de violência. Nós não temos dados relacionados a isso. Absolutamente. Por exemplo, se a gente pegar o exemplo do Estado da Geórgia, nos Estados Unidos, que adotou a prisão perpétua para adolescentes que cometessem crimes – vamos entender aqui, de acordo com a nossa lei – similares aos nossos crimes hediondos. Então, em 1996, eles adotaram a prisão perpétua, e tinham, naquele momento, 400 adolescentes nessa situação. Passado esse tempo todo, hoje eles têm 2.500 adolescentes na situação de prisão perpétua, significando que não reduz a violência.

Outro exemplo é voltar para dentro de casa e olhar para quantas alterações nós tivemos de endurecimento de pena no nosso Código Penal. Não foram poucas. Foram mais de 200 nos últimos anos. E o que a gente tem? A gente tem resultado? A gente tem uma diminuição? O Ministério da Justiça está aí com os dados do sistema prisional, dizendo que não temos uma diminuição em relação a esses crimes.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANGÉLICA MOURA GOULART – Outra situação é que este momento precisa ser um momento, realmente, de mobilização social, de responsabilização. Nós acreditamos nesta Casa. Nós acreditamos na responsabilidade e no compromisso desta Casa, deste Congresso, em relação a esses filhos do Brasil, que são os filhos mais vulneráveis. Eles precisam de atenção, eles precisam de cuidado, eles precisam de políticas. Só assim a gente vai resolver o problema da situação que hoje está nos reunindo aqui.

Então, nós temos algumas propostas que talvez possam ser incorporadas pelos nossos legisladores. Vamos, sim, olhar para a situação da impunidade, vamos olhar para a situação da violência, e vamos ter propostas de enfrentamento ao tráfico de drogas, que é o maior responsável por este momento que a gente está vivendo aqui. Esse é o desafio que a sociedade brasileira, que o Estado brasileiro tem que enfrentar. Temos que ter coragem para enfrentar isso. Esse é o desafio que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente apresenta para esta Casa, porque a maioria dos adolescentes que estão hoje no sistema socioeducativo estão lá em decorrência da sua relação com o tráfico. Há uma inversão absurda nessa situação, porque se nós observamos a Convenção nº 182, da OIT, que considera o trabalho no tráfico como a pior forma de trabalho infantil, nós teríamos que inverter a situação. Nós teríamos que estar protegendo ainda mais esse adolescente dessa pior forma de trabalho infantil, colocando-o como vítima dessa situação, e não como autor de violações de direitos humanos. Então nós temos, neste momento, que ter responsabilidade no nosso olhar por esse tema.

E a gente conclama o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu me sinto muito à vontade, porque é um parceiro, ao falar do Conselho da Juventude e do Conselho de Relações Inter-raciais. Quero conclamar todos nós, porque nós estamos juntos nesta discussão, a nos responsabilizarmos por esses filhos do Brasil, adolescentes e jovens que estão sendo colocados em uma situação de criminalização para colocá-los em uma situação em que devem receber, de acordo com a nossa legislação, a melhor das nossas políticas, com prioridade absoluta, considerando seu estado de desenvolvimento.

Então, a nossa postura hoje, de responsabilidade e de ética, é cuidar dos nossos jovens e impedir, Senador, sim, o que o senhor disse, que 36% da causa de morte na adolescência neste País seja por homicídio. Na população em geral, esse índice é de 5,1%. Isso demonstra que estamos vivendo uma situação de extermínio dos nossos meninos e meninas. E esse deveria ser o foco e a nossa responsabilidade aqui, não culpabilizá-los e criminalizá-los ainda mais.

Espero que possamos continuar este debate e voltar aqui para celebrar que estamos redirecionando o nosso foco para aquilo que realmente importa e é de responsabilidade da sociedade e do Estado brasileiro em relação aos seus adolescentes e jovens.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Para concluir esta primeira rodada, ouvimos agora a fala da Drª Bruna. Queria destacar aos ouvintes, aos telespectadores que, nesta primeira rodada, foram cinco oradores. O primeiro foi o Dr. André, que é presidente da Associação de Juízes para a Democracia; a Mariza, a presidente do Conselho Federal de Psicologia; a Angélica, presidente do Conselho Nacional de Direitos da Criança e Adolescente; a Bruna, defensora pública de São Paulo e coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado da Infância e Juventude, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos do Brasil.

Agora, Esther.

Pulei?

A SRª BRUNA RIGO LEOPOLDI RIBEIRO NUNES – Pulou.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bruna, por que coloquei aqui agora? Eu estava louco para que você falasse. Por isso, ela ficou tensa, todo mundo tenso.

Com a palavra, a Bruna.

A SRª BRUNA RIGO LEOPOLDI RIBEIRO NUNES – Bom dia a todos e a todas aqui presentes, à Mesa, ao Senador, a quem cumprimento em nome do restante da Mesa, a quem nos assiste na data de hoje.

Antes de iniciar minha fala, acho que é muito importante, na data de hoje, que as pessoas que nos assistem e receberam todas essas informações até agora parem por um minuto e repensem tudo o que foi dito até o momento.

A discussão acerca da redução da maioridade penal até o presente momento se fez de uma maneira muito pouco profunda, as questões não foram discutidas com a devida profundidade e as informações trazidas até o presente momento são absolutamente inverídicas.

Ouve-se que, na maior parte dos países desenvolvidos, a idade penal começa aos 12 anos de idade, que o adolescente, aqui no nosso País, é o responsável pelo aumento da criminalidade e se questiona se, caso você fosse familiar de vítima, você não seria contrário à redução da maioridade penal. São discursos inflamados de ódio, inflamados de medo. Toda discussão feita até agora foi permeada por isto, pelo medo, pelo medo da violência e por dados inverídicos acerca dos fatos.

Por isso, quero enaltecer por esta oportunidade que nos foi concedida aqui no Senado Federal, para que, com tranquilidade, com racionalidade, possamos discutir a redução da maioridade penal e a relação que essa redução teria com a violência.

Não se desconhece que a ampla maioria da população brasileira é favorável à redução da maioridade penal, mas o fato dessa ampla maioria ser favorável à redução não faz com que nossos Deputados e os nossos Senadores tenham que votar favoravelmente à redução da maioridade penal.

A democracia nos dias atuais evoluiu muito. A democracia não pode ser entendida somente como a vontade da maioria. É sim a vontade da maioria, mas é a vontade da maioria desde que de acordo com os princípios constitucionais vigentes, desde que de acordo com a proteção dos direitos humanos, com a solidariedade, com a liberdade de imprensa, com os compromissos assumidos pelo Brasil interna e externamente. De outra forma, não se pode falar de democracia, não há como falar de democracia se a vontade da maioria não está enraizada a todas essas questões.

E, nesse sentido, quando o nosso legislador constituinte promulgou a Constituição Federal, ele criou, dentro da Constituição Federal, valores imutáveis. Valores imutáveis mesmo que a maior parte da população brasileira o desejasse. E, dentre esses valores imutáveis, estão os direitos e garantias individuais. Não há como negar que o direito de o adolescente ser inimputável perante a lei penal antes dos 18 anos de idade é um direito individual, não tem como negar. Simplesmente porque é o direito do adolescente em ser submetido a uma justiça especial; que a sua condição psíquica de desenvolvimento seja levada em consideração; que a sociedade faça com que todos os esforços sejam envidados para que aquele adolescente volte à sociedade de uma maneira melhor. Então, não há como negar que é um direito individual de toda a população infantojuvenil de ser inimputável perante a lei penal.

Não há também como aceitar argumentação contrária de que a inimputabilidade seria uma cláusula pétrea, mas a idade penal não seria. Dessa forma, esvaziaríamos completamente a norma, porque poderíamos reduzir a inimputabilidade a 12 anos de idade, a 11 anos, a 10 anos de idade. Então, de fato, eu entendo que a inimputabilidade penal é uma cláusula pétrea.

Acho importante, também, fazer uma desmistificação de que nos países desenvolvidos a idade penal é muito inferior. Dados muito recentes da Unicef demonstraram que 78% dos países estudados, analisados, ado-

tam a idade penal como 18 anos de idade, embora tenhamos, nos Estados Unidos e na Inglaterra, uma exceção dos países desenvolvidos em que a idade penal é inferior. Mas o Brasil se alinha a todos esses países, a 78% dos países, que determinam a idade penal como 18 anos de idade. E a idade penal como 18 anos de idade foi fixada de acordo com estudos mundiais da psicologia, da neurociência. Estudos da psicologia que demonstraram que a noção de tempo de um adolescente é completamente diferente da noção de tempo de um adulto. A neurociência já demonstrou que a maturação cerebral de pessoas até 21 anos de idade é completamente diferente de indivíduos acima de 21 anos de idade. Então, são estudos mundiais que fizeram, que basearam a escolha do Brasil e de 78% dos países do mundo em determinar 18 anos como sendo a idade penal. E mais que isso, é uma crença na possibilidade de trazer mais facilmente esse jovem de volta à sociedade. Acho que não precisa ser grande estudioso para ter em mente que trazer um adolescente de volta à sociedade é muito mais fácil do que trazer um adulto, que já é formado e já tem os valores enraizados.

E uma vez mais, acho que por mais que já tenha sido dito, é importante deixar claro que o adolescente é sim responsável pelos seus atos. O adolescente responde perante o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é um estatuto próprio, feito para alguém que está em condição peculiar de desenvolvimento. Ele responde, sim, pelos seus atos. Ele pode pegar medida socioeducativa de internação, de semiliberdade e ficar até 3 anos custodiado. Isso sim. Pode, em um primeiro momento, parecer que três anos não são nada, mas três anos são sim. Porque a noção de tempo do mundo infantojuvenil é completamente diferente do mundo adulto.

Reduzir a idade penal, hoje, não significa e jamais vai significar a diminuição da violência. Aliás, não só a redução da maioridade penal. O nosso País tem um exemplo muito recente de que o endurecimento das leis não resolve em nada a criminalidade. Em 1990 foi promulgada a Lei de Crimes Hediondos. Cinco anos depois da promulgação a população carcerária já havia aumentado 132%. Passados 20 e tantos anos da promulgação da lei penal, a nossa população carcerária é a terceira maior população carcerária do mundo. E faço a pergunta: diminuiu a sensação de violência dessa população? Essa população se sente mais segura com o endurecimento da lei penal? E a sensação de impunidade? Qual é a sensação de impunidade? Aumentou alguma coisa? Com isso, é necessário concluir que o endurecimento de pena jamais fez com que a violência diminuísse. Desigualdade social, violência não se resolvem com a extensão do direito penal. Esse não é o caminho. Inclusive, recentemente, Alemanha e Espanha, que haviam reduzido a idade penal para 16 anos de idade, diante da ineficácia dessa redução, voltaram atrás, e hoje a idade penal é de 18 anos, tanto na Alemanha quanto na Espanha.

O adolescente, diferentemente do que é dito por aí, não é o responsável pela violência do Brasil. Hoje temos uma população carcerária de aproximadamente 570 mil adultos e uma média de 20 mil adolescentes internados. E aí pergunto? São os adolescentes o problema, são os adolescentes que causam o problema?

Hoje, o adolescente é muito mais vítima do que algoz. Se olharmos o último mapa da violência, o nosso País é o sétimo país do mundo onde mais se mata adolescente, sendo que 70% de todos os adolescentes mortos são adolescentes negros.

Hoje, reduzir a maioridade penal é jogar, dentro de um sistema carcerário como o nosso, meninos de 16 anos de idade – meninos de 16 anos de idade que serão muito mais facilmente aliciados por pessoas que já estão dentro do sistema carcerário. E a violência, que é inerente ao sistema carcerário brasileiro, fará parte da realidade desse adolescente. E, por mais que as pessoas achem que a violência dentro dos presídios se restringe àquele local, não se restringe: transcende os muros das penitenciárias. E, se um adolescente é submetido, com 16, 17 anos, a um sistema carcerário tão duro como o nosso, um dia essa violência volta para a sociedade. E aí não conseguiríamos jamais interromper esse ciclo de violência.

O sistema carcerário brasileiro hoje apresenta um déficit de 225 mil vagas, sendo que 78% dessas vagas estão no Estado de São Paulo, que é também o Estado responsável pelo maior número de internação.

Será que é essa a solução? É isso que os Deputados, os Senadores... Esta é a solução para a diminuição da violência, jogar, dentro de um sistema carcerário como o nosso, adolescentes de 16, 17 anos de idade?

E, por fim, acho que vale a pena ressaltar que estudos em âmbito internacional e, muito recentemente, em âmbito nacional já demonstraram que o índice de reincidência no sistema penal é de 70%. O índice de reincidência em adolescentes que estão submetidos ao processo socioeducativo é de 20%. Ele é extremamente inferior.

Até mesmo nos Estados Unidos, que são tidos como um país extremamente punitivista, foi divulgado em abril, na revista *The Economist*, um estudo demonstrando que adolescentes que cumprem pena junto com adultos possuem 35% mais de chance de voltar a reincidir.

Então, com todas essas experiências, parece que está muito claro. Os nossos Deputados e Senadores não podem se sentir pressionados pela pressão popular, não podem ceder num momento como este e devem ter em mente, com serenidade, que reduzir a idade penal não vai diminuir em nada a violência, muito pelo contrário, vai aumentá-la.

Soluções simplistas, soluções óbvias e imediatistas não resolvem a questão da segurança pública, tampouco a da impunidade.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bem, agora ouvimos mesmo a fala da Drª Bruna. Estava querendo pular...

Quero registrar a presença do Senador Cristovam, que honra esta Comissão e o nosso Senado. Ia até citar que V. Exª não estava tão bem, ele estava com uma gripe esses dias. E o Cristovam, um dia desses, disse para mim: "Eu esqueci que a idade chegou". Mas o Cristovam é como o Paim e a Regina, querem estar aqui presentes.

Primeiro, eu quero agradecer à população brasileira pela forma como está interagindo com o Senado acerca dessa questão que hoje debatemos aqui na Comissão de Direitos Humanos. Um levantamento parcial, rapidamente, no e-Cidadania, de 93 manifestações, tivemos 35 a favor da redução da maioridade penal; 4 apenas para crimes hediondos; 35 contra a redução da maioridade penal. Olha aí como já dividiu. Estão vendo a colocação dos senhores? Estão vendo? Mas para quem começou com 70 a quase zero, a 70 contra 13, não era esse o placar antes? Então já houve uma conscientização maior, com mais cinco perguntas e catorze comentários.

Antes de ouvirmos a nossa querida Esther, eu queria ler um pouquinho algumas manifestações. Por exemplo, do Rio de Janeiro, o Robson de Paula diz: "Redução da maioridade penal, a meu ver, é um retrocesso, pois, devido ao clamor público, incentivado pela mídia, sai mais barato para o Estado, de imediato, jogar para debaixo do tapete". Portanto, o Robson, do Rio de Janeiro do nosso querido Senador Lindbergh, o Rio, que é fruto de tanta violência e tem sido alvo de muitas colocações. Vemos também colocações contrárias.

Temos outra do Rio: "Eu gostaria de dados mais concretos que justificassem a redução e que a ligasse à redução da violência, porque, até o momento, só vi desejo de vingança", disse a nossa representante Bruna. Ela colocou bem: muito ódio, muita vingança, essas coisas estão levando.

Há mais uma colocação. O Alexandre diz o seguinte: "No dia em que o sistema carcerário do Brasil ressocializar alguém e punir os que não têm mais volta, poderemos reduzir até para 10 anos, se for preciso. Mas, enquanto não melhorarmos o nosso sistema carcerário, a redução pura e simples da maioridade penal vai apenas chover no molhado."

Para concluir, há outra de São Paulo. Douglas diz: "Não podemos desistir da vida de menores infratores, levando em conta que ficarão em um presídio, com gangues e organizações criminosas, o que seria comprometê-lo com o crime durante a pena e após a mesma. Será uma espécie de recrutamento para o crime mais pesado".

São muitas as manifestações. Os primeiros que começaram foram todos a favor. Há muitos contra também. Deixe-me ver um que marquei enquanto eu fui lendo. Aqui está: "Concordo com a redução da maioridade penal. Acredito que atualmente o jovem de 16 anos já tem entendimento para ser imputado penalmente. Esses jovens já são considerados aptos a decidir o destino do País com o voto, então, também podem ser considerados aptos a responder penalmente". Imaginem.

Bom, agora vamos ouvir a nossa última oradora deste primeiro bloco, a Drª Esther, Vice-Presidente do Conselho Federal de Serviço Social.

O Senador Cristovam chegou. Eu queria fazer uma retrospectiva rápida desta primeira Mesa e dos nossos oradores.

O André é Presidente da Associação de Juízes para a Democracia; a Drª Mariza é Presidente do Conselho Federal de Psicologia; a Angélica é Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente; e a Bruna é Defensora Pública, em São Paulo, Coordenadora Auxiliar dos Núcleos Especializados em Infância e Juventude e representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Agora, com a palavra, a Esther, Vice-Presidente do Conselho Federal de Serviços Sociais.

A SRª ESTHER LUIZA DE SOUZA LEMOS – Bom dia a todos e todas. Eu quero agradecer, imensamente, a iniciativa do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos, aqui representada pelo Senador Telmário Mota, também desejar a recuperação do Senador Paulo Paim e agradecer a possibilidade do debate, nesta Comissão, e a posição favorável e uníssona contra a redução da maioridade penal ao Conselho Federal de Psicologia, à Associação dos Juízes pela Democracia, à Conanda e também à Bruna, Defensora Pública.

É um prazer podermos compartilhar essa posição num momento em que nós, brasileiros, estamos, de fato, vivendo uma situação de retrocesso. Poderíamos dizer, assim como o André iniciou a audiência pública nesta manhã, que avançamos imensamente direitos constitucionais – e nesta Casa e neste momento podemos vivenciar isso –, mas temos muito pela frente. Estamos vivendo momentos de extremo ataque a direitos humanos já foram conquistados.

É isso que gostaríamos de demarcar aqui. No Brasil, avançamos na promulgação de direitos humanos, neste caso, no direito da criança e do adolescente, e vivemos um momento de retrocesso.

O momento em que vivemos, no que diz respeito ao ataque de crianças e adolescentes, especificamente quanto à questão dos adolescentes que cometem ato infracional, nos faz retomar a literatura brasileira, lembrando Jorge Amado, no clássico Capitães de Areia. Naquele momento, já, ele aponta as contradições vividas em nosso País.

Então, sob a inspiração de Jorge Amado, pensando na sociedade brasileira, retomando a história de como o Brasil respondeu às expressões da questão social, especificamente à violência estrutural deste País, nós, assistentes sociais, colocamo-nos eminentemente contra a redução da maioridade penal.

O Conselho Federal de Serviço Social tem, nos últimos 35 anos, se colocado, em textos, na atuação prática e imediata, contrário. Nesse sentido, queremos reforçar e contribuir no debate com a sociedade brasileira, no sentido de como construir estratégias comuns para que avancemos na implementação de direitos.

Com a omissão do Estado, isso não é possível. Isso só será possível se o Estado for forte, podendo, de fato, garantir direitos conquistados.

A história da nossa intervenção nas expressões da questão social, desde a década de 30, tinha sido enfrentar a questão social como caso de polícia e não como caso de política.

Vários autores de nosso País já nos ensinaram, e nós já aprendemos, que tratar a questão social como caso de polícia não resolve as nossas contradições. Já aprendemos historicamente, temos uma consciência esclarecida de que a questão social, no Brasil, se resolve com política.

É nesse sentido que queremos demarcar a nossa posição aqui e dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao regulamentar o art. 227 e 228 da Constituição Federal, lá no art. 104, no ECA, que define a questão da imputabilidade penal do menor de 18 anos, temos ali um marco – é essa posição que queremos também colocar –, que é, de fato, a mudança de um paradigma. Todo o ECA é construído numa mudança de paradigma, que, ao tratar a questão da intervenção da criança e do adolescente, tira o adolescente de uma situação irregular para uma situação de proteção integral.

Esse paradigma não foi consolidado no nosso País. Precisamos conclamar toda a sociedade brasileira a também rever, aprofundar e conhecer qual o paradigma que orienta o art. 227 e 228 da Constituição e, em decorrência, imediatamente, em 1990, quando temos a promulgação do ECA.

O paradigma da proteção integral prevê, sim, que o adolescente que comete o ato infracional terá responsabilização pelo seu ato. Vários de nós, aqui, já colocamos a situação de que inimputabilidade não é sinônimo nem de impunidade, nem de irresponsabilização. Essa é uma questão importante de se destacar.

Nesse sentido, com a finalidade de nos prepararmos para esta audiência pública, recuperamos um documento, organizado pelo Fórum Nacional de Direitos Humanos, do qual o Conselho Federal de Serviço Social historicamente faz parte, também, adensando a luta, dentro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Se quer se associar, é aqui, e se associa ao Conjuve, porque entendemos que – e vou retomar aqui os textos, porque acho que isso é de 1999, e a gente precisa recuperar essa memória que já construímos, neste momento presente:

Ao garantir a proteção integral à criança e ao adolescente, ao assegurá-los todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, o Estatuto adota medidas socioeducativas como resposta a atos infracionais, numa perspectiva conceitual oposta à pena, que tradicionalmente está associada à noção de castigo. Para que a ideia da possibilidade de reparação de dano, associada à expiação da culpa pelo castigo, através da privação de liberdade, tenha podido nascer, foi necessário que todas as formas concretas de riqueza social tivessem sido reproduzidas ou reduzidas à mais abstrata e à mais simples das formas que é o trabalho humano medido pelo tempo. Constata-se, pois, uma contradição inegável entre a proclamada finalidade racional de proteção da sociedade ou de reeducação do delinquente e o princípio da reparação equivalente que permeia a prática judiciária e a estrutura da própria sociedade.

Se efetivamente a pena, como assevera Pachukanis, "fosse considerada somente do ponto de vista de seu fim, a própria execução da pena e, em particular os seus resultados, deveriam suscitar grande interesse. [...] O interesse atribuído aos métodos de ação de grande fôlego sobre o delinquente é insignificante, se comparado ao interesse suscitado pelo fascinante momento em que é pronunciada a sentença e determinada a 'medida penal'. As questões de reforma judiciária não preocupam senão um reduzido círculo de especialistas.

Em contrapartida, para o público o cerne da questão consiste no fato de saber se a sentença corresponde à gravidade do delito. Para a opinião pública, uma vez que o Tribunal tenha determinado corretamente o equivalente, tudo se encontra, por assim dizer, em ordem e o destino posterior do delinquente já não interessa a quase ninguém."

Essa questão, essa concepção de que, penalizando, a gente terá, de fato, a admissão da criminalidade no Brasil não encontra respaldo. Inclusive, todos os juristas – temos aqui o grande estudioso Foucault, do siste-

ma penal –, todos os elementos nos levam a compreender que, de fato, o sistema penal não ressocializa, não cumpre a sua função social. E, sobre o aparelho prisional, quero chamar atenção aqui e agora, citando a nossa assessora jurídica Sylvia Helena Terra:

Se o aparelho prisional tem como função precípua reduzir o índice da criminalidade, enquanto método puramente repressivo, ou mesmo reeducar o detento, é forçoso admitir seu absoluto fracasso e falência. Surpreende, assim, que após tanto tempo de proclamado o fracasso da prisão, se acompanhe a defesa de sua manutenção. Surpreende, de outra sorte, que diante de tantas evidências setores do governo e do Congresso Nacional e segmentos sociais venham defendendo arduamente a redução da maioridade penal.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ESTHER LUIZA DE SOUZA LEMOS – Nós, assistentes sociais do Brasil, temos construído uma defesa pela implementação do ECA e da Lei nº 12.594, que é a Lei do Sinase. O Sinase é o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. A legislação que temos pressupõe que Estados também, o sistema federativo, e os Estados implementem o sistema socioeducativo. E o que vemos também são os Estados não implementando o sistema socioeducativo.

Nesse sentido, a gente tem, de fato, uma posição de que a responsabilidade é do Estado e dos Governos estaduais também na implementação do sistema socioeducativo e têm que assumir a responsabilidade pela sua implementação. E nós, como assistentes sociais, trabalhamos em todas as políticas públicas, na saúde, na educação, na assistência social, no trabalho, e entendemos que a proteção integral da criança e do adolescente é que permitirá, de fato, que avancemos em um sistema de justiça e garantia dos direitos humanos dos nossos adolescentes.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) prevê as medidas socioeducativas. E vimos aqui, inicialmente, na reportagem apresentada, que, quando a medida socioeducativa é imediatamente aplicada, os resultados são efetivos. Então, nós reivindicamos, de fato, que haja o cumprimento qualificado das medidas socioeducativas no nosso País, e que não cometamos um crime com essa geração que vem para o futuro do Brasil. Refiro-me ao crime de condenar adolescentes a um sistema que, de fato, não avança em garantia de direitos e não avança, de fato, em vida. E é isso que queremos. Nós defendemos a vida.

Nesse sentido, juntamente com todas as organizações aqui presentes, temos o compromisso de esclarecer, de contribuir nesses debates e de ter uma posição, juntamente com os movimentos sociais e demais conselhos, de fato, contrária à redução da maioridade penal.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O Senador Cristovam vai falar. Mas, antes de passar a palavra ao Senador Cristovam – o Senador Lindbergh e a Senadora Regina já se inscreveram e, antes de compormos a segunda Mesa, vão se manifestar, porque esta é a Casa dos Senadores, e nós vamos ouvi-los –, saibam que a população está interagindo, de uma forma positiva, e quero parabenizá-la por isso.

E recebemos aqui dois manifestos, de um Senador e de um Deputado, sobre projetos deles que estão tramitando. O Senador Ronaldo Caiado fez uma proposição e, na proposição, explica o seguinte:

Alterar os arts. 112 e 121 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para obrigar a internação em estabelecimento de ensino profissionalizante de adolescentes que tenham cometido infração grave, situação em que a medida socioeducativa poderá durar até cinco anos e ser concluída mesmo após o infrator completar 21 anos.

Essa é a proposição do Senador Caiado.

A outra, do Deputado Alberto Fraga, aqui do Distrito Federal, diz o seguinte:

Estabelece que a maioridade penal será fixada em lei, devendo ser observados os aspectos psicossociais do agente, aferidos em lauto emitido por junta de saúde que avaliará a capacidade de se autodeterminar e de discernimento do fato delituoso.

Fico pensando: imagino os políticos. Para esses que roubam, e que são bem informados, devia haver pena perpétua, não é?

Senador Cristovam, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, eu pedi para falar depois da última pessoa da Mesa e antes da próxima, porque estamos tendo uma reunião importante na Comissão de Relações Exteriores, e já estão cobrando a minha presença lá, mas eu não poderia deixar de vir aqui pela importância desse tema que estamos discutindo. É um tema de transcendência para o País dizer que Brasil ele quer para o futuro.

Eu gostei muito da fala de Esther, quando ela lembra que a gente não pode votar aqui conforme a maioria da população manifesta. Porque, se fosse por aí, a gente fechava o Congresso, porque eu acho que a maioria hoje votaria a favor de fechar-se o Congresso; é um sentimento nacional. Mas fechar o Congresso significa

impedir a democracia de funcionar plenamente, porque a democracia direta, em que as pessoas votam e decidem sem precisar passar pelo filtro de um Congresso, ainda não existe.

E, Senadora, dificilmente isso vai ser eficiente democraticamente, porque a pesquisa de opinião e a votação *on-line* refletem o sentimento da população naquele instante, não têm a perspectiva de longo prazo. Como eu disse, hoje, se decidirem colocar em votação o fechamento do Congresso, deve passar, mas seria ruim para o País.

Esta é a Casa da reflexão das consequências das leis que nós decidimos. Por isso, tanta Comissão por que passa cada lei. Senão, bastava ir ao plenário de uma vez. São as reflexões que temos que fazer.

Eu entendo perfeitamente aqueles que, por vingança – que é um sentimento que cada ser humano tem direito a ter –, querem pena de morte, querem punir menores infratores. Eu entendo perfeitamente esse sentimento, mas a sociedade não pode avaliar as suas coisas e tomar decisões com base na vingança, no sentimento de vingança. São outros sentimentos que devem prevalecer, e, nesses sentimentos, sou radicalmente contra a redução da maioridade penal, por três razões.

Primeiro, porque é insensatez – é a maneira como eu digo, refletindo o que vocês falaram aqui. É insensato achar que isso vai reduzir a violência. É uma grande besteira. Esses meninos que estão cometendo crimes hoje estão se lixando se vão ser presos ou não. Na cabeça de alguns deles, a prisão é até uma glorificação dele diante da sociedade. Eles se fazem adultos pela prisão. Eles estão ali, alguns, por alguma perturbação mental, obviamente, algum desvio do padrão que os leva à violência; mas a grande maioria é algum vazio existencial, alguma necessidade, algumas circunstâncias que o levaram ao crime, a ficar violento. Esse pessoal não vai deixar de cometer crimes. Aí alguns dizem: "Mas há adultos utilizando-se deles." Então, vai aumentar, porque agora os adultos vão usar os de 15 anos até que alguém proponha reduzir para 14, aí vão usar os de 14 anos. Não vai reduzir, é uma questão de sensatez.

Segundo, sou contra porque nós negamos a esses jovens, quando meninos, uma boa escola. Agora queremos premiá-los com a cadeia ruim. Não vejo por que iríamos querer essa alternativa, a não ser aqueles que perderam seus entes e querem vingança. Esses, eu respeito. Entendo o sentimento deles. Nenhum de nós aqui pode dizer que não teria esse sentimento e que não defenderia isso. Mas, como Senador, não posso me guiar por isso. Então, nós temos que entender por que essas pessoas estão na criminalidade e o que fazer para resolvermos isso. E é muito maior o problema do que aumentar o número de jovens na cadeia, muito maior. Então, é uma insensatez e é uma injustiça.

Além disso, o que a gente tem que saber não é se eles são responsáveis ou não, porque até acho que são, de certa forma, responsáveis. O que a gente tem que perguntar é se temos o entendimento de que eles são recuperáveis ou não. E aqueles irrecuperáveis que ameaçam a sociedade caso sejam livres precisam de um tratamento especial. Não se pode soltá-los para seguirem continuando no crime. Há maneiras de avaliar os riscos.

Terceiro, sou contra porque é uma tremenda manipulação da opinião pública ficar a favor disso querendo ganhar votos ao se sintonizar com a opinião pública. Não vou cair nessa. Acho que o papel do Parlamento é maior do que refletir o humor do momento da população. Não podemos ignorar, tanto que estamos fazendo essa audiência. É prova de que estamos sentindo o humor da população indignada – com razão – com a criminalidade em geral e também de menores. Mas creio que o Parlamento não deve cair nessa tentação de atender a opinião pública porque, se for assim, vamos atender para outras coisas, entre elas, fechar o Congresso. Não vi ninguém propor isso ainda, mas está na cabeça do povo. E seria um equívoco se fosse feito porque já tentamos e deu errado. E se tentarmos agora reduzir a maioridade, vai dar errado de novo. Daqui a 10, 15, 20 anos, virão alguns defender... Porque todo mundo vai esquecer que era 18, todo mundo vai achar que sempre foi 16. Aí vão propor 15, depois 14. Até que chega um dia que vão querer fazer algum teste para saber se na barriga da mãe há a possibilidade de um futuro criminoso, e virão propostas de abortar esses entes.

Fico feliz de ver aqui todos com uma posição muito parecida. Creio que a gente deve debater mais, deve trazer gente que seja a favor da redução da maioridade penal, a gente deve ouvir essas pessoas. Sugiro que convidemos aqui familiares que perderam filhos ou parentes por crimes cometidos por menores infratores. Estou falando daqueles raros crimes hediondos, que são raríssimos. Estamos querendo reduzir, Mariza, a maioridade para todos, quando são raríssimos os que cometem crimes, especialmente hediondos.

Aliás, eu estava lembrando agora: na história do Brasil, a gente já reduziu a maioridade quando precisou pegar um príncipe herdeiro e fazer dele imperador. Reduzimos a maioridade penal do Dom Pedro. Não foi preciso reduzir a maioridade penal de todos os brasileiros, não. Reduziu-se a dele, porque resolvia o problema de legitimidade que a sociedade brasileira vivia sem ter um imperador – foi um. Talvez a gente tenha que trabalhar a ideia de que alguns indivíduos com menos de 18 anos possam ter sua maioridade penal definida por um conjunto de juízes, por exemplo, por um conjunto, por uma instância qualquer, individualizado.

E aí eu deixo, Senador Telmário, a minha pergunta: vocês acham que essa possibilidade de se permitir a maioridade, a declaração da maioridade penal para indivíduos abriria brecha para a gente reduzir a maioridade penal para todos? Seria uma abertura de brecha ou não? Ou não seria realmente a maneira de calar muitos, dizendo: realmente existem crimes e meninos criminosos que nós temos que tratar diferente do conjunto? Então, essa é a primeira pergunta.

E a segunda é para quem achar que isso seria um caminho. Os que disserem não, não precisa pegar a segunda pergunta. Se achar que isso é um caminho, que não tem perigo, como fazer isso? Qual seria a autoridade para declarar maioridade penal individualizada conforme as características psicológicas, inclusive de violência, os desvios que têm algumas crianças e o crime que tenham cometido? Eu até queria dizer que penso mais na característica dela para cometer crimes depois do que no fato do crime cometido antes. Porque, no crime cometido antes, a gente vai agir mais por vingança e, no risco de crime posterior, por segurança.

Então, essas são as duas perguntas que eu deixo, sendo que, para quem responder não à primeira, a segunda cai.

É isso, Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O Senador Cristovam sempre trazendo pontos importantes, essa reflexão muito peculiar.

Mas, para a gente administrar, eu vi aqui a ansiedade dos demais Senadores – acho que o Senador resolveu sair –, vamos fazer assim, para a gente disciplinar: Senador Lindbergh e, depois, Senadora Regina, e aí a gente escolhe uma pessoa que se habilite a fazer essas respostas – está certo?

Então, Senador Lindbergh com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Senador Telmário.

Da mesma forma que o Senador Cristovam, eu faço parte da Comissão de Relações Exteriores, onde está tendo uma sabatina agora. Mas fiz questão de passar aqui pela importância do tema e pelo fato de, como brasileiro, estar muito preocupado com uma pauta legislativa extremamente conservadora aqui no Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados.

No dia de ontem, tivemos a finalização da votação do projeto de terceirização, que significa o mais grave atentado aos direitos dos trabalhadores, desde a época de Getúlio Vargas – e estamos falando da década de 40 –, uma ofensiva gigantesca. A discussão sobre maioridade, que está acontecendo na Câmara dos Deputados.

Eu acho Presidente Telmário, que o Senador Paulo Paim e V. Exª foram muito acertados em antecipar o debate aqui no Senado Federal. Por incrível que pareça, Senador Cristovam, o Senado sempre foi uma Casa mais conservadora. Agora, o que a gente está vendo na Câmara dos Deputados, pode ser a salvação da lavoura este Senado Federal.

Na semana passada, tivemos uma discussão, uma votação no Plenário do Senado Federal de um projeto sobre biodiversidade, e teve um tema muito importante, que era a repartição de benefícios para comunidades tradicionais e povos indígenas, que nós conseguimos ganhar, por poucos votos, mas nós conseguimos ganhar de setores conservadores aqui no Senado Federal.

Já vamos ter no projeto de terceirização uma tramitação diferente. Fomos conversar com o Presidente Renan Calheiros, que garantiu que não vai ter votação em regime de urgência, que vai passar pelas comissões. E eu acho que a mesma mobilização tem que ter nesse tema da redução da maioridade penal aqui.

E eu vim aqui para dizer o seguinte: está para ser montada, criada e instalada no Senado Federal uma CPI sobre o extermínio de jovens. A Presidente vai ser a Senadora Lídice da Mata, e eu vou ser o Relator da CPI.

Eu conversei com o Senador Cristovam, porque a participação dele nessa CPI, eu acho que seria muito relevante, mas é uma CPI que pode abrir uma série de discussões, desde a discussão da maioridade penal à discussão sobre a segurança pública, a reforma das polícias, a discussão sobre desmilitarização das polícias. Eu sou autor da PEC nº 51, que trata desse tema, da desmilitarização das polícias. Da discussão sobre essa política de guerra às drogas, que tem fracassado no mundo inteiro, não tem funcionado no mundo inteiro. O resultado que nós temos é uma média de 30 mil mortes de jovens no Brasil por ano. É um extermínio da nossa juventude. No ano 2012 foram 30 mil mortes, dessas, 77 mil jovens negros, jovens que estão sendo vitimados pelo tráfico, pela milícia e por uma polícia despreparada, preparadas apenas para uma política de confronto. A lógica de polícia de proximidade, de policiamento comunitário que nós temos que resgatar é uma lógica que infelizmente não prevalece nesse modelo policial brasileiro.

E aqui eu quero dizer que quando falei da política de guerra às drogas, porque o Senador Cristovam Buarque também começa a entrar nesse debate, de fato isso foi um fracasso no mundo inteiro.

Agora, eu queria aqui trazer uma experiência muito interessante, apresentada pelo Deputado Nilton Lima, que é a experiência sobre São Carlos, que fez um processo inverso. E eu queria trazer alguns dados para vocês.

São Carlos, desde 2001, vem apostando no Estatuto da Criança e do Adolescente. Começaram a trabalhar uma política de integração entre Estado, Município, Judiciário, segurança pública, Ministério Público, assistência social, saúde e educação, organizações da sociedade civil, família. Privilegiaram lá uma ação de intervenção junto ao adolescente autor do ato infracional, que se inicia a partir de pequenos desvios, e tem como centro a pessoa do adolescente e não o delito praticado.

A cidade, que, em 1998, teve 15 homicídios praticados por adolescentes, viu cair esse índice para no máximo dois por ano entre 2001 e 2005. E nenhum em 2006. Durante esse período, o índice de reincidência de São Carlos ficou em torno de 4%. Nós temos uma média nacional de 20%. E, além disso, houve uma redução do número de internos de 90%.

Eu estou falando isso porque acho que esse é um caminho que nós temos que...

Está aqui a Fundação Abrinq, que diz também que 89% dos jovens com privação de liberdade no nosso País não concluíram a formação básica até a oitava série.

Eu fui Prefeito de uma cidade lá no Rio de Janeiro, Nova Iguaçu. Nós tínhamos um trabalho que dá para ser feito em qualquer cidade brasileira, de busca ativa, porque esse jovem, esse adolescente dá o primeiro sinal. E o afastamento da escola é um sinal muito claro. E você pode colocar uma equipe multidisciplinar para ir lá, conversar com esse adolescente, conversar com a família, estudar as causas.

Então, senhores, eu acho que o Senador Cristovam é muito feliz quando faz o contraponto entre educação e prisão, entre a educação e esse sistema carcerário falido.

Eu faço parte da Comissão de Relações Exteriores. Na última reunião que tivemos, houve uma sabatina com alguns embaixadores de países africanos, e muitas pessoas falaram em direitos humanos, o que é muito importante para se falar naquela Comissão. Mas na última hora eu disse: e nós? E o Brasil com esse sistema carcerário completamente falido? Envergonha o Brasil isso que existe aí!

O que nós estamos propondo é colocar esses adolescentes nesse sistema carcerário falido, desumano, cruel, com índice de reincidência baixíssimo, um dos maiores do mundo? Mais de 60% voltam a reincidir quando saem disso. Com organizações criminosas que funcionam lá dentro?

Isso é uma maluquice. O termo que eu tenho que usar é este: maluquice. Nós estamos vendo a nossa população carcerária, a quarta do mundo, crescendo... Terceira. Eu estava inclusive questionando aqui se era quarta ou terceira, porque vejo em alguns... Nós passamos da Rússia. E vamos continuar nessa rota ascendente.

Lá no Rio de Janeiro, Senador Telmário, o que acontece é isso.

Tráfico de drogas. São aqueles aviões de tráfico de drogas, garotos que estão ali é que vão para a cadeia. E, quando eu digo que essa política de drogas é completamente despropositada, é isso.

Então, eu encerro, dizendo: nós já estamos matando essa nossa juventude, esses adolescentes. É uma política de extermínio; não há outra coisa a dizer neste País a não ser que é uma política de extermínio contra a nossa juventude pobre, a nossa juventude negra. Agora, além de extermínio, nós queremos encarcerar, nesses presídios desumanos aqui do País.

Agora, eu queria chamar os senhores – e vim aqui para isso – para dizer o seguinte: nós estamos para instalar essa CPI, essa CPI já foi formada, esperamos, num prazo de 15 dias, instalar essa CPI; e nós queríamos muito a participação dos senhores nesse debate nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu acho que pode ser uma trincheira nessa luta contra a redução da maioridade penal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos aí o Senador Lindbergh, com uma exposição...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E vou ter que sair, Senador Telmário, porque, infelizmente, a Comissão de Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... que contribuiu bastante. É o ponto de vista de um Senador jovem, de uma cidade que vive hoje a dor, a presença do crime de forma muito forte, que é o Rio de Janeiro.

Vamos ouvir agora a representante do Piauí, esta Senadora maravilhosa, mãe, que tem todo o compromisso: Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia.

Quero cumprimentar as entidades presentes, o Senador Telmário, Presidente, os Senadores presentes.

Eu acho que nós temos no País quase que um vício: na hora em que há um problema evidente, a saída é elaborar uma lei ou modificar alguma existente; agora, com o cumprimento delas, ninguém se preocupa.

Nós temos lei. Não é verdade que não há punição para o adolescente. Nós temos lei, temos o Estatuto, pelo qual o menino pode ficar três anos interno, mais três em semiliberdade. Quer dizer, há uma sequência de

ações que podem ser feitas, mas a verdade é que o Estado brasileiro é incompetente para cuidar de criança e adolescente. Eu digo isso com conhecimento de causa dos dois lados.

Eu fui militante no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), nos anos 80; depois, eu fui Secretária de Estado no Piauí, e via essa questão. Apesar de ser Secretária de Administração, eu me envolvia muito, por conta da minha origem, com o social. E a gente percebe isso claramente. Não há instrumentos eficazes. O Estado não dá conta dos presídios, do sistema carcerário também.

Então, o que a gente vê nesse clamor da população é exatamente por essa falta de controle, falta de fiscalização. Assim, para a população, a questão é prender, é se ver livre do menino.

E a gente percebe também que há setores da sociedade que sabem cuidar melhor do que o Estado. Precisam só de parcerias. Eu falo de entidades também porque eu acompanho, conheço, convivi quando Secretária. Nós temos entidades que... Lá no Piauí, nós temos uma entidade chamada Movimento pela Paz na Periferia. É premiada inclusive internacionalmente, mas está correndo o risco de fechar. Ela consegue trabalhar com o adolescente por meio de vários programas, entre eles a questão da informática, a MetaReciclagem, que é reciclar computadores. Eles funcionam até à meia-noite, porque sempre há gente querendo fazer os cursos, e é sempre gente da periferia, que vem de bicicleta, vem a pé para fazer o curso de informática, para participar do curso de MetaReciclagem. São pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Movimento consegue juntar... Lá no Piauí, por exemplo, existem as gangues – não sei se há em outros lugares; os componentes de um grupo de adolescentes de um bairro, se encontrarem um grupo de outro bairro, eles se matam. Mas o Movimento consegue botar duas ou três "gangues" – entre aspas – para ver um filme e depois comentar esse filme. Eles chamam essa atividade de Cine Periferia, que é desenvolvida numa van.

Quer dizer, são ações simples que essa entidade é capaz de fazer, mas ela está carente da parceria do Estado, que prefere ter estruturas falidas; superestruturas, mas que botam gente lá que nunca trabalhou essa questão, que nunca lidou com isso, que tem medo dos meninos quando chega perto. Então, é simplesmente uma inversão o que está acontecendo. Eu acho que a gente tem que valorizar esses entes.

Agora, a campanha está forte. Apesar de ter melhorado aqui na internet, a gente sabe que a campanha é forte pelo clamor popular. E, se a gente não tiver pessoas...

A CNBB ainda vai falar? Porque acho que a Igreja, principalmente a Igreja Católica, tem um poder mobilizador muito grande e precisa entrar nessa campanha de ser contra a maioridade penal; senão, ela passa. E não adianta se alegar a constitucionalidade, porque de tanta coisa que se alega a inconstitucionalidade acontece, não é? E o guardião da Constituição não se manifesta. Os próprios Parlamentares deveriam ser os guardiões, mas apresentam um projeto de lei com esse conteúdo.

Então, acho que a gente precisa apostar na mobilização, em mexer com a sociedade, em ver as entidades da sociedade que são contrárias e fazer uma grande campanha para que, no Senado... Porque acho que a Câmara, pelo ritmo que tem a Câmara, vota tudo muito rápido, haja vista o projeto de terceirização. É atropelando mesmo. Eu assisti, ontem, à noite, e vi o que é uma votação lá. No Senado tem mais discussão, tem mais acordo, mas lá ...

Então, acho que lá não tem muito como frear mais. Acho que temos que trabalhar agora no Senado. Essas entidades têm que vir para cima dos parlamentares para ver se conseguem, ainda, mudar alguma coisa ou rejeitar, aliás, o projeto, que é o que todo mundo que compreende o assunto quer.

Então, era isto que queria deixar como contribuição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senadora Regina, muito obrigado. V. Exª contribuiu, sem nenhuma dúvida, e está contribuindo.

Antes de passar a palavra ao Dr. André, que se habilitou a responder a pergunta do Senador Cristovam, eu queria destacar, Senador Cristovam, que essas duas mesas que nós convidamos para este fórum de debate foram baseadas naquelas pessoas que estão habilitadas, que têm convivência, que têm conhecimento técnico. Realmente, foi por esse ângulo. Então, não houve uma escolha de quem é contra ou quem é a favor, não; nós fomos buscar quem realmente conhece o assunto, quem pode trazer informação verdadeira, uma informação sem animosidade de cunho político ou de uma dor de um ente querido perdido, dessa ordem.

Então, trouxemos, por exemplo, o André, Presidente da Associação de Juízes para a Democracia, a Mariza, Presidente do Conselho Federal de Psicologia, a Angélica, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Bruna, Defensora Pública de São Paulo e Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Infância e Juventude e representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos, a Esther, Vice-presidente do Conselho Federal de Serviço Social; o Felipe, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, o Pedro Paulo, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a Luciana Loureiro, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão no Distrito Federal, o Ariel de Castro,

representante da ONG Internacional Aldeias Infantis SOS, e a Ângela Guimarães, Secretária Nacional da Juventude Adjunta e Presidente do Conselho Nacional da Juventude. Mas V. Exª será ouvido e nós vamos fazer outros convites.

Este debate está iniciando agora, e, naturalmente, também vamos trazer aqui aquelas pessoas que têm um posicionamento bem paroquial, da dor da perda de um ente querido, para dizer e mostrar que a verdadeira intenção desta Casa é levar a um verdadeiro esclarecimento, sem nenhuma influência de poder econômico externa ou mesmo de um pano de fundo. Aqui foi bem colocada a forma como está acontecendo na Câmara Federal. Parece que há uma pressa, um sentimento, lá dentro, de querer andar com a voz da população, parece-me que já uma campanha antecipada para Presidente, de possíveis nomes para Presidente, enfim, essas coisas que, às vezes, são pano de fundo.

Então, o André vai fazer uma exposição rápida ao Senador Cristovam, e, em seguida, a gente já faz a composição da segunda mesa.

O SR. ANDRÉ AUGUSTO SALVADOR BEZERRA – Senador, obrigado pelas palavras. Fico feliz em ouvi-las, assim como também fico feliz em ouvir as palavras da Senadora Regina, do Senador Lindbergh, inclusive na CPI, que tem várias pautas conjuntas com as pautas da Associação de Juízes para a Democracia, como a questão da guerra contra as drogas, do extermínio dos pobre e negros.

Mas, muito bem, vamos responder a pergunta. E vou responder apenas uma pergunta, Senador, uma pergunta apenas, porque a minha resposta é não. Não é possível abrir exceção. Muito se falou aqui da ineficácia da redução da maioridade em termos práticos, até mesmo no sentido de que vai aumentar a violência – todos nós, no final, falamos disso. Neste momento também é preciso se prender um pouco à forma. Afinal de contas, aqui é ou não é um Estado de direito? Estamos ou não estamos numa democracia?

A maioridade penal aos 18 anos é cláusula pétrea e ponto, sem exceção. Eu me formei em Direito em 1996 e sou juiz desde 1998. E, pessoalmente, Senador, eu estou cansado – eu já usei esta expressão na minha exposição – de malabarismos hermenêuticos para não se cumprirem direitos. Esta expressão, "malabarismos hermenêuticos", é do Gabriel García Márquez, usada em *Cem Anos de Solidão*. É a expressão que ele usa quando as empresas multinacionais de Macondo se livram dos acidentes de trabalho, das mortes dos trabalhadores, da exploração daquele povo latino-americano, que é o nosso povo, que é a nossa realidade tão parecida.

Realmente, eu estou cansado desses malabarismos hermenêuticos. Olha, 18 anos não é cláusula pétrea; cláusula pétrea é a maioridade penal. Não podemos abrir exceção. Esta é uma Casa que faz normas, normas gerais, normas abstratas, e é possível, sim, – lógico, não vamos ser cegos – que essas normas gerais, essas normas abstratas, por vezes, causem situações individuais injustas. Mas essas situações individuais, por serem excepcionais, não podem ser regradas pelas normas. Há casos, lógico, patológicos, de menores que, aparentemente, numa análise mais superficial, não têm solução. O que fazer com esse jovem? Olha, aí, nesse caso, me parece que não é tarefa – sem querer, desculpa e expressão, passar a bola – do Legislativo, deste Poder Legislativo, traçar normas gerais e abstratas. É tarefa ainda do Estado brasileiro, mas da Administração Pública, do Poder Executivo, das políticas públicas de educação, das políticas públicas de saúde, inclusive de saúde mental, já que há casos, realmente, de patologias de menores aparentemente irrecuperáveis.

Portanto, é não.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom, então, agora vamos fazer... A Angélica quer fazer...

Um minutinho, não é, Angélica?

A SRª ANGÉLICA MOURA GOULART – Respondendo brevemente, a Conanda se debruçou sobre esse tema, fez uma reflexão profunda sobre ele, e, se a gente se basear no princípio que deve estar orientando a privação de liberdade dos nossos adolescentes, nós temos que focar no princípio da excepcionalidade e no princípio da brevidade. Então, está havendo uma inversão: hoje, muitas vezes, os meninos estão cumprindo essas medidas de privação de liberdade por atos infracionais por que eles não deveriam estar cumprindo.

Então, se nós, como disse a Senadora, cumpríssemos exatamente a lei como é, quem deveria estar cumprindo medida de privação de liberdade eram esses jovens que cometem esses atos mais gravosos, e não aqueles, como nós dissemos anteriormente, que estão relacionados ao tráfico de drogas, a crimes menos lesivos e que estão dentro do sistema. Então, há um equívoco nessa aplicação, e a gente precisa se debruçar e amadurecer as nossas posições em relação a isso.

Mas eu não podia deixar de lembrar que, no ano passado, tramitou a PEC nº 33 aqui, no Senado, uma PEC do Senador Aloysio Nunes, que trata exatamente desse tema. Essa PEC recebeu parecer contrário e foi derrotada. Ela foi derrotada na CCJ, em 2014. Então, eu acredito que o Senado já avançou nessa discussão, já apreciou essa matéria.

Embora exista um requerimento de levar essa discussão da PEC para o plenário do Senado, eu acho, Senador, que nós temos que amadurecer, que continuar dialogando para nos prepararmos também para esse momento.

Então, muito obrigada e desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Muito obrigado.

Obrigado a todos que fizeram essa primeira mesa.

Vamos ouvir agora a segunda mesa, que é composta pelo Felipe da Silva, pelo Pedro Paulo Guerra de Medeiros, pela Luciana Loureiro Oliveira, pelo Ariel de Castro Alves e pela Ângela Guimarães. (*Pausa.*)

Bom, então, dando continuidade ao nosso trabalho, nesta segunda mesa, segunda rodada de debates, vamos começar com o Felipe. Em seguida, falarão o Pedro Paulo, a Luciana, o Ariel e a Ângela.

Com a palavra o Felipe, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial.

O SR. FELIPE DA SILVA FREITAS – Muito bem.

Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento aqui o Senador Telmário Mota, que preside os trabalhos desta sessão, desta audiência pública, e registro aqui o nosso desejo de que o Senador Paim volte rapidamente ao combate nesta Casa, pois ele é fundamental, tem sido fundamental numa característica muito peculiar ao Senador Paim, que se verificou em vários momentos da trajetória desta Casa, que é de construir consensos e unidades em temas difíceis. O Senador tem essa característica e faz muita falta sempre que não está presente. Então, desejo aqui uma rápida reabilitação ao Senador Paulo Paim.

E quero saudar as pessoas presentes, as entidades, os companheiros e as companheiras de mesa dizendo da importância, eu acho, desta audiência para o fortalecimento do debate e o papel que esta Casa tem. Como a Secretária Angélica já destacou, esta Casa conseguiu fazer, o que é muito difícil, um debate muito avançado sobre o tema da redução. Ela rejeitou não só a PEC nº 33, mas todas que estavam a ela apensadas na questão da constitucionalidade. Portanto, há discussão sobre a inconstitucionalidade das medidas de redução da idade penal e seus derivados e todas as medidas que mexem, ainda que de maneira indireta, enviesada, na questão da redução da idade penal foram debatidas e enfrentadas pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, o que revela que esta Casa conseguiu criar um ambiente político em que as vozes foram ouvidas. A meu juízo, foi feito um debate razoável e uma decisão acertada foi tomada. Assim, acho que isso faz com que este momento seja fértil no sentido de antecipar esse reexame que acontecerá diante da discussão da PEC nº 171, que está acontecendo na Câmara dos Deputados.

Como já foi anunciado, falo aqui em nome do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que é um órgão associado à Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, um conselho consultivo, e que tem se debruçado, ao longo dos anos da sua existência, sobre esse tema a partir daquilo que é a vocação, que é a atribuição do nosso Conselho, que é pensar as assimetrias raciais da sociedade brasileira e de que modo esse tema impacta na agenda das pessoas negras e da juventude negra, de modo particular.

Vou pinçar, falar rapidamente, vou tentar falar aqui, nos dez minutos, em dois pontos.

Primeiro, acho que é importante voltar a esse tema, concordar com o que esta Casa já disse, com a decisão que esta Casa já constituiu na sua Comissão de Constituição e Justiça e que foi apresentado aqui pelos oradores que me antecederam, a respeito da inconstitucionalidade.

Isso pode parecer um debate de forma, pode parecer um debate que quer fugir à discussão de mérito, mas, efetivamente, não é, porque o que distingue – e acho que o Dr. André foi bastante feliz ao levantar esse aspecto – uma sociedade, um Estado democrático de direito de outro é a possibilidade de se regrar segundo um conjunto de normativas que estão hierarquizadas pela Constituição. Então, eu acho que o argumento constitucional é muito importante, e a inconstitucionalidade tem de ser reafirmada.

E, segundo, quero dizer que acho que precisamos nos dirigir aqui não somente aos nossos pares que são contrários à redução, porque precisamos nos dirigir àquelas pessoas que têm posição favorável à redução, mas, pensando nas pessoas que são a favor da redução, também tentando fazer uma distinção ali.

Há uma parcela que acha que a saída é exterminar uma parcela da juventude que tenha cometido determinado delito. Com essa parcela, efetivamente, a nossa possibilidade de diálogo fica limitada, porque, para nós, o princípio é de que exterminar não é uma opção. Mas eu acho que há gente de boa vontade, gente séria, gente que está impactada pela questão da violência, que, de boa-fé, acredita que a redução é uma alternativa. Eu queria dialogar com essas pessoas. Acho que é importante dialogar com essas pessoas. Quero dialogar com essas pessoas discutindo, primeiro, uma coisa que o Senador Cristovam trouxe aqui e que eu acho que é bastante importante, que é a dimensão do ódio, da vingança, como um componente que acaba calibrando a nossa expectativa com relação a esse tema. Se eu acho que não é possível debater um tema como esse, que diz

respeito à vida das pessoas, sem paixão, eu acho também que, sem dosar a nossa paixão com a racionalidade necessária, a gente acaba tomando decisões equivocadas, porque eu entendo fraternalmente as pessoas que são vítimas de violência e que reagem querendo redução, querendo até a vingança. Mas isto não pode ser uma razão de Estado. Isto não pode ser o sentimento que organiza a reação no Parlamento, que organiza a reação no Estado brasileiro. Então, eu acho que a gente precisa dialogar com essas pessoas, dialogar tentando desfazer alguns mitos, alguns boatos, algumas informações truncadas, como aquelas que já foram contraditadas aqui pelos oradores que me antecederam, e eu queria ficar em três pontos que acho que são bastante importantes, que eu gostaria de frisar e que já foram, de algum modo, trazidos pelas pessoas que me antecederam.

O primeiro é uma ideia de que nós temos, no Brasil, uma desordem generalizada, uma impunidade sobre a qual a redução da maioridade penal iria incidir. Esta é uma ideia que está circulando amplamente na sociedade e que, a meu ver, a gente precisa combater porque não é verdadeira.

O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo. São 500 mil que estão nas medidas gerais de regime fechado. Quando somamos com as que estão cumprindo prisão domiciliar, a gente chega a mais de 700 mil pessoas em cumprimento de diferentes regimes prisionais. Só que a gente segue falando de leis mais duras como se o Brasil tivesse uma população carcerária pequena ou como se a intervenção penal no País fosse limitada, o que não é verdade. Essa é uma primeira questão. E, aí, a gente precisa desassociar a responsabilização do sofrimento, da dor e do castigo físico. Eu sei que isso é um processo difícil. A lei que se referia a castigos físicos no que diz respeito à criança e ao adolescente mostrou um pouco como é difícil fazer esse debate no País.

Por que estamos querendo reduzir a idade penal? Esta é uma questão. É porque a gente quer mais responsabilização ou porque a gente quer mais dor, mais sofrimento para esses meninos que praticaram um ato infracional? Essa eu acho que é uma questão sobre a qual precisamos pensar: a gente quer mais castigo ou a gente quer resposta aos delitos? Essa é uma questão que acho útil para superarmos um entrave que se criou no debate.

Um segundo aspecto é o discurso do medo. O medo não é útil politicamente para debater temas dessa natureza, porque o medo nos paralisa e interdita nossa possibilidade reflexiva, porque o medo é um tipo de sentimento individual que se torna coletivo, que, do ponto de vista individual, paralisa e, do ponto de vista coletivo, induz a certos tipos de dominação muito perigosos. Sempre que sociedades tiveram muito medo, estratégias de dominação se estabeleceram naquelas sociedades e tiveram efeitos muito penosos. O medo não é um bom sentimento para nos acompanhar numa decisão dessa natureza.

A gente precisa administrar esse medo que é sentido individualmente por cada um e por cada uma de nós diante da constatação de que a violência é real, é objetiva na nossa sociedade, é percebida de várias formas, não só a violência criminal, que é essa que é mais midiatizada, mas a violência do racismo, a violência do ódio religioso, a violência do sexismo, a violência das fobias LGBT e das violências contra homossexuais no Brasil.

Então, a violência, efetivamente, se generaliza, mas a gente não olha para toda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE DA SILVA FREITAS – ... violência; a gente olha, prioritariamente, para aquela violência criminalizada, midiatizada. Essa também é uma questão em que a gente precisa pensar. Mas o medo não contribui para saídas racionais no nosso debate.

Por último, precisamos pensar numa coisa que quem tem posição favorável à redução diz bastante – mas eu acho que diz de um modo, a meu ver, equivocado –, que é a questão das vítimas. Por quê? Fala-se bastante do sofrimento das vítimas para argumentar a redução. No entanto, eu acho é importante pensar o seguinte: em que a redução da idade penal importa em atendimento às vítimas? Porque eu acho que a questão das vítimas é um tema que tem que nos preocupar, mas não é o castigo contra o autor que aumenta a resposta do Estado à vítima. O debate que tem que ser feito é sobre como a gente amplia a reparação da vítima quando for possível, como a gente amplia a estrutura estatal para que a vítima consiga superar os sucessivos traumas causados pela perda que a violência desencadeou. A redução não incide sobre o tema das vítimas. Eu acho que esse é um falso argumento que eu queria trazer para o nosso debate. As vítimas não são consideradas no debate da redução, porque aplicar uma medida socioeducativa ou prender no regime do sistema penal o autor, que, como a gente já disse aqui, é minoritário, é totalmente subsidiário no conjunto dos homicídios e dos crimes violentos praticados no País, não incide sobre o problemas das vítimas.

Então, eu volto a pergunta para encerrar: é o sofrimento ou a responsabilização do autor que a gente quer? Qual é a demanda da vítima? É a reparação? É a indenização civil? É o atendimento psicológico? É a estrutura do sistema social que possa atender a essa vítima? Ou é a prisão do autor? A meu ver, é a possibilidade de que a gente refaça o laço nas comunidades e construa direitos, a emancipação, a autonomia e o empoderamento da juventude, o que está em jogo. A meu ver, é a discussão sobre o empoderamento juvenil, sobre

como se garantem direitos para a juventude o que está em jogo. Porque, no limite, este debate aponta para a reflexão sobre a democracia, ou não, da nossa sociedade.

Eu acredito que a sociedade brasileira é uma sociedade democrática e vai se afirmar assim sempre que as instituições puderem contribuir com isso. O Senado Federal, com este debate, presta uma contribuição a isso e as instituições que estão aqui também.

Acho que a redução da idade penal, efetivamente, não é a saída, e este é o diagnóstico a que a gente vai chegar no nosso debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos a fala do Felipe, muito bem colocada. Ele conversou com o público que se manifesta de forma responsável e trouxe para uma reflexão.

Então, vamos ouvir agora o Pedro Paulo, que representa o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Senador Telmário Mota, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil agradece, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, junto à sociedade, debatendo os seus rumos, o seu futuro, porque o lugar correto para a discussão dos rumos do País e para os limites dentro dos quais temos que viver hoje e amanhã é exatamente o Congresso Nacional. Não é na mídia, não é no jornal, não é nas redes sociais. Nas redes sociais, a população tem o direito de opinar, mas a decisão final passa por esta Casa legislativa, que tem o povo nela representado. Daí por que a Ordem dos Advogados do Brasil, sempre que possível, quer, e registra isto, poder participar das discussões. As audiências públicas têm este efeito de discutir e ouvir as várias opiniões e vertentes que permeiam a nossa sociedade e que, algumas vezes, são contrárias à opinião da própria instituição OAB ou, às vezes, contrárias àquilo que entendemos que diz a nossa Constituição Federal, mas que nem por isso podem deixar de ser ouvidas e observadas, porque é a opinião da maioria da população brasileira, ainda que pontualmente.

Portanto, essas audiências públicas contam sempre com o beneplácito da Ordem dos Advogados do Brasil, motivo pelo qual ela reitera os seus agradecimentos e presta esta homenagem a esta Casa por poder participar de mais esta audiência pública para tratar de um assunto tão relevante.

O Conselho Federal da OAB já, há muito tempo, tem posição formada contrária à proposta de redução de maioridade penal. Não é de hoje. Não é deste mês. Já, há vários anos, tem posição formada. Mas, como nós sabemos, reiteradamente, de tempos em tempos, o assunto volta novamente à discussão, principalmente se há algum crime cometido por menor que vai para o jornal das oito da noite. Se um crime cometido por menor vai para um jornal das oito da noite, por óbvio, o assunto é requentado, é trazido novamente à baila, e o Conselho Federal tem que, formalmente, se pronunciar pelo seu Pleno reafirmando, aquilo já tido anteriormente, contrariamente à proposta de redução da maioridade penal. É isto que se está a tratar neste momento.

A ideia foi reacesa. Estamos aqui, novamente, discutindo uma proposta que não é nova, mas que, há tempos, tem recebido opiniões de quem é do ramo, de quem estuda política criminal, de quem estuda política para jovens e adolescentes, de quem é psicólogo, de quem é assistente social, de quem conhece a realidade de jovens, de quem conhece a realidade de política criminal. Todos esses dizem: não há por que se reduzir a maioridade penal. E não há por que por duas vertentes: uma vertente formal e uma vertente material.

A vertente formal é que a forma pela qual se pretende atuar, que é modificando a Constituição Federal, encontra limitação na própria Constituição Federal. Nós temos direitos e garantias previstos na Constituição Federal não exclusivamente no art. 5º. É uma falácia dizer que todos os direitos e garantias fundamentais estariam limitados ao art. 5º da Constituição. Nós sabemos que não é verdade. A Constituição é um bloco normativo, com vários direitos e garantias espalhados em seu bojo. A título de exemplo, citamos o direito à anterioridade tributária. Quando se modifica uma lei tributária, você precisa de um certo tempo para que passe a viger aquela nova legislação. O Supremo Tribunal Federal, oportunamente, disse que aquilo era um direito fundamental, o direito à anterioridade tributária. Ora, isso não está no art. 5º. Não mesmo. Mas o Supremo reconheceu. Por óbvio, com muito mais razão, não há que se discutir o direito à limitação de imputabilidade penal estabelecida na Constituição Federal como sendo de 18 anos, que, aliás, segue a regra e a sugestão da Organização das Nações Unidas. Nós não criamos isso. Isso vem da ONU. Até hoje ainda é assim. A maior parte dos países que integram a Organização das Nações Unidas estipulam o seu patamar em 18 anos. Portanto, é um direito e uma garantia fundamental previsto na Constituição Federal e, portanto, uma proposta tendente a abolir, limitar ou restringir esses direitos é uma proposta que afrontaria o princípio internacional da vedação ao ano retrocesso social, também chamado de efeito *cliquet*. Você não pode retirar do ordenamento jurídico um direito fundamental depois de incorporado. Direitos fundamentais somente são incorporados ao ordenamento jurídico, nunca retirados. Daí por que – e é uma teoria de direitos humanos, de direito internacional – você nunca fala em gerações de direitos fundamentais. Academicamente, já se evoluiu para não se falar mais em geração, mas,

sim, em dimensão. Nós temos dimensões de direitos fundamentais, e não mais gerações. Exatamente por isto: com as dimensões, você vai abarcando novos direitos e os incorporando. Se você fala em gerações, você daria ideia de que, ultrapassada aquela geração anterior, você teria abolido os direitos fundamentais agregados em uma geração pretérita. Na verdade, você apenas acresce. Por isso, você fala em dimensões.

Portanto, formalmente, a proposta tendente a reduzir a maioridade penal nos parece absolutamente inconstitucional e inconvencional, usando uma expressão que o Professor Valério Mazzuoli utiliza, que é o de que também violaríamos preceitos de tratados internacionais de direitos humanos com relação aos quais o Brasil é signatário, que impedem o retrocesso social. Portanto, é inconstitucional, entendemos, essa proposta.

Se – e aceita-se isto apenas por hipótese, eventualidade mesmo, amor à discussão – vier a ser promulgada uma proposta como essa e ela se tornar emenda constitucional, não tenho dúvidas, o Conselho Federal da OAB, um dos legitimados no art. 103 da Constituição Federal, eminente Senador, certamente, por seu Plenário, envidará esforços para que seja proposta uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal para ver declarada inconstitucional essa eventual, hipotética e, acreditamos, nunca concretizada emenda constitucional para reduzir a maioridade penal.

Bem, o segundo basilar do motivo pelo qual entendemos não deva ser essa proposta aprovada nesta Casa é o de que, materialmente, o que se tenta fazer com essa redução é reduzir a criminalidade. Não há dúvida de que é isso que se pretende. Não é porque se quer pegar os jovens e mandar para o presídio simplesmente. Há o motivo de que, se você reduz a maioridade penal para 16 anos, você reduzirá a criminalidade, em especial aquela praticada por jovens e adolescentes ou por adultos utilizando-se de jovens e adolescentes como ferramenta de trabalho no crime.

Materialmente, também é falsa essa premissa. Nós vimos, a despeito do que, na reportagem, alguns congressistas disseram, que seriam 75% dos crimes praticados por jovens e adolescentes, menos de 1% o é. Portanto, menos de 1% dos crimes praticados no País são praticados por jovens e adolescentes. Ou seja, ainda que fosse verdade que, reduzindo a maioridade penal para 16 anos, houvesse o condão de evitar que esses crimes acontecessem, o que não é verdade, nós reduziríamos menos de 1% da criminalidade.

Qual é a eficácia disso? Nenhuma. Mas não é verdade que isso fará com que os crimes deixem de acontecer. O problema do Direito Penal é que ele tem efeito simbólico, ele tem efeito preventivo geral, que as pessoas têm que se sentir desmotivas a praticar aquele ato, que é um princípio econômico, da desmotivação, sob pena de receber a sanção, mas, na verdade, o que nós sentimos, no Brasil, hoje, com relação à sensação de impunidade não vem com relação ao problema do Direito Penal; o problema é que não temos estrutura para aplicar o Direito Penal, que não temos estrutura para aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente, que não temos centros de internação, não temos assistência social, não temos psicólogos, psiquiatras, escolas, clínicas para tratamento de saúde, empregos para jovens e adolescentes e seus pais... Ou seja, não há dignidade para esses jovens e adultos. Se o Estado não se faz presente para eles, eles não têm por que respeitar os bens jurídicos que o Estado tem como importantes. Eles se sentem marginalizados e, como marginalizados, não respeitam esses bens jurídicos. Daí porque não vai haver, materialmente, a redução de criminalidade. Isso é uma falácia.

Portanto, seja no âmbito formal, pela inconstitucionalidade, seja porque, materialmente, não vai reduzir a criminalidade, não há por que essa proposta de emenda constitucional ser aprovada nesta Casa, motivo pelo qual o Conselho Federal da OAB, por seu Plenário, assim como o Instituto dos Advogados do Brasil, o IAB, histórico instituto, fundador da OAB, também têm um parecer do lendário Evandro Lins e Silva, que, quando de uma proposta da emenda constitucional, há 20 anos, era vivo, fez um parecer também contrário à redução da maioridade penal.

Nós não podemos transformar essas discussões de Direito Penal, que hoje se tornam populismo penal, em "futebolização". Não podemos discutir Direito Penal na televisão como discutimos futebol. No futebol, se nós erramos ou acertamos na escalação de um time, não há problema algum; mas, se nós erramos nos rumos que damos ao Direito Penal e no rumo que daremos aos jovens brasileiros e, em vez de educá-los e ajudá-los, os colocamos nas cadeias com adultos, a criminalidade vai aumentar. Eles não vão para a cadeia e vão ficar presos para o resto da vida; eles vão voltar, e voltar para a rua pior do que entraram. É isso que as pessoas têm que entender: elas não vão simplesmente sumir com os jovens, pois eles vão para a cadeia com os adultos e vão voltar muito pior do que entraram. Não é melhor tentarmos salvar os jovens do que, desde logo, colocá-los na escola e na pós-graduação do crime no presídio com adultos?

O Conselho Federal da OAB, uma vez mais, agradece a oportunidade e reitera a sua posição contrária à redução da maioridade penal, seja porque, formalmente, é inconstitucional, é inconvencional, seja porque, materialmente, não surtirá nenhum efeito pretendido, que é o de diminuir a criminalidade no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Esta Comissão é que agradece a presença do jovem representante da OAB, que deu uma explicação bem didática, mas muito focada na parte

da legalidade e na parte material, como foi bem ponderado. A OAB sempre foi a guardiã da democracia, dos direitos constituídos e, sem nenhuma dúvida, é importante nas grandes causas das lutas do povo brasileiro. Parabenizo o, Dr. Pedro, por sua participação nesta Comissão.

Agora, vamos ouvir a Luciana Loureiro Oliveira, Procuradora Regional do Cidadão do Distrito Federal.

A SRª LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas!

Agradeço, Senador Telmário, a oportunidade de estar aqui representando a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que é, para quem não sabe, um órgão do Ministério Público Federal e, só para contextualizar, é o órgão de cúpula do Ministério Público Federal que orienta a atuação dos Procuradores da República em todo o País nas questões relativas à cidadania e direitos humanos.

A Procuradoria Federal já tem, há algum tempo, uma nota técnica editada que já foi encaminhada à própria Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Direitos Humanos desta Casa Legislativa e da Câmara dos Deputados porque ela já se manifestou sobre algumas proposições legislativas que visavam à redução da maioridade penal, e se manifestou contrariamente. É este posicionamento que venho ratificar e reiterar acerca da PEC nº 171, recentemente ressuscitada e admitida pela CCJ da Câmara.

Nós estamos confiantes de que o Senado, reafirmando a posição já externada em relação à PEC nº 33, que foi rejeitada, também o fará em relação à PEC nº 171. Aliás, o número da PEC não poderia ser mais adequado, 171, porque se trata realmente de um engodo, uma enganação, uma tentativa de estelionato mesmo em face da sociedade, porque, assim como já disseram todos os expositores que me antecederam nesta e na mesa anterior, é uma solução que, na verdade, nada resolve, que aprofunda um problema que é mais social do que jurídico ou de política penal.

Então, o posicionamento do PFDC é absolutamente contrário à redução da maioridade penal por motivos que já foram expostos aqui. Eu fico muito confortável em falar para pessoas que comungam o mesmo entendimento, mas vou tocar apenas em alguns pontos para não ser repetitiva. Nós somos contrários porque, em primeiro lugar, para nós, realmente, significa atentar contra uma cláusula pétrea da Constituição, porque o direito do adolescente de ser tratado pela Justiça de modo diferenciado em relação ao adulto decorre da sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, e isto integra o seu patrimônio mínimo de dignidade e de liberdade. Esse patrimônio mínimo de dignidade e de liberdade nós não podemos enxergar senão conjugando com o princípio da proteção integral, que está lá no título dos arts. 227 e 228. Ou bem nós assumimos que o adolescente merece essa proteção integral em todas as manifestações do Estado, ou nós temos que acolher outro fundamento para o tratamento das crianças e dos adolescentes, porque o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta são totalmente incompatíveis com a segregação do adolescente no nível que a lei penal permite em relação aos adultos.

Como já foi dito aqui e repisado, o tratamento do adolescente tem um fundamento de reeducação, tem um fundamento mais propriamente pedagógico do que punitivo, embora, lateralmente, também isso tenha um fundamento punitivo. Mas a punição deve ser encarada como muito menos importante do que a reeducação. É por isso até que nós falamos em medidas socioeducativas e em reeducação do adolescente e não em ressocialização ou coisa que o valha, porque, a rigor, ele sequer deve ser retirado da sociedade. Pelos princípios que já foram também repisados aqui da brevidade e da excepcionalidade da medida de internação, essa é uma medida aplicada em casos excepcionais.

Nós também nos preocupamos bastante com esses rompantes que, vez por outra, fazem com que o tema da redução da maioridade penal volte à tona. O fato é que é muito confortável falar para pessoas que comungam do mesmo entendimento, mas o ideal era que esse debate fosse feito com pessoas que não comungam desse entendimento, para que nós pudéssemos debater frente a frente, cara a cara, com aquelas que pensam diferente e que vêm trazendo e vêm disseminando dados que são falsos, que não têm base científica ou base estatística verdadeira, e para que pudéssemos interpelar essas pessoas sobre de onde elas tiram esses dados, de onde tiram essas conclusões, porque são esses dados que estão sendo disseminados e estão formando, inadequadamente, o convencimento da população em torno desse tema, como já pudemos observar, flagrantemente favoráveis a uma medida desse porte.

É preciso desfazer, em torno desse tema, mitos e preconceitos. Alguns dos mitos, que eu não vou repetir, já foram aqui ditos e reiterados, como o de que o adolescente comete crimes mais graves, de que o adolescente é responsável pelo aumento da criminalidade, de que os adolescentes não são punidos, e, na verdade, existe uma resposta, uma resposta diferenciada – é preciso que tenhamos essa consciência –, mas é preciso também desfazer alguns preconceitos, para que não sejamos tentados a cair na armadilha do argumento terrorista daquele que pergunta o que pensaríamos se fosse com a nossa família.

Um desses preconceitos – é preciso que tenhamos essa consciência – é o de que uma verdade cruel, mas verdade, é que grande parte da população não vê o adolescente negro, pobre, residente na periferia, e que já está absolutamente impactado pela ausência do Estado como destinatário, como merecedor, como digno da proteção integral do Estado, diferentemente de um ato que é praticado por um adolescente que não se enquadra nessas definições.

Então, aquele que já está marginalizado, em todos os sentidos, pela ausência do Estado, pela sociedade, sequer merece estar inserido nessa dimensão de proteção integral. "O que podemos fazer com esse adolescente? Vamos encarcerá-lo e vamos jogá-lo na mesma vala comum", assim como fazemos, inadequada e injustamente, com aqueles que cometem crimes e vão para as penitenciárias.

Então, é preciso desfazer esse preconceito. A sociedade está imbuída desse preconceito. Ela não vê no jovem negro, pobre e, frequentemente, residente na periferia alguém merecedor da proteção integral do Estado. E é justamente este jovem, como já foi dito e repisado aqui, que mais precisa da proteção integral do Estado, em todos os sentidos, desde a criança, que tem de ter a vaga garantida na creche, na educação infantil, no ensino fundamental, até o direito à proteção à saúde, à assistência social, quando necessária, à preparação e à capacitação para o trabalho. A ausência do Estado em todos esses aspectos que permeiam a vida e o crescimento dessa criança e desse adolescente o torna um candidato frequente e muito fácil para o aliciamento, seja pelo tráfico, seja por outras tantas instâncias criminosas, e esse adolescente acaba tendo esse desfecho quase inevitável, que nós sabemos que é o que acontece com a maior parte da população jovem, principalmente negra, no País.

Então, é preciso que nós paremos para pensar e entendamos o que está por trás...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA – ... de uma opção da sociedade em geral pela redução da maioridade penal.

E, por último, eu queria só dizer aqui alguma coisa, recuperar o pensamento de um jurista argentino chamado Raúl Zaffaroni, que trata muito da questão da coculpabilidade, uma tese que leva em consideração o seguinte: aquelas pessoas que mais estão em situação de vulnerabilidade social, ao invés de serem mais punidas ou mais rigorosamente punidas pelo Estado, deveriam ter a sua pena exatamente reduzida e menos agravada por conta de já estarem sendo punidas, de já serem punidas socialmente pelas circunstâncias materiais e sociais, pelo ambiente em que elas estão inseridas. Isto casa perfeitamente com a nossa visão acerca da inadequação da redução da maioridade penal para esses adolescentes. Eles já estão numa situação de vulnerabilidade social extrema, de ausência do Estado, o que torna o Estado corresponsável por esses atos, pelos atos infracionais. O Estado, que mais deveria protegê-los e assistir a eles, é que agora se vê nessa contingência de decidir se vai puni-los mais rigorosamente ou não, o que é um contrassenso e, no mínimo, uma decisão antiética. Mas, concordando com aqueles que já me antecederam, é também uma decisão inconstitucional e que nós entendemos que tem que ser rechaçada.

Enfim, a nossa posição é esta. Não vou me alongar mais. O que nós estamos precisando e o que os adolescentes precisam é de mais amor, amor traduzido em políticas públicas que os afastem da criminalidade, e não de cadeia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos a fala da Drª Luciana, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão no Distrito Federal, uma fala extremamente coerente. A Drª Luciana quer o embate – ela sentiu esse clima aqui –, e não tenho nenhuma dúvida de que esse embate está acontecendo.

As pessoas estão acompanhando – quero parabenizar o povo brasileiro – em todos os Estados brasileiros. Nós estamos recebendo aqui as manifestações, e o último dado que tive aqui, rapidamente, que me passaram, foi de 53 manifestações, sendo que 31 foram de outros comentários, mas 16 foram contrários e 6 foram a favor dessa PEC nº 171. Olha, Deus escreve certo em linhas tortas. Então, a PEC já veio torta, já veio com um código judicial, jurídico, extremamente ruim, pois veio com o número 171.

Agora, vamos ouvir, então, a fala do Ariel de Castro Alves, que é representante da ONG Internacional das Aldeias Infantis.

O SR. ARIEL DE CASTRO ALVES – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento aqui o Senador Telmário Mota e o parabenizo pela iniciativa, junto com o Senador Paulo Paim e todos os membros desta Comissão de Direitos Humanos.

Falo aqui em nome da Organização Aldeias Infantis.

Atuo há muitos anos atuo nessa questão pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos e atuei, muitos anos também, na nossa Ordem dos Advogados do Brasil.

Cumprimento o Augustino, que vejo aqui, um militante histórico do movimento pelos direitos humanos, também assessor desta Casa.

E quero dizer que também concordo e assino embaixo, assino um cheque em branco para todos que falaram aqui na mesa anterior e para todos que agora também se posicionaram muito bem sobre o assunto. Mas quero trazer mais algumas questões para polemizar um pouco essa discussão.

Nós já sentimos que aqueles que defendem a redução da maioridade não têm argumentos técnicos e, muitas vezes, se baseiam nos apelos emocionais ou na vingança, ressuscitando até a Lei do Talião, da Idade Média. É claro que a gente compreende os apelos das vítimas, dos familiares das vítimas. Aliás, todos nós aqui também já fomos, muitos, vítimas, inclusive de violência praticada por adolescentes. Nós não estamos alheios à criminalidade ou à violência.

Em 2005, eu fiquei, durante uma hora, com uma faca no pescoço em uma rebelião da Fundação Casa, que chamava Febem, até que fui amarrado em um botijão de gás no meio de um incêndio na unidade. Depois, graças a Deus, fui salvo por internos que conheciam o meu trabalho no Complexo do Tatuapé. E tantas outras situações todos nós podemos narrar. Um dia, eu ia dar uma coletiva sobre uma ação na OEA contra a Febem e, no farol, antes da coletiva, fui assaltado e tive que me desculpar com os jornalistas, porque tinha sido assaltado. E já veio a pergunta: era menor ou maior de idade? Infelizmente, era um menor também.

Então, nós não estamos alheios à violência que atinge toda a sociedade, mas nós devemos atuar com a razão. À medida que estamos representando instituições, nós precisamos trazer argumentos técnicos, que foram aqui muito bem tratados. Nós temos argumentação suficiente. Infelizmente, alguns veículos de comunicação fazem campanha deliberada em prol da redução da maioridade penal e não cumprem sequer o requisito fundamental da comunicação de garantir o outro lado, garantir que o outro lado também se manifeste sobre o assunto, como estamos tendo aqui essa importante oportunidade de fazer.

Muitas vezes, também, isso se reflete nas pesquisas de opinião. Agora, nós temos total condição de provar que colocar adolescente em um sistema prisional completamente falido, com 70% de reincidência, só vai aumentar a criminalidade cada vez mais cedo. Além disso, no mundo do crime, rapidamente, teremos cada vez mais jovens de 12 ou 13 anos aliciados pela criminalidade, de forma cada vez mais precoce, com a redução da maioridade penal. O próprio filme "Cidade de Deus", um dos filmes de mais sucesso na história do cinema nacional, mostra muito bem isto: no mundo do crime não tem vácuo. Existe uma reciclagem muito rápida. Na medida em que aqueles de 16 foram detidos ou foram para a unidade de internação, logo eles foram substituídos pelos de 12 ou pelos de 13 anos, e assim por diante.

Sendo assim, na medida em que o Estado exclui, o crime acaba incluindo. Então, nós precisamos focar nessas questões. Nós tiraremos adolescentes, Senador, que hoje são educados por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos em unidades socioeducativas – é claro que muitas ainda não estão adequadas ao que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei do Sinase – e colocaremos esses jovens em presídios superlotados, em centros de detenção provisória de 800 vagas, mas que mantém 2.500 presos, como vários em São Paulo, onde eles serão, então, deseducados por líderes de facções criminosas.

Unidades de internação, mesmo a Fundação Casa, de São Paulo, têm divulgado uma reincidência de 14%. É claro que não leva em conta o jovem que completa 18 anos e vai para o sistema prisional, mas, de qualquer forma, é muito menos que os 70% do sistema penitenciário.

Eu gostaria, também, de dizer que, muitas vezes, aqueles que defendem a redução são os mesmos que não querem abrigos para crianças em situação de risco próximos de suas casas, os mesmos que não aceitam qualquer programa de liberdade assistida próximo dos locais onde moram, os mesmos que não querem unidades de internação, os mesmos que não ajudam os jovens a conseguir vaga no mercado de trabalho, os mesmos que também não garantem profissionalização a esses jovens. Então, é importante a gente poder ressaltar isto.

Agora, eu queria tratar aqui dos reflexos da maioridade penal, porque uma mudança constitucional se reflete também em leis ordinárias e no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, nós temos que pensar, quando se discute maioridade penal... Hoje, no Código de Trânsito Brasileiro, o que está previsto, com relação ao direito de dirigir veículos automotores, é a imputabilidade. A partir do momento em que é imputável, passa a ter direito de dirigir aos 16 anos. Isso tem consequência, e, certamente, terá, no aumento dos acidentes de trânsito.

Mas não é só isso. Há poucos dias foi aprovado um projeto – há um mês, na verdade – aqui, do próprio Senado, que criminaliza a venda de bebidas ou fornecimento de bebidas para menores de 18 anos. Agora, quem tem 16 anos e já é maior penalmente tem o direito de beber, de se embriagar, de comprar bebidas. Por que não?

Então, isso também gera uma certa vulnerabilidade com relação a essa faixa etária e serve de álibi também para aqueles que fornecerem ou que venderem bebidas para adolescentes.

Exploração sexual de vulnerável, de qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade. A partir do momento que se tem a maioridade penal aos 16, não dá mais para considerá-lo vulnerável.

A doutora do Ministério Público Federal sabe muito bem que, hoje, muitas vezes, os aliciadores, os abusadores usam dizer que a vítima aderiu espontaneamente à prática da exploração sexual ou que não sabiam a idade da vítima e são absolvidos, como já ocorreu aqui no próprio Superior Tribunal de Justiça. Recentemente, no Tribunal de Justiça de São Paulo, um fazendeiro alegou que a vítima aceitou, espontaneamente, ser explorada sexualmente e foi absolvido.

Então, os abusadores vão dizer: "Não, mas ela não é vulnerável. Ela tem 16 anos de idade e é responsável penalmente por todos os seus atos. Não podemos mais considerá-la uma pessoa em situação de vulnerabilidade." Isto vai, certamente, fomentar a exploração sexual de crianças e adolescentes no País. E é importante falar isto aqui, no Senado, porque foi aqui que tivemos uma CPI da Exploração Sexual, em 2005 e 2006, dirigida pela Senadora Patrícia Saboya, que chegou ao crime de exploração sexual de vulneráveis, o que vai cair por terra, então, e gerar desproteção para aqueles adolescentes entre 16 e 18 anos de idade.

E há outras situações. A própria corrupção de menores do art. 244 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê corromper menor de 18 para a prática de crimes, vai ficar inválido. A partir do momento em que ele é penalmente imputável, ele não pode ser aliciado ou corrompido por uma pessoa maior de 18 anos de idade.

Então, a partir dos 16, essa corrupção de menores cai por terra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARIEL DE CASTRO ALVES – ... também.

E a proteção do trabalho. Hoje é proibido o trabalho para todo menor de 18 anos em situações insalubres, perigosas, trabalho noturno. E nisso, também, nós teremos uma vulnerabilidade. Certamente, os próprios empregadores, os exploradores dessa mão de obra vão sustentar que ele é maior de idade, que ele é totalmente responsável pelos seus atos e que foi ele que quis trabalhar à noite, em trabalhos perigosos, penosos ou insalubres. Então, aí também gera uma desproteção.

E também gera desproteção no sentido do acesso à educação, no acesso às medidas de proteção. Hoje, muitas vezes, aplica-se, cumulativamente, uma medida socioeducativa com uma medida de proteção e, às vezes, uma medida pertinente aos pais ou responsáveis pelo adolescente, por exemplo, de 16 ou 17 anos.

Então, ele vai para a liberdade assistida, mas, ao mesmo tempo, o juiz o obriga a ser matriculado na escola, em cursos profissionalizantes, ou o obriga a ter um tratamento na questão de drogadicção, obrigando os pais e o obrigando o Poder Público a garantir esse atendimento. A partir do momento em que vai para o sistema penal comum, isto não existe mais. Essa aplicação de medida de proteção não ocorre no sistema criminal. O tratamento é impessoal, é totalmente diferenciado, os pais sequer participam das audiências nas varas criminais, diferentemente do que ocorre na Vara da Infância e da Juventude, onde os pais respondem conjuntamente com o adolescente e assumem responsabilidades. Eles não são punidos criminalmente, mas assumem responsabilidades com relação aos seus filhos.

Então, quanto a isso também, nós teremos efeitos. Porque a proteção especial é para a pessoa que necessita dela, para a pessoa que está em situação de vulnerabilidade. E, a partir da maioridade, ela é considerada praticamente como adulto e perde, em boa parte, essa proteção especial, hoje prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Com isso, o Poder Público vai poder se esquivar de muitas de suas responsabilidades, assim como propriamente a sociedade.

Também, para encerrar, teremos mudanças com relação à hospedagem de crianças e adolescentes, que, a partir dos 16, vão poder se hospedar em qualquer lugar, independente de autorização de pais ou responsáveis. Viagens ao exterior, também independente de qualquer tipo de autorização, o que vai contribuir bastante com o tráfego de pessoas. Então, na prática, a redução da maioridade, com seus efeitos reflexos – e convoco todos do mundo jurídico para fazerem uma análise mais ampla desses reflexos da redução maioridade penal – é um golpe mortal nos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. É uma revogação de boa parte dos direitos e garantias fundamentais previstos hoje para crianças e adolescentes do País.

Para encerrar, é o que dizia o sociólogo Betinho: "Se não vejo na criança uma criança é porque alguém a violentou antes, e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado".

Obrigado.

Um abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vemos que a cada palestrante entra um ingrediente novo, porque um vai monitorando a fala do outro e aí vão-se somando conhecimentos e colocações importantes, como vimos agora. Avançar a 171 vai prejudicar inúmeros outros direitos adquiridos, tanto no que diz respeito ao trabalho, à violência sexual quanto aos vários outros direitos que poderiam ficar comprometidos, direitos que foram angariados a duras penas, inclusive com a participação efetiva da sociedade.

Concluindo a rodada dessa segunda Mesa, teremos agora a fala da Ângela Guimarães, que é Secretária Nacional de Juventude Adjunta e Presidente do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve).

A SRª ÂNGELA GUIMARÃES – Bom dia a todas e todos!

Agradeço ao Senador Telmário Mota pelo convite e o parabenizo pela condução muito apropriada, muito tranquila desse tema que, de fato, como todas e todos falaram aqui, envolve paixões.

Quero saudar também os companheiros e companheiras da Mesa, inclusive os que estiveram na primeira Mesa, porque todos contribuíram muito para o adensamento do debate.

Quero aproveitar a ocasião para enviar nossos votos de melhora ao nosso querido Senador Paulo Paim, que é um guerreiro destacado na defensa dos direitos humanos, parceiro de primeira hora na tramitação dos Estatuto do Idoso, da população negra e também da juventude, que inclusive teve uma celeridade com possibilidade de discussão e do contraditório nesta Casa. Após ficar estacionado durante quase 10 anos na Câmara, nesta Casa teve todo o rito de tramitação respeitado, a diversidade das opiniões, mas acelerado na demanda de uma legislação garantidora de direitos, por ser um dever desta Casa para com a sociedade. Na verdade, vemos que são dois pesos e duas medidas. Alguém disse aqui que está tudo acelerando, na Câmara, na perspectiva da retirada de direitos, mas na perspectiva de garantia de direitos não tem sido assim.

Então, quero, de fato, saudar esta Casa, para que o bom debate consiga acontecer com o tempo, tendo em vista as diversas opiniões e tenhamos a construção de um caminho de avanço e não de retirada de direitos.

Quero, aqui, em nome do Conselho Nacional da Juventude, trazer a nossa opinião coletiva formada e reafirmada cada vez que esse tema da redução da maioridade penal vem à tona.

O nosso Conselho é formado por mais de 70 entidades nacionais, das mais variadas lutas juvenis e, sem sombra de dúvida, nos somamos às mais de 200 entidades que já se pronunciaram publicamente contra redução da idade penal. As nove falas que me antecederam, Senador, colocaram, com muita nitidez, que existem vários muitos mitos em torno desse debate. Mas a questão de fundo é: nós estamos legislando, estamos aqui discutindo leis para que tipo de sociedade? Qual País nós queremos?

Associo-me muito aos argumentos que foram aqui colocados nessa direção, porque, de fato, os dados comprovam que crimes hediondos ou crimes contra a vida, envolvendo adolescentes com menos de 18 anos, são uma ínfima minoria em nossa sociedade, só que é desproporcional à grita por um excesso de punição. É desproporcional porque muitos, de forma desonesta, manipulam o sentimento da população, e chega ser doloroso a gente observar isso. Uma família que acabou de ser vitimada se perguntada sobre que pena aplicar, claro que as pessoas vão querer a penalização máxima, não levando em consideração que, para um adolescente ter acesso a uma arma, para um adolescente estar nas condições de ser aliciado por crime organizado, a sociedade, como um todo, o Estado, como um todo, falhou em propiciar as condições mínimas para o seu desenvolvimento integral. Aliás, isso está preconizado na nossa Constituição Federal e também reafirmado nas convenções internacionais das quais o Brasil é signatário.

Somo-me ao que foi colocado pelo Ariel, ou seja, o impacto que a redução da idade penal vai causar. Então, o Brasil vai rasgar todas as convenções internacionais das quais ele é signatário em relação aos direitos de crianças e adolescentes e que também é uma afronta ao que está garantido aí no nosso Estatuto da Criança e do Adolescente que, não por acaso, completa 25 anos neste ano de 2015.

Acho que uma das primeiras questões que a gente queria abordar, isso aqui é a posição contrária do Conselho, porque acredita que uma redução da idade penal não vai contribuir para uma sociedade, uma civilização fundamentada em valores e na efetivação dos direitos humanos, mas, sim, vai contribuir na barbárie. E, na barbárie, que não é toda a sociedade brasileira... É importante dizer isso também. Algumas pessoas falaram aqui: "Ah, mas há uma sensação generalizada de insegurança no Brasil". É uma sensação que é muito estimulada pelos nossos meios de comunicação, porque a gente sabe que há, sim, uma seletividade social, racial, econômica e territorial da violência no Brasil. No Morumbi, a sensação de insegurança é muito diferente do Campo Limpo, que já viveu, por exemplo, agora, duas chacinas em menos de quatro meses deste ano de 2015. É muito diferente a situação da Barra, para citar o bairro que eu sou... Não, vou citar aqui um bairro de Brasília, o Lago Sul. A sensação de insegurança do Lago Sul é muito diferente da sensação do Sol Nascente, da Estrutural ou de Ceilândia. Então, a gente também tem que ter cuidado para não confundir essa sensação. É uma sensação que é muito estimulada pela mídia. Depois, aqui, no finalzinho eu vou fazer questão de falar na nossa mídia – nativa, monopolizada, na mão de poucas famílias e que seleciona os assuntos que vão ser a pauta que estão na ordem do dia, mas não é uma sensação vivenciada pela população como um todo.

Então, eu quero aqui me somar aos argumentos que falam de que o que nós precisamos agora é fazer, na verdade, uma inversão de agendas, certo? Porque, de fato, há um clamor conservador, uma onda conservadora em curso na sociedade, com muito reflexo na nossa Câmara. Você que, em poucos meses, a Câmara tem sido avassaladora.

E eu quero aqui, de público, fazer um apelo aos nossos representantes do povo, para que tenham mais cuidado no trato com algumas matérias legislativas, não é? A Câmara, logo após a eleição passada, ela simplesmente revogou um decreto presidencial da Política Nacional de Participação Social, que reafirmava princípios democráticos expostos na nossa Constituição e aprofundava, pegando aí a experiência dos últimos dez anos de realização de conferências nacionais, a existência de conselhos de direitos, como o Conselho da Juventude, que é desse período, o Conselho de Igualdade Racial e outros conselhos, não é?

Nesse pouco período também, aprovou ontem – um triste espetáculo aqui na Câmara – a Lei da Terceirização. E, agora, está indo para cima dos direitos conquistados de crianças, adolescentes e jovens, que, na nossa opinião, é um remédio amargo e despropositado para um problema.

A violência que o Brasil vive é fruto de uma situação histórica de desigualdade social e econômica. A gente precisa dizer isso. O Brasil é um País que viveu a maior parte do seu tempo sob o regime da escravidão, sob o regime colonialista da escravidão, em que uma parcela importante dessa população que aqui chegou, e depois os seus descendentes, sequer eram considerados gente. Então, também foi com base nessa visão que muitas das nossas leis foram pensadas. A escravização negra durou mais de 350 anos, seguida de uma falsa abolição, que gerou uma série de leis, como lei que criminalizava a população negra, lei que criminalizava as crianças negras, lei que criminalizava a pobreza. Nós ainda sentimos o reflexo desse nosso histórico pesado. E, de fato, dos últimos 20, 25 anos que a gente vem tentando, digamos assim, superar essa verdadeira herança maldita.

Então, a aprovação do ECA é um avanço fundamental e, inclusive, abriu alas para outros estatutos de direitos de populações. O nosso Estatuto da Juventude, apesar de ser uma proposição legislativa de 2004, só foi aprovado e sancionado em 2013. Então, há também uma dívida histórica com a população juvenil, que sequer era considerada na nossa Constituição, e que só passou a ser considerada, a partir de 2010, na Emenda à Constituição nº 65.

Nós acreditamos que, por mais avançados que sejam esses instrumentos, ainda há uma dificuldade muito grande de o Estado como um todo, compreendendo aí os seus três entes federativos, implementar, sair da lei para a efetivação dos direitos na vida da maioria da nossa adolescência e da nossa juventude.

Vejam vocês que é muito recente a universalização do ensino básico no Brasil, por exemplo. É a partir da década de 90.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ÂNGELA GUIMARÃES – A ampliação do acesso a direitos como o acesso ao ensino superior também só teve impulso, a partir de 2013, com a criação de novas universidades federais, com a criação do ProUni e de outras políticas voltadas à inserção educacional.

A própria diminuição do trabalho infantil, e nas piores condições, também é um processo recente pelo qual viemos passando. E olha que nós ainda temos casos de trabalho escravo, de trabalho doméstico de crianças e adolescentes, ou seja, a sociedade brasileira não está no momento de retirar direitos, de afrontar legislações avançadas. Ela precisa ser confrontada com a realidade de efetivar os marcos legais avançados que nós temos e de enfrentar esse que, para nós, de fato, é o principal desafio em relação à garantia de direitos de adolescentes e jovens no Brasil, que é o extermínio sistemático da população jovem e negra brasileira.

Muitos já falaram aqui que nós temos números crescentes de homicídios no Brasil. São 56 mil homicídios/ano, o que supera diversos países que estão em guerra no mundo. No Brasil, nunca foi decretada uma guerra civil no Território brasileiro, mas é essa a situação a que está submetida a nossa adolescência e juventude. No Brasil, são mais de 30 mil pessoas que morrem pela incapacidade do nosso Poder Público, do nosso Estado, nas suas diferentes esferas, de garantir um direito que é essencial, que é o direito à vida.

O que estamos propondo, o que o Conselho Nacional de Juventude vem propor aqui nesta Casa, e que vem propondo também ao longo da sua existência, é uma inversão de pautas, é um grande pacto nacional na defesa da vida de adolescentes e jovens, negros e negras, e na defesa da efetivação plena dos seus direitos. Então, para nós a agenda deve ser o fortalecimento e a imediata instalação da CPI do extermínio da juventude negra aqui nesta Casa, em ação combinada com a CPI da Violência Contra Jovens Negros e Pobres, que já está em funcionamento na Câmara.

Na nossa opinião, o papel do Senado, junto com a Câmara, é um papel pela efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Sinase e também do Estatuto da Juventude. Na nossa opinião, também é uma luta contra essa situação de impunidade desses homicídios, porque apenas 5% dos homicídios no Brasil têm algum grau de elucidação.

Então, queremos aqui afirmar a posição do Conselho de Juventude contrário à redução da idade penal. Dizer que estamos em articulação com um conjunto de movimentos – a frente nacional contra a redução, há uma série de campanhas nas redes sociais, atos de ruas, aulas públicas, comitês estaduais contra a redução da idade penal – e aproveitar aqui a ocasião, já que estamos falando para um público amplo, está sendo trans-

mitido pela TV Senado, para fazer uma convocação das entidades que estão debruçadas nessa luta para participar de uma plenária nacional dos movimentos contra a redução da idade penal, no próximo dia 5 de maio, aqui em Brasília.

Com isso, concluo, agradecendo esta Casa pela oportunidade que tivemos de fazer um diálogo largo, profundo e com tempo em relação a este tema, oportunidade que tivemos de chamar o Senado a reafirmar o seu papel na defesa da democracia, na defesa do aprofundamento da democracia e da efetivação dos direitos das parcelas mais vulneráveis da sociedade, que hoje são as nossas crianças, adolescentes e jovens.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Muito bem!

Então, com a fala brilhante da Ângela, finalizamos aqui as exposições das Mesas.

Antes de finalizar, quero fazer uma síntese do que aqui foi debatido. Observamos, por exemplo, que essa proposta se coloca como incondicional, de acordo com a OAB, de acordo com os conhecimentos, até por uma questão de estar dentro dos direitos fundamentais e por uma questão das cláusulas pétreas do Estatuto da Criança.

O que vimos também é que a quantidade de jovens de 16, 17 e 18 anos, que praticam delitos, mesmo considerando o homicídio e tentativa de homicídio, que somavam 0,5%, mas considerando os outros tipos de irregularidades e crimes isso chegaria a 1%. Em contrapartida, temos 36% dos jovens com suas vidas cerceadas pela criminalidade. Isso são dados.

Também queremos colocar que a recuperação dos jovens infratores nos espaços socioeducativos de um total de quatro, só um volta a ser reincidente. Portanto, na casa de 20 ou 25%. Enquanto que no sistema carcerário, a reincidência entre os presos fica entre 60 e 70%. Ou seja, é pegar o jovem e realmente levá-lo para um caminho da não recuperação. Esses são os dados fundamentais.

Mas também é fundamental lembrar que temos 715,6 mil presos; somos a terceira maior população carcerária do mundo. E acho que a população não quer ver esse número aumentar. A população está assustada com essa pregação sistemática que vemos nos meios de comunicação. Além disso, queria colocar que temos um déficit de vagas no sistema carcerário da ordem de 190.640 mil. Então, estamos colocando jovens em locais que não são apropriados, que não reeducam e que não eliminam a criminalidade.

Ficou patente que a sociedade brasileira tem que ficar atenta para não decidir neste momento com o ódio, com o rancor, com a discriminação, com a falta de amor, como disse a nossa Procuradora. Compreendemos perfeitamente a dor daquelas pessoas que perderam seus entes queridos. Os debates produzidos não estão a favor do criminoso, do bandido, não são contra a penalidade, o que não se quer é a aplicação do método que não vai reduzir, isso ficou bem patente, os possíveis crimes praticados por esses jovens, porque a maioria não é por índole, mas por tudo aquilo que foi colocado, ou seja, pelos problemas sociais que o País enfrenta. Basta ver que as vítimas são aqueles que não tiveram escola, casa, emprego, não foram oportunizados pelo Estado e pela sociedade como um todo. Então, a sociedade não pode virar as costas para um problema grave como este e depois exigir, em contrapartida, um resultado que não é o melhor, que é o encaminhamento para um sistema carcerário.

Penso que essas coisas ficaram bem claras. Mas queria dizer, principalmente para essas pessoas que têm ódio, que têm medo, que têm preconceito, que querem vingança, que têm rancor, que há um provérbio chinês que diz que quem vai atrás da vingança naturalmente cava duas covas. Então, é bom observarmos isso.

Por fim, eu gostaria de encerrar com uma frase de Mahatma Gandhi – todos conhecem a trajetória dele contra a violência –, que, parafraseando a antiga da Lei do Talião "olho por olho, dente por dente", disse: "Olho por olho e o mundo acabará cego!"

Então, se formos tentar resolver tudo na base do "olho por olho, dente por dente", vamos ficar todos cegos e desdentados, não é isso? E assim não prosperamos, não progredimos.

Quero agradecer a presença de todos os convidados, de todas as entidades e de todo o público aqui presente. Quero também agradecer o empenho dos servidores do Senado, que fizeram com que esta audiência tivesse sucesso.

Sobretudo, quero mandar um recado à população brasileira, que participou efetivamente deste debate – temos os últimos números, que são interessantes, e que demonstram que todos estavam atentos às colocações dos expositores. Temos um total de 157 participantes no e-Cidadania. A favor da redução da maioridade penal: 47 e, contra: 57. Ou seja, 10 a mais. Então, houve um sentimento, acho que alguém já observou... E outros que não envolveram: 49. A favor da redução da maioridade para crimes hediondos: 44 dos 157.

Eu quero aqui, antes de encerrar a presente reunião, fazer um encaminhamento. Eu acho que é da maior importância a CDH encaminhar as notas taquigráficas desta audiência pública ao Relator da matéria no Senado Federal, para que S. Exª possa ter acesso a essas informações tão importantes trazidas por nossos expositores.

Ao mesmo tempo, queremos agradecer e desejar ao Senador Paim que restabeleça a sua saúde, que volte a esta Casa. O tema é realmente precioso, precisamos dar continuidade a ele.

Senador Paim, você faz falta ao Senado e a esta Comissão.

Com a benção de Deus, encerramos esta reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos)

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE ABRIL DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e quinze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senhora Senadora: Paulo Paim, Telmário Mota, Hélio José, João Capiberibe e José Medeiros. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 25 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 18/03/2015, para debater sobre: "Direitos previdenciários dos servidores públicos". O Senhor Presidente informa aos presentes que a reunião é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, com comentários ou perguntas, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Luiz Henrique Macedo, representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF); Sebastião Soares da Silva, Secretário Executivo de Negociação Coletiva e Composição de Conflitos da CSPB; Rosa Maria Campos Jorge, Presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Roberto Ponciano de Souza Júnior, Coordenador de Comunicação da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE; Benedito Adalberto Brunca, Secretário de Políticas de Previdência Social, representante do Ministério da Previdência Social; Luis Guilherme de Souza Peçanha, representante do Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor – MPOG; Mário Pereira de Pinho Filho, 2º Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco Nacional. O Senhor Presidente passa a palavra para Hebe-Del Kader Bicalho, Presidente da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: A pedido da Mesa compromete-se a dialogar com o Presidente da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJC) para que seja o relator da PEC nº 56/2013. O Senhor Presidente faz registro sobre o Terremoto no Nepal e na Índia. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, João Capiberibe, José Medeiros, Hélio José e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 25, de 2015, de autoria deste Senador e outros, para debater direitos previdenciários dos servidores públicos. Aprovado em 18 de março.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Teremos duas mesas. A primeira mesa será composta pelo Sr. Luiz Henrique Macedo, pelo Sr. Sebastião Soares da Silva – em seguida, vou montar a mesa e explicar direitinho como vai funcionar –, pela Srª Rosa Maria Campos Jorge, pelo Sr. Roberto Ponciano, pelo Sr. Benedito Adalberto e pelo Sr. Luiz Guilherme de Souza Peçanha.

Quero dar uma justificativa rápida aqui. Vocês podem ver que estou falando um pouco devagar. Tive uma crise de coluna e, por azar, além da coluna, nervo ciático e, ainda, pedra na vesícula. A crise foi forte na semana passada. Tive que ir ao hospital. Levaram-me daqui porque a dor era insuportável. Quem teve pedra na vesícula e está ouvindo deve saber, neste momento, o que estou dizendo. Chegando lá, tive que tirar a vesícula. O nervo ciático e o problema da coluna vou continuar tratando a partir de hoje à tarde.

Mas alguém pode perguntar por que ele está aqui agora se sofreu uma operação e sempre se fala em repouso. Acontece que o médico disse, porque sou tão agitado, que ficar deitado na cama seria pior para mim e que eu arrumasse o que fazer sem me mexer. Eu disse que, então, iria para o Senado. Vou para lá, me sento, presido a reunião. O Senador Capiberibe, que merece uma salva de palmas, viajou especialmente para me substituir hoje. Ele não sabia dessa decisão minha e dos médicos. Ele veio aqui especialmente para estar conosco. (*Palmas.*)

É parceiro meu em todos os momentos da história e da vida. Viu, Capiberibe? (*Pausa.*)

Vou falar pouco porque a tendência é a emoção pegar em um momento desse.

Todos sabemos que a audiência é importante. Vamos tratar da vida dos trabalhadores. Vamos tratar dos interesses dos servidores públicos. Por extensão, cada um vai falar o que pensa sobre as MPs, sobre a aposentadoria especial dos servidores, sobre a terceirização. Tenho certeza que alguém vai tocar neste tema também.

Vocês sabem que marcamos uma audiência pública desta Comissão, e nessa eu vou estar nem que seja de maca; espero estar sem maca nem nada, mas bem inteirinho para participar.

Como 13 de maio é o dia da lembrança da Lei Áurea, a audiência será no dia 14 de maio, no Auditório Petrônio Portela, com as presenças de trabalhadores e líderes de todo o País, uma promoção provocada pelo movimento sindical – quero aqui lembrar que foi o Artur quem me ligou e pediu isso. E, aí, nós convocamos todo mundo, não importando... A audiência pública será no dia 14 de maio, com o nome Terceirização: Revogação da Lei Áurea. Portanto, a audiência pública – repito – será no Auditório Petrônio Portela, transmitida para todo o Brasil. Será uma audiência pública, para mim, importantíssima.

O Presidente Renan tem tido uma posição muito clara, muito nítida – eu não estou com dor não, só estou me acomodando melhor na cadeira – ao dizer que, aqui, não vai ser como na Câmara e que ninguém vai passar trator em cima de ninguém. Já garantiu, inclusive, uma reunião temática no plenário do Senado, para que venham quem pensa a favor ou contra e que lá digam o que pensam sobre a terceirização. E, claro, todos sabem da nossa posição. Mas, primeiro, que prevaleça o bom combate, o bom debate, eu diria, em que cada um possa expressar o seu ponto de vista.

Então, o fato de aprovar aqui uma audiência pública com este título em relação ao dia 13 de maio: Terceirização: Revogação da Lei Áurea mostra naturalmente a posição dos Senadores que assinaram o requerimento – eu fui um deles e outros tantos Senadores o assinaram em nome da Comissão – para a realização dessa audiência pública.

Então, vamos dar início à nossa audiência pública. Vamos formatar a Mesa e, de imediato, começaremos a dialogar sobre esse tema.

Antes, porém, quero dizer que estou bem. E, claro, tenho a obrigação de agradecer muito à equipe do Senado, aos profissionais do Senado – os funcionários, os médicos, os enfermeiros – que, no momento da crise, me levaram rapidamente ao hospital e, claro, fui muito bem atendido. Mas eu sei que a essa hora muita gente está ouvindo e dizendo: "Isso, porque foi V. Exª, Senador. Por isso que saíram correndo para ser operado no hospital, no momento adequado". O médico me disse que eu teria 48 horas para me decidir, eu teria que decidir, mas eu teria que ser operado. Eu optei pela operação. E, claro, a gente reza e trabalhamos aqui, todos nós, para que um dia todos tenham um tratamento de saúde que seja igual para todos.

Mas tenho que agradecer, sem sombra de dúvida, o carinho com que fui tratado pelo funcionário mais simples do hospital até o cirurgião que fez a operação, naquele momento de muita dor por que eu passava, enfim, os anestesistas e todos que me ajudaram a estar aqui neste momento.

Era isso o que eu queria dizer.

Pergunto se algum dos Senadores quer dizer algumas palavras antes de eu passar à formação da Mesa? (*Pausa.*)

Tem a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Apenas para dizer que estou surpreso com essa recuperação tão rápida, pelo menos para atividade parlamentar.

Na verdade, o Senador Paulo Paim é um guerreiro, um lutador, uma pessoa com uma marca importante aqui no Senado e com uma dedicação única. Eu não conheço ninguém aqui no Senado que tenha tamanha dedicação às causas dos trabalhadores e também à de segmentos da sociedade sem voz. Ele representa àqueles não representados em várias causas aqui no Senado. Por isso, eu gostaria de parabenizá-lo. Claro que

a melhor maneira de se recuperar é se agitar. Eu acho que o médico tem razão. Imagine um homem com essa enorme disposição, com essa energia política não poderia ficar numa cama, por muito tempo, mas pelo tempo suficiente para fazer a cirurgia e voltar para, aqui, trabalharmos.

À tarde eu também participarei de uma audiência pública, aprovada pela Comissão de Direitos Humanos, que vai ouvir vários segmentos envolvidos com a questão dos pescadores, do seguro-defeso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem tudo a ver com a 664 e 665.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ..., com a medida provisória enviada pelo Governo, estabelecendo algumas mudanças, então, nós vamos ter a oportunidade de esclarecer isso, como nós vamos ter a oportunidade, e eu estou muito interessado, de ter essa discussão sobre o regime previdenciário dos servidores públicos federais.

Era isso.

Seja muito bem-vindo!

Eu tenho a certeza de que em uma semana V. Exª estará inteiramente recuperado, cheio de disposição para retomar às caminhadas, porque esse problema de coluna precisa ser tratado com muito carinho. Eu também tenho esse problema.

Aliás, semana passada fui eu que andei assim. Estava falando o seguinte: se a natureza tivesse nos colocado para andar de quatro, não teríamos nenhum problema de coluna, mas temos só dois pontos de apoio e não nos acostumamos. Infelizmente, o problema é de postura. O ser humano tem dificuldade de assumir uma postura para economizar a coluna. E agora, com esse negócio de celular então! Por causa do celular, você vive de cabeça baixa e o peso da cabeça termina forçando a coluna. Enfim, essas coisas da modernidade terminam impactando duramente a vida das pessoas. Facilitam de um lado, complicam de outro.

É isso, Senador.

Seja muito bem-vindo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Senador. Pode ter certeza de que hoje à tarde eu vou estar sentadinho no seu lugar para ouvir os pescadores, uma iniciativa de V. Exª.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, seja bem-vindo! Parabenizo V. Exª por essa disposição, disposição essa que é de sempre, não é, Senador Capiberibe? Ele parece um menino.

O Senado é um Casa onde essas dores são naturais, não é, Senador? É um Senado sênior já. Então, a gente vai... Até pouco tempo eu não usava óculos. Agora já não consigo ficar sem eles. É por aí.

Senador, quero parabenizá-lo por essa atuação, por fazer esta Comissão ser tão importante para o País, porque ela é a essência do Parlamento, tem sido. V. Exª tem feito esta Comissão ser o que a sociedade espera, pelo debate dos temas, pela discussão e, como V. Exª disse, pelo combate, o embate. É daí que surge o melhor.

Em relação à terceirização, penso que não podemos demonizar a palavra em si porque temos 12 milhões de brasileiros que estão nessa situação e precisamos, aqui na Casa, buscar aprimorá-la, para que esses 12 milhões de brasileiros também estejam bem protegidos. E é importante, já que veio este debate, que a gente possa usar essa oportunidade para aprimorar.

Senador, eu estive, no meu Estado. Inclusive, falei em V. Exª ontem à tarde. Infelizmente, não é o assunto aqui, mas novamente os caminhoneiros entraram em greve...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Era o assunto outro dia. V. Exª faz bem lembrar. É o assunto do dia também esse.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Os caminhoneiros entraram em greve infelizmente. Isto aqui não é uma crítica, mas um alerta que faço ao Governo novamente para que não use a força. Agora mesmo recebi um WhatsApp. O pelotão de choque da Polícia Rodoviária Federal já está reunido em vários lugares para desobstruir a pista. O Governo sentiu que a greve deu uma fraquejada e partiu para a força. Eu penso que deveria, já que nós optamos pelo modal rodoviário de transporte, urgentemente, aproveitar este momento de dificuldade, porque, há menos de um mês, o Governo estava na lona, não sabia o que fazer, pedindo a V. Exª...

Inclusive, houve uma audiência aqui nesta Comissão tratando do assunto e daqui saíram tantas soluções! Quer dizer, todos os problemas foram diagnosticados, e o Governo podia se debruçar sobre isso. Mas o que estamos notando é que não está sendo aproveitada a oportunidade. Simplesmente vão debelar a crise agora, mas não vão aproveitar o momento para resolver o problema. Em alguns pontos, já estão partindo para a violência. Parte quer trabalhar, parte quer fazer piquete.

Então, fica esta preocupação e este alerta para que o Governo monte um grupo de trabalho para poder resolver essa situação.

No mais, desejo boas-vindas e saúde a V. Exª para a gente poder continuar fazendo este debate aqui, como V. Exª muito bem faz toda segunda e sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros.

Quero, antes de iniciar o debate, a primeira Mesa, dizer que é feliz a sua lembrança. De fato, não podemos abandonar os caminhoneiros. V. Exª fez bem em lembrar a questão. A grande questão dos caminhoneiros – como eu estava acamado, claro que ficava na TV acompanhando a briga pela TV para lá e para cá, e vi que o que eles querem – é a tal da tabela. Nós temos de achar uma forma para que haja um entendimento sobre a tabela básica. Eu acho que é possível eles formularem, e eu ouvi a explicação de um dos caminhoneiros, o que é a tabela básica. Em resumo, para quem está nos assistindo neste momento: eles querem que, para tantos quilômetros, seja X ou Y.

Assim, fica garantido que, quando o diesel subir, a tabela vai ter que ser atualizada. Então, isto é um parâmetro básico.

E ouvi também o representante do Governo, embora, claro, não seja o tema, ouvi a explicação do Miguel Rossetto. O que diz o Miguel Rossetto? Ele diz que, constitucionalmente, não é possível. Mas é possível, no meu entendimento, construir um grande acordo nacional, chamarmos todas as partes, empregados e empregadores, e fecharmos um acordo, como se fosse um contrato coletivo. Os bancários, por exemplo, fazem contratos nacionais. É possível fazer esse grande entendimento, que sei que é a vontade dos caminhoneiros e é também a vontade do Governo. O que o Governo tentou, talvez, mostrar é que ele não pode, por instrumento legal, decretar a tabela, mas que é possível, e nós temos que trabalhar neste sentido, construir aquilo que eu chamaria de um grande acordo – acordo é acordo, não é? – que seja cumprido, baseado na tabela, de forma tal que eu, V. Exª, os senhores e os Senadores que estão chegando neste momento aqui, como o Senador Hélio José, sempre presente, a quem peço uma salva de palmas... (*Palmas.*) ..., não tenhamos que ouvir dos caminhoneiros o seguinte: "Paim, é preciso que vocês entendam e que a sociedade entenda que caminhão parado é prejuízo. Hoje, caminhão andando, para nós, é mais prejuízo". E aí, de fato, não dá. Nenhum de nós iria tocar um negócio desses sabendo que só vai aumentar o prejuízo.

Sei que há uma boa vontade do Governo. Ninguém tem interesse nessa paralisação. Não têm interesse os caminhoneiros, não têm interesse os empreendedores da área, não tem interesse o autônomo, não tem interesse o celetista, não tem interesse o Governo, não temos interesse nós. Ora, é preciso que haja bom senso também da parte dos chamados empregadores, daqueles que detêm o poder de firmar os contratos, de forma tal que respeitem essa tabela mínima que os caminhoneiros estão propondo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, ele falou meia-verdade. Não vou falar que o Ministro está mentindo. Só que, nas pautas, cada vez que os caminhoneiros passam por um posto de fiscalização dos Estados, existe lá... Já existe uma tabela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para quem está ouvindo, ele conhece bem a área porque, inclusive, é membro da Polícia Rodoviária. Então, ele conhece bem.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Quando eles atravessam esses postos de fiscalização, já existe uma estimativa, existe uma tabela referencial ali. E tabela é o que existe no Brasil. Temos tabela referencial para os honorários advocatícios, temos tabela para médico, temos tabela para tudo. Então, penso que, se o Governo tiver vontade, ele pode sentar e criar um referencial, uma tabela referencial. Agora, obviamente, todo mundo sabe que existe a lei da oferta e da procura, que existe o mercado e que tabela nenhuma, mesmo que o Governo impusesse, iria funcionar. Basta ver quando houve congelamento de preços no Brasil. Isto não existe. Agora, eles querem pelo menos ter um referencial.

Por exemplo, no transporte coletivo urbano existe o índice de preço por quilômetro. Então, aquilo é calculado pelo preço do pneu, do combustível, pelos custos fixos que tem ali mais os desgastes da inflação.

O certo é que é preciso um pouquinho de vontade. Eu vi que eles foram tratados até com certo desdém ali. Isto não pode acontecer. O País depende disso. Então, como é que eu vou tratar desse assunto com menos cuidado? Os caminhoneiros, esse setor não é menos importante do que até o assunto principal que nós estamos discutindo agora, que é o ajuste, pois faz parte importante da economia, porque, se eles pararem de fato, se a gente começar a procrastinar, a embarrigar, e eles pararem, a gente para de comer, a gente para de rodar, porque são eles que trazem o combustível que abastece o nosso carro, a nossa comida... O almoço do próximo domingo já está carregado, com certeza, em algum caminhão por aí. Mas o Governo os trata com menos importância. Eu senti isto. É preciso... Houve certa dedicação no início, mas agora, como viu o enfraquecimento, parou de haver a devida preocupação. Eu acho que é importante o debate nesta Casa para alertar, porque, às vezes, o Executivo, com tantas demandas que tem, fica focado em algumas prioridades e vai deixando as

outras, e, às vezes, é um problema tão grande que na próxima greve talvez a gente não tenha a oportunidade que está tendo agora de resolver o problema assim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ter certeza, Senador José Medeiros, de que esta Comissão não deixará de dar o apoio que sempre deu aos caminhoneiros, até interagindo com os Ministros da área, diretamente com os Ministros.

Isto eu tenho que registrar: eu conseguia interagir com os Ministros e com uma série de líderes dos caminhoneiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Havia caminhoneiro te elogiando ontem lá em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu agradeço essa lembrança. Eu fico feliz com a sua posição, porque V. Exª se posicionou na mesma linha daquilo que eu estou colocando: não é bem assim! Se a Constituição até não permite, há meios pelos quais a gente pode construir um acordo. E, de forma tal, que acordo é acordo,

Eu acho que o Miguel – e o conheço bem.... E quando eu digo assim "Miguel" – eu acho que ele está ouvindo –, lembro que ele foi da minha base de metalúrgicos de Canoas. O Miguel era líder de uma empresa, quando eu era presidente do sindicato, a Coemsa. Depois, o Miguel foi presidente do Sindicato do Polo Petroquímico; depois, foi um grande diretor da nossa Petrobras; depois, foi Deputado Federal; e foi Ministro. Assim, eu trato o Miguel assim mesmo, de Miguel. Então, tenho liberdade de ligar para ele. E eu tenho certeza que o Miguel, que foi sindicalista durante muito tempo e dirigente, está ciente da importância deste momento, e ele há de ajudar – claro que juntamente com os demais Ministro, porque não depende apenas dele – a construir esse acordo.

Todos nós sabemos – e os motoristas mostraram que se eles quiserem, eles param o País. E param mesmo! Se eles virem que não vai, eles vão parar. Nós sabemos disso.

Então, nós, desta Comissão, mais uma vez, Ministro Miguel Rossetto, líderes dos caminhoneiros e também dos empregadores, está inteiramente à disposição para ajudar naquilo que for possível para construir esse grande entendimento em nível nacional.

Claro que a tabela será uma tabela de referência, mas nós vamos fazer de tudo para que ela seja cumprida e faremos tantas audiências e convocaremos tantas quantas sejam necessárias, convidando tanto empreendedores quanto o governo, como os líderes dos trabalhadores, para que a tabela seja executada e cumprida, de modo a garantir ao caminhoneiro um salário digno, um valor digno para os contratos que ele venha a firmar para transportar, como eu digo, o País nas costas. Na verdade, eles transportam tudo para o País. Se formos aqui citar tudo o que eles transportam, ficaríamos aqui o dia todo colocando isso.

Mas, enfim, foi boa a lembrança! Os caminhoneiros terão que ser atendidos, e nós teremos uma tabela de referência.

Vamos à montagem da primeira mesa.

Está atualizada a composição das mesas? (*Pausa.*)

Então, para a primeira mesa, eu chamo o Sr. Luiz Henrique Macedo, representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). (*Palmas.*)

Convido o Sr. Sebastião Soares da Silva, Secretário Executivo de Negociação Coletiva de Composição da CSPB. (*Palmas.*)

Convido a Srª Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). (*Palmas.*)

Convido o Sr. Roberto Ponciano de Souza Júnior, Coordenador de Comunicação da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe).

Convido o Sr. Benedito Adalberto Brunca, Secretário de Políticas de Previdência Social.

Mais uma vez, quero cumprimentar os Ministérios. Sei que o Ministro Gabas me procurou e não me encontrou, porque ninguém sabia onde eu estava – se ainda estava no hospital ou se já estava em casa. Estou aqui já.

Então, Ministro Gabas, o pessoal aqui me informou que você está à minha procura. Sei que você está em reunião, hoje, com as centrais. Muito bem! Tem que estar lá mesmo; reunido com as centrais discutindo exatamente as MPs nºs 664 e 665, para chegarmos a um grande acordo e, de tal forma que não haja prejuízo para os trabalhadores. Você está muito bem representado aqui, tenho certeza, pelo Secretário de Políticas de Previdência Social, o Dr. Benedito, que já me deu os informes aqui sobre as reuniões das quais você está participando hoje.

Eu tenho dito que sei que existe, neste momento, um grande movimento no País, nas mais variadas áreas – e lembro novamente a questão dos caminhoneiros. Lembro, ainda, que, hoje à tarde, teremos aqui a questão dos pescadores, por provocação feita pelo Senador Capiberibe, a que eu quero assistir. E nem sempre os Ministros podem estar presentes a todos os lugares ao mesmo tempo. Eu entendo isso. O que me deixa chateado – e

já o disse muitas vezes – é que a gente faz um convite com todo o carinho ao Ministério e, não vindo o Ministro, às vezes, não vem ninguém para representá-lo. Aí, a gente fica chateado e acaba expressando aqui o que pensa.

Todavia, aqui, tenho certeza, no dia de hoje, nós faremos um belo debate sobre o tema. E quem está aqui fala pelo Ministério.

Convido também a compor essa primeira mesa, conforme combinado, o representante do Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Luis Guilherme de Souza Peçanha.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Esta será a nossa primeira mesa.

Vou seguir a relação que tenho em mão, sabendo que os Senadores falarão no momento em que entenderem mais adequado. Segundo a assessoria me passou, não houve preferência, foi por ordem de chegada, montagem.

Passamos a palavra ao representante da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, Condsef, Sr. Luiz Henrique Macedo.

O SR. LUIZ HENRIQUE MACEDO – Bom dia.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite formulado pela Comissão de Direitos Humanos através do Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, bem como cumprimentar também o Senador Capiberibe, Vice-Presidente, com quem tive o prazer de conversar, por cinco minutos, antes do início desta audiência pública. Cumprimento meus nobres parceiros, que defendem a classe trabalhadora, representantes de vários setores.

É com muita satisfação que assino embaixo do que disse o Senador, ou seja, que por várias vezes participamos de audiências públicas na Câmara dos Deputados e se fez presente representação do Governo Federal, o que é tão importante – e esperamos que nos ouçam. Hoje, temos aqui representação – passo a cumprimentá-los – da Previdência e também do Ministério do Planejamento.

O nosso tempo é curto, mas vamos lá.

A primeira apresentação que estamos trazendo para vocês, mesmo que não esteja sendo bem visualizada, é um quadro comparativo das formas e da evolução, ao longo do tempo, com as exigências todas, da aposentadoria de um servidor público. Aí, estão incluídos os servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, logicamente que abrangidos pelo regime próprio de previdência.

Logicamente, não teríamos tempo para debater cada uma dessas exigências, em conjunto, relacionadas à legislação existente. Essa seria outra apresentação em que precisaríamos de um tempo maior para apresentar. Já conversamos, e espero que a Comissão de Direitos Humanos, juntamente com o Senado Federal, possa estar disponibilizando esse quadro também na página do Senado Federal. É uma solicitação que fazemos à Comissão de Direitos Humanos para que as pessoas possam ter acesso e para que, em um tempo à frente, venhamos a debater individualmente cada uma delas ou, caso a Confederação seja convidada, debater em qualquer instância. A Confederação não se furtará de fazer esse debate. É bom que estejam aqui representante da Previdência e representante, estou bem cercado, do Planejamento – que coisa maravilhosa! – para que eles analisem em conjunto principalmente os fatores.

Começamos com a Constituição Federal, passamos pela Emenda nº 20. Depois da Emenda nº 20, viemos com a Emenda nº 41, nos seus art. 2º e 6º, passamos pela Emenda nº 47. Aí, temos também as regras gerais e permanentes do art. 40 da Constituição Federal. Ela veio, ao longo do tempo, depois dessas três emenda à Constituição, ao advento agora da previdência complementar. Temos também a previdência em nível de INSS, sem carência, logicamente, desde que eu me faça segurado do INSS, e poderei me aposentar também. Temos a aposentadoria por invalidez, a aposentadoria compulsória e as aposentadorias especiais.

E aí lembro um fato: Senador, há muito tempo, trabalhamos juntos quando Deputados Federais, nos idos do 1990 – não quero dizer a idade do Senador para não ser indelicado – com o Projeto de Lei nº 246, da Deputada Federal Maria Laura. E, naquele momento, me disseram: "Não esquente a cabeça, Macedo, porque, algum dia, essa regulamentação vai estar pronta e você já vai poder se aposentar especialmente."

Eu trabalhei quase cinco anos no Ministério da Agricultura com doenças infectocontagiosas e estou há 33 anos e meio na Comissão Nacional de Energia Nuclear trabalhando com material radioativo e radiação ionizante. Hoje, estou beneficiado pela Emenda nº 47, na fórmula 95, e não fui agraciado com os 25 anos. Portanto, a minha saúde já está debilitada e vendida há muito tempo, como a de outros companheiros, de outras áreas com outros materiais que não são radioativos, mas são inseticidas, também há condições de risco.

Na realidade, esse é um quadro onde nós colocamos as situações. E cada uma delas vem, ao longo do tempo, com exigências muito mais perversas para o trabalhador. Você inicia com tempo de serviço, atravessa para tempo de contribuição e aí a obrigação e o ônus é do trabalhador apresentar. Aí nós não temos garantia nenhuma se estamos fiscalizando a empresa. Então, o trabalhador tem que ficar fiscalizando para ver se estão

contribuindo com a previdência dele. Temos modificação na idade, temos exigências no cargo, temos exigências no tempo de carreira, temos exigências de tempo de serviço público. De que maneira nós nos aposentamos: é proporcional, se é integral? De que maneiras as pensões são concedidas: com redutor, sem redutor?

E aí está estabelecido também, dentro desse cronograma todo e dentro desse quadro, o ingresso no serviço público. Cada uma dessas situações apresentadas contempla uma parcela do setor público.

Então, esse é o quadro – perverso, por sinal. Quando nós recomendamos, nós dissemos ao trabalhador: procure sempre a melhor forma para se aposentar, que ela vai ser menos danosa para o trabalhador. E nós temos situações perversas na aposentadoria dos trabalhadores.

Essa é a linha do quadro geral que eu gostaria de apresentar, as exigências legais, bem como a questão da legislação.

Na nossa situação e no nosso entendimento, devido ao pouco tempo de temos, a luta da categoria, estamos lutando e trabalhando agora, e espero que aqui isso unifique mais os representantes dos trabalhadores, seja no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, a questão da PEC nº 434, que é a aposentadoria integral por invalidez de qualquer natureza. Estamos trabalhando no sentido da aprovação dessa nº PEC.

A questão da PEC nº 555...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Essa é a PEC que foi aprovada lá na Câmara e vem para o Senado?

O SR. LUIZ HENRIQUE MACEDO – Vem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já foi aprovada lá?

O SR. LUIZ HENRIQUE MACEDO – Sim, senhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou explicar por que eu estou fazendo esse questionamento. Porque eu tenho uma PEC semelhante aqui e a minha posição é de que a minha seja arquivada e a que veio da Câmara seja aprovada. Acho que isso é também o que vocês querem. Só para esclarecer a quem está nos assistindo: eu sou do princípio de que a Casa que aprova primeiro prevalece. Como lá foi aprovada a PEC que contempla vocês e a minha aqui não foi aprovada; então, que se arquive e que se vote essa a que você se refere e se promulgue.

Acho que é isso para ficarmos bem atualizados no contexto. Para mim, não é quem apresentou a lei, é quem defendeu a lei que contempla os interesses do nosso povo.

O SR. LUIZ HENRIQUE MACEDO – Obrigado, Senador.

Outra questão não é demagogia, não viemos aqui neste momento para fazer um debate político, este debate político já fizemos no último congresso da nossa confederação.

Naquele momento, definimos, em nosso congresso, que sempre continuaremos a batalhar pela revogação da Emenda nº 41, de 2003, pelos motivos já expostos pela mídia, pelos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, pela questão do mensalão, se estão certos, se não estão. Eu não vou entrar no mérito da questão. Mas a categoria entende que a Emenda Constitucional nº 41 tem que ser revogada na íntegra, porque é um malefício de direitos previdenciários para todos os trabalhadores do setor público.

De qualquer maneira, nós estamos atentos à questão da PEC nº 555, que é também injusta de qualquer maneira: após um trabalhador ou uma trabalhadora fazer sua contribuição por 30 ou 35 anos, continuar a pagar o Plano de Seguridade Social, bem como a continuidade da sua família. O servidor ou a servidora falece e o seu pensionista continua também a pagar o Plano de Seguridade Social. Então, nós também queremos a revogação do § 4º da Emenda Constitucional nº 41, que a gente continua perseguindo.

Duas outras situações aqui colocadas também pelo Senador Paulo Paim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE MACEDO – Nós perseguimos veementemente os PLP nº 554...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ir tranquilo, porque tem mais cinco minutos e, se necessário, mais cinco.

O SR. LUIZ HENRIQUE MACEDO – *O.k.* Muito obrigado, Senador.

Nós estamos trabalhando também no sentido de regulamentação da aposentadoria especial. Como eu disse, há mais de 26 anos e meio estamos perseguindo esse objetivo, e o início foi lá em 1990. Mas, de qualquer maneira, há pouco tempo, principalmente depois de uma audiência pública de que participamos, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social, quando dissemos que o planejamento tinha esse Projeto de Lei Complementar, mas não havia interesse em enviá-lo. E eu fiz até uma brincadeira, porque sabia que esses dois projetos estavam na mesa do Ministro Paulo Bernardo, na gaveta do lado esquerdo. Quinze dias depois, esses dois projetos foram apresentados: os PLPs nº 555 e nº 554.

Como disse o Senador, nós também entendemos que esta Casa é democrática. Aqui nós não estamos fazendo palanque para ninguém, mas acompanhamos mais de perto o nº 555, que já passou pela Comissão de

Trabalho, de Administração e Serviço Público, e o projeto lá foi um substitutivo da Deputada Manuela d'Ávila que não cabia ao trabalhador.

Aí, logicamente, o projeto foi aprovado como substitutivo e seguiu para a Comissão de Seguridade Social e Família, cujo Relator era o Deputado Federal Amauri Teixeira, que hoje não está entre a gente como Parlamentar. Mas nós trabalhamos muito ao lado do Deputado Federal e esse projeto foi na linha do trabalhador, garantindo principalmente 25 anos e garantindo também a aposentadoria integral.

Infelizmente, o projeto não foi para frente e foi devolvido. Nós estamos tentando resgatá-lo e trabalhar junto à Câmara dos Deputados para a indicação de um novo Relator, a fim de que trabalhemos ao lado dele para dar continuidade ao projeto de regulamentação.

O Projeto nº 554 já foi rechaçado. E, na realidade, não conseguimos entender. Num passado não tão distante, nós não poderíamos sair com outro projeto que fosse da Câmara ou do Senado, porque o de regulamentação era prerrogativa do Poder Executivo. Mas, de qualquer maneira, hoje você, quando analisa os dois PLs, o PLP nº 555 e o PLP nº 554, percebe que eles estão apensados a outros projetos originários da própria Câmara Federal.

Outro projeto em que também estávamos trabalhando e agora vamos colocar mais força é o PL nº 4.485, de 2008, que trata da pensão especial para os trabalhadores da extinta Sucam, atual Funasa, contaminados com o DDT. Hoje, estão trabalhando com muito mais tranquilidade junto à PEC nº 17, de 2014, que institui pensão vitalícia bem como tratamento ao trabalhador.

Na realidade, outro projeto que também achamos importante apresentar aqui, e colocamo-nos à disposição, é o PL nº 4.434, de 2008, que reajusta as aposentadorias do INSS. Entendemos que os trabalhadores da iniciativa privada que ganham acima do salário mínimo, daqui a alguns dias, vão estar no máximo ganhando o salário mínimo. Por que isso também no setor público? Porque, no setor público, dentro de algumas exigências, algumas legislações preveem que passaremos a ser regidos por reajustes concomitantes ao reajuste do salário mínimo. Portanto, atinge diretamente ao servidor público. As concessões de aposentadoria bem como as pensões vão ser atingidas, e, em um futuro não tão longínquo, também teremos, no setor público, trabalhadores recebendo salário mínimo.

Agora, outra situação apresentada, e sobre essa já fiz um histórico, a 246, quando tivemos oportunidade de trabalhar com o então Deputado Federal Paulo Paim, na Câmara, e que não houve... Trabalhamos, houve aprovação por unanimidade no mês de junho de 1993, na Comissão. Dali para frente, fomos enrolados. Posso dizer com toda tranquilidade, porque tenho todos os relatórios. Passei a conviver e a viver dentro do Congresso Nacional. Trabalhamos junto com o Deputado Félix Mendonça, que entendeu a nossa preocupação e, na Comissão de Finanças e Tributação, deu o reconhecimento da adequação financeira e orçamentária. O próprio Governo, logo em seguida deste relatório, retirou o relatório, retirou esse Deputado e nomeou um novo Deputado, que trago aqui, Deputado Federal Eujácio Simões. O novo relatório, por incrível que pareça, foi dado pela inadequação financeira e orçamentária, e ficamos com isso parado até por volta... Ficamos de 1993 a 2000 para conseguir essa inadequação. Voltamos à carga logo em 2003, com o Senador Antonio Carlos Valadares, que trabalhou com afinco para que pudéssemos ter.

De qualquer maneira, estamos com, e fiz questão de frisar bem, 26 anos 6 meses e 21 dias sem a questão da regulamentação do direito de aposentadoria dos trabalhadores com questões prejudiciais à saúde e condição de risco e, logicamente, a partir de 2005, instituída no art. 40, na Emenda nº 47, a famosa PEC Paralela da época, dos portadores de deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diga-se que, para a área privada, já está tudo ajustado e pronto, mas, para o servidor público, ainda não.

O SR. LUIZ HENRIQUE MACEDO – Para o servidor público, ainda não, Senador. Correto!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é algo que tem que ser visto. Qual é a diferença do deficiente na área pública e na área privada?

O SR. LUIZ HENRIQUE MACEDO – E, nesse ponto, digo que quem é do setor público deve estar encampado e ser bem mais protegido do que o da iniciativa privada, porque eu trabalho com radiação ionizante e não tenho direito, mas fiscalizam uma empresa, indústrias nucleares do Brasil, que faz jus aos 25 anos.

Para encerrar minha parte, temos uma dificuldade de implementar também as aposentadorias especiais, até pela omissão do Poder Público, do Poder Executivo na regulamentação. Estamos trabalhando com mandados de injunção proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, que hoje já tem entendimentos diferenciados.

Hoje, também, já temos a Súmula Vinculante nº 33, que, graças a Deus... antes de vir para cá, eu estava conversando com o nosso advogado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem mais um minuto agora, meu líder. O tempo começou a pegar.

O SR. LUIZ HENRIQUE MACEDO – Está certo. Aí, conversando com o nosso advogado, conseguimos, em primeira instância, uma vitória para aposentadoria com 25 anos, com aposentadoria integral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE MACEDO – E o que nos prejudica, e precisamos discutir também com o Planejamento e com a Previdência, são as Orientações Normativas nº 15 e 16. Finalmente, no cálculo das aposentadorias, que garante a integralidade e garante a última remuneração. E nós podemos pegar o *site* da Advocacia-Geral da União para fazer o cálculo do trabalhador.

Então, você tem essas duas situações: integralidade e última remuneração. Só que, quando você vai fazer o cálculo, a legislação não permite os trabalhadores que recebem a gratificação de desempenho. Na época da atividade, ele contribui com 11% sobre a totalidade e, no dia que ele se aposenta, o que é uma grande injustiça, ele se aposenta com 50% dessa mesma gratificação. Infelizmente, está se cobrando, está se sobretaxando o trabalhador em 11% na totalidade e, quando do advento da aposentadoria, recebe apenas 50%.

Bom, inicialmente, essas eram as nossas colocações.

Mais uma vez, agradeço a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pelo convite à Confederação. Por enquanto, muito obrigado, Senador Paulo Paim e Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Este foi o Luiz Henrique Macedo, representante da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef).

Olha, pessoal, aquilo que eu falei – e agradeço aqui a assessora das comissões, que trabalha na Câmara, porque me esclareceu –, para ficar bem claro para quem está ouvindo, porque, dentro da sua fala, eu fiz uma complementação de uma PEC. Ela lembra aqui:

Ajudando a esclarecer para o público: aposentadoria por invalidez é a PEC 56 [que você falou já], de 2014, da Deputada Andreia Zito, que dá nova redação ao inciso I do §1º do art. 40 da nossa Constituição, para assegurar proventos integrais à aposentadoria por invalidez permanente. Em todas as hipóteses, estabelece a revisão dos proventos de aposentadoria por invalidez já concedidos com efeitos financeiros a partir da data da promulgação da dita emenda.

A matéria está na Secretaria-Geral da Mesa do Senado para deliberação sobre o Requerimento nº 275, do Senador Romero Jucá, que requer a tramitação conjunta da PEC 54, de 2013, do Senador Paulo Paim.

Agora, então, aquilo que havíamos dialogado aqui, você ajudou a esclarecer.

Eu já fui procurado pelos servidores, as duas PECs têm o mesmo objetivo. Qual é o bom senso? Como já foi aprovado em uma Casa, que seja aprovada aqui no Senado a PEC nº 56, da Deputada Andreia Zito, e a minha seja arquivada, porque o mérito já está contemplado. Não vamos aprovar a minha aqui, mandar para lá, para aprovar de novo lá. Isso seria um retrocesso.

Então, eu mesmo vou falar com o Senador Romero Jucá, de forma tal que a minha seja desconsiderada, que a minha seja rejeitada, arquivada, e vamos trabalhar em cima da PEC que já foi aprovada em uma das Casas.

É isso o que os servidores querem, não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não? Ah, já deu polêmica aqui. Eu querendo tirar a minha PEC para garantir... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem. Depois, na hora H, vocês falam, então.

Olha, já deu polêmica aqui. Eu, com a maior boa intenção, abrindo mão da minha autoria para ajudar a agilizar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, aqui me dizem que a minha não é mais minha, que seria mais abrangente.

Então, vamos em frente. Essa é a importância do debate. Para mim, ficou esclarecido a partir dessa leitura que fiz aqui. Aqui só fala a situação em que estão as duas PECs. Então, vai caminhar para apensar, pelo o que vi. Apensa e decide sobre aquela outra. Claro, vocês vão falar na hora adequada, que vocês entenderem mais adequada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Vamos lá, então.

Sebastião Soares da Silva, Secretário Executivo de Negociação Coletiva e Composição de Conflitos, da CSPB.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Bom dia, Senador Paulo Paim, a quem tenho o orgulho de dizer que já fomos companheiros de várias, e várias, e várias lutas em defesa da classe trabalhadora e, de forma especial, em defesa dos servidores públicos. Cumprimento os Senadores aqui presentes, em nome do Senador Capiberibe, que sempre foi um aliado nosso de primeira hora em todas as nossas lutas; cumprimento aqui os colegas do movimento sindical, em nome da companheira Rosa Maria, que é uma guerreira, junto com as demais lideranças.

De início, Senador, aqui falando também em nome da Nova Central Sindical de Trabalhadores e do Foro Sindical de Trabalhadores, que reúne as confederações nacionais de trabalhadores, não poderíamos deixar de aproveitar esta oportunidade para manifestar a nossa discordância e o nosso protesto em relação ao que está acontecendo com os direitos da classe trabalhadora brasileira, num momento muito ruim, muito negativo, em que a imagem do Congresso Nacional, expressa na aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de terceirização, fica comprometida porque ele destrói direitos, rebaixa as condições de vida dos trabalhadores, faz um retrocesso extremamente grave. E aqui não se trata de discutir a palavra. Não se trata de demonizar a palavra, mas demonizar os seus atos, demonizar os seus efeitos.

Nós temos aqui, por exemplo, um Deputado, no Congresso, que já faliu 27 empresas terceirizadas. Tem mais de 5 mil processos trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deputado?

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Deputado do PSDB.

Então...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone*.) – Qual o nome dele?

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Direi o nome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Qual? O Senador está pedindo.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Eu vou passar o documentos, Senador. Eu faço questão.

Então, a terceirização, em todas as áreas, é perniciosa para aqueles que vivem e laboram nessas condições. Quando se trata de dizer que temos 12 milhões de terceirizados e que precisamos regularizar a situação deles, há pleno acordo com isso, total concordância. Mas regularizar como? Rebaixando os demais? Aí é que está o equívoco.

A regularização deveria ser garantir aos terceirizados condições de trabalho dignas, a obrigatoriedade do conhecimento dos seus direitos e o impedimento de que essa forma de contratação seja instrumento de rotatividade excessiva, criminosa, às vezes, de mão obra. Criminosa por quê? Porque grande parte deles não recebem os seus direitos, não são reconhecidos naquilo que lhes é pertinente. Inclusive, a maior quantidade de ações sobre FGTS são de empresas terceirizadas; maior quantidades de ações com hora extra, que é o principal problema dos terceirizados, também empresas terceirizadas.

E, para agravar ainda mais, Senador Paulo Paim, Senador Capiberibe e demais Senadores, enquanto estávamos no calor da luta do 4330, o Supremo Tribunal Federal nos passou um golpe. Ao julgar a ADI 1923, aprovou a terceirização através das organizações sociais no serviço público. Isso é um escândalo nacional! Isso é um desrespeito à Constituição. Nós já não temos mais concurso público de primeiro grau, não temos mais concurso público de segundo grau. E os trabalhadores de primeiro grau e de segundo grau no serviço público? São contratados como? Terceirizados? Então, na verdade, embora a Constituição proíba, a terceirização já existe no serviço público de forma ilegal.

Eu até proponho, Senadores, que façamos uma audiência pública para discutir isto: a terceirização no serviço público e a ameaça de aprofundar essa terceirização com a decisão, agora recente, da semana passada, do Supremo Tribunal Federal. A ADI foi aprovada e o Governo até já se pronunciou: não deixará de haver concursos nas universidades. Mas para quais cargos?

Então, é preciso esclarecer, com a decisão do Supremo, como é que fica a organização das carreiras do serviço público. É uma profunda derrota para nós, tanto a aprovação, na Câmara dos Deputados, do PL 4330, como a aprovação, no Supremo Tribunal Federal, da legalização da terceirização através de organizações sociais, que é a porta para a corrupção neste País.

Também, Senador, não poderíamos deixar de falar aqui das duas Medidas Provisórias, a 665 e a 664, especialmente a 664. Mais uma vez, toda vez que se fala em ajuste estrutural neste País,a primeira categoria que se vê é servidor público. Em todo ajuste é a mesma coisa.

Não houve um único ajuste neste País, de direitos, flexibilização, organização de finanças, de ajuste estrutural do ponto de vista das macrofinanças, que os servidores públicos – os servidores, consequentemente, os serviços públicos – não fossem os primeiros a ser afetados. E mesmo quando se consegue mitigar alguns

efeitos, corrige-se às vezes para o setor privado, mas o servidor público continua penalizado, como agora, na questão da PEC paralela da invalidez.

E, para provar isso, vamos ver o seguinte: nos últimos anos, desde a malfadada e infeliz Emenda 20 do governo FHC, desde então tivemos mudanças seguidas, penalizando, retirando direitos dos servidores públicos. Agora vêm as PECs 664 e 665, que acredito que são duas PECs que não deveriam sequer ser apreciadas, porque, primeiro, elas não têm o requisito de urgência e relevância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A MP.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – A MP, as duas MPs. Elas não têm o requisito de urgência e relevância, como prevê o art. 62 da Constituição. Qual a urgência? Qual a relevância? Por último, elas também afetam o princípio da redução de direitos sociais, também previsto no art. 62. Então, do ponto de vista da sua construção formal e material, as duas MPs são ilegais, não poderiam sequer ser apreciadas. Ainda mais que elas aprofundam prejuízos, reduzem direitos sociais, como acontece também com servidores públicos.

Desde a Constituição de 1988, foram aprovadas cinco emendas à Constituição: a Emenda 3, de 1993; a Emenda 20, de 1998; a Emenda 41/2003; a Emenda 47/2005; a Emenda 70/2012, com alterações substantivas na previdência dos servidores públicos. Então, nós fomos escolhidos, gradativamente, permanentemente, como os bodes expiatórios dos ajustes dos governos, seja em governos explicitamente neoliberais, seja em governo que não tem a coragem de romper os princípios neoliberais que afetam os servidores públicos.

Com tantas mudanças no texto, com pelo menos quatro situações, olha a bagunça em que se transformam os serviços públicos com essas alterações! Então, temos pelo menos quatro regras, quatro situações para concessão de aposentadoria: direito adquirido, o pedágio, o pós-previdência – a previdência complementar – e o pós-fundo de pensão. Vou explicar isso rapidamente.

Existe uma regra aplicada aos servidores que já tinham o direito adquirido antes da vigência de cada emenda constitucional. Como a lei não pode retroagir para prejudicar, a emenda constitucional passa a viger a partir da sua aprovação, preservando os direitos. Então, temos um grupo grande de servidores que têm seus direitos respeitados em função de uma anterioridade.

Existe outra para os servidores que se encontravam no serviço público no momento da publicação das emendas mas não preenchiam os requisitos para requerer o benefício: de repente, o benefício colocava um pedágio; eu já estava no serviço público, mas eu não poderia ter acesso a ele. Então, temos um grupo de servidores nessa situação. Isso em todos os entes federativos, União, Estados e Municípios.

Há também os servidores públicos que ingressaram no serviço público entre janeiro de 2004 e a criação e instalação da respectiva entidade de previdência complementar, que foi, lamentavelmente, em 4 de fevereiro de 2013, no caso da União, portanto, após a vigência das reformas.

Finalmente, uma outra situação: os servidores que ingressaram após a criação e instalação do respectivo fundo de pensão complementar.

Então, temos quatro situações distintas de aposentadoria que perpassam a situação funcional do conjunto da categoria dos servidores públicos brasileiros.

E, com raras exceções, todas essas PECs, todas essas medidas provisórias sempre vieram no sentido de prejudicar direitos, de retirar direitos, raramente para acrescentar, com duas ou três exceções em que tivemos alguma mitigação do que foi retirado.

Antes mesmo das alterações constitucionais, o governo Fernando Henrique Cardoso ceifou, como uma espada de Jedi do lado escuro da força, mais de 50 direitos de servidores públicos sem necessitar de qualquer alteração na Constituição, inclusive o aumento de 20% que era dado a todos os servidores públicos no momento da aposentadoria.

Esse foi um direito que foi cortado, desapareceu, entre outros 50 que também foram ceifados.

A primeira emenda à Constituição que suprimiu as conquistas dos servidores em matéria previdenciária foi a de nº 20. Travamos uma luta cerrada aqui no Senado, aqui no Congresso, em que o Senador Paulo Paim atuou, junto com o saudoso Deputado Sérgio Miranda – eram os nomes que nós tínhamos para o enfrentamento dessa peleja.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Sérgio Miranda! (*Palmas.*)

Sérgio Miranda foi um Deputado Federal do PCdoB, depois do PDT, e deu a vida pela luta de todos nós, eu diria.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E faleceu jovem. Faleceu com cinquenta e poucos anos se não me engano. Jovem, jovem, jovem. De um momento para outro, estava muito bem, sentiu-se mal e acabou falecendo.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Exatamente.

Portanto, a Emenda 20, entre outras modificações, substituiu o tempo de serviço por tempo de contribuição, fixou uma carência de dez anos no serviço público e cinco no cargo como requisito para a aposentadoria, acabou com a aposentadoria especial do professor universitário, além de condicionar o direito ao benefício integral ao atendimento dos requisitos do tempo de contribuição (35 anos para homem e 30 para mulher) e de idade mínima (60 anos, homem, e 55, mulher) para quem já estava no serviço público. Para os novos servidores, propunha a criação da previdência complementar, a ser instituída por lei complementar, com o objetivo de limitar a cobertura pelo regime próprio dos servidores até o teto do INSS, medida que só se concretizou em 2013, no Governo Dilma, após a reforma previdenciária do governo Lula – estava lá na Emenda 41 –, que determinou que a previdência complementar fosse regulamentada por lei ordinária, e não complementar.

Após a Emenda 20, veio a 41, que foi, lamentavelmente, o cartão de visita do governo Lula para os servidores públicos, a qual aprofundou as mudanças: eliminou a aposentadoria proporcional; adotou o redutor da pensão; instituiu o caráter solidário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – ... e a contribuição dos aposentados e pensionistas; quebrou a paridade; ampliou a idade mínima e o tempo de permanência no serviço público como condição para fazer jus à paridade e à integralidade na regra da transição; instituiu a aposentadoria voluntária sem paridade proporcional, com exigência de pedágio sobre o tempo de contribuição exigido (35 e 30, respectivamente, homem e mulher); idade mínima a partir de 53 anos para homem e 48 para mulher, porém, com redutor sobre cada ano que faltasse para completar, respectivamente, 60 e 55 para a aposentadoria sem paridade; instituiu um abono de permanência equivalente à contribuição previdenciária do servidor que, tendo direito a requerer o benefício, permaneça em atividade, mesmo tendo direito a requerer o benefício, após completar o mínimo de 30 anos de contribuição, se mulher, e 35, se homem; fim da integralidade, com a adoção do cálculo para a média.

Então, vejam bem que há uma sucessão de retirada de direitos previdenciários dos servidores públicos em uma escalada que não terminou. Basta dizer que as pensões, antes concedidas no mesmo valor das aposentadorias deixadas pelos servidores falecidos, passaram a sofrer um redutor de 30% sobre o valor que exceda o teto do RGPS, a partir da vigência da Emenda 41. Também se instituiu a contribuição dos aposentados e pensionistas, num percentual de 11%, incidentes sobre a parcela dos proventos que exceda o teto do RGPS. Então, nós aqui compartilhamos que é necessário romper essa excrescência, romper esse absurdo de taxar servidoras e servidores que já estão aposentados, o que, portanto, rompe o princípio da solidariedade, porque eles não serão beneficiados com essa contribuição.

Graças à atuação do Senador Paim, veio a PEC Paralela, que resultou na Emenda Constitucional 47, que amenizou um pouco os efeitos perversos da Emenda 41, que tinha acabado com o direito à aposentadoria integral, inclusive para os aposentados por invalidez. Isso nós ganhamos, mas ainda não levamos, porque, no caso dos servidores públicos, ainda não foi totalmente regulamentado e implementado.

A principal modificação introduzida pela Emenda Constitucional 47 foi a fórmula 95 para os homens e 85 para as mulheres, por intermédio da qual se permite que o servidor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou fazer um aparte nessa questão porque é importante. Há muita gente de mau caráter – vou explicar agora –, de má-fé, mentirosa, sacana, bandida!

E quem está ouvindo isso, está fazendo isso – inclusive, dentro de alguns postos – não são os funcionários da previdência. Estão dizendo que a fórmula 85/95 significa que é necessário trabalhar até os 95 anos de idade e os 85 anos de contribuição. (*Risos.*)

E, quando estava no hospital, uma pessoa me disse: "Mas, Paim, eu ouvi falar que o senhor está aceitando a substituição. E eu vou ter que trabalhar até os 95 anos?" E há gente espalhando isso, quer dizer, é gente bandida que quer inventar que alguém está propondo isso no caso do servidor público.

Teremos que explicar permanentemente o que é a fórmula 85/95. A gente se acostumou tanto a fazer isso desde a PEC Paralela, e aquela lei só foi aprovada na época, por causa da PEC Paralela, se não nós teríamos sido derrotados. Na última hora, o Presidente Lula ligou dizendo: "Não, nós aprovaremos a PEC Paralela se, enfim, o centro esquerda votar favoravelmente a esta questão." Aí, aprovamos; senão, teríamos sido derrotados já naquele momento.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, agora, está-se espalhando por aí. E quem faz isso – quero usar o termo certo, para a pessoa aprender a não fazer mais isso –, quem está espalhando isso, e não é a primeira vez que me falam isso, já falaram no Rio Grande do Sul, já falaram em outros Estados, é mentiroso, é sacana, é bandido, é corrupto, é ladrão, é tudo o que ele quiser! Uma pessoa que faz isso está sendo um bandido, ao querer explicar para as pessoas que, a partir dessa lei, como é essa aí, depois de 95 anos... não é, pelo amor de Deus!

Com a lei sobre a fórmula 85/95, que já se aplica para o servidor e poderá ser uma alternativa ao fator previdenciário... A mulher hoje, pelo fator previdenciário, para se aposentar com o salário integral, o mesmo, tem que trabalhar até os 67 anos de idade. E, com fórmula 85, vai trabalhar até os 55 anos de idade – é uma diferença de quase 15 anos: ela vai se aposentar com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição.

E, segundo a fórmula 95, o homem vai se aposentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição. Mas, se porventura ele tiver 36 anos de contribuição, ele vai se aposentar com 59 anos. Essa é fórmula 85/95: a soma de idade com tempo de contribuição.

E quem está fazendo isso, não quero dizer mais nome aqui para ele, viu? E vocês podem dizer que fiz em nome da emoção, mas não é em nome da emoção, não! Estou muito chateado com essa história, porque estão querendo espalhar que essa fórmula 85/95 é muito melhor que o fator, que para o trabalhador é muito melhor.

E o fator já perdeu todos os seus objetivos de ser, até porque, se eu estou na empresa, o que que eu faço? Vou me aposentar, pegando o fator mesmo, vou continuar trabalhando e vou ali na frente entrar com o instituto da desaposentadoria, o que já existe para o servidor e, por analogia, por semelhança, estende-se já para o trabalhador da área privada também. E vamos ganhar.

Então, a melhor fórmula hoje, e propus até uma emenda, em cima da 664 na 665, que acaba com o fator previdenciário e cria, então, essa alternativa que vai permitir que a mulher e o homem se aposentem de outra forma. Assim, não tem nada a ver com idade, 85, 95; o valor 95 é o cálculo matemático, tempo de contribuição somado com a idade. A mulher se aposenta com 55 anos, ou até com 54, se ela tiver 31 de contribuição, desde que a soma chegue lá.

Então, só aproveitei a oportunidade, porque eu tinha que falar isso.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Excelente, ótimo, Senador!

Então, reafirmando, a PEC Paralela, a PEC nº 47, foi extremamente importante para nós. Passamos noites e noites aqui tentando construir o texto, tentando acertar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi uma peleia!

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Quer dizer, foi uma peleia, não foi fácil!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Tião Viana ajudou muito na época.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Perfeito, perfeito. Então, foi uma construção coletiva do movimento sindical dos servidores públicos com o Senador Paulo Paim. E, na verdade, quem tem essa interpretação é por má-fé e desonestidade.

E, para concluir, é preciso ressaltar aqui também a Emenda Constitucional nº 70, na qual o Senador Paulo Paim foi decisivo. Estabeleceu a aposentadoria integral e paritária, por invalidez permanente, para os casos decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável para os servidores ativos ou aposentados, porém, somente para quem ingressou no serviço público até 31 de dezembro de 2003.

Portanto, fiz um traçado desses esboços, para mostrar que nós, servidores públicos, sempre estamos, no centro, no foco dos ajustes estruturais do Governo. E os ajustes sempre para rebaixar direitos, sempre para ceifar conquistas, sempre para ceifar condições de vida para a categoria profissional dos servidores públicos.

Agora mesmo, a MP 664, para não fugir dessa regra, elimina a vitaliciedade dos direitos dos dependentes de servidores que venham a falecer à pensão por morte. Claro que nós perfilamos com todo e qualquer ajuste no sentido de moralizar, de cortar os excessos, de impedir os desvios; mas também não podemos concordar... E aqui deixamos o nosso protesto contra mais essa tentativa de extinguir direitos, especialmente direitos previdenciários, porque, Senador Paim, até hoje, nós ainda brigamos para que cesse, de uma vez por todas, a imoralidade que foi a instituição da contribuição previdenciária dos inativos.

(*Soa a campainha.*)

E nós queremos aqui, mais uma vez também, manifestar o nosso apoio pelo que já vimos de expressões aqui no Senado, do Presidente desta Casa, com relação à terceirização.

Os trabalhadores brasileiros, com certeza, inclusive terceirizados... Aqui não se trata de distinguir terceirizados e não terceirizados; todos nós somos vítimas do mesmo sistema, mas os terceirizados são mais vítimas ainda, devido à precariedade com que são tratados. E é nesse sentido que estamos aqui, manifestando confiança no Senado, como estamos demonstrando confiança no Congresso brasileiro, para que nós possamos impedir mais uma página cruel de corte de direitos dos servidores públicos e dos demais trabalhadores brasileiros!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sebastião Soares da Silva, Secretário Executivo de Negociação Coletiva da CSPB.

De imediato, passamos a palavra à presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), minha querida – permita-me que eu diga assim – amiga e líder Rosa Maria Campos Jorge. Eu digo líder porque ela tem nos ajudado muito, inclusive nos tem orientado sobre muitos temas no que tange ao interesse dos trabalhadores. E a sua orientação, para nós, é lei: se ela diz, nós vamos cumprir. Nós vamos conseguir aprovar ou não, mas é lei.

Então, parabéns a você. É uma alegria ouvi-la mais um vez.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Muito obrigada, Senador.

Quero cumprimentar todos dessa Mesa, os representante do Governo, os meus companheiros representantes dos trabalhadores, da iniciativa privada e do serviço público. Quero cumprimentar os Senadores aqui presentes.

De antemão, Senador, antes de falar do tema desta audiência, eu gostaria de, em nome do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, cumprimentar e parabenizar V. Exª pelo empenho e compromisso na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, tanto do setor privado, quanto do setor público, especialmente dos aposentados e pensionistas do nosso País. A sua presença aqui, após uma cirurgia delicada, dá bem o caráter do homem público que o senhor é. É uma pessoa que assume e vai à frente, defendendo os compromissos. Ainda bem que nós temos o senhor.

O senhor tem tido uma trajetória admirável e coerência em defesa dos menos favorecidos, em todas as oportunidades em que exerceu cargos na estrutura das Casas Legislativas: a Presidência da Comissão de Trabalho, quando ainda se chamava Comissão de Legislação Social, lá na Câmara dos Deputados; a 3ª Secretaria da Câmara, quando abriu espaço aos movimentos sociais; a Vice-Presidência do Senado, quando foi fundamental na aprovação da PEC Paralela; e agora principalmente, como membro e Presidente desta Comissão, que é um verdadeiro espaço democrático e de debate das boas causas.

Antes de iniciar o tema, eu não poderia deixar de falar sobre o PL 4.330, de 2004, Senador, porque o tema da terceirização é muito importante para nós. Muito importante.

Como auditora fiscal do trabalho – e aqui trazendo ao público o trabalho que meus colegas fazem no dia a dia –, quero deixar claro para os senhores que são muito poucas as empresas que são fiscalizadas pelos auditores, que têm trabalhadores ali na condição de terceirizados, e que a lei é cumprida para esses trabalhadores.

O número de autos de infração lavrados pelos Auditores Fiscais do Trabalho em sua grande maioria, hoje, é justamente sobre o descumprimento de direitos para os trabalhadores terceirizados. Estes 12 milhões de trabalhadores terceirizados estão sendo usados por aqueles que estão defendendo o Projetos nº 4.330, dizendo que quem está contra o projeto está contra os trabalhadores terceirizados, os 12 milhões. Isso é uma mentira deslavada! Nós estamos a favor dos trabalhadores brasileiros, especialmente os trabalhadores que hoje são terceirizados, porque sabemos, nós Auditores Fiscais do Trabalho, o quanto são desrespeitados. E a legislação que está aí não virá coisa nenhuma para beneficiá-los; ela virá para prejudicá-los ainda mais. E estão dizendo o contrário.

Quando se permite a terceirização na atividade-fim significa que vão eternizar as péssimas condições em que eles já vivem hoje. Não há nenhum benefício na aprovação desta lei para os trabalhadores que hoje já são terceirizados. Não há.

Em uma recente fiscalização, 30 Auditores Fiscais do Trabalho, fiscalizando a empresa Contax, empresa de terceirização de *telemarketing* para cinco bancos e três operadores de telefone móvel, constataram que havia descumprimento de toda a legislação da área de segurança e saúde do trabalho, que esses trabalhadores estavam trabalhando jornadas exaustivas e em condições extremamente degradantes.

Ouso dizer aqui, sem o temor da banalização do tema, que nós estamos diante de trabalho escravo, senhores! Porque a terceirização, como tem sido praticada neste País, descumpre os princípios básicos, que estão em nossa Constituição Federal, que é o respeito à dignidade humana.

Então, não posso me calar. Fiquei frustrada e revoltada com a atitude dos Srs. Deputados que aprovaram esse descalabro. Eles certamente não estão pensando no futuro da sociedade, no futuro dos nossos jovens, porque, ao aprovar isso, na verdade, nós estamos instituindo a barbárie. É o retorno às condições praticadas no século 19. Porque essas pessoas não vão ter a quem recorrer. Nem a questão da representação sindical foi resolvida, nem a questão de quem vai ser responsável por dotar o ambiente de segurança e saúde foi resolvida. Todos os órgãos criados, como Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), só para citar um exemplo, ora, para criar uma Cipa dentro de uma empresa é preciso ter um número mínimo de trabalhadores. O que vai acontecer? Vão fatiar. Com a quantidade de empresas terceirizadas não vai atingir o número mínimo, então, às vezes, uma frente de trabalho que terão, ali, 1.500 trabalhadores não terá uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Só para o senhor ter uma ideia do tamanho do prejuízo que a classe trabalhadora vai enfrentar.

Ora, se eu tenho um trabalhador direto na minha empresa e que eu o pago, como assessor, R$3 mil, e se eu posso terceirizar a atividade-fim, eu vou demitir esse trabalhador, para economizar, é claro, e vou contratar uma terceirizada, especialista em assessoria, e vou pagar R$1 mil para a pessoa fazer o mesmo que o meu trabalhador, que ganhava R$3 mil, fazia.

Vocês estão percebendo a maldade que está por trás. Porque, às vezes, você olha o projeto e diz: "Não, onde está isso aqui? Já me perguntaram Senador, muitas vezes, onde estava escrito que não vai ter Cipa, que não vai ter o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança? É muito simples: quando se terceiriza a atividade fim, significa que se pode terceirizar tudo, que se pode ter empresa sem empregado.

Quando a gente fala que o empregado terceirizado está sendo vitimizado, porque está todo mundo contra o projeto. Ora, ele é a maior vítima. O trabalhador terceirizado hoje, no Brasil, é a grande vítima da injustiça. Se esse projeto tivesse a mínima intenção de melhorar as condições desse trabalhador terceirizado, iria estabelecer dois princípios: isonomia de direitos com os trabalhadores da própria empresa e solidariedade absoluta do tomador do serviço. Isso eles não querem deixar aprovar, porque, se for aprovar isso, por que então a terceirização? "Eu fico com os meus trabalhadores".

Senhores, esse projeto nada mais é do que a simples retirada de todos os direitos previstos no ordenamento jurídico, na Consolidação das Leis do Trabalho, e os princípios basilares da nossa Constituição, que são o respeito e a valorização do trabalho e a dignidade da pessoa humana, estarão para sempre retirados do ordenamento jurídico brasileiro.

Então, fiquei muito animada com a fala do Presidente desta Casa e espero que, sinceramente, as pessoas se debrucem sobre esse projeto. Alguém já disse: "Gente, mas o projeto é de 2004; há quanto tempo está sendo discutido!" Discutido coisa nenhuma! Ele estava aí esperando um momento que fosse o mais oportuno para ser colocado e aprovado de qualquer jeito, como foi.

Sinceramente, acho que, aqui no Senado, essa discussão pode ser feita, mas ser feita de verdade, tirando as máscaras e mostrando quem é, neste País, que vai ter proveito com a aprovação desse projeto. Garanto aos senhores que o texto que veio aqui para o Senado não traz qualquer vantagem para os trabalhadores, nem os terceirizados de hoje nem os milhões trabalhadores que deixarão de ter a proteção da CLT. (*Palmas.*)

Mas hoje o que nos traz aqui é um outro debate que também nos enche de preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rosa, só para alguém que esteja assistindo, este lanchinho aqui é por orientação do médico. A cada duas horas e meia tenho de comer alguma coisinha devido ao problema da operação.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – O senhor é o nosso herói. Pode fazer o que quiser.

Bom; sobre os direitos previdenciários dos servidores públicos.

As tentativas de redução ou eliminação dos direitos previdenciários do servidores têm sido constantes desde a Emenda nº 51, de 1991, o chamado "emendão" do governo Collor, que pretendia o desmonte do Estado brasileiro, que foi desmembrada em cinco PECs distintas, tendo sido a de número 55, de 1991, a que tratava da previdência dos servidores.

Nessa proposta, já arquivada – graças a Deus! –, o governo Collor pretendia instituir contribuição dos aposentados e pensionistas e desconstitucionalizava todas as regras sobre previdência do servidor. Pensem no prejuízo: retirar do bojo da proteção da Constituição as regras de previdência social! Reduzia drasticamente o valor das aposentadorias e instituía requisitos absurdos para que as pessoas a ela pudessem fazer jus.

Na tentativa de revisão constitucional, já no governo Itamar Franco, embora se saiba que ele não tenha patrocinado isso, o então Relator, Deputado Nelson Jobim, em seu Parecer nº 78, propôs simplesmente a desconstitucionalização e a aplicação aos servidores públicos das mesmas regras do setor privado, e isso nos seguintes termos:

"Art. 40. Aos servidores públicos civis membros dos Poderes Legislativo e Judiciário e demais ocupantes de cargos, funções e empregos públicos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é assegurada previdência social e previdência complementar, de acordo com o disposto nos arts. 201 e 202", os quais remetiam para as regras das iniciativa privada.

No governo FHC, antes de promover as mudanças constitucionais nos direitos dos servidores tanto na reforma administrativa quanto na previdenciária, foram reduzidos, como bem disse aqui o nosso amigo, na esfera infraconstitucional, quer dizer, na Lei do Regime Jurídico Único, 50 direitos, vantagens ou benefícios, segundo levantamento do Diap.

Você citou um deles e eu vou citar o adicional de tempo de serviço. Ele é da própria pessoa, existe na iniciativa privada, inclusive como uma regra de apreciação da progressão da pessoa, porque é o tempo de dedicação dele àquela instituição, mas foi extinto, e hoje existem diversas tentativas de se recuperar pelo menos o adicional de tempo de serviço para os servidores.

Em nível constitucional, FHC, por meio da PEC nº 33, de 1995, tentou instituir redutor nas aposentadorias, cobrar contribuição de aposentados e pensionistas, desconstitucionalizar os direitos previdenciários remetendo para lei complementar.

A PEC nº 33 foi transformada na Emenda nº 20, de 1998. Manteve as regras previdenciárias na Constituição e previu a previdência complementar, a ser instituída, posteriormente, em lei complementar, e aumentou o tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, entre outros.

Observem que foram só direitos sendo retirados.

Ainda no governo FHC, foi aprovada e sancionada a Lei nº 9. 783, de 99, que previu uma contribuição de servidores ativos, aposentados e pensionistas para o regime próprio com uma alíquota extorsiva de até 25%. Pense bem! Vinte e cinco por cento! O STF a declarou inconstitucional sob o fundamento de confisco salarial, naquela ocasião.

No governo Lula, por intermédio da Emenda nº 41, de 2003, foi instituída a contribuição dos aposentados e pensionistas, foi quebrada a paridade entre ativos e inativos, foi adotado o redutor de 30% sobre a parcela que excede o teto do Regime Geral e prevista a previdência complementar condicionada à lei ordinária, em lugar da lei complementar.

Foi uma grande perda, talvez uma das mais significativas para os servidores públicos. Temos trabalhado, e muito, e o Senador é testemunha disto, para que a PEC nº 555, de 2006, seja aprovada e seja reparada uma grande injustiça praticada contra os aposentados e pensionistas deste País, que, depois de aposentadas, as pensionistas continuam pagando 11% sobre o valor dos seus proventos sem ter nada em troca. Não há solidariedade.

Bom, o Governo Dilma, além de instituir a previdência complementar, acabando com a aposentadoria integral pelo regime próprio dos servidores, com a criação do Funpresp, que nós reputamos uma outra retirada de direitos que nos atinge a todos, criou duas categorias de servidores públicos: aqueles que tinham a integralidade e aqueles que agora vão para o regime geral. Isto é novo, para servidores que ingressaram mais recentemente. É a juventude encarregada de levar à frente toda uma gama de serviços públicos que interessam à sociedade brasileira que, ao se aposentar, vai para as regras da previdência do Regime Geral com o teto e, se contribuírem para a previdência complementar, ainda têm uma pequena chance.

É preciso deixar claro que o Funpresp tem sido desprezado pelos servidores; somos contra ele, como entendemos que a Emenda nº 41 é ilegítima – ilegítima! Achamos que ela deve ser revogada, porque as condições em que ela foi aprovada já estão aí...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ... claras, e fere qualquer lógica a continuação da existência dessa emenda.

Agora, nós temos editadas, como presente de ano novo para os servidores públicos e para os trabalhadores da iniciativa privada, duas medidas provisórias: a MP nº 664 e a MP nº 665. Quanto a esta última, já tivemos oportunidade de nos manifestar aqui. Essas duas medidas provisórias vêm com o título de "ajuste fiscal", mas basta movimentar de forma diferente a DRU para verificar que o resultado dessas medidas seria facilmente suplantado.

Então, o que representam essas duas medidas provisórias? Se era para fazer a correção de possíveis fraudes... Ora, se há fraude, tem de haver punição! A polícia deve agir, e vamos punir os faltosos. Então, com a justificativa de que a Previdência Social está sendo fraudada, emitem-se duas medidas provisórias que são francamente para retirar direitos.

Lá, na Emenda nº 41, já reduzimos as pensões a 70%, mas foi uma emenda à Constituição. Agora, por medida provisória, reduzem as pensões a 50% e acabam com a vitaliciedade das pensões. Quer dizer, morre um servidor público e, dependendo da idade da sua esposa, esta vai receber esses 50% limitados a um número de anos. Não há mais a vitaliciedade.

Muitos servidores e trabalhadores ainda não se deram conta do tamanho do prejuízo, mas é preciso dizer: "Amigos, tomem cuidado para não morrer enquanto essas duas medidas provisórias estiverem valendo! Não morra! Faça todo o possível para não morrer, porque, se você morrer, saiba que os seus pensionistas estarão sendo duramente castigados: castigados pela sua perda e castigados porque o Estado quer pagar muito pouco para aqueles que ficam". Quer dizer, o Estado está atacando a parte mais frágil e mais vulnerável: os viúvos, as viúvas e os órfãos.

A MP nº 665 vai na mesma esteira.

Nós temos um mercado de trabalho extremamente rotativo no Brasil, e as regras ali postas para a pessoa reclamar o seguro-desemprego quando é involuntariamente demitida... Porque, no Brasil, embora tenhamos ratificado a Convenção 158 da OIT, que não permitia a demissão sem justa causa – e, depois, foi denunciada por FHC –, por força dessa Convenção, você só pode demitir um trabalhador se houver causa. A causa pode

ser estrutural, pode ser financeira, mas há de haver causa. Nós só temos, no Brasil, a causa comportamental. Ou seja, é permitida a dispensa sem justa causa, que a gente chama de "despedida injusta".

É um contrassenso, Srs. Senadores! Existe uma lei que permite a injustiça. A lei é para garantir a justiça! A demissão sem justa causa, no Brasil, permite que o trabalhador seja demitido a qualquer momento. Desde que se pague a indenização dos 40% do FGTS, qualquer um pode demitir. E, como os empregadores brasileiros fazem muito bom uso dessa injustiça, a rotatividade é muito alta.

Entre os terceirizados, mais ainda, porque a ideia é de que a terceirização cria uma relação triangular. Temos o tomador do serviço, a empresa terceirizada e o trabalhador. qual foi a ideia da terceirização? Foi desconectar o trabalhador...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ...do empregador.

Ora, sabemos que um dos fatores da produção é: "não há produção sem trabalho", Senador. E estão querendo estabelecer a produção sem trabalho, porque não querem assumir a responsabilidade pelo vínculo empregatício. Então, o trabalhador fica como um terceiro? Ele é que é o terceiro nessa relação? Desculpem-me por ficar retornando ao tema, mas é necessário. E é recorrente porque, se imaginarmos que esse pacote completo de maldades, que é o PL da terceirização e as duas medidas provisórias, vai ser aprovado, esse período da nossa história e os governantes desse período certamente ficarão marcados como aqueles que trouxeram um dos maiores retrocessos sociais que a história do Brasil já viu. Muitas vezes, não contamos nem com a nossa corte suprema, que tem dado decisões contrárias aos interesses da sociedade, especialmente dos trabalhadores.

O servidor público, Senador, especialmente o aposentado e o pensionista do regime próprio de previdência tem sido historicamente utilizado como variável de ajuste. Estamos juntos com a classe trabalhadora (servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada), estamos juntos contra essa barbárie e vamos lutar até o fim. Muitas ações já foram propostas contra essas duas MPs, e estamos aguardando que não entrem na história nem os Senadores desta Casa, nem os membros do Supremo Tribunal Federal que aprovem uma barbaridade como essa.

Vamos ter eleições. As pessoas se elegem para um mandato, Senador, e se esquecem de que, depois, passado algum tempo, vão precisar recorrer aos que votam, que elegem: os trabalhadores, os servidores públicos, as viúvas, os filhos das viúvas. Essas pessoas integram a sociedade brasileira e estão assistindo, neste momento, à perda dos seus direitos por uma canetada de algumas pessoas. E essas pessoas vão precisar olhar nos olhos dos seus eleitores, depois...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ...e pedir, então, que esqueçam o que fizeram? Não vamos esquecer. Não vamos esquecer e não vamos perdoar nenhum daqueles que, usando do poder que tinham, retiraram o direito dos servidores públicos e dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Essa foi a Srª Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

Realmente, é com muita tristeza que vemos esse quadro.

Quero, em primeiro lugar, desejar a V. Exª um bom retorno a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Realmente nos preocupou essa sua saída daquela forma. Ainda bem que Deus é justo e você está aqui inteiro para nos ajudar nessa discussão democrática, nesse trabalho que fazemos nesta Casa.

Quero me pronunciar da seguinte forma: realmente é inadmissível esse tipo de atitude de retirar o direito dos mais frágeis, do trabalhador, que procura fazer sua parte.

A terceirização é uma coisa realmente lamentável. Sou servidor público, fui empregado público antes de ser servidor público do MPOG, fui empregado público de duas companhias de energia elétrica; sei o tanto será pernicioso a esse setor, onde não pode existir erro... Fui coordenador de turma de linha viva, de todos os trabalhos na energia elétrica, e, quando a pessoa erra, morre.

Então, precisamos, de fato, discutir melhor esse projeto e darmos uma razão à situação, porque não dá para regularizar os terceirizados já existentes sem prejudicar os demais serviços e os demais trabalhos. Na área pública, por exemplo, acho inadmissível. Na atividade-fim, não tem jeito terceirizar.

Com relação a essas duas medidas provisórias, 664 e 665, nós já fizemos aqui alguns debates. Realmente já deixamos claro ao Governo que, se não mudar, nós não vamos aprovar, não vamos admitir a retirada de direitos dos trabalhadores.

Queria fazer esse pronunciamento, tenho que me retirar neste momento, porque tenho duas audiências me esperando. Quero desejar sucesso ao Senador Paulo Paim, a essa Mesa e dizer que estamos aqui atentos e reiterando a posição de que não vou votar a favor nem da terceirização nem das MPs 664 e 665, nos moldes em que estão colocadas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Senador Hélio José, que deixa sua posição muito clara aqui em relação aos temas que estão sendo debatidos.

Nem vou fazer comentários a nossa Presidente Rosa Maria dos Campos Jorge, porque há uma concordância com o seu ponto de vista, como já aconteceu com o Sebastião Soares da Silva.

Vamos, agora, aos nossos convidados.

Neste momento, chamo o Sr. Roberto Ponciano de Souza Júnior, Coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe).

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Bom dia a todos e todas.

Quero saudar, em primeiro lugar, os Senadores e Senadoras presentes na pessoa do Senador Paulo Paim. E dizer que algo que eu admiro muito no Senador é que, todas as vezes que eu vou lá no gabinete do Senador, o gabinete é muito aberto aos trabalhadores e trabalhadoras, sempre acessível. Não é assim, infelizmente, em todos os gabinetes, nem de Deputados nem de Senadores. Existe lá uma caricatura, que eu gosto muito, em que de um lado está o Senador vestido de terno, do outro lado, ele vestido de operário.

É muito importante que Senadores e Deputados não esqueçam das suas raízes. Muita gente, depois que se elege, se esquece que foi operário, que foi servidor público, que foi trabalhador e efetivamente vira de costas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é um boneco da minha primeira campanha. Um desenho com um corte no meio, mostrando, de um lado, o casaco e a gravata e, de outro lado, o macacão, o capacete e a botina da fundição onde eu trabalhava. É desse boneco que ele está falando.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – É muito importante que se tenha orgulho da sua origem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tenho que olhar para ele todos os dias. Eu olho todos os dias. Olhar para saber o que estou fazendo aqui.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Sua origem operária, sua origem trabalhadora e sindicalista.

Quero saudar também todas as federações e sindicatos que estão aqui: Fenajufe, Condsef... A Condsef representa 2 milhões de trabalhadores no Brasil inteiro, praticamente 80% no Executivo. É muito importante que a Condsef venha a esta mesa. E todas as centrais sindicais que aqui estão: CUT, CTB, Conlutas, Nova Central Sindical, UGT. Mas, em particular, aquelas que lutaram contra a terceirização.

Quero deixar aqui o nosso repúdio ao que aconteceu na Câmara, não só pela forma açodada como foi feita, mas pela forma violenta como foi feita. Tivemos trabalhadores e trabalhadoras agredidos, um trabalhador teve a cabeça quebrada.

Estive com o Deputado Vicentinho, que até brincou dizendo que gostava de pimenta na comida e não nos olhos. Nós fomos tratados de forma muito truculenta. Está muito truculenta a Câmara. Está difícil entrar na Câmara. Eu sou sindicalista, tenho que frequentar a Câmara. Qualquer dia eu só entro na Câmara... nem com liminar, porque nem liminar do Supremo está sendo atendida.

Houve um fato absurdo na história do Brasil, que foi o descumprimento de uma liminar que permitia aos sindicalistas... Já é um absurdo que sindicalistas tenham que entrar no Congresso na base de liminar; porém, mais absurdo ainda é essa liminar ser descumprida. Um Poder simplesmente desconhecer o funcionamento normal de outro Poder.

Quero saudar aqui a presença também do governo. É muito importante que tanto o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como o INSS estejam aqui, porque esses projetos não vão andar se não conseguirmos um acordo, tanto de um lado quanto do outro. Sabemos disto, Senador: se não há acordo com o INSS e com o MPOG, não anda. Não adianta achar que vamos conseguir passar por cima e tratorar. Infelizmente, não funciona assim. Por mais que os trabalhadores tenham força e que as medidas sejam justas, tem que haver o mínimo de acordo com o Governo para que elas andarem.

Antes de falar das PECs nºs 56 e 54, falar rapidamente do PL nº 4.330. Não estamos falando de terceirização, mas, só para lembrar, o Vicentinho, Deputado Federal do PT, representante da CUT, aqui, na Casa, tem um projeto para regulamentar a terceirização. Ninguém aqui vai dizer, por exemplo, que, quando você precisar de

um jardineiro para o seu prédio, o prédio vai ter que contratar um jardineiro para ficar o mês inteiro trabalhando uma vez por mês. Não é isso que estamos falando.

O Projeto do Vicentinho regulamenta a terceirização dizendo o que é realmente terceirização e proibindo o que não é terceirização, mas precarização de força de trabalho. Não é terceirizar a Light, demitir todos os seus servidores e contratar empresas terceirizadas para os trabalhadores morrerem eletrocutados em fios de alta tensão. Oitenta por cento dos trabalhadores que morrem no Rio de Janeiro... Aqueles bueiros que explodem no Rio e que matam pessoas são culpa direta da terceirização, porque, quando você demite um trabalhador de 20 anos, está mandando embora *know-how*. Quando se pega uma pessoa para trabalhar por salário mínimo cuidando de fios de alta tensão, essa pessoa, na primeira oportunidade que tiver, vai sair dali. Você tem rotatividade, sem preparo nenhum. Quando ela consegue o preparo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Mas não basta o EPI nem o EPC. Não bastam! Ela tem que ter o *know-how*. Quando ela consegue o preparo e tem um salário um pouquinho maior, ela vai embora. Meu ex-sogro trabalhou na Aserj a vida inteira, quando a Aserj era pública. Nunca foi demitido. Trabalhou a vida inteira na Aserj. Hoje, é uma cooperativa falsa. Temos a precarização de forma, às vezes, completamente cretina. Se criam cooperativas de trabalhadores, que não são cooperativas, para retirar direitos, que vendem a força... Não vendem nem a força de trabalho. Vendem serviços. Temos isso no Judiciário Federal. Temos mais da metade, hoje, em Minas, em São Paulo – e os companheiros aqui do Judiciário sabem disso –, de toda informática do Judiciário Federal terceirizada, e muitas vezes com contratações dessas firmas chamadas de cooperativas.

Onde eu trabalho, na Central de Mandados, há mais estagiários do que servidores. Temos a simulação do estágio. São estágios escravos de segundo grau, que não estão fazendo nenhum estágio. Ganham um salário mínimo para fazer o mesmo serviço que eu faço. Isso em grande quantidade. No meu setor, são mais de 20, estágio escravo. Nós brincamos e chamamos, não os diminuindo, de estágio escravismo. Se pega um menino de 18 ou 19 anos e contrata. Precisam de quantos aqui? De 15. Não tem como renovar a força de trabalho? Contratam 15 e colocam para trabalhar e fazer o mesmo serviço que eu faço.

Isso não é terceirização. Isso é precarização. Temos que dar o nome correto. A CUT, as centrais são contra a precarização na mão de obra. A Odebrecht faz uma obra... Dos oito operários que morreram na construção de estádios, seis eram terceirizados. Por que a Odebrecht vai terceirizar a construção de um estádio, que é de responsabilidade dela? É para fugir da indenização milionária. É para fugir da responsabilidade da morte do trabalhador. "Contratei o serviço. Não contratei o trabalhador. Ele que processe a empresa." Mas a empresa é uma empresa gata. Quando o trabalhador processar, ela não tem condições de pagar a indenização a que a família dele teria direito. Então, estamos falando de precarização. Não estamos falando de terceirização.

Dizer que vai retirar trabalho é uma mentira. É uma mentira contada até para os próprios trabalhadores. "Vocês serão demitidos". É mentira! Temos aqui, infelizmente, praticamente todo o atendimento do Senado e da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou repetir um dado, aproveitando este momento, que foi o Sinait que me passou, se não me engano: de cada cinco mortes por acidente de trabalho, quatro são de terceirizadas. É isso? (*Pausa.*)

De cada dez acidentes, oito são terceirizados.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – São 85% dos casos na petroquímica e 80% no setor elétrico.

Mas, aqui, no Senado, por exemplo, todo atendimento está terceirizado. Não sei por que não se faz concurso público para que o atendimento do Senado seja feito por servidores do Senado! Não precisa ser o analista do Senado, pode ser um cargo de segundo grau.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E isso sem ter a lei!

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Sem ter a lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sem ter essa tal lei!

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Sem ter a lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se vier a tal dessa lei, quero ver o que vai acontecer.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Então, Senador, eu não vou fazer um apanhado geral de todas as leis da reforma, porque seria... Vários já fizeram, e o meu objetivo aqui é outro. Eu tenho muito medo, porque uma coisa é a nossa boa intenção, outra coisa é a estratégia. Às vezes, a gente erra na estratégia e coloca tudo a perder.

Quando foi aprovada, lá na Câmara, a PEC nº 170, da Andreia Zito, um Deputado, de forma muito digna, quis estender o direito à integralidade para todos os servidores públicos, inclusive aqueles posteriores à refor-

ma de 2003. A gente tinha conseguido acertar com o governo, a gente tinha conseguido unanimidade entre todos os Deputados, quando chegou essa proposta, parou o projeto, que foi retirado de pauta. E nós fomos convencer o Deputado de que efetivamente não dava para reverter toda a reforma da Previdência naquela PEC. Alguns servidores inclusive não entenderam, mas é uma questão de estratégia.

O Senador Paulo Paim, que é eminente lutador da contrarreforma da Previdência, sabe que a gente luta em várias batalhas. A gente não tem como ganhar isso em uma única batalha. Não é uma única guerra. Então, lá, tivemos de recuar, passou e subiu. E esse projeto da Andreia Zito que está aqui não é nem a PEC 70. Precisamos entender o que está aqui.

Eu peço ao Senador que peça ao Romero Jucá para desapensar. Se apensar, não vai passar nem um nem outro. São matérias completamente diferentes. Na verdade, na PEC 56... A questão da integralidade já está inserida na PEC 170 e na PEC 70. Essa PEC, na verdade, trata da questão da pensão, acabando com aquele MEI de 70%, o que é justo. Mas nós temos que batalhar nesse campo da pensão, porque a integralidade já foi tratada em outra PEC. E não trata de aposentadoria especial.

Aí vamos atrelar numa mesma PEC, se apensarmos as duas, a integralidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí não aprova nada.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Não aprova nada. A integralidade, a extensão da pensão e a aposentadoria especial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora está claro.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – O que a PEC 54 traz de novidade é a aposentadoria especial. Por que o servidor precisa de aposentadoria especial? Porque hoje não tem ninguém, no Brasil, nem o precarizado, em pior situação com relação à periculosidade, insalubridade e penosidade do que o servidor público, porque é o único que não pode se aposentar antes. Se ele se aposentar antes, perde a integralidade.

Você consegue fazer com que algum servidor, num serviço penoso... Vamos supor que tenha um por aqui que trabalhe com energia nuclear. Chegamos a ele e falamos: "Você vai se aposentar e receber 70% do seu salário". Ele dirá: "Não, então vou trabalhar até me acabar".

A gente tem uma legislação para aposentadoria especial que torna o servidor público um proscrito na legislação. Primeiro, o Governo não diz claramente quem é insalubre, quem é penoso e quem tem atividade de risco. É uma briga. Então, às vezes a gente tenta colocar alguém e falam: "Não, vocês estão elencando demais, retirem". Mas, minimamente, a gente tem que avançar.

Se essa PEC está simples, é que anos atrás, Senador, em 2013, o Ari Heck esteve aqui. É aquele servidor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cadeirante. Não?

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Cadeirante, que se aposentou, tem a paridade e não tem a integralidade. O Ari Heck, agora, é aposentado. Minha homenagem ao Ari Heck, que não pôde estar aqui, que começou essa batalha. Ele que foi me procurar na Federação, porque ele não é da Federação. Eu sou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E essa PEC que eu apresentei, se não me engano, foi da lavra...

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Sim, da 554, lá. Por quê? Mesmo que o Governo aprove o PLP – acho que é 554 – de sua autoria,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O meu é o 554.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – ...ele não dá a integralidade. Então, vai servir para todos os servidores que entraram depois de 2003, porque esses servidores já não têm integralidade – se quiserem integralidade têm que pagar a aposentadoria complementar –, mas não serve para os anteriores.

Convença alguém a se aposentar perdendo 30% a 40% do salário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para lembrar – a assessoria me deu aqui – que é a PEC 54.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Sim. Essa PEC... A primeira coisa, Senador, é que peçam ao Romero Jucá que não apense as PECs. Elas devem ter tramitação em separado. A gente vai batalhar pela aprovação da 56. É justo que os pensionistas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sem prejuízo da 54, que vai continuar a ser discutida.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Sem prejuízo da 54.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se é consenso aqui no plenário, eu pelo menos falarei isso com o Romero Jucá. É consenso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tranquilo? Porque teve um setor que me procurou e disse: "Paim, tu abres mão da tua pra aprovar mais rápido a nossa!" Eu, na maior boa vontade,

disse *o.k.* Para mim, o importante não é o pai da criança, o importante é que a criança nasça, nasça bem e com saúde. Eu disse: por mim, não há problema nenhum. Então, vou retornar a ele – ele veio falar comigo – e vou dizer que a decisão de hoje é manter as duas e, de preferência, não apensá-las, e que tramitem as duas.

É isso?

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – É porque são matérias distintas. Nós queremos a extensão do direito da integralidade da pensão aos pensionistas, sendo viúvas, viúvos ou filhos. É uma luta nossa que até, inclusive, mais adiantada. Essa PEC nossa trata de uma outra questão, que é a aposentadoria especial, que não existe para o servidor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, que, na 54, a gente trata.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Aposentadoria especial. A gente não está dizendo nem quem tem direito. Está dizendo o seguinte: existe, tem direito e tem integralidade. Porque, com essa redação, o PLP já resolve a vida de quem entrou depois de 2003. Com essa redação, resolve a vida de quem entrou antes de 2003. Aí o elenco, o que vai ser especial ou não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – ... tendo a PEC, a gente pode resolver até em outro projeto de lei. Olha, esses servidores têm direito especial, ou mesmo cada órgão, em seus planos de carreira, dizer: olha, agente de segurança é atividade de risco; oficial de justiça é atividade de risco; quem trabalha com radioterapia é atividade insalubre. E os próprios órgãos dizendo quais são as atividades que são de risco ou insalubres, fora aquelas que já estão elencadas no INSS, você tendo a legislação que permite, você resolve. Se embolar tudo, a gente vai acabar travando as duas. Porque vão dizer que não aprova uma porque a outra está menos andada e não aprova a outra porque... E aí a gente fica entre aqueles buracos negros que o Governo coloca, às vezes, de encaminhamentos, vai para a gaveta e não é votada.

Eu tenho uma preocupação tremenda. Porque a gente tem servidores em atividades de risco, insalubre, penosa e tem os deficientes. Porque é outro buraco negro do Governo, porque... Vamos recordar a discussão qual era: se eu entro no Judiciário Federal e fico cego, eu me aposento por invalidez; se eu sou cego, eu tenho que trabalhar 35 anos. Não reconhece que o trabalho do deficiente, da pessoa com deficiência é um trabalho penoso, porque tem mais dificuldade na locomoção, tem mais dificuldade no transporte, tem mais dificuldade na adaptação do trabalho.

Eu confessei aqui publicamente que os servidores cegos do Judiciário quando entraram no Judiciário, tiveram que piratear programa na Justiça Federal para trabalhar, porque o Judiciário Federal sequer tinha um programa para eles trabalharem! Então, o servidor que é cadeirante, embora ele tenha já entrado com a situação preestabelecida, ele tem uma condição diferente na locomoção, tem uma condição diferente para chegar, a maioria dos prédios não está adaptada, a maioria dos prédios públicos, 80 a 90%, não está adaptada, os móveis não estão adaptados, o computador não está adaptado.

A gente está dizendo o seguinte: esse servidor que entrou nessa situação, embora a situação dele não tenha se agravado, não é uma doença degenerativa, pela deficiência dele, pelas condições em que ele trabalha, em que ele transita na cidade, ele tem o direito a se aposentar antes.

Então, essa PEC, quando dá aposentadoria especial, dá integralidade, se passar o PLP da autoria de V. Exª, resolve e a gente tem, minimamente, o servidor público, por direito, tanto as pessoas com deficiência quanto as pessoas em atividade de risco, penosa, insalubre, a ter um direito que não tem. Porque pegue qualquer servidor mais antigo aqui e convença ele a se aposentar com 60% dos vencimentos, porque já tem uma série de perdas – auxílio alimentação, auxílio saúde, uma série de auxílios que se perde. Aí você perde de 30 a 40% de salário, você obriga o servidor, muitas vezes se arrastando, a trabalhar até completar aquele período.

É lógico que existe uma preocupação do Governo com o Cofre, mas muitas vezes colocar servidores sem condição para trabalhar é efetivamente trabalhar contra a sociedade. Eu tenho servidores, já contei histórias aqui, com depressão profunda, servidores com doença na coluna, servidores que vão para o trabalho se arrastando, dizendo: "não, eu não posso me aposentar. Como é que vou me aposentar tenho 20 anos de serviço e, pelo cálculo, eu levo dois terços do meu salário. Como é que eu vou para casa com 66% do meu salário, fora todas as despesas? Não tenho condição". E vai lá se arrastando, e produz muito pouco. Produz muito pelo o que ele já produziu e produz muito pelo esforço que ele faz. Mas, efetivamente, ele não vai produzir, porque ele não tem condições físicas concretas de trabalhar adequadamente.

Então, essa PEC vem para tratar desse assunto. Ela não pode ser apensada. Temos que buscar uma relatoria, temos que fazê-la andar, pois ela está desde 2013 aqui. Precisamos fazer com que ela ande, negociar tanto com o Ministério da Previdência quanto com o MPOG, para mostrar que o impacto orçamentário não é o descalabro. Primeiro, porque pega uma parcela pequena de servidores que entraram até 2003. Quem entrou

depois vai entrar no Regime Geral da Previdência. Ao mesmo tempo, não vai, de maneira nenhuma, causar um ônus estupendo nos cofres do Governo.

Não estamos falando aqui de 10%, 20%, 30% de servidores. Estamos falando de um percentual pequeno de servidores que não estão entrando mais no serviço público, mas de servidores que já entraram. Os servidores que entrarem doravante ficam na regulamentação do Regime Geral e têm que pagar a previdência complementar. Nós também lutamos contra isso, mas é uma luta muito mais difícil de ser vencida. Não é o que está se propondo aqui. O ônus, o impactos, já que o MPOG está aqui, estamos propondo começar a averiguar.

Muitas vezes, existe todo um frenesi e uma preocupação do Governo com o impacto aos cofres públicos, se ele vai ser estrondoso, mas nem o Governo sabe qual vai ser o impacto. Efetivamente, não é todo servidor portador – portador não, porque agora são pessoas com deficiência – que quer se aposentar com 25 anos, ou tem condições de se aposentar já, neste momento. Parece que vai haver uma correria. Não é isso, não tem esse efeito, nunca dá esse efeito.

Então, há de se fazer esse cálculo, há de se conversar com o INSS, porque é uma medida de justiça. Como é que pode um servidor da iniciativa privada, que faz o mesmo serviço que o servidor público, ter direito à aposentadoria especial e o servidor público e o servidor público ter que trabalhar dez anos a mais? não há nenhuma justificativa para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lógica nenhuma.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JÚNIOR – Nenhuma lógica, mas é a lógica atual.

Essa PEC 54, do Senador Paulo Paim, vem exatamente preencher essa lacuna.

Há um companheiro aqui, oficial de justiça, que trabalha em situação perigosa. Vários oficiais de justiça estão morrendo porque, muitas vezes, o Governo não quer reconhecer o óbvio. No ano passado, um oficial de justiça foi assassinado em Barra do Piraí. Houve vários casos de oficiais de justiça raptados, agentes de segurança já trocaram tiros na defesa de juízes federais, e às vezes há negativa, inclusive, de classificar a atividade como atividade de risco.

Tivemos uma situação em que o Governo – para vocês terem uma ideia de como o Governo, às vezes, é confuso – contrata um servidor para a área de segurança, um agente de segurança, e não dá arma e não dá o porte. Aí, o servidor, para proteger uma autoridade em risco de vida, passa por todo aquele processo da Polícia Federal para retirar o porte de arma, e ele compra a arma para defender a autoridade. E se ele morre? Não tem atividade de risco. É uma loucura completa. Temos que resolver essas situações. Essa preocupação com as contas públicas acaba causando injustiças cavalares.

Há um companheiro, oficial de Justiça, aqui na plateia, de Minas Gerais, e ele sabe melhor do que eu. Eu não sei se é possível dar a ele 30 segundos, só para ele relatar a quantidade de oficiais de justiça que são mortos em serviço. Vários oficiais de justiça são mortos em serviço. Só no ano passado, mais de 50 oficiais de justiça foram mortos em serviço. E não é uma atividade considerada de risco.

Eu paro por aqui. Se fosse possível, eu só queria ouvir sobre a questão da atividade de risco do oficial, que ele passasse um testemunho de como eles têm morrido na rua e sequer são reconhecidos como atividade de risco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou lembrar ao Senador Capi, que ia pedir a palavra, que Senador fala a qualquer momento aqui.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Presidente. Eu queria destacar a importância deste encontro, desta audiência pública, que é esclarecedora sob vários aspectos.

Mas eu queria me ater à questão dos servidores públicos. É evidente que a terceirização é algo que se pratica já há muitos anos e de uma forma muito irregular, sem controle. As empresas terceirizadas, em geral, não recolhem os direitos trabalhistas. É algo impressionante. Mesmo que se estabeleçam as regras nos editais de licitação, não se consegue fazê-las cumprir; encarece os serviços porque, quando elas fazem a planilha, ali vem tudo que você pode imaginar de direitos, mas, na hora que elas assumem as tarefas, não cumprem.

Evidente que, se fosse possível, seria importante fazer uma lei para que a gente eliminasse já os desvios da terceirização, mas a lei que foi aprovada na Câmara é uma agressão à sociedade, é algo absurdo, feito sem debate, sem discussão, o que certamente não ocorrerá aqui no Senado. Aqui vamos ter oportunidade de debater, de ouvir os vários intervenientes na questão da terceirização.

E quando se tem notícia de que um representante popular faliu 21 empresas... Um representante na Câmara Federal faliu propositadamente 21 empresas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diz aqui que foram 27.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vinte e sete. É o Deputado Federal do PSDB, Alfredo Kaefer. Vinte e sete empresas! Esse é um caso que precisa ser estudado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quer dizer que o Deputado Federal Alfredo Kaefer conseguiu falir 27 empresas?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vinte e sete empresas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele montou e desmontou; montou e desmontou... Cinco mil processos?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Há vários casos semelhantes a esse em todo o Brasil.

E há a questão também de que, na esfera pública, há uma desqualificação do servidor público, permanente. E aí, gradativamente, está sendo substituído pelos terceirizados em várias áreas, inclusive áreas fim, no serviço público, por uma razão. Somos, talvez, um dos poucos países que ainda não profissionalizou sua burocracia pública. Então, toda vez que muda governo, há uma paralisação geral dos serviços. Quando o prefeito muda, ele chega com a sua equipe, a equipe antiga sai, eles vão aprender a governar a cidade e, em geral, porque não há nenhum pré-requisito para eleger um prefeito e um governador, são pessoas que não têm grandes conhecimentos sobre as questões urbanas e sociais, a vida social urbana, não há nenhum conhecimento. E levam gente para governar também sem conhecimento, então, há uma paralisação, um retrocesso, e isso vem do Município à União. A maioria dos ministérios aqui é composta de terceirizados, o que é gravíssimo.

Então, nós, para podermos mudar isso, teríamos que profissionalizar a burocracia pública, reduzir os cargos, dar oportunidade de ascensão funcional ao servidor público, fazer o que os outros países fizeram. Os países europeus, no século XIX, fizeram exatamente essa profissionalização dos seus serviços públicos, então, ascende-se ali, há até escolas nacionais destinadas a formar esses profissionais da burocracia pública.

Moro no Amapá, sou do Amapá, e, ali, a gente faz fronteira com a Guiana Francesa. A diferença entre o Prefeito de Saint Georges de l'Oyapock, que fica na margem esquerda, e o Prefeito de Oiapoque, que fica na margem direita, é que, quando o Prefeito de Saint Georges de l'Oyapock assume, quando há mudança... E lá é difícil até haver mudança, porque os prefeitos se reelegem durante 20, 30 anos, sem nenhum problema. No Brasil, há o direito a uma reeleição. Porém, quando assume o Prefeito brasileiro lá do Oiapoque, ele tira todos aqueles funcionários e coloca os novos, que vão passar um ano aprendendo a "prefeiturar", digamos, a prestar serviço para a comunidade. O de Saint Georges de l'Oyapock, lá, pelo regime francês, pela legislação francesa, só vai ele e, no máximo, um assessor; todos os demais cargos são de carreira.

É isso que temos que fazer no Brasil. Enquanto não lograrmos estabelecer aqui uma burocracia pública eficiente, vamos conviver com essa desqualificação do serviço público, com essa tentativa de terceirização.

Vou apresentar aqui um requerimento, Senador Paulo Paim, para fazermos uma audiência pública sobre a profissionalização da burocracia pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vamos, inclusive, trazer... Vou pedir a algumas dessas Embaixadas, para ver se a gente consegue trazer um especialista de lá. Os franceses têm uma escola, e vamos ver se a gente consegue alguém deles, para participar.

Vamos ver como é que a gente compõe uma mesa, para que haja um amplo debate, porque estou trabalhando num projeto aqui exatamente nessa direção. E esbarro muito nas dificuldades, inclusive, internas aqui, porque o próprio Senado também tem uma parcela enorme de cargos comissionados. Claro que já existe um corpo de funcionários de carreira do Senado, o qual é altamente qualificado e é muito importante para o nosso funcionamento – nossas dúvidas são tiradas pelos funcionários de carreira, pelos consultores, pelo pessoal altamente qualificado. Então, a gente vai tentar alimentar esse debate sobre a necessária profissionalização da burocracia pública.

Era isso. E estou muito satisfeito com as informações que estamos recebendo. Tenho feito, lá no Amapá, juntamente com a Deputada Janete, minha companheira na Câmara, algumas audiências públicas, exatamente para esclarecer, porque o assunto de que tratamos aqui tem enorme dificuldade de chegar. Imagino que a informação que chega aos terceirizados é por meio do Paulo Skaf, da Fiesp, que usa o Jornal Nacional, para fazer apologia ao projeto de lei.

E, como não há outra versão, vai a versão dos patrões. E acho que, nem sempre, o que é bom para os patrões é bom para os trabalhadores, não é? Há sempre uma contradição nesse mundo do capital e do trabalho e, se não fosse assim, não haveria esses debates.

Enfim, era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador João Capiberibe, meus cumprimentos mais uma vez. (*Palmas.*)

E quero também dizer, neste momento, Senador João Capiberibe, com a chegada aqui do Senador Telmário Mota, que, embora eu estivesse em um leito de hospital, fiquei acompanhando vocês dois e naquela bela sessão dos povos indígenas. Meus cumprimentos! Os dois merecem uma grande salva de palmas – os dois! (*Palmas.*)

Isso por aquele bela sessão e também por aquele debate aqui sobre a redução da maioridade penal, reunião presidida pelo Senador Telmário Mota, naquele momento, e para a qual o Senador João Capiberibe deu todo o apoio, foi também importante.

Temos que enfrentar esse debate. E é um debate que a sociedade parece que não assimilou ainda. Temos obrigação de esclarecer esses fatos e mostrar o que está acontecendo e para onde vamos.

Então, foram duas excelentes reuniões, inclusive para mim, lá no leito do hospital, firme – firme! –, mas assistindo àquelas audiências. Parabéns!

Passo a palavra para V. Exª, Senador Telmário Mota, de imediato.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Primeiro, quero dar o meu bom-dia a todos e dizer que vim hoje a esta Comissão – apesar de o assunto ser muito importante e também me interessar –, mas vim aqui para revê-lo. V. Exª sabe, Senador Paulo Paim, que é um parceiro meu aqui dentro, que é uma referência, é uma pessoa por quem tenho muito carinho e admiração. E torço muito pela sua pronta restabilização de saúde. Quero V. Exª com a saúde plena.

Temos uma luta enorme pela frente, e V. Exª e o Senador João Capiberibe são pessoas com que, realmente, tenho uma identidade aqui dentro. E fico feliz por V. Exª estar aqui e também por tê-lo substituído aqui nesta Comissão, principalmente naquele debate. Não foi tão fácil, porque V. Exª é uma referência, tem uma experiência larga e é uma pessoa muito querida.

E registro também que, entre as manifestações que recebemos, apesar de o assunto ser envolvente, por disciplinar o Brasil inteiro, muitos estavam muito preocupados também com o seu pronto restabelecimento de saúde.

Primeiro, quero saudar a todos – os que compõem a Mesa, os que não compõem e estão aqui – e também quero fazer parte deste debate, para que façamos o amadurecimento dessa matéria que tem uma complexidade muito grande, mexe muito com a cabeça das pessoas. Nós recebemos diariamente uma gama enorme de pedidos, de solicitações, e essas duas MPs estão nos deixando preocupados.

Duas não: o Congresso, de repente, começou a mexer muito na vida do trabalhador, nesses últimos dias, e não sei qual é o pano de fundo disso. Eu acabei de ver aqui: eu acho que é o grande capital. Esse projeto da terceirização, englobando atividades meio e fim; a própria MP 664, a MP 665, a menoridade... De repente, pegaram os menores, os excluídos... Então, isso está envolvendo o Brasil inteiro, o Brasil está com foco no Congresso, e isso tira, de qualquer sorte, o nosso sono, traz-nos preocupação, e nós viemos para cá com um princípio ideológico bem focado. Eu tenho muito zelo pelas conquistas do trabalhadores, porque são feitas a duras penas e ao longo de muitos anos. Foi muito sofrimento, e, de repente, parece que tudo isso não vale a pena, vão apagar, alguém está querendo fazer sua história a partir de uma Presidência de uma Câmara, de uma outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como diz o outro: que faça, mas não em cima dos trabalhadores, os mais vulneráveis.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Que escolham outro alvo.

Mas sempre é mais fácil... Sempre a classe dominante escolhe o mais fraco para poder se enaltecer. E é exatamente contra essas posições que nós temos de estar muito atentos, e não tenho dúvida de que aqui nós vamos ouvir as diversas posições – espero que eu não tenha perdido muito – para formarmos o juízo.

Muito obrigado por esta oportunidade.

Tenham todos um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Senador Telmário Mota.

A conclusão foi do Roberto, não é?

Então, nós queremos primeiro cumprimentar o Roberto pela brilhante exposição. Ele deixou bem clara, inclusive, essa questão das duas PECs, a que veio da Câmara e a nossa que está aqui; esclareceu a todos e mostrou que temos de ter tática e estratégia para podermos avançar nesta Casa. Com toda a tática e estratégia, é difícil; calculem se não as tivermos.

Então, uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, com a fala do Capiberibe, nós não pudemos nem fazer as considerações finais.

De imediato, vamos ouvir o nosso Secretário de Políticas de Previdência Social, que aqui fala em nome do Ministro Gabas, que fez questão de fazer contato com Comissão, explicando o porquê da ausência. Ele ti-

nha confirmado que vinha; com a reunião surgida com as centrais, eu mesmo entendi que estava correto que ele tinha de estar lá.

Então, com a palavra, o Dr. Benedito Adalberto Brunca.

O SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar o Senador Paulo Paim, Presidente da CDH; quero saudar os Senadores Telmário, Hélio José – que por aqui já passou –, João Capiberibe, José Medeiros – que aqui se encontra; quero saudar todos os companheiros que estão aqui à Mesa: Luiz Henrique, Luís Guilherme, o Sebastião, a Rosa Maria e o Roberto Ponciano, da Fenajufe.

Quero dizer que compartilho muitas das preocupações que foram aqui expressadas. Temos a responsabilidade, no Ministério da Previdência, de tratar das questões que dizem respeito aos aspectos previdenciários, seja do Regime Geral do INSS, seja dos regimes próprios de Previdência Social – são mais de dois mil regimes espalhados pelo País –, e partilhamos, no que diz respeito à questão do regime próprio dos servidores da União, o debate que estabelecemos com o Ministério do Planejamento, que é o órgão executor dessa política em âmbito federal.

Em relação à questão dos regimes de Previdência como um todo, o Ministro Gabas tem mencionado recentemente, nessas comissões especiais que têm debatido o tema e em plenárias da Câmara dos Deputados, em uma audiência recente, que o sistema de previdência brasileiro mescla várias hipóteses do ponto de vista da sua gestão, da sua organização. Ele tem a questão da parte básica obrigatória constituída pelo regime geral, tem a parte dos regimes próprios de previdência e tem a parte da previdência complementar, que até 2013 era praticamente vinculada aos trabalhadores da iniciativa privada, que, através das suas empresas constituíam os fundos de pensão, sejam, no caso, os regimes fechados, sejam mesmo os da previdência complementar aberta para aquelas pessoas que tinham a perspectiva da busca de uma proteção além dos limites daquilo que está estabelecido no âmbito do Regime Geral de Previdência Social. E, mais recentemente, a partir de 2013, com a criação da Funpresp, com a perspectiva de proteção por aquilo que já foi exposto aqui pelas entidades e também pelo que eu ouvi das entidades, agora, há pouco mais de dez dias, em torno de dez dias, quando as entidades todas também participaram da posse da nova diretoria do Funpresp, ocasião em que se delimitou, exatamente, a distinção ou o contraponto em relação à posição eventualmente contrária a respeito da sua adoção, mas que, a partir do fato de que é lei, na busca, agora, de um acompanhamento da gestão e na busca da proteção daqueles trabalhadores, servidores públicos que estarão abrangidos por essa nova configuração dentro desse cenário.

Então, o Ministro tem comentado a respeito dessa dinâmica muito peculiar do sistema previdenciário brasileiro – isso é bastante importante compreender para que nós possamos pensar as estratégias –, e muitas das mediadas que estão aqui mencionadas, as PECs que foram referidas, têm interferência direta e objetiva em relação à questão da organização e da existência – e aqui, em particular –, sobretudo, do regime dos servidores públicos. E não estamos falando só do regime da União. Por aquilo que eventualmente venha a ser desencadeado a partir das PECs que estão em discussão, nós estamos falando da repercussão para mais de 2.065 regimes próprios de previdência existentes no País, de Municípios, de Estados e da própria União.

Relativamente à União, vou deixar o Luis Guilherme fazer os registros mais específicos, mas vou tratar, vou mencionar as repercussões que temos debatido no fórum do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), que organiza os sistemas estaduais e municipais e que tem sido um foco muito importante da busca da chamada análise de sustentabilidade. Porque a legislação atualmente colocada pelo Ministério da Previdência institui a obrigação de que esses regimes façam cálculos atuariais, como determina a Constituição, e apresentem anualmente o seu estudo atuarial para demonstrar a sua capacidade de cumprir com as obrigações de longo prazo, ou seja, de proteger os trabalhadores do serviço público em relação ao longo prazo. Porque há, obviamente, uma situação de que, se houver um descompasso entre esse estudo atuarial, entre essa gestão dos regimes próprios... Pego aqui uma parte daquilo que o Senador Capiberibe mencionou a respeito da troca da gestão municipal e de todo o conjunto dos responsáveis pela gestão. Isso não é diferente em relação aos regimes próprios de previdência, em que não há, às vezes, pessoas com grau de profissionalização, com grau de conhecimento, do ponto de vista da gestão, que possam pensar as políticas absolutamente ao longo prazo – estamos falando de décadas para o futuro –, para poderem fazer a estimativa e a previsão dos cálculos atuariais para saber se os regimes próprios terão condições de honrar com os compromissos que estão colocados.

Trago aqui alguns dados que são bastante importantes para partilhar com os senhores. Durante a década de 90, os regimes próprios foram criados, em sua maioria, pelo anseio de fugir da lógica da contribuição do regime geral. Então, você tinha uma cota de contribuição de cerca de 30% entre a parte patronal e a parte do empregado, do servidor público, e você criava um regime na expectativa de reduzir as alíquotas de contri-

buição destinadas à criação dos fundos necessários para a sustentabilidade dos regimes, e isso motivou uma corrida, sobretudo nas prefeituras, para poder fazer a criação desses regimes. Tanto que hoje nós temos regimes próprios na União em todos os Estados e em mais de 2 mil Municípios no País. E temos 3.398 regimes que continuaram vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, e aí, sim, há esse paradoxo. Dos 2 mil regimes criados e existentes no âmbito do serviço público municipal, estadual, nós temos 1.096 deles em um conjunto de situação regular dos critérios dos chamados CRP (Cerificado de Regularidade Previdenciária), que avalia se está sendo feita uma boa gestão segundo parâmetros de repasses dos valores das contribuições, se aquilo que estava definido em lei municipal ou estadual está sendo observado minimamente por esses gestores ou pelos governantes estaduais e municipais.

Agora, qual é o fato? O fato é que 1.096, portanto, então dentro desse âmbito de regularidade, ou seja, 53% do total dos regimes, e nós temos 229 regimes próprios de Previdência Social que só têm os seus cerificados de regularidade previdenciária porque entraram na Justiça contra essa normatização e obtêm a sua liminar mesmo à revelia do descumprimento e do repasse e do cumprimento das regras estabelecidas institucionalmente.

E esses 229 entram nesse desvio que é esse aspecto do debate da margem, vamos dizer assim, de um desvio do atalho administrativo, e isso potencializa os riscos da existência e do funcionamento e da garantia desses trabalhadores que estão vinculados a esses regimes próprios, porque eles entram nesse desvio e não têm uma preocupação de retorno a uma normalidade do ponto de vista da garantia do futuro desses servidores que estão a eles contribuindo. Outros 740 regimes existentes no País, municipais em sua maioria, mas não só, há alguns estaduais também, eles estão simplesmente sem regularidade do seu sistema previdenciário. O que significa dizer que tudo o que foi posto aqui é absolutamente relevante do ponto de vista do debate, da discussão relativa às regras de direito, ou como é que eu vou delimitar a questão do acesso às aposentadorias por invalidez, ou mesmo da aposentadoria especial, ou da questão da aposentadoria da pessoa com deficiência, isso é um debate absolutamente meritório, do ponto de vista que esta Comissão está propondo, importante, do ponto de vista de se chegar a uma conclusão daquilo que o Roberto mencionou, ou seja da busca de pontos de convergências e acordos para poder delimitar e corrigir situações que são necessárias, eu participei já de algumas das reuniões, como, por exemplo, a questão da PEC da Deputada Andreia Zito, que buscava já soluciona parte dos problemas que vêm se arrastando há longo tempos, porque não há legislação que supere o quatro atual que está colocado, mas, de fato, é verdade, quando você está próximo de chegar no objetivo, você, às vezes, volta a uma pauta, a um tema que busca resolver outros problemas de dimensões amplas que não cabem dentro de uma PEC do jeito que ela está colocada e querendo solucionar uma situação bastante grave para um conjunto importante de servidores.

Então, compartilho dessa preocupação de que a gente tem que olhar que a tramitação dos projetos no Congresso como um todo tem peculiaridades. O Senador sabe muito bem daquilo que nós estamos falando. Às vezes há coisas que andam mais celeremente no Senado, outras, mais celeremente na Câmara.

Então, o que temos que buscar é um ponto de equilíbrio no funcionamento dos debates...equilíbrio no funcionamento dos debates no âmbito das duas Casas para poder fazer a melhoria, do ponto de vista da legislação, para poder garantir essa situação.

Mas eu quero, quando falo das regras ou da questão dos direitos, chamar a atenção desta Comissão e dos participantes que, nesta transmissão, estão nos assistindo através dos canais da TV Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – TV Senado e Rádio Senado.

O SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA – ... da TV Senado, da Rádio Senado ou da *web*, porque também tem o canal *web*, para a seguinte perspectiva: nós temos de fazer esse debate, ele é importante. Acho que foi feita uma síntese aqui dos principais pontos que estão em execução, temos provocado e, em relação ao regime geral, a despeito de todo desafio, conseguimos estabelecer um parâmetro de legislação que hoje é o paradigma do ponto de vista da execução desse debate. Então, é aquilo que foi falado. O trabalhador... Como o Luiz Henrique mencionou, eu fiscalizo alguém que tem um direito, que tem uma proteção no âmbito do regime geral, e eu, eventualmente, não tenho esse direito no âmbito do serviço público. Então, o regime geral acaba servindo de paradigma para aquilo que é o âmbito de proteção.

Também é o caso da pessoa com deficiência, porque, nesse caso, nós temos a lei complementar que foi aprovada nas duas Casas, a 142, que estabeleceu – e o INSS, como gestor do regime geral, já vem praticando isso – a cobertura da chamada avaliação da pessoa com deficiência, baseada na classificação internacional de funcionalidades e aplicando um modelo de avaliação que não se restringe mais ao aspecto pericial médico, mas a uma equipe ampliada que avalia todas as dimensões de vida da pessoa com deficiência e de que modo ela tem afetada a sua condição de realização de trabalho para poder mensurar que tipo de abrigo ela vai ter diante da legislação que foi aprovada, seja em relação à aposentadoria por tempo de contribuição, seja em relação à questão da aposentadoria por idade.

Então, quero dizer que a Secretaria de Direitos Humanos, através do Antonio José, Secretário Nacional da Pessoa com Deficiência, tem ampliado esse debate, tem participado dessa discussão e nós estamos nos colocando como parceiros do ponto de vista do debate e da definição, inclusive, dos instrumentais, porque é desafiador estabelecer o parâmetro legal e aprovar nas duas Casas. Mais desafiador ainda é tentar transformar todo esse aspecto de delimitação da legislação posta para, na prática, resultar na definição daquilo que vá ser concretamente convertido na apuração do direito que as pessoas vão ter ao serem avaliadas, na prática, ao dizer: "Você está enquadrado em determinados requisitos, porque tem limitações que precisam efetivamente da sua proteção".

Quero chamar a atenção e exortar as entidades que estão aqui presentes, que representam grande parte do funcionalismo público, não só no plano federal, a terem uma preocupação mais abrangente com relação à existência e ao funcionamento dos regimes de previdência municipais, porque, na medida em que há uma desorganização desses sistemas, como eu aqui demonstrei, a situação do futuro desses Municípios não compromete apenas a questão do direitos, dos benefícios daquela população; compromete a governança municipal ou estadual, e, pior ainda, a oferta das mais variadas políticas públicas, sejam de educação, saúde, assistência, previdência, transportes, enfim, todas as dimensões de que um ente público efetivamente tem necessidade de enfrentar e debater para prover para a sociedade. E sempre terá de ser feita uma escolha, que é uma escolha muito simples e rasa: terão de ser honrados os compromissos dos direitos trabalhistas e dos direitos previdenciários que têm caráter alimentar. Portanto, na medida em que isso tenha de ser assegurado, a sociedade ficará privada de uma série de políticas públicas que são essenciais para uma questão de gestão adequada das suas atividades.

Então, eu queria deixar aqui a preocupação do Ministério da Previdência como órgão fiscalizador, regulador do sistema de previdências, porque nós temos teses que foram colocadas no Supremo Tribunal Federal que afastam a discussão da própria competência do Ministério da Previdência para regular e impor limites às mazelas que, às vezes, ocorrem do ponto de vista da gestão dos sistemas de previdência municipais e estaduais e que colocam em risco, portanto, o sistema como um todo. Não estamos mais discutindo apenas a questão da invalidez ou da especial ou da deficiência; nós estamos discutindo a existência, ou não, da viabilidade de um regime de previdência que precisa ter os seus contornos mínimos assegurados para que a gente possa discutir o acessório.

Desculpem-me chamar de acessórias questões tão relevantes que foram colocadas aqui, mas é que o principal é a existência do regime e seus fundamentos estarem sendo colocados em xeque. É isto que nós estamos, efetivamente, buscando debater, porque, quando falamos de direitos, nós temos que ver todos os meios de poder proteger efetivamente os direitos que estão constitucionalmente ou legalmente previstos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Este foi o Sr. Benedito Adalberto Brunca, Secretário de Políticas da Previdência Social, que falou aqui em nome do Ministério da Previdência.

Nós vamos, de imediato... Só temos mais dois convidados. Vou passar a palavra para o Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), Sr. Mário Pereira de Pinho Filho. E aí termina o representante do Ministério do Planejamento.

O SR. MÁRIO PEREIRA DE PINHO FILHO – Obrigado, Senador Paim, pelo convite. A gente não pode deixar de reiterar a importância do Senador no debate de todas as questões de interesse dos servidores. V. Exª tem sido, juntamente com diversos outros representantes do Senado Federal e também do Congresso, um grande aliado nas questões dos servidores públicos.

E este é um debate que, para nós, com certeza não só do Sindifisco Nacional, mas para o conjunto dos servidores, é um debate extremamente importante. Então, eu o cumprimento por isso e cumprimento os demais Senadores que integram esta Comissão e que acompanham este debate, assim como cumprimento os meus pares que são representantes de sindicato e os representantes da Administração, porque é importante que este debate seja feito, que debates desta natureza sejam feitos com a participação dos integrantes do Governo, das pessoas que pensam as políticas públicas, neste caso aqui com relação à questão previdenciária.

Nós temos aí um regime de servidores públicos, regime próprio de servidores públicos, que começou a ser desenhado lá na década de 1930. Então, já faz bastante tempo que se trabalha essa questão de um regime previdenciário para servidores públicos. Nessa época, obviamente, a gente tinha um regime bastante precário, um regime em que os servidores públicos contribuíam única e exclusivamente para o pagamento da pensão dos seus dependentes. Esse regime é, inclusive, bastante parecido ou semelhante ao que nós temos hoje para os militares das Forças Armadas, por exemplo, em que a contribuição dos militares, no caso, também custeia a questão do regime de pensões, e o pagamento dos salários dos militares na aposentadoria, ou seja, na inati-

vidade, quando eles estiverem reformados, enfim, é feito integralmente pelo Tesouro Nacional. Nós tínhamos um regime semelhante a esse que perdurou até 1994.

A partir da Emenda à Constituição nº 3, nós tivemos uma medida provisória, a primeira a valer efetivamente, com relação à questão da contribuição dos servidores públicos para o custeio da sua própria aposentadoria, não só para o regime de previdência, ou seja, para a questão da pensão dos seus beneficiários.

Esse regime foi evoluindo, de modo que nós tínhamos, até há bem pouco tempo – e temos hoje ainda para uma parte dos servidores públicos –, um regime em que o servidor contribui com 11% – estou falando do regime próprio da União – da sua remuneração, sem teto, obviamente, e a própria União paga o dobro disso.

Infelizmente, nós nos deparamos, inclusive nessa Medida Provisória nº 664, com um discurso oficial que é bastante preocupante com relação ao nosso regime previdenciário, o regime próprio do servidores públicos da União, qual seja, o de que esse regime é altamente deficitário. Isso está colocado de forma muto clara na exposição de motivos da MP nº 664. Mas vejam: como pode ser superavitário um regime em que, para se fazer a conta, você traz pessoas que hoje estão aposentadas e que não contribuíram para esse regime? Se eu trago todo mundo que hoje é aposentado da União e que não contribuiu para o regime próprio dos servidores públicos da União, se eu trago para dentro do regime próprio essa conta, obviamente, eu vou estar diante de um déficit estarrecedor.

Contudo, nós, do movimento sindical, não enxergamos a coisa dessa forma. Quem nunca contribuiu ou que contribuiu parcialmente para o regime próprio dos servidores da União certamente precisa ser bancado na sua totalidade ou parcialmente pelo Tesouro Nacional. E o §1º do art. 231 da Lei nº 8.112, de 1990, trazia exatamente essa redação, ou seja, que a responsabilidade pelo custeio integral da aposentadoria dos servidores públicos era do Tesouro Nacional.

Então, o que acontece? Depois que a gente passa por essa transição de que o servidor passa a contribuir com o custeio do seu regime de previdência, a gente traz, para dentro do regime de previdência dos servidores públicos, todo aquele conjunto de servidores que deveriam, hoje, ter a sua aposentadoria custeada integralmente pelo Tesouro Nacional. É por isso que se fala – e o discurso oficial é sempre nesse sentido – que nós estamos diante de um déficit muito alto com relação ao regime próprio dos servidores públicos da União. Essa é uma questão.

Depois, nós estávamos aqui com o representante também do Ministério da Previdência, o Dr. Benedito, falando da questão do regime próprio. O que é o nosso regime próprio? E, certamente, nós vamos ter um representante do Ministério do Planejamento, que tem informações muito mais detalhadas do que um representante do Sindifisco nacional sobre a questão do nosso regime próprio. Porém, este, diante de tudo isso que eu coloquei hoje, aqui, parece-me ser muito mais uma apontamento contábil, dentro do regime contábil do Tesouro Nacional, do que um regime efetivamente constituído.

Eu digo isso porque acho que nós tivemos aqui uma discussão atropelada também, lá atrás, em 2012, quando nós fomos discutir o Funpresp. Não vou entrar em detalhes, porque todos sabem quais são os posicionamentos do movimento sindical com relação ao Funpresp, mas, quando eu falei de toda essa questão do nosso regime próprio, do regime próprio dos servidores públicos federais, foi para dizer que houve aí um atropelo quando se criou o Funpresp. Houve um atropelo e um atropelo muito grave, porque, na minha modesta avaliação e na avaliação de muitos colegas do movimento sindical com quem eu dialogo sobre essa questão, estava muito claro que, antes de você recorrer a um regime de previdência complementar, precisaria ser instituído, no âmbito da União, o fundo do regime próprio de previdência dos servidores públicos.

Então, eu trago para o Congresso Nacional, inicialmente, um debate de que nós estamos diante de um déficit muito grande e se constitui o regime de previdência complementar sem antes fazer qualquer discussão sobre a questão da constituição do regime próprio.

E, aí, eu pergunto, até para reflexão dos próprios representantes do Governo: se, em um regime próprio de previdência, eu tenho uma contribuição de 11% do servidor público e uma contribuição de 22% da União – ou seja, eu tenho uma contribuição que equivale a 33% do salário de cada servidor –, como é que eu posso afirmar, como se fez no debate dessa questão aqui no Congresso Nacional, que esse regime é deficitário? Tenho absoluta certeza de que, se iniciássemos esse debate com a instituição do fundo de regime próprio de previdência social dos servidores públicos, nós teríamos condições de chegar à conclusão de que um regime com esse financiamento é, ou seria, um regime superavitário. Até porque, ao tratarmos hoje de previdência complementar, nós temos o servidor público contribuindo com até 8,5% daquilo que ele recebe, daquilo que excede o teto do Regime Geral de Previdência Social, e a União contribuindo até com 8,5%. Então, estou pegando um regime em que há 17% de aporte de recursos para custeio desse regime de previdência complementar. E também, no curso desse debate, ficou muito claro que esses 17% seriam suficientes. Eu ouvi, aqui mesmo, em algumas audiências e até em entrevistas, em alguns discursos no plenário, tanto do Senado quanto da Câ-

mara, uma defesa nesse sentido; de que esses 17% poderiam ser suficientes para pagar essa diferença entre o teto do Regime Geral de Previdência Social e aquilo que o servidor deveria receber, aquilo que era o salário integral desse servidor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO PEREIRA DE PINHO FILHO – Então, 17% são suficientes para pagar essa diferença, e 33% não seriam suficientes para, efetivamente... Obviamente, nos regimes próprios, esses valores, esses recursos também podem ser aplicados no mercado financeiro. Todos nós sabemos disso. Então, se tivéssemos constituído um fundo com uma gestão minimamente... Minimamente, não; com uma gestão profissionalizada, um fundo do regime próprio, eu tenho absoluta certeza de que ele poderia ser muito mais eficaz do que a previdência complementar que nós temos instituída hoje.

Isso, só para falar da questão do Funpresp, porque acho que essa é uma questão que nós ainda debatemos no âmbito do movimento sindical, mas parece que se perdeu um pouco o foco, a discussão está um pouco esquecida aqui no Parlamento.

Com relação à questão das MPs... Especificamente com relação à MP 664, nós tivemos – acho que o Sebastião falou sobre essa questão – o encaminhamento de uma medida provisória sem o mínimo de discussão tanto com os representantes dos trabalhadores, como com o próprio Congresso Nacional. Nós trazemos uma medida que não tinha, entre as suas características, o requisito da urgência, porque, quando se trata de questão previdenciária, não podemos discutir com essa urgência toda; a discussão tem que ser feita com tranquilidade, porque envolve a vida das pessoas. Já foi dito aqui o quanto essa Medida Provisória nº 664 vai afetar a vida dos servidores públicos. Então, o Governo manda essa medida para o Congresso Nacional, sem fazer uma discussão prévia com as representações dos servidores públicos e sem fazer a necessária discussão no âmbito do Congresso Nacional. Então, para nós do movimento sindical... Nós já temos diversas ações, tanto aqui no Parlamento, como também no Judiciário, contestando essas medidas provisórias, porque, além de todos os problemas que elas trazem, tanto a 664 como a 665, elas não deveriam ter sido encaminhadas dessa forma para o Congresso Nacional, sem a devida discussão, ou seja, para nós, ela não atende ao requisito da urgência.

E aí, em todo esse contexto de discussão de retirada de direito dos trabalhadores, e especificamente dos servidores públicos – e por que não dizer também dos trabalhadores da iniciativa privada? –, nós tivemos, lá em 2012, a questão da desoneração da folha de pagamentos. Muita gente defendeu a questão da desoneração da folha no momento em que se iniciou essa discussão, mas o fato é que é de uma incoerência muito grande nós termos, de um lado, do lado do benefício, o Governo trabalhando no sentido de reduzir direitos, sob o argumento de que esse ou aquele regime não é sustentável, e, por outro lado, o Governo ofertar ao conjunto do empresariado uma redução de contribuição previdenciária que hoje atinge cerca de R$25 bilhões por ano.

Não estou dizendo aqui que o Governo não tenha que encontrar formas, encontrar mecanismos de incentivar o setor produtivo, mas também, na nossa avaliação, essa foi a forma menos acertada de se buscar esse fomento ao setor produtivo, à indústria, enfim.

Acho que a Medida Provisória nº 540 trouxe inicialmente a questão da desoneração da folha de pagamentos para beneficiar alguns setores muito específicos e situações bem peculiares também, que era a indústria têxtil, a indústria de artefatos de couros, enfim, a indústria de tecnologia da informação e comunicação. E, depois, essa coisa foi-se espalhando sem nenhum tipo de critério lógico na nossa avaliação, de modo a atingirmos isso aí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO PEREIRA DE PINHO FILHO – Então, o Governo, por um lado, reduz a contribuição previdenciária para o empresariado e, por outro, retira direito dos trabalhadores. Para nós, isso é uma questão bastante discutível, uma questão bastante grave.

Para concluir, até para não me repetir com relação ao que os colegas colocaram anteriormente, temos aí a questão do PL nº 4.330. Aí, falo com relação ao PL do lado da arrecadação tributária e principalmente da arrecadação previdenciária. E o que presenciamos, o que vimos no nosso dia a dia do trabalho mesmo, do desempenho da nossa atividade de fiscalização tributária,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO PEREIRA DE PINHO FILHO – ...é que a terceirização – e não quero generalizar e dizer que é em todos os setores – tem servido de instrumento de sonegação previdenciária. Falou-se aqui na redução de direitos dos trabalhadores, e aí, se esse projeto for aprovado da forma que veio da Câmara... Espero que não o seja, inclusive pelas manifestações que já tivemos aqui no Senado Federal, inclusive do Presidente do Senado. Mas, se o for, certamente, da forma que está, vai aprofundar essa questão da sonegação e vai interferir, vai redundar, talvez, em outras reformas, para retirar ainda mais os direitos dos trabalhadores que já estão sem aguentar pagar a conta por todo e qualquer tipo ajuste que se faz neste País.

Então, para isso, trago essas reflexões aqui. Acho importante esse tipo de debate e, por isso, Senador Paulo Paim, a gente se coloca, pelo Sindifisco Nacional, à disposição desta Comissão para, na medida do possível, trazer as informações e as impressões do Movimento Sindical, mais especificamente do Sindifisco Nacional. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Mário Pereira de Pinho Filho, que falou pelo Sindifisco Nacional.

Antes de passar para o último orador, nosso último convidado, que é o representante do Ministério do Planejamento, vou fazer uma pequena leitura aqui de questionamentos que vieram dos nossos internautas.

A primeira é para o Sebastião: "Acredito que o Secretário Sebastião, após declarar que o Deputado já faliu 27 empresas terceirizadas, deveria falar o nome do Parlamentar a que ele fez referência, para que não fiquem prejulgando todos, para que todos fiquem cientes de quem é." Eu fui ver aqui, o nome do Deputado é Alfredo Kaefer, do PSDB do Paraná.

O nosso Sebastião já respondeu e eu só fiz a leitura porque veio, inclusive, da assessoria, confirmando que é Alfredo Kaefer. Essa foi uma pergunta feita pelo Alô Senado, pelo Valter Belém, do Rio de Janeiro.

Agora, um comentário de Moisés Luiz de Oliveira: "Bom dia, meu nome é Moisés Luiz, sou candidato em concurso da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal; no PRF fui eliminado por causa da minha deficiência; tive que entrar com ação judicial. No da PF, ainda estou esperando o certame. Espero que a banca não elimine a mim por deficiência."

Na verdade, ele está fazendo um questionamento e uma denúncia, que ele espera que não seja eliminado já que ele preencheu todos os requisitos e não pode ser eliminado por ser deficiente.

Agora, Marcelo Brito do Espírito Santo, da Bahia: "Eu me aposentei com salário integral em 1991, mas, com o advento das emendas promulgadas no regime da aposentadoria do servidor, não se preservaram os direitos adquiridos. Pergunto o que está sendo feito para reverter essa situação."

A PEC 555 – já nos ajuda aqui a nossa líder do Sindicato dos Fiscais do Trabalho, que diz que temos que trabalhar para aprovar a PEC 555.

Mais dois questionamentos:

"Nobre Senador, os aposentados por invalidez permanente estão pedindo urgência na indicação do relator da PEC 56, de 2014, bem como prioridade e celeridade na tramitação da mesma. Estamos sendo torturados pelo descaso e abandono e a demora na indicação. Queremos nossa dignidade de volta. Muitos de nós não chegaram a ver nossas conquistas na Câmara, mas, com certeza e com seu apoio, chegarão a ver a justiça sendo feita no Senado por humanidade, dignidade e justiça para todos." O que a gente vai fazer é se comprometer aqui a falar com o Presidente da CCJ para que indique o relator.

É importante que as entidades tenham alguma sugestão de relator para que a gente possa interagir. Essa foi uma sugestão de Solane Gonzaga Pena Passos.

Agora, de Mara Alencastro: "Bom dia, Senador. Estou, neste exato momento, assistindo atentamente tudo que está sendo dito aí na audiência, e espero mesmo, de coração – [olhem o que ela diz e eu acrescentaria "de coração, de alma, de mente, de consciência e de coerência"] – que vocês não aprovem Projeto 4330, projeto absurdo, sem coerência. Por favor, não deixem que tirem nossos direitos, direitos que são nossos e de milhares de trabalhadores, lembrando do grande Getúlio Vargas, que lutou por nós, por nossos direitos e que, infelizmente, acabou tirando a própria vida, por ser uma pessoa honesta. Então, Srs. Senadores, vamos, de fato, comemorar o dia 1º de maio com os nossos corações em paz. Se terceirizar tudo, vamos retroceder."

Acho que merece uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Encerrou bem.

E passo a palavra, neste momento, ao nosso convidado, Sr. Luís Guilherme de Souza Peçanha, que vai falar pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. LUIS GUILHERME DE SOUZA PEÇANHA – Bom dia a todos. Cumprimento todos da Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim. Cumprimento todos que vieram aqui participar deste debate.

Bom, como eu sou o último a falar, tem a vantagem de não precisar me repetir, principalmente na questão das alterações constitucionais e legais do regime de previdência do servidor público. Eu vou me ater aqui à função do Ministério do Planejamento, como bem colocou o Secretário Benedito, de executor das...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Me permita, só para que o cidadão do plenário que pediu a palavra, eu disse que daria ao final para ele. O Sr. Hebe-Del está aí? Então tá, ao final o senhor vai falar, viu?

O SR. LUIS GUILHERME DE SOUZA PEÇANHA – ... o papel de executor das políticas de previdência do servidor público federal, embora nós participemos de discussões junto ao Ministério da Previdência mas, na verdade, em especial a Secretaria de Gestão Púbica, trabalha para a melhor execução dessa política de previdência.

Eu vou enumerar apenas algumas questões que foram trazidas pela última grande reforma da previdência, que foi a Emenda 41, para trazer até a informação dos senhores das atividades que o Ministério do Planejamento vem desempenhando para o bom cumprimento das decisões que, como colocou o Secretário, estão postas, estão colocadas, e cabe a nós zelar pelo seu perfeito cumprimento.

Bom, inicialmente a Emenda Constitucional nº 41 trouxe algumas alterações, principalmente a de trazer o caráter contributivo e solidário do regime de previdência do servidor público federal, aliás de todos os servidores públicos; instituiu o abono de permanência; alterou a base de cálculo, remetendo à média aritmética, que a Lei nº 10.887 trouxe sua regulamentação; e, também, outra questão muito falada, é a extinção da paridade em relação aos reajustes dos servidores em atividade.

No que diz respeito a aposentadoria por invalidez, que é um dos temas que vem com recorrência sido mencionados aqui, a Emenda 41 trouxe a previsão de cálculo dos proventos também pela média àqueles que fossem aposentados por invalidez, situação que foi amenizada – digamos assim – pela Emenda Constitucional nº 70, que previu que os servidores que ingressaram até a data de publicação da Emenda 41 – 31 de dezembro de 2003 – pudessem se aposentar com seus proventos calculados a partir da última remuneração e com paridade em relação aos servidores ativos.

No que diz respeito à aposentadoria especial – e aí eu queria me deter um pouquinho mais –, a Emenda 47 trouxe os incisos ao § 4º do art 40, trazendo as hipóteses de aposentadoria especial, que são para aquelas pessoas com deficiência, aqueles que exerçam atividades de risco e aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física. E aí eu gostaria de me deter um pouco, até por conta de poder ressaltar a intenção do Governo em procurar minimizar – a gente sabe que existe uma lacuna legislativa aí, mas, a partir do momento em que vêm surgindo alternativas para o cumprimento, o Ministério do Planejamento vem tentando saná-las. Um exemplo disso é a Orientação Normativa nº 16, que foi alterada no ano passado pela Orientação Normativa nº 5, que busca cumprir a Súmula Vinculante do STF nº 33, que se refere, em específico, aos servidores que trabalham em condições que oferecem risco ou prejudiquem, melhor dizendo, a saúde ou a integridade física.

E gostaria também de fazer um parênteses, porque a questão previdenciária não se resume à aposentadoria, ela traz uma gama de outras situações que devem ser cuidadas, inclusive, a partir da atividade do servidor, e não só pensando na aposentadoria. E aí eu devo ressaltar a instituição da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do servidor público federal, que foi instituída pelo Decreto nº 6.833, de 2009. Esse decreto instituiu o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, que é um subsistema do sistema de pessoal civil da Administração Federal, ou seja, é um sistema que pertence não a cada governo, mas pertence ao Estado empregador.

Então, por meio desse sistema, vem se buscando, por diversas frentes, cuidar da questão previdenciária e, um pouco antes disso, cuidar da questão da saúde do servidor, da prevenção – inclusive prevenção de acidentes, por meio de avaliações ambientais e uma série de outras ações. Para isso o Ministério do Planejamento tem instituído e mudado suas regras, a partir do momento que vem percebendo a necessidade.

Nós tínhamos um manual de perícia oficial em saúde, que foi alterado no ano passado, a partir das solicitações e sugestões de diversos servidores que trabalham nessa área. O que é esse manual? Ele norteia a atividade de todos os peritos oficiais da Administração Federal.

Esses peritos oficiais têm algumas incumbências. Eles não têm apenas a incumbência de verificar ou autorizar licenças médicas de servidores ou de parentes de servidores. Eles têm a incumbência também de avaliar ambientes de trabalho sob o ponto de vista da prevenção. Eles têm a incumbência também de subsidiar – e esta é de extrema importância – um sistema que já está consolidado de informações. Então, hoje o perito oficial que realiza as perícias dos servidores públicos e de seus dependentes escrevem, inserem as informações num sistema informatizado, que é um subsistema do Siape – para quem conhece, é o sistema informatizado do Poder Executivo Federal.

Isso permite e vai nos permitir, cada vez mais, efetuar estudos para verificar índices de adoecimento, onde estão os maiores problemas e quais são esses maiores problemas, em quais servidores esse ou aquele problema está mais incidente.

Então, eu considero essa instituição da política de extrema importância do ponto de vista previdenciário, até porque busca prevenir uma série de questões que podem ser evitadas eventualmente, como, por exemplo, a aposentadoria por invalidez, e também dá subsídios à concessão de benefícios quando eles são inevitáveis.

Outra coisa que eu gostaria de destacar, em especial, é a respeito da questão dos deficientes, já que a PEC 54, do Senador Paulo Paim, buscar inserir essa população na exceção do art. 6º-A da Emenda 41. Ou seja, os servidores com deficiência que tenham ingressado até a data de publicação da emenda 41 passariam ou passarão, caso aprovada, a ter direito à aposentadoria calculada com base na última remuneração e com paridade.

Eu ouvi uma fala, perdoem-me mas eu não me recordo de quem, sobre a questão do trato da pessoa com deficiência ao ingressar na Administração Pública ou durante sua estada na Administração Pública.

Eu mencionei a questão do sistema Sias e a questão da atuação dos peritos, que têm um manual oficial que os norteiam. Há uma rede de unidades sobre a qual eu poderia passar bastante mais tempo aqui explicando, mas, em suma, é uma rede de unidades de saúde do servidor que trabalham em conjunto e que inserem esses dados num sistema informatizado.

Como eu coloquei para os senhores, a intenção a respeito desses peritos oficiais – e isto está bastante avançado porque já foi gestado, digamos assim, no Ministério do Planejamento e a nossa intenção é que isso saia publicado num decreto – é a questão de um exame de investidura. Esse exame vai permitir que os peritos oficiais, desde o ingresso do servidor público no seu cargo, após a aprovação em concurso, possam verificar a deficiência da qual ele é portador e também, em outro grau, possibilitar ações do órgão para o qual ele vai ser designado, no sentido de melhorar as condições de trabalho desse servidor.

Isso hoje já é feito em algumas situações. Eu posso citar o exemplo da Anvisa, que é o órgão ao qual eu pertenço, na verdade eu sou servidor da Anvisa. Eu lembro que lá, no concurso em que eu ingressei, ingressou uma servidora com deficiência visual e a agência reguladora providenciou, de forma bastante ágil, a aquisição de equipamento de modo a permitir que essa servidora tivesse condições, se não iguais, muito próximas às dos outros servidores, de exercitar suas atividades laborais.

Então, existe um conjunto de medidas que vêm sendo adotadas de forma paulatina. É um trabalho, de certa forma, de formiga mesmo, porque nós começamos – e, quando eu digo nós, são pessoas até anteriores a mim, do Ministério do Planejamento – com um trabalho de convencimento dos vários órgãos, até estabelecer essa rede. E hoje a gente pode considerar que temos algumas normas partidas do órgão central do Sipec, que é o Ministério do Planejamento, destinadas a nortear a atividade desse subsistema integrado de atenção à saúde do servidor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS GUILHERME DE SOUZA PEÇANHA – Então, eu gostaria muito de ressaltar essa questão das providências que o Ministério do Planejamento vem adotando no sentido não só de garantir o perfeito cumprimento da política de previdência, mas também de buscar o que é de muito maior valor, que é a própria atenção à saúde do servidor enquanto ele está no seu período laboral.

Outra providência que a gente vem adotando e que eu gostaria de ressaltar, como o Secretário Benedito colocou, é a questão da Funpresp, que é algo bastante polêmico ainda, o Regime de Previdência Complementar, e eu não poderia aqui entrar no mérito de estado do regime previdenciário do servidor público federal. Mas o fato é que, como está já colocado esse novo regime para o servidor que ingressou a partir da instituição do RPC, como nós chamamos o Regime de Previdência Complementar, o que o Ministério do Planejamento vem fazendo com bastante dedicação, em parceria, inclusive, com o Ministério da Previdência, é promover em vários Estados do Brasil *workshops* com o intuito de melhor informar servidores de recursos humanos e os próprios servidores sobre o novo Regime de Previdência Complementar, já que, uma vez sendo posta uma situação já colocada por lei, é importantíssimo – e nós julgamos importantíssimo – que todos os servidores tenham pleno conhecimento. A partir de então, eles vão decidir se é melhor para eles aderirem ou se eles optam por não aderirem, enfim... O que nós procuramos fazer desde a instituição desse regime e estamos buscando fazer cada vez mais é a informação a todos os servidores, de modo que eles possam tomar as suas decisões, já que a decisão tomada hoje vai impactar nas suas vidas daqui a 30 ou 35 anos, a depender do caso da aposentadoria.

Com relação à própria PEC de autoria do Senador Paulo Paim, apenas para explicar o que ela significaria e trazer as informações para discussões ou eventuais perguntas, a principal questão trazida por ela seria a inclusão dos deficientes, dos servidores com deficiência que se aposentarem dessa forma, ou melhor, daqueles que se aposentarem de forma especial, todos aqueles que tiverem aposentadoria especial poderem se aposentar com base na última remuneração e com a paridade. Isso é algo que certamente merece discussão. Não ousaria aqui fechar um entendimento, nem seria da minha competência fazer isso, mas acho que espaços como esse para que possamos discutir e para que nós, tanto do Ministério da Previdência quanto do Ministério do Planejamento, possamos ouvir as discussões, ouvir as colocações das entidades sindicais e levarmos para os nossos escritórios, digamos assim, certamente é algo de bastante validade.

Eu encerro a minha fala aqui, mas me coloco à disposição para eventuais dúvidas ou esclarecimentos que eu puder trazer aos senhores, ou simplesmente para ser porta-voz das reivindicações ou dos relatos que muitos têm trazido aqui de suas experiências pessoais, para que possamos aprofundar nossa discussão na Secretaria de Gestão Pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Luís Guilherme de Souza Peçanha, que aqui falou pelo Ministério do Planejamento, e já deixou as portas abertas para o diálogo, para conversações. Claro que esse tipo de entendimento, de acordo não se fará aqui numa audiência pública. Aqui é exposta a visão de cada um. Em reuniões subsequentes, poderemos construir, então, as entidades com os Ministérios, os entendimentos e os acordos.

Por fim, o último inscrito para falar é o Sr. Hebe-Del Kader Bicalho, Presidente da Federação Nacional da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, que pediu a palavra, do plenário.

O SR. HEBE-DEL KADER BICALHO – Bom dia Senador, bom dia a todos e todas. Cumprimento o Senador por mais esta oportunidade que dá às entidades de estarem aqui, em uma das Casas do Congresso, para falar sobre a questão da previdência.

Peço licença a todos, da mesa também, que falaram contra os projetos que atacam os direitos dos trabalhadores. Nós também, os oficiais de justiça, somos trabalhadores públicos, somos trabalhadores do Brasil e fazemos questão de também marcar a nossa posição contra esses projetos que atacam os direitos do trabalhadores. Olha, Senador, aqui no Congresso, muitos projetos assim o pretendem.

Pelo adiantar da hora, vou me ater bem à questão dos oficiais de justiça. Recentemente, há cerca de quatro, cinco meses, um colega oficial de justiça de 25 anos de idade foi brutalmente assassinado por ocasião do cumprimento de uma diligência no Estado do Rio de Janeiro, às margens de uma rodovia, na cidade de Barra do Piraí. Um colega de 25 anos, com três meses de trabalho, sequer teve uma preparação dos tribunais, e os tribunais não se preocupam com isso. O Supremo já reconheceu, em vários e vários mandados de injunção, que a nossa atividade é uma atividade de risco, e, infelizmente, o Poder Executivo teima em não deixar que os oficiais de justiça sejam um dos beneficiários no projeto de aposentadoria especial, para terem a condição de se aposentar, no mínimo, em condições semelhantes aos colegas da polícia, no caso, a Polícia Federal, como exemplo.

Então, nós, oficiais de justiça, estamos há vários anos conversando com o Governo, conversando aqui com esta Casa, conversando com a Câmara, e, infelizmente, não conseguimos avançar nessa proposta, nesse desejo, nesse direito, que já vimos reconhecido pelo Supremo. Alguns tribunais, como, por exemplo, o Tribunal Regional do Trabalho do Pará – o colega aqui é do Pará – reconheceu e aposentou dois colegas oficiais de justiça pelo veio da aposentadoria especial, com o tempo especial de trabalho. E os outros tribunais – apesar de o Supremo reconhecer isso em vários e vários mandados de injunção, como eu já disse – também, em decisões administrativas, teimam em não acatar a decisão do Supremo.

Então, com a presença de representantes do Governo, eu gostaria que o Governo analisasse, mais uma vez, essa questão dos oficiais de justiça, olhassem – salvo engano, se já não tiver aumentado, e até espero que não – que, até este colega de faleceu, já eram mais de 53 oficiais de justiça que haviam tombado em trabalho.

Os que estão aqui presentes, com certeza, também se lembrarão dos colegas auditores fiscais do trabalho. Amanhã, completam-se alguns anos e alguns meses que os colegas tombaram em trabalho, inclusive um colega pessoal meu, o João Batista foi colega meu de faculdade e, infelizmente, foi morto daquela forma brutal lá em Unaí. A gente deve sempre registrar isso, porque, da forma como aconteceu, não poderia ter acontecido, não pode acontecer, e não queremos que aconteça com os oficiais de justiça e com nenhum outro colega.

Muito obrigado, pela oportunidade, Senador, e parabéns, mais uma vez.

Rogo ao Grande Arquiteto do Universo que atue pelo seu pronto restabelecimento de saúde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Hebe-Del Kader Bicalho, Presidente da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns pela sua fala, e, antes de concluir, só vou resumir aqui o objetivo da audiência.

Pois não?

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – O senhor aí mencionou a questão da relatoria da PEC 56.

Eu tenho um pedido a lhe fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faça de público aqui já.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Gostaria muito de que o senhor fosse o relator da PEC 56.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu posso dizer que eu aceito.

O negócio é convencer os meus pares.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Pelo conhecimento que o senhor tem da matéria e pelas suas posições, gostaríamos muito que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se vocês concordarem, já respondendo, nós vamos pedir ao Presidente da CCJ que, se possível, claro, ele nos indique como relator. Se não for possível...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu tinha feito um pedido e, inclusive, declino em favor de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas podemos caminhar já com dois nomes.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se ele ceder para que eu possa ser o Relator, se não, eu mesmo vou advogar para que seja V. Exª. Sei que estará em boas mãos.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Sim, com certeza.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador José Medeiros, para suas considerações finais sobre a audiência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, creio que avançamos nos diagnósticos dos problemas, debatemos o assunto – isso é muito importante. Agora, acho que ficou bem claro aqui que toda vez, realmente, que o cinto aperta, que o cinto precisa ser apertado, geralmente se busca apertar o cinto dos servidores, não do próprio Governo.

Penso que a grande preocupação, o grande foco do Governo, o grande foco da equipe do Ministro Joaquim Levy teria que ser começarmos a pensar em apertar as coisas no que se refere à dívida pública. O que, na verdade, arrebenta este País aqui é essa quantidade exorbitante de dinheiro que vai todo ano, quase R$1 bilhão, para pagar juros da dívida pública, porque ela só cresce, só cresce, e daqui a pouco não vai adiantar, porque, se tirarem todos os direitos dos trabalhadores, os direitos dos servidores, não vai fazer nem cócegas se não atacarem a forma com que essa dívida cresce. Esse é que é o grande montante. Não estou falando aqui do Governo do PT, dos governos brasileiros, desde a década de 60.

Rola também, e são importantes esses debates aqui, existe um preconceito neste País contra o servidor público que não sei de onde ele surge e em que ele se baliza e como se sustenta, porque a grande verdade é que, pelo Governo ou apesar do Governo, este País anda devido a sua massa dos abnegados servidores públicos, servidores de carreira, que sustentam este País, que se qualificam às suas custas – a grande verdade é essa. Temos quadros, tanto aqui no Senado como no Câmara, enfim, em todas as esferas de Governo, temos servidores da mais alta capacidade, e este País caminha devido a essa massa de trabalho que, apesar de tudo isso, é extremamente perseguida, diria até. Perseguida por quê, Senador Paim?

Queria que V. Exª soubesse que, se há um lugar onde há eficácia da punição, é no meio do serviço público. Se é um lugar onde existe uma verdadeira inquisição, é no serviço público. Se nós políticos, mesmo o Governo, fosse tratado com a mesma, vamos dizer assim, fosse medido com a mesma régua com que o servidor, com o que o Barnabé é medido, talvez a coisa mudasse.

Tive a infelicidade de participar, no sábado, do velório de um servidor público, que acabou se suicidando a partir do resultado de um julgamento que eu, que conhecia o fato, sabia plenamente da sua inocência, e aquele processo se desenrolou, aquela situação kafkiana. Penso que, quando Franz Kafka escreveu o livro *O Processo*, ele falava sobre um servidor público, porque não há coisa mais terrível do que quando começa um processo com um servidor público. Quando falam "abriu", ele já sabe o resultado, ele já começa meio que condenado. Então, rola todo esse assédio moral, vamos dizer assim, tanto por parte do julgamento da opinião pública quanto por parte do sistema contra o servidor, e que acaba, às vezes, se materializando nessas medidas todas que estamos discutindo agora; às vezes, é para o ajuste; às vezes, para aquilo. Precisamos avançar muito. Isso só mostra que o debate nem começou. Precisamos caminhar muito.

Sobre o tema que se falou – acho que foi o Sebastião que disse aqui – sobre a situação dos servidores que, às vezes, fazem a segurança, precisamos avançar também nesse tema, Senador Paim. Temos situações, por exemplo, desses agentes de trânsito. Esses agentes de trânsito fazem um trabalho de polícia, são polícias de trânsito, e eles abordam n pessoas da mais diversas matizes, não sabem quem estão abordando ou não. E o que acontece? Eles fazem esse trabalho de policiamento ostensivo de trânsito e ou fazem com a Polícia Militar de babá ou, então, correm o risco de enfrentar as intempéries.

Entrei até com um projeto, estou apanhando nas redes por tudo quanto é lado, porque eu disse o seguinte: já que o Estado não tem condições de dar segurança, não há como a Polícia Militar ou qualquer outro tipo de polícia ser babá deles a toda hora, que, então, o País se responsabilize, treine, dê segurança e autorize que eles possam trabalhar mais. Vamos parar com essa hipocrisia!

Ora, se o Senador Paim é um juiz, que está correndo risco de vida, vou eu, lá, desarmado, defendê-lo? Com o quê? Vou entrar na frente?

Então, são todos temas, que, com certeza, vão desenrolar-se neste debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros, pelas suas conclusões, que vai na linha do que muito temos falado aqui. Temos de enfrentar o debate das grandes fortunas, grandes heranças. Por que não? Estados Unidos, Itália, Alemanha, Inglaterra, enfim, todo mundo já regulamentou, e a gente não regulamenta.

Tenho uma PEC, por mim apresentada, que diz o seguinte: todo aquele que roubar do Erário Público vai devolver em dobro. Roubou R$100 milhões vai devolver R$200 milhões, mais a correção, e, é claro, vai ter de ir pra cadeia, mas vai ter de devolver em dobro, porque ele perde grande parte do patrimônio dele.

O princípio é o da PEC do trabalho escravo. E como é a PEC do trabalho escravo? O cara pode ter dez trabalhadores sob o regime de escravidão. Ele vai perder toda a sua propriedade. É ou não é? E nós já aprovamos!

Por que não aprovamos a mesma coisa? No mínimo, isso. Como não dá para medir, saber o patrimônio da pessoa, no mínimo, ela vai ter de devolver em dobro com juros e correção monetária tudo o que roubou.

Uma outra questão que também tenho comentado, até junto aos Ministros, é o grande desvio do dinheiro público. Não estou dizendo que só há corrupção, corrupção e corrupção. É claro que temos de combater a corrupção. Isso é o mínimo que um homem de bem tem de fazer, mas a sonegação, só na Previdência, sabemos que está em mais de R$500 bilhões. Sonegação pra cá; sonegação pra lá!

O último instrumento que recebi – não estou falando deste ou daquele Governo – veio do Tribunal de Contas. Falaram-me de quase R$2 trilhões de roubalheira e de dinheiro que foi desviado de um lugar para o outro.

Não estou aqui condenando este ou aquele Governo. Todo mundo sabe que sou do PT, sou da base deste Governo, mas combater a sonegação! Olhem os grandes empresários! Saiu a notícia que deviam R$14 bilhões a R$ 15 bilhões para a Receita, foram lá, conseguiram meter R$10 milhões, R$15 milhões, nas mãos de um e de outro, e os R$15 bilhões de um, os R$5 bilhões de outro e os R$10 bilhões daquele outro desapareceram. E vão querer tirar do trabalhador nessas coisas básicas?

Penso que devemos enfrentar esse debate. Não é uma questão de situação ou de oposição. Nós todos, Governo, oposição, devemos fazer uma debate dessa grandeza. Eu disse, outro dia, numa reunião com o Ministro, que quem rouba, neste País, não é pequeno; não é quem ganha salário mínimo que rouba! Se roubar para comer uma galinha, uma laranja, uma maçã, o que eu vou fazer? Mas o que ele rouba é isso! Alguém que quem ganha salário mínimo está roubando dinheiro público? Não rouba! Quem rouba é grandão mesmo!

É isto que temos de fazer, fazer esse bom debate, sem mexer nos direitos mínimos dos trabalhadores.

Por fim, se me permitirem, pois eu sei que todos têm compromisso – eu mesmo tenho médico às 13h30 – quero apenas fazer esse registro aqui que considero importante em nome de nós todos. A humanidade, mais uma vez, se vê atingida por um intensa catástrofe natural: o terremoto de 7,8 graus na escala Richter, que atingiu o Nepal e a Índia, é um dos mais graves na região desde 1934.

Já foram contabilizados mais de 3.800 mortos, número este que deve aumentar, infelizmente. Enfim, este número pode chegar a 5 mil mortos e milhares de pessoas feridas.

Queria, junto a esta Comissão, aprovar uma moção de solidariedade e apoio, dizendo que esta Comissão de Direitos Humanos se solidariza com a dor dessas famílias neste momento tão crucial e nos colocamos à disposição para colaborar no estiver ao nosso alcance.

Que esta moção de apoio, que poderíamos depois redigir, seja dirigida em nível internacional, numa linha em que os países não façam somente moções de apoio, mas ajudem financeiramente o Nepal neste momento.

Quero ainda concluir, dizendo que também estamos solidários com nossos irmãos do Chile afetados pela erupção de um vulcão, cujos gases e fumaças já atingem a Argentina e chegaram ao Brasil, lá no extremo sul do meu Rio Grande.

Toda a nossa solidariedade a esses povos irmãos, que eles possam superar esse momento tão difícil e que Deus abençoe a todos e que haja efetivamente a solidariedade internacional a esses povos, seja na Argentina, seja no Chile, mas, principalmente, no Nepal. Ajuda financeira é o apelo que faremos e, claro, ajuda humanitária.

Esta nossa audiência cumpriu o objetivo. Aqui os fatos todos foram falados e explicitados. Por outro lado, também,percebi – e me dou ao direito de dizer – que tanto o Ministério do Previdência como o Ministério do Planejamento estão abertos ao diálogo para que a gente possa avançar sempre na linha da defesa dos direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas, sejam da área pública, sejam da área privada.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A ata é divulgada, sim. É autorizada a divulgação de tudo que foi dito aqui.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Eu só queria manifestar, em nome da Confederação dos Servidores Públicos e da Nova Central, a nossa solidariedade aos professores estaduais de São Paulo, que enfrentam

uma greve demorada, uma greve difícil. E nós gostaríamos que o Governo daquele Estado tivesse a sensibilidade para negociar com a categoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE ABRIL DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quatro minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e quinze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **João Capiberibe,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assina o livro de presença o Senhor Senador João Capiberibe. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 49 de 2015-CDH, de autoria do Senador João Capiberibe, aprovado em 15/04/2015, para debater sobre: "Seguro-Defeso do Pescador: Política Pública Trabalhista e Controle Social do Meio Ambiente (A Perda dos Direitos dos Pescadores com a MP 665/2014)". O Senhor Presidente informa aos presentes que a reunião é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, com comentários ou perguntas, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Raimundo Marcos Sousa Brandão da Silva, Representante do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP; Josana Serrão Pinto, Coordenadora da Articulação Nacional das Pescadoras – ANP/PA; Manuel Bueno dos Santos, Coordenador do Movimento dos Pescadores e Pescadoras – MPP; Carlos Alberto Pinto dos Santos, Secretário Executivo da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais – CONFREM; Clemeson José Pinheiro da Silva, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; Valci Santos, Pesquisador da Universidade Federal do Pará – UFPA; Uelton Fernandes, Pesquisador de Políticas Públicas; Roseli Zerbinato, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE; Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Subprocuradora-Geral da República Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. O Senhor Presidente franqueia a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Francisco Emílio, assessor do Gabinete do Senador João Capiberibe; Rosemeire dos Santos Silva, pescadora artesanal da Comunidade de Rio dos Macacos - Bahia; Robson Marques dos Santos, pescador de Graciosa Taperoá - BA; Martilene Rodrigues pescadora de Cascavel - Ceará; Edson da Conceição Falcão da comunidade de Santiago do Iguape – Cachoeira BA; José Rosalvo de Souza da Comunidade de Rio dos Macacos; Joselita Gonçalves dos Santos, de São Francisco do Conde; Carlos de Assis de Santo Amaro da Purificação-BA e Demerval dos Santos Cachoeira-BA. O Senhor Presidente recebe documentos dos pescadores com reivindicações e denuncias. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar as notas taquigráficas para o Ministério Público; 2) Realizar audiência pública para esclarecer as graves denuncias feitas pela Senhora Rosimeire dos Santos Silva e outros contra ação de militares da Marinha na comunidade de Rio dos Macacos, bem como denuncias contra as Empresas Mastrodo Couro, Votorantin, Estaleiro Naval e Fábrica de papel Tororó. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senhor Senador João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e vinte e nove minutos, eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a integra das notas taquigráficas. – Senador **João Capiberibe,** Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 49, de 2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de nossa autoria, aprovado no dia 15/04/2015, para debater sobre seguro-defeso do pescador: política pública trabalhista e controle social do meio ambiente (a perda dos direitos dos pescadores com a Medida Provisória nº 665/2014).

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania. Podem procurar o e-Cidadania – Audiência Interativa e o Alô Senado, através do número 0800 61 222 11.

Devemos compor duas Mesas, dado o grande número de interessados em participar deste debate. Vamos organizar duas Mesas e procederemos de forma muito ágil, com limite de tempo. Solicito que todos respeitem o limite de tempo para que possamos ouvir todos os convidados.

Vamos iniciar imediatamente, convidando para a Mesa o Sr. Clemeson José Pinheiro da Silva, que é Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Seja bem-vindo, Secretário!

O SR. CLEMESON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Convido o Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais.

Por favor, queira tomar assento aqui conosco.

Convido o Sr. Manuel Bueno dos Santos, Coordenador do Movimento dos Pescadores e Pescadoras. (*Pausa*.)

Parece que todos estão presentes. Pelo menos foi essa a informação que eu tive.

Convido a Srª Josana Serrão Pinto, Coordenadora da Articulação Nacional das Pescadoras. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Raimundo Marcos Sousa Brandão da Silva, representante do Conselho Pastoral dos Pescadores.

Com isso, compusemos a primeira Mesa, com esses senhores e senhoras convidados, para debater a medida provisória que diz respeito à atividade dos pescadores.

Sejam todas e todos bem-vindos a esta audiência de debate sobre a medida provisória que tem tirado o sono de trabalhadores e de trabalhadoras deste País.

Muitas dúvidas ainda pairam sobre os reais impactos das Medidas Provisórias nºs 664 e 665, apresentadas no fim do ano de 2014, ao apagar das luzes do mandato passado. Hoje, daremos sequência a um debate já iniciado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, reunindo nossos Senadores e autoridades do setor, representantes da classe dos pescadores e familiares dos diretamente atingidos para debater.

Sabemos das inúmeras irregularidades constatadas em alguns Estados brasileiros pela concessão do seguro-defeso. Essa modalidade seguro-desemprego temporário, que colabora para a manutenção do trabalho dos pescadores e das pescadoras do Brasil, representou um enorme avanço.

O Presidente Lula alcançou um dos seus pontos altos ao reconhecer essa categoria tão esquecida. Criou ainda o Ministério da Pesca e Aquicultura, órgão competente para a construção de mais políticas que qualificaram o nosso mercado e deram capacidade de disputa.

Também nessa seara vimos avanços ambientais conquistados graças à pesca reduzida no período de reprodução das espécies em rios e mares de todo o Brasil.

Direitos e avanços garantidos, famílias de brasileiros atendidas e conscientizadas no processo. Apesar disso, as alterações previstas na Medida Provisória nº 665 assustaram milhares de pessoas atendidas pelo benefício. Se é indispensável coibir irregularidades, também é preciso observar os graves riscos que a burocratização excessiva gerada pode causar.

Acompanhamos as denúncias feitas, como o dado apresentado pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, nesta Comissão. Segundo o Ministro, cerca de 3 mil pessoas que foram cadastradas para receber o defeso no Maranhão, mas sacavam o benefício no Rio de Janeiro, ou seja, a mais de 2 mil quilômetros de distância.

Relatório do TCU demonstrou também graves irregularidades com pessoas que não se encaixam nas condições de beneficiárias, e recebiam por fraude o seguro. O rombo chegou a R$19 milhões pagos a pessoas que já estariam mortas e a tantas outras que não comprovaram a condição de trabalhadoras da pesca ou que eram inabilitadas.

Em resposta à reportagem do jornal *O Globo*, o Ministério se posicionou pelo corte das irregularidades e punição aos culpados e demonstrou que o valor não chegava a 0,005% do que representa o valor dos benefícios dos trabalhadores, ou seja, que não representa risco significativo ao programa. É residual.

O fato é que enormes distâncias e a inexperiência com burocracias podem tornar impossível o acesso a certos tipos de documentos por parte de inúmeros pescadores e pescadoras, inviabilizando direitos e potencializando atentados ambientais. Por isso, compreender a realidade de quem é beneficiário é indispensável.

Outra intensa preocupação é a passagem da responsabilidade da concessão do seguro-defeso a órgão do Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS. Além da limitação do número de sedes no País, também se

observa a alta demanda para os já atendidos pela Previdência, que pode levar a atrasos sensíveis na concessão de benefícios a quem possa precisar.

Aumentar a fiscalização para conceder benefícios é coerente, mas exigir que os pescadores que recebam tais benefícios sejam unicamente pescadores, quando muitos complementam a renda com diferentes funções, é colocá-los em uma situação de ilegalidade. Isso é inadmissível.

Portanto, estamos hoje aqui para debater quais as alterações necessárias do ponto de vista das classes trabalhadoras para melhorar essa medida. Proporcionar o diálogo dessas classes com o Governo poderia ter evitado tamanhos descompassos e aflição às famílias de brasileiros em todo o Território nacional.

Não podemos aceitar retrocessos em direitos conquistados com muita luta pelos trabalhadores.

Que o Senado possa ser os ouvidos e a voz de nossos trabalhadores e trabalhadoras em mais essa demanda.

Essas são as considerações iniciais da Presidência desta Comissão.

Aproveito a oportunidade para comunicar que o Presidente Paulo Paim esteve hospitalizado, passou por uma cirurgia. S. Exª veio trabalhar na parte da manhã, com esforço enorme, para presidir uma audiência pública desta Comissão. É bem possível que daqui a pouco a gente receba a sua visita de S. Exª, mesmo que em cadeira de rodas, para prestigiar os pescadores que participam deste evento.

De imediato, vamos ouvir o Sr. Raimundo Marcos Sousa Brandão da Silva, representante do Conselho Pastoral dos Pescadores, que terá a palavra por 10 minutos, com prorrogação de mais dois minutos.

Pela primeira vez eu serei rigoroso. Aqui, a gente é sempre muito maleável, mas temos horário para terminar esta audiência pública, e queremos, fazemos questão de ouvir todos os participantes.

Portanto, Sr. Raimundo Marcos com a palavra, por 10 minutos com prorrogação de dois.

Obrigado.

O SR. RAIMUNDO MARCOS SOUSA BRANDÃO DA SILVA – Boa tarde a todos, especialmente aos representantes das comunidades tradicionais pesqueiras de diversas regiões do País aqui presentes, acompanhando e lutando por seus direitos, pelo menos para que não haja perda de direitos que historicamente foram conquistados.

Inicialmente, é preciso manifestar a posição do Conselho Pastoral dos Pescadores sobre as recentes mudanças legislativas que trazem um forte impacto sobre a vida das comunidades pesqueiras no País.

O Conselho Pastoral dos Pescadores manifesta-se de forma crítica, contrária a essas alterações porque, em grande medida, essas alterações retiram direitos dos trabalhadores que, historicamente, foram conquistados com muita luta, com muita resistência, com muita força. É inadmissível que, de forma tão abrupta, sem nenhum tipo de discussão ou debate com a sociedade, esses direitos sejam suprimidos.

E gostaríamos de pontuar rapidamente alguns elementos que significam perda de direitos a partir dessas recentes mudanças legislativas, principalmente, a partir da Medida Provisória nº 64 e o respectivo decreto que a regulamenta.

Inicialmente, essa medida provisória impõe uma carência de três anos para o acesso ao direito do pescador ao seguro-desemprego, durante o período de defeso. Isso é absurdo por vários motivos.

Primeiro, é uma perda de direito efetiva. Até pouco tempo, esse período era de um ano. Isso já era bastante questionado pelos pescadores que, durante o primeiro ano de atividade, estava impedido de exercer um direito efetivo de ter sua subsistência garantida naquele momento, em que o Estado determina que é proibida a pesca em determinada região.

Ora, se a pesca é proibida em determinada região, como esses trabalhadores e trabalhadoras que sobrevivem da pesca vão sustentar a si e a suas famílias? Então, esse era um questionamento já feito, ao longo dos anos, por esses pescadores. E agora a situação ficou ainda mais grave. Impondo um período de carência de três anos, como esses pescadores e pescadoras vão sustentar suas famílias ao longo desse período extenso em que a pesca é proibida pelo Estado?

Isso trará, caso vigore, duas implicações muito graves. A primeira delas é colocar esses trabalhadores na marginalidade, porque não queiramos acreditar que esses pescadores vão obedecer uma legislação que lhes leve à morte, que lhes leve ao esgotamento das suas condições de vida, que impeça a sua sobrevivência e a sobrevivência de suas famílias.

Então, na medida em que esses pescadores vão exercer atividade de maneira contrária à legislação, esses pescadores estarão colocados na marginalidade. Isso vai trazer uma situação de criminalização e vai trazer uma situação de sofrimento social, que não é admissível, não é razoável. Não é possível aceitar uma mudança feita desse tipo. Notadamente, trata-se de uma alteração irresponsável na legislação, sem nenhum tipo de conhecimento de como funciona a sociedade ou a necessidade dos trabalhadores.

Uma segunda alteração gravíssima é a limitação de cinco parcelas para o acesso ao seguro-desemprego. Ora, se existem pescarias que são declaradas proibidas para o exercício da pesca durante seis meses, como é

possível limitar o seguro-desemprego a cinco meses? Significa dizer que, durante um mês, esses trabalhadores vão estar completamente descobertos, desprotegidos de seus direitos.

Igualmente, isso é uma maneira de empurrar esses trabalhadores para a marginalidade, empurrar esses pescadores para uma situação de criminalização que também não pode ser admissível. Essas mudanças, notadamente essas duas colocadas, implicam alto nível de sofrimento para os trabalhadores, porque, se respeitarem a legislação, vão passar necessidade e não vão poder sustentar suas famílias; implicam situação de marginalidade desses trabalhadores que vão ser obrigados a exercer atividades contrárias à lei.

Uma terceira modificação que nos parece importante destacar é a incompatibilidade entre o seguro-desemprego e o acesso às políticas de renda mínima, aos programas sociais do Governo a que essa população tem direito. Esses programas são frutos de lutas e conquistas dos trabalhadores. Não existe argumento razoável que explique o fato de o pescador receber o seguro-desemprego durante um, dois ou três meses e ele ser alvo da suspensão do acesso a esses programas sociais. Esses programas sociais estão vinculados a um nível mínimo de renda do trabalhador. O acesso ao seguro-desemprego não agrega renda familiar ao trabalhador, pelo contrário. O acesso ao seguro-desemprego apenas compensa o trabalhador de uma renda que ele já tem e que é mínima, uma renda mínima reconhecida pela sociedade.

Então, não existe justificativa para, no momento em que o trabalhador está proibido de exercer atividade e o Estado compensa o trabalhador em relação a essa renda que ele está proibido de captar, também ele seja penalizado com a suspensão desses programas de renda mínima que garantem efetivamente o acesso de seus filhos à escola, que garantem o acesso efetivo às políticas de saúde, às políticas básicas que a Constituição garante ao povo brasileiro e a que efetivamente o povo brasileiro não tem acesso. Essas políticas têm sido uma forma mínima de garantir o acesso a esses direitos constitucionais.

Um quarto elemento nos parece importante destacar, é o repasse do gerenciamento da política do seguro-desemprego para o INSS.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAIMUNDO MARCOS SOUSA BRANDÃO DA SILVA – O INSS já está saturado com a quantidade de beneficiários que se utilizam aquela estrutura. Repassar repentinamente para o INSS o atendimento a milhares de pescadores sem agregar à instituição condições estruturais e humanas que lhes garantam oferecer um serviço de qualidade é relegar esses trabalhadores a uma situação de sofrimento no acesso ao benefício.

Atualmente, o atendimento está sendo marcado para um período muito longo, e os trabalhadores possivelmente não tenham acesso ao benefício durante o período em que a pesca estiver impedida de ser exercida. Então, o que adianta o pescador, no momento em que estiver proibido de pescar, não ter acesso ao seguro-desemprego – esse seguro só vir posteriormente – e, naquele mês em que ele estiver impedido de pescar, ele não ter como garantir a sua sobrevivência ou estar numa condição de marginalidade, sendo obrigado a exercer a pesca contra a lei?

Outra situação que nos parece muito grave é a imposição do critério de atividade exclusiva e ininterrupta para o acesso ao seguro-desemprego.

A atividade pesqueira tradicional tem peculiaridades. Esses pescadores, ao mesmo tempo, exercem a pequena agricultura familiar ou exercem atividade em artesanato ou, eventualmente, exercem alguma outra atividade muito pontual para poderem sustentar suas famílias.

Então, não é admissível a exigência de exclusividade e de atividade ininterrupta para o acesso ao benefício.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAIMUNDO MARCOS SOUSA BRANDÃO DA SILVA – Peço só um segundo, para eu concluir.

E, como último elemento que destacamos na legislação e que nos parece muito grave é o impedimento. Os pescadores que não estão efetivamente engajados na captura do pescado – e, diga-se de passagem, na sua grande maioria, são mulheres; talvez, 50% dos pescadores, das pessoas que exercem a atividade, sejam mulheres –, mas que estão em atividades no entorno da captura, como a limpeza, a descamação, o congelamento, a comercialização, a filetagem, todos esses trabalhadores estarão impedidos, proibidos de terem acesso ao benefício. Isso vai trazer uma situação de caos para as comunidades, uma situação de extremo sofrimento e uma situação de exclusão das mulheres pescadoras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem! Foi muito boa a apresentação.

A composição da Mesa, só para esclarecer, deu-se em função dos que foram chegando aqui primeiro. O que primeiro chegou aqui foi o Secretário. Depois, foram chegando aqui os demais.

Já está aqui a Subprocuradora-Geral da República, Drª Deborah Duprat, que nos honra com sua presença.

Também estão presentes o Sr. Uelton Fernandes, que é pesquisador de políticas públicas, e o Sr. Valci Santos, que vão compor a segunda Mesa.

Por isso, estou aqui pedindo que vocês exerçam a capacidade de síntese.

Eu queria lhes dizer que essa medida provisória veio em função do ajuste fiscal. Olhem, o ajuste fiscal sempre arrebenta na cabeça dos trabalhadores. Vira e mexe, tem de se ajustar.

Só para entendermos o que é o ajuste fiscal, vamos imaginar uma família que ganha R$1 mil por mês. Aí ela gasta R$1,2 mil no primeiro mês e, como só recebe R$1 mil, fica devendo R$200,00. No segundo mês, gasta de novo R$1,2 mil e já tem R$400,00 de dívida. Quando chegar o quinto mês, ela está devendo R$1 mil, o mesmo que recebe. Aí essa família tem de fazer um ajuste, tem de apertar o cinto. Imagine se esse pai de família resolve apertar o cinto cortando a alimentação da família! Não é por aí, não é? Ele vai procurar economizar em outras despesas, menos na comida.

Esse ajuste do Governo me parece parecido com isso, pois, em vez de cortar em várias áreas que poderiam ser cortadas... Para vocês terem uma ideia, o Governo perde por ano R$100 bilhões em função do contrabando. Era só apertar as fronteiras. Bastava reduzir em 10%, em 15% ou em 20% o contrabando, que recuperaria o dinheiro e não precisaria mexer no direito de ninguém.

Então, há muitas áreas, como a da dívida pública. Por que não dá uma escalonada na dívida pública? Por que não reduz o custeio da máquina? Há várias alternativas. Mas não! Vai garfar exatamente daqueles que não têm saída. Ou seja, vai mexer na comida mesmo da família. Isso é muito injusto.

Dando sequência, vamos ouvir a Srª Josana Serrão Pinto, Coordenadora da Articulação Nacional das Pescadoras, que tem a palavra por dez minutos, com prorrogação de dois minutos.

A SRª JOSANA SERRÃO PINTO – Boa tarde a todos, ao povo que compõe a Mesa, a toda a Plenária e, por que não dizer, aos nossos amigos e irmãos de sangue e de fato, os pescadores e as pescadoras que estão presentes e aqueles que não estão presentes, mas que, de certa forma, estão nos nossos corações e na nossa luta!

Quero dizer que nós estamos passando por um momento de mudança, por um processo de transformação. Mas, para a nossa surpresa, ou, talvez, nem tanto para a nossa surpresa, porque, como trabalhadores, como pescadores e pescadoras artesanais, como povos e comunidades tradicionais, nós já vínhamos sofrendo isto na pele há algum tempo... O que a gente não quer é nos acostumar com a forma de transformação que vem chegando com essas mudanças. Dizem que vai melhorar, mas, na verdade, não tem melhorado. Muito pelo contrário. Essas mudanças vêm trazendo discriminação, preconceito, além do que os que já vivemos. Estamos enfrentando, um dia após o outro, mais dificuldade.

O Decreto nº 8.425 deixa bem claro que a intenção do Governo, a intenção com essa mudança que está aí parece que é querer nos exterminar de alguma forma, porque tiram o nosso direito e, sem nos perguntar, sem nos consultar nos dão nomes, nomes esse que não queremos usar, não queremos mudar nossa identidade.

Nós, mulheres, pescadoras, estamos sendo uma das vítimas. Deixam bem claro que, em vez de sermos pescadoras artesanais, estamos sendo trabalhadoras de apoio à pesca. Simplesmente colocam no papel e querem que obedeçamos, que aceitemos isso de forma tão injusta! E estamos aqui presentes para dizer que não é isso que nós queremos. A nossa luta é por liberdade. Não é por opressão. É por direito, e não por discriminação. Simplesmente, nós, mulheres, pescadoras, as que trabalham no marisco, aquelas que vivem sujas de lama, só quem sabe o que é um trabalho de pesca, o que é um trabalho de mariscar é quem realmente vive da atividade, é quem depende disso para sobreviver e quem tem isso como cultura. Esse, sim, sabe o trabalho que tem. Mas, simplesmente, não é isso que está colocado para nós. O que colocam para nós é que deixamos de ser pescadoras, deixamos de ser marisqueiras, e daquelas mulheres que ajudam a confeccionar os trabalhos de apetrechos de pesca dos seus esposos simplesmente é retirado o direito ao seguro-desemprego porque não são consideradas pescadoras.

Outra coisa que também ainda não conseguimos entender é até aonde isso vai chegar, porque, primeiro, começam tirando nosso pedaço de chão, implantando hidrelétricas, pisciculturas e tudo o mais, tirando o nosso *habitat*, tirando o nosso pedaço de chão, nossa moradia e, agora, tiram mais um dos nossos alimentos. Simplesmente quando dizem que nós não somos mais pescadoras e que passamos a ser trabalhadoras de apoio à pesca, estão tirando um direito nosso. Isso é algo com o qual não dá para nos conformarmos. Não dá para nos conformarmos com a situação que está aí!

Hoje, pela primeira vez estamos aqui. Mas, em outros Ministérios, em vários Ministérios nós já estivemos. Estamos colocando a nossa indignação diante do Brasil para dizer que pescadores e pescadoras artesanais – podem ter certeza, nossos amigos, nosso irmãos – não estão sozinhos. A nossa luta é em prol do direito. E é para esse direito que queremos que todos vocês que estão aqui presentes olhem com mais carinho e nos ajudem, porque mais do que nunca estamos precisando de ajuda.

É muito triste você olhar para o seu filho, olhar para o seu neto e dizer: "Hoje eu não vou te dar o que você está precisando, porque eu não posso te dar." Isso é demais! Para quem tem, para quem consegue até pagar

escola particular para o filho e tudo o mais não sente falta! Um salário mínimo não faz falta, porque ganha quatro, cinco, seis. Mas, para nós, que nem todos os meses chegamos a ganhar um salário mínimo, faz muita falta.

Uma coisa que não dá para passar em branco também é quando dizem que não dá para receber dois benefícios ao mesmo tempo, como o Bolsa Família e o seguro-desemprego. Ora, acho que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Não vai aumentar a renda, já que, naquele período de receber o seguro-desemprego, o pescador não vai estar exercendo atividade. Ele vai receber apenas um salário mínimo.

Então, que aumento de renda houve naquele mês para aquela família se ele está recebendo apenas um salário mínimo e essa Bolsa Família, que é um complemento da renda, está sendo retirada? E se essa família tem quatro, cinco, seis filhos e esses filhos adoecem? Se uma dessas crianças adoece ou os próprios pais, como é que fica? Sem contar que algumas regiões têm o seguro-defeso que só é recepcionado quando já está passando o defeso. Como é que fica essa família nesses quatro ou cinco meses de seguro-desemprego sem receber nada? Vai ser olhada como marginal, como criminosa, como por muitos nós somos olhados? Não é isso que a gente quer.

A gente está aqui para dizer que não é isso que a gente quer. Chega! E que a gente está na luta. A gente não vai ficar calado, de forma alguma. Não é isso que nós queremos, porque nós, como povos de comunidades tradicionais, merecemos respeito. Nós temos direito de ser consultados antes de qualquer decisão que tenha que ser tomada, mas, infelizmente, não é isso que vem acontecendo. Por conta dessa situação nós estamos aqui.

A minha palavra não é a palavra somente da Josana, mas é a palavra de todas as pescadoras e de todas as marisqueiras, daquelas que estão presentes e daquelas que não estão aqui.

A nossa vontade é de vencer e não aceitar tudo o que vem no papel, porque não é isso que a gente quer. Não é porque isso está aqui que a gente vai ficar calado, que a gente vai obedecer não!

Então, a nossa luta é essa, e é por direito e é por dignidade. É isso que a gente quer.

Eu não sei se já deu o meu tempo, mas eu já me sinto contemplada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem!

A execução do seguro-defeso está passando para o INSS. Então seria muito importante uma justificativa sobre as irregularidades cometidas, que correspondem a 0,005%, cinco centésimos do total do seguro pago. Seria importante que vocês nos explicasse como é executado hoje ou como era feito pelo Ministério do Trabalho, e agora como é que fica pelo INSS, para a gente tenha uma ideia, porque o objetivo da audiência pública é informar aos Senadores que a gente pode fazer algumas propostas, inclusive para melhorar a execução do seguro-defeso. O Ministério da Pesca fazia o registro, passava para o Ministério do Trabalho e este, em articulação com a representação dos pescadores, executava. Era mais ou menos isso. Mas explique direitinho, porque talvez a gente possa construir aqui uma proposta para que não vá para o INSS. Se for para o INSS... Já está no INSS, a não ser que a gente não aprove a medida provisória, mas já está valendo. A medida provisória passa a valer na hora em que é editada.

Passamos, então, a palavra ao Sr. Manuel Bueno dos Santos, Coordenador do Movimento dos Pescadores e Pescadoras.

O SR. MANUEL BUENO DOS SANTOS – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da nossa companheira Josana. Ao cumprimentar a Josana eu cumprimento todas as mulheres aqui na Plenária.

A gente precisa dizer um pouquinho do porquê de esse movimento haver surgido. Esse movimento surgiu devido ao fato de os pescadores estarem praticamente revoltados por uma única entidade neste País querer representar esses pescadores. Entidade essa que nós nunca nos sentimos representados por ela, nós não nos sentimos representados em momento algum e nós nunca vamos nos sentir. Essa entidade se chama confederação nacional. O presidente dessa entidade não é eleito por nós, pescadores. Ele é eleito pela federação das colônias. A federação é eleita pelas colônias, e nem todas colônias são eleitas por nós pescadores. A maioria dessas colônias passa de pai para filho. O pai foi presidente, hoje o filho é, e, em muitos delas, já estão os netos assumindo.

Então, nós queremos deixar bem claro aqui nesta Casa que nós não estamos contentes com qualquer que seja a entidade – Ministério da Pesca, Ministério do Trabalho ou Ministério da Previdência Social – que queira dizer que nos representa. Porque nós, pescadores deste País, os que estão aqui e milhares que estão espalhados por aí, estamos nesse movimento nosso porque não nos sentimos contemplados. Então, nós gostaríamos de deixar bem claro, nesta Casa de leis que é o Senado, e gostaríamos de deixar também para o Congresso, que passe isso para esses ministérios, que ainda acham que essa entidade nos representa, porque nunca nos representou e nem nunca vai nos representar. E nós queremos deixar bem claro isso aí, para que todos saibam.

A princípio, eu acho que isso é contra lei. Eu acho que a única profissão que pode ter uma só entidade representando. Quantas centrais sindicais existem aí? Eu, até hoje, não vi nenhuma central se impor e dizer que

representa tal categoria. Então, por que nós, pescadores, precisamos ser penalizados? Por que esses ministérios têm que enxergar só essa única entidade para nos representar? A gente deixa esse apelo aqui nesta Casa de lei, para que os Senadores e Deputados vejam isso com mais carinho.

E nós não conseguimos entender por que o Governo, para fazer um ajuste fiscal, como a gente já ouviu aqui, tem que penalizar o menos favorecido, o pescador, uma profissão que já existe até mesmo antes de descobrirem o Brasil? Quando descobriram o Brasil, os índios já estavam aqui e já pescavam para a sua subsistência. E nós sequer éramos reconhecidos. De alguns anos para cá é que nós passamos a ser reconhecidos. Tivemos, com muito sacrifício, alguns direitos. E esses direitos estão sendo violados. Isso a gente não consegue entender. Será que é por que nós somos mais fracos? Será que é por que nós somos minoria? Está enganado quem pensa desse forma. Nós somos muita e muita gente e nós não somos fracos. Na hora em que depender de nós mobilizarmos pessoas, nós temos um poder de mobilização muito grande. E nós precisamos deixar bem claro isso. (*Palmas.*)

Há uma diferença muito grande entre seguro-defeso e seguro-desemprego. Com relação ao seguro-desemprego, muitas vezes, o trabalhador está lá e força para que empresa o mande embora para receber o seguro-desemprego. O seguro-defeso é implantado pelo Governo para manter o meio ambiente com sustentabilidade. E nós estamos dispostos a acatar isso aí e respeitar muito, porque nós dependemos do meio ambiente para a nossa subsistência. Mas também precisamos ser reconhecidos.

Não podemos ficar seis meses sem pescar e só podermos receber cinco meses de defeso.

Não podemos retroagir. Era um ano para recebermos nosso defeso, e agora são três anos. E as pessoas que não têm os três anos? E outras que tinham um ano de carteira, receberam o defeso e este ano não vão poder receber? E como vão tratar dos filhos deles? Como vão colocar o leite e o pão na mesa para os filhos deles? Então, eu acho que é uma coisa que precisa ser analisada muito bem. Decisões como essa, quando forem tomadas, procurem ir às comunidades e ouvi-las. Não façam leis dentro de escritório, gente! Porque o maior erro que existe é não conhecer a realidade. Olhem o tamanho do nosso País. E aí se sentam num gabinete, fazem uma lei e ela é colocada para milhões de brasileiros poderem acatar.

Eu acho que já passou da hora de nós pararmos com isso. Até onde a gente sabe, nós estamos vivendo num país democrático, e isso aí precisa ser respeitado. E é só isso que a gente vem pedindo.

Quando se fala em seguro-defeso, Bolsa Família, são completamente diferentes. No seguro-defeso, nós paramos de trabalhar para podermos manter o nosso ambiente, conservando aquele espécie com que trabalhamos. O Bolsa Família é para que nós possamos continuar com nossos filhos estudando para ser um homem digno amanhã, o que eu acho que é o que todos nós, brasileiros, queremos para as nossas famílias. E todas as autoridades, todos os Parlamentares querem ver um país melhor. Até para dizer lá fora, nos outros países, que estamos num país que está a caminho do Primeiro Mundo. Então, essa visão é preciso ter, e é isso aí que vimos no dia a dia.

Nós somos um braço do Governo para este País. Se analisarem direitinho, temos mais de 15 Estados aqui presentes. Isso precisa ser reconhecido, precisa ser valorizado esse trabalho que fazemos nas nossas bases.

Então, isso nós trazemos com muita propriedade, com muito esforço e com muita vontade de fazer com que nós tenhamos um País melhor. Dias melhores virão. Estamos aí para trabalhar com esse intuito. Queremos que os senhores e as senhoras que estão com a caneta na mão valorizem esse trabalho, nos deem força para continuarmos lutando, nos deem esperança, porque chega ao ponto de pensarmos: "Será que vale a pena eu deixar de ir ao mar, vir a Brasília ou a outros Estados, nas minhas comunidades para nos reunirmos e dizer que está acontecendo isso?" Assim vimos fazendo.

Hoje, estamos numa luta tensa para colhermos assinaturas para transformarmos num projeto de lei uma reivindicação popular, que é a garantia do território pesqueiro. Nós queremos simplesmente continuar trabalhando, continuar mantendo uma tradição de nossos avós, que nossos pais fizeram e nós estamos fazendo. Queremos estímulo para continuarmos com nossos filhos. Porque, da forma que está sendo hoje, está nos desestimulando a incentivar nossos filhos a continuarem nessa luta, nesse trabalho da pesca, com essa vontade de estar colocando essa alimentação saudável recomendada pela Medicina na mesa dos nossos brasileiros. Todos nós sabemos que 70% do pescado que há na mesa do brasileiro é da pesca artesanal. Isso eu acho que precisa e deve ser levado em consideração.

Então, a única coisa que nós queremos é continuar trabalhando, que o Governo nos deixe trabalhar, mude um pouco esse modelo de desenvolvimento que está aí, esse modelo de desenvolvimento cruel, muito cruel, que nos tira – nós trabalhadores – dali. Implanta-se uma empresa de petróleo, implanta-se um gasoduto, implanta-se um porto, implanta-se um estaleiro, e aí lançam portarias dizendo que estamos acabando com o peixe, esquecem que as empresas que fazem pesquisa sísmica, através de som, com 100 a 120 tiros por minuto, espantam e matam nossos peixes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANUEL BUENO DOS SANTOS – Aí editam uma Portaria, a nº 445, dizendo que estamos acabando com o peixe, proibindo quatrocentas e tantas espécies de peixe. Isso nós gostaríamos de deixar, isso não estava aqui, nós estamos falando da Medida Provisória nº 665, mas não poderia deixar de falar da Portaria nº 445, porque está tirando nosso sono também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem! (*Palmas.*)

Vejam, esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela internet. Os pescadores, colegas de vocês, onde estiverem, poderão acompanhar, como as federações, as entidades de pesca, enfim. O endereço está disponível no meu perfil no Twitter: @capinosenado e, no Facebook também. O link pode ser alcançado no bit.ly/audienciainterativa. Em qualquer dessas páginas e também, ao vivo, pela TV Senado. É importante que a gente comunique, que saibam que o que vocês estão falando aqui deve estar chegando em várias áreas do Atlântico, na beira de rio. Quem tem antena parabólica acessa TV Senado pelo Brasil afora.

Dando sequência, convido para usar da palavra o Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais (Confrem).

O SR. CARLOS ALBERTO PINTO DOS SANTOS – Boa tarde a todos! Boa tarde a todas as companheiras!

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da companheira Josana e iniciar a minha fala, dizendo que este momento é de extrema importância e até histórico nesse processo mais recente de remodelação dos marcos legais que definem os direitos dos pescadores e das pescadoras artesanais no Brasil.

Não é de hoje, nos últimos meses e nas últimas semanas, nós, os pescadores, aqui representados pelo MPP, pela Comissão da Marinha, pela Articulação Nacional das Pescadoras, juntamente com o CPP e a ATR, a gente vem fazendo esse debate juntos ao Ministério da Pesca, buscando junto aos órgãos fazer um debate mais democrático, para que considere justamente a dimensão da pesca artesanal no Brasil, na hora de definir esses parâmetros legais.

Entretanto, não podemos deixar de pontuar que, na maioria das vezes, estamos correndo atrás de um processo. Ou seja, somos pegos de surpresa e, como sujeitos de direito, os últimos a saber. Em sendo assim, quando digo que este é um momento histórico também, é porque, pelo menos nesta questão da medida provisória, estamos tendo a oportunidade de discutir, pelo menos antes de ela ser aprovada, apesar de ela já estar valendo e criando muitos problemas nas comunidades tradicionais pesqueiras ao longo de todo o Brasil, seja no litoral, seja na área continental.

Lembro-me que, quando era garoto, nunca entendia, de meu pai e meu avó, quando ia à praia, no final da tarde, esperá-los chegar de jangada do mar, aquele processo, que era ritualístico, em que, toda vez em que eles chegavam do mar, nós, crianças e jovens, íamos à praia para ajudar a carregar o peixe para a terra e botar a jangada pra cima. E a primeira coisa que eles faziam, quando chegavam à comunidade, não era separar o peixe para vender, mas aquele que ia dar aos companheiros.

Isso tudo nós estamos sendo obrigados a mudar, porque o principal instrumento que me reconhece como um sujeito de direito, que tem o direito de pescar, diz que, se eu não comercializar, eu não tenho direito a ele. Estão entendendo? Ignora o conceito de povos de comunidades tradicionais; ignora essa ancestralidade; ignora essa cultura do compartilhar e do repartir, de trocar, de permutar – toma aqui o peixe, e você me dá a farinha. Não é assim nas comunidades?

O pescador artesanal, além de tudo, ele planta, ele colhe, ele beneficia mandioca, a batata e vários tipos de vegetais e ele também cria. É disso que dependemos para sobreviver. E esse modelo que nos estão impondo está fadando-nos à extinção, está direcionando-nos à extinção. A quem interessa o enfraquecimento da pesca artesanal? Será que aos aquicultores, como um companheiro falou de manhã, para ter mão de obra barata? Para nos transformar em empregados? Será que este País não se tornará mais pobre se deixarmos de existir também?

Então, hoje, ao longo do litoral do Brasil, ao longo das áreas pesqueiras, em todo o País, vemos uma angústia muito grande dos pescadores, das comunidades, em que a perda de direitos, a perda de territórios, está fazendo com que o nosso povo fique desesperado, iniciando um processo de reação, em que em uma reunião de colônia de pescadores, em que normalmente iam 200, 300 pescadores, vemos 1.500 pescadores dentro da colônia, mulheres com criança no colo, desesperadas por causa desses últimos procedimentos que estão sendo tomados e estão afetando os nossos direitos.

Trago essa reflexão, além do que os companheiros já falaram a respeito no que concerne ao direito, às violações que a medida provisória traz, mas acho que nós não nos podemos furtar, neste momento, do debate conjunto tanto da medida provisória quanto do decreto que regulamenta a Lei da Pesca, o Decreto nº 8.425.

Parece que tudo que termina em cinco agora é ruim para gente: a Lei nº 8.425, as Medidas Provisórias nºs 665 e 445. Daqui a pouco, vai ser o nosso número de azar. Quando houver cinco no final, é melhor ficarmos espertos.

Então, trago isso aqui, porque o Decreto nº 8.425, que regulamenta a Lei da Pesca – permitam-me, embora esta audiência pública seja para debater a medida provisória –, será tão ruim ou pior que a Medida provisória

Porque ele vai criar um racha nas nossas comunidades, vai criar uma cisão no meio da família, das comunidades tradicionais de pescadores.

A partir de hoje, eu, sendo pescador de camarão na minha comunidade, e a minha esposa, que beneficia o meu camarão para a gente vender, nós teremos regime de economia familiar diferentes. Sendo que antes não, nós éramos o mesmo regime de economia familiar. Mas pela nova proposição que aí está, que transforma em trabalhador de apoio ou em trabalhadora de apoio da pesca artesanal, quem não vai fazer a captura, mas quem está em casa, e que a pesca artesanal, essencialmente, depende disso para existir, da pessoa que faz o manzuá, que conserta rede, que repara embarcação, que nos ajuda a botar a embarcação para baixo e para cima, assim como os companheiros no litoral do Ceará, do Rio Grande do Norte e assim vai, a pesca artesanal não existe sem isso. E nós sempre nos reconhecemos como pescadores, mas agora vai vir alguém para dizer para a gente que nós não somos mais. Vocês estão entendendo? E, pior do que isso, violando direitos nossos. Ou seja, eu não vou ter mais direito a nada.

O debate é extremamente profundo, porque o Brasil é um País que está avançando para ser um País de Primeiro Mundo, mas está jogando no lixo as culturas que construíram esta Nação. E a gente não pode deixar isso acontecer. Somos nós que formamos isso.

Quando o companheiro aqui traz a questão de que nós produzimos 70% do pescado que vai para a mesa do povo brasileiro. A pessoa que está aqui em Brasília que vai comer uma lagosta, que vai comer um filé de badejo aí no restaurante, eu garanto que ela nem imagina quem foi que pegou aquilo. Talvez deve achar que aquilo foi feito em uma fábrica de manipulação de pescado, transgênicos e assim vai. Mas eu garanto que na hora que ele come um bife de boi, ele sabe logo que veio que veio de uma fazenda, que tem um fazendeiro, que é um grande pecuarista e assim vai. Ou seja, é uma categoria que tem uma importância tão grande para a sociedade e que não é valorizada e nem reconhecida. E a nossa forma de organização sempre foi imposta pelo Estado, desde a época da ditadura, na formação das colônias, onde se permite que a Marinha do Brasil tenha um braço forte dentro das nossas colônias e que tudo que a gente vive hoje é um reflexo disso.

Mas nós estamos aqui para dizer para o Parlamento, e aí Senador João Capiberibe, a gente agradece esse espaço, mas nós gostaríamos que o Senado assumisse isso como responsabilidade do Parlamento, de dizer um "não" a esse processo. Nós reconhecemos o avanço que a gente está tendo nesse novo diálogo com o Ministério da Pesca, mas as gestões anteriores não abriram esse diálogo. E por isso nós estamos aqui para dizer "não".

Hoje, na discussão que nós tivemos na Secretaria-Geral da Presidência da República, fizemos essas mesmas afirmações. Quem emitiu esta medida provisória foi o Poder Executivo. Então, pela lógica, eu não necessitaria nem estar aqui hoje dialogando com o Legislativo, para que essas mudanças fossem feitas, porque nós estamos dizendo que não fomos consultados, como sujeitos de direito do processo. Está entendendo?

Então, tudo isso que a gente traz dessa carga histórica, cultural, ancestral, desse modo de ser, de fazer, de transmitir saberes, ele está ameaçado. Não é uma questão, meramente, burocrática de caça às bruxas de que quem recebe defeso ou não. E é dessa forma que está sendo posto. Vocês precisam entender que o RGP, antes de tudo, antes de mais nada, ele é uma permissão de pesca. Se eu não tenho RGP, eu não tenho direito de pescar, eu não tenho o direito de sustentar a minha família. A medida provisória se conecta com outras ações que estão cerceando nossos direitos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO PINTO DOS SANTOS – Então, quando alguém diz pra mim que "a partir de hoje, você vai precisar de três anos de carência para poder ter acesso ao seguro-defeso, alguém está dizendo-me que eu vou me tornar um bandido, porque está me criminalizando". Porque não há pai de família que vai ficar em casa, de braço cruzado, sem receber o seguro-defeso, se seu filho está em casa com fome. Então, vai transformar boa parte dos pescadores em criminosos sim. Isso precisa ser corrigido.

Uma outra coisa importante, o seguro-defeso é uma compensação, é um reconhecimento do Estado pelo serviço que eu presto à Nação brasileira, que eu presto à sociedade; ele não é um benefício. Eu estou prestando um serviço para todos nós, para todos vocês. E o Governo tem que entender isso. E aí tirar os outros benefícios sociais, que são conquistas, desvincular do seguro-defeso também é um equívoco muito grande.

(*Soa a campainha.*)

Então, eu gostaria de concluir, reconhecendo que esse espaço é extremamente importante, e que a gente conta com o Parlamento na garantia de que essas mudanças, que vão influenciar negativamente o setor da pesca, elas não sejam implementadas, que não passem, que não sejam aprovadas pelo Congresso, e também

refletir que nós vivemos um momento de mudança, de disputa de modelos em que você vê aí, todos os dias na televisão, se questionar, se falar de corrupção, mas não se fala, nem se valoriza o trabalho dessa categoria que aqui está e de diversas outras categorias que existem neste País.

Então, assim como o Governo brasileiro, a sociedade não têm o direito de dissociar uma família de produtores, de trabalhadores da agricultura familiar, porque se entende que o marido que vai plantar, ele é tão pescador, ele é tão agricultor quanto a esposa que fica em casa debulhando o milho, não queiram transformar nossas famílias em mera categoria de trabalhos diferenciada. Eu não tenho, sinceramente, o menor interesse em fazer o debate sobre a questão do superávit primário; eu não tenho o interesse de fazer esse debate aqui.

O que eu quero que vocês reflitam é sobre o patrimônio que é essa categoria para a sociedade brasileira, a contribuição que se dá para a garantia da soberania alimentar deste País e das famílias de pescadores artesanais e o quanto este País será mais pobre, a cada dia que passa, com ações como essas.

Então, nós não estamos aqui para ficar de braços cruzados, nós estamos aqui para dizer que os pescadores, em todos os espaços em nível de Brasil, estão mobilizados. Nós nunca tivemos tantos pescadores participando das reuniões nas organizações como neste momento agora.

Daí a gente espera que o Parlamento possa nos ajudar nisso, assim como a gente espera que o Executivo também acate esse nosso anseio, esse nosso apelo, é que nós não aceitaremos retrocessos nas conquistas históricas que nós tivemos, porque já chega de o pescador ser tratado como penduricalho, como instrumento para votar e eleger Parlamentares, muitas vezes utilizando de forma corrupta o RGP. Mas nós fomos sempre os primeiros a dizer que não aceitamos a corrupção no RGP e somos os maiores interessados na conservação dos estoques dos recursos pesqueiros, porque é o nosso produto, é o nosso maior patrimônio. Agora não aceitamos também autoritarismo e que nos seja imposto uma responsabilidade que não é nossa. O Estado brasileiro precisa assumir uma responsabilidade que é dele.

Todas essas mazelas, todos esses problemas, todos foram fundamentados e foram consolidados a partir de um modelo de desenvolvimento que não valoriza a nossa categoria, que não valorizam os povos das comunidades tradicionais deste País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Considero que Carlos Alberto tem inteira razão.

Existem exemplos no mundo que mostram que os países que fecharam os olhos diante da destruição dos mananciais, fecharam os olhos e abandonaram as comunidades tradicionais, pagaram preços altíssimos.

O países do norte da África hoje estão infestados de piratas. E quem são os piratas? São ex-pescadores que não tiveram mais como pescar. Esgotaram-se os seus cardumes em função de acordos de pesca celebrados com países da União Europeia, que levaram os seus equipamentos ultramodernos e pescaram à exaustão, exterminando os cardumes, e aí, então, não restou a esses pescadores outra alternativa senão a pirataria.

Infelizmente essa é uma tragédia conhecida. Na medida em que você desrespeita essas comunidades tradicionais, que você interfere negativamente na vida dessas comunidades, você está destruindo a possibilidade de sobrevivência do país. Os pescadores artesanais não só são responsáveis pelos alimentos que chegam à cidade como também pela preservação dos cardumes. Essa que é a grande verdade.

Nós temos hoje aquicultura que ameça os manguezais. Todo mundo sabe disso. E os manguezais reproduzem a vida marinha. Não é só a aquicultura não. A pecuária também, em algumas regiões costeiras, está drenando os manguezais e acabando com essa possibilidade da reprodução da vida marinha.

Para fechar esta Mesa, concedo a palavra ao Sr. Clemeson José Pinheiro da Silva, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

O SR. CLEMESON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA – Boa tarde a todos!

Exmº Sr. Senador João Capiberibe, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Presidente desta audiência; companheiros, como a Josana, o Marcos, o Carlos e o seu Nego, que estava aqui, mas que agora saiu; senhoras e senhores presentes, eu havia preparado uma apresentação com uma explicação sobre o que o Ministério da Pesca vem fazendo em relação ao que foi interposto pela medida provisória, mas eu vou dispensar a apresentação, Senador.

Diante do que foi relatado aqui pelas pessoas que fizeram uso da palavra antes de mim, fica claro que, primeiramente, acredito que esta audiência devia ter uma representação mais ampliada por parte do Governo Federal. Não só o Ministério da Pesca deveria estar aqui presente, mas também outros ministérios que têm tanta responsabilidade quanto nós no processo tanto de fazer valer o que foi estabelecido pela medida provisória como também aqueles que criaram a medida.

Eu acho que, aqui, o Ministério da Pesca tem uma responsabilidade muito grande no processo, mas seria interessante que estivessem o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência e o ministério da área

econômica também, considerando que a medida provisória tem um viés econômico. Então, seria interessante que os representantes dos ministérios da área econômica estivessem aqui presentes, pois o debate seria bem mais aprofundado do que única e exclusivamente com a presença do Ministério da Pesca.

O Ministério da Pesca entende a sua responsabilidade a partir do momento em que o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) é a porta de entrada do processo. É por meio deste RGP que o pescador se habilita a exercer a atividade e receber os benefícios a que têm direito, a que fazem jus.

Portanto, cabe ao Ministério da Pesca definir medidas que vão estabelecer o real controle de quem acessa esse Registro. Nessas medidas, temos que verificar aqueles que realmente são pescadores e que devem fazer parte do nosso banco de informações, aqueles que devem receber a licença e fazer da atividade pesqueira o seu principal meio de vida, ou exclusivo meio de vida, ou que seja de uma forma subsidiária. De qualquer forma, para fazer uso do recurso pesqueiro eu tenho que ter o Registro Geral de Atividade Pesqueira, como estabelece a lei, porque o recurso pesqueiro é um bem público e para fazer uso dele tem que ter a concessão do Estado. Isso é o que preconiza a nossa Constituição.

Então, é preciso que o Ministério da Pesca tenha essa qualidade, essa capacidade de fazer com que o Registro Geral da Atividade Pesqueira seja executado e muito bem executado. Então, nós temos essa responsabilidade. E a responsabilidade do Ministério da Pesca passa pelo cumprimento do que está definido no escopo legal.

O Ministério da Pesca, quando define as regras para o Registro Geral da Atividade Pesqueira toma como base toda legislação que regula esse acesso, que regula o Registro. O Registro Geral da Atividade Pesqueira existe desde 1938, e vem passando de instituição para instituição. Foi regulamentado pelo Decreto nº 221, da Sudepe, em 1967, e recebeu uma reformulação com a Lei nº 9.959, de 2009. Esta lei – não vou entrar aqui no mérito do direito da tradição, Carlos, só quanto ao aspecto legal –, classifica o profissional de atividade pesqueira em pescador, em aquicultor, em empresário, em armador. Isso tudo recebe uma classificação dentro do Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Eu acredito que o que mais se coloca nesse momento como sendo uma violação ao direito é a falta de reconhecimento das comunidades tradicionais. Há um conjunto de medidas que são contraditórias no processo. E a não observação das leis que garantem os direitos das comunidades tradicionais, dentro do processo de definição dos critérios para o Registro Geral da Atividade Pesqueira, eu acho que é o grande problema que está havendo nesse momento.

Foram colocadas aqui várias questões relativas à Medida Provisória nº 665: carência de três anos, cinco parcelas como pagamento máximo para o seguro-desemprego, o seguro-desemprego x benefícios sociais, o pagamento pelo INSS, que é uma questão, desculpem-me, mas eu não tenho condições de falar a respeito, considerando que eu não sou o INSS e que ele pode muito bem definir qual a sua capacidade, em função da capilaridade que ele tem em termos da infraestrutura de que ele dispõe para atender isso. Eu não teria como falar sobre esse ponto. Foi colocada também a atividade exclusiva e ininterrupta – pescadores que não estão engajados na captura não teriam direito ao seguro-desemprego. Então, são regras que estão aqui definidas como sendo regras de acesso ao seguro-desemprego e não regras de acesso ao RGP.

Por isso é que eu vejo a necessidade de os Ministérios que pagam o seguro-desemprego estarem aqui, Marcos, para termos um debate bem mais aprofundado e ampliado. Nós poderíamos esclarecer melhor algumas dúvidas e alguns reclamos, que eu considero muito justos, e que vocês fazem.

Com relação à questão da manutenção da identidade como comunidade tradicional, eu acredito que nós precisamos na verdade de um aprofundamento na discussão. A partir do Decreto nº 8.425, que criou a categoria de trabalhador de apoio à pesca artesanal, nós precisamos definir como vamos regulamentar isso sem ferir os direitos do trabalhador, sem ferir os direitos do cidadão que vive em comunidades tradicionais. Mas também nós não podemos, no atual momento, no atual escopo legal, deixar de considerar a classificação que está ali posta.

O Ministério da Pesca, como falei, trabalha dentro que estabelece a estrutura legal. O trabalhador de apoio à atividade pesqueira está no decreto como sendo uma das categorias que estão classificadas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, que precisa ter um RGP. Mas, como eu falei inicialmente, nós precisamos aprofundar a discussão dentro de um escopo legal mais amplo, não única e exclusivamente dentro do que estabelece a Lei nº 11.959 e o Decreto nº 8.425. Precisamos aprofundar a discussão também em relação ao Decreto nº 6.040 e a outras estruturas legais que existem e que reconhecem as comunidades tradicionais no País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEMESON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA – Apresento uma fragilidade no Ministério da Pesca nesse momento, porque essa não é uma discussão que foi internalizada ainda nesse contexto.

Eu quero dar aqui até o meu testemunho, porque estou nessa atividade há 34 anos e, em nenhum momento, houve um reconhecimento pela pesca artesanal, muito embora a pesca artesanal seja, como foi dito

aqui, responsável por quase 70% da nossa produção. Nós temos um milhão de trabalhadores, mas nunca houve uma política voltada para o desenvolvimento e para – vou chamar assim – a proteção de uma categoria tão importante. Há, no entanto, uma intenção e um desejo, uma vontade do atual Ministro de que essa situação mude e de que venha trazer ao pescador artesanal aquilo que lhe é de direto, com a participação em políticas voltadas para esse segmento e o desenvolvimento delas.

A pesca artesanal ultrapassa os limites das reversas extrativistas, das populações tradicionais. Então, a política tem que ser ampla, no sentido de garantir que essa atividade permaneça e continue contribuindo de forma tão efetiva, como vem sustentando, nos últimos anos, a pesca no Brasil. O Ministério da Pesca reconhece isso. Reconhece também, nesse momento, que é preciso que haja uma participação mais efetiva da sociedade no processo de construção dessas políticas, tanto é que o Sr. Nego falou aqui com relação à representatividade.

A representatividade dos pescadores, na atual gestão, não está única e exclusivamente, Sr. Nego, com a CNPA. Está dentro de todas as representações, sejam movimentos, sindicatos, associações, e todos têm sido recebidos de forma muito positiva para que o pescador se sinta, no Ministério da Pesca, como se fosse a sua casa. Queremos que ele venha trabalhar e venha contribuir no processo de desenvolvimento da atividade pesqueira no País, que, e eu concordo com o que todos disseram aqui, é um segmento discriminado, é um segmento que não é reconhecido pela sua importância. Ele não é reconhecido pelo potencial que o País apresenta em termos de capacidade de produção pesqueira. Hoje, se classifica como sendo de pequena importância, de pequena avalia, mas ninguém enxerga o potencial que ele tem, ninguém enxerga os setores em que a pesca nacional pode produzir, inclusive a aquicultura.

Eu acredito que a aquicultura tem uma representação bastante significativa no que vai ser o futuro da produção pesqueira no país. Ela, bem regulamentada respeitando os limites sociais, ambientais que os territórios apresentam, pode ser conduzida e trazer desenvolvimento para o País, como muitos países têm apresentado, mas também há muitos grandes produtores mundiais à custa da degradação ambiental e do sacrifício das sociedades ribeirinhas e das sociedades que vivem nas regiões mais litorâneas dos países. Temos exemplos claros de países asiáticos que transformaram o seu ambiente em verdadeiras favelas, em função do mau uso ou do ordenamento mal feito da aquicultura.

Então, o que nós temos, aqui, neste momento, para colocar aos que estão compondo a Mesa é que o Ministério da Pesca está aberto a discutir. Não vamos, em nenhum momento, considerando que, no decreto, está definido e classificado como trabalhador de apoio à atividade pesqueira, construir nada que venha ferir os direitos ou desconsiderar o que está definido na estrutura legal de reconhecimento dessas comunidades. O Ministério da Pesca coloca-se, nesse momento, no sentido de ampliar e esgotar a discussão para que nós possamos avançar, juntos, no processo.

O Carlos colocou que o País fica mais pobre sem o pescador artesanal. Com certeza, essa comunidade representa muito em termos de cultura dessa comunidade. Vai se perder muito em termos de produção cultural, produção econômica, participação social, modelo de sociedade. Tudo isso são exemplos que a gente vem acompanhando. Reconhecemos o pescador artesanal como grande produtor de cultura, de modelo de sociedade, de desenvolvimento pessoal, econômico. Acho que existe necessidade de apoio, de participação maior do Governo nesse segmento.

Reconhecemos, e muito, isso e temos certeza de que vamos, ouvindo a sociedade, e todas as suas representações, avançar muito para que a pesca artesanal brasileira chegue ao patamar que ela merece.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado. Obrigado a todos os componentes desta Mesa. Nossos agradecimentos por terem atendido o convite desta Comissão.

Damos por encerrado esta Mesa, para começar uma segunda Mesa, que vou começar a compor imediatamente.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Convido para compor a Mesa a Srª Deborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República, Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; o Sr. Uelton Fernandes, pesquisador de políticas públicas; o Sr. Valci Santos, pesquisador da Universidade Federal do Pará; e a Srª Roseli Zerbinato, que é Coordenadora do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conape). (*Palmas.*)

Vamos começar, então, esta segunda Mesa, ouvindo o pesquisador da Universidade Federal do Pará, Sr. Valci Santos.

O SR. VALCI SANTOS – Boa tarde!

Primeiro, eu queria agradecer o convite da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para participar desta audiência, que, na verdade, trata de uma questão importante, que é uma categoria que, tal como na Mesa anterior afirmou, na verdade, tem sido muito segregada, ou marginalizada, nas questões das políticas

públicas, já que as políticas pesqueiras tradicionalmente são muito mais articuladas com a pesca industrial. A pesca artesanal fica, na verdade, numa situação muito marginal em termos de políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro.

Primeiramente, eu gostaria de me apresentar. Sou professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará. Na verdade, estou sendo convidado para participar desta audiência pública, em função mais do tema da minha tese de doutorado, que defendi recentemente, que é sobre acordos de pescas praticados por comunidades ribeirinhas da Amazônia. Fiz essa defesa de tese, em março, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os acordos de pesca, falando para pescadores artesanais, acredito que não sejam novidade, mas os acordos de pesca, por exemplo, na Amazônia, existem, praticamente, desde a década de 70, e surgiram em função dos conflitos para o acesso aos recursos pesqueiros. Houve vários conflitos sociais envolvendo o acesso aos recursos pesqueiros na Amazônia, sobretudo, por exemplo, perto de Manaus, na região do baixo e do médio Amazonas.

A região na qual pesquiso os acordos de pesca é a região do baixo Tocantins, que é uma região tradicional do Estado do Pará, uma das regiões de ocupação mais antigas da Amazônia, mas que foi muito afetada pela construção da barragem de Tucuruí, porque o barramento do Rio Tocantins, na verdade, atingiu muito essa região que fica a jusante da usina hidrelétrica de Tucuruí. Essa região sofreu bastante na sua economia ribeirinha, na sua economia de várzea, sobretudo na pesca artesanal. Os dados da própria Eletronorte indicam que o pescado comercializado nessa região sofreu um decréscimo de 85%, em função da barragem de Tucuruí. Claro que há outros motivos também que atingem a pesca artesanal nessa e em outras regiões. A sobrepesca, por exemplo, certamente está associada a isso.

Os acordos de pesca, na verdade, foram muito motivados por problemas de sobrepesca. A partir da década de 60, várias inovações no setor pesqueiro, como a introdução do barco a motor, de fio de náilon nas redes, das geleiras, etc., fizeram, na verdade, com que o conflito para o acesso aos recursos pesqueiros atingisse níveis cada vez mais alarmantes, inclusive causando até mortes. Os primeiros acordos de pesca de que se tem notícia foram praticados na região do baixo Amazonas, sobretudo na região próxima de Santarém, no início da década de 70, em 1972 e 1973. No caso do baixo Tocantins, que é a região que pesquiso, iniciaram-se logo após a construção da barragem de Tucuruí, por volta de meados da década de 80.

Os acordos de pesca, na verdade, não têm uma associação direta com o seguro-defeso, mas têm uma associação direta com política ambiental, principalmente com políticas de participação social. Uma coisa que realmente me chamou a atenção, porque não sou especialista em pesca artesanal, quando fui pesquisar as questões relativas a problemas sociais e movimentos sociais da região do baixo Tocantins, foi justamente o fato de essas iniciativas serem de comunidades ribeirinhas, famílias ribeirinhas, sem apoio do Poder Público. Na verdade, nessa região, o apoio que existe nos acordos de pesca é muito em função de apoio por parte da colônia de pescadores, no caso as colônias de Z-16, a colônia do Município de Cametá, da Igreja Católica e de outras igrejas que participam desse processo de organização de movimentos sociais nessas regiões.

Na verdade, os acordos são uma forma muito avançada de gestão de recursos naturais, gestão feita pelas comunidades ribeirinhas e pelas comunidades pesqueiras, e, por isso, essa gestão de recursos naturais é considerada a mais eficiente, é a gestão em que a comunidade, a sociedade civil gere os próprios recursos. A economista norte-americana Elinor Ostrom, que ganhou um Prêmio Nobel de Economia, em 2009 – na verdade, foi a única mulher que até hoje recebeu o Prêmio Nobel de Economia –, notabilizou-se exatamente pela tese de que a gestão de recursos naturais, ou gestão de recursos comuns, como ela coloca, alcança eficiência quando a participação da sociedade se faz presente na gestão direta desses recursos. Ela vai contra uma afirmativa, naquela época, uma ortodoxia que dizia que a gestão de recursos comuns era baseada na tragédia dos comuns, porque, na verdade, quando a sociedade ou a população local gere recursos, leva ao esgotamento. Ela provou justamente o contrário. Os acordos de pesca são a prova disso. Os acordos são arranjos institucionais contra a pesca predatória, praticada por comunidades ribeirinhas, comunidades pesqueiras.

Pesquiso isso muito na Amazônia, mas acredito que, em outras regiões brasileiras, também exista um acordo de pesca, só que, na Amazônia, isso tem uma importância muito grande, sobretudo nas águas interiores da Amazônia, ao longo da calha do Amazonas, nos seus afluentes principais, como é o caso do Tocantins. Essa gestão de recursos pesqueiros se tornou muito eficiente, mas, na verdade, existem vários problemas.

O grande problema dos acordos de pesca é que, por serem uma iniciativa da sociedade local, dos pescadores, das comunidades ribeirinhas, não têm o apoio direto do Estado. Não existe uma política pública que dê amparo.

A partir de 1997, o Ibama tentou inserir os acordos de pesca dentro das políticas participativas de gestão de recursos naturais. A partir daí, alguns acordos, sobretudo na região do baixo Amazonas, começaram a

ser regulamentadas através de portarias do Ibama. No entanto, vários outros acordos estão fora, ainda, dessa regulamentação. Os próprios acordos, por exemplo, da região do baixo Tocantins, que são dezenas de acordos, não tiveram essa regulamentação, não obstante você ter acordos desde meados da década de 80. Então, na verdade, a contribuição que os acordos de pesca podem trazer a esta discussão...

A fala anterior, do Cláudio, que estava representando a Associação de Representantes das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, quer dizer, do Carlos, desculpe-me, trouxe questões muito relevantes, assim como os demais componentes. Mas, a questão cultural, por exemplo, das tradições culturais ancestrais está muito presente, inclusive, nesses acordos, porque esses acordos são a base de uma relação de confiança, são relações de reciprocidade, que justamente ocorrem entre pessoas que têm confiança e se conhecem entre si. Nas políticas, por exemplo, de proteção ambiental, nas políticas que, na verdade, trabalham com a questão da preservação ambiental, é necessário você introduzir a sociedade e as populações locais, as comunidades pesqueiras, dentro da gestão para que ela se torne, na verdade, eficiente. A articulação, por exemplo, dos acordos de pesca com políticas de proteção ambiental e também com o seguro-defeso vai certamente tornar muito mais eficiente a própria gestão do seguro-defeso. Na verdade, o objetivo do seguro-defeso é a proteção das espécies pesqueiras no seu período de reprodução, em áreas de reprodução. É justamente aí, por exemplo, que os acordos de pesca costumam atacar, nessa questão da eficiência da gestão, justamente nas áreas de preservação de recursos pesqueiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALCI SANTOS – Outra coisa em que os acordos de pesca também se notabilizam é a dimensão cultural, o que realmente me chamou muito a atenção.

Quando comecei a pesquisar, sobretudo em algumas regiões, como, por exemplo, Jaracuera Grande, uma localidade ribeirinha de Cametá, eu percebi que era uma comunidade sem nenhuma tradição organizativa, não havia nem centro comunitário, associação comunitária. No entanto, hoje, é uma das localidades que tem mais sucesso na gestão dos acordos de pesca. Por quê? Primeiro, porque existem poços de reprodução de uma espécie de peixe muito apreciada na região, o Mapará.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALCI SANTOS – As famílias ribeirinhas se organizam, no acordo de pesca, muitas vezes, para conseguir pescar esse peixe que faz parte da sua tradição culinária, de uma cultura culinária. Na verdade, eles pescam esses peixes não para vender, com o intuito comercial, e, sim, para satisfação familiar, para a preservação de uma cultura culinária.

Então, acho que essa questão precisa ser transversalizada nas políticas ambiental e no seguro-defeso também. Não é, na verdade, retroagir nessa política, mas avançá-la, na verdade. Eu acho que a discussão que está sendo colocada é mais neste sentido: você não pode retroagir direitos, sobretudo na política ambiental e nessa questão de manter pelo menos uma possibilidade de renda para famílias de pescadores que não podem pescar no período do defeso, de reposição de espécimes. Acho que articular com políticas de gestão de recursos a partir da própria...

(*Interrupção do som.*)

O SR. VALCI SANTOS – Alô? (*Pausa.*)

Eu acho que seria, na verdade, uma das formulações de sucesso para que o seguro-defeso se torne mais eficiente ainda. Essa é a minha contribuição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Duas pessoas ventilaram os danos provocados pelas barragens em relação à pesca. O mais estranho é que, num país com a dimensão do Brasil, com uma costa atlântica de mais de 7 mil quilômetros, com uma luminosidade única, um país tropical, com uma incidência de luz solar fantástica, não conseguimos mudar a matriz energética. O que leva o Brasil a optar pela matriz hídrica? Não tem outra explicação, os barrageiros. Mesmo eles presos, continuam tendo uma influência enorme. Talvez se prenderem o resto, a gente consiga mudar isso não é?

Porque não é possível! A possibilidade que nós temos, que outros países vêm mostrando, com impactos ambientais reduzidos, para atender a necessidade, incluindo as comunidades isoladas que hoje não recebem energia elétrica, é enorme, mas o Brasil insiste numa política voltada para poucos, para atender aos barrageiros, à indústria da construção civil. É algo que, mesmo diante dessa crise que nós estamos vivendo, nós não conseguimos colocar na agenda de discussão. Falo da necessidade de mudança da matriz energética. Aliás, o que está na agenda é uma enorme cortina de fumaça. O que está na agenda? A redução de direito dos trabalhadores, o projeto de lei aprovado na Câmara que terceiriza as atividades meio, as atividades fins, que terceiriza tudo, a redução da maioridade penal, o código da família, que estabelece regras de um país de cem anos

atrás, enfim, uma agenda terrível, uma agenda conservadora, uma agenda que não tem interesse nenhum. Em que vai reduzir a violência a redução da maioridade penal? Se alguém me provar que vai reduzir um crime a menos, eu poderia até apoiá-la, mas não tem nenhum significado, apenas, em uma situação de crise geral, se emocionaliza o debate e se mobiliza em torno disso. Enfim, infelizmente esta é a realidade que nós estamos vivendo, mas nós temos preocupações concretas: energia, economia que encolhe, os empregos que desaparecem, como é que nós vamos... Essa é que é a agenda sobre a que nós deveríamos estar debruçados e debatendo.

Dando sequência, eu gostaria de convidar o Sr. Uelton Fernandes, que é pesquisador de políticas públicas.

O SR. UELTON FERNANDES – Boa tarde, Senador Capiberibe, colegas aqui da Mesa, companheiros e companheiras pescadores e pescadoras que estão aqui presentes e representante do Ministério da Pesca.

Eu queria abordar o tema, mas minha atividade é mais na área legislativa, de formulação e de assessoria parlamentar. Então, a minha preocupação maior é acompanhar, dentro do Legislativo, os processos, os procedimentos e ajudar os companheiros a refletir e a elaborar um pouco melhor as redações da legislação brasileira. Minha atividade, nesses últimos doze anos, tem sido nessa área de assessoria parlamentar. Já tive oportunidade de fazer reuniões com os companheiros do movimento, refletindo sobre a proposta do projeto de lei, sobre os territórios pesqueiros, porque eu acho que é uma iniciativa extremamente importante. Espero que a gente consiga, um dia, aprovar esse projeto de lei aqui na Casa, no Congresso.

No que diz respeito à Medida Provisória, eu começaria dizendo que, do meu ponto de vista, esta Medida Provisória, aliás, a dupla 664 e 665, foi um grande equívoco do Governo, no final do ano passado, porque mexe com temas que dizem respeito justamente às populações mais pobres e que envolvem, deveriam envolver um debate muito grande, antes de se fazer qualquer medida açodada, como foi feito no rompante do final de 2014, sob a justificativa de que, se não fizessem no final de 2014, não poderia ser feito em 2015, em função da legislação de responsabilidade fiscal e legislação tributária, uma vez que mexia também neste campo. Essa, pelo menos, foi a justificativa apresentada para ter editado desta forma as duas medidas provisórias.

Então, eu acho assim, foi um grande equívoco, deveria ter havido um procedimento de debate. Isso que está acontecendo de forma açodada e aperreada, como dizia o outro, agora no Congresso Nacional, deveria ter sido feito antes de editar tais medidas.

O segundo aspecto é que, no caso específico dos pescadores, nós entramos nessa medida provisória, digamos assim, como gaiatos na história. Por que eu digo que é gaiato? Porque o grande objetivo era fazer o ajuste econômico, então em função do seguro-desemprego, em função da conjuntura econômica, dos gastos, que tinham se elevado, do déficit, que já aparecia no FAT, segundo a justificativa dos últimos balanços do Governo.

Então, esse era o grande centro. Os pescadores, se vocês olharem a justificativa que encaminhou a medida provisória para a Presidenta assinar, assinada pelos Ministérios, são quatro linhas dizendo assim: "aproveitamos aqui e incluímos também os pescadores". É isso que está lá, quatro linhas. Então, aproveitamos aqui o embalo e incluímos os pescadores.

E eles incluíram com uma visão, e eu acho que é aí que nós precisaríamos aprofundar o debate, equivocada do que é o seguro-defeso. Se vocês olharem lá a justificativa, eles não falam de seguro-defeso, eles falam de seguro-desemprego do pescador.

Então, a medida provisória trata o seguro-defeso como um seguro-desemprego do pescador e, aí, tenta fazer uma série de ajustes, nos mesmos moldes do outro seguro-desemprego, que é o tradicional para o assalariado. Então, esse é o primeiro grande equívoco, para mim, que esta ali contido.

E isso me traz um debate, que é o seguinte: qual é a natureza do seguro-defeso? É isso que nós precisamos resolver. Sem resolver isso, a gente não resolve. Então, se você vai pesquisar e olhar, você vai ver que ele é tratado pelo Governo, passa a ser tratado como um seguro-desemprego, que não é. Porque não é essa a natureza dele, você recebe não porque perdeu o emprego ou porque você foi demitido, enfim.

Ele também... Alguns, aqui na Mesa foram usados esses termos como uma indenização. Ele tem um certo aspecto de caráter indenizatório, compensatório, porque você perde uma renda, então você compensa, naquele período, aquela renda que o pescador perdeu.

Mas ele também, para mim, não é a essência do seguro defeso. Para mim, o seguro defeso... Aliás, e um outro equívoco que está sendo cometido na medida provisória, e aí por isso o debate em torno do INSS, é que a medida provisória caminha para transformá-lo em um benefício previdenciário. O que é mais grave ainda porque, aí, só vai ter acesso quem pagar a previdência. Olha, essa é uma regra de benefício previdenciário, então, independente de você estar recebendo ou não, ele perde até inclusive o caráter indenizatório dele.

Esse é o problema. Não é só levar para o INSS. Está se levando para o INSS porque ele está tomando um caráter de benefício previdenciário que ele não é, ele não tem essa natureza. Do meu ponto de vista, a natureza do seguro defeso é uma compensação, é um pagamento que a sociedade deve fazer ao pescador pela preservação ambiental naquele período. Porque quem decreta e quem proíbe é o Estado, em nome da sociedade,

dizendo: "olha, você não pode pescar tal peixe ou tal crustáceo". Em função de quê? "Porque, neste período, nós precisamos preservar essa riqueza, que interessa a toda a sociedade".

Ora, na medida em que eu estou proibindo alguém de exercer uma atividade legítima, protegida pelo art. 5º da Constituição, que garante a todos o exercício de uma atividade profissional e econômica, a liberdade para exercer isso, a sociedade tem que compensar ou tem que resguardar aqueles que estão sendo prejudicados por essa proibição. É um custo que deve ser imputado a toda a sociedade. Não é um custo que tem ser imputado ao pescador, porque ele não é um benefício previdenciário, nem deve ser imputado a uma parcela da sociedade, porque não tem caráter meramente indenizatório.

Então, se nós não corrigirmos essa rota em relação à natureza do que é o seguro-defeso, nós podemos até remendar aqui e acolá, mas não vamos encontrar solução para o que ele deve ser, nem para qual deve ser a fonte de financiamento dele, que eu acho que não tem o ser o FAT, mas outro fundo, e tem que ser um fundo, tem que haver participação de outras fontes, como o Fundo do Meio Ambiente, principalmente, que deveria estar custeando esse defeso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. UELTON FERNANDES – Então, essa, para mim, é a questão essencial que a gente precisaria corrigir.

O Relator – se me permite, como eu acompanho – já divulgou um relatório, o primeiro a que tive acesso. Ele avança em algumas questões, mas nessa, essencialmente, não mexe e não avança. Então, não consegue corrigir, por exemplo, a questão do INSS, e, me permitam, esse não é só um problema operativo do Estado, e isso também é um problema, porque o INSS não tem ponta, não tem fiscalização e não tem capacitação para operar a fiscalização desse seguro-desemprego. Isso aqui vai ser uma burocratização e um jeito de barrar o pagamento.

Outros aspectos importantes em que já se conseguiu um certo avanço nas conversações com o Relator, pelo que vi do último relatório divulgado oficialmente na Comissão, que foram tocados aqui na Mesa e que precisaríamos aprofundar, são os aspectos de quem pode acessar. Aqui, entra um problema conjugado com o problema da fiscalização.

O mais correto, do meu ponto de vista, era ter concedido uma moratória aqui nessa situação, no sentido de nós termos um recadastramento geral. Desculpem-me, mas o RGP é mais furado do que peneira. Não tem jeito, é mais furado... Tem motorista de ônibus com RGP no bolso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. UELTON FERNANDES – Pode ter.

Então, do ponto de vista da caracterização para acesso ao benefício, o RGP é mais furado do que uma peneira. Não estou dizendo que ele é errado, mas que é furado. Ele não pode ser o principal.

Aí, nós temos que rever algumas coisas na legislação. Por exemplo, nós temos a Lei Geral da Pesca, que traz uma séria categorização, e a 11.326, que traz outra série de categorização também do pescador artesanal, dentro da economia familiar, e que é a Lei que aborda isso. Esses aspectos estão todos desconsiderados, principalmente os da 11.326, na Medida Provisória, o que precisaria, de certa forma, ser resgatado como um critério. Além disso, estabelecer um prazo antes de simplesmente dizer "só três anos para ter acesso" ou "só um ano para ter acesso". Teriam que estabelecer um prazo de recadastramento desse benefício, uma espécie de moratória para ajustarmos as posições. Não dá para estabelecer da forma como está sendo estabelecido.

Outro aspecto importante que as companheiras levantaram aqui na Mesa é a caracterização entre o tempo de duração do benefício e o período em que se deve observar o defeso. Esse descasamento está presente na Medida Provisória. Na primeira versão, tinha sido parcialmente consertado, mas não estava totalmente resolvido no relatório.

Por fim, eu penso que nós deveríamos verificar a parte dos critérios de credenciamento, e tem um que me preocupa sobremaneira, que é a exigência da pessoalidade para requerer o benefício. Isso significa que o pescador, em alguns lugares, vai ter que viajar 400 quilômetros de barco para, pessoalmente, entregar um punhado de papel ao INSS, que vai avaliar burocraticamente aqueles papéis, não vai ter noção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UELTON FERNANDES – ...e dali a seis meses não recebeu e nem vai receber o seguro-desemprego.

Então, seriam alguns aspectos importantes que eu considero relevantes para se fazer o debate. Teriam outros aqui, mas o tempo urge. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Já que o Sr. Uelton Fernandes levantou a questão do INSS, em função das dificuldades e da falta de capilaridade, eu recebi, aqui, um *e-mail* do Presidente do Sindipesca de Manaus, Pedro Hamilton Prado Brasil, dando informações da situação.

Se o pescador artesanal for habilitado pelo INSS, no Amazonas, será um caos. As agências ficam a dezenas de quilômetros [eu diria centenas de quilômetros, ele está economizando aqui] das bases municipais. Poucas

são as agências no Amazonas, além de a internet não funcionar para o agendamento de eletrônicos. Nas questões das notas das vendas do pescado, os pescadores não terão condição de obtê-las. Não tem quase nenhuma empresa para que possamos obter as notas. Se deixarmos de pagar o INSS uma vez por ano, para pagar mensalmente, será quase impossível pagar. Além das dificuldades encontradas, as lotéricas são raras nos Municípios.

No mais, quero, novamente, agradecer.

Pedro, pescador Presidente do Sindicato de Pescadores de Manaus.

Então, é evidente que quem vive nas regiões isoladas do País, que não têm acesso por internet, não têm agência do INSS, vai ficar, imediatamente, já está, fora, está completamente fora do alcance do pagamento.

Por isso, eu acho que talvez fosse o caso de nós formarmos aqui uma comissão para que pudéssemos fazer uma proposta de execução do seguro-defeso, mesmo que seja pelo Ministério da Pesca, inclusive. Se nós tornarmos a execução dessa atividade transparente, com a participação das comunidades locais, o que é possível hoje, teremos uma solução ágil, eficiente e livre, completamente livre de... Completamente eu não diria, pois o ser humano sempre dá um jeito de... Mas as irregularidades se reduziriam muitíssimo.

Eu acho que tem, sim, a possibilidade de construirmos uma política de execução transparente do pagamento do seguro-defeso, com participação das comunidades locais.

Dando sequência, eu gostaria de passar a palavra para a Srª Roseli Zerbinato, que é Coordenadora do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura.

A SRª ROSELI ZERBINATO – Boa tarde, Senador. Boa tarde, todos os presentes na Mesa e, principalmente, pescadoras e pescadores presentes, no auditório, que vieram ouvir mais sobre uma lei, uma medida provisória que tem um impacto direto na vida de vocês.

Eu sou do Ministério da Pesca. Sou Secretária-Executiva do Conselho Nacional da Pesca. Na primeira Mesa, foi o Clemeson, que é o Secretário de Monitoramento e Controle. Também a Secretária-Executiva estava aqui representando o Ministério e falou várias questões.

A parte mais legal, o aspecto mais legal, organizativo, tanto da lei quanto do RGP, eu não vou abordar, mas o que eu quero colocar é a questão da participação social nesse processo, porque, quando o Governo pensa numa determinada lei, tem que pensar, também, como que isso afeta a vida das pessoas. Então, o ideal é que essa lei, antes de ser publicada, seja conversada o máximo possível, seja muito bem conversada, esmiuçada. Só que não ocorreu isso com essa medida provisória. Não ocorreu. Foi no final do ano. Então, agora, nós estamos reunidos para tentar minimizar os impactos negativos que ela pode causar na vida de todos vocês. Eu acho muito importante que a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado esteja fazendo esta audiência pública. Eu acho que também os outros órgãos do Governo tinham que estar aqui. Parece que estão fazendo audiências separadas, não sei. Mas é importante, porque não fomos nós, do Ministério da Pesca, sozinhos. Na verdade, há um conjunto de Ministérios envolvidos.

O que nós estamos conversando ultimamente é sobre o novo decreto do RGP. Esse novo decreto do RGP tem várias categorias colocadas: pescador profissional artesanal, pescador profissional industrial, pescador amador. Eu acredito que houve um avanço, que foi a questão do decreto ter a linguagem inclusiva de gênero – usou "pescador" e "pescadora". Porém, em conversas com o movimento, nós vimos que essa nova categoria de trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal... Na verdade, vocês estão nos dizendo que isso está ferindo e violando os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Isso, para a gente, foi uma coisa muito forte, muito forte. Nós conseguimos conversar com o Ministro Helder Barbalho, e ele entendeu. Nós conseguimos externalizar todas as conversas que nós estamos tendo com os movimentos, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, a Articulação Nacional das Pescadoras, a Confrem, a Secretaria das Mulheres da Confrem, a ATR, a Comissão de Pastoral dos Pescadores. Nós estamos conversando bastante. O Ministro ficou muito sensibilizado e pediu que nós discutíssemos até esgotar todas as possibilidades. O que significa essa nova categoria à luz desse olhar de povos e comunidades tradicionais? O que significa ser de comunidades tradicionais? Muitas vezes, um técnico fica no gabinete. Vocês falam muito isso, e acaba sendo uma verdade. Nós precisamos conhecer a realidade. Nós precisamos estar nos locais onde vocês moram, conversar, vivenciar, antes de fazer uma lei. Isso é o ideal, mas infelizmente não é isso que acontece sempre. Agora, o Ministro Helder Barbalho pediu para que a gente discutisse isso e tentasse encontrar uma solução.

Semana passada, nós conversamos primeiro lá dentro do Ministério. Lá dentro há muitas pessoas que trabalham com a pesca por muitos anos. Mas nós temos que ter esse olhar. O que são povos e comunidades tradicionais? Acho que é uma questão até de humildade colocar isso aqui na mesa: nós, do Ministério da Pesca, não temos uma política exclusiva, uma política voltada especificamente para povos e comunidades tradicionais, não é, Clemeson? Nós detectamos isso. Mas nunca é tarde e, com essas reflexões que vocês nos trouxeram, nós queremos, sim, ter condições de elaborar políticas públicas voltadas para esse segmento. Esse segmento de povos e comunidades tradicionais da pesca representa quantos pescadores e pescadoras? Nós acreditamos

que seja em torno de 200 mil pescadores e pescadoras. O fato é que vocês batem à nossa porta, à porta do Ministério da Pesca. Vocês não vão à Previdência, ao MMA. Vocês vão à nossa porta, e temos que ter políticas públicas voltadas para vocês.

Então, nós estamos conversando, já fizemos uma primeira conversa sexta-feira, envolvendo alguns órgãos do Governo, alguns ministérios, que já têm uma discussão acumulada sobre isso, que foi o MDA. Eles fizeram, inclusive, a Lei da Agricultura Familiar, com esse olhar voltado para comunidades e povos tradicionais, que acho que eles reconheceram, em algum ato normativo. Fizemos, então, com o MDA; com o Ministério do Desenvolvimento Social; com a Secretaria-Geral da Presidência, inclusive a Magda, que está aqui no plenário, estava lá ajudando nessa conversa; com o Instituto Chico Mendes, que tem uma Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais; e nós, do Ministério. Essa primeira conversa foi muito boa, porque abriu alguns aspectos que temos que trabalhar mais. Infelizmente, a Administração Pública não é rápida como nós gostaríamos, mas temos que ter a capacidade de caminhar paralelamente à burocracia. O processo tem que caminhar paralelo, temos que fazer as conversas e temos que, na prática, implementar políticas públicas que mudem a vida de vocês para melhor. Então, temos uma agenda de discussão. Nesta quinta-feira, dia 30, vamos discutir com dez representantes do movimento e o Governo sobre essa categoria específica, trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal, porque há um prazo para esse decreto ser regulamentado.

Quero dizer que o Estado tem que garantir os direitos das pessoas, tem que garantir os direitos dos povos e comunidades tradicionais, de vocês. Nós estamos à disposição. Esse diálogo, o Carlinhos e alguns comentaram que nós estamos com o diálogo aberto. Nós queremos cada vez mais aprofundar esse diálogo, mas, para esse diálogo ser efetivo, tem que realmente produzir resultados, se não só vai ficar no discurso, sem produzir resultados. Então, estamos com as portas abertas. Vocês podem bater lá. Estamos à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado. Temos a última intervenção nesta audiência pública, em que se discute a medida provisória que tenta reduzir direitos dos trabalhadores, não só da pesca, mas também de forma mais ampla. É evidente que nada justifica que se tirem daqueles que mais necessitam na hora da dificuldade: o Governo vem e garfa daqueles que não poderia fazê-lo.

Convido para usar da palavra a Subprocuradora Deborah Duprat.

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Boa tarde a todas e todos.

Senador João Capiberibe, minhas homenagens por esse espaço da Comissão de Direitos Humanos do Senado, também extensivas ao Senador Paim, e a minha homenagem especial ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, que toda vez me encanta, pela capacidade de articulação, pela capacidade de acionar espaços públicos, de trazer para os espaços públicos os mais diferentes atores, com as mais diferentes percepções do problema. Isso é louvável, são poucos os movimentos que têm essa organização. É um movimento, de fato, de natureza nacional. Como o senhor viu, acabou de chegar uma correspondência do Amazonas. Eles estão espalhados pelos mais diversos Estados. Há um vídeo belíssimo sobre essa atividade que desenvolvem.

É uma vitória a ser celebrada que, aparentemente, pescadoras e pescadores artesanais conquistaram corações e mentes do Ministério da Pesca, o que parecia muito pouco provável até um curtíssimo espaço de tempo atrás. De qualquer maneira, já começo fazendo uma observação à fala da Rosely, porque acho que o Ministério da Pesca não tem que se preocupar só com políticas públicas voltadas a esse segmento. O que é importante considerar em relação a povos e comunidades tradicionais é que as políticas universais os levem também em consideração. E esse é o problema com o qual nos defrontamos agora, diante desse decreto e dessa medida provisória.

Mas antes eu gostaria de começar relembrando a Convenção nº 169, que foi ratificada pelo Brasil em 2004. Isso talvez explique alguns erros do passado que são reproduzidos agora tanto na medida provisória quanto no decreto. A Convenção nº 169 determina exatamente que antes de qualquer medida legislativa ou administrativa os povos e as comunidades afetados sejam ouvidos.

Por que a Convenção nº 169 fez isso? Ela reconheceu que havia uma passagem no mundo, especialmente no mundo ocidental, de sociedades de recorte hegemônico para sociedades plurais. Era preciso dar voz àqueles segmentos que nunca foram ouvidos e fazer leis entendendo essas pessoas, compreendendo o modo de vida deles.

Recentemente, na Colômbia, houve a declaração de inconstitucionalidade de uma lei que entregou bosques para a exploração econômica. E esses bosques eram o lugar de moradia de populações indígenas e tradicionais. Como eles não foram ouvidos, a Suprema Corte da Colômbia, declarou essa lei inconstitucional.

Acho que a nossa chance no nosso Supremo Tribunal Federal é um pouco mais remota, mas um dia, talvez, chegaremos lá.

Não sou eu quem estou dizendo que pescadores e pescadoras artesanais estão incluídos na categoria povos e comunidades tradicionais. Há um decreto do Presidente Lula, o 6.040, que expressamente inclui na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais pescadoras e pescadores artesanais.

Por outro lado, o Governo, acionado pela OIT, criou um grupo interministerial de trabalho para regulamentar a Convenção nº 169 da OIT. E coloca ali a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Então, não sou eu quem estou dizendo, o próprio Governo que, reiteradamente, reconhece que esse segmento faz parte da Convenção nº 169, é público da Convenção nº 169. No entanto, mais uma vez, não os ouviu.

O Ministério da Pesca também compõe esse GTI. Então, de longa data também entende que esse grupo envolve povos e comunidades tradicionais.

É incompreensível que, passado tanto tempo, esse segmento continue sem ser ouvido previamente à medida provisória e ao decreto. E é por isso que surge esse monstro, digamos assim, difícil de entender, difícil de explicar, porque, primeiro, ela peca, como disse o Elton, achei a análise excelente, ela peca na sua própria ideologia, considerando que uma medida de natureza indenizatória ou compensatória, pouco importa, seja vista como benefício, e mais ainda, previdenciário. Ora, o que pescadores e pescadoras fazem é uma atividade lícita, que é inclusive autorizada pelo próprio Estado, ela depende de uma autorização do Estado. E aí o Estado chega e diz assim: olhe, em determinado período, vocês não poderão realizar uma atividade lícita, legítima e por mim autorizada. Então, o que o Estado diz: eu vou pagar, vou indenizar vocês por esse período. Dessa forma, começa-se esse monstro de dizer que aquilo que é indenização, que está pagando por impedir uma atividade legítima, é um benefício. Até o nome, benefício, é equivocado! Benefício previdenciário, mais ainda! Seguro desemprego, mais ainda! Porque não se trata de trabalho, não se trata de emprego, não tem ninguém desempregado. Então, é um amontoado de equívocos. Aí considera benefício previdenciário, coloca isso no INSS, enfim, cria uma disfuncionalidade na própria administração pública. Está falando que uma coisa é quando não é, dando para um órgão aquilo que ele não tem condições de fazer, criando para os pescadores e pescadoras requisitos que não fazem nenhum sentido de ele contribuir para a Previdência quando ele tem que receber uma indenização. Então, é essa disfuncionalidade.

A outra coisa é que, ouvindo o Ministério da Pesca, eu também reconheço que, como os recursos públicos são escassos, eles precisam ter uma racionalidade. É possível estabelecer alguns requisitos para definir quem é que vai receber ou não essa indenização, de alguma maneira. Ainda que a gente não entre no plano da identidade, dizer quem é pescador e pescadora.

Agora, o que a medida provisória faz e o que o decreto faz é confundir identidade e atividade. Porque uma coisa que ele não pode fazer é dizer que não é aquilo que é. Por exemplo, a mulher pescadora foi reconhecida, por uma ação do Ministério Público Federal, como beneficiária do Seguro Defeso, porque ela entra na economia do pescado. Isso foi a realidade empírica que revelou. A situação da mulher pescadora, se for analisada, e a Antropologia nos revelou isso, ela entra sempre, de alguma maneira, nessa economia. Então, excluir a mulher que trabalha, que, enfim, entra nessa cadeia produtiva, é você negar a identidade, não é nem a atividade. Então, nós entramos na disputa agora, aqui, da identidade.

Há outras coisas perversas na medida provisória e no decreto, a começar naquele art. 1º. Isso foi falado muito, eu acho – espere aí, eu me perco aqui –, pelo Carlos Alberto, da Confrem. Na redação originária da Lei... Esperem aí, só me deem um segundo, não me interrompam, não toquem aquela campainha, porque eu morro de medo dela!

(*Soa a campainha.*)

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Ah! Não, não é possível! (*Risos.*)

Aquela Lei nº 10.779 falava assim: "(...) ainda que com o auxílio eventual de parceiros." O que o Carlos Alberto falou é que essa parceria decorria daquela relação de compadrio. Ela tinha esse caráter ritualístico. Então, a pretexto de regular uma atividade, nós acabamos interferindo no modo de ser da coletividade. E aí estamos contra a Convenção nº 169, estamos contra o decreto do Presidente Lula, não é?

Outra coisa que acho perversa é que o Seguro Defeso vem com uma perspectiva ambiental, de proteção dos recursos pesqueiros. E ela acaba condenando, a medida provisória e o decreto,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – ... Até antes dela, as comunidades a uma lógica de mercado, em que as transações têm que ser comprovadas por meio de documentos determinados. Então, ela é uma medida que, além de todas essas disfuncionalidades, acaba matando o instrumento que ela criou para (*Falha na gravação.*)

Então, eu só quero, por fim, lembrar que a única coisa que eu acho que ela fez bem foi acabar com a figura da colônia de pescadores no sentido da associação obrigatória do pescador, porque feria um princípio constitucional da liberdade de associação. (*Palmas.*)

Se acaba com a colônia, nada pode substituir colônia, nem federação, nem confederação. Liberdade sindical sempre, para todos e todas.

Obrigada. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem. Eu vou me arriscar, Procuradora, a dar uma explicação. Há horas em que a gente não consegue entender determinadas medidas do Estado brasileiro, como é que ele se comporta com um distanciamento gigantesco. Não é do conjunto da sociedade, porque ele é muito próximo das elites, mas ele dá uma condução distante do povo, das populações que não têm essa grande representação no Parlamento, que não são representadas de fato.

Veja, o Brasil – esse é o meu ponto de vista, pode ser que não seja compartilhado por tantos – é uma sociedade elitista, preconceituosa, que construiu o seu desenvolvimento fundamentado na degradação ambiental. E isso vem de lá do Brasil Colônia. Explorou-se o pau-brasil até as últimas consequências, depois as minas das Gerais, depois a expansão da cana, depois o café. E nós dependíamos sempre de um único produto de exportação. Então, nós temos a degradação ambiental com o fundamento do desenvolvimento até hoje. Para se ter uma ideia, 20% da Floresta Amazônica foi destruída e, em uma parte dela, não se produz nada. Ou seja, o modelo continua.

Da exclusão social, o Brasil fundamentou o seu desenvolvimento no escravismo. Foram trazidos da África 1,7 milhão de escravos. Foi o último país a libertar os seus escravos. A dependência externa nossa é tão grande que hoje nós temos, praticamente, o mesmo comportamento do Brasil Colônia. Nós continuamos produzindo e vendendo natureza – soja, carne bovina, frango, enfim. Esse é o tripé do desenvolvimento brasileiro.

Para completar, nós tivemos o período do Império, que vai da vinda da família real ao Brasil até 1889, com a Proclamação da República. Dois anos depois, nós tivemos a promulgação da primeira Constituição republicana, que excluiu os analfabetos do direito ao voto. Agora, vejam só porque essa sociedade é tão preconceituosa e tão elitista que tem dificuldade de entender a democracia: em 1891, 95% dos brasileiros eram analfabetos. Então, restaram 5%. Esses 5% foram os que organizaram a República. Eles atravessaram o século XX com uma hegemonia total sobre a sociedade brasileira. E, em alguns momentos em que a sociedade tentou modificar isso, foi esmagada pela armas, pelos golpes de Estado, pela repressão violenta. Os analfabetos passaram a votar em 1985, quase um século depois. Não eram cidadãos de direito porque não tinham direitos políticos. Então, essa é a sociedade que nós construímos.

A última ditadura durou 21 anos. Ela terminou sendo superada, mas as práticas da tortura, do desaparecimento de pessoas continuam aí, continuam fazendo parte do cotidiano da sociedade brasileira. Então, é essa sociedade que nós construímos e é por isso que estamos com uma pauta dessas, cortina de fumaça: redução de maioridade penal, cura *gay*, terceirização generalizada na sociedade, redução de direitos dos trabalhadores, enfim. Então, realmente precisamos de uma ampla mobilização para nos contrapor a isso.

Evidentemente, o Senado não vai compactuar com alma. Nós já sentimos que esta Legislatura que está aí, do ponto de vista do entendimento da sociedade brasileira, parece-me bem melhor do que a outra no Senado.

Nós conseguimos aprovar, aqui, a Lei de Acesso à Biodiversidade e o código de patrimônio genético associado, com melhoria significativa daquilo que veio da Câmara. Hoje, a Câmara está voltando a pautar a lei de acesso lá, e sabe Deus o que vai acontecer, o que mostra que há uma diferença entre Senado e Câmara.

Há uma mobilização de um grupo de Senadores, com reuniões pautadas já para amanhã, para discutir e debater uma outra agenda de discussão para o País. Enfim, há a participação ativa da sociedade, que participa dos debates aqui dentro, das audiências públicas, pressiona. A política não pode deixar de estar submetida à pressão social, à pressão popular, porque, se foi a elite, esses 5%, que organizou o País no último século, eles organizaram para eles, tanto que eu vi, agora, esta semana, o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, no horário nobre de televisão, fazendo campanha das maravilhas da terceirização generalizada. Ou seja, as elites têm todo o direito de expor suas ideias, mas os trabalhadores não. É algo extremamente desigual. Como se pode ganhar deles? Não pode; não se ganha. Eles têm todos os meios pra sufocar qualquer embate minimamente igual.

Portanto, eu queria agradecer a todos. Nós temos ainda meia hora, e eu queria abrir para cinco questionamentos que venham aí da plateia. (*Pausa.*)

Olha: um, dois, três, lá atrás, quatro e cinco. Fechado.

Então, vamos começar por aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Por favor, no microfone, porque nós precisamos registrar tudo.

O SR. FRANCISCO EMÍLIO – Meu nome é Francisco Emílio. Eu trabalho no gabinete do Senador João Capiberibe. O meu questionamento é por que incluíram o seguro-defeso nessa MP? O que que o seguro-defeso

representa tanto para um ajuste fiscal? Eu não consigo entender essa questão da inclusão do seguro-defeso numa MP do ajuste fiscal. Se é para falar em ajuste fiscal, vamos taxar as grandes fortunas; há outros meios muito mais eficazes do que atingir os pescadores, e eu não falo nem em pescadores artesanais.

Eu nasci no Rio de Janeiro e me lembro, na Praça XV, dos pescadores. O governo, naquela época, construiu um entreposto de pesca, uma coisa gigantesca na Praça XV, e ali o pescado chegava e era distribuído. No Posto 6, em Copacabana – estou querendo, também, trazer a coisa para o lado urbano –, compra-se o peixe ali rapidinho. Em Mucuripe, no Ceará, a mesma coisa, assim como compra-se o peixe fresco em Rondonópolis, pescado nas margens do Rio Vermelho.

Então, o que eu me pergunto, toda hora, é isso: por que incluir o seguro-defeso, se o seguro-defeso não vai representar solução para o ajuste fiscal? Só isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vamos tratar de responder aqui na Mesa. Vamos colher todos os questionamentos e depois tentamos..., mas há perguntas até difíceis de responder. Essa eu acho que é uma pergunta...,mas, enfim, vamos tentar.

Eu quero que as pessoas usem o microfone, digam o nome alto e bom som, para que possamos registrar.

A SRª ROSIMEIRE DOS SANTOS SILVA – Meu nome é Rosimeire. Eu sou do Estado da Bahia, do Quilombo Rio dos Macacos. Eu sou pescadora, trabalhadora rural e quilombola, e sou uma das pessoas que é analfabeta. O senhor falou sobre analfabeto, e, então, tocou em questão da minha comunidade e outras que estão aqui. Muitas comunidades nem sabem o que é o seguro-defeso.

Através do movimento pescador que a gente veio a saber, e aí faz esse trabalho de base, e muitas comunidades não têm a carteirinha da pesca. A gente está lutando para ter a nossa, porque a gente tem um rio, e esse rio foi cortado, e fizeram uma barragem; destruíram a metade das nossas vidas. E, quando a gente vai pescar nesse rio, a gente é espancado, e, na maioria das vezes, é tomada a nossa pesca. A gente vai para o mar; vai chegar um momento em que a gente não vai poder pescar no mar, por causa da carteira. E, se a gente tentar ir, a gente vai preso. Eu estou, enfim...

A nossa comunidade se reuniu e escreveu uma carta com a ajuda de amigos, e a gente tem essa carta para entregar ao senhor. E, nessa carta, está dizendo que a gente precisa de duas estradas dentro do nosso território. Por quê? Porque a Marinha de Guerra do Brasil, os militares colocaram a nossa comunidade como uma senzala. Então, assim, existe o tronco, a corrente, e os escravos, e a senzala, que somos nós, dentro do nosso território.

A gente é reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, a gente tem um relatório do Incra, e esse relatório indica que a gente tinha mais de 900 hectares, e reduziu para 301. Desses 301 hectares, foram 104 no *Diário Oficial*. O Governo, em si, se reuniu e decidiu pela comunidade. Eles não respeitaram a Convenção nº 169, não consultaram a comunidade. Isso foi falado aqui, neste momento. A gente não teve consulta, e, assim, a gente não quer também que retirem esses 104 do Diário Oficial; a gente quer que coloquem o restante, porque a gente perdeu muito, a gente perdeu mais de 500 hectares. E, em volta do nosso território, exitem mais de 23 fábricas, destruindo o meio ambiente, e uma das nascentes foi destruída.

Então, assim: política pública, dentro do nosso território, não tem nenhuma. E já existiram várias mortes dentro do território por falta de socorro.

Aí eu tenho uma pergunta para fazer ao senhor também: existe uma lei – a Marinha de Guerra do Brasil está nisso representando o Governo Federal – que proíbe médico e educação dentro de território quilombola? Só pode ter médico e educação se tiver a titulação do território? Até agora, eu peço a um advogado ou outro, pessoa amiga do movimento, e nenhum me mostrou essa lei, porque não existe; não existe essa lei.

Então, teve idoso que já morreu lá dentro por causa da violência dos militares da Marinha. Eu fui espancada no dia 6 de janeiro de 2014. A gente ia para a nossa casa, na presença da minha...

O SR. FRANCISCO EMÍLIO – Logo depois de a Presidente Dilma ter passado um feriadão lá.

A SRª ROSIMEIRE DOS SANTOS SILVA – Isso. E aí... (*Palmas.*)

A Presidenta Dilma Rousseff, no momento em que ela vai para a base naval, é um momento em que a nossa comunidade é mais espancada. E aí a Presidenta Dilma sabe sobre as violências, o chefe de gabinete do Ministro da Defesa já esteve lá dentro do território, vários assessores da Dilma, diversas vezes, já estiveram lá, e aí viram toda a questão das violências. Em uma das violências, ele estava lá dentro, olhando, a questão da estrada, prometendo à comunidade que ia fazer a estrada, as duas estradas, e até hoje não saiu.

Eu fui espancada diante da comunidade inteira, só porque eu ia para a minha casa. Eu saí do território para matricular a minha filha. Foi na presença das minhas duas filhas: eu e meu irmão fomos espancados, amarrados com fio, jogados em cima da caminhonete, e levados para a base naval. Nisso, eles me humilharam. E isso a gente tem como provar em função de uma gravação deles mesmos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vocês registraram queixa?

A SRª ROSEMEIRE DOS SANTOS SILVA – Com muita luta.

Eles botaram a minha cabeça entre a perna deles, e a outra sentou na minha parte, homem em cima de mim, e o outro, a minha cabeça entre as partes dele.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eram militares da Marinha?

A SRª ROSEMEIRE DOS SANTOS SILVA – Militares da Marinha.

Saiu em uma folha de jornal à tarde que membro da comunidade do Quilombo Rio do Macaco tentou tomar arma de militar. Em nenhum momento a gente tentou tomar arma de militar – em nenhum momento. A gente tentou ir para a nossa casa.

Isso não é a primeira violência. Houve várias violências contra a mulher, violências muito graves, estupros contra a mulher, e não só contra a mulher, mas até os homens. Um, eles botam um a usar o outro só porque estava na beirada do rio pescando.

E, aí, a gente está pedindo ajuda ao senhor e a todos os Senadores da Casa, que a gente precisa da nossa estrada, a gente precisa da nossa libertação e de todas as políticas públicas. O que tem de pessoas na comunidade que nunca viram um vaso sanitário! A minha avó morreu com 113 anos e nunca viu um vaso sanitário! Um senhor morreu dentro da comunidade porque a esposa de um militar falou que iam derrubar a casa dele; aí, ele teve um AVC e morreu no hospital. Perdi dois irmãos por falta de socorro, porque os militares não deixaram o carro entrar para pegá-los lá dentro.

Então, é uma situação muito delicada!

Tem a fala da Presidenta Dilma Rousseff e tem a fala do chefe de gabinete do Ministro da Defesa, prometendo que vai fazer a estrada, mas até hoje não fizeram essa estrada. As casas, a qualquer momento, vão cair e vão matar as pessoas lá dentro.

A gente está pedindo também a titulação do nosso território de 301 hectares. Nesses 104 hectares, tiraram toda a área coletiva da comunidade e toda a área de pesca da comunidade dentro do território. Não existe área coletiva nesses 104 hectares. A gente também não quer que retirem do *Diário Oficial* – deixem lá –, mas existe política pública que pode trabalhar dentro desses 104.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Trouxe isso tudo escrito?

A SRª ROSEMEIRE DOS SANTOS SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Então, vocês nos entreguem a carta, que vou pedir à minha assessoria para preparar um requerimento de audiência pública. Vamos convidar o Comandante da Marinha, representantes da comunidade, o Ministério Público Federal e outras pessoas para trazer para cá, para a Comissão de Direitos Humanos, porque é aqui o lugar dessa discussão. Fiquem certos disso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vocês chegaram ao lugar certo. Pelo menos, vamos dar visibilidade ao seu caso e tomar todas as providências possíveis para buscar uma solução. Tenho convicção de que o Comando da Marinha vai sentar e vamos poder estabelecer uma negociação favorável à comunidade, pelo sofrimento todo que vocês já passaram.

A SRª ROSEMEIRE DOS SANTOS SILVA – E a gente está ameaçado de morte.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pois, então, daqui para frente, acho muito difícil acontecer qualquer coisa com vocês, porque, se acontecer, a gente já sabe de onde partiu. Você está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado. Então, sua voz não está mais sufocada dentro da sua comunidade; está para o Brasil todo ouvir. (*Palmas.*)

Vamos ouvir o próximo. Seu nome.

O SR. ROBSON MARQUES – Boa tarde. Meu nome é Robson Marques. Sou da comunidade remanescente quilombola e de pescadores de Graciosa. Muito agradecido a Deus por este momento de estarmos aqui expressando a verdade que vem acontecendo nas nossas comunidades.

Aproveitando o ensejo, comunico a vocês que a nossa comunidade, há muitos anos, vem sofrendo, nessa área da pesca, por causa de empresários que vêm colocando cultivos de tilápia, ostras. Hoje, temos um local chamado Praia do Amor, que é da nossa comunidade, onde foram construídas poitas de mais de 1.750kg, impossibilitando que nossos filhos e os moradores tomem um banho que seja. É a nossa única área de lazer. A gente vem sofrendo com os empresários loteando áreas dentro da marinha e da área quilombola.

No dia 8 de abril, tomamos a decisão de entrar nessa área, impossibilitando que eles vendam mais um lote que seja. Até a passagem da gente para o mangue, até a passagem da gente para essa praia foi fechada por eles. A comunidade está sofrendo muitas ameaças contra os nossos filhos. Estou aqui botando a cara a tapa, mas com medo e receio de sermos mortos até por esses empresários.

Essas áreas em que entramos têm cinco galpões, que foram construídos, pelas nossas pesquisas, com dinheiro público, juntamente com a Bahia Pesca, que teve as construções dessas coisas lá, por um senhor de nome Alberto, cujo sobrenome não sabemos.

E vimos sofrendo esse tempo todo. E estamos aqui para pedir socorro a vocês.

Também temos a comunidade de Batateiras, que está sofrendo muito. Eu acho que vocês já ouviram – tiveram audiência pública – que deram tiros em pessoas, agrediram mulheres, o pessoal do antigo Prefeito de Cairu, na Bahia.

Hoje, estão construindo oito tanques para criatório de peixes e camarões. Com ordem quem? Ministério da Pesca? Foi o Ministério da Pesca que abriu essa exceção para eles construírem isso? Tratores, tudo, eles estão aqui... Nós estamos com algumas fotos, algumas coisas para entregar a quem quer que seja.

Nós estamos aqui pedindo socorro, gente, não só no sentido da gente que está sofrendo essas ameças, mas o povo da Bahia, do Brasil, está sofrendo, mas sofrendo muito em ver, muitas vezes, o Planalto, o povo que a gente colocou aqui, os Deputados, os Senadores, os nossos Presidentes para trazer uma melhora ao nosso povo... E é vergonhoso. Eu quero que outros me desculpem, mas é vergonhoso votarmos em vocês, e vocês fazerem isso com a gente, matando nossos filhos, tirando o direito nosso de ir e vir.

Eu só peço uma coisa a vocês: esqueçam, ajam com o coração, para amar realmente o povo brasileiro, pois nós estamos sofrendo por decisões precipitadas que vocês vêm tomando.

Eu estava conversando hoje. Se vocês forem analisar, em cada projeto que vocês assinam, tem uma pequena falha no meio. E sabem para que serve essa pequena falha que muitos de vocês deixam? Para, com um ano, com dois anos, com dez anos, poderem mudar essa situação. Só que o povo brasileiro está acordando. Pelo amor de Deus, deem uma oportunidade ao povo brasileiro de ser brasileiro. Pelo amor de Deus, eu estou implorando a vocês: olhem para a gente com um pouquinho mais de dignidade. Nós somos seres humanos.

Quem de vocês, quando era pequeno, que o papai de vocês ou o avô não chamou para ir pescar? E agora eu digo: não somente nós que somos pescadores, não; todos nós, brasileiros, Senadores, ricos, pobres. Vamos reconhecer o direito, esquecer esse negócio de classe. Nós somos simplesmente brasileiros, homens e mulheres lutadores.

Vamos dizer "não" à corrupção, vamos dizer "não" às coisas ilícitas e vamos dizer "sim" à Nação brasileira.

Era isso que eu tinha para dizer a vocês. E me desculpem as lágrimas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Vamos agora... É uma mulher e um homem.

A SRª MARTILENE RODRIGUES – Boa tarde a todas e a todos.

Meu nome é Martilene. Sou militante do movimento dos pescadores. Sou lá do Ceará.

Eu só queria, assim, explanar um pouco sobre o porquê – a gente sempre vem debatendo isto, a Roseli até falou e falou, porque a gente vem debatendo mesmo – de as leis serem feitas entre quatro paredes, sem consultar, sem conhecer a nossa realidade. A realidade do pescador é totalmente diferente das leis que são impostas para nós.

Uma coisa que a gente tem muito, assim... O trabalho das mulheres é invisível. A gente queria até que o Governo fizesse uma estatística, com o levantamento da produção dessas mulheres, pois isso é invisível. A nossa própria produção, a produção daquele pescado que não é exportado é invisível. Nós temos exemplos. Somos nós que garantimos a seguridade alimentar das nossas comunidades com essa produção, que é invisível. Eu sempre venho trazendo esse exemplo.

Na minha comunidade, por exemplo, em 2004, quando a pesca da lagosta estava mais ou menos boa, mais ou menos 90 embarcações à vela produziram 15,5 t de lagosta, e essas 15,5 t de lagosta ficaram invisíveis, porque, para o Governo, quem produziu foi a empresa, porque foi a empresa que comprou do pescador e exportou.

Então, o Governo vem dizendo que nós não produzimos e que a tábua de salvação é a aquicultura. A defesa é a aquicultura. Eles vêm pondo a aquicultura nos nossos territórios, dizendo que lá não é ocupado. Eles a estão colocando injustamente onde estão os pescadores.

Nós temos a eólica nas nossas comunidades, tomando nossos territórios, tomando nossas dunas. A gente está perdendo nossos caminhos de ir e vir para a nossa pesca, porque a eólica chega e se diz dona. Chegam os donos. Nossos avós e bisavós são centenários naquela comunidade, mas chega uma pessoa dizendo que é a dona e impõe ali a eólica, a carcinicultura.

A carcinicultura é uma atividade da aquicultura que vem devastando nossos mangues, que vem deixando as mulheres sem seus trabalhos, que vem acabando com nosso meio ambiente, com nossa preservação, com nossos mariscos, com nossos caranguejos. É uma atividade que, quando é despescada, a água envenenada vai para os nossos rios, atinge nosso lençol freático. Há uma prova lá. Podem ir lá ao Cumbe, em Aracati. A água era potável, a que abastecia a cidade de Aracati. Hoje, é tratada. Você toma um copo de água hoje e vê que é puro cloro, porque é tratada, por causa dessa atividade de carcinicultura.

Então, para fazer isso, tem de se ver a realidade. Só para vocês verem, nossas pequenas embarcações vão para o mar e trazem aquele pescado, que não é vendido para fora, não é exportado, não, como o Governo quer. O olho do Governo só é voltado para a economia, para a exportação. E a gente não tem retorno, como uma saúde de qualidade. A gente não tem esse retorno e deveria ter. Precisamos de educação de qualidade, mas não temos esse retorno. E ainda querem tirar o pouco que nós temos, a nossa dignidade, o nosso trabalho, a nossa identidade.

Nós não admitimos que o Governo imponha a nossa identidade. Só quem pôde nos identificar foram nossos pais quando nós nascemos, porque nós éramos bebês e não tínhamos como decidir qual seria nosso nome. Só eles! Agora, não! Se eu sou pescadora, se exerço alguma função na pesca, eu quero ser pescadora; não quero ser trabalhadora de apoio à pesca, porque vivo daquilo. Então, eu não admito... Nós mulheres, nós, pescadores e pescadoras artesanais, não admitimos que o Governo queira dar uma identidade para nós, porque nós já a temos. Nós não admitimos isso. Nós não estamos aqui pedindo que se refaça isso, não. A gente está pedindo que retirem isso, porque nossa identidade é de pescador e de pescadora artesanal. Então, é isso.

É preciso conhecer a realidade, para poder fazer essas leis que estão aí. Quem fez essa lei não conhece a realidade do pescador. Se vocês forem ao Rio Grande do Norte, vocês vão ver a produção, as embarcações das mulheres com toneladas de marisco, quando elas chegam. Disso ninguém sabe! Se vocês forem às nossas praias do Ceará, da Bahia, seja onde for, vocês vão ver as embarcações, todo dia, chegando com peixe, e aquele peixe é vendido na comunidade, é distribuído. A gente faz escambo, a gente faz trocas, a gente dá para um vizinho que não foi para o mar, a gente dá para um vizinho que está doente. Então, com tudo isso, a gente garante a seguridade alimentar e garante o programa Fome Zero, do Governo, que há muito tempo foi feito. A gente garante isso.

Mas isso não é visto pelo Governo. O que é visto pelo Governo só é o econômico. O Governo passa como um rolo compressor em cima de nós, acabando com nossa cultura e com nossa identidade, acabando com tudo que ainda nos resta e destruindo nosso meio ambiente. E o futuro disso tudo vai ser muito dinheiro no bolso, sem ter o que beber. Não haverá água para beber nem comida para comprar; só dinheiro no bolso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao cidadão de chapéu.

O SR. EDSON DA CONCEIÇÃO FALCÃO – Boa tarde, companheiros e companheiras!

Meu nome é Edson da Conceição Falcão. Sou de Santiago do Iguape, distrito de Cachoeira, no Recôncavo Baiano.

Companheiras e companheiros, a gente vê que, no nosso Recôncavo, a cada dia que passa, a miséria ronda mais. Companheiros, não sei o que leva esses políticos do nosso País a fazerem de tudo, a cada dia que passa, para diminuir e machucar os pescadores, as pescadoras e os quilombolas.

Companheiros, essa tal de Votorantim, que apareceu, é a maior inimiga do pescador do Recôncavo Baiano. Há uma tal de Mastrotto, que é outra miséria que apareceu. Há uma fábrica de papel que é outra miséria também. E o pior: de uma hora para outra, os Srs. Deputados e Senadores aprovaram uma peste de um estaleiro naval contra o qual nós, pescadores e pescadoras, tanto lutamos. Mas foi implantado lá, da noite para o dia, companheiros. Tiveram de fazer até uma poligonal, que é uma coisa tão difícil. Mudaram de um lado para o outro.

Desgraçaram com a vida dos companheiros de São Francisco, com a vida do pessoal de São Roque do Paraguaçu, de Enseadas, de Santiago do Iguape, de Maragogipe, de Anagé, de Coqueiro, do Recôncavo Baiano todo.

Agora, para desgraçar mais ainda, uma plantação de eucaliptos. O companheiro aqui é de um lugar chamado Guaí. Em São Roque, lá pra cima, eles plantam e jogam um pacotinho deste tamanho, um veneno, e aquele veneno escorre para a água.

Ainda há a pedreiras, para desgraçar mais ainda! Racham a casa. Não se pode denunciar, porque é ameaça de morte. Está aqui uma companheira. Tivemos de nos unir, companheiros e companheiras do Recôncavo, para dar apoio a ela, porque ela estava ameaçada de morte.

Vocês já pensaram como a gente sofre? Tudo que é miséria só acontece em cima dos pescadores, companheiros! Analisem, vamos olhar por aqui. Se esta aqui fosse uma reunião para empresários para implantar a história de tilápias, de peixes, como não estaria isso aqui, para apoiar os empresários? Mas somos nós, pescadores. Vejam como é que está: alguns, bem poucos.

Agora, vocês devem saber de uma coisa: estamos organizados. De cada comunidade, há um representante aqui. Todos estão lá. Quando chegarmos, vamos nos reunir para passar tudo o que aconteceu aqui.

Não é possível! Dois meses que vamos receber de defeso, e essa polêmica toda, meu Deus! A gente, que mora em Santiago do Iguape, vai ter que dar entrada lá em Cachoeira e pagar R$15,00 só do transporte. Vai para Santo Antônio de Jesus. Paga R$15,00 só de transporte. Acorda às 5h da manhã para ir para lá dar entrada.

Pelo amor de Deus! Que mal nós, pescadores, fizemos a esta Nação? Será que nós não podemos viver bem? Porque vamos buscar nosso pescado, nossa vida no mar, no supermercado de Deus, nós vivemos bem. Nós queremos viver bem. Pelo amor de Deus, nos deixem viver! Nós, pescadores e pescadoras, pedimos: nos deixem viver!

O pessoal da Estaleiro Naval, principalmente, chega às comunidades e pega alguns líderes que não têm juízo, que não têm cabeça. Eles sacam, ficham, dando um salário, um salário e pouco.

Aquele companheiro ali, quando a gente se reúne, é a maior polêmica, porque a gente é contra o Estaleiro. É evidente!

O que vimos de milhões e milhões de mangues desaparecerem! Não sei quantos milhões de pés de piaçava desaparecerem! Não sei quantos milhões e milhões de pés de cajá desaparecerem!

A gente vai ficar satisfeito? A gente tem de ser reunir para ser contra, porque aquilo é a nossa sobrevivência.

Agora mesmo, há uma coceira lá que dura seis anos, companheiros! Vocês aqui já ouviram falar de uma coceira que apareceu lá? De seis a nove anos. Já houve denúncias e denúncias e denúncias. Ninguém chega lá para fazer uma reunião com os pescadores do Recôncavo – não só em Santiago do Iguape – para nos passar de onde vem, o que causa essa coceira.

Gravem bem: há a dona Votorantim, a dona Estaleiro Naval, a dona Mastrotto, que é uma fábrica de beneficiamento de couro, e há uma fábrica de papel, no Tororó, em Cachoeira. Em Santo Amaro também, em Acupe. Todo o Recôncavo está sofrendo. Será que vai precisar a gente se unir e, de martelo e marreta, quebrar e derrubar uma fábrica daquela, companheiro? (*Palmas.*)

É isso que estão querendo? Se é isso que estão querendo, vamos nos organizar e vamos fazer.

Vamos para cima, porque, do jeito que está, já não estamos aguentando.

Agora, querer tirar as pescadoras de receber essa.... Quando eu saio de madrugada para pescar, a minha mulher já fez café, já está a minha roupa lá para eu vestir, já está o cofo para eu levar... Quando chego da pescaria, eu deixo lá o cofo. Ela vai beneficiar o marisco, vai ferventar, vai secar. Eu vou sair. Enquanto o rango está no fogo, eu saio para tomar uma cachacinha, porque ninguém é de ferro. E aí, quando chego, ela bota a minha comida, eu como, mas está lá ela secando o camarão, tratando o peixe, catando o siri.

Então, meu Deus, será que o mesmo direito que eu tenho ela não tem? Eu acho que ela tem até mais direito do que eu. (*Palmas.*)

Então, pelo amor de Deus! Deixe nossa criatura, deixe nossas mulheres viverem em paz.

O senhor falou da escravidão, que a escravidão acabou. Eu ainda me considero um escravo, porque não posso viver como tenho vontade, como eu quero. Então ,eu me considero ainda, companheiros e companheiras, um escravo.

É lamentável. Eu queria, quem sabe um dia, dizer assim: "Não, graças a Deus, hoje eu sou um homem independente". Mas não. Quem sabe um dia? Eu estou com 61 anos. Vou fazer para o mês. Estou vendo a hora de não ter essa liberdade. Se é na roça, a gente vai para a roça, ameaças. Se a gente vai pescar, ameaças. Não sei, meu Jesus Cristo! Não sei como é que a gente vive! É lamentável.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Vou já lhe passar a palavra.

No final, vou contar-lhes uma história para fechar esta audiência pública daqui a pouco.

Com a palavra.

O SR. JOSÉ ROSALVO DE SOUZA – Boa noite a todos e a todas.

Eu sou José Rosalvo de Souza. Também sou da comunidade Quilombo Rio dos Macacos, Simões Filho, Bahia.

Senador, é o seguinte: conforme o documento que Rosimeire falou para o senhor que tinha para entregar, e o senhor falou que ia chamar o comandante da Marinha e a comunidade, que esta Casa está de portas abertas para conversar dessas coisas aqui, eu lhe agradeço pela oportunidade também, por ter aberto essas portas, para que todos nós estejamos aqui agora, falando das nossas temáticas e das nossas comunidades.

Mas quero dizer ao senhor e a todos que estão aqui que, na minha forma de pensar e de entender, a maior comandante da Marinha do Brasil é a Presidenta Dilma e o Sr. Ministro Jaques Wagner. Por que eu digo isso? A Marinha tem vários comandantes, mas a comandante maior da Marinha é ela e, segundo, o Ministro da Defesa, que hoje é o Sr. Jaques Wagner.

Eu quero dizer o quê?

Quando o senhor chamar realmente o comandante da Marinha, obviamente quem eu considero como a maior comandante, que é a Presidente, não vai vir. Mas que o senhor chamasse o Sr. Ministro Jaques Wagner, porque, quando estava acontecendo – e ainda podem acontecer mais coisas dentro da comunidade Quilombo Rio dos Macacos –, mas pelo menos quando Rosimeire sofreu violência com o irmão dela, lá na portaria geral

da Vila Naval, que é supostamente dentro da própria comunidade, o Sr. Jaques Wagner ainda era Governador da Bahia. Não é coisa de hoje. É coisa de muitos anos que vem acontecendo, principalmente no governo dele.

Já tivemos reuniões com ele, ainda como Governador lá na Bahia, através da Sepromi, Sepir, Fundação Cultural Palmares...

Está aí a Drª Deborah Duprat, que fez visitas dentro da comunidade, para ver a total realidade, como a comunidade vive. Reuniões com a Drª Deborah Duprat duas vezes no Ministério Público da Bahia, fora as outras vezes no próprio Ministério Público Federal.

Isso não permite a gente falar algo aqui que não seja verdade. Então, ele, como Ministro hoje, que foi governador, que venha a esta Mesa ter esta conversa com a gente.

É isso que eu queria falar e agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Mas tem que se sentar e usar o microfone, porque...

Eu queria pedir à Rosimeire, logo depois que ela falar, que nos entregasse o documento.

A SRª JOSELITA GONÇALVES DOS SANTOS – Meu nome é Joselita. Sou de São Francisco do Conde, Bahia.

A Prefeita Rilza, a negra – vocês a conheceram –, faleceu, e hoje o Prefeito é o Dr. Evandro Almeida. E, desde 2009, estamos sendo perseguidos nessa comunidade. É um braço de mar onde vivemos da pesca. Vinte e duas famílias foram retiradas da nossa comunidade, dentro de uma fazenda do Falcão.

E quero dizer hoje ao senhor que estamos assim, perto de perder, sair da comunidade, porque já tivemos cinco derrubadas de casas. Agora, existe uma construção do Governo do Estado junto com o prefeito da comunidade – fazendeiros de São Francisco do Conde. Estão tirando a gente dessa comunidade e fazendo uma pista de automobilismo, onde nós tiramos o nosso sustento.

A última coisa que tiraram foi nossa luz. Tiraram nossa água; estamos de gato. Tiraram a assistência da agente de saúde. Nesta semana, ela veio com a desculpa que estava de férias, mas já há bastante tempo que não vai à comunidade. Acho que é de ouvir o comentário da gente. Nossas casas são de sopapo e estão caindo. Eu estou construindo uma de bloco, na ousadia mesmo, e não sei o que vai acontecer com a gente.

Nesta semana, pegaram um carro da Marinha – temos a placa dele, gravamos tudo – para dizer que a gente não podia construir casa nesse lugar. É uma tira, é uma tira, não é nem uma coisa larga. Nós não temos nem 500m de... Então, estamos sendo assim perseguidos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª JOSELITA GONÇALVES DOS SANTOS – É Quilombo D. João.

Recebemos nossa certidão quilombola, eles entraram na Justiça. Estou pedindo a vocês também, pedindo ao juiz que fez a audiência do Rio dos Macacos. Fizeram isso com o Rio dos Macacos, e é o mesmo juiz da gente. Esse Reimão está acabando com a nossa vida. Temos audiência... Ele quer dizer que eu não sou quilombola. Sou, sim, porque minha mãe morreu com 90 anos. Eu tenho uma tia com 97 anos dentro de São Francisco do Conde. Meu tio foi funcionário de dentro da comunidade, funcionário de dentro da prefeitura, e eles estão dizendo que a gente não é de lá.

Então, quero dizer a vocês que, pelo amor de Deus, vão com urgência fazer uma visita lá. A Drª Deborah esteve lá visitando a gente dentro da comunidade. Ela viu nossa luta. Na comunidade onde a gente mora, as casas estão caindo. Eu não sei, nesse inverno, onde eu vou ficar. Eu vou ficar debaixo da lona, mas da comunidade eu não saio.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Mas é reconhecida como comunidade quilombola?

A SRª JOSELITA GONÇALVES DOS SANTOS – É reconhecida como comunidade quilombola. E estão querendo agora tirar nossa certidão quilombola. O Juiz Reimão tirar... Suspenderam nossa coisa com o Incra.

Estou nervosa um pouquinho, doutor.

Eu quero ver se o senhor manda chamar esse povo para resolver. Na comunidade, não temos assim... Cada vez que chega Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal, eles vão lá e derrubam nossas casas.

Eles deram uma casa muito distante para os pescadores. Uns estão lá indo pescar. A gente guarda as canoas deles.

Então, eu peço que vocês deem um empurrãozinho para ver como resolvem a nossa vida. Ele quer dizer que eu sou invasora. Eu não sou invasora. Dentro da cidade, existe tanto invasor, esses negros que estão vindo de outro país lá para dentro, e ele quer dizer que nós... Meu pai, minha mãe, nascida e criada lá.

Sabe o que aconteceu, há mais ou menos dois anos, com o meu marido? Do fazendeiro de onde ele trabalhava, nascido e criado dentro da fazenda Engenho D'Água, que é uma das maiores fazendas dentro de São

Francisco do Conde, meu marido tomou dois tiros. Pelo menos, ele fez um drible lá e conseguiu se livrar desse tiro. Estava na Justiça, e nós nunca tivemos uma audiência. E essas coisas ficam impunes.

Hoje, estou aqui porque estou chateada com uma coisa dessas. Não achamos uma Justiça que cuide da gente. Voto em Deputado, Vereador... Dos Vereadores de São Francisco do Conde, nenhum chega na comunidade da gente para saber; nenhum chega para saber nada da gente. Tiraram tudo da gente, tiraram a assistência médica, tiraram tudo. Dentro da comunidade havia assistência médica, o posto médico que vinha. Tiraram tudo os fazendeiros.

Agora, pedimos para ligar uma água, umas coisas para o pessoal, eles disseram que quem mandava em São Francisco do Conde era o fazendeiro, que tinha de dar autorização para ligar a água.

E a pista do autódromo está lá – vai ser inaugurada agora, dia 2, ou dia 3, ou dia 4.

Quero pedir ao senhor... Não estou pedindo pela nossa moradia. Quero o nosso território para a gente pescar. Sobrevivo ali da pesca, do guaiamum, do caranguejo, do sururu, da ostra; de tudo, a gente tem um pouco lá dentro, pegamos fruta no mato. Não vou sair daquela comunidade, pode ter certeza. Vocês vão saber que Joselita e o marido dela, Zé do Guaiamum, vão morrer ali, lutando ali dentro.

Muito obrigada, doutor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª ROSEMEIRE DOS SANTOS SILVA (*Fora do microfone.*) – Meu nome é Rosemeire. Estou aqui com uma carta das crianças e adolescentes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Esquecemos o microfone, mas ela está me entregando. Eu queria que você repetisse para poder gravar.

A SRª ROSEMEIRE DOS SANTOS SILVA – As crianças e adolescentes do Quilombo Rio dos Macacos escreveram uma carta falando sobre algumas violências dentro e fora do território. Estou passando para o senhor.

Trago a carta de que eu falei, com algumas violências que houve dentro do território e estão acontecendo até hoje. A gente se reuniu: coordenador da associação, fiscal e membro também da comunidade. Aí, pedimos ajuda e escreveram esta carta, porque somos analfabetos – não sabemos ler e não sabemos escrever. Não tenho vergonha de dizer. Quem tem que ter vergonha é o Governo do Estado e o Governo Federal.

Há uma nota também do Ministro da Defesa. Logo depois que eu fui agredida, no dia 6 de janeiro, ele soltou uma nota falando que ia fazer a estrada, sem a deferência da Marinha – a Marinha não ia estar no meio. Até hoje, não saiu essa estrada. O Silas, que é o assessor da Presidente Dilma, garantiu dentro da comunidade que ela falou que era para fazer a estrada; botaram o Exército na frente para fazer estrada, mas até hoje não saiu estrada nenhuma, e o nosso povo está lá sofrendo. Não é só o Quilombo Rio dos Macacos, como o Alto do Tororó também. Retiraram a área coletiva da comunidade, e só há as casas.

Como a colega falou ali sobre o juiz, o juiz não ouviu a comunidade, o Sr. Evandro Reimão dos Reis. Eu tive oportunidade de conversar com ele, que disse: "Ó, Rosemeire, aí nessa cadeira em que você está sentada morreu um senhor de idade, e não foi por isso que eu não derrubei a casa dele". Então, é esse o juiz que a gente tem no Estado da Bahia. Ele não escutou, em nenhum momento, durante a audiência, a comunidade. Mas a Marinha, o comandante da Base Naval, pode despachar diretamente para ele sem advogado. Não é?

A SRª MARIA JOSÉ HONORATO PACHECO – Senador, só um minuto. A gente queria também entregar para o senhor um vídeo que um pouco retrata a situação de violência, de violação que as comunidades vivem no Brasil.

A gente queria aproveitar para dizer para o senhor, porque o caso do Rio dos Macacos tem de ser específico, que nossa proposta é de que se faça uma audiência pública específica;, que se chame o Ministério do Planejamento, do Meio Ambiente, da Pesca, de Direitos Humanos, para que se pense um pouco sobre o que esse modelo que se tem feito com as comunidades. Eu sugiro ao senhor que a gente organize essa audiência pública.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem.

Eu vou franquear a palavra aos componentes da Mesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pois não.

O SR. CARLOS DE ASSIS – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Carlos de Assis. Sou lá de Acupe, de Santo Amaro da Purificação. Lá em Santo Amaro, também, há muitos problemas. Nós temos a fábrica de papel que anda acabando com tudo lá.

Temos, também, plantações de eucalipto, lá em São Braz, que, também está lá arrasando com a comunidade. Inclusive, a comunidade não tem nem condições, porque é uma área pesqueira, praticamente, de fazer uma casa. Que além dos bambus, os eucaliptos agora estão acabando com toda aquela área.

Lá, em Acupe, também, um empresário que é da Argentina, chegou lá, cercou uma área de pesca nossa, de onde a gente tira o nosso sustento. Aos domingos, o pessoal ia para lá para o seu lazer, com sua família. Cercaram lá três ilhotas, entendeu?

O primeiro ilhote é o Ilhote do Nordeste; o segundo, o Ilhote do Coqueiro e, em terceiro, a Coroa Branca. Não sei se os Srs.Deputados que estão aqui ouviram falar do que está acontecendo lá em Acupe, que cercou a Coroa Branca, uma área onde a gente pesca.

Cercaram, muraram e agora eles estão cavando a Coroa e enchendo, para poder construir não sei o que em cima. Então, é uma área que está prejudicando, justamente, toda a comunidade. E, cada vez mais, está piorando a nossa situação.

E é preciso que tomem uma providência, porque já foi denunciado ao Ministério Público, e não sei o que aconteceu, mas não teve força para intervir. Eles voltaram, de novo, e estão acabando com tudo. E quando a gente vai para pescar, eles, praticamente, dizem que aquilo ali é deles.

Como é que pode, uma área que é quilombola – a gente tem a certidão quilombola –, uma área de pesca, a gente pesca em toda a área ali, o pessoal tira os seus mariscos, e eles chegam e fazem uma cavação dessa? Precisa ser tomada uma providência, porque eles estão passando por cima da lei. Que Brasil é esse em que a gente vive, que o pessoal vem do estrangeiro, passa por cima das leis e acaba com tudo nosso?

Será que no nosso Brasil não existe lei para proibir isso? Eu acho que tem que ter mais força, rigor para poder acabar com esses caras que vêm de lá para cá para destruir as áreas pesqueiras e quilombolas.

Muito obrigado a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem.

Eu acho que são tantos os conflitos e os problemas, que nós vamos ter que estudar como nós vamos desdobrar isso em audiências públicas.

Eu vou abrir...

O SR. FRANCISCO EMÍLIO – Eu vou sugerir o seguinte, como se pode ver aqui, esse problema quilombola, infelizmente, está localizado na Bahia. A maioria.

Ali é Bahia.

Bahia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Bahia.

Mas está no Brasil todo, na verdade.

Eu vou franquear a palavra... vou começar aqui pela Roseli.

Vamos lá, Roseli.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Claro.

Quase que você passa batendo pandeiro, aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não, não. Tem que gravar.

O SR. DEMERVALDO DOS SANTOS – É que eu quero dizer a todos vocês, das mesas que estão aí, fazer o favor de quando eu comparecer aqui, com esse pandeiro, eu não ser barrado nessa portaria.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DEMERVALDO DOS SANTOS – Isso aqui se chama: nossa cultura. Eles não conhecem o que é isso; quem conhece somos nós. Dar uma lição de moral a eles e dizer que quando chegar aqui, com essa pandeiro com essa sacola: "Não mexa com ele, porque isso é da nossa cultura." (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Agora é um pandeiro, que é um instrumento popular. Criar dificuldade para deixar alguém entrar com um pandeiro no Senado! Vocês não têm ideia do que aconteceu na semana passada. Não têm a menor ideia do que aconteceu na semana passada! Na semana passada, nós fizemos aqui uma... É aquilo que eu falei para vocês, ou seja, esta é uma Casa preconceituosa, a Casa das elites políticas. Eu vou falar outra coisa para vocês: os Senadores que estão aqui, os Deputados que estão lá no Parlamento não foram eleitos pelos marcianos, não. Foram eleitos pelos brasileiros, não é? Eu acho que isso é uma coisa que não dá para eu deixar de falar para vocês.

Os indígenas, na semana passada, para entrarem aqui – eles trouxeram os maracás – foi uma luta com a Polícia do Senado. Mas eles diziam o seguinte: "No maracá, eles colocam punhal". Imaginem! Eu disse:"Olha, vocês querem saber de uma coisa? Os povos indígenas são civilizadíssimos. Eles nunca chegaram aqui com uma

borduna para bater em ninguém. Eles nunca chegaram aqui com arco e flecha ´para flechar ninguém, muito menos para jogar *spray* de pimenta no olho de ninguém". Eles, sim, levam levam o *spray* de pimenta quando vêm para suas manifestações. Então, é um povo civilizado, um povo educado, um povo com cultura. A mesma coisa é o povo quilombola. Manifestação cultural é do que mais a gente precisa aqui dentro do Senado.

Muito bem, eu abro a palavra, e começo com a Roseli Zerbinato, que representa o Conape.

A SRª ROSELI ZERBINATO – Só quero agradecer a oportunidade de ter feito parte desta Mesa. Nós, do Ministério da Pesca, estivemos presentes também por intermédio de outras pessoas também. Nosso consultor jurídico está aqui; a chefe de gabinete do Ministro também esteve. Nós, com certeza, voltamos lá para o Ministério com uma reflexão mais aprofundada e mais embasados para conseguirmos fazer essa discussão interna no Ministério e no Governo, para que realmente nós consigamos avançar.

Então, estamos aí à disposição. Quando quiserem, apareçam lá.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem!

Concedo a palavra ao Sr. Valci Santos.

O SR. VALCI SANTOS – Bom, eu gostaria de agradecer também o convite para participar desta audiência pública tanto ao Senador João Capiberibe, como aos componentes da Mesa e aos movimentos de pescadores e pescadoras.

Eu torço para que esse movimento alcance os seus objetivos, não só no sentido de tentar defender o que já existe do seguro-defeso, mas que, na verdade, ele seja uma política que consiga avançar. Nos debates que ocorreram e que estão ocorrendo aqui, na verdade, vocês relataram também todos os conflitos existentes. Eu acho que aqui, nesta reunião, foram impressionantes esses depoimentos envolvendo, sobretudo, os conflitos com as comunidades quilombolas. A gente sabe que esses conflitos existem dentro das comunidades pesqueiras de maneira geral, nas comunidades ribeirinhas lá da Amazônia, nas comunidades de pescadores na costa do Ceará, do Nordeste. Eu acho que no Rio Grande do Sul e no Sul talvez haja outros tipos de conflitos. Mas, enfim, essa gestão de recursos pesqueiros envolve uma série de enlaces, de conflitos dentro da própria pesca e dentro de outros agentes, como foi colocado aqui, com industriais e com fazendeiros, por exemplo.

Então, eu acho que a regulação de recursos pesqueiros está na ordem de recursos naturais, de maneira geral; está na ordem do dia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALCI SANTOS – Acho que o nosso grande desafio é fazer com que, na verdade, por exemplo, as comunidades que vivem da pesca e que não vivem só da pesca, porque acho que pesca artesanal, na verdade, faz parte de uma condição também de sobrevivência... Por exemplo, na Amazônia, é claro que não existe só o pescador artesanal, não é? O produtor ribeirinho exerce outras atividades de criação, extrativista, agroextrativista...

Enfim, mas eu espero que, na verdade, a política ambiental e a política de gestão de recursos naturais avancem no sentido de que aqueles que produzem e que dependem desses recursos sejam também gestores ou façam parte da gestão desses recursos também.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Uelton Fernandes.

O SR. UELTON FERNANDES – Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite à Comissão, ao Senador Capiberibe, ao Senador Paim, que é o Presidente, para, mais uma vez aqui, oportunamente, eu poder conversar com os companheiros sobre temas que nos são muito caros.

É importante que a gente saia daqui com o seguinte: o jogo está sendo jogado. Então, há uma reunião marcada para esta semana, na Comissão Especial, para votar o relatório da PEC nº 615. Então, se os companheiros não se mantiverem mobilizados e acharem que o tema se esgota aqui nesta audiência, a gente pode sofrer derrotas que nos vão dar muita dor de cabeça para reverter.

Então, a pressão sobre os Parlamentares, a minha sugestão – se usar a palavra correta –é de que é necessário pressionar os Parlamentares para que retrocedam em relação...; que modifiquem essa medida provisória, minimamente, para garantir aquilo que os companheiros levantaram aqui.

Vamos acabar com esta história de transformar seguro-defeso em um benefício previdenciário – isso para mim é uma questão de honra. Se não mudar isso, nós vamos ter problemas graves, não é? E a questão que as companheiras levantaram aqui, que permanecia no texto do Relator ainda a não extensão para as atividades, digamos assim, das mulheres.

Não sei se ele modificou ou não essa posição, mas estou salientando isso aqui, porque apareceu muito forte com a presença dos companheiros, no texto que estava divulgado oficialmente no relatório: as mulheres ficariam de fora do seguro-defeso; continuariam de fora, porque se mantinha esse aspecto da medida provisória.

Então, no mais é isso, companheiros. Eu acho que, como vocês estão aqui, têm de ficar atentos. Se estiverem aqui durante a semana, têm de manter a marcação cerrada. O jogo está indo para os seus minutos finais de votação na Comissão Especial e, depois disso, é plenário da Câmara.

Então, digamos assim, não é nem um convite, não é nem um aviso; é quase um apelo para os companheiros, porque a única força que pode, realmente, modificar a conjuntura da medida provisória, do texto que está aí, são os próprios companheiros que estão aí neste plenário. Não é ninguém que está aqui nesta Mesa não.

E, no mais, boa sorte! Estamos juntos na luta aí para o que der e vier. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem.

Passo a palavra à Srª Deborah Duprat.

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Bom, eu vou me comprometer com vocês. em nome da 6ª Câmara, a encaminhar para a próxima Comissão... A próxima comissão a apreciar a MP?

O SR. PRESIDENTE (Uelton Fernandes) – A MP vai ser apreciada pela Comissão Especial.

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Pela Comissão Especial. Vou encaminhar uma nota técnica sobre a necessidade de observância da consulta prevista na Convenção nº 169.

Quero dizer a vocês que a gente já fez isso em relação à PEC nº 215 e em relação ao PL de Acesso a Recursos e Conhecimentos Tradicionais. Nunca deu certo, tá? Mas eu acho que nós temos que, enfim, continuar insistindo, porque esta Casa tem de promover audiências específicas previstas na Convenção nº 169.

A segunda coisa é a respeito da provocação do Francisco. O seguro-defeso foi igualado ao seguro-desemprego na Lei nº 10.779, de 2003, sem chegar aos requintes de crueldade a que chega agora a MP. O importante aqui é que, além de desconstruirmos essa ideia, porque ela é falsa – e o legislador não pode falsificar a realidade, não pode falsificar a natureza das coisas –, temos de acabar também com a impressão de que ele é um benefício. E, como ele não é benefício e, sim, uma indenização, não prejudica qualquer programa de geração de renda mínima. Sendo uma indenização, ele não pode tornar a situação do beneficiário pior do que era antes. Isso é uma questão de honra.

Quero também ressaltar as falas de várias pessoas sobre pescador, quilombola, pescadora, trabalhadora rural, coletadora. Enfim, a Convenção nº 169 é um documento mais descolonizador que existe. Por isso, permitiu aos grupos o processo da autoatribuição. Por quê? As identidades são múltiplas, e, na sociedade hegemônica, apenas um grupo tem o poder das designações – diz quem os outros são. Por isso, esse juiz ainda acha que está no mundo em que ele tem o poder de dizer quem os outros são. Alguém tem de dizer para ele que não é assim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Estamos falando para todo mundo acho que o tempo todo.

Por fim, para terminar, há muita coisa; são tantas as questões.

Com relação à mulher, acho que há um outro argumento, que é a proibição de retrocesso social. A questão da mulher pescadora foi reconhecida pela Justiça, o seguro-defeso foi pago à mulher por sua condição de ser mulher de pescador – ela é mulher de pescador, está inseria em uma sociedade patriarcal que lhe reservou o papel de não tomar a cachacinha.

Então, isso tudo foi reconhecido. Isso não pode ser ignorado agora, sob pena de infringirmos um princípio fundamental em matéria de direitos humanos. Acho que temos campo para tentar, neste espaço que é estratégico, fundamental, do Legislativo, reverter essa situação.

Muito obrigada e, mais uma vez, parabéns a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Agradeço enormemente a todos os convidados que atenderam ao nosso convite e agradeço às lideranças dos pescadores e a todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Infelizmente, fizemos todas as concessões possíveis. Agora, caminhamos para encerrar a audiência pública e vamos retomar lá na frente com as audiências públicas que vamos fazer em relação a todas as denúncias que preciso encaminhar.

As denúncias foram feitas aqui, e serão encaminhadas as notas taquigráficas ao Ministério Público Federal. Na semana que vem, deveremos aprovar o requerimento de audiência pública para que possamos sentar aqui à Mesa representantes da Marinha, representantes talvez até do Ministério da Defesa. Vou ler a resposta do Ministro às questões levantadas pela Rosemeire. Vamos estudar todas essas possibilidades, para ver como poderemos interagir e nos contrapor a essa escalada de redução de direitos.

Na verdade, nós trabalhamos aqui com os segmentos não representados da sociedade. Não me consta que os quilombolas tenham representantes no Senado ou na Câmara, muito menos os indígenas. Os indígenas,

graças a Roraima, hoje temos um Senador que se afirma como indígena, que afirma a identidade indígena; isso é uma coisa extraordinária para um Senado elitista como é o nosso.

Enfim, temos de ver como var dar condução, porque são tantas as denúncias e não são só da Bahia essas denúncias. Isso é um retrocesso, uma tentativa de reduzir direitos que atingem os quilombolas, atingem os povos indígenas com a PEC nº 215, que realmente, se aprovada, paralisaria completamente...

Haveria um retrocesso inclusive nos processos demarcatórios já homologados das terras indígenas. Faz anos que não se homologa uma terra quilombola. Não sei quantos anos. No caso de vocês, deve fazer muito tempo que não se homologa.

E, depois, a identificação, demarcação de terra quilombola talvez seja tão lenta quanto a dos indígenas. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É mais, não é?

Então, nós estamos diante de um quadro de retrocesso. Aqui no Senado, esses segmentos, têm um grupo de Senadores que os apoiam. Não são tantos, mas é um grupo consistente, que pode certamente, com uma boa estratégia, paralisar essa onda desenfreada conservadora que vem da Câmara.

Confesso a vocês que tenho enorme identidade com vocês, porque eu represento aqui quilombolas, represento os indígenas, represento as parteiras tradicionais, eu represento os pescadores, os ribeirinhos, os castanheiros, aqueles que não têm voz. Nós corremos risco tanto quanto vocês. Exatamente. Eu e a minha companheira, Deputada Janete Capiberibe, perdemos o mandato em 2013 acusados de termos comprado dois votos, pagos à prestação. Essa acusação nos tirou os dois mandatos.

Então, quem defende esses segmentos não representados corre enorme risco. E nós corremos permanentemente os riscos. Repito a vocês que esta é uma sociedade elitista, uma sociedade em que o juiz da Bahia não entende a pluralidade da sociedade brasileira. Ele não consegue meter isso na cabeça. Ele vem de um estrato social determinante – a vontade dele, a vontade daqueles que ele representa debaixo da toga.

Então, infelizmente nós temos de lutar muito para construir uma sociedade democrática. A democracia, em princípio, estabelece uma convivência com as diferenças, uma convivência pacífica, harmoniosa. E é isso que nós temos que lograr. Essa conquista democrática de reconhecimento de todos aqueles que habitam este enorme País é fundamental.

Portanto, fico muito satisfeito. Acho que foi riquíssimo nosso debate. Foi importantíssimo. Trouxe elementos que nos vão ajudar a continuar, porque isso aqui é só o começo. Nós queremos que vocês conquistem o direito de viver em paz nas comunidades quilombolas, nas comunidades indígenas, nas comunidades ribeirinhas, enfim. E temos que paralisar essa onda de retirar direitos daqueles mais carentes, mais desassistidos, com pouca representação política.

Agora, mais uma vez, repito, essa questão da representação popular da Câmara, do Senado, tem que ser debatida, porque ainda uma parcela importante da sociedade brasileira vota sem medir a importância do eleito, a importância do Parlamentar eleito. Então, para isso, é preciso um debate político permanente. A democracia se constrói, e a política é para isso: é um instrumento de transformação e de mudança. Pode ser para pior, que nós estamos vendo que está havendo um retrocesso, porque a representação política está impondo esse retrocesso, mas pode ser para melhor. Nós podemos operar transformações para melhor.

Portanto, eu queria encerrar, agradecendo mais uma vez a todos que participaram desta audiência pública.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 04 minutos , a reunião é encerrada às 18 horas e 28 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 29 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: Paulo Paim, Regina Souza, Donizeti Nogueira, Angela Portela, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Humberto Costa, Dário Berger, Hélio José, Simone Tebet, Sérgio Petecão, José Medeiros e Eduardo Amorim. **Pauta.** A Presente reunião é realizada em duas partes. O Senhor Presidente submete às Comissões a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. **1ª Parte. Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007** - Terminativo - Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dis-

põe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório**:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na CAE, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Jorge Afonso Argello. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012 - Terminativo -** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatoria. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011 -** Terminativo - Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda(Substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório; ficam adiadas a discussão e a votação. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011 -** Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório; ficam adiadas a discussão e a votação. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012 -** Terminativo - Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). **Resultado:** Lido o Relatório; ficam adiadas a discussão e a votação. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2012 –** Complementar - Não Terminativo - Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatoria. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2013** - Não Terminativo - Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para impor ao poder público o dever de coletar informações biométricas e de material genético dos pais e parentes das crianças desaparecidas ou em situação de risco, e das crianças e adolescentes em processo de adoção ou em situação de risco, cujas famílias não sejam conhecidas, reunindo-as em um banco de dados nacional de perfis genéticos e biométricos. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2013** - Não Terminativo - Define crimes de terrorismo e dá outras providências. Autoria: ATN Nº 2, de 2013 - Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da CF. (CMCLF). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do Projeto e das Emendas de Plenário, em razão de sua prejudicialidade. **Resultado**: adiado. **Item 10. Sugestão nº 3, de 2014 -** Não Terminativo - Dispõe sobre a grade curricular do ensino médio e a obrigatoriedade de acesso à internet nas escolas do ensino médio. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. **Item 11. Sugestão nº 7, de 2014 -** Não Terminativo - Regulamentação das Atividades de Marketing de Rede. Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015** - Não Terminativo - Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 53, de 2015**. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Au-

diência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A saúde da mulher com deficiência". **Resultado:** Aprovado. **Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 54, de 2015.** Autoria: Senador Telmário Mota e outros. Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH), para discutir a situação dos Ministros de Confissão Religiosa idosos do Brasil. **Resultado:** Aprovado. **Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56, de 2015 .** Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Impactos das Medidas Econômicas sobre a População Negra". **Resultado:** Aprovado. **Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 57, de 2015.** Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Data e Mês Único para o início da campanha nacional de vacinação contra gripe : - É eficaz, sem levar em conta as especificidades das Regiões do País?". **Resultado:** Aprovado. **Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 58, de 2015.** Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "O Fator Previdenciário e os Direitos Humanos". **Resultado:** Aprovado. **Extrapauta. Item 18. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 59, de 2015.** Autoria: Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "A preocupante situação da assistência cirúrgica aos pacientes com doenças cardiovasculares". Serão enviados convites para os representantes da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular e do Ministério da Saúde e os demais convidados serão informados posteriormente para a secretaria da Comissão. **Resultado:** Aprovado. **Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 60, de 2015.** Autoria: Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de uma Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o projeto "A Cidade Constitucional", da Universidade de São Paulo, em cooperação técnica com a ESAF. O debate que envolve processo legislativo, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e as funções parlamentares, contará com a participação de universitários de todo o Brasil. **Resultado:** Aprovado. **Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 61, de 2015.** Autoria: Senador João Capiberibe e outros. Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para ouvir os pais dos adolescentes mortos na Chacina no Cabula – Salvador/BA. Segue os nomes: 1- Ediele Santana dos Santos – Mãe; 2- Maria das Dores Chaves de Oliveira – Mãe; 3 Edcarla Pinheiro dos Santos Lima – Mãe; 4- Antonio Carlos Borgens de Carvalho – Pai; 5- Hamilton Borges dos Santos – Coordenador da Campanha Reaja. **Resultado:** Aprovado. **Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 62, de 2015.** Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a tratar sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil. **Resultado:** Aprovado. **Item 22. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 63, de 2015.** Autoria: Senador Telmário Mota e outros. Requeiro a realização de audiência pública Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para dar continuidade à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências", em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a presença de lideranças indígenas, da FUNAI, do Ministério da Educação, de professores das línguas indígenas e especialistas a serem indicados oportunamente. **Resultado:** Aprovado. **Item 23. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 65, de 2015.** Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros. Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinados com as normas do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado a esta comissão o Sr. Tarek William Saab, Defensor del Pueblo da República Bolivariana da Venezuela, com a finalidade expor a situação dos diretos humanos naquele país. **Resultado:** Aprovado. **Item 24. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 66, de 2015.** Autoria: Senador Hélio José e outros. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência para verificar situação de ameaça a que estão submetidas as famílias do Acampamento Tiradentes, na Cidade de São Sebastião-DF, assim como aferir as condições em que estão vivendo, bem como, como verificar o andamento do processo de consolidação de assentamento dos acampados na área junto à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Governo do Distrito Federal e Agência de n Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap. **Resultado:** Aprovado. **2ª parte. Reunião de Trabalho. Finalidade: Apresentar e deliberar o Relatório sobre**

as denúncias e demais expedientes recebidos pela CDH no período de fevereiro a abril de 2015. Resultado: Aprovado o Relatório. O Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Souza ás onze horas e quatro minutos. Às onze horas e doze minutos a Senhora Presidenta devolve a presidência. O Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Souza ás onze horas e vinte e três minutos. Às onze horas e trinta e sete minutos a Senhora Presidenta devolve a presidência. O Senhor Presidente passa a presidência para o Senador João Capiberibe ás doze horas e quatro minutos. O Senhor Presidente João Capiberibe passa a presidência para a Senadora Regina Souza ás doze horas e trinta e um minutos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, Regina Souza, Eduardo Amorim, Donizete Nogueira e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e quatro minutos, eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, lavrei a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 14ª a 17ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Informo que recebemos diversas denúncias e outros expedientes nos meses de março e abril deste ano. A fim de facilitar e dar celeridade aos encaminhamentos, avoquei a relatoria dessas denúncias nos termos do art. 96, parágrafo 2º, do Regimento Interno.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta do seguinte item. (*Pausa.*)

Como sou relator, passo a Presidência a nobre Senadora Regina Sousa.

A Senadora Regina Sousa está vindo para a mesa para que eu possa, rapidamente, fazer os relatórios.

Passo a palavra para a Senadora para que ela me conceda a palavra como relator.

Senadora Regina Sousa como Presidente da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e todas. Srs. Senadores, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Relatório sobre as denúncias e demais expedientes recebidos em 2015.

Faremos o relato de cada denúncia recebida, bem como do encaminhamento proposto.

Primeiro, carta-denúncia.

Esta Comissão recebeu da Srª Necilda Belz carta-denúncia informando acerca dos fatos que ocasionaram a morte de seu filho Wesley Belz.

Os relatos da Srª Necilda e os documentos por ela encaminhados indicam que a morte de Wesley foi resultado da prática de tortura bem como de possíveis e sucessivos casos de omissão por parte de agentes e órgãos públicos.

Sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia da carta-denúncia, bem como de seus anexos ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo e a Corregedoria da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo para que sejam adotadas as providências cabíveis.

Ofício 2.

A Comissão recebeu do Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul denúncia acerca da invasão a uma residência, com objetivo de retirar bandeiras expostas na sacada do apartamento, durante manifestação organizada por associações empresariais, no dia 28 de fevereiro de 2015, na cidade de Chapecó-SC.

Sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia do ofício ao Ministério Público de Santa Catarina para que sejam adotadas as providências cabíveis.

O referido Centro de Referência em Direitos Humanos também relatou diversos problemas abordados pelos moradores do Residencial Expoente que impedem o Programa habitacional Minha Casa, Minha Vida de corresponder às expectativas almejadas pelo Governo.

Sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia do Ofício ao Ministério das Cidades para que adote as providências cabíveis.

Assim foi feito.

Número 3: Carta SOS" Intoxicados DDT – Soldados da Malária.

A Comissão recebeu, do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Rondônia, Carta SOS Intoxicados DDT – Soldados da Malária.

A carta informa que a situação e o quadro de adoecimento dos Combatentes das Endemias, em especial à malaria até a década de 90, com o uso de DDT; e solicita o apoio desta Comissão na tramitação e aprovação da PEC 17/2014, que concede indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta SUCAM e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo DDT.

Considerando que a referida PEC se encontra na CCJ desta Casa Legislativa, sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia da Carta para aquela Comissão para que tome as providências.

Número 4. Ofício 003/2015.

A Comissão recebeu da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias, da Assembleia Legislativa de Roraima, ofício informando sobre o óbito do brasileiro Valdeci Ferreira da Silva em solo estrangeiro e relatando as dificuldades da viúva, Srª Lucilene Dias, para fazer o translado do corpo.

Considerando os fatos expostos, sugere-se que esta comissão encaminhe cópia do ofício à Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores para que analise e encaminhe o devido apoio à Srª Lucilene.

Numero 5. Carta Aberta do Movimento Permanente, Nada Sobre Nós, Sem Nós

A Comissão recebeu do Movimento Permanente Nada Sobre Nós, Sem Nós, Carta Aberta aos Três Poderes da República, aos Governos de Estado e do Distrito Federal e à Comunidade em Geral.

A carta relata as dificuldades e a luta de familiares, profissionais, movimentos sociais e entidades da sociedade organizada para reivindicar e garantir espaços específicos e diferenciados para a educação das pessoas com deficiência, e reivindica a substituição imediata da atual equipe da Secretaria.

Sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia do Ofício ao Ministério da Educação.

Últimos ofícios.

Item 6. A Comissão recebeu Moção de Repúdio de autoria de diversos vereadores da Câmara Municipal de Americana, que repudia as manifestações preconceituosas, racistas e de caráter homofóbico do Deputado Jair Bolsonaro, em Sessão Plenária do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, contra a Deputada Maria do Rosário.

Sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia dos referidos documentos à Câmara dos Deputados, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

Item 7. Moção de Repúdio 10/2015

A Comissão recebeu Moção de Repúdio de autoria de inúmeros vereadores da Câmara Municipal de Americana também contra Jair Bolsonaro, que vai na mesma linha daquele que já lemos.

Item 8. Denúncia Ameaça

Compareceu a esta Comissão a Srª Josefa Gomes, acompanhada da Srª Wilclea Sousa, informando que, durante reunião na Secretaria de Agricultura do GDF, elas sofreram ameaças que, segundo as vítimas, teriam sido feitas pelo Sr. Honório Fernandes de Oliveira, conforme a denunciante.

Sugere-se, então, já que ouvimos só a denunciante, que esta Comissão encaminhe Ofício e cópia dos documentos apresentados à 30ª Delegacia de Polícia Civil de São Sebastião, para que sejam averiguadas e tomadas as providências cabíveis.

Por fim, Aviso nº 1192.

A Comissão recebeu do TCU, para conhecimento, Aviso, que encaminha cópia de Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 025.175/2014-9.

O referido processo trata de Relatório Sistêmico de Fiscalização de Pessoal elaborado com o objetivo de fornecer ao Congresso Nacional, suas comissões, aos gestores de recursos humanos, bem como à sociedade brasileira, uma visão geral das despesas realizadas pela Administração Pública com os seus servidores, a evolução e distribuição destes gastos, apontando potenciais necessidades, deficiências, desafios e oportunidades de melhoria em diversos aspectos relacionados às políticas de pessoal, de modo a aperfeiçoar as atividades de gestão e os trabalhos de fiscalização e controle externo do TCU.

Os documentos aqui tratados encontram-se à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão, Srªs e Srs. Senadores.

Aqueles que concordam com os relatórios por mim lidos permaneçam como se encontram para a votação a seguir.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, tínhamos três relatorias...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só queria já agradecer aqui a nossa querida Presidenta e, em segundo, aqui a Assessoria.

Seria importante que ela colocasse em votação os relatórios por mim lidos para que, daí, ela possa me devolver a Presidência. Fui aqui o Vice da rapidez, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, o Senador apresentou vários relatórios, várias denúncias. Tem alguém que queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo, considero aprovados os relatórios.

Devolvo a palavra, a Presidência... Ah, sim, tem que votar, né?

Aqueles que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Regina Sousa, mais uma vez, sempre presente aqui na Comissão e colaborando com esta Comissão de Direitos Humanos. S. Exª tem uma história bonita e que orgulha muito a todo o povo brasileiro.

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, temos três relatorias, um projeto terminativo e dois não terminativos. Eu queria pedir inversão de pauta, já que eu tenho outras relatorias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está concedida a V. Exª. Vamos primeiro aos não terminativos, que votaremos de imediato. E o terminativo, se V. Exª quiser também ler, ficaria para um outro momento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pronto, Sr. Presidente. Começo pelo Item 8.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se V. Exª permitir, eu só faço aqui a apresentação.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2013
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para impor ao poder público o dever de coletar informações biométricas e de material genético dos pais e parentes das crianças desaparecidas ou em situação de risco, e das crianças e adolescentes em processo de adoção ou em situação de risco, cujas famílias não sejam conhecidas, reunindo-as em um banco de dados nacional de perfis genéticos e biométricos.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

- Em 15/04/2015, a matéria foi retirada de pauta pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra ao Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, esse Projeto de Lei do Senado 250, de 2013, impõe ao poder público o dever de coletar informações biométricas e material genético dos pais e parentes das crianças desaparecidas ou em situação de risco, e das crianças e adolescentes em processo de adoção ou em situação também de risco, Sr. Presidente.

Esse projeto aqui da Comissão tem o objetivo de impor ao poder público o dever de coletar as informações biométricas, como já foi dito, dos pais e parentes das crianças desaparecidas ou em processo de adoção para possibilitar comparação, sendo admitida a recusa por parte dessas pessoas por escrito.

Então, o nosso parecer e o nosso voto, Sr. Presidente, sendo sintético, é pela aprovação do referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, será encaminhado à CCJ.

De pronto, meus cumprimentos ao Senador Eduardo Amorim, parceiro de todas as horas desta Comissão. E tive a alegria ontem de receber colegas seus, que falavam do trabalho que ele faz lá no Estado e o carinho que ele tem pela Comissão de Direitos Humanos.

Aprovado o projeto.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos ao Item 10, também de relatoria do Senador Eduardo Amorim.

ITEM 10
SUGESTÃO Nº 3, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a grade curricular do ensino médio e a obrigatoriedade de acesso à internet nas escolas do ensino médio.
Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, esse projeto, decorrente de sugestão do Programa... Só um minuto, Sr. Presidente, é que são...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fique tranquilo. Eu que acelero até demais, às vezes. Então, enquanto V. Exª se orienta, eu lembro que esse projeto não é terminativo, como aquele que foi relatado anteriormente pelo Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, esse projeto, decorrente da sugestão do Programa Senado Jovem, nº 3, de 2014, à Comissão de Direitos Humanos, várias autorias, autoria de vários jovens Senadores, quando da reunião da CDH.

E quero aqui parabenizar V. Exª pelo trabalho que desenvolve junto ao Senado Jovem. A proposta é de inclusão nos currículos de ensino médio dos seguintes conteúdos: conhecimentos básicos sobre Constituição Federal, sobre cultura regional, sobre ética, cidadania e sistema político.

Deve-se esclarecer que esse conteúdo pode ser trabalhado em disciplinas tradicionais, como História, como Sociologia, como Filosofia, como Literatura, Geografia e Artes. Ademais. Cabe por delegação ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a tarefa de definir os conteúdos curriculares mínimos, não devendo assim os currículos do ensino serem definidos por lei.

Outra proposta é a obrigatoriedade de terem as escolas de ensino médio no mínimo um ponto de acesso à internet disponível para uso dos alunos.

O parecer, Sr. Presidente, é favorável com a apresentação de um projeto de lei dispondo sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de acesso à internet para os alunos das escolas de ensino fundamental e médio, bem como nas redes públicas como nas privadas.

Portanto, o nosso Parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

Relator: Senador Eduardo Amorim.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Senador Eduardo Amorim, item 5, o último projeto. Em seguida, passaremos para nobre Senadora Regina Sousa.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável.
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Esse projeto somente – os outros dois não eram terminativos, já foram votados – é terminativo. Será feita a leitura e será votado no momento adequado.

Com a palavra, nesse momento, o nobre Relator da matéria, Senador Eduardo Amorim, para leitura do seu Parecer.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011, dispõe sobre hospedagem de crianças e adolescentes, acompanhado dos pais ou responsáveis.

Como o senhor disse, a matéria de autoria da Senadora Maria do Carmo, minha colega e amiga lá no meu Estado de Sergipe.

O projeto foi aprovado na CDR e agora tramita na Comissão de Direitos Humanos. Esse projeto, Sr. Presidente, determina que os estabelecimentos hoteleiros, quando da reserva ou venda antecipada de hospedagem, alertem os prováveis hospedes sobre a obrigatoriedade de apresentarem, no ato do registro, documentos que comprovem a identidade e filiação da criança ou do adolescente a ser hospedado, bem como comprovantes legalmente aceitos da autorização e da paternidade, maternidade ou responsabilidade legal atribuída ao acompanhante.

Também ordena ao poder público que vincule, nos meses de novembro e dezembro, por cinco anos, a campanha publicitária.

Nosso Parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação com três ajustes a serem elencados. Primeiro, que adota uma emenda que abarca toda matéria que se pretende regular. Segundo, Sr. Presidente, no art. 1º, o projeto deve explicitar a obrigação imposta aos estabelecimentos hoteleiros e, terceiro, o art. 2º, a questão da vinculação por parte do poder público passa a ser recolocada no último capítulo.

Portanto, é pela aprovação, com essas três emendas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo no momento quem queira discutir, fica suspensa a discussão que vai continuar depois que tivermos o quórum adequado para que haja a votação, já que o projeto é terminativo.

Vamos ao item 12.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Relatoria *ad hoc* é da Senadora Regina Sousa.

O projeto é não terminativo. O relatório foi lido pela nobre Senadora, concluindo pela aprovação do projeto, ocasião em que foi pedida vista pelo Senador Donizeti Nogueira.

Consulto o Senador Donizeti Nogueira se há manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não chegou à mesa nenhuma manifestação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão, colocando em votação o relatório apresentado pelo Senado Davi Alcolumbre e lido, como Relator *ad hoc*, pela Senadora Regina Sousa.

Coloco em votação o relatório. O parecer do projeto é favorável.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para a análise da Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Agora, vamos a uma série de requerimentos.

Convido novamente a nobre Senadora Regina Sousa a assumir a Presidência, para que eu possa dar encaminhamento aos requerimentos, inclusive alguns de minha autoria.

Passa a presidir, neste momento, a Comissão de Direitos Humanos a Senadora Regina Sousa, para alegria e satisfação de todos nós, ela que está sempre presente nesta Comissão. E ela cumpre um papel fundamental. Se não fosse a presença dela aqui, esta sessão não poderia estar acontecendo, inclusive com o debate que teremos no segundo momento. E tenho certeza de que S. Exª vai ajudar muito nos encaminhamentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) –

ITEM 13

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 53, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A saúde da mulher com deficiência".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bem rapidamente, Srª Presidenta, Senadora Regina Sousa, sempre discutimos a saúde da mulher, e houve um pedido das entidades que lutam, articulam, se mobilizam com as pessoas com deficiência, que nos ajudaram muito na construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência – e eu tenho certeza de que o aprovaremos ainda neste semestre e vamos vê-lo sancionado pela Presidenta Dilma –, para que a gente fizesse uma audiência pública específica para discutir a saúde da mulher com deficiência. Este é o objetivo do requerimento, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Quem for a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, nós vamos continuar aprovando os requerimentos, e eu vou tomar a liberdade de assinar embaixo do requerimento do Senador Telmário, para que, de fato, ele possa ser aprovado.

O item 14, Srª Presidenta, que eu assino junto com o Telmário, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir a situação dos ministros de confissão religiosa idosos no Brasil.

O Senador está preocupado porque inúmeros ministros que dedicam a sua vida pregando a religião, quando ficam idosos, ficam numa situação vulnerável. Então, a intenção do Senador Telmário, uma intenção brilhante, como sempre, teve o meu aval. Eu assinei junto com ele e peço a aprovação do requerimento dele, já que ele não está presente. Mas como eu assinei junto, ele poderia ser votado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) –

ITEM 14

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 54, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH), para discutir a situação dos Ministros de Confissão Religiosa idosos do Brasil.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem discuta, em votação.

Quem for favorável permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, o item 15, de que eu também participo, requer a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater, por sugestão da Sepir, os impactos das medidas econômicas sobre a população Negra.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Impactos das Medidas Econômicas sobre a População Negra".

Autoria: Senador Paulo Paim

O título já diz tudo: a importância de nós termos políticas econômicas que na verdade venham fortalecer brancos, negros, índios. Mas aquelas que trazem prejuízos especificamente à população negra nós queremos debater com profundidade, para que sejam garantidos direitos iguais para todos.

Este é o requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo discussão, em votação.

Quem for favorável permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, Senadora Regina Sousa, o outro requerimento requer realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para definir o tema, data e mês único para o início da campanha nacional de vacinação contra a gripe. É eficaz levar-se em conta as especificidades das regiões do País. É um documento que nos chegou, pedindo que a gente discuta com profundidade essa questão da importância das campanhas de prevenção, ou seja, vacinação contra a gripe. É esse o requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Quem for a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, o item 17 requer realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir o tema que está na Ordem do Dia do Congresso Nacional e da sociedade brasileira: o fim do fator previdenciário e os direitos humanos.

O fator previdenciário é quase que, eu diria, uma guilhotina na cabeça do trabalhador e da trabalhadora no ato da sua aposentadoria. Há um movimento grande. Já há uma decisão, inclusive, do encontro do PT lá em Fortaleza, que pediu o fim do fator previdenciário. Nesses duas MPs, tanto à nº 664 como à nº 665, apresentamos emendas para acabar com o fator previdenciário. O Senador Donizeti e a Senadora Regina subscrevem essas emendas, porque acho que é o momento desse debate, e sentimos que há espaço dentro do Governo para construirmos outra fórmula que não seja mais o fator previdenciário, e, por isso, será importante esse debate, com a presença, inclusive, do Ministro Gabas, que já demonstrou ser totalmente favorável a que haja mudança nessa questão do fator previdenciário.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem for a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Inclusão extrapauta.

Consulto aos Srs. e Srªs Senadoras se concordam com a inclusão de seis requerimentos extrapauta. Se forem a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, vamos à apresentação dos requerimentos.

Passo a Presidência para o Senador Paim. Não, posso ler? Esta Presidência lê. Desculpa.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 59, de 2015

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "A preocupante situação da assistência cirúrgica aos pacientes com doenças cardiovasculares". Serão enviados convites para os representantes da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular e do Ministério da Saúde e os demais convidados serão informados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Quer comentar? Junto com o Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, esse requerimento que ora colocamos em votação recebi da sociedade brasileira que cuida da situação de pacientes com doenças cardiovasculares, para que eu fizesse uma audiência pública nesta Comissão tratando sobre esse tema. Foi iniciativa dos profissionais dessa área e do Dr. Lucchese, lá do meu Estado, do Rio Grande do Sul.

Seriam convidados para essa audiência pública, além da sociedade brasileira de cirurgia cardiovascular, o Ministério da Saúde, e os demais convidados serão posteriormente indicados por esta Comissão.

É um tema interessante. Eles têm uma série de propostas para encaminhar para o Ministério, e aqui o Ministério discutiria com esses profissionais encaminhamentos que só vão aperfeiçoar o sistema de saúde do nosso País.

Como é uma iniciativa, para mim, muito propositiva desses profissionais, eu encaminho pela aprovação desse requerimento e, claro, da data da audiência pública nós vamos marcar com o Ministério da Saúde e com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encarro a discussão.

Em votação.

Os que estão a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) –

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 60, de 2015

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de uma Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o projeto "A Cidade Constitucional", da Universidade de São Paulo, em cooperação técnica com a ESAF. O debate que envolve processo legislativo, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e as funções parlamentares, contará com a participação de universitários de todo o Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O presente requerimento está baseado no art 93, Inciso II, do Regimento do Senado Federal e requer a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o projeto A Cidade Constitucional, da Universidade de São Paulo, em cooperação técnica com a Esaf.. O debate que envolve processo legislativo, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e as funções parlamentares, contará com a participação de universitários de todo o Brasil e também com a participação do representante do Ministério da Educação.

É uma audiência pública interessante. Este plenário vai estar lotado de universitários. Eles mostrarão aqui a sua vontade de conhecer mais o Parlamento e como se dá a integração Ministério da Educação, universidade e o próprio Legislativo. Esse é o objetivo do requerimento, Srª Presidenta. E a data, claro, será combinada com o Ministério da Educação, que já confirmou a presença de um representante.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os que estão a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para ouvir os pais dos adolescentes mortos na Chacina no Cabula – Salvador/BA. Segue os nomes: 1- Ediele Santana dos Santos – Mãe; 2- Maria das Dores Chaves de Oliveira – Mãe; 3 Edcarla Pinheiro dos Santos Lima – Mãe; 4- Antonio Carlos Borgens de Carvalho – Pai; 5- Hamilton Borges dos Santos – Coordenador da Campanha Reaja. Autoria: João Capiberibe.

Ele não se encontra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Assino embaixo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Parece-me que há pessoas presentes da família.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acertei aqui com a minha querida Presidente que ela assina. Os convidados estão aqui presentes. Farei a leitura, e ela representa o Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61, de 2015

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no dia de hoje, para ouvir os pais dos adolescentes mortos na Chacina no Cabula – Salvador/BA. Segue os nomes: 1- Ediele Santana dos Santos

– Mãe; 2- Maria das Dores Chaves de Oliveira – Mãe; 3 Edcarla Pinheiro dos Santos Lima – Mãe; 4- Antonio Carlos Borgens de Carvalho – Pai; 5- Hamilton Borges dos Santos – Coordenador da Campanha Reaja. Autoria: João Capiberibe e Senadora Regina Sousa.

Com a palavra, a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Há pessoas do movimento aqui presentes. Depois, vamos dar-lhes a palavra.

Justificativa: A violência ocorreu na madrugada de sexta-feira 06 de fevereiro, na Estrada das Barreiras, em Salvador, resultou no assassinato de treze pessoas e cinco ficaram feridas.

Segue os nomes:

1- Ediele Santana dos Santos – Mãe;

2- Maria das Dores Chaves de Oliveira – Mãe

3- Edcarla Pinheiro dos Santos Lima – Mãe;

4- Antonio Carlos Borgens de Carvalho – Pai;

5- Hamilton Borges dos Santos – Coordenador da Campanha Reaja

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como vemos, agora eu estou na Presidência, V. Exª está como relatora e autora do requerimento. A Senadora Regina já leu o documento. Pela gravidade do fato, acertamos, com o Senador Capiberibe e com a querida Senadora Regina Sousa, que aprovaríamos o requerimento hoje mesmo. Os pais e as mães que se encontram aqui terão direito à palavra.

Com isso, coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Há mais dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há mais dois requerimentos. De minha autoria acho que não há mais nenhum. Como há dois requerimentos...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu, de pronto, agradeço muito à Senadora Regina Sousa, pela colaboração, neste momento, ao presidir a reunião, para que eu pudesse ler uma série de requerimentos em que assino junto com outros Senadores.

Voltamos à pauta normal.

ITEM 22
Requerimento Nº , de 2015

Requeiro a realização de audiência pública Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para dar continuidade à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências", em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a presença de lideranças indígenas, da FUNAI, do Ministério da Educação, de professores das línguas indígenas e especialistas a serem indicados oportunamente.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros.

O Senador Donizeti subscreve o referido requerimento.

Se V. Exª quiser comentar, tem a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para considerar que esse é um tema muito importante. Penso que seja relevante fazermos essa discussão aqui. Por isso, estou subscrevendo aqui, com o Senador Telmário, para fazermos curso a essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 23
Requerimento Nº , de 2015

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinados com as normas do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado a esta comissão o Sr. TAREK WILLIAM SAAB, DEFENSOR DEL

PUEBLO da República Bolivariana da Venezuela, com a finalidade expor a situação dos diretos humanos naquele país.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Aqui vem toda uma justificativa. Já que o Senador Donizeti assinou junto e o Senador Lindbergh não se encontra, gostaria que o Senador Donizeti lesse a justificativa, que achei bem interessante e sustenta o nosso requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Paim, esse é um tema que tem sido muito recorrente aqui em relação à Venezuela.

A justificação é a seguinte: a figura do *defensor del pueblo, ombusdman*, ou ainda o procurador de direitos humanos, como também é reconhecido esse representante, foi criada para combater os abusos cometidos por autoridades estatais, assim como para promover o respeito aos direitos humanos e contribuir para dotar a sociedade de uma cultura relativa à prevalência desses direitos.

Trata-se, na realidade, de um representante do parlamento, encarregado de supervisionar o cumprimento da lei por parte dos funcionários da administração pública. O atual ocupante desse importante cargo, Sr. Tarek William Saab, tem uma longa trajetória em defesa dos direitos humanos na Venezuela, inclusive integrada à comissão da verdade, justiça desse nosso vizinho.

No momento em que se discute vivamente a situação dos direitos humanos na Venezuela, desde uma perspectiva única e limitada, consideramos de grande importância que a voz desse grande combatente pelos direitos humanos seja ouvida por esta Comissão.

Tem sido muito recorrente a discussão em relação à Venezuela. Ontem mesmo, havia um requerimento tratando desse assunto no plenário do Senado.

Então, peço a aprovação desse requerimento, junto com o Senador Lindbergh, por considerar muito relevante a oportunidade de podermos ouvir debater esse tema com este País vizinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação do requerimento conforme apresentado e defendido pelo Senador Donizeti e também referendado pelo Senador Lindbergh Farias.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 24
Requerimento Nº , de 2015

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência para verificar situação de ameaça a que estão submetidas as famílias do Acampamento Tiradentes, na Cidade de São Sebastião-DF, assim como aferir as condições em que estão vivendo, bem como, como verificar o andamento do processo de consolidação de assentamento dos acampados na área junto à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Governo do Distrito Federal e Agência de n Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap.

Senador Hélio José é o autor, e assinou aqui também a Senadora Regina Souza.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Alguém quiser se pronunciar? Senão, vamos direto à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Apenas quero dizer que as senhoras que denunciaram a agressão estiveram conversando conosco aqui na Casa, e o Senador Hélio José então resolveu encaminhar o requerimento.

Aprovado.

Voltamos à nossa pauta.

Os requerimentos foram aprovados.

Vamos lá, então.

Há itens não terminativos.

Vamos fazer a leitura, e vou pedir já o auxílio aqui também do Senador José Medeiros, no sentido de que possamos encaminhar já a leitura de alguns...

ITEM 11
SUGESTÃO Nº 7, de 2014
- Não terminativo -

Regulamentação das Atividades de Marketing de Rede.

Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Passamos a relatoria *ad hoc* ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir vou direto à análise.

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 48, que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. O comando inclui legislar especialmente sobre aquelas matérias elencadas no art. 22, dentre as quais figuram questões sobre direito comercial. É o caso da sugestão em análise, que trata da regulação de um tipo específico de relação comercial.

A esta CDH, nos termos do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete opinar sobre sugestões legislativas.

Não há vicio de origem da matéria, já que o assunto não se insere entre os temas de competência de iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo, conforme art. 61 da Carta Magna.

Quanto ao mérito, a sugestão busca diferenciar uma atividade comercial lícita e virtuosa de outra irregular e criminosa. Qual seja, a prática de esquemas piramidais. Isso reside no fato de que esquemas fraudulentos tentam, equivocadamente, caracterizar suas atividades como sendo de venda direta por meio do mesmo modelo de *marketing* multinível ou de relacionamento.

Quanto à juridicidade, não existe no Brasil atualmente regulamentação específica e com efeito a pirâmide financeira se caracteriza como crime contra a economia popular ainda que se baseie em cadeias de relacionamento em que o ganho de primeiro depende do repasse dos recursos das pessoas que se encontram nos níveis seguintes da cadeia piramidal.

Portanto, temos objeção quanto à adequação da Sugestão nº 7 de 2014 e ordenamento legal já existente.

Nesse caso, entendemos que a sugestão torna-se desnecessária tendo em vista que a legislação pátria já coíbe fraudes do gênero piramidal.

O voto.

Em virtude do exposto, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 7, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros. O seu relatório fica lido.

Não havendo quem queira discutir, como não é terminativo, nós podemos votá-lo.

Em votação o relatório do Senador José Medeiros. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu pergunto à Assessoria se há algum outro projeto não terminativo.

Não há mais nenhum projeto não terminativo.

Eu fui procurado pela Senadora Ana Amélia – S. Exª não faz parte desta Comissão – que apresentou um requerimento que eu acabei assinando, e acho que todos os Senadores poderiam também aprovar. Proponho que ele seja votado como extrapauta.

ITEM 21
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 62, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a tratar sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil.

Para tanto, sugiro sejam convidados os representantes do Ministério da Justiça; representante dos Serviços de Investigação de Crianças Desaparecidas do Paraná; representante da Associação Brasileira de Busca e Defesa de Crianças Desaparecidas Mãe da Sé; Dr. Ricardo Paiva, integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina; Camila Pitanga, atriz e Diretora-Geral de Movimento Humanos Direitos; representante da Unicef no Brasil.

A Senadora Ana Amélia não é desta Comissão e pediu, quando eu estava com ela na Comissão de Assuntos Sociais, que eu assinasse junto com ela. Eu disse que assinaria, como qualquer Senador assinaria. Ela está propondo que seja no dia 25, que é exatamente o dia internacional em defesa das crianças e adolescentes desaparecidos.

Eu disse que tentaria adaptar a data aqui, na Comissão, para que façamos no dia 25, trocando porventura uma agenda havíamos já ajustado, negociando, claro, com aqueles que postularam esse espaço.

Em discussão o requerimento.

Primeiro, em discussão se concordam que entre como extrapauta.

Aí podem já falar do mérito se assim entenderem.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, Senador, considero importante esse debate. A questão do desaparecimento é uma situação grave, não era para estar ocorrendo, mas continua ocorrendo. Há ainda muito tráfico de pessoas. Se houvesse alguma objeção no fato de a Senadora Ana Amélia apresentar, quero dizer que concordaria em também subscrever o requerimento. Portanto, estou de acordo com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu passaria para ambos, todos os três, todos assinaríamos o requerimento. E, nesse caso, posso presidir porque V. Exªs são autores desse requerimento.

Então, os que concordam que o requerimento entre extrapauta continuem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora ao mérito.

Os que concordam com o requerimento, quanto ao mérito, assinado por esses cinco Senadores permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria, neste momento, já que a nossa pauta foi concluída, dizer que a nossa iniciativa no dia de hoje, até por iniciativa do Senador João Capiberibe, é a de promover já uma audiência pública sobre o que aconteceu na Bahia.

Senador José Medeiros com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Há dois itens na pauta que não sei se V. Exª está deixando para outra reunião ou se vamos apreciar hoje.

São dois projetos sob minha relatoria. O Item 4 e o Item 6.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª lembrou bem.

V. Exª, como relator está presente, e vamos fazer a leitura desses dois relatórios. Meus cumprimentos pela assessoria que o nobre Senador está dando à Mesa.

É de praxe nesta comissão, sempre que os Senadores estão presentes, assegurar-lhes a leitura do relatório.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011
- Terminativo -

Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda(Substitutivo) que apresenta.
Observações:
Tramitação: terminativo nesta CDH.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a permissão de V. Exª, vou passar já para a análise para a celeridade dos trabalhos.

A análise da proposição confirma que a matéria tratada no PLS nº 382, de 2011, insere-se no âmbito das competências da União, nos termos do inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal (CF), pois trata da proteção e integração da pessoa com deficiência. Analisada a proposta,portanto, não foram identificados vícios de constitucionalidade formal ou material.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011, nos termos da emenda substitutiva que se segue.

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

Dê-se ao parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a seguinte redação:

"Art. 4º .....

Parágrafo único. Os parques de diversões, públicos e privados, e os centros de compras adaptarão, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível."(NR)

Esse projeto, Sr. Presidente, é para justamente adaptar, dar acessibilidade às crianças, ou seja, para que as crianças com alguma dificuldade possam ter acesso aos parques.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

É o Item 4, Projeto de Lei do Senado nº 382.

Relatoria: Senador José Medeiros.

Autoria: Vital do Rêgo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O voto é pela aprovação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, como é terminativo, ele sai de pauta e voltará no momento adequado.

Vamos agora ao item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, de 2012
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços.
Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senador José Medeiros.

Passo a palavra ao eminente Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Também com a permissão de V. Exª, vou direto à análise do projeto.

O PLS nº 205, de 2012, trata de direito comercial, matéria para a qual a União possui competência legislativa privativa, conforme inciso I do art. 22 da Constituição Federal; e trata, também, de proteção e integração social das pessoas com deficiência, matéria para a qual a União detém competência legislativa concorrente, a teor do art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal.

O texto é consentâneo com o art. 48 da Carta Magna, que legitima o Congresso Nacional a dispor sobre todas as matérias de competência da União. Ademais, a proposição não veicula violação de cláusula pétrea e atende aos requisitos de iniciativa, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Não se verificam, portanto, vícios de constitucionalidade, de juridicidade ou de técnica legislativa.

Vamos ao voto.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do projeto. Esse projeto trata do tempo e disponibilidade do manual de instruções de equipamentos para a pessoa com deficiência visual. Que ela possa solicitar um áudio desse manual dos produtos.

O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, sendo terminativa, a matéria saiu de pauta e voltará no momento adequado.

De pronto, quero cumprimentar o Senador José Medeiros como também os autores do item 4, Senador Vital do Rêgo; e Senador Jayme Campos do Item 6.

Senador João Capiberibe seja bem-vindo. Eles estão chegando...

Nosso querido Vice-Presidente, que está chegando neste momento e que vai ajudar inclusive na Presidência dos trabalhos. É dele a iniciativa deste momento tão importante.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Já fica a sugestão para o Senado colocar um adesivo ali naquele vidro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. Vamos colocar um adesivo, porque prejudica entrada.

Aprovei recentemente um requerimento da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular e faço questão de ler o documento que eles me entregaram, que foi o objetivo da aprovação deste requerimento.

Conforme consta aqui serão convidados para este debate o representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular e o Ministério da Saúde. E entre eles, conforme está aqui no requerimento, o próprio Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular e o Dr. Lucchese que é também um grande especialista e cirurgião nessa área.

Passo à leitura do documento.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (SBCCV), representando os cirurgiões cardiovasculares do Brasil, reunida de forma extraordinária em sua sede em São Paulo, analisou a preocupante situação.

Luiz, eu não consigo ler com você discutindo com o pessoal ali do lado... Ou você discute ou eu paro de ler.

Vou retomar a discussão.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (SBCCV), representando os cirurgiões cardiovasculares do Brasil, reunida de forma extraordinária em sua sede em São Paulo, analisou a preocupante situação da assistência cirúrgica aos pacientes portadores de doenças cardiovasculares.

Isto aqui é grave, pessoal. Por isso eu estou pedindo a atenção e fiz questão de ler o documento.

Segundo diz a Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, constatou-se um grave e iminente risco de colapso no atendimento cirúrgico, em especial às crianças cardiopatas, com diminuição progressiva e acentuada no número de cirurgias cardiovasculares realizadas nos últimos cinco anos, além da não incorporação de novas tecnologias. E, por esse motivo, somente por esse motivo, resolve-se alertar todas as autoridades para que se estabeleça uma interlocução imediata de discussão e equacionamento dos problemas existentes, preservando-se o legítimo direito da população de acesso universal à saúde.

Considerando-se que no ano de 2014, computando procedimentos SUS, Particulares e Convênios, chegou-se a um número total de 92.106 cirurgias cardiovasculares realizadas, enquanto que em 2010 eram realizadas 102.300 cirurgias cardiovasculares, ou seja, houve um decréscimo em torno de 10 mil cirurgias com fechamentos de Hospitais e Serviços de Alta Complexidade.

Todo o sistema de atendimento em cirurgia cardiovascular, compreendendo hospitais, profissionais de saúde e indústria de equipamentos biomédicos, passa por dificuldades que podem se tornar insuperáveis se não tiverem a ação devida dos órgãos competentes...

Estaremos com isso trazendo prejuízo enorme ao Sistema Público de Alta Complexidade, particularmente a cirurgia cardiovascular, com danos irreparáveis ao equilíbrio da sociedade.

Há que se ressaltar...

Eu vou pedir agora que fecham a porta. Se não fecharem a porta, o pessoal grita ali, e aqui não dá. Eu não consigo trabalhar assim.

Desculpem-me, mas ou a gente trata esses temas com a seriedade que exigem, e, nesse caso, a porta tem que ser fechada.

Há que se ressaltar a importância da manutenção do bom funcionamento dessa especialidade, uma vez que as doenças cardiovasculares são responsáveis por 32% das mortes no País.

Trinta e dois por cento, ou seja, de cada 100 pessoas que morrem, 32 são devido a esse tipo de procedimento ou seja doenças cardiovasculares.

Decidimos então, por meio deste documento, tornar público numa forma de contribuir e demonstrar a nossa preocupação. Consequentemente iniciar contatos com todas as autoridades constituídas para partilhar os problemas e buscar soluções.

A Diretoria da SBCCV encontra-se à disposição para os devidos esclarecimentos e orientação indispensáveis ao equacionamento desse grave problema que atinge a população brasileira.

Este documento que ora este Presidente lê, a pedido da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, não é nenhum segredo. Foi remetido ao Ministério da Saúde, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, à Anvisa, ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, a Líderes de Partidos Políticos; à Associação Médica Brasileira, ao Conselho Federal de Medicina, à Federação Nacional dos Médicos, aos Secretários Estaduais de Saúde, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União. Assina o presente documento: Dr. Marcelo Matos Cascudo, Presidente da SBCCV.

Agradeço também ao Dr. Lucchese, do Rio Grande do Sul, que fez contato por telefone pedindo que se possível eu encaminhasse uma audiência pública para que as autoridades constituídas, juntamente com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, pudessem aprofundar o tema. E como diz muito bem o documento: "Todos caminhando e somando na busca de soluções".

Os itens 3 e 7 foram retirados de pauta a pedido dos Relatores.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:
Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.
- Em 16/05/2012, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1-CAS).
- Em 15/04/2015 foi lido o Relatório, e concedida vista à Senadora Regina Sousa.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e CAS.
- Em 15/04/2015, a matéria foi retirada de pauta pelo Relator.)

Neste momento, eu queria passar a Presidência dos trabalhos ao Senador João Capiberibe, para que presida a segunda parte.

Eu entendo que este momento tem que se encerrar e V. Exª abriria a audiência pública, cujo requerimento já foi aprovado, para ouvirmos os pais e as mães dos adolescentes mortos na chacina que aconteceu na Bahia.

Então, está encerrada a nossa reunião correspondente à pauta deliberativa.

(Iniciada às 11 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 4 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 29 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, LOGO APÓS A 18º REUNIÃO, NA SALA Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Regina Sousa e dos Senadores João Capiberibe e Paulo Paim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 61 de 2015-CDH, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Paim, aprovado em 29/04/2015, para "ouvir os pais dos adolescentes mortos na chacina no Cabula, Salvador/BA". O Senhor Presidente faz suas considerações e passa a presidência para o Senador João Capiberibe, às doze hora e sete minutos. O Senhor Presidente João Capiberibe faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Hamilton Borges dos Santos, Coordenador da Campanha Reaja; Ediele Santana dos Santos, esposa de vítima da Chacina no Cabula; Edcarla Pinheiro dos Santos Lima, mãe de vítima; Maria das Dores Chaves de Oliveira, mãe de vítima; Antonio Carlos Borgens de Carvalho, pai de vítima. Às doze horas e trinta e um minutos o Senhor Presidente passa a presidência à Senhora Senadora Regina Sousa. Às doze horas e trinta e um minutos o Senhor Presidente passa a presidência à Senhora Senadora Regina Sousa. A Senhora Presidente acolhe os seguintes encaminhamentos, sugeridos pelo expositor Hamilton Borges dos Santos: 1) encaminhar ao Governador do Estado da Bahia e ao Ministério Público as notas taquigráficas da presente reunião, para que adotem as providências cabíveis; 2) solicitar aos órgãos competentes informações sobre os casos acompanhados pelo Movimento Reaja; 3) solicitar informações ao programa de proteção de defensores de direitos humanos sobre os pedidos de proteção feitos pelos militantes da Campanha Reaja; 4) solicitar ao judiciário informações sobre o andamento do caso do assassinato do filho da Sra. Maria das Dores, Edvanildo Oliveira dos Santos, na Comarca de Salvador/BA, morto em 2012, na greve da Polícia Militar; 5) realizar diligência no Estado da Bahia para averiguar, *in loco*, os casos de assassinato de jovens na Chacina do Cabula/BA; 6) solicitar informações a SEPPIR acerca de seu posicionamento sobre as mortes dos jovens assassinados na Chacina do Cabula-BA; 7) solicitar ao Judiciário que conceda acesso aos familiares das vítimas às provas periciais produzidas no bojo do inquérito policial e nos autos do processo. Fa-

zem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe e Paulo Paim e a Senhora Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e seis minutos. Eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Capiberibe,** Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, destinada à audiência pública para ouvir os pais dos adolescentes mortos na chacina no Cabula, em Salvador, Bahia.

Passo a palavra de imediato ao Vice-Presidente, para que assuma a Presidência – como é autor do requerimento – nesse novo momento da nossa reunião, de audiência pública referente a essa chacina que houve na Bahia.

Senador João Capiberibe com a palavra.

Só me permita, Senador João Capiberibe, em nome da Presidência da Comissão, deixar registrada a solidariedade ao povo da Bahia pelas chuvas e também pelo assassinato que houve... um dos tantos assassinatos que houve no mundo em relação ao povo negro. E aqui, claro, vamos aprofundar, com o povo da Bahia, o que aconteceu na Bahia.

Nesta reunião, temos a honra de receber os militantes da Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta, vindos da Bahia.

Como negro no Parlamento, sei da importância da luta e da resistência do nosso povo em todos os rincões do País, mas especialmente na luta contra a violência, que mata o nosso povo em todo o País.

Esta Comissão de Direitos Humanos tem feito um intenso debate nessa seara, com audiência pública proposta pela nobre Senadora Regina Sousa e pelo nobre Senador João Capiberibe, para debater a violência policial, além de tantas outras que temos realizado na luta contra o racismo e o preconceito.

Presto aqui, também, nossa solidariedade ao nosso povo baiano pelo sofrimento que tem passado com as chuvas e deslizamentos, que têm feito inclusive vítimas fatais, principalmente atingindo a zona dos mais pobres, os mais vulneráveis.

Que o Governo Federal garanta todo o apoio aos moradores, especialmente os das periferias da Bahia, onde sabemos que vive grande parte da nossa negritude.

Presto aqui, também, nosso apoio público à luta das negras e negros norte-americanos, que sofrem as agruras do racismo violento da polícia daquele país, que assassinou mais um jovem dentre os milhares de casos sem nenhuma justificativa aceitável, mas totalmente desumana.

Que este Parlamento seja a voz do povo negro brasileiro e de todo o mundo. Enquanto houver a opressão, a violência, sempre terá que haver a resistência.

É inadmissível ao que eu assisti: o caso desse menino, nos Estados Unidos, que foi covardemente assassinado com um tiro de um policial. Assisti ao caso de outro, também, pela TV, que foi parado, saiu do carro, e como estava sem documento, correu para tentar pegar um motivo de um advogado e mostrar que de fato o documento estava vencido. Mas o policial – eu vi – deu oito tiros nele, pelas costas.

Então, o que acontece na Bahia estamos unindo os fatos. O Senador João Capiberibe e a Senadora Regina são os autores desse requerimento que daqui para frente a gente vai desenvolver. E vamos dar todo o apoio.

A luta do povo negro é uma luta internacional. Há uma luta aqui, outra nos Estados Unidos e em tantos outros países. Por isso, meus parabéns pela iniciativa do Senador João Capiberibe e da Senadora Regina em relação a esse tema.

Eu passo a Presidência ao Senador João Capiberibe, que é o Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente Paulo Paim.

Cumprimento a Senadora Regina e todos aqueles que atenderam ao nosso convite para esta audiência pública.

Chegou a nós essa denúncia do assassinato, da chacina desse grupo de jovens, ontem, e graças à compreensão do Presidente Paulo Paim, encaminhamos o requerimento, que foi aprovado ainda há pouco. E agora passamos a ouvir as pessoas que estão aqui presentes e vão nos relatar sobre essa chacina.

Eu convido, para compor esta mesa, Ediele Santana dos Santos, que é mãe... Não veio? (*Pausa.*)

Ediele está presente? (*Pausa.*)

Ediele, por favor. Ela é esposa de uma das vítimas.

Maria das Dores Chaves de Oliveira, mãe de uma das pessoas assassinadas. Seja bem-vinda.

Edcarla Pinheiro dos Santos Lima. É mãe de um dos assassinados.

Antonio Carlos Borgens de Carvalho.

E, por último, Hamilton Borges dos Santos, que é coordenador da Campanha Reaja.

Vamos começar a audiência ouvindo o coordenador da Campanha Reaja, Hamilton Borges dos Santos.

Nós temos aqui dez minutos, com prorrogação de mais cinco minutos.

Hamilton com a palavra.

O SR. HAMILTON BORGES DOS SANTOS – Bom dia a todas as pessoas.

Eu queria cumprimentar, sabendo que ele vai retornar, o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado; e o Senador João Capiberibe, do PSB, Vice-Presidente e autor desse requerimento, e dizer ao senhor que nós agradecemos profundamente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Quero esclarecer: junto com a Senadora Lídice da Mata, que deve estar chegando aqui.

O SR. HAMILTON BORGES DOS SANTOS – ... e dizer que eu, particularmente, tenho muita satisfação em sentar a essa mesa com o senhor, pela admiração que tenho pelo senhor.

À Senadora Regina Sousa, do PT, Piauí, gostaria de agradecer em nome da Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto.

E vou otimizar o tempo que temos aqui para tratar do episódio que ocorreu no dia 6 de fevereiro, na comunidade do Cabula, em Salvador, em que duas guarnições de policiais assassinaram, executaram 15 jovens, registrado sempre como 12 pessoas, mas, nessa conta da polícia brasileira, da polícia baiana não estão contidos os desaparecidos e também não se fala das pessoas que foram baleadas e que, portanto, também sofrem um drama histórico de um tipo de política de segurança pública que é uma segurança pública que tem pessoas negas como alvo preferencial a partir de dispositivos de segurança que são criados, que têm um caráter seletivo, que pode levar qualquer pessoa negra, no Estado da Bahia, mas também no Brasil inteiro, a uma situação de morte e que tem consequências graves para a família como um todo.

Eu trouxe aqui, e ontem participamos de uma audiência na CPI do Extermínio de Jovens Negros na Câmara dos Deputados, e apresentamos esse relatório, que é um relatório feito pela Câmara do Deputados, esse relatório é de 2013, teve como autor o Deputado, 2003, o autor, o Deputado Luiz Couto, é o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio do Nordeste, que investigou os grupos de extermínio no Nordeste.

É importante nos falarmos aqui com as senhoras e os senhores sobre a inversão da prioridade nas investigações e na solução dos problemas de segurança pública no Brasil porque parece que todas as coisas neste País só têm repercussão quando acontecem no Rio de Janeiro e em São Paulo, assim como todas as políticas que existem, um peso enorme para o Rio de Janeiro e para São Paulo, mas, no Nordeste, e particularmente na Bahia, que é lugar de onde viemos, existe um drama sobre homicídios de pessoas negras, particularmente de jovens negros, de desaparecimentos forçados, de abordagens policiais que levam a uma humilhação de todo o povo.

Só como dado histórico, é importante nós dizermos que essa polícia que executou esses jovens no Cabula é uma polícia que nasceu em 1826, para combater um quilombo que fica naquela mesma região do Cabula, um quilombo chefiado por uma mulher. Essa polícia parece que não entende o lapso temporal, e nós não percebemos lapso temporal, ela tem o mesmo tipo de *modus operandi* e abordagens que é de executar pessoas em cima de simples suspeita, tirando o princípio elementar do Direito e sobretudo do Direito Penal que é o da presunção da inocência, e, mais do que isso, o princípio da dignidade humana.

Eu vou falar agora exatamente do que aconteceu. Uma guarnição, conhecida como Rondesp, uma polícia da Polícia Militar, uma guarnição da Policia Militar conhecida como Rondesp, tem se envolvido em várias denúncias que nós da Campanha Reaja temos levado à luz da sociedade brasileira várias denúncias de desaparecimento forçado, de execução sumária, tudo sob o véu e a proteção de uma coisa, de um instrumento jurídico – sem fundamento jurídico, na verdade – da legalidade, porque criado na ditadura militar, que é o auto de resistência, e ninguém, a sociedade parece que se cala quando esses corpos de pessoas que supostamente entram em confronto com a polícia são de pessoas negras.

Aqui nós temos uma notícia do jornal *Correio da Bahia*, lá de Salvador, lá da Bahia, que indica que o Ministério Público indiciou 11 policiais dessa mesma polícia depois que eles abordaram um jovem que supostamente era infrator, bandido, seja lá como eles nomeiam, levaram esse jovem para o quartel dessa própria Rondesp, tiraram os testículos – isso são os laudos, a conclusão do Ministério Público –, tiraram as possibilidades de digital, tiraram as entranhas dessa pessoa e arrancaram a cabeça. Eles não cortaram a cabeça, mas arrancaram, e isso é conclusão do próprio Ministério Público e da própria polícia investigativa.

Essa mesma polícia tem entrado em nossas comunidades. Nós não moramos em bairros blindados pela segurança pública, que são efetivamente protegidos, nós moramos em bairros que parece que são ocupados militarmente, em que nos tratam como inimigos internos: entram, violam os direitos das pessoas e matam, ao fim e ao cabo, matam. Ocorre que, nesse dia 6, nessa madrugada de 6 de fevereiro, essa mesma polícia saiu coletando corpos pela comunidade de Cabula, de Engomadeira, de vários locais de lá, levou para um campo fechado, um campo de matagal, conhecido como Vila Moisés, e executou essas pessoas. Eles disseram que esses jovens tinham participado de um assalto a banco, planejavam um assalto a banco. Eles apresentaram para a imprensa o que é considerado como o *kit* flagrante: várias armas, drogas, roupas de policiais militares, de policiais do Exército.

Mas a ação da Campanha Reaja chamou a atenção, que é a nossa relação com a Anistia Internacional, com a Justiça Global, a nossa interlocução internacional, inclusive com esses jovens de Ferguson, esses jovens de Baltimore, com quem estamos em contato direto. Estivemos agora na OEA denunciando exatamente essa situação do Cabula. Estivemos em Nova York, encontramo-nos com essas pessoas que estão se levantando.

O que é impressionante é que, nos Estados Unidos, morreu uma pessoa e há toda essa comoção, inclusive da imprensa brasileira, mas, em 30 anos, a polícia dos Estados Unidos matou menos da metade do que a polícia brasileira em cinco anos. Isso são dados concretos, e vocês já tiveram acesso aos mapas da violência. O que nós estamos trazendo aqui é um caso concreto, de uma situação em que nós arriscamos a nossa própria vida, porque ser defensor de direitos humanos, militar no movimento negro no Estado brasileiro tem sido um grande risco, e você pode amanhecer morto, você pode ser banido.

Diante de nossa ação política de caráter internacional, a conclusão foi óbvia do Ministério Público e deve ser publicada amanhã ou depois de amanhã. A linha de investigação do Ministério Público já conclui que o que existiu ali foi execução sumária, ainda que, no Estado da Bahia, infelizmente, o governador, que é um governador de um partido que se proclama democrático e popular, não tenha pensado na presunção da inocência, não tenha pensado na necessidade de neutralidade de sua polícia e tenha aplaudido aquela situação do Cabula, como se fosse ele comparar aquilo a um jogador de futebol diante do gol.

Esses jogos que são criados como dispositivos de segurança de necropolítica do Estado da Bahia podem ser comprovados aqui. Aqui nós temos uma cartilha de tatuagem. As pessoas minimamente informadas sobre segurança pública sabem o que é uma política de segurança pública lombrosiana; é uma política de segurança pública que vai estigmatizar certos caracteres, certos povos. Essa política de segurança pública que diz que determinada tatuagem ou pessoas que usam tatuagem são propensas ao crime, são ligadas ao crime têm gerado esse tipo de coisa, é um dispositivo de segurança que parece que dá o caminho para quem deve ser morto e deu o caminho para a morte das pessoas do Cabula.

Mas nós, Sr. Presidente, com toda licença que queremos pedir a esta Casa, achamos importante tratar do Cabula, da situação de Cabula, mas tratar aqui também, e com os sujeitos reais, com os familiares que estão sofrendo e se organizando para lutar por si próprios, trazer também outros casos que estão fazendo uma espécie de peste de contaminação na sociedade baiana, que é a morte em nossas comunidades.

Há a descida do barranco também que é uma situação de racismo, porque ninguém dá notícia aqui de um prédio luxuoso que foi derretido pelas chuvas que estão acontecendo lá, mas a falta de políticas para o nosso povo tem nos levado à morte, isso nós consideramos como necropolítica, tem nos levado à morte pela bala e pela falta de assistência,

Então, há o Sr. Borges, que está aqui, que vai falar da morte do seu filho e que foi assassinado em Itacaré e enterrado de cabeça para baixo. Era assim que os senhores de escravos enterravam os negros rebeldes e ele pode falar por si, não precisa sequestrar a voz dele. Temos aqui outra mãe que é de Cosme de Faria, a D. Edcarla, que, no mesmo dia que assassinaram os jovens lá no Cabula, assassinaram um filho dela, um trabalhador, que teve suas pernas quebradas e, depois, os policiais disseram que ele trocou tiro. Como?

Temos aqui também a esposa de um jovem que tinha planos, que tinha sonhos, que tinha futuro, porque esse jovem que morreu agora na Indonésia, nós lamentamos a morte daqueles jovens, mas a imprensa o apresenta com futuro, com determinação, com esperança, com o que ele poderia fazer de produtivo, mas, quando morrem os nossos, ninguém apresenta um quarto iluminado com sonhos. Nós temos sonhos!

E uma mãe que perdeu o filho durante uma greve inescrupulosa, nojenta, que foi a greve da Polícia Militar, que teve como moeda de troca as nossas vidas nos deixando ali com medo.

Estamos aqui apelando ao Senado, nós já apelamos à Câmara dos Deputados, nós estamos apelando à Presidente da República, estamos apelando que a Seppir, que a Secretaria de Promoção da Igualdade, que é uma secretaria que deve tratar dos problemas dos negros e das negras do Brasil, fale alguma coisa, diga uma palavra, visite as pessoas, tenham respeito pela nossa vida. Esse não é um debate, é simples para fazermos, é

um debate que diz respeito à nossa humanidade, somos desconsiderados em nossa humanidade, por isso, o corpo negro pode ser eliminado desse jeito sem que ninguém lamente.

Quem tem sua dor é quem geme, por isso estamos aqui e, por isso também, por estarmos aqui, nós da Campanha Reaja estamos sendo ameaçados. A Campanha Reaja é uma organização de familiares, de vítimas, falando por si mesmos, não somos uma ONG, não captamos recursos, não temos dinheiro, não temos segurança, exigimos que o Estado cumpra seu dever constitucional e fortaleça os programas de proteção e que nos garanta a nossa proteção também, porque, pelo menos, são 11 policiais, que, inclusive, colocaram nas redes sociais – aqui é o símbolo da Rondesp, aqui é o símbolo da Reaja –: reaja e morra.

É uma ameaça implícita, implícita, porque precisamos ficar em silêncio e nós, Sr. Presidente, não podemos ficar em silêncio, o senhor não ficou em silêncio. Nós acompanhamos todo o seu drama, o senhor sabe do que estou falando, o senhor não ficou em silêncio, o senhor não ficou em silêncio, e nós não vamos ficar em silêncio.

Precisamos dizer para todo mundo que esse não é um problema dos negros e das negras, esse é um problema da sociedade brasileira que, se quiser mesmo ser uma sociedade democrática de direito, precisa resolver o fato de que temos uma polícia... Somos o único lugar do mundo que tem duas polícias; que nós temos uma polícia que é estabelecida para atacar o seu inimigo interno, e o inimigo interno da polícia brasileira são os pretos, são os indígenas, são as mulheres, porque, quando esses policiais apontaram para a nuca desses meninos para executá-los, eles estavam mirando no útero das mulheres. A campanha Reaja, ainda que eu esteja falando aqui, é uma organização de mulheres, porque as mulheres foram as que deram conta da nossa humanidade, de garantir nossa humanidade nesse período colonial todo. Nós não viemos aqui para passear no Brasil, nós viemos como escravos, como semoventes, para sermos vendidos. Se não fossem as mulheres, nós não teríamos a nossa humanidade garantida e, nesse momento, eles não garantiram a perda da nossa humanidade. Então, eles querem arrancar a nossa cabeça, querem nos destruir.

Muito obrigado, muito obrigado mesmo pela oportunidade de nós falarmos nesta Casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Tivemos o depoimento do Hamilton Borges dos Santos, que coordena a campanha Reaja.

A violência pública, a violência dos órgãos de repressão no Brasil tem uma longa trajetória, uma longa história não só de tortura, desaparecimento forçado, mas, sobretudo, de impunidade. Este País não vai se entender enquanto nós não nos entendermos com o nosso passado de violência e de repressão. Nós estamos aqui e vamos tentar impulsionar a lei que faz uma revisão da Lei de Anistia, um projeto de lei que revê a Lei de Anistia para que a gente vá à origem do processo de violência contra os pobres, contra os negros, contra os indígenas, contra os ambientalistas, contra os ribeirinhos, contra uma parcela importante da sociedade brasileira que é mantida na invisibilidade de forma proposital para que não haja repercussão em todas as vezes em que é submetida à violência, ao desrespeito aos seus direitos. Infelizmente, este país da discriminação, da exclusão, da violência precisa mudar e não se muda sem ampla mobilização, sem ampla participação da sociedade.

Esta Comissão vai estar sempre aberta no combate ao desrespeito dos direitos humanos. E esses casos da violência contra os negros, da violência contra os jovens precisa ser permanentemente debatido aqui nesta Casa até que a gente possa aprovar projetos que, definitivamente, possam construir uma sociedade mais generosa, uma democracia que atenda às diferenças deste País, à diversidade social e cultural do nosso País. A democracia em que nós vivemos é restrita a um grupamento da sociedade brasileira. Ela ainda não se expandiu para atender as aspirações e a demanda do conjunto da sociedade brasileira.

Vamos dar sequência e ouvir a Ediele Santana dos Santos, que vai nos contar o que, de fato, aconteceu, porque ela é mãe de uma das pessoas que foi assassinada.

A SRª EDIELE SANTANA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Eu sou a esposa de uma das vítimas do Cabula. Morreram vários jovens nessa noite, e nenhum tinha passagem pela polícia. Eles dizem a todo mundo que são traficantes, e nenhum deles tinha uma passagem pela polícia. Inclusive, meu esposo não era traficante. Ele saiu para jogar bola e não voltou mais para casa. Ele não era traficante. Aí, o Governador Rui aplaude uma ação dessa da polícia. Disse que a polícia tem que voltar para a casa, para os familiares. Quer dizer que vários jovens não têm de voltar para a casa, para a sua família? Tem de voltar sim. E a Rondesp age no bairro da gente de uma maneira horrível. Criança não pode ficar na rua porque eles chegam dando tiros.

Em um dia, a gente estava na minha casa dormindo, eles abordaram meu primo. Ligaram para o meu celular: "Le, corre, saí aí porque a polícia está com o seu primo na porta. E o meu primo é filho também de uma polícia. Só que ele não quis saber. Queria levar meu primo, de todo jeito, preso. Eu peguei e saí dizendo que ele não ia levar, que meu primo não era um vagabundo. Desculpe a maneira de eu me expressar aqui. "Entre para dentro de casa, sua vagabunda." Eu falei: eu não sou vagabunda, não. Ele disse: "Você é o quê? É advogada?" Eu falei: você não vai levar meu primo. "Saia, sua vagabunda, daqui." Ficou tentando arrancar um barrote de ferro para me arrumar. Mas eu não saí dali. Liguei para a minha tia. Liguei para todo mundo e para o pai dele.

Estava num aniversário lá embaixo, subiu para pegar a moto dele, que deixou na minha porta. Indo embora, a polícia agiu dessa maneira.

Filho da gente não pode ficar na rua, porque agem de uma maneira horrível. Vários jovens morreram nessa assassina do Cabula, de 16 anos, 15 anos, 20 anos. Não aproveitaram a vida. Se fosse um dos filhos dele –eu sei que isso nunca vai acontecer com filhos de autoridades –, ele não iria aplaudir uma situação dessas, porque essa não é uma situação que ele deveria aplaudir, na televisão. Os policiais tinham que voltar para os familiares e os jovens não. Os jovens não eram traficantes. Eles se reuniam para jogar uma bola no bairro. Ele saiu resgatando de várias comunidades os jovens. Chegou a um canto onde se desovam as pessoas e matou.

Então, todos nós aqui que temos família estamos sofrendo. A mãe dele não pôde vir hoje aqui porque não tem condições. Eu estou sofrendo, mesmo. Estou sofrendo e vim como esposa, porque foi uma barbaridade o que eles fizeram com esses jovens, que não aproveitaram os planos, como o Hamilton falou, de viver, trabalhar.

Meu marido, mesmo, era trabalhador. Havia poucos meses que tinha saído do trabalho. Estava recebendo o seguro-desemprego dele. Ele tinha um plano de trabalhar. O plano dele foi cortado pela Rondesp. Eles abrem a boca e dizem que são traficantes. Têm que ter provas. Como é que vários jovens desses eram traficantes e nenhum tinha passagem pela polícia? Nenhum deles tinha passagem pela polícia. Quando é traficante, tem que ter uma passagem, de qualquer maneira. É procurado pela polícia.

Então, como o Hamilton falou, quem tem a sua dor é quem geme. O Governador aplaudir uma ação dessas, e a gente está aqui sofrendo. Todos os familiares estão sofrendo. A gente tem que correr atrás para poder estar aqui. Nem todo mundo tem condições. Se vocês forem visitar a casa dos meninos que foram executados, não há nada. Como é que os meninos eram traficantes? Se você chega dentro de uma casa de um daqueles jovens e não há nada. Não existe recurso nenhum de um traficante.

Os meninos se reuniram para jogar uma bola. Eles entraram em bairros pegando os meninos. Aí executaram os meninos de uma maneira terrível. Ainda abrem a boca para dizer que foi troca de tiros. Braço quebrado. Perna quebrada. Pescoço quebrado. Com uma troca de tiros, nenhum policial saiu ferido, nenhum policial saiu baleado. Não existe isso.

Só era isso mesmo que eu queria falar. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Passo a palavra à Edcarla Pinheiro dos Santos Lima, por cinco minutos, porque a gente tem sessão daqui a pouco.

A SRª EDCARLA PINHEIRO DOS SANTOS LIMA – Bom dia. Sou mãe de Alexandro. Eu moro no Bairro de Cosme de Farias. Quando aconteceu esse caso com o Alexandro, ele estava subindo para ir trabalhar. Os policiais chegaram, abordaram, começaram a bater, quebraram a perna dele, depois deram um tiro no braço, outro tiro na perna, três tiros no peito. E, depois, disseram que foi troca de tiros. Como é que foi troca de tiro? Foram 15 policiais para um menino de 19 anos, cheio de problema de saúde.

Quando eu fiquei sabendo, que foram me avisar no comércio onde eu trabalho, eu fui até lá. Chegando lá, disseram para mim: "Não passe nem daí." Destravaram a arma e disseram: "Nem passe." Eu não pude fazer nada. Não passei. Fiquei esperando terminar. Mas nunca imaginei que meu filho tinha tomado aqueles cinco tiros. Quando cheguei ao hospital, o menino tinha tomado cinco tiros: um na perna, um no braço e três tiros na caixa do peito.

Um dos policiais era conhecido. Eu tenho um comércio e eles lanchavam lá. E eles conheciam o menino, e eles sabiam que o menino não tinha envolvimento com nada. Mataram o meu filho sim, mas mataram na perversidade. Foi na perversidade que mataram ele e, hoje, estou aqui pedindo justiça porque a dor que eu sinto e a ferida que eu tenho nunca vai cicatrizar. Nunca! Se fosse um filho deles...

Era meu único filho, eu só tinha ele e, se fosse o filho deles, será que ia acontecer isso? Não ia. Nunca ia acontecer isso.

Eu só tenho isso para falar. (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com a palavra a Maria das Dores.

A SRª MARIA DAS DORES CHAVES DE OLIVEIRA – Bom dia.

Estou aqui, mas não sou mãe da vítima do Cabula. O meu filho foi morto em 2012 naquela greve que teve da Polícia Militar. Então, o que foi que eles fizeram? Para pressionar o Governo que, na época, era o Jaques Wagner. A violência tinha começado com a greve da polícia e eles começaram, em todos os bairros, a matar, começaram a matar. Foi Engomadeira, foi Boca do Rio, teve um músico do Olodum na Sussuarana. Agora, muita gente não associou à polícia porque eles estavam matando e roubando. Então, quem mata e rouba e ninguém podia associar à polícia até que quatro foram presos. Saiu no Massa e um sobrevivente pegou o jornal e disse: "É meu filho".

Um foi esse aqui porque estavam todos encapuzados porque são tão covardes que não dão a cara, mas tinha um que não estava encapuzado e o menino reconheceu. Eu peguei o jornal e fui para a DHPP, daí levei o jornal, levei testemunha porque, quando um parente nosso morre – que morre, não – que eles matam é preciso testemunha, precisa disso, precisa daquilo. Quando é policial não precisa de nada. Morreu um policial, eles pegam o primeiro que está na frente, não quer saber se foi aquele que matou ou se não foi. Pronto, matou! Quando tem sorte deles prenderem, tudo bem. E, quando não tem?

Nós estivemos três anos lutando, eu já estava até desanimada e foi quando o sogro dela me apresentou Hamilton e, daí, retomei o caso. Está sendo uma família. Eu tive uma conversa com o Governador, nós tivemos uma reunião com o Governador e eu disse a ele: "Governador, dizem que no Brasil não tem pena de morte. Tem, sim! Pena de morte desigual". Ficam falando na Indonésia, mas todo mundo sabe que na Indonésia tem pena de morte. Se errou, mas sabe que tem pena de morte. aqui tem pena de morte sem julgamento porque meu filho, em 2012 não foi só o meu filho, os da Vila Moisés foram mortos sem julgamento. Então, aqui tem uma pena de morte desigual que a Indonésia. Todos ficam falando da Indonésia, mas na Indonésia tem pena de morte depois que fica onze anos preso. Aqui, não; aqui eles pegam e matam sem julgamento.

Eu disse: "Governador, dizem que no Brasil não tem guerra. Tem uma guerra desigual porque só andam armados". E, quando terminei a conversa, o Governador me apoiou e disse: "A senhora está certa, D. Maria. Em tal país, não me lembro o nome, foram tantos mortos e, aqui na Bahia, houve mais mortos do que o país que está em guerra". Então, estamos vivendo em uma guerra. Ele concordou comigo, nós estamos vivendo em uma guerra. Só que a guerra, a criminalidade é provocada pela polícia. Ficam discutindo a maioridade. Por que não discute a reação da polícia?

Eu estou aqui para pedir a todos que mudem...O Governador disse: "Ah, com a polícia é pior". Nós não queremos que a polícia seja extinta, nós estamos querendo uma polícia com quem a gente possa contar. Eu não tenho coragem de chamar um policial para pedir nenhuma informação. Não é nem medo; é raiva!

Se a gente pegar todas as mães para trazer para cá, vai dar mais gente que os sem-terra. São muitas famílias sendo mortas. Todo o mundo estava falando da Vila Moisés – não que não tenha que falar, tem que falar. É um caso recente. Eu disse ao Governador: "Governador, precisa surgir outra chacina para esquecer esta e falar da outra". Há um menino da Boca da Mata, deficiente, foi morto pelas costas. Um menino de Nordeste de Amaralina, de dez anos, foi morto dentro do quarto, arrumando sua cama, por aquela famosa bala perdida da Polícia.

Então, eu não estou aqui só... Eu estou para ver se melhora, se outras mães não venham a passar o que eu estou passando. O meu filho era trabalhador. Meu filho vinha chegando do trabalho. Meu filho era manobrista. Seu sonho era trocar a carteira dele para motorista de ônibus, e eu não o queria, porque eu tinha medo. Ele estava fazendo até escondido de mim, porque eu tinha medo de ele dirigir ônibus, por causa de assalto. Eu disse na DHPP, mas ele replicou: "A senhora tinha medo de seu filho ser motorista, e o seu filho foi morto". Deixou uma filha de sete anos. Ele tinha sonhos que foram interrompidos. Pedi até a Deus para não me emocionar, mas, infelizmente, não dá, porque ontem, na Câmara dos Deputados, quando me emocionei, fui criticada. Nós fomos criticadas – eu, ela e aquela que ainda vai falar. Nós fomos criticadas. Por quê? Porque de nossa dor ninguém sabe. A Polícia não foi ... os Deputados. Foram por dois, que são da Polícia. Então, nós fomos criticadas, porque ninguém passa. Eu nunca pensei na vida passar por isso. Dizem: "Morreu porque é vagabundo". Meu filho não era vagabundo. Até hoje eu não durmo, não consigo dormir. Até trabalhar – sou diarista – está difícil. Estou trabalhando pouco, porque eu não consigo. Eu estou num estado de nervos que ninguém me diga que sou bonita ou feia, porque, se me disser, eu saio, porque eu não consigo mais trabalhar. Eu estava só num propósito: justiça, justiça, justiça. Mas são três anos.

Fui com o Hamilton à Defensoria, não foi Hamilton? Quando chegamos lá, eu só não infartei ali porque tenho um propósito: antes de eu morrer, tenho que ver a justiça. Eu soube que eles estavam aquartelados, mas já foram soltos.

Eu não dito regras. Eu não dito leis. Mas eu acho que os policiais têm que ser tratados como bandidos comuns, porque aos policiais somos nós que pagamos e nós não lhes pagamos para eles matarem nossos filhos, nossa família, não. São bandidos, gente.

O Governador Rui Costa me disse: "Não, mas não pode dizer que é bandido, porque vai ofender. Se disser que o político é ruim, os outros políticos vão dizer: 'Já disse que fulano é ruim, ele vai achar que todos os políticos são ruins'". Não, gente. Quando pegam um bandido comum, fazem o quê? Então, eu acho que policial bandido tem que ser tratado como bandido comum. Não é com o meu dinheiro, porque, no dia em que mudar a política da Polícia, a Polícia muda, porque vai pensar: "Não vou fazer isso, não, porque ele foi punido". Então, ele vai mudar. Como é que eles fazem? Continuam recebendo. Eles tiram um pouco da rua, colocam no quartel, continuando a receber o mesmo dinheiro de todos. Estão lá recebendo o dinheiro no bem-bom. Depois vão para a rua matar outras vítimas.

Eu tenho um caso aqui... Eu fui ao Ministério, em Salvador, e disse – e não tenho medo de falar onde quer que eu chegue: "Eu estou aqui lutando". Eu sei que é uma causa sem solução, porque a juíza, no Rio de janeiro, que estava investigando os policiais foi morta e os policiais continuam na rua. Eu vi isso no Jornal Nacional. Era uma juíza. Imaginem eu, que não sou nada! Se ele não tem autoridade com os policiais que matam uma juíza... Gente, era uma juíza! O Jornal Nacional frisou bem que eles continuam na rua, trabalhando.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA DAS DORES CHAVES DE OLIVEIRA – Ele vai fazer o quê? Ele vai parar? Ele vai fazer o que com o meu filho, com o filho deles? (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Passo a palavra ao Sr. Antonio Carlos Borgens de Carvalho.

O SR. ANTONIO CARLOS BORGENS DE CARVALHO – Bom dia – se é que se pode dizer bom dia para quem vive a realidade da Reaja – a todas e a todos.

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores e das senhoras, autoridades que estão aqui presentes, para que, por gentileza, tentem levar isso que estamos trazendo aqui a fim de que os outros que estão ausentes possam também tomar conhecimento da nossa causa e se somar aos senhores no sentido de que alguma coisa, de fato, possa ser feita.

Está aqui, no Senado... Não é uma coisa simples, não é barato, não é fácil, sobretudo para uma instituição chamada Reaja, porque somos chamados de mal-educados, somos chamados de maloqueiros – somos chamados de maloqueiros. Mas sabem por que somos chamados de maloqueiros? Porque não temos tutela, não temos que baixar a cabeça para ninguém.

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores, porque, lá em Salvador, no interior de Salvador, a realidade é a mesma.

O meu filho, que morava em Itacaré, onde eu morava – agora não posso mais estar lá, não por vontade própria, mas por imposição dessa violência –, tinha 15 anos de idade; nunca tinha perdido um ano escolar – acredito ser o caso dos filhos dos senhores –; praticava esporte, pois era judoca desde os 7 anos de idade – acredito que os filhos dos senhores também pratiquem algum esporte, talvez um mais fino, como natação, ou golfe, ou outra coisa. Meu filho era judoca porque o judô é um esporte acessível ao filho do preto pobre que quer ter alguma dignidade, seguir um caminho digno. Meu filho já era cabeleireiro profissional aos doze anos e meio porque eu o profissionalizei. Além de socorrista – eu era funcionário público concursado lá –, também sou cabeleireiro, e, como os pais tentam ensinar o que de melhor têm para os seus filhos, meu filho já era cabeleireiro.

Meu filho, quando foi assassinado aos 15 anos de idade, diga-se de passagem, trabalhava em um horário e estudava no outro. Meu filho sumiu no domingo. Na segunda-feira, fui à delegacia registrar uma queixa, mas não pude registrar porque não fazia 24 horas que meu filho havia desaparecido. Nas delegacias do Brasil, quando se vai registrar uma queixa de um desaparecido, só se pode registrá-la depois de 24 horas, se o delegado estiver presente, sobretudo no interior, onde há um policial e um delegado que atendem dez delegacias. No final de semana, não há policial na delegacia ou plantão de um delegado nas delegacias dos interiores. Não acredito que eu esteja falando nenhuma novidade aqui para os senhores.

O delegado, quando pudemos vê-lo, na segunda-feira à noite, nos disse que estaria lá, na terça-feira de manhã, porque à noite não seria possível, para que fossem feitas as buscas ao meu filho, depois que eu relatei todo o quadro. Eu estava acompanhado do presidente da Câmara de Vereadores de Itacaré, que é tio do meu filho. Estávamos lá, e ele disse: "Amanhã de manhã, às 7 horas da manhã, esteja presente no lugar x. Veja se você consegue um número de pessoas para poder ajudar nas buscas." Eu consegui 25 pessoas, que eram pessoas mais próximas, amigos e familiares: eu, meu pai, minha mãe, minhas irmãs, os tios, as crianças, enfim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS BORGENS DE CARVALHO – O delegado desapareceu. Entrei em contato com a delegacia e ninguém deu sinal. Ninguém deu sinal. Começamos as buscas. Trinta minutos depois das buscas, eu encontrei um buraco que, teoricamente, não caberia o meu filho, porque é a circunferência de um *laptop* desses que os senhores têm aí de uso. Tinha um bolo de terra, onde a maioria das pessoas que estavam presentes disseram que não era possível que o meu filho estivesse ali, porque o meu filho tinha dois centímetros a mais que eu, eu tenho 1,75m. Eu comecei a cavar, me ajoelhei e comecei a cavar com as mãos, eu, pai, comecei a cavar com as mãos. Encontrei a panturrilha do meu filho, a a panturrilha do meu filho, quando eu peguei, levantei, tinham cortado as pernas do meu filho, e eu falei:"É o meu filho", e botei a panturrilha de volta no lugar. Disseram: "Como que pode? Não é seu filho." "É o meu filho. Deixa aí, porque eu conheço o meu filho pela panturrilha. É o meu filho. Deixa aí." O IML, que é uma política técnica de 70km depois, chegou duas ou três horas depois e o delegado não apareceu.

Quando o delegado apareceu, foi com a seguinte frase: "O seu filho foi executado" como se eu não soubesse. Logo em seguida: "Você sabia que o seu filho era envolvido, não é?" Eu falei: "Como assim? O que o senhor está dizendo?" "Ele era comparsa de Walace" O Walace a que ele se referia foi um outro jovem negro assassinado lá e jogado num local próximo, encontrado, diga-se de passagem, dias depois em estado de decomposição pela família, porque nos interiores dos Estados, sobretudo lá em Itacaré, só quem encontra os seus parentes são os familiares, que buscam, isso quando os urubus não encontram primeiro, porque, quando não enterra, os urubus localizam e a gente acha, e, quando não é o caso, eu desenterrei o meu filho.

Achei o meu filho. Fiz o enterro do meu filho. No que dia que eu fiz o enterro do meu filho, foram matar toda a nossa família. Tivemos que sair de lá, 17 pessoas com autorização do prefeito, solicitando a guarnição, fomos escoltados pela Polícia Militar até 30km depois da nossa casa ou das nossas casas, porque eu tive que recolher os nossos familiares de casa em casa para que saíssemos de lá. Aí eu pergunto: cadê a Secretaria de Direitos Humanos do Estado da Bahia? Cadê o Ministério Público? Cadê o Ministério Público do Estado da Bahia? Cadê a Seppir? Cadê e Sepromi? Cadê os programas de proteção? E, então, eu faço a mesma pergunta que eu fiz ontem na Câmara dos Deputados: como é que um cidadão comum, Sr. Hamilton Borges, como é que uma cidadão comum, Srª Andrea Beatriz, que eu me arrepio de falar nela, que é uma leoa, como é que dois cidadãos comuns podem articular familiares, trazer para o Rio de Janeiro, para Brasília e para todos os lugares do Brasil e o Estado pode virar as costas pra gente?

Eu fui posto num programa de proteção depois que vasculharam toda a minha vida, seis meses depois que o meu filho tinha morrido, depois que vasculharam toda a minha vida e descobriram que eu não tinha envolvimento com nada, porque, graças a Deus, eu deixo disponibilizado, seja para quem quer que seja, sigilo fiscal, bancário, telefônico, o que quiser, porque eu tenho a dignidade de estar aqui lutando pela honra e pela vida do meu filho. Não devo e nunca devi nada pra ninguém. Eles me colocaram num programa de proteção, me deixaram por três meses e depois me tiraram de lá com a justificativa, se os senhores não sabem, eu gostaria de saber. Sabe o que o delegado de polícia de Itacaré diz? Que eu tenho que voltar para Itacaré, que está tudo certo. Sabe quantos envolvidos no assassinato do meu filho foram ouvidos até agora? Que eu saiba nenhum. O inquérito do meu filho, eu tenho dinheiro para pagar advogado? Hamilton Borges tem dinheiro para pagar advogado? Andrea tem dinheiro para pagar advogado? Porque a gente precisa de advogado. Não é?

Então, gente eu não consigo entender como é que...E outra coisa, outra coisa, Campanha Reaja, não somos só nós. Estamos só nós aqui pela dificuldade de custos para que estivéssemos aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS BORGENS DE CARVALHO – Hamilton Borges e Andrea Beatriz, que são os articuladores da campanha Reaja, articulam mais de 50 famílias em Salvador, e eu não sou de Salvador. Eu conhecia Hamilton Borges e Andrea por causa do assassinato do meu filho. O Sr. Jorge Lázaro teve dois filhos assassinados. Foi assassinado um, ele pediu proteção aos programas, não deram. Anos depois, assassinaram outro. Sabe onde o Sr. Jorge Lázaro está? Eu não sei. Davi Fiúza. Sabe onde Davi Fiúza está? Eu não sei. Mas, sabe por que estou aqui? Por causa dessa impunidade, que não dão respostas aos casos dos pretos, porque o Secretário de Estado quando então era Secretário de Estado, o Sr. Elias Sampaio, nos disse em uma reunião que se eu voltasse para Itacaré, como foi dito que eu podia, e fosse assassinado, que eu seria mais um número na mão dele. Mais um número na mão dele. O preto, hoje, só serve como número, como estatística no Brasil. Eu fico abismado com a articulação que algumas instituições têm com a comoção de um cidadão que foi preso, foi julgado, foi sentenciado e assim foi morto o cidadão, lá na Indonésia. Mas a gente não vê a Secretaria de Direitos Humanos, a gente não vê o Ministério Público, a gente não vê a Seppir, a gente não vê Sepromi, a gente não vê as secretarias escreverem uma linha sobre a chacina do Cabula.

A gente não vê ninguém dizer assim: "Gente, o caso Jackson de Tacaré precisa de um delegado especial, precisa que alguém investigue e veja o que, de fato, aconteceu com esse jovem.". E lá em Tacaré, se os senhores quiserem pesquisar, nos últimos cinco anos, já foram assassinados mais de 20 jovens negros e jogados em um lugar, onde a polícia, inicialmente, disse que não podia fazer a busca do meu filho antes de o delegado aparecer porque era violento. Só tinha um policial, disse que não ia lá porque era perigoso. É perigoso para a polícia, mas para a gente não é?

Se os senhores fizerem qualquer pesquisa, vão ver que Antônio Carlos Borges de Carvalho, o pai de Jackson, não veio para o Senado mentir. A menos de um mês, outro jovem, de 20 anos, foi assassinado, esquartejado e jogado dentro de uma mata próximo à casa dele. Quem encontrou foram os urubus. Essa é a realidade que eu tenho para trazer aos senhores e pedir, encarecidamente, que nos deem uma resposta, porque as outras esferas em que tivemos oportunidade de estar, nós já estivemos, e estamos aqui, ainda, esperando por algumas respostas, sobretudo, eu queria chamar a atenção dos senhores sobre articulação, sem tutela da Reaja.

Será que nós só somos enxergados quando temos algo de interessante para falar? O Reaja é uma instituição séria. É porque a gente não tem fins lucrativos? Porque a gente não é um partido? Porque a gente não

defende nenhum partido? Porque a gente não defende nenhum partido, a gente não pode ser respeitado, não pode ser visto? Quem é que vai enxergar Reaja? Os Estados Unidos? A Anistia Internacional? A Justiça Global? Como é que a gente pode ter um apoio de uma instituição do estrangeiro, que representa uma instituição internacional e não ter apoio de quem devia nos apoiar, dos nossos secretários

Senhores, desculpem qualquer coisa, muitíssimo obrigado. eu quero publicamente, mais uma vez, agradecer a essas pessoas que fazem parte da nossa equipe, que estão com a mesma dor que eu e dizer Sr. Hamilton Borges, muito obrigado pelo senhor não calar minha voz e não cooptar minha voz para, assim, com ela ganhar alguma coisa. Sr. Andrea, muito obrigado. Aonde quer que eu esteja eu vou agradecer publicamente,porque isso é o mínimo que eu posso fazer pelo que a senhora e o Sr. Hamilton vem fazendo por toda a nossa família durante todo esse tempo.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom, a campainha já tocou nos chamando para o Plenário, por isso que a gente está com pressa.

Mas quero fazer um comentário. Primeiro que é um extermínio da juventude negra, e não é só na Bahia, infelizmente. Quem dera que fosse só lá, que era fácil todo mundo se voltar para lá e resolver. É no Brasil, infelizmente. Também é visível que a violência é maior contra certos segmentos; mulheres também estão sendo assassinadas, e é uma luta das mulheres também a questão do combate \á violência.

Quero também dizer que, amanhã, vamos ter uma audiência pública onde se vai discutir o relatório da Anistia Internacional. Vocês poderiam até ter sido convidados. Estão sendo convidados agora, se alguém ficar aqui até amanhã para poder participar. Com certeza o relatório da anistia também toca nesse assunto. Ela vai tocar nas várias formas de violência que ela observou no Brasil para a mulher, mas vai tocar nesse assunto.

Seria importante um de vocês estar aqui amanhã para participar dessa audiência pública nesta mesma Comissão.

O Senador Capiberibe teve que ir à Presidência, mas avisa que já está chegando. O que vamos fazer: pegar as notas taquigráficas e encaminhar para o Ministério Público, pedindo providências. É a prática da Comissão.

Essa audiência foi assim marcada com pouco tempo, porque poderíamos ter convidado órgãos do Governo, o pessoal da Seppir poderia estar aqui, mas amanhã certamente haverá pessoas. Se um de vocês puder ficar.

Eu passo a palavra ao Sr. Hamilton, que quer fazer sugestão de encaminhamento.

O SR. HAMILTON BORGES DOS SANTOS – Primeiramente queria agradecer a todas as pessoas, à Srª Senadora por esse espaço aberto, e fazer alguns pedidos.

Solicitar aos órgãos informações sobre os casos relacionados pela campanha Reaja. E a gente poderia fazer essa lista de casos com os devidos endereços, com todas as informações.

Pedir informação ao governador sobre os laudos necroscópicos e resultados da perícia do caso de Cabula e de Cosme de Farias.

Deixar nítido que o caso de Cosme de Farias parece que tem sido tangenciado e não tem sido tratado com a devida importância. Mas é importante que a gente tenha acesso às questões de Cosme de Farias também.

Informações sobre os programas de proteção.

Como a gente disse aqui, estamos sendo vítimas de ameaças.

Existem programas de proteção a defensores de direitos humanos, que nós temos direitos, e esse ofício, esse pedido de informação desta Casa seria importante, sobretudo desta Comissão. E aí todos os programas de proteção, tanto Provita como o programa de defensores, mas também o PPCAM. Porque um militante nosso perdeu um filho vítima de bala da polícia e depois perdeu outro filho depois de pedir proteção e não ter recebido.

Solicitar ao Judiciário informações sobre o andamento do caso do assassinato do filho de Dona Maria das Dores. E a gente vai passar essas informações detalhadas para a senhora também.

A gente gostaria de saber a possibilidade de haver uma audiência *in loco*. Uma audiência na Bahia desta Comissão para tratar desses assuntos que trouxemos aqui.

Pedir informação à Seppir (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial) sobre os procedimentos, os protocolos, ou a posição dela em relação a essas mortes. Uma vez que a gente já solicitou isso por via de documentos, por telefone. Até agora não houve sequer uma audiência. Nós viemos aqui para Brasília, não vamos bater na porta da Ministra para falar. Ontem houve uma audiência pública na Câmara dos Deputados com assessores.

Então a gente precisa saber para que serve a Secretaria porque, se não for também para tratar desse tema que é mais amargoso pra gente, a gente compreende e não faz mais nenhuma questão.

Muito obrigado mesmo a todos vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A gente acata as sugestões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 30 DE ABRIL DE 2015, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia trinta de abril de dois mil e quinze, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Regina Sousa,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Humberto Costa, Dário Berger, Hélio José, Simoni Tebet, Randolfe Rodrigues, Magno Malta e da não membro Gleise Hoffman. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta, em duas partes. **Primeira Parte: Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 33 de 2015-CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa, aprovado em 25/03/2015, para debater: "Relatório da Anistia Internacional, que revela preocupação com violência policial, abortos e impunidade no Brasil". A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Renata Neder, Assessora de Direitos Humanos da Equipe da Anistia Internacional; Ana Janaína Alves de Souza, Especialista em Sócio Educação da Secretaria Nacional de Juventude; Beatriz Galli, Advogada, representante do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM; Rodrigo de Oliveira Morais, Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Rurany Ester, Coordenadora Geral Secretaria da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para Mulheres; Andréia Macêdo, Coordenadora do Pacto pela Vida do Distrito Federal, representante da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social do DF; Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora Geral de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde. Às onze horas e oito minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Donizeti Nogueira. Às onze horas e vinte e seis minutos devolve a presidência. A Senhora. Presidenta concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Damares Alves, Assessora Parlamentar no Congresso Nacional e Rosangela Justino. A Senhora Presidenta exibe vídeo sobre os excessos da ação policial no estado do Paraná, ocorridos durante a manifestação dos professores estaduais. **2ª Parte da Reunião. Extrapauta. Deliberativa. Item 1. REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, de 2015**. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. *Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Confronto entre a Policia Militar e os Professores do Paraná".* **Resultado:** Aprovado, com a inclusão do convidado Átila Roque, Diretor Executivo da Anistia Internacional, bem como para que a reunião seja realizada com a participação da Câmara dos Deputados. **ITEM 2. REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69, de 2015.** Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). *Requer, nos termos do § 2º do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Censura em razão dos excessos cometidos pela Polícia Militar do Estado do Paraná, no dia 29/04/2015, em frente à Assembleia Legislativa daquele Estado, durante a manifestação de professores.* **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Gleisi Hoffmann e o Senador Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dezesseis minutos. Eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Regina Sousa,** Presidenta eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas, aos Srs. Senadores presentes.

Esta audiência foi pedida por nós para discutirmos o relatório da Anistia Internacional sobre a violência no mundo. O relatório refere-se aos acontecimentos em todo o mundo, mas há uma parte específica sobre o Brasil.

Então, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos da 55ª Legislatura.

São muitos convidados. Vamos fazer uma primeira mesa. Convido a Srª Renata Neder, representante da Anistia Internacional; a Srª Ana Janaína Alves de Souza, especialista em socioeducação da Secretaria Nacional de Juventude; a Srª Beatriz Galli, advogada e representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem); o Sr. Rodrigo de Oliveira Moraes, Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (*Pausa.*)

Há mais lugar à mesa?

Srª Rurany Ester Silva, Coordenadora-Geral da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para Mulheres.

Temos outros convidados. À medida que chegarem, podemos fazer uma segunda mesa.

Cumprimentando todos os convidados e convidadas, eu queria apenas lembrar que a Anistia faz um estudo muito criterioso e, por isso mesmo, é respeitada no mundo inteiro, é referência nos estudos sobre as temáticas a que se propõe, no caso aqui, a violência. A gente quer saudar esse trabalho. O livro está aqui, o relatório *Anistia Internacional – Informe 2014/15: o Estado dos Direitos Humanos no Mundo*, livro da Anistia que é publicado em vários países, Brasil incluído. Como a gente sabe que o relatório não inclui tudo que eles podem nos dizer, que eles puderam observar, por isso, a gente requereu esta audiência.

Eu gostaria de ler apenas o trecho introdutório da parte referente ao Brasil nesse relatório de 2014:

Prosseguiram as denúncias de graves violações dos direitos humanos, como os homicídios cometidos pela polícia e a tortura ou outros maus-tratos de pessoas detidas. Jovens negros moradores de favelas, trabalhadores rurais e povos indígenas corriam maior risco de sofrer violações de direitos humanos. Os protestos que tomaram o país, sobretudo na época da Copa do Mundo, geralmente foram reprimidos com uso excessivo e desnecessário da força pelas forças de segurança. Detenções arbitrárias e tentativas de criminalizar manifestantes pacíficos foram denunciadas em várias partes do país. Apesar da aprovação de uma lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) ainda eram discriminados e atacados.

O Brasil continuou a desempenhar um papel importante no palco internacional em questões como privacidade, internet e discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Alguns avanços foram feitos no sentido de enfrentar a impunidade pelas graves violações de direitos humanos cometidas na época da ditadura (1964-1985).

Para completar, a gente não pode deixar de falar de ontem, no Paraná. Com muita tristeza a gente vê acontecer... Senti-me há 30 anos, em plena ditadura, quando aconteciam aquelas cenas que eu vi ocorrer ontem no Paraná. Inclusive, teremos um requerimento sobre isso aqui, depois. Foi uma situação de violência desnecessária, eram manifestantes, professores, educadores. A gente só tem que lamentar que ainda se tratem manifestações daquela forma.

E é bom lembrar, é bom que a gente frise: às vezes a gente diz "o Governo brasileiro", mas o que acontece é que as polícias são estaduais, os governos estaduais têm autonomia, e acabam se excedendo. Mais de 200 pessoas feridas! Há pessoas em estado grave no Paraná. Anteontem, o Senado até aprovou a criação de uma comissão para ir àquele Estado, que acho até que está por lá. Então, é lamentável que ela vá encontrar mais esse fato, que não dá nem para descrever, colocar em palavras certas para caracterizar aquilo que aconteceu ontem. Só espero que sirva para que essas pessoas que andam por aí com placas pedindo a volta da ditadura reflitam que ali só é uma pequena amostra do que seria uma época de ditadura.

Então vamos proceder às falas, dez minutos para cada um. Acho que começamos com a Anistia, para a apresentação e detalhamento do relatório que fez sobre o Brasil. Deve haver mais detalhes. O tempo inicialmente colocamos dez minutos, mas podemos prorrogar um pouco.

Com a palavra Renata Neder.

A SRª RENATA NEDER – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, justifico a ausência do Átila Roque, Diretor da Anistia Internacional. Infelizmente, a agenda de violações de direitos humanos no Brasil e no mundo é muito intensa, e somos poucos para atuar nesse campo. Ele não pôde estar presente hoje.

Gostaria de agradecer à Comissão de Direitos Humanos pela oportunidade da presença da Anistia Internacional aqui hoje, para apresentar e discutir o relatório com os senhores.

A Anistia Internacional é uma organização global de direitos humanos, com mais de três milhões de membros e apoiadores no mundo inteiro. Desde 2012, tem presença permanente no Brasil e sua sede fica no Rio de Janeiro. Monitoramos aqui, a partir do Brasil mesmo, as situações de violações de direitos humanos e fazemos campanhas exigindo a atuação do Estado, para garantir os direitos humanos e apuração de denúncias de violações.

O relatório anual é um instrumento da Anistia Internacional de monitoramento das principais violações ou avanços que aconteceram nos países a cada ano. Esse relatório, que foi lançado agora, no início de 2015, cobre dois anos, que foram os anos de 2013 e 2014.

Os episódios que marcaram profundamente os anos de 2013 e 2014 foram os protestos maciços que eclodiram no País, em diversas cidades, a partir de maio e junho de 2013, mas também no período que antecedeu a Copa do Mundo, em 2014. É um caso que está muito presente no relatório anual, mas também nos

dois relatórios específicos que a Anistia Internacional lançou, que são documentos públicos e podem ser acessados por todos, depois.

O que vimos na atuação das forças de segurança, durante os protestos, em diversas cidades, foram determinados padrões de violações, que incluíram o uso excessivo e desnecessário da força para dispersar manifestações, detenções arbitrárias, tentativa de criminalização de manifestantes, enquadrando os manifestantes detidos em leis que não eram adequadas ao contexto dos protestos como, por exemplo, a Lei de Organizações Criminosas, agressões sistemáticas a jornalistas e mau uso das chamadas armas menos letais.

Gostaria de frisar aqui que a Anistia usa a linguagem das armas menos letais, porque essas armas podem, sim, causar a morte e não devemos chamá-las de armas não letais. Essas armas, principalmente *spray* de pimenta, balas de borracha e gás lacrimogêneo foram usadas, mas também a arma sônica foi usada em um episódio, no Rio de Janeiro. Elas foram amplamente usadas para reprimir os protestos, em 2013 e 2014, deixando diversas pessoas lesionadas, inclusive com lesões permanentes, como vamos ver aqui em alguns casos. Essas armas foram usadas em locais fechados, foram usadas contra manifestantes que estavam pacificamente protestando.

Algo que é importante destacar aqui nesta Casa: essas armas não são devidamente regulamentadas no Brasil, ou seja, elas são amplamente usadas não apenas em situações de policiamento de protestos, mas também em situações de ordem de despejo e reintegração de posse, como já vimos em muitos episódios no Brasil, e não há uma regulamentação adequada dessas armas no País. Essa foi uma das principais demandas da Anistia Internacional durante a campanha sobre a repressão aos protestos.

Aqui existem alguns casos de jornalistas agredidos, inclusive uma jornalista da *Folha de S. Paulo*. O relato dela está presente no relatório da Anistia Internacional. É muito emblemático, porque ela diz que estava numa área onde não havia qualquer violência por parte dos manifestantes, ela estava identificada, e o policial olhou para ela e, apesar da identificação, mirou o rosto da jornalista e a atingiu no olho. Ela não perdeu o olho, na verdade, por sorte.

(*Soa a campainha.*)

O caso do fotógrafo Sérgio Silva tornou-se um caso bastante emblemático porque ele, sim, foi atingido, em junho de 2013, por uma bala de borracha disparada pela Polícia Militar, e ele perdeu o olho esquerdo. A Anistia Internacional, desde então, tem apoiado o Sérgio Silva na sua demanda por reparação, por danos – ele é fotógrafo e perdeu um olho, o que afeta diretamente seu exercício profissional –, mas também exigindo do Estado de São Paulo a devida investigação e responsabilização sobre a violência e a agressão que ele sofreu. Esta semana, inclusive, tivemos a oportunidade de nos reunirmos na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, para falar especificamente sobre o caso do Sérgio Silva.

Outro caso bastante emblemático da situação de criminalização dos manifestantes no Rio de Janeiro e no Brasil é o caso do Rafael Braga Vieira. Rafael Braga foi preso no maior protesto que aconteceu em 2013, que foi o do dia 20 de junho, mas ele não era um manifestante; na verdade, ele era morador de rua, catava algumas coisas na rua para revender e morava numa região onde estava acontecendo a dispersão do protesto; ele foi preso com duas garrafas de produtos de limpeza, e foi condenado a cinco anos de prisão por porte de material explosivo, apesar de a polícia técnica dizer, claramente, que aquele material não tinha nenhum potencial explosivo. Ele é, até hoje, o único preso julgado e condenado no contexto dos protestos. Esse caso é muito emblemático também porque ele retrata bastante a seletividade ou a injustiça do sistema de justiça brasileiro, porque o Rafael é um jovem negro, neste caso, morador de rua, e nós sabemos o quanto o sistema de justiça brasileiro é seletivo e recai muito mais duramente sobre esse público em particular. O Rafael apelou da decisão, mas permanece preso. Os advogados continuam apelando.

Por conta de tudo o que aconteceu em 2013, que está documentado nesse relatório que fala de casos de violência policial, em 2013, no Rio e em São Paulo – eles usam uma estratégia de medo –, no contexto pré-Copa, a Anistia Internacional lançou essa campanha "Brasil, chega de bola fora!", para tentar evitar novas violações por parte das forças de segurança durante a Copa do Mundo. Nós viemos a Brasília no dia 5 de junho para lançar o relatório e fazer a entrega parcial das assinaturas recolhidas. Essa foi uma campanha internacional, mais de 20 Seções da Anistia participaram, no total recolhemos mais de 140 mil assinaturas, e viemos, no dia 5 de junho, fazer a entrega de 87 mil assinaturas. Tínhamos reuniões agendadas com o Governo Federal, e escritórios da Anistia em cinco países também tinham reuniões agendadas com as Embaixadas brasileiras. Mas as reuniões foram canceladas. Nós não fomos recebidos nem no Brasil nem nesses outros cinco países, para apresentar o relatório fazendo essas denúncias e pedindo algumas medidas de prevenção durante o policiamento de protestos durante a Copa. O que nós vimos depois, durante o período da Copa do Mundo, foi a repetição dos abusos que aconteceram durante o ano de 2013.

Além da questão da regulamentação das armas menos letais, que está pendente até hoje e continua sendo uma demanda da Anistia Internacional, há também um ponto importante a ser levantado, que é a im-

punidade. Esses casos de violência policial nos protestos, denunciados amplamente por diversas organizações de direitos humanos de vários Estados, não foram devidamente investigados e responsabilizados. E nós sabemos que essa injustiça, essa falta de justiça, a impunidade nesses casos alimenta novos abusos no futuro.

Vamos partir agora dessa área de segurança pública para o tema em que a Anistia talvez tenha sido mais vocal. É o tema do homicídio de jovens negros. A Anistia lançou, no final do ano passado, a campanha "Jovem Negro Vivo", que é uma campanha para chamar a atenção para o alto índice de homicídios no Brasil.

A SRª RENATA NEDER – ... e para o alto índice de homicídios de jovens negros em particular. Isso também está em destaque no nosso relatório anual. Eu trouxe dois eslaides mostrando alguns dados, mas os dados do Mapa da Violência, que é uma pesquisa feita a partir de dados do SUS, mostram que, em 2014, foram 56 mil homicídios no País.

Desses 56 mil homicídios, 30 mil eram jovens. E, entre os jovens, 77% são negros. Ou seja, sabemos que a violência letal no Brasil também é seletiva. Ela tem um alvo prioritário. O jovem negro no Brasil é o alvo prioritário da violência letal.

Um material de campanha bastante ilustrativo mostra que, a cada duas horas, sete jovens são assassinados; a cada dia, 82 jovens são assassinados; a cada dois dias, é como se caísse um avião apenas com jovens no Brasil. A nossa juventude, em particular a negra, está morrendo.

Uma recomendação em particular que fazemos sobre esse tema de homicídios de jovens negros é que, tanto o Governo Federal quanto os Governos estaduais, adotem uma política muito clara de redução de homicídios. As políticas de segurança pública devem ser voltadas especificamente para a redução dos crimes contra a vida.

Parece que no Brasil existe uma licença para matar. Além do alto número de homicídios – inclusive, se comparado a outros países, é muito alto, é maior que países que estão em situação de guerra, por exemplo –, esses homicídios não são investigados e responsabilizados. E de novo: essa impunidade também alimenta o ciclo de violência. Em média, somente 8% dos casos de homicídios no Brasil são esclarecidos. Na verdade, isso varia de Estado para Estado, mas, como média nacional, isso é um índice absolutamente inaceitável.

Por outro lado, é difícil falar em impunidade. Estamos falando de impunidade sobre os casos de homicídios, mas é difícil falar de impunidade no geral considerando a população carcerária que o Brasil tem. O Brasil está entre o terceiro e o quarto lugar em termos de população carcerária. Então, como falar em impunidade se há essa quantidade de pessoas presas?

Bom, o Brasil prende muito e mal. É isso que acontece. Na verdade, muitas pessoas que estão presas no País – entre 40 e 50% – ainda estão aguardando julgamento. E a maior parte, na verdade, não está presa por crimes contra a vida. São presas por crimes contra o patrimônio e por crimes relacionados ao tráfico de drogas. Essa população carcerária resulta, obviamente, em presídios superlotados, em condições sub-humanas, com diversas denúncias de maus-tratos e torturas.

Um caso que está relatado de forma emblemática também no relatório foi o que aconteceu no presídio de Pedrinhas, no Maranhão. Cerca de 60 presos foram mortos no presídio de Pedrinhas em conflito entre os próprios presos. Um caso que ganhou notoriedade foram as decapitações, porque as imagens chegaram ao público através da imprensa. Mas essa situação perdura. Depois que ganha visibilidade, o caso cai no esquecimento novamente. A situação em Pedrinhas não melhorou, assim como a situação de outros presídios no Brasil também não melhorou.

Falando da situação de denúncias de torturas e maus-tratos sob custódia do Estado, gostaria de trazer aqui o caso do pedreiro Amarildo de Souza, do Rio de Janeiro. Em julho de 2013, ele foi levado por policiais militares da Unidade Polícia Pacificadora da Rocinha, no Rio, e foi torturado, morto e desapareceu. Esse caso poderia perfeitamente ter ficado no esquecimento, como vários outros milhares de casos de desaparecimentos que acontecem no Brasil todos os anos, se não fosse o contexto específico dos protestos que aconteciam naquele mês, que levaram esse caso a público com a pergunta "Onde está o Amarildo?". Pela notoriedade que o caso ganhou, as investigações foram adiante e, hoje, cerca de 20 policiais estão sendo indiciados pelo caso, inclusive o próprio comandante da UPP. É importante que esse caso ainda esteja em julgamento, é óbvio, mas não podemos dizer que esse é um caso isolado. Apenas em um ano, há o registro de cinco a seis mil desaparecidos no Rio de Janeiro. Também são casos que não são devidamente investigados. A gente não sabe o contexto desses desaparecimentos.

No que diz respeito à legislação brasileira, em particular, o crime do desaparecimento forçado não está tipificado na legislação brasileira.

Então, essa também é uma demanda específica da Anistia Internacional não só relativamente aos casos dos desaparecimentos de hoje, mas também por causa de todo o contexto dos desaparecimentos forçados durante o regime militar.

Outro caso que a Anistia Internacional acompanha é o caso do Davi Fiuza, de Salvador, na Bahia. É um jovem, foi levado no final de 2014 pela Polícia Militar, pela Rondesp, e nunca mais foi visto. Sua mãe, juntamente com movimentos de Salvador, como a campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta, tem acompanhado o caso e denunciado e exigido justiça.

(*Soa a campainha.*)

A SRª RENATA NEDER – A mãe do Davi Fiuza tem sido ameaçada, justamente por estar mobilizada, por exigir justiça. Isso é algo muito frequente, na verdade, as famílias que se mobilizam para denunciar que seus filhos foram vítimas de violência policial – sejam homicídios, execuções, tortura ou desaparecimentos – costumam ser ameaçadas.

Acompanhamos alguns outros casos, todos eles estão públicos no *site* da Anistia Internacional, e tentamos reagir a casos muito emblemáticos e dar visibilidade internacional a eles, porque acreditamos que, ao atuar em casos particulares, podemos abrir precedente para que essa situação, de forma estrutural mude, mas também fazemos campanhas por mudanças estruturais.

No Rio de Janeiro, tivemos outros casos envolvendo a Polícia Militar, tivemos a situação em Belém, também no final do ano passado, em que uma operação da Polícia Militar levou a, pelo menos, nove mortos durante a noite, mas há relatos da possibilidade de outros mortos, isso precisa ser devidamente investigado. E, agora, recentemente, de novo em Salvador, no bairro de Cabula, 12 meninos foram executados pela Rondesp. Esse é um caso também muito emblemático, porque a reação inicial, tanto da polícia quando do governo do Estado, foi a do discurso do confronto, de que houve confronto, de que era um grupo de 30 jovens que atiraram na polícia e resultaram 12 mortos.

A Anistia Internacional, a OAB, várias organizações e movimentos fizeram muita pressão, e a verdade está vindo à tona; os laudos cadavéricos e a perícia inicial demonstraram que há indícios muito claros de execução dos 12 meninos mortos. Então, sem pressão popular, parece que o discurso do confronto e da criminalização da vítima apaga qualquer possibilidade de investigação e, portanto, de responsabilização de casos que são de execução sumária.

Tive a oportunidade de visitar, conversar com algumas pessoas, pessoalmente, todas se sentem muito ameaçadas, porque, desde o dia em que os 12 meninos foram executados, a Polícia tem feito sucessivas incursões na comunidade, o que significa que as pessoas, as possíveis testemunhas, os familiares não querem falar, porque têm medo, óbvio, das retaliações.

Nesse sentido, a recomendação geral que fazemos sobre o tema da violência policial, das execuções sumárias e dos desaparecimentos é que o Brasil precisa discutir e aprovar uma proposta de reforma das polícias que envolva a desmilitarização da Polícia, que envolva a garantia de uma perícia independente e de mecanismos de controle externo da atividade policial.

Sabemos que existem algumas propostas aqui no Congresso sobre isso e, especificamente, sobre o tema de auto de resistência, legislação que garanta que esse termo não seja mais usado, mas que garante, principalmente a investigação dos casos de autos de resistência e homicídios decorrentes de intervenção policial.

Não poderíamos deixar de falar sobre os 50 anos do golpe militar no Brasil. A Anistia também fez uma campanha sobre isso, e, especificamente, o mote da nossa campanha foi de que a história de um País deveria ser contada com verdade e justiça. E a nossa proposta era justamente a revisão da Lei da Anistia para garantir que os crimes cometidos pelo Estado durante o período do regime militar pudessem ir a julgamento. É interessante ver que, no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, saiu uma recomendação parecida de que a Lei da Anistia não deveria ser um impedimento para responsabilização desses crimes cometidos pelo Estado durante esse período.

(*Soa a campainha.*)

Um tema que a Anistia acompanha de forma estrutural são os casos de defensores de direitos humanos no Brasil. Eu vou só mencionar dois casos: o da Laísa Santos Sampaio, no Pará, e o do Alexandre Anderson, no Rio de Janeiro, ambos incluídos no Programa Federal de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Se vocês quiserem saber mais sobre o caso, temos outras informações detalhadas.

Eu quero dizer especificamente sobre a importância do marco legal do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos no Brasil. O programa começou a ser implementado nacionalmente, em alguns poucos Estados e, depois, ele foi desmontado, foi totalmente sucateado nos Estados. Ele ainda consegue acompanhar alguns casos específicos – talvez seja por isso que a Laísa e o Alexandre ainda estejam vivos –, mas é absolutamente urgente...

A SRª RENATA NEDER – ... aprovar o marco legal do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos sem fundir esse programa com o Programa de Proteção a Testemunhas. O Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos no Brasil tem de ser específico para defensores de direitos humanos, garantindo

que os defensores possam continuar atuando nos seus locais de origem e permanecerem em sua luta. Eles não podem ser incluídos em programas parecidos com o Programa de Proteção a Testemunhas, como parece ser uma tendência recorrente.

Outros casos bem relevantes e que também são importantes de mencionar aqui têm a ver com comunidades indígenas e quilombolas. Enfim, há dois casos do Maranhão, que acompanhamos bem de perto. Há um caso do Mato Grosso do Sul, de uma comunidade guarani-kaiowá, que também acompanhamos de perto por causa do tema da demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas. Vivemos sob uma ameaça de um grave retrocesso. O processo de demarcação e titulação já é muito lento, o que gera situações graves de violência no campo, de ameaças a essas comunidades, da sua sobrevivência e da sua vida, porque as lideranças são ameaçadas, atacadas e assassinadas. A própria sobrevivência, a alimentação, a moradia e sua reprodução social estão em risco, mas, hoje, com a proposta de mudança no processo de demarcação e titulação de terras indígenas quilombolas, um processo que já era lento e ruim pode ficar absolutamente desastroso. Esperamos, inclusive, que o Senado, que esta Casa assuma a responsabilidade de não deixar que isso vá adiante e garanta o processo de demarcação e titulação.

Por último, existem vários outros casos citados no relatório, mas eu gostaria de mencionar este caso, inclusive porque era um dos temas propostos para esta mesa hoje: a Anistia lançou uma campanha global em todos os países que se chama "Meu Corpo, Meus Direitos". Essa campanha trata dos direitos sexuais reprodutivos, acesso à informação, acesso à saúde da mulher, acesso à saúde pré-natal, e também trata do tema da criminalização do aborto e as consequências disso em termos de violação dos direitos humanos.

Há dois casos mencionados no relatório anual da Anistia, que são casos do Rio de Janeiro e que também se tornaram muito emblemáticos. São casos de duas mulheres que morreram fazendo aborto clandestino. Uma delas teve seu corpo, depois, queimado e desaparecido pela clínica em que realizou o aborto. Seu marido chegou a ser preso porque a esposa fez um aborto. Então, hoje, as situações previstas para um aborto legal e seguro no Brasil são aquelas que a Anistia também apoia, mas esse movimento de criminalização das mulheres que fazem aborto leva ainda a mais violações. A Anistia documentou casos em El Salvador, por exemplo, em que mulheres são sentenciadas a anos de prisão por terem tido um aborto espontâneo. É uma situação de criminalização ao extremo. Então, eu gostaria também de destacar esses dois casos do Rio de Janeiro, que estão mencionados no relatório anual e falar do problema para a família, para a mulher, e o que significa esse processo de maior criminalização do aborto no País.

Eu faria um último apelo, na verdade, aos Senadores e às Senadoras, em relação a diversas propostas de lei ou de mudanças na legislação que podem significar graves retrocessos para garantia dos direitos humanos no Brasil.

Eu já tinha mencionado o caso da demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas, mas hoje há essa discussão muito forte sobre a redução da maioridade penal no Brasil. No ano passado, havia surgido uma proposta para tipificar o crime de terrorismo, que significaria uma criminalização de movimentos sociais, de organizações de sociedade civil e de manifestantes em geral. (*Palmas.*)

Então, acho que é importante chamar a responsabilidade da Casa para não deixar que esses retrocessos legislativos sigam adiante. A gente precisa, na verdade, avançar na garantia e promoção dos direitos humanos e não retroceder.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada. A Renata detalhou mais o relatório. Já estão conosco a Andréia Macedo, Coordenadora do Pacto pela Vida do Distrito Federal, representante da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social; e a Maria Esther de Albuquerque, Coordenadora Geral de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde.

Agradeço a presença dos dois Senadores que estão aqui nos prestigiando nesta audiência, que é interativa, participativa. Pode-se participar pela internet. E lembro que a Anistia teve um tempo maior porque era a apresentação do relatório. Então, como a mesa é ampla, vamos ter que cuidar mais do tempo.

Antes, eu queria ler uma nota que chegou aqui do Senador Paulo Paim, que está pedindo que saia, em nome da Comissão de Direitos Humanos, um requerimento, inclusive um convite para uma audiência pública nesta Comissão acerca dos acontecimentos no Paraná.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal manifesta repúdio à violência excessiva que tomou conta das ruas em frente à Assembleia Legislativa do Paraná, nesta quarta-feira.

A repressão atingiu e feriu centenas de professores e pessoas que transitavam pelo local. Nem crianças que estudavam em uma escola nas proximidades foram poupadas, levando traumas e choques justamente aos que são diretamente atingidos pela precarização das condições de trabalho dos seus mestres.

Foram cenas de horror pela incapacidade de gerenciamento da situação por parte do comando da Polícia Militar local e de seu comandante maior, o Governador do Estado do Paraná.

É lamentável ver cenas de excesso e descontrole na ação policial, tendo sido, inclusive, a violência registrada em imagem por um repórter cinematográfico violentamente atacado por um cão enquanto filmava o gravíssimo ataque a que foi submetido. Essa é mais uma demonstração do excesso que atenta contra a liberdade de expressão e de manifestação daqueles que ali protestavam por seus direitos.

Esta Comissão de Direitos Humanos torna público nosso repúdio à repressão em nome de uma sociedade mais fraterna, baseada no diálogo e na construção de políticas que promovam o avanço e não o retrocesso e a violência no seio de nossa Nação brasileira.

Nossa solidariedade ao povo paranaense, desejando pronto restabelecimento às vítimas desse ataque e convidando para uma audiência pública para que sejam debatidas as situações e os princípios de fundação de nossa democracia, em nome da liberdade, da manifestação de opinião e da lei da expressão.

Sem repressão violenta contra trabalhadores e trabalhadoras.

Há o requerimento, que aprovaremos depois, para convidar as autoridades do Paraná para uma audiência pública.

Passo a palavra à Ana Janaína Alves de Souza, Especialista em Socioeducação da Secretaria Nacional da Juventude, por dez minutos.

A SRª ANA JANAÍNA ALVES DE SOUZA – Eu trouxe uma apresentação, se eu puder colocar. Pronto, está lá.

Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite feito por esta Comissão à Secretaria Nacional da Juventude. O Gabriel Medina, nosso Secretário, não pôde vir porque está em uma agenda fora de Brasília. Mas agradeço o convite, agradeço à Senadora Regina Sousa e presto o meu bom-dia aos Senadores e Senadoras presentes, aos outros convidados da Mesa e a quem mais estiver participando desta audiência e a ela assistindo.

Bom, falo para vocês hoje do Plano Juventude Viva, plano tocado pela Secretaria Nacional da Juventude, que trata exatamente da vulnerabilidade da juventude negra no Brasil. Isso ecoa bastante o que a Anistia Internacional tem dito, tem feito, especialmente com a campanha Jovem Negro Vivo, que vai ao encontro do que a gente tem percebido dentro desse plano.

Eu começo com uma fala da Presidenta Dilma Rousseff, na Conferência Nacional de Igualdade Racial, em que ela aponta o Plano Juventude Viva e fala que é essencial que o Estado preste atenção a isso que está sendo chamado por movimentos sociais como um genocídio da juventude negra.

Eu fiz uma apresentação um pouco longa, pois não sabia muito bem quanto tempo tínhamos, mas eu queria, pelo menos, passar com vocês a pela Secretaria Nacional de Juventude, pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pela Secretaria de Direitos Humanos, pelo Ministério da Justiça.

Ou seja, que o Estado percebe que isso vem acontecendo e está tentando enfrentar essa situação de maior vulnerabilidade dessa juventude.

Eu trago aqui alguns dados para vocês.

Esse recorte de juventude que temos hoje, de 15 a 29 anos, representa 27% da população total do Brasil, ou seja, 1/4 da população brasileira é jovem. A divisão de gênero é mais ou menos equilibrada, mas eu queria mostrar para vocês especialmente um dado ali embaixo, que diz que, do total de jovens brasileiros, 53,7% se declaram pretos e pardos, compondo uma categoria de negros.

Ali, outros dados também sobre aqueles que já exercem o seu direito de voto, a divisão, a separação territorial entre jovens que moram em cidades e jovens que moram no campo e, por fim, a escolaridade desses jovens.

Mas o que é importante destacar é que, no Brasil, apesar desse desenho da juventude mais disseminado, a violência há um alvo e esse alvo tem idade, tem raça e vem de um território específico. Como a Renata falou, estes dados são de 2012: 56 mil pessoas foram assassinadas em 2012. Desse percentual, mais de 30 mil eram jovens, desses 30 mil jovens, 71,5% eram negros e 93,4% eram homens. Ou seja, você tem um recorte que é específico: quem está morrendo hoje no Brasil? Esses dados vêm do sistema de informação de mortalidade do Ministério da Saúde, mas eles foram sistematizados num documento chamado Mapa da Violência, pelo Julio Jacobo, uma pesquisa financiada pela Secretaria Nacional de Juventude dentro do programa Juventude Viva.

Outros dados que também vêm desse documento: que entre 2001 e 2011, o número de homicídios de jovens brancos cai e o número de homicídios de jovens negros aumenta. A diferença é inegável. Essa taxa que ele está chamando de taxa de vitimização é a diferença entre a mortalidade de jovens brancos e a mortalidade de jovens negros. Ou seja, em 2012 ela alcança 170%. Isso quer dizer que para cada jovem branco que é assassinado você tem 2,7 jovens negros que morrem de maneira violenta.

Ou seja, a gente tem dados talvez um pouquinho destoantes, mas isso quer dizer que a cada duas horas cinco jovens negros são assassinados ou, por dia, 60 jovens negros são assassinados. Cinco jovens negros morrem enquanto estamos aqui, nesta Comissão.

Um outro documento que também foi criado dentro do Plano Juventude Viva é esse índice chamado de índice de vulnerabilidade juvenil, que é um indicador que tenta entender qual é a situação de vida dessa jovem que está sendo vitimado pela violência, de onde ele vem, quem ele é, o que o vitima, o que o vulnerabiliza? Esse índice vai indicar territórios no Brasil entre Estados e Municípios nos quais os jovens têm maior vulnerabilidade. Então, o índice vai medir mortes violentas, seja por homicídio, seja por acidente de trânsito. Depois seria importante, em algum outro momento, conversarmos sobre a morte de jovens por acidentes de trânsito, especialmente jovens que usam motocicletas, motobóis, tanto no seu horário de trabalho quanto no seu horário de lazer. Não sei se vocês sabem, mas a quantidade de mortalidade por acidentes de trânsito com motos ultrapassa muito mais a quantidade de mortos em acidentes de trânsito por outros veículos. Mede também a situação escolar, a frequência na escola, o grau de escolaridade desses jovens, mede o emprego, a inclusão no mercado de trabalho, mede a pobreza, mede a desigualdade social e indica a diferença de riscos de homicídios entre jovens brancos e negros.

Só para falar um pouco sobre esses indicadores. Desses indicadores que estão recolhidos, que estão sintéticos nesse índice de vulnerabilidade, todos eles pioram, com a exceção do indicador de desigualdade social. O que eu quero dizer com isso?

Que nos territórios onde isso é medido,a desigualdade social, a pobreza, os índices de pobreza caem, a desigualdade social diminui por conta da ação de programas de transferência de renda, programas de assistência social. Só que não basta você investir, você fazer programas de transferência de renda porque isso não vai acabar com a violência.

Acho que havia uma certa sensação de que a dupla, o binômio pobreza e violência vão sempre caminhar juntos. Não! Esse indicador mostra isso com bastante clareza. Todos esses indicadores pioram com exceção do indicador de desigualdade social, o que mostra que a ação de assistência social, os programas de transferência de renda não vão resolver a questão da violência nesse território. O que se depreende disso é que a violência não é aquilo que acompanha a pobreza, mas a violência é uma maneira de lidar com conflitos, é uma linguagem que a sociedade brasileira aceita e que, nesses territórios, é a linguagem utilizada para se resolver quaisquer conflitos.

Só para vocês terem uma ideia, levantei os dados mais alarmantes: na Paraíba, o risco de um jovem negro ser morto é 13 vezes maior do que o risco de um jovem branco ser morto; em Pernambuco, é 11 vezes maior; em Alagoas, é oito vezes maior. A média brasileira já é 2.7 maior, o que já é uma média alarmante, mas você vai a Estados em que, se esse índice chegar a zero, significa que há mesma chance entre os dois, mas não significa que a juventude não está sendo assassinada.

Uma publicação recente da Secretaria Nacional da Juventude, se não me engano, em parceria com o Ministério da Justiça, que se chama Mapa do Encarceramento, feito pela Jacqueline Sinhoretto mostra também aquilo que a Secretaria Nacional da Juventude já indicou: quem está sendo no Brasil, por que está sendo preso no Brasil, em que condições está sendo preso no Brasil.

O Mapa do Encarceramento mostra que os jovens representam 54,8% da população encarcerada, quer dizer, há um movimento de criminalização da juventude. A juventude, o jovem se torna aquele suspeito ideal que pode ser preso, que pode ser preso em flagrante, pode ser preso e continuar esperando por julgamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA JANAÍNA ALVES DE SOUZA – Além disso, 60% da população carcerária era negra. Esses dados são dados de 2012, mas há dificuldade de recolhimento desses dados.

O sistema que coleta esses dados é o Infopen, Departamento Penitenciário, e tem fragilidades, o que já mostra também mais dificuldades de termos acesso a esses dados. O que quero dizer? O perfil dos jovens encarcerados é um perfil semelhante ao dos jovens que são mortos. Eles são negros, eles são do sexo masculino, eles são provenientes de territórios onde a presença do Estado é baixa, eles têm dificuldades de escolaridade. Além disso, a maioria desses presos estão presos por pequeno tráfico ou por pequenos danos à propriedade. As pessoas que assassinam no Brasil não estão presas.

Mais uma publicação também, que é da Secretaria de Direitos Humanos, que é o IHA – Índice de Homicídios na Adolescência que faz uma estimativa, a partir de dados anteriores, de quantos adolescentes serão mortos até 2016, se não me engano, se mantivermos as condições de vulnerabilidade e fragilidade da adolescência. Os dados que o IHA traz também são alarmantes e dizem que adolescentes do sexo masculino têm 11 vezes mais chance de morrer do que adolescentes do sexo feminino; adolescentes negros, 2,78 vezes maior a chance de ser morto, ao contrário de jovens brancos; e a morte por arma de fogo é cinco vezes maior do que a morte por outros meios. Ou seja, mais uma vez, temos um perfil que se repete: você tem negros do sexo masculino que são mortos por arma de fogo, em mortes que são chamadas de mortes violentas.

Como eu estava dizendo para vocês, as mortes por homicídio através de arma de fogo e as mortes no trânsito são aquilo que tem vitimizado os jovens no Brasil.

Mais uma das nossas publicações que é *Mortes Matadas por Arma de Fogo,* também do Júlio Jacobo é uma espécie de complementação do mapa da violência e ainda não foi lançada.

Diz para a gente que atualmente hoje, no Brasil, há 30 milhões de armas de fogo em circulação. Se não me engano, desses 30 milhões, oito são armas não registradas.O ou seja, é um dado que não tem como ser comprovado, mas entendemos que há mais ou menos oito milhões de armas não registradas.

Em 2003, o Estatuto do Desarmamento consegue interromper uma escalada de homicídios no Brasil. Há falas que tentam defender uma revogação do Estatuto do Desarmamento que diz: "O Estatuto não apenas não diminuiu a quantidade de mortos, mas hoje há até mais pessoas que morrem por armas de fogo". Então, segundo dados de 2012, houve 40 mil mortos por armas de fogo, enquanto em 2003, ano em que o Estatuto foi referendado, 36 mil mortos por armas de fogo.

O que é importante neste gráfico, elaborado pelo Júlio Jacobo – há outras instituições que também pensam dessa maneira, como o Instituto Sou da Paz – é que você se tem que ver a quantidade de mortos por homicídio, mas o ritmo e a escalada de mortes previstas. Ou seja, o Estatuto do Desarmamento quebra um ritmo de mortes previstas. Essas linhazinhas verdes são as mortes previstas caso você não tivesse o Estatuto do Desarmamento. Ali embaixo são as mortes que efetivamente aconteceram após o Estatuto. Ou seja, podemos pensar que, seguindo essa lógica, o Estatuto preveniu e evitou a morte de até hoje pelo menos 160 mil pessoas.

Vamos pensar como essas mortes são causadas: motivo fútil, um acidente de trânsito, uma briga no trânsito, uma briga de vizinhos, que têm isso como resultado. São armas normalmente legítimas, roubadas e utilizadas em outras ações. Ou seja, quem é que está matando e como é que está matando.

O que eu queria dizer para vocês, o que é importante perceber nesse diagnóstico? Hoje temos dados que são publicados pelo Estado. É uma narrativa que esses dados estão construindo que diz o seguinte: determinadas pessoas jovens, adolescentes, por conta de características físicas e porque nasceram ou moram em determinados territórios, são vitimizadas desde a adolescência, são vulneráveis desde a adolescência. E um adolescente vulnerável acaba se tornando um jovem vulnerável. Vulnerável a quê? A morte por homicídio, ao encarceramento, ao superencarceramento e, mais, morte por homicídio com armas de fogo. E quem é jovem, esse adolescente? Jovem negro, do sexo masculino, morador desses territórios. Ou seja, você tem um alvo e uma narrativa que precisa ser desconstruída, enfrentada. Temos dados hoje que justificam a necessidade desse enfrentamento. Esses dados se completam, e isso é muito ruim, porque há jovens que estão em situação de vulnerabilidade desde a adolescência.

Para quem já trabalhou no sistema socioeducativo e, como isso tem sido uma pauta muito importante, às vezes você ouve dos próprios adolescentes que eles o seguinte destino: cadeia, cadeira de rodas ou caixão. Ou seja, até eles já introjetam, até eles já estão nos dizendo há muito tempo o que só agora o Estado consegue perceber mediante esses dados.

Essa é a parte do diagnóstico. Eu ainda tenho muitos eslaides. Eu queria falar um pouquinho talvez o Juventude Viva, programa de enfrentamento a essas vulnerabilidades, que tem sido realizado pela Secretaria Nacional de Juventude, mas não sei se tenho tempo ainda.

Vou só falar um pouquinho sobre o Juventude Viva, que é um programa nacional de enfrentamento a vulnerabilidade da juventude negra. Em que consiste esse programa? O que estamos tentando fazer com ele? A ideia é tentar diminuir a vulnerabilidade desses jovens negros e, se possível, enfrentar o homicídio e tentar reduzi-lo. Atualmente o Juventude Viva funciona da seguinte maneira: temos um programa nacional que identificou 142 Municípios brasileiros, nos quais os índices de violência, especialmente contra os jovens negros, são alarmantes.

A nossa ideia é trabalhar esses Municípios e, dentro desses Municípios, trabalhar os territórios onde isso acontece, o que é uma nova visão até de gestão de políticas públicas. Eu não faço um diagnóstico nacional, um diagnóstico estadual, eu vou até para além do diagnóstico municipal, faço um diagnóstico territorial.

Dentro desses territórios, dentro das políticas públicas que estão ali ofertadas para esse território, tento fazer o recorte desse perfil de vulnerabilidade. Então, se tenho o Mais Médicos naquele Município, eu tento fazer com que o Mais Médicos passe a atender esses territórios de alta vulnerabilidade, fazendo com que eles deem mais atenção ainda a esse público vulnerável: jovens, negros, do sexo masculino.

Ou seja, tenho políticas públicas já amplas, políticas públicas universais e tento fazer, dentro dessas políticas públicas, um recorte específico desse perfil, que entendo que é o perfil de maior vulnerabilidade hoje.

Eu vou passar um pouco mais rapidinho.

Isso é mais ou menos um desenho de onde o Juventude Viva está hoje. Na verdade, há até alguns outros Municípios. Esse foi um levantamento, seu eu não me engano, do segundo semestre de 2014. Hoje, por exemplo, o Rio Grande do Sul também já aderiu ao Juventude Viva.

Temos especialmente Estados do Norte, Alagoas, Paraíba, Bahia, Distrito Federal – e alguns Municípios da RIDE –, Espírito Santo e São Paulo, capital.

Então, esse programas...

Temos um programa específico da Secretaria Nacional de Juventude, o Estação Juventude, que era para ser o equipamento público que presta apoio, ações para a juventude e ações de formação para jovens. Dentro – não é dentro do Juventude Viva – desse guarda-chuva do Juventude Viva, temos também espaço no Projovem, no EJA, no Ministério dos Esportes através dos seus equipamentos.

São realizadas ações de formação com agentes operadores da segurança e do Direito para debater a questão do racismo institucional, porque isso tem que ser feito também. Entendemos que os órgãos do Estado vêm exercendo racismo institucional, não porque eles sejam especialmente racistas, mas porque vivemos numa sociedade racista, numa cultura racista.

Além disso, temos outros programas: o Programa Saúde na Escola, os Pontos de Cultura, o Nufac – que é um programa de formação cultural para jovens negros, muito interessante –, de empoderamento desses jovens, porque eles são levados a realizar projetos individuais e, também, projetos comunitários.

Assinamos um protocolo junto ao Ministério da Justiça, a OAB, o CNJ, o CNMP de redução das barreiras de acesso à Justiça para esses jovens. Isso envolve a realização de audiências. Se não me engano, no começo de abril, houve uma audiência, em São Paulo, realizada pelo CNMP, no âmbito desse protocolo, em que foi feita uma fala muito importante da Débora, das Mães de Maio, em São Paulo.

Por fim, eu fiz um balanço um pouco rápido aqui do Juventude Viva, até para explicar em que momento que o Juventude Viva está agora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O tempo para concluir... (*Fora do microfone.*)

A SRª ANA JANAÍNA ALVES DE SOUZA – Oi?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O tempo para concluir... (*Fora do microfone.*)

A SRª ANA JANAÍNA ALVES DE SOUZA – Ah, sim. Desculpa. Então vamos lá. Rapidinho.

Então, o primeiro ganho real do Juventude Viva é trazer a pauta do racismo institucional para os órgãos de Governo. Isso parece pouca coisa, mas não é. Fazer com que o Estado reconheça sua ação como ação perpassada pelo racismo institucional e transformar isso numa... A partir do momento em que eu reconheço um problema, sou capaz de enfrentá-lo.

Isso é um grande ganho que o Juventude Viva traz. É um Programa que está na fala da Presidenta, ou seja, que é assumido como responsabilidade da Presidenta. Construímos uma rede Juventude Viva, organizando e articulando vários movimentos, com lideranças comunitárias que trabalham essa demanda também. E mobilizamos Estados e Municípios, que também reconhecem a necessidade enfrentamento dessa situação.

Claro que o Programa tem fragilidades: dificuldades de monitoramento, especialmente dificuldades de estar no território. Por isso, chegamos a um momento em que estamos chamando de Juventude Viva – Fase 2. Nessa fase, tentamos ter uma ação mais forte, mais proeminente nos territórios e criar um eixo que estamos chamando de eixo de segurança e justiça. Nesse eixo, começo a trabalhar com ações dentro destes dois sistemas: do sistema de segurança e do sistema de justiça. Para além dos recortes prioritários que fazemos nas políticas públicas, queremos fazer uma ação mais incisiva dentro do sistema de segurança, dentro do sistema de justiça.

Esse é o momento em que estamos está reelaborando o Juventude Viva, fazendo um novo desenho, buscando outros parceiros, fortalecendo parcerias com outros órgãos.

Então, o Juventude Viva deve ser lançado ou relançado, nesse segundo momento, no próximo semestre, mas já levando em consideração esse diagnóstico que apresentei para vocês e a importância do que esse diagnóstico diz.

Rapidamente também, eu gostaria de falar que a Secretaria Nacional de Juventude e o Juventude Viva também estão atentos à agenda legislativa, especialmente nessas pautas.

Na PEC da redução da maioridade penal, entende-se que isso não reduz violência; entende-se que esse é um discurso moralista para penalizar menos de 1% de adolescentes, que são os adolescentes que cometem crimes contra a vida e que já são bastante punidos no sistema socioeducativo. E quem conhece o sistema socioeducativo sabe que um adolescente pode passar mais de três anos internado em uma instituição, longe da sua família, longe da sua comunidade, longe dos seus amigos. E três anos para um adolescente é mais do que três anos. Às vezes, o sistema socioeducativo é até bem mais cruel do que o sistema prisional.

O PL nº 4.471 é o chamado fim dos autos de resistência. Mas entendemos que precisa ser obrigatória a investigação de homicídios cometidos por agentes do Estado, e o que acontece hoje é que nem sempre eles são. Você informa o MP e o MP arquiva. Não, entendemos que todos os homicídios devem ser investigados.

O PL nº 3.722 – revogação do Estatuto do Desarmamento. Como mostrei para vocês, o Estatuto do Desarmamento interrompeu uma escalada de homicídios, mas isso não foi o suficiente para nós revertemos essa cultura de violência que temos. É preciso outras e novas medidas mais interessantes e outras ações. Mas o Estatuto do Desarmamento representa uma vitória. E estamos falando de 160 mil mortes evitadas.

Por fim, estamos acompanhando também a CPI da violência contra jovens negros e pobres, que está tentando investigar causas e consequências dessa violência para a sociedade.

Esses aqui são os Municípios que fizeram adesão ao Juventude Viva.

Enfim, encerro a minha fala, agradecendo a atenção de vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Muito obrigada a Janaína.

Ficamos implicando com o tempo porque a mesa está ampla e temos de dar oportunidade a que todos se manifestem.

Lembro que esta audiência está sendo transmitida pela TV Senado, ao vivo.

Passo a palavra a Beatriz Galli, advogada, representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

A SRª BEATRIZ GALLI – Bom dia a todos e todas!

Eu queria agradecer o convite para participar desta audiência e também ter a oportunidade de ouvir a apresentação do relatório da Anistia Internacional.

Estou aqui representando o Cladem, que é o Comitê Latino-Americano e do Caribe pela Defesa dos Direitos da Mulher. É uma rede de advogadas que atua em vários países da América Latina e que acompanha a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outros direitos humanos das mulheres.

A minha apresentação vai ser com base em dados e levantamentos realizados pelas organizações feministas no Brasil em relação à qualidade da assistência às mulheres em situação de abortamento e também o impacto da criminalização do aborto no sistema de justiça, em especial olhando os processos judiciais das mulheres que foram criminalizadas por aborto. Por quê? Porque nós entendemos que a ótica criminal não é a melhor forma de lidar com uma questão de saúde pública e de direitos humanos.

Os dados apontam nessa direção e eu vou, então, apresentar isso aqui.

Mas antes de entrar nos dados, eu gostaria de fazer uma ressalva, com base no relatório da Anistia Internacional, em relação aos casos que ocorreram no Rio de Janeiro, Estado onde moro.

Eu estive lá acompanhando, quando aconteceram esses casos, no mês de setembro de 2014. Foram casos que ajudaram a reacender o debate sobre o aborto nos meios de comunicação e foram casos que chocaram a opinião pública. Houve principalmente intensa mobilização nas redes sociais, nos meios de comunicação. Diversos artigos foram publicados por pessoas das mais variadas e diversas áreas do conhecimento em relação à situação do aborto no País.

Então, são casos que merecem atenção e merecem também o olhar das autoridades para que se tomem medidas para tentar evitar que casos como esses ocorram novamente em outros Estados e também no Estado do Rio de Janeiro.

Os casos, como o da Jandira dos Santos Cruz e o da Elizângela Barbosa, mortas em setembro de 2014 depois de terem se submetido a procedimentos de aborto realizados em clínicas clandestinas, são muito graves e muito trágicos. As duas não tiveram a opção de recorrer a um aborto realizado em condições de segurança, denominado aborto seguro, nos padrões da Organização Mundial de Saúde. Elas não tiveram sequer o direito de tratar das complicações desse aborto nos hospitais públicos de saúde. E não tiveram essa oportunidade porque foram simplesmente abandonadas à própria sorte e morreram por conta das barbáries que elas sofreram nessas clínicas clandestinas.

Quer dizer, a situação que a gente vive hoje é muito complicada e muito trágica. A gente sabe que a lei penal não impede os abortos de acontecerem. As mulheres vão continuar recorrendo aos abortos, só que elas cada vez vão buscar recursos mais arriscados para acabar com as suas gravidezes.

Essa lógica do Direito Penal não é adequada, e é preciso que a gente debata essa questão, de forma ampla, com todos os segmentos da sociedade. Por isso eu queria usar esta oportunidade para dizer que é muito importante que esses debates, como os que estão acontecendo aqui e agora, se multipliquem tanto no Legislativo quanto no Executivo, junto com a sociedade civil, nos meios de comunicação, porque a gente tem que debater essa questão sem moralismo e com base nos dados de saúde pública, senão a gente não vai conseguir avançar.

Os casos, como o da Jandira e o da Elizângela, vão seguir acontecendo, e a gente sabe que o Estado e o Poder Público não têm dado uma resposta eficaz para atender a essas questões.

Agora eu vou apresentar alguns dados da realidade brasileira em relação ao aborto, porque acho importante situar o contexto em que a gente vive antes de entrar no sistema judicial, no sistema do Judiciário.

Foi realizada em 2010 uma pesquisa pelo Instituto Anis, apoiada pelo Ministério Público e pela UnB, sobre a situação do aborto no Brasil: a PNA (Pesquisa Nacional sobre o Aborto). Essa pesquisa foi realizada em todos os Estados com 2002 mulheres de 18 a 39 anos. Ela é importante porque define o perfil das mulheres que realizaram o aborto. Essas mulheres são casadas, têm filhos, têm religião e pertencem a todas as classes sociais, ou seja, o aborto inseguro, clandestino é um evento comum e recorrente na vida das mulheres.

Das mulheres entrevistas, 15% declararam que já fizeram pelo menos um aborto. Então, esse é o dado da nossa realidade com que a gente tem que deparar quando debate sobre essa questão. Se isso for projetado sobre a população feminina do País, que é de 35,6 milhões, segundo o IBGE, essa número representaria um dado de aproximadamente 5 milhões de mulheres. Então, não é um dado para ser desprezado. Entretanto, só essa parcela da população pode ser criminalizada pela prática do aborto.

A PNS, de 2006, aponta que 50% das gravidezes são indesejadas no Brasil. Esse é um dado também importante para todo mundo conhecer.

A PNA aponta que uma em cada sete mulheres até 40 anos já realizaram um aborto, e, se consideradas apenas as mulheres com mulheres com idades entre 35 e 39 anos, a razão é de uma em cada cinco mulheres.

Nas regiões mais pobres, a dificuldade de acesso à informação e aos serviços de saúde e planejamento familiar pode ser a causa do elevado número de gravidezes indesejadas. Esse cenário é responsável pela realização dos abortos inseguros, com risco de vida para as mulheres. O aborto, nessas circunstâncias, é a terceira, quarta ou quinta causa de morte materna no País, dependendo da localidade, do local de moradia, das condições de vida das mulheres, e é o segundo procedimento obstétrico mais realizado no Sistema Único de Saúde depois do parto.

Esse dado também é subnotificado, porque a gente não conhece a sua real magnitude. Esses dados apresentados são dados estimados, porque, como é criminalizado, é clandestino, fica difícil conhecer o dado real em relação ao abortamento no Brasil.

Existe um sub-registro dessas informações nos sistemas de informação do Sistema Único de Saúde, o que dificulta o desenho do perfil epidemiológico da mortalidade materna por aborto, mascara essa realidade e interfere na qualidade da assistência que as mulheres recebem quando buscam os serviços públicos de saúde.

Foi feito um levantamento pelas organizações feministas em cinco Estados do País exatamente para avaliar o impacto da criminalização na qualidade da assistência que as mulheres recebem, também no Sistema Único de Saúde. Os serviços pesquisados foram os dos Estados do Rio de Janeiro, da Paraíba, de Pernambuco, de Minas Gerais e da Bahia, no período de 2008 a 2010.

Essa subnotificação é alarmante porque dificulta o conhecimento do perfil dessa mulher. Muitas vezes a mulher chega ao serviço de saúde e não conta a história real pela qual passou, porque tem medo de ser denunciada pelo profissional de saúde. Isso gera, então, uma série de equívocos na assistência, na qualidade, além de situações de discriminação, violência institucional e verdadeira tortura pelas quais essa mulher passa no sistema de saúde.

Em alguns serviços que visitamos, nas cidades de Salvador e Petrolina, o aborto inseguro, naquele momento, era a primeira causa de mortalidade materna; detectamos também que as mulheres negras são as mais afetadas por essa falta de qualidade na assistência e estão entre as que mais morrem por conta do aborto inseguro naqueles Estados – Pernambuco Bahia – nesse período.

Sabemos que o aborto é uma questão de saúde pública e penaliza muito mais as mulheres negras, as mulheres com pior condição socioeconômica, as mulheres jovens, que são as usuárias do serviço público de saúde – ou seja, são essas as mulheres que sofrem o impacto da criminalização do aborto diretamente. Essas leis restritivas não levam à eliminação ou à redução do problema.

Temos vários desafios no âmbito do Sistema Único de Saúde com que lidar em relação a essa baixa qualidade da assistência.

(*Soa a campainha.*)

A SRª BEATRIZ GALLI – Nos Estados que pesquisamos, vimos que existem violações de direitos humanos nessa assistência, derivadas de uma demora injustificada – essas mulheres são submetidas a um jejum prolongado; elas relataram sensação de isolamento, ou seja, a equipe de saúde não dialoga com elas, porque há um julgamento moral pelo fato de elas terem optado pelo abortamento; existe uma falta de interesse em orientar essas mulheres e existe uma discriminação explícita através de palavras e atitudes condenatórias e preconceituosas.

Existe um tratamento diferenciado dessas mulheres em relação àquelas que chegam para ter seus filhos, desvalorizando aquelas e colocando-as em situação de marginalização. Elas têm violadas, nesse atendimento, a sua privacidade, a sua autonomia com relação à decisão de interromper a gravidez.

Em relação ao sistema de Justiça, que foi pesquisado, sabemos que a maioria das mulheres criminalizadas por aborto chega ao sistema de Justiça através de denúncia realizada pela equipe de saúde à Polícia Militar, que opera nos serviços públicos de saúde, violando a confidencialidade médica, o sigilo profissional naquele atendimento.

O perfil dessas mulheres: são mulheres usuárias do Serviço Único de Saúde, como já mencionei, e são mulheres que não têm acesso a uma defesa legal, a um advogado nesse momento, estando, então, em situação de completa vulnerabilidade. Foram realizadas algumas pesquisas pelo Ipas e pelo Instituto de Estudos da Religião no Estado do Rio de Janeiro desses processos criminais. Então, vimos que essa autoridade policial no ambiente da assistência reveste a assistência de um caráter policialesco, ou seja, o médico se torna um agente da polícia e vai, então, delatar a mulher para a polícia que está no serviço público de saúde; e isso vai de encontro ao que preconiza a norma técnica de atenção humanizada ao abortamento.

Vimos que, em mais de um caso desses processos judiciais, a mulher foi algemada à maca enquanto ainda estava convalescendo da assistência que recebeu, recuperando-se de uma hemorragia causada pelo processo abortivo, enquanto o inquérito já estava em curso. Em alguns casos, foi arbitrada uma fiança tão alta que algumas mulheres não puderam pagar, devido à sua situação econômica, ficando detidas na maca do hospital, algumas durante meses, até que a situação delas fosse resolvida e elas conseguissem um habeas corpus para sair daquela prisão em flagrante.

Houve casos de mulheres que ficaram até três meses presas à maca do hospital público. Isso aconteceu e acontece nos serviços públicos de saúde. Eu acho importante a gente ter claro que esses dados existem porque, às vezes, a gente tem uma ideia de que, como a lei do aborto é uma lei pouco aplicada, pois são poucas as mulheres julgadas e condenadas, essa lei, na verdade, não interfere. Mas essas mulheres sofrem na pele o que é a criminalização do aborto. Então, são casos de verdadeiras torturas que elas passam nos serviços públicos de saúde, pelo que o Estado tem responsabilidade direta.

Então, são casos de tortura, de tratamento desumano, humilhante, mulheres algemadas à cama do hospital, depois do procedimento de curetagem, prisões em flagrante, demoras nas etapas do processo criminal. Quer dizer, violações do devido processo legal. Mesmo em situações de suspensão condicional, que acontece na maioria dos casos, ainda existem efeitos muito estigmatizantes pelos quais as mulheres têm que passar. Por exemplo, uma mulher que assina a suspensão condicional, ou seja, o processo dela não vai ser levado a julgamento pelo Tribunal do Júri, ainda assim ela tem cerceado o seu direito de ir e vir no lugar que ela mora, ela tem que pedir autorização para poder se ausentar ou poder viajar. Muitas estão em situação de emprego em que o empregador não sabe que ela passa por aquela situação de todo mês ter de assinar um termo no cartório. Tudo isso gera uma série de constrangimento e muitas mulheres relataram situações vexatórias e algumas até falaram que perderam o emprego por conta disso.

Também existem situações de péssima qualidade de assistência e relatos de curetagem realizada sem anestesia nessas mulheres, que é uma prática ainda comum, de tratamento desumano nos serviços de assistência. Essa situação de clandestinidade do aborto gera uma série de desconhecimentos e de situações de constrangimento para essas mulheres e, muitas vezes, os profissionais de saúde desconhecem o marco legal e desconhecem qual é o seu real papel naquele momento e entendem que eles têm que denunciar aquelas mulheres, ou eles acham que podem ser considerados cúmplices de um crime se não fizerem...

(*Soa a campainha.*)

A SRª BEATRIZ GALLI – Ou seja, existe uma insegurança em relação a essa assistência no âmbito do serviço de saúde.

Bem; em relação ao marco legal, não vou me ater com mais detalhes porque todos já conhecem. A gente tem o princípio do Estado laico garantido na Constituição Federal; a gente tem a proteção dos direitos humanos explicitados na nossa Constituição Federal – o direito à vida, o direito à saúde, o direito ao planejamento familiar; e a gente tem um Código Penal que criminaliza a prática do aborto. Ali, entretanto, exime-se a punibilidade em duas circunstâncias: em caso de risco de vida, em caso de gravidez decorrente de estupro. E, mais recentemente, devido a uma ação no Supremo Tribunal Federal, a gente também inclui nesse rol os casos de gravidez de feto anencefálico.

É importante dizer que existe o segredo médico, que está previsto no Código Penal. Ou seja, o médico que denuncia a mulher pode, também, ser denunciado. Ele também pode ser processado. Então, existe o desconhecimento desse marco jurídico por parte das próprias equipes de saúde.

Ainda mais: a gente tem os direitos sexuais e reprodutivos, que estão previstos nos acordos internacionais a que o Brasil, como o documento da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, o documento da Conferência de Beijing; a gente tem os tratados internacionais de direitos humanos; a gente tem, cada vez mais, visto que os órgãos de monitoramento desses tratados têm se manifestado no sentido de recomendar aos países, inclusive já tendo recomendado ao Estado brasileiro, que revise a sua legislação punitiva para diminuir as mortes maternas por aborto inseguro, que é uma causa considerada evitável de mortes maternas.

Então, esses são os padrões de direitos humanos, são os *standards* que o Governo brasileiro se comprometeu a cumprir. E a gente sabe que esses padrões estão de acordo com as normas técnicas do Ministério da Saúde, estão de acordo com as políticas que existem no âmbito do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

A SRª BEATRIZ GALLI – ... e a gente gostaria que fossem tomadas medidas mais concretas para a gente tentar reverter esse cenário.

Essas são as normas técnicas.

Era isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Beatriz.

Agora, eu passo a palavra ao Rodrigo de Oliveira Moraes, que é Chefe da Assessoria Internacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA MORAES – Muito obrigado, Senadora Regina Sousa.

Bom dia a todos e a todas, bom dia Senadores presentes e demais pessoas da audiência.

Agradeço o convite para participação nesta audiência pública da CDH. O Ministro Pepe Vargas hoje cumpre uma agenda fora de Brasília, participa de um seminário internacional sobre direitos humanos promovido pela OAB, em Belém do Pará.

Depois de tantas intervenções tão qualificadas, vou tentar trazer algum aspecto novo, e, inevitavelmente, retomar algumas coisas que foram ditas.

É inegável, diante de tudo a que assistimos todos os dias, diante de tudo que tem sido relatado, que temos ainda um caminho muito longo a percorrer na defesa e na promoção dos direitos humanos.

Eu queria retomar um pouco esses dados sobre violência, homicídios, mortes violentas que atingem principalmente os jovens negros do sexo masculino. Como já foi dito aqui, entre 2002 e 2012, o mapa da violência revela esse crescimento. Primeiro um crescimento em geral nos homicídios registrados no País, atingindo principalmente os jovens negros, homens, em contraste com o que acontece com os jovens brancos.

Por outro lado, temos uma incapacidade sistêmica de resolução desses crimes violentos. Então, nós sabemos que o índice de resolução desses casos pelas polícias é baixíssimo, o que nos leva à questão da impunidade. Esse paradoxo, que foi mencionado aqui pela Renata, é o fato de o Brasil ter uma das maiores populações carcerárias do mundo. A depender do número que você usa, nós somos o terceiro país em população carcerária, atrás dos Estados Unidos e da China, ou o quarto, aí ficaríamos atrás também da Rússia. A diferença é quando se consideram as pessoas que estão em regime de prisão domiciliar. Quando se soma esse número, aí nós passamos a ser os terceiros – são dados do Conselho Nacional de Justiça.

Essa situação se agrava quando constatamos que há um déficit de vagas no sistema prisional, não só em relação à população carcerária que já existe no Brasil, mas, mais grave ainda, se se considera que nós temos esse baixíssimo índice de resolução de crimes violentos, ou seja, a grande maioria das pessoas que estão cometendo esses crimes não está sendo processada, não está sendo condenada. E também se pensarmos num número de pessoas contra as quais há mandados de prisão não cumpridos. Só dessa categoria aí, o número mais recente que temos era de mais de 300 mil pessoas.

Então, temos presídios superlotados. E, novamente, os que morrem mais são os mesmos que são os mais presos. Os que assassinam não são presos. Então, é realmente um quadro muito preocupante e que revela uma condição social, das relações sociais que nós temos no País, sobre o qual nós realmente precisamos atuar com muita firmeza.

A Ana Janaína já mencionou o Plano Juventude Viva, o que mostra que o Governo Federal está atento a essa situação e está atuando. É claro que, quando se fala em violência policial e em impunidade, nós, como Secretaria de Direitos Humanos, e o próprio Governo Federal temos algumas limitações de ação muito claras, como foi mencionado pela Senadora Regina Souza no começo, que é o fato de, enfim, as polícias civis e militares, como sabemos e é notório – as polícias brasileiras –, matam muito e são polícias que estão na estrutura dos governos estaduais.

É importante ressaltar que essas polícias também morrem muito em relação aos índices internacionais.E digo isso para sermos equilibrados aqui em nossa análise.

E, por outro lado, a questão da impunidade envolve também o Poder Judiciário, e aí nós temos a independência dos poderes, enfim, todos nós conhecemos as dificuldades que enfrentamos quando se trata da lentidão da Justiça, da negação da justiça.

Importante mencionar que, por exemplo, do ponto de vista do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a violência policial e a negação da justiça, junto com violência agrária, são os casos em que o Brasil mais é demandado no Sistema Interamericano, que inclui a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a própria Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Nós temos uma dificuldade muito grande – e tem a ver com isso que foi mencionado agora há pouco nesta exposição a respeito do tema do aborto – que é o desconhecimento. Então, realmente, ações de educação e cultura em direitos humanos são fundamentais, porque, muitas vezes, a própria legislação brasileira é difícil de ser cumprida. Quando se trata de instrumentos internacionais, muitas vezes esta dificuldade se amplia, e cremos que, em larga medida, por desconhecimento. Quer dizer, quando o Brasil adere a um tratado internacional – e o faz por sua soberana vontade – e depois incorpora esse instrumento ao ordenamento jurídico nacional, o Brasil assume obrigações internacionais, o Brasil assume obrigações perante a comunidade internacional. E, muitas vezes, há muita dificuldade em que decisões internacionais e recomendações sejam reconhecidas. O que nos traz, também, o problema de legitimidade destes mecanismos. O que fica em questão é a legitimidade destes mecanismos aos quais o Brasil aderiu.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA MORAES – O Brasil optou por aderir.

Enfim, não sei se isso significa que o meu tempo...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone.*) – O senhor ainda tem cinco minutos.

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA MORAES – Então, serei breve aqui, Senadora. Obrigado.

Nós, na Secretaria de Direitos Humanos, fazemos o acompanhamento do cumprimento dessas recomendações e sentenças internacionais. Então, para tanto nos coordenamos com diversos órgãos, outros órgãos do Governo Federal, com governos estaduais, com governos municipais também, os outros Entes federados, elaborando relatórios e fazendo esse acompanhamento. Nós também, enfim, temos procurado criar uma rede junto também ao Poder Judiciário, junto aos Ministérios Públicos, justamente para disseminar o conhecimento sobre esse tema.

Eu não vou me alongar mais, Senadora, porque entendo que ainda há outras pessoas na Mesa para falar, enfim, para permitir que haja mais tempo para o debate.

Agradeço. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Rodrigo.

Passo a palavra à Rurany Ester, Coordenadora-Geral, Secretária da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Antes, porém...

Onde está o Senador Donizeti?

O Senador Donizeti vai assumir a Presidência enquanto eu vou ao plenário marcar presença, porque já está começando a sessão de hoje.

Então, com a palavra, a Srª Rurany Ester.

A SRª RURANY ESTER – Bom dia a todas e a todos.

Quero agradecer o convite em nome da Secretária Eleonora Menicucci, que tinha um compromisso previamente agendado e não pôde vir; e cumprimento a Mesa na pessoa da Senadora Regina Sousa.

Eu vou apresentar alguns dados rapidamente, porque cada vez que vai passando o tempo, vai diminuindo o nosso tempo, porque ficamos por último. Mas eu acho que é importante, foram importantes as falas anteriores.

Então aí vocês estão vendo na tela... Eu vou falar um pouco mais da violência contra as mulheres e como a gente tem enfrentado essa violência enquanto instituição pública e que propostas temos para minimizar essas violências contra as mulheres.

O homicídio de mulheres no Brasil ocupa o sétimo lugar, com a maior faixa de assassinatos de mulheres. De 2009 a 2011, a média de 5600 mulheres foram assassinadas em um ano. A maioria foi morta por seu ex-companheiro ou companheiro, no local da residência, e 54% tinha de 20 a 39 anos. Esse é um dado do Ipea. O número de assassinatos de mulheres aumentou em 17,2% na década, o dobro do número de assassinatos de homens, que no mesmo período foi de 8,1%. Esse é um dado do Mapa da Violência, que já foi falado anteriormente.

A violência sexual. Estima-se que 50 mil pessoas são vítimas de estupro ao ano. Cerca de 10% somente são denunciados. Em 2012 foram registrados 50617 casos de estupro. Oitenta e nove por cento são em mulheres, do sexo feminino, 70% dos outros são em crianças e adolescentes.

Pode passar, por favor.

Ah, está aqui. (*Pausa.*)

Isso aqui são os principais marcos para o enfrentamento da violência, e a gente tem alguns marcos importantes, que vou citar: a Constituição brasileira, em 1988; a Declaração de Viena, de 1993; a Convenção de Belém do Pará, de 1994. Não coloquei aí, mas tem a Conferência Mundial da Mulher, em 1995. A criação da SPM, e, 2003, que entendemos ser importante para a promoção de políticas públicas para as Mulheres no Brasil. E ainda outras, como, em 2006, a Lei Maria da Penha; em 2007, a construção do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; em 2012, a Constitucionalidade da Lei Maria da Penha, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal. E, em 2013, a gente constituiu um programa chamado Mulher Viver sem Violência, basicamente coordenado pela Secretaria da Mulher, mas envolve vários Ministérios.

Eu vou falar um pouco dos dados do Ligue 180, que é uma atividade exercida pela Secretaria de Política para as Mulheres. Das ligações recebidas na central do Ligue 180, de janeiro a junho de 2014, todos os dias, em 4,85% dos casos as agressões ocorrem todos os dias; em 3,31%, ocorrem algumas vezes na semana; em 9,57%, ocorrem algumas vezes no decorrer do mês; e, em 5,68, ocorreu uma vez pelo menos.

A frequência de denúncias de que os filhos assistiram à violência: 64% dessas violências têm a presença dos filhos; em 17% dos casos, esses filhos também foram agredidos; e, em 17,77%, os filhos não presenciaram nem sofreram violência.

A relação da vítima com o agressor: 82,82% tinham relação afetiva com seu agressor; em 11% dos casos, as relações eram familiares, não eram diretamente uma relação com o companheiro, mas com pessoa da família; em 5,66%, eram relações externas ao domicílio; e, em 0,35%, eram homoafetivas.

Isso aqui é o Programa de Notificação de Violência Doméstica e Sexual, do Ministério da Saúde. Esses dados representam os Estados que notificam a violência. Isso não quer dizer, diretamente, que são os Estados mais violentos, mas, sim, a qualidade de atenção dispensada às mulheres, com a notificação. A gente vai ver que os Estados de Mato Grosso do Sul, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os Estados que mais notificam a violência no Brasil.

A violência doméstica sexual: 65% dessas notificações ocorrem contra as mulheres e 34,7% em homens.

O tipo de violência: 66,8% são violências físicas; 24,9% são psicológicas; 14,4% são sexuais; 10,6% são de negligência e abandono; e outras violências são 11,6%.

Aqui eu vou entrar um pouco nos dados sobre a morte materna no Brasil e focar a questão do aborto.

Vocês vão ver que as mulheres morrem. Eu acho que é uma violência a mulher morrer nesse momento de sua vida, que é o do parto. A gente pode colocar como violência contra as mulheres a morte materna.

Aí, vocês veem que a hipertensão é a primeira causa; a hemorragia é a segunda causa; a terceira causa, que atinge 7%, abrange as doenças cardiovasculares, com complicação na gravidez, no parto e no puerpério, e a infecção puerperal; em quarto lugar ou quinto, o aborto.

Nesse gráfico, alguns Estados chamam a atenção da gente. Em Brasília, a primeira causa de morte materna é o aborto – houve seis mortes em 2013. E o aborto também foi a primeira causa de morte em 2012, em Brasília, DF. O que chama a atenção é o fato de ser também a segunda causa de morte nos Estados do Norte: Rondônia, Amazonas e Amapá. No Rio de Janeiro, também é a segunda causa de morte de mulheres o aborto. Então, as mulheres estão morrendo por causa do aborto.

Quanto às condições de atendimento do aborto nas unidades de saúde – a Beatriz Galli já falou sobre isso –, as mulheres são discriminadas, e há uma violência obstétrica contra elas no momento em que chegam com processo abortivo. Não interessa nada! Nem sabem se é espontâneo ou não, mas as mulheres são agredidas, deixadas de lado, o que acaba provocando a sua morte. Acho que a Esther vai aprofundar um pouco mais esses dados.

Vocês vão ver que o aborto acontece em todas as faixas etárias. Eu trouxe aqui os dados por faixa etária só para chamar a atenção. O aborto acontece em todas as faixas etárias, de 15 a 49 anos, e estão aí as mortes de mulheres por aborto.

(*Soa a campainha.*)

A SRª RURANY ESTER – Estou agilizando o máximo possível.

Eu vou falar um pouco da Lei Maria da Penha, que é considerada uma das melhores leis de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. É uma lei muito bem divulgada no Brasil, visto que 66% sabem que existe a lei; 32% já ouviram falar; e apenas 2% nunca ouviram falar da Lei Maria da Penha.

A violência é visível contra as mulheres, e é responsabilidade do Estado trabalhar e buscar minimizar essa dor contra elas.

Aqui há uma pesquisa da percepção da sociedade sobre violência e assassinatos: 57% concordam com a Lei Maria da Penha e concordam que os homens são mais agressores e deveriam ser mais punidos. Vocês vão ver todo um esquema falando... Desculpem. Fui para lá e esqueci-me de acompanhar aqui.

A Justiça pune de maneira adequada os homens? Essa foi a pergunta feita na pesquisa, em que 85% disseram "não"; 17% dos homens e 12% das mulheres acharam que pune; e 2% não sabiam. Muitos acham que a Justiça é lenta, que a pena é muito pequena e que a Justiça não prioriza o julgamento dos crimes contra as mulheres. A Justiça também aparece como incompetente nessa pesquisa.

O Programa Mulher, Viver sem Violência é coordenado pela Secretaria, e há vários Ministérios envolvidos, como o da Saúde, o MDS e o da Justiça. Esse programa conta com a construção da Casa da Mulher Brasileira – a primeira casa foi entregue no Mato Grosso do Sul –; a ampliação do Disque 180 para a Central 180, que agora não só recebe a denúncia, mas também repassa a denúncia para os órgãos; a humanização e adequação dos IMLs e dos hospitais de referência do Ministério da Saúde; o Centro de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas; as campanhas de conscientização; a entrega de unidades móveis para as mulheres em situação de violência na zona rural, no campo, nas florestas e nas águas, com ônibus e barcos.

A Casa da Mulher Brasileira oferece, no seu espaço físico, vários serviços de enfrentamento à violência contra a mulher. A casa acolhe, apoia e liberta – essa é a proposta. A casa tem essa estrutura – não vou me alongar –, e essa estrutura é padronizada para todas as casas.

E achamos que uma das questões importantes é o atendimento humanizado, além da coleta de vestígios, quando trabalhamos junto com o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, para a adequação do espaço físico dos IMLs para atendimento das mulheres; adequação da rede hospitalar de referência para atenção às mulheres em situação de violência; capacitação dos profissionais das áreas de segurança e saúde para a coleta e guarda dos vestígios. No particular, há uma lei aprovada neste Congresso e um decreto da Presidência. É uma normatização do que deve ser feito.

Já temos capacitados – não sei bem – cerca de 13 Estados, com pouco mais de 40 hospitais. Esse é um importante ganho para as mulheres no sentido de que a coleta é feita e só é utilizada se a mulher, posteriormente, for denunciar o agressor. Assim, ela pode utilizar como provas, o que serve como uma forma de buscar a punição dos agressores.

Aqui são os Centros de Fronteira Seca, que estão sendo construídos.

Esses são os 57 ônibus que foram entregues, sendo dois para cada... São 54 e serão entregues mais 10.

Essa é uma parceria com a Caixa Econômica, que trabalha, na ilha de Marajó, a questão da violência contra as mulheres.

Temos um Fórum de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Hoje, está havendo uma reunião com o movimento social sobre a violência contra as mulheres aqui em Brasília.

E aqui temos essa campanha "Eu Ligo 180", que é um aplicativo pelo qual as mulheres podem ligar, denunciar e buscar ajuda, e ele dá todas as informações via celular.

Outra campanha contra a violência contra a mulher é o "Nós Ligamos"; e o "Quem Ama Abraça", que é um projeto feito com uma ONG do Rio de Janeiro, a REDEH, financiada pela SPM.

Essas foram as campanhas feitas.

Ainda temos uma campanha contra a violência nos estádios contra as mulheres: "Nossa torcida...

(*Soa a campainha.*)

A SRª RURANY ESTER – ... é pelo respeito às mulheres". Não à violência".

Muito obrigada.

Estou aberta ao debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Rurany.

O Dr. Rodrigo quer falar rapidamente. Parece que ele precisa se retirar.

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA MORAES – Senador, obrigado.

Só para explicar: nós estamos às vésperas da reunião de altas autoridades de direitos humanos do Mercosul. Teremos as reuniões das seis comissões permanentes e dos dois grupos de trabalho agora na próxima semana, e nós estamos nos preparativos para isso.E, como chefe da Assessoria Internacional, eu tenho esses compromissos.

Eu já mencionei no início que o Ministro Pepe Vargas está em uma agenda, hoje, em Belém do Pará, em um seminário internacional sobre direitos humanos, promovido pela OAB.

Então, peço desculpas e a compreensão do senhor para pedir licença para me retirar da audiência. Mas, antes disso, quero mencionar, Senador algumas iniciativas, muito rapidamente.

Gostaria de falar da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que funciona na Secretaria de Direitos Humanos, é o Disque 100. Entre outubro de 2013 e 2014 foram já mais de 700 mil denúncias recebidas e passadas em 24 horas aos órgãos competentes. Gostaria de falar da recente instalação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Gostaria, ainda, de falar também do Humaniza Redes, que é uma ouvidoria na internet para denúncia de violação de direitos humanos.

Enfim, quero me colocar à disposição da Comissão para qualquer coisa que seja necessária.

Agradecemos uma vez mais pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos, em nome da Comissão, essa oportunidade de você estar aqui. E está liberado, se é que a gente tem autoridade para liberar.

Obrigado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Não sei se seria possível o Dr. Rodrigo aguardar um minutinho, só para eu relatar uma situação, e eu acho que é muito importante a presença dele, aqui, como representante da nossa...

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA MORAES – É claro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É muito rápido.

Eu não sei qual é a dinâmica do debate aqui, mas, primeiramente, quero saudar V. Exª, saudar a Senadora Regina e todos os componentes da Mesa.

O tema que vocês estão discutindo aqui é da mais alta importância.

Eu não faço parte da Comissão de Direitos Humanos, mas estamos passando por uma situação muito crítica no Estado do Paraná e eu queria aproveitar a presença dos senhores aqui para que a gente pudesse não só encaminhar o que o Senador Paim já tinha conversado com a Senadora Regina, sobre fazer uma audiência pública e discutir a situação lá, mas também conversar com os senhores sobre que medidas nós podemos tomar, inclusive no âmbito internacional, no âmbito da Anistia Internacional.

Os senhores acompanharam e eu estive, ontem, no Paraná. O que nós vimos, lá, não é uma coisa normal. Foi uma violência descomunal, desnecessária, desproporcional.

Fomos eu e o Senador Requião como representantes do Senado. Tentamos conversar com a Assembleia Legislativa para adiar a votação do projeto, até porque ele precisava de um parecer do Ministério da Previdência.

Isso não foi acatado, os Deputados continuaram votando e a polícia não defendeu o prédio público da Assembleia, porque, se fosse isso, faria o enfrentamento e recuaria. Não parou de jogar bombas em cima dos manifestantes, mesmos os manifestantes recuados, e jogava bomba de helicóptero. Tiro de borracha – nós tivemos mais de 200 pessoas feridas –, uma situação muito trágica, que eu não tinha visto, ainda, nas manifestações todas de que eu participei na minha vida.

Não foi uma situação de confronto, foi uma situação de massacre. Então, dizer que foi confronto é um erro, porque, primeiro, não tinha ninguém armado, não tinha ninguém com pedaço de pau, não tinha ninguém com pedra. Não teve confronto.

Lamentável a posição do Governador do Estado, que defendeu a polícia e, mais do que isso, justificou o ato dizendo que eram *black blocks*, que os professores estavam causando tumulto, eram baderneiros. Foi essa a justificativa que o Governador deu.

Então, assim, nós estamos muito assustados, no Estado do Paraná, com essa situação. Já, também, falei com o Ministro da Justiça, mas a gente precisa muito que esta Comissão nos ajude nessa situação, primeiro, claro, aprovando o requerimento para fazer a audiência.

Também o Deputado Paulo Pimenta, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara, está no Paraná. Ele inclusive concorda, Senadora Regina, em fazermos uma audiência pública conjunta, na quarta-feira, para fazer um desagravo e nós queríamos ver a forma como a gente pode fazer uma denúncia internacional sobre isso.

Realmente, o Governador tem que dar explicações e tem que responder pelo que fez.

Então, era isso, Sr. Presidente. Desculpe-me por atravessar a audiência, mas é de muita relevância para nós lá.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora, nós temos quórum para aprovar o requerimento. No final, depois de terminada a audiência pública, será encaminhada a votação do requerimento, está certo?

Vamos ouvir, agora...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só, Sr. Presidente, eu queria perguntar ao Dr. Rodrigo e à Drª Renata, que estão aqui, como a gente poderia fazer esse encaminhamento em relação a uma denúncia internacional ou a uma manifestação. Que medidas a gente tem que tomar para fazer esse encaminhamento?

Antes de ele sair, eu posso aguardar mais um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Rodrigo.

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA MORAES – Bom, a Renata pode me complementar, me corrigir se eu cometer alguma impropriedade, mas eu entendo... Por exemplo, no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, qualquer entidade da sociedade civil pode fazer uma comunicação à Comissão e dar início a um procedimento no Sistema Interamericano. Isso é uma coisa relativamente simples de ser feita.

A SRª RENATA NEDER – Eu ia falar que, sob o ponto de vista da Anistia Internacional, a gente, particularmente, não faz essa litigância, mas existem outras organizações de direitos humanos que fazem.

Mas, como a Anistia Internacional tem trabalhado e fez uma campanha grande sobre repressão policial aos protestos... Na verdade, eu vim do Rio de Janeiro ontem, mas a equipe, no Rio de Janeiro, ficou trabalhando sobre isso, pensando no que se poderia fazer.

A Anistia tem alguns mecanismos de mobilização internacional dos seus membros, em outros países. Mobilizamos 20 sessões da Anistia para a campanha contra a repressão aos protestos, no ano passado, e podemos mobilizar essas sessões novamente, através de alguns mecanismos que chamamos de ação urgente, por exemplo, que é um mecanismo de resposta rápida.

Posso, ao final, deixar o meu contato com a assessoria da senhora, para encaminharmos isso.

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA MORAES – Senadora...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu queria sugerir que fosse lido o requerimento, porque a própria Senadora Gleisi podia fazer a defesa, e a gente já o aprovava. Em seguida, a gente seguiria com as duas pessoas que faltam falar.

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA MORAES – Uma observação, se o senhor me permite, Senador. Claro, eu me comprometo a nós, na SDH, entrarmos em contato com a Comissão, com o gabinete da senhora, para vermos qual o melhor encaminhamento que pode ser dado a esse tema, em todos os foros internacionais.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom; acatando o encaminhamento da Senadora Regina, temos que incluir, primeiro, o requerimento extrapauta, para, depois, votá-lo.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em discussão. (*Pausa*.)

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão; os que discordam se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovada a inclusão do requerimento extrapauta.

Passamos à leitura do requerimento.

É o seguinte o requerimento:

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, de 2015

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e *Legislação Participativa, para debater o tema "Confronto entre a Polícia Militar e os Professores do Paraná".*

Autoria: Senadores Paulo Paim e Gleisi Hoffmann.

O requerimento está vazado nos seguinte termos:

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na próxima quarta-feira (6 de maio), às 9:00 horas, para debater o tema "Confronto entre a Policia Militar e os Professores do Paraná".

O pedido justifica-se pelo ocorrido representar um atentado ao Estado Democrático de Direito e um verdadeiro retrocesso no processo democrático brasileiro.

Para tal, sugerimos os seguintes convidados:

Presidente do Conselho Federal da OAB - Marcus Vinicius Furtado Coelho;

Governador do Estado do Paraná – Carlos Alberto Richa;

Secretário de Segurança do Estado do Paraná – Sr. Francisco Francischini;

Chefe da Casa Militar do Paraná – Cel. QOPM Adilson Castilho Casitas;
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Sr. Hermes Leão;
Representante da FENAJE – Sr. Celso Augusto Schröder;
Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Sr. Pepe Vargas;
Átila Roque – Diretor Executivo da Anistia Internacional;
e com a participação da Câmara dos Deputados.
Sala da Comissão, 30 de abril de 2015.
Em discussão o requerimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, permita-me abordar dois aspectos. Primeiro, queria reforçar a manifestação do Senador Paulo Paim, que não pôde estar presente. Nós conversamos pela manhã, e ele também soltou uma nota. Reafirmo a manifestação dele, que diz que foi um massacre. As imagens, por si só, mostram que o ocorrido representa um verdadeiro atentado ao Estado democrático de direito, às liberdades de manifestação e expressão e, também, um retrocesso no processo democrático brasileiro. Há um clima de indignação pelo País, e nós não vamos nos omitir.

Em segundo lugar, queria fazer um adendo a esse requerimento, porque falei, posteriormente, com o Presidente Paulo Pimenta, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, para que possamos fazer em conjunto. E eu não me recordo se está também, no requerimento, o representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Está.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está. Porque eu acho que seria importante, e talvez...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ministro Pepe Vargas.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E, talvez, até por ser uma repressão policial a manifestação, e a Anistia Internacional estar com um processo com relação a isso, talvez também pedir que a Anistia Internacional participe desta audiência pública, na quarta-feira, e fazê-la em conjunto com a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós podemos fazer um adendo acerca da Anistia Internacional e também comunicar que a Senadora Regina Sousa e a Senadora Fátima Bezerra também assinam o requerimento.

Então, em votação.

As Srªs e os Srs, Senadores que concordam permaneçam como estão; os que discordam se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos dar prosseguimento à audiência pública. Nós vamos ouvir agora a Srª Andréia Macêdo, Coordenadora do Pacto pela Vida do Distrito Federal, representante da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social do DF.

Precisamos do microfone ali.

A SRª ANDRÉIA MACÊDO – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer o convite para participar da Comissão. Eu estou representando, aqui, o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Arthur Trindade Maranhão Costa.

Eu gostaria de avançar um pouco o debate em torno dos temas que foram tratados aqui, porque, em algumas falas, ficaram nítidas questões que, hoje, afligem o Brasil – não só hoje, como historicamente –, que são as questões da violência, da criminalidade, e, diria até, avançando um pouco, das desordens. Então, pensar em termos dos indicadores que foram apresentados aqui, sobretudo os de homicídio, é também provocar uma discussão que eu diria precisa avançar um pouco mais. Quais sejam: em torno do problema que temos hoje diagnosticado, com indicadores, como é que a gente, em termos de política pública, pode avançar neste debate, considerando que é papel fundamental do Estado garantir a vida e a segurança dos cidadãos.

Inclusive, a minha presença aqui, como representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, tem a ver com essa discussão. Então, diante de um problema que se coloca internacionalmente, o Brasil aparecendo como um dos países líderes em criminalidade, em violência e, sobretudo, em homicídios, quais são as soluções, como Estado brasileiro, que podemos implementar para que, de fato, a gente consiga dar respostas em relação a alguns dos números que foram apresentados aqui?

Hoje, no DF, estamos desenvolvendo um trabalho que é o de focalização de políticas públicas em torno de duas questões principais: os crimes violentos letais intencionais, que o sistema de saúde chama de mortes violentas, que alguns chamam de homicídio, que o próprio sistema criminal chama de homicídio; e a sensação de segurança. Então, não basta só falar da questão numérica, quantitativa, em relação aos crimes que ocorrem, mas, também, como a população brasileira se sente em relação a essa situação toda que já foi colocada aqui em termos numéricos. Eu não vou reproduzi aqui o que já foi dito, mas uma coisa que deve ser pensada é a

seguinte: nós temos, hoje, no Brasil – e os dados mostraram isso –, na maior parte das unidades da Federação, um aumento exponencial das taxas de homicídio nos últimos 15, 10 anos. Para algumas unidades da Federação isso não é uma realidade: algumas unidades da Federação conseguiram, nos últimos 15 anos, reduções significativas das suas taxas de homicídio. E uma questão fundamental que a gente pergunta é: como? Como é que isso foi possível? Se a maioria dos Estados brasileiros, hoje, têm incremento nas suas taxas de homicídio, por que alguns Estados têm conseguido reduções significativas e representativas nessas taxas?

Eu diria que o fator fundamental, importantíssimo, são as políticas públicas que circulam em torno desse tema. E existe, hoje, no Brasil, primeiro, uma visibilização sobre essa questão e isso tem muito a ver, inclusive, com o que é discutido aqui nesta Comissão, com a pauta que, hoje, é cada vez – e ainda bem que é – relevante e fundamental, que a gente comece, de fato, a implementar soluções para esse problema, esse problema que é visibilizado internacionalmente.

Então, eu diria que, hoje, no Brasil, a gente já conseguiu construir, em termos de política de segurança pública e de política articulada em torno dessa questão, algumas experiências.

Então, a ideia é que, diante de experiências exitosas que temos hoje para relatar no Brasil, de fato, haja uma sensibilização em torno dos governos municipais, estaduais e do próprio Governo Federal, para focalização de soluções para esse problema.

Quando falamos de política de segurança pública, na verdade estamos falando disto, como é que as políticas, como é que o Estado brasileiro vai conseguir dar respostas a esses indicadores que foram apresentados aqui. Essa é a questão. Diria que temos essas experiências exitosas a partir das quais podemos pensar de fato em soluções que sejam mais generalizadas. Que consigamos, de fato, daqui a um tempo, pensar que somos um país que está conseguindo lidar com essa questão, mas me parece que em termos nacionais é hoje essa realidade, diante dos próprios indicadores aqui apresentados.

Para pensar as soluções, é importante que olhemos para aquelas unidades da Federação e para as experiências do próprio Governo Federal, que têm tentado lidar com essa questão.

Temos, nos últimos 15 anos, uma série de experiências que foram desenvolvidas: Minas Gerais, foi uma das unidades da Federação que implementaram uma política de segurança pública que é referência nacional hoje; o Estado de Pernambuco implementou uma política de segurança pública, que também é referência nacional; o Governo Federal implementou o Brasil mais Seguro, que também mobilizou recursos em torno dessa questão; o próprio Juventude Viva, com mecanismo de articulação intersetorial, que envolve vários mecanismos, também tem buscado focalizar esse problema.

Então, a ideia de tornar visível esse problema e pensar políticas públicas que foquem essa questão parece-me que já existe um movimento bastante presente no Brasil.

Existe um fator fundamental que é a questão da liderança – e aí estou falando de liderança política. É fundamental que os governos se sintam responsáveis por essa busca de solução. Isso é fundamental. As questões de liderança e de priorização política são fundamentais para que consigamos construir essas soluções.

Estou aqui também muito em torno desse movimento. O Distrito Federal, a partir do Governo atual, considerou que a questão dos homicídios no DF e a questão da sensação da segurança no DF são fundamentais e que é papel do Estado lidar com isso.

O Pacto pela Vida, do Distrito Federal, tem a ver com, primeiro, esse reconhecimento e essa priorização. É interessante colocar que o Distrito Federal, se olharmos os indicadores, comparativamente a outras unidades da Federação, apresenta hoje a mesma média nacional, estamos em torno de 22 a 25 homicídios por 100 mil habitantes.

Muitos poderiam perguntar: por que priorizar homicídios, considerando que o Distrito Federal não é um dos casos mais graves em relação a esse tipo criminal? Bom, acho que a resposta é até óbvia. Qualquer política de segurança pública, no Brasil, não pode prescindir de ter que lidar com os homicídios. Essa é uma questão gravíssima, nacionalmente falando, e o Distrito Federal não é diferente, sobretudo quando se olha para o entorno.

Hoje o desenho da política de segurança pública do Distrito Federal tem buscado mecanismos estratégicos para lidar com essa questão. Então, são dois focos principais que temos trabalhado aqui no Distrito Federal: primeiro, a questão dos homicídios, que, dentro do Sistema de Justiça Criminal, chamamos de crime violento letal e intencional. Aí se agregam três elementos criminais: homicídio consumado, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte – esses três elementos criminais agregados formam o crime violento letal intencional, que o sistema de saúde chamaria de morte violenta e assim por diante.

Então, um dos focos é o CVLI e o outro foco é a sensação de segurança. Para isso temos desenvolvido uma série de mecanismos para lidar com essa questão, mas existe um elemento fundamental e que a política local do Distrito Federal tem buscado conciliar estratégias, que é a seguinte: pensar num pacto pela vida significa pensar, necessariamente, em construir capacidade e habilidade do Governo de articular ações interse-

toriais. Aí não estou falando exclusivamente do Sistema de Justiça Criminal, da atuação da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Judiciário, do Ministério Público.

Isso também é fundamental, porque a gente, de fato, precisa qualificar a atuação desse sistema. Mas, para além disso, é preciso pensar na possibilidade de articular e induzir políticas focadas nos territórios vulneráveis ao homicídio aqui no DF.

Então, qualquer política de segurança pública hoje, diante de toda essa *expertise* desenvolvida ao longo dos anos, tem que buscar soluções para esta questão de como articular e coordenar políticas setoriais em torno da redução dos homicídios, em torno do crime. Essa é uma questão fundamental, e esse é o grande desafio da política, eu diria, porque existe um discurso que a mídia reproduz e que a gente escuta na voz de atores importantes, de representações importantes, que pretende vincular – isso é uma coisa importante para o Sistema da Justiça Criminal – o homicídio à questão das drogas. Quantas vezes a gente já ouviu esse argumento de que aquele que é vítima de homicídio, supostamente, tinha um envolvimento com droga, ou tinha passagem pela polícia? Isso é quase um mecanismo de justificar essa morte e de culpabilizar a vítima.

Então, existe, hoje, um discurso que está na cabeça das pessoas que é este: "Bom, se morreu, deveria ter algum problema com a justiça." Isso é perverso em pelo menos dois aspectos: um deles é esse que já citei, que é o de culpabilizar a vítima e não olhar para essa rede que envolve esse homicídio. A gente está falando de pessoas que perderam um ente querido; a gente está falando dessa rede que envolve também o agressor; a gente não olha para essa perspectiva; a gente olha para uma perspectiva de culpabilização, de encarceramento; e outra perversidade dessa lógica é de dizermos que, já que havia um envolvimento com o crime, já que havia uma passagem pela polícia, isso continua sendo um problema da polícia.

Então, cria-se uma lógica em torno desse argumento que é, de fato, a gente reproduzir as soluções para esse tipo de problema, para o problema dos homicídios, como problema de segurança pública – e aí entendendo segurança pública como uma questão policial, policialesca, de que o Sistema da Justiça Criminal deveria dar conta.

A primeira é coisa é que, ao falar em crime, violência e homicídio, estamos falando de uma questão multicausal, de um aspecto que envolve a busca de diferentes modalidades de solução, e de problemas localizados territorialmente, com foco específico, como foi mostrado aqui. Então, fundamentalmente, pensar em políticas que seriamente tentem lidar com essa questão é, de fato, pensar em mecanismos de articulação e coordenação intersetorial na busca dessas soluções. E, sobretudo, de responsabilização de fazer com que, para além do sistema de segurança pública, outros setores de políticas públicas, governamentais, de sociedade civil organizada ou desorganizada se apoderem dessa questão, até como uma questão pessoal, como um elemento que exige um processo de cooperação. Senão, a gente vai reproduzir essa lógica de que falar desse aspecto significa focarmos na atuação policial. Isso é fundamental, é muito relevante e importante, mas, enquanto a gente não conseguir, em termos de política pública, trazer o elemento da prevenção à violência como fator fundamental para que a gente consiga mudar esse quadro nacional, pouco avançaremos na questão.

Como disse antes, a gente tem hoje uma série de experiências que focam nessa tentativa de buscar essa articulação e essa coordenação. Já temos alguns relatos sobre isso, alguns estudos sobre isso, mas, fundamentalmente, é preciso que, em termos de política pública, a gente consiga apresentar resultados mais consistentes. Como falei antes, alguns Estados conseguiram isso.

A questão, inclusive, também é de manutenção...

(*Soa a campainha.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDRÉIA MACÊDO – ... da redução para esses Estados que têm conseguido diminuir as suas taxas criminais e, principalmente, homicídios. Mas eu diria que o esforço, hoje, do Pacto pela Vida, no Distrito Federal, é buscar essa conciliação.

Uma das questões fundamentais que se coloca quando a gente fala de política de segurança pública com foco nos territórios... E geralmente são territórios vulneráveis, não só do ponto de vista desses incidentes criminais, mas também do ponto de vista socioeconômico, do ponto de vista, às vezes, até de incapacidade dos Municípios ou dos governos de captar recursos. Então, a questão da política pública passa por uma questão mais fundamental, que é: como, de fato – estamos falando de termos financeiros –, conseguir captar esses recursos e torná-los efetivos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDRÉIA MACÊDO – ... no território onde essa violência acontece.

Aqui estou colocando muito mais ideias sobre o que a gente está pensando. Eu não teria tempo de apresentar o que é, hoje, o projeto do Pacto pela Vida. A previsão é de que lancemos esse programa em junho deste ano. Já existe um projeto-piloto rodando. A ideia principal do Pacto do Distrito Federal é, com base nesses dois

eixos, redução de CVLI e aumento da sensação de segurança, dar capacidade para os territórios – e aí a gente está falando das regiões administrativas do Distrito Federal – de resolver suas questões, seus problemas em torno da segurança pública. Para isso, foi pensado todo um sistema de governança, com reuniões intersetoriais.

Não vou ter tempo, aqui, de apresentar o que é essa proposta. Se vocês quiserem, posso, depois, voltar aqui e apresentar mais detidamente, mas a ideia central que eu queria, um pouco, até desenvolver aqui é que, de fato, a gente tem um grande desafio hoje, no Brasil, que é tornar essas estratégias de políticas públicas dialogáveis; que, entre os diferentes setores que têm mobilizado esforços para focar com relação a esses problemas, seja a violência contra a mulher, seja a violência contra a juventude, a violência contra o público LGBT e assim por diante, a gente consiga, de fato, tornar isso um pacto, onde essas ações se articulem, coordenem-se para que a gente consiga olhar para o Brasil daqui a dez anos e perceber: vencemos pelo menos uma etapa dessa questão.

E aí, fundamentalmente a gente tem que olhar para aquilo que tem sido desenvolvido, e há muitos esforços hoje. Isso diz sobre a priorização da questão. Mas, de fato, que a gente consiga ter uma visão de que isso foi um tema apropriado nacionalmente a que a gente conseguiu dar soluções.

Então, eu gostaria de agradecer. Eu quis, muito mais, lançar alguns elementos para discussão. Estou disponível para o debate; sempre que me for possível e vocês me convidarem, estarei aqui presente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Andréia.

Antes de passar à última oradora, a gente aprovou o requerimento, mas não aprovou a nota que veio anexa ao requerimento como nota da Comissão em relação aos acontecimentos do Paraná. Apenas li. Conforme foi lida, trata-se de uma moção de repúdio que vai sair em nome da Comissão. Foi enviada pelo Senador Paim; a Senadora Gleisi fez menção.

Coloco em discussão a nota. (*Palmas.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovada a nota, que será devidamente encaminhada.

A próxima oradora é a Srª Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora Geral de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Bom dia a todos, quase boa tarde.

Cumprimento a Senadora Regina Sousa, os participantes, os componentes da mesa. Muita coisa aqui já foi falada, inclusive pela Rurany Ester. Vou tentar ser bem breve.

Tenho uma apresentação.

Antes de iniciar a apresentação, fiquei vendo o que tem a ver os jovens negros mortos e as mulheres por questão do aborto, e essas realidades se aproximam muito por uma questão, que é a violação de direitos, direitos à vida e à saúde.

Em relação às mulheres, somos signatários de convenções internacionais, compromissos com a saúde e a vida das mulheres. Já foram faladas algumas – a Rurany já falou –, mas é só para lembrar que todas elas ratificam os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres.

Nós temos aqui, por exemplo, na Implementação do Cairo, a questão da interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, a garantia ao planejamento reprodutivo e a atenção à violência, principalmente a violência sexual.

Nós temos marcos nacionais também, nossa própria Constituição Federal, a Lei do SUS, a Lei Maria da Penha, as conferências de políticas para as mulheres, tudo que já foi falado; recentemente, a Lei nº 12.845 e o Decreto nº 7.958, que falam do atendimento à violência sexual, sobre a obrigatoriedade de que toda mulher seja atendida nos hospitais em decorrência de uma violência sexual.

Nós temos a PNAISM (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher), com seis eixos, dentre eles o eixo da atenção obstétrica. E atenção obstétrica não é só assistência ao parto, é assistência também às mulheres em situação de abortamento, atenção às mulheres em situação de violência e, também, atenção à saúde sexual e à saúde reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, que são temas diretamente relacionados a nossa audiência pública.

A Rurany já falou sobre o gráfico da redução da mortalidade materna. Nós temos reduzido a mortalidade materna não no grau que gostaríamos e que seria necessário para desacelerar as mortes maternas. A dramaticidade da morte materna é pelo grau de evitabilidade que ela tem, ou seja, 92%, em média, dessas mulheres que morrem poderiam não ter morrido, e grande parte delas por ações do serviço de saúde.

Ali são as principais causas. O aborto é a quarta causa. Em 2012, passa para a quinta causa, sendo superado pelas doenças cardiovasculares, que complicam com a gravidez, parto e puerpério, porém não deixa de

ser uma causa importante, fundamental. É uma das cinco causas principais que levam as mulheres a morrer por razões de estarem grávidas ou no puerpério.

Nós temos uma redução mais significativa das mortes maternas entre as mulheres brancas do que entre as mulheres negras. Essa é uma causa também importante. Reduzimos, de forma mais acelerada, mortes de mulheres brancas. Então, as mulheres negras ainda se mantêm num patamar de morte materna com uma resistência na queda.

Eu quis trazer esse dado sobre a atenção ao parto e abortamento no Brasil para dizer o seguinte: no gráfico, são os procedimentos de parto. Como Rurany disse, parto é o procedimento maior de internação no SUS. Embaixo, o procedimento de curetagens, que é parte dos abortos. Muitas vezes, um abortamento pode acontecer em casa e a mulher não vai ao hospital.

Tivemos, em 2014, 176 mil casos de curetagens, de mulheres que chegam em situação de abortamento: um aborto retido, um aborto em curso, restos ovulares, hemorragia pós-aborto, infecção, várias causas decorrentes de uma perda fetal, de um abortamento. Não se fala aí se foi um abortamento espontâneo, se foi um abortamento realizado em condições inseguras. Isso não é um dado que a saúde produz. Dentro do SUS, temos lá o diagnóstico de situação de abortamento pelas diversas causas ou talvez sem saber a causa da mulher estar nessa situação.

A nossa política restritiva, a nossa legislação restritiva em relação ao aborto tem sido um fator que agrava a situação das mulheres chegarem a um hospital, porque muitas mulheres, por terem induzido um abortamento, temem chegar aos hospitais. Esse caso que a Beatriz Galli coloca de mulheres terem sido denunciadas nos hospitais por terem induzido um abortamento tem feito com que as mulheres muitas vezes prorroguem essa ida ao hospital ou nem se dirijam ao hospital e, com isso, colocando, cada vez mais, em risco a sua vida e o direito ao acesso à assistência à saúde que elas têm.

O aborto é autorizado por lei, no Brasil, por três causas, como já foi falado: o risco de vida da mulher, decorrente de estupro e, agora, recentemente, pela gravidez de anencéfalo. Porém, quando nós olhamos os dados que temos no SUS de realização de aborto legal, são dados ainda muito pequenos, ou seja, ou as mulheres não sabem ou, apesar de ser um procedimento do SUS em âmbito local, os profissionais, os serviços de saúde, os gestores ainda não garantem o acesso às mulheres a esse procedimento, que é legal, que é autorizado no Brasil, que é a interrupção da gestação nos três casos previstos.

Então, nós tivemos ali, em 2008, um aumento desse número. Foi, também, naquele momento em que a interrupção da gestação numa cidade do interior de Pernambuco ganhou a mídia nacional, de uma menina de 10 anos, e o médico foi excomungado, a mãe foi excomungada, a menina, uma situação muito explorada, inclusive, pela mídia. Com isso, manteve-se um registro de interrupções legais da gestação, uma queda grande em 2009, mantendo-se agora com uma leve recuperação.

Estamos investindo muito na abertura de serviços de aborto legal, para que, a partir do acesso das mulheres ao que elas têm direito, no caso de serem vítimas de uma violência sexual, ou com risco de vida, ou com feto anencéfalo, elas possam recorrer ao aborto legal e, aí, menos ao aborto em condições inseguras, o que leva ao risco de vida para essas mulheres.

Então, o que a gente tem feito? Como a gente lida, na situação do Brasil, na legislação brasileira, para promover a saúde das mulheres e prevenir o aborto inseguro?

Primeira coisa é o planejamento reprodutivo. Nós partimos do princípio de que toda gravidez deve ser desejada. Para isso, temos que ampliar o acesso aos métodos, o acesso à informação, e isso não é fácil. Apesar de a gente comprar e distribuir para o Brasil inteiro, o Ministério da Saúde compra e distribui para o Brasil inteiro os métodos contraceptivos, o acesso das mulheres, lá na ponta, ainda tem muitas iniquidades, muitas desigualdades. A pílula de emergência, por exemplo, que é um grande instrumento, uma grande chance de as mulheres não ficarem grávidas de uma gravidez indesejada, quando tem uma falha de método...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – ... quando elas são vítimas de violência sexual, e isso ainda não é uma realidade ampla em todo o Brasil.

Segunda coisa, garantia de acesso à interrupção prevista em lei. Se já garantíssemos um amplo acesso à interrupção prevista em lei, com certeza teríamos menos aborto inseguro, menos mortes por essa realidade.

Terceira coisa é a atenção humanizada ao abortamento. O acolhimento com classificação de risco, em que essa mulher seja identificada no seu risco – o acolhimento prevê uma postura ética, uma clarificação de valores em relação às suas posturas individuais e à realidade da vida daquela outra pessoa, pressupõe sigilo, pressupõe relação de confiabilidade. A qualificação da atenção obstétrica, não punir essas mulheres – porque o sistema de saúde cuida das pessoas, ele não tem a parte jurídica, isso é outra área. Então, como cuidar dessas

mulheres sem penalizar novamente, tratando-as de forma respeitosa, digna, com todas as práticas baseadas em evidências científicas e humanizadas para atenção ao abortamento.

A quarta coisa é a atenção integral às mulheres em situação de violência sexual – já estou terminando. Nós vimos os dados da violência sexual. Nós temos dados alarmantes de aumento de violência sexual, de estupro no Brasil. Com isso, gerando possibilidade de mulheres engravidarem e de serem gravidezes indesejadas.

Com isso, nós temos que atender a essas mulheres precocemente, bem de perto, de fácil acesso, e ofertar-lhes toda a nossa norma técnica, que inclui, prioritariamente, a pílula de emergência – caso ela deseje –, para que esse estupro não resulte em uma gravidez indesejada.

Aqui são os métodos, eu estou chamando atenção para a pílula de emergência: nós aumentamos muito a compra do Levonorgestrel, que é a pílula de emergência. Os métodos definitivos e todos os que o Brasil, que o Ministério da Saúde, compra e distribui; nós temos também no Programa de Farmácia Popular os contraceptivos a preços subsidiados, irrisórios, e também no projeto de parceria com o Aqui tem Farmácia Popular, também com preços acessíveis à população.

Nós aumentamos em 100% a compra da pílula de emergência, injetáveis e DIU e criamos agora, como uma nova tecnologia de cuidado, o teste rápido de gravidez. Quando uma unidade básica de saúde distribuir o teste rápido de gravidez é uma boa estratégia para que ela possa chamar para conversa mulheres que estão com suspeita de gravidez e que, muitas vezes, não é desejada. Então, ela está com uma suspeita de gravidez. Ela sabe que na UBS tem um teste rápido de gravidez. Ela vai lá e fala: "Eu quero um teste rápido de gravidez". Nesse momento, a nossa ação não é só entregar o teste rápido de gravidez, mas abordá-la, ofertar um aconselhamento, uma conversa e dizer: "O que aconteceu com você? Foi uma violência sexual? Você teve uma relação desprotegida e tem medo de estar grávida?" Com isso, ela pode ofertar, dentro dos princípios do sigilo e da confidencialidade, um espaço para diálogo com essa mulher. Muitas mulheres se apavoram e põem em risco sua vida sem necessidade.

Uma mulher que faz um teste rápido de gravidez, que não está grávida, mas que se viu nessa situação porque não conseguiu aderir a nenhum método, que ela possa, naquele momento, sair já com um método, para que ela não volte ali no mês seguinte grávida de uma gravidez indesejada. Essa é a maior prevenção que podemos ter para a vida das mulheres.

Então, a gente repassa recurso para os Municípios para o teste rápido de gravidez e elaboramos um manual e o distribuímos para todo o Brasil.

A pesquisa da PNDS, comparando o comportamento sexual entre 1996 e 2006, diz que tem aumentado a proporção de mulheres com o uso de métodos e a prevalência de métodos. Hoje nós temos mais métodos, em 1996 só havia dois, que eram laqueadura e pílula. Nós temos um pequeno aumento do DIU – é um desafio aumentar o uso do DIU – e um declínio da esterilização feminina para métodos reversíveis.

Para aborto legal, nós temos feito normas técnicas, elaboramos esse manual...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Já acabei.

E estamos distribuindo misoprostol e AMIU para que todo o Brasil tenha acesso a essas práticas seguras e humanizadas de atenção ao abortamento.

Aqui são nossas publicações. Para violência sexual avançamos muito. Hoje nós temos normativas que têm, no SCNES... Isso é público para todo usuário, você pode saber quais são os serviços de referência para atenção e interrupção da gravidez nos casos previstos em lei e para violência sexual.

E temos projetos para ampliar os hospitais de ensino na violência sexual e também em situações de cidades da cidadania, do território da cidadania, que têm maiores índices de violência. No campo e na floresta a gente está atuando para que essas mulheres tenham acesso à atenção integral, humanizada à violência sexual e prevenção da gravidez indesejada e do aborto inseguro.

É isso. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Maria Esther.

Nós vamos abrir a palavra, infelizmente só para duas pessoas do plenário, da assistência. Alguém que represente alguma entidade pode fazer uma intervenção de três minutos.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ou pergunta, ou intervenção. Vejam se vocês chegam num acordo. Há uma pessoa lá atrás que se manifestou. (*Pausa.*)

Vocês duas, não é? Ela e você.

Você que já está aqui com o microfone, enquanto elas chegam, você já vai falando, e elas falam depois, para ganharmos tempo.

Identifique-se, por favor.

A SRª DAMARES REGINA ALVES – Bom dia.

Eu sou Damares, assessora aqui no Senado, trabalho com a Frente Parlamentar da Família.

Nós tentamos vir correndo assistir, mas estávamos numa outra CPI. Estou aqui porque, enquanto nós estávamos lá, recebemos muitos e muitos telefonemas do Brasil inteiro, de pessoas assustadas, pois a solução que a Mesa estava apresentando o tempo todo era o aborto, a descriminalização do aborto, na questão da violência, e estava todo mundo esperando mais números sobre violências, mas parece que o foco maior foi aborto, aborto, aborto.

E, quando eu chego, encontro a Drª Maria Esther – é um prazer conhecê-la pessoalmente –, e a senhora estava falando exatamente de uma coisa com que estamos muito preocupados. Quando vocês encontram uma mulher com uma gravidez que eu digo "inesperada", não "indesejada"... Nós nunca usamos a palavra "indesejada", nós que fazemos a militância contra a legalização do aborto; nós não acreditamos que nenhuma criança seja indesejada; todas as crianças na barriga da mãe são desejadas, nem que seja por Deus.

A senhora disse que, quando encontra um mulher grávida, que faz o teste rápido de gravidez, identifica que ela está grávida, vocês fazem algumas perguntas, imaginando que ela não esteja querendo aquela gravidez. E uma das perguntas que parece que é feita é "relação desprotegida". Se ela responder que engravidou de uma relação desprotegida, porque ela não usou a camisinha, não se preveniu, vocês oferecem o aborto como alternativa? A pílula do dia seguinte não vai poder ser oferecida, porque ela já está grávida de alguns dias. Que alternativa é dada para essa mulher que está com uma gravidez dita por vocês "indesejada", e ela diz que engravidou por uma relação desprotegida? Eu só queria perguntar à doutora, porque foi a única que eu ouvi.

Lamento que estejamos falando de violência, e nós trazemos aqui o aborto como uma solução, o aborto num pacote de violência, quando o aborto é uma violência contra a mulher.

Deixe-me dizer uma coisa: eu queria tanto trocar de lugar com vocês! Como eu queria estar no lugar dos tecnocratas do Ministério da Saúde e dos outros ministérios que defendem a descriminalização do aborto, porque eu estou na rua, eu estou com o povo; e, mesmo quando eu não estou com o povo, o povo está aqui no nosso gabinete. São mulheres desesperadas, querendo se suicidar no Brasil, porque fizeram o aborto. Mulheres frustradas, mulheres angustiadas. E nós continuamos falando em aborto em pleno 2015! Um método medieval, usado lá atrás. E nós vimos aqui defender o aborto, para que mulheres, na minha Nação, continuem se suicidando, mulheres angustiadas, mulheres tristes porque abortaram?

Eu lamento que mulheres estejam na Mesa falando que nós temos que liberar o aborto, para que mulheres continuem sendo violentadas no Brasil. Eu não estou falando nem de bebê, estou falando de mulheres. Trabalho como mulher há 30 anos, e com mulheres deprimidas, angustiadas porque passaram pelo aborto.

E a minha pergunta é: relação desprotegida não está dentro do aborto legal; o aborto legal está permitido se há risco de saúde para a mãe e no caso de gravidez decorrente de estupro; relação desprotegida, o que vocês oferecem para essa mulher?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O.k. A senhora...

A SRª ROZANGELA JUSTINO – Eu hoje me deparei com o *Jornal da Câmara*, que diz assim: "Quem matar cães e gatos poderá ser preso". Vai receber pena de prisão. E fico assim perplexa...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROZANGELA JUSTINO – ... quando eu vejo mulheres pensando em matar a criança ainda no ventre da mãe.

No Brasil, nós não temos pena de morte, mas, para aquela mãe sem advogado de defesa, nós estamos distribuindo *kits* para matar esse ser inocente inocente que está no seu ventre.

É muito estranho a gente ver aqui apologia a crime. Eu sei que não é intenção das senhoras fazer apologia ao crime, mas pode ficar parecendo para o público que é uma apologia ao crime contra o ser humano, um crime contra a humanidade.

Nós entendemos que um ovo de tartaruga é uma tartaruga, mas um ovo humano... Quando um espermatozoide se junta a um óvulo, já é um ser humano. Então, a gente está cometendo um crime. Se a gente está falando contra assassinato, contra crime, a gente tem que pensar que o aborto é o crime mais perverso que existe na humanidade.

Eu tenho aqui um DVD, que eu posso passar às mãos das senhoras e de todos que desejarem, que é de um médico americano que fez milhares de aborto, mas que, quando acompanhou um aborto pela ultrassonografia, viu que estava cometendo um assassinato e parou de fazer aborto.

Temos, também, aqui, alguns moldes em gesso de bebês com dez semanas de vida. Eles já estão dessa forma, nesse formato. Então, as conferências da ONU já falam em morte, em assassinato de crianças que já estão formadinhas. Isto aqui é um ser humano, não é um produto, não é uma coisa, não é um objeto. Então, a gente precisa tratar o ser humano enquanto ser humano. Nós não podemos...

Queridas, eu sou mulher, e sou psicóloga, e já atendi a várias pessoas traumatizadas porque fizeram aborto. É, realmente, uma dor muito grande para a mulher estar grávida num momento em que ela não gostaria. Mas, quando ela faz um aborto, ela está cometendo uma violência contra ela, e isso tem consequências para a vida inteira. Muitas carregam essa dor de ter feito esse aborto e choram durante muitos anos de sua vida. Eu já acompanhei muitas mulheres que se arrependeram amargamente por terem feito aborto. E isso é muito sério.

A gente precisa trazer o contraditório. Eu não vi, nesta mesa, ninguém falando em prol da vida, do ser humano, da dignidade humana desde o ventre materno, e a gente precisa proteger as nossas crianças desde o ventre materno. E eu vejo que isso é uma violência contra a criança.

E se as senhoras que estão à mesa tivessem sido abortadas? Não estariam aqui. São pessoas inteligentíssimas – eu ouvi o discurso de cada uma –, pessoas muito preciosas, que poderiam ter sido abortadas, que poderiam não existir. Então, eu queria trazer apenas esta reflexão.

Meu nome é Rosângela, sou assessora parlamentar e coordeno uma instituição de apoio ao ser humano e à família. Estou falando em nome também dessa instituição.

Se alguém quiser, eu posso passar os moldes das crianças, para verem como é uma criança com dez semanas de idade.

Obrigado, Senadora, pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Agradeço à senhora.

Informo que esta audiência foi convocada para discutir o relatório da Anistia Internacional que trata de vários pontos, e esse ponto é só um deles. E as pessoas aqui trataram de todos os pontos. A Secretaria de Juventude, por exemplo, apresentou um relatório completíssimo sobre a situação da juventude, a mortalidade da juventude negra, e em nenhum momento tratou de aborto. Então, cada um que foi convidado fala daquilo que preparou para trazer. Acho que a audiência foi muito proveitosa, com muitos dados sobre os quais podemos trabalhar. E no dia 7, haverá uma audiência específica sobre o tema aborto aqui, já requerida pelo Senador Magno Malta. Então, esse tema será discutido nesse dia. Esta Comissão não se furta a discutir nenhum tema.

Eu queria passar... Parece-me que a pergunta foi direcionada à Esther. Então, a Esther responde e a gente tem que, infelizmente, encerrar porque a gente tem um plenário já funcionando a todo vapor.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Bom, primeiro, eu queria agradecer a intervenção das companheiras que colocaram aqui as suas opiniões.

Segundo, eu não sei se vocês chegaram a tempo, eu coloquei muito que nós, do Executivo, cumprimos a legislação brasileira. A legislação brasileira dá às mulheres o direito de interromper uma gravidez em três situações. Primeiro, quando está em disputa a vida dela ou a vida desse embrião, desse feto, quando, se ela mantiver a gravidez, ela pode morrer por essa situação.

A segunda situação é quando ela ficou grávida em decorrência de um estupro. Eu coloquei bem, vocês não viram, mas a minha colega Rurany colocou os dados de estupro, de violência sexual contra mulheres, que tem aumentado muito no Brasil. O estupro é uma questão complexa. Muitas vezes ele fere tanto a alma, a dignidade de uma mulher que ela nem procura um serviço de saúde no momento em que ela foi violentada. Ela vai procurar quando ela se vê grávida por uma situação decorrente da violência sexual. Então, é um problema que nós temos de levar a sério no Brasil. Isso é garantido por lei. Nós não estamos fazendo nada fora do que o Legislativo, do que as leis brasileiras autorizam.

E a terceira causa é quando a mulher está grávida de um anencéfalo, um feto que não tem nenhuma viabilidade nesta nossa vida aqui no Planeta Terra, ou seja, ele não possui cérebro. Então, essa situação, essas são as situações em que o aborto é permitido.

Fora isso, nós temos obrigação ética, moral, de cidadãs brasileiras e cidadãos de acolher as mulheres que chegam aos hospitais em situação de abortamento, ou seja, já aconteceu o aborto por vias próprias, ou foi um aborto espontâneo, ou foi um aborto autoinduzido em condições inseguras, mas elas chegam ao hospital numa situação de um aborto incompleto, de um aborto infectado, em uma situação em que elas precisam de um atendimento. E nós, do SUS, do serviço público de saúde, precisamos acolher essas mulheres sem discriminação.

Quanto ao que você referiu, à questão de uma relação desprotegida, além dessas três causas de gravidez indesejada, existem muitas causas de gravidez indesejada de mulheres que tiveram uma relação consensuada, porém, houve falha do método contraceptivo ou falta de informação. Pelo conjunto de desigualdades, inclusive, sociais, econômicas, culturais no País, não tiveram acesso à informação e aos métodos contraceptivos e elas se veem na situação de uma gravidez que não sou eu que estou dizendo que é indesejada; são elas que dizem. Pesquisas que foram apresentadas, por exemplo, pela Beatriz Galli, aqui dizem: essa gravidez foi desejada ou não? Entenderam? Então não somos nós que estamos dizendo.

Ao serviço de saúde cabe cuidar das mulheres e garantir que elas tenham acesso a todos os bens de saúde garantidos pela Constituição brasileira. Nós não estamos induzindo o aborto, nós não estamos legislando.

Não é a saúde, o Ministério da Saúde que trata da criminalização ou descriminalização. Isso cabe ao Legislativo e à sociedade brasileira. Nós estamos apenas trazendo essas mulheres para um tratamento digno, para que elas possam, ao estar com uma gravidez indesejada, ter alguém com quem conversar, porque muitas vezes não é em casa que uma adolescente grávida vai conversar, mas pode ser com um profissional de saúde. E esse profissional de saúde pode, sim, ajudar essa menina, inclusive, a resolver o conflito familiar. Eu, como médica ginecologista, já fiz isso várias vezes. Uma menina me falou: "Eu vou pular da ponte, eu vou tomar veneno de rato, eu vou me matar porque eu estou grávida". Eu falei: por que você está assim? Ela falou: "Porque eu sei que eu não posso voltar para casa, porque meu pai me mataria." Eu falei: você topa que eu vá com você na sua casa para poder ajudar você a conversar com a sua família?

E ela aceitou a ajuda. A mediação desse conflito familiar pela equipe de saúde pode resolver muitos casos de uma gravidez que resultaria na morte dessa menina se ela não tivesse tido a ajuda dos profissionais da saúde.

Então, uma gravidez indesejada pode muito bem ser acolhida pelo serviço de saúde, para que ele possa apoiar essa mulher na situação em que ela se encontra. Pode ser ofertada uma conversa com o serviço social para que essa criança possa ser doada? Pode sim! É um caminho também a doação. E se essa menina falar: "Não tem jeito. Eu vou interromper essa gravidez", o serviço de saúde não tem como ofertar um aborto seguro, porque ela vai fazer isso da forma como hoje é feito no Brasil. O que pode ser feito é se dizer: cuidado com sinais de risco de vida. Você tem que se cuidar para que não ponha em risco a sua vida.

É neste limite da legislação, é neste limite do compromisso ético que todos os profissionais de saúde têm com a vida dessas mulheres que nós atuamos. Nada além do que a legislação brasileira, do que o Estado brasileiro propõe hoje para as mulheres. Nós não estamos... Sinto muito, mas não fizemos aqui nenhum "advoca-se" a favor da descriminalização do aborto. Isso daí estamos trabalhando no sentido do cuidado a essas mulheres. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Ester.

Antes de encerrar, eu queria passar um vídeo de três minutos sobre o que aconteceu ontem no Paraná com os professores. Amanhã é o dia do trabalhador, o Dia do Trabalho, e a gente quer passar o vídeo para que a gente nunca esqueça e para que nunca mais aconteça... Então, é importante que esse vídeo seja divulgado. São os mestres, pessoas que formam os cidadãos brasileiros.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 5 DE MAIO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia cinco de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadoras e Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Maria do Carmo Alves, Magno Malta, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**,para Instruir a SUG nº 15, de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 24 de 2015, de autoria do Senador Magno Malta e nº36 de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Elizabeth Kipman, médica especialista ginecologia e obstetrícia; Henrique Batista e Silva, Representante do Conselho Federal de Medicina; Eliane Oliveira, Especialista no tema; Isabela Mantovani, Especialista no tema; Cláudio Fonteles, Ex-Procurador-Geral da República; Ilka Teodoro, Representante da Comissão da Mulher da OAB/DF; Luiz Bassuma, Autor do Estatuto do Nascituro; Maria do Socorro Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora-Geral de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; Rosângela Aparecida Talib, Representante do Movimento Católicas pelo direito de decidir; Ana Maria Costa, Representante do Centro Brasileiro de Estudo da Saúde – CEBES. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Luis Eduardo Girão; Alla Araujo; João Rodarte Rosa; Jolúzia Batista – AMB - fórum mulher do DF; Fernanda Rosas – Articulação Mulheres Brasileiras; Fernanda Oliveira – estudante do

curso de Serviço Social; Alan Araujo. O Sr. Presidente informa que essa audiência contou com ampla participação popular, por meio do Portal e-Cidadania, tendo sido recebidos mais de 800 comentários durante a reunião, bem como agradeceu aos cidadãos que participaram. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Às doze horas e dezessete minutos, o Senador Paulo Paim passa a Presidência para o Senador Eduardo Amorim. Às doze horas e quarenta e três minutos o Senador Eduardo Amorim passa a presidência para o Senador Magno Malta. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Magno Malta e Eduardo Amorim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos. Eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública por iniciativa do nobre Relator, Senador Magno Malta, nos termos do Requerimento nº 36, de autoria do Senador. Naturalmente, assinei junto, e outros Senadores.

Qual é o objetivo da nossa audiência pública? Instruir a SUG nº 15, de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez dentro das 12 primeiras semanas de gestação pelo Sistema Único de Saúde. Esta é a SUG que o Senado recebeu, e é nossa obrigação discutir o tema com profundidade, ouvindo inclusive partes que pensam diferentemente. Foi uma iniciativa do Relator, como já havia explicado.

Coloco mais uma vez que aqui não escolho projeto para dar para ninguém, sigo uma sequência. O Senador Magno Malta foi o segundo a pedir a relatoria desta SUG; a primeira foi a Senadora Marta Suplicy. A Senadora Marta Suplicy simplesmente tomou a posição de abrir mão da relatoria; então, naturalmente, foi para o Senador que havia pedido, que é o Senador Magno Malta. Faço esse esclarecimento para que ninguém pense que estamos dirigindo. Eu não dirijo relatoria nenhuma aqui, tudo é colocado numa escala – os que mais receberam vão receber menos, quem recebeu menos vai receber mais relatorias, para haver um equilíbrio na Comissão.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que estão assistindo e que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-cidadania, link: bitly-audienciainterativa, e também do Alô Senado, através do número 0800-61-2211.

Faremos uma pequena introdução para situar aqueles que estão no plenário e também nos assistindo pelo sistema de comunicação da Casa.

Meus amigos e minhas amigas, hoje trataremos aqui de um dos temas que nos chegam pela colaboração da sociedade civil organizada. Aqui, nesta Comissão, é permitido que a sociedade organizada encaminhe propostas para debate e, consequentemente, para votação.

A Sugestão Legislativa nº 15, apresentada ainda no ano passado, remete-nos ao momento histórico em que a sociedade chega mais perto do Parlamento pela forma como atua, via redes sociais e, naturalmente, pela internet.

O presente tema "Interrupção da Gravidez de Forma Voluntária" foi proposto por um cidadão como todos nós, que, pelo espaço democrático desta Comissão, ele tem o direito de apresentar. Ouvimos muitas críticas pela necessidade da realização do debate sobre tal tema. Mas queremos dizer que, tanto eu como o relator, não nos furtamos a debater qualquer tema, seja ele o que for, o debate será feito e os Senadores votarão no fim, a partir do momento em que tiverem já uma formulação, opinião formada sobre o tema.

Enfim, são fatos e realidades que continuam a nos confrontar e exigir do Parlamento posição que permita a nossa sociedade prosseguir sem conflito e que prevaleça a vontade da maioria. Hoje, infelizmente, há milhares de casos de abortos, casos absurdos de morte de mãe de crianças, que sofrem com o aborto. Estou simplificando aqui.

Não estou, neste momento, como Presidente da Comissão, julgando ninguém. Longe de julgar as vítimas desse processo, nosso intuito, nesta audiência, é esclarecer, cada vez mais, as partes envolvidas, para que o Estado possa atender a vontade da sociedade, inclusive em suas contradições. Informações da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal apontam que o abortamento é a quinta causa de morte materna no País.

Temos inúmeros casos que poderiam ser citados aqui, da maior gravidade. O silêncio da vergonha, da falta de diálogo, do medo, da insegurança e situação que leva muitas mulheres a medidas desesperadoras. É uma consequência dos tempos da reorganização social das famílias ou da pressão do capital pela liberação das

mulheres para o mercado de trabalho. O caso de Jandira, que queria abortar por medo de perder o emprego, nos leva a refletir sobre que tipo de amparo temos dado, nós todos, a sociedade, às mulheres e às crianças.

O Governo Federal tem buscado se posicionar diante da lei que prevê em seu Código Penal a criminalização do aborto. E é, também, no Código Penal que ficam previstas as situações de exceções. Sabemos das posições totalmente contrárias e respeitamos profundamente os que pensam a favor e contra. Suas vozes são respeitadas, acolhidas nesta Comissão e sempre serão por esta Casa, até que a Casa possa decidir definitivamente as mais diversas formas de crenças e pensamento no sentido de responder sempre a preocupação da população.

O temor a Deus e a doutrinas religiosas que professam princípios unidos à Frente em Defesa da Vida, têm-nos apresentado propostas que podem ser analisadas, também, no sentido de termos soluções. Recentemente, tivemos audiência pública nesta Comissão para debater o tema por meio do relatório da Anistia Internacional, que denunciou a situação do abortamento clandestino.

Além das tragédias que o tema envolve, fica claro aos olhos internacionais que soluções devem ser apontadas. Sempre digo e repito, respeitando a vontade da maioria do povo brasileiro.

Essa é uma síntese, Senador, que a assessoria fez, com muito cuidado. Não compete, aqui, ao Presidente, neste momento, se posicionar de uma forma ou de outra. Compete ao Presidente presidir a sessão. O Relator está aqui, e vai naturalmente ouvir a todos, e vai expressar o seu ponto de vista, como eu já expressei na terceirização, e sei que na terceirização tenho o seu apoio total. Da forma que está não pode ser aprovado aqui na Casa.

Vamos, então, à primeira mesa. Não sei se o relator quer fazer alguma introdução.

O relator, Magno Malta, faz a introdução. Em seguida, vamos passar à mesa dos convidados.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Quero cumprimentar a todos, cumprimentando o Presidente desta Comissão, os senhores e as senhoras que se deslocaram para vir aqui. À assessoria de Deputados e Senadores que aqui já estão e que não puderam comparecer, agradeço. Agradeço as diversas organizações, ONGs, militantes da vida, os Pró-Vida e os não vida também, que vieram.

Em uma sociedade em que há polaridade e em uma democracia – penso que "democracia" é um termo que acabou coroando o que vou dizer – é da vida. Você tem direito de ser a favor de algo e tem direito de ser contra algo. O que não podemos é fugir do debate, das discussões, de ouvir as pessoas, contra, a favor, seja acerca do assunto mais complicado que for, seja ele dos mais difíceis de compreensão. E, quando se trata da vida, então, não se pode, de fato, tomar qualquer tipo de posição açodada, sem ouvir a sociedade.

Mas ouvir a sociedade mesmo não significa reunir meia dúzia de pessoas, conselhos que decidem. Nós ouvimos o povo, e, daí a pouco, sai uma resolução do Governo dizendo que decidiu em nome do povo que, por exemplo, o sujeito homossexual pode usar banheiro de mulher, e está tudo certo na resolução deles, e pode entrar em banheiro de homem. Eu nunca fui ouvido em nada disso, a sociedade nunca foi ouvida em nada disso. Essas coisas aqui não podem, e esta Casa não pode se dar o direito de ter esse tipo de comportamento.

Por isso, um assunto como esse, que tem a seriedade, até a gravidade que exige que nos sentemos, nos debrucemos para debater. Essa é a razão dessas audiências públicas, vamos debater à exaustão para que não cometamos injustiças e irresponsabilidades, indignidades sem ouvir e deixando de ouvir aqueles que precisam e querem ser ouvidos.

Agradeço aos convidados desta primeira audiência, que já estão conosco para debater e nos dar claridade, nos dar esclarecimentos. A razão do debate é esta: mostrar o ponto de vista, e, em um caso como este, cientificamente, tecnicamente, do ponto de vista da compreensão da vida – e eu diria da compreensão da confissão de fé de cada um. Temos que ouvir, também, quem é contra e acha que pode provar isso cientificamente também, e provar isso do ponto de vista da sua crença pessoal. E isso faz parte da democracia.

Por isso, como relator, agradeço, Sr. Presidente, às pessoas que estão aqui para nos emprestar o seu conhecimento, para que, de fato, possamos dar esclarecimento à sociedade. Eu não sei se esta Comissão é a primeira que começou os seus trabalhos. Se ela está ao vivo, é muito importante para nós porque a sociedade brasileira já começa a tomar conhecimento. Então, antes que uma outra comissão que se julgue mais importante nos tire da transmissão ao vivo, eu passo a palavra a V. Exª para compor esta mesa para que a gente possa começar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Magno Malta, como relator, mostrando toda a sua posição de equilíbrio ouvindo a todos.

De imediato, convido a médica especialista em ginecologia e obstetrícia, Drª Elizabeth Kipman Cerqueira. Faça o favor, seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Convidamos, também, o representante do Conselho Federal de Medicina, Dr. Henrique Batista e Silva. (*Palmas.*)

Convidamos a representante da Comissão da Mulher, da OAB-DF, Drª Ilka Teodoro. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Convidamos uma especialista no tema, Drª Isabela Mantovani. (*Palmas.*)

E, também, na mesma linha, Drª Eliane Oliveira. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos todos. Tem espaço para todos na mesa.

A nossa primeira painelista vai ser a Drª Elizabeth Kipman Cerqueira.

Cláudio Fonteles, ex-Procurador, grande Fonteles! Vamos apertar um pouquinho aqui. Tem espaço para o nosso querido Cláudio Fonteles, que faltou aqui na Mesa. (*Palmas.*)

Depois trocamos.

Na hora da fala, vem mais para o centro, e o que já falou vai para a ponta, e nos ficamos com uma mesa completa. Pode falar de pé sem problema nenhum.

A SRª ELIZABETH KIPMAN – Posso falar assim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A senhora é quem manda...

A SRª ELIZABETH KIPMAN – Olha, é perigoso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O tempo, me perguntaram, é dez minutos, com mais cinco para cada um.

A Drª Elizabeth diz que tem uma apresentação e está pronta. Então vamos lá. (*Pausa.*)

Seu tempo não foi marcado ainda.

O Magno Malta...

A SRª ELIZABETH KIPMAN – Bom dia, é um grande prazer, agradeço a honra de estar aqui. Espero contribuir com uma experiência de médica, ginecologista e obstetra. Eu acho que o meu currículo mais importante é de ter feito mais de sete mil partos e de ter atendido, não sei, acho que quatro vezes mais mulheres grávidas. Então, gostaria de começar falando o seguinte: a quem interessa a realização do aborto, a liberação do aborto, a liberação do aborto até 12 semanas, que é a questão que estamos falando agora?

Existem alguns especialistas que colocam se o abdome fosse transparente, será que alguém aceitaria fazer o aborto? Nós temos quase o abdome transparente através do ultrassom, mas estamos falando aqui do aborto até 12 semanas. Em princípio, é esse o pedido. Eu gostaria de colocar um vídeo muito rápido mostrando o seguinte: essa é uma gestação de trigêmeos, resultado de uma fecundação artificial, de dez semanas. Dez semanas são dois meses de gestação. E nós vamos ver os três se mexendo, cada um na sua bolsinha. (*Pausa.*)

Não vai sair. Então tenho que pegar o vídeo que está na...

Está na tela da frente...

Então vocês veem os fetos se mexendo, pulando; veem aqui uma agulha entrando porque se a gestação foi difícil, de trigêmeos, é mais difícil e vai ser feito aquilo que chamam de seleção embrionária.

A agulha vai, procura, um deles é escolhido para ser eliminado, vai na direção do coração e pronto. Ali está, a agulha chegou, veio, pegou o embriãozinho, fetinho – porque dez semanas já é feto –, e se retira porque ele está morto.

Pode voltar, por favor.

Gostaria só de mostrar que aquele ali, de dez semanas, é igualzinho a este aqui. O de doze semanas é este. E o de vinte e duas semanas é este. Vinte e duas semanas são cinco meses.

Gostaria que vissem que não existe diferença entre os três.

A câmara não está pegando.

Não existe diferença entre os três, apenas de tamanho, de alimentação, de tempo.

Então, a discussão: "a quem interessa o aborto de dez semanas?", com certeza para a criança em gestação não interessa. É uma criança em gestação, que não vai ter a oportunidade de dizer "sim" à vida, não vai ter a oportunidade de resolver o que fazer com essa vida. Para a criança, não interessa.

Bom, mas interessa para a mãe?

A mãe não quis aquela gestação, e é terrível quando a mulher não quer uma gestação e está grávida. Realmente, ela se sente invadida, realmente é muito difícil.

Eu gostaria, também, então, para entrar nesse assunto, dizer que, embora seja muito difícil, temos que enxergar esse problema de uma forma muito mais ampla.

Este livro, editado aqui na Universidade de Brasília, o autor é Maurízio Mori, italiano, totalmente a favor do aborto. Ele coloca na página 87: "O princípio da sacralidade da vida não é secundário nem é marginal."

Repito, ele se diz ateu, diz que, que se Deus existisse, ele esperaria que os homens fizessem melhor que Deus, e ele é totalmente a favor da escolha.

Mas ele diz que o aborto coloca em questão uma escolha de civilização.

Eu acho que é isso que temos que conversar hoje. Qual civilização queremos? É uma escolha de civilização, a difusão daquela mentalidade antivida, o aborto torna visível de forma dramática o divisor de águas entre a ética da sacralidade da vida e a ética da qualidade.

Este é o ponto. Este é o ponto que queremos dizer.

Com tudo aquilo que temos de preocupação com as mulheres, com as adolescentes que engravidam, a pergunta é: que civilização queremos?

Pelo que os Senadores vão querer ser responsáveis quando eles votarem alguma coisa?

Desculpe-me, mas...

Bom, todos, quando estamos em um debate ou conversando com diversas pessoas que são a favor da liberação do aborto, elas falam assim: "olha, ninguém é a favor do aborto, mas, às vezes, é o único jeito; às vezes é um mal menor".

Quando se fala assim, de que mal menor estamos falando? Em relação à criança, nunca é um mal menor. Em relação à mulher, se esquecem de dados fundamentais.

Em primeiro lugar, mesmo sendo feito no melhor hospital e pelo melhor médico, existem riscos imediatos, existem riscos a curto prazo. Os imediatos são mais conhecidos, perfuração do útero, infecção, mas, a longo prazo e a médio prazo, em uma futura gestação, existem sete vezes mais chance de haver placenta prévia, que é um risco de morte; mais parto prematuro, que é um risco de morte para o neném; trabalho de parto prolongado futuro; mais possibilidade de rotura uterina, que é um risco de morte; mais processo infeccioso; maior número de partos cesarianas.

Isso traz sequelas permanentes, isso tem uma explicação biológica. Além disso, nos países em que se permite a liberação do aborto até o terceiro trimestre ou segundo trimestre, às vezes, a criança nasce viva. E se faz o quê com aquele que nasceu vivo?

Por exemplo, nos Estados Unidos, depois que respira o ar, americano é cidadão, tem que ser protegido. E o que fazer se a mãe quis abortar? Então, há incoerências jurídicas também.

Agora, é menos conhecido, mas, a médio e longo prazo, as mulheres que fazem aborto provocado têm maior número de mortes por causa natural, muito maior número de doenças circulatórias, muito maior número de doenças cerebrovasculares e muito maior casos de câncer de mama.

Eu trago aqui, e vou deixar a cópia, um documento do Instituto de Prevenção de Câncer de Mama, nos Estados Unidos, em que se coloca claramente que um dos fatores de aumento de câncer de mama é o aborto induzido, o aborto provocado.

Vou deixar aqui também cópia das mortes associadas à gravidez e são casos, eu peguei só algumas referências, onde não há...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELIZABETH KIPMAN – Já? ...nada a discutir quanto à seriedade da pesquisa. Eu deixo, baseado naqueles resultados.

Os problemas psicológicos. Vocês estão vendo que há muito mais. No Brasil, não temos possibilidade de fazer nem ultrassom durante a gestação, nem de tratar as pessoas com depressão, nem de tratar as pessoas que usam drogas, drogaditos, que precisam de tratamento, mas vamos ter, quando se liberar o aborto, em qualquer idade de gestação, 260 mais necessidades de hospitalização psiquiátrica, 25% mais de necessidade de acompanhamento psiquiátrico. Na rede pública?

Foi colocado aqui no pedido que as mulheres não têm o apoio. E vão ter depois que fizerem o aborto?

Eu queria também dizer que Freud – que não tem nada a ver, as referências que eu estou dando não têm nada a ver com religião – apontava, está escrito em suas obras completas: "Ficamos perplexos ao ver os inesperados resultados que podem suceder a um aborto artificial ao fato de matar uma criança não nascida, mesmo a partir de uma decisão tomada sem remorso nem hesitação."

Esse senhor aqui, ele se define a favor da escolha e se define como ateu racionalista. Para provar que as complicações psicológicas seriam devido a outras causas e não por causa do aborto provocado, ele planejou um trabalho seriíssimo. Acompanhou por 30 anos 1.265 meninas nascidas de 1977 até 2007. Ele acompanhou e se surpreendeu, porque o resultado foi contrário. O aborto provocado, realmente, é uma das causas para problemas psiquiátricos. E ele foi, inclusive, quase impedido de publicar os seus resultados. Embora se diga ateu racionalista e *pro-choice,* disse que seria irresponsável em não divulgar cientificamente o seu resultado. Seria uma irresponsabilidade científica. Enquanto isso, sabemos que a gravidez mantida não traz problema.

Eu gostaria de perguntar: quantos daqui têm certeza de que foram desejados ou que a sua gravidez não veio por acaso?

Se é muito difícil para a mulher quando ela engravida, ter uma gravidez inesperada, em geral, passado o primeiro trimestre, ela aceita, ela sente o neném mexer, ela aceita, ela tem amor. E se liberarmos o aborto até 12 semanas, o risco é muito maior. Aliás, aqui não sei se estaríamos em 10% dos presentes. E teríamos as mães dos outros 90% com problemas psicológicos, talvez.

Então, há motivações para liberar o aborto no mundo. Temos aliados nesta luta – não vai dar para dizer todos, vou só citá-los –:

– Os controlistas da natalidade, de onde vem a maior verba de financiamento;

– militantes pelo liberalismo sexual, para dizer que a mulher tem que ter relação igual, então, tem que ter aborto, porque todo o método pode falhar, todo pode, existe uma porcentagem;

– minorias discriminadas que se unem para ver se conseguem, dentro disso, serem ouvidas;

– parte dos ecologistas, que responsabilizam a população pelos problemas ecológicos;

– aqueles chamados multiculturalistas, numa sociedade plural, temos que ouvir todos;

– os dos eventos supranacionais, que têm muita ligação com os controlistas de natalidade; vêm as acusações de que somos desumanos, porque não liberamos o aborto, inclusive, infelizmente, incluído na anistia, que não tem nada a ver com isso;

– existe certa parceria com movimentos progressistas de esquerda, mas também com ideologias neoliberais de mercado, de consumo e daqueles que dizem que temos que desconstruir tudo o que temos na sociedade até agora.

Esse é um quadro geral, não vai dar para dizer.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELIZABETH KIPMAN – Os argumentos de vencer a pobreza sabemos que não vencem, porque, nos países onde foi liberado o aborto, não se venceu a pobreza com isso.

Então, chamo a atenção para o que tem sido apresentado como questão de saúde pública. Onde está o problema da saúde pública apresentado? Estão em dois aspectos: gastos atuais com a verba pública, já que se diz que se gasta muito com as internações por causa do aborto e com a mortalidade materna. Não vou falar sobre os gastos atuais, porque só 25% dos internados vêm por causa de aborto provocado. Se liberarmos o aborto, terão muito mais e o gasto será maior.

Então, vamos falar de mortalidade materna. Os dados – esse aqui vamos pular, porque não vai dar tempo – os dados do Ministério de Saúde mostram o seguinte – os últimos completos são de 2012: total de mulheres mortas no ano de 2012, contando desde a mais pequena recém-nascida até a mais velha de mais de cem anos que morreu, dá quase que 510 mil mulheres mortas.

Por gravidez, parto e puerpério, que inclui o aborto, estamos na antepenúltima causa. Não deveria morrer ninguém por gravidez e aborto, mas estamos na antepenúltima. Veja que, depois disso, só tem doença do ouvido e do olho e não entra tumor, não entra câncer, porque estão na neoplasia.

É muito difícil morrer por causa do olho ou do ouvido, sem ser câncer. Vejam que, no ano, tem 72 e 20, mas não é nem câncer nem infecção, porque os problemas infecciosos estão em cima e a neoplasia também. Bem, mas isso são todas as mulheres desde um feto.

Vamos pegar, então, as mulheres na idade fértil. Na idade fértil, temos 67 mil mulheres que morreram em 2012. Isso vem se mantendo desde 1996, quando essa estatística começou a ser feita, com pequenas variações.

De 67 mil, temos 1.645 mulheres que morreram durante a gravidez, seja por aborto, seja parto. Desses, gravidez que termina em aborto por qualquer motivo, 120. Desses 120, temos gravidez ectópica, que é a gravidez fora do útero e outros problemas, em muito maior número; falha de tentativa de aborto registrada, 5. Vamos somar com os não especificados, teremos 45 mortes de mulher, por ano, em média, por aborto provocado.

Ainda dizendo esse não especificado, vamos dizer que foi por aborto provocado. Isso dá quanto por mês? Não deveria morrer nenhuma. Lamento profundamente, mas não é um problema de saúde pública.

É um problema sobretudo político, sobretudo de uma intenção de colocar uma cultura. Não sou eu que falo, mas uma pessoa que é a favor disso e que advoga em todo o mundo.

Então, fica um argumento muito forte de que seria um mal necessário para a mulher ser igual ao homem, para termos uma sociedade mais feminina. Digo para as mulheres que novamente estamos sendo usadas, porque quem vai ser prejudicada somos nós como mulheres. Como consequência, temos uma confusão seriíssima de ética. De repente, fazemos tanta propaganda de conseguimos, com os meios técnicos, que crianças nascidas com 20 semanas sobrevivam – com 20 semanas já é possível sobreviver, difícil, mas é. Mas, de repente, dizemos que o que queremos é o aborto com dez semanas.

Há um desequilíbrio socioeconômico, porque quando se libera o aborto a juventude cresce achando que está tudo bem, que é isso mesmo, a cultura dá uma depressão da responsabilidade e da consciência.

De recuo em recuo, cada vez vamos indo a situações mais graves...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora a senhora tem mais um minuto.

A SRª ELIZABETH KIPMAN – Gostaria de deixar entregue nesse um minuto que, de recuo em recuo, como é possível chegarmos ao argumento de que podemos matar a criança recém-nascida, argumento de faculdade, dizendo que se podemos matar dentro do útero, por que não depois de nascida?

Vou deixar esse artigo de Débora Diniz, em que ela diz que a liberação do feto com anencefalia é apenas uma estratégia para liberação de outros casos.

Esse é aquela referência científica que mostrei.

Essas são as estatísticas mostradas.

Vou fazer a doação para o Senado dessa pastinha com tudo, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O relator está de posse de todos os documentos. Muito obrigado.

A SRª ELIZABETH KIPMAN – Eu que agradeço. Muito obrigada. Desculpa pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Elizabeth Kipman, médica, especialista em ginecologia e obstetrícia.

Parabéns pela sua exposição.

Vamos primeiro registrar a presença conosco da Senadora sempre presente Regina Sousa.

Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela está sempre presente, em todo o lugar que é convocada, para expressar o seu ponto de vista e colaborar com os debates, dando também a sua opinião.

Esteve conosco e volta o Senador Eduardo Amorim, que inclusive foi aluno do Dr. Henrique, segundo ele disse.

Meus cumprimentos a ambos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Henrique Batista e Silva, representante do Conselho Federal de Medicina.

O tempo é de dez minutos com mais cinco e, numa exceção, mais cinco, quando for necessário.

O SR. HENRIQUE BATISTA E SILVA – Bom-dia a todos. Saúdo a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e também do nosso coordenador Magno, Senador que trouxe essa discussão para esta Casa.

Quero dizer que, como representante do Conselho Federal de Medicina, uma das maiores satisfações que tenho é estar presente nesta Casa, templo do grande debate, templo da democracia.

É com muita satisfação que iniciamos o debate de um tema altamente polêmico, complexo, e o Conselho Federal de Medicina teve oportunidade, suscitado pelo Senado Federal, de atender essa questão.

Saúdo também aos Senadores presentes e a todos os presentes.

Gostaria de dizer, aproveitando os meus dez minutos – e preparei minha apresentação para dez minutos – que, depois, ficaremos, evidentemente, à disposição para iniciarmos os debates.

Mas quero dizer o seguinte: quando recebemos essa incumbência, nós, no Conselho Federal de Medicina, estabelecemos um percurso para debater esse tema. Em um encontro, em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, já iniciamos esse debate com os médicos que fazem parte do Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina e, posteriormente, em 2013, encerramos esse debate, depois de ter sido feito um grupo de trabalho, do qual fui coordenador, para que pudéssemos aprofundar esse debate.

O Conselho Federal de Medicina, como todos sabem, é uma autarquia *sui generis* que tem a incumbência legal de fiscalizar o exercício da Medicina e de normatizar também a profissão. Nesse sentido, temos evoluído na questão das normatizações, e nosso Código de Ética atual privilegia a autonomia aos direitos humanos, a autonomia da vontade; enfim, os princípios bioéticos que norteiam a justiça, da não maleficência, da beneficência e da autonomia da vontade.

Então, nosso Código de Ética é fundamentado nesses aspectos, e nós, como representantes de um Estado democrático, laico, de uma sociedade secularizada, plural, portanto, tivemos a oportunidade, como foi dito, de elaborar um documento, e o encaminhamos ao Senado. Logo em seguida, encaminhamos um documento, também, aos Presidentes dos Conselhos Regionais de Medicina e a todos os Conselheiros Titulares e Suplentes; enfim, encaminhamos também a todos os participantes do I Encontro Nacional dos Médicos, em 2013.

Nesse documento, deixamos muito bem claro e frisamos que não se decidiu serem os Conselhos de Medicina favoráveis ao aborto, mas, sim, discutimos a autonomia da mulher e do médico, o que é nossa obrigação. O aborto é um crime; o que nos propomos a discutir – e fomos suscitados – foi a questão da ampliação da excludência da ilicitude. Essas excludências já existem na lei. Então, fomos convocados a fazer essa discussão dentro desse encaminhamento: da ampliação das excludências da ilicitude, no caso, do aborto. Então, este foi o tema: Interrupção Voluntária da Gravidez Dentro das Doze Primeiras Semanas de Gestação, pelo Sistema Único de Saúde.

E, aí, então, trouxemos estes subsídios para o debate. É isto o que nós fazemos aqui: uma contribuição a este debate. E tivemos um grupo de trabalho que foi constituído por estes Conselheiros: Henrique, que foi, no caso, Coordenador; Celso, Júlio, Luciana, Reinaldo, Roberto Moraes, Vera Fonseca e Carlos Vital, que é nosso atual Presidente do Conselho Federal de Medicina, e contamos com a Assessoria Técnica dos servidores: Antô-

nio Carlos, Luciana Medeiros, Paulo Henrique de Sousa, Turíbio Meneses, Teixeira. Então, foram esses componentes que encaminharam essa discussão para que pudéssemos discutir no final desse encontro, em março, do Conselho Federal de Medicina.

Nós, para chegarmos a esse encaminhamento, esse percurso, evidentemente nos debruçamos sobre a situação do aborto no mundo inteiro. E, aí, levamos em conta, nessa discussão, os aspectos epidemiológicos e sociais, além dos aspectos religiosos envolvidos como, depois, direi a vocês. Então, o que obtivemos foi o seguinte: por ano, são realizados entre 46 e 55 milhões de abortos em todo mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde. A maioria desses abortamentos tem seu procedimento realizado em países em desenvolvimento. Isso é um fato conhecido de todos. Em 97 países do mundo, há leis que permitem o aborto induzido abrangendo cerca de 70% da população mundial. Por quê? Os outros 93 países proíbem o aborto, mas alguns deles o permitem em situações especiais ou excepcionais, como: deformidades no feto, violações ou risco de vida da mãe.

Muitos países já adotaram o caminho da ampliação dos excludentes de ilicitude no aborto. Então, são muitos e muitos países, principalmente do Primeiro Mundo. Temos aqui: Portugal, que, recentemente, fez um questionamento à população portuguesa e decidiu pelo abortamento nesse período de doze semanas. Então, repetindo, Portugal, Espanha, Alemanha, Áustria, Noruega, Suíça, Bélgica, Dinamarca, Países Baixos, Grécia, Itália e, recentemente, nosso vizinho Uruguai também fez uma lei que permite a excludência da ilicitude no caso de aborto até a décima segunda semana.

De um modo geral, a interrupção da gravidez ocorre entre a décima semana e a décima terceira ou décima segunda. Em média, são doze semanas. E é isso o que estamos discutindo aqui. No Reino Unido, vai até um pouco mais, o que, na verdade, ultrapassa a vigésima e a vigésima segunda semanas.

Nos países onde houve reforma legal com ampliação do acesso ao aborto, houve – isso são dados estatísticos, consolidados em trabalhos mundiais – maior acesso das mulheres à informação em saúde sexual. Parece-me que esse é um ponto fundamental nessa questão da educação em saúde, ou seja, de permitir que a população tenha acesso à educação em saúde e que possa, portanto, evitar e prevenir muitos males que acometem nossa população.

Há uma redução drástica da prática do aborto em condições inseguras – e isso é claro! O que estamos vendo no Brasil de hoje, por falta de uma boa assistência à gestante, desde o início de sua gestação até o ponto final, que seria o parto, é um total desmazelo da população no que concerne a ter uma assistência digna. Então, a questão de ampliar a ilicitude não vem de nenhum modo resolver a questão que temos. A questão que temos é que devemos ter uma política de saúde adequada que permita à mulher ter acesso à boa assistência e que não fiquemos com uma parcela da população sofrendo as injúrias da falta de assistência, enquanto que uma outra parcela da população pode ter acesso a um parto seguro.

E uma redução significativa da mortalidade materna. Sem dúvida, diminui muito as complicações quando a mulher vai a uma maternidade e tem a assistência segura de ter a resolução de seu caso de abortamento ou de gestação (de um modo geral) no final de sua gravidez. Essa é uma situação muito clara e ocorre e é comprovada por vários trabalhos científicos.

No Brasil, não se pune o aborto – isso é da lei, já sabemos disso – quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, quando há risco de vida da gestante, quando a gravidez resulta de estupro e quando, recentemente já aprovado, temos o diagnóstico da gravidez do feto portador de anencefalia. Isso é recente e já incluído como um fato que não dá ilicitude ao aborto.

No entanto, a ilegalidade do aborto no Brasil não tem impedido sua prática. Então, trabalhos têm mostrado que, em 2004, houve 244 mil internações no Sistema Único de Saúde para a curetagem pós-abortamento. Esse é o segundo procedimento obstétrico mais realizado, com um grande gasto energético de procedimentos e recursos nessa questão.

O abortamento responde por 11,4% do total de óbitos maternos. É a quarta causa depois de eclâmpsia, que são as doenças hipertensivas, hemorragias e infecções. Então, é um dado, um referencial e um indicativo importante de mortalidade. São dados comprovados do Ministério da Saúde que, aqui presente, certamente poderá acompanhar a explicação desses dados.

As complicações do aborto inseguro representam a terceira causa de ocupação dos leitos obstétricos no Brasil. Isso é um dado que tem uma importância muito grande no orçamento e na destinação dos recursos financeiros na prestação de saúde da população. Nós não podemos de deixar de levar em conta esse aspecto. E a mortalidade materna, todos nós sabemos, é evitável em 92% dos casos.

O Brasil tem um compromisso de diminuir a mortalidade materna do País, e ainda não conseguimos chegar. Um de nossos Ministros da Saúde, o Temporão, assinou documentos, tratados internacionais, no sentido de atingir uma cota mais baixa da mortalidade materna. Esse é um fato lamentável para todos nós, no mundo

inteiro. O Brasil tem uma alta taxa de mortalidade. E esse fato do aborto em condições seguras certamente tem um peso muito grande.

Dados da Pesquisa Nacional do Aborto, feito pela Universidade de Brasília, mostra algo muito importante em suas conclusões: em áreas urbanas, uma em cada cinco mulheres entre 18 e 40 anos de idade, na faixa fértil de reprodução da mulher, realiza um aborto. Isso é um fato importante que se evidencia nessa pesquisa. Isso indica que, em torno de 15% das mulheres em idade reprodutiva, cinco milhões de brasileiras, já realizaram o procedimento. Também é um número significativo de mulheres que já praticaram o aborto. Entre as que já realizaram algum aborto, mais de 40% têm apenas o ensino fundamental. Então, as classes menos assistidas neste País são as mais vulneráveis na questão de um aborto inseguro.

E a prática do aborto existe em mulheres de diferentes religiões. Quer dizer, o fato de ter uma religião não impede que a mulher procure essa solução quando ela não se encontra capacitada para levar a termo seu processo de gestação. Das que informaram ter realizado ao menos um procedimento ao longo da vida, 15% se declararam católicas; 13% evangélicas, e 16% de outras religiões. Nós temos outras religiões no Brasil... E, dessas que se submeteram ao processo de abortamento, 18% não informaram a religião ou, então, não responderam. Esse é um trabalho da Drª Débora Diniz, que tem respaldo muito grande na Universidade de Brasília.

Nós abordamos esses aspectos éticos e bioéticos.

Os atuais excludentes da ilicitude do aborto (Código Penal de 1940), os quais são respeitados pelos médicos – todos respeitamos e temos punido vários médicos com a cassação quando praticam o abortamento fora da lei – não atendem plenamente os compromissos humanísticos e humanitários, éticos e bioéticos que norteiam nosso Código de Ética, nossa profissão como vocacionada para os direitos humanos. Eles não atendem a esses pré-requisitos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE BATISTA E SILVA – E, portanto, são paradoxais à responsabilidade social e aos tratados internacionais subscritos pelo Brasil. Então, o Brasil se compromete a assinar tratados internacionais e até agora ainda não os estamos cumprindo.

Então, na verdade, minha mensagem final é com relação a esses aspectos éticos e bioéticos. Volto a dizer que não nos aprofundamos a questão do debate do aborto. Como eu disse no início, não nos decidimos favoráveis ao abortamento. O que decidimos foi a defesa da autonomia da mulher, a vontade da mulher. Há dois princípios que estão em conflito: o conflito do direito á vida, que é do art. 5º de nossa Constituição, e o Princípio da Autonomia, que é do art. 6º de nossa Constituição, além dos artigos que prescrevem e orientam nossa prática médica no Sistema Único de Saúde, que vai do art. 196 ao 200 de nossa Constituição Magna.

Então, o Conselho Federal defende a autonomia da vontade nessa questão do conflito entre esses dois direitos, também presente em situações de terminalidade da vida. Elaboramos, e já divulgamos, a resolução que trata das condições terminais da vida em que a pessoa tem o direito de decidir como quer morrer, ter a melhor morte digna, entre outras resoluções que tratam do direito da autonomia da vontade. Então, a proteção ao ser humano deve se pautar, aprioristicamente, por objetivos morais e éticos.

É isso em que nos aprofundamos. Nós discutimos esses aspectos.

E, para alcançar esses objetivos éticos, bioéticos e morais, evidentemente que tínhamos de levar em conta os princípios bioéticos que são hoje aceitos, quer dizer: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. A autonomia está, em princípio, reconhecida aqui como a mais importante, porque enseja a referência à pessoa por suas opiniões, suas crenças, e isso temos defendido com muita segurança. Devemos defender a autonomia das pessoas envolvidas. A beneficência, que é trazer todo o benefício para o ser humano, está em nosso Regimento do Código de Ética.Não provocar males nem provocar danos ao ser humano seria o princípio da não maleficência; e trazer tudo isso dentro do âmbito da justiça e da imparcialidade, levando-se em conta o princípio da equidade.

Então, assim nos sentimos confortáveis e responsáveis de representar aqui o Conselho Federal e dizer, mais uma vez, de nossa satisfação de estar aqui neste debate, trazendo nossa contribuição e, evidentemente, respeitando todas as opiniões contrárias ou a favor.

Foi assim que, em março de 2013, o Pleno Nacional dos Conselhos de Medicina, composto por todos os Presidentes dos Conselhos Regionais de Medicina e pelos Conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Medicina, se reuniu e, por maioria, em torno de 80%, decidiu sugerir à Comissão Especial que estude essa reforma – isso já encaminhamos e mais uma vez estamos aqui para discutir com os senhores – e estabeleça a ampliação da exclusão de ilicitude em caso de interrupção antecipada da gestação nas seguintes situações:

– quando houver risco à vida ou à saúde da gestante;

– se a gravidez resultar de violação da dignidade sexual ou do emprego não consentido da técnica de reprodução assistida;

– se comprovada a anencefalia ou quando o feto padecer de graves e incuráveis anomalias que inviabilizem sua vida independente. Há vários outros casos, não só anencefalia. Por exemplo, a agenesia completa dos rins pode provocar isso ou casos que sejam atestados por dois médicos.

– por último, por vontade da gestante até a 12ª semana de gestação, ponto esse que estamos discutindo.

Então, eu queria agradecer, mais uma vez, e me colocar à disposição para o debate. Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Henrique Batista e Silva que colocou a posição do Conselho Federal de Medicina, que eu resumiria à palavra autonomia – autonomia às mulheres para decidir a questão do aborto, deixando bem claro que, nesta Comissão, todos são ouvidos, os que pensam a favor e os que pensam contra.

Drª Elizabeth já colocou, clarissimamente, com muita clareza, sua posição contra o aborto. O Henrique já tem outra posição e a expressou aqui, de forma tranquila, tanto um como outro.

Então, vamos, de imediato...

Aviso ao Plenário, até por sugestão aqui de meu Relator, que está assessorando o Presidente... defina, aí, Presidente – dizia ele para mim aqui, e eu estou comentando com vocês –, quantos falarão no plenário. E nós, então, conversando aqui com a mesa, vamos definir que, depois desta mesa, ainda teremos uma segunda mesa e permitiremos que seis pessoas no plenário também possam expressar seu ponto de vista.

Eu sei aqui que o pedido veio ,e eu abri a palavra para todos, mas é impossível. Isso é impossível! Nossa reunião de hoje não terminaria nunca! Então, vamos abrir para seis pessoas no plenário, depois que nossos dez convidados falarem.

Para ganhar tempo, vamos, de imediato, à Drª Ilka Teodoro, representante da Comissão da Mulher, da OAB-DF.

A SRª ILKA TEODORO – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, e o Senador Magno Malta, Relator da sugestão que está aqui em debate.

Gostaria de agradecer a oportunidade de participar e ouvir dados tão relevantes sobre esse tema tão polêmico e espinhoso que, justamente por isso, não pode mais ser mantido sob o tapete.

A sociedade precisa, deve, debater o tema do aborto.

Falo aqui na condição de representante da Comissão da Mulher da OAB/DF, onde sou também Conselheira Seccional, deixando bem claro que a instituição também não tem um posicionamento no sentido de defender o aborto. E a minha fala aqui será bastante breve no sentido de chamar a atenção para alguns outros aspectos que não necessariamente os dados relativos à questão do abortamento no Brasil – alguns aspectos jurídicos.

A OAB tem a finalidade institucional – na verdade, é um mandato constitucional – de proteção do interesse público e aprimoramento e guarda da democracia e do Estado de direito. E, nesse papel de guardiã, tem o inafastável compromisso com a preservação da dignidade da pessoa humana, acima de qualquer outro valor.

E, dentro desse enfoque, a Ordem dos Advogados, como eu disse, não defende nem condena, efetivamente, a prática do aborto. O que defendemos e temos buscado fazer, inclusive tivemos recentemente esse debate no âmbito da OAB/DF, é estabelecer um amplo e necessário debate sobre diversas questões que envolvem o abortamento.

Bom; o que chama a atenção nesse debate – as questões jurídicas inicialmente, e, em especial, o debate de hoje sobre esse projeto de lei – é, em primeiro lugar, ser de iniciativa popular. Então, esse é um aspecto que precisa ser enfrentado e encarado. O fato de termos hoje, nesta Casa legislativa, a Casa da democracia, a Casa do povo, uma comissão que permite a legislação participativa e que recebe uma sugestão de projeto dessa natureza, deixa bem claro a existência de um clamor da sociedade por mudanças na legislação. Então, esse é um aspecto que precisa ser encarado aqui. Uma iniciativa popular para uma alteração legislativa. Então, esse é um dado que não pode ser descartado, porque reflete, sim, um clamor da sociedade por mudanças.

O segundo aspecto que fica claro e transparante é que esse enfoque do nosso Código Penal, o tratamento criminal que se dá à questão do aborto no Brasil, reflete certo anacronismo da nossa legislação, um descompasso existente entre a legislação penal que criminaliza a mulher que pratica o aborto e a nossa realidade social – e isso com dados muito bem colocados e trazidos aqui pelo Dr. Henrique Batista, do Conselho Federal de Medicina.

A situação que envolve as questões de aborto; as consequências dos abortos praticados clandestinamente nos trazem aí diversos problemas de natureza de saúde, saúde pública, uma questão social que precisa ser enfrentada, e não do ponto de vista criminal.

O terceiro aspecto diz respeito ao descompasso que existe também entre a legislação brasileira, que hoje encara o aborto do ponto de vista criminal, com base no nosso Código Penal, superdatado, e os tratados e convenções internacionais que posicionam uma necessidade de enfrentar essa questão sob uma outra ótica

e evitar que o Brasil fique em situação de atraso legislativo em relação a vários outros países no mundo, que já encaram essa situação do abortamento sob uma outra ótica.

E, como eu falei aqui, é justamente o distanciamento entre a questão legislativa e a realidade social. O que não pode ser negado no Brasil hoje? O que não pode ser afastado no Brasil hoje? É que, não obstante existir uma criminalização do aborto, o aborto é praticado no Brasil.

Apesar de ter sido apresentada aqui uma série de dados, tanto pela Dr. Elizabeth como pelo Dr. Henrique, do ponto de vista médico, bem como dados oferecidos pelo próprio Ministério da Saúde sobre o sistema de saúde, o SUS, o fato é que, no Brasil, hoje, sequer temos condições efetivas... Os dados existem, mas não são suficientes para analisar essa questão detalhadamente, do ponto de vista técnico, porque nós não temos como auferir, como medir esses dados, uma vez que a própria identificação desta questão porque a própria identificação dessa questão é maquiada; há vários dados que são invisibilizados, vários números que não vêm para a estatística, justamente porque não temos uma situação de clareza e de transparência, haja vista que a questão é tratada somente do ponto de vista da criminalização.

Então, as mulheres têm medo de reportar que estão sendo levadas a um atendimento em decorrência de um aborto praticado clandestinamente, em decorrência de um aborto tentado em casa. Então, existe uma maquiagem de todos esses dados, porque esses dados não aparecem, essas questões não são trazidas, não são visibilizadas.

A partir do momento em que conseguimos trazer esse enfoque para a questão da saúde, esses dados apareceriam com mais transparência, com mais clareza e, aí sim, poderíamos fazer um comparativo, um estudo mais aprofundado sobre todas essas questões. Então, o que temos hoje são dados dizendo: "mulheres estão morrendo, mulheres não estão tendo autonomia, não estão tendo escolha e estão morrendo em decorrência disso".

Então, precisamos pesar essas questões: pela vida, sim, pela vida do feto, sim, mas e as mulheres que estão morrendo em decorrência disso? E a vida dessas mulheres? Então, nós precisamos também encarar essa questão.

Então, essa reflexão que eu gostaria de trazer é justamente por isso. O que é importante deixar aqui bem marcado? O aborto é uma questão de saúde pública. A sociedade demonstra claramente, a partir do momento em que temos uma sugestão legislativa nesse sentido, a necessidade de se debater o tema e encará-lo sob uma outra ótica.

E esse debate precisa sair da esfera criminal, de colocar a mulher em uma condição de julgamento moral, de julgamento penal e transportar isso para uma ótica de direitos humanos, uma ótica da dignidade da pessoa humana, da dignidade daquela mulher para quem é negada autonomia; a dignidade daquela mulher para quem é negado o direito de escolha; a dignidade daquela mulher para quem é negado o direito à vida, porque temos dados trazidos de que mulheres estão morrendo em decorrência da pratica do aborto clandestino, e a garantia de cidadania, de humanidade às mulheres a quem não se permite escolher.

Então, o foco para o qual eu gostaria de chamar atenção é justamente sobre esses aspectos: o anacronismo da lei; o descompasso entre a legislação e a realidade, a incoerência de se tratar a questão exclusivamente sob a ótica criminal e a necessidade de se garantir autonomia, direito de escolha às mulheres por ser pressuposto do exercício da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

Então, esse é o debate que eu gostaria de fazer, esses são os aspectos que eu gostaria de ressalvar, tendo em vista os dados existentes e a última pesquisa tem os últimos dados, tanto da Anistia Internacional como os dados trazidos pelo CFM, por uma pesquisa encampada pela Drª Débora Diniz, do Instituto Anis. E, diante desses fatos – é uma realidade –, há a necessidade de, efetivamente, esse assunto ser discutido, sim, aqui no Congresso, que é a Casa do povo, a Casa da democracia, com a necessidade, sim, de revermos o enfoque legislativo, para que tenhamos uma legislação mais atual e em sincronia com os anseios da sociedade dos dias de hoje.

Obrigada.

Um bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto. Permita-me apenas um minuto...

Um minuto, por favor.

Essas foram as palavras da Drª Ilka Teodoro, representante da Comissão da Mulher (OAB/DF), que diz que é preciso uma grande reflexão sobre o tema.

Doutora, pode me corrigir se necessário. V. Sª fez uma série de considerações, mas entende que esse tema tem de ser aprofundado, debatido, discutido. E que bom que esta Casa está enfrentando o debate. Tem de debater mesmo, tem que discutir! E vamos ver qual é a linha que a sociedade vai definir, seja na linha de

que tem de haver uma legislação, seja que não tem de ter, ou na linha da autonomia, como foi colocado por V. Sª e também pelo Dr. Henrique.

Nós combinados aqui que vamos abrir a palavra ao Plenário e, depois, aos painelistas, com exceção da Senadora, que pode falar a qualquer momento. Isso é praxe aqui na Comissão, meu amigo que está de pé...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você terá a palavra no momento adequado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No momento adequado, faremos o devido encaminhamento. Agora, são os painelistas convidados e os Senadores.

Passamos a palavra à Drª Isabela Mantovani, também especialista no tema, convidada por esta Comissão.

A SRª ISABELA MANTOVANI – Eu tenho uma apresentação também.

Enquanto eles providenciam, quero desejar um bom dia a todos e agradecer pelo convite e me apresentar.

Meu nome é Isabela, sou dentista de formação e especialista em saúde coletiva, em estratégia de saúde da família e em bioética. Atualmente, sou aluna de mestrado em Saúde Coletiva na Unicamp – sou de Campinas – e trabalho com saúde pública. Este é o meu 12º ano nessa vida de saúde pública. Sou encantada pelo que eu faço.

E gostaria de, já no começo, pedir desculpas aos senhores, porque vou destampar a falar, porque tenho dez minutos e quero tratar cinco pontos importantíssimos. Então, vou falar rápido. Peço desculpas, porque vou disparar aqui.

Vou conversar um pouco com vocês sobre os números que cercam a questão do aborto, um pouco das estatísticas. Isso porque, às vezes, ouvimos algumas afirmações e não vamos atrás por falta de tempo ou porque aquilo não nos interessa no momento para verificar a veracidade das fontes dessas afirmações. E, assim, incorporamos essas afirmações em nossa vida como slogans, porque é isso que essas afirmações são – *slogans* –, e passamos a repetir essas afirmações sem uma reflexão crítica.

Então, vou mostrar para os senhores agora o que acontece quando a gente para ir às fontes e analisar com mais profundidade cada uma dessas afirmações. Vamos conversar nesses minutinhos sobre o número de abortos que são praticados no Brasil. Todo mundo já ouviu falar que no Brasil é praticado 1 milhão a 1,5 milhão de abortos. Vamos ver que essa afirmação não se sustenta, que ela não tem respaldo na realidade. Eu vou mostrar as fontes e os dados para os senhores.

A segunda afirmação é a de que, com a legalização do aborto, a sua prática diminui, e aqui se encaixa aquela frase, aquele slogan que toda pessoa que milita pela legalização do aborto diz e não se cansa de repetir: "Eu sou contra o aborto. Ninguém é a favor do aborto, por isso eu quero que se legalize, porque, quando o aborto for legalizado, o número de abortos diminui".

Isso não é verdade! Quando o aborto é legalizado, há um aumento vertiginoso na sua prática. Os senhores vão ver, com dados, que nós estamos falando de mais de 100% e, em alguns casos, de mais de 300% no aumento na prática do aborto no decorrer dos anos.

O terceiro ponto é o equívoco de se afirmar que, no Brasil, onde o aborto é proibido, acontecem mais abortos do quem em países onde ele é legalizado.

O quarto ponto é falar que o número de abortos no Brasil está aumentando. Vou mostrar para os senhores que está diminuindo, e essa diminuição é coerente com a opinião pública, que ano após ano rejeita o aborto.

E o último ponto é essa afirmação que todos já falaram, e eu também vou trazer, no sentido de que o aborto é uma questão de saúde pública, porque a sua legalização diminui a mortalidade materna. Os senhores vão ver que não! A legalização tem um efeito nulo no indicador de razão de mortalidade materna. Nem aumenta nem diminui; não existe relação da cauda e efeito entre os dois! E vou mostrar para os senhores com os dados do Ministério da Saúde, do Datasus, que é o departamento de informática do Ministério da Saúde.

Então, vamos lá.

O primeiro equívoco é afirmar que no Brasil há 1,5 milhão de abortos. De onde saiu essa estimativa? Quem nos dá essa estimativa são dois institutos: o Instituto Alan Guttmacher e o Ipas. Eu preciso falar rapidinho sobre o que são esses dois institutos.

O Instituto Alan Guttmacher é um braço da IPPF. A IPPF – acredito que vários dos senhores já ouviram falar dela – é a grande multinacional do aborto; é a proprietária de clínicas de aborto não só nos Estados Unidos, mas no mundo todo. E esse instituto é um braço da IPPF, que faz as análises e estatísticas.

O outro instituto é o Ipas. O Ipas foi fundado na década de 70 na Carolina do Norte. E qual foi o papel do Ipas? Substituir o que USAID fazia. A USAID é a agência norte-americana para o desenvolvimento internacional. O fato é que, quando a Fundação Rockefeller começou a trabalhar para diminuir o crescimento populacional do mundo, ela dividiu o início dos trabalhos em três fases: a primeira em relação a estudos demográ-

ficos, para mostrar que estava havendo um aumento da população mundial. O segundo foi colocar institutos, centros de planejamento familiar no mundo todo, incentivando a inserção de DIU, esterilização forçada nas mulheres. Enfim, isso pode ficar para uma outra audiência. Eu não posso explicar tudo agora. E o terceiro período do conselho populacional, que é ligado à Fundação Rockefeller, para diminuir o crescimento populacional no mundo foi um *lobby* junto ao governo norte-americano, na época o Presidente Nixon, para dizer que o aumento da população, principalmente nos países em desenvolvimento, trazia sérios riscos para a segurança interna dos Estados Unidos.

O que o Presidente fez? Dentro da USAID, a agência norte-americana para o desenvolvimento internacional ele cria um departamento para assuntos populacionais. E esse departamento recebe, aproximadamente, em 15 anos, US$1,7 bilhão para frear o crescimento populacional no mundo todo. Esse plano só perdeu para o Plano Marshall, que foi a maior ação da USAID, que reconstruiu o continente europeu no pós-guerra, isso para vermos a quantidade de dinheiro de que estamos falando.

Aí, a USAID começou os seus trabalhos. Contudo, como trocou a Presidência, veio o Carter, que proibiu que fosse usado dinheiro público para financiar aborto fora dos Estados Unidos. Com isso, a USAID vê os seus recursos secarem.

Não há problema! Com meio milhão de dólares da Fundação Skeif, eles criam o Ipas, que passa, então, a fazer tudo o que a USAID fazia, mas agora com dinheiro privado. Então, esse é o Ipas, esse instituto que nos dá essas estatísticas – certo? O Instituto Alan Guttmacher fala que precisamos pegar, para estimar o número de abortos, o número de internações hospitalares e multiplicar por cinco. O Ipas diz que temos e multiplicar por seis.

Agora, a pergunta que não quer calar: de onde eles tiraram esse fator de multiplicação? Jamais houve uma explicação! Nunca explicaram! Eles ensinam que é assim e todo mundo fica fazendo. E, aí, os resultados são números absurdos que vemos no Brasil.

Vamos ver se conseguimos estimar o número de abortos.

A gente, realmente, estima o número de abortos por internações hospitalares – óbvio! –, porque é o indicador que nos chega. Em 2013 – e esses são dados do Datasus –, aconteceram 206.270 internações hospitalares por aborto. Mas aqui aborto em geral, tanto o espontâneos como por outras causas, quanto o aborto provocado.

Essa pesquisa de 2010, da Débora Diniz, já foi citada também várias vezes, e eu vou usá-la como fundamentação dessa estimativa de abortos. O que ela percebeu, gente? Para cada duas mulheres que cometem aborto, uma precisa de internação hospitalar. A gente sabe – e a Drª Elizabeth Kipman também já trouxe – que, de todas as internações hospitalares por aborto, de 20% a, no máximo, 25% são por aborto provocado. Então, a gente vai fazer o cálculo aqui.

Vocês estão fazendo a estimativa de aborto junto comigo, hein?! Vamos lá? Se a gente pegar as internações hospitalares, mais ou menos 200 mil, e multiplicar por 0,25... E por que 0,25? Porque 25% das internações são por aborto provocado. Então, mais ou menos, a gente tem 50 mil. E, agora, a gente precisa multiplicar por dois, porque a pesquisa nos mostra que, para cada duas mulheres que fazem aborto, uma precisa de internação. Então, a gente multiplica por dois e a gente chega à seguinte estimativa, que é a mais fundamentada para saber o número de abortos no País: 100 mil abortos. Ou seja, por ano, no Brasil, são realizados aproximadamente 10– mil abortos.

A estimativa de 1 milhão a 1,5 milhão não encontra uma explicação dessas! Não tem! Por isso, não é verdade; é um equívoco!

Vamos ver nos Estados Unidos. Será que é só aqui no Brasil, então, que as pessoas usam dessa estratégia de colocar o número de abortos lá em cima, para sensibilizar a opinião pública e, com isso, fazer com que o aborto seja legalizado? A gente vai ver que não.

Nos Estados Unidos, o aborto foi legalizado no começo da década de 70. A gente sabia que existiam lá de 200 a 300 mortes de mulheres por ano, por aborto provocado, e, mais ou menos, uns 200 mil abortos.

Os que militavam pela legalização do aborto diziam que, de cinco a dez mil mulheres morriam por ano e que havia um milhão de abortos. Detalhe: nessa época, a população dos Estados Unidos era semelhante à nossa – 200 milhões de habitantes. Um milhão de abortos... Qualquer coincidência...

Eu vou mostrar para os senhores a confissão do Dr. Bernard Nathanson, que, no começo da década de 70 e na década de 60, já militava ferozmente pela legalização do aborto. Ele foi um dos fundadores da Associação Nacional pela Revogação das Leis do Aborto.

Olha o que ele diz. Eu vou ler, na íntegra, para os senhores:

Eu confesso que sabia que os números eram totalmente falsos, e suponho que os outros, se parassem para pensar sobre isso, também sabiam. Mas, na moralidade da nossa revolução, eram números úteis, amplamente

aceitos. Então, por que não usá-los da nossa forma? Por que corrigi-los com estatísticas honestas? A principal preocupação era eliminar as leis contra o aborto, e qualquer coisa que pudesse ser feita para isso era permitida.

Essa é a confissão pelos lábios de quem militou pela legalização do aborto na década de 60 e no começo da década de 70, nos Estados Unidos.

Vamos lá para o segundo equívoco, porque eu tenho cinco para falar para os senhores.

O segundo é afirmar que, com a legalização do aborto, o número de abortos diminui. E aqui a gente vai direto para os dados.

Eu falei para os senhores que, nos Estados Unidos, o aborto foi legalizado no início da década de 70. Havia 193.500 abortos para uma população de 205 milhões. Cinco anos mais tarde, chegou a um milhão de abortos. Daí chegou, e a população nem aumentou tanto assim. Dez anos depois, 1,5 milhão. A gente está falando de um aumento de 626%. Em 1989, 1,5 milhão; e, depois, houve um decréscimo. Hoje, está em 800 mil, que também é muito maior do que perto dos 200, quando ele foi aprovado. Aqui eu fiz a proporção do número de abortos em relação à população, e a gente tem aí a curva do número de casos de aborto nos Estados Unidos. Todo mundo, até uma criança de cinco anos, percebe que está aumentando o número de casos de aborto.

Vamos ver outro país: a Suécia. Lá o aborto foi legalizado em 1939, quando havia mais ou menos uns 500 abortos. Dez anos depois, 5,5 mil abortos. Aqui eu peço desculpas aos senhores, porque eu, de fato, não encontrei a população...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ISABELA MANTOVANI – ... a população da Suécia nesses anos. Eu procurei e não achei.

Aí a gente vê que, 30 anos depois, chegou em 13 mil; e, em 2010, a 37 mil. Aqui está a curva. Eu peguei os três marcos onde eu achei a população, para fazer o número de abortos na Suécia.

Na Espanha, o aborto foi legalizado em 1985 e, em 1987, a gente tinha uns 17 mil abortos. Em 2011, 118.359, um aumento de 488% no número de abortos. Aqui, então, está a curva de crescimento do número de abortos na Espanha.

Um caso interessante é a Inglaterra. A Inglaterra legalizou o aborto em 1967. Quarenta anos depois, um senhor chamado Lord Steel, um militante pela legalização do aborto, se assusta quando vê como havia aumentado o número de abortos. Ele fica tão assustado que vai à imprensa; saíram várias reportagens. Ele falava assim: "Olha, era inimaginável que o número de abortos chegaria a essa proporção! Quando a gente militava pela legalização do aborto, a gente não tinha noção que isso pudesse acontecer. As mulheres estão recorrendo ao aborto quando seu método contraceptivo falha".

É isso o que acontece numa sociedade que legaliza o aborto: o aborto passa a ser mais um método contraceptivo. Eu engravido, eu aborto. Eu engravido, eu aborto. É isso que acontece. O aborto se enraíza na cultura da sociedade. Isso não sou eu que estou falando, são os dados. É a gente olhar para a realidade. Lá na Inglaterra, o grupo que apresentou o maior número na prática do aborto foi o das adolescentes, porque as adolescentes não participaram da discussão, elas nasceram num mundo onde se matam crianças. Elas nasceram num país que se habituou a assassinar crianças dentro do ventre das mães; então elas fazem isso. E foi o grupo que teve o maior número de abortos.

Um exemplo bem perto da gente foi a questão do Uruguai. Lá, eles usaram dessa artimanha de colocar o número de abortos lá em cima, para conseguir sensibilizar a opinião pública e legalizar. Para os senhores terem uma noção, eles chegaram a afirmar que, no Uruguai, havia 150 mil abortos. Aí eles tiveram que se retratar, porque fizeram a conta: pelo número de mulheres em idade fértil, não dava certo, não casava. Aí eles se retrataram e falaram em 50 mil, 33 mil. E aí chegaram a um consenso em torno de 33 mil. Bom; o fato é que, em dezembro de 2012, o aborto foi legalizado no Uruguai. Em 2013, quantos abortos? Quatro mil e quinhentos. Onde estão os outros 29 mil abortos?

Gente, olha, é verdade isso, está nos jornais do Uruguai, os senhores procurem. Houve um senhor do Ministério da Saúde que teve a capacidade de ir à imprensa e fazer a seguinte afirmação: "Os senhores estão vendo como a legalização do aborto diminui a sua prática?" Como se ninguém tivesse a capacidade de raciocinar e de pensar que esses 29 mil abortos não existiam. Mulher nenhuma diria: "Ah, eu ia abortar, mas agora eu não vou mais, porque o aborto foi legalizado, eu desisti." Certo? É um argumento que não se sustenta.

O terceiro equívoco é: o Brasil tem maior número de abortos do que os países que legalizaram. Vamos direto aos fatos. No Brasil, a gente estimou 100 mil abortos numa população de 200 milhões. Na França, 200 mil abortos para 50 milhões. Dez vezes mais do que no Brasil! Na Suécia, 40 mil abortos para uma população de 10 milhões. Oito vezes mais! Inglaterra e Japão, quatro vezes mais abortos do que no Brasil. Portanto, vocês percebem como essa afirmação é arquitetada, é deliberada?

Eu me esqueci de contar uma coisa para os senhores. Bernard Nathanson dizia que o importante era envolver a mídia, porque aí, em todos os espaços, em todos os jornais, iriam aparecer os números deles. E ele fala que nenhum jornalista nunca chegou para ele e falou: "Olha, então o senhor me mostra, por favor, onde é que há um milhão de aborto aqui nos Estados Unidos." Não; nunca ninguém perguntou para ele. As pessoas passavam a reproduzir o discurso. E uma mentira contada mil vezes tem a credibilidade de uma verdade.

Olha o tempo. Vamos lá!

O quarto equívoco é falar que o número de abortos está aumentando no Brasil. Bom; isso não é verdade por quê? A gente não calcula o aborto pelo número de internações hospitalares? Sim; então, o que a gente vê?

(*Soa a campainha.*)

A SRª ISABELA MANTOVANI – Eu posso falar mais um pouquinho?

A gente vê que o número de internações hospitalares vem em queda ano após ano – e o número de curetagens também. De 2008 a 2012, chegou a uma queda de 12%.

Aí, gente, isso é coerente com os dados de opinião pública, que mostram isso. O Ibope de 2003 mostra que 90% da população era contrária ao aborto. Em 2005, a aprovação do aborto diminuiu de 10% para 3%. Então, em dois anos, a rejeição ao aborto aumentou.

O Datafolha, em 2007, mostrou que o percentual dos que achavam a prática do aborto muito grave foi de 61%, em 1998, para 71% em 2007; e só 3% consideraram essa prática moralmente aceitável. Depois disso, não apareceu mais resultado de pesquisa.

Eu não vou falar que ninguém está fazendo. Eu só posso afirmar que ninguém está mostrando. Agora, se está fazendo ou não eu não posso afirmar. O que eu posso dizer é que Sônia Correia, em 2009, disse, em um congresso de direitos reprodutivos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que a rejeição ao aborto está aumentando ano após ano no Brasil.

O quinto equívoco e último é o seguinte: essa afirmativa de que legalizar o aborto diminui a mortalidade materna. E aí eu vou dizer aos senhores, com toda a experiência que tenho em saúde pública e em saúde coletiva e com todos os estudos que já fiz. Eu tenho duas especializações na área e estou fazendo mestrado. Essa afirmativa não encontra respaldo na realidade por quê? O que o mundo nos mostra? Que a legalização do aborto tem um efeito nulo na diminuição desse indicador que é a razão de mortalidade materna.

Por exemplo, há países com leis estritamente restritas em relação ao aborto, como é o caso do Chile, que diminuiu a mortalidade materna de 275 mortes por 100 mil nascidos vivos, da década de 70, para 18,7 em 2000. Para os senhores terem noção, isso aqui é considerado altíssimo pela OMS, e isso aqui é baixo. Sem mexer na legislação do aborto!

Há países onde o aborto é legal e a mortalidade materna é lá em cima, como é o caso da Índia. A mortalidade materna lá, em 2010, estava em 200 mulheres por 100 mil nascidos vivos. Isso é impensável! E o aborto lá é legalizado.

Há um caso interessante que é o da Polônia. Veja como a Polônia é o calcanhar de aquiles dessa afirmação. Por quê? Lá, quando o aborto era legalizado, na época do regime comunista, a gente tinha uma mortalidade materna de 11. Com a queda do regime, o aborto foi proibido e a mortalidade materna caiu para 2.

Agora, eu vou ser honesta com os senhores, não vou usar isso aqui para falar: Olha, legalizar o aborto faz a mortalidade materna aumentar. Tem gente que usaria, viu, talvez, do outro lado! Mas eu não vou ser desonesta com os senhores.

Então, os dados mostram que não há relação entre legalização do aborto e diminuição da mortalidade materna. O que diminui mortalidade materna? O Dr. Henrique trouxe: 92% das causas de morte materna são preveníveis. O que diminui é investimento na assistência ao pré-natal, parto e puerpério. A mulher precisa conseguir acessar o sistema de saúde. Mas não é só acessar, meus senhores. Ela precisa acessar em tempo oportuno. Quando ela está tendo uma intercorrência, quando ela precisa do sistema, ela tem que ter acesso. E ela tem que ter acesso a um tratamento de qualidade.

Eu vou dizer aos senhores, e a Drª Elizabeth Kipman está aqui para não me deixar mentir. Uma eclâmpsia é quando a pressão aumenta tanto, que leva a choque a gestante. Muitas morrem por eclâmpsia; é do dia para a noite que acontece. Uma gestante hipertensa tem que ser acompanhada amiúde; ela descompensa rapidamente, então ela precisa ter acesso a um sistema de saúde de qualidade.

Aqui há o indicador da razão de mortalidade materna, que a gente pega nos indicadores de mortalidade do Datasus. Em 2011, que é o mais atual disponível, a gente vê que houve 1.610 mortes maternas; 1.070 por causa direta, aquelas de causa obstétrica mesmo, uma hemorragia, uma infecção; 481 por causa materna indireta, porque aí é uma descompensação de alguma doença que ela já tenha, uma hipertensão, diabetes, que ela pode até adquirir durante a gestação; depois, 59 por causas não especificadas. E aqui, 135 por aborto. Mas,

dentro dessas 135 por aborto, nem todas são aborto provocado. A gente vai pegar as três últimas linhas aqui para considerar aborto provocado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora é um minuto. Chegou aos 20, que é o limite.

A SRª ISABELA MANTOVANI – Em um eu termino. Posso terminar em um?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, tem mais um ainda.

A SRª ISABELA MANTOVANI – Obrigada, Senador.

A gente vê, então, que 96% das mulheres que morreram por causa de morte materna não morreram por aborto. As que morreram por aborto provocado, a gente está falando de 4%. Então, se a gente quer reduzir mortalidade materna, a gente tem que entrar no coração do problema, que é o problema assistencial da saúde do nosso País. E dizer o contrário é uma traição às mulheres brasileiras, porque desvia o foco, desvia recursos, e nós não podemos aceitar que a saúde pública do nosso País, que é uma engrenagem complexa, seja cooptada por interesses internacionais.

A quem interessa a legalização do aborto? Àqueles que querem controlar o crescimento populacional no mundo. E a nossa Nação, como eu mostrei, rejeita essa prática. A brasileira morre porque ela quer ganhar o seu bebê e não tem acesso, e não porque ela quer matar o seu bebê. Então, sejamos honestos com as mulheres do Brasil, se a gente quer falar disso com honestidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ISABELA MANTOVANI – Muito obrigada. Desculpem pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esta foi a Drª Isabela Mantovani.

A Drª Isabela Mantovani usou o tempo máximo de 20 minutos, então não fugiu à regra. O tempo é dez minutos, mais cinco e mais cinco, se for necessário.

Passamos a palavra agora ao Dr. Cláudio Fonteles, que foi Procurador-Geral da República.

A exemplo do que eu fiz antes, deixo bem claro que a posição da Drª Isabela Mantovani é a mesma da Drª Elizabeth, ela é contra o aborto.

Dr. Cláudio Fonteles com a palavra.

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Sr. Senador Paulo Paim, Sr. Senador Magno Malta, Srª Senadora, Parlamentares presentes, colegas debatedores, senhoras e senhores, leio, brevemente, do *Correio Braziliense* de março de 2012, "Cirurgia Pioneira em Pulmão de Feto". Aqui diz o seguinte:

"Uma equipe de médicos do Hospital Clínic, de Barcelona, na Espanha, realizou uma cirurgia pioneira em um feto que sofria de atresia pulmonar, doença congênita grave que afeta, aproximadamente, uma em cada 10 mil crianças ainda dentro do útero. À época, tinha apenas 26 semanas e pesava cerca de 800g. A operação levou apenas 30 minutos."

Aspas, porque falará o médico agora: "Nestes casos, é preciso operar muito rápido, como se assalta um banco", brincou o médico, Eduard Gratacós, chefe do serviço de Medicina Maternofetal do hospital em entrevista à agência France-Presse. E ele termina: "Sem a terapia fetal o bebê não teria sobrevivido."

Também aqui, no Brasil, Carolina media apenas 27 centímetros e pesava 360 gramas. *O Globo: "*Carolina Terzis veio ao mundo com 27 centímetros e apenas 360 gramas (...) trata-se do menor bebê que conseguiu sobreviver no Brasil. Os bebês com menos 400 gramas têm pouquíssimas chances de sobreviver, mas Carolina sobreviveu. Em novembro, a mãe teve uma crise de hipertensão e, levada ao hospital, teve Carolina aos cinco meses de gravidez."

O que quero estabelecer, para a nossa reflexão aqui e agora? Há cerca de vinte anos, menos até, digamos 15, eu nunca ouvi falar em terapia fetal. Feto e terapia fetal – absolutamente impossível pensar-se nisso. Então, vejam, senhoras e senhores e jovens aqui presentes, deve até haver caso mais recente, não sei, mas essa é a terapia fetal com um fetinho de cinco meses que é salvo aqui na mão.

Qual é o critério que vem estabelecer 12 semanas? Doze semanas significa três meses. Senhoras e senhores, doutores e doutoras – eu sou da área jurídica, não sou da área médica –, essa é a beleza da ciência! Muito provavelmente, em menos de cinco anos a Medicina estará a salvar vida de fetinho de três meses, de dois meses. Está aqui!

Era impensável isso, doutora, há uma década talvez. Olha a velocidade e a beleza. É para isso, doutor, que o Conselho Federal de Medicina e as irmãs e irmãos médicos têm que se voltar, para fazer da sua ciência um compromisso, salvar vidas no mais tenro momento do gestar.

E a prova está aí eloquente: impensável há 15 anos, a terapia fetal. Olhem o nome. Isso eu nunca ouvi, meus colegas da Medicina da Unb ou do Direito nem pensavam em estudar ou se dedicar à terapia fetal. Tantos jovens agora podem, médicos e médicas, cuidar e definir-se por uma terapia fetal.

Vamos agora a uma recente reportagem do jornal *O Globo*, que traz uma situação muito clara e, acho, muito forte no Brasil.

"Surpreendida por uma gravidez não desejada, uma advogada de 28 anos viu como única alternativa a automedicação para interromper a gestação de três semanas". Escondida da família, porque a família não aceita, pressionada pelo companheiro, vamos ao que ela diz: "Sangrei demais e, depois, precisei fazer uma ultrassonografia para conferir se estava tudo bem. Não faria de novo por causa do sofrimento por que passei. Foi bem doloroso o processo abortivo". Agora, prestem a atenção ao que diz essa jovem: "coloquei a minha vida em risco por causa de uma irresponsabilidade de nós dois". Repito: "Coloquei a minha vida em risco por causa da irresponsabilidade de nós dois".

E aqui eu trago à reflexão e peço a reflexão tanto da doutora quanto do doutor, que se centram, como bem salientou o Senador Paulo Paim, na autonomia da vontade.

A grande questão – e isso colocou muito bem a professora e doutora Elizabeth, daí a riqueza desse debate – radica no quê? Nessa grande indagação... E a Casa aqui é propícia, porque estamos no Senado da República que é reflexão da Federação Brasileira. O Senador Magno Malta, a Senadora, o Senador Paulo Paim aqui hão de discutir a Federação. Que Federação construímos? Que Estado Brasileiro construímos? A Câmara vai debater, tem que debater, mas sob o olhar do povo.

Aqui, a grande reflexão é sobre princípios fundantes, Senadores – em princípios fundantes! E, se é sobre princípios fundantes, nós temos que nos debruçar sobre esta pergunta: que sociedade nós queremos construir neste País? Uma sociedade humanista, dos valores maiores do amor, da solidariedade, da acolhida, da doação ou uma sociedade "empiricofuncionalista" da relação custo/benefício?

Então, querido colega Henrique, será que a autonomia da vontade de um ato irresponsável, que a própria vontade admite como tal, autoriza matar uma vida? Sobre isso o Conselho Federal de Medicina deveria refletir. Todos nós deveríamos refletir. Será que um ato de irresponsabilidade autoriza que se mate uma vida nascente?

Agora, agora, o grande ponto aqui – e é aí que temos que manter a linha de coerência – é a defesa da mulher. As grandes vítimas do aborto são duas: as mulheres, que estão aqui e me ouvem, e a vida que elas gestam. A mulher é vítima de aborto. Ela é a grande vítima!

Este Parlamento produziu uma legislação excepcional, maravilhosa, digna de aplausos, a chamada Lei Maria da Penha. Perfeita, e por quê? Porque sancionou fortemente o machismo nosso, violento, brutal, desrespeitoso nas relações conjugais. Perfeito. Perfeito!

Agora, por que este Parlamento não tem coragem de dar o passo seguinte, coerente com essa preservação da mulher, à luz do que acabei de lhes trazer sobre essa jovem advogada de 28 anos que partiu para essa conduta? Por que ela partiu para essa conduta? Porque foi absolutamente abandonada por seus familiares e completamente coagida por seu príncipe encantado. Não sei se ela precisará mais do seu príncipe encantado, que a acompanhava em todos os momentos. A reportagem vai narrando mais.

Esse é o ponto! Por que este Parlamento, então, no passo seguinte, Senador Paulo Paim, Senadora e Senador Magno Malta, na coerência, não cria a Lei Maria do Abandono? (*Palmas.*)

Esse é o ponto. Que essa lei venha a fortalecer – já direi o que há aqui – toda a situação da mulher e a criar uma rede protetiva da mulher que se vê absolutamente abandonada até por seus familiares, como aquela jovenzinha e como a outra mais madura, mas ainda jovem nos seus 28 anos de idade. Esse é o ponto! Esse é o ponto que exige, parece-me, a nossa reflexão séria. Por quê?

Há outra coisa: o Estado brasileiro não se mostra como é, não tem a coragem de dizer "pensamos assim, nós nos manifestamos assim, este é o nosso ponto de vista". Se faz algo, continue, avance, vá além!

Eu gostaria também, Dr. Henrique, de ouvir o Conselho Federal de Medicina mormente sobre o documento que a colega ali nos apresentou. Há um dado. A doutora disse que a estatística não vale nada. Bom, se não vale nada, então, desaparece a colocação de irmãs e de irmãos meus que pensam diferentemente de mim, mas que brandem esse dado da estatística para buscarmos a legalização do aborto. Se a doutora diz que a própria estatística não funciona, esse argumento, então, cai por terra.

Mas eu gostaria que o Conselho Federal de Medicina, à luz do que falou a Drª Elizabeth Kipman, que se baseia num documento oficial do Ministério da Saúde, refletisse sobre aqueles dados, que mostram quão apequenado – todos nós aqui vimos – é o número de abortos. É um dado do Ministério da Saúde de 2012. O senhor nos traz dois dados: um de 2004 e outro de 2006. A doutora nos trouxe dados de 2012 bem detalhados. Eu concitaria o Conselho Federal de Medicina, nas suas próximas reuniões, a que viesse a público e fizesse uma reflexão sobre o que foi aqui trazido pela Drª Elizabeth, que se dobra sobre uma estatística do próprio Ministério da Saúde. Isso seria muito útil e daria embasamento a isso.

Pois bem, vejam outro ponto interessante que trago à reflexão de todos, dentro dessa linha. Isto não podemos perder de vista nunca, isto é que é uma beleza: a formação da sociedade brasileira. E saibam todos

que aí fica – um pouco é o que digo – o Estado brasileiro a valsar aqui, a agradar um grupo aqui, a agradar outro ali. E não se define! Mas, meu amigo, ao se definir, você tem de agradar e desagradar! Não há outro jeito! Não se pode ficar nesse vai e vem.

O Estado brasileiro, até pelo Ministério da Saúde, pela Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011, instituiu no Sistema Único de Saúde a Rede Cegonha. Para quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Agora, já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O senhor tem mais cinco minutos.

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Ah, está bem! Mas já está bom.

Acho que são poucos pontos, mas são pontos que nos levam a uma forte reflexão.

O que é a Rede Cegonha? Para que se faz isso? Não é a solução do aborto. O Estado, aqui, dá-nos outra solução. Para quê? Olhem os termos "considerando", doutor:

[...]

Considerando que os indicadores de mortalidade materna e infantil no Brasil ainda são elevados, principalmente em relação aos países mais desenvolvidos;

[...]

Considerando as prioridades, os objetivos e as metas do Pacto pela Vida, definidos pela Portaria n° 2.669/GM/MS, de 3 de novembro de 2009 [...];

[...]

[...]

Considerando a necessidade de adotar medidas destinadas a assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e da assistência à criança, resolve: [...]

Resolve instituir a Rede Cegonha no País, dizendo que esta tem como princípios "o respeito, a proteção e a realização dos direitos humanos" e a defesa do feto!

Isto aqui, senhoras e senhores, é o Estado brasileiro instituindo, com o programa Cegonha, que a vida está no útero materno. Não nasceu! Não nasceu! O Estado brasileiro institui o programa chamado Cegonha!

Então, faço simplesmente uma pergunta à doutora e ao doutor, a todas as entidades médicas, a todas as organizações da sociedade civil.

Vamos criar, Senador Magno Malta, Senador Paulo Paim e Senadora...

Qual o nome da Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Regina.

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Regina é o nome da minha irmã falecida. Então, está ótimo. Isso me fez lembrar dela agora.

Então, vejam bem: vamos criar isso, vamos dar vida a isso. Esta é a enorme dificuldade de nós brasileiros e brasileiras: fazemos belas leis, mas, na hora de executar essas leis, nós somos um desastre! Este é o grande problema do nosso País: fazem-se as leis, mas, na hora da execução, de torná-la real... Pelo amor de Deus, é tão simples!

Está aqui o programa. Muda o foco total! Com todas as nossas energias, com todas as nossas forças, vamos todos nós viver e criar uma grande rede humanista! Essa é a filosofia humanista. Estou lhes trazendo aqui um pouco da filosofia humanista do existir e do ser. Estou falando em termos filosóficos. Aqui está! Por que não? E, aqui, se os senhores forem ler, vão ver que se criam casas de apoio à mulher nessas situações, à maria abandonada. Criam-se casas de acolhida. Nós devemos criar casas de acolhida para essa mulher. Esse é que é o ponto. Temos de garantir isso a ela.

Realmente, nos debates a que vou, todas as minhas irmãs que são pró-aborto dizem: "Mas, Cláudio, nós não queremos abortar. Nós não gostamos de abortar. Nenhuma mulher quer abortar." Todas as minhas irmãs dizem isso. E eu digo para elas: "Então, lutem pelo outro lado! Não abortem! Vamos exigir dos Poderes Públicos que vocês sejam defendidas do brutal machismo, que vocês tenham independência, que vocês se desenvolvam e desenvolvam a vida que vocês carregam, mulheres!"

Que você prescinda do machão, deste aí, para que ele não continue dominando você. No fundo, ao levá-la para abortar, ao forçá-la a abortar, ele ainda a está dominando. No mais íntimo, ele ainda está mandando na sua consciência, e você cede a ele. Esse é ponto. Esse é o enfoque que tem de ser dado quando se defende o feto, quando se defende a mãe do feto, fundamentalmente.

Esse é o ponto sobre o qual as mulheres têm de refletir, meu Deus do céu! São mulheres jovens, mulheres mais maduras, mulheres envelhecidas. A luta é pelas mulheres! É difícil entender! Não sei como não enxergam isso, como não veem isso! Não sei, sinceramente. Mas, enquanto eu viver, eu vou falar.

Deixe-me encerrar, Senador, com o que diz Emmanuel Mounier, um filósofo e humanista francês. Acho muito bonito o que Emmanuel Mounier diz aqui: "A experiência primitiva [a nossa experiência] da pessoa é a experiência da segunda pessoa. O 'tu' e, adentro dele, o 'nós', precede o 'eu', ou pelo menos acompanha-o."

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Já estou terminando, estou no finalzinho:

"Quando a comunicação se enfraquece ou se corrompe [fala exatamente desse machista que abandona a menina de 28 anos], perco-me profundamente eu próprio: todas as loucuras [olhem que bonito] são uma falha nas relações com os outros [...]." Repito: "[...] todas as loucuras são uma falha nas relações com os outros – o *alter* torna-se *alienus* [...]." Que síntese magnífica do filósofo! O alter (o outro) torna-se *alienus* (alienado). Torno-me também estranho a mim mesmo, alienado. Quase se poderia de dizer que só existo na medida em que existo para os outros ou, numa frase limite, que a minha síntese é a minha luta, pelo que creio e pelo que luto.

Ser é amar.

Paz e bem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Dr. Cláudio Fonteles, ex-Procurador-Geral da República, que colocou sua posição contra a proposta e fez a defesa.

Passamos a palavra agora à Drª Eliane Oliveira, que também trata do tema.

Depois, só para lembrar a todos, nós vamos para a segunda Mesa. Vai falar a Drª Maria do Socorro Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; Drª Ana Maria Costa, representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde; Drª Maria Esther de Albuquerque Vilela, coordenadora geral de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; e Drª Rosângela Aparecida Talib, representante do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir.

Por favor, Drª Eliane.

O SR. ELIANE OLIVEIRA – Bom dia a todas e a todos. Saúdo especialmente os Senadores Paim e Magno Malta e todos os Parlamentares.

Agradeço o convite e digo da minha grande emoção, como médica neonatologista pediatra, que trabalha há 29 anos na Maternidade Escola da Universidade Federal do Ceará. Entrei por concurso público e sou professora de Embriologia.

Nesse momento, vou falar pelo bebê, porque até agora não foi lembrado, de fato, que ele tem a autonomia diminuída e que a relação entre o pai, a mãe e o bebê é de responsabilidade. Não é de direito. O abortamento mata uma criança inocente que não pode se defender. É uma violência devastadora com relação à mulher.

Procuramos fazer algumas pesquisas, e os estudos mostram que a mulher submete-se ao abortamento porque ela se sente sem escolha. Na maioria das vezes, ela está vulnerável, desesperada, sem apoio e pressionada pelo parceiro; sem apoio da família, sem apoio da sociedade, que desqualifica o abortamento, e, principalmente, ela desconhece os riscos do abortamento para sua saúde mental, para sua saúde física.

Esse momento é importantíssimo para a conscientização da sociedade, porque nós somos um continente – somos 200 milhões de pessoas – e precisamos saber. Temos direito ao conhecimento dessas situações. A mulher tem direito de conhecer essas consequências devastadoras. Ela realmente precisa da lei, do apoio contínuo.

Sabemos que o homem é emocionalmente bem-dotado. Hoje, nós temos a psiconeuroendocrinoimunologia. Nós somos regidos pelas emoções, mas a mulher é muito mais emocional, pela própria natureza hormonal, pela própria natureza endócrina, vítima da TPM, que é uma situação muitas vezes difícil para algumas mulheres, e, em relação à pseudociese, a gravidez falsa, há relatos na literatura de mulheres que chegam a entrar em trabalho de parto com uma gravidez falsa. O Dr. Benson, que fundou o Instituto Mente/Corpo, em Harvard, relata em seu livro *Medicina ESPIRITUAL* caso de pseudociese em homem.

Nós vivemos um momento de escolher, de decidir que padrão civilizatório nós queremos, porque a sociedade está desumanizada e banalizando a vida.

Temos um quadro real dessa menininha: o corpinho quente, jogada no calçamento, e as pessoas passando indiferentes, tranquilas. Sabemos que o aborto desumaniza e coisifica a mulher.

Dos livros de embriologia, nas faculdades e escolas médicas, dentre todos os tratados, o que nós mais utilizamos em nosso departamento, na Universidade Federal do Ceará, é *Embriologia Clínica*, que, em todas as edições, afirma de forma explícita: o zigoto é o início do ser humano. O zigoto é a célula que resulta da fecundação do espermatozoide com o óvulo. O espermatozoide tem um DNA único, irrepetível. O ovócito, o óvulo, também. Então, o DNA que surge nessa célula é diferente do DNA da mãe. Se você quiser realmente fazer uma prova científica de que é outra pessoa, basta fazer o exame de DNA. E é uma estratégia espetacular da evolu-

ção a reprodução sexuada, porque, se tivermos dez filhos dos mesmos pais, cada um é um ser único. Esse embaralhamento genético é uma estratégia para garantir o sucesso das gerações futuras.

Quanto aos livros de obstetrícia, nós temos aqui a última edição do Zugaib, em que ele diz que "o ovócito fertilizado ou zigoto é um embrião unicelular". Então, não há dúvidas de que a vida humana começa na fecundação. E trazemos, inclusive, trabalhos como este aqui, de um grupo brasileiro, de Pelotas. O artigo é muito interessante em termos educativos porque chama a atenção para os mil dias da janela de oportunidades para se intervir nutricionalmente desde a concepção aos dois anos de vida. O bebê precisa, desde a concepção até os dois anos de vida, que são mil dias, engordar e crescer. Isso vai repercutir no que se chama capital humano, capital social, na inteligência, na escolaridade, na força muscular, na capacidade de aprendizado.

Na verdade, percebemos que o pré-natal deve começar antes, tecnicamente, de a mulher engravidar. Deve-se cuidar da saúde da mulher antes. Ela precisa tomar ácido fólico para que tenha uma boa quantidade em seu organismo a fim de prevenir mais de 70% de defeitos de fechamentos do tubo neural.

Na célula fruto da união do espermatozoide com o ovócito, temos o começo da vida humana. Já se sabe, pelo exame de DNA, por uma questão técnica, que se o espermatozoide for X ou Y, nós teremos XX, uma menininha, ou XY, um menininho. Mas a ciência é a construção do conhecimento – quanto mais sei, mais sei que nada sei, como disse Sócrates –, e temos necessidade de respeitar e de estudar, incondicionalmente, sempre.

Por exemplo, esse menininho nasceu XY, mas aos 18 meses passou a manifestar total discordância psicológica com o seu corpo biológico. Aos quatro anos, a família, de forma compreensiva, mudou o gênero, e hoje ela está crescendo, vencendo dificuldades na sociedade americana. Então, nós temos que estudar e perceber que há muito mais para entender do que meramente coisificar e tornar as atitudes simplistas e reducionistas.

Então, o desenvolvimento humano é um processo contínuo e começa na fecundação. Desde 1827, sabemos disso, quando esse cientista viu no microscópio.

E aí temos o zigoto. A primeira semana, em que as células se dividem, é muito estudada. Hoje, há conhecimentos estrondosos a respeito dessas etapas da divisão celular. Aqui, o blastocisto. Depois do quinto dia de vida, ele foi rompido mecanicamente e retiradas as suas células.

As células vermelhinhas são as que iriam formar o bebê. E muitos pais que iam doar seus embriõezinhos congelados para pesquisas com células-tronco embrionárias desistiram quando viram essa foto.

Cada etapa vai se sobrepondo a outra, seguindo a anterior. E, obviamente, a que se segue é resultado, consequência da precedente. Então, a gente tem o embrião, o feto, a menininha criança, depois o adolescente, o adulto jovem, até chegar à melhor idade, em que todos matemos a dignidade, o direito a vida, os cuidados incondicionais.

Aqui é o embrião na fase de pré-implantação, antes de ser implantado no útero. Aí a gente vê também o embriãozinho congelado, e hoje os cientistas dizem que o tempo de congelamento do embrião pode ser indefinido. A nossa Lei de Biossegurança permite que a gente use os embriões depois de três anos de congelamento.

Há também hoje um furor tecnológico – e deve se ter consciência e ética na ciência – e usa-se o diagnóstico pré-implante para eliminar crianças doentes. Não é papel da medicina eliminar o que não se pode corrigir e não é medicina eliminar seres doentes.

Aqui vemos a Laina Beasley, que é essa menininha. Ela aqui está com 13 anos e 5 meses. Ela ficou 13 anos congelada. Aqui são seus dois irmãozinhos que cresceram; ela cresceu 13 anos depois.

Temos aqui essa cientista da Nasa que adotou um embriãozinho, esse menininho que ficou congelado durante 20 anos, o Liam James.

Nós também trazemos tudo isso para a nossa reflexão, dentro desse padrão civilizatório, para a nossa sociedade.

Esse filme ilustra como estamos manipulando os seres humanos. É muito importante refletir sobre bioética. A menininha foi produzida em laboratório para servir à irmã doente. Então, foi escolhida uma criança, selecionada de forma eugênica, uma criança sadia, uma criança perfeita, que depois passa por procedimentos operatórios, passa por exames para que possa servir a uma outra.

Aqui temos uma foto de um embrião com 3 semanas, 21 dias de vida. Se colocarmos no ultrassom, conseguiremos ouvir o coração do bebê batendo perfeitamente. Aqui nós temos um sistema cardiovascular complexo, tudo isso é do bebezinho. Vemos dois tubos endocárdicos se fusionando; o coração é tão extraordinário, vai se desenvolvendo e vai trabalhando. É como se fôssemos trocar o pneu do carro com o carro andando. E aí já existe o sangue do bebezinho. Por exemplo, se a mãe for RH negativo e o bebê for RH positivo, nós temos um caso de incompatibilidade materna por RH. Então, a individualidade do bebê está bem explicitada.

O Paulo Margotto, nesse seu livro – ele é um profissional de Brasília extraordinário –, coloca informações preciosas: o embrião, com menos de seis semanas de vida, acaricia o lábio superior; faz o pescoço se curvar, o tronco se afastar da fonte de estímulo. Com nove semanas, a palma da mão é tocada, os dedos se curvam esbo-

çando o gesto de agarrar. Em torno da 16ª semana, ele tem sensibilidade em todo o corpo. E uma informação importantíssima: hoje já se sabe que quanto mais prematuro, mais dor o bebê sente de forma mais prolongado do que um adulto, porque as fibras inibitórias surgem depois das fibras que percebem a dor. Então, olha só, na sétima semana do desenvolvimento, já existem receptores sensoriais na pele em volta da boca. Isso é importante, muda completamente o paradigma em termos de humanização de cuidados de bebês.

Há 25 anos, eu assisti a um bebê ser operado por um cirurgião cardiovascular que implantou um marcapasso sem nenhum procedimento anestésico, porque se achava que o bebê não sentia dor. Hoje, sabe-se que ele sente mais dor do que um adulto, dor mais prolongada, que deixa sequelas. Hoje, existem médicos especialistas em dor.

O desenvolvimento é um processo contínuo. O bebê vai se desenvolver, não nasce pronto. Na verdade, todos nós nascemos e nos desenvolvemos ao longo de nossa vida. Por exemplo, os pulmões: vamos ter os 300 milhões de alvéolos pulmonares aos 8 anos de idade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELIANE OLIVEIRA – O cérebro: a plasticidade cerebral continua e se modifica a cada momento da nossa vida, em toda época da nossa vida. Quanto mais usarmos a nossa capacidade cerebral, mais conseguiremos aprender e viver melhor.

Eu ainda tenho cinco minutinhos, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem mais cinco. Daí é o limite máximo. Cada um chegou ao máximo 20. Você teria mais cinco agora.

O SR. ELIANE OLIVEIRA – Muito obrigada.

Aí o psiquismo fetal, que há mais de 30 anos é estudado. O bebê tem emoções, o bebê sonha, o bebê faz caretas, ele sente medo intraútero, o feto aprende intraútero. Você pode contar historinhas, cantar músicas...

O bebê tem memórias que psiquiatras como o Dr. Thomas Verny têm estudado desde a década de 70. Este livro é canadense: *A Vida Secreta da Criança antes de nascer*. São profissionais como, por exemplo, Alessandra Piontelli, Joana Wilheim, que é brasileira, Myriam Szejer, Stanislav Grof e Thomas Verny.

Assim, o feto é um paciente, a medicina fetal faz cirurgias fetais para correção de defeitos do sistema nervoso, hérnia diafragmática. Há aqui a Amillia Taylor, que nasceu com 21 semanas e 6 dias. Ela está aqui aos dois anos de idade, sem sequelas. Então, hoje, um bebê nasce na sala de parto, no centro cirúrgico, vivo, respirando, e nós neonatologistas fazemos treinamentos para atender ao recém-nascido prematuro, não é mais nem o recém-nascido a termo.

Aqui, está a Vitória, na maternidade escola cearense, que nasceu com 480g, 25 semaninhas; aqui, com nove meses. Por favor, o senhor pode passar o filminho para vermos a Vitória com 460g e 8 dias de vida na UTI neonatal?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ELIANE OLIVEIRA – Percebemos que é um ser humano que tem... Mexendo na Vitória, ela está no respirador, mas ela reage, respira. É um bebezinho que teve uma garra para viver e tem uma vontade de viver, com o que ficamos tremendamente emocionados.

No nosso País, nós temos de acabar com a pobreza e não acabar com o pobre.

Pode passar agora, voltando, por favor.

Nós não podemos usar o dinheiro do contribuinte para matar. Nós temos de usar o dinheiro para apoiar.

É importante aqui: o Estatuto da Criança e do Adolescente tem a doutrina da proteção integral e do princípio do melhor interesse. Então, para que possamos, interpretando, cuidar da criança, nós temos que usar como prioridade absoluta os princípios da dignidade humana, da proteção integral e do melhor interesse. O Estatuto contempla o direito de nascer no seu art. 7º: "A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida, têm direito ao nascimento e ao desenvolvimento."

Os pais são defensores legais e morais dos filhos. A relação entre pais e filhos é de responsabilidade, não é de direitos. O médico é defensor do sujeito sob seus cuidados e deve, inclusive, acionar o sistema judicial quando o interesse da criança estiver em conflito e for prejudicado.

Então, temos que, inclusive, trabalhar pelo Estatuto do Nascituro.

E aí as consequências do abortamento para a mulher, biológicas imediatas e biológicas tardias, são extremamente devastadoras, estudadas e vistas por quem trabalha no dia a dia. Lido diretamente com o meu povo, são 29 anos vendo e ouvindo as histórias de vida das mulheres e das crianças. E são histórias em que as pessoas têm infecção, perfuração, esterilidade, doença inflamatória pélvica, partos prematuros, câncer de mama, e há as consequências psicológicas, que são devastadoras para as mulheres e para os homens também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Um minuto, para concluir.

O SR. ELIANE OLIVEIRA – O estresse traumático pós-abortamento também acomete homens. E nós, então, temos que estudar detalhadamente essas informações técnicas.

E, no mundo, já temos, na Espanha, a Associação de Vítimas de Aborto; temos instituições como a das enfermeiras que fizeram uma associação nos Estados Unidos, a Pro Life, associação de enfermeiras que condenam o aborto e que também querem o direito de se proteger contra as atitudes antiéticas de procedimentos médicos, mulheres exploradas pelo aborto.

E essas são algumas das referências bibliográficas que a gente utilizou.

Finalizamos, dizendo à Nação brasileira que devemos promover uma cultura de respeito ao nascituro, ao recém-nascido prematuro, ao recém-nascido a termo, para que possamos realmente cultivar esse espírito pacífico do nosso povo, acolhedor, em que judeus e palestinos vivem amorosamente como irmãos.

Então, muita paz e que possamos realmente trabalhar pela vida, pela saúde!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Drª Eliane Oliveira.

Convido os meus convidados desta mesa a se sentarem na primeira fila. Vou chamar a segunda mesa e vou passar palavra, neste período, à Senadora Regina.

Chamo a Drª Maria do Socorro de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

Chamo a Drª Ana Maria Costa, representante do Centro Brasileiro de Estudo da Saúde (Cebes).

Chamo a Drª Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora-Geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde.

Chamo a Drª Rosângela Aparecida Talib, representante do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir, e o Dr. Luiz Bassuma, autor do Estatuto do Nascituro, para que tenhamos equilíbrio nas duas mesas.

Por favor, com a palavra a Senadora Regina, que, em seguida, vai ter que se retirar, porque ela vai representar a Comissão num encontro com o Presidente Renan, sobre política para as mulheres, não é?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E só não vou também, porque, além de ficar aqui durante o período necessário, até o meio-dia, depois tenho médico. Por isso é que pedi a V. Exª.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Infelizmente as Comissões acontecem na mesma hora, quer dizer, a Comissão de Educação também está acontecendo agora, e eu não estou podendo ir lá. Mas vou, com muita honra, representar V. Exª, Senador Paulo Paim. Mas queria, antes de sair, deixar a minha contribuição neste debate.

Primeiro, quero lembrar uma história, Senador, de quando era menina, com meus 8, 9, 10 anos, e minha avó era parteira. Então, eu via muito as pessoas baterem na porta de madrugada, dizendo: "D. Tutu, vim buscar a senhora, para ir acudir fulana, que perdeu o menino [essa palavra aborto é muito recente na minha vida, no meu conhecimento linguístico!], ou está perdendo o menino!" E a minha avó ia e, às vezes, ficava o resto da noite na garupa de um jumento ou de um burro, e ficava o resto da noite lá. E, quando chegava, eu tinha curiosidade de escutar o que a minha mãe perguntava para ela, e ela dizia: "E aí, minha mãe, a pessoa tomou raiz não sei de que lá?"

E a pessoa tomava uma raiz, chamava-se garrafada, essas coisas assim, porque era assim que a mulher no campo fazia.

Faço essa introdução para dizer isto: que não podemos fechar os olhos e fazer a guerra dos números, das estatísticas ou das pesquisas. Diminuiu, como alguém apresentou aqui? Que bom que diminuiu e tomara que diminua muito mais! Mas diminuiu por causa dos números, por que a população é contra ou por que melhorou a assistência?

Ninguém pode negar que melhorou. Lá onde a minha avó era parteira, hoje há o Mais Médicos, o Saúde na Família. Então, melhorou, diminuiu? Que bom e tomara que diminua muito mais!

Mas não vejo que seja isso a guerra dos melhores cartazes ou das questões religiosas. Acho que por aí não vamos resolver e não vamos chegar a lugar nenhum. Nem mesmo a questão científica mostrada muito bem aqui.

Acho que o olhar da gente tem que ser humanitário, para quem faz. A gente fala tanto na Lei de Deus, temos que ter olhar de irmãos para as pessoas que fazem. Isso, porque, graças a Deus, alguém falou aqui do lado da mulher, a Drª Eliane, se não me engano: ninguém faz aborto por esporte, minha gente! Não e possível que alguém ache que a mulher faz aborto por esporte. Alguém falou: "Engravida, aborta; engravida, aborta!" Eu duvido que isso exista, e, se existir, é um caso em milhões – não há isso! (*Palmas.*)

Elas sabem da mutilação que é para o corpo delas; o risco que elas correm; o desprezo que elas recebem, porque todo mundo despreza. Então, acho que a gente precisa ter outro olhar para as mulheres. E, graças a Deus, alguém falou o que acontece com a mulher.

Então, a gente não pode fechar os olhos para o fato de que ricas e pobres fazem, brancas e negras fazem, independentemente de todas as pesquisas. E elas continuam fazendo, cada uma com a sua motivação intrínseca, e nem sempre a família nem os amigos procuram saber o porquê. Elas se sentem – alguém falou aqui do abandono – abandonadas mesmo, sozinhas, tendo que decidir a própria sorte.

Então, acho que precisamos ver que as ricas correm menos riscos, porque elas fazem nas clínicas chiques, bacanas, de profissionais de saúde. Elas não correm risco, e ninguém vai saber e, às vezes, nem entra nas estatísticas. E as pobres fazem de qualquer jeito e, na hora em que elas precisam, em que vão para o médico, às vezes, as pessoas até aconselham: "Não vai, não, que tu vai ser presa, porque é crime!"

O problema é a criminalização de quem fez, mas ela já fez. E o que não dá é ser criminalizada na hora em que ela mais precisa de apoio, porque ela vai para o médico, às vezes... Eu conheço gente que foi a quatro hospitais, para poder ser atendida, e, quando é atendida, fica ouvindo barbaridades, enquanto estão fazendo a curetagem; na hora em que ela precisa mais de apoio, fica ouvindo barbaridades.

Então, é isso que está em questão, é isso que a gente tem que discutir, sobretudo a campanha de educar a família. Há pais que, ainda hoje, expulsam a menina de casa, porque engravidam – expulsam-na de casa! Os homens que engravidam as mulheres, e depois as abandonam. É necessário educar esses camaradas! Parece que eles não têm responsabilidade nenhuma. E só se criminaliza a mulher; a direção de todas as campanhas é para criminalizar a mulher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina, achei a sua frase muito bem colocada sobre essa situação. O homem não é expulso de casa e, como disse o Dr. Fonteles, ainda fica como o machão. E a menina que engravida é expulsa de casa!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É exatamente isso. O homem não entra nessa criminalização. Temos que educar a sociedade que vê a mulher como criminosa e igualmente os profissionais de saúde para o atendimento correto. Naquele momento em que ela fez, seja qual for o motivo por qual ela fez, ela precisa de assistência, ela precisa de acolhimento, e não precisa ser chamada de criminosa, ser ameaçada, ser algemada, ser mandada para a polícia depois. Então, é isso talvez que faça a morte acontecer, porque muitas mulheres não procuram a assistência à saúde. Fazem lá de qualquer jeito, não procuram a assistência, por medo.

Então, queria deixar aqui essa contribuição: que a gente se dispa um pouco mais dessa história tanto com relação às questões religiosas, à disputa ideológica e à disputa dos números e das estatísticas, passe a ter um olhar humanitário às pessoas que fazem. Com certeza, se elas forem acolhidas, forem esclarecidas, por meio de uma conversa, elas não vão fazer mais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Tenho que ir para a reunião na Presidência do Senado, representando o Senador Paim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Vamos, de imediato, então à nossa mesa.

Drª Maria do Socorro Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, com a palavra pelo tempo de dez minutos, com mais cinco, de preferência.

A SRª MARIA DO SOCORRO SOUZA – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Bom dia, Sr. Presidente, Senador Magno Malta, e a todos e todas aqui presentes.

Quero agradecer o convite feito ao Conselho Nacional de Saúde e parabenizar pela iniciativa da audiência. E acho que a fala da Senadora Regina Sousa coloca também a responsabilidade do Senado Federal em fazer este debate, olhando também para outras dimensões que se fazem necessárias para que a gente possa trazer o problema na dimensão mais ética do que moral.

Queria colocar que o Conselho Nacional de Saúde tem mais de 300 entidades que o integram, entre titulares, suplentes e entidades convidadas. O Conselho Nacional de Saúde existe há 70 anos, e, do SUS para cá, ampliou a sua representação. Então, temos praticamente todas as profissões de saúde lá representadas: o Conselho Federal de Medicina já esteve conosco; temos também a Fenam; temos entidades de todos profissionais de saúde; temos movimentos sociais representativos da sociedade brasileira, desde população indígena a populações em situação de rua a representações de organizações do campo, indígenas, feministas; temos uma gama enorme de entidades que representam, sim, a sociedade brasileira; temos também no Conselho Nacional de Saúde; representação do SUS, gestores do SUS, nos três níveis Ministério da Saúde; secretários estaduais e municipais de saúde representados lá pelo Conass, Conasems; e também temos prestadores de serviços ao SUS.

Quero dizer que não é fácil, numa entidade que tem mais de 70 anos e que se tornou democrática nos últimos vinte e poucos anos esse debate. Não há uma unanimidade, mas há uma prevalência do entendimento

de que o aborto é, sim, uma questão de saúde pública e, portanto, cabe à responsabilidade do Estado. E, para isso, como é que esse atendimento deve ser feito? A partir do SUS, que é como se materializa a presença do Estado junto à população, quando vamos ver os princípios constitucionais do direito universal à saúde.

Acho que a gente está aqui cumprindo uma tarefa desafiadora. Mas, Senador Paulo Paim, Senador Magno Malta, o ideal é que estivessem aqui as mulheres que passaram por essa experiência. Lamentavelmente, a sociedade brasileira, mesmo após 60 anos em que se coloca em que situações o aborto deve ser assumido como dever do Estado, mesmo havendo essa lei, a gente não consegue ter um espaço democrático em que as mulheres que passaram pela experiência possam, sim, colocar-se.

Lamentavelmente, a gente fica falando de situações que, na verdade, passam uma dimensão de como as pessoas se colocam no mundo. A gente não pode fazer esse debate do ponto de vista da dimensão moral, porque cabe a cada uma que vivencia a situação se colocar moralmente diante do problema. E não cabe a nós nos colocarmos em lugar de outra pessoa.

Acho que está colocada aqui a dimensão ética. E é importante que, nesse sentido, a gente compreenda que ética não é uma coisa pronta e acabada, ela é construída. E ela é afirmada a partir de como a gente se coloca no mundo.

Então, como disse a Senadora Regina Sousa, ninguém faz ou vivencia situações de conflito existencial ou de conflito ético sem também colocar a importância que existe do respeito, a importância também da escuta bastante situada diante desses contextos. E queria dizer que é importante que o Senado também não coloque em segundo plano essa condição humana, condição ética. A gente tem que colocar aqui, inclusive, o que o Brasil tem de leis, o que o Brasil tem de acordos internacionais. O Brasil sempre se pauta, quando se coloca nesses acordos internacionais, e praticamente consegue viabilizar, a partir de leis, de programas e de políticas, os seus compromissos, e é isso que na verdade nós também esperamos e cobramos, como Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Quero colocar aqui que toda e qualquer proposição do Ministério da Saúde não vem por vontade de governo A, B, C ou D ou de filiações partidárias. O que o Ministério da Saúde coloca é um conjunto de políticas que historicamente vêm sendo pensadas nos espaços mais democráticos de participação da saúde, a exemplo do Conselho Nacional de Saúde, e em inúmeras conferências que temos realizado, nesses 70 anos, sobretudo nos últimos 30, com a criação do SUS e a participação democrática.

Eu queria colocar que não dá para trazer este debate olhando o recorte, se são mulheres... Para quem estamos discutindo? Que mulheres, na verdade, estamos colocando? São muitas mulheres. Não há um perfil que possamos definir em relação a quem interessa mais ou menos este tema. Qualquer uma de nós, se formos olhar hoje o escopo da nossa família, sejam mulheres adultas, sejam meninas, nós temos perto de nós experiências concretas de mulheres que viveram situações, sejam filhas, netas, sobrinhas, primas; sempre há, no escopo familiar, alguma situação em que alguém da família – uma mulher – viveu essa situação e teve inúmeras dificuldades de recorrer a uma ação pública, protegida pela lei e protegida também pelo Estado.

Eu queria colocar que nós temos, no Conselho Nacional de Saúde, uma representação enorme dos movimentos e, como eu coloquei, de mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres camponesas, mulheres indígenas, mulheres com deficiências, mulheres com patologias, feministas e também mulheres jovens.

O último debate que nós fizemos esteve exatamente associado à necessidade de enfrentarmos situações de violência. O Brasil continua sendo um país, uma sociedade extremamente violenta com as mulheres, e isso também tem uma relação com o aborto; com as situações de violência que as mulheres vivem e uma relação também, sim, com o aborto.

Como há várias outras falas que vão seguir as minhas, quero colocar exatamente o recorte que nós demos no último debate do Conselho Nacional de Saúde, realizado em março deste ano, em que discutimos qual era o papel do SUS no enfrentamento à violência contra as mulheres. Uma das falas, inclusive, se reportava a toda uma situação de violência e ao quanto ela aumenta as doenças sexualmente transmissíveis e ao quanto também aumenta as situações de gravidez indesejada. E a importância do SUS é exatamente porque ele também tem que ajudar na identificação de informações para criminalizar o agressor, sobretudo nas situações de aborto.

Então, nós temos – é uma conquista da sociedade – o 180, em que há, a partir desse disque-denúncia, várias formas de tipificação da violência contra as mulheres, inclusive a violência obstétrica. E eu queria colocar aqui que nós identificamos, a partir de dados do 180 e de outros estudos, o quanto aconteceu no Brasil um aumento significativo de situações de estupro.

Quero colocar isso porque... Números aqui eu acho que são só uma referência, não pode ser o fundamento. O Brasil é o sétimo país... Dentre oitenta e poucos países, o Brasil está em sétimo lugar do ponto de vista da violência contra as mulheres. E isso é importante também nós trazermos, porque, para discutir a situ-

ação da condição das mulheres que enfrentam situação de aborto, é preciso olhar o contexto em que essas mulheres vivem.

Foi colocada aqui a dificuldade que muitas têm, pela condição de criminalização, de atendimento, de serviços de proteção, de solidariedade. Em geral, essas mulheres se reportam a uma rede social de apoio na sua comunidade, exatamente pela dificuldade que nós temos ainda no Brasil de garantir, na base legal, o que é assegurado às mulheres.

A central de atendimento do número 180, em um balanço de 2014, teve cerca 50 mil registros relacionados às mulheres que sofreram estupro – 50 mil registros. Estimam-se quase 500 mil casos no Brasil no ano de 2014, e lamentavelmente apenas 10% são denunciados.

Nesse aumento de quase 18%, em média, do número de estupro no Brasil, uma relação direta com a dificuldade que a gente tem hoje de garantir serviços, nessa dimensão, às mulheres. Boa parte dos serviços, o pouco serviço que é ofertado ainda passa por um crivo pessoal do profissional, mesmo que haja...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Mais cinco minutos.

A SRª MARIA DO SOCORRO SOUZA – ... algumas medidas importantes, como, por exemplo, a pílula do dia seguinte. Temos, sim, uma demanda colocada para o Ministério da Saúde de centralizar isso para os Estados e Municípios, e, muitas vezes, nem a pílula do dia seguinte, que poderia evitar um conjunto de danos e decisões conflituosas às mulheres, como a situação de aborto, mesmo essa medida mínima a gente nem sempre consegue, exatamente porque também passa pelo crivo de muitos profissionais.

É lamentável que, no Brasil, a formação acadêmica, a formação universitária, a formação dos profissionais de saúde não traga também essa dimensão. Se nós queremos enfrentar o problema no Brasil, é preciso repensar qual é a formação dos profissionais nas universidades públicas brasileiras.

Queria encerrar, dizendo que as mulheres têm um histórico, em nossa sociedade, de muita responsabilidade. Nós somos quem cuidamos, historicamente, das casas, da família, sobretudo de crianças e idosos. Eu sou avó de três crianças, eu vivo e convivo com minhas netas embaixo do mesmo teto. Tenho uma mãe de 96 anos. Elas vivem sob meus cuidados. Essa história não é só minha, essa história, com certeza, assemelha-se a muitas outras histórias de vida de mulheres. Então, colocar que qualquer decisão, do ponto de vista da interrupção da gravidez, é uma dimensão de inconsequência das mulheres é um equívoco que a gente comete, é uma injustiça que a gente comete, porque, se a gente olha todo o processo e a formação social brasileira, as mulheres brasileiras historicamente assumiram, e muito, o cuidado com a vida. Portanto, tomar uma decisão em situações extremas tem que ser respeitado pela sociedade. O Estado brasileiro tem que cumprir com o que a sociedade decidir, mas decidir ouvindo exatamente a quem interessa essa definição, que são as mulheres.

Acho que tem que se colocar aqui a capacidade de decisão das mulheres, e decisão passa pelo pensamento. Nós não podemos admitir, historicamente, que os homens comecem a pensar e a decidir sobre as mulheres. E aqui, lamentavelmente, a gente viu muito fortemente essa expressão. As mulheres têm a capacidade de pensar, de decidir, de cuidar. E os conflitos que a gente possa passar em qualquer momento de decisão devem ser respeitados pela sociedade, inclusive pelos parceiros.

Estamos aqui colocando, de fato, o papel do Estado em cumprimento do que determina a legislação brasileira, os acordos internacionais, e mais do que colocar uma polarização de posições morais, cabe ao Senado brasileiro enfrentar esse debate, como vem fazendo, porque a ilegalidade não tem ajudado a reduzir a prática, muito pelo contrário, tem colocado as mulheres em situação de risco de vida e, com certeza, também de morte.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Drª Maria do Socorro Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, que ficou dentro do tempo limite, ficou em 13 minutos.

Passo a palavra, agora, à Drª Ana Maria Costa, representante do Centro Brasileiro de Estudo de Saúde (Cebes), por dez minutos, mais cinco.

Está à sua disposição.

A SRª ANA MARIA COSTA – Muito obrigada, Senador, por essa oportunidade de falar a essa audiência.

Cumprimento toda a mesa, os dois Senadores, Paulo Paim e Magno Malta.

Bom dia a todos e todas.

Antes de iniciar, vou-me inspirar na companheira Isabela Mantovani para também exibir um pouco do meu currículo. Sou médica, doutora em ciência da saúde e saúde coletiva, dirijo uma entidade que é forte, a primeira entidade do processo da reforma sanitária brasileira, o Cebes, que inventou o SUS, criou o SUS, e que tem uma história importante na vida política, na defesa da democracia e do direito à saúde no Brasil.

Atualmente, presido a Associação Latinoamericana de Medicina Social e de saúde coletiva, com muita honra.

Sou docente de cursos de Medicina, milito no Conselho Nacional de Saúde, representando as entidades, e sou uma estudiosa do campo da saúde da mulher, já tendo exercido, por diversas ocasiões, papéis em distintos lugares, inclusive como criadora da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher no início dos anos 80. Dedico-me ao estudo desse campo da saúde da mulher.

Eu queria, primeiro, chamar a atenção das duas companheiras, a colega dentista, Isabela, e a colega médica, sobre a importância de termos um argumento que não falseie... Porque o grande problema do uso de dados, para não entrar na guerra dos dados, e das leituras dos textos é justamente não cairmos no canto da sereia de fazermos leituras enviesadas a partir dos nossos valores e moralidades. Isso é muito importante.

Quando esta pergunta é lançada, a quem interessa a legalização do aborto no Brasil, acho que a resposta que esta Casa tem que dar é que esse assunto interessa à democracia brasileira. É inadmissível que tenhamos uma democracia madura, sadia, onde haja respeito, onde a diferença possa conviver, onde o debate aberto e franco possa criar alternativas, de fato, para este País sem a legalização do aborto. Essa condição da ilegalidade do aborto remete a uma condição de cidadania secundária as mulheres brasileiras, e isso é inadmissível porque, como disse antes a Socorro, grande parte da riqueza deste País, grande parte da cultura, da beleza, da densidade, como nação, deste País está nas mãos das mulheres. E essa condição da cidadania secundária, mutilada, é insuportável. E esse lugar de nós todas, mulheres, médicas, não médicas e militantes, por causas que engrandecem e avançam o País, precisa ser repensado.

A segunda resposta a essa pergunta de a quem interessa, eu diria que interessa à saúde brasileira. Interessa que as questões a que hoje sucumbem a vida das mulheres sejam sanadas, que elas sejam extirpadas da história da saúde pública.

A dentista mostrou aqui e desviou... Eu gostaria de chamar sua atenção. Não estou na sua banca de mestrado futuro, mas é importante que a gente não distorça os dados. Quando nós trabalhamos aqui a questão do aborto como assunto para a saúde pública, não estamos falando de mortalidade proporcional, nós estamos falando de morte materna, cujo denominador é o número de nascidos vivos. Portanto, não podemos pensar no significado do óbito por aborto em relação ao conjunto das mulheres vivas. Então, essa distorção não pode ser colocada aqui, neste espaço público, e, com isso, enganar os números.

De fato, entre as mortes de mulheres, em função da gestação, do parto e do puerpério, que é a definição exata da morte materna, sobre os números de nascidos vivos, vamos ter um significado muito importante, sim, do aborto, especialmente quando – e a senhora sabe muito bem – os óbitos por hemorragia e por infecção também escondem muitos óbitos por aborto.

Portanto, não podemos desqualificar esse como um problema de saúde pública. É um problema para o SUS também, à medida que envolve gastos, envolve tempo de internação, quando seria absolutamente desnecessário.

O problema do aborto, o problema da indignação, o que torna o tema uma questão para a saúde pública é porque é um evento absolutamente desnecessário.

Sabemos perfeitamente que, quando legalizado, ele não passa de um procedimento simples, de baixo custo e baixíssimo risco para as mulheres.

Portanto, esse assunto não pode ser desqualificado como um tema para a saúde pública, como um desafio para a saúde pública. Interessa à conquista de saúde para o Brasil que o aborto seja legalizado.

Em sequência, falou-se de Freud e destacou-se uma observação do Freud. Eu, como pessoa curiosa e estudiosa de Freud, fiquei bastante indignada. É de Freud também a fala de que a sexualidade é um terreno do desmando. Lamentavelmente – e todos nós aqui, que vivemos sexo, sexualidade, sabemos perfeitamente –, esse é um terreno, o campo desse mistério que é o desejo, em que pouca racionalidade existe.

E aí, nós, que sempre batalhamos por políticas de saúde integral, pela oferta de métodos contraceptivos, pela oferta de educação, de informação como meio de promover autonomia da saúde, como um lugar de autonomia das mulheres, não podemos, de jeito nenhum, omitir que a sexualidade e o desmando, que estão no cotidiano, na vida das pessoas, das mulheres, dos casais, também são o que faz com que as mulheres engravidem sem querer. E as mulheres engravidam sem querer, nós engravidamos sem querer, médicas, advogadas, estudantes, velhas, novas, religiosas, não religiosas, evangélicas, cristãs, o que seja, ateias, todas nós engravidamos sem querer. O fato de engravidar sem querer não pode ser determinante no prosseguimento de uma gravidez indesejada.

Todos nós sabemos... E eu também quero colocar aqui sob questão esses estudos que trazem sequelas futuras na saúde mental das mulheres. Eu gostaria que esses dados fossem apresentados de uma forma mais consequente, porque falar isso sem uma apresentação de fontes e de tipologias de estudo nos deixa no ar em relação a acreditar nesse tipo de afirmação. O que gostaríamos de discutir aqui são sequelas e impasses para

uma vida interrompida, para um projeto de vida que traz uma gravidez não planejada e não desejada. Portanto, é necessário também que a gente reflita sobre isso aqui.

Mori, meu querido amigo Maurizio Mori, que foi trazido aqui, um bioeticista italiano, foi também mutilado na sua produção acadêmica quando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Mais cinco minutos.

A SRª ANA MARIA COSTA – ... a companheira trouxe uma análise da questão da sacralidade da escolha da civilização. Ora, quando Mori disse que não pode ser tratado como secundário o princípio da sacralização, ele estava justamente considerando a importância, a divisão que ocorre hoje na sociedade, que traz a sacralidade como norte de vida, como norte de moralidade, esquecendo a ética, esquecendo uma ética que deve imperar quando se trata de definir assuntos e questões para o coletivo da população.

É do Mori também, e a senhora omitiu a essência do trabalho dele, o princípio da autonomia e a crítica que se faz ao chamar um feto ainda não autônomo de pessoa.

Então, essa escolha da civilização que o Mori traz é uma escolha pela democracia, não é uma escolha da civilização que mantém esse *apartheid* de direitos entre mulheres e homens, entre mulheres ricas e não ricas quando se trata da questão do aborto.

Finalmente, acho que é muito importante que nós tenhamos uma atenção muito grande sobre afirmações do tipo "a legalização irá aumentar a ocorrência do aborto". Isso é uma mentira.

A senhora sabe perfeitamente que, sendo o aborto um evento clandestino, temos até hoje uma grande dificuldade de estudar esse fenômeno, salvo em determinados serviços em que nós podemos estudá-lo a partir de uma clientela que busca aquele serviço, e há vários trabalhos publicados acerca disso. Fazer uma estimativa sobre a ocorrência do aborto no Brasil é uma pesquisa extremamente difícil, porque lidamos com estimativas.

Tive o prazer de participar, e talvez valesse a pena que a senhora fizesse uma revisão, da metodologia usada pelo Instituto Alan Guttmacher, que propôs aquele fator de correção. Ora, foi uma metodologia que envolveu milhares de pesquisadores e que foi absolutamente criativa e que nos deu um norte para lidar com o assunto tão obscuro e oculto das estatísticas reais de saúde. Isso é legítimo, sob o ponto de vista epidemiológico, é legítimo e é cientificamente aceito à medida que temos essa dificuldade do dado explícito.

Por outro lado, é no momento da legalização, quando o dado se torna real, quando o dado se torna um dado legal, que temos a possibilidade de ter informações corretas. Quando a senhora diz "em todos os países que legalizam há o aumento", há aumento porque há a exibição do dado real, à medida que eu, como médica, e a senhora, como médica, vamos poder registrar o evento, e isso vai para as bases de dados do DATASUS. Então, não podemos distorcer e dizer que é a legalização que vai aumentar, ao contrário. Acho que é possível que aumentem os dados, aumente a informação estatística, mas, na prática, hoje, com todas as estimativas que nós temos, sabe-se lá quantos e quantos mais ocultos abortos que ocorrem no interior da sociedade brasileira e que ou morrem ou sequer chegam às capacidades de estimativas que utilizamos hoje.

Então, de fato, nós usamos estimativas, mas ainda subnotificamos essas estimativas. Fato é que a pesquisa da Profª Débora Diniz mostra exemplos de que o fenômeno é muito mais grave do que nossas estimativas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Mais um minuto.

A SRª ANA MARIA COSTA – ... têm nos apontado.

Finalmente, atribuir a interesses internacionais – eu conheço esse argumento há muitos anos – a questão da legalização do aborto no Brasil é, no mínimo, desprezar o avanço democrático das mulheres brasileiras, é, no mínimo, desprezar a capacidade das mulheres de inventar e construir suas próprias vidas, direitos e cidadanias. Acho que a gente precisa rever isso. Não são os interesses internacionais, somos nós, pesquisadores, pesquisadoras, que temos, aí, cada vez criado mais evidências para dar substrato a esse grave problema.

Nós precisamos, sim, é de nos unirmos todos contra os interesses internacionais que estão postos aí na desconstrução do direito à saúde...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA MARIA COSTA – ... na busca de ampliação da presença do capital estrangeiro dentro do Sistema Único de Saúde. Nessa luta, eu gostaria de ver vocês, não nessa acusação infundada de que é o capital estrangeiro que nos encaminha e que, de novo, coloca-nos aí como se fôssemos dependentes ou influenciáveis por essa linha de raciocínio criada por essas instituições que vocês acusam.

Por fim, eu gostaria ainda de ressaltar aqui, nós estamos no espaço de debate de plurais; nós estamos num espaço de diferentes, de lugares diferentes. Somos homens, mulheres de diferentes idades, credos, formações religiosas, profissionais. Nós precisamos ter a responsabilidade pública de garantir o interesse público. E o interesse público, que não se mede pelas induzidas pesquisas de opinião acerca se é ou não a favor do aborto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, por favor, para nos ajudar aqui.

A SRª ANA MARIA COSTA – Mas o que está posto para nós é perguntar ao País, às famílias, ao Congresso Nacional, a cada um de nós: nós podemos e devemos criminalizar uma mulher porque faz aborto? Nós precisamos prender essa mulher porque ela faz aborto? Esse não é um tema de foro íntimo? Esse não é um tema das decisões absolutamente autônomas dos casais, das pessoas, já que diz respeito a um direito?

É nessa perspectiva que convoco o debate pela democracia, pela radicalização de uma democracia que coloque homens e mulheres em situação de respeito e de igualdade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Drª Ana Maria Costa, representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), que ficou também no limite: 16 minutos. Estou pedindo que fiquem todos em 15 minutos, mas dei também 20 para a primeira mesa, mas, devido ao nosso horário, estou pedindo 15 para todos.

De imediato, Drª Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora-Geral da Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde. Dez minutos com mais cinco.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Paim,o Senador Malta, os Senadores presentes, toda a Mesa, todos os participantes.

Eu acredito que minhas colegas de mesa já disseram coisas importantes sobre a abordagem do aborto. Eu vou colocar aqui a abordagem sob a ótica da saúde pública. Falo do Sistema Único de Saúde. Tenho aqui alguns dados. Como Ana Costa já colocou, são os dados possíveis, muitas vezes não refletem a realidade. Tendo em vista a nossa legislação restritiva em relação ao aborto, temos dados que não condizem, muitas vezes, com o que poderia ser em outra situação.

Primeiro, quero dizer – já foi citado aqui –, nós temos compromissos como Governo com marcos políticos internacionais, Declaração dos Direitos humanos, declaração à saúde, à vida, ao tratamento igualitário universal às pessoas. Temos as convenções para eliminar discriminação contra as mulheres: a Convenção de Viena, Cairo e todas as convenções que se seguiram – Cairo+5, +10, +15; a Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Beijing, as Metas do Milênio, redução da mortalidade materna; Consenso de Montevidéu, de 2013, conferências de que o Brasil participa e reafirma a garantia de direitos às mulheres, dentre eles o direito à vida, o direito à saúde, os direitos sociais e reprodutivos.

Dentro da Convenção de Cairo, nós temos, no compromisso brasileiro, a garantia do acesso efetivo à ampla gama de métodos contraceptivos. Temos o compromisso de desenvolver políticas e programas para erradicar a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero. Nós temos como compromisso eliminar causas preveníveis de morbimortalidade materna. Temos o compromisso de garantir a interrupção da gravidez em casos previstos em lei.

Nós temos o compromisso de garantir acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade, considerando necessidades de homens, mulheres, adolescentes, jovens, população LGBT, pessoas com deficiências e aquelas que vivem em condições de vulnerabilidade e de avançar na prevenção e controle de HIV e AIDS.

Temos também marcos políticos nacionais. Nós temos a Constituição Federal, com seus princípios, diretrizes, competências, que diz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado.

Temos a lei do SUS, a lei do planejamento familiar, a lei com a notificação compulsória de violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha, que já foi citada aqui; temos as conferências nacionais de políticas para as mulheres, sobre o que a Socorro falou aqui também.

Nós temos, ultimamente, a Lei 12.845, que fala sobre o atendimento obrigatório e integral a pessoas em situação de violência sexual, e o Decreto nº 7.958, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento SUS.

Como disse aqui a Socorro, o número de estupros tem aumentado no Brasil. Isso é um problema grave brasileiro. Nós sabemos que uma mulher que foi violentada sexualmente é duplamente penalizada pela sociedade machista, que torna a mulher um objeto nessa relação desigual, usa dessa violência. E também no atendimento, na sociedade como um todo, é criminalizada, porque a ela é imputada a penalização por essa situação, como se ela tivesse facilitado essa situação de estupro.

Nós temos uma política, mencionada aqui pela Ana Maria Costa, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que foi uma conquista das mulheres brasileiras, e tem seis eixos. Um dos eixos principais de atuação é a atenção obstétrica, que significa a atenção ao parto e nascimento, e também a atenção a situações de abortamento, porque uma mulher chega a uma maternidade não só para ser atendida para ter o seu bebê, mas também chega em situação de perda fetal.

Desculpe-me, eu me esqueci de me apresentar. Eu sou médica ginecologista obstetra há quase 30 anos.

Nós temos um eixo, que é atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência sexual; outro eixo que é a atenção clínico-ginecológica, menopausa, câncer de colo e mama, atenção a segmentos específicos da população e saúde sexual reprodutiva, incluindo planejamento reprodutivo e DSTs, AIDS e HIV.

Dentro disso, no eixo de atenção obstétrica, nós temos aqui os dados do Ministério da Saúde sobre mortes maternas. O aborto figura entre a quarta e quinta causa. Em algumas cidades como Salvador, já foi a primeira causa de morte materna. Em algumas cidades específicas, o aborto é uma causa importante; é a primeira causa de morte materna.

Nós temos aqui uma redução de óbitos maternos progressivos, uma redução da mortalidade materna.

Eu queria só dizer que, apesar dos números absolutos de morte materna serem em torno de 1.600, 1.800 óbitos, a dramaticidade da morte materna é que, em torno de 92% das mulheres que morreram, não precisariam ter morrido. Então, o grau de evitabilidade da morte materna é o que nos traz uma responsabilidade dobrada para redução desses números. Nós sabemos que as mortes maternas de mulheres negras têm sido reduzidas com uma velocidade menor do que as de mulheres brancas, tendo aí fatores socioeconômicos e fatores como a questão do racismo presente na sociedade. Então, temos muitos desafios em relação à morte materna.

Em relação ao aborto, já foi falado aqui pela Ana Maria, especificamente na questão do aborto, muitas causas podem estar entre hemorragias e infecção, mascarando ou confundindo um pouco esses dados. Ou seja, o aborto é um problema de saúde pública pela morte indevida e desnecessária de mulheres.

Nós temos aqui os dados do TabWin sobre o sistema de internação hospitalar do SUS, que mostram o número de internações por parto e o número de internações por curetagens. As curetagens representam, anualmente, em torno de 10% do total de partos. Nós temos um declínio dos partos no Brasil. Temos um declínio progressivo também das internações por curetagem. As internações por curetagem no SUS não representam o número de internações por abortamento no Brasil. Os partos no SUS são dois terços do total de nascimentos no Brasil. Um terço está no setor não SUS – suplementar, pagamento direto – e dois terços dos partos estão no SUS.

Não temos dados do sistema suplementar sobre abortamento, mas nós temos os dados do SUS: 176.743. Isso são mulheres em processo de perda fetal, abortos espontâneos e abortos realizados em condição insegura. Nós não temos como separar esses dados no nosso sistema de internação hospitalar.

Temos três causas de aborto autorizado por lei no Brasil: risco de vida da mulher, decorrente de estupro – isso dentro do Código Penal –, e, recentemente, garantia de interrupção terapêutica da gravidez de feto anencéfalo em qualquer momento da gravidez. A partir do diagnóstico de anencefalia, a mulher tem o direito de interromper a gravidez, quando ela assim decidir por essa...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Já estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Mais cinco. O.k.

Lembro que uma gravidez de anencéfalo é uma gravidez de risco porque é uma gravidez que tem mais risco de polidrâmnio, de complicações como hipertensão e outras. Então, ela também passa a ser uma gravidez que põe em risco de vida a mulher.

Aqui, nós temos os dados de internação para realização de aborto legal. De 2005 a 2014, nós tivemos números pequenos. Tivemos um pico em 2008, mas temos em torno de 1.500 abortos legais.

Sabemos que, em relação ao número de estupros no Brasil, muitas vezes as mulheres têm dificuldade de acesso a aborto legal, apesar de ser previsto em lei. Muitas vezes, as mulheres recorrem a esse direito, mas elas têm dificuldade de acessar em tempo oportuno esse direito à saúde.

Eu trouxe aqui dados da pesquisa Nascer no Brasil. Foi o maior inquérito de abrangência nacional sobre o modo de parto e nascimento.

Foi pesquisada a questão relativa ao desejo de gravidez. Há uma pergunta: se a mulher desejava engravidar. E 29,9%, 30% das mulheres no puerpério, mulheres que tiveram seus bebês, disseram que não queriam ter engravidado naquele momento. Perguntadas sobre o sentimento em relação à gravidez, praticamente 10% delas disseram estar insatisfeitas com a gravidez. E perguntando se elas tentaram interromper a gravidez, 2,3% das mulheres que estavam no pós-parto, que tiveram seus bebês, disseram que tinham tentado interromper a gravidez. Isso para dizer que uma gravidez indesejada traz consequências. Essa é uma pesquisa com uma metodologia aprovada, uma boa metodologia.

As mulheres que tinham gravidezes indesejadas foram menos ao pré-natal, tiveram mais complicações, tiveram menos acesso. As gravidezes delas foram com mais risco do que as das mulheres que desejaram gravidez.

Vou falar rapidamente sobre as ações para promoção da saúde das mulheres e para prevenir o aborto inseguro. Dentro da legislação brasileira, o Ministério da Saúde, que é Executivo, cumpre o que está dentro das leis do Brasil, quer dizer, há legalidade na interrupção da gravidez naquelas três causas. Nós temos aqui

quatro ações para reduzir o aborto inseguro. Primeiro, o planejamento reprodutivo – que toda gravidez seja desejada. Isso é o que nós fazemos, comprando e distribuindo, de forma ampla, pelo Brasil, uma gama de métodos contraceptivos.

Nós temos que garantir o aceso à interrupção da gravidez prevista em lei. Essa ainda é uma conquista que as mulheres têm que ter no Brasil. Como a legislação é restritiva, todas as questões morais, como a Ana Costa disse, interferem muitas vezes no acesso ao serviço de saúde.

Nós temos que tratar as mulheres que procuram o serviço de saúde, em processo de abortamento, de forma humanizada e segura, qualificar a atenção obstétrica, acolher e classificar o risco obstétrico.

Nós temos que ampliar a atenção integral às mulheres em situação de violência sexual, principalmente promovendo a prevenção de uma gravidez indesejada através da pílula de emergência, que é um grande dispositivo para reduzir a gravidez indesejada e o aborto inseguro.

Aqui são os métodos do planejamento reprodutivo. Em destaque, a pílula de emergência. Nós ampliamos em 100% a distribuição dela no Brasil.

No programa Farmácia Popular e no programa Aqui Tem Farmácia Popular, também é subsidiada pelo Governo essa gama de métodos contraceptivos.

Aqui, uma pesquisa dizendo que os brasileiros, as brasileiras aumentaram os métodos contraceptivos entre a pesquisa de 1996 e 2006, que é a PNDS. Está havendo maior adesão aos métodos contraceptivos modernos, declínio da esterilização feminina e uso maior do crescimento dos métodos reversíveis.

Aqui, as ações para qualificação do atendimento às situações de abortamento...

(*Soa a campainha.*)

Em um minuto eu termino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – ... e aborto legal. Nós fazemos normas técnicas, manuais, guias. Elaboramos material de acolhimento e classificação de risco em obstetrícia, que trata de mulheres em situação de abortamento; capacitações, compra e distribuição de insumos para a atenção humanizada ao abortamento. É da responsabilidade do Ministério da Saúde fazer isso.

Temos algumas publicações e o serviço 165. Agora, qualquer cidadão pode acessar o SCNES, que é o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Lá nós temos: quais os serviços que atendem pessoas em situação de violência sexual, quais os serviços que são referência para intenção à interrupção da gravidez nos casos previstos em lei e, também, atenção ambulatorial para violência.

Nós estamos ampliando os hospitais universitários para interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. Para humanizar, também estamos classificando os hospitais para atenção humanizada às mulheres e adolescentes em situação de abortamento também para os Municípios da cidadania do campo, da floresta e das águas, onde as mulheres de fronteira, as mulheres que estão em locais mais distantes têm muita dificuldade em acessar esse serviço, e em situação de violência sexual e outras, quando a interrupção da gravidez é prevista. Com isso, elas recorrem ao aborto inseguro por não terem acesso aos direitos à saúde.

Reduzir aborto inseguro é ampliar serviços, é ampliar direitos, é ampliar a atenção humanizada e o acolhimento a essas mulheres. Nós precisamos cuidar das mulheres. Nós do setor saúde somos uma sentinela, um local, um observatório do que a sociedade brasileira tem produzido. A sociedade brasileira produz retardo nas mulheres, por insegurança, por se sentirem numa situação de ilegalidade, a procurarem o serviço de saúde,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, doutora, por favor.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – ... com isso, colocando em maior risco as suas vidas de uma forma grave para toda a comunidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora-Geral de Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde.

De imediato, passamos à Drª Rosângela Aparecida Talib, representante do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir.

A SRª ROSÂNGELA APARECIDA TALIB – Bom dia a todos e a todas. No nome do Senador Paulo Paim e do Senador Magno Malta, cumprimento todos os presentes, agradecendo o convite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só um minuto, Drª Rosângela.

Já chegou aqui o nosso querido Senador Eduardo Amorim, e todo Senador que chega eu registro. Ele é um militante permanente aqui dos direitos humanos. Vamos dar uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É horário de almoço, mas ele disse que vinha e veio.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É porque são muitas comissões – comissões, subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor.

A SRª ROSÂNGELA APARECIDA TALIB – Obrigada.

Bom, eu gostaria de começar, conversando com os senhores e as senhoras, colocando a questão dos direitos reprodutivos e, portanto, a questão do aborto no marco dos direitos humanos.

Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são considerados direitos humanos e, portanto, universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados desde 1948. Na conferência do Cairo, em 1994, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, os direitos reprodutivos e sexuais foram colocados nesse marco, no marco dos direitos humanos. Portanto, se a gente está falando de um direito, a gente tem que pensar em formas de conseguir fazer com que as pessoas tenham esses direitos cumpridos, pensar maneiras de as pessoas poderem acessar esses direitos.

No nosso País, o direito ao aborto, que a gente chama de – entre aspas – "aborto legal", os permissivos legais para fazer a interrupção da gravidez datam de 1940. Nós, até 2013, não tínhamos uma legislação específica sobre isso. Foi necessária uma lei, que, só em 2013, foi assinada pela Presidente da República Dilma Rousseff, e a gente passou a ter esse direito garantido. Então, a gente tinha uma norma técnica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Drª Rosângela, eu vou ter que fazer outro intervalo, porque, infelizmente, eu tenho médico. Todos sabem que eu passei por uma operação, há uma semana, e acumulou com um problema de coluna. Eu tenho médico. O Senador Eduardo Amorim disse que ficaria aqui um pouco e o Senador Magno Malta também, naturalmente, ficará até o fim.

Então, eu me retiro, dando uma salva de palmas a vocês todos. Foi um excelente debate, a favor ou contra. (*Palmas.*)

O que interessa é que a sociedade vai tendo uma visão mais clara deste tema tão importante, que diz respeito a nossas vidas, porque nós não estaríamos aqui não fossem as mulheres. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Desculpe a interrupção, mas vocês vejam o tamanho da determinação e do compromisso do colega e amigo Senador Paulo Paim. Ele realmente é teimoso. Não sei como, com menos de uma semana de cirurgia – e não foi uma cirurgia, foram duas cirurgias –, na semana passada, ele já estava aqui com a gente, no plenário, votando. Portanto, não tem nem 15 dias que ele fez as duas grandes cirurgias – não é, Prof. Henrique, meu professor, com muito orgulho, lá da nossa Universidade Federal de Sergipe, que hoje aqui representa o Conselho Federal de Medicina?

Então, podemos continuar.

Desculpe-me pela interrupção.

A SRª ROSÂNGELA APARECIDA TALIB – Bom, agradeço.

Então, eu dizia que a gente tem um marco legal e que, até pouco tempo, a gente não tinha a possibilidade, a maioria das mulheres não tinha a possibilidade de acessar o serviço de atendimento por falta de uma lei. Existia a norma técnica do Ministério da Saúde, que normatizava os atendimentos dos abortos já permitidos por lei, mas, por falta de legislação, também essa norma técnica ficava um pouco ao prazer do gestor implementar ou não os serviços de atendimento nos seus Municípios, nos seus Estados.

Então, exatamente por isso, conforme a Maria Esther acabou de mostrar, a gente tem 55 serviços fazendo o atendimento àquilo que a gente chama de aborto legal ainda no País. Pela imensidão que é o País, a gente pode imaginar que a maioria da população feminina ainda se encontra desamparada, mesmo para aquilo que é considerado legal, legítimo e de direito. Sem dizer, então, da questão do aborto inseguro.

A gente sabe que a interdição legal e a interdição religiosa não têm tido nenhum efeito para que o número de abortamentos decline. Tem-se mantido, pelo menos a estatística tem revelado, um número constante de abortamentos no País. E, como as minhas colegas já disseram, a consequência disso quem paga é a população menos privilegiada do nosso País. Os dados têm mostrado que são as mulheres negras e pobres as que têm sofrido as consequências da criminalização do aborto, porque as mulheres que têm dinheiro vão para fora do País fazer a interrupção em um país onde é legalizado ou mesmo em clínicas onde elas podem pagar o preço estipulado, e não colocam em risco, em nenhum momento, a sua vida sexual, a sua vida reprodutiva e nem a sua vida mesmo, como ocorreu com duas das nossas companheiras, no final do ano passado, que acabaram pagando com a vida por um abortamento seguro no Rio de Janeiro – em quinze dias, a gente perdeu duas mulheres.

Eu tive a grata satisfação de estar, no final do ano passado, em um seminário em Montevidéu, onde estava presente o ministro da saúde. E ele deu a notícia de que, um ano após a legalização do abortamento no país ou a descriminalização do abortamento no país, o ministério da saúde e os serviços de saúde não tinham perdido nenhuma mulher, nenhuma mulher morreu por ter feito aborto – e nós perdemos duas em questão de quinze dias, no ano passado, no Rio de Janeiro, mortes perfeitamente evitáveis.

Não há nada que justifique a mortalidade de uma mulher por ter feito um abortamento. Como as nossas colegas mesmo diziam, o desenvolvimento tecnológico da indústria farmacêutica, o desenvolvimento tecnológico das pesquisas e dos nossos cientistas levou à possibilidade da realização de um abortamento por método simplesmente medicamentoso.

Eu tive também a oportunidade de estar no México, quando foi legalizado, na Cidade do México, o abortamento, e tive a oportunidade de conhecer as clínicas de atendimento. O atendimento é feito ambulatorialmente. A mulher vai para a clínica, passa pelos profissionais, por uma equipe multidisciplinar, como nós temos aqui na nossa norma técnica, são profissionais da área da medicina, da área de enfermagem, do serviço social e da psicologia, que são os quatro profissionais que vão acolher a mulher, e ela, decidida a fazer a interrupção da gravidez, recebe os comprimidos, as cápsulas, e um folheto explicativo, dizendo das intercorrências que podem acontecer. E, claro, ela passa também pelo médico, pela assistente social e pela enfermeira, que vão explicar para ela como deve proceder. Ela toma essas pastilhas em casa e, depois, quando ela tem uma menstruação um pouco mais abundante, mais forte, ela retorna ao serviço de saúde. E, naquela oportunidade também, nenhuma mulher havia sido morta em consequência de um abortamento.

Tudo o que a gente quer é que as nossas mulheres sejam recebidas pelo serviço de saúde de forma humanizada. Nenhuma mulher precisa que se condene ou que se coloque no nariz dela o dedo para dizer: "Você fez isso ou aquilo errado". Nós vivemos em um país laico. Todas as pessoas e todos os seus credos e não credos devem ser respeitados.

Então, se a mulher decidir por uma interrupção da gravidez, é ela e sua consciência. Sua consciência esclarecida é que vai lhe dar um norte. Não somos nós profissionais da saúde, não somos nós políticos que vamos dizer a ela o que ela deve ou não deve fazer. O que nós devemos fazer, como servidores da saúde, é acolher essa mulher e lhe dar garantia de saúde.

Não é mais possível que, em pleno século XXI, a gente continue perdendo mulheres por um motivo tão, tão pequeno em termos de procedimentos médicos e que a gente coloque em risco milhares de vidas de mulheres. Não é possível que a gente continue pensando a partir simplesmente de uma ótica, de um determinado olhar, sem considerar a complexidade da situação, que envolve não só as questões pessoal e médica, mas também a social. As mulheres não podem continuar pagando o preço que têm pagado por uma ineficácia do serviço de atendimento brasileiro, porque as mulheres não têm sido acolhidas. Elas não têm sido acolhidas. Faltam serviços de atendimento para aquilo que é legal e falta atendimento humanizado para aquelas que incorreram a um abortamento inseguro.

Nenhum profissional de saúde está lá como legislador ou como policial. Não cabe a ele denunciar essa mulher. Pelo nosso código de ética profissional, da área da saúde – falo do meu local, porque sou psicóloga da área da saúde –, não é possível que a gente possa pensar que tem o direito de dizer ao outro o que ele fez ou deixou de fazer de forma errada e ainda incriminá-lo por isso. No serviço de saúde, ele precisa de acolhimento, e, nesta Casa, nós mulheres precisamos ser ouvidas.

Não é possível que a gente continue pensando ou ainda ouvindo alguns Parlamentares dizerem que a questão do aborto só se discute por cima do cadáver deles. Nenhum Senador, nenhum representante parlamentar foi eleito para falar em nome próprio ou em nome de determinada congregação ou denominação religiosa. Todos eles foram eleitos para falar em nome da totalidade da população.

Então, por isso, nós exigimos, como mulheres e como representantes da sociedade civil, sermos ouvidas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Passo a palavra ao Luiz Bassuma, autor do Estatuto do Nascituro. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ BASSUMA – Boa tarde.

Obrigado.

É uma honra estar aqui. Quero agradecer por esta oportunidade.

Primeiro, quero parabenizar todos que vieram de fora, gente que veio do Ceará, de Goiás, de Lago Azul, de São Paulo, para prestigiar esta primeira audiência pública, em que temos a satisfação de ter o Senador Magno Malta, que, aqui, nesta Casa, tem a responsabilidade de conduzir o debate democrático, como já aconteceu aqui, hoje, deste assunto, que, na minha opinião, é o mais relevante para o nosso Planeta Terra. (*Palmas.*)

Ele é o mais relevante de todos. Não existe assunto mais importante do que este. Temos que respeitar, sempre, todos que pensam diferente de nós.

Já que a Mesa que me antecedeu deu um verdadeiro *show*, derrubando manipulação mundial de números através do poder econômico, com as Drªs Kipman, Mantovani e Regina e o nosso querido Cláudio Fonteles – uma Mesa, então, cientificamente inquestionável, incontestável –, restou-me, então... (*Palmas.*)

..., Senador, para alegria de V. Exª, pois talvez eu não precise nem dos dez minutos, falar da parte política dessa questão.

Quando fui Deputado nesta Casa, de 2002 a 2010, eu tive duas grandes satisfações – tive outras, mas essas foram as duas maiores. A primeira delas, como aqui fui identificado, foi ter a honra de ser um dos autores do Estatuto do Nascituro, que tramita na Câmara. Ele está na última Comissão, na CCJ, para ser votado a qualquer momento. E já passou nas demais Comissões.

Alguns amigos sugerem que mudemos o título de Estatuto do Nascituro – muito bem-vinda essa ideia – para Estatuto da Gestante. Em outro momento a gente pode até explicar o porquê disto.

Também tive outro momento especial em 2008. E aí eu quero aproveitar isto agora para reforçar principalmente os números que a Mantovani mostrou aqui. Foram esses números, Drª Mantovani, que conseguiram fazer com que eu aprovasse na Câmara a CPI do Aborto. Ela foi aprovada. E é sabido que, nesta Casa, só se aprova CPI com fato determinado, que precisa ser investigado. E o fato foi este: temos que investigar como chega o dinheiro de fora e para que fim ele chega aqui, neste País. Com que interesse? (*Palmas.*)

A CPI foi aprovada em 2008. Por que ela não entrou em operação? Porque a maioria dos Líderes dos partidos políticos – foram os Líderes, não foi a sociedade ouvida, não, pois não ouviram a sociedade – não indicou Parlamentares. Esvaziaram e ela não pôde ser realizada porque não indicaram Parlamentares, para cumprir o papel para que foram eleitos, Cláudio Fonteles, para investigar, para examinar, porque eu não sou polícia, como a doutora também não o é. Nós temos indícios de grandes irregularidades, que têm que ser investigadas.

Quero, agora, aqui, também fazer um pouquinho de poesia, já que o Cláudio Fonteles fez a sua. Recito uma muito conhecida de nós, do grande poeta Mário Quintana. Ele, num momento de inspiração, disse que o aborto não é, como dizem, um simples assassinato. Ele é, na realidade, o maior de todos os roubos. Ao triste nascituro rouba-se-lhe não apenas a vida, mas rouba-se-lhe seus sonhos, suas esperanças, suas experiências. É o maior de todos os roubos possíveis. Rouba-se-lhe a lua, o céu e as estrelas.

Por que digo isto? Quisera eu – mas não fui eu que tive participação nisso, e nenhum de nós tem poder sobre isso; isso é uma decisão que vem de muito acima de nós –, quisera eu, eu acharia muito bom, que homens e mulheres, biologicamente, pudessem engravidar e ter filhos. A natureza não desejou assim. Um homem e uma mulher, biologicamente, são iguais em tudo: têm dois braços, duas pernas, cérebro, são inteligentes, têm olhos, têm tudo, menos a condição reprodutora. É nessa área sexual que está a única diferença fundamental entre um homem e uma mulher. E aí perguntam os nossos movimentos: por que um homem vai falar? Dizem que tem que ser mulher. Graças a Deus, nossas mulheres já estiveram aqui e deram um *show* há pouco.

Dizem que um homem nunca vai passar por essa experiência. Aí eu fiquei pensando um dia na minha vida: realmente, Deus não me deu esse privilégio, privilégio dos privilégios, de dar à luz uma vida nova. Nunca saberei como deve ser essa experiência. Aí diziam: "Só tem um jeito, Bassuma, de um homem chegar perto desse prazer: adotando uma criança". Eu fiz isto. Adotei para sentir esse prazer. É o único momento em que nós podemos, pobremente, de maneira paupérrima... Eu adotei porque uma mulher queria, desesperadamente, abortar no meu Estado, na Bahia, pela indiferença da família, pela omissão do Estado e pelo abandono do principal responsável, que é o homem que gerou aquela criança. Nós conseguimos convencê-la a não cometer esse crime, que é pior para ela. Quem mais sofre, além da criança, que é assassinada, é a mulher. Não tem jeito, porque vai contra o instinto. Todos os cientistas já descobriram que o instinto mais forte em qualquer criatura viva é o da sobrevivência. Se qualquer pessoa aproximar as mãos de uma criança recém-nascida, ela vai se defender, ela vai se virar, ela vai piscar os olhos, por instinto. E a ciência também descobriu o seguinte: o único instinto que se aproxima, em sua força, do instinto da sobrevivência é o da maternidade. Então, quando uma mulher faz um aborto, ela rompe com estruturas hormonais, com a preparação... Eu não sou doutor nisso; aqui está cheio de gente que é doutora nisso e sabe muito da biologia humana, de como o corpo da mulher se modifica estrutural e psicologicamente para receber uma vida nova. E aquilo é rompido, como se fosse uma coisinha qualquer. "Fui trocar de roupa e matei uma criança". Isso desequilibra totalmente a mulher. Algumas não sentirão de imediato. Ouço algumas dizerem: "Ah, vou lá pagar, numa clínica que tem todos os recursos". Isso vai resolver o problema? Por que está limpinha?

Eu digo isto: quem não assistiu deve assistir – está aqui o Luís Eduardo Girão, que foi o responsável por trazer para o Brasil o filme – a um filme-denúncia, com fatos e documentos, que se chama Blood Money, que quer dizer, em português, "dinheiro de sangue", e mostra o que, nos Estados Unidos da América, virou, depois de mais de 40 anos da legalização, via Suprema Corte, a indústria do aborto, absolutamente lucrativa e irresponsável. Esse filme denúncia o quê? Para aqueles que falam, entre aspas, "que isso não existe, que isso é uma falácia" – aborto seguro? Onde existe aborto seguro? –, ele mostra clínicas que faturam alto e não se preocupam sequer com a esterilização dos instrumentos cirúrgicos, porque querem ganhar dinheiro. Fazem palestras, Srªs e Srs. Parlamentares desta Casa, porque o aborto está legalizado lá. Fazem palestras em escolas e dizem para

as meninas e os meninos: "Façam sexo à vontade. Não se preocupem mais com isso. Está abolido o problema. Vamos, agora, nos locupletar, porque, se a pílula falhar, se a camisinha falhar, se tudo falhar, basta ir ali na esquina, pagar ali uns US$500, uns US$200, e fazer um aborto seguro". Seguro entre aspas. A maior das falácias. Onde há aborto seguro? Onde?

Alguém vai dizer: "Ah, tem mulheres que não sentem nada", como se nada... Eu digo para vocês: vidas não podem ser medidas em números, como se fossem pneus de carro, como se fossem aviões. Vida humana, qualquer uma, tem valor. É por isso que foi muito bem falado na Mesa que me antecedeu que nós não queremos discutir aqui se morreram 50 ou 100 mulheres, porque, se morresse uma, já faria sentido toda nossa preocupação. Ninguém quer que morra mulher alguma. Mas nós queremos um pouquinho mais que isso. Nós não queremos matar nossas crianças, que não têm o direito de se defenderem e dizerem: "Eu quero viver".

Aí eu tenho que mostrar para você, mais uma vez – a Drª Kipman mostrou –, o nosso protagonista, que está aqui, nas minhas mãos. Por que a gente carrega este nosso mascote, que está aqui, nas minhas mãos, entre dois dedos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ BASSUMA – Então, vou para o encerramento. Foi bom. Vai casar. Vou encerrar, Senador. Está bem?

Esse protagonista, Senador, senhoras e senhores... Por que vocês acham que a maioria dos países ditos civilizados legalizou o aborto até 12 semanas? Porque esta criança tem entre 10 e 12 semanas. É este, mais ou menos, o tamanho, é este o formato. Aqui, ela não tem apenas braços, pernas, cérebro, olhos, tudo; ela tem também sistema nervoso, tem cérebro, tem pâncreas, tem rins, tem tudo, tem pulmões... Então eles disseram: "Não dá mais. A partir daqui, gente..." Cinco centímetros e trinta gramas. Claro que a partir daí vai se desenvolver tudo. Se nascesse hoje uma criança assim, não é, Dr. Cláudio Fonteles? Com cinco meses, hoje, é possível sobreviver. Mas aqui talvez ainda não. Ainda não! Graças a Deus, a ciência evolui a nosso favor! A favor de quem? De quem defende a vida.

E quero encerrar porque vim falar da parte política, da nossa responsabilidade. Gente, esta Casa debate tantos e tantos assuntos importantes. Eu mesmo, junto com vários que estão aqui, estou acompanhando uma discussão importante lá na Câmara, pois querem abolir, revogar o Estatuto do Desarmamento. Querem armar nossa população, para as pessoas se matarem com mais facilidade. Esta Casa está discutindo esse assunto. Esta Casa também discutiu... No ano passado eu vim aqui seis vezes, junto com vários que estão aqui. Querem legalizar a maconha no Brasil, como se fosse algo bacana, bom, moderno, positivo. Há muitos assuntos importantes que estão em debate nesta Casa e que mexem com a vida de todos nós, mas não tem assunto mais importante que este. Por quê? E aí eu quero encerrar agora. Politicamente, nós vamos ter que fazer reverberar, Senador Magno Malta e Senador Eduardo – falo a V. Exªs porque, graças a Deus, V. Exªs estão aqui neste momento; os demais Senadores têm outros trabalhos, esta Casa é cheia de trabalho –, nós vamos ter que fazer um trabalho, Senador, e eu peço isto, para que parte do que foi dito aqui, uma parte pequenininha, chegue aos colegas de V. Exªs, porque, em algum momento, eles vão ter que votar essa matéria, e, para votar, vão ter que conhecer. E aqui foi mostrada, irrefutavelmente, a verdade e a mentira daqueles que estão por trás, investindo, manipulando, principalmente segmentos da mídia.

Vou encerrar, então, nessa nossa grande mulher, linda. Ela é nosso modelo principal na luta dos que defendem a vida. Ela foi homenageada nos Estados Unidos da América, já famosa no mundo todo pelos seus trabalhos de redução da miséria material humana, que é nossa Teresa de Calcutá, e recebeu um prêmio. Nessa oportunidade, estava na mesa, como hoje estão aqui os nossos dois Senadores, o Presidente da República da época, Bill Clinton, totalmente a favor do aborto. E, aí, o que disse num dos trechos, num belo trecho, essa mulher corajosa? Mulheres corajosas não se intimidam por pressões discutíveis, têm compromisso com suas consciências. Essa mulher corajosa! Todo mundo esperava que ela fosse falar só da pobreza material no mundo, que é uma coisa triste, pois um bilhão de pessoas vivem em situação de miséria. E ela foi falar do aborto, para surpresa de todos, para constrangimento do Bill Clinton. E o que ela disse? Para encerrar minha fala agora, em homenagem a esse espírito lindo que vive entre nós informo. Teresa de Calcutá disse o seguinte, e falo agora para todos os que querem paz na Terra, que sonham com a Terra, um dia, um mundo de paz. Ela disse que não haverá paz na Terra enquanto existir o aborto, porque o aborto é uma guerra contra crianças. Se uma sociedade, dita civilizada, aceita como natural que os próprios pais matem seus filhos, então, essa sociedade nunca poderá pedir que outras pessoas também não continuem se matando umas às outras.

Que Deus nos abençoe e que esses amigos e amigas que vieram aqui possam dizer que valeu a pena vir aqui hoje; que a reverberação do que saiu aqui hoje vá para as cabeças daqueles que têm poder.

Quero encerrar dizendo isto: vivo num país, sou brasileiro e tenho muita tristeza, porque não é apenas este último governo que está aqui; não é apenas esse – esse é o pior de todos, mas não é só esse... Todos os

governos que passaram, nenhum deles sequer teve a iniciativa mínima de gastar centavos para defender a saúde da mulher, que é prevenir o aborto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Agradeço... (*Palmas.*)

Peço a compreensão de todos, para que a gente possa dar continuidade ao trabalho e agradeço a todos que palestraram.

Estão inscritas algumas pessoas que gostariam de manifestar-se, mas, antes, passo a palavra ao Relator do projeto, para que possa presidir esta reunião, daqui em diante, que é o Senador e amigo Magno Malta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Obrigado, Senador Eduardo.

O Senador Paim precisou ausentar-se por conta de um exame marcado, e estou achando que estou com dengue. Como já tive a hemorrágica duas vezes, e ontem comecei a ter febre à tarde... Estou cercado de médicos e médicas, que não podem ajudar-me em nada. Só estou tomando Tylenol e água direto. Tive febre a noite inteira. Marquei médico e vou ser atendido na clínica às 14 horas.

Antes de passar a palavra a essas pessoas, gostaria de dizer que a pluralidade e o encanto da democracia estão exatamente nisto: em você poder ser a favor de algo e poder ser contra algo. E a regra da boa convivência é o respeito. Esta é a única regra para a boa convivência: respeito. Então, nós precisamos respeitar quem é favor, respeitar quem é contra. Vamos debater a questão, que é complexa, é delicada.

Hoje, ouvimos duas Mesas que não são de pessoas indoutas, despreparadas, inconsequentes, mas de pessoas com posição firmada, cada um com o seu viés, seja científico, ideológico, religioso. Nós temos que ouvir mesmo, e outras audiências como esta virão, para que possamos tratar desse tema, dissecá-lo até onde pudermos. Não o tratarei a toque de caixa, não farei relatório a toque de caixa, não o farei, de maneira nenhuma, sem que nós tratemos desse assunto com o respeito que ele merece.

Exceto por algumas pequenas manifestações que eu não vou levar em consideração, eu quero parabenizar aqueles que aqui vieram pelo respeito com aqueles que pensam diferente. Estou pensando em uma forma de reunir Senadores – porque não temos condição, são muitas as Comissões que ocorrem no mesmo momento aqui. E hoje, terça-feira, é menos tumultuado; se fosse amanhã, não daria para ir a lugar nenhum, seria só assinar e sair da Comissão. Hoje já tivemos quatro Senadores passando por aqui. Então, você faz uma argumentação – seja a favor ou contra –, para o Presidente da Comissão e para o Relator que está aqui, mas Senador nenhum ouviu nada. Na hora de votar, o Senador tem que estar informado, fundamentado, até porque essas audiências públicas são para formar essa consciência. Quem vem debater vem com a intenção de convencer do seu posicionamento. E é assim que você define o seu voto, sendo convencido por argumentos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Já passei por seis comissões.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O Senador está dizendo que já passou por seis Comissões. (*Risos.*)

Esta é a sexta, e ele já está para sair, porque haverá uma reunião de Bloco ali, do qual também faço parte, mas já pedi para ele me ajudar lá.

Eu quero fazer uma definição – vou ver se eu consigo isso –, fazer uma reunião com cinco, seis Senadores, em um almoço, no meu gabinete, e levar uma pessoa a favor e uma contra, dessas que vieram debater aqui, para almoçarem conosco e terem tempo de falar! Porque senão não conseguiremos falar com os 81, não conseguiremos falar com quem vota.

Uma das coisas mais esquisitas e inconsequentes que eu vejo nas Comissões: as pessoas trazem plateia para determinado assunto – por exemplo, nas audiências públicas sobre a legalização da maconha – para vaiar Senador. O que a pessoa ganha com isso, se, na hora de votar, quem vota é o Senador? É possível que, na hora, o sujeito tenha até o espírito aberto para poder ouvir, mas, se começa a ser vaiado, anarquizado, o sujeito se fecha totalmente e não quer mais saber do assunto.

Por isso, o que eu quero... Estou aqui no meu segundo mandato. Este é um assunto delicado, porque estamos falando da vida, mas é a primeira audiência pública de que participo em que não há anarquia, vaia ou desprezo por quem está tratando do assunto, dentro da sua compreensão e do seu viés. Por isso, acho que vamos levar a bom termo essa discussão e, se eu conseguir, com a graça de Deus – tenho que falar: "com a graça de Deus" –, reunir esses oito, dez Senadores, em um determinado dia, para que venham a doutora, a senhora, outro palestrante, o Cláudio Fonteles, para que possamos passar para os Senadores, para que eles possam ouvir, sentados, conversando, sem o paletó.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque reunir, de paletó e gravata aqui – aliás, estou até tirando o paletó sempre, pois estou querendo criar uma cultura, para que, daqui a pouco, todo mundo faça a mesma coisa. (*Risos.*)

O cara que inventou o terno tinha que estar preso. (*Risos.*)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – Podia usar vestido. É tão mais confortável...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – No dia em que houver 100% de mulher, fica melhor.

Então, eu estou muito feliz. Às seis pessoas que se inscreveram, vou dar o máximo de três minutos para cada um; o mínimo de dois e o máximo de três. Por que vou fazer isso? Não é nem porque o Paim não pôde estar aqui, e eu tenho médico às 14 horas. Não é por isso. É porque quem tem que formar consciência é quem vota. A pessoa vai se expressar, não vai fazer pergunta, porque isso não vai mudar absolutamente nada.

Então, nós já ouvimos as duas Mesas. Poderíamos ir mais longe. Quero culpar aqui... Não sei quem tomou a decisão. Tínhamos duas mesas marcadas para dias distintos. Essa segunda mesa estaria sozinha num dia distinto, a primeira mesa num dia distinto. Ontem, às 16 horas, foi publicado no *Diário do Senado Federal* que teríamos esta segunda mesa. Não estava aqui, não sei como isso ocorreu e por que ocorreu, mas acabamos perdendo, porque, se temos uma audiência só para ouvir esta mesa e uma audiência para ouvir a outra mesa, acabamos ganhando muito mais. Assim temos tempo.

Então, teremos tempo para fazer outras audiências.

Vou começar passando a palavra, por dois a três minutos, a Jolúzia Batista, AMB, Fórum Mulher do DF.

Jolúzia tem a palavra.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Gostaria de parabenizar o Senador que está presidindo este processo da sugestão legislativa, a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e a todas as pessoas.

Queria dizer que concordo que é um momento ímpar este debate da sociedade brasileira. Acho que não haveria um ambiente melhor que o Senado Federal, do ponto de vista de um debate mais qualificado e calmo.

Gostaria de dizer que concordo com o que foi dito aqui logo inicialmente: que a Sugestão nº 15, de 2014, atende a um clamor da sociedade brasileira por mudanças na legislação. Estamos aqui debatendo o direito à interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana. Acho que é importante colocar isso como uma observação.

Semana passada estivemos aqui no debate sobre o relatório da anistia, convocada pela Senadora Regina Sousa, que apontou a situação de morte e violência institucional a que estão submetidas as mulheres. O debate foi sobre isso e sobre o genocídio da juventude negra.

Com relação à morte das mulheres, foram colocadas duas questões: a violência da morte por aborto clandestino, a procrastinação no atendimento no serviço de saúde e a denúncia das mulheres em prisão e criminalização por parte dos profissionais de saúde, que acho que importante destacar aqui, sob todos os preceitos do Código de Ética Médica, respeitando inclusive a objeção de consciência. Se o médico faz objeção de consciência, não tem nem que atender no serviço.

Estamos falando de mulheres que decidiram interromper a gravidez. Elas decidiram. Quando se chega ao serviço de atendimento, ao SUS, o processo já está encaminhado. Estamos falando sobre o direito de minimizar o sofrimento, sobretudo a morte, porque, com o acirramento dessa criminalização, sabemos que toda a rede que prestava esse serviço clandestino, sim, é verdade, caiu nas mãos de criminosos que, além de tudo, aproveitam para fazer tráfico de órgãos. Por isso, as mulheres estão sofrendo de forma violenta.

Queria destacar a perspectiva que foi apontada pelo Conselho Federal de Medicina, que foi bem importante, que disse que, nos países em que legalizaram o aborto, diminuíram as mortes, mas aumentaram o acesso à informação e aos métodos contraceptivos.

Estamos falando sobre violência ao direito à autodeterminação das mulheres.

Quero destacar, nesta audiência, algo que está na sociedade brasileira, para o qual precisamos chamar a atenção; precisamos colocar uma lente sobre isso. Queria sugerir ao Senador Magno Malta que convidasse pessoas especialistas, cientistas políticos que pudessem falar um pouco, agora, sobre esse tencionamento que a sociedade brasileira hoje vive com a questão da laicidade. Nós temos hoje um debate na sociedade brasileira sobre algumas questões de direitos civis e sexuais que estão mediadas por dogmas religiosos. Acho que é importante colocar isso no centro desse debate, dialogar sobre isso.

A sociedade brasileira está desafiada a pensar o seu pacto social sobre a laicidade. Reconhecemos, sim, que o Brasil não é um país ateu, mas o Estado é laico. Como vamos resolver esse impasse, que hoje está colocado no seio da nossa sociabilidade inclusive?

Lideranças religiosas, adeptos de fé têm utilizado a prerrogativa da maioria para bloquear a promoção de direitos civis e sexuais no Brasil, incorrendo na ideia que há na ciência política chamada opressão da maioria sobre o direito de minorias. Então, vemos aqui, sobretudo na Câmara Federal, uma criminalização e um cerce-

amento de direitos e liberdades civis e sexuais das mulheres, da população LGBT e da população negra. Isso tem gerado um maior processo de criminalização, de penalização, inclusive, criminal.

A imposição de moralidade mediada por dogma religioso tem causado influências nefastas também no atendimento no serviço de saúde na ponta, como disse a representante do Conselho Nacional de Saúde, inclusive na administração da pílula do dia seguinte, que sofre o crivo daquele profissional que vai aplicar, e na nossa educação pública brasileira. Nesse ponto, quero dizer que tem impedido sistematicamente algo que poderia inclusive prevenir a gravidez inesperada, que pode virar também indesejada, que é a educação sexual, o acesso amplo e irrestrito à informação.

Houve um processo grande de debate com relação à sanção da Lei nº 12.843, de 2013. O acesso à informação e à pílula do dia seguinte foi o principal ponto de combate desse grupo político religioso, que hoje também domina a política brasileira. Quero perguntar a esses militantes: qual é a proposta? Se não podemos ter educação para prevenir, se não podemos informar sobre método contraceptivo, qual é a proposta? Isso está no seio do nosso debate.

O coração do problema, segundo a nossa companheira Mantovani, não é só assistência, mas também a prevenção. Então, precisamos falar sobre isso na escola.

Como disse também o Dr. Fonteles, o machismo se combate com a promoção de educação não sexista, combatendo a desigualdade de gênero, hoje os dois principais temas de conflito nas duas Casas Legislativas onde a questão do aborto também está colocada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Seus três minutos se encerraram, querida.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Posso terminar rapidamente? Queria só fazer uma colocação...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – São três minutos. Dou mais um minuto para encerrar.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Queria, então, chamar a atenção,Sr. Bassuma, para o que acho que tem feito... Esse segmento político religioso tem feito uma luta intensa e criminalizante para impor dogmas à sociedade brasileira.

Então, queria chamar a atenção e a responsabilidade dos nossos Parlamentares, das Casas Legislativas e das Lideranças políticas para isso, porque esse intento dogmático não representa a diversidade das religiões brasileiras. E temos que atribuir à responsabilidade dos Parlamentares manter a nossa democracia livre e sana de intolerância religiosa. Vocês são responsáveis por manter, no Brasil, uma sociedade justa e solidária para todas as religiões e para todas as pessoas que não professam fé.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Concedo a palavra ao Sr. Luiz Eduardo Girão.

O SR. LUIZ EDUARDO GIRÃO – Boa tarde a todos e a todas.

É uma honra e uma alegria muito grande estar presente neste dia que considero histórico aqui, no Senado Federal, porque está se tirando de debaixo do tapete um assunto que é importante ser debatido.

Lamento um pouco a TV Senado não estar mostrando ao vivo, mas espero que, durante a programação, repita várias e várias vezes este debate, em que são ouvidos os dois lados, porque acredito que, quando vêm as informações, os esclarecimentos, vidas são salvas, de mulheres e de crianças.

O que mais me marcou nessa apresentação de hoje, principalmente, vendo os dados que foram colocados pelo *British Journal of Psychiatry*, de 2011, da Inglaterra, foi que 34% – olhem que coisa forte esse dado! – das mulheres que fazem aborto sofrem maior risco de ansiedade; 37%, maior risco de depressão; 110%, de alcoolismo; e 155%, de suicídio. Estou falando de pesquisa científica da Inglaterra. As marcas do aborto ficam pela eternidade. Isso é importante ser dito, porque as pessoas que estão nos ouvindo precisam saber disso.

Outra coisa que me marcou. Tive oportunidade de ir à Marcha pela Vida, nos Estados Unidos, que acontece há 40 anos, no dia 22 de janeiro, em Washington. Vi 700 mil pessoas nas ruas, a maioria jovens, a maioria adolescentes. Fiquei muito otimista com relação ao que eu vi, porque acredito que esta lei nos Estados Unidos já começou a virar. É questão de poucos anos para ser revogada.

Durante o percurso, vimos, Dr. Cláudio Fonteles, imagens de aborto. Durante o percurso, foi mostrada a verdade, como é que é feito o aborto, e isso tem um efeito educativo muito interessante. Levei meus filhos. Tenho cinco filhos e eles disseram: "Puxa, papai, não sabia que era assim!" Acho importante que isso seja colocado, a verdade.

Para encerrar, não sei se já se passaram três minutos. Ouvi o apito, mas era para outro, não? (*Pausa.*)

Eu queria sugerir que as pessoas assistam – está na internet, no Youtube, gratuitamente – ao filme do Dr. Bernard Nathanson, O Grito Silencioso, que mostra como é feito o aborto. Está no Youtube. É gratuito e muito importante.

Para encerrar, Conselho Federal de Medicina, Dr. Henrique, acompanhei essa polêmica no Ceará, que é a minha terra. Quando houve essa resolução do Conselho Federal de Medicina, no Pará, se não me engano, e foi em Belém do Pará a reunião, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ EDUARDO GIRÃO – Do documento. Isso.

Foi uma repercussão imensa na cidade, porque os médicos cearenses se sentiram lesados com isso, inclusive há manifestos publicados. Senador Magno Malta, pessoas que estão acompanhando pela internet já me mandaram a repercussão que houve no Ceará. Muitas entidades estão discordando e dizendo que não participaram do debate. Há o Juramento de Hipócrates, e eles até me mandaram aqui, que vai de encontro a isso. Diz o seguinte: "Do mesmo modo, não darei a nenhuma mulher uma substância abortiva."

Para encerrar, a pílula do dia seguinte, e me preocupei muito com o que ouvi aqui do Ministério da Saúde, é uma bomba abortiva. Não sabemos o que vai acontecer no futuro com as nossas adolescentes, além de ser abortiva também! É uma bomba hormonal abortiva.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Obrigado, Luiz Girão.

Passo a palavra, agora, à Fernanda Rosa, Articulação Mulheres Brasileiras. Fernanda, você tem três minutos.

A SRª FERNANDA ROSA – Boa tarde!

Acho que, ouvindo essa última fala da pílula do dia seguinte, eu repito a pergunta que a Jolúzia fez: o que vocês querem? O que vocês esperam? Vocês que estão do outro lado, o que vocês esperam? Se a pílula é um método contraceptivo, mas um método abortivo, para vocês, quero saber o que vocês querem? Na verdade, temos cinco milhões de crianças no Brasil sem o registro paterno! São cinco milhões de crianças que são criadas unicamente pela mulher! São culpadas, penalizadas, criminalizadas, e ficam com toda a sobrecarga!

Falo isso por experiência própria. Tenho 28 anos, engravidei aos 26 anos usando anticoncepcional. Estava em uma relação "n" e tive um filho. Tenho uma filha de três anos de idade. Sou uma mãe solo. Não sou uma mãe solteira, porque não é o meu estado civil que vai definir o meu tipo de maternidade, mas sou mãe solo. Cuido da minha filha 24 horas por dia. Quando ela não está na creche, está comigo. Quando estou militando, ela está comigo na militância. Quando estou trabalhando e ela não pode estar na escola, ela está comigo no trabalho. Não tenho amparo nenhum. Não tem igreja. Não tem família. Não tem sociedade. Não tem Estado. Não tem ninguém.

Quero saber de vocês o que vocês querem. A minha filha tem três anos de idade, mas, quando ela tiver 12, 13 anos de idade, eu quero que ela tenha educação sexual na escola. Eu tive educação sexual na escola porque eu estudei em escola particular que não era religiosa. Na escola pública, ela vai ter educação sexual? Sim ou não? Ela vai aprender a usar anticoncepcional? Sim ou não? Ela vai ter educação sexual para aprender a colocar uma camisinha? Sim ou não? Temos o avanço da Aids no Brasil entre as populações mais jovens. Vamos discutir isso de verdade, dentro das escolas, com a juventude, ou não? Ficar falando que o anticoncepcional, a pílula do dia seguinte é uma bomba abortiva... E o que vamos fazer? Você vai obrigar essa pessoa a parir? Você vai obrigar essa mulher a gestar?

Vou dizer uma coisa. Eu sofri, durante a minha gestação, todas as violências que você possa imaginar, mas optei por ter esse filho. Descobri que estava grávida com uma semana. Eu poderia ter e tenho todo acesso a pegar um avião e ir para a China, para o Japão, para onde for para fazer um procedimento abortivo, mas não fiz. Decidi ter. Mas não tenho amparo nenhum da sociedade. Muito pelo contrário, vocês criminalizam essas mulheres: engravidou por causa da pensão, engravidou por causa daquilo, engravidou por... O erro é só dela e todas as razões são só dela.

Agora, o que vocês querem? Vejo homens falando tão fielmente forte contra o aborto, tão fielmente forte a favor da vida, mas não vejo nenhum dos senhores nas trincheiras da vida falando "você tem que assumir sua responsabilidade de pai", "você tem que assumir", "você vai ser preso não porque deixou de pagar a pensão, mas porque não deu afeto". Por que essas pessoas não são criminalizadas? Por que a mulher tem que ser presa, ficar seis meses presa?

Termino minha fala citando a Elisângela que deixou dois filhos no Rio de Janeiro, no final do ano passado: "Eu não tenho condições de ter outro filho."

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Terminou o seu tempo.

Passo a palavra a Allan Araújo.

O SR. ALLAN ARAÚJO – Falo aqui em nome do movimento Brasil sem Aborto e também da Associação Nacional da Cidadania pela Vida.

Nosso movimento traz no seu nome o seu objetivo. O grande objetivo seria termos um país sem aborto, independentemente de leis, um país em que as pessoas pudessem realmente estar convencidas da valorização da vida, da defesa da vida e do respeito a essa vida.

Fiquei surpreso aqui quando ouvi alguns comentários no sentido de que os números não são importantes. Ora, se vivemos em um país democrático, na democracia estão implícitos os números, porque, quando alguém é candidato a qualquer cargo político, por exemplo, é eleito pela maioria. Entende-se que a maioria optou por aquela pessoa, que aquela escolha foi da maioria. Então, acredito que os números são, sim, importantes nesse aspecto.

Outra coisa que me preocupou também foi a apresentação desses números. Por exemplo, Dr. Henrique, quando o senhor fala que o aborto ilegal no Brasil é feito em 11,4% das mulheres e apresenta, em outra tela, que morrem 510 mil mulheres no Brasil e que, dessas 510 mil mulheres, aproximadamente 10% em idade fértil, isso já consumiu todo esse número, ou seja, todas as mulheres em idade fértil morreram por causa do aborto. Então, começamos a questionar, e acho que precisamos questionar mesmo, e ir atrás dos números reais para que possamos popularizá-los, para que as pessoas tenham consciência deles.

Discute-se a questão da pílula do dia seguinte. É abortiva? Não é abortiva? Pode ser utilizada? Não pode ser utilizada? Fala-se em dois métodos. Tem o método contraceptivo e o método abortivo. O contraceptivo está muito claro. Impediu a concepção, a chegada do espermatozoide até o óvulo. Dizem que a pílula do dia seguinte não é abortiva porque só vai ser abortiva depois que esse óvulo fecundado se fixar na parede do endométrio, do útero, mas, entre a concepção e esse momento da nidação, é o quê? Contraceptivo não é! Se só temos esses dois métodos, acho que não dá para discutir isso. Estamos diante de uma pílula que tem efeito abortivo, além de todos os outros malefícios que ela provoca ao organismo feminino.

Estou citando essas questões, Senador, pelo seguinte. Acho que temos realmente – e venho reforçar e parabenizar mais uma vez esta Casa, porque precisamos fazer isso – que discutir esse assunto. Agora, mais do que discutir esse assunto, precisamos popularizar as informações, porque a dificuldade de popularização das informações é gigante. É preciso um trabalho hercúleo para fazer com que essas informações cheguem à população. Temos um trabalho de palestra nas escolas em que levamos essa informação aos jovens, para que eles possam ter consciência do fato.

Só para encerrar, eu vou lançar aqui um desafio para mostrar que os números são importantes – e acho que são mesmo – num País democrático.

No dia 2 de junho de 2015, a partir das 14 horas, estaremos concentrados atrás da Torre de TV para realizar a 8ª Marcha Nacional da Cidadania pela Vida, contra a legalização do aborto no nosso País. Se a maioria é a favor, que a maioria faça a sua marcha. É um desafio que a gente faz, que nós estamos lançando aqui. (*Palmas.*)

Façam eles então as suas marchas e vamos ver quem é maioria neste País com relação a esse assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Passo a palavra à Srª Fernanda Oliveira, estudante do curso de Serviço Social.

Onde está a Fernanda?

A SRª FERNANDA OLIVEIRA – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tem a palavra, Fernanda.

A SRª FERNANDA OLIVEIRA – Boa tarde.

Eu queria agradecer ao Senador Magno por esta oportunidade. Achei de suma importância a gente discutir esse tema.

Eu soube dessa assembleia ontem. E eu poderia estar na minha faculdade assistindo à aula, mas senti que eu deveria...

Eu sou estudante do curso de Serviço Social, não me apresentei.

Quando eu vi, eu senti que deveria vir para cá, que eu aprenderia muito aqui também. E eu aprendi bastante com todas as pessoas que expuseram a sua opinião, os seus argumentos, os seus estudos e embasamentos teóricos, o que me ajudou muito no discernimento.

A conclusão a que eu chego em relação a esse tema...

Nós estamos discutindo... A origem da nossa discussão é a vida. Todos nós aqui, sejam a favor do aborto, sejam contra, estamos pensando nisso. Queremos a vida das mulheres e dos filhos. Então me deixou um pouco angustiada perceber que há um ponto em que se difere a nossa discussão. É o ponto em que a gente não vê, ou melhor, talvez a gente tenha vendas nos olhos quando a gente não olha para a situação do nosso País. O País em que a gente vive é um país de extrema desigualdade, de falta de acesso e de pobreza extrema. Então me digam como aprovar ou pensar numa lei dessa que favorece a camuflagem dessa situação? Para mim, aprovar a lei do aborto é fingir que nós estamos querendo cuidar das pessoas. É indispensável não pensar nisso. (*Palmas.*)

Senador, eu queria, nesta minha fala, mostrar a minha angústia, porque nós precisamos investir em prevenção. Eu concordo com isso. É por meio de políticas públicas que a gente consegue melhorar a condição.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FERNANDA OLIVEIRA – Se houvesse políticas públicas de amparo e de assistência anterior, milhares de mulheres não pensariam em abortar, porque, como a gente sabe, as mulheres não querem abortar simplesmente porque querem abortar, porque dói, porque machuca e porque fere não só a questão física, mas a emocional. Então a pessoa morre quando ela aborta para o resto da vida, porque ela vai levar isso dentro de si. E ela carrega consigo pelo resto da sua vida a culpa.

Então, eu peço encarecidamente que na sua votação ou quando forem conversar com os nossos representantes, que pensem nisso. E quem for a favor pense nesta reflexão: por que não investir em um método anterior? E por que falamos em aprovar o aborto e depois pensaremos em políticas? Não é assim que o País deve funcionar. Não é por meio do mal que a gente vem com o bem. Vamos pensar no bem antes e melhorar a nossa vida.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Concedo a palavra a João Rodarte Rosa. É isso mesmo? Rodarte?

O SR. JOÃO RODARTE ROSA – Isso. Boa tarde a todos.

Primeiro queremos... Já que estão falando tanto em Estado laico, quero pedir a Deus nosso Pai que nos cubra de bençãos nesse instante, que envolva o Senado Federal, a Câmara, o STF e o Palácio do Planalto e todos os Ministérios em luz.

Que Jesus, o divino amigo de todas as horas, possa envolver nossos corações e mentes nesse instante. E Maria Santíssima, com 15 anos, quando foi anunciado que seria mãe num processo dito milagroso, num país onde a mulher era apedrejada, seria morta, assassinada de forma cruel, disse sim à vida, enfrentando todas as dificuldades. Que Maria possa estar conosco, principalmente com aqueles que equivocadamente defendem a legalização do aborto.

Sempre existiram os pseudossábios. Eles mataram Sócrates.

Nessas discussões, nós vimos mentiras, mentiras, sofismas, sofismas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO RODARTE ROSA – Para quem não sabe o que é sofisma, é quando você usa argumentos verdadeiros para chegar a conclusões falsas. E o que nós vimos aqui entre todos os que defendem a legalização do aborto foram sofismas.

E, Senador, o senhor disse que quem vota são os políticos. Nós lembramos que infelizmente os ideais da Revolução Francesa ainda não foram implantados em nenhum país do mundo. Era primeiro igualdade, depois fraternidade e depois liberdade. Aqui querem fazer o contrário: implantar liberdade total para a promiscuidade, para o sexo irresponsável antes da fraternidade e da igualdade, que se chama justiça.

Então, se querem legalizar o aborto, vamos pelo menos, junto com a lei da legalização, fazer justiça e igualdade. Que o filho que nascer, se a sua mãe o atrapalhar na sua carreira, se o perturbar por qualquer motivo, possa assassinar a sua mãe da mesma forma que a lei permitirá a ela assassinar o seu filho através da lei do aborto.

Então, se querem legalizar o aborto, justiça, a primeira bandeira da Revolução Francesa: igualdade. Se a mãe pode matar, o filho também poderá matá-la.

Que Deus nos abençoe e nos ampare. Muita paz para todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Antes de encerrar eu quero... Só tem mulheres aqui, não é? Nesta mesa aqui. Não. Temos criaturas aqui.

Eu vou conceder um minuto de consideração final para todo mundo e depois vou conceder o mesmo tempo para a primeira mesa, está bem?

Pode começar, doutora.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Eu quero parabenizar mais uma vez por este espaço. Acho que teremos outros. E dizer que muito além de ser contra ou a favor, nós temos que ampliar esse debate para questões complexas da sociedade brasileira e da vida das mulheres.

Portanto, à luz do que foi colocado aqui por vários participantes, eu acredito que serão incluídos nas próximas pautas convidados e principalmente convidadas para aprofundarmos essas questões relativas ao sofrimento das mulheres, relativas a situações que elas vivem. Então, discutirmos à luz do que é hoje a sociedade brasileira. Como disse bem a nossa colega, nós precisamos colocar luz no que a sociedade brasileira vive hoje, nos desafios que ela tem, de desigualdade, de iniquidade, de machismo e de situações hoje vividas pelas mulheres.

O Ministério da Saúde tem cumprido o que a legislação brasileira diz e tem demonstrado os reflexos da legislação atual para a vida e a saúde das mulheres.

Mais uma vez, parabenizar. Eu acho que foi um debate de alto nível no sentido de não ter exacerbações, de todos se ouvirem. Acho que assim nós vamos construir mais dados. Eu acredito que o que o Senador disse... Nós precisamos publicizar dados. E eu acho que a gente vai ter que bater os dados, porque os dados do Ministério da Saúde a gente pode trazer oficialmente: quais são os dados relativos a situações de abortamento, à mortalidade materna, de uma forma mais aprofundada.

Estou à disposição para contribuir nesse debate da sociedade brasileira, do Legislativo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado, doutora.

Drª Rosângela tem a palavra.

A SRª ROSÂNGELA APARECIDA TALIB – Eu também gostaria de agradecer a paciência dos colegas que estavam aqui, ouvindo, e agradecer também a possibilidade de ter ouvido os nossos companheiros que colocaram outra posição, e reafirmar que o que nós gostaríamos de ter é a saúde da mulher resguardada.

Tudo o que nós queremos é que nenhuma mulher mais precise se sacrificar e sacrificar a sua vida por um procedimento que pode ser muito bem controlado e evitada a sua mortalidade.

O que a gente quer, também, é a garantia da saúde reprodutiva da população, não só das mulheres, mas de homens e mulheres. Que os homens também sejam chamados a essa discussão, porque para a gravidez, ao contrário da Virgem Maria, nós precisamos ainda do homem. Então, é de responsabilidade também do sexo masculino o controle da natalidade. Não só do sexo feminino.

Então, o planejamento – que eu não gosto de chamar de planejamento familiar, porque não necessariamente é um planejamento de uma família – reprodutivo deve estar à disposição da população. Todos os métodos que a ciência conseguiu até hoje elaborar devem estar disponíveis à população. E a população deve estar informada sobre o seu uso. Não só sobre o seu uso, mas também sobre as suas indicações.

Não é possível que a gente continue tendo uma juventude desinformada sobre a sexualidade e a reprodução.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSÂNGELA APARECIDA TALIB – E aí a gente, para finalizar, vê muitos dizerem: "Não, mas os jovens têm informação em todo lugar. A mulher engravida porque quer."

Não é verdade. Não é verdade. A televisão, a mídia ensina a "ficar", a transar; mas ensinar porque engravida e como engravida, como funciona o seu aparelho reprodutivo, disso não tem informação para os adolescentes. E a gravidez na adolescência tem sido significativamente um problema de saúde pública.

Então, eu acho que essas questões...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSÂNGELA APARECIDA TALIB – ... devem ser levadas em consideração.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª ANA MARIA COSTA – Bom, primeiro, de novo elogiar essa iniciativa do Senado, desta Comissão. É muito valoroso esse momento de discussão democrática para a formação de consciência livre sobre esse tema.

Lembrar que esta audiência foi convocada para discutir uma sugestão popular, que foi assinada por 20 mil pessoas. Isso é muito importante e é uma inovação no processo político nacional.

Vinte mil pessoas pediram que as mulheres tenham a liberdade de interromperem uma gravidez até a 12ª semana no Sistema Único de Saúde.

O Sistema Único de Saúde é reconhecido como o lugar legítimo de garantia do direito à saúde, tal como nós sempre defendemos, e a gente espera que esta Casa continue...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA MARIA COSTA – ... defendendo-o e lutando por ele.

Este debate, tal como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, surgiu a partir de um debate desta Casa, lá em 82/83, que foi esse Congresso debatendo o tema do crescimento populacional e do controle populacional, que a ditadura nos colocava naquele momento. O Ministério da Saúde, a mobilização acadêmica e política possível naquela época apresentaram a essa Casa...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA MARIA COSTA – ... essa proposta de atenção integral.

É hora de esta Casa reforçar essa tônica da atenção integral, que não pode escamotear de nenhuma forma a necessidade da legalização.

Todas as situações, ...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA MARIA COSTA – ... todos os métodos contraceptivos devem estar disponíveis para todas as mulheres, em todas as idades, particularmente aqueles que são reversíveis e que envolvem baixo risco para as mulheres; todos os processos educacionais também.

Mas nós não vamos, jamais, apesar de toda implementação e consolidação dessa política, prescindir da legalização do aborto.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA MARIA COSTA – Essa vulnerabilidade colocada particularmente nos dois extremos da vida, na adolescência e no final da vida reprodutiva, vai continuar impondo essa necessidade de processos legalizados para evitar risco e morte de mulheres.

Então, esse debate nós estamos disponíveis...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Encerrou, doutora.

A SRª ANA MARIA COSTA – ... para continuar fazendo, em todos os momentos em que V. Exª precisar de nossa ajuda, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, com tudo o que já acumulou neste debate sobre saúde da mulher, sobre integralidade, sobre direito à saúde, Sistema Único de Saúde. Nós estamos disponíveis para esta Casa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Obrigado à senhora.

A SRª MARIA DO SOCORRO SOUZA – Eu acho que tem que ficar demonstrado aqui que nós não estamos discutindo o direito à vida; o que nós estamos discutindo aqui é o papel do Estado em prestar assistência, a partir do Sistema Único de Saúde, às mulheres que decidirem, até o período de 12 semanas, pela interrupção da gravidez.

Eu acho que, se houvesse aqui a discussão do direito à vida, a mesa seria composta também por outras representações, até porque esse assunto aqui não é esgotado em nenhuma civilização. Se nós colocarmos filósofos, teólogos, cientistas de vários outros campos, não há consenso sobre o que é a vida. Então, não dá para responsabilizar esta audiência com esse objeto de discussão.

Segundo, quero dizer que, no momento em que estamos tratando dos direitos das mulheres, tem que estar muito claro que o que nós estamos colocando aqui é a criminalização das mulheres que, por diferentes condições, optaram pela interrupção.

Então, colocar a fala do masculino aqui no lugar do feminino é, sim, uma distorção, quando nós estamos afirmando que a perspectiva é de o Brasil querer criminalizar essas mulheres. Então, colocar o papel, sim, que as mulheres têm neste debate faz toda a diferença. Mesmo que haja aqui o Senado com a sua responsabilidade, é importante colocar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA DO SOCORRO SOUZA – ...que boa parte das suas decisões não pode estar de costas para o que a sociedade pensa, inclusive as mulheres que são objeto, do ponto de vista legal, do que se refere aqui: a interrupção da gravidez.

Eu quero dizer que nós vamos realizar conferências de saúde em todo o Brasil – já estamos realizando –, e um dos temas é o direito à saúde. Indiscutivelmente, num momento de crise econômica e de crise política, o risco que nós temos de reduzir direitos da saúde, direitos sociais é enorme. Nós queremos que esta Casa e a sociedade brasileira se unam em torno da Conferência Nacional de Saúde, 15ª edição...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA DO SOCORRO SOUZA – ... exatamente para garantir os direitos sociais, inclusive a defesa do SUS.

E quero dizer que o Conselho Federal de Medicina está de parabéns, porque nós raramente vemos, no campo da Medicina, uma postura clara, ética, que reforça o papel do Estado, que reforça o papel desses profissionais, sobretudo os profissionais que estão no Sistema Único de Saúde. Parabéns ao CFM. É isso que nós esperamos, sim, dos profissionais médicos e de outras profissões, sobretudo porque o Brasil tem uma lei, tem uma base legal e tem que cumprir; não pode ficar do ponto de vista da opção pessoal dos profissionais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ BASSUMA – Primeiro, rapidamente, quero parabenizar o Senador pela inspiração feliz de reunir, aos poucos, vários Senadores num almoço, para cada lado ter um tempinho rápido para expressar sua opinião.

Eu só quero deixar claro algo que foi citado várias vezes aqui: em todos os movimentos pró-vida – todos, sem exceção –, ninguém é louco de defender que uma mulher seja presa, que vá para a cadeia, que seja punida, porque ela é vítima! Inclusive, o Estatuto do Nascituro, do qual sou um dos autores, vai na linha de penalizar, aumentar a pena sobre o homem, sobre a irresponsabilidade paterna, já que hoje existe o DNA! É fácil hoje comprovar quem está fugindo da responsabilidade. É nesse sentido.

Eu vou encerrar, então, Senador, minhas considerações finais, dizendo o seguinte: toda vez em que um Parlamentar como V. Exª, responsável, decide que vai colocar em discussão, nesta Casa, a mudança de uma lei – o que se propõe é mudar uma lei, porque o aborto é crime –, tem que fazer a seguinte pergunta, senão não dá para descansar à noite, quando vai dormir: "Essa lei cuja mudança eu vou propor vai melhorar ou vai piorar a vida da população?" Acho que essa é a essência do Parlamento. E nós todos temos uma outra unanimidade: se está ruim – e está ruim hoje a situação com o aborto ilegal –, legalizando, piora, e muito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Obrigado.

A SRª MARIA DO SOCORRO SOUZA – Senador, Senador, desculpe. Senador Malta, eu queria fazer referência ainda às experiências de iniciativa popular, tanto na Câmara, quanto no Senado.

Eu acho que a sociedade tem usado esse instrumento em objetos importantes para a sociedade brasileira: o desarmamento, a ficha limpa, o financiamento do SUS. Mas, lamentavelmente, os trâmites que acontecem dentro das Casas, Câmara e Senado, muitas vezes comprometem a essência desses projetos de iniciativa popular, porque terminam sendo apensados a outros projetos, e isso desvirtua o objeto que praticamente foi para uma consulta pública com um conjunto de argumentos.

Então, qual é o nosso apelo? Que repensem qual é o trâmite que os projetos de iniciativa popular devem ter nesta Casa e na Câmara dos Deputados, porque nós mobilizamos 100 mil, 200 mil, 300 mil assinaturas, e o que a gente vê? No caso da saúde, nós mobilizamos dois milhões de assinaturas em defesa do financiamento da saúde, e, lamentavelmente, nós vemos que fica comprometida a essência do que a sociedade brasileira gostaria que as duas Casas discutissem. Então, neste caso, temos, sim, que repensar como é o trâmite, para que haja retorno para a sociedade, porque, depois que ele é apensado, nós ficamos praticamente alheios ao procedimento, e ficamos prejudicados em continuar as discussões e em fazer as defesas.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – A sociedade brasileira não quer aborto! Não entendemos o porquê desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Deixe-me informar. É que o trâmite... Aliás, estão informando aqui que a audiência continua ao vivo, desde seu começo. Nós estamos ao vivo na TV Senado. É a informação que recebi agora aqui da Casa, de que nós estamos ao vivo.

Informo que esta audiência contou com ampla participação popular, por meio do portal e-Cidadania, e recebemos mais de oitocentos comentários durante a reunião, entre manifestações contrárias à regulamentação do aborto e favoráveis, e também perguntas. Eu agradeço a todos os cidadãos que participaram e que continuam conosco participando.

Há tantas aqui, é muita coisa, quase mil. Eu separei uma a favor e uma contra.

Uma contra diz o seguinte: "Sou totalmente contra o aborto. Acredito que o que deveria estar sendo discutido é como fazer políticas públicas eficazes para instruir a população em geral, especialmente a marginalizada, para o controle da natalidade".

Uma a favor diz assim: "Na verdade, o aborto, o útero de uma mulher não deveria ser aberto a debate. Essa é, sim, uma decisão pessoal".

São diversas manifestações e propostas, não vou ter condições de ler as oitocentas, mas se eu não estivesse com dengue, iria ler todas. Eu vou, neste momento, passar a palavra à mesa anterior.

Vou passar a palavra ao Dr. Fonteles, para ele fazer as considerações dele.

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Senador Magno Malta, é um privilégio ter participado desta manhã aqui de tantas reflexões, tantas ideias ricas expostas, ver a beleza da democracia, a tentativa do consenso na divergência. O importante é que nós tentemos sempre, e que nunca nos seja suprimido o direito de expormos as nossas divergências, como já aconteceu tristemente neste País, através de um golpe de Estado. Que isso nunca mais aconteça em solo brasileiro. As pessoas que a nós assistem lutem sempre para manter...

Uma coisa me preocupa: eu vinha para cá e vi algumas faixas a dizer de retorno do golpe militar. Eu acho que isso é insustentável em Território brasileiro. Peço a todos que, por favor, pensem seriamente sobre isso.

Quanto ao mais, eu acho que é perfeitamente factível – e faço meu apelo ao Ministério da Saúde – pôr em prática, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Rede Cegonha. Se se colocar em prática o que o próprio Estado criou, que é a Rede Cegonha, desaparece todo esse debate, porque a mulher terá toda assistência possível, terá todo amparo possível, e que aquela criatura gerada ela acolha, ela receba. Naqueles momentos iniciais da vida, estão ali duas vidas tão fortemente unidas, na simbologia bonita da união que não há de ser rompida, não há de ser dissecada, não há de ser eliminada!

Então, que o Estado brasileiro, como disse aqui, que já tem um papel escrito, faça viver esse papel. E tudo cessará. Paz e bem para todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Passo a palavra à Drª Elizabeth Cerqueira.

A SRª ELIZABETH KIPMAN – Gostaria de terminar, respondendo, pelo menos, da minha parte o que... Ela foi embora? O que vocês querem com isso? A moça que estava ali, que perguntou. Você leva o recado para ela?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª ELIZABETH KIPMAN – Foi cuidar da filha. (*Risos.*)

É o seguinte, eu queria falar que, pessoalmente, acredito que a maior parte daqueles que defendem a vida da criança e da mãe acredita na democracia. E acreditamos na democracia porque a gente acredita na pessoa humana. Então, se acreditamos na pessoa humana, a gente acredita numa civilização em que se pode chegar ao amor e ao respeito.

O homem, sim, também – ela foi embora – tem tudo a ver nessa conversa sobre o aborto, porque ele tem que aprender que não é apenas realizar a penetração, deixar o esperma e tchau! E o problema é da mulher, ela que vá aguentar o problema do aborto ou ficar com o filho. A gente acredita, sim, na democracia, como acredito no SUS, porque participei da implantação não só da discussão inicial com o Dr. Gilson Carvalho, como fui Secretária de Saúde também durante quatro anos, na implantação do SUS. Então, gostaria de falar que a gente acredita e espera que, pela educação, os homens aprendam gradativamente a respeitar e a assumir a responsabilidade, e as mulheres também, e que se possa criar uma civilização realmente de responsáveis, que não começa negando uma existência cientificamente comprovada.

Agradeço muito o convite e estou às ordens.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Obrigada, Drª Elizabeth Kipman.

Passo a palavra ao Sr. Henrique Batista e Silva.

O SR. HENRIQUE BATISTA E SILVA – Senador Magno Malta, parabéns pela iniciativa. Este é um momento que enaltece o nosso Estado democrático, laico, plural, em que as opiniões são postas em discussão e, com respeito, ouvimos todos.

E quero dizer que me sindo muito gratificado em poder dizer aqui, em nome do Conselho Federal de Medicina, que o fundamento ético mais elevado do processo civilizatório é a promoção e a manutenção do bem-estar do ser humano e, em consequência, a diminuição do sofrimento, da dor e, enfim, daquilo que nós todos aqui defendemos. Nesse sentido, Profª Maria do Socorro, nós todos estamos irmanados, o Conselho Federal de Medicina e os médicos brasileiros estão todos irmanados com todas as entidades presentes e também com as pessoas que estão aqui.

E quero, só para terminar, dizer o seguinte: o princípio fundamental do nosso Código de Ética diz que a medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade, e será exercida sem discriminação sob nenhuma hipótese e de nenhuma maneira. E é nesse sentido que nós temos em nossa pauta a discussão pelo processo dialético. Enfrentamos as questões pela dialética e, desse modo, é que encaminhamos a nossa proposta no sentido de defender a autonomia da mulher.

Assim, quero encerrar dizendo que estamos muito satisfeitos e dispostos a participar de qualquer outro evento com esse alto nível de democracia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Drª Ilka Teodoro.

A SRª ILKA TEODORO – Gostaria de agradecer a participação, louvar a iniciativa de trazer um debate tão amplo, tão rico, tão democrático e civilizado.

Como consideração final, gostaria apenas de esclarecer aqui essa questão dos dados e deixar claro que o que se coloca, e ficou patente no debate e depois nas outras falas, é que não é que as estatísticas não funcionam, o que temos é que as estatísticas são, de fato, insuficientes, e os poucos dados que se tem não são adequadamente colocados.

Agora, independentemente disso, os dados possíveis que apareceram aqui hoje nos permitem afirmar que o tratamento dado hoje ao aborto no Brasil desiguala claramente a mulher, criminaliza, culpabilizando duplamente, triplamente a mulher, relegando-a à condição de subcidadania, gerando encargos e sobrecargas para o sistema de saúde pública. E mais do que qualquer elemento, escancara claramente os corpos que a sociedade resolve deixar morrer.

A Drª Maria do Socorro trouxe bem que o que está em debate aqui não é um debate sobre a vida, até porque seria um debate extenuante e não chegaríamos ao consenso; mas o debate é, sim, sobre a morte: os corpos que escolhemos deixar morrer, as mulheres que escolhemos deixar morrer em decorrência de procedimentos malsucedidos de abortamento. Esse é o debate, diante dos dados possíveis e que foram hoje aqui apresentados.

Reitero aqui a necessidade da nossa luta...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ILKA TEODORO – ...pelo enfrentamento dessa questão sob uma ótica de direitos humanos, da dignidade da pessoa humana, mas que passa necessariamente pela garantia de autonomia da mulher, pela cidadania da mulher, pela preservação da vida da mulher e do seu direito de escolha.

Uma sociedade humanista, como bem colocou o Dr. Cláudio Fonteles, que luta pela mulher, precisa parar com o processo de desumanização simbólica e violência que tortura, amordaça e culpabiliza por diversas vezes uma mulher que carrega em seu ventre uma gravidez indesejada.

Não podemos repristinar a roda dos enjeitados, prática comum na Idade Média. É preciso que essa questão enfrentada sob outra ótica...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ILKA TEODORO – ...de cidadania e de democracia.

A Drª Eliane colocou bem que a mulher que aborta é uma mulher que se sente sem escolha. E o que está em jogo aqui é isso, podermos garantir para as mulheres o direito de escolha. É essa a nossa luta.

Obrigada.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Drª Eliane Oliveira.

O SR. ELIANE OLIVEIRA – Senador, eu quero parabenizar a sua iniciativa. Estou muito feliz de ver um Parlamentar trabalhando continuamente, adoentado e com toda a dedicação. É um momento muito importante para que possamos assistir e falar.

Bom, a vida humana começa na fecundação, disso não se tem dúvida. O aborto é uma violência. Mata a criança e promove repercussões gravíssimas na saúde física e mental da mulher. Os dados estão devidamente indexados. Eles não são mentirosos. Essas informações devem ser levadas para toda a Nação, para as escolas, para que as mulheres fiquem e estejam conscientes e possam ter noção da agressão, da violência que ela sofre num processo de abortamento.

Gostaria de dizer que o Conselho Federal de Medicina não consultou os médicos com relação a esse posicionamento. O que o Sr. Luiz Eduardo Girão disse corresponde exatamente ao que aconteceu, uma grande surpresa, porque é algo que vai contra os ideais hipocráticos.

Há beneficência, não maleficência. Essa é uma obrigação moral, legal e ética do médico: preservar a vida, cuidar da vida, aliviar o sofrimento.

O Estado laico é um Estado livre. Você pode ser ateu e seguir qualquer religião, porque não se deve, não é possível se desqualificar o discurso religioso ou de uma pessoa que não tenha religião.

Gostaria também de deixar na minha fala uma sugestão ao Ministério Público para acionar o Ministério da Saúde com relação à pílula do dia seguinte, que é uma propaganda enganosa. Se você for, nos tratados de farmacologia, estudar farmacocinética, absorção, mecanismo de ação, eliminação do fármaco, ação dessa bomba de hormônio no organismo da mulher... A gente sabe de adolescentes que já tomaram mais de cem pílulas do dia seguinte, mulheres casadas que usam a pílula do dia seguinte como contraceptivo, como se fosse uma pílula anticoncepcional. Então, é preciso que seja esclarecido, levada a verdade para as mulheres, para as adolescentes.

Mais uma vez, parabenizo e estou à disposição também.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Passo a palavra à Drª Isabela Mantovani.

A SRª ISABELA MANTOVANI – Eu queria agradecer pelo convite para estar aqui.

Nas considerações finais, quero comentar um pouquinho dessa reação, em especial da segunda mesa, em relação aos números apresentados.

Aqueles que acompanharam com honestidade intelectual a minha exposição puderam perceber que eu trouxe as fontes e os dados. Então, eu trouxe os fatos, e contra fatos não há argumentos. Agora, o grande problema não foi com os números, o problema foi com a realidade, porque os números trazem a realidade. E a realidade joga fora, joga pela janela toda a argumentação em favor do aborto. A realidade detona os *slogans* a favor do aborto. Então, qual é a reação? Não olhemos os números, não falemos deles. E aí mais um *slogan* – atenção, nós estamos num momento histórico – foi hoje criado por aqueles que querem legalizar o aborto: a guerra dos números. Isso foi dito. Então, não olhemos para os números, porque eles trazem a realidade, e a realidade acaba com a argumentação em defesa da vida.

Quero pontuar aqui uma parte da realidade que se tem tentado esconder, que é a questão, sim, da influência das fundações internacionais pela legalização do aborto no mundo, e no nosso País isso não é diferente. Nós temos relatórios que mostram isso. Quem foi que cunhou essa expressão que as senhoras usaram: direitos reprodutivos, direito da mulher? Quem cunhou essa expressão foi a Fundação Ford, e isso as senhoras encontram no relatório que ela lançou na década de 90, chamado Saúde Reprodutiva: Uma estratégia para os Anos 90.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ISABELA MANTOVANI – A Fundação MacArthur, no início dos anos 90, trouxe para o Brasil milhões de dólares, para financiar ONGs, não só que militam pela legalização, mas também para a promoção do aborto no País. No relatório de 2002, da própria Fundação MacArthur, que se chama Programa de População e Saúde Reprodutiva no Brasil: Lições Aprendidas. Ela fala disso e cita essas ONGs que receberam, inclusive, Maria do Socorro, ONGs que trabalham formando mulheres para entrarem, fazerem parte dos conselhos de saúde, para aí lutarem pela legalização do aborto.

Portanto, o meu pedido é que esta Casa tenha um compromisso com a verdade dos fatos e não com interesses internacionais que lutam e financiam ONGs no nosso País para legalizar o aborto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quero agradecer a todos. Todos já tiveram a palavra. Eu queria que vocês me dessem a palavra só para eu encerrar. Vocês podem me passar a palavra para eu encerrar? Passem a palavra para mim.

Agradeço a todos. Só a democracia permite isso. Se a gente estivesse em um País totalitário, de um regime totalitário, jamais nós estaríamos aqui. E no regime totalitário impõe-se a vontade da minoria, ou quem sabe, unitária do mandatário, do grande ditador. E nós estamos em um País democrático para debater um tema que para mim tem origem na nossa sensibilidade. Então, qual é a razão de ser do debate? É produzir o convencimento, produzir o convencimento! A Bíblia nos diz que a fé vem pelo ouvir, e se a fé vem pelo ouvir, imagine as outras coisas. Então, a gente tem que ouvir, ouvir e ouvir.

Agora o Parlamento, a democracia... o Parlamento é formado por pessoas que vêm das ruas ungidas pelo voto popular, não há indicação do Parlamentar que está lá na Câmara Federal e não há indicação aqui. Se o senhor me disser que alguns se elegeram e ganharam por força do dinheiro e tal, eu acredito nisso, mas a maioria veio para cá trazida pelo vento das bandeiras que eles defendem. Por isso é que o processo de convencimento é muito importante.

Então não dá para a gente criminalizar quando se fala da questão da religiosidade, ou da questão científica. Há discriminação científica, discriminação de religião, discriminação não sei do quê; cada um discrimina um pedacinho e nós não vamos chegar a lugar nenhum. Porque veja bem, dá para separar essa pessoa? A mesma pessoa que falou: dai a Deus o que é de Deus e a César o que é de César, estava falando de pagar imposto, de o sujeito ser honesto com imposto; estava falando da vida da sociedade. E foi o mesmo que falou: e dai a Deus o que é de Deus; estava falando de coisa religiosa. Dá para separar essa pessoa? Não, era a mesma pessoa que estava falando de duas coisas. Então não dá para separar.

Assim, a gente tem os convencimentos. Alguém já escreveu dizendo – eu não sei se está isso aí, mas se não aparecer o autor disso eu vou dizer que foi a minha mãe que falou, porque tudo eu atribuo à D. Dadá, minha mãe, se eu não achar o autor eu falo: D. Dadá, minha mãe falou – que só os tolos não mudam; só os tolos não mudam. Mas como é que você muda alguém? É pelo processo do convencimento, é debatendo, é abrindo o debate, é colocando na mesa. E muitas vezes é assim mesmo, quebrar ovos, fritar ovos faz barulho em alguns momentos. E, graças a Deus, o barulho aqui é dentro da discussão, não é na ofensa, não é falando palavrão, não é tentando afrontar as pessoas.

Eu estou muito satisfeito. Para aqueles que achavam que na minha relatoria eu iria simplesmente fazer um relatório e mandar arquivar, não é nisso que eu acredito da vida. Eu cheguei onde cheguei debatendo as minhas crenças, debatendo as minhas convicções. E em muitas vezes na minha vida as minhas convicções foram mudadas, mudadas pelo debate, pela via do conhecimento. E a via do debate é essa aqui, para produzir em nós o convencimento. Porque veja, é aquilo que eu falei no começo: quem são os Parlamentares que estão lá? E eles foram para lá ungidos pelo voto de alguém que acredita neles, no que eles falam e no que defendem. Aqui também.

Então não adianta, nós temos é que convencer, o debate é para convencer. Portanto, eu fico muito... Há tantos temas aqui desde que fui Deputado Federal nos quais eu votei a partir do convencimento – a partir do convencimento –, porque eu era absolutamente duro, rígido na minha posição, e eu fui convencido. E quando a gente é convencido a gente tem que se curvar a isso.

Por isso esse debate aqui é muito importante. Agora a gente não pode é separar a nossa sensibilidade, porque ela é a base das nossas convicções, ninguém tem convicção sem sensibilidade; ela é a base das nossas convicções. E é assim que nós vamos chegar a bom termo, nós vamos fazer outros debates e chegar e dizer: tenho certeza disso, isso aqui não será a toque de caixa. Não é... amanhã há um relatório pronto; não existe nada disso.

Eu estava aqui quieto, com a minha dengue, ouvindo todo mundo, filtrando. O apóstolo Paulo, o intérprete da mente de Cristo – eu nem passei no vestibular –, Paulo dizia o seguinte – olha, perto de Paulo, que foi

educado aos pés de Gamaliel, eu não sou ninguém –, e Paulo disse o seguinte: "Ouvi de tudo e retende o que é bom". E a gente só ouve de tudo ouvindo todo mundo.

Assim, eu quero dizer que cada um de vocês aqui acrescentou alguma coisa a mim e acho que o aprofundamento dessas questões será muito importante para a sociedade brasileira e até para a gente dar uma lição importante para o mundo. Eu me lembro de que só ouvia dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescente é o suprassumo da humanidade, e não é. Não há nada absolutamente bom que não tenha que ser mudado. E quando, na CPI da pedofilia, nós alteramos o art. 240 e instituímos a criminalização da posse, e, a partir daí, começamos a poder prender gente que abusa de criança, o fato de ter sancionado deu ao Presidente Lula sete prêmios da ONU, só por ter sancionado.

Então, nada não é tão absolutamente bom que não tenha que ser mudado. Só o debate pode produzir isso.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado aos debatedores, àqueles que vieram, pelas intervenções dos nossos companheiros e companheiras que se inscreveram, que falaram, que foram absolutamente importantes.

Vamos continuar, porque só assim chegaremos a bom termo.

Está encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 6 DE MAIO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos do dia seis de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras e Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Hélio José, Vicentinho Alves e dos não membros Roberto Requião, Gleisi Hoffmann, Cássio Cunha Lima e Aloysio Nunes Ferreira.O Senador Cristovam Buarque justificam sua ausência. Registra-se a presença dos seguintes Senhores Deputados Federais: Paulo Pimenta, PT/RS; Major Olimpio, PDT/SP; Deputado Federal Aliel Machado PCB/PR; Deputado Federal Toninho Wandscheer PT/PR; Deputado Estadual Tadeu Veneri Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná PT/PR; Deputado Federal Rossoni PSDB/PR; Deputado Federal Evandro Roman PSD/PR; Deputado Federal Carlos Sampaio PSDB/PR; Deputado Federal Luiz Carlos Hauly; Deputado Federal Jair Bolsonaro PP/RJ; Deputado Federal João Arruda PMDB/PR; Deputado Estadual Eduardo Bolsonaro PSC/SP; Deputado Federal Alex Cainziani PTB/PR; Deputado Federal Zeca Dirceu PT/PR; Deputado Federal Bruno Araujo PSDB/PE. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 68, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e das Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra e Gleisi Hoffman aprovado em 30/04/2015, para debater o tema: "Confronto entre a Polícia Militar e os Professores do Paraná". Com a participação da Câmara dos Deputados. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos seguintes convidados, que fazem suas explanações: Deputado Federal Ricardo Barros – PP/PR, Vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados; Deputado Estadual Professor Lemos, Assembleia Legislativa do Paraná; Denny Willian da Silva, Professor de Ensino Superior; Irina Karla Bacci, Ouvidora Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Edson Lau Filho, Assessor Especial de Políticas Públicas para a Juventude, representante do Governo do Estado do Paraná; Professor Hermes Silva Leão, Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná; Luzia Marta Belini, Professora representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná – Sesduema; Deputado Federal Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Professora Cintia Xavier, Representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa Paraná – SINDUEPG; Professor Antonio Bosi, Representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – ADUNIOESTE; Luiz Carlos de Jesus, Jornalista – Repórter Cinematográfico do Paraná; Claudio Pereira de Souza Neto, Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Professor João Guilherme Corrêa, Representante do Sindicato das Universidades Estaduais do Paraná – SINDUNESPAR; Professora Mary Sylvia Falcão, Diretora do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, Regional Sul do Paraná; José Carlos Torves, Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Carmem Foro, Vice-Presidente da CUT Nacio-

nal; Regina Cruz, Presidente da CUT/PR; Eyrimar Fabiano Bortot, Professor do Paraná; Darci Frigo, Coordenador da Plataforma de Direitos Humanos; Luiz Fernando Rodrigues, Secretário de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná; Elisamara Goulart, Diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná; Petrusca Svierkoski, Sindarspen (Sindicato dos Agentes Penitenciários); Márcia Capelete, Professora Universitária. O Sr. Presidente informa que essa audiência contou com ampla participação popular, por meio do Portal e-Cidadania, tendo sido recebidos 324 comentários durante a reunião. Evidencia que praticamente todos se manifestaram contrariamente às ações da Polícia do Paraná e a sua indignação com os excessos cometidos; também questionam a falta de diálogo do governo com os professores. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Verificar a possibilidade de propor projeto de lei com a finalidade de proibir o uso de pitbulls e de armas de fogo em manifestações públicas; 2) Representar ao Sistema Internacional de Direitos Humanos, denunciando os fatos ocorridos, conforme sugerido pela Senadora Gleisi Hoffmann; 3) Encaminhar a ata, vídeo e as notas taquigráficas da reunião à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ao Ministério da Justiça e ao Governador do Estado, solicitando que os fatos sejam devidamente apurados e os responsáveis punidos; 4) Realizar diligência no Estado do Paraná, em formato de audiência pública, com a participação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, da Câmara e do Senado; 5) Trabalhar intensamente para que a lei do piso salarial dos professores seja cumprida; 6) Fazer gestões junto ao governo do Paraná para que retome imediatamente a negociação com os professores; e 7) Oferecer apoio aos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para a abertura de CPI sobre o fundo de previdência dos professores. O Senhor Presidente concede a palavra aos seguintes Deputados Federais: Major Olimpio (PDT/SP), Rossoni (PSDB/PR), Evandro Roman (PSD/PR), Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), Delegado Waldir (PSDB/GO), Marcelo Belinati. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Aloysio Nunes Ferreira, Fátima Bezerra e Cássio Cunha Lima. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e vinte minutos. Eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a integra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim** (PT/RS), Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do requerimento nº 68, de 2015, de autoria das Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann, aprovada em 30/04/2015, para debater o tema "Confronto entre a Policia Militar e os Professores do Paraná".

Com a participação, também, da Câmara dos Deputados.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* bit ly-audienciainterativa e também do Alô Senado através do 0800-612211.

Nós, de pronto, para ganhar tempo, vamos fazer a montagem da primeira mesa – teremos duas mesas.

Convido, de imediato, o Deputado Federal Ricardo Barros (PP-PR), Líder do Governo na Câmara dos Deputados, para que assuma o seu lugar aqui na mesa.

As minhas palmas são para todos os convidados. Se fazemos o ofício e o convidado se faz presente, bato palmas. Para aquele que não vem, não peço vaia, mas fico em silêncio. Então, uma salva de palmas para o Deputado aqui na mesa, pessoal! O debate vai se dar tranquilo.

Deputado Estadual Professor Lemos, da Assembleia Legislativa do Paraná (*Palmas.*)

Senador Requião; Senadora Gleisi, já presente.

Uma salva de palmas para os dois Senadores, que estiveram, inclusive, no momento do ato em que houve o confronto entre professores e militares.

O Professor Lemos já chamei.

Professor do ensino superior, Deputado Denny Willian da Silva. (*Palmas.*)

Profª Luzia Marta Belini, representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná. (*Palmas.*)

Edson Lau Filho, Assessor Especial de Políticas Públicas para a Juventude, que representa o Governo do Estado do Paraná. (*Pausa.*)

Irina Karla Bassi, Ouvidora Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos. Eu não farei nenhuma fala de introdução, embora a Secretaria da Comissão tenha preparado, mas vou passar o mesmo vídeo que foi ao ar aqui, em outro dia, quando debatíamos a questão da violência e anistia em âmbito internacional.

Então, peço que passem esse vídeo. Em seguida, vamos ao nosso debate, lembrando que os Senadores e Senadoras falarão a qualquer momento da audiência. Cada convidado tem o tempo de dez minutos mais cinco para a sua exposição. No limite máximo, daremos mais cinco,, se necessário for, para completar o seu ponto de vista.

Enquanto preparam o vídeo, vamos à segunda mesa.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu chamo também para a mesa o Professor Hermes Leão.

O Sr. Hermes Leão está presente?

Por favor. (*Palmas.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo simultânea*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está presente conosco o Deputado Pimenta, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Eu vou pedir que o Pimenta venha sentar à mesa com a gente.

Vamos combinar o seguinte, Pimenta: na medida em que forem falando, eles retornam e você fica o tempo todo na mesa comigo.

(*Procede-se à exibição de vídeo)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Informo que está presente também o Senador Aloysio, a exemplo dos outros Senadores.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ao Deputado Pimenta também, uma salva de palmas.

Os Senadores usam a palavra a qualquer momento do debate e, naturalmente, em seguida os Deputados que estão no plenário poderão usar a palavra. Depois que um ou dois falaram aqui da Mesa, como teremos duas mesas, o Deputado Pimenta que é também signatário desta audiência conjunta, virá para a mesa e ajudará no encaminhamento da audiência. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você vai sentar, você vai ter um lugar especial.

Eu peço a meus colegas convidados que permitam que a primeira e a segunda fila fiquem para Senadores e Deputados, e os senhores sentarão nas filas subsequentes. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Aloysio Nunes...

Os Senadores, repito, usarão a palavra a qualquer momento. A primeira e a segunda filas ficarão à disposição dos Senadores e Deputados.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada.

Bom dia a V. Exª, bom dia a todos os nossos convidados, aos Parlamentares que estão aqui, aos representantes dos movimentos sociais do Paraná.

Peço, Sr Presidente, para que possamos ter uma audiência aqui visando aos relatos, que também tivesse lugar na mesa... Eu não entendi qual foi a ordem de primeira e segunda mesa. Poderíamos montar uma mesa com as pessoas que estavam envolvidas no conflito no Paraná. Está aqui o Deputado Tadeu Veneri, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado, que considero importante; o Luiz Carlos de Jesus, jornalista, repórter cinematográfico do Paraná; representantes dos Sindicatos dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste, também de Ponta Grossa. Seria muito importante a presença dessas pessoas. Nós, Parlamentares, podemos falar na sequência ou intervir depois, mas seria importante que o pessoal do Estado pudesse dar seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Gleisi, o critério que adotamos aqui foi pela ordem de chegada, como sempre fizemos nesta Comissão. Para mim, não é importante a primeira ou a segunda mesa. Sempre digo que a segunda mesa é a melhor, por quê? A primeira mesa fala e retorna para o plenário e a segunda mesa fica até o fim acompanhando todos os debates.

Então, como já montamos e já chamamos a primeira mesa, vamos ter em seguida uma segunda mesa. Nós vamos de imediato começar o nosso debate, e, a favor ou contra, eles estarão nas duas mesas e vão participar intensamente.

O SR. ROSSONI (PSDB - PR) – Senador, Deputado Rossoni, PSDB do Paraná.

Eu gostaria de saber de V. Exª qual o horário que os Deputados Federais terão a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Após a fala dos convidados das mesas – duas mesas. Encerrando a fala dos Deputados, dos convidados das mesas, a palavra vai para o Plenário.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir que trabalhássemos com o tempo de cinco minutos, porque são muitas pessoas, como o senhor percebeu, que querem dar depoimento. Se forem dez, mais cinco, e mais cinco, vamos avançar muito no horário, Percebo que os Parlamentares gostariam de se manifestar, e são muitos presentes. Então, se o senhor desse cinco minutos para cada um, teríamos oportunidade de fazer um debate mais democrático.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deputado Ricardo Barros, é praxe nesta Comissão, em toda audiência pública: dez minutos, mais cinco, e mais cinco, se necessário.

Neste caso específico, atendendo em parte à sua ponderação, serão dez minutos para cada um e cinco de tolerância, se for necessário.

Vamos à nossa audiência pública.

Passo de imediato a palavra ao Presidente da APP, Professor Hermes Leão, por dez minutos.

Muito bem, já se entenderam aqui. V. Sª fica aqui no centro. À medida que vai falando, vão fazendo a troca.

O SR. HERMES SILVA LEÃO – Bom dia. Saúdo o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, do Senado da República, na pessoa de quem saúdo todos os demais Senadores presentes. Saúdo o Deputado Federal Paulo Pimenta, que esteve no Paraná, semana passada, na quarta-feira à noite. Participou de uma reunião com as entidades sindicais. Na pessoa do Deputado Paulo Pimenta, saúdo os demais Deputados Federais presentes, inclusive do nosso Estado do Paraná. Saúdo o Deputado Estadual Tadeu Vereni e o Professor Lemos, que são os Deputados Estaduais que nos estão acompanhando. Saúdo carinhosamente os demais colegas dirigentes sindicais.

Nós estamos aqui com os sindicatos que a Senadora Gleisi já citou, além do Sindicato de Representantes do Ministério Público do Estado do Paraná; o Sindicato dos Agentes Penitenciários – Sindarspen, com sua direção; e a presença do cinegrafista Luiz Carlos de Jesus, que é o repórter cinematográfico atacado por um *pit-bull* no interior do prédio da Assembleia Legislativa do Paraná, onde também foi agredido por um cão o Deputado Rafka Rodrigues, mordido no braço – não pôde vir para cá, embora tenha sido convidado.

Eles não estavam lá na rua no meio... Nós queremos fazer um registro, agradecendo imensamente a iniciativa desta audiência pública, que traz, em nível nacional, uma tragédia que ocorreu no dia 29 de abril no Centro Cívico da cidade de Curitiba. Era uma tragédia que estava, assim, anunciada.

Desde a reeleição do Governador Beto Richa, em primeiro turno, no dia 5 de outubro, com uma força política no voto muito forte, assistimos a um comportamento absolutamente diferente na gestão de Governo: passou a não haver mais os debates, as reuniões com as entidades, foram aprovados, em Comissão Geral, pacotaços de projetos de lei sem debate com as entidades.

No caso do aumento de impostos no Paraná, inclusive, não houve debate com os empresários do capital produtivo, que estavam, na mesma noite, protestando por razões diferentes dos sindicalistas, dos trabalhadores, mas também contra a falta de diálogo naquele projeto que aumentou os impostos enormemente no Estado do Paraná.

Mas o aprofundamento da diferença veio do dia 1º de janeiro em diante, com a troca impressionante das Lideranças de Governo e a interrupção das negociações e das reuniões, num quadro desorganizativo do serviço público estadual, num quadro de desmonte das carreiras, dos direitos. Sem qualquer debate, sem debate, inclusive, nas comissões da Casa, na Comissão Geral, que as manifestações de fevereiro derrubaram.

Claro que as categorias do serviço público do Estado do Paraná são muito organizadas. Entramos em luta no mês de fevereiro. O Brasil acompanhou aquelas ocupações na Assembleia Legislativa do Paraná, em que houve confronto.

Nós tivemos sete pessoas feridas no dia 12 de fevereiro, com registros de laudo, de boletins de ocorrência. Denunciamos aquela truculência. Há artigos que produzimos, anunciando que o Paraná, embora tenha seus governantes eleitos pelo voto direto, tinha um Governo que se comportava como no Império.

Existem artigos publicados desde o final de janeiro, denunciando que o Estado democrático de direito, previsto na Constituição Federal, estava ferido de morte no Estado do Paraná pelo comportamento antidemocrático e autoritário, tanto do Poder Executivo, na pessoa do Governador Beto Richa, como da Assembleia Legislativa do Paraná – do dia 1º de fevereiro em diante, na pessoa do Deputado Estadual Ademar Traiano –

e do Tribunal de Justiça, em um comportamento ligeiro, que atende os pedidos desses outros dois Poderes muito rapidamente.

Nós fizemos uma greve intensa, houve compromissos importantes assumidos com os servidores de que qualquer projeto de lei que tratasse de direitos de carreira ou mesmo dos direitos previdenciários seria amplamente debatido, num esforço de formar consenso.

No tema da Previdência, que desencadeou todo esse processo, nós tivemos algumas reuniões com fragmentos de textos sobre o projeto. Houve debate na Coordenação do Fórum dos Servidores e houve uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná, onde os servidores anunciaram o desacordo com medidas que estavam previstas no texto do projeto de lei.

Foi pedido pelo menos 60 dias de prazo para que a gente pudesse debater em cada local de trabalho, porque o tema previdenciário é complexo e não é um tema de fácil compreensão para a maioria das pessoas. Mas o Governo aprovou em regime de urgência.

Então, a maioria das categorias já voltou à greve. E nós – no caso da APP-Sindicato – fizemos uma assembleia, dia 25 de abril, sábado, em Londrina. Antes de concluir a assembleia e anunciar a greve – a retomada da greve pela quebra do compromisso por parte do Governo –, já recebemos a notícia de um Interdito Proibitório, que proibia a entrada de nós servidores nas galerias da Assembleia Legislativa do Paraná.

E no domingo, dia 25, quando nós queríamos ocupar a praça, que é cuidada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, que não havia feito qualquer pedido de intervenção, fomos impedidos por milhares de policiais convocados do interior do Estado para cuidar da semana que transcorreria na cidade de Curitiba. Não pudemos ocupar a praça. A população de Curitiba foi impedida de transitar no entorno da Assembleia Legislativa e do Palácio Iguaçu.

E aí começou a segunda-feira, com muita tensão, com aparato policial jamais visto na história do Paraná, em qualquer tempo. Isso são historiadores importantes das universidades que estão registrando.

É claro que o ânimo foi se acirrando, com muita participação... Na terça-feira, ainda sob liminar que derrubou o tema da participação nas plenárias, o Deputado Presidente da Assembleia Legislativa impediu a entrada não apenas dos servidores, mas das pessoas da cidade. Inclusive assessores de jornalismo do sindicato foram impedidos de ocupar as plenárias da Assembleia Legislativa, desrespeitando a liminar que garantia a presença, em número suficiente, das galerias da Casa.

Na madrugada de terça-feira, dia 27, houve um confronto da polícia, à uma e meia da manhã, para confiscar um caminhão de som, em que eles iam desmontar as barracas. Se não fosse a imprensa do Estado do Paraná presente, teria sido já um primeiro massacre. Ainda na manhã de terça feira, houve um confronto em que foi usado todo o aparato policial, que acirrou ainda mais todo o ânimo; e, para quarta-feira, já se anunciava o que aconteceria.

Nós queremos registrar o esforço que fizemos de buscar ajuda nacional. Daí que o Senado aprovou uma comissão aqui, sob a iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Roberto Requião, do Estado do Paraná. Uma comissão foi designada para acompanhar ainda na terça-feira. Fizeram esforços junto ao Governo e foram ao Paraná antes da tragédia, na quarta-feira. Apelaram para o Deputado suspender a votação e ganhar tempo.

Mas a mensagem que veio é de que o projeto seria votado a qualquer preço, porque os Deputados estavam protegidos. Mesmo que estivéssemos em duzentas mil pessoas naquela praça, nós não conseguiríamos ocupar, por causa do aparato policial. Aí seria a morte de muitas pessoas, porque por muito pouco não tivemos a morte de trabalhadores naquela praça.

Nós queremos fazer um registro muito sério de que o esforço todo de prevenir e evitar aquela tragédia foi feito por todos nós servidores. É importante que se faça esse registro porque o balanço do movimento. feito pelo Governo, já na noite de quarta-feira, é o de que era um movimento político de desgaste partidário, o que é uma inverdade. As cenas desmentem o discurso do Governador Beto Rixa e do Secretário de Segurança Pública do Paraná, o Delegado Francischini, que é Deputado Federal licenciado desta Casa.

De anteontem para cá, eles mudaram o discurso porque, primeiro, acusaram que nós é que tínhamos atentado contra a vida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. HERMES SILVA LEÃO – ...dos policiais. E as imagens, pelo mundo inteiro, os documentários, os registros deram conta de que foi uma iniciativa planejada desde o final da semana. Aquela batalha toda estava planejada pelas autoridades maiores.

E nós depois íamos entrar no tema do balanço do discurso, porque não estamos absolutamente aceitando agora culpabilizar os soldados que estavam na linha de frente, porque eles cumpriram determinação das autoridades maiores do Estado.

Quero registrar também a presença das entidades dos direitos humanos, na pessoa do Frigo, que é do Paraná, de outras entidades importantes, como da Central Única dos Trabalhadores, que está aqui, do Estado do Paraná, também em nível nacional, e dos demais sindicatos que depois vão poder se apresentar.

Por fim, quero fazer um registro importante. Nós trouxemos a convite tanto da APP, como do Sindicato dos Jornalistas, o Luiz Carlos de Jesus, que está aqui conosco. Ele é o cinegrafista da Rede Bandeirantes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele vai falar na segunda mesa.

O SR. HERMES SILVA LEÃO – ... que foi atacado pelo *pit-bull*. É uma imagem que mundialmente envergonhou enormemente o nosso Estado.

Obrigado à mesa. Depois participamos mais dos debates. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Foi o Hermes Leão, Presidente da APP.

De imediato, passamos a palavra à Profª Luzia Marta Belini, representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná.

A ordem foi acertada aqui com a mesa, na qual a Gleisi participou.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB - PR) – Senador, pela ordem. Senador Paim, é o Deputado Alex Canziani. Só para entendimento: é uma comissão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados? Ou só do Senado? Só para eu entender qual vai ser a ordem.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Nós viemos como convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Os Deputados foram convidados. É uma audiência pública do Senado.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB - PR) – Sim. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os Senadores falarão e os Deputados poderão também, por minha decisão, falar em seguida.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB - PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Falam as mesas – são duas mesas , falam os Senadores, e será aberta a palavra a todos os Deputados.

Eu abrirei uma cessão especial ao Deputado Pimenta, porque é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e há toda uma sintonia, tanto que ele virá para a segunda mesa.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB - PR) – Na segunda mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na segunda mesa.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB - PR) – Está bem. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Vamos lá.

Por favor, Profª Luzia Marta Belini, representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná.

A SRª LUZIA MARTA BELINI – Bom dia a todos e a todas.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me ainda dizer que está passando uma lista para os Senadores.

Eu quero lembrar que quem pediu primeiro a palavra foi o Senador Aloysio. Então, o Senador Aloysio foi o primeiro inscrito na ordem dos Senadores.

A lista está passando aí, Cássio. Por favor.

A SRª LUZIA MARTA BELINI – Boa tarde a todos os Deputados Federais e Estaduais; ao Senador Requião e à Senadora Gleisi, que estiveram em Curitiba na quarta-feira; e aos demais Deputados que nos acompanharam na quarta-feira.

Sou a Profª Marta Belini, professora de Filosofia da Ciência na Universidade Estadual de Maringá, Paraná, e Diretora da Seção Sindical da Universidade Estadual de Maringá, Andes Nacional. Represento todos os professores dessa universidade, que está parada há mais de 15 dias, desde o confisco sem parecer técnico do Ministério da Previdência, que nos tira o direito à sobrevivência.

Eu mesma tenho 30 anos de universidade e já estou para aposentar. Sou uma pessoa com dificuldades de doença e não posso fazê-lo nessa situação, e nenhum dos meus colegas pode fazer essa aposentadoria sem saber se vai morrer ou se vai conseguir viver o resto do que a gente pode viver ainda.

Quero começar dizendo que o Estado do Paraná trata os professores com cavalos. Em 1988 – eu já era professora da Universidade Estadual de Maringá –, Alvaro Dias, do PSDB, jogou os cavalos em cima dos professores e acabou com uma greve ferozmente.

Em 2000, 2001, nós tivemos uma greve de seis meses no governo Lerner e só fomos atendidos no último mês – Deputado Rossoni era Deputado Estadual e há de se lembrar disso. Um dos Deputados Estaduais,

na época, jogou uma cadeira no Prof. Paulo, que é da Universidade Estadual de Maringá. Temos gravado isso, que vai circular agora na internet.

Agora, em 2015, nós temos o quê? Uma guerra! Se vocês leram algum manual de guerra, hão de entender que, quando alguém quer proteger Deputados ou quer proteger um patrimônio público, coloca soldados na frente do prédio. Isso está em todos os manuais de política e de filosofia.

Mas o que fez o Richa e o Fernando Francischini, que também trabalhou no governo do PSDB no Espírito Santo e está envolvido em algumas questões que temos que esclarecer mais? Ele cercou o Centro Cívico. Qualquer Deputado aqui, Senador, qualquer professor sabe que, no manual de guerra, está escrito assim: "Você vai fazer uma guerra? Cerque as pessoas." Quando nós chegamos, na terça-feira, estávamos cercados. À noite, roubaram um caminhão, na madrugada de segunda para terça. De terça para quarta, houve uma tensão generalizada: guerra, guerra, guerra. De manhã, essa guerra se acentuou. Estávamos cercados de todos os lados pela tropa, por cachorros, com dois caminhões com cavalos, tudo devidamente fotografado. O local estava cheio de policiais à paisana, os famosos P2, que atuavam muito na ditadura militar.

Eu fotografei todos esses soldados. Esses soldados perseguiam professores e alunos e, certamente, foram marcados para levar as balas. Detalhe: começou a primeira bomba, a segunda, a terceira, e eu contei duas horas e meia de bombas ininterruptas.

Havia dois helicópteros, que foram também fotografados. No primeiro helicóptero, o menor, estava escrito Polícia. No segundo, não havia o logotipo da Polícia. Supõe-se – há uma hipótese que circula entre nós – que esse helicóptero foi alugado a preço de ouro pelo Richa, e ele também soltou bomba. Aqui é necessário dizer que precisamos investigar o papel desse segundo helicóptero, que é para transporte de pessoas.

Vejam vocês. Não precisa ser professor de Física ou Matemática, mas se uma bomba cai a 30m de altura, com cerca de 800g de peso, ela mata, sim, um professor, um aluno, um servidor. Então, era uma guerra, não era uma provocação.

Durante os três dias os P2 andavam entre nós, fotografavam, faziam sinais. Ora, se isso não foi premeditado, vamos ter que mudar a palavra "premeditado" no dicionário. Mais grave ainda é que quando as bombas caíram – a mando, sim, do Richa e do Fernando Francischini –, o Deputado Traiano disse: "As bombas estão caindo lá fora e não aqui dentro. Vamos continuar votando." Isso é absolutamente um desprezo pelos professores.

Estou aqui para dar uma palavra de ordem do Prof. Jorge Juarez, da Biomedicina e da Medicina da Universidade Estadual de Maringá. Numa assembleia, anteontem, com todos os docentes da Universidade, ele perguntou: "Em 1988, o Alvaro Dias jogou os cavalos; em 2001, um Deputado Estadual do Lerner jogou uma cadeira – isso está filmado; em 2015 jogou bomba, gás, bateu, chutou, atirou no olho. E aí, no ano que vem ou no final deste ano, o Governo Richa vai queimar os professores, os servidores estaduais do Paraná? Vamos para a fogueira da inquisição?" É isso que nós queremos saber.

Queremos saber se nós vamos morrer depois de nos aposentar sem aposentadoria; queremos saber se ainda temos como ser professores no Estado do Paraná; queremos saber se ainda vale a pena as universidades formarem professores para dar aulas e formar a geração futura. Eu vou morrer daqui a pouco – espero que não tão logo. Estou muito adoentada, mas uma coisa eu digo – na minha lápide estará escrito: "Eu lutei até o final"!

Quero dizer aqui ao nobre Deputado... Fui a primeira a chegar aqui hoje e ele falou: "Está bem, professora?" Eu falei: "Não, depois da surra, não." E ele me respondeu: "Sara logo." Não sara. Sabe por que não sara, Deputado? Porque a dor, a dor é muito grande. A dor não é na pele, não é a minha perna machucada.

Com 60 anos, estou na ativa. Estou defendendo a geração que virá depois de mim – estou defendendo a minha filha; estou defendendo meus netos. Então, não é essa dor. Não sara nunca. Não sarou nunca a cadeira jogada no Prof. Paulo, pesquisador nota A da Capes/CNPq. Não sarou nunca os cavalos do Alvaro Dias.

Eu proclamo aqui: dia 29 de abril temos que marcar como o dia nacional de luta. Todo 29 de todo mês nós vamos entrar e nomear: este dia 29 foi o dia da matança – da matança nossa!

Ninguém sabe como a nossa universidade está. Depois que o Governador Requião saiu, nunca mais um prédio foi terminado. Nunca mais tivemos contratação de professores.

Tenho uma doença que se chama fogo selvagem e nunca tirei licença médica em 30 anos, só quando tive essa doença, que é uma doença autoimune.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª LUZIA MARTA BELINI – E vou continuar a trabalhar até o fim! Por isso, proclamo: professores, servidores, não se calem diante de tudo isso! Nós não saramos assim, como os outros querem!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a professora Luzia Marta Belini, que falou em nome do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná.

De imediato, passo a palavra, conforme a segunda lista...

Olha, o Plenário até pode bater palmas, agora começar a gritar não dá, pessoal. A audiência descamba para um campo que não queremos.

Palmas e silêncio tudo bem, não vou em nenhum momento tolher esse direito ou da palma do silêncio.

De imediato, o Deputado Estadual, Professor Lemos. O Professor Lemos é Deputado Estadual do Paraná. Por isso ele foi um dos convidados para dar o seu depoimento.

O SR. PROFESSOR LEMOS – Bom dia, Senador Paulo Paim, cumprimento o Senador e estendo a todos os componentes da mesa. Quero cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas Federais e a todos e todas que acompanham esta audiência no Senado.

De fato, no Paraná, estamos vivendo um momento muito difícil, inclusive com o governo precisando de arrumar o seu caixa, precisando dar conta de pagar o que deve. Ele apresenta projetos na Assembleia, que contrariam o interesse público, como aumento de impostos, de modo desordenado. O que aconteceu em dezembro, ao final do ano, mobilizou muitas pessoas contra o pacotão, que foi conhecido no Paraná como pacotão da maldade.

Entre os aumentos de impostos, o IPVA, por exemplo, teve um acréscimo de 40%. O Paraná também, através do seu governador, decidiu atacar os servidores públicos, para diminuir a folha de pagamento. O primeiro projeto de lei, a primeira mensagem do governador para este mandado – e também era a primeira sessão em que a assembleia legislativa, nesta legislatura, estava votando sua primeira matéria – foi para reduzir os direitos dos servidores públicos, acabando com promoções e progressões de carreira, retirando o direito do adicional por tempo de serviço, que são quinquênios e anuênios, diminuindo o auxílio transporte dos professores e funcionários de escola e acabando, por exemplo, com o direito de o professor chegar ao último nível de carreira, o nível 3, acabando com o PDE.

Isso, evidentemente, levou os servidores públicos a protestarem, e aí, houve o uso da polícia militar para conter os manifestantes. E isso deixou feridos, já no início do ano, na primeira sessão, em fevereiro, quando o projeto estava pautado para votar em regime de comissão geral – lá no Paraná, ganhou o apelido de tratoraço.

Sem haver debate em nenhuma comissão temática da Casa, o projeto ingressa e, em poucas horas, ele virava lei. Isso mobilizou os Deputados da oposição. Nós fomos à Justiça questionar, porque, aqui na Câmara dos Deputados, é o único lugar que tem, no Brasil, esse instrumento, que é a chamada Comissão Geral. Ela faz o debate, aprofunda o tema mas não vota. A Assembleia Legislativa do Paraná, diferente das demais assembleias de todo o Brasil, tinha esse artifício de debater rapidamente e votar sem passar por nenhuma comissão temática da Casa.

Isso levou, então, os servidores públicos a pressionar com muita veemência a Assembleia Legislativa, inclusive entrando no espaço da Assembleia, ocupando-a no dia 9 de fevereiro. No dia 12 de fevereiro, vários Deputados, para entrar na Assembleia, tiveram que entrar em um camburão, num carro blindado da polícia, chamado caveirão em alguns Estados.

Entraram evidentemente pelas portas do fundo, serraram as grades do fundo da assembleia, escoltados pela polícia militar, entraram na assembleia para fazer uma sessão no quinto andar do prédio administrativo, onde fica o restaurante da assembleia. E aí novamente os servidores ocuparam a assembleia para impedir aquela votação.

Então foram frustradas as votações. O Governo reconheceu que retirar os direitos dos servidores seria equivocado. Diante da pressão, retirou os projetos. E assim os servidores salvaram seus direitos.

Mas ficou pendente o tema da previdência. O Governo retirou o projeto com o compromisso de fazer um amplo debate. Depois de consultado o Ministério da Previdência, ele então apresentaria novamente o projeto, o que acabou não acontecendo.

O debate não foi amplo. No mesmo dia em que o Governo protocolou no Ministério da Previdência o projeto para análise do Ministério da Previdência, foi aprovado na sessão da assembleia legislativa regime de urgência para o projeto, que é outro artifício que diminui o tempo de tramitação do projeto, reduzindo bastante o seu debate. O que descontentou bastante os servidores públicos que tinham um compromisso do Governo de fazer um amplo debate. O Governo não esperou o Ministério da Previdência se pronunciar. Em regime de urgência, levou o projeto a votação, o que motivou os servidores a irem até a praça em frente à assembleia.

Ao chegarem à praça em frente à assembleia, na segunda-feira da semana passada, a assembleia estava cercada, por todos os lados, por milhares de policiais militares. E uma cerca improvisada foi montada na rua, cercando ruas, cercando praça, impedindo que os manifestantes se aproximassem da assembleia. E nenhum servidor, nenhum cidadão foi autorizado a entrar na assembleia nas sessões de segunda-feira. E de segunda

para terça, na madrugada, 1h30 da manhã, a violência foi usada pela Polícia Militar para tirar o caminhão de som que estava lá na praça, e os servidores foram agredidos, arrastados, atacados com cassetetes, com *spray* de pimenta, e o caminhão de som foi preso.

Eles estavam em vigília na Praça Nossa Senhora da Salete. A praça é administrada pela prefeitura, e não tinha nenhuma determinação legal para que os servidores não pudessem ficar na praça e que o caminhão de som também não pudesse estar lá. Mas foram então violentamente agredidos, e o caminhão foi preso.

Na terça, pela manhã, manifestantes resolveram voltar à praça. Novamente foram interceptados em frente à prefeitura de Curitiba, ali na rotatória. Com muita dificuldade, nós Deputados fizemos uma comissão, o Deputado Tadeu Veneri que está aqui também estava nesta comissão. Fizemos um acordo na presidência da assembleia com o Comandante-Geral da polícia do Estado do Paraná, Coronel Kogut, para que fosse possibilitado que o servidor pudesse ficar na praça, ficar na rua, andar pelas ruas de Curitiba e que o caminhão de som pudesse ser colocado onde estava no dia anterior.

Então foi firmado o compromisso, vários Deputados seguiram, eu fui junto, fomos até lá, e o comandante então que estava na operação em frente à praça recebeu a ordem. Então o caminhão foi conduzido até a praça e, antes de chegar ao lugar determinado pelo acordo, o coronel da Polícia Militar que estava lá no comando da operação pegou a chave do caminhão, porque ele foi dentro do caminhão ao lado do motorista, e sumiu com a chave. E o caminhão ficou na praça, mas não no lugar que deveria estar colocado como estava no dia anterior.

E essa chave só foi devolvida depois do massacre do dia 29.

Então, no dia 29, quando os servidores novamente se concentraram, aos milhares, mais de 15, 20 mil servidores, a maioria professores. Na hora de começar a sessão, nós, Deputados, como está aqui o Deputado Tadeu Veneri, nos revezamos na tribuna da Assembleia pedindo ao Presidente da Assembleia para que a sessão fosse suspensa porque estava havendo na praça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. PROFESSOR LEMOS – ... um confronto. Havia agressão, havia bombas, bombas jogadas, inclusive, por helicóptero, e havia cães também, mordendo. Pedimos para que a sessão fosse suspensa para que pudéssemos ir até lá fora pedir calma a todos os manifestantes e também à Polícia para que não acontecesse a tragédia que aconteceu.

Foi difícil, o Presidente suspendeu por apenas dez minutos. Tentamos sair, um grupo de Deputados, para intervir, mas isso não foi possível.

Os cães da polícia, inclusive, que estavam dentro do estabelecimento da Assembleia, na rampa que desce para a rua, já morderam o Deputado Rasca, já morderam o cinegrafista que está aqui, o jornalista, e gás lacrimogênio. O Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Deputado.

O SR. PROFESSOR LEMOS – ... Veneri levou, por exemplo... E nós não conseguimos sair. Então, mesmo dentro do espaço da Assembleia Legislativa, houve agressão.

Foi um ato violento com o qual não concordamos de jeito nenhum, e estamos aqui para pedir ajuda aos Deputados Federais e aos Senadores para que as providências possam ser tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Estadual Professor Lemos, que falou pela Assembleia Legislativa do Paraná.

Passamos a palavra de imediato ao Deputado Federal Ricardo Barros, PP do Paraná, Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Bom dia a todos.

Eu vou falar aqui, realmente, como Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados. Não represento aqui o Governo do Paraná. Represento o Secretário da Juventude, Edson Lau.

Vou falar como Vice-Líder do Governo porque estamos aqui aprovando um ajuste fiscal.

Professor Lemos, o Partido dos Trabalhadores, a Presidenta Dilma precisa colocar as finanças do Governo Federal em dia. E, para isso, propõe o ajuste fiscal. E nós vamos votar. Vamos votar, porque o Brasil precisa.

Então, a discussão que se apresenta é uma tentativa do sindicato (APP-Sindicato) e demais servidores, de impedir uma votação com a qual eles não concordavam.

A representação democrática do Estado do Paraná se dá pela sua Assembleia Legislativa, pelos seus Deputados Estaduais, que têm uma convicção formada sobre determinadas matérias. Houve uma invasão na Assembleia no primeiro episódio relatado pelo Professor Lemos e impediu-se a votação. E, pelo que se depreende, era esta de novo a intenção dos manifestantes que estavam lá no dia 29: impedir a votação, impedir que os Deputados Estaduais pudessem votar livremente, com o seu discernimento. Repetindo a ação que foi feita anteriormente.

E é lamentável. Eu quero aqui dizer que, da minha parte, lamento o episódio. Acho que o Governo do Paraná deve desculpas aos servidores, todos eles, os policiais cumprindo o seu dever, os professores reivindicando os seus direitos, todos, no seu devido e legítimo ponto de vista, agindo da forma que entenderam que devia ser a mais correta.

Mas quando a APP-Sindicato, Professor Hermes, publica na internet um modelo, uma instrução para os manifestantes, para que eles fossem com chapéu, com óculos, com bandagem, com camisa de manga cumprida, protegidos para para uma reação da polícia, é porque certamente haveria uma instrução...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – ... que provocaria essa reação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou de novo fazer um apelo ao Plenário: quando os que falaram aqui, dando a sua visão, o Plenário em nenhum momento interrompeu. Eu espero que aqueles que também foram convidados para expor o seu ponto de vista possam tranquilamente – eu vou descontar o tempo – fazer a sua exposição. E no debate, os Senadores e Deputados colocarão o seu ponto de vista.

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – Eu estou aqui de forma imparcial...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Uma questão de esclarecimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não. Ricardo, só um minutinho.

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Uma questão de esclarecimento: se eu entendi bem, o Deputado fala como Vice-Líder...

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – Do Governo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ... do Governo Federal. Está falando em nome da Presidente da República?

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – Não, estou falando...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele é que pode responder isso.

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – ... Como Vice-Líder do Governo Federal. E represento, sim, a vontade do Governo na Câmara dos Deputados. Estou afirmando aqui, Senador, que a Presidenta mandou medidas provisórias aqui...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – ... para reduzir o tempo de aposentadoria, para...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ricardo, deixe-me dar uma organizada aqui. Pessoal, quando o convidado está com a palavra, não dá para a gente interromper a palavra do convidado. O convidado...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... expõe o seu ponto de vista, e em seguida eu concedo a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – Então eu gostaria... Eu vou ser breve.

Acho que houve um episódio lamentável. É uma pena que os policiais tiveram que reagir à ação dos manifestantes, que visivelmente foram lá, derrubaram as grades. Derrubaram as grades para quê? Se era uma manifestação pacífica, não havia que instruir os manifestantes para que fossem preparados para a guerra.

Então eu sou... Para mim é uma visão muito clara: havia uma tentativa de impedir a votação, que a polícia impediu, dentro de uma visão democrática. Se não foi isso, então não entendo por que houve o confronto, porque não havia nenhuma razão para haver confronto. Não foi da iniciativa da polícia o confronto. O confronto partiu dos manifestantes que foram lá derrubar as grades e tentar novamente, como já explicou o Prof. Lemos, invadir o plenário da Assembleia e impedir a votação.

Há uma sindicância em andamento, inquérito na Polícia Militar, inquérito no Ministério Público, oitenta pessoas já foram ouvidas,...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – ... foram presos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – ... e anunciados que eram Black Blocs alunos da UEL, da Universidade Estadual de Londrina, que não eram Black Blocs, mas estavam aparamentados como Black Blocs por orientação da APP, e aí foram ouvidos na polícia e serão depois...

Eu ouvi calmamente, Hermes, a sua explanação e não estou discordando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estou organizando aqui a Mesa...

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – Não estou discordando dela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos terão o direito de fazer o contraditório no momento adequado.

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – Não estou discordando dela. Eu não queria ter que pedir para aumentar o meu tempo, porque estou aqui apenas como um membro do Governo Federal e do Governo do Estado do Paraná, um aliado dos dois lados, dizendo que o que teve que ser feito lá – e o Paraná já fez o seu ajuste fiscal, aumentou os impostos, cortou a despesa, ajustou a Previdência – vai ser feito aqui, está sendo feito. Está na pauta de hoje. A medida provisória está na pauta de hoje,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – ... mexendo no seguro-desemprego, mexendo no tempo de aposentadoria, nas pensões, porque é preciso fazer. E nós vamos votar. Então, gente, o que foi feito lá será feito aqui. Se haverá aqui um movimento para impedir o Plenário do Congresso Nacional de votar livremente, os representantes, eu espero que não. Nosso plenário já foi invadido algumas vezes – não é, Paim? – pelos índios,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. RICARDO BARROS – PP/PR – ... em outras votações que nós tivemos. Aí o João Paulo... Um põe o vidro na galeria, o outro tira o vidro da galeria, mas o fato.. Ontem foram distribuídas senhas para que pudessem ter acesso os manifestantes. Então aqui é democracia. O Paulo Pimenta esteve lá no Paraná, visitou o nosso Estado.

Eu não vejo, sinceramente, que estejamos discordando aqui. Por isso eu lamento essa reação do Plenário. Nós estamos todos concordando: houve um excesso, há inquérito para investigar os culpados, serão eventualmente punidos aqueles que se excederam, de parte a parte, e nós queremos simplesmente dizer que é preciso tomar as providências, e todos farão os seus sacrifícios, os servidores públicos, os empresários, que estão, nós estamos aqui "des-desonerando" a folha de pagamento. Nós tínhamos reduzido os encargos sobre a folha e agora temos que aumentar de novo, porque a conta não está fechando. Então é preciso ajustar as contas, e nós estamos fazendo todos a mesma coisa.

Então eu queria dizer que nós estamos querendo garantir no Paraná as condições, Profª Luzia, para que todos os alunos do Paraná possam ter ensino de qualidade, para que todos os professores possam ter os dias para dar aula, para que os servidores possam ter não só os seus salários, mas os recursos para, com seu trabalho, produzir bens e benefícios à sociedade como um todo. Esse equilíbrio é que será buscado pelo Paraná e por todos os Estados.

Temos greves dos professores em dez Estados brasileiros, e temos confrontos em outros Estados também. Mas eu entendo que o Paraná hoje foi escolhido como um contraponto emblemático ao Governo Federal. A Presidenta Dilma passa suas dificuldades, mas vai se recuperar, vai colocar o Governo em dia, vai aprovar ajuste fiscal, e nós esperamos que ela termine muito bem o seu Governo, como esperamos que o Paraná termine muito bem o seu governo, porque é isso que precisa ser feito para a população não sofrer por falta de tomada de decisões necessárias (necessárias) que os governantes têm de tomar, e votadas e aprovadas pelos representantes eleitos na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional.

Então, nosso objetivo é o mesmo, nossa posição é a mesma: nós estamos lamentando o episódio. Vamos buscar apuração, os culpados responderão. Eu acho que houve um aparato inadequado para aquela manifestação. Não precisava de balas de borracha, não precisava de, eventualmente... Mas não sei o dimensionamento da operação – helicóptero, tudo isso.Foi um dimensionamento feito pelas pessoas responsáveis pelo governo e por essa área, mas, infelizmente, o resultado não foi aquele que gostaríamos, nenhum de nós paranaenses, nenhum de nós brasileiros. Esse episódio não ajuda nossa democracia, mas ele ocorreu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – E as pessoas responsáveis serão devidamente imputadas.

Então, é isso o que eu queria dizer. Penso que estamos todos no mesmo caminho. E, quando o Governo abre sindicância e busca os culpados, ele quer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – ...que quem estabeleceu os excessos que foram efetivamente ocorridos – eu reconheço isso –, nós possamos corrigir.

É isso o que eu queria dizer. Estou aqui para reafirmar a necessidade dos ajustes e para dizer que, democraticamente, há que se permitir que as Assembleias Legislativas, que o Congresso Nacional, que o Senado Federal possam deliberar sobre as matérias que o País e os Estados e os Municípios precisam.

Não há que se querer impedir votações. Há que se argumentar e convencer os representantes da população que vão responder depois. Todos nós, Paim, que disputamos eleições e renovamos cada período de nosso mandato vamos responder pelas decisões que tomamos.

Então, agradeço a oportunidade e reitero aqui nossa posição: estamos todos juntos, lamentando o episódio, e vamos onerar aqueles que foram responsáveis por esse lamentável episódio ocorrido no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Deputado Federal, Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

De imediato, passo a palavra...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...ao Prof. de Ensino Superior, Deni Willian da Silva.

Eu vou passar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...pela ordem.

Mas só quero fazer um apelo. É um apelo a todos os Deputados e Senadores. Eu tenho muita preocupação, em audiência pública, em conceder a palavra pela ordem, porque uma série de Deputados e Senadores se inscrevem e, daí, o pela ordem, permite...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O debate... Mas não é o meu caso, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...àquele que não se inscreveu, anteceda a quem se inscreveu. Mas sou obrigado a conceder a palavra pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu agradeço a V. Exª. Não vou entrar no mérito do debate. Eu queria deixar duas situações claras, primeiro. Não constava do requerimento para convite nesta Comissão o Deputado Ricardo Barros para fazer manifestação à mesa. Democraticamente, o Deputado chegou aqui, como Vice-Líder, se inscreveu e pediu para estar à mesa. Estamos em uma democracia e não temos problema nenhum quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E é só para dizer que se concordou...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E concordou, sem problema nenhum.

Segundo: não pode o Deputado vir aqui e dizer que está representando o governo nesta audiência, como Vice-Líder, porque não está. É importante deixar isto claro: não está representando o Governo! (*Palmas.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ele é Vice-Líder... Ele é Vice-Líder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu faço um apelo mais uma vez, pessoal. Palmas em silêncio tudo bem. Quem está com a palavra é uma Senadora. Quem está com a palavra é uma Senadora, inclusive é um desrespeito à própria Senadora. Ela foi interrompida porque alguns companheiros aí atrás entenderam que tinham de falar no lugar dela, e não é esse o procedimento. E nós não vamos admitir!

Senadora Gleisi com a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ele é Vice-Líder na Câmara dos Deputados. Nós o respeitamos como Vice-Líder para discutir os assuntos atinentes à Câmara dos Deputados, de interesse do Governo, e não ara vir aqui representar o Governo e defender o Governo do Estado do Paraná!

Eu quero que conste isso dos registros para ficar claro, porque não responde pelo Governo. Aliás, temos representantes da Secretaria Nacional de Direitos Humanos na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Constará em Ata.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Tem razão. Tem razão, Senadora. Tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao Prof. Denny Willian da Silva, professor do ensino superior.

O SR. DENNY WILLIAN DA SILVA – Agradeço a possibilidade de estar aqui, a convite da Presidência desta Comissão.

Saúdo os membros da Mesa, Senadores presentes, Deputados Federais, Deputados Estaduais do Paraná aqui também presentes, e, em especial, nossos colegas representantes dos sindicatos do ensino superior – da APP-Sindicato, o Prof. Hermes – e os demais servidores públicos aqui presentes.

Eu vou ter que inverter um pouco a minha fala, porque não posso deixar de dizer algumas coisas a respeito do que o Deputado Ricardo Barros acaba de colocar aqui.

Eu devo dizer que não houve diálogo da parte desse Governo. No processo que promoveu o encerramento da greve de 32 dias das universidades, agora em meados de março, nós assinamos um termo de compromisso com o Líder do Governo Beto Richa, Deputado Romanelli, em que ele se comprometeu com uma série de pontos, entre eles que seria realizado um amplo debate acerca da proposta relativa à reforma da Previdência.

Eu sou membro do sindicato dos professores da Unicentro, e as seções sindicais do Andes representam os docentes da Unespar, da UEM, da Unicentro, da Unioeste, da UEPG, bem como nossos colegas do Sindiprol/Aduel. Pois bem, eu digo que nós somos completamente afastados desse processo de discussão que havia sido prometido pelo Líder do Governo.

Não houve amplo debate. Alguns segmentos participaram de algumas conversas com o Governo, mas um segmento significativo, que são as nossas universidades – são sete universidades naquele Estado –, não foi ouvido. As universidades não estiveram presentes. A única oportunidade que efetivamente nós tivemos de colocar um pouco da nossa visão em relação ao que estava acontecendo foi quando o Deputado Professor Lemos, aqui ao meu lado, chamou uma audiência pública da qual nós participamos. Foi somente esse o momento em que nós tivemos possibilidade de colocar as nossas considerações acerca daquilo.

Isso talvez sirva para justificar o fato de que a minha universidade, a Unicentro, entre os mais de duzentos feridos que foram socorridos ali, somente no ambiente da Prefeitura Municipal, teve quase 10% dos feridos naquele processo, tamanha era a revolta, tamanha era a indignação na condução.

Eu devo dizer aqui que o Governo do Paraná provocou aquilo! E não foi somente nesse momento. Ele vem provocando isso, no que diz respeito a esse aspecto específico, desde dezembro, quando ele apresenta um projeto de lei às vésperas do Natal, às vésperas do recesso legislativo da Assembleia do nosso Estado, não dando condições para que fizéssemos uma discussão acerca da proposta de Previdência. Alguns aspectos já tinham sido colocados no mês de dezembro e desagradaram profundamente o conjunto dos servidores. Quando alguns outros elementos retornam àquela Casa ainda no mês de fevereiro, já havia um clima de indignação e de insatisfação muito grande, por se colocar coisa de tamanha relevância para se debater às vésperas do Natal, quando os estudantes já estão fora das universidades, em função das férias, quando já estamos nos exames finais, aplicando provas e exames finais, cheios de responsabilidades para o encerramento do ano letivo. Assim, fica muito pouco espaço e há muito poucas condições de se fazer um debate sobre questão tão importante quanto a que estava colocada.

Então, isso já começou a criar um sentimento muito ruim em relação ao método que esse Governo vem aplicando. O mês de dezembro foi quando começaram a vir as maldades ali.

Portanto, Deputado, dizer que houve amplo debate não é verdade. Agora, que nós estávamos dispostos realmente a ocupar o espaço da Assembleia Legislativa isso é verdade. Reconheço aqui e digo isso porque nós fomos levados ao limite! Fomos levados ao limite porque não houve diálogo! (*Palmas.*)

Quando tivemos de fazer a ocupação no dia 12 de fevereiro, foi porque o expediente da Comissão Geral, aqui explicado pelo Professor Lemos, possibilitava que aquilo tudo fosse resolvido em um único dia, sem discussão, em uma audição extremada, em que não havia a menor condição de que pudéssemos nos reunir com o Governo, fazer considerações em relação à proposta que estava colocada. Então, não restou outro caminho face à falta de diálogo e, portanto, ao rompimento de um aspecto fundamental da democracia, que, desde 1985, temos trabalhado profundamente para construir e derrubar o que ainda existe de entulho do processo autoritário, do período anterior.

Quando não há diálogo, não dá para falar em democracia. Quando não há debate, não há como falar em ampla participação popular. Nós estamos sendo atropelados – o chamado tratoraço. Não restou alternativa; fomos levados ao limite, porque, efetivamente, somos professores e não ficamos aí incitando o ódio. Somos professores, não ficamos por aí incitando rebelião; não ficamos incitando desobediência civil. Mas ali não havia outro caminho.

Ao final do processo de greve de 32 dias em nossas universidades, para encerrar aquele processo assinamos o dito termo de compromisso que eu havia citado, e estava ali, naquele documento, garantido o amplo diálogo, que, como eu já disse, não houve, porque as seções sindicais das universidades estavam excluídas daquele processo.

E, contrariando que havíamos acordado com o Líder do Governo, o Deputado Romanelli, ainda é apresentado o projeto na forma de regime de urgência, para ser votado na Assembleia Legislativa. Ou seja, estava havendo uma repetição dos fatos que levaram à ocupação do mês de fevereiro. Tentamos, por diversas oportunidades, ainda fazer contato com o Líder do Governo. Aquilo não se solucionou, continuamos não sendo ouvidos naquele momento. E, quando chegamos às vésperas do dia 29, qual era o clima que estava instalado? Não havia debate, não havia diálogo, não havia condições de nós interferirmos, e a questão estava sendo colocada sob regime de urgência.

Então, é claro que, em um processo dramático como esse, a questão estava tencionada, e o Governo também provocou o tempo todo o conflito que se deu desde as vésperas, porque a todo momento estávamos sendo fustigados: houve tentativa de retirada de caminhão de som; nós tínhamos os nossos professores e jovens acampados à frente da praça pública, em frente à sede do Governo e à Assembleia Legislativa. Havia movimento de tropa; a todo momento faziam manobras e exibiam seus cães; faziam manobras do Choque, como uma tentativa de intimidação e de desgaste psicológico. E isso foi acirrando os ânimos de todos que estavam presentes.

Já havia da parte do Governo a demonstração de que eles iriam para o enfrentamento. E, é claro, a partir do momento em que nós estamos excluídos do processo de participação na Assembleia e quando foi garantida a presença de pessoas nas galerias, por meio de uma medida judicial, porque o Presidente da Assembleia Legislativa impossibilitou que as pessoas pudessem, pelo menos, ocupar aquele espaço... Quando temos de recorrer a uma medida judicial, temos de ter a clareza de que a situação estava armada... para ser colocado isso.

As provocações dos helicópteros eram completamente desnecessárias. Estávamos com as barracas aramadas em frente à praça e aquele helicóptero maior, que a Professora Marta Belini citou aqui, pairou sobre as barracas e espalhou barracas para todo lado! Para quê? Foi uma demonstração clara de provocação; era desnecessário. Isso chega às raias do despreparo emocional de quem estava no comando daquela operação.

Então, é claro que o cenário estava colocado, e, no momento em que se inicia o processo de votação, logo após um Deputado ter sido atacado por cães, um cinegrafista ter sido atacado por cães...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DENNY WILLIAN DA SILVA – ... nós impossibilitados...

O SR. DENNY WILLIAN DA SILVA – Nós, impossibilitados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. DENNY WILLIAN DA SILVA – ... de ter acesso às proximidades do plenário. É claro que não havia outro recurso, porque nós não temos a intenção de ficar incitando esse tipo de coisa. Qual é o nosso desejo? É o diálogo, o debate, e, efetivamente, isso não houve. Isso, efetivamente, foi obstruído pelo Governo.

Então, culpabilizar os manifestantes – professores, estudantes e servidores públicos que estavam lá –, por favor! A tensão não partiu do nosso lado. Nós fomos, o tempo todo, instigados pelo Governo a ter esse tipo de comportamento.

Finalizo a minha fala, dizendo o seguinte: esse tipo de prática, esse tipo de postura afasta os nossos jovens dos cursos de licenciatura. Isso destrói a educação no País! Terminada a greve, vamos entrar, agora, novamente, na terceira semana de uma segunda greve. Quando eu voltar para a sala de aula, ainda há alunos com cicatrizes, ferimentos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

O SR. DENNY WILLIAN DA SILVA – ... professores ali, o que eu digo para os meus alunos? Olha, vamos acreditar na educação, porque ela pode mudar este País. Qual é, efetivamente, a imagem que o nosso País passa no cenário internacional? Um País que bate em professores?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bom, Denny, todo mundo respeitou o tempo.

O SR. DENNY WILLIAN DA SILVA – Agradeço. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Peço desculpas a todos os convidados. Estou sendo firme quanto ao tempo com todos, para que cada um exponha o seu ponto de vista, e façamos o contraditório.

Passo a palavra agora ao representante do Governo do Estado do Paraná, o assessor especial Edson Lau Filho.

O SR. EDSON LAU FILHO – Meu bom dia à Mesa, na pessoa do Presidente, Senador Paulo Paim, homem que me inspira muito, pois, como um Senador negro, inspira um jovem negro, como eu, na militância política, na militância pela causa pública, assim como vários homens que aqui estão, como o Senador Aloysio. Inspiram-nos muito na luta por um Poder Público mais eficiente.

Não posso deixar de ressaltar que, neste momento, não deixo de me lembrar da história do jovem Daniel, que foi jogado à cova dos leões. Não quero comparar os membros deste Parlamento a leões, mas, tendo em vista o grande abismo que há, na história política de grandes homens que aqui estão, eu posso me sentir o mais novo aqui presente – excetuando-se o Deputado Ariel, que está ali, acho que sou o mais novo aqui presente –, mas, independentemente disso, Daniel, naquele momento, foi à cova, porque manteve os seus princípios. E cá estou.

Princípios é um dos três temas que quero abordar na minha fala, mas, antes de falar sobre os princípios, quero recorrer a alguns fatos.

A exemplo de praticamente todas as entidades de previdência pública dos Estados brasileiros e da União, a Paraná Previdência enfrenta, desde a sua origem, um problema muito simples: o valor total que arrecada com as contribuições dos servidores é insuficiente para o pagamento das aposentadorias e pensões sob sua responsabilidade, ou seja, há um chamado desequilíbrio atuarial nas contas do ente.

Há um motivo para o déficit na conta das entidades de previdência pública no País, mas o principal sempre foi garantir a aposentadoria integral dos servidores beneficiados. Ao contrário da aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada – funcionários, donos de empresa, trabalhadores rurais autônomos e pro-

fissionais liberais, que é paga pelo INSS e têm o valor máximo fixado em R$4.663 –, a aposentadoria pública foi concebida para corresponder ao salário percebido pelo servidor no cargo.

Como em muitas situações, a capitalização das contribuições e dos servidores fica aquém da aposentadoria a quem faz jus. Especialmente no caso dos servidores públicos, que recebem salários mais elevados, a diferença precisa ser paga pelo Poder Público. A medida não provocaria inquietação se os recursos do Poder Público não fossem oriundos de tributos cobrados da população.

Como a grande maioria da população não é composta por servidores públicos, os trabalhadores da iniciativa privada é que, na prática, acabam complementando o pagamento do benefício dos servidores. O fato deveria despertar, em todos nós, um enorme debate moral, mas o assunto costuma ser abafado pelos sindicatos, associações de classe e de funcionários públicos, que não dão o menor sinal de opinião e ação contrárias e respondem com propaganda dramática e mobilização.

Assim, a retórica classista transforma privilégios em direitos, e qualquer proposta de alteração de legislação previdenciária é desqualificada, assim como seus proponentes. Ao mesmo tempo, quando necessária a defesa do ponto de vista das entidades, a leniência do serviço público permite um grande número de manifestantes, a qualquer dia da semana e a qualquer horário.

Para diminuir o sacrifício dos cofres públicos com a previdência pública, o Governo Federal adotou, ao longos dos anos, inúmeras medidas. A primeira ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso com a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que autorizou a aplicação do mesmo teto do INSS aos servidores que ingressassem no funcionalismo público federal. Embora tenha condicionado o início da limitação no pagamento dos benefícios à criação de uma previdência pública complementar de contribuição facultativa, a medida entrou em vigor a partir de 2012 por iniciativa da Presidente Dilma; e a PEC nº 20, de 1998, foi regulamentada a partir da Lei nº 12.618, de 2002, para os novos servidores da União.

Antes disso, em 2003, no Governo Lula, outra Emenda, a de nº 41, de 2003, promoveu uma nova reforma na Previdência, a fim de instituir cobrança de contribuição previdenciária para inativos e pensionistas no País que recebessem benefícios superiores ao teto do INSS.

Como o Paraná tratou do assunto? O Paraná criou o Paraná Previdência em 1998, sob concepção do engenheiro Renato Follador. A entidade repartiu os seus recursos em dois fundos distintos. O primeiro, chamado Fundo de Previdência, assumiu o pagamento dos benefícios dos servidores ativos que, na data da publicação da lei instituidora da entidade, 1998, contavam com até 50 anos, no caso dos homens, e 45, no caso das mulheres. O segundo, chamado Fundo Financeiro, assumiu o pagamento das aposentadorias dos servidores já inativos na ocasião e dos servidores que, embora em atividade, tivessem idade superior àquelas previstas para vinculação do fundo de previdência.

Com a criação dos dois fundos, buscou-se permitir que, ao menos um deles, o Fundo de Previdência, andasse com as próprias pernas e apresentasse equilíbrio atuarial. Como o fundo reuniria servidores mais novos ainda não aposentados, o fundo poderia se capitalizar ao longo dos anos para, no futuro, honrar o pagamento das aposentadorias com seus próprios recursos. Com o passar dos anos, a substituição progressiva da força ativa do Estado pelo ingresso de novos servidores acabaria por tornar o Fundo de Previdência o único existente na Paraná Previdência. Quando isso acontecesse, o fundo responderia por todos os benefícios pagos pela entidade. Até lá, contudo, haveria tempo para capitalizá-lo, ainda mais, especialmente, pela adoção de outras medidas para ingresso de recursos na Paraná Previdência, como a instituição da contribuição do INSS dos inativos.

Enquanto isso, o Fundo Financeiro faria as vezes de uma espécie de "bode expiatório" da previdência do Estado: marcado por um forte déficit, o fundo seria socorrido por aportes mensais do governo do Estado. No começo deste ano de 2015, Sr. Presidente, esses aportes ultrapassavam os R$250 milhões por mês, até que o último benefício fosse pago e elevasse sua instituição.

Embora a concepção do Paraná Previdência tenha sido bastante elogiada e, no início, tenha conseguido resultados esperados, o descompromisso posterior do Estado com a entidade e a falta de medidas necessárias ao combate do déficit acabaram comprometendo o seu sucesso. Isso ocorreu especialmente a partir do governo de Roberto Requião de Mello e Silva, que não apenas deixou de repassar os valores devidos do Estado ao Paraná Previdência...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Presidente!

O SR. EDSON LAU FILHO – ... em virtude de dificuldades do caixa no governo do Estado, como desrespeitou a Constituição Federal...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. EDSON LAU FILHO – ... ao não instituir a contribuição previdenciária dos inativos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Presidente, esse menino está mentindo! Ele não sabe o que está dizendo!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – E nós estamos aqui, Sr. Presidente, não para escutar esse texto que ele não escreveu, mas que escreveram para ele ler, porque ele não é o Secretário de Segurança, não é o Chefe da Casa Civil, não é o governador do Estado. E está mentindo sobre o fundo de previdência do Estado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem!

O SR. EDSON LAU FILHO – Senador, o senhor não respeita a minha idade?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um minutinho! Só um minutinho!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Agora, nós estamos aqui com uma reunião para discutir a violência policial. Eu não quero fazer esta reunião se esvaziar no debate das razões do fundo previdenciário, onde o governo está tirando, em seis anos, R$12 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele está argumentando.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ... em 2021 repondo até R$1 bilhão.

Agora, eu não estou aqui para escutar esse menino, que eu não sei o que representa nem o que é, mentir sobre o Fundo de Previdência.

O SR. EDSON LAU FILHO – Respeita minha história, Senador!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um minutinho. (*Palmas.*)

Só um minutinho, Deputado!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Aliás, Presidente, eu quero até me desculpar: ele não está mentindo, ele não sabe sequer o que está dizendo. Está lendo o texto absolutamente ridículo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou fazer... Eu havia acertado que, pela ordem, em se tratando de uma audiência do Senado, falarão os Senadores; depois, os Deputados.

O Senador Aloysio Nunes pediu a palavra pela ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Aloysio Nunes está com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que garanta a palavra ao nosso convidado. Ele é convidado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado! Não pode ser tratado de menino, de mentiroso, por qualquer um que esteja aqui. Isso é inadmissível nos termos de convivência que devemos manter entre nós.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Presidente, eu quero me desculpar, mas dizer que jamais cheguei aos desaforos que diz o Senador Aloysio no plenário e nos corredores do Senado, que, aliás, é meu amigo e eu o admiro muito.

Agora, é mentira o que o menino está dizendo. E ele não sabe o que está lendo.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Requião expressou aqui o seu ponto de vista.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra ao representante do Paraná, para que conclua no seu tempo.

O SR. EDSON LAU FILHO – Eu tinha três minutos até ser interrompido, para uma questão de ordem que não foi uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou descontar o tempo.

Será dado ao representante do Paraná o tempo da questão de ordem apresentada pelos dois Senadores.

Por favor, com a palavra o Sr. Edson.

Vou descontar o tempo. O Edson com a palavra. O Edson tem mais cinco minutos agora.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Edson, com a palavra.

O SR. EDSON LAU FILHO – Obrigado, Sr. Presidente.

No Governo Beto Richa, a contribuição dos inativos foi instituída...

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Edson, representando o Paraná, tem mais cinco minutos.

Com a palavra Edson.

O SR. EDSON LAU FILHO – Ao mesmo tempo, tentou se estabelecer o teto do INSS para aposentadoria dos servidores...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Com a palavra o representante do Governo do Estado do Paraná, por mais cinco minutos.

O SR. EDSON LAU FILHO – No Governo Beto Richa, instituiu-se...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Vou fazer um apelo ao Plenário, de ambos os lados, para o bom andamento da reunião, que não haja nenhum tipo de provocação de nenhuma das partes.

Por favor, Edson, representante do Paraná.

Edson com a palavra.

O SR. EDSON LAU FILHO – No Governo Beto Richa foi instituída a contribuição previdenciária dos inativos, assim como foi encaminhada a limitação do teto do INSS dos servidores. A ideia seria extinguir o fundo financeiro e com ele todos os aportes mensais a entidades, todos os benefícios do Paraná Previdência passariam a ser pagos pelos fundo previdenciário, que, repito, era superavitário. Revoltados pelo envio desse projeto de lei, como o Professor Deputado Lemos ressaltou, a Assembleia foi invadida pelos manifestantes, no dia 10 de fevereiro, a fim de evitar a votação desse Projeto.

Após dois meses de debate com as entidades representativas dos servidores, o projeto assumiu o nº 252, de 2015. Um dos principais movimentos do novo projeto seria a chamada segregação de massas, a movimentação de 33.556 servidores para o fundo previdenciário.

A medida, senhores, isentaria o Poder Executivo da necessidade de aportes financeiros de mais de 140 milhões por mês, economia, Deputado Ricardo Barros, de R$1,5 bilhão.

Um dos três temas que quero abordar aqui é a questão da verdade. Não existe uma verdade absoluta, e, aqui, temos que falar das verdades que aconteceram e que, muitas vezes, são ocultadas do grande público e da grande imprensa. Portanto, quero aqui trazer alguns fatos ocorridos, que presenciei, pois trabalho e moro no Centro Cívico e posso relatar aqui.

Para evitar uma nova invasão da Assembleia Legislativa e para garantir a votação, conforme disse o Deputado Ricardo Barros, o Presidente da Assembleia Legislativa entrou com um pedido no Judiciário para garantir que a votação acontecesse, e o Judiciário a garantiu. A decisão judicial autorizou o emprego de força policial. Diferentemente do que foi dito aqui pela Profª Luzia, a força policial cercou a Assembleia Legislativa. Não partiu de um exercício de adivinhação legal realizado pelo Poder Judiciário, mas havia, sim, a possibilidade concreta de incursão de manifestantes na Assembleia Legislativa do Paraná.

No sábado, antes do dia 29 de abril, a APP-Sindicato convocou greve de servidores, e eles começaram a se reunir. Entretanto, Sr. Presidente, Senadores, Parlamentares e imprensa aqui presente, a greve foi considerada ilegal, e o Sindicato, desde então, ignora a multa aplicada pelo Judiciário.

Lembro-me de, na segunda-feira, assistir à TV, de me sentar para assistir ao noticiário do principal órgão de comunicação do Estado do Paraná. Ao ser inquerido, o Prof. Hermes Leão, que está aqui ao meu lado, falou sobre os pontos de que a APP-Sindicato discordava do Projeto de Lei nº 252, de 2015...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor dispõe de mais um minuto.

O SR. EDSON LAU FILHO – Peço mais cinco minutos para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, não, o senhor tem mais um minuto. Eu já lhe dei cinco minutos além do seu tempo pelos dois apartes.

O SR. EDSON LAU FILHO – Mas os cinco minutos foram pela questão de ordem que não foi questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. Agora, o senhor vai ter o mesmo tempo de todos os outros. O senhor tem mais um minuto.

O SR. EDSON LAU FILHO – A greve foi considerada ilegal. E, nessa entrevista, o Sr. Presidente do Sindicato proferiu apenas palavras contra o Governador Beto Richa.

Os manifestantes promoveram cerco ao Centro Cívico, a todos os seus acessos. Temos vídeos de cercos dos manifestantes no Centro Cívico revistando os carros dos moradores da região, a fim de evitar que os Deputados chegassem à Assembleia Legislativa. Eu os vi, Sr. Deputado, Sr. Senador, revistarem o carro do meu vizinho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON LAU FILHO – Por volta de 15h, os manifestantes tentaram furar o bloqueio policial, mantido pela Polícia. Alguns Black Blocs, inclusive, portavam coquetéis molotov, máscaras de gás. E ressalto: através das redes sociais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Conclua, Sr. Edson Lau Filho. Terminou o seu tempo.

O SR. EDSON LAU FILHO – Através das redes sociais, eles foram convocados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faço um apelo ao senhor para que conclua.

O SR. EDSON LAU FILHO – Vou concluir, Sr. Presidente.

A força policial foi usada para conter os agressores, e, notadamente, essas imagens foram conhecidas por todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo...

O SR. EDSON LAU FILHO – O uso da sobreforça, certamente, é lamentável.

Meus amigos, posso dizer e afirmar com certeza que as imagens falam por si só. Existem radicais nesse meio. Esses radicais provocaram a reação da força policial. Não foi a Polícia que iniciou o confronto. A violência é condenável de quaisquer lados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Conclua, por favor, Sr. Edson.

O SR. EDSON LAU FILHO – Caros Parlamentares e imprensa, quero aqui fazer um apelo a todos vocês. Quero fazer um apelo a todos vocês! Os sindicatos são mestres na arte da propaganda, do drama e da vitimização emocional. As vítimas que aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Conclua, Sr. Edson.

O SR. EDSON LAU FILHO – As pessoas lesionadas aqui presentes...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, por favor, conclua, que é melhor para o senhor e para o Plenário!

O SR. EDSON LAU FILHO – As cenas aqui não nos podem deixar de observar o óbvio. Houve postura de confronto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai concluir, sim, senão vou ter de cortar o som.

O SR. EDSON LAU FILHO – ...de ambos os lados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Edson, por favor, conclua!

O SR. EDSON LAU FILHO – Vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos os convidados mantiveram o tempo de dez minutos, com mais um minuto. Ouvi dois apartes e lhe dei 15 minutos.

O SR. EDSON LAU FILHO – O.k.!

Sr. Presidente, o Brasil está em crise. Nestes momentos...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não dá! O senhor está retomando, Edson!

O SR. EDSON LAU FILHO – Não! Estou terminando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está retomando a sua fala.

O SR. EDSON LAU FILHO – Estou terminando, estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está encerrada a fala.

O SR. EDSON LAU FILHO – Este é o momento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou encerrar a sua fala, Edson.

O SR. EDSON LAU FILHO – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Este é um momento de coerência sem peleguismo, de ação sem subserviência. Vamos fortalecer a democracia e suas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está encerrada a fala do Sr. Edson Lau Filho, que falou pelo Governo do Paraná.

O último convidado desta Mesa é a Ouvidora Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Drª Irina Karla Bacci, a quem passo a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, quero só fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – O Governador do Estado foi terceirizado pelo Sr. Edson Lau.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra, a nossa querida Irina.

Irina, permita-me que eu tranquilize os familiares da nossa querida Profª Luzia Marta Belini, que passou mal aqui, mas que está sendo atendida pelo corpo médico da Casa. O seu estado não é nada considerado grave. Ela está sob observação.

O SR. ROSSONI (PSDB - PR) – Não foi o Beto Richa!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, Irina, a senhora está com a palavra.

O SR. ROSSONI (PSDB - PR) – Não foi o Beto Richa!

A SRª IRINA KARLA BACCI – Bom dia a todas e a todos.

Eu queria agradecer o convite do Senador Paulo Paim para participar desta audiência pública e dizer que o Ministro Pepe Vargas era o convidado para estar aqui. Infelizmente, lamenta não estar, porque hoje está na abertura do Seminário Internacional de Educação em Direitos Humanos, que ocorre no Brasil, por ocasião da IV Reunião Extraordinária da RAADDHH (Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados). Todos os países que compõem o Mercosul estarão aqui, no Brasil, nos próximos dias, discutindo direitos humanos e todos os temas correlatos. Por isso, o Ministro lamenta não estar presente, e, como manifestado em nota pela Secretaria de Direitos Humanos, também manifestamos a nossa preocupação com os fatos ocorridos no dia 29 de abril.

Manifestamos as nossas preocupações pelo fato de que a violência gerada no conflito, no dia 29, entre o movimento grevista e as forças de segurança do Estado do Paraná, demonstram a falência dos órgãos, inclusive dos manifestante, de gerenciar suas crises e seus diálogos. Esse é um ponto fundamental da democracia brasileira. Nós, como também apontamos, estamos dispostos a dialogar e a colaborar com os manifestantes, com o coletivo 29 de abril, que foi criado em razão do ocorrido, e também com o Governo do Paraná; estamos dispostos a mediar o conflito estabelecido diante dessa situação.

É importante dizer, mais do que qualquer coisa, que as imagens mostradas pela mídia para todos os cidadãos e cidadãs do País, e também internacionalmente, falam por si só. E, mais do que tudo, é importante que pensemos que, no âmbito da ouvidoria, nós temos o que chamamos de "nossa missão", que significa termos sempre que pensar nas vítimas de violência, nas vítimas de violação. As imagens mostram que, independentemente de qualquer coisa, nós nunca devemos buscar os culpados em primeiro lugar. Muito pelo contrário. Nós precisamos buscar solução para que não haja mais violência, antes de tentar encontrar os culpados.

O Governo do Estado do Paraná já se manifestou, na ocasião do dia 28 de abril, quando afastou o comando da Polícia Militar, que resultou também numa ação truculenta, e, no dia 29 de abril, o comandante também, ontem, foi afastado, mostrando que o Governo do Paraná, em alguma medida, não concorda com isso.

Por outro lado, as imagens mostram que o Governo do Paraná, por meio de alguns servidores, comemorava aquela ação. Isso mostra o que estávamos dizendo, essa falência de negociação de gerenciamento de multidões e de conflitos que tem se estabelecido em toda e qualquer manifestação que ocorre neste País. O papel nosso, na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, por prerrogativa, normativa legal, a Secretaria de Direitos Humanos desenvolve o papel de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, e somos órgão assessor direto do Ministro-Chefe da Secretaria. Temos por prerrogativa acolher as denúncias de violações de direitos humanos.

Entre 29 e 30 de abril, recebemos 22 denúncias de cidadãos do Paraná, que fizeram questão de se manifestar. Algo bastante incomum nas denúncias que recebemos pelo Disque 100 – Disque Direitos Humanos, que, em grande parte, são denúncias anônimas ou denúncias sigilosas. Mas fizeram questão de se manifestar porque não concordaram com aquela reação desproporcional e repressiva ao tamanho daquilo que foi colocado e que as imagens mostraram. Nesse sentido, as denúncias apresentadas foram muitas delas registradas por alunos dos professores que estavam presentes na manifestação, por filhos de professoras e de professores que estavam presentes na manifestação. Isso nos mostra que, para além das pessoas atingidas, há também uma série de outras pessoas do Estado do Paraná que se sentiram atingidas com a violência ali ocorrida.

Também é importante frisar, Senador, que as imagens mostram que as Forças de Segurança estavam ostensivamente preparadas para uma ação muito maior do que talvez a que nós cidadãos e cidadãs brasileiras gostaríamos de ter visto.

Dados da Prefeitura de Curitiba encaminhados também na denúncia mostram que 213 pessoas foram atendidas na Prefeitura, que acabou funcionando como uma espécie de pronto-socorro, visto que as ambulâncias do Samu demoraram a chegar ao Centro Cívico em razão do cerco realizado naquela situação. Além disso, dados apresentados na imprensa ontem mostram que foram aproximadamente 400 feridos nessa ação policial. Estamos acostumados a acompanhar manifestações desde as jornadas de junho, mas o que mais nos chamou a atenção é que os ferimentos que as pessoas apresentavam eram da cintura para cima, e mais de dois ferimentos por pessoa. Isso mostra que o uso excessivo de armamentos não letais não deixa de ser letal.

Sabemos que isso é algo que já está sendo discutido nesta Casa e na Câmara dos Deputados, e é preciso um esforço dos Parlamentares brasileiros para discutir a responsabilidade do uso de armamentos não letais.

Além disso, também nos chamou a atenção o uso do helicóptero, que direcionava armamentos não letais para as barracas em que os professores tentavam se proteger da violência e de todo o conflito gerado.

Como eu disse, nós acompanhamos as manifestações de junho para cá e a atuação das Forças de Segurança, e observamos que houve uma evolução no comportamento das Forças de Segurança, tanto que nas recentes manifestações com maiores multidões, houve um comportamento bastante diferente das Forças de Segurança, comparado ao de junho de 2013, mas agora, infelizmente, as Forças de Segurança apresentaram um comportamento bastante acentuado.

Nesse sentido, Senador, pelo número de denúncias e pelo tamanho do ocorrido, nós vamos nos deslocar para o Estado do Paraná. Chegaremos hoje ao final do dia, começo da noite, ao Estado do Paraná, e amanhã teremos uma série de reuniões com o Ministério Público Estadual, com a Defensoria Pública do Estado do Paraná e com a Ouvidoria de Polícia do Estado do Paraná, que esteve ontem, aqui em Brasília, conosco, na Secretaria de Direitos Humanos. Na segunda e terça-feira discutimos exaustivamente com a Ouvidora das Polícias do Estado do Paraná, que também foi prontamente acionada por nós, assim que recebemos as denúncias.

Eu queria também frisar que, no dia 29, eu e a Ouvidora do Paraná conversávamos sobre a situação ocorrida no dia 28, sobre a forma como as Forças de Segurança estavam planejando a garantia da ordem pública, que é uma das funções das Forças de Segurança, quando se iniciou aquela ação repressiva, algo não planejado, porque quando há planejamento dessa natureza a própria Ouvidoria de Polícia é notificada. Era desconhecida aquela ação, tanto que ela havia acabado de me dizer que estava tudo tranquilo, que estavam monitorando, que equipes da Ouvidoria estavam verificando a tranquilidade da manifestação e o gerenciamento entre manifestantes e Forças de Segurança, quando imediatamente, ainda nós no telefone, começou aquela repressão, bastante forte.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª IRINA KARLA BACCI – Imediatamente, ligamos para o Assessor de Direitos Humanos da Prefeitura, que fica ali no Centro Cívico. E no momento em que falávamos com ele uma bomba caiu dentro da Prefeitura, causando uma série de transtornos também a servidores públicos de outros órgãos. Em seguida, conseguimos conversar com pessoas que estavam ali no entorno, trabalhadores, o que nos preocupou. Cerca de 50 crianças também foram atingidas pela violência, pois há uma creche próxima ao Centro Cívico.

Os educadores nos disseram que tiveram que deitar por cima das crianças para protegê-las do volume de gás de pimenta e gás lacrimogêneo que também atingiu a creche.

Isso mostra que para além dos servidores, para além dos manifestantes, toda a população de Curitiba foi atingida por essa manifestação. Nesse sentido, nós da Secretaria de Direitos Humanos, por meio da Ouvidoria, conclamamos ao Estado do Paraná e aos manifestantes o estabelecimento imediato do diálogo, das negociações, porque é isso que constrói a democracia e cessa qualquer manifestação de violência.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Ouvidora Nacional de Direitos Humanos, Sr. Irina Karla Bacci.

Eu peço aos meus convidados que retornem ao plenário.

Chamamos de imediato a segunda Mesa: Deputado Federal Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Profª Cintia Xavier, representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná; Prof. Antonio Bosi, representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Luiz Carlos de Jesus, jornalista, repórter cinematográfico do Paraná; Cláudio Pereira de Souza Neto, Secretário-Geral da OAB; Deputado Estadual Tadeu Veneri, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e, por fim, Profª Mary Silvia Falcão, diretora da Andes e José Carlos Torves, Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas.

Eu quero registrar a presença em plenário dos seguintes Deputados, quase todos pediram a palavra: Deputado Federal Paulo Pimenta; Deputado Federal Major Olimpio; Deputado Federal Aliel Machado; Deputado Federal Toninho Wandscheer, Deputado Estadual Tadeu Veneri, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia do Paraná; Deputado Federal Rossoni; Deputado Federal Evandro Roman; Deputado Federal Carlos Sampaio, Deputado Federal Luiz Carlos Hauly e Deputado Federal Jair Bolsonaro; Deputado Federal João Arruda; Deputado Estadual Eduardo Bolsonaro; Deputado Federal Alex Canziani; Deputado Federal Zeca Dirceu; Deputado Federal Bruno Araújo. Se eu não citei algum Deputado... Deputada Federal Christiane Yared.

Registro ainda a presença dos seguintes Senadores nesta audiência pública: este que está presidindo, Senadora Regina Sousa, Senadora Fátima Bezerra, Senador Donizeti Nogueira, Senador Lindbergh Farias, Senador Humberto Costa, Senador Hélio José, Senador Vicentinho Alves, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Cássio Cunha Lima e Senador Roberto Requião.

Se, porventura, não citei algum Deputado ou Senador, por favor, ajudem este Presidente. (*Pausa.*)

Todos estão citados?

Vamos, de imediato, à segunda Mesa.

Passo a palavra, de imediato, ao Deputado Federal Paulo Pimenta, que está com compromisso lá na Câmara, estão votando já as MPs, segundo a informação que ele me deu, a partir do meio-dia. Ele fez questão de ser o primeiro a usar a palavra. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Prezado Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Deputados e Deputadas, cumprimento todos os Deputados Estaduais do Paraná, lideranças sindicais, todos que estão aqui hoje prestigiando esta Casa, que realiza uma audiência pública que considero da maior relevância.

Estamos aqui hoje vários Deputados e Deputadas na condição de convidados. Temos vários requerimentos para realização de audiências na Câmara, Parlamentares que estão propondo audiências aqui, em Brasília, e também temos já requerimentos que serão analisados hoje à tarde para realização de uma audiência pública lá no Paraná, para que possamos dar oportunidade aos senhores e às senhoras de também aprofundarem conosco nesta discussão.

Sr. Presidente, ainda na quarta-feira, durante o conflito, nós estávamos em reunião da comissão,quando fomos acionados por dirigentes sindicais da CUT, do Sindicato dos Professores durante o próprio conflito. Imediatamente, nós fizemos contato com o gabinete do Governador, que nos retornou. Nosso objetivo foi, como Comissão de Direitos Humanos, auxiliar para que aquilo que estava acontecendo pudesse cessar imediatamente.

Eu fui ao Paraná no mesmo dia. Chegando ao Paraná, a primeira coisa que eu fiz, de manhã, Sr. Presidente, foi fazer o contato com o Governo do Estado. Eu falei com o Chefe da Casa Civil, comuniquei que estava em Curitiba e pedi uma audiência com o Sr. Governador. Eu voltei a falar com ele por volta de 10h, perguntando se estava confirmada a possibilidade de contato com o Governador, e ele me informou que seria uma conversa, a princípio, com ele. Evidentemente, em função de toda a agenda que tínhamos para cumprir, nós entendemos que, naquele momento, as explicações que ele me deu por telefone eram suficientes.

É evidente, Sr. Presidente, que a Comissão de Direitos Humanos tem, entre suas atribuições, acompanhar violações e situações de conflito como essa. A minha posição aqui não é posição como comissão, mas uma leitura que faço como Parlamentar.

Eu entendo que houve um grave processo de encaminhamento dessas questões que produziu esse cenário. Eu acho que essa falta de habilidade para tratar um tema delicado como esse se manifesta de maneira constante e permanente. Com todo o respeito ao nosso representante do Governo do Estado aqui hoje, na minha opinião, isso foi mais uma demonstração. Nós precisaríamos ter, no mínimo, hoje, aqui, um Secretário de Estado. Com um convite de uma audiência com Senadores e Deputados desta envergadura, com este grau de responsabilidade e de dificuldade para tratar, com todo o respeito ao servidor que estava aqui, não pode o Estado do Paraná ser representado por alguém que não pode responder sequer politicamente pelo que disse aqui. Então, há um cenário de descortesia, de desconsideração para uma audiência pública desta envergadura de Senadores e Deputados, Senador Paulo Paim.

Do meu ponto de vista, o Governador cometeu um erro, entre outros, que foi a primeira manifestação que ele fez após o conflito. Na minha opinião, a tarefa de qualquer gestor diante de uma situação como aquela teria de ter sido: "Vamos apurar o que aconteceu. E, eventualmente, se houve excessos, as pessoas serão responsabilizadas". Essa seria uma manifestação equilibrada que auxiliaria a construção de um espaço de diálogo, mas, quando um gestor ou um administrador, diante dos fatos que sequer estavam sendo apurados, vem a público e diz "Não, a culpa foi dos manifestantes, dos Black Blocs, dos vândalos. A Polícia está certa, o Governo não errou", ele traz para o seu colo a responsabilidade por tudo aquilo que aconteceu. Então, quando ele faz essa manifestação, do meu ponto de vista, o Governador erra. Aquilo poderia ser tratado de outra maneira, até porque, com isenção, deve ser feita uma apuração que envolva Ministério Público e outros órgãos da próprio Corregedoria da Polícia, para ver de quem foi a responsabilidade. Ele teria, inclusive, se eximido da responsabilidade política e tratado o assunto com outra dimensão e outra esfera, mas, quando o Governador faz essa manifestação, ele politiza mais ainda aquilo que seria tratado como, eventualmente, um equívoco do ponto de vista da condução da ação policial, transformando isso num fato político com a dimensão que ele acabou tendo.

Eu entendo também que deve ser feita uma apuração completa, Sr. Presidente, que envolva também a participação dos outros poderes nesse conflito. Eu me surpreendi, porque, naquela semana, houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito do mandado de segurança de sindicalistas para acompanhar a votação

do Projeto de lei nº 4.330 na Câmara dos Deputados. Houve uma liminar do Ministro Marco Aurélio dizendo que, em nenhuma hipótese, projetos de interesse do cidadão ou, especialmente, de uma categoria podem ser votados sem que os interessados tenham o direito de acompanhar. Foi uma liminar do Ministro Marco Aurélio.

Estranhamente, estranhamente, a decisão do Poder Judiciário do Paraná, que impedia, inclusive, o livre trânsito das pessoas e a participação das pessoas, baseou-se numa legislação de 1981, feita antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988, contrariando, portanto, uma jurisprudência, uma consolidação que já existe do ponto de vista do Poder Judiciário sobre o direito de participação e de acompanhamento dos interessados em projetos que lhes dizem respeito.

Mais do que isso, o fato de, no prédio do Poder Judiciário e em locais estratégicos, haver policiais significa que houve uma autorização prévia para a colocação das pessoas que estavam diante de um cenário, do meu ponto de vista, preparado para o conflito.

Então, Sr. Presidente, entendo que nós, das Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, podemos, sim, auxiliar, conduzindo um acompanhamento que garanta que todos esses episódios possam ser devidamente elucidados. Temos várias denúncias de jornalistas. Alguns, hoje, inclusive, estão fora do País, porque têm sido ameaçados. Isso é uma coisa muito grave.

Eu comentava, agora há pouco, com o Major Olímpio que, ao longo da minha vida política, eu nunca tinha visto a utilização de *pit-bulls*. Eu nunca tinha visto a utilização de *pit-bulls* em manifestações. Já vi outros tipos de ações policiais. Mas, a partir do momento em que você vai para uma operação como essa, para uma ação como essa – e o *pit-bull* é só um exemplo –, é evidente que você tem de estar preparado para as consequências e para os resultados do que poderia acontecer. Quero que alguém me diga que, tecnicamente, essa ação é correta, que esse é o cão adequado, que essa ação tecnicamente está certa. Eu nunca vi, em lugar algum, a utilização desse tipo de cão que foi usado nas operações que ocorreram no Paraná.

De resto, Sr. Presidente, quero agradecer o convite do Senado e reafirmar nossa disposição de acompanharmos a situação. Como eu já disse, teremos hoje a votação de requerimentos na nossa Comissão para a realização de audiências públicas que terão também a possibilidade de contar com a presença dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que faz um relato da parte que ele acompanhou, inclusive, no Paraná.

Passamos, de imediato, a palavra para a Profª Cintia Xavier, representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná.

Registro também a presença conosco do Deputado Federal Onyx Lorenzoni, que chegou aqui, e do Deputado Chico Alencar.

A SRª CINTIA XAVIER – Bom dia a todos e a todas!

Cumprimento o Senador Paulo Paim. O cumprimento é extensivo a todos os Senadores e Deputados presentes nesta audiência.

Quero cumprimentar também os companheiros do Paraná que vieram aqui. Muitos deles, hoje, trazem as marcas do que foi o episódio do dia 29 de abril.

Eu trouxe algumas fotos. Essas fotos foram feitas pelos estudantes de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Eu nunca na minha vida imaginei que eu poderia colocar meus alunos para presenciar uma situação como aquela que vivenciamos no dia 29. Eu gostaria que, durante minha fala, essas imagens pudessem ser exibidas.

Eu gostaria de dizer que o episódio do dia 29 de abril foi, na verdade, um dos últimos atos de um governo que se mostrou pouco democrático, para não dizer nada democrático. Num primeiro momento, nós, dos sindicatos, lutamos para a melhoria dos direitos da classe trabalhadora.

Mas, nesse momento, no Estado do Paraná, nós lutamos apenas e tão somente pela manutenção dos direitos. Essa é a única situação que estamos vivenciando no Estado do Paraná, porque estão sendo retirados paulatinamente os nossos direitos, e os servidores públicos do Estado do Paraná estão sofrendo duramente.

Gostaria de dizer para todos que estão aqui que o Governo do Estado do Paraná alega que precisa fazer um ajuste fiscal. Acho que é necessário que se deixe bastante claro que o Estado do Paraná, hoje, é um dos Estados que mais têm aumentado a arrecadação em toda a Federação. Enquanto Estados e Municípios perdem arrecadação, o Estado do Paraná tem aumentado a sua arrecadação. O que tem acontecido, na verdade, é má gestão do dinheiro público. Nós, servidores públicos do Estado do Paraná, estamos tendo que ajudar a pagar a conta com as nossas aposentadorias. O que o Governo do Estado está fazendo, embora diga com outros nomes, é, na verdade, um confisco da poupança previdenciária, e é necessário que se diga que, no caso dos

docentes das universidades do Paraná, nós não nos sentamos com o Governo para fazer o debate sobre o PL nº 252. Nós só tivemos acesso ao PL nº 252 depois que ele já estava na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Tivemos apenas duas audiências com o Governo – na verdade, com os Deputados –, e, em uma dessas audiências, não pudemos nem sequer nos manifestar. Só tivemos chance de falar na segunda audiência. Naquele momento – está registrado nos *Anais* da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná –, nós nos pusemos contrários ao projeto de lei que fazia segregação de massa e confiscava os 142 milhões, ou 162 milhões, ou o que quer que seja. Nós nos pusemos claramente contrários a isso. Depois dessa situação, para piorar a nossa condição, o projeto de lei passou por um trâmite acelerado dentro da Assembleia Legislativa. Depois disso, nós fomos obrigados a retornar o nosso movimento grevista porque era a nossa única chance de demonstrar a insatisfação dos servidores com relação a esse projeto.

Quer dizer, tudo o que aconteceu no Estado do Paraná, no dia 29 de abril, foi fruto da inabilidade política do Governador Beto Richa, dos Líderes do Governo, do Deputado Romanelli, que sistematicamente mentiram, dizendo que havíamos negociado o PL. Aí, tenho pronto para dizer que nós não negociamos o PL. A aposentadoria dos servidores públicos do Estado do Paraná foi a cereja do bolo de uma série de arbitrariedades que o Governo tem feito ao longo dos últimos meses.

Além disso, eu gostaria de destacar também a inabilidade política não só do Governador Beto Richa, mas do Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Carlos Gomes, e do próprio Chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, porque alijou os professores do ensino superior dos debates junto ao Governo do Estado. Nós, sistematicamente, fomos deixados de lado no processo de construção de toda e qualquer forma de construção sobre a Previdência do Estado do Paraná. E o que aconteceu na sequência foi a única forma que tivemos para nos defender daquilo que estava sendo colocado ali, no Centro Cívico, desde a segunda-feira, dia 27. No dia 28, nós tivemos uma mostra. Isso eu gostaria de deixar muito claro. O que aconteceu no dia 29? As pessoas estavam todas cobertas: lenços, chapéus, óculos. Fizemos isso porque, no dia 28, a polícia veio com *spray* de pimenta e gás lacrimogêneo para cima daqueles que estavam ocupando a praça. Eu estive lá na segunda, na terça e na quarta-feira. Durante todo esse período, tivemos a hostilidade da polícia e a hostilidade do próprio governo. Num determinado momento, fomos chamados para negociar com o comandante da Polícia Militar, juntamente com a Presidência da Casa, dentro da Assembleia Legislativa. E nós, companheiros, ficamos do lado de fora. Não pudemos ter acesso à Presidência. O Deputado Ademar Traiano nem sequer nos recebeu.

Eu nunca havia me encontrado numa situação dessas. Eu fiquei na porta da Assembleia Legislativa, em pé, junto a outros companheiros representantes de sindicatos que estavam lá tentando negociar a entrada do caminhão para dentro de uma praça pública. Se isso não é a queda do Estado democrático de direito, eu não sei o que é. Porque, na minha compreensão, eu acho que nem na ditadura presenciamos situações semelhantes no Estado do Paraná. E negar a nós o acesso a uma Casa de leis significa negar também uma cidadania. Se eu voto, como não posso dizer aos meus representados o que eu quero que eles façam? Se eu voto, como não posso dizer, olhando nos olhos dos nossos Deputados, o que eu gostaria que eles fizessem no momento em que eles vão votar algo para todos e para todas?

Colocam-nos em uma situação de bandidos. O Governo do Estado tenta construir essa imagem de Black Blocs. Então eu sou um Black Bloc, porque eu estava lá de chapéu, óculos, de bandana, de roupa fechada, porque não queria receber *spray* de pimenta e gás lacrimogêneo. E estava ali, nada mais, nada menos, do que exercendo o meu direito de mostrar que eu não ia deixar, naquele momento, que o Governo do Estado do Paraná cometesse uma arbitrariedade dessas. Porque neste momento ele diz que resolve os cofres públicos, daqui a quatro – ou até menos tempo –, cinco anos. Mas no momento da minha aposentadoria, eu, que contribuo hoje com 11%, não sei se terei sequer o direito a um salário-mínimo. Porque é isso que se desenha no Estado do Paraná ao se fazer o confisco das aposentadorias. E usar a força policial, como vemos nas imagens, com policiais mirando os manifestantes, e dizer que nós tínhamos pedras nas mãos, e dizer que isso foi uma guerra, guerra é quando há, minimamente, condições para os dois lados se defenderem. E agora estão dizendo que até aquilo que nós usamos como proteção é uma demonstração de que estávamos preparados para o combate.

Então, eu gostaria de chamar a atenção de que o Governo, o tempo todo, as últimas declarações do Secretário Francischini, do Governador Beto Richa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª CINTIA XAVIER – ... e de todos os chefes do Governo que se manifestam nos deixam ainda mais insatisfeitos com a inabilidade política de tocar qualquer tipo de negociação frente a um Estado como o Estado do Paraná.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui. Precisamos mostrar que esse Governo hoje não faz aquilo que diz a democracia. E, por fim, peço à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao próprio Go-

verno Federal que se manifestem, que se posicionem, porque o que está acontecendo no Estado do Paraná é a queda do Estado democrático de direito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Professora Cintia Xavier, do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná.

Olha, eu vou ter que ser muito rígido no tempo. A própria Senadora Gleisi chegou a sugerir que poderíamos diminuir o tempo, porque é importante que os Senadores e os Deputados possam falar. Eu vou fazer um apelo: eu vou dar o mesmo tempo, mas que, dentro do possível, cada um dos painelistas conclua antes dos dez minutos.

Passo de imediato a palavra ao jornalista Luiz Carlos de Jesus, repórter cinematográfico do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS DE JESUS – Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui para relatar um pouco do que vivemos naquela quarta-feira, 29 de abril, que não sai da minha memória.

Antes de falar, eu queria citar aqui uma versículo da Bíblia. Sou um rapaz cristão, não estou aqui representando nenhum sindicato, não estou aqui representando nenhum partido político, estou representando um trabalhador que estava com uma câmera na mão e foi agredido. Diz assim: "E sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito [...] [por seu decreto]." Romanos 8:28.

Toda a imprensa do Paraná estava naquela tarde para acompanhar a votação. Estávamos ali, na sala da Presidência, juntamente com os Senadores Roberto Requião e Senadora Gleisi Hoffmann, que estavam no Estado para tentar um acordo para que não fosse feita aquela votação naquela tarde.

Pois bem; eles não conseguiram. Os Deputados...

O SR. DELEGADO WALDIR (PSDB - GO) – Sr. Presidente, só um minutinho.

Sr. Luiz Carlos, aqui, por favor, do lado esquerdo.

O senhor poderia dizer em qual órgão o senhor trabalha, por favor.

Por favor. o senhor estava cobrindo por qual órgão?

O SR. LUIZ CARLOS DE JESUS – Eu sou repórter cinematográfico da Televisão Bandeirantes de Curitiba, Paraná.

Os Deputados foram até a mesa para fazerem a votação da Paraná Previdência, quando a mulher que estava no carro de som, juntamente com os professores que lá estavam, anunciou que a votação aconteceria. Neste momento, houve um princípio de confusão e todos que ali estavam, dentro da sala, foram até a rampa, onde tínhamos a permissão de lá estar. Estávamos toda a imprensa, o pelotão de choque com os cachorros, estavam ali também os Senadores, os Deputados e seus assessores. As cenas que a gente viu, as cenas que eu vi, que a gente presenciou foram cenas de guerra, helicóptero dando rasante nos manifestantes que ali estavam, jogavam bombas de efeito moral do helicóptero. Depois recebemos fotos de atiradores de elite que arremessavam também bala (não sei se de borracha, não sou especialista no assunto). Eram cenas de guerra. Colegas de trabalho que presenciaram coisas horríveis choravam do meu lado, vendo professores apanharem como se fossem marginais.

Foi quando o Deputado Rasca passou por trás do pelotão de choque, um dos cachorros, um pastor alemão, foi para cima dele. O repórter Bruno Henrique, que estava comigo, narrou, porque ele estava narrando. Recebo a informação de que o meu vídeo que pedi para passar já está pronto. Queria, antes de dar continuidade, que vocês assistissem às cenas. Com certeza, as imagens falam mais do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só lembrando que o vídeo ficará dentro do seu tempo.

O SR. LUIZ CARLOS DE JESUS – Sim, senhor.

Se puder aumentar o volume, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. LUIZ CARLOS DE JESUS – Quando eu cheguei a minha casa, minha filha e minha esposa estavam me esperando. Elas escutavam, nas reportagens que passavam na TV e no rádio, que o médico tinha me falado que, se não fosse Deus ter me livrado, eu estaria morto, porque foram 3 cm próximos da minha artéria e, com o percurso que eu fiz da rampa até onde fui atendido, não daria tempo. Minha filha chorando, se segurando; minha esposa também.

O que mais me dói é quando veem essa calça aqui, que eu estava trabalhando... E minha filha, que tem o sonho de ser policial militar, fala para mim que ela não quer ser policial, porque ela não quer jogar cachorro em ninguém, principalmente em quem está trabalhando. Eu não estava lá para manifestar, eu não estava lá para promover a segurança de ninguém. Eu estava lá com uma câmera na mão, no ombro, só para registrar. Mesmo assim, fui atacado por um cachorro. E ainda tenho que ouvir o Governador, o Secretário de Segurança

dizendo que pisei num cachorro, que eu fui para cima do cachorro. Então, está. Então, me coloquem na cadeia, já que eu sou o culpado! Já que vivemos num lugar onde os valores são invertidos, me coloquem na cadeia!

Eu só quero o direito de poder trabalhar. Eu amo o que eu faço. Podem tirar a câmera, poder jogar cachorro em mim, podem jogar bomba. Só vão me parar quando eu morrer, e isso vai acontecer quando Deus quiser. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Luiz Carlos de Jesus, jornalista, repórter cinematográfico do Paraná que fez aqui um pronunciamento que emocionou todos.

Eu mesmo prolonguei as palmas, porque eu não estava em condição de retomar. O seu relato foi, de fato, forte e verdadeiro.

Passamos a palavra, de imediato, para o Secretário-Geral da OAB, Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dr. Claudio Pereira de Souza Neto, que aqui comentava comigo que estava apavorado com aquele cão ali.

O SR. CLAUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO – Bom dia a todos!

É uma honra para a OAB, Senador Paim, voltar ao Senado Federal e contribuir com os debates que ocorrem nesta Casa. Quero saudar V. Exª.

Realmente, a OAB manifesta sua preocupação, sua grave preocupação, sua gravíssima preocupação com os fatos ocorridos no Estado do Paraná. A própria OAB do Estado do Paraná se manifestou sobre esses acontecimentos, caracterizando o ocorrido como um massacre, dizendo que a democracia estava de luto com o que ocorreu no Estado do Paraná e, realmente, denunciando a violência que vitimou os professores daquele Estado.

Quero, Senador, enfatizar que isso parece mais uma manifestação de um dos problemas ainda graves da democracia brasileira, que não foi capaz de superar essa orientação para o combate, essa orientação para a guerra, essa orientação para uma atitude truculenta, que ainda caracteriza as Polícias Militares do Brasil, que ainda, realmente, não se adequaram ao programa democrático da Constituição de 1988. É um treinamento voltado para o combate, é um armamento voltado para o combate, são protocolos de atuação voltados para a guerra.

Até pouco tempo, no meu Estado, no Rio de Janeiro, entendia-se que o papel da Polícia era ocupar a favela e dar combate ao traficante. Ou seja, todo o vocabulário é voltado para o conflito militar. O papel da Polícia numa democracia não é combater a população. O papel da Polícia numa democracia é prestar um serviço público orientado para a garantia da segurança e da integridade da população.

Então, Senador Paim, eu gostaria de consignar esta primeira observação: isso que acontece no Paraná é sintoma de algo muito mais grave que não tem sido tratado com a devida seriedade pelas autoridades públicas brasileiras, que é a necessidade premente de democratização das Polícias no Brasil. As Polícias, conformadas ainda de acordo com o modelo que predominou durante o regime militar, precisam se submeter à Constituição de 1988, respeitar os direitos previstos na Constituição, e isso, infelizmente, não tem ocorrido, entendemos nós, por ausência de uma decisão forte e firme por parte das autoridades públicas brasileiras, sobretudo por parte das autoridades estaduais e também do Governo Federal.

Essa mesma atitude violenta que vitimou os professores no Estado do Paraná também vitima cidadãos no meu Estado. Sumiram lá com um rapaz chamado Amarildo. No ano passado, arrastaram uma trabalhadora para o camburão policial. A mulher foi arrastada e foi esfolada no asfalto. Essa mesma atitude de desrespeito pela pessoa humana, infelizmente, ainda caracteriza as Polícias no Brasil. E é absolutamente fundamental que o Parlamento brasileiro se debruce sobre isso e democratize as Polícias brasileiras.

Gostaria ainda, Senador Paim, de dizer que, infelizmente, os governos têm adotado uma atitude insegura diante dos vândalos que, às vezes, participam de manifestações. Quem, eventualmente, praticar atos de vandalismo tem que ser investigado e processado. O Direito brasileiro tem instrumentos disponíveis para isso. A atitude diante de atos de vandalismo não é uma atitude de repressão desproporcional de atirar nas pessoas e de impedir o livre exercício de direito à manifestação. A atitude diante de atos de vandalismo é uma atitude segura, tranquila e firme por parte do Estado, que se apoia na investigação dos delitos cometidos no processamento e na condenação dos culpados. Isso é que faz um Estado maduro, autoridades públicas seguras e tranquilas no exercício do poder que detém, e não a desproporção de *pit-bulls* atacando as pessoas, inclusive atacando os jornalistas que estão lá para registrar esse fatos.

Gostaria ainda, Senador Paim, de consignar que um país amadurecido, uma República democrática garante a liberdade de manifestação, garante que todos aqueles que são contra o governo, que têm críticas ao governo possam se manifestar em praça pública e fazê-lo com toda ênfase. Portanto, também nos parece, a nós, da OAB, uma grave disfunção dos momentos recentes da democracia brasileira a forma como autoridades têm lidado com o exercício da liberdade de manifestação. Manifestantes não devem ser tratados com polícia. Os manifestantes devem ser ouvidos pelos governos de ouvidos abertos, porque os governos devem satisfação à população que está na praça pública reivindicando os seus direitos.

É muito triste, Senador Paim, porque esse episódio revela também descaso com a educação no Brasil. O Governo Federal adotou o lema Pátria Educadora. Infelizmente, esse lema não tem sido cumprido. Não tem sido cumprido porque o Governo Federal corta verbas da educação. Quando não corta, pelo contrário, aumenta gastos em áreas que não são prioritárias, que não têm a prioridade da educação pública no Brasil. Então, o Governo Federal corta verbas, e o Governo Estadual trata com truculência e violência os professores. É uma pena que isso esteja ocorrendo no Brasil. Não dar a devida atenção, não tratar com respeito o professor, não tratar com respeito a educação é abrir mão do nosso futuro, e nisso, tanto o Governo Federal quanto o Governo do Estado do Paraná merecem ser gravemente reprovados, como já fez a OAB daquele Estado por meio de nota.

Portanto, Senador, a nossa conclusão é a de que é absolutamente necessário que o Senado da República se debruce sobre o tema das polícias, examine os protocolos de atuação das autoridades policiais, examine o treinamento ministrado aos novos policiais e verifique o armamento que tem sido utilizado. Não se justifica que as polícias militares adquiram armamentos voltados para a guerra. Tudo isso está a merecer uma atitude incisiva, a melhor atenção por parte do Senado da República para que as polícias sejam, finalmente, convertidas ao programa democrático, submetidas ao programa democrático que está inscrito na Constituição de 1988.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Claudio Pereira de Souza Neto, que colocou aqui a posição da OAB.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos de imediato a palavra ao Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sr. José Carlos Torves.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Bom dia a todos. Eu queria agradecer o convite do Senador Paulo Paim para contribuirmos com esta audiência pública e reafirmarmos a nossa solidariedade aos professores do Paraná e especialmente aos jornalista que foram agredidos, não só o Luiz Carlos de Jesus, mas também o Henry Milleo e o André Rodrigues, também do Paraná, durante esses acontecimentos.

A Federação Nacional dos Jornalistas tem uma preocupação que vai de encontro à posição da OAB. Nós, dos eventos de junho de 2013 para cá, nós levamos a nossa preocupação à Secretaria de Direitos Humanos, ao Ministério da Justiça e à audiência pública na Câmara Federal, e agora repetimos aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado, que é a formação que está sendo dada às Polícias Militares de todo o País. É a mesma formação do período da ditadura militar e está completamente fora do ambiente democrático que o País vive. Mais uma vez ressaltamos a importância de que se faça uma revisão no currículo de formação das Polícias Militares no que diz respeito a não saber conviver nem com os profissionais da imprensa nem com os movimentos sociais e nem com qualquer tipo de manifestação da sociedade. A Polícia deve proteger o cidadão que vai para a rua se manifestar e os trabalhadores que estão exercendo a sua profissão.

Já levamos essa preocupação, insistimos, estivemos reunidos om a OAB e a CNBB, com a mesma preocupação que temos das garantias de todo cidadão, e achamos importante trazer a esta Casa, o Senado Federal, essa nossa preocupação porque, mesmo com toda a gravidade e com toda a grandeza desse evento do Paraná, acreditamos que não será a última vez. É fundamental que se tome providências e que se tenha essa preocupação na formação das Polícias Militares dos Estados, que não sabem trabalhar num ambiente democrático e dando garantias aos cidadãos.

Para que todos tenham mais tempo para debater e falar, Senador, essa é a contribuição que a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) traz para esta audiência pública, que é de grande importância para debatermos a questão da violência contra a sociedade e contra os profissionais da imprensa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi José Carlos Torves, Diretor de Relações Institucionais da Fenaj.

Vamos de imediato para o Prof. Antonio Bosi, que fala aqui pelo Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

O SR. ANTONIO BOSI – Boa tarde a todos. Vou tentar atender o apelo do Senador Paulo Paim, que gentilmente nos cedeu a fala e pediu brevidade para que os Parlamentares possam falar sobre o evento.

Vou começar divergindo dos dois colegas, pontualmente, que me antecederam. Evidentemente que existe a responsabilidade de uma má formação, de um mau treinamento da Polícia Militar e dos demais componentes da força policial que esteve lá no dia 29, mas houve um comandante daquela ação, e ele tem nome: é Carlos Alberto Richa. Não são os policiais. (*Palmas.*)

E se nós estamos aqui hoje, nesta condição, solicitando a esta Comissão do Senado que possa produzir alguma ação, é porque o que aconteceu lá foi algo extraordinário, relativamente à República do Brasil e ao Estado do Paraná. Esse é o primeiro ponto. O segundo, é que eu não posso deixar de comentar também a fala do

correligionário do Governador Beto Richa, que me antecedeu, estava aqui do lado, não me lembro do nome dele, mas que tentou uma inversão de valores, querendo caracterizar a culpa e a responsabilidade do dia 29 como sendo de professores, de servidores, de estudantes. Vejam bem, quem detém o monopólio da força do Estado e o seu uso é o Estado. Não somos nós, professores. Se a força foi utilizada de modo desmedido, cabe às entidades responsáveis e a esta Comissão também, verificar isso. Os diversos vídeos que foram apresentados aqui, as diversas gravações que circularam nas redes sociais e na própria mídia não deixam dúvida de que o Sr. Governador do Estado Carlos Alberto Richa, para usar um termo bastante ameno, excedeu naquele uso. E o resultado foi exatamente dezenas de feridos traumatizados e muitos ferimentos políticos e morais numa categoria que é uma das principais citadas no Estado do Paraná quando se quer amarrar qualquer projeto de desenvolvimento econômico, a educação é lembrada. Mas, quando se trata de ouvir as suas demandas... E aqui eu novamente reforço: eu desafio o Governo do Paraná, os amigos e os representantes dele que estão aqui que nos mostrem uma ata sequer assinada pelos sindicatos dos professores das universidades estaduais – são sete universidades – que tenham participado sequer de uma reunião de negociação sobre o PL 252/2015, que tem sido abordado pelo Governo como um projeto extremamente, profundamente, amplamente debatido e discutido. Então, não é possível aceitar essas informações como princípio dessa discussão. Aqui, há que se ouvir todas as verdades, mas há que se aceitar os fatos.

Segundo, a tese de que havia Black Blocs. Talvez um dos Black Blocs que o Governador deve estar procurando esteja aqui, nesta Mesa. porque nas gravações e nas manifestações não havia Black Blocs, havia minha filha, que fez seis anos no mês de abril. Eu a levei para a manifestação. Vocês acham que um dirigente sindical que esperasse aquela truculência do Governo ou que tivesse como aliados os Black Blocs levaria sua filha de seis anos para conhecer de perto a democracia? E havia outras crianças. A nossa expectativa não era aquela, mas foi a expectativa do Governador Carlos Alberto Richa, que mantém a sua arrogância no tempo presente ao mandar o colega se espremer nessa situação aqui para ler uma carta sobre a ParanáPrevidência, ao se negar a demitir qualquer um dos envolvidos diretamente, estou falando de secretários de Estado, não estou falando só do Deputado Francischini, que tiveram responsabilidade direta naquela ato. É arrogância!

Por último – e eu prometi ser breve – o descaso do Governo com essa situação é tão grande que ontem ele teve a pachorra – parece um xingamento, mas não o é – de anunciar 5% em duas vezes, de reajuste relativo às perdas salariais da inflação do último período. Nessa conta, isso corresponde a um pouco menos de 80% dos 142 milhões que ele vai retirar do fundo previdenciário retroativamente a partir do mês de janeiro. Ele sequer apresentou os 8,1% que são um índice oficial. Por quê? Porque se ele apresentasse isso, ele estaria literalmente zerando os 142 milhões e todo esse esforço e desgaste iriam para o beleléu.

Então, vejam, para concluir. Eu acho que os Deputados, independentemente do Partido...

Sei que alguns não farão o mínimo esforço para compreender essa questão. E Senadores diretamente envolvidos com essa questão do Paraná, com o Senador Roberto Requião, Senadora Gleisi, Senador Paim, que está presidindo esta Comissão, precisam nos ajudar a tirar encaminhamentos concretos sobre isso aqui. O que aconteceu no dia 29 não pode se tornar apenas um fato a ser lembrado lamentavelmente pela memória daquele Estado.

Vou repetir aqui: aquele Estado tem Governador, parece que não tem, mas tem. Ele se chama Carlos Alberto Richa. E nós precisamos saber que tipo de ações esta Comissão pode tirar, uma vez apurados os depoimentos aqui relativamente ao que aconteceu no dia 29 e o que ainda continua acontecendo naquele Estado, porque houve presos. Por incrível que pareça, houve pessoas fichadas, fizeram boletins de ocorrência, porque foram presas pela PM a mando do governo, sob alegação de que teriam agredido os policiais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este foi o professor Antonio Bosi, representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Agora, com a palavra o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Estadual Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI – Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, demais Senadores, Srs. Deputados, praticamente tudo já foi dito. Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de colocar duas situações aqui que me parecem ser necessárias.

Primeiro, e obviamente não é nosso papel, mas é uma indagação, o que leva você a deixar a força policial do Estado do Paraná, cerca de 2.500 policiais, segundo informações que tivemos, vindo de vários batalhões de várias cidades diferentes, não de Curitiba, região metropolitana, o Choque vindo de praticamente de todas as cidades onde há batalhão de choque, ficar durante cinco dias dentro da Assembleia Legislativa em condições bastante, eu diria, no mínimo controversas?

Segundo, o que leva nós termos, no dia anterior, uma tentativa – e eu não estou aqui dizendo que foi deste ou daquele lado – de confronto com uma coisa tão óbvia, tão simples como a utilização de um caminhão de som? Como aqui a Profª Cíntia já havia dito, que o caminhão de som, pasmem, estava se deslocando, foi impedido. Nós fizemos a tentativa de negociar para que pudesse vir até onde havia sido feito o acordo, não foi possível.

Houve, no nosso entendimento, Sr. Presidente, durante todo esse tempo, um sinal muito claro de que, independente do que ocorresse, que lá não estavam só, como foi dito aqui, embora fosse um número suficiente, mas não estavam só professores, estavam agentes penitenciários, estavam servidores do Judiciário, estavam servidores de várias categorias, porque podemos achar que a situação era porque os professores estavam buscando alguma coisa e não haviam conquistado. Não.

Nós não vamos discutir o ParanáPrevidência. Não é esse o objetivo. Mas se colocar a força policial da forma que foi colocada e com as ordens que foram dadas para que de uma forma e de outra impedisse que aquelas pessoas entrassem, e aí há as suas razões, também não vou discutir, obviamente que não sabíamos que o confronto estava instalado.

Então, Sr. Presidente, penso eu que é preciso, sim, que tiremos lições do que aconteceu, porque a situação que ocorreu no Paraná poderia ter sido muitíssimo mais grave, embora tenhamos aqui no nosso plenário pessoas que foram feridas, que vão se apresentar ao senhor, pessoas que não tiveram para onde correr, porque, quando o confronto começou, nós descemos a rampa e eu fui junto, até àquele caminhão que havia sido abandonado lá para tentarmos fazer com que as pessoas pudessem se afastar. E não era tão fácil.

E o Senador Requião e a Senadora Gleisi sabem, porque estavam no outro caminhão, e havia uma barreira de policiais, em princípio, protegendo a entrada da praça, uma barreira do choque se aproximando, e as pessoas no meio. Ou seja, houve de fato uma intenção em encurralar aquelas pessoas.

Eu tenho uma fotografia aqui, Sr. Presidente, e que eu gostaria de deixar com o senhor. Isso aqui fica a cem metros, a cem metros da Assembleia Legislativa. Esses sinais brancos são bombas de gás lacrimogêneo que estão sendo atiradas. As pessoa que estão em grande quantidade aqui embaixo não sabiam sequer de onde vinham as bombas. Como fugir de uma bomba se você não sabe sequer de onde ela vem? E quem já levou – e eu levei na terça-feira uma latinha da bomba de gás lacrimogêneo ..., e não machucou, não machuca quando vem só a lata – sabe que não há para onde fugir.

Então, eu fico pensando aqui nesta reunião que V. Exª faz hoje se nós não devíamos tirar lições para o Brasil inteiro. Nós temos outros Estados que estão com professores também em greve e certamente isso é a crônica de um conflito anunciado. Eu penso que não há como nós evitarmos... Eu mostrei ao Senador Requião a relação dos policiais feridos – 22 policiais: uma policial com o pé quebrado, porque a grade caiu em cima do seu pé, e os outros 21 policiais, com exceção de um sargento e de um capitão, são todos cadetes e soldados, cadetes e soldados em sua maioria que estavam inclusive na linha de frente, sem proteção alguma; ou seja, nós estamos jogando pessoas que não têm o menor preparo muitas vezes, cadetes da Academia, para fazer esse enfrentamento. E do outro lado deste "confronto" – entre aspas – 212 feridos. Que confronto é esse que de um lado há 20 e do outro há 212 feridos? Não há confronto. Há um massacre.

Por ultimo, Sr. Presidente, eu acompanhei os presos, pela Comissão de Direitos Humanos, assim como a OAB, a Defensoria Pública. Acompanhei tanto no ... quanto dentro da Assembleia Legislativa, quando foram detidos. Eram professores e um deles diretor do Sindicato, servidores da saúde, um menino com menos de 16 anos. E antes que perguntem, alguém me perguntou: o que faziam essas pessoas lá? Infelizmente, para esses que perguntam, eu respondo: eram cidadãos. Infelizmente, têm o direito de ir e vir, porque talvez não quisessem que tivessem. Infelizmente para alguns, as pessoas deviam estar em casa ou nos prédios assistindo, como se nós estivéssemos numa arena.

Acompanhei essas pessoas que foram detidas. Acompanhei-as dentro da delegacia. Chamou-me a atenção, Sr. Presidente, o fato de que para que elas fossem liberadas – e a Ordem dos Advogados do Brasil estava junto acompanhando – e inclusive da acusação de formação de quadrilha, o Secretario exigiu que deixassem os seus celulares e as senhas, sem ordem judicial. Isso é uma ilegalidade. Ninguém pode exigir que o senhor deixe o seu celular e a senha sem ordem judicial. Isso aconteceu lá. A OAB acompanhou, fez uma negociação inclusive para que isso acontecesse, até porque as pessoas falaram que não havia nada que pudesse criar qualquer constrangimento. Então, eu penso que aquelas pessoas não são os Black Blocs.

Eu não vi e eu estive, Sr. Presidente, lá. Quando o Luiz e o Deputado Rasca sofreram a agressão pelo cachorro, eu desci a rampa, eu fui até ao caminhão. Inclusive, o Choque pediu que eu saísse, porque havia uma possibilidade de se levar pedradas lá no meio. Mas eu não vi coquetel molotov, eu não vim bomba de cal. Eu acho que se elas existem, elas precisam ser apresentadas. Essa versão fantasiosa de que as pessoas estavam com bombas nas mãos é uma saída ruim, porque ela não traz nenhum esclarecimento para aquilo que precisamos.

Houve uma determinação para que isso acontecesse, houve excessos. Eu penso que este é um momento importante para que nós tenhamos daqui encaminhamentos às Assembleias Legislativas para que onde houver qualquer tipo de possibilidade de conflito tentem fazer a mediação. O Deputado Valdir Rossoni foi Presidente da Assembleia – fomos Deputados juntos – sabe que durante todos os confrontos que aconteceram eu sempre tentei fazer a mediação, porque acho que esse é o nosso papel. Agora, é impossível fazer uma mediação quando se tem 1.500 policiais, com 350 policiais do Choque dentro da Assembleia Legislativa, 350 policiais do Choque dentro da Assembleia Legislativa! Eu acho que isso aí por si só fala tudo.

Mas, parabéns pela iniciativa. Eu acho que este debate é importante para que nós busquemos os esclarecimentos e não apenas os culpados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Estadual Tadeu Veneri, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Estado do Paraná.

Com a palavra agora o Prof. João Guilherme Corrêa, representante do Sindicato das Universidades Estaduais do Paraná.

Teremos só mais um convidado que vai usar a palavra, aí falarão os Senadores na seguinte ordem: Aloysio Nunes Ferreira, Gleisi Hoffmann, Cássio Cunha Lima, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra e Roberto Requião.

Depois eu abrirei a palavra aos Deputados, como havia anunciado já no início, e seguirei a lista que está na minha mesa, onde consta aqui a presença de 20 Deputados. Os últimos a chegarem foram os Deputados Federais Chico Alencar, Roberto Fraga, Deputado Estadual Coronel Telhada, Deputado Federal João Arruda e Deputado Federal Onyx Lorenzoni – Lorenzoni ainda chegou antes deles, mas a sequência está aqui.

Tem a palavra, Professor.

O SR. JOÃO GUILHERME CORRÊA – Quero saudar a todos, sobretudo, os trabalhadores representantes dos servidores públicos do Estado do Paraná que se deslocaram para cá, para poder acompanhar e participar deste momento aqui e que necessitam dar uma explicação para todos os que estavam lá presentes no dia 29, para que aquilo nunca mais aconteça e que se punam os responsáveis por aquele massacre.

Esse clima de consternação que a gente viu hoje, durante vários momentos na Mesa, estava muito presente entre os servidores, tanto no dia 29 à noite, após a realização do massacre e, principalmente, a partir da 5ª feira, que, quando a adrenalina baixou, a gente conseguiu refletir sobre aquela situação toda.

Eu chorei, alguns colegas relataram que choraram muito e ainda ontem, conversando com um professor, ele relatou que, até hoje, ele tem pesadelos que o Choque está batendo no filho.

Não foi fácil, não está sendo fácil a gente aceitar essa humilhação pela qual nós passamos, principalmente, a partir do dia 29, mas dos ataques, das provocações que vêm acontecendo no Centro Cívico desde o dia 27.

E por que essa indignação e esse sentimento de tristeza tomou conta dos servidores e também, inclusive, dos professores das Universidades Estaduais? Porque, como já foi lembrado aqui, as universidades não foram chamadas para negociar a respeito do PL nº 252, que altera o ParanáPrevidência. Os sindicatos dos servidores, os sindicatos dos docentes das universidades estaduais paranaenses.

Isso cria um clima de indignação. Se num primeiro momento a indignação foi explosiva, porque o projeto foi para ser votado num regime de "tratoraço", num segundo momento, fomos excluídos da discussão sobre a transformação do ParanáPrevidência, tínhamos propostas para isso e elas sequer foram analisadas, sequer foram chamadas para o campo do debate.

Isso gera uma indignação, na medida em que se declara greve, que a gente se organiza para fazer um protesto no Centro Cívico, em função do não acertamento de tratativas a respeito do Projeto de Lei, isso agrava a indignação dos servidores, ainda mais, quando no dia 29, fomos tratados com violência deliberada. Parece que aquilo foi organizado, deliberadamente, para ferir os presentes daquele fatídico dia no Centro Cívico.

E, como já disse aqui, aquilo não aconteceu somente no dia 29. Eu era um dos presentes da madrugada do dia 27 para o dia 28, eu fui agredido com *spray* de pimenta nos olhos, quando a polícia tentou guinchar os dois caminhões de som que estavam em frente à Assembleia Legislativa. E protestávamos pacificamente contra essa retirada, uma vez que qualquer protesto que extrapolasse seria insanidade da minha parte, havia menos de 200 servidores acampados naquela madrugada do dia 27 para o dia 28. Protestávamos, pacificamente, contra a retirada do caminhão de som e fomos agredidos e empurrados pela Polícia Militar, para que o Centro Cívico pudesse ser tomado completamente, diante da Assembleia Legislativa, pela Polícia Militar.

E a indignação piorou no dia 29, quando nos reunimos em frente, bem próximo à sessão, para fazermos o protesto dos servidores contra o não atendimento das nossas demandas por discussão satisfatória do PL, que já foi lembrado aqui, a discussão do PL era uma condição para saída da greve.

E a tristeza se aprofundou, porque, por volta de 2h da tarde, começou uma chuva de bombas, de porradas, de *sprays* de pimenta, feita, parece-me, deliberadamente com a intenção de ferir os manifestantes. Foram duas horas de bombardeio, que vinha de todos os lados. Nós professores ficávamos com medo de passarinhos

sobrevoando as cabeças. Isso a gente viu. Os passarinhos sobrevoavam as árvores, correndo das bombas, e a gente achava que era bomba caindo do céu. Foram mais de duas horas de bombardeio, inclusive em áreas "pacificadas" – entre aspas. Os professores, os servidores já tinham fugido para os bosques, e os bombardeios continuavam até lá.

Alega-se que havia um pequeno grupo de radicais que queriam e tentavam invadir a Assembleia Legislativa. Não sou especialista em segurança pública, mas penso eu que uma operação cirúrgica conseguiria retirar esses manifestantes daquele local. E não foi o que aconteceu. A agressão não só partiu para o pequeno grupo que ficava na frente da Assembleia Legislativa protestando, sem qualquer condição de ocupar a Assembleia Legislativa, mas também foi direcionada para quem estava a metros da frente da Assembleia Legislativa.

Então, neste momento, estamos aqui reunidos, discutindo essa situação, para que pensemos em encaminhamentos que punam os responsáveis por esse massacre, para que isso nunca mais volte a acontecer no Estado do Paraná nem em local algum, para que, de maneira alguma, greves e protestos de servidores públicos ou de qualquer outra categoria de trabalhadores sejam tratados com violência, da forma como ocorreu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Prof. João Guilherme Corrêa, que falou em nome do Sindicato dos Docentes das Universidades Estaduais do Paraná.

Por fim, concedo a palavra à nossa última convidada, a Profª Mary Sylvia Falcão, Diretora da Andes.

A SRª MARY SYLVIA FALCÃO – É um prazer estar aqui.

Eu queria dizer que sou professora, que sou uma das diretoras da Andes Nacional, que sou professora da Unespar e que, a partir do dia 29, fiquei conhecida nas redes sociais como Black Bloc. Abro a reportagem da ÉParaná como Black Bloc. Então, sou eu uma professora com 1,5m, que fiquei conhecida como Black Bloc. E a pessoa que estava ao meu lado era meu filho, um universitário, que também foi chamado de Black Bloc.

Eu gostaria de dizer que os erros, os equívocos que tentam mascarar o massacre ocorrido não podem se pautar na figura...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARY SYLVIA FALCÃO – ...do trabalhador que estava lá defendendo seu direito.

Sou professora de uma universidade que, no começo do ano, não tinha R$47 mil para pagar um empreiteiro para terminar seus banheiros. E, até hoje, estamos com uma faculdade demolida, sem aulas. Nossos alunos não têm onde começar suas aulas. Então, esse é o quadro da Universidade do Paraná. É um quadro de uma universidade sucateada. E querem calar nossas vozes através de bombas, de artefatos.

Eu queria dar aqui meu depoimento de que, durante o massacre a que fomos submetidos, encontramos várias cenas de solidariedade. Eu fui socorrer um cinegrafista da TVE que estava caído no chão. Era um cinegrafista da TV5, desculpem-me. Ele estava caído no chão. Nesse momento, fui alvejada por este artefato aqui. Não sei o que é isso, se é uma bala de borracha, se é uma nova tecnologia de ponta da Polícia do Paraná. Mas fui alvejada e estou com um hematoma de quase 15cm na minha perna. E só fui alvejada porque, nesse momento, estávamos socorrendo uma pessoa que desmaiou. Não havia condição de nenhum socorro chegar a essa pessoa. E nossas armas para socorrê-la era água com bicarbonato e com vinagre. Esse era o nosso coquetel molotov.

Então, eu queria aqui dar meu depoimento e dizer que o que mais nos avilta, principalmente, nós trabalhadores, é essa relação de polarização entre partidos políticos que colocam nossa luta nesse meio-campo, desmerecendo nossas conquistas, desmerecendo-nos como trabalhadores.

Estamos lutando pelo nosso direito. Não estamos aqui para preocupar, se há uma polarização entre Partido A e Partido B. Estamos aqui defendendo nossos direitos, falando do descaso com a educação e do descaso conosco, trabalhadores desse Estado.

É isso que estamos defendendo, é isso que estamos denunciando. Então, não mascarem a nossa luta em meio à polarização para poder chegar aqui e justificar o massacre que sofremos. Então, não venham dizer que é partido A, que é partido B, que está jogando um contra o outro. Não, nós sofremos foi na pele, foi tiro, foi bomba, foi bala. Isso nos deixa em situação de defesa. Ficamos literalmente sem tapete, porque parece que a nossa luta não tem valor em si.

O que mais me deixa perplexa, neste momento, é que não sou uma pessoa muito jovem, já participei de vários movimentos, mas participava de movimentos em que sabíamos quem estava do outro lado. Agora, desta vez, estamos, num Estado pretensamente de direito e fomos tratados como bandidos, fomos tratados como marginais. Isso nós vamos levar para nossa sala de aula.

São esses os instrumentos que vamos utilizar para estabelecer o diálogo para discutir bem de que conceito de democracia o Estado do Paraná está falando, porque quando tomam a palavra e vêm dizer de democracia eu pergunto: que democracia é essa, haja vista que não posso colonizar esse conceito com uma ditadura disfarçada num discurso ideológico de democrático? Então, tenho que chamar atenção para isso. É o meu depoimento, é o depoimento de uma mãe, que não saiu de casa à toa, que saiu de casa para defender que

amanhã eu possa continuar contribuindo com minha família, que estava lá como mãe, como mulher, como professora, como trabalhadora. Eu não saí de casa para levar bomba e para levar cacetada de quem quer que seja, porque sou cidadã e mereço respeito.

Então, queremos que esta Comissão se pronuncie sobre isso, sob pena de que, amanhã, outros governos se achem no direito de bater em trabalhador, de espancar o trabalhador. Aí vamos mudar o nome desse Estado democrático para estado ditatorial. Não tenhamos vergonha de dizer que somos ditadores quando batemos em professores, porque queremos dizer que somos democratas e damos pancadas em professores. Isso é uma inversão de valores.

Temos que repensar nosso Estado, temos que repensar nossa política, sim, mas temos que dar nome aos responsáveis e o Sr. Beto Richa tem que responder. Vai responder na história e vai responder para todos os trabalhadores daquele Estado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Profª Mary Sylvia Falcão, que falou pela Andes.

Todos os nossos convidados usaram a palavra, em torno de 10 minutos cada um.

Agora, os Senadores e Deputados, que esperaram pacientemente, usarão a palavra para expressar a sua opinião sobre o tema em debate.

Pergunto aos Senadores e Deputados, são 6 Senadores e 21 Deputados, se entendem que é possível cinco minutos cada um. Se entenderem necessários dez, vou dar dez, como dei para os convidados.

Já percebi que são necessários dez.

Então, estão garantidos 10 minutos para cada parlamentar.

Senador Aloysio Nunes, com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhores convidados desta audiência pública, a expressão Estado democrático de direito foi insistentemente repetida por todos aqueles que se pronunciaram nesta audiência pública até agora.

Vou continuar nessa toada, porque creio que estamos lidando com uma questão chave para se entender as razões e os desdobramentos do conflito ocorrido no Paraná, na última quarta-feira. Quero dizer, em primeiro lugar que, embora seja da competência constitucional da Polícia Militar a manutenção da ordem, todas as vezes que a ordem é perturbada, essa intervenção, quando solicitada, legitimamente, como foi o caso do interdito proibitório impetrado pela mesa diretora da Assembleia Legislativa do Paraná, para pedir a proteção da Polícia Militar, de modo que não se repetisse o episódio de invasão que havia ocorrido dois meses atrás, a Polícia Militar agiu legitimamente, atendendo a uma ordem judicial mediante requisição.

E não se trata de pedido, mas de requisição da Assembleia Legislativa. Todos os fatos até agora noticiados mostram que houve excessos. Eu espero realmente que nunca mais um profissional da imprensa, um manifestante, seja atacado por um cachorro, um *pit-bull*, um cão policial.

Eu sou defensor do cerceamento radical do uso dos chamados meios não letais, porque se sabe que uma bala de borracha pode causar danos muito sérios a um ser humano.

A Polícia Militar agiu legitimamente e tudo indica que houve, em alguns episódios desse confronto, eu me refiro notadamente ao episódio do cinegrafista sendo mordido por um cachorro, conduzido por um Policial distante da manifestação, ele estava na rampa da Assembleia, não havia ali nenhuma ameaça à ordem pública... Então, eu penso que isso tem que ser investigado com rigor e punido, que as pessoas que cometeram esses desvios de conduta e crimes sejam punidas com muito rigor.

Agora, eu queria também, quando se fala em Estado democrático de direito, lamentar o fato de que, nos últimos tempos, movimentos chamados movimentos sociais, descambam para a violência na manifestação das suas pretensões, na manifestação das suas propostas e na objeção a medidas com as quais eles não concordam.

Eu quero citar ainda recentemente a tentativa de invasão da Secretaria de Educação do meu Estado por manifestantes arregimentados pelo Sindicato dos Professores de São Paulo, dirigido por uma petista, como é o caso da APP do Paraná. Tentaram invadir a Secretaria de Educação usando barras de ferro para isso. Não vou rememorar a agressão que sofreu o Governador Mário Covas na frente da Secretaria da Educação, também por pessoas arregimentadas por esse mesmo sindicato.

Refiro-me agora recentemente aqui ao Palácio do Planalto, quando houve uma tentativa de invasão por um movimento chamado MST, no qual saíram feridos mais de trinta policiais militares.

E a CNTBio, órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que foi invadido por um movimento chamado Via Campesina que depredou os locais e agrediu cientistas e funcionários que estavam ali reunidos para deliberar a respeito de Transgênicos?

Infelizmente essas coisas passam em branco.

O MST tentou invadir o Palácio do Planalto e seus dirigentes foram recebidos no dia seguinte como chefes de Estado pelo gabinete da Presidência da República.

E aqui a CNTBio depois da invasão, eu pedi providências ao Ministro da Justiça e ele encaminhou então uma representação à Polícia Federal. Mas eu não vi naquele momento, por exemplo, a OAB se manifestar contra isso. Não vi. Como não vi a OAB se manifestar contra a ocupação do plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, no mês de fevereiro, para impedir que a Assembleia Legislativa deliberasse. Eu vi aqui até um convidado nosso garganteando o fato de que os Deputados tiveram de entrar protegidos por um camburão ou caveirão. Onde já se viu uma coisa dessa? Isso é respeito às regras do Estado democrático de direito?

Ainda recentemente em São Paulo, manifestantes de um tal MTST ocuparam a Câmara Municipal incitados pelo Prefeito de São Paulo, para impedir a votação do Plano Diretor da Cidade.

Então o que está acontecendo hoje, Sr. Presidente, é o uso de métodos não democráticos para a manifestação dos interesses e das propostas dos movimentos.

Sobre o projeto da mudança da Previdência, eu não tenho condição de me pronunciar sobre ele, o que eu sei é que existe no País inteiro uma enorme crise fiscal dos Estados e dos Municípios. O que eu sei é que o Governo Federal hoje tenta, mediante medidas provisórias, que até diferentemente dos projetos votados com urgência têm efeito imediato, fazer ajustes muitos dos quais recaem sobre as contas previdenciárias.

Nós mesmos na oposição tentamos agora instalar uma CPI para averiguar a roubalheira no Fundo de Pensão do Postalis, dos trabalhadores dos Correios.

Quero dizer que o Senador Requião assinou este requerimento, mas o Governo tudo fez para que os Senadores que haviam subscrito o requerimento retirassem suas assinaturas. Para dizer aos Srs. que a situação previdenciária é complexa, tanto é que aqui tivemos um Vice-Líder do Governo do PP, correligionário de Beto Richa, e um Vice-Líder do Governo do PT que veio aqui falar contra o Governo.

O Vice-Líder do Governo, o nosso companheiro do Rio Grande do Sul, Pimenta, chegou a dizer o seguinte: que era preciso abrir uma investigação sobre o Poder Judiciário do Paraná. Quando é perfeitamente possível, e o representante da OAB sabe disso, cassar o interdito proibitório impetrado pela Presidência da Assembleia ou pela Mesa Diretora da Assembleia mediante um recurso ao plenário do Tribunal.

Mas os movimentos não fizeram isso, simplesmente ignoraram a ordem. Ignoraram a ordem. A invasão da Assembleia em fevereiro foi uma coisa acintosa, foi uma agressão ao Estado democrático de direito, Sr. Representante da OAB.

Todos os representantes devem ouvir a opinião dos representados. Mas os representados não podem, legitimamente, impedir os representantes de deliberarem. E foi por isso que a Mesa da Assembleia Legislativa do Paraná impetrou o interdito proibitório, para que ela pudesse deliberar. Se estava maduro para deliberação ou não, eu não quero discutir. Mas eu quero dizer o seguinte: os Deputados estaduais do Paraná têm toda a legitimidade para resolver a questão que foi submetida perante eles de acordo com as regras do Regimento Interno da Assembleia, que previa, inclusive, a deliberação imediatamente após audiência da comissão geral.

É preciso, quando se fala em Estado democrático de direito, respeitar as regras do jogo. As regras do jogo da democracia não pressupõem um acordo quanto ao resultado, mas um acordo quanto às regras, as regras da disputa.

Se houve, e eu penso que houve, inabilidade, imprudência, excesso na condução das forças de segurança... Eu ouvi falar em bombas atiradas no helicóptero, isso é absolutamente inaceitável. Agora, isso tem que ser apurado com rigor, com cuidado. A representante da Presidência da República não precisa de apuração nenhuma porque ela já deu aqui o seu veredito, mas tem que ser apurado e os seus responsáveis, punidos.

Mas é preciso também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...instaurarmos um clima de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...um clima de respeito às regras do jogo democrático. E essas regras foram, no meu entender, segundo relatos que eu vi e de reportagens que assisti na televisão, foram desrespeitas pelo movimento dos professores e funcionários públicos naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senadora Gleisi Hoffmann, com a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Queria aqui fazer uma saudação a toda a Mesa e a todos os expositores. Fazer uma saudação também à representação do Estado do Paraná, que está aqui. Quero reafirmar a minha solidariedade aos professores, trabalhadores da edução, funcionários públicos e também policiais militares, que não podem ser o bode expiatório dessa situação. Nós temos que buscar responsabilizar aqueles que realmente determinaram a ação e foram responsáveis diretos por ela.

Quero lamentar muitíssimo, Sr. Presidente, a ausência da representação do Governo do Estado em termos de primeiro escalão. Veio aqui o Edson, que é o representante, assessor especial do Governador para a área de juventude. Quero dizer que eu o respeito, mas infelizmente não posso vê-lo como Daniel aqui, porque Daniel foi jogado aos leões porque se manifestava contra o Estado repressor aos cristãos.

Infelizmente, o Edson veio aqui representar um Estado repressor. E sinto muito que o Estado tenha o mandado, um assessor especial da área de juventude para vir representá-lo. Quando deveria ter pelo menos um Secretário de Estado aqui, em respeito a esta Casa Legislativa, ao Senado da República, aos Senadores e Deputados Federais que estão nesta audiência e também aos trabalhadores do Estado do Paraná.

Obviamente que a responsabilidade sobre esses eventos tem que cair sobre quem planejou. Esse discurso de que tem que ser investigado, e eu concordo que tem ser investigado, não pode ser um discurso para facilitar a vida de quem tem autoridade no Estado do Paraná.

Então, vão pagar a responsabilidade da repressão alguns soldados, alguns militares, talvez alguns comandantes intermediários, para dizer que a eles é a responsabilidade do exagero na repressão?

Nós temos que fazer todas as investigações, mas nós não podemos perder a perspectiva de que há hierarquia na Polícia Militar, que essa ação deve ter sido planejada. Ninguém coloca 1.600 policiais numa praça pública sem o mínimo de planejamento e orientação do que vá acontecer. Há protocolos. Quais foram os protocolos que foram seguidos? Quem se reuniu com a Polícia? Quem deu a ordem de comando ao comandante da Polícia Militar? Quem estava por trás disso?

Isso tudo precisa de respostas.

Por isso é uma pena que nós não tenhamos aqui representantes do Governo do Estado do Paraná para nos esclarecer sobre isso. Qual é o papel do secretário naquele momento? Qual foi o papel do comandante? Qual foi o papel do Governador? Aliás, é importante dizer que não só o pessoal da área de direitos humanos ligou para o Governador, mas pediu ao Ministro da Justiça que ligasse ao Governador para parar com a repressão que estava acontecendo.

Eu estive no meio dos professores, ao meu lado, estava aqui uma representante do movimento sindical, que é a Regina, da CUT. Ela ligou para o Secretário de Segurança, para o Francischini, pedindo por favor que desse uma ordem para parar os ataques, e eles não foram parados.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, que o que eu vi naquela praça não é normal em termos de resguardo do Estado de direito ou do resguardo de um prédio público, da Assembleia Legislativa. Não foi natural. Acintosa, acintosa não é a forma como os professores, servidores ocuparam ou estavam na Assembleia Legislativa para lutar e resguardar os seus direitos. Acintosa era a forma como a Assembleia ia fazer essa discussão em fevereiro, com uma comissão geral em plenário, sem passar por nenhuma comissão da casa, sem fazer nenhuma discussão com quem de direito.

Quero lembrar, aqui, que nós estamos fazendo, sim, um ajuste fiscal, mas é importante lembrar que, embora ele tenha vindo como medida provisória para o Congresso Nacional, ele foi enviado em novembro, mas a data de validade da medida provisória aconteceu só a partir de março deste ano. Foi discutida em todas as comissões, tivemos audiência pública, foi alterada. Isso é democracia. Podemos concordar ou não concordar com uma proposta, mas temos que ter o direito de debater, de intervir nesse processo.

Portanto, eu lamento muito que a visão de Estado de direito que aqui está sendo colocada por alguns seja uma visão distorcida. Estado de direito é quanto todos podem falar, quando todos podem se manifestar, quando todos podem exercer o seu direito de ir e vir. Não foi o que vimos no Estado do Paraná.

Eu estive lá com o Senador Requião, foi aprovada aqui por esta Casa a nossa participação no processo e nós fomos fazer um apelo, um apelo para que não votassem naquele dia a matéria, até porque não tem parecer do Ministério da Previdência e até porque, com parecer do Ministério da Previdência, talvez pudéssemos esclarecer os pontos e pudéssemos aprovar um projeto que não comprometesse a poupança previdenciária dos servidores. E nós não fomos ouvidos.

Saímos da Assembleia Legislativa e fomos com os professores, com os trabalhadores da educação. Foram duas horas ininterruptas de bombas. Não é porque estavam defendendo o prédio da Assembleia, é porque estavam jogando bomba mesmo. As pessoas já tinham se afastado da Assembleia Legislativa, estavam perto da Prefeitura e as bombas continuavam sendo jogadas. Não tinha justificativa. As balas de borracha continuavam sendo atiradas. E as pessoas pediam: "Pelo amor de Deus, alguém faça alguma coisa, nós não somos bandidos, eles têm que parar de atirar."

É dessa dor que as pessoas estão falando. Não é só da dor física, que pode até passar, mas é da dor moral, da dor emocional, da dor de saber que aquele que tem de proteger, aquele que tem de cuidar de você, aquele que é, na realidade, o responsável pela ações do Estado e, portanto, pelas suas funções de professor, de servidor de público é aquele que desrespeita. Qual é a segurança que essas pessoas têm na sala de aula?

Qual é a segurança que essas pessoas têm nas escolas, nas repartições públicas ao saber que aquele que tem de dar condições para o trabalho é o que reprime, é o que não respeita? Então, realmente, é lamentável ao que nós assistimos.

Não quero fazer disso aqui nenhuma disputa política. Não é isso. Acho ruim que isso seja politizado também, dizendo que são grupos de baderneiros ou de partidos de oposição ou de sindicalistas filiados a esse ou àquele partido. Não é isso. Nós respeitamos qualquer movimento de qualquer natureza. As pessoas são livres para se manifestar, inclusive os partidos políticos são livres, os sindicatos são livres. Nós lutamos para isso, para derrubar uma ditadura e para ter uma Constituição Cidadã, somos todos livres. Não dá para ter essa justificativa. Não dá para o Governador dizer que é um bando de baderneiros, que tinha Black Blocs, quando na realidade não tinha. Nós não podemos aceitar isso. Acho que a responsabilidade tem que ser apurada, a responsabilidade tem que recair sobre aqueles que realmente têm o comando da situação.

Daí a razão desta audiência pública aqui – e eu quero agradecer, de pronto, ao Senador Paim, que foi, inclusive, um dos solicitantes da audiência, como Presidente da CDH, convidou as pessoas, também aprovou um voto de censura. Quero agradecer à Comissão de Educação do Senado, que também, ontem, aprovou um voto de censura a essa situação; à disposição dos Senadores, que aprovaram que a minha ida e a do Senador Requião ao Estado do Paraná não era só como Senadores do Estado, mas, sim, como representantes do Senado. Para que a gente possa encaminhar, ter os esclarecimentos, tem que ter as responsabilizações sim.

E queria, Presidente Paim, solicitar que, na próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos, se houver quórum para deliberar, que a gente pudesse aprovar uma representação ao sistema internacional de direitos humanos sobre o que nós presenciamos lá, no Paraná. Não é só uma questão de dar evidência internacional a esse tema, porque, aliás, já foi, mas é para que a gente possa evitar que coisas dessa natureza se repitam.

Então, quero, aqui, agradecer a V. Exª, mais uma vez, agradecer aos Senadores, aos Deputados que estão aqui, aos representantes das entidades dos professores, dos servidores, das instituições também. Espero que a gente não precise mais fazer audiências públicas como esta para discutir a responsabilização de governos na condução de um processo assim. Que a democracia possa vencer e que a dor que está latejando agora possa parar, mas parar pela justiça feita. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann. Expressou o seu ponto de vista e deixou uma sugestão, que será apreciada no fórum da Comissão de Direitos Humanos, em reunião deliberativa.

Senador Cássio Cunha Lima com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Deputados, professores, professoras, líderes sindicais, representantes de entidades, obviamente, ninguém vai aprovar, muito menos aplaudir qualquer tipo de confronto de polícia com trabalhadores, sobretudo sendo esses trabalhadores professores.

Excessos foram praticados e devem ser, obviamente, apurados para que nós possamos compreender que, na democracia, há, sim, de se preservar os dois polos da ação: aqueles que reivindicam os seus direitos, aqueles que manifestam as suas insatisfações, o seu protesto legítimo e aqueles que cumprem decisões emanadas da Justiça, porque assim funciona a democracia.

A democracia existe quando as regras são respeitadas, quando a norma é o caminho para dirimir conflitos, porque nela, na democracia, é legítimo que as pessoas pensem de forma diversa, possam agir de maneira diferente, mas sempre e nunca afastadas da égide da lei.

Então, estamos diante de uma situação em que o episódio tem a reprovação de todos. Vou cometer aqui uma inconfidência, talvez, mas o próprio Governador Beto Richa ligou para o Luiz Carlos de Jesus para não apenas se colocar à disposição, mas também pedir desculpas pelo episódio em nome do Estado do Paraná, porque, obviamente, ninguém em sã consciência vai aprovar um cachorro *pit-bull* mordendo um trabalhador, um profissional de imprensa, um professor, nem mesmo um marginal que esteja sendo preso em flagrante delito. Claro que ninguém em sã consciência vai dar essa aprovação, e o Governador ligou, e a semiótica do gesto do Luiz Carlos confirma essa ligação do Governador Beto Richa.

Portanto, o episódio é lastimável, os excessos e seus responsáveis devem ser apurados, e o Governo do Estado do Paraná já abriu inquérito para que essa apuração seja feita, mas, na democracia, no império da lei, é preciso lembrar que houve uma invasão do plenário da Assembleia Legislativa no dia 10 de fevereiro. O plenário foi invadido, o que levou o presidente do Poder Legislativo estadual a requerer, pela via judicial, a proteção daquele espaço do Poder Legislativo.

E foi também o presidente da Assembleia Legislativa quem requisitou as forças policiais para proteger o prédio e o patrimônio público. Infelizmente, o conflito aconteceu. Que não se repita nunca mais, que a dor física, que o sofrimento psicológico, que as marcas que cada um enfrentou e viveu naquela instante possam

servir como referência de um aprendizado de uma democracia tão nova, tão recente que é a nossa. Não faz pouco tempo que comemoramos 25 anos apenas da nossa Constituição Cidadã.

É preciso abrir diálogo, sim. E para que o diálogo exista, uma grave decretada ilegal tem que ser suspensa. O sindicato tem, por determinação judicial, uma sanção de multa diária de R$40 mil e uma greve que está decretada ilegal pela Justiça. E há meios para se recorrer, no próprio ambiente do Poder Judiciário, contra a ilegalidade decretada do movimento.

E o que está por trás de tudo isso é uma discussão extremamente relevante, que precisa ser feita não apenas no Paraná, mas no País como um todo, seja em Estados ou na União.

O primeiro aspecto, a histórica luta dos professores, justa luta, por melhores remunerações. E diante de remunerações tão baixas, que aviltam o trabalho, que não valorizam esse mister tão necessário para transformação do País, que é a educação, diante de um cenário de tantas dificuldades, ainda é o Estado do Paraná um dos Estados que melhor remunera seus professores no Brasil, superando inclusive o patamar salarial de Estados mais ricos como São Paulo. Não vou falar da minha pequena Paraíba, que, pelos números que pude conhecer, trata-se de praticamente o dobro dos salários e vencimentos. E não estou aqui dizendo, entendam-me bem, que os professores do Paraná estão bem remunerados. Não! A luta pela melhor remuneração, pelas melhores condições de trabalho devem ser constantes.

E além da luta justa reivindicatória por salários, tem-se um debate extremamente importante sobre a previdência pública. Aqui não vi uma única acusação de improbidade, de corrupção, de roubalheira praticada pelo governo do Governador Beto Richa. Aqui o que se está discutindo...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, faço um apelo de novo. Nossa audiência está indo bem, peço que não interrompam nenhum dos nossos convidados.

Senador Cássio com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Vou pedir só mais um pouco de tempo para concluir meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª está dentro do seu tempo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Nós ouvimos 13, 14 manifestações de forma respeitosa, de forma democrática, e eu espero que eu possa ser respeitado também, para que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza será, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ...para que possamos demonstrar que há, sim, ambiente para discussão civilizada de ideias.

Retomando o ponto, durante todos os depoimentos não houve uma acusação de que houve malversação, corrupção, roubalheira no Paraná Previdência. O que se está discutindo é o remanejamento de recursos do fundo. E são três os fundos do Paraná Previdência: o fundo financeiro, o fundo previdenciário e o fundo militar.

Através do fundo financeiro, o governo do Estado vem despendendo mais de R$125 milhões para arcar com o direito dos pensionistas e aposentados do Paraná. E o que se fez então foi o remanejamento de recursos para garantir o equilíbrio atuarial do sistema onde há uma manifestação, que há de ser respeitada, de discordância dos professores ou dos sindicatos ou de parte deles. E isso deve ser discutido.

Muito mais grave é a situação dos fundos de pensão administrado pela União.

Hoje será lida, no plenário do Senado, a instalação de uma CPI dos Fundos de Pensão. Infelizmente, a Base do Governo se recusou a assinar essa CPI. Pelo contrário, o Governo da Presidente Dilma Rousseff, do PT, agiu no Senado para retirar as assinaturas.

E aqui repito que o Senador Roberto Requião, com sua honradez, sua tradição de luta e de coerência, manteve a assinatura na CPI. Porque, só para me referir, o fundo de pensão dos Correios, o Postalis registra um rombo de R$5,4 bilhões, e rombo por desfalque, por malversação, porque até mesmo títulos do governo da Venezuela foram adquiridos no Postalis.

Atualmente, a partir do mês de abril próximo passado – atentem bem! – e até os próximos 15 anos, os funcionários dos Correios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ...terão que descontar, em alguns casos, até 26% dos seus salários, para cobrir o rombo do Postalis. Ou seja, nós já estamos tendo um caso concreto, prático, de um fundo gerenciado pelo Governo Federal em que os servidores, os funcionários dos Correios, terão que descontar, nos próximos 15 anos, em alguns casos, até 26% dos seus salários, para cobrir o rombo da gestão temerária ali realizada.

No Paraná, a proposta aprovada não muda em nada o pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Há uma legítima preocupação em relação ao futuro, e há que se discutir o futuro. Não há por que temer a abertura desse debate. Mas, na atual quadra, no momento presente, não há nenhum direito atacado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ...não há nenhum pagamento que esteja sendo postergado.

E o Governo do Estado, pela informação que recebi, através do projeto aprovado, prevê a criação de um grupo de trabalho com a participação paritária de funcionários, de professores, de servidores, de forma geral, para discutir o aperfeiçoamento do regime próprio de previdência social e um regime de previdência complementar.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, agradecendo a prorrogação por um minuto do tempo que me foi concedido, acredito que o episódio tem a nossa repulsa, a nossa desaprovação. Excessos devem ser apurados. E que desse momento doloroso para todos aqueles que vivenciaram esse episódio possamos tirar proveito, para fazer um debate amplo sobre a situação previdenciária, sim, do Paraná, de outros Estados brasileiros e da própria União, respeitando a autonomia federativa que cada ente tem para definir os seus destinos.

Portanto, estaremos aqui no Senado cumprindo com o nosso dever, que é acompanhar os atos, fiscalizar as posturas do Poder Executivo da União, respeitando, naturalmente, a autonomia e a independência de cada ente federado, sobretudo, no caso, os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este foi o Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB.

Eu lembro ao Senador Cássio e aos outros Senadores e Parlamentares que amanhã nós teremos aqui uma audiência pública que vai discutir todos os fundos de pensão. Todos. Inclusive um do Rio Grande do Sul com um problema seriíssimo e, claro, a questão dos Correios. Todos foram convidados. Devem ser, se não me engano, seis ou sete fundos que estão com problemas.

Senador Donizete Nogueira. (*Pausa.*)

Senadora Fátima Bezerreira.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Presidente, colegas Parlamentares, Senadores, Deputados, eu quero aqui, inicialmente, em nome do Prof. Hermes, que aqui representou a APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, cumprimentar os demais professores aqui presentes e abraçar todos os professores e professoras, trabalhadores em educação do Estado do Paraná e do Brasil.

Quero cumprimentar também os Deputados Estaduais lá do Estado do Paraná; cumprimentar aqui também o Prof. Denny, do ensino superior; a Profª Luzia, que é representante do Sindicato dos Docentes do Paraná.

Senador Paim, eu quero aqui me associar às manifestações feitas por diversos colegas Parlamentares, que aqui se posicionaram de maneira muito objetiva, muito clara, enfim, expressando todo o nosso desacordo, todo o nosso sentimento de repúdio, de desaprovação, diante exatamente da forma como os professores e professoras do Paraná foram tratados pelo Governo do Estado, através da ação truculenta da Polícia Militar daquele Estado, quando do episódio ocorrido na quarta-feira, última.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, dar conhecimento à Comissão de Direitos Humanos, que nós, ontem, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, Comissão da qual eu sou integrante e também Vice-Presidente, nós aprovamos uma moção de repúdio ao violento ataque policial contra professores do Paraná – essa moção foi aprovada ontem, na Comissão de Educação –, bem como também apresentamos um requerimento de voto de censura ao Governo do Estado do Paraná, em razão da truculenta ação praticada pelos policiais militares contra os professores do Estado, no último dia 29 de abril de 2015.

O nosso requerimento, que vai a voto ao Plenário do Senado,diz exatamente o seguinte, Senador Paim:

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 222, §1º do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja registrado nos *Anais* desta Casa VOTO DE CENSURA ao Governo do Paraná, em razão da truculenta ação policial praticada contra professores daquele Estado, que deixou mais de 200 pessoas feridas, no último dia 29. Na ocasião, mais de 20 mil professores e outros servidores públicos, exerciam pacificamente seu direito constitucional de se manifestar contra o Projeto de Lei que alterou a forma de custeio e financiamento dos servidores do Estado, quando foram repelidos violentamente pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Senado Federal entende que é imprescindível se solidarizar com os professores, principais atores no processo educativo, e lembra que o cidadão brasileiro não vai mais aceitar afrontas ao Estado democrático de direito e aos direitos fundamentais, individuais e coletivos, garantidos pela Constituição Brasileira. Por isso espera que os excessos cometidos pela Polícia Militar do Paraná e que os culpados pelos atos violentos sejam punidos como determina a lei.

Eu quero, Sr. Presidente, aqui, dizer que tomamos essa iniciativa de levar essa proposta, também, para o Plenário da Casa, – essa moção de repúdio, ela foi aprovada na Comissão de Educação, e agora nós também levamos para o Plenário do Senado – movidos, unicamente, eu diria até, por um sentimento do ponto de vista que tem um caráter pedagógico.

Qual o caráter pedagógico que nós queremos ressaltar aqui? É que, veja bem, não de pode, de maneira nenhuma, assistir passivamente, ou nós nos omitirmos, de repente, ao retrocesso que aconteceu lá em Curitiba, de a luta social, a luta popular ser tratada como um caso de polícia.

Eu não vou entrar aqui no mérito do ponto de vista das reivindicações, do ponto de vista do fundo da previdência, do custeio. São legítimas as reivindicações que a APP, que os professores e professoras do Paraná apresentam na busca, exatamente, da pela dignidade profissional, pela dignidade salarial da categoria.

Mas também é legítimo o Governo apresentar as suas dificuldades orçamentárias etc. etc. Agora, o que não é legítimo, Sr. Presidente, o que não pode ser tolerado, o que não pode ser aceito de maneira nenhuma é os professores terem sido tratados como foram. O que não pode ser legítimo, o que não pode ser natural, o que não pode ser normal é a arbitrariedade que, infelizmente, a ação policial lá do Estado do Paraná, cometeu contra a luta dos professores naquela última quarta-feira.

Aquilo feriu de morte, não só de vergonha, de revolta, não apenas aos professores e professoras do Paraná, mas também aos professores e professoras do País inteiro. Na verdade, envergonhou a sociedade brasileira como um todo. Nós não podemos, de maneira nenhuma, de repente, a pretexto de proteger o patrimônio, soltar os cachorros em cima de trabalhadores que estão exercendo, pacificamente, legitimamente, o seu direito, repito, de lutar, de reivindicar, de se manifestar e de protestar.

Eu, quando, portanto, tomo essa iniciativa, quando tomamos essa iniciativa tanto de apresentar essa moção na Comissão de Educação, como de levar esse assunto também para o Plenário do Senado é porque achamos que, independente aqui de questão partidária ou questão ideológica, achamos, sim, que o Legislativo brasileiro, que a Comissão de Educação, que a Comissão de Direitos Humanos, que em boa hora realiza esta audiência, que o Legislativo brasileiro deve, sim, se posicionar e dizer que atos dessa natureza são inaceitáveis e que atos dessa natureza devem ter a reprovação da sociedade. Por isso que achamos que o Senado deve até, repito, num caráter pedagógico, aprovar, sim, um voto de repúdio ao que aconteceu lá em Curitiba, lá no Estado do Paraná.

É associado a esse voto de repúdio que vem exatamente o apelo para que tudo seja apurado tim-tim por tim-tim, para que os excessos praticados pela ação policial sejam realmente apurados com todo o rigor. Igualmente que, depois de apurados os responsáveis por aquele ataque violento aos professores e professoras lá de Curitiba, sejam também punidos com os rigores da lei.

Então, essa, portanto, é a nossa palavra, Sr. Presidente. Não estamos aqui movidos por nenhum sentimento de revanchismo. Não se trata disso. Estamos movidos pelo sentimento de que a gente não pode se calar de maneira nenhuma diante do que aconteceu lá em Curitiba com os professores e professoras daquele Estado. Nós não podemos nos calar de maneira nenhuma, porque foi uma afronta ao Estado democrático de direito. Foi uma afronta, sim, ao Estado democrático de direito.

Repito: a luta social, a luta popular não pode mais ser tratada dessa maneira. Os tempos são outros, porque ali o que se viu foi um ação que passou de todo e qualquer limite, e o Governo tem que se posicionar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Infelizmente, lamentamos profundamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... – vou concluir –, que o Governo, imediatamente àquele episódio, em vez de ter dialogado com a sociedade do Paraná, com o povo brasileiro no sentido de dizer que iria ser instalado um processo de apuração rigoroso, infelizmente o Governo, em vez de, no primeiro momento, adotar essa postura, mais do que isso, pedir desculpa aos professores e professoras, pedir desculpas ao povo do Paraná e ao povo brasileiro pela ação truculenta, covarde, que, infelizmente, os professores e professoras foram vítimas, infelizmente, o Governo não teve, até o presente momento, essa capacidade, essa generosidade, esse gesto.

De forma que fica aqui, portanto, inclusive, concluo, Sr. Presidente, dizendo que falo aqui não só em meu nome, mas falo aqui também me associando à Senadora Gleisi, à Bancada aqui dos Senadores do nosso Partido no Senado, bom como também à Bancada dos Deputados e Deputadas Federais do PT aqui na Câmara, porque falo aqui, neste momento, na condição de Coordenadora do Núcleo de Educação da Bancada do Partido dos Trabalhadores aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Portanto, o nosso veemente repúdio e esperamos que, a exemplo da Comissão de Educação, o plenário desta Casa também aprove esse requerimento moção, de repudio, frente exatamente ao que aconteceu lá no Paraná, no que diz respeito à ação truculenta da polícia de ataque aos professores e às professoras daquele Estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como último Senador inscrito, Senador Roberto Requião.

Em seguida, vamos aos Deputados presentes.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador Paulo Paim, estamos discutindo aqui a violência policial, especificamente no Paraná e, por acréscimo, no Brasil hoje.

Só conseguiremos entender o que ocorre no País, delineando um quadro mais completo da situação. O Brasil e os Estados, hoje, todos, a União e os Estados, estão em dificuldade, em função de circunstâncias da economia global, do desempenho da economia nacional e das próprias administrações estaduais. A dificuldade é grande.

E, quando, no plenário do Senado, eu e a Senadora Gleisi soubemos que 1.600 ou mais policiais, armados, tentavam interferir num protesto pacífico de professores, nós colocamos no plenário um requerimento, e o Plenário nos designou para irmos tentar evitar a violência policial no Paraná.

Fomos lá para dizer ao Presidente da Assembleia e ao Governador que, no Senado da República, nós também estávamos cuidando de evitar as dificuldades financeiras dos Estados. Estávamos votando, no plenário, uma modificação no índice de correção da dívida dos Estados, e o Senador José Serra havia proposto – e o Plenário, aprovado – a utilização pelos Estados de uma parte dos depósitos judiciais. Uma medida que considero duvidosa, mas aprovada por ampla maioria.

Fomos recebidos pelo Presidente da Assembleia, que nos disse que não pararia a votação, a não ser por determinação expressa do Governador do Paraná. Nós fizemos o que podíamos, até vermos que tudo havia fugido, de uma forma completa, do controle.

Eram cerca de 25 ou 30 mil professores e funcionários públicos na frente da Assembleia Legislativa, e surgiram os helicópteros, jogando bomba de gás lacrimogênio indiscriminadamente. Eu, pessoalmente, no pátio da Assembleia, me deparei com uma *van* com 1.500 bombas.

Posso assegurar a V. Exª, Sr. Presidente, que, hoje, o paiol de munição da Polícia Militar do Paraná está vazio. Eles praticamente jogaram todo o seu estoque de bombas de efeito moral e explosivas em cima da população. O Luiz Carlos de Jesus sofreu um acidente, para sermos mais suaves com o que ocorreu, mordido por um *pit-bull*, que não deveria, em hipótese alguma, estar no policiamento de uma manifestação de massa como essa.

Porém, o cinegrafista da TV 15, que é uma televisão pela NET, mantida por nós, recebeu uma bomba de gás lacrimogênio, ao lado da cabeça, desfaleceu e foi acordado, 20 ou 30 minutos depois, com massagens cardíacas.

A brutalidade foi total. O que aconteceu, para utilizar um termo castiço em português, foi uma boçalidade. Boçal define a falta de inteligência e de qualquer resquício de civilização e humanidade numa ação policial, um despropósito absoluto.

Ora, vamos à descrição da invasão da Assembleia Legislativa. Santa invasão, Senador Aloysio Nunes! Na primeira votação, o Governador de Estado estava passando os R$8,5 bilhões do fundo de Previdência para o caixa único do Estado, e a previdência não duraria mais que dois anos e meio, liquidando todo o esforço de muitos governos do Estado do Paraná.

A Previdência do Estado do Paraná é a maior previdência estadual do Brasil. Ela só é menos capitalizada que os fundos de previdência das grandes estatais da União. Ela se capitalizou no período da crise, porque o Governo do PMDB, do qual fui o Governador, o dirigente, proibiu investimentos flexíveis ou variáveis, como preferem os técnicos.

Nós, como os bancos, seguimos o princípio do Acordo de Basileia. Nós determinamos que a Previdência do Estado do Paraná aplicaria seus recursos única e exclusivamente em letras do Tesouro, porque dinheiro que garanta a aposentadoria dos funcionários públicos não é capital de risco. E foi a única previdência do Brasil que não teve prejuízo entre 2008 e 2009, com a grande crise globalizada, que atingiu também o nosso País.

Fomos lá dizer que existiam meios de resolver o problema administrativo do Estado, mas lamentavelmente os erros administrativos do Governo são brutais. Um descontrole absoluto de aplicação de finanças. Hoje, recebo aqui e agora, há minutos, uma notícia extremamente interessante, para ver até onde se estabelece o caos em cima da Administração Pública do Estado.

O Tribunal de Justiça do Paraná acaba de se conceder o mandado de segurança em que eles só contribuirão para a Previdência no valor de R$4.600,00, que é o teto de aposentadoria estabelecido pelo INSS. Então, a Previdência do Estado está em processo terminal.

Nós não podemos, de forma alguma, admitir qualquer justificativa em cima da violência. Já verifiquei, pelos pronunciamentos de todos os companheiros Senadores, nesta nossa reunião, que há uma unanimidade em torno disso. Um emprego despropositado de força policial, um descontrole absoluto.

Os equipamentos não foram aqueles não letais, Senador Aloysio Nunes. As tropas de choque, conforme os filmetes que temos, estavam equipadas com metralhadoras e fuzis dentro e fora da Assembleia Legislativa. Atiradores de elite estavam em cima dos prédios do Centro Cívico, para matar quem? Professores? Professoras? Funcionários públicos? E essa boçalidade absoluta, repito o termo, da utilização de cães policiais *pit-bull* e pastores alemães na repressão ao que e a quem.

Podemos, sim, condenar a invasão da Assembleia, num primeiro momento, mas, repito, Senador Aloysio Nunes, santa invasão! O Governador recuou, acabou com a proposta de jogar os R$8,5 bilhões no caixa único do Estado do Paraná.

Daí, veio essa camuflagem do processo, pela qual o Governo do Estado, nos próximos seis anos, tira mais ou menos R$12 bilhões do Fundo de Previdência e se compromete a utilizar os *royalties* de Itaipu, em 2021, até um milhão de reais. Então, retira 12, coloca um; o furo é de 11. Além do que, com essa assunção deste fundo dos funcionários que não contribuíram, os ingressos na Paraná Previdência serão sempre bem menores que os aportes dados pela contribuição do Estado e do funcionalismo.

A irresponsabilidade é rigorosamente absoluta. Acho que temos de agir com firmeza neste caso. A Polícia Militar é descontrolada no Brasil. Inteira verdade! Mas, por exemplo, quando nós estávamos no Governo, quando tivemos crise com o MST, reuni, no Quartel General da Polícia Militar, toda a liderança do MST, com toda a oficialidade da Polícia Militar, para acabar o pânico do confronto, haver um entendimento de princípios, e nós nunca mais tivemos um atrito no Paraná desta ordem de utilização de força policial para resolver problemas sociais.

Funcionários do Palácio Iguaçu – e nós temos essa gravação – festejavam com alegria as bombas, os jatos d'águas, as bombas de efeito moral e as bombas de gás lacrimogênio.

E, segundo o Tadeu Veneri, o Chefe da Casa Civil, Deputado Federal Sciarra, no telefone, comandava, pelo menos em parte, os eventos, dizendo: "Joguem as bombas!" Joguem as bombas!" As bombas eram jogadas aleatoriamente em cima de uma multidão de 25, 30 mil pessoas.

E pessoas que estavam a 150, 200 metros afastadas da Assembleia Legislativa foram bombardeadas. Irresponsabilidade absoluta e indesculpável.

Recebo, agora, notícias ainda não confirmadas da imprensa de que depois de ter avalizado a operação, o Governador recua e parece que está demitindo os três: o chefe da Casa Civil, o Francischini, Secretário de Segurança, e o Secretário de Educação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ...que praticamente desapareceu nesse processo todo.

Nós temos que continuar, no Senado, Senador Paim, cuidando dos Estados brasileiros. Do Estado do Paraná também, porque atrás dessa falência, dessa péssima administração, tem toda uma população, tem funcionários públicos, tem educação, tem saúde e tem segurança.

Nós não podemos entrar, por exemplo, agora, com esse discurso reiterativo de *impeachment* para o Beto Richa. Não. Elegeu-se, tem que ficar lá até o último dia. E nós, aqui no Senado, temos que cuidar de arranjar maneiras, engendrar processos para viabilizar economicamente o Estado. Mas sem a menor sombra de dúvida, Senador Paim, no Paraná o rei é ruim e está pessimamente assessorado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Roberto Requião, que juntamente com a Senadora Gleisi Hoffmann estiveram lá, inclusive no dia em que houve essa agressão aos professores.

Agora vou começar a passar a palavra aos Deputados e se assim os Deputados entenderem... Existem alguns professores no plenário. Como eu faço sempre em minhas audiências públicas, oito pediram a palavra. Que cada Deputado possa usar o tempo de cinco minutos. Vamos lá, então? E depois os convidados também, no plenário, os oito que pediram, terão os cinco minutos para falar.

Citando o nome do Deputado presente, vou dar o uso da palavra.

Deputado Paulo Pimenta já usou a palavra.

Deputado Federal Major Olimpio com a palavra, por cinco minutos, conforme combinado com o Plenário.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, cidadãos que estão aqui presentes nesta audiência pública, eu, antes de ser Deputado, sou um policial militar de carreira, com 37 anos no serviço policial.

Já fui policial agindo e comandando manifestações públicas, como já estive à frente de manifestações públicas de servidores policiais reivindicando direitos mais do que legítimos. Então, antes de mais nada, a minha solidariedade às justas reivindicações.

Não quero entrar na luta político-partidária, até porque há representantes do Estado mais bem qualificados para fazer o enfrentamento político-partidário. Quero fazer exatamente algumas considerações a respeito do emprego de força policial.

Em primeiro lugar, os policiais são cidadãos, são gente das classes mais humildes da sociedade. Centenas de policiais são casados com outros servidores públicos: professores, pessoas da área da saúde... Enfim, não se pode colocar uma situação em que o policial seja um ser repressor que veio ao mundo para trazer o desconforto, a dor para aqueles que têm justas manifestações.

Quero dizer que ouvi algumas falas dizendo do currículo das polícias militares. Aliás, força policial ou monopólio da força do Estado existem em todas as nações, em todos os Estados constituídos. Pode dar o nome de polícia militar, guarda, *gendarmerie*... O nome que se der!

Eu tive ou a felicidade ou desafio da vida de conhecer forças policiais em 30 países. Se formos ao Vaticano, como estive, não só em audiência com o Papa, mas para ver a força policial de lá, existe a bala de borracha, o elastômero, existe a munição química; existe nos países europeus, nos Estados Unidos, na China, na Índia, em todos os países. Em todos os locais do mundo, onde houver confrontação, haverá ferimentos e pode haver mortes sim.

Não existem equipamentos não letais. Existem equipamentos menos letais, com uma caneta é possível torturar alguém até a morte. Se falar exatamente: a bala de borracha pode matar? Pode matar sim. Esses equipamentos menos letais foram desenvolvidos no mundo todo para evitar a confrontação física, para minimizar lesões. Não significa que elas não existirão. O uso de cães nas forças policiais e na contenção de distúrbios também é uma prática e existe técnica para o mundo todo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – Eu já vou concluir, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto, por favor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – Apenas para dizer que não se pode tentar simplesmente dizer que foi um uso exacerbado da força. As imagens mostram. Se se usou uma bomba ou dez mil bombas, é que se tentou graduar o uso da força. As condições onde eventualmente tivemos feridos, se foi jogada ou não a bomba, é preciso instaurar, e está instaurado, porque eu fui verificar com o Comando da Polícia Militar de lá, os inquéritos competentes para se tentar individualizar as condutas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deputado, eu lhe concedi mais um minuto.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – ...ou responsabilizar, senhores, as condutas que possam exorbitar.

Agora, depois de 38 anos, eu fui comandante da região central da cidade de São Paulo. Enfrentei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – ....todos os tipos de manifestações, acompanhei as manifestações em 2013/2014 . Se ninguém viu Black Blocs lá, eu vi o tempo todo em São Paulo, jogando coquetel molotov sim, jogando pedras, desafiando, infiltrando-se nos movimentos mais do que legítimos. E aí são bandidos, talvez não tenha no Paraná. Mas para mostrar exatamente que bandidos e muitas vezes financiados por partidos políticos vão lá para tentar a quebra da ordem e promover vítimas. As vítimas foram 300 machucadas. Então, é preciso que fique muito claro.

E o que vai acontecer, se faz moção, se faz repúdio...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Deputado.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – ...isso em relação à soberania dos Estados está dizendo absolutamente nada. Nós temos que buscar sim a apuração devida, a individualização de condutas, a responsabilidade onde houver, mas não se pode generalizar. Em qualquer situação em que houver a confrontação – e aí o Estado tem que se colocar soberano, e o Estado tem que usar a sua força legítima –, em todas as situações, em todas as formas de administração de governo, haverá sempre, sim, uma força policial, com o nome que for, militarizada ou não, e não dá para vir com essa bobeira de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – ....dizer: agora é simplesmente pelo caráter militar que houve o enfrentamento. Não. Se fosse a Polícia Federal, se fosse a Polícia Civil, se fosse a Polícia Rodoviária Federal, have-

ria enfrentamento. Por quê? Todos nós sabemos que o enfrentamento foi provocado por alguns, e milhares acabaram padecendo em função disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Deputado, por favor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – Então, o que acontece é exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Deputado Federal Major Olimpio, que expressou o seu ponto de vista.

Deputado Federal Aliel Machado.

Deputado Federal Toninho.

Deputado Estadual Tadeu Veneri, já usou da palavra.

Deputado Federal Rossoni.

Deputado Federal Evandro Roman.

O SR. ROSSONI (PSDB - PR) – Estou aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, o Deputado Rossoni está aqui desde o início.

Mais do que justo ter reivindicado já que eu acelerei aqui a chamada.

Deputado Federal Rossoni, com a palavra.

O SR. ROSSONI (PSDB - PR) – Senador, eu fui Presidente da Assembleia do Paraná e eu ouvi aqui vários pronunciamentos. Uma das coisas que eu acho que servem aqui no momento é que esse episódio não é aprovado por ninguém, por ninguém. Minha posição é pública lá no Paraná, minha posição é pública no Paraná. O Governador está tomando todas as providências, e tem o nosso apoio. O Governador do Paraná é um homem de bem, um homem de paz, é um homem incapaz de agredir uma pessoa. Ele governa o Estado do Paraná sem conflitos, sem conflitos. Ele não teve um atrito em quatro anos com ninguém. Esse é o Governador do Paraná, a quem eu respeito.

Quero dizer aqui ao repórter Luiz Carlos de Jesus: o Governador teve a humildade de ir fazer uma visita, pedir desculpas ao Luiz Carlos. Ele foi lá e fez uma visita ao Luiz Carlos. O Governador não concorda, não concorda com essas atitudes.

Agora, a APP Sindicato do Paraná tem um grave desvio de conduta democrático. Ela não gosta de ouvir, primeiro, o contraditório; segundo, não é a primeira vez, como disse o Senador, talvez não lembrando, que o plenário da Assembleia foi invadido pelo Sindicato dos Professores. Quando eu era presidente, foi invadido. Foi invadido no começo do ano e estava marcado para ser invadido agora. Agiu bem o Presidente da Assembleia ao pedir segurança. Agora, quanto aos exageros, aos exageros lá cometidos, eu pedi ao Governador que as providências fossem tomadas. O Governador já tinha tomado as providências quando conversei com ele na segunda-feira.

Quero restabelecer aqui a verdade: primeiro, nenhum helicóptero...

Eu falei durante três minutos e já me cortaram a palavra aqui? Eu estou sem som.

Primeiro, os helicópteros não jogaram bombas.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ROSSONI (PSDB - PR) – Viram como a APP Sindicato não gosta de ouvir? Eu não fiz nenhuma manifestação quando eles falaram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos assegurar a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ROSSONI (PSDB - PR) – isso mesmo!

Vejam como há contradições. O representante da OAB que acompanhou o episódio, Alexandre de Salomão, disse que a Polícia Militar é que foi atacada. Eu não quero dizer se ele está certo ou está errado. Há contradições aqui.

Outra questão. Vejam a diferença de tratamento quando eu vejo o Senador Requião falando aqui, Deputado Valdir. O Governador Beto Richa nunca trocou uma palavra com um repórter. O Governador Requião quebrou o dedo de um repórter. Esse é o tratamento.

Outra questão. Falando em fundo previdenciário, se hoje o Fundo Previdenciário do Paraná tem uma saúde razoável, financeira, perto dos outros fundos dos Estados, é graças ao Governador Beto Richa, que elevou-o de R$3,9 bilhões para R$8 bilhões em apenas quatro anos, enquanto o Governador Requião, quando governou o Paraná por oito anos, deixou um rombo no Fundo de Previdência de R$9 bilhões. O que ocorreu? O Governador Beto Richa quando assumiu, assumiu esse rombo do Requião e tentou corrigi-lo, mas o caixa do governo não suportou. Então, teve que aprovar esse medida lá na Assembleia para corrigir isso e não trazer tantos prejuízos ao Fundo de Previdência do Estado.

Eu sei que o Paraná está assistindo a isto aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estamos ao vivo para todo o Brasil.

O SR. ROSSONI (PSDB - PR) – Eu gostaria de perguntar ao senhor: quantas universidades estaduais tem o Rio Grande do Sul? Apertei o senhor? Deve ter uma ou duas. Sabe quantas universidades tem o Paraná? Tem sete. O que nós precisamos? Que o Governo Federal assuma suas responsabilidades, para que nós, em vez de investirmos no ensino superior, que é de obrigação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROSSONI (PSDB - PR) – ...do Governo Federal, invistamos no governo estadual.

E quero dizer que a polícia do Paraná é muito bem treinada. Ela é capacitada. O que algumas pessoas têm que aprender é que a polícia agiu, no Paraná, porque eles foram ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª tem mais um minuto, Deputado, para concluir.

O SR. ROSSONI (PSDB - PR) – ... agredidos. E aí perdeu-se o controle, aí perdeu-se o verdadeiro controle.

E a última palavra minha: o País está entrando numa profunda crise.

Hoje nós estamos aqui no Congresso Nacional, estou indo para o plenário, onde está sendo retirado o direito dos trabalhadores. A crise é tão profunda que, daqui alguns dias, os sindicatos não vão pedir aumento, vão pedir que paguem os salários, porque o País se aprofunda numa crise sem precedentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Deputado Federal Rossoni, que falou pelo tempo combinado, cinco minutos, e nós vamos continuar agora chamando os outros Parlamentares.

Lembrando a todos que nós temos que assegurar a palavra a cada um dos Parlamentares. E os senhores vão falar no final ainda, conforme já combinado, em nome do Plenário.

Deputado Federal Evandro Roman.

Deputado Federal Carlos Sampaio.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR. *Fora do microfone.*) – Evandro está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Evandro está aqui? Desculpe Evandro.

Deputado Federal Evandro Roman com a palavra.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Sr. Senador Presidente Paulo Paim, obrigado pela oportunidade.

Inicio já parafraseando Zé Geraldo, que diz que "toda força bruta nada mais é do que um sintoma de fraqueza". E isso, o Governo do Estado do Paraná já entendeu e já está tomando as medidas, já está correndo e fazendo com que realmente essas ações sejam punidas. Os responsáveis estão sendo punidos dentro do Estado do Paraná.

Agora, existe uma diferença muito grande... Eu falo aos meus colegas professores, eu sou professor, escolhi ser professor, não tem dois anos que tenho uma filiação política partidária e já vim para cá, então, me preparei para ser professor. Minha esposa é professora. Venho de uma família de cinco professores. Meus irmãos são professores, minha irmã também é professora. Então, o que eu queria dizer é que quem fala é quem está desprovido de qualquer ideologia política partidária, que muitas vezes nos cegam. A ideologia nos cega. Você só consegue ver algo que está a sua frente, você não consegue olhar para o lado, e isso eu falo desprovido de qualquer... Não sou de esquerda, não sou de direita, sou para a frente e para a frente sempre tenho que buscar. Entre o que nós gostamos de fazer e o que nós temos que fazer há uma diferença muito grande, mas muito grande mesmo. E isso foi o que o Governo do Estado do Paraná, Governador Beto Richa, fez.

Não entramos em nenhum momento, em nenhum momento, numa ação das forças policiais ou das situações. Mas eu pergunto ao senhor, Sr. Presidente, se eu começar a lhe atacar agora, de repente me levanto e vou até... Quanto tempo o senhor demora para reagir e vir para cima ou pelo menos se manifestar?

Eu brinquei aqui agora com a Profª Isabela, porque não a conhecia, e ela já reagiu rapidamente. Até eu falei para ela: foi apenas um tom e a senhora vai entender lá na frente. Ela reagiu imediatamente. Ela firmou o olhar para mim e eu olhei para ela e falei: algum problema? Ela já reagiu. E daí eu falei: professora, é brincadeira, a senhora já vai entender lá na frente. Nós somos humanos e, como humanos, nós reagimos dessa forma.

Imagine, então, Deputado Tadeu Veneri, se você está ali com todos os policiais... Ninguém está dizendo, gente... Eu peço, eu até digo aos senhores da APP, meus colegas professores, eu quero ser bem sincero, o Deputado Rossoni falou uma coisa que, antes quando eu estava falando, o Deputado Ricardo Barros, todos viraram as costas, vocês não podem fazer isso. Eu digo não, vocês têm que estar abertos ao contraditório. Vocês são mestres, eu aprendi com vocês, eu aprendi com os senhores que nós temos que ter o contraditório e estar aberto a ele. Virar as costas é dizer: não aceitamos o diálogo. Será que não foi isso que os senhores fizeram no Estado do Paraná em alguns momentos?

Eu pergunto aqui aos Deputados, aos Senadores que lá estavam – eu me dou muito bem com o Prof. Lemos, que é da mesma cidade que eu, Tadeu Veneri –, qual dos senhores que fez um manifesto, quando dia 10 de fevereiro foi invadida a Câmara dos Deputados lá no Estado do Paraná, a Assembleia, dizendo que aquilo não era bem feito? Mas não foi para a imprensa.

Se não tem... Eu ouvi uma situação colocada por um dos palestrantes. Ele disse o seguinte: "Nós íamos invadir sim." Então, para nós, gente, é fato consumado. O que a polícia tentou fazer foi não deixar a invasão. Se lá tem 54 Deputados, conforme os senhores, eleitos pela vontade popular que querem votar algo, como que alguém vai poder fazer para não deixar isso acontecer?

Então, essas ações... Quando se fala em afronta ao Estado democrático de direito, eu falo que é isto aqui: 54 Deputados prontos para votar.

No Estado do Paraná, os 11,2 milhões de habitantes que lá estão não se resumem unicamente à classe dos professores. Há empresários, produtores rurais, e todas essas ações são para atender a todos.

O Governador Beto Richa – eu tenho aqui os dados – fez um crescimento histórico dentro da Previdência. De 1999 a 2002, cresceu 0,20%; de 2003 a 2006, foi para 1,94 bilhão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – De 2007 a 2010, conforme o Senador Requião falou, foi 3,990 bilhões. De 2011 a 2014, foi para 8,16 bilhões. Dobrou em quatro anos. Dobrou!

Essa é a segurança que eu falo que nós temos. O Estado é a garantia. O Estado tem essas ações.

Levando para uma linha de encerramento, eu gostaria de perguntar se é possível colocar uma foto aqui que solicitei. Duas fotos. Eu gostaria até de duas situações: uma que o Luiz Carlos estivesse, e a outra é que aprendi que não se fala quando as pessoas estão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como V. Exª tem um minuto, está dentro do seu tempo. Pode passar as fotos, sim.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – O.k..

Esse é o Hulk, o único cachorro *pit bull* da tropa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Mas, gente, se eu entro na jaula de um leão, eu vou ser atacado. O cinegrafista disse: "Gente, calma! Não estou contra vocês. Estou apenas mostrando um ponto de vista. Sou professor."

Só quero dizer a vocês o seguinte: se eu entro dentro da jaula de um leão... Quanto ao cinegrafista Luiz Carlos, que teve a ligação do Governador, simplesmente o fato ocorreu num local onde a profissão dele assumiu o risco disso. Um policial assume o risco inclusive de ser morto.

Dentro dos meus 35 segundos, aprendi que não se deve falar na ausência das pessoas, mas o Deputado Pimenta, quando esteve no Estado do Paraná, eu falo que ele usou algo chamado síndrome de Lampião, porque ele foi lá e deduziu que, por telefone, estaria bom conversar com o Chefe da Casa Civil. Então, ele foi o Virgulino Ferreira, o verdadeiro Virgulino Ferreira, o justiceiro, que julgou, condenou e puniu, ao mesmo tempo sem ouvir o outro lado.

É uma situação que eu falo que se tem que ouvir sempre os dois lados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Deputado Federal Evandro Roman.

Deputado Federal Carlos Sampaio. (*Pausa.*)

Deputado Federal Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) – Sr. Senador Paulo Paim, ilustres convidados, membros das duas Mesas, Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais, professoras, professores, sindicalistas, demais presentes, com muita tristeza, depois de 42 anos de vida pública, vejo acontecer isso no meu Estado do Paraná. É uma tristeza imensa. O coração, partido.

Sou da política da unidade aqui, dentro do Congresso Nacional. Há mais de 20 anos, tentamos construir uma unidade com os adversários para fazer o entendimento. Embora eu não concorde com nenhuma palavra do meu adversário político, eu tenho obrigação, pela unidade, de tentar encontrar um ponto em comum com esse Parlamentar.

Esse diálogo tem sido melhorado através da política da unidade, mas vejo, com o que aconteceu no Paraná, algo que realmente deve ser um marco divisor para o Brasil. As providências de protocolo, se é que são de protocolo – por que fez isso, por que não fez, por que colocou cachorro, por que havia bala –, têm que mudar. Deve haver um novo padrão nacional na linha do da Fenaj. Eu já havia me manifestado, há dias.

A política tem uma dinâmica, e os acontecimentos superam e acabam quase numa tragédia, com feridos, com todo mundo numa situação difícil. Todos nós. Não há vencedor nesse conflito. Todos perderam: perdeu o Paraná, que estava com uma imagem nacional muito boa; perderam os professores, o Magistério, os funcionários; o governador foi o que mais perdeu de todos. Ele foi o que mais perdeu, sem dúvida alguma. Dezoito anos de carreira.

Então, vejo assim: do ponto de vista da economia – economista que sou, fui duas vezes Secretário da Fazenda –, o Paraná tem honrado com seus compromissos, independentemente dos governadores. Posso até não concordar com alguns governos que passaram no Paraná.

Também na análise dos compromissos, quando em 2011 recebemos, pela primeira vez, a APP, tinha um residual de 25% de atrasados e foi pago, mais o reajuste anual que também foi pago. Somando todos os acervos, ao final de quatro anos foram 60% de reajuste. A folha global do Estado também. Ela sai no magistério universitário estadual de 31% a despesa total para 36%, o que está na contabilidade do Estado, apresentada recentemente pelo secretário. A folha de pagamento sai de 61% para 65,5%, global.

Acredito que se não fosse o desempenho do trabalho valoroso de arrecadação, o Paraná teria sucumbido, porque ele foi perseguido, dia e noite, pelo Governo Federal, que não autorizou os empréstimos, que foram generosos para Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas para o Paraná não foram. O Governo pagou 5 bilhões de dívida e recebeu 1,5 de empréstimo.

Então, não estou fazendo defesa, estou fazendo constatação de números. A ParanáPrevidência e o fundo financeiro são uma coisa só. No futuro, quem arca com a folha é o Estado. A União não tem fundo de previdência e tem mais de meio milhão de aposentados, ou mais, talvez chegue a um milhão de aposentados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) – Quem paga? Não tem fundo. Nunca foi criado. Os Estados vizinhos não têm. Nós temos. Pelo cálculo atuarial projetado, dos 109 mil aposentados, 95 mil recebem pelo tesouro estadual e só 14 mil recebem pela ParanáPrevidência.

Acredito que esse desentendimento tem um fundo político muito grave: dois candidatos que não venceram o Beto e outros interesses. Acredito piamente. Agora mesmo, na Câmara, dez Parlamentares do PT, PCdoB e PSOL se sucederam criticando o Beto Richa e o Governo do Paraná. Ontem também.

Então, está sintomática a reação em cadeia de requerimento, de censura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) – ...de moção. Se formos fazer isso com a Presidente Dilma, ela irá para todas as cortes internacionais, porque os abusos cometidos são gigantescos.

Então, o pau que bate em Chico bate em Francisco. O que aconteceu no Paraná, Paim, V. Exª que é um veterano, um decano nesta Casa, foi Deputado conosco, nos faz tomar medidas preventivas.

No final da fala do Requião eu estava aqui vigilante ao que ele iria falar para me contrapor a ele, mas não foi preciso, porque ele veio para um pronunciamento mais político do que técnico. Então, se ele fizesse alguma fala eu falaria também, para que houvesse um apoio maior ao Paraná. Ele falou isso aqui. Viabilizar os empréstimos, viabilizar recursos, os programas, todos que são muitos.

O Paraná teve um crescimento 50% acima do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu lhe dei mais um minuto, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) – Obrigado. Concluirei nesse minuto.

Vamos fazer um protocolo, vamos trabalhar isso juntamente com o secretário de segurança, com o Congresso Nacional, para ver como podemos reformatar essa questão de enfrentamento.

São Paulo tem o batalhão do braço, que não usa essas armas chamadas não-letais. Acontecimentos piores virão, porque a recessão é grande, o desemprego está aí, a inflação voltou, a recessão já está indo para dois anos. Haverá momentos de dor no País, muita dor.

Tenho falado diariamente. Ontem mesmo me dirigi ao General Elito, da Secretaria de Inteligência, prevenindo. Temos que ter medidas e pode haver um entendimento nacional também. Acho que poderíamos fazer um novo entendimento nacional com a Presidente Dilma para encontrar alternativa, porque os Estados todos vão falir com a recessão econômica, assim como os Municípios.

Desculpe o avançado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deputado Federal Luiz Carlos Hauly usou a palavra.

Deputado Federal João Arruda; Deputado Federal Eduardo Bolsonaro; Deputado Federal Alex Canziani; Deputado Federal Zeca Dirceu; Deputado Federal Bruno Araújo; Deputado Federal Alberto Fraga; Deputado Estadual Coronel Telhada; Deputado Federal João Arruda; Deputado Federal Onyx Lorenzoni; Deputado Federal Sóstenes Cavalcante e Deputado Federal Augusto.

Vamos então, agora...

O SR. DELEGADO WALDIR (PSDB - GO) – Sr. Presidente, meu nome não foi citado aí. Eu estava aguardando, Delegado Waldir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deputado Federal ou Estadual?

O SR. DELEGADO WALDIR (PSDB - GO) – Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, com a palavra, com certeza absoluta. Então, diga já, para ficar nos *Anais* da Casa, o seu nome.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSDB - GO) – Meu nome é Deputado Federal Delegado Waldir. Eu venho aqui porque sou paranaense, mas fui eleito por Goiás. Já fui professor no Paraná e fui policial no Paraná. Então, eu estive dos dois lados do enfrentamento e queria até...

Pena que o representante da OAB não esteja aqui. Ele foi efusivo ao dizer que todos os policiais... nós temos que mudar o sistema policial do País porque os policiais não prestam.

Eu acho que nenhuma generalização é correta. Existem erros, sim, na polícia, como existe aqui na política, como existe no Ministério Público, como existe entre professores... Em todas as áreas existem seus erros. Eu acho que toda generalização é errada. Eu queria... Pena que ele não esteja aqui para a gente poder fazer essas correções, lembrá-lo disso.

Eu acompanhei pela televisão, não estive ao vivo no Paraná. Eu estive lá alguns dias antes, numa audiência com o Doutor Sergio Moro, na CPI da Petrobras.

Nesse enfrentamento não houve vencedores. Eu ouvi a fala de outros colegas Deputados. Não acompanhei todo o evento, mas houve realmente erros, e esses erros têm que ser punidos. Eu conversei com o professor aqui, que até me mostrou a lesão. E eu fui o Delegado que investigou um dos maiores enfrentamentos em Goiânia, que foi a desocupação do Parque Oeste Industrial, e lá houve vítimas. No enfrentamento entre a polícia e os ocupantes da área houve vítimas, duas pessoas faleceram e várias foram feridas.

Casos como esse infelizmente aconteceram no Paraná e vão continuar acontecendo, Sr. Presidente. Aconteceram há poucos dias quando houve as manifestações de rua. Infelizmente, também o cinegrafista da TV Bandeirantes foi morto no Rio de Janeiro em razão da ação de pessoas infiltradas.

E nessas várias investigações que eu fiz como Delegado já em Goiás, onde consegui grande destaque, nós percebemos que são infiltradas nesses grandes movimentos, aproveitando a boa vontade dos participantes, professores e outras pessoas que se manifestam, pessoas, não diria apenas dos Black Blocs, mas pessoas que buscam o enfrentamento e, sem dúvida nenhuma, procuram causar grande comoção social. Aproveitam os grandes movimentos para fazer enfrentamento. Eu falo isso porque investiguei e levei ao conhecimento do Poder Judiciário. Eu fico triste, porque houve uma decisão judicial e falou-se pouco nela, aqui.

Alguns Deputados comentaram a respeito de uma decisão judicial de proibir a aproximação de qualquer manifestante da Assembleia Legislativa. Eu acho que a Assembleia Legislativa é um local de manifestação. E nós tivemos aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO WALDIR (PSDB - GO) – ...há poucos dias, na Câmara, na proposta da terceirização, o impedimento de que os representantes da CUT entrassem na Casa e houve um novo confronto. Nós temos visto vários confrontos, uns seguidos dos outros. Então, precisamos normatizar essas manifestações e permitir que as partes entrem, que grupos entrem e mostrem a sua opinião.

Eu acho que a Casa do povo aqui, ou em Curitiba, ou em Goiânia...

E há poucos dias, em Goiânia, também nós tivemos a manifestação dos professores, e nessa manifestação dos professores, eles também foram agredidos. E eu manifestei o meu repúdio a essa agressão.

Venho aqui trazer a minha opinião para que os fatos sejam apurados, que a polícia do Paraná, a polícia independente, a Polícia Civil, ou se não for independente, outra polícia investigue os fatos e se punam os responsáveis. Que as medidas legais sejam tomadas e realmente tragam punição a quem cometeu o errado, tanto pessoas que foram infiltradas no movimento para criar atrito, até contra a vontade dos professores, quanto os policiais que erraram. Que sejam punidos!

Eu quero trazer essa contemporização aqui, pela minha experiência de investigação.

Obrigado, Sr. Presidente. Deixo a minha solidariedade para com os professores, os policiais, os jornalistas, todas as pessoas que foram lesadas. E que elas procurem seus direitos. Nós só vamos ser respeitados se buscarmos os nossos direitos, seja na indenização reparatória, seja na investigação policial e na punição criminal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado, parabéns.

Por fim, o também Deputado Federal Marcelo Belinati. Cinco minutos.

O SR. MARCELO BELINATI (PP - PR) – Presidente, quando me perguntaram – eu sou Deputado Federal pelo Paraná, Londrina – qual é a tua posição? Eu deixei bem claro, inclusive, também em um debate que ocorreu na cidade de Londrina, primeiro que eu sou servidor público estadual também. Eu sou médico concursado do Governo do Estado. Trabalho no Governo do Estado como médico do Samu há quinze anos, médico concursado do Governo.

Todo aquele pacote do Governo do Estado me atingiria diretamente, enquanto servidor, como iria atingir toda a categoria. Além disso – estava até conversando aqui com o Prof. Márcio, de Londrina –, minha mãe, Deputado, é professora estadual aposentada. Minha mãe me criou, Presidente, e meu irmão, sozinha. Minha mãe ficou viúva com 24 anos, meu pai faleceu em um acidente de carro com 28 anos. E minha mãe criou o meu irmão e eu sozinha, como professora estadual. Dava aula de manhã, dava aula à tarde e, muitas vezes, dava aula à noite. Nós não tínhamos carro.

Eu me lembro de que minha mãe dava aula em um extremo da cidade de Londrina, que é uma cidade perto de 600 mil habitantes, uma cidade grande. Dava aula de manhã, vinha correndo para casa, fazia almoço para os filhos, levava a gente para a escola, à tarde ia dar aula. E, assim, a vida caminhou. Nós não tivemos uma vida de luxo, mas minha mãe nos deu o principal: princípios, bons ensinamentos, valores cristãos, o que ajudou a formar tanto o meu caráter quanto o do meu irmão.

Hoje o meu irmão é juiz federal em Presidente Prudente. Eu sou médico em Londrina, sou advogado formado também, e Deputado Federal de primeiro mandato.

Então, eu tenho, primeiro, um grande reconhecimento pelos servidores públicos de um modo geral e um grande reconhecimento pelo conhecimento que eu tenho, de dentro da minha própria casa, da questão dos professores. Porque ser professor não é só a sala de aula, não. A gente sabe... Quantas vezes eu vi a minha mãe, de madrugada, corrigindo prova, fazendo prova, fazendo anotações relativas a conselho de classe, lista de presença. Enfim, é uma jornada quase tripla de trabalho.

E, dizendo isso, eu acho que não tem nem o que pensar sobre qual é a posição que eu tenho. Eu acredito que foi um absurdo o que aconteceu no Paraná relativo aos servidores públicos, em especial aos professores. Acredito que houve excesso.

Nós estamos vendo aqui. É só olhar para as pessoas que estão aqui presentes, para os servidores públicos, profissionais, jornalistas, professores. E isso é inadmissível. Eu sempre acreditei que, através do diálogo, a gente pode chegar ao entendimento e isso não ocorreu.

Então, eu lamento. Deixo aqui a minha solidariedade, o meu respeito a todos os servidores públicos, aos professores estaduais. E quero que saibam que eu estou junto. Contem não só com a minha solidariedade, contem com o meu apoio. No que eu puder contribuir, colaborar... Não depende da gente, depende de ações efetivas do Governo do Estado.

Eu até agora há pouco, Sr. Presidente, estava no plenário e a gente estava discutindo as medidas provisórias do ajuste fiscal, que vão arrebentar com o trabalhador, vão arrebentar com a viúva, vão arrebentar com o empresariado. E eu falei uma coisa lá com a qual eu faço um paralelo e transfiro para cá.

Eu, quando fui ser candidato e acredito que todos os Deputados, ou quem está na vida pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BELINATI (PP - PR) – ...quando foi ser candidato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto, Deputado.

O SR. MARCELO BELINATI (PP - PR) – Já concluirei. Eu acredito que ninguém, quando foi pedir o voto, chegou e falou: "Olha, eu vou estar lá para votar contra o trabalhador. Vou estar lá para votar contra as pessoas". Porque, se fizesse isso, não teria o voto da população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. MARCELO BELINATI (PP - PR) – Então, fazendo um paralelo com as medidas provisórias, eu digo a mesma coisa: eu fui eleito para fazer a coisa certa. E a coisa certa, no meu entendimento, é defender a população. Nesse caso específico, defender o servidor público estadual e defender os nossos professores.

É esse o meu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Marcelo Belinati.

Vamos agora... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... aos nossos inscritos pelo plenário.

Nós temos um problema, se todos quiserem falar... porque às duas horas encerra e a TV também encerra. O máximo aqui é até às duas horas e nós temos oito inscritos. Se cada um puder deixar uma mensagem de três minutos, para nós podermos concluir até às duas, ou seja, até às 14h... Agora são 13h45. Nós temos 15 minutos.

Então, a primeira inscrita, Carmem Foro, Vice-Presidente da CUT nacional.

Vamos dar três minutos para cada um, para que todos possam falar.

A SRª CARMEN FORO – Boa tarde a todos e a todas.

Sinto muito pelo fato de que nesse momento, quando se manifestarão as pessoas que estiveram vítimas de um processo que não considero de enfrentamento, mas de um massacre, parte dos Senadores e Deputados já tenha se retirado. Considero isso grave.

Parabenizo pela iniciativa o Senador Paulo Paim, e vou ser breve para poder dividir o tempo com outros companheiros e companheiras.

Eu não sou professora nem servidora pública, eu sou uma agricultora familiar do Estado do Pará e estou Vice-Presidenta Nacional da Central Única dos Trabalhadores. Estava no Estado do Paraná para prestar apoio, sim, à APP-Sindicato, que estava em greve e passando já no dia anterior por um problema de agressão, e o que vi no Estado do Paraná, naquela praça, é algo que devo guardar na minha memória por muitos dias, de tristeza. E para além do ferimento que tive aqui no braço, uma bomba que não sei de onde veio, para além desse ferimento físico, o que vi ali foi uma humilhação total a uma categoria tão importante. E a razão por que me dirigi ao Estado do Paraná é porque sou trabalhadora, tenho meus filhos que estudam em escola pública e defendo a escola pública de qualidade, defendo os professores, porque acredito que aquela luta no Estado do Paraná não era uma luta corporativa e sim uma luta muito importante para o conjunto dos servidores daquele Estado. E essa é uma tarefa da Central Única dos Trabalhadores e trabalhadoras.

Para não tomar tanto tempo, queria dizer algumas questões. A primeira é que nada e absolutamente nada justifica aquela violência.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CARMEN FORO – Por que me refiro dessa forma? Porque senão se justificava a violência de assassinatos contra as mulheres, quando os argumentos feitos são de que elas provocaram ou tal e tal. Então, nada e absolutamente nada justifica nenhum tipo de violência contra os servidores.

As outras questões que queria dizer e refletir aqui com o conjunto dos que nos ouvem é, primeiro: por que não podemos ir a nenhum espaço e ser contra? Foi aqui proferido por alguém que ao dar a palavra à APP-Sindicato, ela esteve no espaço e foi falar contra o Governador. Por que temos que só concordar?

Essa é uma questão que tem que estar colocada como um direito de estarmos expressando nossas opiniões e nossa posição política frente a várias questões.

Segundo, o que aconteceu ali é absolutamente desigual, porque naquele momento eu tive uma bomba no meu ombro que eu não sei de onde veio. Estava debaixo das árvores, depois de um ataque terrível. As imagens mostram que foi no momento em que houve a tentativa de entrada dos servidores, que alguns usam a expressão "invasão". Ora, é invasão entrar em um lugar público?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Carmem, para dar tempo a todos.

A SRª CARMEN FORO – É invasão entrar em um lugar público?

Percebi que a atitude da polícia foi varrer as pessoas daquele espaço público, daquela praça, porque enquanto não saímos todos nós da praça pública – não era nem sequer o espaço em que estava acontecendo a votação –, enquanto não saímos todos nós, não cessaram as bombas, não cessou toda aquela truculência.

Por último, dizer o seguinte. Quais vão ser as providências? Eu estou machucada ....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Carmem, é isso que nós estamos tentando....

A SRª CARMEN FORO – ... e tantos outros estão, e a gente espera ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...se nós conseguirmos concluir a tempo para os encaminhamentos.

Você já está com quase cinco minutos, nós tínhamos combinado três.

A SRª CARMEN FORO – Eu encerro com isso. Pode?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode, pode, vai lá. Termina. Conclui.

A SRª CARMEN FORO – E encerro dizendo que nós esperamos que tenha providência concreta, porque o que aconteceu no Paraná poderá virar moda no Brasil, e nós já apanhamos aqui, também, da Polícia Legislativa, aqui, no Congresso Nacional.

Espero que isso não vire moda no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Carmen. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olhem, com a repercussão da nossa audiência pública, pelo menos duas questões já houve. Informa a mim, aqui, o nosso Deputado que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Paraná, que dois secretários acabaram caindo nesse momento: o secretário de segurança e o de educação.

Passamos a palavra para Regina Cruz, Presidente da CUT do Paraná.

Regina, se possível, fique nos três minutos.

A palavra está contigo.

A SRª REGINA CRUZ – Bom dia, companheiros, companheiras. É lamentável que todo mundo já tenha saído. Eu sou Presidente da CUT do Estado do Paraná, a que a APP-Sindicato é filiada, e também os demais sin-

dicatos que estavam lá, cujos servidores são filiados, inclusive o Sindicato dos Jornalistas e o dos Professores, da rede estadual.

O que eu vi lá, com a minha experiência, Senador Paulo Paim? Eu venho de uma categoria que é treinada para dar tiro, que são os vigilantes. Já dei tiro de 38, de calibre 12 e não vi, até hoje – por mais experiência de ter passado e feito isso –, o que aconteceu no Paraná, uma verdadeira Faixa de Gaza, de 90 minutos, em cima dos trabalhadores da APP-Sindicato e dos demais servidores que lá estavam.

Eu, pessoalmente, liguei para o Secretário Franceschini, pedi, por favor, para ele parar com as bombas, para a gente retirar os feridos de lá, e tivemos uma recusa de que não ia parar. E não parou mesmo. Ficou 90 minutos, com uma truculência insana, porque alguém não faz nada sozinho.

E isso, tem que deixar muito claro, tem um responsável sim, porque há o comandante, o secretário, mas acima deles tem um governador. E foi o Governador Beto Richa que fez isso com a classe trabalhadora do Estado do Paraná. E nós vamos cobrar dele, porque isso vai ficar na nossa memória, da classe trabalhadora, o resto da nossa vida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª REGINA CRUZ – ...porque a gente ainda dorme ouvindo bomba, ouvindo tiro, por mais experiência que a gente tenha, ouvindo bomba, ouvindo tiro e vendo, aqui, trabalhadores e trabalhadoras com lesões, e ainda vão ficar meses com essas lesões no corpo.

É isso que a gente vem mostrar aqui, e vai cobrar do Governador do Estado, porque quem manda é o Governador, na tropa e no secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Regina Cruz. Ficou exatamente nos três minutos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eyrimar Fabiano.

O apelo é o mesmo, que fique nos três minutos.

O SR. EYRIMAR FABIANO BORTOT – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente, e a todos os presentes. Uma pena o esvaziamento do plenário, mas a gente, como tem o tempo muito curto... Eu já vou ultrapassar alguns momentos aqui.

Se o Presidente deixasse, eu gostaria de vir aqui dar o meu testemunho. Eu vim de Curitiba para mostrar como a gente foi aviltado, as sevícias que têm na minha perna aqui e também no meu tórax.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, terá a oportunidade, logo após o encerramento.

O SR. EYRIMAR FABIANO BORTOT – Mas eu quero dizer aqui o seguinte: primeiro, o prelúdio daquela famigeração que ocorreu por conta das forças de segurança pública foi um helicóptero azul metálico – eu fotografei, não tenho aqui, mas é de origem particular – que, basicamente, não deixou ninguém de pé minutos antes do início do tumulto.

Eu localizei. Fui servidor, também, da Segurança Pública, como Investigador de Polícia. Sou professor, atualmente, na rede estadual, em Sociologia. Reconheci alguns policiais infiltrados. Inclusive, até, dou os nomes aqui. Eu vi o Eno, vi o Batista, vi vários policiais militares à paisana, infiltrados na multidão, justamente fazendo o quê? Conversando com meninos, com uma série de pessoas. Nós acreditamos que se houve alguma coisa, ela foi planejada, foi inventada.

Isso porque esse Estado do Governo Beto Richa se mostrou, com isso aqui, um inventor de teatros, só que um teatro que acabou danificando a moral e o físico dos trabalhadores que lá estavam.

Quero dizer também que as bombas de efeito moral, as bombas de pimenta, capsaicina, as bombas de gás lacrimogênio, todas elas somaram mais de duas mil explosões. Parecia Guernica, gente! Guernica, aquele quadro de Picasso.

Queria dizer também que, segundo alguns peritos com os quais estamos conversando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. EYRIMAR FABIANO BORTOT – ...há um alto grau de fósforo branco nessas bombas.

Também gostaria de dizer que as imagens colocadas aqui hoje mostraram que os policiais não atenderam à norma da ABNT, que manda que o disparo de bala de borracha seja feito a 45 graus. Até no meu tórax é possível ver. Qualquer pessoa que tivesse 1,60m seria acertada nos olhos, como foi no colega aqui. Então, foi uma violência planejada. Está na norma da ABNT.

Outra coisa, a farsa dos Black Blocks. Sou sociólogo. Lá em Curitiba, fazemos estudos sobre isso. Minha tese de Antropologia é sobre os Black Blocks. A razão dos Black Blocks é a depredação do patrimônio público.

Não houve um vidro quebrado nem no Tribunal do Júri, ao lado, que estava aberto a todos, nem nos pontos dos terminais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EYRIMAR FABIANO BORTOT – Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. EYRIMAR FABIANO BORTOT – Srs. Senadores, Srs. Deputados, nosso caminhão de som e toda população estavam com todas as viaturas vazias e os ônibus da PM estavam na frente da gente, não teve um pneu furado, não teve um vidro quebrado, absolutamente nada. Então, essa tese de Black Blocks é a pior tese que eles poderiam ter. É melhor assumir o erro do que ficar procurando pelo em ovo.

Outra coisa que queremos dizer, eu sofri isso. Após ser levado ao hospital, veio uma equipe de P2 me interpelar, perguntar o que eu estava fazendo, intimidando as vítimas no hospital. Inclusive, há as imagens da intimidação. Houve até briga dentro do hospital.

Queremos também colocar a ocultação de provas. Como pode, num Estado de direito, ter um confronto, sevícias, colegas que perderam a orelha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem que concluir, amigo, senão os outros não vão conseguir falar. Tenho que encerrar às duas horas.

O SR. EYRIMAR FABIANO BORTOT – Esta é só uma denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faltam quatro minutos para as duas horas.

O SR. EYRIMAR FABIANO BORTOT – Perfeito. Esta é só uma denúncia para esta Comissão ver, porque não foi feita perícia criminal no local. A localística não foi feita. A perícia criminal nas roupas foi negada pela Polícia Judiciária, pela Polícia Civil. Então, temos armas, objetos carbonizados que não foram periciados, estão se perdendo essas provas. Têm que incriminar esse Governador que deu essa ordem esdrúxula contra o trabalhador. Então, peço aqui e encaminho também esses pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Será feito. Eu tenho que passar para os próximos. Você vai usar todo o tempo sozinho. Há mais dez pessoas na fila e ninguém vai falar.

O SR. EYRIMAR FABIANO BORTOT (*Fora do microfone.*) – Perfeito. Não houve também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fala comigo no final esta outra parte.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não adianta.

O SR. EYRIMAR FABIANO BORTOT (*Fora do microfone.*) – Tudo bem, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu, parabéns, porque entendeu porque estou acelerando. (*Palmas.*)

Inclusive, para poder dar esse dado em tempo real ainda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem, temos que aproveitar este momento para dar a última informação, pessoal.

Participaram pelas redes sociais em torno de 400 pessoas. Todos criticaram a forma como agiu o governo e a polícia do Paraná. E questionam ainda a falta de diálogo com os professores. Acho que é uma informação que mostra que o País todo está acompanhando e discorda desse ponto de vista.

Também informo que foi aprovado por esta Comissão de Direitos Humanos, a exemplo da Comissão de Educação, um voto de censura em razão do que aconteceu no Estado do Paraná por parte da Polícia Militar, sob orientação do Governo.

Ainda queremos registrar os seguintes encaminhamentos: baseado em tudo que foi dito durante o dia de hoje, tentaremos construir um projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque é possível, mediante a provocação de qualquer entidade em nível nacional, um projeto de lei com a finalidade de proibir o uso de armas letais e não letais e o uso de cachorros em relação às manifestações públicas; representar ao Sistema Internacional de Direitos Humanos denunciando os fatos ocorridos, conforme sugeriu a Senadora Gleisi Hoffmann; encaminhar *Ata* e notas desta audiência pública à Presidência da República, ao Ministério da Justiça e ao próprio Governador do Estado solicitando que todos os fatos sejam devidamente apurados e os responsáveis, punidos, inclusive com as manifestações que vocês aqui apresentaram.

O último que eu chamei foi o Eyrimar. Agora, Darci Frigo, coordenador da Plataforma de Direitos Humanos.

O SR. DARCI FRIGO – Senador Paim, companheiros e companheiras, eu faço parte do Conselho Nacional de Direitos Humanos e represento aqui também um conjunto de organizações da sociedade civil que constituíram, junto com outros movimentos de organizações sindicais e de direitos humanos, um comitê chamado Comitê de Direitos Humanos 29 de abril, para apurar os fatos.

Eu gostaria então de solicitar que esta Comissão, junto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, junto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, realizasse, no âmbito do Estado do Paraná, uma audiência pública, para que todas as informações e os depoimentos fossem colhidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor está pedindo uma audiência conjunta da Comissão de Direitos Humanos do Senado, da Câmara...

O SR. DARCI FRIGO – Do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Conselho Nacional de Direitos Humanos. Ou seja, fica nos encaminhamentos, já, de minha parte, assegurado.

O SR. DARCI FRIGO – Tínhamos a informação, desde o início, que eram entre 200 e 400 feridos, e hoje se confirmou que são pelo menos 392 já listados como feridos desse verdadeiro massacre, como foi dito aqui.

E tem que rechaçar – o Senado precisa saber disso – essa ideia de que havia infiltrados dentro. Foi uma ação premeditada – e nós que acompanhamos esse tipo de situação... – em que violaram realmente os direitos humanos das pessoas.

Há um parecer do Ministério Público. Esta noite eu listei quais foram as violações àquele parecer que foi entregue ao Governo horas antes de iniciar a manifestação – o direito de ir e vir, o direito de manifestação. A praça foi invadida. Falaram que os trabalhadores invadiram a Assembleia Legislativa. Não. A praça foi invadida pela polícia, porque a ordem judicial era apenas para dar guarida ao Parlamento. E o Parlamento não precisava de ordem judicial, o Tribunal falou ontem. O Parlamento teria prerrogativa para, dentro do seu espaço, fazer isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para concluir, um minuto.

O SR. DARCI FRIGO – ... Para fazer a segurança. Então, nesse sentido, eu queria reforçar essa ideia de que é preciso fazer uma ampla apuração e apurar a cadeia de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já estou pedindo para colocar nos encaminhamentos a sua proposta.

O SR. DARCI FRIGO – Não dá para aceitar, para concluir, Senador, que a culpa é dos professores e dos policiais. Eu tive vários problemas com policiais na vida, na defesa dos Sem Terra. Aqueles policiais não podem responder sozinhos pelo que aconteceu lá. Houve uma cadeia de comando, e essa cadeia de comando passa pelo Governador, Chefe da Casa Civil, Secretário de Segurança Pública, que foi candidato a deputado, tem um filho que é Deputado na Assembleia e tem politizado o debate. Ele tem dito que o problema é que uma professora foi candidata do PT. Mas ele foi candidato e politizou, vingou-se na primeira manifestação também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

O SR. DARCI FRIGO – Por isso, eu acredito que é preciso uma ampla investigação de tudo que aconteceu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Darci Frigo.

Luiz Fernando Rodrigues. O Luiz Fernando Rodrigues é Secretário de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

O SR. LUIZ FERNANDO RODRIGUES – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria começar já – é uma pena que o Deputado Valdir Rossoni não esteja aqui – denunciando o ataque que o Governo do Estado, a partir do Presidente da Assembleia, o Secretário Francischini e o próprio Governador do Estado, vem fazendo à nossa entidade sindical em todos os espaços, como se aquela luta fosse só da APP-Sindicato. São mais de vinte sindicatos de servidores que participaram.

Ele fala que nós não sabemos ouvir o contraditório. Ora, o Deputado Valdir Rossoni, quando Presidente daquela Casa Legislativa, mandou os seguranças, em novembro do ano passado, isso está em vídeo, retirar os servidores à força, debaixo de porrada.

E vem aqui dizer que a APP-Sindicato não respeita o contraditório? Nós fazemos assembleia em estádio, e as pessoas têm o direito de entrar. Quem não respeita o contraditório é quem não deixa o povo entrar na Casa do povo. Isso sim tem que ser denunciado.

É uma vergonha o Deputado Ademar Traiano entrar com uma ação na justiça para impedir que as pessoas entrassem na Assembleia Legislativa do Paraná. O Frigo disse bem, a praça foi ocupada e invadida pela Polícia Militar a mando do Deputado Traiano, isso nós precisamos aqui deixar muito claro.

O Deputado Hauly fez várias acusações aqui, várias constatações, eu também quero fazer a constatação de que o Paraná nunca cumpriu a Lei do Piso como deveria, e este ano ainda não cumpre a Lei do Piso.

O piso salarial teve um reajuste de 13,01%...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já estou pedindo aqui – Foi boa a sua lembrança, ninguém tinha falado, eu estava com isso na cabeça mas deixei passar – que coloquem nos encaminhamentos que a gente vai ter que trabalhar intensamente para que a Lei do Piso dos professores seja cumprida em todo o País, porque a maioria dos Estados não cumpre.

Bela lembrança a tua.

O SR. LUIZ FERNANDO RODRIGUES – E o Governador, o Governo do Estado do Paraná, não cumpre, desde janeiro, não cumpre o Piso Nacional, deve mais de R$100 milhões aos servidores públicos em promoções e progressões, desde fevereiro do ano passado. Atrasou o pagamento de um terço de férias, atrasou salários.

Dia primeiro nós estávamos lá na porta do Palácio, na posse, denunciando a falta de pagamentos de rescisões de 29 mil pessoas que foram demitidas. Então, o Deputado não pode vir aqui e nos acusar dessa forma.

Só para concluir, dizer que 90% das pessoas que foram atendidas, dos mais de 400 – não foram os 36 que o Governo noticiou – 90%, Senador, foram atendidos com ferimentos acima da cintura, ferimentos graves, com balas de borracha, perfurações. Então, 90% das pessoas atendidas tiveram ferimentos graves. E foram atendidas pelas ambulâncias da Prefeitura, porque as ambulâncias do Estado estavam estacionadas atrás da Assembleia Legislativa para atender aos policiais gravemente feridos com tinta guache.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ FERNANDO RODRIGUES – Isso é um absurdo, isso também precisa ser denunciado. O Governo não prestou o devido atendimento a essas pessoas e nos impediram de ir até as pessoas e retirar as pessoas feridas, continuavam jogando bomba nas pessoas, mesmo que se retirassem, e nós não conseguíamos chegar perto.

Eu estava no caminhão de som e fazia o apelo para que os policiais parassem, para que a gente pudesse resgatar os feridos e em momento nenhum eles foram parados.

Então, há sim uma responsabilização do Governador do Estado, do Secretário Francischini, o Comando da PM e, também, do presidente da Casa Legislativa, Deputado Ademar Traiano. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Fernando Rodrigues, que lembrou a importância do Piso Salarial que não é cumprido.

Ainda hoje, de manhã, eu acompanhava uma entrevista em que era dito que de 35 países do mundo, pesquisados, o Brasil ficou em 14º lugar entre aqueles que mais pagam mal os seus professores. Atrás do México, do Chile.

E a história do piso. Qualquer estagiário... Com todo o respeito que eu tenho ao estagiário, eu tenho no meu gabinete, o salário dele é maior do que o piso dos professores. E eu vi uma entrevista, no caso era do Rio de Janeiro.

Elizamara Goulart está presente? (*Pausa.*)

Ok. Vamos em frente, então.

Sete, Petruska.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Petruska se encontra? Então vamos lá, pessoal.

A SRª ELIZAMARA GOULART ARAUJO – Só um pouquinho. É o seguinte: o pessoal tem falado aqui da dificuldade que teve do atendimento médico. Eles atravessaram um ônibus impedindo que as ambulâncias do Samu adentrassem.

O jornalista, por exemplo, teve que ser carregado até a Prefeitura, em uma distância muito longa. Eu acho que isso tem que entrar, também, como forma de denúncia, porque é um absurdo o que aconteceu, as pessoas feridas não poderem ser atendidas e terem que ser carregadas no braço, por outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Valeu Petruska.

Agora, então, por fim, a Márcia Capelette.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, essa foi a Elizamara.

Agora a Petruska, vamos lá, Sindicato dos Agentes Penitenciários.

A SRª PETRUSKA SVIERCOSKI – Boa tarde aos presentes.

Eu gostaria de dizer que eu fico feliz, em nome da categoria dos agentes penitenciários, de ver essa iniciativa por parte do Governo Federal, do Senado, dos Deputados, em apurar o que realmente aconteceu naquele dia, porque no nosso Estado...

Aqui eu estou representando os agentes penitenciários, como parte das 20 entidades sindicais que integram o fórum das entidades sindicais. Digo que não tinha só APP e sim todos os servidores públicos do Estado. Nós temos visto as declarações por parte do Governo sendo sempre no sentido de tentar criminalizar as pessoas que participaram daquela manifestação.

Em nota da PM, chegamos até a ver a categoria dos agentes penitenciários sendo comparada aos Black Blocs que eles resolveram culpar nesse movimento, apenas porque usávamos preto, que é a nossa vestimen-

ta de trabalho, um colete preto surrado que o Estado deu desde que nós entramos no sistema; e só porque a gente usava aquele colete nós fomos comparados a subversores.

Estamos passando, agora, por uma tentativa de caça à bruxas contra os nossos servidores que participaram das manifestações e os outros que aderiram às paralisações dentro das unidades, em prol do movimento ou em prol da segurança das unidades prisionais do Estado do Paraná. E eu espero que os encaminhamentos tomados aqui nesta audiência de hoje possam ir além de apenas identificar quem foram os verdadeiros culpados dessa ação, mas que também nos ajudem a lutar contra um Governo repressor que vai continuar nos reprimindo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PETRUSKA SVIERCOSKI – Houve essa informação de que o Secretário de Segurança caiu. A nossa esperança é de que o próximo Secretário de Segurança não continue agindo da mesma forma que o Governo tem agido, porque nós não conseguimos acreditar que a culpa foi exclusiva do comandante ou do Secretário de Segurança. Nós sabemos muito bem que tudo que aconteceu lá foi meticulosamente preparado e foi assistido também de cima do Palácio do Governador, e ele poderia ter impedido aquilo se ele quisesse. O que nós sofremos lá não tem só um culpado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

A SRª PETRUSKA SVIERCOSKI – Eu gostaria de manifestar, em nome dos agentes penitenciários, o repúdio às ações repressivas que vêm acontecendo pós-manifestação na nossa categoria.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Petruska.

Márcia Capelette, última inscrita.

Pois não, Márcia.

A SRª MARCIA CLOTILDE FACCE CAPELETTE – É uma pena. Eu primeiro quero agradecer essa oportunidade que nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só esclarecendo que de todo o vídeo, completo, vocês receberão cópia, do início ao último minuto. Neste momento não está mais ao vivo, porque iniciou a sessão lá no plenário. Mas enquanto eu não encerrar a audiência pública, tudo será remetido para as autoridades competentes.

A SRª MARCIA CLOTILDE FACCE CAPELETTE – Eu quero agradecer a todos aqueles que possibilitaram esse encontro. Mas quero me dizer sentida também por estar aqui fechando uma discussão tão importante e ter, infelizmente, ouvido tanta coisa que a gente não precisava ouvir, repetitiva, inclusive, por 15 minutos, de pessoas fazendo campanha política. Eu não vim aqui para isso. Eu vim aqui para relatar o que nós passamos, mas muitos já o fizeram.

Eu realmente estou vendo a condução da mesa, mas eu fui uma das atingidas durante o confronto. Eu estava na linha de frente, segurando as barras improvisadas que a polícia colocou já no meio da rua. Durante todo o tempo, desde o período da manhã, eu me aproximava dos policiais para conversar com eles e para perguntar se eles estavam sendo alimentados, se eles estavam recebendo água, porque nos episódios de fevereiro, os policiais, inclusive, não recebiam alimento.

Nós tínhamos ordem judicial, sim, para entrar, e fomos impedidos mesmo assim.

Bom, tudo já foi falado, então eu fiz pequenas anotações, pontuações que eu gostaria de colocar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARCIA CLOTILDE FACCI CAPELETTE – O Estado, na verdade, – eu já passei todo o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais três minutos, mas eu serei tolerante com você. Você é a última inscrita.

A SRª MARCIA CLOTILDE FACCI CAPELETTE – Por favor. Muito obrigada.

Diferente do que foi colocado aqui, o Governo Richa não depositou, durante o seu Governo anterior, de quatro anos, nenhum centavo na nossa ParanáPrevidência. Portanto, o dinheiro que está lá é nosso, foi descontado mensalmente dos nossos salários. Ele não está simplesmente usando o nosso dinheiro. Quando ele fez a campanha para a sua eleição em 2011, durante a campanha ele afirmava, com todas as letras: "O Estado está com as contas em dia." Três meses depois, após assumir o Estado, ele disse: "O Estado está quebrado." De quem era a culpa, se não dele, que governou o Estado pelos quatro anos anteriores?

Quando a gente fala... Alguém falou aqui sobre privilégios dos servidores públicos. Enquanto nós estávamos lá, na manifestação do dia 12, pedindo pagamento de férias, de atrasados dos servidores públicos, o Judiciário estava do outro lado da avenida concedendo um auxílio-moradia de R$ 4,3 mil por mês para cada um dos membros do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

A SRª MARCIA CLOTILDE FACCI CAPELETTE – Portanto, não é apenas o Executivo e o Legislativo, mas também o Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem que concluir, porque senão...

A SRª MARCIA CLOTILDE FACCI CAPELETTE – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que vai iniciar agora a instalação da CPI contra o assassinato de jovens brasileiros.

A SRª MARCIA CLOTILDE FACCI CAPELETTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E eu sou Relator, eu tenho que estar lá. (*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não vou almoçar e vou para lá.

A SRª MARCIA CLOTILDE FACCI CAPELETTE – Sobre a CPI, foi instalado na ALEP o número máximo de CPIs para que nós não pudéssemos pedir CPI sobre o ParanáPrevidência.

E, só para fechar, eu vou lembrar uma frase do Oswaldo Montenegro – eu trabalho com cidadania e com poesia, e foi isso que eu fiz durante todo o tempo – "Que a força do medo que tenho não me impeça de ver o que anseio; que a morte de tudo em que acredito não me tape os ouvidos e a boca."

É isso que eu espero de todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcia Capelette.

Eu vou fazer a leitura dos encaminhamentos finais agora, inclusive com uma sugestão aqui sua, Marcia.

Então, primeiro, que a Comissão trabalhe na forma tal de construir um projeto de lei para que fatos como esse não se repitam mais e nós não tenhamos manifestações públicas sendo tratadas com cão *pit bull*, enfim, e com armas.

Dois. Representar ao Sistema Internacional de Direitos Humanos, denunciando os fatos ocorridos, conforme sugerido pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Três. Encaminhar ata, vídeo, notas taquigráficas desta reunião à Presidente da República, ao Ministério da Justiça e ao Governador, ao Governo do Estado do Paraná, solicitando que os fatos sejam devidamente apurados e os responsáveis punidos.

Realizar diligência no Estado do Paraná, em formato de audiência pública, com a participação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e, consequentemente, aqui, só complementar, da Comissão de Direitos Humanos do Senado e da Câmara.

Quinto. Trabalhar intensamente, com todas as forças possíveis, para que a lei do piso salarial dos professores seja cumprida.

Fazer gestões junto ao Governo do Paraná, para que retome imediatamente as negociações com os professores, e, por fim, pela proposta aqui da Profª Marcia, todo o apoio à CPI sobre a previdência no Paraná.

Esses encaminhamentos serão aprovados na próxima reunião deliberativa desta Comissão, e tomadas todas as providências no sentido de que os encaminhamentos sejam de fato efetivados.

Agradeço a todos vocês a presença. Entendo que esta Comissão cumpriu o seu papel, e, consequentemente, esta audiência pública. É bom lembrar que iniciamos às 9h da manhã. Estamos terminando a audiência pública às 14h18, ou seja, às 14h20 da tarde, praticamente.

Eu quero só dizer que entendo, e vocês têm que entender, que havia votação na Câmara dos Deputados das MPs, os Deputados tinham que ir para lá. O plenário do Senado tinha que iniciar às 14h e os Senadores tinham que ir para lá. E eu fiquei aqui acompanhando, naturalmente, os últimos depoimentos, porque acho importante, como Presidente da Comissão, que eu ficasse aqui dando todo o apoio que vocês merecem. Vamos todos nós trabalhar, rezar, torcer e nos mobilizar para que fatos lamentáveis como esse acontecido no Paraná não se repitam nunca mais no Brasil e no mundo.

Quanto à posição – eu quero só reafirmar – do governador, de ter mandado para cá, como disseram aqui, um assessor, e nem sequer um secretário o representando, isso mostra a consequência dos atos que ele está fazendo. Só isso, de não mandar sequer um secretário, para cá, que respondesse pelo governo do Estado, eu, de fato, achei lamentável e um equívoco histórico. Com todo o respeito ao jovem que estava aqui e ficou, digamos, fazendo pela vida, mas seria muito mais importante para o próprio governo do Paraná que mandasse para cá no mínimo, no mínimo, um secretário de governo.

Um abraço a vocês, está encerrada a nossa audiência pública. Viva os professores do Brasil e do mundo. Um abraço a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 20 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 7 DE MAIO DE 2015, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia sete de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras e Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, José Medeiros e do não membro Lasier Costa Martins. Os Senadores Cristovam Buarque e Hélio José justifica sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 42, de 2015-CDH, de minha autoria, para debater o tema: "A situação dos Fundos de Pensão: FUNCEF; PREVI; PETROS; POSTALIS; Fundação BANRISUL de Seguridade Social e Fundo de Pensão IGEPREV do Estado do Tocantins". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos seguintes convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Jorge Luiz Ferri Berzagui, Diretor-Presidente da Fundação Banrisul de Seguridade Social; Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão – ANAPAR; Edson Dorta Silva, Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – FENTECT; Marcelo Andretto Perillo, Assessor da Presidência da Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS; Marcelo Coelho de Souza, Chefe de Gabinete da Presidência da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI; Jacson Luiz Mendes Gonçalves, Representante da Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP; Maria Auxiliadora Alves da Silva, Chefe de Gabinete da Diretoria Executiva do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS; Geraldo Aparecido da Silva, Secretário-Geral da FUNCEF; Jacques Silva de Sousa, Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária - IGEPREV-TO; Paulo César Chamadoiro Martin, Conselheiro da Petrus; Gilberto Antônio Vieira, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC. O Senhor Presidente concede a palavra à seguinte pessoa presente no Plenário: Maria Eliane Nava e Silva, Pensionista da POSTALIS e mãe de pessoa com deficiência. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Fazer gestões para dar celeridade à aprovação do PLS 380/2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, bem como rever o projeto no que tange à fiscalização do TCU; 2) Fazer gestões para que a Resolução nº 26, do antigo Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, seja revogada. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Lasier Costa Martins, José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim** (PT/RS), Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 42, de 2015, desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores, para debater o tema: "A situação dos Fundos de Pensão: Funcef; Previ; Petros; Postalis; Fundação Banrisul de Seguridade Social e Fundo de Pensão Igeprev do Estado do Tocantins".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que estão preocupadas, e muitos com a devida razão, com os fundos de pensão e que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vou fazer uma introdução, e sempre a fizemos na abertura dos trabalhos, sobre o tema, hoje, em debate. O texto foi construído pela assessoria tentando situar principalmente quem está nos assistindo ao vivo, pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, enfim, por todo sistema de comunicação da Casa.

Senhoras e senhores, esta audiência pública sobre o fundo de pensões vem em um bom momento. Nas últimas semanas, temos sido surpreendidos com notícias que dão conta da situação crítica de vários dos principais fundos de pensão brasileiros. Trata-se, sim, de uma questão grave que pode afetar seriamente a vida de

centenas, para não dizer milhões, de trabalhadores e trabalhadoras, aposentados ou não, inviabilizando suas perspectivas de uma aposentadoria justa e digna.

A profundidade da crise foi trazida à atenção do público, como sabemos, com as notícias do plano de equacionamento das perdas, por exemplo, do fundo Postalis, dos Correios, e lembro aqui da Fundação do Rio Grande do Sul também, que inclui a cobrança, durante mais de 15 anos, aqui, dos Correios, de uma contribuição extra de quase 26% do benefício, podendo chegar a 35%, com as cobranças de taxas de administração.

Quero dizer que isso aqui foi construído pela Consultoria do Senado. Quando me apresentam um texto da Consultoria, eu não leio antes. Leio diretamente, porque é a opinião dos Consultores da Casa, para que o Presidente no exercício possa dar o seu ponto de vista, em nome do tema que está sendo debatido.

Enfim, a questão está sendo debatida na Justiça, que, em 27/4, concedeu liminar à Associação dos Profissionais dos Correios, suspendendo a cobrança dessa contribuição extra.

Quero só lembrar a todos que ontem foi lido no plenário e, consequentemente falado, o requerimento da CPI dos Fundos de Pensão.

A ameaça aos trabalhadores dos Correios permanece, e as alternativas – pagar pelo rombo ou ver perder-se o investimento de uma vida – continuam uma situação muito desagradável.

Na verdade, se houve alguma surpresa quanto à gravidade e extensão do problema, o fato é que, desde o final do ano passado, sabia-se que a situação dos fundos era preocupante.

Dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) mostram que, pela primeira vez, o déficit total dos fundos – que já vinha crescendo desde 2010 – ultrapassou o superávit. Em 2007, o superávit fora de R$74,8 bilhões, contra um déficit de R$10,5 bilhões. No final de 2014, o superávit foi de R$27,6 bilhões, contra um déficit de R$31,4 bilhões. Desse déficit, R$13,4 bilhões pertencem a três fundos de empresas públicas: a Petros, dos funcionários da Petrobras; a Funcef, da Caixa Econômica; e o Postalis, dos Correios. Só nesses três fundos, são mais de 320 mil participantes ativos e mais de 118 mil assistidos. Se somarmos os mais de 824 mil dependentes, temos mais de 1,2 milhão de pessoas potencialmente afetadas pela crise.

Agora, Srªs e Srs. Senadores, de onde vem essa crise? A ABRAPP, diante dessas notícias negativas referentes a alguns dos maiores fundos de pensão brasileiros – a Petros e a Funcef ocupam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares no *ranking* de investimentos, e o Postalis, o décimo terceiro –, a ABRAPP, eu dizia, saiu em defesa do sistema de previdência complementar brasileiro como um todo, que descreve como "um modelo vitorioso, bem-sucedido quanto à gestão, governança e controles", que tem reconhecimento internacional. Segundo a associação, portanto, se há crise, ela é pontual e não sistêmica.

Eu lembro aqui o Fundo de pensão da Aerus, em que eu trabalhei durante 13 anos. O comandante ganhava em torno de R$10 mil, atualizando para os valores de hoje, e estava ganhando, até o ano passado, um salário mínimo. Por quê? Porque o fundo, por falta da fiscalização devida e do acompanhamento dos governos da época, acabou decretando falência. Depois de uma peleia de 13 anos, é que nós conseguimos, junto ao Supremo, com o reconhecimento aqui do Congresso, aprovando uma proposta que foi incluída no Orçamento, que eles voltassem a receber o que recebiam em tese, ou seja, em torno, no caso do comandante, de R$10 mil a partir deste ano. Foi um avanço, enfim.

Fica aqui um abraço, do que nós chamamos de família Aerus. Ficamos 13 anos juntos, trabalhando para que isso acontecesse. Claro que, nesse período, mais de mil morreram e não viram a vitória do fundo Aerus, que passou por uma crise como essa e foi à falência.

Faço aqui, mais uma vez, homenagem ao Dr. Maia, um jovem de cerca de 45 anos que dedicou a vida, eu diria, a uma dessas causas para defender o fundo Aerus, depois os filhos, advogados, continuaram. Enfim, hoje conseguimos vencer e eles voltaram a receber o salário a que tinham direito.

Segundo a associação, portanto, se há crise, ela é pontual e não sistêmica. É a crise de alguns fundos – certamente, de alguns dos maiores e mais importantes, com grande impacto em todo o sistema –, mas não do modelo de previdência, segundo eles.

Digamos que assim seja, para o bem do argumento, mesmo que pudéssemos levantar problemas, por exemplo, com relação ao que a legislação define para a composição dos conselhos deliberativos. A quem cabem as decisões finais relativas à gestão dos fundos? É uma pergunta que fica no ar. A questão permanece: de onde vem a crise?

A questão não é só achar culpados ou não, mas buscar uma solução.

Há, certamente, um elemento conjuntural a ser levado em conta. Há alguns anos o mundo passa por uma crise econômica, e sentimos aqui os reflexos disso.

No ano passado, a rentabilidade dos investimentos dos fundos ficou em 7,07%, contra os 12,07% esperados para garantir o pagamento das aposentadorias – isso graças, sobretudo, ao fraco desempenho da bolsa de valores.

Há uma série de incertezas. Isso, inevitavelmente, afeta não apenas os rendimentos no curto prazo, mas aumenta também a incerteza dos investimentos de longo prazo, que é, como sabemos, a perspectiva própria e adequada do tipo de investimento que os fundos de pensão devem fazer.

No entanto essas condições conjunturais são iguais para todos. Se alguns fundos são mais bem-sucedidos do que outros, a diferença deve estar em algum elemento estrutural desses planos ou na sua gestão.

Se a estrutura dos fundos estiver de acordo com as regras e regulamentos que desenham esse modelo descrito pela Abrapp como vitorioso, em tese, não deve estar aí o maior problema, o problema mais grave deve estar no âmbito da gestão. Ou seja, aí há denúncias, inclusive, para todos os gostos, para todos os lados. Por isso, vão instalar uma CPI aqui no Senado.

Bom, quanto a isso, meus amigos, há dois pontos a considerar: de um lado, o gerenciamento dos riscos inerentes e próprios ao domínio da Previdência; do outro, os problemas de gestão que estão ligados à má utilização dos recursos dos fundos, seja realizando investimentos ruins e duvidosos, seja utilizando esses recursos para propósitos diversos, aos que deveriam ser pesados pelos fundos.

Com relação ao primeiro ponto, o fato é que as transformações pelas quais o País está passando refletem-se nas variáveis demográficas e biométricas que afetam os cálculos atuariais. Em 2014, a expectativa da média de vida ao nascer chegou a 74,9. Em 1980, essa média era 62,5, um aumento de 12,4 anos em média. A taxa de mortalidade, que era de 20,86 por mil habitantes, em 2000, foi para 14,6 por mil habitantes, em 2015 – o que é muito positivo, passamos a viver mais.

A população brasileira, portanto, envelhece – e isso é bom –, e isso não é devidamente levado em conta nos cálculos de riscos atuariais. Os desequilíbrios que se acumulam ao longo do tempo, tempo sempre largo, quando se trata de previdência, podem ser fatais – essa não perspectiva de futuro. A elevação da expectativa de vida, por exemplo, pode levar a sérios desequilíbrios financeiros, quando os cálculos atuariais não são devidamente efetivados ou analisados.

Em planos com distribuição definida, a maior sobrevida dos beneficiários pode levar ao esgotamento prematuro ou à redução significativa dos seus benefícios quando faltam cálculos. Uma gestão competente dos riscos atuariais, dentre eles os biométricos, deve ser sempre cobrada enfaticamente nos fundos na administração dos planos.

Para além disso, senhoras e senhores, podemos lembrar aqui as denúncias recentes que surgiram na esteira da atual crise que afeta os fundos. Muitas vezes, levantam-se suspeitas de investimentos duvidosos, mal feitos, de gestão temerária dos recursos, de maus negócios realizados de forma culposa ou mesmo dolosa – por isso falamos tanto na gestão também.

Não faltam também acusações de gestão fraudulenta, com manobras contábeis ilícitas que procuram justificar usos indevidos dos recursos dos fundos. Sabemos que muitas dessas denúncias e suspeitas levantadas contra os fundos de pensão, sobretudo e especialmente os mantidos por empresas públicas, são reflexos também de ingerências políticas indevidas.

Nada impede, igualmente, que haja uma situação objetivamente definida de crise que atinge alguns desses fundos, como mostra cabalmente o exemplo do Postalis. O que, de todo modo, não podemos tolerar, senhoras e senhores, é que esses prejuízos devido a uma gestão incompetente ou fraudulenta sejam todos debitados na conta dos trabalhadores, aposentados e pensionistas que investiram, durante um longo tempo, parte dos seus ganhos para garantir uma aposentadoria segura durante a atividade no trabalho, que confiaram na honestidade e na capacidade técnica de gestão desses recursos por parte dos fundos e que veem agora suas esperanças e sua confiança traídas pela má administração, por fraude ou até mesmo por corrupção.

Diante disso, senhoras e senhores, além de nos manter vigilantes, como fizemos no caso do Aerus, embora atrasado, o Congresso entrou nessa peleia e, por fim fomos vitoriosos, de cobrar a efetiva fiscalização desses fundos, a investigação das fraudes e a responsabilização dos culpados.

Termino, senhoras e senhores, só dizendo que o que podemos fazer é considerar o aprimoramento legislativo necessário para aperfeiçoar a gestão dos fundos. O que não podemos é assistir passivamente a que os trabalhadores brasileiros, aposentados e pensionistas paguem mais uma vez a conta da fraude, da incompetência, até mesmo da corrupção, ao mesmo tempo em que se veem impotentes e vendo seu sonho de aposentadoria virar um pesadelo.

Assim, nós vamos iniciar a nossa audiência pública.

Quero dizer que esse texto foi construído pela Consultoria. Sem ter lido o texto, concordo plenamente com o teor, o eixo dado pela Consultoria em relação aos fundos de pensão.

Com a presença do Senador Lasier Martins, sempre presente em debates que envolvem o interesse do nosso povo, da nossa gente, já cumprimento S. Exª como representante, no plenário, dos Senadores, e eu aqui na Presidência. (*Palmas.*)

Está presente também o Senador Donizeti, querido companheiro e parceiro da Comissão de Direitos Humanos, que também está presente em todos os debates, principalmente os que levam em consideração as políticas humanitárias, porque esta é uma Comissão de Direitos Humanos. Por isso, ambos os Senadores estão aqui.

Senador Donizete, também receba nossos cumprimentos. (*Palmas.*)

Eu quero dizer que para mim não importa a ordem das Mesas. Alguns pensam que a primeira Mesa é a melhor, ou a segunda. Não importa a ordem, porque a primeira é que inicia e a segunda é que termina. Então, a segunda Mesa acaba acompanhando todo o debate. E a ordem que estabelecemos é por chegada. A Mesa vai sendo montada de acordo com quem chega primeiro, de forma tal que os que chegaram primeiro são os primeiros a tomarem a água, sem prejuízo dos que chegaram na segunda Mesa, que a podem tomar também. Enfim, não há nenhuma discriminação e as duas Mesas são importantes.

Chamamos, de imediato, o Dr. Álvaro de Borba Kafruni, Diretor Financeiro da Fundação Banrisul de Seguridade Social, lá do nosso Estado, Senador Lasier. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Quero dizer que o Homero influenciou, viu? Eu não vou dizer quem é o Homero, mas ele sabe quem é. Ele que me trouxe a situação do Banrisul, muito preocupado. Ele é aposentado e disse: "Poxa, agora o meu salário... Eu estou preocupado com as minhas contas!". Então, em nome de dezenas de aposentados que o procuraram para que falasse comigo, eu disse: Não, vamos fazer o bom debate, respeitoso, permitindo que todos possam expressar o ponto de vista.

Drª Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar). Bem-vinda aqui, mais uma vez. É uma alegria recebê-la aqui. (*Palmas.*)

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI (*Fora do microfone*.) – O senhor melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Graças a Deus, melhorei.

Dr. Edson Dorta Silva, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT). Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Estou chamando todo mundo de doutor. Para mim, todo mundo é doutor, eles tendo diploma ou não, viu, pessoal!

Dr. Jorge Luiz Ferri Berzagui, Diretor-Presidente da Fundação Banrisul de Seguridade Social; Marcelo Andreetto Perillo, Assessor da Presidência da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros). (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos.

Concluído, ainda nesta primeira mesa o Marcelo Coelho de Souza, Chefe de Gabinete da Presidência da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI). Seja bem-vindo também.

Eu só vou, agora, anunciar a segunda mesa: Jackson Luiz Mendes Gonçalves, representante de: Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP); Drª Maria Auxiliadora Alves da Silva, Chefe de Gabinete da Diretoria Executiva do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis); Dr. Geraldo Aparecido da Silva, Secretário-Geral da Funcef; Jacques Silva de Sousa, Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária (Igeprev-TO); Paulo César Chamadoiro Martin, Conselheiro da Petros; e o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), cujo nome não foi indicado.

Vamos, de imediato, aos nossos trabalhos.

Por entendimento da mesa, o primeiro a usar a palavra é o Dr. Jorge Luiz Ferri Berzagui, Diretor-Presidente da Fundação Banrisul de Seguridade Social.

O tempo de cada um é de dez minutos. Dou mais cinco, se necessário, e também haverá sempre uma tolerância de um minuto a mais além desse tempo, se preciso for.

Os Senadores usarão a palavra no momento que entenderem melhor, seja mesmo na abertura, nos intervalos das mesas... Enfim, os Senadores usarão a palavra a qualquer momento.

Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, não é que eu queira...

Bom dia a todos, bom dia ao Sr. Jacques Silva, lá do Igeprev de Tocantins, senhoras e senhores, não é que eu queira apertar o tempo, mas são duas mesas, e precisaríamos apressar, senão não vamos dar conta de tudo o que tem que ser feito nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aceitando, em parte, a sugestão...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Aí, seriam dez minutos, e concluiríamos com mais dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aceito, em parte, a sugestão, porque o método que uso são os dez minutos, mais cinco, e, ainda, dou mais cinco se necessário. Então, vou usar o

método de dar dez minutos mais cinco. E peço a todos que, se puderem, concluam nos dez minutos; se não puderem, pela importância do tema e sua abrangência, que, pelo menos, possam falar em 15 minutos, já que viajaram dos seus Estados, a maioria veio de outros Estados.

Atendendo, em parte, a V. Exª, estou retirando aqueles cinco de tolerância, que eu daria além dos quinze.

Então, vamos lá.

O primeiro a usar a palavra é o Sr. Jorge Luiz Ferri Berzagui, que tem o tempo de dez minutos com mais cinco, se assim ele entender.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – Bom dia a todos. Eu gostaria de, primeiramente, em nome do Presidente do Conselho da Fundação Banrisul. Sr. Joel Raimundo, que me designou a representar a entidade aqui, neste ato, agradecer o convite do Senador Paim para que possamos externar nossas preocupações e a situação por que passa a Fundação Banrisul.

Vou dizer para vocês que a Fundação Banrisul é um dos fundos mais antigos do Brasil. Ela foi constituída em 1963, criou seu plano mestre em 1964, e esse plano nunca parou de pagar o benefício. Esse plano sofreu várias transformações ao longo dos anos. Inicialmente, ele funcionava através do regime de caixa como todos os planos BDs funcionavam à época, em que as gerações futuras pagariam os benefícios dos aposentados. Isso mudou com a legislação, que foi o primeiro marco da previdência complementar, a Lei nº 6435, de 1977, que instituiu o regime da capitalização.

O regime da capitalização exige que todas as entidades tenham as suas reservas constituídas; quando participantes, tornam-se elegíveis para receber o benefício. Ou seja: todo o dinheiro necessário para pagar o benefício futuro, rendendo a uma taxa de juros e a uma inflação pré-estimada, tem que ser suficiente para pagar esse benefício vitaliciamente para o participante. Com isso, a rentabilidade tem que render, no mínimo, o que está previsto na meta atuarial.

Posteriormente, através das Leis Complementares nºs 108 e 109, foi também afetada a relação contributiva para os planos; e, para as fundações que eram patrocinadas por entes públicos, passou a viger o limite da paridade contributiva, ou seja, no máximo, 50% dos recursos necessários para manter o plano são de parte dos patrocinadores e a outra metade, por parte dos participantes.

A Fundação Banrisul é multipatrocinada, por empresas integrantes do grupo Banrisul e também do Badesul, que é outro braço financeiro do Estado. Ela conta, hoje, com 18 mil participantes e administra quatro planos. O Plano Maduro, que é um plano BD, originário desde 1964, tem problemas estruturais e, nos últimos anos, tem sido afetado também por problemas conjunturais da mesma forma que todos os planos do País.

Os planos BDs prometem pagar benefícios vitalícios, e, ao longo do tempo, vai se alterando uma série de premissas para manter sua higidez. Dou exemplo da expectativa de vida. Esse plano, quando foi concebido, em 1964, tinha uma expectativa de pagar os benefícios por, no máximo, 20 anos porque a expectativa de vida do brasileiro, naquela oportunidade, era 60 anos de idade. Hoje, com a ajuda da medicina e avanços tecnológicos, a expectativa de vida subiu, e esse mesmo plano de 20 anos agora paga benefícios até 44, porque a expectativa de vida do nosso grupo passou para 84 anos. Isso leva a uma sobrecarga de compromissos ao plano.

De onde vêm esses recursos? Das contribuições patronais, contribuições de participantes. E se seus investimentos não atingem a meta ou se os problemas estruturais sobrepõem a rentabilidade dos investimentos, existe a necessidade de chamadas extraordinárias para compor o fundo.

A Fundação Banrisul, propriamente dita, vem sofrendo esse problema de desajuste, de desequilíbrio, não em função da rentabilidade dos ativos, mas, sim, em função do crescimento muito superior do passivo, provocado basicamente por dois fatores: um, o problema estrutural do plano, que vincula o reajuste dos assistidos ao reajuste dos empregados ativos. O ganho real obtido nos dissídios é repassado para os assistidos. O que isso provoca? Um desequilíbrio no plano, porque aquele recurso ainda não estava internalizado na entidade para fazer frente a esse novo acréscimo provocado pelo ganho real dos assistidos.

O outro problema, que também é bastante crucial para nós, são os benefícios extrarregulamentares, basicamente concedidos por via judicial. O contrato previdenciário é a regra que faz valerem os direitos e as obrigações do fundo para com o participante, e esse contrato previdenciário não é respeitado pelo Judiciário. O Judiciário concede benefícios para um participante em prejuízo da coletividade do plano.

Vou dar um exemplo: o participante entra no plano para ganhar um Volkswagen e, no final, ele quer ganhar uma Mercedes; e o Judiciário concede a Mercedes a ele. O que isso provoca? Provoca um rombo nas reservas, que vai representar a necessidade de um aporte muito grande de recursos para dar azo ao pagamento de benefícios contratados a todos os participantes.

Então, os problemas conjunturais também têm afetado a rentabilidade dos planos, porque, quando eles não existiam, a rentabilidade era tamanha que dava para serem enfrentados, inclusive, esses absurdos de concessões de benefício extrarregulamentares concedidos por via judicial. Então, havia gorduras. Só que, de 2008

para cá, com o acirramento da crise econômica mundial, o que se consegue é, no mínimo, tangenciar a meta atuarial com muito esforço dos gestores.

Então, o nosso plano foi fechado, em 2009, para o ingresso de novos participantes; foi criado um novo plano, que hoje já conta com cinco mil participantes – o FBPrev –, que é um plano de contribuição variável. Paralelamente a isso, fizemos um processo de migração extremamente penoso, trabalhoso, iniciado em 2011, concluído em 2014, um processo em que conseguimos ter um sucesso de 60%, em que 7,5 mil participantes do PB1 saíram do plano antigo (PB1) e foram para os novos planos que nós havíamos aprovado.

Continuamos com problemas nesse plano, num plano BD; problemas que ainda estamos enfrentando; Estamos pensando – e já temos a indicação dos patrocinadores – em fazer um novo movimento de migração.

Todavia, os problemas do nosso plano, hoje, basicamente consistem na vinculação do reajuste dos assistidos ao ganho real dos ativos e também no impacto que as ações judiciais provocam no passivo do plano.

Nos últimos 10 anos, o passivo do PB1 foi afetado em mais de R$500 milhões fruto de concessões de benefícios não contratados, de benefícios deferidos judicialmente. O Judiciário aplica, até hoje, o Código de Defesa do Consumidor como se o plano de contribuição definida, planos fechados, como é o nosso caso, que não é um plano de prateleira, onde se chega e se compra, mas que tem de ser patrocinado por uma empresa, como é o caso da Fundação Banrisul, patrocinada pelo Banrisul... O Judiciário aplica a mesma regra dos planos privados, que se compram em bancos. Então, o Código de Defesa do Consumidor não deveria ser aplicado nessa situação; deveria ser dado mais respeito ao contrato previdenciário, mais respeito à universalidade dos participantes em detrimento de um benefício individual, com prejuízo coletivo.

Nós trabalhamos muito para dotar o Plano de Benefícios 1, que é um dos quatro planos administrados pela Fundação Banrisul, para que ele obtenha a sua estabilidade, o seu equilíbrio atuarial e financeiro. Agora, sem a ajuda dos participantes, isso é extremamente complexo. Nós não conseguimos produzir dinheiro para poder fazer frente ao crescimento do passivo.

Nos últimos quatro anos, a meta atuarial do nosso plano foi levemente superior a 50%. Nós superamos a meta em 2%. Só que o passivo subiu 98%. Ele subiu praticamente 100% mais do que nós atingimos nos investimentos.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – E cumprimos a meta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – Nós vemos com preocupação esse momento por que alguns fundos passam, o que não é o caso da nossa entidade. Os nossos investimentos são extremamente cautelosos. A gente mira sempre, no *duration* do plano, em investimentos que vai conseguir resgatar à medida da necessidade de pagar benefício. Nossos planos não possuem problema de caixa. A gente consegue pagar benefício por um longo prazo. Nossos investimentos estão casados com as nossas necessidades. A diversificação de investimentos observa estritamente as determinações legais do Banco Central quanto à diversificação em renda fixa, renda variável, operação como participante e imóveis. Estamos adequados nos limites permitidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Álvaro, permita-me uma pequena interrupção. Eu desconto do seu tempo, viu?

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que estão chegando inúmeros convidados para assistir à palestra.

Nós queremos informar que no Plenário 15, se assim quiserem, há um telão pelo qual poderão também assistir à audiência. Os que quiserem ficar aqui fiquem bem à vontade, só que aqui ficarão de pé, porque a Casa está lotada. Mas no Plenário 15 há um auditório com um telão para os nossos convidados.

Sejam todos bem-vindos.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – Senador, dando continuidade, os fundos de pensões têm que ser vistos e enxergados com a sua missão, que é pagar benefício para os seus participantes, vitalício ou não, de acordo com a modalidade do plano. Mas eles também são extremamente importantes para a sociedade como catalisadores, como formadores de poupança interna.

Os fundos de pensão representam no Brasil hoje 17% do PIB. São investidores institucionais, são investidores de longo prazo e têm que ser respeitados por essa natureza e por essa afinidade com a ajuda de crescimento do País.

Nós, da Fundação Banrisul, contribuímos com o nosso esforço de trabalho e também gostaríamos que o setor que legisla sobre a matéria desse mais atenção para que fosse fomentado o crescimento das entidades fechadas de previdência complementar. O fomento é possível, mas deve haver incentivos para os patrocinadores, incentivos fiscais. E incentivos fiscais para os participantes.

E vou além. Hoje, com essa crise, os aposentados estão pagando uma contribuição alta, como foi falado pelo Senador Paim. O pessoal da Postalis e o pessoal da Fundação Banrisul que ficou no plano antigo, o PB1, também está pagando uma contribuição elevada que não tem dedução compatível na hora do imposto de renda. A legislação impede a redução de benefícios, mas ela não impede o acréscimo de contribuição, que, na prática, representa uma redução de benefícios.

Se nós pudéssemos tratar, em caso de déficits, a renda do participante como um... Que esse acréscimo de contribuição fosse uma limitação temporária de renda, ele teria o benefício fiscal também. Seria atenuado no seu bolso o quinhão que ele despende para complementar a necessidade do plano. Ele não consegue deduzir isso do imposto de renda, porque é limitado a 12%. Só que a legislação do imposto de renda só conseguiu enxergar a contribuição do participante na fase ativa do plano, na fase de capitalização do plano. O legislador não enxergou que poderia haver uma contribuição na fase de percepção de benefício, na fase de fruição do benefício. Se houvesse um amparo legislativo para atenuar essa perda do participante, isso viria em benefício de toda a coletividade dos participantes de fundos de pensão que atravessam esse momento difícil de acréscimo de contribuição, porque eles teriam uma redução via imposto de renda, ofertando ao Fisco somente a renda líquida, já deduzidas as contribuições extraordinárias, o que eu acho que seria justo e legítimo. É uma sugestão que eu deixo para os Senadores aqui presentes.

De minha parte, eu agradeço a participação e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários relativamente à fundação que eu presido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Álvaro Borba Kafruni, Diretor Financeiro da Fundação Banrisul de Seguridade.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Jorge Luiz Berzagui, Diretor Presidente.

Eu articulei com o Álvaro, que também é Diretor na Fundação Banrisul. Então, como eles representam a mesma instituição, ele abre mão da sua fala e, caso haja alguma pergunta no momento do debate, ele também responderá, inclusive atendendo à solicitação do Senador Donizete.

De imediato, vamos falar com a Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão (Anapar), Drª Cláudia Muinhos Ricaldoni, que conhece mais ou menos, eu diria, até mesmo a situação da Fundação Banrisul, que poderá falar na visão dos participantes.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Bom dia a todas e a todos!

Primeiro eu gostaria de agradecer ao convite. Cumprimentar os Senadores presentes, cumprimentar o Senador Paim, o nosso aliado de sempre, combativo, e cumprimentar os companheiros da Mesa.

Sem mais delongas, porque nós poderíamos ficar aqui falando dos problemas dos fundos de pensão por dois, três dias e não esgotaríamos o assunto. Hoje nós estamos discutindo algumas fundações com problemas de déficit. Mas, antes de chegar nisso, eu queria falar de maneira geral.

A Anapar acaba tendo contato com os mais de 1.030 planos de previdência no Brasil. São 340 fundações. Havendo problema, mais dia menos dia, Senador, essas entidades participantes chegam à Anapar. Então, acabamos tendo uma visão do sistema como um todo. E o que dá para dizer é que nós temos vários problemas. O.k.? E problemas diferentes, problemas que afetam às fundações e os planos de maneiras diferentes.

Acho muito complicado colocarmos que "os planos de previdência ou os fundos de pensão têm problemas"; o sistema tem problema. Alguns têm problemas e outros não os têm, e são diferenciados. Temos problemas diversos que têm a ver com a história do plano. Por incrível que pareça, Senador, alguns planos são tão bons, tão bons, eles oferecem benefícios de tal ordem que isso significa que eles são muito caros e eles, historicamente, vêm sendo subfinanciados. Eu posso citar aqui o exemplo do plano da Fapes, do BNDES. O plano é maravilhoso. Ele dá um nível de proteção para o participante fantástico. Só que aquilo que se arrecada, ou que se vem arrecadando, historicamente, não consegue fazer frente ao valor daquele compromisso. É o que o Dr. Jorge disse: "O plano está te prometendo uma Ferrari e está financiando um fusca". Uma hora essa conta aparece.

E qual é a regra do nosso sistema? Havendo déficit, ele tem que ser repartido entre patrocinadores e participantes. Se olharmos o exemplo do plano da Fapes, veremos que a rentabilidade é fantástica e o plano está com déficit. De onde ele vem? Vem exatamente do crescimento do passivo, e os ativos não acompanham. Muito parecido com o que aconteceu com o plano da Fundação Banrisul. É um plano bom, o plano BD antigo, um plano muito bom, quando eu falo bom ele dá uma proteção e uma segurança, só que, historicamente, ele vem sendo subfinanciado. Uma hora a conta vai aparecer.

Aliado a isso, nós temos todo um problema de judicialização, e aí eu vou discutir. O nosso Judiciário é muito engraçado: quando o participante tem um direito, ele nega; quando talvez ele não o tenha, concede. Quando o direito é individual, ele concede; quando o direito é coletivo e está trabalhado no regulamento, nunca conseguimos uma decisão favorável. Nós vamos falar disso daqui a pouco.

Então, no caso do plano do Banrisul, chegou o momento em que ou se instituía uma contribuição extraordinária de tal monta, que seria insuportável para o participante, ou teríamos que fazer uma intervenção diferente do que estava colocado ali. Foi criado um grupo de trabalho, uma negociação entre patrocinadores, participantes e a própria fundação, e a ideia foi mudar o plano. O plano existe. Criaram a possibilidade de um outro plano, com o mesmo nível de cobertura, só que com uma diferença básica: o reajuste do assistido seria corrigido pelo INPC e não mais traria reajuste do pessoal da ativa, em que qualquer aumento salarial, mesmo na correção da tabela, seria absorvido pelo plano.

Feito isso, foi oferecido aos participantes saírem desse plano e virem para o de cá. A patrocinadora pagou uma parte razoável do déficit existente. Realizamos um trabalho grande para conseguir essa autorização na Previc, porque a lei é paritária, e acabamos conseguindo que a patrocinadora, por incentivo à migração, arcasse com um valor um pouco maior, e quem migrou para esse novo plano está tranquilo. O grande problema, e esse é insolúvel, é no plano antigo, que continua pagando benefícios com subfinanciamento. Então, com relação aos participantes que ficaram no plano BD, nós temos que ver como conseguimos resolver isso. Talvez...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Drª Cláudia, deixe-me fazer uma pergunta, e talvez eles possam ajudar para o encaminhamento.

Na verdade, nós aprovamos duas audiências públicas. Nesta, nós estamos ouvindo as entidades que mantêm, no caso, a gestão e administram os fundos. Na próxima, para que todos saibam, serão chamados os sindicatos, para dar a sua visão sobre a questão. Já está previamente agendada. Os sindicatos estão assistindo a esta audiência e serão chamados na semana que vem. A pergunta que faço é: quem participava do plano antigo – e foi isso que suscitou a vinda, por exemplo, do Banrisul aqui hoje –, de forma direta, e ganhava, digamos, R$2 mil por mês – só como exemplo, poderia ser R$100,00 –, quanto passa a pagar ou a descontar do seu salário daqui para frente? Para ver se procedem as informações que eu recebi. Eu quero confrontar.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – Eu vou auxiliar a Cláudia nessa questão. A contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode, pode. Até porque o Álvaro abriu mão dos 15 minutos dele.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – A contribuição extraordinária para quem ficou no plano de origem, no plano de PB1, aqueles 40% de participantes que resolveram não aceitar os incentivos de migração... O nosso processo de migração foi voluntário e incentivado. Ou seja, quem saísse do plano teria um incentivo patronal que pagaria parcela do déficit. E o que ele perderia era somente a vinculação do reajuste com o ativo. É um plano espelho do plano antigo, um plano também BD, só que o participante assistido teria que abrir mão das ações judiciais. Esse foi o nó que atrapalhou o sucesso do plano. Os participantes veem na ação judicial uma vantagem maior do que a contribuição que eles pagam no plano, mesmo essa extraordinária. Mas quem ficou no plano contribui com 2%, com 5% ou com 8%, que é a contribuição normal do assistido, de acordo com a época da sua inatividade, mais a contribuição extraordinária, da ordem de 19%. No total...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a resposta de que eu precisava. Só para confirmar.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – No total, chega próximo de 30%. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De desconto?

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – É, 30% de desconto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Entendi, entendi. Era de 19%, e perderam a paridade. Em resumo, é isso?

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – Não, não. Eles mantiveram a paridade. Mantiveram. Quem ficou no plano. E tem um adicional de contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas quando o senhor diz que eles não terão o mesmo direito de quem está na ativa, terão somente a inflação, quem é esse...

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – Não, o plano novo. O plano novo, quem migrou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem foi para o plano novo não terá mais paridade.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – Não terá mais paridade. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Era só isto que eu queria saber: quem perdeu a paridade? Quem foi para o plano novo.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – Quem migrou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E quem ficou no plano antigo passará a pagar 19%.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – O grande problema é que, de acordo com a nossa legislação, do jeito que está configurada hoje, o patrocinador, havendo déficit no plano, não pode arcar 100% com esse déficit. Isso é que está na legislação, não é? O problema é que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem, isso eu entendi. É que na semana que vem haverá outro debate, e eles vão questionar sobre esse déficit, naturalmente. Mas é um direito que eles terão, e vocês fazem a exposição, na visão de vocês.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Senador, eu acho que a pergunta do senhor é um gancho fantástico, porque quando falamos de déficit em fundo de pensão, a primeira pergunta é: de onde ele vem? Pode haver déficit causado por um aumento de compromisso do plano, um aumento do passivo do plano, ou pode haver déficit causado por uma diminuição no ativo do plano, no dinheiro do plano, não é? Então,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando se fala em planos também, desculpe, estou bancando o advogado do diabo aqui, como os sindicatos não estão presentes, mas pode ser também, como li aqui no documento, um problema de má gestão. Eu não estou me referindo especificamente ao Banrisul, estou falando de planos. Como a senhora disse e eu concordo, muitos são excelentes, mas há planos que tiveram problemas, tanto que se instala uma CPI a partir da semana que vem para discutir os planos.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – E eu quero entrar exatamente na questão da má gestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ninguém está dizendo que é o caso do Banrisul, pessoal.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Não, não é. Mas é o caso do Postalis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inclusive, o Banrisul está sendo convidado. É o caso do Postalis.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Não tenho a menor dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou deixar correr seu tempo agora, porque eu já interrompi demais.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Lamento pelos companheiros do Postalis presentes.

O que eu queria dizer era o seguinte: você tem problema de déficit por conta do passivo que cresce. Agora, você tem problema de déficit causado pelo ativo. E, quando a gente fala disso, nós estamos trabalhando em que seara? Na seara do investimento que foi bem estruturado e acabou não performando, o que é da natureza. Nós estamos falando de investimentos que foram mal estruturados e que, por isso, performaram mal e nós estamos falando de crime doloso. Quando você tem problemas no ativo do plano, a pesquisa precisa ser um pouco mais demorada.

E o que a gente pode dizer com toda tranquilidade é que, como nós estamos num sistema longevo, tudo que acontece hoje foi plantado no passado. Todo desequilíbrio de um plano não acontece de um dia para o outro, de uma hora para outra; ele tem um histórico de desequilíbrio. E, por ter um histórico de desequilíbrio, ele é perfeitamente perceptível e identificável a tempo e a hora. A pergunta é porque alguns desses não o foram.

No caso do Postalis... A gente costuma dizer "olha, tem problema no Postalis". Eu digo que o problema no Postalis tem carteira de identidade e CPF; não é o Postalis. Sabemos, identificamos quem fez, porque fez e o que fez.

Nós tivemos alguns gestores no Postalis – todos estão respondendo a processo administrativo no âmbito da Previ – que optaram – eu estou sendo benévola – por uma política de investimento desastrosa que colocou o plano de benefício definido do Postalis em risco por uma exposição absurdamente grande a risco, por um apetite acima do razoável e do desejável. Vários desses gestores e funcionários já estão respondendo a processo administrativo, já foram punidos, pois para alguns deles o processo já correu.

O grande problema é que o nosso sistema tem uma forma de fiscalizar e de punir que acaba sendo muito branda, Senador. Os companheiros do Postalis estão pagando um déficit, só da parte do participante, de R$2,5 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bilhões?

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – De 2,5 bilhões.

A situação do Postalis é a seguinte: nós temos um compromisso contratado de pouco mais de R$9 bilhões – esse é o passivo do plano – e tem internalizado pouco mais de R$5 bilhões. Ou seja, 50% dos compromissos do plano hoje estão a descoberto. E é esse déficit que está sendo pago. Metade do patrocinador, metade do participante.

As pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os companheiros dos Correios estão pagando, então, quanto?

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Estão pagando R$2,5 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas descontado da sua folha. O aposentado.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Em torno de 30% do aposentado e 30% do benefício saldado do ativo. Em torno de 30%. Na verdade, o valor é 25,69%.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Que vocês já pagavam.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E agora mais 25%.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ou seja, 26%.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, sim, claro.

Entendi.

De repente, metade do salário foi ali.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Mais da metade do líquido, certamente, vai embora.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Certo. Ajudou.

Continue, doutora.

Depois a gente vai abrir para os oradores e para o plenário.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – O caso do Postalis aconteceu. Todos estamos escandalizados com o Postalis, hoje, mas, olhando para a gestão do Postalis, se a gente acompanhar os relatórios de investimento do Postalis de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, veremos que o que nós estamos colhendo era perceptível nos relatórios de investimento lá atrás. Dava pra gente perceber que os gestores do Postalis estavam expondo aquele plano a um risco desnecessário. Está certo? Isso é identificável. E aí eu costumo dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Doutora, mais cinco minutos.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Nós tivemos um problema em que todas as travas do nosso sistema, que existem, todas elas foram ultrapassadas para acontecer o que aconteceu no Postalis. Nós tivemos omissão da patrocinadora em fiscalizar, nós tivemos omissão dos conselheiros – desculpem-me aqueles que estão presentes aqui – em fiscalizar, nós tivemos omissão do órgão de fiscalização e também, desculpem-me, os participantes teriam que ter olhado aquilo com mais cuidado. Tudo o que não podia acontecer dentro do Postalis aconteceu, e não foi por acidente. Eu estou colocando com muita clareza aqui que o caso do Postalis, para mim, Senador, é caso de polícia. E não foi à toa que o órgão fiscalizador já encaminhou isso para o Ministério Público e para a Polícia Federal. Postalis é um caso à parte.

Acho também que a gente aprender com as coisas, né? Não sei se vocês sabem, mas ontem foi decretada a intervenção no fundo de pensão da Serpros. Ninguém aqui ouviu falar de déficit no Serpros, mas ele está sob intervenção. Essa é uma notícia boa. Pode parecer que não é, mas é. Por quê? Porque a dois anos atrás, a Anapar e a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Serpros, entramos com um pedido de fiscalização na Previc. Dissemos: temos alguns indícios de algum problema na gestão. Eles fizeram a fiscalização. E a intervenção, para mim, significa o seguinte: eu estou fazendo agora para impedir que chegue aonde o Postalis chegou. Então, o nosso sistema tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aonde o Aerus chegou no passado. Foi um inferno! Um inferno!

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – É por aí.

Nós temos, dentro do nosso sistema, formas de impedir que as coisas aconteçam como vem acontecendo. Infelizmente, em alguns momentos, como no caso do Postalis, tudo falha. Tudo falha, como tudo falhou.

Eu quero encerrar aqui dizendo que nós estamos dando visibilidade à Petros, Funcef, Postalis e colocando no mesmo balaio coisas que são distintas. Eu dei uma entrevista outro dia para a *Carta Capital* dizendo: o nosso sistema tem problema? A maior parte dos problemas são conjunturais, tem a ver com a crise, tem a ver com a oscilação. Tira o Postalis daí porque o Postalis é um problema à parte. Nós podemos ter algum problema na Petrus, que tem algum déficit, mas nem de longe dá para a gente comparar com o Postalis nem fazer a menor base de comparação. Com o plano da Funcef é a mesma coisa, a gente acompanha. Nós temos três planos na Funcef: um está superavitário, o outro tem um problema de déficit. Agora, é curioso, a menos de três ou quatro anos, esse plano estava distribuindo superávit e agora ele está com o déficit. Isso tem a ver com a própria oscilação do sistema.

O nosso problema é que a gente enxerga o sistema a curto prazo. Os gestores são obrigados a mostrar resultado a curto prazo num sistema que tem que ser olhado a longo prazo. Eu acho que isso é fatal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E como é que distribui superávit e depois vai faltar no futuro e tirar do bolso do cara? É uma certa irresponsabilidade até!

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Aí tem a ver com a nossa resolução, Senador, a Resolução nº 26, que impõe isso. Porque a lei não impõe isso. A lei diz que o déficit tem que ser corrigido. Tem que ser corrigido como? Eu tenho que olhar aquela pergunta que o senhor fez: de onde vem esse déficit? É um déficit estrutural que eu preciso consertar o edifício ou é uma turbulência que pode durar dois ou três anos, mas que, ao longo do tempo, se resolve?

A gente olha fundo de pensão com curto prazo. Isso é fatal. Previdência chama isto: eu tenho que prever. Eu não tenho que ficar usando aqui. A Resolução nº 26, para mim, é uma barbaridade. Aliás, para mim, não, para todos os participantes dos fundos de pensão, pois ela obriga a distribuir superávit para a patrocinadora em três anos e equacionar déficit em três anos. Não dá para a gente tratar previdência como se fosse aplicação financeira.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Aí, eu gostaria da ajuda de vocês aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já proponho que vocês apresentem uma proposta alternativa nessa tal Resolução nº 26...

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Está bom. Acabar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...para que a gente possa, em comum acordo, com todas as entidades... Eu não li a Resolução nº 26, mas, se for esse o entendimento, a gente pode construir uma alternativa conjunta com as entidades de aposentados, de trabalhadores e os gestores.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Contamos com o senhor.

Na verdade, a gente precisa mesmo rediscutir as Leis nºs 108 e 109 em vários aspectos. Há inclusive um projeto da Senadora Ana Amélia já em tramitação aqui no Senado para a 275, e esse projeto resolve um dos problemas maiores do nosso sistema, que é a questão da gestão.

Quem manda em fundo de pensão hoje, tanto patrocinado por empresa pública como por empresa privada?

O patrocinador manda e faz o que quer.

Temos 340 entidades. Só duas têm a gestão compartilhada entre participantes e patrocinadores, que são a Funcef e a Previ.

O SR. JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI (*Fora do microfone.*) – São três.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – E vocês também. Pronto: três. Conseguimos, agora, na negociação. Nessa negociação, a gente conseguiu a paridade.

Há entidades que elegem um ou outro diretor, o.k.? Agora, gestão compartilhada, somente essas três.

E é muito curioso, Senadores: nós pagamos metade da conta. Em alguns planos de Previdência, na modalidade CD, nós pagamos ela inteira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Um minuto, doutora, porque o tempo...

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Isso não é possível continuar. Então, se a gente quer resolver problema de fundo de pensão, a gente precisa atacar a gestão e fazê-la compartilhada, para que a gente possa fiscalizar. E precisamos melhorar um pouquinho a fiscalização da Previ. Perdoe-me a ausência dos companheiros. Nós, participantes, precisamos deles. Então, eles têm de ser mais bem aparelhados, mais proativos, porque, se eu consegui identificar o que estava acontecendo na Postalis, eles, com muito mais, deveriam ter feito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Previ vai estar na próxima audiência pública.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Ainda bem que fizeram, agora, no Serpros, para a gente não ter Postalis amanhã de novo.

Obrigada, gente. Desculpe se eu... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Drª Cláudia Muinhos Ricaldoni, que falou pela Anapar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Lasier, com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Paim, permita-me fugir um pouco da ordem, mas vou ter de me retirar daqui a pouco, pois participo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fique tranquilo que o senhor está seguindo as normas internas desta Comissão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode falar a qualquer momento, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tenho de participar da Comissão de Relações Exteriores. Vou ter uma participação.

Vim aqui hoje com grande curiosidade, Senador Paim, porque esse é um dos mais momentosos temas aqui do Senado, a tal ponto de se estar instaurando a CPI dos fundos de pensão.

Lamentavelmente, é um setor que se insere nesse festival de escândalos que o Brasil vive. Já estamos aí com a CPI da Petrobras. Está se tentando implantar a CPI do BNDES; está na fila a CPI da Eletrobras; está também nas cogitações a CPI da Caixa Econômica, e já está em andamento a CPI dos fundos de pensão.

Essas audiências públicas, muito oportunas, adequadas, sob a sua presidência, haverão de abrir caminho para muitos dados que usaremos na CPI dos fundos de pensão.

Mesmo não podendo acompanhar toda esta audiência de hoje, nem a próxima, já pedi à minha assessoria, aqui presente, que recolha a digitalização, para que eu possa ler tudo o que se vá discutir aqui.

Mas, para não sair daqui sem ao menos uma pergunta, por primária que seja, um dos pontos de partida, gostaria de saber da Drª Cláudia, a princípio, qual é a parcela de arrecadação de um plano que se destina como gasto à administração, que, afinal, é onde tudo começa. Se a administração não é eficiente, não é cuidadosa, acaba desandando, como tantos outros planos têm desandado: a fiscalização tem falhado, tem havido omissão, como flagrantemente aconteceu no caso da Petrobras, que estamos vendo aí. Não entendemos como, durante 12 anos, ninguém viu a roubalheira que ali acontecia.

Então, uma pergunta bem elementar, Drª Cláudia: o que se gasta? Há uma média ou há diferenças de gastos da arrecadação com a administração dos planos?

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Depende muito do tamanho da entidade. Há entidades que gastam, da arrecadação, em torno de 4% para o custeio administrativo. Nós estamos falando de pagar toda a estrutura administrativa da entidade. A Previ é 4%; a Petros, 4%; a Postalis, acho que sai também em torno disso. Então, as grandes entidades trabalham com esse valor. O que significa? Daquela contribuição... Funcef é 1%, não é, Geraldo?

O SR. GERALDO APARECIDO DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Do aposentado, sim.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Do aposentado, é 1%.

Da contribuição do participante e da patrocinadora, a média de 1% a 4% vai para a gestão.

Nós estamos falando de taxa de carregamento, não é taxa administrativa, que eu cobro sobre o investimento ou sobre o recurso existente. É sobre a contribuição. Então, varia. Dava para dizermos que a média hoje varia entre 7% a 1%, a depender do tamanho a entidade. A taxa de administração do Funpresp hoje está em 7%, justificável, porque é um fundo novo que está sendo alavancado. Isso tende a diminuir no futuro. Nas fundações maduras, vão diminuindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Lasier. Obrigado pela participação. Seja sempre bem-vindo à nossa Comissão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De imediato, passo a palavra para o representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), Sr. Edson Dorta Silva.

O SR. EDSON DORTA SILVA – Eu queria agradecer o convite à nossa Federação.

Eu queria saudar também os componentes da Mesa e do Plenário.

A nossa Federação representa 127 mil trabalhadores, através de concurso público. Nossa Federação também representa 36 sindicatos no País inteiro.

Eu acho que o assunto se torna mais polêmico em relação à nossa própria categoria de Correios, porque o grande baluarte da discussão em torno dos fundos de pensão hoje é o fundo de pensão da nossa categoria, pois, como foi colocado aqui, na verdade, não se trata de uma crise apenas. Apesar de concordarmos que existe uma crise no sistema financeiro mundial capitalista – desde 2008, a crise vem se intensificando –, trata-se de um verdadeiro roubo ao dinheiro do trabalhador.

Eu queria aqui levantar os dados só para vermos o tamanho do roubo. Como foi colocado pelos participantes do Banrisul, o fundo do Postalis também antes era de benefício definido. Para mudar o plano para contribuição definida, eles alegaram aos trabalhadores que era justamente para não haver o problema futuro de ter de pagar por alguma crise, como foi colocado aqui também, em relação ao aumento da quantidade do tempo de vida que aumentou etc e tal. Isso foi saldado sem a concordância dos trabalhadores. Os trabalha-

dores entraram com várias ações judiciais para impedir esse saldamento. Mesmo assim, se passou por cima da vontade dos participantes. Até hoje, perduram ações contra esse saldamento. Isso foi mais em menos em 2008. Passados quatro anos, o próprio Postalis anunciou que o saldado teria de ter mais uma contribuição dos participantes. Foi aprovado em 2012 uma contribuição de mais 3,4% na folha de pagamento dos participantes do saldamento, do plano saldado. Agora, neste ano, veio o rombo maior, alegando-se que mais aqueles 3,4%, que já num salário do trabalhador é muito, porque, na última campanha salarial, o nosso reajuste foi zero.

Aí, aumentou 3,4% para você pagar em torno do Postalis. E agora, veio a conta maior, que é em torno de 25,6. Quer dizer, quase 30% no salário do trabalhador.

O plano do saldamento tem hoje 7 bilhões – supostamente tem, porque... –, vamos dizer, 8 bilhões, e o rombo é de 5,6 bilhões. Ou seja, faliu. Não existe mais plano. Eles querem, com o saldamento, com o pagamento, criar um novo plano, porque não existe mais plano; o plano perdeu quase 80%. Não existe mais esse plano.

A gente fez uma conta, e os Correios apresentaram um lucro ano passado de 320 milhões. O que eles estão dando aqui como déficit dá 22 anos de lucros dos Correios. Quer dizer, é um negócio que você não imagina.

Como sumiu esse dinheiro?

É claro que a gente sabe, porque há todos os investimentos que foram feitos ao longo do ano. Aí, permita-me falar aqui ao Senador que se retirou, que não se trata de 12 anos. Esse plano foi instituído desde a época da ditadura militar. Nós tivemos, em 1995, na época do governo FHC, um rombo no Postalis também, em que eles queriam fazer a mesma coisa: repassar para o trabalhador. A empresa custeou o rombo, e o rombo vem vindo. Houve vários investimentos: Banco Santos, Banco Econômico. Em todos esses bancos que faliram foram feitos investimentos. Foram feitos investimentos até para empréstimos àquela universidade que faliu recentemente, a Gama Filho, etc. É uma verdadeira farra.

Agora, dentro desse aspecto, queria dizer o seguinte: os trabalhadores dos Correios não acreditam na fórmula da CPI. Sabemos o que está acontecendo no País, que existe uma caça às bruxas para se dar um golpe de Estado no País, e sabemos que a CPI é simplesmente uma campanha de publicidade contra, inclusive, uma empresa pública. Também, nós da Federação somos bem conscientes do processo por que o País está passando. Nós não acreditamos que a CPI vá resolver o problema do Postalis. Também a caça às bruxas sabemos muito bem; são algumas pessoas.

Nós estivemos agora no movimento sindical no Paraná. No Paraná, o Governo Beto Richa, do PSDB, colocou dois mil policiais na frente da Assembleia Legislativa para acabar com o plano de Previdência dos servidores públicos do Estado do Paraná. Então, falar aqui do Postalis apenas como uma caça às bruxas – "Vamos perseguir, vamos colocar o pessoal na cadeia." –, isso é uma conversa furada.

Nós, trabalhadores dos Correios – permitam-me aqui –, nos opomos completamente a essa conversa de que os trabalhadores dos Correios participam desse plano, apesar dessas eleições fraudadas que são feitas através de internet, controladas pela própria administradora dos fundos de pensão. Nós achamos que qualquer tipo de controle dos fundos de pensão deve ser feito pelos trabalhadores. O dinheiro é dos trabalhadores, apesar de o patrocinador pôr a sua parte. Apesar de ele pôr a sua parte, o fundo de pensão não é do patrocinador; o fundo de pensão é dos trabalhadores.

Por isso, nós acreditamos que a única maneira de resolver, de controlar esses fundos de pensão, é sob o controle dos trabalhadores, e não essa farsa das participações, mesmo que sejam paritárias.

Vejam bem: estão falando aqui do fundo de pensão do Postalis. Nos últimos anos, todos os presidentes do Postalis, todos, foram indicação de Deputados e Senadores daqui do Congresso Nacional. Nós tivemos o Edison Lobão, o Sarney, o Renan Calheiros. Vários indicaram não só presidente, mas toda a diretoria. Os trabalhadores só participam pagando a conta.

Inclusive, os Correios, ontem, enviaram para a categoria o *Primeira Hora*, que é um boletim interno, uma maneira de se comunicar com os trabalhadores, onde dizem que vão emitir boleto para que o trabalhador pague; e, se não pagar, vai acumular dívida.

O salário do trabalhador dos Correios é R$1.100,00. Eles querem cobrar do trabalhador dos Correios, agora, de R$100,00 a R$400,00 por esse rombo. E sem contar que isso é um cobrança para 15 anos. A pessoa vai pagar por 15 anos esse valor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON DORTA SILVA – Ninguém garante que, daqui a um ano, existirá esse fundo de pensão. Ninguém garante que, daqui a seis meses... Ou seja, ele vai pagar à toa.

O que está acontecendo hoje nos Correios?

A categoria está revoltada. A maioria, que não está conseguindo, através do Judiciário, ter uma resposta para o seu direito, está se desfiliando. Inclusive, a companheira aqui do Postalis poderia depois dar os dados.

Acho que deve ter uma desfiliação em massa, porque a pessoa não vai pagar isso daí. Eles não acreditam mais que o fundo de pensão do Postalis vá garantir alguma seguridade para eles no futuro, aposentadoria, nada.

Então, é uma situação grave, mas achamos que não vai ser resolvida por CPI. A CPI, para nós, é um palanque publicitário da oposição ao Governo do PT aqui para fazer campanha de que, agora, temos o maior governo corrupto do mundo. E a corrupção aqui no Congresso Nacional – a quantidade de CPIs, a quantidade de escândalos – é enorme desde a época, sei lá, desde o final da ditadura, da época da ditadura militar. A ditadura militar fez a ponte Rio-Niterói com dinheiro da Previdência pública.

Então, não acreditamos que isso aqui seja um debate sério em relação à situação dos trabalhadores dos Correios.

Nós acreditaríamos que isso seria sério se pudéssemos rever esse dinheiro que foi roubado dos trabalhadores. Aí, sim. A solução para o trabalhador dos Correios é saber se a sua aposentadoria vai ser garantida ou se não vai ser garantida. Se alguém vai ser preso ou se alguém não vai ser preso, que deveria ser preso, sabemos que quem vai julgar isso daqui... Dá até medo de saber quem vai julgar.

Então, nós queremos dizer que a proposta da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios é o controle do fundo de pensão pelos trabalhadores; que seja permitido que os trabalhadores de fato controlem esse fundo de pensão, que é o dinheiro deles.

Há até um debate anterior a isso que foi feito, porque, quando surgiram os fundos de pensão, discutia-se se a gente deveria ou não entrar nesse assunto. Vários sindicalistas até resolveram bancar essa discussão e entraram, mas entraram simplesmente para oficializar a roubalheira. Entraram simplesmente para legalizar o que já acontecia, porque o controle dos investimentos não ficou nas mãos dele. Essa discussão de que deveríamos entender de mercado, de que deveríamos saber como investir o dinheiro do Postalis, isso não ficou para discussão de nenhum trabalhador; isso aí continuou na mão dos que sempre mantiveram o controle desses fundos. E é por isso que nós estamos nessa situação hoje.

Então, gostaríamos aqui de colocar essa posição da Federação. Nós estamos fazendo uma campanha nos Correios. Estamos vendo a possibilidade de realmente nos desfiliarmos desse fundo, entrarmos com uma ação judicial para rever o dinheiro, e o pessoal poder retirar o dinheiro. E, aí, talvez até, organizarmos o nosso próprio fundo de pensão, porque não há possibilidade alguma de acreditarmos que, do jeito que está, este fundo de pensão vá ter algum retorno para a categoria dos Correios. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Edson Dorta Silva, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos, que deixou bem claro o seu ponto de vista e que quero resumir aqui.

Primeiro, ele diz que não acredita em CPI, que CPI não vai resolver.

Segundo, ele deixou claro que só mudar a legislação com representação paritária, assim que os trabalhadores sejam maioria, no entendimento dele, também não resolve.

Os trabalhadores, em tese, têm que ter maioria. Em terceiro lugar, ele fala algo que também nos preocupou muito: que, se os trabalhadores dos Correios continuarem contribuindo para esse fundo, eles poderão receber – algo que para mim é até inconstitucional – menos que um salário mínimo. Você falou que eles ganham R$1.100,00 e poderão descontar R$400,00; a maioria ganhará menos que um salário mínimo.

De fato, é preocupante.

O SR. EDSON DORTA SILVA – A maioria dos trabalhadores dos Correios, só não o pessoal da ADCAP – Associação da Administradora Postalis – que eles têm um fundo maior, mas a maioria dos trabalhadores dos Correios ganha de R$1.100,00 a R$1.500,00.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se descontarem R$300,00, R$400,00, vão ganhar menos que um salário mínimo, o que é preocupante. Independente de alguém dizer: "Não, mas é constitucional, porque é um desconto que eles acertaram", mas é lamentável ver os trabalhadores dos Correios, devido a um déficit de que eles não têm culpa, passarem a receber menos do que um salário mínimo. E sabe-se que, neste País, ninguém vive decentemente sequer com um salário mínimo. Calculem com menos do que um salário mínimo.

Vamos em frente.

Parabéns pela fala, Edson, e passemos agora para o Sr. Marcelo Andreetto Perillo, que aqui representa a Presidência da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros.

O SR. MARCELO ANDREETTO PERILLO – Bom dia a todos.

Agradeço o convite ao Senador Paulo Paim.

Gostaria de cumprimentar aqui todos os presentes da Mesa, como também os senhores aqui presentes.

Este é um debate muito rico, e eu gostaria de apresentar a Fundação por meio do material ali exposto.

A Fundação Petrobras hoje administra 68 bilhões.

Atendemos a 158 mil participantes, que estão distribuídos da seguinte forma: 96 mil participantes ativos e 61 mil participantes assistidos.

Em grandes números, a Fundação está distribuída da seguinte forma: ela administra 42 planos; são 62 patrocinadoras e 77 instituidores. Aqui, um ponto importante, só para ressaltar. A Fundação Petrobras, naturalmente, como os senhores podem ver, administra vários planos – são ali 47 planos, e,naturalmente, o Sistema Petrobras é o mais relevante –, mas a Fundação trata todos os demais planos, instituidores ou patrocinadoras, com o mesmo zelo.

Ainda falando com relação aos participantes, este é um gráfico que demonstra a evolução do número de participantes ao longo do tempo. Importante ressaltar aquele salto ali, em 2007, que diz respeito ao início do segundo plano do Sistema Petrobras, que é denominado PP2, e o seu crescimento se deu, naturalmente, com a adesão dos participantes e o ingresso de novos instituidores.

Com relação ao equilíbrio técnico, como os senhores podem ver, no ano de 2013, de forma consolidada, o déficit foi de R$2,3 bilhões. O número de 2014 não está aqui no eslaide meramente por uma questão de governança, e explico o motivo: Esse número ainda não foi aprovado na instância máxima da Fundação, que é o Conselho Deliberativo.

Já foi noticiado aí no jornal, e eu vou poder, sim, comentar. Estou autorizado a comentar, mas o que é importante ressaltar nesse eslaide é o seguinte: o déficit de R$2,3 bilhões se deu basicamente por uma questão conjuntural de investimentos bem-estruturados.

Com relação ao ano de 2014, o número é da ordem de R$6 bilhões e, nesse caso, se deu também por um problema conjuntural de investimentos bem-estruturados, como também com a assunção de obrigações trabalhistas por parte da patrocinadora.

Importante ressaltar que, em tese – a Fundação teve dois déficits consecutivos, como já dito, por problemas conjunturais e por assunção de obrigações trabalhistas por parte da patrocinadora –, a Petros não tem nenhum problema de liquidez e cumpre em dia com o pagamento de todos os benefícios dos seus participantes.

É importante diferenciar problema de liquidez de déficit atuarial.

Próximo eslaide, só mostrando onde esse déficit – o eslaide anterior é déficit consolidado – se encontra. Ele se encontra no Sistema da Petrobras, no Plano 1, que está aí aberto: R$2,420 bilhões. O próximo eslaide é no outro plano que ele se encontra, que é o Plano Ultrafértil; ou seja, estamos falando de 47 planos, e o déficit, hoje, está pontuado nesses dois únicos planos.

A Ultrafértil, naturalmente, todos os senhores sabem, era do Sistema Petrobras e, hoje, é uma privatizada; foi privatizada.

O próximo eslaide demonstra a evolução dos investimentos desde o ano de 2003, bem como, pela linha que está em amarelo, em laranja, a rentabilidade dos investimentos.

Aqui é uma composição da carteira como um todo. Estamos falando de dados preliminares. Como eu já disse aos senhores, os números ainda não foram aprovados pela instância máxima da Fundação, que é o Conselho Deliberativo, só que está, aí, demonstrado, na forma da legislação, como a carteira é composta.

Os dois próximos eslaides têm como objetivo o seguinte: demonstrar a rentabilidade da Fundação como um todo, com os seus principais *benchmarks*, com os seus principais índices de referência, melhor dizendo.

O que é importante demonstrar é que a Fundação, nesses quatro gráficos, é a linha que está verde. Eu não sei se todos os senhores conseguem ver.

Qual é o objetivo desse gráfico? Tanto no segmento de renda fixa, que é o primeiro gráfico do canto superior esquerdo, quando no segmento de renda variável, que é o gráfico do canto superior do lado direito, como também no gráfico do canto inferior esquerdo, que diz respeito à rentabilidade dos imóveis, os senhores podem perceber que a rentabilidade da Fundação, no período aí demonstrado, é sempre superior ao principal *benchmark*.

No último gráfico, que é a rentabilidade consolidada, a linha em azul é a meta atuarial. Como os senhores podem observar, a Fundação tem uma rentabilidade, no período analisado, bem superior à sua meta atuarial.

A outra linha, que quase sobrepõe a linha verde, que é a rentabilidade consolidada da Fundação, é a rentabilidade média das entidades fechadas de Previdência complementar, dados esses extraídos da Abrapp.

Como se pode ver, a Fundação está praticamente empatada com a rentabilidade média das entidades cujos dados foram extraídos da Abrapp.

O próximo eslaide nada mais é do que o mesmo material apresentado, só que, agora, com um outro período de tempo. Estamos falando do período de 2009 a 2014. É um exercício. A ideia era só demonstrar que, tanto num período mais longo quanto num período mais curto, a rentabilidade da Fundação encontra-se acima dos principais indicadores de mercado.

Estes eram os objetivos da demonstração: demonstrar os principais números da Fundação Petrobras, tentar diferenciar que déficit atuarial não tem nenhuma relação com problema de liquidez e reafirmar que a Fundação não tem nenhum problema de liquidez. Os dois déficits apresentados foram, mais uma vez, sem querer ser repetitivo, por problemas conjunturais e por uma assunção de obrigação trabalhista, como já foi comentado, aqui, pelos demais colegas da Mesa, e que diz respeito ao aumento do passivo.

Coloco-me à disposição para esclarecer eventuais dúvidas que se façam necessárias e passo a palavra ao Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Marcelo Andreetto Perillo, que falou em nome da Petrobras.

Vamos ao último convidado desta mesa, Dr. Marcelo Coelho de Souza, que falará e nome da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Previ.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, só uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é o nosso querido Senador José Medeiros. Ele está aqui no plenário e é outro que participa ativamente desta Comissão.

Nossos cumprimentos. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como sempre, Senador fala a qualquer momento, como já foi estipulado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É só para tirar uma dúvida: o Dr. Marcelo falou em problemas conjunturais e investimentos bem estruturados.

Como é uma linguagem bem técnica, eu queria que V. Sª explicasse isso, porque, naquela parte que tem os R$2 bilhões de déficit e os R$6 bilhões que você explicou, eu fiquei na dúvida.

O SR. MARCELO ANDREETTO PERILLO – Vamos lá. Pois não.

Com relação aos problemas conjunturais, eu quis dizer com rentabilidade aquém do esperado de investimentos bem estruturados.

Vou dar um exemplo: no caso de renda fixa, para aqueles fundos que tinham seus títulos marcados a mercado, o ano de 2013, no quarto trimestre, teve muita volatilidade, o que significou uma rentabilidade aquém do esperado para quem tinha títulos públicos em sua carteira. Então, tivemos uma rentabilidade aquém do esperado.

O mesmo vale para a rentabilidade da renda variável, que diz respeito à Bolsa de Valores: por uma questão conjuntural, a situação macroeconômica internacional.

Então, quando eu fiz menção a questões conjunturais, eu quis dizer, especificamente, com a rentabilidade aquém do esperado.

O mesmo vale para o ano de 2014, como todos os senhores estão acompanhando o movimento de bolsa, mas há um detalhe, que diz respeito à assunção por parte da patrocinadora de obrigações trabalhistas que dizem respeito a acordos coletivos de anos anteriores.

Então, como foi até comentado aqui pelo Presidente da Fundação Banrisul, quando há um aumento do passivo, há um descompasso entre aplicação e obrigação.

Então, no ano de 2014, basicamente, eu diria que esse déficit foi agravado por conta destas duas variáveis: rentabilidade aquém do esperado e assunção de obrigação por parte da patrocinadora.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O termo "bem estruturado" se refere à bolsa de títulos? Seria isso?

O SR. MARCELO ANDREETTO PERILLO – Não. Quando eu disse "investimentos bem estruturados", quis dizer que todos os investimentos que são feitos na Fundação são bem estruturados; que nós não temos problemas com relação à estruturação dos investimentos. É mais com relação à qualidade dos investimentos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Marcelo, por favor.

O SR. MARCELO ANDREETTO PERILLO – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E esse déficit...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Donizeti, com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Esse déficit, como vocês estão prevendo repô-lo? Em quanto tempo?

O SR. MARCELO ANDREETTO PERILLO – Vamos lá. Se ocorrer o déficit, no ano de 2014, conforme prevê a legislação – três déficits consecutivos –, a Fundação terá de preparar um plano de equacionamento, que será apresentado para a Previc e implementado.

Existem, naturalmente, áreas dentro da Fundação que estão acompanhando isso de perto. Mas lembramos: precisamos de três anos consecutivos de déficit atuarial.

Então, por ora, o que a gente tem feito, é acompanhar isso de perto, bem como todos os investimentos da carteira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois falará também o representante dos trabalhadores na segunda Mesa. Todos podem, claro, participar debate, esclarecedor, em todos os pontos que foram aqui expostos por esta Mesa.

Passamos, agora, para o último convidado desta Mesa, Dr. Marcelo Coelho de Souza, que falará em nome da Previ, que eu já havia anunciado.

O SR. MARCELO COELHO DE SOUZA – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Exmº Sr. Senador Paulo Paim, gostaria de cumprimentá-lo e, na sua pessoa, cumprimentar todos os demais Senadores aqui presentes, cumprimentar meus colegas de Mesa e cumprimentar todos aqueles que aqui estão no plenário.

Sendo o objetivo desta audiência pública a discussão da situação atual dos fundos de pensão, eu trouxe uma apresentação da situação atual do fundo que eu represento, a Previ.

Eu começo com uma tela, que na minha visão é importante para o contexto atual, que é a nossa missão, a missão desenvolvida no nosso planejamento e bem estruturada lá dentro.

Muitas vezes, a Previ é vista como um grande investidor, e temos a consciência de que a nossa visão de ser é um pagamento de benefícios; o nosso negócio é pagar benefícios.

A nossa missão não é só chegar lá no dia 20 e pagar o benefício como fazemos há 111 anos, mas, sim, garantir o pagamento daquele último participante que vier a falecer, cuja previsão do Plano 1 é entre 2080 e 2090. Então, o trabalho lá é centrado para garantir que todos os participantes venham a receber seu benefício contratado até o último participante vivo.

Trago aqui os números da Previ: nós estamos chegando próximo de 200 mil participantes. Nós temos dois planos: o Plano 1, fechado em 1997, é um plano BD, e temos o Plano Previ Futuro, que se iniciou em 1998, dos funcionários ativos.

É uma conta, enfim, que a gente faz, em torno de 200 mil participantes. De certa forma, um em cada mil brasileiros está vinculado à Previ. Considerando uma família média de quatro pessoas, a gente pode dizer que quatro em cada mil brasileiros dependem de forma direta ou indireta da Previ, o que nos traz muita responsabilidade.

Quanto aos números, nos últimos três anos – 2012, 2013, 2014 –, a Previ pagou um total de R$26 bilhões em benefícios. Mas os senhores vejam que, ainda sim, com as crises que ultrapassamos, com todo o problema conjuntural, o patrimônio da Previ se mantém estável nesse período.

Aqui, no ano de 2014, a gente pagou R$9 bilhões de benefícios e, enfim, ali nos três anos – 2011, 2012, 2013 –, esses benefícios tiveram um acréscimo decorrente do superávit de mais de 20%. Mas, vejam, os participantes do Plano 1 ficaram sete anos sem sequer contribuir, em virtude de a situação do plano, naquele momento, apresentar uma situação muito confortável e, na nossa visão, uma situação que permanece. Eu vou mostrar para os senhores.

Bom, a origem dos recursos para o pagamento dos nossos benefícios. Em média, 50% desses recursos vêm de dividendos JCP e aluguel de imóveis, o que, na nossa visão, nos traz uma tranquilidade muito grande, porque não precisamos ficar nos desfazendo de investimentos a qualquer preço, a qualquer momento.

Podemos aguardar as melhores oportunidades para rentabilizar bem os ativos, porque temos um fluxo de caixa que nos dá uma segurança muito grande.

Enfim, na minha visão, e talvez até pelas questões que já foram colocadas aqui, eu diria que o ponto alto, lá na Previ, seria a nossa governança.

Sobre a nossa governança. Por questão estatutária, é previsto que só podem estar no comando da instituição, dos órgãos administrativos da instituição, participantes do plano. Então isso, de certa forma, até blinda indicações políticas ou o que quer que seja. As pessoas têm que ser participantes do plano, consequentemente, funcionários do banco.

Também, temos aqui, na minha visão, também, como ponto alto, uma gestão compartilhada: metade dos integrantes é indicada pelo patrocinador e metade é eleita pelos participantes.

E aí, eu gostaria de, também, exaltar uma questão: essa gestão compartilhada vem desde 1980. O estatuto de 1997 reforçou essa gestão compartilhada, e a lei complementar que obriga essa gestão compartilhada é de 2001. Então, muito antes da lei complementar, a Previ já tinha a sua gestão compartilhada, metade com participantes e metade com ativos. Na nossa visão, esse é um modelo que se mostrou vencedor e está sendo confirmado.

Mas não é só, senhores. Vejam que há uma divisão muito clara de funções nas diretorias. Por exemplo, a Diretoria de Planejamento traça a política de investimentos da entidade; é uma diretoria de eleitos. E quem

executa essa política de investimentos é a Diretoria de Investimentos, que é um representante indicado pelo patrocinador.

O que que isso nos traz de positivo? Se o diretor de investimento quiser fazer uma aplicação no título "A", "B" e "C", e isso não estiver aprovado na política de investimento, ele não pode fazê-lo.

Então, com esse compartilhamento da gestão, a gente entende que tem conseguido bons resultados . Enfim, a gente tem conseguido colocar todos os representantes e todos os interesses para debater as questões no âmbito da diretoria.

Outro ponto que achamos forte na nossa governança é que o nosso corpo técnico, os funcionários que lá trabalham, em sua grande maioria, são funcionários cedidos pelo Banco do Brasil.

E aí eu ressaltaria dois pontos: assim como os administradores, é o próprio dono cuidando do patrimônio. Então, é natural que tenham interesse, que briguem, que queiram os melhores investimentos e os melhores resultados.

E outro ponto que nos favoreceu é que, por ser o Banco do Brasil uma instituição financeira, conseguimos buscar funcionários qualificados em análise de crédito, em investimentos, o que, na nossa visão, traz um resultado muito positivo no dia a dia da entidade.

Aqui, eu estou trazendo a evolução das reservas do Plano 1, que é, enfim, o nosso maior plano, é o plano que está fechado. E os senhores vejam: quando eu falei lá trás da nossa missão, de garantir o pagamento de benefício até o último participante vir a falecer, esse primeiro bloco azul escuro, aqui, que em 2014 fechou em R$122 bilhões, é a reserva matemática.

O que é reserva matemática, senhores?

São os recursos de que eu preciso para pagar todas as minhas obrigações, até que o último participante venha a falecer – ou o participante ou a pensionista dele.

Então, eu tenho, em 2014, R$122 bilhões, que é suficiente para eu pagar até aquele participante que veio a falecer em 1990, e ainda tenho um superávit, uma sobra, de R$12,5 bilhões.

Então, por mais que a gente tenha enfrentado todas as dificuldades conjunturais... E aí eu reforço a palavra da minha colega Cláudia, porque Previdência não é uma fotografia, Previdência é um filme. A gente não compra a Previdência para receber amanhã; Previdência é um investimento de longo prazo.

Então, por mais que tenhamos passado todas essas dificuldades, continuamos aí solventes, fortes e com os recursos mais do que suficientes para cumprir todas as nossas obrigações até o último participante. E, mais, com uma sobre de R$12,5 bilhões, na minha visão, bem significativa.

Aqui, reforçando o que eu pontuei com os senhores, que a Previdência não é um retrato, e é um filme, se olharmos aqui os últimos dez anos, vejamos que a linha azul escura é a rentabilidade do Plano 1, os investimentos diversificados – nós estamos em torno de 100 pontos acima da nossa meta atuarial.

Vejam a rentabilidade do Plano 1 nos últimos dez anos: 286%; e a meta atuarial: 188%. Estamos ganhando, também, nos últimos dez anos da Selic e estamos ganhando também do Ibovespa. Ou seja, penso eu que isso é um resultado da gestão, é um resultado da governança e da forma como está estruturada a nossa governança.

Aqui, enfim, para os senhores perceberem como estão distribuindo os nossos títulos públicos: a maior parte deles é em NTN-B, dívida brasileira. Temos títulos privados, sim, mas temos a maior parte concentrada em NTN-B, o que nos permite, até pelo fluxo de caixa que temos, fazer uma gestão ativa desses títulos e pegar o melhor momento dele, na hora de trocar, alongar ele, com a melhor rentabilidade possível. É assim que a gente costuma trabalhar.

Aqui também, ainda dando foco na governança e na nossa gestão, vimos que, recentemente, diversas instituições financeiras vieram a quebrar, o que causou um colapso em algumas instituições e em alguns fundos de investimento. A Previ – e aí eu digo que é resultado, sim, daquela repartição da gestão – não tinha nenhum título em nenhum desses investimentos.

E por que isso? Porque é o diretor de planejamento que, previamente, aprova e indica quais são os títulos em que a gente pode investir. E o diretor de investimentos só vai comprar os títulos que estejam previamente aprovados pelo diretor de planejamento. É o eleito aprovando, e o indicado executando. A gente não tem nenhum título em dívida externa, a gente não tem *default* nessa carteira, e a gente acha que isso é resultado da governança interna.

Aqui um pouco da distribuição da nossa renda variável, a gente está em vários setores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO COELHO DE SOUZA – ... da economia. É um apanhado geral. Esses investimentos, como eu pontuei, são investimentos de longo prazo. Vejamos aqui que, na grande maioria, entramos há algum tempo – Vale, entramos na época de privatização. São carteiras que carregamos há grande tempo.

A gente tem a Petrobras, que, por mais que tenha enfrentado essa crise que enfrentou, no apanhado desde o início até hoje, ainda continua sendo vencedora, continua acima da rentabilidade que a gente tem que entregar. E a gente acha que isso é positivo.

Enfim, reitero as palavras da colega de que Previdência é um investimento em longo prazo.

Finalmente, dentro da situação da entidade, trago aos senhores uma tela em que, no final de 2014 – dados da Abrapp –, a Previ sozinha representava 25% do setor de Previdência complementar no País. O volume da Previ representava 25% do setor de Previdência complementar no País, graças a Deus, sólida e solvente.

E também, até em cima do que já foi colocado aqui anteriormente, a média dos benefícios que pagamos. Pagamos um benefício médio de R$7,5 mil, que é três vezes o benefício médio do INSS, quase duas vezes o benefício médio das demais instituições. E, mesmo com essa média de benefício elevada, estamos solventes, seguros e com recursos suficientes para pagar as nossas obrigações, até que o último participante ou a última pensionista venha a óbito.

Sr. Presidente, era essa a apresentação que eu queria trazer aos senhores. E coloco-me à disposição para eventuais questionamentos da Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Marcelo Coelho de Souza, que mostrou o trabalho compartilhado e bem-sucedido da Previ.

E aqui eu falava com a Drª Cláudia que, de fato, é questão de governança e gestão. Não dá para dizer que todos os fundos têm problemas, mas há fundos que estão muito bem, sim, senhor.

Vamos para a segunda Mesa. Convido meus colegas da primeira Mesa que retornem ao plenário. E chamo a segunda Mesa: representante da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP), Sr. Jackson Luiz Mendes Gonçalves; Srª Maria Auxiliadora Alves da Silva, que falará como chefe de gabinete da Diretoria Executiva do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis); o Sr. Geraldo Aparecido da Silva, Secretário-Geral da Funcef; o Sr. Jacques Silva de Sousa, Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária (Igeprev -TO); o Sr. Paulo César Chamadoiro Martin, Conselheiro da Petros; o Sr. Gilberto Antônio Vieira, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito (Contec).

Deixo claro que os representantes dos trabalhadores também estão participando deste evento, o que era uma preocupação de todos aqui em um primeiro momento.

Está aqui também o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

Vamos a esta Mesa.

De imediato, passamos a palavra para o Sr. Jackson Luiz Mendes Gonçalves, que falará aqui representando a Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP).

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Inicialmente, eu quero agradecer por esta oportunidade que nós estamos tendo, agradecer especialmente ao Senador Paulo Paim; e agradecer a todos os senhores por este debate, para que a gente possa colocar nossas apreensões, na qualidade de participante.

Então, repetindo, rapidamente, eu estou agradecendo a todos os presentes por estarem aqui debatendo com a gente, em alto nível; agradeço esta oportunidade que nós estamos tendo, principalmente ao Senador Paulo Paim por ter-nos convidado para esta audiência pública.

O que eu quero dizer, pelo que ouvi, pegando o fio da meada da última apresentação feita, do Banco do Brasil, tudo que o Banco do Brasil colocou de positivo é o que o Postalis tem de negativo. Tudo!

Não existe, na prática, governança nenhuma; não existe participação dos empregados na definição de nada. E isso é um processo histórico nos Correios. Começou com os militares, na própria fundação do instituto, e foi obrigatório; ou seja, nós fomos obrigados a participar, a aderir. Inclusive as pessoas concursadas, aquelas pessoas que passaram por processos seletivos – na época não existia essa obrigatoriedade do concurso público – tinham que, antes, passar no Postalis, fazer a adesão, para, depois, ir ao órgão de pessoal fazer a sua admissão. Nós temos documentos a esse respeito, porque os militares eram abusados. Eles sabiam que mandavam, que faziam o que queriam. Então, eles documentaram isso. Nós temos documentos da época. Chamava-se Deliberação, Deliberação 010 – famosa entre nós, os participantes.

E isso veio ocorrendo ao longo do tempo, porque, depois, no saldamento, foi a mesma coisa, igualzinho. O saldamento não foi, não teve... O companheiro Dorta falou muito bem sobre isso; ou seja, nós fomos todos compelidos a aderir. Inclusive a Federação, a FENTECT, tem ação até hoje tramitando na Justiça, porque muitos participantes não concordavam com o saldamento. E o termo que se usou, na época, para o saldamento é que era "compulsório" ou que era "universal". Todos passavam imediatamente do BD antigo para o BD Saldado.

"Honrando", entre aspas, essa cultura da nossa casa, cultura do Postalis, o Postalis acaba de cometer outro... Isso porque, com relação ao equacionamento, não se discutiu nada com os participantes, nada! Foi tudo colocado obrigatoriamente, tudo, desde o início até agora!

Então, eu queria pontuar isso, antes de começar a colocar aqui os pontos nossos, os pontos que vemos de inconsistências, dúvidas e suspeitas. Isso porque eu não vou ser doido aqui de falar que "meteram a mão" ou que "não meteram a mão". Eu não sei, eu não tenho provas, mas que tudo é altamente suspeito é.

Quero concordar também com o que a Cláudia falou: o caso do Postalis é um caso de polícia, como todos nós sabemos. Ele difere dos outros planos. Os outros planos estão um pouquinho arranhados, estão sofrendo algum probleminha. O nosso praticamente está insolvente. Nós vamos ter que aportar dinheiro lá para fazer a coisa funcionar, senão será pior.

Quero salientar aqui também a minha representação da ADCAP. Este é um nome histórico, mas é a Associação dos Profissionais dos Correios. E também eu sou o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Aposentados dos Correios. Então, eu faço questão de dizer que eu estou em duas representações ao mesmo tempo. É que, antes de me aposentar, eu participava bastante da Associação, da ADCAP; depois de aposentado, eu passei para o meu lado, o lado dos aposentados. Eu vim para integrar a briga dos aposentados, porque agora essa é a que mais me interessa.

Eu discordo um pouco dessa posição sobre CPI, de que CPI não resolve nada...

Não, não. A CPI levanta muitos problemas, sim. Eu sou confiante numa CPI. Talvez a CPI não seja o único instrumento a resolver todos os problemas, todos os males que existem. Não é a panaceia. Não, não é.

Há o Poder Legislativo, que tem de entrar com a sua colaboração, com a sua cota de colaboração, principalmente naquela questão do aprimoramento da norma, da legislação! Isso é importantíssimo, porque não se pode deixar, por exemplo, apenas como exemplo, que os fundos de pensão seja todo mandado, sob o poder absoluto da patrocinadora. De jeito nenhum! Esse é um erro crasso, um erro que vem no Postalis...

Isso prova, até mesmo pela apresentação que o colega do Banco do Brasil fez. Neste momento da economia em crise, eles estão conseguindo sobreviver, sim, porque eles sabem qual é o interesse deles; está no bolso deles, e não em cima de pessoas que passam por lá e vão embora, porque todos os nossos diretores... Eu acho que agora são todos, porque tinha apenas um, que era dos Correios, que era participante. O resto veio, nós importamos, nós recebemos lá de fora. Então, isso não pode.

Tudo bem, talvez até seja bom ter gente de fora para oxigenar, mas é preciso se fazer uma seleção muito rigorosa; é preciso ver se a pessoa tem *expertise* para aquela função, porque é uma função muito específica. Um fundo de pensão não é um investimento assim normal, não é um fundo de investimento normal. Não, ele tem toda uma peculiaridade, ele é muito difícil de entender. E eu me coloco também nesse balaio aí.

É muito difícil, uma pessoa, um advogado... Para você encontrar um advogado que seja especializado em fundo de pensão é uma busca, é tentar encontrar uma agulha num palheiro. É muito difícil mesmo.

Mas eu falava sobre a questão dos investimentos, que ficam muito flagrantes. Cito um deles sempre que posso, e já coloquei essa pergunta inclusive lá no âmbito das discussões do próprio Postalis. Refiro-me à venda dos nossos imóveis.

Venderam todos os imóveis do Postalis, todos. Quem faz isso com o seu patrimônio? Quem? Mas fizeram com o meu dinheiro. Com o meu dinheiro fizeram.

Essa coisa, às vezes, deixa a gente um pouco exaltado, mas tudo bem. A gente baixa a emoção aqui.

Será que os diretores fizeram isso com o patrimônio deles? Os diretores venderam todos os seus imóveis, foram morar de aluguel, como o Postalis fez? Porque o Postalis fez essa gracinha. Ele vendeu todos os imóveis e foi morar de aluguel. A sua sede é alugada pela mesma pessoa que comprou.

Ora, gente, isso aí parece piada! Não é piada de mau gosto? Uma piada pronta, não é? Quem faz isso?

Até o meu avô sabia que o melhor investimento neste País, desde...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para ficar bem claro: tinha o prédio, vendeu e alugou...

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – E alugou para o mesmo que comprou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E por um valor provavelmente...

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Não sei, o valor, não sei.

Aí....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De mais alto interesse de quem alugou.

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Provavelmente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É brincadeira.

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Parece uma piada pronta, não é?

Então, eu até já fiz essa pergunta: Algum diretor fez isso: ele vendeu seus imóveis? Se o investimento... Tenta-se justificar é assim: "Ah, mas, à época, era um negócio bom". Se era tão bom, se a coisa é boa, eu faço é para mim. E não faço com o dinheiro dos outros. Mas, tudo bem.

E os investimentos no exterior, nas dívidas públicas?

Isso tudo tem de ser investigado. A CPI é para isso. Na da Argentina, Venezuela, Cuba, Porto de Mariel... Não estou nem discutindo aqui se era bom, se não era bom... Eu gostaria que isso fosse investigado. E a CPI se presta a isso.

O Poder Judiciário não se presta a isso. Uma ação judicial não se presta a isso.

O âmbito dessas investigações é a CPI mesmo. A CPI tem os poderes adequados para isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Nossa! Já?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mais cinco minutos. Falou só dez.

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Eu pensei que eu ia ter um tempo enorme. Estava ali pensando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais cinco minutos.

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Então, essas coisas precisam ser investigadas.

Os investimentos na empresa "X"... Os investimentos no Banco Santos que depois do investimento, depois de alguns dias, metaforicamente falando, depois de alguns dias faliu!

Ora, o que é isso? E digo isso sem citar centenas de outros casos.

Se o Postalis deixasse o dinheiro dele na poupança ou se o guardasse debaixo do colchão, estaríamos em situação muito melhor do que a de hoje, em que há um déficit de R$5,6 bilhões ou R$5,7 bilhões. Olhem que absurdo: se não fizessem nada com o dinheiro, seria melhor, teriam feito melhor. Que grupo de investidores é esse? Essas pessoas que trabalham com investimento...

Olhem só uma coisa: os Correios não são especialistas em investimento, mas os Correios nunca perderam dinheiro com investimento. Olhem só! O Postalis é especializado em investimento. Há um grupo de pessoas lá que, teoricamente, dominam o assunto. E olhem o prejuízo de R$5,6 bilhões!

Essas coisas são mal contadas, muito mal contadas. Eu gostaria que isso fosse investigado, sim! A CPI se presta a isso; presta-se a quebrar sigilos telefônico e bancário, etc. Uma audiência tem seus limites, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não pode!

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Não pode! Qualquer um que quiser não pode quebrar o sigilo, quebrar a privacidade. Não pode! A CPI já se presta a isso, em casos bem específicos.

Quanto a essa questão do novo equacionamento que eles estão cobrando aqui e que foi colocado pelo colega Dorta também, eles, agora, querem – é uma atitude bastante antipática – que a gente pague por boleto. Querem que entremos no *site* deles. Isso é totalmente improvável na prática. Eles sabem disso. Se não sabem – puxa vida! –, deveriam saber, porque são profissionais altamente especializados. O carteiro vai entrar, então, no *site* do Postalis para gerar um boleto? A isso o carteiro nem vai ter acesso! Nem sei se o carteiro tem computador, se ele tem acesso à internet. E já pensou milhares de pessoas, cem mil pessoas entrando lá! Não vai dar certo! É uma coisa feita para não dar certo. Para quê? Para aumentar nosso prejuízo?

Então, essas coisas altamente antipáticas que o Postalis tem... Concluindo novamente sobre a questão das obrigatoriedades, dessa herança militar que é muito forte nos Correios, desde a criação, passando pelo saldamento e, depois, pelo equacionamento, tudo é feito de forma muito autoritária.

A primeira medida nossa lá – a gente faz a crítica – que seria a causa, a gênese de tudo, diz respeito ao desequilíbrio de forças. Hoje em dia, estamos elegendo os representantes dos trabalhadores, mas eles ficam tolhidos, eles ficam inibidos, porque, primeiro, o presidente de cada um dos conselhos não é dos trabalhadores, mas é nomeado, é indicado pela patrocinadora, pelo Postalis, é colocado lá pelo patrão. E, depois, ele detém o voto de Minerva. Olhem só! Olhem só que maravilha!

Então, o poder está garantido. Não há como o representante dos trabalhadores fazer qualquer movimento lá. Ele registra sua indignação, sua discordância, e fica por isso mesmo. É um documento histórico, que não serve para mais nada.

Estou falando dos conselhos, porque, agora, existe o fato de que 50% são indicados pela patrocinadora e de que 50% são eleitos, sendo que o Presidente é exclusivamente indicado, nomeado pela patrocinadora, com direito a voto de Minerva. Mas, na diretoria, ninguém... A diretoria é todinha, diferentemente do que disse o colega do Banco do Brasil... Na diretoria, ninguém, nenhum participante é eleito, de forma alguma!

Então, fica uma coisa travestida de democracia. A democracia é aquilo que a gente vê na prática, não é o que está na lei, não é o que está no papel. O papel aceita tudo, todos nós sabemos. Não é isso?

A gente até reconhece que muita coisa veio lá do passado. A gente reconhece isso. É um esqueleto, a gente reconhece. Mas isso não desobriga os atuais gestores, não lhes tira a responsabilidade, de forma alguma, como temos visto em vários fóruns. Tem aparecido o Presidente do Postalis, o Sr. Conquista, que fala: "Não, não foi do meu tempo."

(*Soa a campainha.*)

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Ora, a gente pode até saber que isso não é do seu tempo, mas a responsabilidade é sua!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor dispõe de mais um minuto.

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – A responsabilidade é dele. Ora, ele pegou o filho, de papel passado – que seja! –, mas ele tem de educar o filho, ele tem de dar uma boa destinação para o filho que está nas mãos dele, ora!

Bom,eu fico por aqui, mas gostaria de salientar alguns casos. Está acontecendo a mesma coisa com uma colega pensionista, a Eliana, aqui presente. Ela já teve o corte por ser pensionista, porque é da faixa de 50%. Em cima de tudo isso, vai haver esses 35% de desconto (25,98%, que, arredondando, são 26%), mais 9%, fora o Imposto de Renda. Ela tem um filho deficiente mental. Como ela vai fazer para sobreviver, gente? Assim como ela, há muitos casos, ora! O caso dela é que eu vim a conhecer nessa briga, nessa nossa luta.

Eu queria só deixar, por último, essa constatação de realidade que está acontecendo conosco.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o representante da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP), o Sr. Jackson Luiz Mendes Gonçalves, que falou na visão, efetivamente, dos participantes, demonstrando as suas preocupações e cobrando responsabilidades, do passado e do presente.

Pediu a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria parabenizá-lo porque esta Comissão é a *sui generis* desta Casa. Todos os grandes temas que estão em voga V. Exª tem trazido. Foi assim na greve dos caminhoneiros, na questão dos pescadores e, agora, esse tema dos fundos de pensão. São temas que dizem respeito à vida do nosso País, e o Senador Paim, com a sua experiência, tem trazido para serem discutidos.

Aqui, a vantagem é que V. Exª – para quem não sabe –, às vezes passa a manhã inteira aqui, às vezes fica sem almoço e vai pela tarde inteira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas V. Exª é parceiro também. Se me vê fazer tudo isso é porque faz também. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E temos ficado aqui debatendo. Eu acho que o papel do Senado é justamente este: debater, ouvir a sociedade, porque daí é que vamos diagnosticar os problemas; e, diagnosticados, pode-se buscar a solução.

Quero fazer um comentário aqui, discordando um pouco do palestrante anterior. Penso que é falando, é debatendo... – seja oposição, seja situação. Não cabe partidarizar. Estamos falando da vida do nosso País. Penso que o importante de tudo é que todos tenhamos honestidade de propósito.

Cheguei há pouco tempo na Casa, e sou de um partido de oposição. Um dos Senadores que mais admiro na Casa – e não é porque estou na presença dele – é o Senador Paim, que é do PT, porque eu vejo honestidade de propósito nas atitudes dele. Creio que o balizamento, o início de tudo, para que tenhamos um Brasil melhor, é que situação ou oposição, não importa de que partido você seja, tenha honestidade de propósito para discutir os temas.

Eu assino tudo que é CPI, porque eu penso que uma das tarefas do Parlamento e do Parlamentar é fiscalizar o Governo, é fiscalizar o Erário. Essa é uma das tarefas nossas. Aliás, não temos muitas aqui, porque quem faz as cosias no País, quem executa tudo é o Poder Executivo. Assim foi dividida a estrutura em três Poderes, e cada um tem que cumprir o seu papel bem. Se há um ou outro que usa isso para, de formas transversas, tentar dividendos políticos, eu vejo isso muito claro. A população brasileira, o povo não é bobo. Se você, na oposição, está exagerando no seu papel, a pessoa percebe: "Está fazendo aquilo ali para...".

Se existem fatos determinados, se existem coisas a serem investigadas, não importa qual seja o governo, tem que haver fiscalização, sim, tem que haver esse debate.

Acho que a CPI é um instrumento muito importante para trazer a luz. Não tem detergente melhor do que a luz do sol. Por vezes, até o governo que é investigado fica mais forte. Quem dera tivéssemos uma oposição competente. E olhe que quem está dizendo aqui é um Parlamentar da oposição. A oposição brasileira não tem sido competente. E, aqui, faço uma fala com que, creio, muita gente vai concordar: se houve um partido que foi muito competente e que teve um papel muito importante para a população brasileira e para o Brasil foi o PT, porque fazia uma oposição muito boa. E um governo, para ser forte, precisa de uma oposição forte. Talvez um dos responsáveis pelo fato de o governo estar fraco seja a falta de uma oposição forte. Ela precisa ser forte. Se, dentro do fundo de pensão, do Postalis, houvesse uma oposição forte, não tenho dúvida de que talvez o fundo estivesse em melhores condições.

Então, essas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seria mais bem fiscalizado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Seria mais bem fiscalizado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o eixo da sua fala.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – A oposição, eu diria, politicamente falando e mal comparando, seria a corregedoria política. E todo órgão precisa, para ser forte, ter um órgão correicional.

Bom, dito isto, penso que concordo plenamente com o pensamento de que esses fundos devam ser geridos pelos próprios interessados. Tenho um exemplo no Município onde moro, Rondonópolis, em Mato Grosso. Lá, os funcionários da Prefeitura, os funcionários municipais tomaram, conjuntamente, há alguns anos, a decisão, junto com o governo municipal, de montar seu próprio fundo de pensão. Hoje, eles o administram. Eles se especializaram, fizeram cursos. De forma que é uma cidade pequena, mas o fundo de pensão administra mais de R$100 milhões, uma cifra interessante. É um plano saneado, bem nos moldes do que vi o representante da Previ fazer aqui.

Agora, é uma preocupação muito grande – por isto, reitero os parabéns ao Senador Paim –, porque precisamos discutir isto muito, seja aqui, seja numa CPI, porque estamos falando de montantes vultosos.

E, olha, por vezes, gestores... Vou alargar os horizontes até para esses fundos municipais. São montantes vultosos, e fica um monte de quadrilha querendo se... Há pouco tempo, a Polícia Federal desmontou uma quadrilha que era especializada em criar fundos podres para subornar prefeitos e gestores de fundo de pensão para investirem nesses fundos. Daí a pouco, o fundo sumia, desaparecia, e os funcionários tomavam prejuízo.

Então, a discussão é muito importante.

Eu fui o primeiro a propor, Senador Paim, no plenário, a CPI dos fundos de pensão. Eu o fiz não para – nem de longe foi essa a minha intenção – agredir governo, até porque, sendo da oposição, tenho defendido aqui – sou extremo defensor, radical, disto – o Estado democrático de direito. Eu sou defensor de que, se o povo elegeu, olha, que aguente. Se você elegeu, acabou! Só daqui a quatro anos. Inclusive, tenho muita preocupação de que se tenha relativizado muito a história, eleitoralmente falando, de mandato. Encontrou ali o sujeito por um ou outro fato, então "vamos tirar fulano que está no poder". Olha, aquele fato foi relevante para sufragar toda aquela população que votou nesse candidato... E tenho dito – fui até criticado por isto – que não vejo digitais da Presidente e nada, até agora, que me diga que tem que ter. E, mesmo tendo, ainda sou contra a retirada de quem quer que seja do poder a fórceps. Defendo, sim, que, se achamos que isso deve haver, possamos começar a discutir aqui instrumentos tipo *recall*, fazer uma nova consulta popular, mas o povo que, soberanamente, colocou é que deve tirar. Este é o meu pensamento.

Dito isto, Senador Paim, penso que é nessas discussões que vamos amadurecendo. Agora, quando fiz esse pedido de CPI no plenário, era justamente com essa preocupação de a gente poder clarificar tudo, de tornar essa situação clara para que, a partir daí, a gente possa encontrar caminhos para conseguir instrumentos para que isso não venha a acontecer depois.

Inclusive, apresentei um projeto também para que os gestores da Previ, por exemplo, possam ser sabatinados por esta Casa. Eu acho isto importante, assim como acho que o sejam gestores de outras agências, o que não acontece com a Previ.

E também propus a CPI para que a gente pudesse fazer esse grande debate.

Logo que fiz a indicação, Senador Donizeti, vi que alguns Senadores já tinham preenchido o requerimento. E deixei que seguisse. Eu não tinha e não tenho a vaidade de dizer "ah, propus o requerimento..."

Fiz o pedido com esse intuito, não com o intuito de dar golpe na Presidente Dilma, porque não defendo isso, não com o intuito de "jogar para a galera." E me estranha muito: a quem interessa que esta Casa não fiscalize? A quem interessa que isso seja jogado para debaixo do tapete? Então me estranha muito que até um próprio representante defenda isso.

Eu penso que essa questão não pode ser partidarizada. Ela tem que ser feita nos moldes que esse Senador aqui sempre faz as audiências. Ele vem aqui, Senador Donizeti, e tem sido um verdadeiro juiz, e juiz bom, imparcial. Ele deixa todo mundo debater, por vezes até falando contra suas próprias teses. Mas eu penso que é com a tese e a antítese que a gente vai chegar a um lugar melhor, tanto para os fundos de pensão quanto para os grandes debates.

Eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros... (*Palmas.*)

Pela sua fala aí, muito tranquila, equilibrada, demonstrando que esse debate não é um debate ideológico.

Senador Medeiros, o que está certo está certo e o que está errado está errado, doa a quem doer. Este é, para mim, o princípio elementar da justiça.

Ao mesmo tempo, lembro-me de uma frase do querido amigo, já falecido, Brossard, grande tribuno e jurista, que disse que a mesma lei que você usar de forma equivocada, burlando o objetivo, para ferir o seu inimigo é aquela que vai te ferir amanhã, mostrando que, se você não cumprir as questões básicas do processo democrático, você também será atingido amanhã.

E me permitam, antes de passar a palavra para o Donizeti, que eu diga só uma frase. Nunca esqueci o dia em que vi um filme sobre a revolução mexicana. Esse filme fica na minha cabeça sempre. Eu vou falar essa frase para vocês em um minuto. No filme, o cara que assumiu o poder no México depois da revolução, um dia, quando estava lá presidindo – lá havia aquelas audiências públicas –, foi duramente atacado pelo cara que liderava a oposição. Então, ele chegou e disse para o assessor dele: "Toma nota. Toma nota do nome desse aí, porque esse aí é perigoso." Resultado: dali a três ou quatro anos, o cara assumiu o poder. E o que aconteceu? Entrou a oposição. Aí, o que aquele que tomou o poder disse para o seu assessor? "Toma nota desse aí, porque é perigoso." E ele acabou perdendo, também, depois, o poder.

Mas vamos lá, vamos ao nosso debate aqui.

Senador Donizeti, com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso, Senador Paim, Senador Medeiros, que nós vivemos, no País, um processo de refinamento e de consolidação das instituições e da democracia. E isso não é fácil, até porque, se fosse fácil, vocês e nós não seríamos necessários aqui. Haveria outros para fazerem.

Esse caso da Postalis é como aquela coisa do ditado chinês: sorte ou azar. Acho que fazer agora um debate profundo, claro, transparente dessa questão dos fundos de pensão, neste momento, porque aconteceu essa irresponsabilidade, diante de tudo que a gente tem visto, embora eu não conheça os detalhes, é a oportunidade para a gente corrigir o curso do que poderia vir a acontecer, como disse a Presidente da associação, com outros fundos, em outros momentos. O que eu não consigo compreender, Jacques, é que se tome decisão sem discutir com a outra parte, porque, de repente, se tem que fazer, vamos fazer, mas que não seja em 15 anos, que não seja o valor que é, que seja em 30 anos, mas que seja um valor menor, para não comprometer a vida do cidadão hoje. Então, essa coisa de não haver o diálogo é que é um problema.

Eu estou olhando aqui para o Presidente do Instituto de Previdência lá do Tocantins, que, certamente, terá de fazer isso daqui a uns dias, porque ele está assumindo agora, por causa das irresponsabilidades que foram cometidas. Mas que isso seja muito bem debatido com os servidores.

Eu não falei nada da Previ, mas eu estava perguntando... Tem uma prefeitura, que nós já administramos por 16 anos, em que o companheiro que está lá, pelo quarto mandato, é funcionário do Banco do Brasil. Ele foi um dos primeiros Municípios a instituir a Previdência. E o modelo lá, se não é igual, é muito parecido com esse da Previ, e tem sido, do meu ponto de vista, bem sucedido, tem evitado problemas. Os servidores é que governam o fundo. Se não me engano, não é nem paridade, pois a Prefeitura tem menos indicados do que servidores. Então, acho que essa coisa do olho do dono que engorda o boi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo ao contrário dos Correios, pelo que vi aqui. Os Correios, parece-me, têm um representante. Não é isso?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Tem de cuidar.

É isso. Sobre essa...

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Antes, era um. Parece-me que agora não tem mais nem um.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso que os servidores dos trabalhadores lá da empresa precisam se levantar, se mobilizar e enfrentar isso. Enfrentar para ajudar a construir uma saída que dê sustentabilidade e longevidade para esse fundo, porque é isso que precisa, senão a vida dos que estão aposentados e dos que vão se aposentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A vida passa, e eles ainda passam por cima de nós.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Exatamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Donizeti, pela contribuição.

Então, vamos direto à palavra da Drª Maria Auxiliadora Alves da Silva, Chefe de Gabinete da Diretoria Executiva do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Paim e agradecer o convite a ele, grande militante no ramo de Previdência. A gente também milita nesse ramo há muito tempo e acompanha muito de perto o grande trabalho do Senador. Também cumprimento os demais Senadores presentes, o público em geral e os demais componentes aqui da Mesa.

Eu quero iniciar solidarizando-me com os participantes do Postalis, porque essa diretoria que está no Postalis hoje, que iniciou sua gestão lá pelo ano de 2012, realmente pegou uma situação muito complicada para

resolver, mas é uma diretoria que... A Presidência, por exemplo, sempre militou ao lado dos trabalhadores, assim como o Presidente dos Correios, que o indicou, é uma pessoa que também sempre militou no ramo de fundo de pensão, por muitos anos e, então, entende a situação e sabe exatamente o que temos de fazer lá. O difícil é que a situação encontrada quando... O meu amigo aqui, o Jackson, da Dicap, disse que, se pegou o filho, tem que educar. É verdade, tem que educar, mas às vezes ele já está em uma idade em que fica um pouco difícil educar rapidamente. A gente vai ter de demorar um pouco para tentar colocar aquela situação nos trilhos, porque realmente é uma situação difícil. Foi por isso que comecei me solidarizando com os participantes do Postalis.

Eu não trouxe uma grande apresentação. Vou trazer, inicialmente, os dados do Postalis aqui, apenas para situar o tamanho do patrimônio de que a gente está falando, que fundo é esse, e, logo em seguida, vou tentar abrir o déficit, que é muito grande. A gente vai abrir e mostrar as origens, pelo menos.

O Postalis administra dois planos de previdência. Um é de benefício definido. É exatamente esse o plano maior e que está com maior problema, é o mais antigo, que tem uma massa de participantes muito grande, batendo em 96 mil participantes. Daí a responsabilidade de quem se senta em uma cadeira para dirigir um fundo desses, com 96 mil participantes, no Plano BD. O PostalPrev é... Em que pese a maioria estar nos dois planos, é assim... O PostalPrev tem 113 mil ativos, há mais 1.887 assistidos e mais quase mil pensionistas. Se você somar todo esse universo e descontar os que realmente estão nos dois planos, estamos falando de um número perto de 130 mil, 140 mil participantes. É muita gente que está dependendo, evidentemente, de uma solução para esse problema para ter a sua aposentadoria conforme contratado lá atrás.

O plano PostalPrev, que é aquele que é CV, aquele que você sabe quanto vai receber de benefício ao final da acumulação, tem um patrimônio de cobertura de R$2,741 bilhões para uma obrigação de R$2,678 bilhões, na posição do fechamento de dezembro. Então, esse plano não tem qualquer problema. Está equilibrado. Está com R$63 milhões de superávit, na posição de dezembro.

O BD é o plano que está muito complicado. Temos um patrimônio de cobertura, em dezembro de 2014, de R$5,155 bilhões e uma obrigação, que são as provisões matemáticas, de R$10,752 bilhões, o que gera esse déficit imenso de R$5,596 bilhões.

Prefiro passar tudo o que vou falar e, depois, segmentar, dizer da origem. Acho que fica melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fique à vontade.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Obrigada.

Chegamos a 2012... Esse plano foi saldado em 2008. E o que a gente percebe, até pela bela fala da Cláudia Ricaldoni, é que muitos desses planos, inclusive esse aqui, foram subfinanciados. Quando foi saldado, em 2008, fizeram as costas e perceberam que a patrocinadora precisaria aportar um volume de recursos para equilibrar aquele plano. Aí, nesse momento, então, é oferecido a todos os participantes – parece que foi compulsório, que não houve negociação – esse novo plano, que é o PostalPrev, para que as pessoas pudessem aderir. Pelo que foi colocado aqui, isso foi compulsório. Todo mundo tinha que ir e manter um proporcional nesse plano, que está saldado. O que a gente escuta, e os participantes até colocaram isto aqui, é que esse saldamento seria para não haver mais problema. Foi isso que foi falado.

Primeiro, isso é algo que não dá para falar. Você pode minimizar os problemas de qualquer fundo que dependa de investimentos, que dependa da longevidade, que dependa da rotatividade, etc., mas não pode, nunca, dizer que não haverá mais problema. O que a gente percebe é que os problemas foram muito grandes, que os problemas apareceram e que foram muito grandes.

Nesse saldamento, realmente foram feitos os cálculos atuariais. Houve o levantamento de um determinado volume de recursos, que a patrocinadora deveria colocar, e assim foi feito. Porém, esse cálculo foi questionado um pouco à frente e se percebeu que ele havia sido subdimensionado. Novamente, foi feito um estudo atuarial e se levantou que se deveria colocar mais R$900 milhões, além daqueles, se não me engano, R$600 milhões – e estou colocando em números redondos – que foram colocados lá atrás. Os R$600 milhões ficaram não controversos – era isso mesmo –, mas sempre houve um debate, uma certa controvérsia sobre os R$900 milhões.

Mas, finalmente, em 2010, se não me engano, o Dest deu como correto aquele volume de R$900 milhões, e os Correios vinham pagando religiosamente, até o início de 2014, esse volume de recursos, que está colocado como reserva de tempo passado, que é RTSA, Reserva de Tempo de Serviço Anterior... Os Correios vinham pagando religiosamente até março, quando houve um questionamento por algum conselheiro da empresa Correios. Esse conselheiro, originário do Tesouro Nacional, questionou que aquele valor era controverso, sugeriu fazer melhores estudos e pediu para suspender aquele pagamento.

O Dest teve que olhar, novamente, as contas e, finalmente, orientou a patrocinadora a suspender esse pagamento. Suspenso o pagamento, como o plano já estava numa situação muito complicada, veio a elevar o tamanho do déficit por falta do aporte, então, dessa reserva do tempo passado, que, na posição atual, vai chegar por volta de R$1 bilhão.

Realmente, o percentual de contribuição extraordinária... Aí eu gostaria até de colocar para o Jackson que não é uma coisa a ser discutida. Isso é legislação. Então, é assim: a gente pode discutir a legislação de previdência complementar hoje no Brasil. Pode ser que o tempo seja curto para você saldar os déficits, até porque o plano é de muito longo prazo, previdência é de muito longo prazo, e os mercados oscilam. Então, a gente pode discutir a questão da legislação, porque o prazo é muito curto, mas, em se configurando a situação de déficit, como foi configurado aqui, a gente não teria alternativa, no Postalis, a não ser implementar a cobrança.

Aí, o que nós temos? Temos 51,96% de déficit, com 95,98% para o ativo assistido, assim como também o mesmo percentual para a patrocinadora, sendo que o aposentado, o assistido está mais onerado pelo fato de ele pagar também mais 9% de contribuição normal. Dentro do desenho do plano, foi assim colocado: que o participante, ao se aposentar, continuaria pagando 9%. Esse é o desenho do plano lá atrás, que tem de ser cumprido.

Eu gostaria até de corrigir alguma coisa do início, que o Senador Paulo Paim colocou aí, escrito pelos consultores: não seria contribuição para taxa administrativa; é contribuição para o plano. Não é contribuição administrativa. Então, o participante assistido está com 35%. Não dá para dizer que esse não seja um percentual muito elevado e extremamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já peço à Secretaria que faça a devida correção no documento original, aquele que eu li. Ela está aqui só ajustando a redação.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Bom, quando chegamos no Postalis, o que percebemos é que, realmente, a carteira – vou usar o termo "heterodoxo" – era bastante heterodoxa para um plano saldado. Eu não quero entrar aqui em juízo de valor, porque os investimentos foram feitos lá atrás. Realmente, os vencimentos ocorreram na nossa gestão, na gestão que eu estou representando, pois sou chefe de gabinete, mas, de fato, a carteira era um tanto heterodoxa.

Nós olhamos aqui que, no Plano BD, que tinha um total de investimento, em 2011 – o BD é o plano saldado –, de R$5,4 bilhões, em títulos públicos federais, só tínhamos R$117 milhões. Ou seja, um plano saldado, que, normalmente, prima por investimentos mais conservadores, só tinha 2,2% dos seus investimentos em títulos públicos federais. O PostalPrev, por sua vez, tinha R$1,277 bilhão de investimentos com R$470 milhões em títulos públicos federais.

O nosso esforço, desde que chegamos, foi para tentar rebalancear essas carteiras. Evidentemente, dada a iliquidez, até por conta de muitos investimentos em crédito, em fundos que ainda têm que esperar performance – se você vai ao mercado e vende com um prejuízo muito grande, é difícil você sair –, a gente não conseguiu, até agora, adquirir R$2 bilhões em títulos públicos federais. Então, a gente, hoje, na carteira do PostalPrev, já tem R$1,356 bilhão em títulos públicos federais, o que já equivale a 47,6% do total dos investimentos, e, no BD, por ser menos líquido e muito difícil sair dos investimentos, a gente hoje chega a 13%. Quando a gente chegou, estava em 2%. Então, é um esforço muito grande que a gente está fazendo para tentar rebalancear as carteiras, mas não é uma coisa fácil.

Agora vou falar um pouco da governança.

Estamos tentando melhorar muito a governança desde que chegamos lá, buscando recuperar os investimentos que deram problemas. A maioria expressiva – vamos dizer que 98% – já está com as cobranças judicializadas. Então, esperamos que possam voltar e que esse déficit possa ser reduzido, porque grande parte disso aí se refere a provisões feitas para perdas futuras, perdas que achamos que vai haver, e para outras que já aconteceram. De fato, melhoramos essa questão da recuperação, criamos gerência de risco vinculada à Presidência, não mais ao Diretor de Investimento, criamos auditoria interna, colocamos, na política de investimento que somente três grandes agências classificadoras de risco poderiam entrar como classificadoras dos papéis que nós adquirimos – isto já está na nossa última política; são as três grandes avaliadoras de risco –, reduzimos a alçada do Diretor Financeiro... E outra coisa que também está tramitando, até por conta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – ... dessa questão da paridade no Postalis, é a mudança do Estatuto do Postalis. Já está aprovado no Conselho Deliberativo, já está aprovado, se não me engano, pela patrocinadora e já tramitando no Dest haver paridade na diretoria, até porque o Presidente dos Correios é desse ramo e sempre militou representando, inclusive, participantes dentro de outros fundos – trabalhamos juntos em algumas situações – e, então, de fato, tem muito interesse em que seja assim, que realmente os participantes sejam representados.

E só para corrigir uma pequena coisa aqui: os conselhos, até por lei, são paritários. O Conselho Deliberativo tem três representantes de trabalhadores e três da patrocinadora, com voto de minerva para o patrocinador, como determina a lei, e no Conselho Fiscal há três, sendo que o voto de minerva é do representante dos

trabalhadores. Essa é a lei. Então, há a representação, sim. Infelizmente, ainda não temos ninguém na diretoria, mas queremos muito que isso seja aprovado o mais rapidamente possível, até para melhorar essa governança.

Há muita coisa que foi colocada sobre fundos, investimentos e tal. Talvez eu deixe para a sequência, até porque não consigo mais tempo. E quero colocar também que houve muitas reuniões com entidades de participantes. A Cláudia Ricaldoni, várias vezes, esteve reunida com o nosso Presidente para esclarecer as situações, a transparência que nós tentamos implantar realmente nesse sentido. E no *site* do nosso fundo estão todos os números.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Maria Auxiliadora Alves da Silva, que falou pelo Postalis. (*Palmas.*)

De imediato, passamos a palavra ao Sr. Jacques Silva de Sousa, Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária – Igeprev, de Tocantins.

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Senador Donizeti, que tão bem representa nosso Estado do Tocantins aqui no Senado, componentes da Mesa, senhores e senhoras, senhores e senhoras da imprensa, eu recebi com muita satisfação o convite do Senador Paulo Paim para estar hoje nesta audiência, até porque, com isso, eu mato um pouco da saudade de 20 anos atrás, quando aqui estive e participei de várias reuniões nesta sala, substituindo o Senador Iram Saraiva, nomeado Ministro do Tribunal de Contas.

V. Exª, na época, desempenhava tão bem o papel de Deputado Federal. Eu me lembro das suas lutas em defesa dos grandes temas nacionais, notadamente a melhoria do salário mínimo. V. Exª, na época, lutava pelo salário de US$100,00. Graças a Deus, hoje, nós temos um salário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chegou a US$350,00. Com a valorização do dólar, baixou para US$300,00, mas é bem melhor do que os US$60,00 da época, não é?

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Sem dúvida.

Serei breve, até porque o meu improviso já está um pouco desgastado.

Eu trouxe algumas transparências, mas eu gostaria de iniciar a minha fala mencionando o que encontramos lá, no Tocantins, com relação ao nosso Instituto.

Parece-me que a Drª Cláudia saiu. Eu queria perguntar a ela se ela tem notícia do Igeprev, porque, a exemplo do Postalis, lá também é caso de polícia. Aliás, já está até na polícia. Tenho informações de que a Polícia Federal, em duas pontas, já investiga aquele Instituto.

O que encontramos foi uma desorganização total: fundos, aplicações em fundos sem nenhum critério. E aí, Senador, aquela sua fala encaixa perfeitamente no que presenciamos e vivenciamos lá.

Nós estamos fechando uma sindicância. Sou egresso do Tribunal de Contas da União. Sou auditor e tenho aquela mania de fazer auditoria, sindicância, tomada de contas, etc. Estamos fechando uma sindicância, naturalmente, para repassar aos órgãos encarregados da investigação propriamente dita, para que realmente apure os fatos que ali ocorreram.

Vamos para o primeiro.

Bom, o que encontramos lá? De início, repasse das contribuições do Estado.

O Estado, desde agosto de 2014, não vinha repassando as contribuições tanto patronais quanto dos servidores para o Igeprev. Isso causou uma dívida de em torno de R$160 milhões. Em razão disso e da falta de política de investimento, que não estava aprovada, do desajuste dos termos de conduta, que não cumpriram, nós ficamos sem o nosso CRP. Foi uma luta tremenda para que conseguíssemos recuperar o nosso Certificado de Regularidade Previdenciária, sem o qual, naturalmente, o Governo do Estado, que já encontrou uma situação complicada, com dívidas de todos os feitios, ficaria, naturalmente, impedido de conseguir as chamadas transferências voluntárias.

Felizmente, conseguimos. A situação melhorou um pouco em razão disso, mas nós estamos realmente muito preocupados com essa questão do próprio CRP. Estamos sustentados por uma liminar, e liminar, como os juristas que aí estão entendem bem, pode cair a qualquer hora.

Por que perdemos o CRP? Por desenquadramento de fundos.

Vamos passar adiante.

Bom, essa é a composição da nossa carteira. O nosso instituto é novo. Temos poucos anos. Portanto, temos poucos recursos. Temos um bilhão e pouco no Banco do Brasil, duzentos e poucos no Pactual, seiscentos e poucos milhões na Caixa Econômica, quatrocentos e poucos em títulos, temos um pouco no BRB e temos, em fundo sem liquidez, R$1,2 bilhão, em números redondos.

Vamos para frente?

Esses aí são os gerentes da nossa carteira.

Quando o governo passado assumiu, encontrou, na nossa carteira, em torno de R$2 bilhões, dinheiro aplicado: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco, Santander, Itaú, esses bancos bons. Praticamente não existia aplicação em fundo. Todas essas aplicações de zero, como dizem os entendidos, ou seja, sem carência.

O que fizeram aqueles gestores? Tiraram todo aquele dinheiro, rodaram toda a nossa carteira... Venderam os títulos públicos, resgataram dos bancos o que havia e aplicaram nesses fundos. Vejam lá: Patriarca, Varejo, Totem, Oboé. Todos nesses fundos, que sequer estavam cadastrados regularmente no Igeprev.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aplicaram na Varejo?

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Aplicaram na Varejo.

Tudo bem.

Movimentaram toda a carteira e aplicaram nos fundos que os senhores estão vendo aí, e, o que é pior, com carência.

Eu aqui vou repetir a frase de um ministro que não foi muito, por assim dizer, com relação ao Tocantins... Ele disse: "a perder de vista". Aqui, as carências estão a perder de vista. Se eu quiser resgatar, não posso. Tem até para 2050. A partir de 2050. A partir de 2018, 2024. E, o que é pior, colocaram taxa de saída altíssima. Chega a 35%. Mesmo assim, eu fiquei na dúvida: resgato isso agora, pagando 35%, ou corro o risco de, lá em 2030, não encontrar nem o endereço do fundo? Mas acontece que não há liquidez. Ficamos, realmente, num beco sem saída.

Então, o que estamos fazendo? Levantando tudo isso, vendo os ativos desses fundos...

Essa é a continuação.

Vejam que resgataram todos. Sacaram do Banco do Brasil, num dia só, R$100 milhões, para aplicar num fundo chamado Classic. Esse Classic – daqui a pouco vou contar – é o início da história Porcão.

Tudo bem.

Esse fundo, aplicaram com 180 dias. Com 180 dias, fechou o fundo e já teria, segundo a precificação, R$105 milhões, para, em seguida, passar para outro fundo, que seria, acredito, o BSB1. Só que ficou 60 dias nesse fundo, não chegou lá, saiu daqui, e não se sabe em que conta ficou. Então, a coisa era fácil. Era fácil. Chegavam no Igeprev R$100 milhões. Existem muitos fundos aí de R$50 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos.

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Então, vou passar.

Vou passar.

Vou passar.

Vou passar.

Fundos desenquadrados. Esse é um dos grandes problemas que estamos tendo.

Sabem os senhores que o Instituto não pode aplicar, em relação ao patrimônio líquido do fundo, mais do que 25%. O que fez o Igeprev? Naquele fundo, aplicou 100%. Quer dizer, inaugurou o fundo. E continua 100%. Como vou enquadrar esse fundo agora para cumprir a norma do Ministério da Previdência? Ninguém quer aplicar recursos lá. Não há como resgatar porque não tem dinheiro.

Nesse Eco Hedge, aplicaram R$100 milhões. Aparecem ali R$133 milhões porque precificam. O que foi isso? Compraram, segundo informações, por R$60 milhões, um velho prédio, tombado, na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Então, teriam aplicado lá R$60 milhões. Pegaram R$100 milhões nossos e compraram com R$60 milhões. Hoje nós temos 77%. Qual é o projeto? Vai ser revitalizada aquela Zona Portuária, vão revitalizar o prédio, alugar salas, naturalmente, e o Igeprev vai buscar o preço do aluguel.

Vejam os senhores a dificuldade: o Vitória Régia, 59%; o Golden Tulip, construção para a Copa, outros 51%. É um hotel em Minas Gerais, também em uma zona velha. O que fizeram lá? Colocaram R$50 milhões. E o que fizeram os gestores do fundo? Compraram, com o nosso dinheiro, quartos de hotel. Quartos. Então, foram R$515 mil por um quarto standard de hotel e R$650 mil por um quarto master. Compraram quartos de hotel. No dia em que esse hotel for construído, nós vamos ver o que o Igeprev vai arrecadar com isso.

Vejam bem as irresponsabilidades. E nós estamos... Ninguém quer comprar!

O TrendBank é famoso por aí. No Trendbank, aplicaram R$80 milhões. Na última aplicação, de R$25 milhões, já sabiam que o fundo ia quebrar, porque o Banco Central estava dizendo isso, mas, mesmo assim, aplicaram. O fundo quebrou. O dinheiro sumiu totalmente. Já tivemos um prejuízo de R$270 milhões. Sumiu totalmente.

E o que é pior: nós estamos enfrentando ações trabalhistas. Botaram o Igeprev como sócio cotista solidário, o fundo quebrou, inclusive o do doleiro Youssef, o Viaja Brasil, que viajou totalmente, e nós estamos respondendo ações trabalhistas, porque os funcionários acham o Igeprev como sócio solidário. Vejam a dificuldade que nós estamos enfrentando.

Essa é a carteira.

Nesses fundos, nós estamos com R$1,176 bilhão, a valores de dezembro. Fizemos o levantamento e vimos que, desse R$1,180, em números redondos, R$80 milhões seriam em títulos. Seria o aproveitável. Só que isso aí eles deixaram, porque os senhores sabem que também os administradores recebem. Então, é de onde eles tiram o recebimento para ir pagando os administradores.

Agora, vejam bem. Olhem a lista. Fundos sem liquidez e com prováveis prejuízos. Não tem jeito. O que eu faço? Já tentei, já estou dando em cima deles, entrando com ações... Nós estamos fechando agora a nossa sindicância, vamos responsabilizar os ex-diretores do Igeprev que fizeram essas aplicações irregulares e vamos partir também para os gestores que contribuíram para isso, porque era muito fácil.

Nós temos um exemplo: adquiriram terrenos no Paraná. Para quê? Com as plantas, para fazer galpões para logística de caminhão, para construir aqueles galpões, para o caminhão parar lá. Colocaram R$25 milhões lá e assumiram compromisso de aplicar mais R$15 milhões.

Recentemente, me apareceram lá os diretores do fundo com uma conversa bonita, vai e vem, insinuando que tinham ido lá atrás do compromisso dos R$15 milhões. Eu me mexi na cadeira, Senador Paulo Paim – não sou tão mal-educado –, passei a mão na testa para ver se estava escrito "bobo" e os descartei. Então, R$25 milhões já estão sumidos, e eu ainda iria aplicar mais 15 milhões?!

Nós temos aplicação em florestas de eucalipto, nós temos dinheiro em *resort* na Bahia, nós temos dinheiro em terrenos em Queimados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – ... no Rio de Janeiro, e em Taubaté, em projetos de saneamento em Santa Catarina, tudo na planta. Foi isso que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Desses fundos, há 19 envolvidos na Operação Miqueias e outros tantos na Lava Jato.

Nós estamos concluindo a nossa sindicância, que, evidentemente, também vamos remeter, a título de subsídio, para esses órgãos que já estão investigando. E vamos propor, naturalmente, à Procuradoria-Geral do Estado que tome as providências cabíveis, porque não é possível que os servidores fiquem ameaçados de perder a sua aposentadoria.

O que fizemos? Reestruturamos o Comitê de Investimentos, modificamos a política de investimento também e só estamos aplicando conservadoramente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Estamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Jacques Silva de Sousa, Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária – Igeprev, que mostrou que há problemas de gestão, sim, em inúmeros fundos.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Dr. Jacques, não se esperava que o problema fosse desse tamanho, não é?

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – É maior ainda.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas, a cada dia, parece que fica mais grave. E o agravamento vai levar, certamente, nos próximos dias, o senhor e sua equipe a tomarem uma providência. O que está sendo pensado para poder salvar o fundo?

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Como eu disse, nós estancamos essas aplicações irregulares, porque aquilo lá era para pegar o dinheiro e, com certeza, tinha segundas intenções. Você tirar dinheiro do Bradesco, do Banco do Brasil, da Caixa, do Itaú – não há um centavo nesses bancos, à exceção do Banco do Brasil e da Caixa – e aplicar num troço desses, com carência de 10 anos, de 20 anos, com taxa de saída?

No Paraná houve uma fala, numa delação, de alguém que disse que estaria pagando propina para o pessoal que estava fazendo aplicações. Eu não posso afirmar isto, mas é muito suspeito, porque...

O que estamos fazendo? Estamos terminando a sindicância, onde isso tudo está levantado, e vamos propor as ações para responsabilizar aqueles que deram causa ao prejuízo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, mas, neste caso o dinheiro, não volta?

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Possivelmente, não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Possivelmente não volte.

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Os fundos não têm liquidez.

Veja aqui. Este quadro eu não coloquei, até porque não sou versado nesses... Aplicações aqui, em dez fundos, no valor de R$464 milhões. Prejuízo, só nesses fundos, de R$263 milhões. Entendeu? O Vitória Régia perdeu R$11 milhões, o Adinvest perdeu R$3 milhões, o Roma perdeu R$14 milhões, o Diferencial perdeu R$64 milhões, o Patriarca perdeu R$50 milhões, o TrendBank perdeu R$80 milhões e o Viaja Brasil perdeu R$3 milhões.

Eu gostaria de ter apresentado para vocês a engenharia do Porcão. Essa foi terrível!

Senador Paim, deixe-me mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador está te perguntando. Responda a ele.

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Senador, a engenharia.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu ia chegar a esse negócio do Porcão.

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Hoje nós estamos – precificado, naturalmente – com R$420 milhões. Mas, na verdade, aplicaram R$380 milhões nesse espólio de churrascaria ou coisa parecida. Foram R$380 milhões tirados do Banco do Brasil e de outros bancos para aplicar nesse troço. Agora, não sei como está o Porcão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Donizeti, vou-lhe pedir um favor. Como tenho que atender aqui fora o Deputado Pellegrino e outras pessoas que me estão procurando, se V. Exª puder presidir, continuando, logo que eu me liberar, volto para cá.

O Senador Donizeti assume a Presidência neste momento, para que eu possa atender o Deputado Pellegrino. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Dr. Jacques, todo mundo que é de Brasília conhece a Churrascaria Porcão. Então, os servidores do Tocantins são donos não sei de quê lá, mas são donos. Não é isso, doutor?

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Esse Porcão começou com esses R$100 milhões do Classic. Depois do Classic, foi aquela história, ficou perdido no espaço... Aí, apareceram R$108 milhões no fundo chamado BSB1. Já eram R$108 milhões. Aí foi para o Ônix, que incorporou parte do fundo Sena 2, onde foram aplicados também R$150 milhões. A verdade é que, juntando tudo, temos R$380 milhões aplicados nesse esquema.

Nos ativos iniciais do Classic constaria a aquisição de uma usina termoelétrica desativada e um frigorífico também, que acho que não está bem das pernas. A usina não foi para frente e o frigorífico, segundo informações, estaria fornecendo carne para uma churrascaria também do grupo, lá no Rio de Janeiro.

Então, essa é a situação, em rápidas palavras, do Igeprev. Foi uma total irresponsabilidade daquele pessoal fazer um troço desses. Pegar o dinheiro limpo e seco... O que não tiraram dos bancos, aproveitaram as receitas novas e aplicaram. Eu falava, no início, do nosso parcelamento. Tivemos que fazer um parcelamento em 60 meses, porque encontramos uma dívida e o Estado não repassava desde agosto, e nós vivemos das contribuições patronal e dos servidores.

O Governador Marcelo Miranda determinou que o Secretário da Fazenda fizesse todo esforço para que a gente recuperasse pelo menos a parte dos servidores, já que isso é improbidade administrativa, apropriação indébita.

Conseguimos receber uns R$60 milhões e parcelamos a outra, de em torno de R$140 milhões. Só que aí houve um problema: o Igeprev não pode pagar fundo de saúde, previdência, aliás, o Plansaúde, um plano. Como o Presidente do Igeprev, à época, era o mesmo responsável pelo Plansaúde lá e como o Plansaúde, como outros órgãos, estava ruim das pernas, o que eles fizeram? Pegaram em torno de R$50 milhões do Igeprev e empurraram para o Plansaúde. O Ministério da Previdência descobriu isso e pressionou. O que eles fizeram? Dinheiro do Estado. Parcelaram. Então, hoje estamos com dois parcelamentos: um parcelamento que hoje é de em torno de R$45 milhões e um de mais de cento e tantos milhões. Então, temos R$200 milhões de parcelamento de dívidas do Estado com o Igeprev.

Funcionário preocupado.

Nós, como eu disse, procuramos estancar esse tipo de irregularidade e aplicar em fundos. Embora algum fundo do Banco do Brasil e da Caixa possa não dar aquele rendimento maior, pelo menos tenho a certeza de que o dinheiro não vai sumir.

A desculpa deles é que tiraram dinheiro desses bancos, inclusive do Banco do Brasil etc., e que esses fundos renderiam mais, acima da meta atuarial etc.. O que rendeu? Rendeu nada! São R$300 milhões, em números redondos, de prejuízo contabilizado e R$1,180 bilhão nessa situação. Com certeza, há prejuízo. Então, o que adiantou aquela taxa ou a perspectiva de uma taxa maior?

Sou conservador. Vou para o Banco do Brasil, para a Caixa, para o Bradesco, para esses bancos. Vai render menos? Não sei. Pode até render mais.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vai render mais, Dr. Jacques.

O SR. JACQUES SILVA DE SOUSA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Certamente. Porque não vai perder. Então, eu gostaria muito de agradecer sua intervenção. (*Palmas.*)

Vamos passar para frente, para ouvirmos agora o Sr. Geraldo Aparecido, Secretário-Geral da Funcef.

O SR. GERALDO APARECIDO DA SILVA – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de agradecer, em nome da direção da Funcef, o convite, na pessoa do Senador Donizeti, que substitui o Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim.

Nós faremos aqui uma rápida apresentação sobre a situação patrimonial da Funcef, que é o fundo de pensão dos empregados da Caixa Econômica Federal. Depois, nós nos colocaremos à disposição, caso haja necessidade de algum esclarecimento adicional.

A ideia é falarmos um pouco sobre os dados da Fundação, sobre os dados patrimoniais, mostrando como ela está do ponto de vista do número de participantes, de aposentados, de pensionistas, discutir um pouquinho sobre a governança da entidade, sobre como ela funciona, tratar um pouco de como o patrimônio da Funcef vem evoluindo ao longo dos últimos anos e de como nossos investimentos estão alocados, e falar dos resultados e de alguns desafios que estão colocados para a Fundação em decorrência, evidentemente, dos resultados obtidos nos últimos três anos.

A Funcef é um fundo que já tem quase 40 anos, que vai completar 38 anos neste ano. Ela é, como eu disse, patrocinada pela Caixa Econômica Federal, ou seja, administra planos de previdência para os empregados da Caixa e para seus próprios empregados. A Fundação tem, aproximadamente, 650 trabalhadores, que também participam de planos de benefício.

Nós temos um total de recursos sob gestão, com base em dados de 31 de dezembro, que é o último balanço fechado, de, aproximadamente, R$54 bilhões. Administramos três planos de benefício, sendo um na modalidade de benefício definido, que é o plano mais antigo. Esse plano é dividido em duas modalidades. A Funcef, em 2006, passou por um processo também de saldamento, obviamente com características próprias, específicas. E temos dois planos na modalidade de contribuição definida: um criado em 1998 e o outro, em 2006, junto com o processo de saldamento do plano de benefício definido.

Fechamos o exercício de 2014 com, aproximadamente, 137 mil integrantes nos planos, aí considerados os empregados ainda em atividade na Caixa, os aposentados e os pensionistas, distribuídos de acordo com os números de cada plano. Hoje, a Caixa tem em torno de cem mil empregados e a Funcef tem um alto índice de adesão desses empregados nos planos de benefício. No ano passado, nós pagamos quase R$2,030 bilhões em benefícios e repassamos mais de R$1 bilhão de benefícios pagos pelo INSS. Ou seja, são recursos que a Funcef adianta para os seus aposentados e pensionistas e que o INSS reembolsa à Fundação no mês subsequente.

O valor médio do benefício pago pela Funcef é de R$4,362 mil, também posição de 31 de dezembro de 2014.

Do ponto de vista da nossa governança, a Funcef, em linha com o que estabelece a legislação, tem seus órgãos de gestão e de governança, sendo Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, com paridade em todos os órgãos de gestão e administração. Ou seja, por determinação legal, o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo, sendo o Conselho Fiscal um órgão presidido pelo representante eleito pelos participantes – são dois, e um deles assume a presidência – e que, no Conselho Deliberativo, em que há seis integrantes, a patrocinadora, como prevê a lei, tem a prerrogativa de nomear o Presidente.

Vinculados ao nosso Conselho Deliberativo nós temos alguns órgãos que têm o papel de fazer controle e auditagem dos nossos processos de gestão. Então, nós temos uma gerência própria de auditoria, que é vinculada ao Conselho Deliberativo – ou seja, ela é independente das áreas operacionais –, temos uma ouvidoria, também vinculada ao Conselho Deliberativo, e na Funcef nós temos comitês, que são compostos por representantes da patrocinadora, dos participantes e da própria Funcef, que têm atribuições específicas em relação à administração dos planos. Por exemplo, temos um Comitê de Investimentos, temos um Comitê de Benefícios, temos um Comitê de Ética e um Comitê de Auditoria, que cuidam, cada um deles, de assessorar o Conselho Deliberativo na definição de políticas estratégicas para cada uma dessas áreas.

A Diretoria Executiva é composta por seis diretores, sendo três deles indicados pela Caixa e três eleitos pelos participantes. Aqui é um modelo muito parecido com o da Previ, sendo que os indicados pela patrocinadora são o Presidente, o Diretor de Investimentos e o Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias. Os eleitos pelos participantes são o Diretor de Controladoria, o Diretor de Administração e Tecnologia e o Diretor de Benefícios.

Esse processo de divisão entre os eleitos e os indicados contempla também uma segregação de função que é muito importante e que reforça sobremaneira a capacidade desse modelo de garantir que as decisões sejam as mais adequadas e as mais em linha com os interesses dos planos de benefícios, portanto, dos participantes. Então, por exemplo, a parte de controladoria, que tem a responsabilidade de fazer todo o controle

não só da parte de investimento, mas também de administração, de benefício e tudo mais, é uma área ocupada por um diretor eleito. A área de gestão de passivos, a área de benefícios é ocupada por um diretor eleito.

Então, nós temos, na Fundação, um processo decisório em que as áreas têm alçadas bastante rebaixadas. Ou seja, os limites que cada diretor tem, autonomamente, é muito pequeno, o que faz com que todas as decisões, praticamente, sejam tomadas nos colegiados, a maior parte delas pela Diretoria Executiva, e as mais importantes no Conselho Deliberativo, que é o órgão máximo de deliberação e de decisão da Fundação.

Esse é um modelo que vem dando muito certo. Ele foi aplicado a partir de 2002 no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal e a partir de 2007 também na Diretoria Executiva, e o que a gente verifica é que os resultados desse modelo têm sido muito importantes para que Fundação obtenha êxito na sua tarefa, na sua missão, que é administrar planos de benefícios para pagar aposentadorias para os empregados da Caixa e para os próprios empregados da Funcef.

Nós temos aqui a evolução patrimonial da Fundação, ou seja, dos recursos garantidores – nós fechamos 2014 com R$54 bilhões, uma evolução de 3,6%.

O que a gente observa é que a entidade vem com um crescimento constante do seu patrimônio, com exceção do ano de 2008, em que houve uma manutenção do patrimônio nos patamares de 2007 em função do início da crise econômica que refletiu bastante na situação dos fundos de pensão.

A nossa alocação de investimentos hoje é esta que está mostrada no gráfico. Ou seja, nós temos R$25,6 bilhões em renda fixa, majoritariamente títulos públicos – 47,08% do patrimônio –; em torno de 28% em renda variável, incluindo aí ações em bolsas, participações em empresas e também alguns investimentos em fundos, investimentos em ações. Temos 10,84% do patrimônio, quase R$6 bilhões, em investimentos estruturados, que são fundos de investimentos em participações, projetos estruturados e também fundos de investimentos imobiliários. A nossa carteira de imóveis supera os R$5,2 bilhões, estamos ali com 9,62%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO APARECIDO DA SILVA – Aqui temos um desenquadramento passivo, assim chamamos, que, na verdade, o limite previsto pela legislação é de 8%, mas com a valorização dos imóveis, que ocorreu nos últimos anos, a gente acabou superando esse limite. Está sendo feito inclusive um trabalho pela Fundação, porque a legislação exige que nós nos enquadremos no limite máximo de 8%. E temos também uma parcela de R$2,3 bilhões aplicados junto aos próprios participantes dos planos, que são empréstimos e financiamentos que a Fundação e os fundos de pensão fazem de modo geral para os seus integrantes, num total de R$54,3 bilhões.

Bom, do ponto de vista da rentabilidade, aqui a gente apresentou um quadro dos últimos três anos, que foram exatamente os anos em que a Fundação acumulou déficits, o que vem acontecendo? Enquanto nós tínhamos que render em torno de 40%, ou seja 39,84%, que era a nossa meta atuarial, nós rendemos a média de 22,17%, em função fundamentalmente do comportamento da renda variável. Quando a gente observa que todos os demais segmentos dos investimentos da Fundação bateram a meta. Alguns inclusive com bastante crescimento, como foi o caso dos imóveis, até nos levando, como eu disse, ao desenquadramento passivo. Mas a renda variável, como todos nós sabemos, vem sofrendo bastante os impactos da crise nos últimos anos. Então, esse elemento fez com que, nos últimos três anos, nós tivéssemos déficits acumulado do plano.

Qual é a composição da nossa renda variável? Nós temos um ativo muito significativo na nossa carteira, que é a participação lastreada por ações de Vale, que é o Fundo de Investimento Carteira Ativa II, e esse Fundo, nos últimos três anos, sofreu bastante o impacto do comportamento do mercado internacional no que diz respeito ao preço do minério. Também sofremos com a nossa carteira de ações no mercado à vista, ou seja, bolsa, aqueles papéis que a gente comercializa na bolsa sofreu o impacto da crise, e as nossas participações em empresas, as nossas participações que a gente chama de significativas, relevantes, elas tiveram uma rentabilidade positiva, quase alcançaram a meta atuarial, mas em função dos dois outros subsegmentos da renda variável, a gente acumulou uma rentabilidade negativa nos três últimos anos de menos 15 (-15), quando deveríamos ter rendido 40%. Obviamente que isso gerou um impacto no nosso equilíbrio técnico.

Como eu disse, o problema da Vale, que é um dos elementos fundamentais do nosso déficit, o que aconteceu? De 2002 até 2009, nós tivemos uma valorização da empresa que chegou a superar os 1.000%, ou seja, quase 1.100%. Ocorre que a partir de 2011, quando houve a queda no preço do minério de ferro, o ativo já registou uma queda, uma perda de valor de 40%.

Inclusive a gente mostra aqui um gráfico do histórico da cotação do minério de ferro bastante aderente à própria avaliação dos investimentos que a Funcef tem na companhia. Em 2011, a tonelada do minério de ferro chegou a valer US$187, mais de US$187, fechou 2014 a US$68,8, sendo que, em março, ela já estava próxima aos US$50, e, obviamente, que isso provocou uma perda de aproximadamente 40% só nesse investimento, ou seja, de 9 bilhões caiu para 5.6 bilhões.

Na bolsa também o gráfico ajuda a explicar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO APARECIDO DA SILVA – Acumulou aí, na verdade, uma perda, nos últimos anos, de 2008 para cá, de quase 22%, quando teria que ter rendido 118% para que a gente mantivesse os resultados dos planos em equilíbrio.

Um outro elemento que vem tencionando o nosso resultado, e que também já foi discutido aqui, é a questão do contencioso judicial: a judicialização do contrato previdenciário. Nós chegamos em 2014 com um provisionamento próximo a R$1,2 bilhão. Isso equivale a 25% do nosso déficit. Só a questão do contencioso judicial. Ou seja, nós temos aproximadamente 13,8 mil processos contra a Funcef, de participantes reivindicando direitos que foram, no entendimento deles, não observados, seja pelo patrocinador ou mesmo no caso dos planos, e obviamente que isso causa um impacto no déficit dos nossos planos.

Resumindo, as causas do déficit da Fundação são basicamente três: desvalorização da Vale, o problema da bolsa e o incremento do contencioso judicial. Então, os resultados, em números, estão aí. Nós temos um déficit acumulado de 5,6 bilhões, sendo que nós vamos equacionar, já estamos elaborando o plano de equalização para o Plano BD, que, pelo terceiro ano consecutivo, acumulou déficit, portanto, do ponto de vista legal está obrigado a fazer a equalização, em torno de 5,6 bilhões. E um outro plano, que está com um pequeno déficit, um plano mais novo, e que não há necessidade de se fazer ainda plano de equalização, e a gente acredita que é possível fazer a reversão desse déficit.

Quando a gente olha no longo prazo, o que a gente observa? A Funcef, nos últimos 11, 12 anos, ela acumulou uma rentabilidade bastante superior à meta atuarial. Então, o que explica? Por que, se ela acumulou uma rentabilidade superior à meta atuarial, ela está com déficit? É que nós tivemos que fazer, de 2006 para cá, um conjunto de ajustes nos planos de benefícios decorrentes de problemas da década de 90, principalmente. Por exemplo, na década de 90, os aposentados e pensionistas da Funcef ficaram oito anos sem receber nada de reajuste. Óbvio que isso gerou uma pressão violenta e, a partir de 2003, começou-se um processo de negociação que levou à busca de soluções para esses problemas que se acumularam.

Considerando medida de adequação, ou seja, retirada de idade mínima, medidas prudenciais que é exatamente você agregar custo ao plano em função de as pessoas estarem vivendo mais, de redução de taxa de juros em função da queda de rentabilidade dos investimentos e tudo o mais, a Funcef, considerando reajustes reais concedidos aos aposentados e também aos ativos que têm benefícios saldados, em 2014, o custo disso foi de R$21 bilhões, ou seja, tudo isso feito sem que houvesse necessidade de aporte nenhum por parte dos participantes ou por parte da patrocinadora.

Então, vejam que o esforço foi bastante expressivo, inclusive com reajustes aplicados no valor do benefício da maioria dos aposentados e pensionistas, e que obviamente isso tem um impacto nos resultados do plano no longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Geraldo, nós precisamos terminar. Vou lhe dar mais um minuto.

O SR. GERALDO APARECIDO DA SILVA – Mais um minuto.

Desafios. Quais são os desafios que nós temos pela frente lá na Fundação?

Operacionalizar o equacionamento do déficit, que, como disse, é uma obrigação legal. Na nossa avaliação, a regra é inadequada. Não precisaríamos fazer esse equacionamento, isso no nosso entendimento, caso tivesse uma regra que possibilitasse um tempo maior que eventualmente pudesse permitir a própria reversão do déficit, a partir da gestão de investimento. Se a gente tem uma recuperação da bolsa e uma recuperação de Vale, por exemplo, o nosso déficit tende a desaparecer, e, nesse caso, vamos cobrar, sem haver, depois, mecanismos para devolver o dinheiro para os participantes e para o patrocinador, porque temos que seguir as regras estabelecidas. Então, esse é um grande desafio que temos pela frente.

O outro desafio é a questão da política de investimento. Fundo de pensão é rentista, e não se ganha mais tanto dinheiro no Brasil com os rentistas como se ganhava no passado. Então, você é obrigado a buscar novas alternativas de alocação de investimentos, sempre calibrando a relação risco/retorno, ou seja, não se pode aplicar da forma como foi explicado aqui porque o risco de perder é alto. Então, um dos grandes desafios é exatamente construir políticas de investimento com planejamento de longo prazo que possibilite a reversão do déficit e a busca do equilíbrio dos planos, para que se mantenha perene o cumprimento dos compromissos.

A Fundação não tem problemas de liquidez. Não temos problemas de falta de caixa para pagar benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Concluindo.

O SR. GERALDO APARECIDO DA SILVA – O que temos, na verdade, é a obrigação de cumprir a regra e, infelizmente, aplicar um plano de equalização em um Plano BD, a partir do ano que vem.

Obrigado. Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Muito bem explanado. Cada plano traz uma metodologia, uma informação diferente. Acredito que, depois, cada um que está aqui vai poder discutir e aperfeiçoar. Nós, aqui, no Parlamento, no Senado, à luz também dessas colocações, vamos buscar contribuir.

Vamos ouvir agora, pela ordem do Senador Paim, nosso Presidente da Comissão, o Sr. Paulo César Chamadoiro Martin, Conselheiro da Petros.

O SR. PAULO CÉSAR CHAMADOIRO MARTIN – Uma saudação ao Senador Donizeti, que está, agora, presidindo a Mesa. Agradecer pelo convite do Senador Paulo Paim. Saudar a todos e a todas.

Vou falar rapidamente, dentro da Petros, do Plano Petros do Sistema Petrobras e do Plano Petros 2, que representa a maior parte do patrimônio. Apesar de a Petros administrar diversos planos, como foi dito aqui pelo representante da Presidência, esses dois planos são os que realmente representam mais de 90% do patrimônio administrado pela Petros.

Rapidamente, a Petros foi criada em julho de 1970 e serviu de modelo para outras fundações.

Os números já foram passados pelo representante da Petros. O patrimônio de cobertura da fundação é de R$71 bilhões, distribuídos em 48 planos. O maior deles é o Plano Petros, cujo patrimônio equivale a R$59 bilhões. Portanto, de R$71 bilhões, o Plano Petros representa R$59 milhões. O Plano Petros foi fechado em 2002 e é dos funcionários admitidos até 2002 na Petrobras e suas subsidiárias.

Hoje, o Plano Petros tem 23,3 mil ativos; o Plano Petros 2, que foi criado a partir de 2007, em uma negociação com a FUP – também sou diretor da Federação Única dos Petroleiros e coordenei essas negociações pela FUP –, 48 mil; e os demais planos, 25 mil. Estou falando dos ativos. Dos assistidos: o Plano Petros tem 54 mil assistidos; o Plano Petros 2, somente 846 assistidos, porque é um plano novo, com muita coisa pela frente; os outros planos, 6.520. Então, verifica-se que a maior concentração de ativos está no Plano Petros 2 e a maior de assistidos está no Plano Petros.

A cobertura, o patrimônio de cobertura, Plano Petros está em azul e o Plano Petros 2, em vermelho; os demais planos, em verde.

Passivo, compromisso, provisões matemáticas, a mesma coisa: azul, Plano Petros, em vermelho, Plano Petros 2; verde, os demais planos.

Então, verifica-se que o Plano Petros, sistema Petrobras, tem aproximadamente 83% do patrimônio de cobertura da Petros e 84% do passivo da Petros.

Falando, agora, especificamente do Plano Petros, como disse, foi instituído em julho de 1970, na modalidade BD (Benefício Definido). Para quem não sabe, no BD, o benefício final é definido *a priori*, em função da média salarial do participante no momento da concessão do benefício. O atuário estima o custo do plano, mas o compromisso financeiro não é efetivamente conhecido pela empresa e pelos participantes assistidos; ou seja, é BD, mas a contribuição é indefinida: ajusta-se a contribuição ao custeio de acordo com o custo do plano. É um plano solidário, em que todos os participantes e patrocinadores contribuem para um único fundo.

O Plano Petros, sistema Petrobras, oferta aos empregados das patrocinadoras, como já disse, que foram inscritos até agosto de 2002, não sendo aceitas novas adesões a partir dessa data.

Em 30 de maio, assinamos um grande acordo de obrigações recíprocas, que chamamos de AOR; foi assinado pela Petros, Petrobras, sindicatos e a FUP, com o objetivo de buscar o equilíbrio desse plano. Dentre os desdobramentos do AOR, destaca-se a repactuação, que foi um processo no qual o participante assistido que optasse por aderir alterava o índice e a base de incidência dos reajustes das suas suplementações.

Uma vez o participante assistido optasse pela repactuação, os benefícios oferecidos pela Petros se desvinculariam dos benefícios pagos pelo INSS a partir de sua concessão. Como contrapartida à repactuação, a Petrobras e demais subsidiárias, na proporção das suas contribuições, comprometeram-se a fazer um aporte, estabelecido nos termos de compromisso financeiro.

Nesse sistema de compromisso financeiro, em outubro de 2008, foram 3 bilhões para o grupo Pré-70, aqueles que estavam na Petrobras antes da criação do plano. Ingressaram no plano, e não houve o aporte, na época, para suportar o tempo de serviço anterior que eles tinham.

Então, o Plano Petros nasceu com um déficit bilionário, e isso nunca foi resolvido. Para os que entraram a partir de 70, foi feita a capitalização correta, mas o plano sempre carregou esse déficit, que foi gerado desde a sua criação. Só em 2008, nós conseguimos efetivamente calcular esse compromisso, o dinheiro que faltava para garantir o BD, 3 bilhões.

No FAT-FC, foi mais 1, 8 bilhão, porque em 84 foi mudado o regulamento do plano e se estabeleceu a vinculação do reajuste com o ativo. E também estabeleceu uma média salarial que teria de ser, no mínimo, 90% da sua média salarial.

Então, nesse momento aqui, em 1984, existiam 7 mil aposentados e pensionistas, que, devido à grande inflação, que não garantia a média salarial, estavam com menos da metade da sua média salarial quando

saíram da empresa. Então, lá em 84, foram corrigidas 7 mil aposentadorias por conta da implantação do art. 41 – desculpe-me, da alteração –, e essas aposentadorias foram corrigidas até maio, em 100%, no ano de 84. E esse valor a mais nunca foi aportado. Sempre ficou faltando, e nós conseguimos estabelecer esse valor nesse acordo: 1,8 bilhão.

E a diferença da pensão – 849 milhões – é porque havia um erro no cálculo da pensionista. A pensionista era penalizada, porque, para se fazer o cálculo da redução da suplementação, era aplicado na renda total: Petros + INSS, quando o correto é que esse redutor fosse aplicado só sobre a parcela da Petros Isso foi corrigido, mas é necessário também um aporte 849 milhões – 5,734 bilhão. Aí, tivemos também a paridade plena com o plano, que deu 2 bilhões e soma 7,8 bilhões em outubro de 2011.

Diante disso, o plano fechou o exercício de 2008 com superávit de 120 milhões, e reverteu os resultados negativos no plano nos anos anteriores.

A paridade plena é o seguinte: quando o ativo se aposenta, a Petrobras para de contribuir paritariamente em relação ao aposentado, apesar de ele continuar descontando, agora da sua suplementação.

O que nós conseguimos nesse acordo é que, além de ela fazer a paridade com o participante da ativa, ela fizesse também a paridade contributiva com o assistido. Quando se projeta isso para a expectativa de vida, dá 2 bilhões a mais de aporte que a gente conseguiu nesse acordo.

Então, hoje, para os senhores terem uma ideia... Aqui, estão os valores de 2008. Esse compromisso é corrigido atuarialmente: o Pré-70 e a diferença de pensão. Então, a diferença de pensão, cujo compromisso em 2008, era de 849, hoje, é de 1,822 bilhão.

O grupo Pré-70, cujo compromisso era 3 bilhões, passou para 5 bilhões. E o FAT-FC, que é corrigido financeiramente, 2,3 bilhões. O total era 5,7 e hoje é de 9 bilhões. Isso faz parte do patrimônio do plano e, sobre esse valor, a Petrobras paga juros de 6% ao ano, pagando semestralmente. São 6% ao ano sobre esse valor, e toda vez que aumenta a expectativa de vida, que o aposentado ganha ações na Justiça, que nós temos o contencioso mais pesado do que o da Funcef e outros aqui, isso aumenta o valor do seu benefício e, se ele for do grupo Pré-70, aumenta o compromisso. Por isso, deu esse salto; a mesma coisa em relação à pensão do Pré-70, pois a futura pensionista do Pré-70 também vai ter uma melhoria do benefício no futuro.

Rapidamente, aqui, para os companheiros – falo companheiros e companheiras, porque é o jargão do sindicato, que a gente não abandona. Para vocês entenderem o histórico desse plano, aqui é um gráfico de 70 a 2014.

Essa é a linha do equilíbrio, quando o plano está equilibrado; ou seja, o patrimônio é igual ao passivo. Então, se vocês observarem, tudo o que está abaixo dessa linha é déficit, e o déficit é no percentual do patrimônio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR CHAMADOIRO MARTIN – O que está acima é superávit. Então, se olharmos aqui, esse plano tem histórico de déficit. Então, só para situar aquele período de que falei, da negociação, o déficit era esse aqui; quando foi feito o acordo em 2008, nós revertemos o déficit, passando a ter superávit. Agora, 2013 e 2014, dois déficits consecutivos. Voltamos a ter déficit.

Então, não vou citar aqui... Aqui, foi para entenderem que quando mudou o art 41, dando aquela grande correção aos benefícios, chegou no vale, chegou a representar 120% do patrimônio líquido do plano naquela época, em 1984/87, até que foi revertido, mudando a contribuição, implantando limite de idade – foi um aumento disfarçado, que atingiu somente o participante que entrou a partir de 1978, estabelecendo que, a partir de agora, para os novos participantes, a partir de 78, não adiantaria só a aposentadoria do INSS; era preciso ter, no mínimo, 55 anos de idade. Isso é um aumento disfarçado. Não é um aumento em percentual, mas é um aumento em tempo de contribuição. Foi o que reequilibrou não só o plano da Petros, mas diversos planos estatais na época, porque isso foi um decreto presidencial, lá em 1978.

Bom, em 2010, nós fizemos o BPO (Benefício Proporcional Opcional), que foi um tipo de saldamento, destinado exclusivamente aos ativos que optaram pela repactuação, onde eles poderiam sair do Plano Petros para ir para o Plano 2, saldando o seu benefício no Plano Petros, garantindo o benefício proporcional e passando a contribuir para o Plano 2. Só que não houve migração de recursos. Ele salda, ele para de contribuir para o Plano Petros e passa a contribuir para o Plano 2. Quando ele se aposentar, ele vai ter o benefício do INSS, vai ter esse BPO, que, a partir do saldamento, passa a ser corrigido pela inflação IPCA e mais o que ele acumular no novo plano, que é o Plano Petros 2, que é outra modalidade.

E o BPO teve também como objetivo atingir o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano Petros, porque, quando ele salda e sai dali, a carreira dele não acumula mais e ele garante o valor financeiro no benefício, que é corrigido pela inflação. E a carreira dele, o crescimento na carreira dele, e o aumento futuro do benefício dele vai ser no Plano 2, que é uma outra modalidade.

Os investimentos, só para vocês entenderem: 2008, 2009 até 2011, renda fixa, 70%; foi caindo, migrando a renda fixa para 36%; a renda variável foi aumentando.

Aqui, o azul é investimento imobiliário e permaneceu estável – aumentou quando melhorou aqui o mercado de imóveis.

A questão dos empréstimos por participante, mais ou menos estável.

E, a partir do verde, aqui, em 2008, são os chamados investimentos bem estruturados, que, colocando-se um parênteses, nem sempre são bem estruturados.

Mas o que aconteceu aqui? Acho que esta é a reflexão para o Senado. Caiu a taxa de juros. Aí, não tem como bater a meta; é preciso correr risco, sair do colchão da renda fixa, sair dos títulos públicos do governo e ir para outros tipos de investimento.

E a exposição do risco é para ganhar mais, mas também pode perder. Então, você vê aqui claramente que a Petros rapidamente, de uma hora para outra, teve que entrar nisso – seis, seis, seis, seis – e hoje o balanço que se faz, segundo a última reunião que fizemos com a diretoria da Petros, é que, com muito custo, conseguiu bater a meta. Mas outros já estão em *default*, prejuízo. Tem as garantias, em outros as garantias não são suficientes. Esse é realmente um ponto de atenção que vale aqui para todos os fundos de pensão.

Renda fixa. Está aqui o comportamento da renda fixa de 2009. Caiu 13%.

Renda variável, o comportamento... Investimento estruturado no comportamento imobiliário e pré-financiamento. E o resultado final: a gente bate a meta, dá uma queda em 2011, bate de novo, cai em 2013 e em 2014 também, que é o segundo ano consecutivo de déficit.

Resultado de 2004 – só para fechar aqui o Plano Petros; acho que só vou conseguir falar do Petros, devido ao tempo –: patrimônio de cobertura em 2013, 61 bilhões, cai para 59 por causa da queda da bolsa, queda da precificação dos títulos. Reserva matemática, que é o compromisso, aumenta 2 bilhões – aqui está o contencioso jurídico. Benefícios concedidos: aumentam de 30 para 36 por causa do PIDV da Petrobras, muita gente se aposentou, então, sai a conceder a quem vai se aposentar, então, cai por causa das aposentadorias. Então, esses 4 bi daqui que caíram vêm para cá, porque as pessoas se aposentaram. Mas, além dos 4 bi, quando passa de 30 para 36, teria que passar para 34, por causa das aposentadorias do PIDV. No entanto, os 2 bi são referentes ao contencioso jurídico.

O equilíbrio técnico, então, ficou comprometido. No déficit anterior, em 2013, 2.4 passou para 6.1, que bateu em 9.75% do patrimônio líquido. Se tivesse batido em 10%, teria que fazer o plano de equacionamento de déficit agora. Como não bateu em 10%, ainda tem o terceiro ano, agora em 2015, para reduzir. Mas eu acredito que não vai zerar. Isso significa que vai apresentar um terceiro déficit, provavelmente. Em 2016, vai ter que fazer um plano de equacionamento de déficit, que eu não sei qual será, vai depender do desempenho de 2015, e aplicar esse plano a partir de 2017.

Não vou falar aqui de como se comportou o passivo.

Plano Petros 2, só para falar que a renda fixa... O plano nasceu em 2006, 2007. Muita renda fixa e pouca renda variável. Ele vem diminuindo a renda fixa e aumentando a renda variável, e só em 2008 começou o empréstimo para participantes, que foi formando o patrimônio. Depois, mais recente, em 2012, imóveis e os investimentos estruturados em 2013.

Então, o Plano Petros 2, vou aqui mostrar o resultado: tem hoje um superávit de 93 milhões e é um plano que tem uma capitalização enorme. Em 2013, seu patrimônio era seis. Hoje, é 8,7 bilhões. Esse é um plano que é de 2006. Nós estamos em 2015, mas fechando 2014 aqui. Ele é um plano que recebe de contribuições, com sua forte capitalização, 1,8 bilhão todo ano. A Petros tem até dificuldade de ver onde vai aplicar e alocar esses recursos tal o volume de recursos que entra no benefício.

Na formação que a gente fez no Plano Petros 2, a gente trabalhou muito forte, porque nós negociamos a formatação do Plano Petros 2, que é contribuição variável, para que ele tivesse uma capitalização forte. Portanto, esse plano, como ele ainda é jovem, a massa está toda na ativa, terá mais 20 anos no mínimo para as aposentadorias programadas, porque aquelas 800 aposentadorias são de risco e pensão, esse plano ainda vai crescer muito. E, na avaliação que a gente tem, esse plano estará estável muitos e muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Conclua.

O SR. PAULO CÉSAR CHAMADOIRO MARTIN – Concluindo.

Sobre o déficit, se eu não vendo as ações e elas caírem, eu não realizei o prejuízo. Se o preço dos títulos caiu e eu não vendo os títulos, eu não realizei o prejuízo. Isso significa que, agora em 2015, se os títulos voltarem a melhorar o seu valor e as ações voltarem, e nós temos investimento em empresas sólidas, a própria Petrobras, Brasil Foods, que é a maior exportadora de proteína do mundo, que são Perdigão e Sadia, JBS; estamos com investimentos em Belo Monte etc.

Então, essa situação em relação à economia se reverte e as ações voltam a ter uma valorização, e a situação fiscal do Governo melhora os títulos; essa perda no patrimônio se reverte.

Por isso, é sempre bom, para finalizar aqui, as pessoas terem em mente o seguinte: déficit técnico é completamente diferente de rombo. Déficit técnico é um momento de desequilíbrio, mas que você pode reverter com a gestão, que tanto pode se dar no patrimônio como no passivo. No passivo, é calcular corretamente os compromissos. A má gestão no passivo é tão ou mais perigosa que a má gestão do patrimônio.

Então, na nossa visão, esse déficit se reverte. Ele é conjuntural, não é estrutural e é baseado no Plano Petros do Sistema Petrobras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Paulo César.

Vamos ouvir, agora, o último dos participantes que vieram contribuir conosco: o Sr. Gilberto Antônio Vieira, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec).

O SR. GILBERTO ANTÔNIO VIEIRA – Boa tarde a todos!

Nossa saudação ao Senador Donizeti, que preside a Mesa. Nossos agradecimentos ao Senador Paim, que nos convidou.

Sou Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, então, obviamente, nós vamos falar a partir de uma visão do trabalhador, de uma visão do cidadão, e não, talvez, de uma visão de gestores de fundos.

Nós queremos destacar as nossas preocupações com as gestões, e um dos pontos negativos que nós vemos é a influência governamental. Por quê? Quer queiramos ou não, direta ou indiretamente, como estamos falando de fundos de pensão de estatais, pelo menos 50% da diretoria e pelo menos 50% dos conselhos, com destaque para o presidente, são nomeados pela patrocinadora, e, por conseguinte, não há como negar a influência governamental. E essa influência nem sempre é benéfica, como já foi aqui registrado, para os trabalhadores, para os donos, no nosso entendimento, do fundo.

Outra questão é a ausência de representantes eleitos na diretoria. Nós damos como exemplo o caso da Petros e da Postalis, que só têm conselheiros eleitos, não têm diretores eleitos. Obviamente, no mínimo, a transparência fica um tanto comprometida.

Uma outra questão que nos preocupa é a falta de fiscalização rigorosa. E vejam: aqui, mesmo no exemplo dado, não quer dizer que nós estamos dizendo que há problemas na Petros, mas que há, sim, indícios de problemas, porque há 11 anos os eleitos do Conselho Fiscal da Petros não aprovam as contas. Em 2013, todos os conselheiros fiscais rejeitaram as contas que foram aprovadas pela maioria do Conselho Deliberativo. E nós não encontramos registros de fiscalização pela Previc, que é o órgão fiscalizador e regulador do sistema, objetivando a gestão mais eficiente. Então, no mínimo, como não encontramos registros dessa fiscalização, nós entendemos que a fiscalização não está ocorrendo como deveria.

E a Previc é sustentada pelos fundos de pensão! Então, essa seria mais uma razão para ela, efetivamente, prestar o trabalho para o qual ela foi criada.

A outra questão que nos chama a atenção é a ausência, para isso aqui eu queria até chamar a atenção do Senador, de previsão legal de responsabilidade por má gestão. Como nós vimos aqui, nós temos aquelas gestões que são compartilhadas, que é o caso da Previ, o caso da Funcef e o caso da Fundação Banrisul. Mas a grande maioria não tem sequer gestão compartilhada. Veja, mesmo nessas gestões compartilhadas, o presidente tem o voto de minerva; ou seja, nada ocorre sem que a patrocinadora efetivamente queira e determine. No entanto, na hora de pagar a conta, os trabalhadores são chamados a pagar a conta. Entretanto, na maioria dos fundos, eles sequer participam da gestão porque, em muitos deles, quem ainda participa é apenas o conselho. Então, entendemos que há uma lacuna na legislação que seria conveniente que fosse preenchida, responsabilizando pela gestão.

A outra questão diz respeito à falta de uso de critérios técnicos nos investimentos. Veja, na Previ, que vou citar porque sou associado e a conheço mais de perto, nós constatamos um volumoso investimento na Petrobras com reflexos desastrosos, obviamente, decorrentes da conhecida Operação Lava Jato. Por óbvio que, por ocasião do investimento, em 2011, não havia como suspeitar do quadro de corrupção que assolava a empresa. Então, veja, não estamos falando de corrupção na Previ, não. Estamos falando de uma compra volumosa, que talvez não tenha observado devidamente os critérios técnicos.

O Plano 1 encontra-se com excesso de aplicações variáveis acima das recomendações técnicas no nosso entendimento. A respeito de questões técnicas, andei lendo... Um amigo nosso que também é colega de banco e investidor do mercado de ações, Martiniano Francisco William diz o seguinte:

As aplicações de renda variável, ações e outros meios correlatos constituem o ponto capital para a sustentabilidade dos fundos de pensão. E o recomendável é evitar-se a concentração de percentuais muito ele-

vados em poucas empresas, pois é sempre mais seguro investir em diversas empresas de ramos diferentes da economia, evitando-se a concentração em poucos segmentos de atividade empresarial.

É aquilo que os economistas dizem: não colocar todos os ovos na mesma cesta ou pelo menos não muitos ovos numa única cesta. No mesmo sentido, a Diretora de Administração da Previ, a Cecília Garcez, no *blog* dela afirma: "Seria importante a manutenção dos ativos de renda variável, que são bons pagadores de dividendos e que apresentam uma boa performance, observando-se sempre o tripé retorno *versus* riscos *versus* liquidez e procurar se desfazer dos demais."

Por óbvio que os déficits de que estamos falando só ficaram visíveis porque nós últimos anos o mercado não tem sido bom para as empresas e a bolsa de valores tem ficado baixa. Obviamente se a bolsa continuasse subindo no ritmo que vinha subindo até 2008, não teríamos esses problemas.

A respeito da interferência do CNPC, a antiga CGPC, é um órgão regulador, dominado pelo Governo, mas a quem cabe editar as normas, só que nem sempre edita normas dos interesses dos participantes. Por exemplo, a CGPC 26/2008 permitiu, no caso da Previ, a reversão de 7,5 bilhões para o Banco do Brasil. E a Lei 109/2001 não prevê essa possibilidade. Prevê apenas a revisão do plano de benefícios. Nesse sentido, no caso da Previ, há demanda judicial, o assunto está sendo discutido judicialmente, e há também o PDS 275/2012 aqui no Senado, que nós temos que apoiar.

Essas informações do PDS nós conseguimos a partir do *blog* do Antônio Carvalho, que também é conselheiro da nossa Previ.

Conclusão: nós endossamos a tese de que, diante dos escândalos que comprovam haver corrupção até em empresas estatais, então, por que evitarmos uma CPI, que traria apenas mais transparência e contribuiria para elucidar questões e aplicações de alguns fundos de pensão?

Nós não vemos desvantagem; entendemos que é uma ferramenta a mais que pode ajudar nesses processos.

Como disse o nosso Presidente da Previ, Gueitiro Genso, recentemente, fundo de pensão tem dono! E todos os associados devem acompanhar de perto a administração dos recursos do seu fundo de pensão, como bem registrou o Dr. Marcelo.

As nossas conclusões eram essas.

Eu fiz o mais rápido possível para ganharmos tempo.

Muito obrigado.

Estamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Muito obrigado por cumprir o tempo. Não consumiu nem os cinco minutos concedidos pelo Senado Paim.

Alguém deseja fazer mais alguma colocação?

O SR. PAULO CÉSAR CHAMADOIRO MARTIN – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pois não.

Dois minutos?

O SR. PAULO CÉSAR CHAMADOIRO MARTIN – Quero, primeiramente, deixar registrada, porque é importante, a questão que foi suscitada sobre os investimentos na Petrobras.

A Petrobras dos resultados negativos, dos 6 bilhões que foram lançados em relação às operações da Lava Jato, na verdade, tem um resultado negativo de 40 bilhões, que é, portanto, muito maior que a questão da Lava Jato. Esse resultado é decorrente da queda do preço do petróleo no mercado internacional.

O barril do petróleo, que estava cotado a US$118,00, hoje está cotado a US$40,00 – subiu um pouco agora. Isso porque a Arábia Saudita manteve a sua produção, não obedecendo a deliberação dos demais países-membros da Opep – e segue mantendo a produção. Aliado a isso, há uma queda no consumo mundial de petróleo. Então, isso fez o preço do petróleo despencar.

Todas as petroleiras tiveram que reduzir drasticamente os seus balanços...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR CHAMADOIRO MARTIN – Todas caíram!

Então, o maior motivo do resultado negativo da Petrobras foi essa questão. Lógico que há ainda uma outra, muito importante também, que é o fato de a Petrobras ter mantido a estabilidade dos preços dos combustíveis mesmo quando o petróleo estava a US$114,00 o barril. Isso também gerou um grande problema de caixa para a empresa, bem como um prejuízo que ela espera reverter agora.

Apesar do preço do petróleo ter caído, ela manteve o preço, porque espera reverter isso, haja vista que ela não vai baixar o preço e, com isso, no longo prazo, com o preço do petróleo continuando em baixa, ela vai buscar reverter o prejuízo do passado.

Outra questão que eu acho fundamental aqui é a CPI. Não será a primeira CPI sobre fundos de pensão. Eu me lembro do Sr. ACM Neto, que foi relator da CPI dos fundos de pensão, vasculhando tudo e, ao final, produzindo um relatório pífio. Vasculhou Funcef, Petros e Previ, mas tudo só serviu de palanque eleitoral do Sr. ACM Neto, que hoje é Prefeito de Salvador e futuro candidato a governador do Estado da Bahia.

Não sou contra CPI, mas outro problema das CPIs é a cobertura que a imprensa dá. A imprensa só dá cobertura àquilo que interessa. E, hoje, quem está à frente dessas empresas de comunicação tem um interesse claro de desgastar o governo que aí está. Há ainda outros interesses sobre os quais não vou entrar aqui em discussão – dívida da Globo com a Receita Federal etc. Não vou entrar aqui nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Para concluir.

O SR. PAULO CÉSAR CHAMADOIRO MARTIN – Mas o fato é o seguinte: a cobertura que a imprensa dá à CPI não é exatamente sobre o que é discutido, mas ao que interessa à empresa de comunicação. Por isso, nas CPIs, além do oportunismo do palanque eleitoral que se cria, temos a distorção feita pelos meios de comunicação.

Então, sou favorável à CPI se ela realmente for séria e investigar, como disse o Senador que saiu há pouco, de cujo nome me esqueci...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – José Medeiros.

O SR. PAULO CÉSAR CHAMADOIRO MARTIN – Sim; mas essa não é a realidade. CPI, hoje, é palanque eleitoral, aliado à distorção que os órgãos de imprensa hoje fazem para atacar quem hoje está no Governo, uma vez que há interesses econômicos contrariados das grandes empresas de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado.

Temos aqui a Srª Maria Eliane Nava e Silva, pensionista do Postalis e mãe de pessoa com deficiência. Ela quer falar, e vamos lhe dar a palavra, segundo a prática das audiências públicas, por dois minutos.

A SRª MARIA ELIANE NAVA E SILVA – Bom dia, quase boa tarde.

Quero agradecer a oportunidade que esta Casa nos proporcionou como cidadãos, pessoas comuns, que estão sentindo diretamente na pele toda essa confusão e tudo isso que está acontecendo.

Eu gostaria que os senhores, nas discussões, não esquecessem da realidade. Isso aqui não é mais ficção científica, não é filme; é realidade. Então, quero aqui colocar aos senhores – e acabei de falar na TV Câmara – que eu, como pensionista, fui funcionária dos Correios durante 14 anos, mas meu filho nasceu com deficiência mental, tive que sair, e meu esposo continuou. Ele faleceu há três anos e meio e pagou durante 30 anos, e não pagou barato, para que, ao aposentar ou acontecer uma situação como essa – qualquer um de nós, que estamos aqui hoje, amanhã podemos não estar – houvesse uma garantia, sobretudo porque tínhamos um filho com deficiência, ao qual ele não tinha condições de prover nada.

Com o falecimento dele, fui chamada do Postalis. Tive oportunidade de, na ocasião, três anos e meio, quase um milhão de reais para que eu retirasse ou transformasse. É óbvio que, com uma pessoa com deficiência, optei por transformar em pensão vitalícia, inclusive, dividindo uma exclusiva para ele, para a garanti do futuro dele. E, de repente, agora me vejo, quase à queima-roupa...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ELIANE NAVA E SILVA – ...porque falei no Postalis que não tinha recebido a comunicação, e vou devolver, a partir de agora, com boleto, 35% da pensão, que já era a metade, porque ele não chegou até o final. Hoje, no Postalis, são mais de mil deficientes que vão passar a ter a mesma situação. Além de ficarmos sem o plano de saúde, porque os Correios não consideraram o plano de saúde, arco hoje com uma despesa, senhores, que é alta, para que ele mantenha a mesma qualidade de vida que sempre teve ao longo de 30 anos dos Correios. Não abri mão. Abro mão de tudo, menos desse processo.

Então, quando me vi nessa situação, senhores, não quis acreditar. Para mim, foi um choque enorme. E, agora, dentro de todo o orçamento que já tenho – a pessoa já tem um orçamento – tiro 35% e pergunto: onde vai complementar, quem vai pagar essa conta? Então, digo aos senhores que lutei e luto. Respeito a opinião de todos os senhores, porque é um direito, esta Casa é do povo. Agradeço essa porta aberta, este momento, porque fico conhecendo de perto. Não é ninguém, nem mídia que está me falando errado.

Agradeço aquilo que o Senador colocou anteriormente, aquele que saiu. Ele entendeu, ele se sensibilizou.

Olhá só, gente: todo mundo nos fala que CPI não adianta. Ora, gente, foi um instrumento criado por uma Casa de respeito, e tem que ter respeitabilidade, sim, ela tem que fazer o papel dela. Essa é uma resposta ao cidadão, àquele que está lá fora, que não entende nada dessas coisas que acontecem, que o senhor colocou, já que entende muito bem. Nós não entendemos. Entendemos disto, ou seja, do dinheiro que está faltando no meu bolso no final do mês e do qual vou ter que dar conta.

Agradeço e creio que a CPI é uma forma, sim, de dar resposta ao povo, aquele que está lá fora, e tem que ser levada a sério e com respeito. O que posso fazer, senhores, além disso? Torcer para que tudo isso chegue ao local dos responsáveis...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Conclua.

A SRª MARIA ELIANE NAVA E SILVA – ...porque o que estão fazendo comigo hoje também estão fazendo com muita gente lá fora.

Agradeço tudo isso e digo que sou a realidade de tudo o que está acontecendo aqui. E estou sofrendo tudo isso aí. Vou ter que me virar nos trinta para devolver 35%.

Era isso que eu queria dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mais alguém quer fazer colocação? Dois minutos.

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Quero apenas questionar algumas coisas que, depois da minha fala, foram colocadas. Por exemplo, estamos sendo instados a pagar o boleto, essa quantia. Só que já saíram muitos participantes. A realidade é essa.

O companheiro Dorta fez a pergunta: "Quantos saíram?" As notícias de imprensa nos dizem 700, outros 1.000. E aí, então, eu repito a pergunta , porque já tive notícia de até 2.000, aí atualizo a pergunta do companheiro Dorta, que me interessa, e deixo a seguinte reflexão: se essas pessoas saíram, os compromissos futuros acabam sendo atenuados. Essa conta que nós provavelmente teremos que pagar, não será mais esta, será menor que esta. Infelizmente, é menor do que esta – isso é verdade. Infelizmente, mas é menor. E por que vai nos pagar, então, uma conta maior? Por que vão nos fazer pagar uma conta maior?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES – Isso tudo é decorrência da cultura autoritária; não se permite que se discuta; não existe esse fórum de discussão; existe apresentação em que a pessoa vai lá... O Conquista, que é o Presidente, vai lá e fala. E mesmo quando você apresenta alguma coisa, coloca uma sugestão, aquilo cai no vazio. Então, a minha pergunta era essa. Tem que fazer de novo os cálculos e deixem a gente fazer os cálculos. Por que não? Por que a gente não vê? Por que isso é caixa-preta? Só se esconde o que não se pode mostrar. Porque, se pudesse mostrar, nos mostrariam! Nós temos, entre os participantes, gente muito bem capacitada. Lá há associados, participantes de todos os níveis, pessoal com mestrado, com doutorado, carteiro, todo mundo.

Então, são essas reflexões que eu coloco a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Antes de concluir, então, vou passar para a representante do Postalis, para que ela responda às perguntas do companheiro representante da Associação.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Respondendo à pergunta: houve desfiliação no plano de benefícios saldado, o PBD, 1.313 pessoas – esse plano que está com grande problema. E no outro que não tem problema nenhum, se desfiliaram 500 pessoas, talvez até por confusão da informação.

Uma coisa que eu, que sempre militei nesse ramo de fundo de pensão, fico muito triste é que a pessoa saia de um plano desse, até porque, quando ela sai, ela deixa tudo que a empresa pagou para ela, leva somente o que ela pagou, e ainda é tributado. Então, realmente, é uma perda muito elevada, é uma perda porque ele perde um direito. Evidentemente, que cada um sabe a situação e, de repente, não consegue dar conta de pagar.

Quando a pessoa sai, infelizmente para quem sai e felizmente para quem fica, melhora realmente a conta, porque a obrigação do plano reduz um pouco. Mas, evidentemente, que não se faz um cálculo atuarial todos os dias nem todas as semanas. O cálculo atuarial, por legislação, é feito anualmente.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Então, anualmente, é feita a avaliação atuarial e, certamente, esse pessoal vai reduzir um pouco a obrigação, infelizmente para eles.

Outra coisa é que as avaliações atuariais estão todas no nosso *site*. Não são cálculos simples, é uma junção de estatística e matemática financeira, mas, evidentemente, que já quem possa avaliar ou, mesmo que não tenha condições, chama alguém que tenha condição de ajudar. Estão no nosso *site* todas essas peças, sim.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado.

Quanto à colocação da D. Maria Eliana, eu acredito e também para comentar sobre CPI, eu já fui mais otimista com CPI. Hoje, eu sou muito cético, porque ela virou apenas palanque. Hoje, existe CPI porque o Governo é do PT, porque, se fosse um governo do PSDB, não havia CPI.

O Governo do Estado de São Paulo não faz nenhuma CPI. (*Palmas.*)

O de Minas Gerais não deixou fazer nenhuma CPI. Agora, como é um governo do PT, vamos fazer CPI. Não é para resolver o problema – essa é a questão. Se fosse para resolver o problema, estava bom. Mas não é para resolver o problema. É para tentar e vem há 12 anos tentando desestruturar um governo que mudou a vida do povo brasileiro e que tem permitido clarear as coisas.

E não sou eu que digo. Por exemplo, o Ricardo Semler, que é do PSDB, publicou um artigo dizendo que nunca se roubou tão pouco no Brasil.

Parece brincadeira, mas ele mostra que, nos governos da ditadura, e tem gente aí com saudade da ditadura, os desvios do PIB eram acima de 5%. Isso do PIB. Os desvios do PIB eram acima de 5%. Também entre a ditadura e os governos que antecederam o Governo do PT, os desvios do PIB eram acima de 3%. E hoje os desvios do PIB estão em torno de 0,8%.

Por que isso está acontecendo? Isso está acontecendo porque existe apuração, o Presidente Lula fez concurso para mais de 7 mil policiais federais, há auditores, aprimoraram-se os sistemas de controle, a CGU, que não tinha ninguém, hoje tem gente, e tem gente lá cumprindo o papel.

Então, eu acredito que não é mais uma CPI que vai resolver o problema da Postalis. Uma investigação feita pelo Ministério Público e levada à Justiça resolve o problema de punir quem cometeu os crimes lá. Acho que é isso que nós precisamos fazer.

E aí eu penso que a empresa e o próprio Governo também têm que entrar nessa discussão com os servidores, com os trabalhadores dos Correios, para encontrar uma saída mais amena para a situação que foi criada. Essa é a minha crença, meu desejo e para isso estou disposto a trabalhar.

Eu queria que os fundos, que o que o Igeprev aplicou fosse como na Petrobras, porque quem aplicou na Petrobras não vai ter prejuízo. Por quê? Porque a Petrobras, em mais três ou quatro meses, terá triplicado o valor das suas ações. Esses 6 bilhões de prejuízo que dizem que é fruto da corrupção são uma falácia. Aquilo ali só foi para dar resposta à pressão midiática, à pressão da sociedade, porque não existe aquele prejuízo. A Petrobras, não fosse o preço da queda do petróleo no mundo, que levou petroleiras iguais à Petrobras a reduzirem investimentos mais do que a Petrobras, a terem resultado negativo maior do que o da Petrobras, hoje a Petrobras teria fechado com cerca de 30 bilhões de lucro – não fosse isso.

Aí também vou justificar. Não estou dizendo isso para defender ninguém. Estou dizendo porque aqueles que têm aplicações na Petrobras estão com o burro na sombra. O duro são os que têm aplicação, como os lá do meu Estado, no Porcão. Aí está muito difícil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JACSON LUIZ MENDES CONÇALVES – Uma verdadeira porcaria.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Uma verdadeira porcaria, disse bem.

O SR. PAULO CÉSAR CHAMADOIRO MARTIN – Tem que chamar a gente para almoçar lá no Porcão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Já que nós somos acionistas, não é?

Bom, eu quero encaminhar para o encerramento.

É o seguinte: foram feitas algumas sugestões. Eu vou tentar resumir aqui os encaminhamentos, que são a questão do PLS 380, de 2014, da Senador Ana Amélia, que se encontra na CAS. Há sugestão também sobre a Resolução nº 26, que nós vamos procurar compreender aqui, como o Senador Paim colocou. E há essa questão de previsão de responsabilidade, previsão legal para punir quem faz má gestão nesse caso. Também nos comprometemos aqui, no âmbito da Comissão do Senado, em trabalhar a ideia de discutir isso.

Ao final, fica a ideia de que é possível a gente, de repente, ter uma norma geral no fundo que garanta a paridade. Eu acredito que a paridade é muito salutar para o sistema e a gente, de repente, pode fazer isso.

Quando conversei com o Dr. Jacques lá no Tocantins, falei para ele: vamos discutir esse negócio da paridade no Igeprev, vamos trazer os donos do negócio para ajudar a gerir, porque eu acredito que nós vamos recuperar, vai dar certo. Não vão recuperar é o dinheiro do Porcão. Não sei como a gente vai fazer.

Por fim, eu quero agradecer a todas e a todos que estiveram aqui conosco: a imprensa, os participantes das duas Mesas, não tenho condições de recordar todos os nomes aqui, não vou dizer os nomes, mas quero dizer que vou sair daqui hoje... Se eu fosse picareta, hoje eu iria criar um fundo para poder pegar o dinheiro do Igeprev. (*Risos.*)

Eu tive aqui uma aula sobre como mexer com fundos. Estou muito satisfeito e agradeço muito a oportunidade que vocês nos deram.

Não vou cumprimentar a todos, mas vamos para o almoço.

Como bom mineiro, ainda é bom dia, porque eu não almocei.

Muito obrigado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa... Aliás, é bom dizer isso: é por aqui que a sociedade pode entrar com projetos de lei que serão discutidos e tocados pelo Senado.

De repente, os companheiros dos fundos de pensão, os trabalhadores dos fundos de pensão podem ter a iniciativa de uma lei e trazê-la para cá, e a Comissão dará andamento.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

Até uma próxima oportunidade para nós discutirmos o Brasil. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 7 DE MAIO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e dezoito minutos do dia sete de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **Regina Sousa,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras e Senadores Regina Sousa, Randolfe Rodrigues, Donizeti Nogueira e da não membro Vanessa Grazziotin. Os Senadores Helio José e Cristovam Buarque justificam suas ausências. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 65, de 2015-CDH, de autoria dos Senadores Lindbergh Farias e Donizete Nogueira, para "Ouvir o Sr. Tarek William Saab - Defensor Del Pueblo da República Bolivariana da Venezuela, com a finalidade de expor a situação dos Direitos Humanos naquele país". A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais, apresenta o senhor convidado, solicita que tome lugar à mesa e passa a palavra ao convidado Tarek William Saab, Defensor Del Pueblo da República Bolivariana da Venezuela, que faz sua explanação. Às dezesseis horas e quarenta e seis minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Donizeti Nogueira. A Senhora Presidenta concede a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Beatriz Kicis, Foro de Brasília; Juliano Medeiros, Executiva Nacional do PSOL. O Senhor Marcelo Zero assessor da liderança do PT faz a tradução do idioma português para o espanhol para o convidado. A Senhora Presidenta concede a palavra ao Deputado Federal Sóstenes Cavalcanti PSD/RJ. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Vanessa Grazziotin e o Senador Donizete Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e vinte e seis minutos. Eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Regina Sousa** (PT/PI), Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 65, de 2015-CDH, de autoria dos Senadores Lindbergh Farias e Donizeti Nogueira, para ouvir o Sr. Tarek William Saab, Defensor del Pueblo da República Bolivariana da Venezuela, com a finalidade de expor a situação dos Direitos Humanos naquele país.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, pela internet e pelo Alô Senado.

Quero citar aqui a presença da Embaixadora Maria Lourdes Durant, Embaixadora da República da Venezuela no Brasil.

Seja bem-vinda!

Também está presente o Sr. Mohamed Laarosi Bahia, do Ministério das Relações Exteriores da República Saharaui.

Obrigada pela presença.

A Venezuela tem sido pauta, em alguns momentos, deste Congresso. Os Senadores que pediram a audiência tiveram que se ausentar, mas é sempre bom a gente ouvir... E me parece que, hoje de manhã, houve uma audiência na Comissão de Relações Exteriores e, agora, aqui. E nada melhor do que uma pessoa que é representante do povo para falar sobre a situação dos direitos humanos na Venezuela, que tem sido motivo de alguns questionamentos. Por isso esta audiência, para a gente ter clareza do que realmente acontece na Venezuela.

A gente vai, inicialmente, conceder 30 minutos. Se precisar, haverá tolerância, até porque o senhor é o único convidado. A gente vai ter um pouco mais de tempo; depois, os Senadores devem chegar.

A SRª BEATRIZ KICIS (*Fora do microfone*.) – Vai ser possível a manifestação popular, que grupos se manifestem?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vai depender do que ocorrer aqui.

A SRª BEATRIZ KICIS (*Fora do microfone*.) – Eu gostaria de me inscrever, se possível.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A gente tem um tempo limitado. Se houver Senadores – e alguns disseram que viriam –, a prioridade é deles. Se não houver, a gente pode abrir

para duas ou três representações. A gente tem feito isso em outras reuniões, dependendo do número de Senadores presentes.

Com a palavra, o Sr. Tarek William Saab.

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Sr. Tarek.

Temos a presença do Senador Donizeti.

V. Exª deseja fazer alguma intervenção?

Esclareço que há prioridade para os Senadores.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Acompanhei, dentro do que consigo compreender aí e tenho, também, uma nota técnica também da nossa Liderança.

Sr. Defensor, tenho ouvido, nesta Casa, que a oposição ao nosso Governo é lá, também, oposição ao governo do Presidente Maduro.

Aqui, se quisermos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TAREK WILLIAM SAAB (Tradução livre.) – O.k. Obrigado!

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ele é assessor da Liderança do PT, Marcelo Zero.

Esse é "Zero", mas é meu, não é? (*Risos.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, Sr. Defensor, quer me parecer é que a oposição ao Governo venezuelano lá, pelo que tenho ouvido da oposição ao nosso Governo aqui, é muito idêntica. O discurso feito aqui contra o governo da Venezuela pelos nossos opositores é o discurso que eles fazem contra nós no dia a dia.

E os grandes meios de comunicação, que têm uma capilaridade muito grande, que detêm um poder de informação grande, repercutem as coisas acontecidas na Venezuela da mesma maneira que o fazem com as nossas aqui: contra o Governo da Presidenta Dilma, que é um Governo vocacionado a dialogar; um Governo que tem trabalhado, nos últimos doze anos, desde o Presidente Lula e agora com a Presidente Dilma, a estabelecer um diálogo permanente, a consolidação da democracia e, no entanto, nós somos colocados nos meios de comunicação, aqui, como se fossemos os portadores da ditadura.

E, nesse sentido, fiz essa colocação para dizer que, para mim, o que eles dizem, sejam os nossos opositores, seja a imprensa aqui, não tem muita validade.

O que eu consegui compreender das suas colocações é que lá um governo democraticamente eleito pela maioria da população, do povo venezuelano, tem uma parcela que não quer respeitar o resultado da eleição e, tal como aqui, quer depor o governante democraticamente eleito.

Aqui, os perdedores na eleição, no voto, tem trabalhado a ideia de construir as condições para produzir o impedimento da Presidenta, a cassação do seu mandato.

Então, eu quero concluir dizendo que parece que existe um movimento, que não é um movimento só na Venezuela ou só no Brasil, mas um movimento com interferência de outros organismos internacionais, organizações internacionais, para desestabilizar a América do Sul e fazer com que esses exploradores do povo, essas pessoas que durante séculos, esses governantes que durante séculos massacraram o povo, colocaram o povo em situação de humilhação, de dificuldade, de pobreza, de fome e de miséria, quer retornar ao poder pela força, já que não conseguem fazê-lo pelo voto.

Essa é a minha impressão. Essas são as minhas palavras.

Agradeço a oportunidade e quero, em nome da Comissão, como seu membro, agradecer a sua disposição de ter vindo trazer os esclarecimentos para nós.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Você quer responder agora? Tem outra Senadora, Senadora Vanessa...

Quer responder agora ou deixa...

O SR. TAREK WILLIAM SAAB (Tradução livre.) – Sim; agora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, responda ao Senador Donizeti.

O SR. TAREK WILLIAM SAAB (Tradução simultânea.) – Sim.

Senador Donizeti, agradeço suas palavras.

Percebo que o senhor tem uma informação mais ampla que outros Senadores do Brasil.

Quando se oculta toda a informação, quando se trabalha com meias verdades, evidentemente que se distorce a verdade e as pessoas não tem como saber o que acontece de verdade.

Se distorce, se manipula e, obviamente, se mente. Isso é o que tem acontecido na Venezuela.

Que tipo de "ditadura" é essa, estranha, que consulta sua população em nível regional, nacional etc., para, 18 vezes, eleger presidentes, prefeitos, governadores, e também para consultar a população sobre temas relevantes da Venezuela?

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – A Senadora Vanessa Grazziotin gostaria de fazer uma saudação?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Apenas cumprimentar o Defensor Tarek, que aqui está. E dizer que eu não participei de toda a audiência que tivemos pela manhã na Comissão de Relações Exteriores, que aconteceu, exatamente, neste plenário, mas eu comuniquei, inclusive, à audiência da Comissão de Direitos Humanos, pela manhã, fazendo um convite a que todos e todas que estiveram pela manhã pudessem estar aqui. Lamentavelmente, não aceitaram o nosso convite e aqui não estão para debater, o que é muito ruim, o que mostra que a vinda aqui ao Congresso Nacional não tem o objetivo do debate, mas tem o objetivo apenas de passar uma opinião, numa posição política que é muito mais do que uma opinião.

Eu, como não pude estar presente durante toda a sessão, não assisti à explanação das senhoras, não presenciei os debates, mas fiz uma observação no final, destacando o momento importante que vive Cuba, que negocia o reatamento das relações com os Estados Unidos. Falei um pouco do que foi a luta de resistência à Cuba, depois de mais de cinco décadas de embargo, sofrendo atos terroristas, e que teve cinco dos seus filhos presos e condenados injustamente nos Estados Unidos, e que, graça a este momento, essas pessoas foram soltas. Enfim, fiz apenas esse paralelo.

No entanto, é óbvio que todos nós defendemos a liberdade, todos nós defendemos os direitos humanos. Agora, como o senhor próprio destacou, nós achamos que sempre há saída. E tanto o Senador Lindbergh quanto eu fizemos questão de destacar: a saída tem que ser pela via democrática.

A Venezuela terá eleições parlamentares este ano, poderá, ano que vem, em abril, salvo engano, reafirmar o mandato do Presidente Maduro. Então, são oportunidades para a oposição, para aqueles que não concordam com o Governo, buscar o apoio da população. Mas, enfim, foram essas observações que apresentamos pela manhã.

Então, fica claro, pela ausência, que os Parlamentares que aqui estiveram pela manhã, não têm interesse em debater, ou saber da real situação da Venezuela. Têm um único interesse: fortalecer, reforçar uma versão, a versão deles, que, não sei exatamente, mas tudo indica, não representa a realidade de fato que aquele país vive.

Era isso. Cumprimentando-o.

O SR. TAREK WILLIAM SAAB (Tradução livre.) – Muito obrigado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Vanessa.

Quero fazer uma intervenção, com duas perguntinhas rápidas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Regina, peço desculpas, mas terei de me ausentar, porque tenho uma audiência, agora, às 16h, no Ministério da Saúde. E eles já estão me aguardando lá.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Fique à vontade, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Cumprimento a nossa Embaixadora querida, com quem já falei.

Muito obrigada.

O SR. TAREK WILLIAM SAAB (Tradução livre.) – Eu agradeço as suas palavras, Senadora, muito amáveis.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Como a Senadora Vanessa disse, a gente percebe que há uma disputa ideológica, há uma clara intenção da propaganda contra governos de esquerda na América do Sul. Então, não há interesse de ouvir uma parte e outra, mas cada um defendendo a sua opinião... Já têm uma opinião formada, independente de ouvir a outra parte.

É sabido que, na Unasul, alguns países, inclusive o Brasil, se dispõem a intermediar um diálogo entre o Governo e a oposição. A pergunta é se já se fez sentir essa presença, se algum passo já foi dado nessa direção.

E a outra é a seguinte: a gente percebe que a mídia tem uma força muito grande, e a propaganda negativa da Venezuela, do governo da Venezuela é muito grande, é muito visível. O que a Venezuela faz ou pensa fazer para desfazer esta imagem que passa para os países vizinhos principalmente?

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pois não, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A gente sabe, Dr. Tarek, que a economia venezuelana é muito dependente do petróleo.

Essa crise do petróleo, da queda do preço do barril de petróleo no mundo, que atinge, aqui, a nossa petroleira, a Petrobras, fortemente, a gente já tinha preocupação do que isso poderia... O que pode ocorrer e está acontecendo na Venezuela, e quais as medidas que estão sendo tomadas no sentido de reverter ou de minimizar esse fluxo da exportação do petróleo em relação à queda do preço?

Estão sendo construídas saídas, na Venezuela, para diminuir a dependência dessa *commodity*, que é tão importante para o seu país, como é importante para todos os países do mundo, importadores ou exportadores? Vocês estão construindo uma saída para diminuir a dependência?

O SR. TAREK WILLIAM SAAB (Tradução simultânea.) – Essa queda sempre vai impactar na dinâmica nacional da Venezuela.

Afortunadamente, a queda do preço do petróleo, que vinha num ritmo muito alto – chegou a US$39,00 o barril –, agora, está sendo parcialmente revertida e já estamos em U$55,00 o barril, com uma tendência para aumentar ainda mais.

Um barril de petróleo não se pode comparar a um barril de xampu ou de água. É um barril de petróleo!

Nós consideramos que o preço justo seria em torno de U$100 o barril, mas isso nos ensinou a buscar vias alternativas. Nós já temos mais de 100 anos produzindo petróleo e é isso que, fundamentalmente, tem movido a nossa economia.

Nós temos que falar do empresariado, da burguesia do nosso país. A elite econômica venezuelana não é uma elite nacionalista.

Eu me refiro ao sentido que se deve ter como empresário. Porque você pode ser um empresário de direita, mas você pode querer investir no seu próprio país. A maioria da elite econômica venezuelana tem querido apenas viver da renda do petróleo, sem arriscar no investimento agrícola e industrial etc. Em outros países que também dependem de petróleo, há empresários que investem no seu próprio país, têm um sentido nacionalista e investem no seu próprio país. Há governos de esquerda nos quais os empresários, mesmo discordando do governo, investem nos seus próprios países. Isso não acontece na Venezuela. É o contrário. Fazem acordos com o Estado, mas não cumprem. É difícil.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O.k.

Nós estamos aqui com o Deputado Federal Sóstenes Cavalcante, do PSD, do Rio de Janeiro. Estamos quase caminhando para o final, Deputado, porque estamos com um tempinho curto. Inclusive, eu tenho uma audiência fora, mas, se o senhor quiser fazer alguma intervenção, pode fazer, como última etapa aqui, para finalizarmos, por causa do tempo.

A SRª BEATRIZ KICIS (*Fora do microfone.*) – Srª Presidente, gostaria só de solicitar, em nome do princípio da democracia, tão cara a todos, como representante do povo, que, nestes primeiros minutos, me fosse concedida, nem que fosse por cinco minutos ou três, a palavra, para que houvesse também uma representação popular. Serei muito breve.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PSD - RJ) – Presidente, se V. Exª entende ser importante, abro mão, inclusive, para deixá-la falar à minha frente, por respeitar a presença dela, até antes que... Porque a minha presença aqui... O critério é de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O senhor fala enquanto a gente decide, porque há outras entidades aqui também que querem que eu abra a palavra, mas a gente não tem tempo para abrir.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PSD - RJ) – Nobre Senadora Regina Sousa, boa tarde. Boa tarde ao Sr. Tarek William, legítimo representante da Venezuela.

Não sei quais são os critérios da Casa, mas, talvez, antes de um posicionamento meu, quando eu fizer as perguntas, para facilitar o tradutor, poderia fazer em espanhol, se for o caso.

Quero dizer que é muito importante a presença de V. Exª aqui para esclarecer fatos. Esclareço, anteriormente, que sou Parlamentar de primeiro mandato, estou nesta Casa representativa do povo brasileiro tão somente há três meses, mas morei na Argentina ao longo de oito anos e, de lá, tinha uma aproximação maior

com a história do povo da Venezuela e com o nascimento daquele momento lá nos anos 97, quando para lá mudei, já da gestão do ex-Presidente, já falecido, Hugo Chávez.

Acompanhei depois a sua sucessão ao atual Presidente somente um pouco mais distante, porque o idioma português nos distancia um pouco, através das mídias, mas sempre preocupado e atento ao que lá acontecia.

Apesar de ter chegado ao final, eu gostaria de entender algumas questões e aproveitar a sua brilhante presença para dizer que já me identifiquei com a ideologia de esquerda. Quando jovem, fui líder de movimentos estudantis. De lá para cá, depois de ter morado fora por um tempo, desde que voltei, eu me identifico muito mais com as posições de centro do que de alguma outra tendência.

Mas, partindo do prisma... Acho que uma das questões do sofrimento e da dificuldade que tanto o governo venezuelano tem encontrado nos últimos tempos quanto aos seus opositores foi que a luta ideológica ultrapassou, em alguns momentos, algumas regras de boa convivência. Nós temos visto, lamentavelmente, episódios de violência, episódios que não fazem bem para a história de um povo tão digno e tão importante, como é o querido país, o vizinho país da Venezuela.

O que eu gostaria de entender, pois, em sua última fala, fiquei com alguma dúvida, é: – e posso agora fazê-lo em espanhol para facilitar.

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PSD - RJ) –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PSD - RJ) –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ele está deixando aqui um documento, que vai fazer parte da Comissão. Se alguém se interessar, poderá reproduzi-lo.

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidenta Regina, trinta segundos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu queria convidá-lo para presidir, porque há duas intervenções deliberadas aqui, de cinco minutos cada uma, e . V. Exª poderia presidir e encerrar, pois tenho uma audiência fora daqui e, infelizmente, um percurso a fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O senhor é um dos autores do requerimento.

Peço desculpas aos convidados, agradeço a presença, mas preciso sair.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Terão a palavra a Srª Beatriz Kicis, do Foro de Brasília, e o Sr. Juliano Medeiros, da Executiva Nacional do PSOL.

Nós vamos, então, dar continuidade aos trabalhos aqui, a pedido da Senadora Regina.

Vamos passar a palavra por cinco minutos para a Srª Beatriz Kicis, do Foro de Brasília.

Esta é uma transmissão ao vivo da TV Senado.

A SRª BEATRIZ KICIS – Boa tarde a todos os presentes nesta Comissão de Direitos Humanos!

Sr. Presidente, sou Beatriz Kicis, sou advogada, Procuradora do Distrito Federal. Aqui represento o Foro de Brasília, um grupo, uma organização formada por promotores de Justiça, por juízes, por advogados, por procuradores, por policiais e por muitos outros profissionais.

O objetivo da minha vinda aqui é perguntar basicamente ao Sr. Tarek, defensor do povo da Venezuela, se essas 18 eleições a que ele se referiu, se os plebiscitos e as eleições que legitimam, a seu ver, o governo venezuelano foram realizados por uma empresa chamada Smartmatic. Temos a convicção de que essa empresa

frauda as eleições, de que as fraudou tanto na Venezuela quanto no Brasil. Temos inúmeras provas de fraudes da Smartmatic nas eleições do Brasil. Infelizmente, temos sido, as pessoas que buscam essa verdade têm sido acusadas de golpistas, de pretenderem um terceiro turno, quando nada disso é verdade. Queremos apenas ter acesso às auditorias da Smartmatic.

Então, minha pergunta, em primeiro lugar, é feita para saber se foi essa mesma Smartmatic que organizou as eleições, que foi a responsável pelas eleições.

A título de esclarecimento, uma das evidências que temos, entre várias, é a de que o Sr. Christopher Bello Ruiz, delator da Smartmatic, e o Sr. Anthony Daquin, que fez parte do aparato de Hugo Chávez, encontram-se, hoje, refugiados nos Estados Unidos e afirmam que a Smartmatic frauda as eleições.

Essa empresa também foi responsável pelas eleições, foi contratada pelo TSE. E, hoje, no Brasil, estamos entrando com milhares, com centenas de ações populares contra a Smartmatic, até em razão de fraude na licitação da contratação dessa empresa pelo TSE. Estamos hoje dando entrada em algo que se chama tsunami jurídico. Esse tsunami jurídico serve exatamente para que possamos obstar os males, os malefícios dessa empresa Smartmatic no Brasil.

Esta é minha primeira pergunta: foi a Smartmatic a responsável pelas eleições?

Faço mais uma pergunta: o senhor, como defensor do povo, foi um dos organizadores e apoiadores da lei que autoriza o Governo a abrir fogo contra manifestantes?

Essas são as minhas duas perguntas. Eu me sentiria muito honrada em receber a resposta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Podemos ouvir os dois questionamentos e responder em bloco? Pode ser assim?

O SR. TAREK WILLIAM SAAB – Sim, posso responder. Posso responder a ela. Prefiro responder.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Uma a uma?

O SR. TAREK WILLIAM SAAB – É preferível. Prefiro responder assim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O senhor tem cinco minutos para dar sua resposta.

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, defensor.

A SRª BEATRIZ KICIS (*Fora do microfone.*) – Eu agradeço a oportunidade de trazer as minhas questões para, assim, dessa forma, sempre prestigiar o ambiente de debate.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado.

A SRª BEATRIZ KICIS – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos ouvir agora o Sr. Juliano Medeiros, da Executiva Nacional do PSOL.

Cinco minutos.

O SR. JULIANO MEDEIROS – Muito obrigado.

Muito boa tarde, Sr. Tarek William e demais convidados para esta audiência pública.

Eu acabo de vir da Câmara dos Deputados, onde as esposas do Sr. Antonio Ledezma e do Sr. Leopoldo López foram recebidas com festa por alguns Deputados que têm tratado de transformar os problemas de âmbito interno da Venezuela em problemas de âmbito interno do Brasil, ou seja, internacionalizar os problemas internos que a Venezuela enfrenta – e ela, evidentemente, enfrenta problemas; isso não é segredo de ninguém – num tema de política doméstica no Brasil. Isso se dá, obviamente, por razões de ordem política, pelas disputas que estão em curso no Brasil. Isso, infelizmente, tem impedido que a sociedade brasileira, também por ação dos meios de comunicação, tenha tido acesso a informações como essa que o Sr. Tarek William nos traz aqui; por exemplo, de que o Sr. Antonio Ledezma já não está mais em prisão fechada, há algum tempo, por decisão da justiça venezuelana. Esse tipo de informação, infelizmente, não tem sido divulgado pelos meios de comunicação do Brasil, o que tem dificultado muito o entendimento do que está acontecendo na Venezuela.

Eu gostaria, primeiro, em nome do PSOL, de expressar a nossa posição. O PSOL tem tido uma posição de solidariedade ao processo bolivariano. Primeiro, pela natureza própria da revolução bolivariana, um processo de caráter democrático e popular que promoveu profundas transformações na política, na sociedade, na economia venezuelana; transformações que, do nosso ponto de vista, são muito positivas. Segundo, pelo papel que a Venezuela tem cumprido em nível regional. A Venezuela tem sido uma das principais protagonistas da integração regional dos países da América do Sul, o que tem sido fundamental para diminuir a dependência dos países sul-americanos em relação às grandes potências internacionais e, assim, assegurar melhores con-

dições para que os países sul-americanos possam enfrentar cenários adversos, como, por exemplo, o cenário que já estamos vivendo desde 2008, por conta da crise econômica internacional.

O terceiro elemento que leva o PSOL a expressar sua solidariedade ao processo venezuelano é uma questão de princípio, que é a não ingerência dos assuntos internos dos países amigos do Brasil e a defesa intransigente da autodeterminação dos povos. Ou seja, se há problemas na Venezuela, os venezuelanos hão de resolvê-los. Se há problemas em Cuba, os cubanos hão de resolvê-los, assim como nós não vemos todos os dias aqui, no Senado da República ou na Câmara dos Deputados, Deputados se insurgindo contra a monarquia da Jordânia, a monarquia da Arábia Saudita e de outros regimes, estes, sim, verdadeiramente violentos, repressivos e ditatoriais. Mas, não. A Venezuela tornou-se aqui um divisor de águas, porque é instrumental, para determinados setores da política brasileira, transformar a Venezuela num divisor de águas entre os democratas e os não democratas. E nada mais falso, haja vista o tratamento que as esposas do Sr. Leopoldo López e do Sr. Antonio Ledezma acabam de ter na Câmara dos Deputados. Foram recebidas como se fossem esposas de dois mártires da liberdade e da democracia, sendo que são dois golpistas, enquanto esta audiência pública, infelizmente, está esvaziada por Senadores, por Deputados. Aos Deputados até se dá um desconto, porque há votação nominal lá contra um ajuste fiscal muito violento que o Governo Federal está tentando implementar contra os trabalhadores brasileiros. É até compreensível que os Deputados estejam lá tentando barrar esse ajuste fiscal, mas, no caso dos Senadores, não acho que haja a mesma justificativa.

A minha pergunta, para concluir esta pequena contribuição aqui, na discussão, diz respeito a como o governo venezuelano tem tratado os excessos policiais. Isso é muito importante no Brasil.

Em 2013, o Brasil teve uma onda de manifestações que chegou a reunir milhares de pessoas. Elas iniciaram contra o aumento das tarifas do transporte público, mas tornaram-se um processo geral de questionamento aos limites da democracia representativa no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIANO MEDEIROS – Nesse processo, muitos cidadãos brasileiros foram feridos pela polícia. Inclusive, há casos de violência bastante...

O SR. TAREK WILLIAM SAAB (*Fora do microfone*.) – Um morto.

O SR. JULIANO MEDEIROS – Um jornalista, mas, nesse caso, não por violência policial, mas por ação de indivíduos que também aderiram a táticas violentas como essas que o senhor descreveu aí, os chamados Black Blocs aqui no Brasil.

Mas, apesar da extrema violência com que a polícia tratou as manifestações no Brasil, não há nenhum policial preso no Brasil. Nenhum! Na Venezuela, as manifestações talvez tenham sido até bem mais violentas; não é possível comparar o caráter, o conteúdo das manifestações que a Venezuela viveu, o conteúdo das manifestações que o Brasil viveu; houve caracteres muito distintos entre si; mas, sem dúvida alguma, o tratamento que foi dispensado aos agentes públicos de segurança que cometeram excessos no Brasil foi muito diferente do tratamento dado na Venezuela. A Venezuela está punindo, processando esses agentes públicos.

Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre a postura que o governo venezuelano tem tido de combater esses excessos, garantindo o pleno exercício do Estado democrático de direito e a liberdade de manifestação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Juliano.

Defensor, por favor.

O SR. TAREK WILLIAM SAAB – Obrigado, Deputado.

Bom dia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TAREK WILLIAM SAAB – Ah, não é Deputado? Pensei que fosse Deputado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É uma profecia. É uma profecia.

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Defensor.

Chegou aqui, no final, o Senador Randolfe, do Amapá.

Vou conceder a palavra para V. Exª fazer sua participação, Senador, lembrando que, se for alongar um pouco mais, vou precisar que o senhor presida, porque tenho uma audiência na Embrapa daqui a pouco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Procurarei ser breve, Senador Donizeti.

Quero, primeiro, cumprimentar V. Exª; cumprimentar o Sr. Tarek Saab, Defensor del Pueblo da República Bolivariana da Venezuela; nossa Embaixadora no Brasil e nosso Cônsul.

Peço desculpas pelo atraso nesta audiência, eu estava em outras audiências, nos ministérios, acompanhando o prefeito da minha cidade, mas ainda bem que cheguei a tempo de fazer aqui o registro da nossa posição política, da posição que temos assumido aqui, no Senado, em relação aos acontecimentos da Venezuela.

Esta semana, nós encaminhamos o voto, pelo PSOL – e esse voto foi acompanhado pelo Bloco de que faz parte, além do PSOL, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil – contra a moção de repúdio que o Senado, lamentavelmente, aprovou em relação aos acontecimentos na Venezuela.

Eu digo que lamentavelmente aprovou, e nós encaminhamos o voto contrário a essa moção de repúdio, porque é uma moção de repúdio feita sem ver, sem ouvir as partes.

Nós temos consciência de que quem faz oposição hoje à Venezuela, de quem faz oposição hoje ao governo venezuelano é uma oposição golpista. Os agentes dessa oposição ao governo venezuelano, em 2002, arquitetaram um golpe de Estado contra o governo constitucional do presidente Hugo Cháves. Ao que me parece, pelas informações que temos, esses atores protagonistas do golpe de 2002 continuam na cena política venezuelana e inclusive participando democraticamente dos pleitos sucessivos que temos tido de eleições na Venezuela, sendo-lhes resguardado esse direito.

Seria importante que hoje a visita que se teve aqui – a visita festejada por parte da grande imprensa e por parte de setores da oposição de direita aqui do Congresso –, seria importante que a visita das senhoras que estão hoje no Congresso Nacional, estiveram pela manhã na Comissão de Relações Exteriores e, ao que sei, hoje estão na Câmara dos Deputados, seria importante que essa visita fosse acompanhada também pela audiência do defensor do povo da República Bolivariana da Venezuela. Seria importante que a audiência da manhã na Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado tivesse as duas partes, os dois lados fossem ouvidos – não somente um lado ter sido ouvido e proclamado, principalmente pela grande mídia de nosso País, como verdade única.

O Sr. Tarek está colocando aqui outras informações, trazendo fotos e fatos que não são, com certeza, de conhecimento da grande mídia, do conjunto da sociedade brasileira. Essas informações precisam ser de conhecimento de toda a sociedade brasileira, e aí nós temos aqui uma audiência esvaziada, enquanto a outra tem ampla cobertura da mídia – ampla cobertura! – e é festejada pelos setores da oposição de direita aqui no Congresso Nacional.

É importante, sobre os acontecimentos da Venezuela, que sejam ouvidos os dois lados, antes que queiram, como propuseram essa semana aqui no Senado, uma intervenção abrupta do Brasil nesse processo, interferindo, inclusive, num princípio que está na nossa Constituição, que é o da autodeterminação dos povos e de respeito a uma nação irmã, como é o caso da Venezuela. Antes que queiram isto, algum tipo de intervenção... talvez quisessem que essa intervenção ocorresse por parte dos Estados Unidos; como não é possível, tentam insuflar que essa intervenção ocorra por parte do nosso País. Antes que queiram isso, é importante ouvir o que de fato acontece na Venezuela.

A Venezuela tem uma constituição que institui mecanismos de democracia direta – referendo, plebiscito, revogação popular do mandato. Eu sonho, meu caro defensor, com o dia em que a nossa Constituição da República Federativa do Brasil tiver o instituto da revogação popular de mandato. Eu sonho que alcancemos uma democracia desse tipo, uma democracia com exercício claro de mecanismos de participação direta do povo nas decisões políticas. Lamentavelmente, não temos, e temos setores aqui que se arvoram casuisticamente de democratas em alguns momentos, mas correm como Satanás corre da cruz de mecanismos de participação direta na nossa Constituição. Às vezes, cheiram à hipocrisia os setores da direita do nosso País que falam em democracia, porque muitos desses setores sustentaram uma ditadura, das mais cruéis do continente, durante duas décadas aqui, e que resultou na morte de mais de 400 brasileiros.

Então, eu queria saudar, Dr. Tarek, sua vinda aqui; pena que os anfitriões da Srª Ledesma, enfim, os anfitriões não proporcionaram a possibilidade de o senhor estar em uma mesma audiência com elas, para que se pudesse ouvir o contraponto nessa audiência. Que a Venezuela siga seu rumo, ocorram eleições periódicas como ocorrem.

E, nas regras do jogo democrático, a oposição, a partir do princípio de alternância do poder, possa, enfim, chegar ao poder. Mas dentro das regras do jogo democrático e nunca através de golpes, como aconteceu em 2002.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Defensor, vamos para as suas considerações finais.

Vou marcar o tempo de cinco minutos, após o que concluo a reunião.

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. TAREK WILLIAM SAAB –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu gostaria de tecer duas pequenas considerações.

Primeiro, saio daqui com compreensão, depois da audiência. Por isso, defensor, agradecemos a sua presença, a oportunidade que nos deu, nesta tarde, de saber como está ocorrendo a disputa política lá na Venezuela, que tem muita identidade de discurso, diferentemente da ação ainda...

Esperamos que não ocorra aqui o que está ocorrendo lá, a ameaça à democracia. O que posso compreender, por exemplo, é que o governo do Presidente Hugo Chávez foi obrigado a tomar algumas decisões porque lá havia um blecaute do empresariado, que não queria fazer a economia funcionar para não favorecer a existência de um governo democrático em defesa do povo. E naturalmente, para combater esse blecaute, foi preciso tomar medidas e fazer a intervenção na economia necessária, para poder fazer o país continuar sendo governável e dando condições de vida melhor para o povo.

Fico, Senador Randolfe, com a disposição – e queria convidar V. Exª para que aprovemos – de fazer uma outra audiência pública lá na Comissão de Relações Exteriores, com a presença do defensor e das duas senhoras que estiveram aqui ou de representantes delas, para que fizéssemos essa contraposição na mesa e para que pudéssemos, de certa forma, trazer a imprensa nacional para participar do debate e conhecer o outro lado. Mas, conhecendo a imprensa nacional que temos, é provável que ela não venha e, se vier, provavelmente vai distorcer os fatos.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, também combatemos, esta semana, aqui, a moção, a esdrúxula moção, estapafúrdia moção de repúdio ao governo da Venezuela, que, em última análise, é um repúdio ao povo venezuelano, que democraticamente elegeu esse governo. Nós do Partido dos Trabalhadores nos posicionamos contra, mas perdemos. Mas deixamos aqui, eu principalmente, a partir de hoje, com muito mais segurança, a defesa do governo bolivariano da Venezuela depois de hoje. E vejo que, se for possível a gente fazer essa audiência pública das duas posições, sou defensor e gostaria de que fizéssemos...

Por fim, quero agradecer a presença aqui da Embaixadora María Lourdes Urbaneja Durant aqui no nosso País. Vou ter oportunidade de visitá-la para conhecer mais as situações. Em breve, faremos contato com a senhora, Embaixadora. E agradeço a Manoel Vadell, Cônsul-Geral em São Paulo. Muito obrigado pela presença de vocês. Mais uma vez, defensor do povo venezuelano, nosso agradecimento.

Quero declarar encerrada esta audiência pública muito rica em informações, porém, não posso deixar de dizer que ouvi uma piada aqui hoje sobre a fraude nas eleições brasileiras. Se a fraude na Venezuela foi igual à fraude aqui no Brasil, é risível que a gente tenha de ouvir uma situação dessa, eu só posso rir. É uma piada, porque, aqui no Brasil, não houve fraude, o sistema é seguro, e é garantido. Se na Venezuela foi assim, nós estamos seguros de que lá foi uma eleição limpa, democrática e vitoriosa do povo venezuelano.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 26 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE MAIO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia onze de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e das Senadoras não membros Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 7, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Direito de greve". O Senhor Presidente faz homenagem ao Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho e ao Senador Luiz Henrique da Silveira. O Senhor Presidente sugere que a reunião seja adiada para o dia 1º/06/2015, data que é apoiada pelas entidades e confirmada. Em seguida, concede a palavra às entidades presentes no plenário para homenagear os parlamentares falecidos, que fazem suas considerações nesta ordem: Rosa Maria Campos Jorge, Presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Margarida Lopes de Araújo, Presidenta da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Mário Pinho, Vice-Presidente do Sindifisco Nacional; Sebastião Soares da Silva, Secretário Executivo de Negociação Coletiva e Composição de Conflitos da Confederação dos Servido-

res Públicos do Brasil – CSPB; Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL; Rudinei Marques, Secretário-Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; Antonio Lisboa, Secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Renato Antônio Borges Dias, Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; Cinthia Rangel Assunção, Diretora do CSPB; Vladimir Nepomuceno, Assessor do Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e as Senadoras, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e vinte e cinco minutos. Eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Regina Sousa** (PT/PI), Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 7, de 2015, de minha autoria e de outros Senadores. O objetivo é discutir o direito de greve, principalmente no serviço público.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* bit.ly/audienciainterativa e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de qualquer encaminhamento, quero fazer, nesta reunião da nossa Comissão de Direitos Humanos, um pronunciamento que escrevi ontem, com muito carinho, pois ontem, Dia das Mães, nós perdemos dois grandes homens públicos.

Eu diria que o Brasil, por um bom tempo, há de chorar a morte do Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho e do nosso Senador Luiz Henrique, ambos meus amigos. Eu queria dizer que tinha por eles um carinho muito grande e que, por isso, depois farei um encaminhamento junto com as entidades.

Eu passo a fazer este pronunciamento, que, tenho certeza, não é só meu, mas é também da Comissão de Direitos Humanos, é do Congresso Nacional e, tomo o direito de dizer, é o pronunciamento que representa a grande maioria do povo brasileiro.

Senhoras e senhores, quando a política perde alguns dos seus mais sagrados nomes, de seus faróis, de suas luzes, de seus mirantes e de seus mangrulhos, o peito de todos nós, o coração de todos nós que vivemos neste universo, que respiramos esse ar, podem crer, dói, arde, queima, transborda, como um vulcão que explode e, como eu dizia, que chora. É como se a gente perdesse o rumo. Ainda mais quando esses nomes não passaram despercebidos ao longo da vida do povo brasileiro. Eles entraram nas nossas vidas. Eles eram nossos amigos.

Ontem, domingo, 10 de maio, Dia das Mães, perdemos dois nomes do mais alto quilate da política brasileira, dois nomes que já estavam na história por suas condutas e por suas biografias: o ex-Ministro da Agricultura do Governo Dilma Rousseff e ex-Deputado Federal, gaúcho, Mendes Ribeiro Filho e o ex-Governador de Santa Catarina e atual Senador da República Luiz Henrique da Silveira. Ambos eram militantes dos direitos humanos. Ambos eram militantes do PMDB.

Conheci o Mendes Ribeiro, como conheci seu pai, também Deputado Federal, que foi, comigo, Constituinte e faleceu pelo mesmo motivo. Agora perdemos o filho. Repito: conheci o Mendes Ribeiro nos primeiros anos ainda de 80, ele, fazendo campanha para Vereador em Porto Alegre e eu, na luta sindical dos metalúrgicos de Canoas, Rio Grande do Sul.

Jorge Amado Portanova Mendes Ribeiro Filho era advogado. Iniciou a carreira política em 1982, quando foi eleito Vereador pela capital de todos os gaúchos, Porto Alegre.

Foi Deputado estadual por dois mandatos e, nos Governos do PMDB, comandou quatro secretarias estaduais: justiça, obras públicas, saneamento e habitação e casa civil.

Foi Deputado federal por cinco mandatos. Estive com ele. No último mandato na Câmara dos Deputados, se licenciou de agosto de 2011 a março de 2013 para comandar o Ministério da Agricultura, sendo o terceiro gaúcho do PMDB a comandar a pasta.

Meus amigos, quando eu recebi a noticia, ontem, da viagem do amigo Senador Luiz Henrique, eu estava em casa, como gosto de fazer, sorvendo um chimarrão, quieto no meu canto, apegado a mim mesmo, aos meus pensamentos, às dificuldades que temos aqui no Congresso. Vamos ter de votar essas MPs, como a

da terceirização, que sou contra. Todos sabem que o meu coração manda que eu vote contra, a minha alma manda que eu vote contra. Enfim, estava eu lá, envolto aos meus pensamentos, com meus olhos mal dormidos, construindo ideias e traçando rumos, sonhos – pois sem esses, o que seria das nossas vidas? O que seria? – quando recebi a notícia.

Luiz Henrique da Silveira era um grande advogado. Iniciou sua vida pública em 1971, quando foi eleito Presidente do Diretório Municipal do MDB, do velho MDB de guerra, lá de Joinville.

Meus primeiros votos foram no MDB daquela época.

Luiz Henrique foi Prefeito de Joinville por três mandatos, Deputado Federal Constituinte, e marcou época. Eu estava lá. Fui constituinte junto com ele. Foi Deputado Federal por cinco mandatos, Deputado estadual e Governador de Santa Catarina por dois mandatos, 2003 e 2010.

Integrou o chamado PMDB autêntico, grupo mais próximo do inesquecível Ulysses Guimarães. Foi Ministro de Ciência e Tecnologia, 1987 e 1988, no governo José Sarney.

Presidiu o PMDB nacional entre 1993 e 1996.

Em 2011, ele assumiu o cargo de Senador, no qual ficaria até 2019.

Conheci, e quanto mais conhecia mais respeitava, o amigo Luiz Henrique durante os trabalhos, ainda, da Assembleia Nacional Constituinte. Ele fazendo a sua parte, lutando por um Brasil nação, por melhores dias para os brasileiros.

Atuou nas comissões de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, mas também na comissão a que alguns não davam valor, mas eu estava lá, a Comissão de Trabalho e Legislação Social.

Ali, na Constituinte, eu percebi que estava diante de um grande homem. Passei a admirá-lo mais ainda aqui no Senado, o político, o Senador, o brasileiro, o colega, o amigo, o pai, o esposo, o avô.

Ele foi imprescindível, por exemplo, numa questão que toca fundo o meu querido Rio Grande. Com base na articulação dele, aqui aprovamos a proposta de renegociação das dívidas dos Estados e Municípios. Ele foi o Relator. Um belíssimo trabalho que as futuras gerações ainda iram aplaudir.

O Senador Luiz Henrique era um extraordinário homem público, democrata e humanista, um brasileiro apaixonado pelo que fazia. A sua marca e o seu atavismo eram notados por todos. Estava lá ele, sempre sendo visto no debate das chamadas pequenas coisas do nosso dia a dia, mas que influenciam as nossas vidas, nos mais grandiosos e acalorados embates do Congresso Nacional e da vida de todos os brasileiros.

Um líder nato, que compreendia que a força do diálogo é a base da política. E, por isso, ele era um estadista. O Brasil, podem crer, chora a morte de Luiz Henrique.

Ontem à noite, o céu de Brasília e o do Brasil estavam, no fundo, mais estrelados. O céu do Brasil estava mais iluminado. Sim, choramos a morte desses dois ícones, mas também lembrei com alegria e com emoção que eu tive a alegria de conhecê-lo. Foi quando me lembrei de uma canção que ele gostava muito e que faz parte de um DVD que ele me entregou à questão de um mês atrás. Eu entendia que ele tinha um vínculo também no campo da poesia.

Diz uma das canções do DVD:

Vai tua vida
Teu caminho é de paz e amor
A tua vida
É uma linda canção de amor
Abre os teus braços e canta
A última esperança
A esperança divina
De amar em paz
[...]
Existiria a verdade
Verdade que ninguém vê
Se todos fossem no mundo iguais a você [Luiz Henrique]

Senador Luiz Henrique da Silva, sim, sim, se todos fossem no mundo iguais a você!

Assim falam as Sagradas Escrituras:

Uma geração vai, outra geração vem, porém a terra para sempre permanece. E nasce o sol, e põe-se o sol, e volta ao seu lugar de onde nasceu. O vento vai para o sul e faz o seu giro para o norte e assim continua. Vai girando o vento e volta fazendo assim o círculo da vida.

Estes homens, Mendes Ribeiro e Luiz Henrique, como bons sulistas, que amam uma cavalgada, seus pingos, estão lá nas pradarias do céu às invernadas tropando. Estão nos galpões campeiros, sim, lá nos galpões campeiros se aquecendo junto ao fogo de chão. Estão cantando, proseando e, quem sabe, refletindo sobre o

momento atual do Brasil, por que não dizer, junto a Getúlio Vargas, João Goulart, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas, Florestan Fernandes, Plínio de Arruda Sampaio e tantos outros! Por que não lembrar que faleceu semana passada também o nosso querido Senador, a questão aqui não é ideológica, o Senador a quem o Lula mais deu relatórios, Senador Rodolpho Tourinho? Estão lá em roda de chimarrão, independente da Gres partidária, estendendo as mãos em fraterna comunhão. São homens que já lapidaram a pedra bruta de uma vida e ofereceram suas vidas para o bem do País.

Termino dizendo a eternidade, a esses homens e a tantos outros, pertence. A história esses nomes eternizam, respeitando cada um do seu jeito. Vida longa, vida longa, vida eterna para os homens que foram, mas deixaram marcadas as suas vidas na história do povo brasileiro, simbolicamente aqui na figura de Luiz Henrique da Silveira e de Mendes Ribeiro Filho.

Era isso. (*Palmas.*)

Eu proporia ainda que se encaminhasse, em nome da Comissão de Direitos Humanos, um requerimento, anexando a esse requerimento o pronunciamento que ora fiz, nos seguintes termos.

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar desta Comissão pelo falecimento do colega e amigo Senador Luiz Henrique, aos 75 anos, em Joinville, Santa Catarina, na tarde deste domingo, 10 de março.

Luiz Henrique foi prefeito de Joinville por três mandatos, Deputado Federal Constituinte, Deputado Federal (cinco mandatos), Deputado Estadual e Governador de Santa Catarina por dois mandatos, entre 2003 e 2010. e Ministro.

Nasceu em 25 de fevereiro de 1940 em Blumenau. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, iniciou sua vida pública em 1971 quando foi eleito Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Joinville. Depois, foi também do Nacional.

O Senador deixa a esposa, Ivete Marli Appel da Silveira; dois filhos, Cláudio e Márcia da Silveira; e os netos Arthur, Henrique e Luíza.

O Brasil perde um grande líder, um grande homem público, um verdadeiro articulador político, um diplomata, que trabalhou sempre em prol do seu Estado e do seu País.

Peço que seja encaminhado aos familiares e ao Governo de Santa Catarina.

Nos mesmos moldes, requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do colega e amigo Jorge Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho, aos 60 anos, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Mendes Ribeiro, como era conhecido, lutava contra um câncer desde 2007 e faleceu no Hospital São José, decorrente de um tumor no cérebro, o mesmo tumor que tinha, infelizmente, levado o seu pai, nesta madrugada de sábado para domingo.

Mendes Ribeiro, como era conhecido, lutava contra um câncer desde 2007 e faleceu no Hospital São José, devido à questão da qual eu falava.

Ex-ministro, Mendes integrou na política em 1974, ainda durante a ditadura militar e, de imediato, se filiou ao nosso grande MDB, que eu chamaria do MDB de raiz. Como eu sempre digo, como seria bom se o PT voltasse a ser o PT de raiz.

Foi também Secretário de Estado, Deputado Federal e Vereador de Porto Alegre. Conheci mendes Ribeiro nos primeiros anos de 1980, ele fazendo campanha para Vereador em Porto Alegre e eu, como citei antes, no caminho sindical. O amigo do Parlamento lutou em prol da democracia e de um país menos desigual. Estava sempre disposto ao diálogo e ao entendimento. Segundo seu filho Pablo: "Foi um grande amigo e parceiro; uma pessoa que me ensinou a gostar de gente, simplesmente a gostar do povo."

Mendes Ribeiro deixa a esposa, advogada Fernanda Nunes Mendes Ribeiro, e três filhos.

O Brasil perde, sem sombra de dúvida, um grande homem, um grande Parlamentar, um grande homem público, que trabalhou sempre em prol do povo gaúcho e do seu País. O nosso Rio Grande do Sul está de luto e chora a perda de um dos seus líderes.

Peço que o voto de pesar seja encaminhado aos familiares e ao grande Estado do Rio Grande do Sul.

Esses requerimentos não precisam ser votados. Eles serão simplesmente encaminhados. Sei que, se fossem votados, seriam aprovados pela unanimidade dos presentes.

Meus amigos e minhas amigas presentes à reunião de hoje, o que estou propondo, e sei que vocês vão entender, é que, neste momento, abramos espaço para cada uma das entidades aqui presentes faça, se assim entender, algum tipo de – não sei se seria saudação – fala sobre a morte desses dois homens públicos aos quais fiz uma saudação, muito de coração.

Hoje, o Congresso, e mais especificamente o Senado, decretou luto de três dias. Havia quem achasse que eu nem abriria a reunião. Não. Abrirei a reunião formalmente, farei uma homenagem a esses dois homens

públicos e darei, inclusive, a palavra às entidades, repito, se assim elas quiserem, durante um período de – não vamos limitar – em torno de cinco ou seis minutos para que façam as suas considerações sobre a morte dos dois, naturalmente, sem prejuízo, sem estender alguma colocação, da forma como fiz aqui, que foi um pouco mais além.

Faço o compromisso de agendar outra ainda ao fim desta reunião, já que esta audiência pública será simplesmente transferida para outro dia, o mais rapidamente possível. Dessa forma, todos vocês poderão aprofundar o debate acerca da importância do direito de greve, que tem tudo a ver com a liberdade, não é?, com o direito de ir, vir, parar, se mobilizar e questionar, com o ato de greve, quando se sentirem atingidos nos seus interesses mais sagrados, que é a qualidade de vida na sua extensão mais ampla.

Eu passo a palavra, de imediato, às entidades.

Tenho certeza de que vão concordar com esse encaminhamento, já que o Senado, no dia de hoje, encontra-se de luto. Eu sei que o mesmo encaminhamento será feito no Plenário do Senado, ou seja, será aberta a sessão, serão feitas algumas falas em homenagem a ambos e será encerrada a sessão.

Eu já pergunto qual será a primeira entidade a usar da palavra. (*Pausa.*)

Eu gostaria que cada representante de cada entidade, ao usar da palavra, já declinasse o nome e a entidade que representa.

Eu vou passar a palavra a todos que estão no plenário para que tenham direito a essa saudação, lembrando que nós estamos ao vivo para todo o Brasil, como é de praxe todas as segundas-feiras.

Naturalmente, vamos repetir, em outra segunda-feira, o debate sobre o direito de greve. Assim, já peço que vocês proponham, como vocês tinham assegurado o dia de hoje, qual o dia mais adequado, e eu troco a agenda daquele que seria na data que vocês escolherem.

Por favor, reitero que digam os seus nomes, porque não adianta sair o nome de um e não sair o nome de outro. Então, que cada um, ao pedir a palavra, decline o seu nome e cite a entidade que representa. (*Pausa.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Meu nome é Rosa Maria Campos Jorge; sou Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Eu pedi a palavra, Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, para saudá-lo e homenageá-lo pela iniciativa desta audiência pública, que, é claro, será feita no momento que V. Exª entender por bem que seja realizada.

Quero dizer que, embora para nós seja um tema muito importante, também estamos, como o senhor, consternados com a perda desses dois grandes líderes, tanto o Deputado Mendes Ribeiro quanto o Senador Luiz Henrique. É, de fato, uma perda para quem defende a democracia, para quem defende a liberdade, para quem defende uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas o desaparecimento de dois grandes líderes como eles.

Os Auditores Fiscais do Trabalho, sensibilizados com essa perda, querem transmitir às famílias, aos amigos e a todo o povo brasileiro a nossa mensagem de solidariedade e os nossos pêsames. São pessoas que, como o senhor bem disse, se tornaram estrelas e estão no céu a nos guiar a todos. E espero que pelos bons caminhos, pois estamos muito preocupados com os rumos que tem tomado o Congresso Nacional com tantos projetos que trazem riscos aos trabalhadores, aos servidores públicos, à sociedade de um modo geral. Então, para nós, quando morre alguém que defendeu tão brilhantemente, como esses dois, os direitos das pessoas, os direitos dos trabalhadores, é um grande prejuízo para todos.

O que nós observamos é que, nesta Casa, neste momento, existem muitos Parlamentares que são realmente vinculados à defesa do interesse público, mas, no entanto, observa-se também que existem muitos – e eu diria, em maioria – que não estão necessariamente vinculados ao interesse público ou, pelo menos, não ao interesse da classe trabalhadora, o que muito nos preocupa.

Assim, pedimos a Deus que ilumine essas mentes para que pessoas como Mendes Ribeiro e Luiz Henrique venham a inspirar, no coração desses Parlamentares, a necessidade da defesa do verdadeiro interesse público e dos interesses da classe trabalhadora e dos servidores públicos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Que as palmas se ergam ao alto na forma de energia para ambos, e que nós avancemos no bom debate aqui dentro para uma construção coletiva.

Eu já estou propondo – e vocês já podem se pronunciar a respeito – que essa nossa audiência pública passe para o dia 25, para haver tempo para as pessoas se mobilizarem. É também numa segunda-feira, neste mesmo mês.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Querida Deputada, eu sei, é que você não estava aqui na abertura dos trabalhos.

Eu informei, na abertura dos trabalhos – permita-me explicar de forma muito carinhosa –, que o Senado decretou luto de três dias. Morreu, ontem, o nosso querido amigo Senador Luiz Henrique. Morreu, ontem, o nosso querido amigo Deputado Federal Mendes Ribeiro.

A orientação que eu tinha, de praxe na Casa, mas que foi aberta uma exceção pelo Senador Renan Calheiros, é que não abríssemos os trabalhos. Eu abri os trabalhos, autorizado pelo Presidente da Casa, fiz uma homenagem aqui, com um pronunciamento que acho que demorou uns 10 a 15 minutos, que eu escrevi ontem, homenageando esses dois grandes homens públicos. Em seguida, tomei a decisão de permitir que cada entidade presente pudesse fazer uma saudação a esses dois líderes do velho MDB, do PMDB e que partiram ontem. Dos homens com os quais eu tinha sempre uma porta de diálogo, de entendimento. Eu diria que, na maioria das vezes, nós travamos o bom combate juntos.

Fiz um apelo às entidades nesse sentido e todas as entidades presentes entenderam. Eu já disse que, nesta mesma reunião, eu já marcaria a próxima. Só não faço na próxima segunda, porque não é minha a audiência, é de um outro Senador. Então, em respeito a ele, que não está presente, a outra que eu encaminhei já estou transferindo, por decisão minha, a do dia 25, passarei para mais à frente, em homenagem a vocês.

Como no dia 22, receberei o título de cidadão de Porto Alegre, a reunião do dia 25 seria presidida por um outro Senador. Já mandei transferir o meu voo para que eu esteja aqui já no domingo à noite para estar com vocês no dia 25 às 9h, para fazermos esse debate tão importante da liberdade e direito de greve.

Na abertura, eu pedi que cada líder que usasse da palavra, para que fique nos Anais da Casa, diga seu nome e a entidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode, claro. Depois ele pode falar, inclusive. Esse é um momento de homenagem à liberdade, à democracia e a esses dois homens públicos.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Senador, sou Margarida, Presidente da Anfip.

Quando eu me referi, fiquei preocupada não porque o senhor está fazendo essa homenagem absolutamente corretíssima, mas porque o senhor falou em uma outra segunda-feira. O problema é que segunda-feira é realmente uma odisseia para gente chegar aqui. Eu que moro no interior de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu posso trocar. Todo mundo prefere a segunda porque nós temos a TV ao vivo para todo o Brasil, mas posso jogar para uma terça ou uma quarta.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – E no dia 25, que o senhor já marcou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Apenas sugeri; se o plenário entender diferente...

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Nós vamos estar em Maceió, na nossa convenção nacional, na qual o senhor é nosso convidado especial, de 23 a 26.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Podemos trocar, não já problema nenhum.

Então, eu proponho o seguinte: a não ser na próxima segunda, que já há um Senador que pediu uma audiência específica dele, vocês marcam o dia e eu faço a audiência, seja segunda, seja terça, quarta, quinta ou sexta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ser na outra segunda, depois dessa do dia 25 – estão propondo aqui.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Depois do dia 25, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, eu agendo e troco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, fica acertada para o dia 1º de junho a nossa audiência, faremos uma ampla convocação. Se vocês concordarem com o dia 1º de junho, farão um esforço para vir no domingo. Como eu venho sempre aos domingos para estar aqui na segunda de manhã, tenho certeza de que vocês também virão. (*Risos.*)

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Estou viajando desde ontem às 17h.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É mais ou menos o que eu faço.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Eu tive que sair de Araçatuba para pegar um avião em Rio Preto. Chegou a Rio Preto estava tudo parado por causa da chuva imensa que houve, aí nos mandaram para Campinas; pousamos em Campinas para pegar o voo agora cedo, por isso cheguei atrasada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na fala de cada um, diga se concorda com o dia 1º de junho. Se não concordar, a gente reúne e vê a melhor data.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Acho que, para nós, está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, nós transformamos esta reunião, a pedido meu, com a tolerância do Presidente – porque estamos três dias de luto – numa reunião de homenagem. Claro, dentro da homenagem, como fez muito bem a querida Rosa Maria, já ponderou também que sirva de iluminação a força deles, para que avancemos.

Oxalá, todos sabem o momento que estou atravessando em relação às duas medidas provisórias. Vejo a CUT aqui. Não consigo votar contra os trabalhadores. Perdoem-me. Estou anunciando aqui agora. Não vou conseguir votar contra. Teria de votar contra as medidas provisórias, contra a terceirização, e direi no Plenário, porque, com 65 anos, é uma decisão que tomei neste fim de semana. Quando tomei essa decisão, soube da morte do Deputado e do Senador.

Não vou conseguir fazer isso. Vou seguir a minha coerência, a minha consciência. A vontade que, entendo, é de todas as centrais, de todas as entidades, dos trabalhadores. Pode haver uma ou outra entidade que tomou um caminho diferente, mas, se consultarmos a base, não tenho qualquer dúvida de que esta tem a posição que adotarei esta semana.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – V. Exª votará favoravelmente? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente o contrário.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Não havia entendido. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desde que cheguei aqui, venho falando um pouco sobre isso, porque não havia falado em público em momento algum.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tanto em relação às medidas provisórias, quanto em relação à terceirização.

Não estamos falando aqui de como o Paulo Paim vai votar, mas principalmente sobre os dois homens públicos que perdemos, pelos quais temos enorme carinho. Queria que as entidades fizessem algumas considerações.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Sim. Sem dúvida, é uma perda muito grande para o cenário político, e nós nos consternamos com isso, porque esperamos, assim como a Rosa disse, que o exemplo deles de vida sirva para os que estão aqui, para os que estão trabalhando, porque estamos atravessando realmente um momento de crise das instituições nacionais muito grande.

Não dá para entender o que acontece neste País. Acontece tanta coisa, mas ninguém toma nenhuma atitude, nenhuma providência.

Então, precisamos de pessoas como V. Exª também, que acabou de declarar o seu voto a favor das pessoas, a favor do povo e dos trabalhadores.

Esperamos que este momento de luto seja de reflexão para esta Casa, porque o País está perplexo. Agora mesmo, Arnaldo Jabor escreveu um artigo que foi proibido inclusive, que foi tirado do ar, porque ele relata exatamente o que as pessoas pensam deste momento. Todo mundo sabe, todo mundo viu, todo mundo já viu as provas todas, mas nenhuma instituição faz alguma coisa, ou, se faz; faz a longo prazo, muito demoradamente, o que não dá resultado. As pessoas maquiam o que fizeram de errado, como se fosse o certo. Aí, nesse caso, é o povo que não entende, está errado, e essas pessoas é que estão certas.

Penso que tudo isso é muito preocupante. Acho que este é o momento, para que todos pensem, avaliem e vejam que o nosso País está tomando um rumo muito estranho. É preciso corrigir isso.

Então, a nossa homenagem a esses dois lutadores que se foram, a homenagem da Anfip, esperando que isso traga para as pessoas um momento de pensamento, de autoanálise, no sentido de ver que precisamos melhorar o nosso País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, a próxima entidade. Faria um apelo muito grande, para não ferir o espírito da situação, no sentido de nos centrarmos principalmente nas homenagens aos dois, como fizeram as duas líderes sindicais.

O SR. MÁRIO PINHO – Obrigado, Senador. Sou Mário Pinho, Vice-Presidente do Sindifisco Nacional.

É muito ruim chegarmos numa segunda-feira com uma notícia tão desalentadora, tão ruim. Nós, do Sindifisco Nacional, recebemos com muita consternação a notícia da perda desses dois grandes líderes.

São pessoas que contribuíram de uma forma muito bonita para o debate democrático, para a democracia brasileira, mas temos aí também o nosso alento de saber que perdas como essa podem gerar debates, e debates muito importantes dentro do Congresso Nacional, no sentido até de que o exemplo deixado por esses dois grandes homens seja seguido.

Os trabalhadores perceberam desde o início desta Legislatura que o Congresso Nacional adquiriu uma configuração que nos é muito mais desfavorável se comparada com o que tínhamos em Legislaturas passadas, e aí essas perdas realmente ganham dimensões muito maiores ainda.

Uma outra coisa para nós é importante. Apesar de o senhor ter pedido para centrarmos a nossa fala em uma homenagem ao Deputado Mendes Ribeiro e ao Senador Luiz Henrique, eu não posso deixar de ressaltar que recebemos também com muita satisfação o seu anúncio de que votará favoravelmente aos trabalhadores na discussão, agora, das MPs 664, 665, do projeto da terceirização.

Para nós, isso é uma forma de nos sentirmos confortados num momento de perda, num momento tão difícil para toda a democracia brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu agradeço muito sua fala, Mário Pinho, Vice-Presidente do Sindifisco Nacional, e permita que eu faça um gancho a partir da sua fala, por conhecer muito a ambos. Se lhes perguntassem o voto que aqui anunciei, ambos diriam: "Paim não poderia fazer outra coisa. Eu entendo". Tenho certeza de que eles diriam isto: "Paim não poderia fazer outra coisa. Como eu não direi, mas teve um grande líder nacional que me disse isto: "Você não pode fazer diferente".

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Bom dia, Senador Paim. Bom dia a todas e a todos. Sou Sebastião Soares, da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).

Ao manifestar as condolências por essas perdas, antes, é necessário resgatar aqui a sua posição, Senador, que não poderia ser diferente. E não é de agora. Em vários momentos, o senhor teve a coragem de nadar contra a correnteza para assumir o lado dos trabalhadores. Desde 2003, nas medidas provisórias, na emenda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ali, surgiu a PEC paralela, tão importante para todos nós.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – A PEC paralela foi de lá, justamente dessa resistência, dessa coragem de se colocar contra a correnteza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem sabe Deus ilumine, e a gente saia com outra proposta.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sai dessas e vem para uma outra.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Perfeito. Acho que essa posição do senhor serve não só para nos alegrar e nos fortalecer, mas até para motivar outros Parlamentares a terem comportamento semelhante.

E, com a perda destes dois Parlamentares, o Senador Luiz Henrique e o Deputado Mendes Ribeiro, eu diria que as trincheiras das lutas democráticas perdem dois destacados batalhadores.

O Senador Luiz Henrique foi nosso aliado em várias lutas no Parlamento, pela Confederação, pela Central, em vários momentos, ele foi nosso interlocutor, mediou vários conflitos que tivemos aqui. Então, tínhamos relação muito estreita com ele. Ontem à noite, ao ser informado do seu falecimento, perdemos um aliado. Apesar de, em algumas vezes, termos tido divergências, ele sempre se pautou pelo debate democrático, pela abertura ao diálogo e à negociação.

Então, o nosso entendimento é de que essas perdas possam iluminar este momento, especialmente quando temos um Parlamento, especificamente a Câmara dos Deputados, dos mais perigosos para os trabalhadores e, eu diria, para a sociedade brasileira, porque prevalece ali o interesse de determinados grupos que bancaram a eleição. E, neste momento, a perda do Senador Luiz Henrique quem sabe possa iluminar os demais Parlamentares a seguirem e trilharem o exemplo dele, de sempre ser aberto ao diálogo e jamais forçar ou impor seus pontos de vista sem diálogo, sem debate e sem negociação.

Ao senhor, mais uma vez, parabéns por sua postura, que é histórica. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sebastião Soares da Silva, Secretário-Executivo da Nova Central Sindical.

Aqui, já temos mais dois inscritos. Por favor. Em seguida, lá atrás...

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Daro, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para informar a quem está assistindo a esta reunião, que todos que usaram da palavra até o momento eram painelistas no dia de hoje e que estão na nossa lista aqui. Só que estou deixando a liberdade de não seguir a lista e cada um falar.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Primeiramente, queria homenagear o Senador Luiz Henrique e o Deputado Mendes Ribeiro pelo ocorrido, lembrando que a morte é inexorável à vida. Ela nos entristece e enche de saudade pela perda de familiares, de um amigo, mas também é um momento de reflexão; é o momento de

podermos refletir a vida, refletir, principalmente, a obra daqueles que se vão. E lembrar que, tanto na obra do Senador Luiz Henrique quanto na do Deputado Mendes Ribeiro, o importante é que eles não morrem em vão, porque a vida deles permanecerá nas suas obras e, principalmente, no seu legado, legado que deverá ser inspirador para as novas gerações. De forma que são vidas que permanecem.

Consequentemente, com o adiamento desta reunião de hoje, eu deveria informar que eu prefiro a data do dia 25, no dia 1º não poderei estar, mas, a permanecer o dia 1º, haverá um representante do meu sindicato aqui. Não vamos complicar os trabalhos.

Além de homenageá-lo pela abertura, Senador, por fazer desta reunião uma reunião solene, uma homenagem, porque é sempre muito importante que sempre homenageemos aqueles que nos servem de exemplo, e pela sua postura sempre reta nas questões da defesa dos interesses dos trabalhadores.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Falou o Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central.

Agora, ali atrás.

O SR. RUDINEI MARQUES – Rudinei Marques, Presidente do Unacon Sindical, do Sindicato dos Servidores da Controladoria-Geral da União e da Secretaria do Tesouro Nacional. Sou gaúcho também. Então, conheci o Deputado Mendes Ribeiro, seu pai, grande Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O pai dele foi Deputado Federal junto comigo.

O SR. RUDINEI MARQUES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande constituinte ele foi.

O SR. RUDINEI MARQUES – Isso. E também Luiz Henrique, de Santa Catarina, Estado vizinho.

Eu venho de uma formação filosófica e poderíamos dizer que a morte é o grande e, talvez, o único problema filosófico sempre posto diante de nós. Mas, como o Daro falou, é inexorável, nós não temos ingerência sobre a morte; temos ingerência, sim, sobre a vida. Então, a pergunta "como devemos viver", que exige uma resposta ética, é a única pergunta que, por decorrência, nos resta responder, não com palavras, mas com a nossa vida. Geralmente, vemos duas tendências básicas nos seres humanos. Uma, de se jogar para a vida e tentar usufruir dela tudo que for possível absorver. E outra, é rejeitar a vida. Então, agarrar a vida ou rejeitar a vida se torna nossa dicotomia existencial.

Nós poderíamos dizer que, tanto o Deputado quanto o Senador, optaram por um caminho do meio, que é compreender a vida e, compreendendo-a, dar o melhor de si para que a existência seja plena de significado.

Acredito que, se o ser humano consegue dar essa resposta ética existencial, a morte não se torna um problema, porque ele, em vida, deu as respostas necessárias que nos deixam muito tranquilos no momento de partida.

E temos a certeza de que o Senador Paim, também pela sua coerência existencial e ética, vota tranquilo, mesmo correndo o risco de punições, mas pode ter certeza de que os trabalhadores deste País estarão ao seu lado, hoje e sempre.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu lhe agradeço, Rudinei Marques, Secretário-Geral do Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado.

Eu tenho aqui o nome da cada um, mas faço questão que cada um registre o nome e a entidade.

O SR. ANTÔNIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Bom dia, Senador. Meu nome é Antônio de Lisboa, sou Secretário de Relações Internacionais da CUT.

Quero, muito rapidamente, estender os meus pesares e da nossa executiva, do Presidente Vagner Freitas, aos familiares desses dois políticos, dizer também que, com relação à nova data para a audiência, fica a seu critério – não sei quem virá, mas com certeza a CUT estará presente, porque é um debate fundamental para nós – e também aproveitar para cumprimentar, mais uma vez, o senhor pela sua declaração de que votará favoravelmente aos trabalhadores tanto nas duas medidas provisórias em discussão aqui, no Congresso Nacional, quanto no projeto de terceirização.

Vou levar isso para a CUT e dizer que, embora já fosse esperado, não deixa de ser uma boa notícia o senhor declarar já, diante mão, sua posição. Espero, inclusive, que isso sirva para que a gente possa reverter aqui, no Senado, o desastre que foi na Câmara com relação ao PL 4.330, mas também com relação às duas medidas provisórias. Vou levar essa informação à CUT.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, eu que agradeço.

Este foi o Antônio de Lisboa, Secretário de Relações Internacionais da CUT, sindicalista com o qual participei junto desde a fundação da CUT.

Quero também cumprimentar você, Antônio de Lisboa, e a Central pela posição firme adotada durante todo o debate das três MPs. Podem saber que essa posição firme da CUT durante o debate das três MPs... Inclusive, permita-me apenas um comentário, Lisboa. Quando eu estive em São Paulo comentando sobre o tema com o ex-Presidente Lula, o Vagner estava presente. A posição do Vagner foi muito firme e muito clara e, por isso, eu fiz aquela declaração aqui na abertura dos trabalhos, que você entendeu.

O próximo inscrito é o... Já estou com seu nome aqui nas duas listas, mas faço questão que você diga o nome e a entidade.

O SR. RENATO BORGES DIAS – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente.

Meu nome é Renato Dias, falo como Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais.

Quero aqui também prestar as nossas condolências, em nome da nossa categoria, aos familiares e amigos e também aos Senadores desta Casa que se encontram enlutados pelo passamento do Senador Luiz Henrique e também pelo falecimento do ex-Deputado Federal Mendes Ribeiro.

Quero aqui fazer um pronunciamento, lembrando e regatando também a luta nobre e reta, como todos os que aqui me antecederam já se posicionaram, no sentido da carência que o povo brasileiro tem em ter representantes no Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal, de políticos que tenham posição formada em suas lutas, em suas convicções, ao longo da sua trajetória política, e que as mantenham mesmo nos momentos em que são colocados em situações difíceis de posicionamento, contrariando muitas vezes a diretriz de seu partido, de sua executiva; aqueles que são da situação, muitas vezes contrariando as diretrizes do Governo, como V. Exª acabou de se posicionar aqui – e, por esse motivo, também queremos lhe cumprimentar.

O ex-Deputado Mendes Ribeiro também pautou na Câmara dos Deputados a sua luta pelo compromisso nobre de sempre estar com sua consciência tranquila e fazendo justiça aos direitos dos trabalhadores. Ali as carreiras que têm a prerrogativa da aposentadoria por exercer atividade de risco constante lutam, desde 2006, e lá foi apresentado o PLP 330, de 2006, do Deputado Mendes Ribeiro, que justamente pontuava nesse sentido de preservar um direito que já era regido pela Lei Complementar 51, de 1985. Em 2010, o Governo apresenta o PLP 554 totalmente contrário – esses PLPs caminham juntos.

Então, Mendes Ribeiro, na nossa luta, sempre estará vivo na nossa memória, porque, assim como esse projeto, tenho certeza de que muitos outros eram apresentados sempre no sentido de fazer o que é justo, o que é reto, na defesa dos direitos constitucionais e em defesa dos trabalhadores.

Por essas razões, deixo aqui registradas as nossas condolências a esses dois Parlamentares, a todas as famílias, aos seus pares aqui do Senado, na pessoa de V. Exª.

Sobre a audiência, também, dia 1º eu não vou estar presente em Brasília, mas, com certeza, a nossa entidade encaminhará um representante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Renato Antônio Borges Dias, diretor da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais.

Não sei se o Vladimir... Entre os convidados, só faltou o Vladimir.

Alguma outra entidade que não usou a palavra, se quiser fazer, por favor.

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Bom dia a todos.

Senador, meu nome é Cíntia Rangel Assumpção, eu sou Diretora da CSPB.

Neste momento de tamanho vazio de esperanças no Parlamento brasileiro, nós lamentamos profundamente a morte do Senador Luiz Henrique da Silveira e do ex-Deputado e ex-Ministro Mendes Ribeiro Filho.

A política brasileira perde homens públicos comprometidos com o Brasil, que lutaram, acima de tudo, pelo Estado democrático de direito.

Nosso mais profundo pesar pela morte desses homens. Nossos sentimentos às suas famílias e também o desejo de que esse vazio, de que o vazio deixado por eles tenha a capacidade de ser preenchido e de fomentar o diálogo entre os Poderes e ampliar o que, hoje, está tão ausente...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – ...o compromisso do Parlamento brasileiro com a defesa do povo e dos seus interesses, do trabalhador.

Eu também quero aproveitar a oportunidade para agradecê-lo, Senador Paim. Muito obrigada por ser fiel aos seus princípios. Neste momento em que o povo brasileiro olha para o Parlamento com tamanho desapego, o senhor continua sendo, talvez, o único pilar que ainda mantém a nossa defesa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Cíntia Rangel Assumpção, Diretora da CSPB.

Na verdade, esse é um grande líder sindical de anos e anos. Ele viu a entidade representada e não falou, mas eu, enfim...

O SR. VLADIMIR NEPUMUCENO – Apenas para registrar que, como eu estou aqui em nome do Governo, a posição nossa em relação ao falecimento dos dois Parlamentares foi externada, ontem, pela Senhora Presidenta, então, eu me refiro apenas à fala dela.

Em relação à audiência, a data que for melhor para o Senador para nós está perfeita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Faço meus cumprimentos a esse que foi um grande líder sindical. Hoje, claro, tem o seu espaço indicado e reconhecido dentro do Governo e tem tido uma postura muito, muito de diálogo, de conversações com as entidades.

Toda vez que é convidado, está aqui para expressar o seu ponto de vista, apontando na linha da construção de alternativas possíveis – possíveis, claro, dentro da capacidade de cada Ministério.

O SR. ANTÔNIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Senador, em nome do Fórum Nacional Permanente de Carreiras de Estado, que solicitou a audiência, a gente ratifica, então, essa proposta do dia 1º de junho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ANTÔNIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Pode ser dia 1º. Fica bem para a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, fica agendada. Eu sei que é difícil uma agenda que, ao mesmo tempo, combine com cada um e dê certo com todas as agendas.

Então, vamos deixar marcado o dia 1º de junho. Fica, já, acertado, fica constando em ata. Eu vou trocar a do dia 1º de junho para um outro momento. Eles entenderão também, devido ao fato da perda desses dois grandes líderes.

Pois não, Rosa Maria.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Sim.

Eu gostaria de externar, aqui, um convite, que nós já enviamos para todas as entidades e ao senhor também.

Nós estamos realizando, em conjunto com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, algumas atividades, nesta semana, que serão, todas elas, em homenagem aos 20 anos de existência do grupo especial móvel de combate ao trabalho escravo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inclusive, queremos homenageá-los na grande audiência no Petrônio Portella, que foi pedida pelas entidades sindicais. Foi bom você lembrar. Fizeram um grande movimento e, lá, vamos ter o tempo necessário para homenageá-los também. Queremos vê-los lá, no dia 14, com início às 9h.

Permita-me aproveitar o momento para lembrar este evento importante, dia 14, às 9h – Terceirização: revogação da Lei Áurea e o trabalho escravo. Esse é o eixo. É como se fosse uma coisa só, porque terceirização seria a legalização de tudo isso, revogação da Lei Áurea e legalização do trabalho escravo.

Por favor, continue.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Na verdade, ao longo desses 20 anos, meus colegas libertaram algo próximo de 50 mil trabalhadores da condição de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cinquenta mil! Palmas para eles! (*Palmas.*)

E a tristeza de ter que reconhecer isso, mas que bom que foram libertados.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Sim.

E haverá, então, uma sessão solene de homenagem no auditório do Ministério do Trabalho e Emprego, dia 13, de 9h a 12h, para a qual estão todos convidados. Será uma sessão presidida pelo Ministro do Trabalho, com a presença de diversas autoridades. Gostaríamos muito que o senhor e a Senadora também estivessem presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria pedir um aparte.

A Senadora Ana Amélia, claro, estava assistindo à nossa reunião, e tenho certeza de que ela fez questão de vir aqui dar um depoimento em relação à perda de nossos dois queridos. Em seguida, ela vai fazer sua fala em relação a esse momento.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Temos uma preocupação, Senador, de divulgar para a sociedade o que é o trabalho escravo e o quanto ele ainda, infelizmente, é praticado no nosso País. Nós gostaríamos muito de chegar o momento em que diremos que não é mais necessária a existência do grupo de fiscalização móvel, que seria aquele momento em que a gente não encontraria mais nenhum trabalhador escravizado. Enquanto isso, vamos continuar fazendo nosso trabalho.

Fizemos também uma exposição fotográfica, que será inaugurada no anexo do Palácio do Planalto, dia 13, à tarde, mostrando as condições de degradação em que são encontrados os trabalhadores pelo grupo móvel. São os flagrantes da vida real.

E, dia 14, corroborando seu convite, estamos convidando todos os trabalhadores, todos os líderes sindicais e todos os Parlamentares para essa grande audiência, que será presidida por V. Exª, que vai tratar do tema da terceirização, que, para nós, auditores fiscais do trabalho, tem tudo a ver com trabalho escravo. Será o momento em que também o grupo móvel será homenageado, além de outras instituições públicas e privadas que têm dado sua contribuição nessa área. Então, é apenas para ratificar esse convite.

Parabenizo V. Exª, mais uma vez, pela sua posição em favor dos trabalhadores, contra as Medidas Provisórias 664 e 665 e contra o projeto de terceirização, que, certamente, virão para trazer mais prejuízos para a classe trabalhadora e para os servidores públicos. Parabéns, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Srª Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sinait.

Temos a presença de duas Senadoras.

O Sebastião quer dar apenas um pequeno aviso, em seguida, passarei a palavra à Senadora Vanessa e à Senadora Ana Amélia, por ordem de chegada.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Estendendo os cumprimentos à Senadora Vanessa, guerreira das causas dos nossos trabalhadores, e à Senadora Ana Amélia, que tem sido nossa parceira em vários eventos, eu queria reafirmar a audiência do dia 14, às 9h, Senador Paim, porque, para nós, é um momento extremamente importante, o enfrentamento desse massacre sobre os direitos sociais, trabalhistas e sindicais que é a terceirização. Então, pretendemos fazer essa grande audiência no dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No Petrônio Portella.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – No Petrônio Portella, a partir das 9h, com as homenagens a esse trabalho fundamental e extremamente importante dos auditores fiscais do trabalho, inclusive reconhecendo a necessidade de termos uma presença mais efetiva para a condenação daqueles criminosos que estão em liberdade já há quase dez anos, após a morte dos fiscais do trabalho, e, até hoje, praticamente não se fez nada.

E, por último, Senador, é sobre a Nova Central e CSPB, que têm acordo com a data do 1º de junho, mas teríamos uma pequena emenda a fazer. Direito de greve sem negociação coletiva, Senador, é farsa, é fraude! Então, não podemos discutir direito de greve, sem discutir a regulamentação da Convenção 151.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Será assegurado que se debata nessa linha.

O SR. ANTÔNIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Perfeito! E que o debate fosse justamente sobre isso, porque discutir apenas o exercício do direito de greve, sem o estabelecimento do espaço e composição de conflito, é uma discussão inócua, vazia e que não vai chegar a atender à efetiva necessidade da construção dos direitos sindicais e trabalhistas dos servidores públicos deste País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Só para situar as duas Senadoras, fiz, na abertura, uma homenagem carinhosa e de muito coração aos nossos dois queridos Parlamentares que perdemos no dia hoje: o nosso querido gaúcho e Deputado Federal Mendes Ribeiro e o nosso querido também Líder nacional, eu diria, do MDB e do PMDB, o nosso querido Senador Luiz Henrique. E transformei a fala das entidades em homenagem aos dois, aos familiares. E, como disse, o Brasil chora a perda de dois grandes Líderes.

E, a partir disso, íamos para o encerramento. E é uma satisfação enorme receber a presença dessas duas lutadoras, para que elas façam também a sua fala nesse sentido da audiência pública de hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro colega Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, Comissão de Direitos Humanos, cara Senadora Vanessa Grazziotin, que é Procuradora da Mulher no Senado Federal, caros líderes sindicalistas, representantes do Ministério, da Procuradoria e dos fiscais do trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Centrais sindicais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... centrais sindicais, lideranças dos trabalhadores, a Casa tem-se debruçado, com muito empenho, sobre os interesses dos trabalhadores. Tive a honra, na semana que passou, de ter sido a Relatora, na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da lei que regulamentou o trabalho doméstico. E foi um trabalho de grande entendimento entre empregadores e trabalhadores domésticos.

Foi uma conquista social de alta relevância que vinha como o necessário resgate dos direitos dos trabalhadores domésticos. Conseguimos, inclusive, ajustar a contribuição sindical. Isso, porque como iria a categoria das domésticas e dos domésticos trabalhar, defender os seus interesses, sem uma mínima condição de ter uma

sala, para funcionar; um telefone, para se comunicar; uma rede social, para fazer a convocação, para discutir? É o mínimo de funcionamento. E nós, então, nesse relatório, entendemos que era necessário e foi mantido.

Então, penso que isso foi um atendimento a uma demanda relevante para a categoria se organizar, porque não há como você ter defesas sem se organizar. E a organização precisa de recursos. E todos os senhores aqui, lideranças de sindicatos ou centrais sindicais e todos os outros que se reúnem nos seus sindicatos e associações sabem que isso é necessário.

Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, porque esta Comissão que ele preside, a Comissão de Direitos Humanos, tem tudo a ver com a figura desses dois políticos que perdemos em situações diferentes. O Deputado e ex-Ministro Mendes Ribeiro Filho, nosso conterrâneo, do Rio Grande do Sul, batalhou longamente contra um doloroso câncer. E ele, digamos, quando falamos sobre isso, descansou, porque não é uma vida o sofrimento.

Conheci também o pai dele, e o Senador Paim também o conheceu. Foi um Deputado combativo, na Constituição de 1988; defendeu muitos direitos dos trabalhadores, os direitos sociais. Vocês que já têm cabelo branco lembram-se de Mendes Ribeiro e Mendes Ribeiro Filho. E ele também, os dois eram do PMDB.

Então, a morte de Mendes Ribeiro, que estava hospital-casa-hospital-casa, foi uma morte que não queríamos, mas ela estava prevista pelo sofrimento dele. Temos que ter realismo com a vida e com a situação das pessoas.

Mas a morte do Luiz Henrique foi aquela morte que choca, porque ele estava muito bem, muito bem, fazendo, aqui no Senado, um trabalho extraordinário. Era um dos Senadores – eu diria – mais globalizados, pela relação com a Rússia e vários países do Leste Europeu. Ter trazido a única escola de balé do Bolshoi, que é o Balé mais respeitado e conhecido do mundo, para Joinville, a cidade onde ele foi Prefeito, mais de uma vez – e foi Governador de Santa Catarina – já seria um feito. Mas ele não se limitou a isso, ele fez muito mais coisas.

Há o Festival de Dança de Joinville, que é famoso. Ele levou empresas importantes para o seu Estado, Santa Catarina, e pavimentou o caminho da área das academias, das universidades, com uma relação intensa com institutos de estudos da Alemanha e de vários países.

Trabalhou muito para transformar Santa Catarina, junto com outros governos, em zona livre de aftosa sem vacinação, e, do ponto de vista sanitário, Santa Catarina tem padrão internacional. É um Estado entre Paraná e Rio Grande do Sul, com uma fronteira em que controlaram a incidência de aftosa.

Santa Catarina é hoje um dos maiores produtores de toda a cadeia produtiva de frangos e suínos, com as grandes empresas que operam neste setor. Na fruticultura, as maçãs catarinenses são tão famosas. Hoje há uma produção de vinhos de grande qualidade.

Sempre houve a mão do Luiz Henrique – claro, junto a grandes empreendedores –, mas com a liderança dele.

Então, ontem, quando recebi a notícia da morte dele, foi um choque, uma coisa muito triste, porque é aquela morte inesperada que chegou, assim como um acidente de carro em que uma mãe perde um filho. E no Dia das Mães. Eu liguei para a Ivete, a esposa dele. E era um casal que vivia... Viajamos, porque tivemos muitos compromissos fora do Brasil, e estávamos sempre juntos. O casal – a Ivete e o Luiz Henrique –, os dois são pessoas muito, muito amáveis, muito agradáveis no convívio.

O Luiz Henrique, com o papel que teve... Eu diria que foi talvez um dos mais íntimos amigos do Dr. Ulysses Guimarães, da Constituição Cidadã, e ele tinha grande orgulho disso. Ganhou todas as eleições de que participou. Só perdeu a disputa à Presidência do Senado. Eu tive a honra de estar ao lado dele.

Queria agora fazer um registro da atitude do Presidente Renan Calheiros de conseguir, com a Força Aérea Brasileira, disponibilizar uma aeronave, para que os Senadores, à uma hora da tarde, prestem esta última homenagem a um colega que dignificou não só Santa Catarina, mas que dignificou e honrou a política brasileira. Luiz Henrique deixa um vazio enorme na política, não só de Santa Catarina, onde a mão dele sempre esteve presente, nas sucessões do Estado e no seu Município de Joinville. Esse vazio vai ser difícil de se preencher. Diz o ditado que as pessoas não são insubstituíveis. São! Luiz Henrique é insubstituível, pela sua natureza, jeito, habilidade, elegância, pelo respeito que tinha com os colegas e pelo preparo intelectual. Era um político de um preparo intelectual invejável, exemplar.

Então, Senador Paulo Paim, fico muito feliz de ver um colega Senador do meu Estado presidindo e fazendo desta audiência pública esta homenagem. É justíssima! E penso também que o Presidente Renan Calheiros, pelo gesto que teve, demonstra o grau da sua Liderança, na Casa, e o grau de solidariedade à família do Luiz Henrique e à Santa Catarina. Quero cumprimentar aqui, publicamente, o gesto do Presidente Renan Calheiros de proporcionar aos Senadores esta última homenagem.

Penso que não é porque a pessoa morre que fica boa. Não é isso. Nós estamos aqui – eu diria – em um dever moral, em um dever de justiça, falando sobre esse homem que foi nosso amigo, que dialogava com muita intensidade – vinha falando com o Senador Paim –, porque era muito tranquilo o relacionamento com o Luiz Henrique.

E até eu digo que o dia de hoje e o de ontem estavam nublados; é que o céu chorou um pouquinho também pela morte desse nosso colega tão querido, tão estimado, um político de grande valor moral, intelectual e político.

Então, muito obrigada ao senhor.

Obrigada, Paim, e parabéns pela homenagem que você está fazendo, com toda a justiça, ao Luiz Henrique, que deixa um enorme vazio na política brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia – permita-me que dê este testemunho –, que, inúmeras vezes, foi comigo, junto com Simon e Zambiasi, ao gabinete do Luiz Henrique, nessa linha que ela mencionou, para falar sobre a renegociação da dívida dos Estados.

Ele conseguiu unir todo mundo. Os governadores nos Estados...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Bem lembrado, Senador Paim. Bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... e, com aquela capacidade dele de articulador, se existe hoje o projeto aprovado e, eu diria, até regulamentado foi porque Luiz Henrique...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Estava liderando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... foi o grande herói desse processo.

Meus cumprimentos, Senadora.

Senadora Vanessa Grazziotin, que estava emocionada aqui, falando sobre o contato que ela teve inclusive com pessoas que trabalhavam com ele.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Ela é catarinense. Ela é catarinense.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Da mesma forma como fez a Senadora Ana Amélia, Senador Paim, eu quero cumprimentá-lo.

Eu estava em casa, ligando para o meu gabinete, quando, na passagem da ligação, ouvi a Rádio Câmara, que estava sendo transmitida. Eu ouvi a homenagem e fiz questão de, rapidamente, vir até aqui, para poder falar poucas palavras, mas palavras que entendo devo dizer.

Faço uma homenagem a duas pessoas. Eu estendo essa homenagem ao senhor, Senador Paim, e à Senadora Ana Amélia, porque são do Rio Grande do Sul, o Estado do Mendes Ribeiro, um grande amigo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não precisam focar, mas os olhos dela estão cheios d'água.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – .... além de um grande Parlamentar. Homenageio também o Senador Luiz Henrique.

A cada vinte dias mais ou menos, eu perguntava à Manuela, nossa Deputada do Rio Grande do Sul, sobre a situação do Mendes Ribeiro. E, na última vez, falei com o filho dele, que é Vereador. Liguei para saber como estava, e vi como a sua família, Senadora Ana Amélia, Senador Paim, como os senhores já disseram, estava preparada para essa partida.

Nós acompanhamos o início da doença dele na Câmara dos Deputados. Era muito mais do que um Deputado. Um Deputado progressista, um Deputado comprometido com o seu Estado, com o País, mas era um amigo, acima de tudo. Um amigo para quem a gente não podia dizer que estava precisando de absolutamente nada que, imediatamente, ele dava um jeito de resolver, fosse o que fosse.

Mas sei que a família teve esse período todo para se preparar, e o filho ficou muito emocionado quando eu disse "quero encontrá-lo em Brasília, que você siga os passos do seu pai". E ele, muito jovem, sente o peso que é dar continuação ao trabalho de Mendes Ribeiro.

Então, eu quero aqui, de público, nesta Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, prestar a minha homenagem a esse grande homem, Ministro, que dividia todos os problemas. Qualquer problema que ele tinha em relação ao meu Estado ele me ligava para contar. Em certo período, nós enfrentamos a dificuldade do povo do meu Estado quando viveu uma cheia e perdeu toda a produção. Na época, era Ministro o Mendes Ribeiro, e ele mesmo tomou a iniciativa e nos ajudou muito a reparar os danos sofridos por aquelas pessoas.

Por fim, ontem fiquei sabendo da notícia pelo nosso grupo do WhatsApp de Senadoras. A Senadora Sandra postou sobre o falecimento do nosso querido Senador. E o que me machucou muito, como a senhora disse, Senadora Ana Amélia, foi a cena que presenciei hoje cedo, ao voltar para casa: vi o motorista do Senador Luiz Henrique chegando não mais para pegá-lo, mas para pegar, certamente, algumas coisas dele. Isso mostra como a vida é imprevisível. O Senador esteve um tempo fora, viajando, e acompanhei de longe a viagem deles, principalmente através do Senador Jorge Viana. Aliás, o Senador Jorge Viana não esteve conosco na semana passada, e fui saber o que houve; soube que ele quebrou o tornozelo, por isso não estava conosco na última semana.

Pois bem, eu sou de Santa Catarina e quero dizer que uma das maiores emoções que eu vivi, quando cheguei aqui, foi uma conversa que tive com ele. Ele perguntava quem eram aqueles amigos dele, se eu os conhecia. Eram irmãos do meu pai, muito amigos do Luiz Henrique. A partir dali, todas as vezes em que estávamos juntos, ele me contava uma história diferente, da sua passagem, do seu relacionamento com minha família em Joinville e em Florianópolis.

Mais do que isso, eu sou uma amazonense catarinense ou catarinense amazonense e acompanho, até pelos familiares que tenho em Santa Catarina, o desenvolver do Estado. E, de fato, o Senador Luiz Henrique fez um trabalho que a história já marcou, um trabalho que eleva Santa Catarina à situação que tem hoje, a competência e a dedicação de um homem que, com idade avançada, já foi tudo na vida, mas nunca deixou o ideal.

A senhora apoiou, na linha de frente, a candidatura dele a Presidente do Senado. Um dia, ele foi a minha casa conversar comigo – ele morava embaixo, e eu, em cima – e começamos a tratar de outros assuntos que não mais a eleição. Ele já sabia da minha posição de apoio à candidatura do Renan, mas começamos a tratar de outros assuntos. E um assunto que tratamos muito, Senador Paim, foi o financiamento de campanha.

Ele é uma pessoa que olha para frente, uma pessoa que vê à frente, com toda a idade que tinha. E apaixonado pelo que fazia. Pegava um tema para tratar e só o largava quando resolvia. O Brasil precisa de homens e mulheres púbicos do jeito do Senador Luiz Henrique. Eu via o carinho com que os Senadores de Santa Catarina tratavam o Senador Luiz Henrique, que construiu uma liderança com autoridade, e não como autoritarismo.

Então, é uma perda para o Brasil, uma perda para Santa Catarina, uma perda para todos nós e uma lição: conviver com ele até ontem e hoje ele não estar mais aqui. O que significa isso? Um apaixonado pela família, um apaixonado pelos netos. Fazia muita inveja quando ele falava dos seus netos, de como ele, quando tinha tempo, corria para os netos.

Enfim, Senador Paim, quero lhe agradecer pela oportunidade de vir aqui falar essas poucas palavras, mas sinceras. A Senadora Ana Amélia falou da ida logo mais. Eu faço questão de ir também. Se pudesse, o Senado todo se transferiria para lá. Não tenho dúvida nenhuma. Se pudessem, todos iriam.

Paim, que está aqui sabe Deus como, tem que se cuidar mais. Um dia desses, Paim estava muito bem. Aí, apareceu com um problema sério de coluna, andando na cadeira de rodas. No outro dia, cadê o Paim? O Paim baixou hospital para fazer uma cirurgia de emergência. Mas está aqui o Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Graças a Deus!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a vida é muito importante. Devemos zelar por ela para continuarmos trabalhando. Eu ouvia no rádio, enquanto estava vindo, todos os depoimentos sobre a dedicação do Senador Paim em relação aos trabalhadores. Isso é importante, mas tem que estar vivo para lutar por isso, Senador Paim.

Quero aqui deixar meu abraço a todos os companheiros. Fomos muito mais que colegas de Luiz Henrique e de Mendes Ribeiro. Nós somos amigos. Quero deixar aqui a minha solidariedade à família e dizer que ele vai, mas a sua obra fica, o seu pensamento fica, a sua dedicação fica. E são é ela que nos ajudará, sem dúvida nenhuma, a seguir em frente.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin.

Assim nós encerramos esta reunião, que foi de homenagem a dois grandes líderes – como disse na abertura, o Brasil chora as suas mortes: o Senador Luiz Henrique e o nosso querido Deputado Federal gaúcho Mendes Ribeiro Filho. Tive a alegria de conviver aqui no Parlamento com o pai e com o filho.

Para encerrar, em vez de um minuto de silêncio, vamos levantar e fazer um minuto de palmas à história e à vida de Mendes Ribeiro Filho e do Senador Luiz Henrique. (*Palmas.*)

Deus ilumine a ambos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às oito horas e quarenta minutos do dia treze de maio de dois mil e quinze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Garibaldi Alves Filho**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes as Senhoras e os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Douglas Cintra** e **Vicentinho Alves.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e faz a leitura dos comunicados da Presidência. Tem

início a apreciação da pauta. **Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2013**, de autoria do Senador **Wilder Morais**, que "*reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares*". **Relatoria:** Senador **Blairo Maggi**. **Resultado**: aprovado o relatório (favorável ao projeto, com emenda). **Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2014**, de autoria do Senador **Valdir Raupp**, que "*altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para determinar a não incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação relativo a operações de compensação de energia elétrica que especifica*". **Relatoria:** Senador **Acir Gurgacz**. **Resultado**: retirado de pauta a pedido do relator. **Item 3 - Ofício "S" nº 21, de 2014,** de autoria da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que "*encaminha Relatório Anual 2012, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL*". **Relatoria**: Senador **Walter Pinheiro**. **Resultado**: aprovado o relatório (pelo conhecimento e arquivamento da matéria). **Item 4** – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 22, de 2015,** de autoria do Senador **Lasier Martins,** que requer, *"nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de propiciar aos membros da Comissão de Infraestrutura a oportunidade de obter esclarecimentos e debater com autoridades ligadas ao setor energético brasileiro pontos envolvendo o cenário atual do país no campo energético, planos estratégicos, riscos e alternativas afetas ao setor. Sugiro como convidados da Comissão para participar da Audiência Pública o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, Altino Ventura Filho; o Presidente da Empresa Brasileira Energética, Maurício Tiomno Tolmasquim; e o Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires".* **Resultado**: aprovado o requerimento. **Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 25, de 2015**, de autoria do Senador **Lasier Martins**, que *"em aditamento aos termos do Requerimento nº 22 de 2015-CI, de nossa autoria, que tem por objeto a 'realização de Audiência Pública com o objetivo de propiciar aos membros da Comissão de Infraestrutura a oportunidade de obter esclarecimentos e debater com autoridades ligadas ao setor energético brasileiro pontos envolvendo o cenário atual do país no campo energético, planos estratégicos, riscos e alternativas afetas ao setor', [requer] seja incluído como convidado o senhor ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA, integrante da diretoria da Aneel."* **Resultado:** aprovado o requerimento. **Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 23, de 2015**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que *"requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar das perspectivas de novos leilões dos blocos exploratórios de petróleo e gás no país. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Presidente do Conselho Nacional de Política Energética, o Ministro Carlos Eduardo de Souza Braga.* **Resultado:** retirado de pauta a pedido do autor. **ITENS EXTRAPAUTA: Item 7 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 27, de 2015**, de autoria do Senador **Fernando Bezerra Coelho**, que requer, *"em aditamento aos termos do Requerimento nº 22 de 2015-CI, de autoria do Senador Lasier Martins, que tem por objeto a "realização de Audiência Pública com o objetivo de propiciar aos membros da Comissão de Infraestrutura a oportunidade de obter esclarecimentos e debater com autoridades ligadas ao setor energético brasileiro pontos envolvendo o cenário atual do país no campo energético, planos estratégicos, riscos e alternativas afetas ao setor", REQUEIRO a inclusão do Senhor FABRÍCIO DANTAS LEITE, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e Membro do CONFAZ, para discorrer sobre o impacto financeiro-orçamentário na União de isenções tributárias em diferentes equipamentos de produção alternativa de energia elétrica".* **Resultado:** aprovado o requerimento, que é subscrito e aditado pelo Senador Flexa Ribeiro, para incluir como convidado o Coordenador do CONFAZ, José Tostes, Secretário de Fazenda do Estado o Pará. **Item 8 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 24, de 2015**, de autoria do Senador **Sérgio Petecão e outros**, que requer *"a criação, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subcomissão Permanente da Mineração), composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, destinada ao estudo e acompanhamento do setor da mineração no Brasil; a realizar diagnóstico dos problemas, causas e efeitos; e a apresentar soluções técnico-operacionais, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo, em substituição à Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano - CISPID".* **Resultado:** aprovado o requerimento. **Item 9 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 29, de 2015**, de autoria do Senador **Hélio José**, que requer, *"nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a extinção, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID.".* **Resultado:** aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores **Waldemir Moka, Elmano Férrer, Telmário Mota, Douglas Cintra, Blairo Maggi, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Hélio José, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Ronaldo Caiado** e **Sérgio Petecão.** Nada mais havendo a tratar, a

reunião é encerrada às dez horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviço de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Temos a pauta, e eu peço permissão, sobretudo, ao Senador Waldemir Moka para que possa, antes da pauta, fazer algumas comunicações.

Participei recentemente de uma reunião, convocada pelo Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, com todos os presidentes das Comissões Permanentes desta Casa. E o Senador Renan Calheiros fez um apelo para que observemos o farto de que o Regimento Interno do Senado Federal, art. 96, b, atribui às Comissões Permanentes desde 2014 uma nova atribuição, que é a da avaliação de políticas públicas.

O que diz esse artigo é que as Comissões Permanentes, no desempenho da competência, prevista no inciso IX do art. 90, possam selecionar na área de sua competência políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas.

Cada comissão selecionará – e quero inclusive registrar a presença do nosso Senador Elmano, valoroso Senador do Piauí, como diria Mão Santa – as políticas públicas até o dia útil do mês de março de cada ano.

Para realizar a avaliação de que trata o *caput,* que se estenderá aos impactos das políticas públicas e das atividades-meio de suporte para a sua execução, poderão ser solicitadas informações e documentos de órgãos do Poder Executivo e ao Tribunal de Contas, bem como a entidades da sociedade civil.

Ao final da Sessão Legislativa, a Comissão apresentará relatório.

Eu gostaria de indagar à Consultoria Legislativa e à Consultoria de Orçamentos se temos aqui a presença de algum consultor.

Pronto! O nosso Dr. Bustamante está presente. Prepare-se, porque vai ter trabalho.

Teremos estudos e relatórios técnicos que subsidiarão os trabalhos e avaliação.

As políticas públicas, Senador Waldemir Moka e Senador Elmano, são as seguintes: transposição do Rio São Francisco; políticas de desenvolvimento da aviação regional; planos decenais de energia, com destaque para a capacidade de reserva, a composição da matriz de energia elétrica e a segurança no abastecimento interno de derivados de petróleo, biocombustíveis e gás natural; por último, o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Eu gostaria de ouvir os Senadores presentes a respeito disso, porque nós temos um prazo, que não é tão breve, mas que demandaria estudos por parte de um relator.

Temos aqui a presença do Senador Telmário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Ele é meu vizinho. Na próxima vez, eu lhe dou uma carona para você chegar mais cedo.

Algum Senador poderia me dar alguma sugestão? Estou em busca de um relator para um desses temas. Naturalmente, isso vai demandar estudos e um esforço do Relator. O Senador Elmano, por exemplo, se interessaria de ser o nosso Relator de algum tema desses? Ou o Senador Waldemir? (*Risos.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu não percebi que o senhor tinha concedido a palavra ao Senador Elmano. Eu espero.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Dos temas listados, um que me desperta a atenção diz respeito à questão de segurança hídrica, tema que tem sido muito importante para a nossa região, haja vista que nós, ao longo de séculos, enfrentamos essa questão. Eu por exemplo, entrei na Sudene há quase 50 anos, e esse era um dos grandes temas. Saí e avançamos, mas não chegamos ao ideal. Então, é um tema que, realmente, me desperta a atenção. Abrange todas as regiões do nosso País. É um tema que poderíamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Não, seria transposição, e tem a parte de recursos hídricos e segurança hídrica. Mas, quanto à transposição, já que estou numa comissão especial, eu poderia ser o Relator desta comissão também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Desde logo, agradeço a disposição do Senador Elmano.

Agora, passo a palavra ao Senador Waldir Moka – desculpe. Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Desculpe-me, Senador Waldemir Moka. Mate o homem, mas não troque o nome.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas aqui, no Senado, o pessoal chama de Moka mesmo.

Mas eu queria contribuir, dizendo que a experiência que tive na Comissão de Assuntos Sociais talvez fosse interessante. Lá os temas foram sugeridos pelos próprios Senadores. Pedir que cada um sugerisse pelo menos dois temas a serem analisados, por determinação do Presidente, nas comissões permanentes. E aqueles temas mais solicitados, mais indicados, acabam ficando, porque houve uma convergência muito grande. E aqueles Senadores que fizeram as indicações serão escolhidos relatores. Por exemplo, na política nacional, uma avaliação de política pública sobre doença das mulheres, a relatora foi a Senadora Ana Amélia, porque foi ela que sugeriu. Houve uma convergência, e as pessoas, então, indicaram. Estou me referindo ao exercício dos dois anos anteriores.

Mas, aqui, V. Exª já indicou os temas. Aliás, não faço nenhuma restrição, acho muito bem colocado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, eu queria só fazer um esclarecimento, porque estamos, diante das outras comissões, neste aspecto, um pouco atrasados. As outras comissões já fizeram as indicações dos relatores. Eu sou um democrata, acredito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas eu acho que, examinando a composição da Comissão, eu tenho certeza de que V. Exª vai perceber que temos Senadores que são especialistas em determinados temas ou que têm experiência naqueles temas.

Por exemplo, pediram-me aqui para relatar *ad hoc* um relatório produzido pelo Senador Walter Pinheiro, que tem uma experiência muito grande na área de telecomunicações, de energia, defende que a gente possa avançar na energia fotovoltaica, eólica.

Então, acho que, dentre os membros da Comissão, examinando, vamos perceber que há Senadores que, naturalmente, seriam indicados como relatores, pelo conhecimento do tema. É claro que isso demandará ajuda da nossa assessoria, que, aliás, não me canso de elogiar. Temos uma consultoria extremamente competente, os consultores são muito dedicados.

Então, essa é a contribuição que eu queria dar neste momento, Sr. Presidente.

Eu não me coloco à disposição porque sou suplente na Comissão – V. Exª sabe –, e aí fica difícil eu me comprometer, porque tenho duas outras comissões de que sou membro titular, e a responsabilidade minha lá evidentemente é maior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu compreendo que V. Exª é um Senador dos mais competentes desta Casa e tenho que me render ao que V. Exª está dizendo, mas acho que se deve aliar a competência à vontade, à dedicação de abordar aquele tema. Porque competência técnica, V. Exª disse muito bem, a nossa consultoria esbanja. Por outro lado, a dedicação do Senador àquele tema poderá nos levar até a ter um papel que venha trazer desdobramentos. Porque o que me preocupou, e eu disse ao Senador Renan Calheiros, foi que isso não vá constar apenas dos arquivos do Senado, que esse estudo de política pública possa ter aproveitamento.

Não sei por que, durante os últimos quatro anos, estive ausente da Casa, e essa é uma iniciativa que, segundo o Presidente Renan, começou ano passado. Só temos a experiência do ano passado, só uma. Então, estou muito sensibilizado, porque o Senador Elmano é um homem do Nordeste e está fazendo aqui uma sugestão de que, se não tivermos outro Relator – não é, Senador Elmano? –, V. Exª pretende abordar, ou eventual Relator se for escolhido, dois temas que são interligados: o Plano Nacional de Recursos Hídricos e a transposição do Rio São Francisco.

Até se tivermos dois relatores que possam, em perfeito entendimento, trazer uma colaboração, seria bom. Sou um homem do Nordeste, mas não quero também fazer com que uma Comissão passe apenas a contemplar os interesses dos nordestinos. Temos outros temas, e os Senadores, como bem disse V. Exª, poderão sugerir. Essa foi uma lista, acho, dos universitários, mas poderemos ter realmente outro elenco de temas – cumprimento o Senador Blairo Maggi.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Poderemos ter outro elenco de temas, a discussão está começando agora.

Dou a palavra ao Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, apesar de V. Exª ter me convidado para vir cedo, digo que apenas o carro de V. Exª evitou o "miguelito" do caminho; meu carro pegou o "miguelito", furou o pneu, cheguei atrasado.

Mas V. Exª poderia dizer quais os temas que foram selecionados pelos universitários?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos ver.

Vou passar a ler novamente, claro, e peço até escusas ao Senador, porque V. Exª não estava presente.

Os temas que V. Exª poderá aditar, como o Senador Douglas, também, não é? Vou começar com a ordem melhor, com a hierarquia melhor:

– plano nacional de recursos hídricos,

– transposição do Rio São Francisco;

– política de desenvolvimento da aviação regional;

– planos decenais de energia, com destaque para a capacidade de reserva, composição da matriz de energia elétrica;

– e a segurança no abastecimento interno de derivados de petróleo, biocombustíveis e gás natural.

Bem, isso é uma sugestão da Presidência. Outros temas poderão ser sugeridos para uma deliberação até posterior na próxima reunião. Não precisamos sair daqui já com uma decisão. Agora, peço apenas a colaboração, porque temos que apressar os trabalhos nesse sentido.

Senador Douglas.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Caro Presidente, acho que os temas aqui, além de serem pertinentes, são, para o momento atual, uma oportunidade de reiterarmos que, apesar da importância da nossa agenda fiscal, ou seja, do nosso ajuste fiscal – reitero a importância que ele tem –, ela não é uma agenda desenvolvimento. Agenda desenvolvimento é infraestrutura e investimento.

Nosso Senador Blairo Maggi sempre fala nisso, e todos aqueles que querem realmente que o Brasil saia da situação que está hoje de forma muito mais efetiva sabem que, apesar de termos que dar essa dedicação momentânea para o ajuste, se não começarmos hoje a debater de forma muito mais evidente as questões de infraestrutura, teremos dificuldade de ter aí um crescimento consolidado.

Quero dizer ao Presidente que, apesar também de ser suplente aqui na Comissão, me coloco à disposição.

Sei que, como o Senador Moka, temos responsabilidade também em outras comissões. Mas, devido à importância que esta Comissão tem para o Brasil atualmente e ao trabalho que V. Exª tem feito aqui à frente da Comissão, eu me coloco à disposição para que possamos não só trabalhar esses sistemas, mas também outros, e, de forma muito mais efetiva, abrir realmente esse caminho para o desenvolvimento do nosso País, que está precisando.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu tratei disso. Como disse o Presidente – eu me lembro, é uma coisa recente – a ideia é de que façamos aqui, na Comissão Permanente, uma avaliação do que foi a execução orçamentária, do que foi a política pública, não do que queremos se que faça. É um exercício de fiscalização.

A Comissão Permanente se torna efetiva, com auxílio do Tribunal de Contas da União, fazendo uma fiscalização daquilo que já foi feito e fazendo uma avaliação daquela política pública adotada, ou seja, se está sendo exercida.

Vou dar um exemplo: debatemos na Comissão de Assuntos Sociais a questão da terapia de pessoas que contraíram câncer. E o Governo tem um programa. Mas, ao final, se constatou que aquilo não correspondia à realidade, os prazos para se iniciar o tratamento de radioterapia eram muito longos. Depois desse assunto, fizemos uma audiência pública com o relatório, mostrando as deficiências da política pública. E, aí sim, tornou-se realmente o documento, praticamente um documento que eu diria crítico, mas, muitas vezes, elogiando também determinadas ações do Governo.

Penso que – só para a gente contribuir – os Relatores haverão de se reportar àquilo que já foi executado ou que está sendo executado e fazer uma avaliação da eficiência da política pública que se pretende avaliar.

Não sei se fui claro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Exª realmente contribuiu muito, porque há uma preocupação de que tenhamos um aprofundamento realmente do tema que venha a ser escolhido, da política pública que venha a ser escolhida. V. Exª disse muito bem.

Então, façamos o seguinte: vamos dar uma semana até a próxima reunião para que se possa abrir o leque desses temas. Eu vou repetir, porque o Senador Blairo não chegou. Ele, que sempre é o primeiro a chegar, hoje não foi o primeiro. Mas isso não quer dizer que V. Exª possa ser um sucessor de Ayrton Senna.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, é que eu fui buscar a vaca que tinha fugido hoje pela manhã. Por isso, eu não cheguei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É um tirador de leite.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Leite de soja, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – No caso dele, é de soja.

Eu acho que vale mais a pena.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É um leite bom. É um leite que não dá uma série de rejeições.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – No Nordeste é que não dá.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Lá leite de bode é bom, Sr. Presidente.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, aproveitando a deixa do Senador Moka... Há tema que me chama atenção: as questões das ferrovias no Brasil.

Eu acho que as ferrovias hoje são da maior importância para a interligação de todo o nosso País e, sobretudo, para baratear o transporte, porque essa questão de rodovias vira uma novela.

Eu estou destacando aqui, Sr. Presidente, a questão das ferrovias. Vai entrar agora, por exemplo, em ação um projeto que de ferrovia no território brasileiro – pegando o Peru – para as exportações chegarem até o Pacífico, pegando Mato Grosso, Rondônia, Acre, etc..

Então, embora os assuntos, como disse o Senador Moka, partiriam de uma fiscalização para, depois, analisar o andamento, sugestões de mudança, proposições, obras paradas por falta de recurso, esse é um tema em que vou me aprofundar.

Assim, vamos ver se o colocamos em pauta, porque acho que hoje o Brasil precisa, urgentemente, interligar-se de Norte a Sul, por ferrovias, até para baratear a produção, para dar mais segurança e para dar mais celeridade ao transporte. Enfim, há uma série de consequências que hoje as rodovias causam. Vejam que, na região ali de Mato Grosso, vemos uma constante reclamação. Em Rondônia, meu Estado, embora seja a ponta início do Brasil – as Américas começam pelo Norte – a gente sente que as nossas rodovias hoje têm uma dificuldade imensurável de trafegabilidade.

E as ferrovias precisam ser reativadas, implantadas, para o escoamento de produção, já que, hoje, o setor produtivo do Brasil é o que ainda está dando o ar de boas graças à Nação.

Então, quero envolver esse tema para ver se colocamos isso em ação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu vou ler os temas para o Senador Blairo Maggi e para o Senador Lasier, porque é bom contar com a contribuição deles, que é muito relevante.

Os temas sugeridos pelos universitários, aqui, foram:

– plano nacional de recursos hídricos,

– transposição do Rio São Francisco;

– política de desenvolvimento da aviação regional;

– planos decenais de energia, com destaque para a capacidade de reserva, composição da matriz de energia elétrica;

Eu gostaria de propor aos Senadores o seguinte: para que possamos ganhar tempo, as sugestões, geralmente, segundo os universitários, são apresentadas por requerimento. Eu acho isso muito burocratizado, eu acho que aqueles que têm sugestões a dar, fariam chegar à Comissão, simplesmente, por uma forma mais simples. E, na próxima semana, escolheríamos já os temas e os relatores. Seriam, no máximo, dois temas, claro, e faríamos até uma eleição, porque já há uma proposição do Senador Elmano de que possamos escolher o Plano Nacional de Recursos Hídricos ou a Transposição do Rio São Francisco.

Esse é um tema relevante, mas fala de perto a uma região, que é até a minha, mas não quero bater primeiros os teus, não. Não quero seguir esse ensino.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas hoje o tema de restrição hídrica é um tema nacional mesmo, Sr. Presidente, está acontecendo em São Paulo, em tudo que é lugar.

Eu concordaria, essa é uma sugestão que me agradaria, porque a restrição hídrica está diretamente relacionada também com a questão da energia. Porque, quando chove menos, os nossos mananciais que, na verdade, vão gerar energia, das represas, quando ela abaixa o nível, afeta, também, a questão de energia. Então, é um tema bem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – E é um Plano Nacional de Recursos Hídricos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – A transposição é uma vertente, é um subtema, o tema principal é o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Dou a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Presidente, creio que até essa última ponderação, feita pelo Senador Moka, responde sobejamente bem.

Na realidade, se fizermos o Plano Nacional de Recursos Hídricos, vamos discutir a integração de bacias, os problemas envolvendo até a política, inclusive, de reserva de água, que, na nossa região, por exemplo, tem enfrentado diversos problemas.

Eu sempre digo que o Estado de V. Exª é um Estado que fez um plano, inclusive, de manejo dessa questão, extremamente correto. Então, por exemplo, vamos discutir isso. E nesse bojo, obrigatoriamente, a transposição do São Francisco vai entrar, não tem jeito.

Por exemplo, duas outras Comissões, aqui nesta Casa, a Comissão do Meio Ambiente e a Comissão de Desenvolvimento Regional, focaram a questão da transposição com subcomissão, Senador indo lá ver como as coisas estão acontecendo.

Então, na realidade, se tentássemos trabalhar com esse tema macro, obrigatoriamente vamos ter de desdobrar em dois, três temas. E concordo plenamente com Moka: isso tem relação direta com o drama que estamos vivendo da energia. Só que, no caso específico do próprio Plano de Energia, é importante lembrar que vamos inserir nesse contexto não só a hidroeletricidade, até porque há pressão enorme sobre a questão da hidroeletricidade, meu caro Moka, e ela tem se dado exatamente por conta dos problemas hidrológicos. Por outro lado, é aí que estamos conseguindo navegar no Brasil, pela primeira vez, com uma certa intensidade, abrindo os olhos, para a questão das fontes alternativas. Essa política...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – (*Fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É isso aí. Então, eu acho que esse é um aspecto fundamental. Eu continuo, meu caro Senador Garibaldi, Presidente, entendendo que há uma política enorme.

Estou colocando, inclusive, um plano que serve para meu Estado. Minha expectativa, tenho dito isso a nosso Governador, é de que vamos ultrapassar toda política de eólica com solar. Se a política de geração distribuída vingar, posso, Senador Blairo, colocá-la em cada unidade habitacional, mas não posso colocar uma torre de eólica em cada canto, em cada casa. Então, portanto, esse é um debate importantíssimo para esta Comissão. Este é um debate, inclusive, fundamental para todo plano de reestruturação do País: alimentação da indústria, consequência, inclusive, do ponto de vista do desenvolvimento.

Eu só acrescentaria aqui um item, já que a gente vai tirar a transposição do São Francisco... Quando digo tirar é que a transposição do Rio São Francisco será peça dentro do próprio debate do Plano Nacional de Recursos Hídricos – e peça principal, é óbvio, porque ela também não vai ser secundária.

Seria importante ajustarmos a isso o acompanhamento mais detalhado sobre a questão, principalmente, de rodovias e ferrovias. Eu fiquei extremamente assustado – até ouvi Telmário tocar –, fiquei assustando quando eu li matérias nesse final de semana, falando da ligação do Atlântico com o Pacífico. Eu estou precisando terminar um bocado de ferrovia que está parada aí...

Acho que é importante planejarmos isso, até porque essa ferrovia do Atlântico ao Pacífico, um sujeito chamado Vasco Neto falou e botou no papel essa ferrovia em 1965, inclusive, atendendo a um apelo de Juscelino Kubitschek. Ele fez Porto Brasília, lá em Campinhos, e apontou a chegada dessa ferrovia em Porto Bayovar, no Peru. Fez o traçado, Moka. Então, portanto, planejar é importante, só que eu tenho um problema: estou com a Fiol parada, estou com a interligação aqui no Centro-Oeste, os ramais do Mato Grosso do Sul, e ninguém nunca mais falou nada. Aí, de repente, alguém diz: ah, vamos ligar o Atlântico ao Pacífico! Eu não consegui ainda ligar uma estação à outra, porque está em obra. Então, devagar com o andor que o santo é de barro.

Acho que é importante incluirmos esses temas, fazer essa distribuição que o senhor está propondo e trabalharmos, cada grupo, em um tema desse. Não adianta um Senador pegar três temas, isso não existe. Então, cada um foca naquilo que dá para fazer; outro dá uma contribuição. Provavelmente, nós vamos ter gente aqui em muitas áreas, pois um tem mais *expertise* em uma área; outro tem em outra, e a gente constrói um trabalho na Comissão com a perspectiva de ofertar ao Executivo e dizer: está aqui a proposta da Comissão, com o que achamos que se pode apreciar como matéria legislativa e o que podemos sugerir como pauta positiva para o Presidente Renan. Isso é para não ficarmos nessa história de que pauta positiva é o que chega na Ordem do Dia e o Presidente diz: "Hoje, eu vou inverter a pauta. O item agora vai ser esse meu, e isso vai ser aquilo." Então, a Comissão, inclusive, pode contribuir com o Presidente da Casa para uma pauta positiva e propositiva.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Lasier e, em seguida, ao Senador Blairo Maggi.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Garibaldi.

Posso colaborar, Senador, com este item: Planos Decenais de Energia.

Lembro a V. Exª que, há duas semanas ou três, esteve aqui um estatístico do DataSenado, trazendo uma ampla pesquisa, realizada pelo DataSenado, com a Universidade de Columbia a respeito do atendimento à energia no Brasil.

E, em sua vinda, esse estatístico, pesquisador esteve por mais de uma hora e meia aqui procurando responder a perguntas que não lhe cabiam, porque era um estatístico, e levantando grandes questionamentos sobre o atendimento de energia no Brasil.

Por isso, sentindo que precisamos de mais esclarecimentos, encaminhei o requerimento, itens 4 e 5 de hoje, para que tenhamos aqui uma audiência pública com algumas das maiores autoridades no setor, quais sejam: o secretário de planejamento energético do Ministério, o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, o integrante da Diretoria da Aneel. São quatro personagens especialistas para nos responder àquelas perguntas.

A pesquisa nos mostrava, por exemplo, que a população brasileira quer mais estímulo à energia do sol e do vento, solar e eólica; mas como vamos fazer isso? Então, essa audiência pública que certamente está próxima, poderá nos responder, talvez de maneira cabal, a esse item dos planos decenais de energia. Talvez possamos encaminhar muito bem essa questão.

Lembro esse fato a V. Exª porque quem sabe se desse item brevemente teremos respostas?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É o item 4 da pauta, não é?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São os itens 4 e 5.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Itens 4 e 5.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar também todos os colegas presentes.

Quanto a essa questão da avaliação de políticas públicas, estou ouvindo a discussão. Cheguei um pouco atrasado à Comissão, então, também não ouvi o posicionamento inicial de V. Exª e dos demais colegas. Mas, nos últimos dois anos, presidi a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, já nessa época, havia essa avaliação a ser feita. Pelo menos, naquele período, o que foi indicado e que deveríamos fazer era uma avaliação das políticas públicas que estavam em andamento para saber se aquilo que foi aprovado, aquilo que foi licitado e aquilo que está em construção, enfim, aquilo que está em andamento aconteceu, até onde aconteceu e qual é o resultado e o benefício que trouxe para aquela população para quem esse projeto foi desenhado.

Então, não me parece que essa avaliação de políticas públicas seja para construir novos projetos, novas políticas, desenhos para o futuro. Pelo menos, até o ano passado, não era essa a intenção da avaliação, mas, sim, verificar se aquilo que aprovamos aqui como lei, aquilo que foi determinado ao Governo fazer começou se está efetivamente acontecendo. Por exemplo, como foi dito aqui, nas ferrovias ou nas próprias rodovias, a situação lamentável em que se encontram nossas rodovias este ano.

O Governo não tem dinheiro para pagar as empreiteiras, nem para o futuro e nem para trás aquilo que já foi feito. Falei aqui outro dia na Comissão – interpretaram como se eu houvesse feito uma agressão ao nosso Ministro dos Transportes, Antonio Carlos; pelo contrário, só fiz uma constatação – que o Governo não tem dinheiro para pagar. Como não tem dinheiro para pagar, está dando calote. Ele deveria ter dito: "Olha, eu não vou pagar vocês, vou colocar tantos recursos nas obras assim, assim, assado." Conversei, depois disso, com alguns construtores em Mato Grosso e um me disse claramente: "Eu vou parar; eu não consigo trabalhar." Outro disse: "Se o Governo disser para mim – minha obra são 300 milhões para eu terminar – se ele me der 150 milhões, 100 milhões, eu toco a obra, mas preciso saber qual é o comprometimento do Governo e qual é o prazo que ele tem para pagar".

Então, penso que essa avaliação das políticas públicas que devemos fazer é isto: saber se aquilo que foi contratado foi proposto; saber se o que criamos como legislação, decreto, está funcionando. Funcionou? Serviu para alguém?

Atendeu aquela comunidade? Quer dizer, o dinheiro público se transformou em benefício para a população prevista? Acho que esse é o foco dessa avaliação de políticas públicas proposta pelo Presidente Renan, que começou a funcionar há um ano em outras comissões.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu gostaria de consultar os Senadores se poderíamos adiar para a próxima semana a discussão final sobre políticas públicas, e o faríamos com um aprofundamento maior. Passaríamos para a Ordem do Dia, até para aproveitar esse quórum magnífico, porque, depois da sabatina do Ministro Fachin, pensei que não teríamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Terminou que muitos o chamaram, em vez de possível Ministro Fachin, Ministro Faquir.

Mas peço permissão ao Senador Hélio. Eu acho que ele iria dar uma contribuição para a discussão sobre políticas públicas, que é mais um exercício de fiscalização. E nós discutiríamos isso na próxima semana.

Eu peço apenas que aqueles que estiveram aqui hoje façam um esforço para realmente contribuir para etapa final, que será na próxima quarta-feira, da discussão desses temas.

O Senador Wellington pediu a palavra pela ordem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para fazer um comunicado, Sr. Presidente, não com o objetivo de esvaziar a nossa reunião aqui, mas quero convidar todos os Senadores agora, pois vamos começar, ali na Comissão de Desenvolvimento Urbano, um tema que é muito importante, o Projeto de Resolução nº 1, sobre a guerra fiscal, e que tem a ver com todos os nossos Estados. Inclusive, o Senador Walter Pinheiro estará lá, como convidado, para falar sobre esse tema, assim como o Senador Delcídio do Amaral, o Confaz e também o Ministério da Fazenda.

Vamos começar daqui a pouco, e isso vai se estender.

Vamos começar depois que o Presidente autorizar aqui, terminando, para começarmos lá.

Mas eu já estou indo para lá. Como sou Relator e autor do requerimento, quero convidar todos para que, pelo menos, passem por lá pois é um assunto de importância para todos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, o senhor não pode permitir que o Senador venha aqui esculhambar sua reunião. (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – V. Exª bate a campainha cedo, e ele vem aqui com recreio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu pensei que ele ia contribuir.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas estou contribuindo, vou deixar meu voto aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O Senador Garibaldi bateu a campainha em todas as Casas cedo, e o Senador vem aqui no recreio convida a turma para jogar bola em outro campo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Item 1 da pauta.

Senador Hélio, desculpe. V. Exª pediu a palavra. Espero que não seja uma contribuição semelhante a do Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Primeiro, concordo com V. Exª em que esses assuntos devam ser aprofundados. Eu acho que essas políticas públicas que V. Exª relacionou aqui são todas de alta relevância. E eu não tenho dúvida da importância de cada uma delas e da importância de avaliarmos o atual sistema. Eu, por exemplo, gostaria muito de contribuir para essa questão dos planos nacionais de energia, como servidor do Ministério das Minas e Energia, e acho de fundamental importância discutirmos essa questão.

Eu queria pedir a V. Exª – o Senador Petecão não está aqui presente – porque há um Requerimento de nº 24, do Senador Petecão, do Senador Wilder e meu, e ele já deve ter conversado com V. Exª, e solicito seja colocado como extrapauta a possibilidade de se deliberar sobre esse Requerimento nº 24.

Obrigado, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi para que possa apresentar o seu relatório ao projeto de autoria do Senador Wilder Morais, que reduz a alíquota de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2013
- Não terminativo -

Reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares.
Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Blairo Maggi

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado. Sr. Presidente.

Vamos ao relatório.

Encontra-se sob exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 167, de 2013, do Senador Wilder Morais, que reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares.

A proposição tem por objetivo, segundo o autor da proposta, reduzir a carga tributária incidente sobre componentes de sistemas fotovoltaicos, assim como promover o uso de energias renováveis no setor de geração de calor, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável do suprimento de energia a partir de fonte solar e promover as "tecnologias de produção de calor e frio" a partir de fontes renováveis.

Além desta Comissão, a matéria será analisada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em um primeiro momento em que estive a carga na relatoria desta matéria, entendi por bem apresentar requerimento de informação ao Ministério da Fazenda, para que fossem estimadas as renúncias de receita provocadas pela aprovação do texto. Dessa forma, o Requerimento nº 49, de 2013, da Comissão de Infraestrutura, foi aprovado e remetido ao Poder Executivo. Em março de 2014 o Ministério se pronunciou, apresentando os dados. A renúncia da receita decorrente da aprovação da proposta seria de R$12,35 milhões, em 2014, e de R$ 15,88 milhões e R$ 16,81 milhões nos dois exercícios subsequentes.

A matéria, assim, retornou a esta Comissão para prosseguimento da tramitação. Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A proposição atende aos atributos exigidos pela boa técnica legislativa, estando em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. No que concerne aos arts. 5º, II, 12 e 14, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à exigência de inclusão da estimativa da renúncia fiscal no projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União, entendo que o cálculo apresentado pelo Ministério da Fazenda demonstra a exequibilidade da proposta, bem como sana vícios formais para sua tramitação.

Não obstante, entendo conveniente estabelecer uma nova redação que permita inserir cálculos atualizados das estimativas de receita que atendam ao art. 108 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – para 2015), uma vez que houve predisposição do Poder Executivo em instruir a proposta.

Quanto ao mérito e nos termos do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão tem de analisar e votar um relatório quanto aos circunscritos à utilização dos incentivos à energia elétrica para aprimorar a infraestrutura energética do Brasil em termos mais sustentáveis.

Primeiramente, consta no Plano Decenal de Energia Elétrica 2023 (PDE 2023) que o consumo de energia elétrica aumentará 46,1% entre 2014 e 2023. Segundo o mesmo documento, os segmentos comercial e industrial responderiam por um aumento de consumo de 63,3% e 34,7%, respectivamente. Assim, para atender a esta demanda de modo sustentável, com a participação das fontes alternativas prevista pelo PDF 2023, é fundamental incentivar ainda mais essas fontes.

Por exemplo, a energia eólica, que em 2014 representou cerca de 4% da matriz energética brasileira, ainda é inferior em relação às participações nas matrizes energéticas de outros países, tais como a Alemanha (6%), Portugal e Espanha (ambos com 8%).

Não somente com relação à energia eólica, mas também quanto às demais fontes alternativas, observa-se que potencial brasileiro de produção ainda está bastante subaproveitado quando comparado a outros países.

Entendemos que os incentivos propostos neste projeto podem dinamizar a produção alternativa de energia, menos dependente do petróleo e de outras fontes poluidoras, cada vez mais caras e prejudiciais ao meio ambiente.

Dessa forma, vemos que o projeto demonstra ser uma solução apropriada como solução para elevar a produção desse tipo de energia.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CI

Dê-se nova redação aos arts. 4º e 5º do PLS nº 167, de 2013, nos seguintes termos:

"Art. 4º O Poder Executivo, com vistas no cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após a publicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 4º."

Presidente, este é o voto, só com uma pequena observação: depois que fiz o relatório, Senador Walter, que gosta desta matéria, e Srs. Senadores, o Ministério da Fazenda fez contato, dizendo que tem dúvida com respeito à inclusão das lâmpadas LED. Ou seja: quando você coloca o CNAE, o número que corresponde a essa atividade, se as lâmpadas LED estão envolvidas nesse negócio. Se sim, a renúncia fiscal é muito maior do previsto.

Como estou com o projeto pronto já há algum tempo, resolvi colocar sob apreciação dos colegas, até porque, como ele vai ainda para a CAE, que trata de assuntos econômicos, isso poderia ser resolvido na CAE, fazendo outra emenda, retirando as lâmpadas LED e dando sequência ao projeto.

É um projeto meritório, tem tudo a ver com o que discutimos e, principalmente, é de se comemorar, porque a Fazenda aceitou fazer uma redução, não muito grande, de R$15 a R$18 milhões por ano, mas é algo importante a ser comemorado, já que a Fazenda resolveu aceitar uma proposta, de um Senador, de redução de carga tributária.

Era isso que eu gostaria de salientar e comemorar esse avanço, porque foi a primeira vez que ouço isso aqui na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – E em tempo de ajuste.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – A matéria está em discussão.

Com a palavra, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Primeiro, quero iniciar até pelo final da fala do Senador Blairo.

Concordo plenamente em que podemos dar sequência a este projeto e apreciá-lo de forma mais incisiva do ponto de vista dessa renúncia. Na realidade – viu, Senador Blairo? –, no dia de ontem, eu até estive com o Ministro Armando Monteiro discutindo parte dessa matéria e outra matéria que estamos tratando na CCT, e todas duas devem ir para a CAE. Na CCT, estamos tratando do Padis, que é um programa de semicondutores, que iniciamos em 2007. Eu tive a oportunidade de participar, como Deputado, durante a votação dessa matéria. Esse programa vence agora, e estamos também brigando para renová-lo. E, em 2014, inserimos, no Padis exatamente as placas solares, na realidade, eu diria até o componente mais importante da placa solar, que é o semicondutor, nesta lista de programas.

Estou trazendo à luz esse tema para dizer que o que V. Exª levanta é extremamente pertinente, eu diria até que é uma preocupação que a Fazenda poderia ter a menor, porque o grande impacto agora – e o nosso Ministro de Minas e Energia, inclusive, aqui esteve anteontem, a EPE soltou outra nota importantíssima em relação a isso – é poder, de uma vez por todas, abrir, desonerar, permitir que essa área possa expandir.

O que mais me espanta, Senador Blairo, é que, às vezes, há um bocado de gente querendo cobrar 17 de nada ou arrecadar de nada. Não tenho uma atividade produtiva, por exemplo, para os principais componentes de produção, melhor dizendo, os principais componentes da energia solar no Brasil. Não tenho! Preciso criar mecanismos para isso acontecer.

Ontem fiz, à tarde, uma reunião com um grupo trazido pelo Senador Ciro Nogueira, um pessoal que está querendo, meu caro Senador aqui do Piauí, levar, para o Piauí, unidade de fabricação; esse é um importante elemento. Essa medida, esse projeto do Senador Blairo Maggi, que estou relatando, é a alavanca, é fundamental. Não há como achar que vamos entrar nessa área e não vamos retirar parte expressiva de uma cobrança que é excessiva.

Volto a lembrar, todo mundo aqui se recorda do que o Ministro Eduardo Braga trouxe para nós aqui de carga nesse setor, o que significa. É muito alto! É óbvio, é natural, meu caro Lasier, que um Estado, por exemplo, como o Rio Grande do Sul, como a Bahia, queiram, cada vez mais, arrecadar de energia. Essa é a famosa arrecadação. Costumo dizer que, melhor do que isso, só pescar de bomba no aquário. Porque, na realidade, é diferente – entendeu, Senador Blairo? –: uma coisa é pegarmos fiscal espalhar no Pernambuco inteiro, Fernando Bezerra, tentando ver se uma bodega, lá no Agreste de Pernambuco, está vendendo cachaça com nota. Não tenho nem fiscal para isso e nem a cachaça tem nota; a cachaça pode ser notada depois, pelo cheiro, mas, na nota, não há nada.

Então, é diferente, na energia, você cobra direto. Para não deixar esse negócio da bebida de lado, na cerveja, é até diferente; na cerveja, boto o cervejômetro na saída, já mede ali, arrecada no ato; mas, na cachaça que é distribuída, não!

Então, na energia, é diferente. Só que estou falando de arrecadar, estamos querendo arrecadar do nada, não tenho essa atividade em lugar nenhum. Qual é a atividade dessa que há em Pernambuco, no Rio Grande do Norte? Não temos isso! No Mato Grosso? Não temos ainda, então calma; é melhor, inclusive, criar a política para já permitir que alguém cresça, tendo essa isenção e, depois, vamos arrecadar na escala, no ganho com a chegada dessas questões.

Proponho votar essa matéria. Eu, inclusive, estou envolvido até a alma – viu, Senador Blairo? – em discussões nas outras Comissões. Como disse, a minha entrada nessa questão se deu a pedido até do Presidente da CAE. Ele me pediu não como Líder do Governo, "se você vier para cá para me dar ordem, como Líder do Governo, não aceito, não, viu?". Ele me pediu, porque a matéria vai à CAE. Ele até já brigou comigo: "Não, na CAE, eu já lhe entrego a relatoria".

Estive com o Ministro da Ciência da tecnologia, com o Ministro do MDIC, porque, quando o senhor fala de LED, por exemplo, a legislação hoje permite introduzirmos em alguns programas, meu caro Hélio, o que chamamos de "produtos que você põe na lista". Então, às vezes, não há necessidade de eu cravar na lei alguns produtos. É o que fizemos, por exemplo, no caso, volto a dizer, Senador Blairo, dessa lâmina de semicondutor que vem na placa. Nós o introduzimos no programa por decreto presidencial. Saiu do Ministério, não precisou vir para a lei, porque temos, no programa, a chamada lista de produtos. no caso, por exemplo, do antigo PPB. Então, temos condição de fazer a inclusão ou até a retirada de determinados produtos de um benefício quando a Fazenda ou, principalmente, os Ministérios da área fazem a chamada regulamentação.

Portanto, a preocupação da Fazenda obviamente é arrecadatória. Eu prefiro entrar no aspecto, inclusive, das possibilidades que temos de auxiliar isso para o desenvolvimento.

Volto a dizer, Senador Blairo, estou muito, mas muito, imbuído e plenamente convicto de que essa é área em que temos que botar a mão para arrebentar.

Vou até, juntamente com Apex, no dia 8 de junho, a um encontro em Munique. Fui convidado pela turma da Apex, o Governo brasileiro vai participar desse evento de energia solar, de 8 a 12, na cidade de Munique. Estou indo para esse evento.

A nossa ideia é começar a atrair. Você tem uma matriz desse tipo hoje, uma experiência na Alemanha; em que pese, Senador Fernando Bezerra, eu achar que o modelo que está sendo adotado pelos Estados Unidos é até muito mais próprio para nós do que o adotado na Alemanha.

O Senador Hélio também conhece esse tema; conhece mais do que eu, inclusive, até porque conviveu mais tempo no setor do que eu.

Então, na realidade, eu acho que é importante a gente aproveitar esse momento e dar a nossa contribuição para isso disparar.

Além dessa questão, Senador Blairo, há outro fator preponderante: eu boto energia solar, mas como vou fazer com os inversores trifásicos? Como é que eu pego essa energia e jogo para a rede?

Então, se eu não criar incentivo para o inversor trifásico, para haver fabricação... E outra coisa importante: eu estou defendendo que, em cada Unidade da Federação, haja uma unidade de certificação de inversor trifásico. Só há uma hoje em São Paulo, só é feito em São Paulo. Aliás, há, inclusive, três pedidos em curso sendo analisados neste momento. Mas por que a Universidade Federal do Mato Grosso e as instituições não podem montar uma estrutura de certificação desse tipo de material? Nós vamos fazer fila daqui para São Paulo para certificar o que é fundamental?

E outra é o seguinte: por exemplo, quando o Ministro veio aqui e falou porque está botando placa em cima do Lago – e ali são dois coelhos com uma cacetada só –, ao mesmo tempo em que a gente protege o Lago – não é, Fernando? – da chamada evaporação, pela qual a água vai embora que é um horror, por outro lado, também eu aproveito a geração de energia na saída, eu ponho na linha de transmissão. Então, no momento em que a comporta está fechada e eu não estou usando, eu estou usando o solar; vou fazendo o manejo.

Portanto, são essas técnicas que a gente vai tentando, exatamente, consolidar, ampliando nossa capacidade de geração de energia.

Então, esse projeto é extremamente importante. E, como nós estamos com vários projetos na Casa, a nossa ideia é ir aprovando isso e o Governo ir juntando essas partes. Porque se a gente for esperar também, Senador Blairo, a gente fazer aqui um Tratado de Tordesilhas para se poder dizer: "Não, vamos esperar fazer a lei geral..." A gente passa uma vida e uma morte e não chega a lugar algum.

Então, mesmo que seja por partes, a gente vai conseguindo montar essa estrutura. Portanto, eu sugiro que a gente aprove essa matéria, inclusive com as contribuições de V. Exª; e, então, a gente faz a discussão desse ajuste na CAE e tenta avançar nessa direção.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Para discutir, Sr. Presidente.

Eu queria, inicialmente, parabenizar o Senador Blairo Maggi. Eu estava prestando atenção com muito cuidado à leitura do relatório dele e vi o cuidado que ele teve, antes de trazer o seu relatório final, de procurar avaliar os impactos, em termos de perda de receita, consultar o Ministério da Fazenda, e trazer para apreciação desta Comissão de forma segura, balizada. Eu digo isso porque é raro.

Eu estou tendo experiências aqui, em algumas comissões no Senado Federal, de votação de matérias, na área tributária, na área fiscal, com as quais não tem havido esse cuidado.

Portanto, queria parabenizar a qualidade do relatório, o cuidado, a atenção com que o Senador Blairo Maggi conduziu a apresentação e a constituição do seu relatório.

Eu queria fazer uma sugestão: eu concordo com o encaminhamento sugerido pelo Senador Blairo Maggi, apoiado pelo Senador Walter Pinheiro, de que a gente possa, de fato, votar e aprovar o relatório – e essa é uma matéria que vai ter uma decisão final na Comissão de Assuntos Econômicos –, mas sei que nós vamos passar a apreciar uma série de requerimentos, sobretudo o requerimento do Senador Lasier Martins, que tem por objeto a realização de audiência pública, com o objetivo de propiciar aos membros da Comissão de Infraestrutura a oportunidade de obter esclarecimentos e debater com autoridades ligadas ao setor energético brasileiro pontos envolvendo o cenário atual do País no campo energético, planos estratégicos, riscos e alternativas afetas ao setor.

A minha sugestão, Sr. Presidente, é que a gente inclua, nessa propositura do Senador Lasier Martins, a participação de um representante do Ministério da Fazenda para vir a essa audiência pública. E eu até posso sugerir o nome: o Secretário Executivo Adjunto, o Dr. Fabrício, que é o Vice-Presidente do Confaz. E a segunda matéria da nossa pauta é um projeto, de autoria do Senador Valdir Raupp, que pede a isenção sobre operações de compensação de energia elétrica.

Então, seria importante, porque se trata de ICMS.

Para a gente isentar, sem ferir a autonomia dos Estados, da Federação, seria importante fazer uma concertação dentro do Confaz, para que a gente pudesse aqui, nesta Casa, se manifestar e orientar uma posição consensual dentro do Confaz; para que não possa parecer que nós estamos exorbitando, querendo ferir a autonomia federativa dos Estados brasileiros.

E eu, então, voto com o Relator, voto com o relatório apresentado pelo Senador Blairo Maggi e faço a sugestão de a gente aditar o Requerimento nº 22, de autoria do Senador Lasier Martins, para que a gente possa ter, nesta audiência, um representante do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero apenas informar ao Senador Fernando Bezerra e aos demais Senadores que, a pedido do Relator, Senador Acir Gurgacz, o Item 2 (PLS nº 249, de 2014) será retirado de pauta, para adequações no Relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu concedo a palavra, antes de concedê-la ao Senador Flexa Ribeiro, ao Senador Hélio, que já a havia solicitado anteriormente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Correto. Excelência. O senhor é sempre uma pessoa muito justa.

Eu gostaria de deixar claro que são altamente relevantes as colocações aqui feitas pelo Senador Walter Pinheiro, pela capacidade de entendimento e de síntese de situações fundamentais para o desenvolvimento desse tipo de energia aqui em nosso País.

E eu mesmo, Senador Walter Pinheiro e demais Senadores aqui presentes, recebi, nesses dias, um grande fabricante que quer se instalar aqui no Distrito Federal, como há esse outro querendo se instalar no Piauí e em outros Estados. Então, nós precisamos incentivar para que haja... Porque não vai ser mais arrumar imposto do nada; vai ter, realmente, de onde tirar.

Hoje, nós precisamos incentivar para que, realmente, se instalem no nosso País e que tenham condições de fabricar a preços competitivos, para que os nossos consumidores, os nossos micro e pequenos empresários possam, realmente, adquirir esse importante instrumento.

E essa questão dos inversores é fundamental para isso, e por isso é que eu faço minhas as palavras do Senador Walter. É uma questão de alta relevância.

Concordo plenamente com o relatório aqui lido pelo Senador Blairo Maggi, e não tenho dúvida de que, na Comissão de Assuntos Econômicos, poderemos arredondar qualquer coisa que haja ainda de dúvida, com relação ao projeto.

Com relação à questão das audiências públicas, eu apresentei, recentemente aqui, também, um requerimento sobre essa questão. Até agora há esse do nobre Senador Lasier e há também um outro, que foi apresentado pelo Senador Wilder, sobre os mesmos temas; e a gente sugere uma séria de pessoas, para se fazerem presentes a essa audiência pública sobre a matriz energética.

Eu acolho todas as proposições aqui colocadas, pelo Senador Bezerra, pelo Senador Blairo e pelo Senador Lasier, eu acho que a gente poderia juntar esses três requerimentos, fazer um grande ciclo de debates sobre esse tema, termos uma decisão realmente bem pautada sobre ele, para podermos orientar nossos pares, no sentido de melhor encaminhar essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está em discussão o relatório do Senador Blairo Maggi sobre o projeto do Senador Wilder, que *reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares*.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) –

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores e Srª Senadora, nós somos favoráveis ao parecer do Senador Blairo Maggi.

O Senador Lasier Martins apresentou um requerimento para que pudéssemos fazer uma audiência pública para tratar sobre o setor energético brasileiro. E ele indica algumas autoridades no seu requerimento. O Senador Fernando Bezerra pediu que fosse incluído um representante do Ministério da Fazenda, e eu solicito, com a concordância do autor do requerimento, também a inclusão do Coordenador do Confaz, que representa todos os Secretários de Fazenda dos Estados, que é o Secretário de Fazenda do Estado do Pará, Dr. José Tostes.

O projeto prevê uma redução ou não tributação sobre a energia gerada por painéis fotovoltaicos. É importante isso! O Brasil tem de avançar nessa área de geração de energia fotovoltaica. Ainda é uma energia de alto custo, e é necessário que haja incentivos, não só do Governo Estadual, não, mas do Governo Federal também, para que nós possamos ter, efetivamente, a instalação de um parque que tenha uma participação importante na geração de energia em nosso País.

Então, não só, como eu disse, a fotovoltaica, como a eólica, que já está avançando, está bem mais avançada que a fotovoltaica, inclusive já viabilizando o custo da geração com o custo das térmica que complementam e dão segurança ao fornecimento de energia para o crescimento de nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Queria ressaltar, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, a importância desse projeto de iniciativa de Wilder Morais, relatado, neste instante, por nosso estimado Senador Blairo Maggi, para o Estado do Piauí.

Neste momento, nós estamos negociando a instalação de um projeto que vai gerar 800MW em um projeto. O que isso representa? Nós temos uma usina hidrelétrica no Estado do Piauí, a Usina de Boa Esperança, que gera 237MW, ou seja, esse projeto de energia solar, projeto de energia limpa, alternativa, vai gerar, praticamente, quatro vezes o que a hidrelétrica de Boa Esperança, instalada e inaugurada em 67, gera hoje no Estado do Piauí.

De outra Parte, as condições naturais do Estado em que temos três mil horas de sol/ano, o que mostra a capacidade de geração de energia solar em nosso Estado. Então, isso é importante, principalmente quando se está instalando um projeto dessa envergadura.

E, também, um grupo da Coreia do Sul está pretendendo implantar no Estado um projeto para a produção de placas fotovoltaicas e também de fabricação da lâmpada de *led*.

Então, creio que esse é um projeto muito importante, e esperamos também, amanhã, que venhamos nós, talvez, a apresentar projetos com relação à energia eólica, haja vista que os projetos em análise para o Estado do Piauí são de uma envergadura muito grande, inclusive, a médio e longo prazo, para a geração de 6.000MW de energia eólica e energia solar.

Então, creio que isso é muito importante e, assim, queria parabenizar, neste momento, todos os Senadores desta Comissão e também a relatoria feita por nosso estimado Senador Blairo Maggi, neste instante.

Era essa a consideração que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vou encerrar a discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Blairo Maggi.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório com as emendas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para ter seguimento na sua tramitação.

Item 3 da pauta, já que o Item 2 foi retirado a pedido do seu autor.

ITEM 3
OFICIO "S" Nº 21, de 2013
- Não terminativo -

Encaminha Relatório Anual 2012, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Autoria: Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

O Senador Walter Pinheiro está com a palavra para apresentar o seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, primeiramente, esclareço aqui que, obviamente, não vou ler esse relatório todo, até para não cansá-los, mas, sim, realçar que essa é uma praxe, portanto, aspecto fundamental no que diz respeito à análise do que foi feito.

O relatório leva em consideração o exercício anterior, as próprias dotações orçamentárias.

Para quem tiver a oportunidade de ler, eu até faço essa provocação para que os membros desta Comissão possam dar uma olhada para vermos, exatamente, como esse setor tem contribuído principalmente com os fundos. Nós vamos encontrar no orçamento de 2014 da Agência algo superior a R$16 bilhões. Os fundos são preponderantes – Fistel, Funttel e o Fust – este último, objeto de uma batalha que já se arrasta desde 1998, para usarmos esse dinheiro para a finalidade para a qual ele foi constituído. Acho que já podíamos até mudar o nome, porque Fundo de Universalização, até hoje, não teve coisa nenhuma. Pode ser fundo de estabilização das contas, mas, para universalização, temos travado uma batalha.

Ao mesmo tempo, queria realçar o importante trabalho e a contribuição para esse relatório e acompanhamento de uma das etapas que consagramos nos anos 2000, particularmente, que é a participação de membros da sociedade no Conselho Consultivo. Esta Casa, por exemplo, tem dois membros no Conselho Consultivo. O Senado indica, e temos, inclusive, no Conselho Deliberativo, um diretor da Agência, que é consultor de carreira desta Casa, o que foi até, eu diria, um momento de extrema correção, que é uma batalha nossa: indicarmos gente para as agências que, pelo menos, tenham acompanhado ao longo da trajetória e estudado determinados setores para que não falamos a ocupação na agência com gente que não conheça, não trate da matéria. A agência é um lugar que deve ter, principalmente, gente que tenha condição não só de acompanhar, como também de trabalhar a política do setor. Esse é o papel de uma agência reguladora.

Então, o nosso relatório cumpriu essa etapa – óbvio que com uma boa contribuição da Consultoria da nossa Casa, que se dedica de forma competente e integral na análise desses dados até para produzir o nosso relatório.

Portanto, eu não sou o autor desse compêndio; só sou o Relator de todo esse compêndio, mas a Consultoria é que nós auxilia, de forma enfática, na elaboração disso.

Assim, face a essas ponderações feitas por mim – e o relatório está à disposição –, além do cumprimento da praxe, realçando, mais uma vez, que esse relatório tem a ver com as atividades do ano de 2012. Eu citei o orçamento de 2014 só como elemento para reflexão, mas o relatório se refere ao ano de 2012.

Portanto, nós manifestamos aqui a nossa opinião de que esse material cumpre as exigências legais e, portanto, instruí esse relatório para o seu arquivamento natural.

Volto a insistir que seria importante que – e sei que, nas horas do recreio, Telmário, Senador geralmente não está no campo de futebol, está na atividade também – cada um pudesse dar uma olhada para entendermos exatamente a proeza que é a arrecadação e como tem se comportado esse setor ao longo dos anos.

Nosso relatório é pela aprovação e, óbvio, pelo arquivamento da matéria, cumprindo, assim, os ditames legais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está em discussão o relatório do Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para seguimento da sua tramitação.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 22, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de propiciar aos membros da Comissão de Infraestrutura a oportunidade de obter esclarecimentos e debater com autoridades ligadas ao setor energético brasileiro pontos envolvendo o cenário atual do país no campo energético, planos estratégicos, riscos e alternativas afetas ao setor.

Sugiro como convidados da Comissão para participar da Audiência Pública:

- o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, Altino Ventura Filho;

- o Presidente da Empresa Brasileira Energética, Maurício Tiomno Tolmasquim; e

- o Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires.

Temos também o aditivo proposto pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, a fim de que esteja presente um representante do Ministério da Fazenda, bem como um aditivo proposto pelo Senador Flexa Ribeiro, para que esteja presente o Coordenador do Confaz, Secretário da Fazenda do Estado do Pará.

Em discussão, o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente, poderia incluir o Item 5, que diz respeito e é um aditamento de mais uma autoridade, que é o engenheiro André Pepitone da Nóbrega, que é da Diretoria da Aneel. Aí, votamos juntos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador Lasier propõe que analisemos em globo os dois requerimentos, uma vez que se trata de inclusão ao Item.

Então temos apreciação conjunta dos Itens 4 e 5, todos propostos pelo Senador Lasier Martins.

É o seguinte o requerimento:

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25, de 2015
- Não terminativo -

Em aditamento aos termos do Requerimento nº 22 de 2015-CI, de nossa autoria, que tem por objeto a "realização de Audiência Pública com o objetivo de propiciar aos membros da Comissão de Infraestrutura a oportunidade de obter esclarecimentos e debater com autoridades ligadas ao setor energético brasileiro pontos envolvendo o cenário atual do país no campo energético, planos estratégicos, riscos e alternativas afetas ao setor", REQUEIRO seja incluído como convidado o senhor ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA, integrante da diretoria da Aneel.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Em discussão os requerimentos constantes dos Itens 4 e 5.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Para discutir, com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Depois, eu também gostaria de falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em seguida, o Senador Hélio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, quero parabenizar o Senador Lasier Martins pelos requerimentos que apresentou pedindo essa audiência pública.

Sugiro ao autor do requerimento, Senador Lasier, que nós possamos incluir, como item a ser debatido na audiência pública, o objeto do item 1, que reduz a alíquota de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares, para que possa ser discutido também junto com o requerimento.

E uma outra sugestão que eu faria, Senador Lasier, é que como nós já aprovamos aqui o relatório do Senador Blairo Maggi com relação ao projeto do Senador Wilder Morais – e ele será encaminhado à CAE –, que nós possamos fazer uma audiência conjunta entre a Comissão de Infraestrutura e a CAE, para que então, antes da aprovação na CAE, possamos debater a questão dos tributos incidentes sobre os painéis fotovoltaicos e todo o cenário, como V. Exª propôs no seu requerimento, do País na atualidade, no campo energético: planos estratégicos, riscos, alternativas afetas ao setor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o autor do requerimento, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente Garibaldi, é elementar dizer que sem energia, sem estradas e sem todo o setor viário esse País não se desenvolve; são as maiores carências que nós vivemos. E, depois daquela pesquisa muito oportuna do Datasenado, percebeu-se também a prioridade que a opinião pública brasileira está dando ao setor energético. E, com esse grupo de autoridades – e nós pesquisamos cuidadosamente quais seriam as mais preparadas para nos responder –, nós teremos aqui, acho eu, uma convincente explanação de qual é a realidade energética que nós estamos vivendo.

Então, acolhendo a sugestão do Senador Flexa, que está propondo também a vinda do Coordenador do Confaz, acho que, pela ordem, seria conveniente primeiro nos inteirarmos o máximo possível com relação à realidade energética no Brasil. Após termos esses dados todos, aí vamos tratar da questão tributária para ver onde o Confaz pode contribuir.

Essa é a minha sugestão: seguir esta ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senadora Vanessa Graziottin...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Desculpe-me, Senadora, o Senador Hélio já havia solicitado a palavra, mas acho que, como cavalheiro, ele vai...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza! É com muito prazer que eu cedo à minha querida Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E eu aceito, Sr. Presidente, que é mais rápido do que ficar discutindo, então deixe-me logo aceitar aqui o cavalheirismo.

Primeiro, se V. Exª me permitir – e este é o primeiro momento que falo publicamente no dia de hoje –, eu quero fazer, de público, um pedido de desculpas ao Brasil, Presidente. No dia de ontem, naquela discussão acirrada que tivemos na Comissão de Constituição e Justiça, quando o Senador Caiado insistentemente falava, ultrapassando em muito o seu tempo, isso fez com que vários Parlamentares reagissem, inclusive eu. E eu usei uma expressão inapropriada, eu tratei de dizer e comparar a atitude do Senador aos autistas. Então, eu quero pedir desculpas ao Brasil, desculpas aos autistas, desculpas aos familiares dos autistas por ter usado uma expressão tão inapropriada.

Sr. Presidente, eu sou mulher, sou mãe e sei que autista é uma pessoa diferente, mas é uma pessoa como todas as outras, normal. Então, eu peço desculpas a esses familiares, peço desculpas ao Brasil por esse ato falho, porque, afinal de contas, nós somos seres humanos e sujeitos a qualquer falha. Essa infelizmente está sendo uma expressão muito utilizada e, de tanto a gente ouvir, acaba automaticamente repetindo.

Mas, a partir de agora, eu serei uma militante para que ninguém use essa expressão tão inapropriada em momentos tão inapropriados, como no dia de ontem.

Muito obrigada, Presidente.

Mas, sobre o requerimento – e foi para isso que eu me inscrevi...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu quero dizer à nobre Senadora que eu não recebo e não recebi também como ofensa, mas como elogio, porque, como médico que sou, eu sei das características e da inteligência dos autistas. E é importante que a gente possa, em muitos momentos, reconhecer que podemos errar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... mas sabendo que eu jamais utilizaria disso para fazer nenhum ato de tentar denegrir a sua imagem.

Eu gostaria que...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Aproveito e faço uma correção: denegrir é tornar negro, portanto, politicamente, vamos também retirar essa palavra do nosso vocabulário, meu caro Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Nem tanto! V. Exª está restringindo muito o vocabulário – está certo?

Eu acho que tentar trazer uma situação que seja, amanhã, constrangedora a quem quer que seja realmente não enaltece o debate na Casa.

Mas eu recebo de V. Exª as desculpas e, ao mesmo tempo, tenho a certeza de que isso não deve ser levado adiante e que todos nós precisamos nos patrulhar cada vez mais para que erros como esses ou falhas como essas, não ocorram.

Agora é importante, Senadora, que entendamos uma coisa. Se essa falha fosse cometida por mim, provavelmente eu estaria execrado nacionalmente hoje. E, no entanto, eu fiz questão de não dar continuidade ontem a esse debate na sessão.

Eu agradeço, Sr. Presidente, e digo que o assunto está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

Eu acho até que nós estamos aqui na Comissão de Infraestrutura e estamos discutindo a infraestrutura humana também, porque não é só infraestrutura física do País, mas a humana também, às vezes, requer um debate importante.

Enfim, é isso. Eu agradeço a compreensão e só repetindo: eu serei uma militante para que, de fato, a gente passe a tomar muito mais cuidado com as nossas palavras.

E, quanto ao que o Senador Walter disse, muitas vezes a gente diz para comparar uma situação difícil, complicada, negativa aos negros, que também são muito discriminados. Mas, enfim, eu acho que a gente aprende exatamente com os erros. Eu não sou daquelas que recebe mal as críticas, pelo contrário; quando percebo que uma crítica vem no sentido de construir, eu aceito, reconheço. E repito: peço aqui minhas desculpas.

Mas, Presidente, em relação ao requerimento, eu faria uma sugestão ao autor do requerimento, porque, logo na sequência, a gente tem o item 6, que é de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que trata também de assunto vinculado à questão energética brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senadora Vanessa, desculpe-me interromper V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós estamos nos itens 4 e 5, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não; é que o item 6 foi retirado de pauta a pedido do autor, o Senador Ricardo Ferraço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, foi retirado!

A minha ideia seria, Sr. Presidente, a gente debater o item 6 juntamente com esse debate mais geral da política energética brasileira, porque é parte. Mas aí é um diálogo que V. Exª poderá ter com o autor do requerimento, Senador Ricardo Ferraço, e, se ele aceitar, a gente pode fazer um único debate sobre a situação real e o futuro da política energética do Brasil, até porque os convidados são os mesmos: Ministro de Minas e Energia e o Presidente do Conselho Nacional de Política Energética.

Seria por isso a sugestão, mas a faço então a V. Exª, como Presidente, para que converse com o outro autor para ver se ele concorda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência, com certeza é necessário descomplicar várias questões com relação à regulação do setor de geração de energia elétrica. Eu, inclusive, fiz uma contribuição apresentando o PLS nº 201, de 2015, que se encontra neste momento na CAE.

Eu queria, antes de fazer a minha fala aqui, convidar a todos para uma reunião da Frente Nacional Parlamentar Mista de Infraestrutura, que vai discutir uma agenda de trabalho hoje, às 15 horas, neste plenário 13. Eu estarei reunido com a diretoria da Frente e outros que queiram discutir para a gente apresentar um ciclo de debate com relação à infraestrutura nacional envolvendo Senadores e Deputados.

Com relação a essa questão dessa relevante proposta do nosso Senador Lasier Martins, eu já fiz um requerimento aqui para um ciclo de debates sobre esses temas, sugerindo uma série de convidados, e o Senador Wilder também o fez. Acho que seria de alta relevância que reuníssemos os três requerimentos e definíssemos uma sistemática para discutirmos o tema, porque esse tema é de larga importância.

Portanto, acredito que nem o meu requerimento nem o requerimento do Senador Wilder possam ser desconsiderados com relação a esse outro importante requerimento aqui colocado pelo Senador Lasier Martins. Então, a gente poderia unificar os três requerimentos e tentar distribuir no ciclo de debate essa questão tão relevante.

Com relação ao que colocou aqui a Senadora Vanessa Grazziotin, eu quero dizer a ela que me orgulho muito em ter cedido a palavra, porque acho que não há algo mais importante no ser humano do que o reconhecimento de algumas falhas, afinal somos todos falíveis, então, para mim, o faço sempre com muito orgulho. Sempre que puder serei cavalheiro mesmo, porque as mulheres estão em primeiro lugar – por trás de um grande homem sempre tem uma mulher maior ainda. Eu não tenho dúvida disso. Isso, para mim, é muito importante e relevante. Vanessa, parabéns pela questão e parabéns também ao Senador Caiado pelas colocações e reconhecimento da questão.

Eu gostaria, Senador, que a questão que a Vanessa colocou é tão relevante em relação ao petróleo, com relação a outro tipo de energia, que não é possível a gente misturar. A matriz energética é tão ampla e tão importante para nós, e essa questão que o Senador Ferraço coloca é também de grande profundidade. Eu acho que seria melhor mais produtivo se nós conseguíssemos pôr a parte mais de geração energética e coisa e tal e fotovoltaica em um grupo e essa parte da energia de petróleo, de combustível em outro grupo. Eu acho que nós ganharíamos mais, a Comissão ganharia mais e o Brasil seria mais bem esclarecido.

Era isso o que eu gostaria de sugerir, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Consulto o Senador Lasier se poderemos ter aqui, com a votação que ainda vai ser realizada do Requerimento nº 6...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse já está retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, esse aqui é um requerimento. Aliás, houve um equívoco de minha parte. Esse requerimento do Senador ...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... está retirado.

Esse requerimento do Senador Wilder já está aprovado.

Consulto V. Exª se o requerimento do Senador Wilder – eu vou dar conhecimento aos Senadores – em que ele solicita uma audiência pública no âmbito da Comissão de Serviço e Infraestrutura para debater sobre energia solar e microgeração distribuída. E aí solicita que convide o representando do Ministério de Minas e Energia, da Aneel, da empresa de pesquisa energética, da Associação Brasileira de Energia Solar, da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica e do Sr. Roberto Zilles, professor associado do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

Na verdade, se nós formos realizar uma audiência pública com a presença de tantos convidados, nós poderemos bater o recorde da sabatina do Ministro Fachin. (*Risos.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Garibaldi, essa matéria não se esgota nessa primeira audiência pública requerida por nós. Esse é um assunto interminável.

O meu objetivo é trazermos aqui as autoridades do Ministério, ou relacionadas, para que nos transmita o quadro da nossa realidade. Após termos esse conhecimento, nós podemos partir para a segunda etapa. Aí, o que fazer?

Por isso, na minha intervenção anterior, aceitando as inclusões propostas pelos Senadores Bezerra e Flexa de trazer um adjunto do Ministério da Fazenda e o coordenador do Confaz, eles podem vir, mas seguindo essa ordem: primeiro vamos tomar conhecimento, afinal, o que estamos vivendo? O que nós temos? Aonde precisa mais? Qual é a energia alternativa mais viável? Vamos continuar dependendo setenta e tantos por cento da hídrica? A térmica tem solução ou não? Então, primeiro, vamos ter o quadro geral do que estamos vivendo. Eu sei que aqui têm especialistas em energia, eu não sou um deles, eu tratei desse tema durante longo tempo como jornalista, mas não como Parlamentar.

Então, a minha proposta, Presidente, é que sigamos essa ordem aí: primeiro as autoridades, que são quatro ou cinco. Podemos até nesse primeiro momento trazer o Confaz e Fazenda, mas pode ficar para a segunda audiência, porque com cinco autoridades aqui nós já ficaremos por várias horas. Então, que racionalizemos esta audiência pública em que o objetivo inicial é o conhecimento da realidade energética que nós estamos vivendo.

É a proposta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, não há polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Hélio, eu peço a compreensão de V. Exª porque tenho agora que ouvir os autores dos requerimentos, Senador Fernando Bezerra e Senador Flexa,

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Correto. Desculpe-me Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em seguida daremos a palavra a V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Presidente, apenas para manifestar a minha concordância com a sugestão do Senador Lasier Martins. Acreditamos que mais de três palestrantes irá sobrecarregar a nossa agenda. Teremos um painel muito longo. Portanto, a sugestão do Senador é objetiva, é prática. A gente pode desdobrá-la em dois encontros, trazendo os representantes do Ministério da Fazenda e os Secretários de Fazenda dos Estados para, num segundo momento, a fim de que tenham praticidade e objetividade no nosso debate.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Na mesma linha do Senador Fernando Bezerra, eu quero concordar com a sugestão do Senador Lasier, que é o autor do requerimento. Daí, retiro a proposição que fiz para ser convidado o coordenador do Confaz e o Secretário de Estado da Fazenda do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço aos Senadores Fernando Bezerra e Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, tranquilo, não há polêmica alguma. Eu só quero considerar que há outras pessoas importantes para serem ouvidas sobre o tema, mas que a gente pode fazer nesse ciclo de debate. Vamos fazer essa audiência pública proposta pelo Senador Lasier, no formato colocado pelo Senador Bezerra. Isso não atrapalha as outras, eu só quis relembrar que há essa solicitação do Senador Wilder, e que eu havia colocado uma outra, até a retirei em consideração à do Senador Wilder. E essa preocupação do Senador Lasier, corroborada pelo Senador Bezerra, só vem abrilhantar o debate.

Portanto, não há nenhuma polêmica e nenhum problema com relação a seguirmos conforme V. Exª, Senador Garibaldi, está sugerindo encaminhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador Wilder Morais, a despeito de não estar presente, está propondo, se o Senador Lasier concordar – isso no requerimento dele, que já está aprovado –, convidar apenas, ao invés de seis, três.

V. Exª está convidando três?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – São quatro.

Eu consulto a Comissão se poderemos ter, com a aprovação do requerimento – e já está aprovado – do Senador Wilder, com a aprovação agora – ainda vou colocar em votação, mas não tenho dúvida de que será aprovado – se poderemos ter em uma mesma audiência, sete convidados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só por curiosidade: quais seriam as autoridades?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Ele quer saber...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O representante do Ministério de Minas e Energia; o representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); o representante da Empresa de Pesquisa Energética; o representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica; o representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica e Roberto Zilles...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Ah, porque coincidem! Está certo. É a mesma coisa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mudam os nomes, mas os setores são os mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Tanto faz dar na cabeça como na cabeça dar.

Então...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Acho que teria que pedir um esclarecimento ao Senador Wilder sobre os nomes, porque serão autoridades para tratarem da mesma matéria; mesma matéria, nomes diferentes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos aprovar para chegarmos a um consenso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em votação os itens 4 e 5 da pauta, lidos anteriormente, de autoria do Senador Lasier Martins.

Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois itens da pauta.

Temos ainda dois itens extrapauta, que foram solicitados.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 27, de 2015

- Não terminativo -

Em aditamento aos termos do Requerimento nº 22 de 2015-CI, de autoria do Senador Lasier Martins, que tem por objeto a "realização de Audiência Pública com o objetivo de propiciar aos membros da Comissão de Infraestrutura a oportunidade de obter esclarecimentos e debater com autoridades ligadas ao setor energético brasileiro pontos envolvendo o cenário atual do país no campo energético, planos estratégicos, riscos e alternativas afetas ao setor", REQUEIRO a inclusão do Senhor FABRÍCIO DANTAS LEITE, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e Membro do CONFAZ, para discorrer sobre o impacto financeiro-orçamentário na União de isenções tributárias em diferentes equipamentos de produção alternativa de energia elétrica.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros.

Em discussão o requerimento do Senador Fernando Bezerra. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Fernando Bezerra.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprova permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos ainda, como último item, requerimento de autoria do Senador Sérgio Petecão, subscrito também pelos Senadores Hélio José e Wilder Morais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É sobre o item anterior, quando aprovamos o requerimento de autoria do Senador Fernando Bezerra, eu queria incluir nessa audiência o convite ao coordenador do Confaz.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu submeto o aditamento proposto pelo Senador Flexa Ribeiro e já o considero aprovado.

Em votação, sem discussão, porque já houve.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tem a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Obrigado, Presidente Garibaldi.

Na verdade, esse nosso requerimento, que é apoiado pelos Senadores Wilder e Hélio José, tem por objetivo criar essa subcomissão para tratar do setor da mineração; inclusive estivemos reunidos com alguns empresários do setor.

E, tendo em vista que, lá na Câmara, está em discussão o marco regulatório, seria interessante que, aqui, já pudéssemos nos preparar para que, quando esse projeto aqui chegar, esta Comissão esteja apta para também fazer o debate.

Portanto, o objetivo é que nós possamos criar essa subcomissão, lógico, com o apoio dos demais colegas Senadores, para abrir este debate desde logo, porque entendemos que é de fundamental importância para o nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vou ler o item 8, requerimento de autoria do Senador Sérgio Petecão, apoiados pelos Senadores Hélio José e Wilder Morais.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 24, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos a criação, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subcomissão Permanente da Mineração), composta por três membros titulares e igual número de suplentes, destinada ao estudo e acompanhamento do setor da mineração no Brasil; a realizar diagnóstico dos problemas, causas e efeitos; e a apresentar soluções técnico-operacionais, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo, em substituição à Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (CISPID).

Autoria: Senador Sérgio Petecão e outros.

Informo que essa Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (CISPID) não foi instalada.

Encaminho, neste instante, a discussão do Requerimento nº 24, de 2015, de autoria dos Senadores Sérgio Petecão, Hélio José e Wilder Morais. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente, até para que possamos dar celeridade nesta Comissão, porque, aqui, o Regimento diz... Inclusive eu indago à Mesa se é possível, até por conta do quórum. Ás vezes a gente precisa reunir, mas não temos quórum suficiente. A proposta é que pudessem permanecer estes três Parlamentares que subscreveram o pedido, para que possamos dar início aos trabalhos.

É possível?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador Sérgio Petecão solicita que, ao invés de termos cinco membros nesta subcomissão, tenhamos apenas três, o que significa que os três subscritores serão os membros dessa subcomissão.

O Senador Sérgio Petecão faz a proposta; o Senador Hélio José concorda; e o Senador Wilder Morais está ausente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – O Senador Wilder está em viagem de interesse do Parlamento. Mas S. Exª pediu-me que trouxesse a mensagem, Presidente, de que também concorda.

Presidente, também não impede que os demais nobres Senadores participem e deem sugestões. Não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Os Senadores concordam? (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Presidente, inclusive se houver algum Senador que queira participar, seria muito importante. Nós estamos na discussão do marco regulatório minerário e outras questões, mas seria de alta relevância se alguns de nossos colegas Senadores pudessem compor a subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não compor, participar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Participar.

Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, faço a designação desde logo dos três Senadores.

E, antes de encerrar esta reunião, eu quero fazer minhas as palavras do Senador Hélio José, lembrando que teremos, hoje, às 15h, uma reunião da Frente Parlamentar de Serviços de Infraestrutura, neste local, exatamente aqui nesta sala.

Então...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, só para apresentar um... Eu havia combinado com o Senador Fernando Bezerra de apresentarmos um requerimento ainda nesta reunião; então, vou fazê-lo aqui oralmente e, depois, apresento o requerimento por escrito.

Trata-se de autorização para que tanto eu quanto o Senador Fernando Bezerra participemos do Intersolar, um congresso internacional que acontecerá de 9 a 12, na Alemanha, na cidade de Munique. E essa nossa participação será em conjunto até com diversas instituições do Brasil, como a Apex e, no nosso caso específico da Bahia, a Secretaria de Estado, bem como outros organismos.

O Intersolar é um congresso mundial, onde nós iremos debater, exatamente, essa questão da política envolvendo a energia solar nos seus mais variados aspectos, inclusive esse que discutimos aqui, ou seja, as relações no que diz respeito a essa política de expansão e isenção e, óbvio, com toda uma troca de tecnologias.

Portanto, apresentarei, ainda na tarde de hoje, requerimento nesse sentido com o meu nome e o do Senador Fernando Bezerra, que, nesta Casa, inclusive, preside a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, onde se tratam as questões atinentes a energias renováveis aqui no Congresso Nacional.

Posso consultar, depois, o Senador Wilder se S. Exª tem interesse em participar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, é apenas para fazer um convite a V. Exªs.

Hoje à tarde, às 14h30min, no plenário da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e Energias Renováveis, nós teremos a alegria de receber a presença do Sr. Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, e do Ministro Gilberto Kassab, que vão tratar da questão hídrica no Brasil, explanando como os dois Ministérios estão estruturados e preparados para enfrentar o desafio da oferta de água.

Portanto, eu queria estender o convite a todos os Senadores, como sei que esse tema desperta um interesse muito grande, sobretudo dos Senadores que estão ligados ao tema da infraestrutura hídrica, para que prestigiem essas duas palestras, esse painel que está sendo realizado pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Qual será o local?

O horário é 14h30min... E o local?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Plenário nº 6.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Plenário nº 6?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Perdão! Será no Plenário nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – No Plenário 9...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sim; aqui na ala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, também faço minhas as palavras do Senador Fernando Bezerra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, se não for nenhum óbice para o Senador Walter Pinheiro, eu gostaria muito de participar dessa viagem a Munique, a fim de podermos discutir a questão da energia solar, essa importante matriz energética para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Hélio, se V. Exªs quiserem também convidar este Presidente, eu também aceito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Será muito prazeroso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2015.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia vinte de maio de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Hélio José, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, José Pimentel, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a primeira parte da reunião, com Reunião de Trabalho para definição das políticas públicas a serem avaliadas pela Comissão no ano de 2015, de acordo com o artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: aprovada a avaliação das seguintes políticas públicas: Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento básico (relatoria do Senador Fernando Bezerra Coelho) e Plano Nacional de Logística de Transporte, com ênfase na integração entre modais e na mobilidade urbana (relatoria do Senador Wellington Fagundes). Tem início a segunda parte da reunião, deliberativa. Aprovada a inclusão, como item extrapauta, da Mensagem (SF) nº 26, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Sérgio de Assis Lobo, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT". Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Tem seguimento a análise das matérias da pauta. Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2013, de autoria do Senador Wilder Morais, que "reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares". Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: pela aprovação, com emenda. Resultado: retirado de pauta. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2014, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para determinar a não incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação relativo a operações de compensação de energia elétrica que especifica". Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: pela aprovação, com emenda. Resultado: aprovado o relatório, com a Emenda nº 1-CI. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 26, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer, "nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015, que altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para estabelecer a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela 'condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção', de autoria do Senador José Serra, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e Serviços de Infraestrutura". Resultado: retirado de pauta a pedido

do autor. Incluídos e apreciados os itens extrapauta 5 e 6, em consequência da escolha, feita na primeira parte da reunião, das políticas públicas a serem acompanhadas pela Comissão. Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 31, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer, "nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, no exercício de sua competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, promova a avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento básico". Resultado: aprovado o requerimento. Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 32, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que, "nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação da seguinte política pública: Plano Nacional de Logística de Transportes, com ênfase na integração entre modais e na mobilidade urbana". Resultado: aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Waldemir Moka, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Paulo Rocha, José Pimentel, Hélio José, Wellington Fagundes, Fernando Bezerra Coelho, Douglas Cintra e Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, Srªs e Srs. Senadores, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 10ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Conforme acordado em nossa última reunião, voltaremos a discutir a definição das políticas públicas a serem avaliadas pela Comissão neste ano de 2015.

Eu gostaria de lembrar que o art. 96-B, ao estabelecer avaliação de políticas públicas como uma atribuição das comissões permanentes, menciona que a avaliação se estenderá aos impactos das políticas públicas e às atividades-meio de suporte para sua execução.

Foram apresentadas, até o momento, as seguintes sugestões: Plano Nacional de Recursos Hídricos, que teria como componente a transposição do Rio São Francisco como tema.

O Senador Waldemir Moka apresentou a sugestão de que tivéssemos uma discussão sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos com ênfase na questão energética e, ao mesmo tempo, na questão do abastecimento d'água. Não é verdade, Senador?

V. Exª poderia nos esclarecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Um tema, ainda dentro da nossa discussão na reunião anterior... O objetivo é ter um relatório que vai, ao final do ano, fazer a avaliação de uma das políticas públicas.

Então, penso que a crise de água e a crise de energia são temas sobre os quais esta Comissão poderia fazer um relatório com sugestões e até avaliando as políticas públicas, desde a manutenção, as alternativas que temos de matriz energética, por exemplo...

Estamos falando de restrição de água, mas nós temos outras alternativas. Nós temos desde produção de energia fotovoltaica, que é a energia solar, até a energia eólica. Então, isso tudo estaria dentro de um tema. E aí, dentro desse tema, também estaria a questão da água, da restrição, da manutenção, da falta d'água. Eu acho que é um tema bem atual e abrangente. Era um dos que eu defenderia, com essa abrangência. Alguém citou a transposição do Rio São Francisco, mas ela estaria dentro disso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É um componente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É um componente disso, não é?

Então, esta é a minha sugestão de política pública. E faríamos a escolha de um Relator que tivesse uma certa intimidade com o tema. Eu cheguei a sugerir aqui o Walter Pinheiro, que me parece ter interesse principalmente na questão de energia. Eu o vejo sempre discutindo o assunto. Mas, claro, há vários outros Senadores aqui que poderiam dar essa contribuição.

E as audiências públicas que seriam feitas para tratar do tema vão permitir que a Comissão tenha um raio X de corpo inteiro da nossa dificuldade, dos gargalos que nós temos, sobretudo nessa questão de água, de restrição hídrica hoje, que afeta um sem-número de Estados, notadamente o Nordeste. Aí já é quase que uma questão cíclica, sazonal. Mas casos recentes como o de São Paulo e até mesmo do Rio de Janeiro demonstram que as nossas reservas de água estão diminuindo. E, ao diminuir a reserva de água, ao mesmo tempo, isso influencia também na produção de energia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – No Nordeste, nós temos o quarto ano de inverno irregular. Isso significa a seca voltando a preocupar todos os nordestinos.

O Senador Wilder Morais quer se pronunciar.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

Também, nessa linha, o Plano Nacional de Banda Larga, que está sendo discutido. Temos que massificar isso no País. Isso nos coloca em desvantagem em relação aos outros países. É importante a gente debater esse plano aqui também, na Comissão de Infraestrutura. Esta é a minha sugestão para avaliação de políticas públicas, porque também contribuí aqui com esse plano.

O.k., Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa, já quer falar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Só bom dia?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Primeiro, desejar bom dia ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu vou propor uma coisa meio heterodoxa aqui, que seria, pelo nosso universitário aqui, enviar os temas para cada gabinete. Mas aí já seria para pedir uma escolha feita por escrito. Mandaríamos as opções, os Senadores votariam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, mandaríamos todos os temas, e os dois temas mais votados seriam escolhidos. Por quê? Porque é difícil chegar a um consenso assim. Ou, então...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu fiz isto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Ah, já fez isso!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu fiz isto na Comissão de Assuntos Sociais. Selecionei os temas e mandei para os Senadores. Aí os Senadores votaram...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Assinalaram.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eles podiam votar em até três temas. A minha sugestão é que sejam votados três temas, sendo que os dois mais votados seriam a escolha da Comissão. Dei a opção, na época, de escolha de três.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu pergunto aos Senadores que estão aqui, a respeito dessa sugestão para democratizar o processo, porque nós poderíamos até tentar votar aqui, mas não há o quórum desejável para isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone*.) –

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Explique no microfone, por favor, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade, as comissões permanentes têm que fazer uma avaliação das políticas públicas. Mas, para isso, nós temos que escolher dois temas. Mais no sentido de avaliar, durante o ano inteiro, a eficácia dessas políticas públicas, se elas estão chegando, se os objetivos estão sendo atingidos... E aí, no final, faz-se um relatório com sugestões e até críticas à ineficiência, àquilo que está errado. A nossa experiência na Comissão de Assuntos Sociais, no ano passado, foi escolher três temas entre todos aqueles sugeridos pelos vários Senadores. Os dois temas que tivessem o maior número de votos seriam aqueles que a Comissão iria adotar. É isto, basicamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Nós temos duas opções: aproveitarmos esse quórum, que não é tão expressivo, e escolhermos – a gente faria a leitura – ou mandarmos para os gabinetes os temas – eu faria a leitura novamente – e os Senadores se manifestarem diante do que nós mandamos. E, na próxima semana, nós já teríamos aqui a apuração. Os gabinetes se encarregariam. O senhor mesmo já fez uma...

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para contribuir.

V. Exª poderia encaminhar aos gabinetes...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Os temas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não os temas, mas uma solicitação aos Senadores para que indicassem os temas para esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas nós já pedimos isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já foi feito?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, já pedimos. Se quiser incluir outra, agora pode.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Aí, os que tivessem maior número de indicações pelos Senadores seriam os que...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Os dois, né?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Porque nós não vamos criar mais do que duas comissões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Os dois, então...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – As outras comissões só optaram por dois temas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, sem problema.

Eu queria pedir a V. Exª que... Eu tenho um requerimento aprovado para criar uma subcomissão de acompanhamento das obras do PAC.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Aí queria transformar isso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Faz seis anos que esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Veja bem, Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não. Faz seis anos que ele foi aprovado, mas não consigo instalar a subcomissão, que é da maior importância para a Comissão de Infraestrutura, para que nós possamos acompanhar as obras e verificar o andamento, se há algum problema de desvio, ou seja, para acompanhar essas obras do PAC pelo Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, veja bem, nós estamos falando de duas coisas diferentes, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Duas coisas diferentes. Uma coisa é uma subcomissão, um grupo de trabalho, e outra coisa são os debates em torno da avaliação de políticas públicas, porque... Agora, nós temos duas opções: votarmos agora – eu leio os temas – ou mandarmos... Acho que todos os Senadores já entenderam. Falta apenas ler aqui. E depois nós mandamos, para que cada um assinale. Ou então escolhemos agora. Os temas...

Já chegou aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr.Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu entendo, Sr. Presidente, que há alguns temas que são até comuns de outras comissões, como a questão da água, da Comissão de Meio Ambiente, mas na área de infraestrutura, se for obra de saneamento, já seria a Comissão de Infraestrutura.

Nós debatemos muito também, no passado, aqui, a infraestrutura do País. Debatemos a infraestrutura rodoviária, a ferroviária, a hidroviária, que ainda estão muito precárias. Então, acho que os três temas mais importantes, no momento, são o saneamento – água e esgoto, água tratada para a população, que faz parte da infraestrutura –, a energia, essas novas modalidades de energia elétrica, e também a infraestrutura de transporte, que é muito pesada, é a que necessita de mais investimento e é uma área em que o Brasil tem deixado a desejar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, o Senador Raupp tem razão quando sugere...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Saneamento. Ele está incluindo a questão do saneamento básico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Seria Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento básico.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento básico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso. Acho que esse é um tema muito importante, porque abrange os problemas de todos os Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, nós vamos submeter aqui...

Os Senadores ainda querem se pronunciar?

Senador Paulo Rocha?

Senador Pimentel?

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu acho que falta acrescentar um tema, Presidente, que envolve as cidades. Além do saneamento, a questão da mobilidade urbana, que é o grande gargalo das áreas metropolitanas das grandes cidades do nosso País. Falta a questão da mobilidade urbana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Paulo Rocha.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Presidente, nós já tivemos várias subcomissões em legislatura anteriores e, evidentemente, partes foram resolvidas e outras nem tanto. Mas acredito que, nesta gestão, se nós priorizarmos o Plano Nacional de Recursos Hídricos, em face dos problemas que temos nas regiões metropolitanas, independentemente de ser da Região Norte, Região Sul ou Região Sudeste, isso estar presente, esse grave problema de recursos hídricos, e acrescentarmos energia e saneamento básico, acredito que essa deve ser uma das nossas subcomissões, em face da realidade que vivemos hoje.

O segundo tema para o qual eu chamaria a atenção é o da aviação regional. É um tema recente, que foi desenvolvido após o Marco Regulatório da Aviação Civil. Temos gravíssimos problemas, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, em face de o sistema de transporte aéreo basicamente não cobrir essas regiões. E aqui há toda uma política que dialoga com os aeroportos regionais e com o subsídio ao transporte aéreo na área de passagens.

Por isso, eu ficaria com esses dois temas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, eu creio que nós temos quórum aqui e podemos escolher agora. Cada um vota em dois.

Quanto ao processo de votação, qual é o sugerido aqui?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone*.) – A gente sugere isso agora. Rapidinho.

Pimentel: Plano Nacional de Recursos Hídricos e Política de Desenvolvimento da Aviação Regional.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – São só duas ou podem ser três, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, porque três eu acho... Duas já é muito. Três eu acho demais. Quer dizer, não é tanto, mas, para efeito dos trabalhos, sim.

Bem, o Senador Pimentel já votou.

Plano Nacional de Recursos Hídricos é mais abrangente. Todos nós sabemos aqui.

Então, vamos ouvir o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Infraestrutura de transporte e recursos hídricos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Paulo Rocha já votou? Não, só sugeriu.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Sugeri mobilidade urbana e a logística do País, que envolve transporte e hidrovias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mobilidade urbana e transporte.

Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, como sugeri o último, eu tenho que votar nele, no Plano Nacional de Banda Larga. E, aí, eu fico também com o Plano Nacional de Logística e Transporte, de modo integrado, que eu acho que é no qual a maioria está votando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, voto no Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento, ampliando com saneamento, e no Plano Nacional de Logística e Transporte e integração dos modais, porque, aí, nós vamos discutir o modal hidroviário. É importante que o Brasil assuma, de uma vez por todas, a implantação desse modal, que é o mais barato meio de transporte para a produção e que representa as estradas para a nossa região, a Região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu havia sugerido essa questão da água, mas com essa amplitude do tema energia. Inclusive, quando se falar em energia, vamos discutir não só a produção a partir da água, a hidroeletricidade, mas tudo – a fotovoltaica, a eólica. E eu acho que também votaria nessa questão, sugerida pelos Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Rocha, se não me engano, da infraestrutura de logística, podendo envolver até a mobilidade urbana – rodovia, ferrovia, hidrovia e mobilidade urbana. Estes são os dois temas. Acho que nós teríamos dois temas bem amplos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador Hélio já tem condições de votar? V. Exª está muito pensativo... (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sem dúvida, a colaboração dada aqui pelos nossos Senadores é muito oportuna. Eu acho que a colocação do Senador Flexa, com a colaboração do Senador Moka, por

último aqui, amplia o tema... Eu só queria ter clareza, como foi dito aqui, se realmente esse Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento, envolveria a nova matriz energética. Ou seja, a gente discutiria o tema ampliando a energia.

Então, eu acho que esse tema é muito oportuno.

E, ainda, escolho o tema do intermodal, inclusive envolvendo a questão da mobilidade urbana. Acredito que esse também atende, no momento, a demanda da sociedade por conta da situação caótica que nós vivemos nas grandes cidades do País.

Inclusive, Sr. Presidente, eu estive dialogando com o Secretário de Transportes do Estado de São Paulo, Sr. Clodoaldo, responsável pelos metrôs e trens da Grande São Paulo, que transportam cerca de 7 milhões de pessoas por dia, e ponderando sobre a importância de ele vir aqui debater conosco a problemática da mobilidade urbana e da necessidade do investimento em linhas férreas, e ele se comprometeu a vir.

Então, eu acho muito oportuna essa ampliação que o Senador Flexa, o Senador Moka e outros Senadores propuseram aqui.

Assim, ficariam o Plano Nacional de Recursos Hídricos, com abastecimento, energia e saneamento, e o intermodal de transporte, ampliando a discussão para a mobilidade urbana.

Era isto.

Fico agradecido a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Hélio.

O Senador Wellington foi quem mais deu sugestões.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, pode mudar o voto?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pode.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Portanto, eu vou ficar também com o Plano Nacional de Logística e Transporte, porque o transporte aéreo está aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador Wellington tem um tempo para pensar, até porque, como eu disse, foi o Senador que mais apresentou sugestões. (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Posso manifestar-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pois não.

Ouçamos o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de sugerir o Plano Nacional de Logística e Transporte, e integração entre modais, o plano de logística de modo geral, e também as concessões de obras e serviços públicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, vamos apurar aqui.

Houve cinco votos, e foram os mais votados, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase no abastecimento de energia e saneamento básico, e o Plano Nacional de Logística e Transporte e integração entre os modais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – E mobilidade urbana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – E mobilidade urbana.

Agora, quem são os candidatos à relatoria?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr, Presidente, eu gostaria que fosse incluído, como item extrapauta, o meu relatório sobre a indicação de um membro da ANTT.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Exª será atendido. (*Pausa.*)

Os Senadores Douglas e Fernando Bezerra quase que perdiam...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, da vez passada... É difícil, mas vou sugerir Relator, se V. Exª me permite.

Eu tinha dito que o nosso ex-Ministro da Integração é um Senador que tem um conhecimento amplo dessa questão de infraestrutura, de energia e, eu diria, também da mobilidade. Acho que, para chamar um tema desses, tem que ter... Acho que quem vai ser Relator tem que ter conhecimento. Acho que isso facilita as coisas. Não conversei com ele, estou apenas sugerindo. Não quero que entenda como outra coisa, é só uma sugestão. Não está presente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É o Walter Pinheiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... é apenas uma sugestão, porque aqui pode haver Senador que tem a pretensão de ser o Relator. Nesse caso, se alguém se manifestar nesse sentido, retiro minha sugestão. Estou dando a sugestão porque acho que ela é importante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sugestão para trabalhar é difícil de aceitar. (*Risos.*)

Se fosse para passear, seria melhor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de estar à frente da relatoria do Plano de Logística. Sugeri isso porque venho trabalhando muito nessa área. No Brasil, principalmente no Centro-Oeste e Amazônia, essa questão é fundamental para o nosso desenvolvimento. Por isso, eu gostaria de, se for por entendimento, me colocar pleiteando para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Se quiserem adotar o voto secreto, para não causarmos constrangimentos...

O Senador Fernando Bezerra precisa, primeiro, entender que o Senador Moka está entregando a ele, para ele receber, não é? (*Risos.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Acho que o Senador participou da última reunião.

Estamos discutindo aqui temas de políticas públicas, porque cada comissão permanente vai fazer um relatório com uma avaliação sobre se essas políticas públicas estão chegando de forma eficiente, se estão realmente cumprindo o objetivo. Ao final do relatório, seriam feitas sugestões e críticas sobre o desempenho dessas políticas públicas.

Foram sugeridos vários temas. Já votamos e dois temas ficaram em evidência: um amplo, de restrição hídrica, mas envolvendo a questão de matriz de energia no sentido mais amplo, desde fotovoltaica, hidrelétrica e eólica, e, dentro desse tema, também saneamento, como sugerido, e a restrição hídrica, a questão da água.

Tenho comigo que V. Exª poderia fazer esse trabalho, e aí não é conflitante, porque o Senador Wellington está reivindicando a relatoria da questão da infraestrutura e logística.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, se for uma manifestação de consenso da Comissão, eu aceito o desafio, mas, se houver outro Senador....

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Concordando com os Senadores com relação ao amplo conhecimento, Waldemir Moka, dos temas, acho que o nosso Senador Fernando Bezerra Coelho tem o conhecimento não apenas necessário, mas muito bem aprofundado, sobre o plano de recursos hídricos. E também acho que o nosso Senador Wellington tem os conhecimentos mais do que suficientes para ser o Relator do Plano Nacional de Logística e Transporte.

Esta é a nossa visão, vendo que a experiência nessas áreas pode contribuir para que nosso trabalho seja realmente o melhor possível.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, o Senador Wellington se dispôs a ser Relator de qual tema?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Logística e transporte?

Eu acredito, como disse o Senador Moka, que o ex-Ministro Fernando Bezerra, para esse setor de logística e transporte, estaria com o domínio completo do tema. E o Senador Wellington poderia ser o Relator do outro tema, de recursos hídricos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa, V. Exª trocou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não estou trocando, não. Estou sugerindo que haja uma inversão dos Relatores: que o Senador Fernando Bezerra fique com o tema de logística, porque ele discutiu isso amplamente quando estava no Ministério da Integração.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Isso aí vai virar trabalho forçado. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, é trabalho forçado, mas não é escravo. Então, estamos livres de qualquer penalidade.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – A gente poderia adotar o sistema um pouco salomônico de um ser Relator e o outro ser Relator-revisor, ficando os dois na relatoria. (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Uma atitude salomônica.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O espírito salomônico baixou aqui no Senador Valdir Raupp, mas o Regimento não o acolhe.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, ele não nega que é o PMDB, pois sempre encontra uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas o PSDB é bom nisso também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vocês, os "tucanos", é que são decididos, porque têm um poder de decisão...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Presidente, sem querer fazer nenhum tipo de disputa, porque acho que qualquer um aqui tem capacidade e competência para dirigir qualquer tema, como estou presidindo a Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura, acho que a gente fazer duas vezes a mesma coisa é ruim. Eu sou um engenheiro eletricista, trabalho no Ministério de Minas Energia, onde trabalhei, nos últimos dez anos, no monitoramento do sistema elétrico nacional, e, sinceramente, se eu não me disponibilizar a fazer esse relatório com relação à matriz energética, eu estou fazendo o quê aqui?

Então, eu gostaria que, se fosse possível, já que eu estou na coordenação da Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura, de relatar esse tema do Plano Nacional de Recursos Hídricos, energia e saneamento, se os colegas assim entenderem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Olhem, pode haver dois Relatores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não?

Não pode haver dois Relatores?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não?

Querem submeter a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas aí é constrangedor. São dois colegas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agora, estou entre a cruz e a espada. É a "escolha de Sofia". Vamos ver...

Voto secreto. Como é? Consenso forçado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Faz um acordo aí, PMDB.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pela ordem, Senador Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Presidente Garibaldi.

Sugiro que esses temas tenham sequência da forma como se iniciaram aqui os debates, conforme o Senador Moka também colocou. Que o Plano Nacional de Logística fique com o Wellington e o Plano Nacional de Recursos Hídricos fique com o nosso Ministro Fernando Bezerra. Acho que é por aclamação. Façamos isso de uma forma bem democrática, sem 'forçar a barra", como V. Exª colocou.

Entendo que os dois temas são importantes e estarão em boas mãos se forem aprovados dessa forma.

É a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço a V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Não seria possível, Presidente, a gente colocar três temas? Energia e recursos hídricos em uma, transporte e logística em outra e a questão de se verificar só a integração nacional em outra. Aí, eu me candidataria para energia e recursos hídricos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, Senador Hélio, o Senador Wellington poderia deixar esse componente... Mas parece que é tudo. Não é componente.

Qual V. Exª quer?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu poderia contribuir bastante aqui com a energia e a discussão dos recursos hídricos, porque tem muito a ver com energia. Eu acho que seria uma parte interessante, já que estou lá na coordenação da Frente Parlamentar da Infraestrutura. Quero fazer uma série de debates e acho que não tem sentido a gente fazer coisas em lugares distintos. Estou nesta Comissão de Infraestrutura para discutir esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN. *Fora do microfone.*) – Senador Fernando, V. Exª...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, permita-me. Eu acho que a Frente Parlamentar que o Senador Hélio preside pode colaborar com o relatório do Senador Fernando Bezerra. Pode ser até uma audiência pública em que o Senador seja ouvido, trazendo a contribuição da Frente Parlamentar

da Infraestrutura, porque estamos sugerindo algo mais amplo. Trata-se da questão da água, da energia, todas as formas de energia, que é onde V. Exª vai poder dar a sua contribuição. Não estamos falando só de energia hidrelétrica, mas de energia fotovoltaica, de energia eólica, em que o Nordeste já tem uma experiência armazenada muito grande...

Acho que poderíamos fazer isso, e, evidentemente, não seria desconsiderada essa contribuição da Frente Parlamentar. Ao contrário, faria parte desse relatório do Ministro.

É apenas uma sugestão.

Sr. Presidente, para firmar minha posição: como eu tinha sugerido o nome do Fernando Bezerra, vou manter a minha sugestão de que fique o Wellington com a parte de infraestrutura e o Fernando Bezerra fique com a parte de água...

Claro que quero tentar conciliar no sentido de que o Senador Hélio José possa, garantido pelo próprio Relator Fernando Bezerra, trazer as contribuições do que a Frente Parlamentar certamente já produziu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É claro que não estou aqui disputando nada com o Senador Fernando Bezerra, pessoa por quem tenho a maior admiração do mundo, respeito, carinho e solidariedade.

A gente que é novo nesta Casa quer mostrar serviço. E não tenha dúvida de que, quando você tem aqui possibilidade de juntar os esforços... Ainda mais eu, que sou analista de infraestrutura e trabalhei nos onze Ministérios com a infraestrutura nacional, com mão de obra que executa o trabalho de infraestrutura do PAC de todos os Ministérios, acredito que seria valoroso para a minha carreira e para o meu trabalho aqui poder contribuir com isso. Mas estou tranquilo, tem acordo, não há disputa nenhuma aqui. Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, vamos proclamar aqui os Relatores: para o Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento básico, fica escolhido o Senador Fernando Bezerra, com essa colaboração a ser prestada pelo Senador Hélio, que é Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura, e para relatar o Plano Nacional de Logística e Transportes e integração entre os modais e modalidade urbana fica escolhido o Senador Wellington Fagundes.

Vamos passar ao outro item da pauta. Aliás...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu havia pedido a inversão, com preferência para esse relatório, porque eu estou relatando o Projeto de Conversão nº 1, e nós estamos tendo audiência com o Ministro Levy. Eu dei preferência à minha Comissão, de que sou titular, para apresentar o voto, o relatório. Peço prioridade para eu poder me deslocar até lá, já que há muitos Senadores lá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos, então, inverter a pauta e dar a palavra a V. Exª.

Para esclarecimento dos Senadores, é a Mensagem nº 26, de 2005.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor SÉRGIO DE ASSIS LOBO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
Autoria: Presidente da República
Relatoria:
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, antes de fazer o relatório, eu queria fazer uma consideração, que V. Exª mesmo, como Presidente, já questionou aqui, assim como eu e outros Parlamentares, sobre essa vacância que está acontecendo nas agências. Hoje, as agências, praticamente todas elas, não têm a sua diretoria completa. Eu acredito até que a nossa própria cobrança, por parte da Casa Civil, fez com que chegassem para nós pelo menos os nomes dos três diretores da ANTT.

Vou ler, então, o relatório.

Como V. Exª já anunciou, por meio da Mensagem nº 26, de 2015 (nº 132, de 2015, na origem), a Senhora Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor Sérgio de Assis Lobo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A ANTT, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que "dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes".

Determina o art. 53 da mencionada lei que os membros da Diretoria da ANTT serão nomeados pela Presidência da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, III, "f", da Constituição Federal. Em complementação, estabelece que o ocupante de cargo de Diretor da instituição deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito estabelecido no art. 383, também da nossa carta regimental.

Consta da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, "a", e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades".

Segundo documentos apresentados, o Sr. Sérgio de Assis Lobo é cidadão brasileiro, nascido em 12 de abril de 1954. De acordo com seu currículo e sua argumentação escrita, sua formação acadêmica abrange a graduação em Engenharia Civil, realizada na Universidade Mackenzie, e pós-graduação em Administração de Empresas, pela Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN). Participou ainda de diversos cursos no Brasil e no exterior.

A sua experiência internacional foi obtida mediante a permanência, por 6 (seis) meses, especializando-se na área de transportes, nos Estados Unidos da América (EUA), e em atividades de operação de transporte, na Argentina, no Uruguai, Paraguai, Chile e na Guiana.

Foi Vice-Diretor da Diretoria de Transportes do Instituto de Engenharia de São Paulo e Relator da Comissão de Transporte de Carga Pesada da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Exerceu ainda as funções públicas de Diretor de Planejamento e Diretor de Administração e Finanças Interino na Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., sendo atualmente responsável pela área de Projetos, Estudos, Tecnologia da Informação, Orçamento Institucional.

Na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), atuou no Programa de Investimos em Logísticas: Aeroportos Regionais, em 2013.

No Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) do Estado de São Paulo, foi responsável pela coordenação do PVT – Projeto Várzeas do Tiete, com financiamento BID, ainda no mesmo ano.

Na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) atuou como Assessor de Diretoria e como membro da Comissão de Avaliação do TAV – Trem de Alta Velocidade, de 2008 a 2013.

Na Prefeitura do Município de São Paulo, foi Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Serviços de 2007 a 2008.

Atuou como Chefe de Gabinete da Superintendência do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, de 2004 a 2007; como Superintendente de Controle e Gestão na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, de 1997 a 1998, e como Gerente de Licitações e Contratos na Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S/A, de 1984 a 1995.

Além de experiência no setor público, há que se mencionar sua atuação na iniciativa privada, em empresas nacionais e multinacionais, inclusive, no cargo de Diretor.

A análise do *curriculum vitae* encaminhado evidencia, assim, que a formação acadêmica, a trajetória e o desempenho profissional do indicado credenciam-no para o exercício do cargo para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, bem como as exigências constantes do art. 383, I, do RISF (redação da RSF nº 41, de 2013), e do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão (*curriculum vitae* e demais declarações exigidas). Ainda de acordo com a documentação apresentada, não se verificou a existência de qualquer dos impedimentos constantes do art. 58 da Lei nº 10.233, de 2001.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Sérgio de Assis Lobo, constante da Mensagem nº 26, de 2015 (nº 132, de 2015, na origem), para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2005.

É o relatório Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Extrapauta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu quero, então, só agradecer aqui mais uma missão em serviço na Comissão. Entendo que é importante este trabalho que vamos realizar aqui, juntamente com o experiente Ministro, e quero, mais uma vez, colocar-me aqui à disposição da Comissão. Tenho todo o interesse de ter aqui uma atuação bastante presente, visto que esta Comissão realmente, principalmente, atende à maior dificuldade do Brasil, que está na área de infraestrutura. Hoje, as nossas dificuldades estão exatamente na logística, para alavancarmos o desenvolvimento e, principalmente, essas concessões que temos cobrado tanto. Mas, claro, essa definição das agências é fundamental para o trabalho a ser desenvolvido pelo próprio Governo e até em parceria com o Senado, com esta Comissão.

Então, eu agradeço muito e quero pedir desculpas pela minha retirada, porque tenho uma reunião com o Ministro Levy para tratar da questão da unificação das alíquotas do ICMS e, consequentemente, acabar com a guerra fiscal no Brasil, que realmente é muito perniciosa.

Mas, Sr. Presidente, eu não vou apresentar agora, aqui, como um requerimento, mas ontem nós tivemos, na Casa Civil, uma reunião com o Vice-Presidente Michel Temer, o Ministro Padilha e o Ministro Mercadante, dado o anúncio que foi feito de entendimento entre o Governo brasileiro e o governo chinês para a construção da Ferrovia Transoceânica. Inclusive, discuti com o Ministro Mercadante a possibilidade de estar lá uma missão com o Ministério das Relações Exteriores, no meu Estado, Mato Grosso, para fazer uma exposição dessa obra, visto que ela vem do Rio de Janeiro, incorpora também a Ferrovia Norte-Sul, adentra o meu Estado de Mato Grosso, passando pela região do Araguaia, atravessando todo o Estado, e vai a Rondônia, ao Acre e ao Peru. É um sonho.

Nós estivemos na China, há cerca de seis anos, com o Senador Raupp, para falar do trem de alta velocidade e colocamos também esse assunto em pauta. E os chineses se interessaram muito não pelo trem de alta velocidade, mas, sim, por essa ferrovia.

Espero que seja uma realidade esse protocolo de intenções que foi feito. Já há um estudo levantado dessa ferrovia, e ela é fundamental para os dois países, para não depender tanto do Canal do Panamá.

Então, penso que isso pode ser uma realidade de curto ou médio prazo extremamente importante para o nosso Brasil para integrar o Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico, mas, principalmente, para o escoamento do Centro-Oeste através dessa ferrovia, indo ao Peru, no Porto de Ilo, e, com isso, muito mais próximo da Ásia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu sugiro que V. Exª vá logo. Senão, o efeito V. Exª sabe qual é.

Vamos retirar de pauta o item 1 porque o Relator, Senador Blairo Maggi, não está presente.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2014
- Não terminativo -

Suspende a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins e da Cofins-Importação, sobre a venda ou importação do óleo diesel, quando destinado ao transporte fluvial de carga.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação
Observações:

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para determinar a não incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação relativo a operações de compensação de energia elétrica que especifica.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta
Observações:

Senador Acir Gurgacz, V. Exª tem condições de relatar agora? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de lei do Senado nº 249, de 2014 – Complementar, do Senador Valdir Raupp, que trata da não incidência do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, relativo a operações de compensação de energia elétrica que especifica.

Relatório.

Vem a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 249, de 2014 – Complementar, de autoria do Senador Valdir Raupp, composto por dois artigos.

O art. 1º inclui o inciso X e o §2º no art. 3º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para determinar que não haja incidência de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sobre o sistema de compensação de energia elétrica específico para geração distribuída.

O art. 2º estabelece que a lei em que se converter o PLS n° 249, de 2014, entrará em vigor na data da sua publicação.

Em sua justificação, o autor argumenta que o entendimento contido no Convênio ICMS n° 6, de 5 de abril de 2013, esterilizou a viabilidade da geração distribuída em virtude da autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) para que os estados cobrem ICMS sobre o consumo "cheio" da unidade residencial, inclusive o excedente de propriedade do consumidor-gerador, em detrimento da cobrança sobre a energia efetivamente comprada da distribuidora.

O projeto foi distribuído à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Fui designado, então, para relatar a matéria na primeira comissão. Não houve emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece como competência desta Comissão opinar sobre matérias correlatas à infraestrutura.

Ocorre que o arcabouço institucional, normativo e regulatório do setor energético é intrinsecamente ligado à infraestrutura. Por isso, justifica-se a análise da proposição legislativa por esta Comissão.

Acerca da constitucionalidade do PLS nº 249, de 2014 – Complementar, destaca-se caber à União legislar sobre direito tributário, sistema tributário e regular as limitações gerais ao poder de tributar, nos termos dos arts. 24, inciso I, 48, inciso I, e 146, inciso II, todos da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar em tela encontra amparo no art. 61 da Constituição Federal.

O projeto de lei atende ao aspecto de juridicidade em razão de utilizar instrumento legislativo adequado, normatização via lei complementar, e de propor aperfeiçoamento ao ordenamento jurídico de aplicabilidade geral, a Estados e Distrito Federal.

Sugere-se adequação da redação do PLS n° 249, de 2014 – Complementar, tendo em vista não haver alteração de conteúdo do parágrafo único, mas apenas a renumeração em decorrência da adição do § 2°.

Quanto ao mérito, devemos destacar que a Política Energética Nacional, materializada pela Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, baseia-se na utilização racional dos recursos energéticos para promoção do desenvolvimento, ampliação do mercado de trabalho e valorização dos recursos energéticos, *verbis*:

"Art. 1º As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos:

.....

II - promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;

III - proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

IV - proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia;

A geração distribuída vai ao encontro da Política Energética Nacional, pois amplia a oferta de energia e diminui a perda por transmissão. Além do mais, é adequada à preservação do meio ambiente, pois não necessita de grandes obras para sua instalação.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da Resolução n° 482, de 2012, estabeleceu o arcabouço regulatório infralegal que permitiu o investimento nessa forma de geração de energia elétrica.

O modelo adotado pode ser assim explicado: geradores de pequeno porte, enquadrados pela resolução supracitada, produzem energia elétrica para consumo próprio e, em face do elevado custo para armazenamento da energia (banco de baterias), injetam na rede da distribuidora o excedente produzido, que será utilizado por outro consumidor e será contabilizado como "crédito". Quando fosse necessário, aquele gerador de pequeno porte poderia utilizar o "crédito" junto à distribuidora.

De fato, a distribuidora de energia elétrica substitui a necessidade de um banco de baterias, desempenhando o papel de armazenador da energia do gerador de pequeno porte.

Assim, o pequeno produtor de energia elétrica enquadrado nesse sistema não realiza a venda de energia, utilizando a distribuidora apenas como armazenador de energia.

Contudo, o entendimento do Confaz, que autorizou a cobrança de ICMS para a parcela de energia injetada na rede da distribuidora, onerou de tal forma que inviabilizou a instalação de novos empreendimentos.

Depreende-se que a autorização do Confaz é inoportuna na medida em que permite a cobrança por uma energia não comercializada pelo pequeno gerador.

Portanto, conclui-se que a aprovação do PLS nº 249, de 2014 – Complementar, corrige uma injustiça com os pequenos produtores enquadrados na geração distribuída e contribui para acelerar a implementação da Política Energética Nacional.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a emenda de redação a seguir, e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 249 - Complementar, de 2014.

EMENDA Nº – CI

Dê-se ao art. 3º da Lei Complementar n° 87, de 13 de setembro de 1996, na forma do art. 1º do PLS n° 249 - Complementar, de 2014, a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

X – operações de compensação de energia elétrica realizadas sob o sistema de compensação de que trata o § 2º deste artigo.

§ 1º .....

.....

§ 2º Entende-se por sistema de compensação de energia elétrica a cessão não onerosa de energia ativa produzida por microgeração distribuída ou minigeração distribuída, mediante injeção na rede elétrica, por unidade consumidora, para uso de concessionária ou permissionária de serviços de distribuição de energia elétrica, que será, posteriormente, compensada com o consumo de energia elétrica ativa da mesma unidade consumidora ou de mesma titularidade, na concessão ou permissão onde os créditos foram gerados, desde que possua o mesmo número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)." (NR)

Esse é o relatório, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para seguimento de sua tramitação.

O Senador Ricardo Ferraço solicitou que retirássemos de pauta o item 3, que contém um requerimento de S. Exª.

(É o seguinte o item retirado:

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 26, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015, que altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para estabelecer a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de explora-

ção, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção", de autoria do Senador José Serra, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e Serviços de Infraestrutura.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Agradeço a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, dos consultores, da imprensa e convoco nossa próxima reunião a realizar-se no dia 27 de maio, quarta-feira próxima, às 8h30.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 44 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, LOGO APÓS O FIM DA 11ª REUNIÃO, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezoito minutos do dia treze de maio dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Walter Pinheiro, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, José Medeiros, Wellington Fagundes, Regina Sousa, Romero Jucá, Lídice da Mata e Eduardo Amorim. Senadores não Membros: Blario Maggi, Marta Suplicy e Omar Aziz. Deixam de comparecer os Senadores: Paulo Rocha, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, e Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 11ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento RDR 17/2015 de autoria do Senador Wellington Fagundes e Outros, que requer, nos termos do inciso II art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para instruir o PRS 1/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais. É realizada com a presença dos seguintes convidados: Sr. José Barroso Tostes Neto, Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, Senador Romero Jucá, Senador Delcídio do Amaral, Senador Walter Pinheiro e Sr. Manoel Nazareno P. de Moura Jr, Presidente da Cotepe/ICMS. Encerrada a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores: Simone Tebet, Davi Alcolumbre, membros; Blairo Maggi e Marta Suplicy, não membros. É lida a Carta de Natal, assinada durante o III Encontro dos Governadores do Nordeste, com a participação do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Fagundes,** Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Havendo número regimental...

Eu gostaria que ficasse aqui – já que, então, a polêmica está mais em São Paulo – o Secretário Renato e que os outros secretários também continuassem com a gente, porque vamos ter o debate ainda e vamos convidar ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Já declarei encerrada.

Então, repetindo, já estou abrindo a 12ª, com o número regimental.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) –

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Está vendo, Davi? O Wellington é mais rápido que você. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Acho que ele tomou minha página ali. Você tomou a minha página, vamos lá.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – É claro, por isso que ele é o relator, por ser rápido.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 11ª Reunião da Comissão.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização da 2ª Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2015, CDR, de autoria do Senador Wellington Fagundes, com a finalidade de instrução do Projeto de Resolução do Senado 01/2013, que trata da fixação de alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais.

O presente requerimento foi subscrito pelos Senadores Donizeti Nogueira e Paulo Rocha.

Já se encontram presentes, e vamos já convidar para estar aqui à Mesa: o Sr. José Barroso Tostes Neto, Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e também o representante do Ministério da Fazenda, Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, Presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe) e Confaz e Diretor do Programa na Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda.

O Senador Romero Jucá também já está convidado. Ele saiu, pediu cinco minutos, está voltando, mas vamos adiantando aqui.

Então, como eu disse, foram convidados também o Senador José Serra, mas está em viagem, e os Senadores Delcídio do Amaral e Walter Pinheiro. Todos os três já fizeram contato e estão tentando chegar aqui.

Vamos passar, primeiro, a palavra ao Sr. José Barroso Tostes Neto, Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Bom dia!

Gostaria de cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, Relator do PRS 1, de 2013; o Secretário Renato Villela, de São Paulo; o Dr. Manoel Procópio, Presidente da Cotepe; todos os Senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; os secretários que também participam aqui: Secretário Colombini, do Distrito Federal; Secretário George, de Alagoas; Secretário Afonso do Amazonas.

Bom dia a todos os presentes.

Primeiro, quero registrar a nossa satisfação de ver retomado um debate sobre esse tema aqui no Senado e aqui louvar a iniciativa do Senador Wellington Fagundes de promover esta audiência para retomada dessa discussão que teve momentos muito intensos em 2013, mas, depois da aprovação na CAE, acabou, por falta de consenso e por falta de acordo, ficando parada esse tempo todo. A importância da retomada dessa discussão é exatamente porque a decisão sobre a resolução que irá tratar das alíquotas interestaduais do ICMS é um pilar fundamental nesse conjunto de medidas de que nós estamos tratando neste momento.

O Secretário Afonso, do Amazonas, na sua exposição, fez aqui uma retrospectiva muito interessante das diversas tentativas de reforma do ICMS desde de 1995, com inúmeros projetos que foram relatados, tiveram amplas discussões, mas que, infelizmente, não avançaram aqui no Congresso.

Exatamente pela frustração de tantas outras tentativas anteriores, que não avançaram, nós, agora, a partir sobretudo de 2011, procuramos focar a reforma do que chamamos de reforma do ICMS nesses cinco pontos que estão aí demonstrados, procurando focar mais o conjunto de mudanças e, a partir disso, viabilizar as soluções que entendemos mais prementes para o problema da guerra fiscal, guerra fiscal essa, como já dito aqui pelos secretários que me antecederam, que hoje não convém e não beneficia mais a nenhum Estado individualmente, ou mesmo em conjunto, e que, na verdade, só tem trazido, primeiro, uma insegurança jurídica enorme no ambiente de negócios, dada a possibilidade premente, imediata, de declaração de inconstitucionalidade desse conjunto de benefícios fiscais concedidos, trazendo um ambiente de incerteza sobre todas as empresas que hoje se beneficiam desses incentivos, um prejuízo também muito grande para decisões de investimentos que estão aí em compasso de espera na solução deste problema, dificuldades para empresas que têm sido objeto de autos de infração, principalmente por glosa de crédito e que, por conta da necessidade de provisionamento desses valores em seus balanços, têm dificuldade de explicar o porquê de montantes tão elevados nesses autos de infração de incentivos que elas receberam e que foram concedidos ao longo do tempo e, principalmente, uma erosão cada vez maior na base de cálculo do principal tributo do nosso sistema tributário e principal fonte de receita dos Estados que é o ICMS, e que vem tendo a sua base erodida, ao longo do tempo, por esse acirramento da guerra fiscal.

Imaginamos que, se isso não for resolvido no longo prazo, o ICMS tenderá a zero, tenderá matematicamente a zero. Essa é a realidade que nós vivenciamos hoje, provocando cada vez mais colapso nas finanças e no equilíbrio fiscal dos Estados porque é a principal fonte de receita dos Estados.

Então, focadamente, esse conjunto de medidas que nós chamamos de reforma, que é diferente de todas as tentativas anteriores, porque as tentativas anteriores procuravam de fato reformular o tributo e agora nós estamos focados na solução do problema, na guerra fiscal, então, essa reforma passa por uma convalidação dos benefícios fiscais, uma remissão do passado, visando exatamente dar garantias e sobretudo resolver todos esses benefícios que poderiam se tornar exigíveis com as declarações de inconstitucionalidade. E aqui eu quero fazer uma ressalva de que isso já aconteceu e está acontecendo em vários Estados isoladamente, que têm legislações declaradas inconstitucionais e que têm esse problema de cobrança do passado. Agora mesmo o próprio Distrito Federal está diante deste problema: teve uma lei declarada inconstitucional pelo Supremo, levou ao Confaz a proposta de remissão e anistia do passado e essa remissão e anistia foi aprovada no Confaz. No entanto, por uma iniciativa do Ministério Público aqui do Distrito Federal, uma ação impetrada junto ao Supremo contra a legislação que concedeu essa anistia teve uma concessão de liminar, há duas semanas, por um Ministro do Supremo, suspendendo os efeitos da remissão e anistia e tornando exigíveis cinco anos de tributos referentes a esses incentivos aqui no Distrito Federal. Então nós estamos falando de um problema que está acontecendo.

Uma regra de transição para o fim da guerra fiscal, e essa regra de transição passa exatamente pelo estabelecimento de condições para que os incentivos convalidados possam ir gradualmente tendo o seu encerramento diante da convicção de que não é possível abruptamente encerrar esses benefícios, provocando um desarranjo enorme em termos de estruturas de imposição tributária, que passa também pela implantação do princípio do destino no ICMS, quer dizer, fazendo com que o imposto possa migrar de forma preponderante para os Estados consumidores, que é um princípio universalmente utilizado em todos os impostos sobre o valor agregado, os chamados IVA, também pela solução das guerras dos portos e pela solução do chamado comércio não presencial.

Esses eram, então, os cinco pontos imaginados lá em 2011/ 2012 e que compõem o que chamamos de reforma do ICMS. Desses cinco pontos nós já temos resolvido o problema da guerra dos portos, com a Resolução nº 13, aprovada aqui no Senado, que estabeleceu a alíquota interestadual de 4% para o produto importado comercializado para outro Estado. Essa resolução de 2013 trouxe a solução para o problema da guerra fiscal nos portos, a chamada guerra fiscal dos portos, que é uma derivação da guerra fiscal, porque, na verdade, nós estávamos vivendo uma situação em que o produto importado produzido em outros países estava tendo um benefício, privilegiando em detrimento da produção nacional de produto produzido aqui dentro do País. Então essa resolução do Senado veio para mitigar a possibilidade de concessão desses benefícios.

Comércio não presencial. Tivemos a solução aí, no mês passado, com a aprovação da PEC nº 87, de 2015. Na verdade, a PEC tinha o nº 7 aqui no Senado. Ao ser aprovada foi promulgada com o nº 87. Ela também trouxe uma solução para a tributação direta a consumidor final não contribuinte do ICMS ou as chamadas vendas não presenciais, que estavam causando também uma distorção muito grande na distribuição do imposto entre os Estados.

Estão, portanto, pendentes a convalidação, a regra de transição para a regra fiscal e o princípio de destino. A convalidação e as regras para o fim da guerra fiscal são atribuições do Confaz. Estão, portanto, sendo tratadas no âmbito do Confaz. E a aplicação do princípio do destino aqui, através desta resolução, objeto de discussão aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional.

No âmbito do Confaz, a convalidação dos benefícios, que vai conceder a remissão e a anistia do passado, está tratada no Convênio ICMS 70, aprovado no ano passado, e que traz o conjunto de regras que vão disciplinar esse benefício da remissão e da anistia. Então, essa remissão e anistia vai ser concedida de forma geral, ampla, para todos os benefícios concedidos até a data da aprovação desse convênio. Porém, condicionada à regra da transparência, da publicidade, da necessidade de todos os Estados publicarem, registrarem e depositarem todos os benefícios concedidos e que vão ser objeto dessa remissão e anistia no Confaz.

É preciso, então, que nós possamos conhecer todo o conjunto de benefícios e incentivos fiscais concedidos ao longo desse tempo pelo conjunto dos Estados para que, então, isso possa ser objeto desse benefício da remissão e anistia, para que possam ser alcançados por esse benefício. É claro que, ao ser publicado, registrado e depositado, há autorização para a concessão por um período de transição que nós vamos demonstrar em seguida.

O período de transição proposto é este: para os projetos agropecuários e industriais, prazo de quinze anos; para os investimentos nas atividades portuárias, aeroportuárias vinculadas ao comércio internacional, oito anos; operações com produtos agropecuários, extrativo, vegetal, *in natura*, três anos; demais casos, um ano, que nós, na última reunião, concordamos em ampliar para três anos nesse último ponto.

É importante ressaltar que essa autorização para prorrogação está vinculada à redução das alíquotas. Não fará sentido nós tratarmos de prorrogação se não houver redução de alíquotas, que é o princípio que eu

mencionei na primeira tela, quando da aplicação do princípio de destino. É a redução das alíquotas ao longo do tempo que vai mitigar as diferenças hoje existentes. E, portanto, essa prorrogação não fará nenhum sentido e, portanto, não terá nenhuma validade se as alíquotas também não forem reduzidas, como serão, e que nós imaginamos que sejam aqui conduzidas no âmbito desse PRS 1, de 2013. E é por isso também que há essa autorização para que os Estados da mesma região possam, a partir daí, conceder os benefícios que forem publicados, registrados, depositados no âmbito do Confaz para que nós tenhamos, dentro de cada região, uma igualdade de condições em relação aos novos investimentos. Quer dizer, uma vez que nós estamos validando todo o passado, não faz sentido nós cristalizarmos, durante esse período de transição, as desigualdades de tributos hoje existentes pelo conjunto dos benefícios concedidos.

Então, há essa possibilidade, visando equalizar as condições dentro de cada região, sendo que de forma alguma essa adesão ao benefício de outro Estado poderá resultar em migração ou relocalização de empreendimentos. Isso não pode propiciar nenhuma alteração dessa natureza, sob pena de não estar aprovada no âmbito deste instrumento que estamos colocando aí, que vai regular toda essa transição.

Bom, ainda em relação às condicionantes, temos um conjunto de condicionantes que também são necessárias para que o conjunto produza os efeitos. Primeiro – já me referi –, é a resolução do Senado com a redução das alíquotas. A criação de dois fundos: um fundo de compensação que vise exatamente ressarcir os Estados que terão perda de arrecadação com a redução das alíquotas interestaduais – nós veremos, em seguida, quais são esses Estados e em que montante – e um fundo de desenvolvimento regional que virá substituir o incentivo do ICMS como mecanismo e como instrumento de diminuição das desigualdades e promoção do desenvolvimento entre as regiões e entre os Estados. A solução para a questão da dívida dos Estados. A alteração é o art. 14 – e não o 4º – da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o artigo que trata exatamente da concessão de benefícios, impondo a obrigação de ou reduzir despesas ou aumentar receitas para suportar os benefícios concedidos. É preciso fazer uma adequação em face dessa convalidação que o convênio está promovendo. Por último, a aprovação da PEC sobre o comércio não presencial.

De todos esses pontos, já temos aprovada a PEC sobre o comércio não presencial e o encaminhamento da solução para a questão da adequação dos indexadores da dívida dos Estados. Está pendente, portanto, a criação dos dois fundos, essa resolução do Senado e a alteração do art. 14 da Lei Complementar nº 101.

E o que os Estados pensam a respeito da resolução que tratará das alíquotas interestaduais? Aqui quero fazer uma ressalva para dizer o seguinte: do ponto de vista técnico, existe uma solução ideal. Porém, essa solução ideal não é factível. Para que essa solução seja factível, nós temos que realmente buscar uma estrutura em que haja maior aderência e convergência da parte dos Estados. Certamente aqui poderão surgir inúmeras propostas de novas estruturas de alíquotas interestaduais para os Estados no ICMS. Essa que está aí foi a que conseguiu a maior adesão, a maior aderência. Não é uma estrutura perfeita, como nenhuma outra o será. Cada uma que for proposta terá prós e contras, pontos favoráveis e desfavoráveis, assim como essa também tem, mas essa é a que conseguiu a maior aderência e a adesão de um número maior de Estados, sobretudo em função das estimativas que estão feitas em relação a ela.

Na verdade, o que estamos propondo? Como regra geral, as alíquotas serem reduzidas de 12 e 7 para 4%, com algumas exceções, exceções essas que foram criadas exatamente para agregar um maior número de Estados na proposta. Essas exceções são: para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e Espírito Santo, produtos agropecuários e realizados por indústrias com Processo Produtivo Básico, a redução será de 12 para 7%; para os demais casos, de 12% para 4%; para a Zona Franca de Manaus, produtos com PPB, de 12 para 10%; bens de informática, de 12 para 7%; remessas para áreas de livre comércio, 4%.

Aqui quero fazer um comentário – lamento que não estejam mais a Senadora Sandra Braga e o Governador Omar Aziz, porque quero fazer exatamente uma explicação em relação ao porquê dessa proposta. Primeiro, para dizer que sempre houve consenso entre os Estados da necessidade de considerar na nova estrutura as especificidades da Zona Franca de Manaus e a necessidade de preservar o modelo, competitivamente, em relação à estrutura hoje existente.

E esta proposta que os Estados estão colocando, e que teve a adesão,inclusive, do Estado do Amazonas, torna a situação da Zona Franca ainda melhor do que é hoje.

É bom... Aí, volto, novamente, a lamentar a ausência da Senadora Sandra e do Governador Omar Aziz. Por quê? Hoje, a situação da Zona Franca é, geral, para o Sul e o Sudeste, 12 contra sete. Nesta proposta, ela ficará 10 contra quatro. A Zona Franca ganhará um ponto percentual de competitividade em todos os seus produtos, com exceção do bem de informática.

Então, Secretário Afonso, que está aí, já estivemos conversando sobre isso, o que os Estados estão propondo para o conjunto de todos os produtos é melhor do que hoje. Segundo ponto: para os Estados do Norte,

Nordeste e Centro-Oeste, a Zona Franca hoje é 12 contra 12 e passará a ser 12 contra sete e quatro. Também a situação da Zona Franca ficará mais vantajosa do que é hoje. É, isso, desculpe, 10 contra sete e quatro.

Então, seja em relação ao Sul e o Sudeste, seja em relação ao Norte e Nordeste, todos os produtos da Zona Franca estarão, nesta estrutura, em situação melhor do que hoje.

Bens de informática. Por que bens de informática ficou em sete contra quatro? Isso foi muito discutido durante as discussões aqui, da prorrogação dos 50 anos para a Zona Franca, em que também foi discutida, conjuntamente, a prorrogação do regime de incentivos destinado à indústria de informática.

O que acontece é que a carga tributária do bem de informática é diferente da carga tributária dos demais produtos. Pelo conjunto de benefícios que existe para o bem de informática, a carga tributária do bem de informática é menor do que a dos demais produtos.

Então, em função disso, se fosse mantido o diferencial de ICMS hoje existente ou proposto para o bem de informática, isso estaria inviabilizando todos os empreendimentos industriais fora da Zona Franca de Manaus.

Então, é um esclarecimento importante a ser dito: o bem de informática não pode ficar de 10 para quatro ou de 12 para qualquer outro índice, sob pena de inviabilizar todos os investimentos de bens de informática fora da Zona Franca. O que aconteceria com isso? Todos os investimentos migrariam para a Zona Franca e a proposta não pode vir a estimular migração de empreendimentos em função de estrutura tributária. E é por isso que os Estados estão propondo bens de informática a sete contra quatro na Zona Franca de Manaus.

Então, é esse esclarecimento que eu considero importantíssimo para que se entenda o que está sendo proposto. E isso foi objeto de muitas perguntas aqui, na primeira fase, então, é importante esclarecer. Primeiro, todos os produtos terão, na Zona Franca de Manaus, nessa estrutura, uma situação melhor do que hoje: ganharão um ponto percentual em relação ao Sul e o Sudeste e ganharão três ou seis pontos percentuais em relação ao Norte e Nordeste.

E com relação a bens de informática? Ainda haverá uma diferença de três pontos, porém é a diferença necessária para não provocar migração de investimentos, porque se você mantiver o bem de informática a 10 na Zona Franca, inviabilizará os investimentos em bens de informática fora da Zona Franca. Então, é importante considerar isso.

E, no caso do gás, está proposto, aí, de 12 para 10 nas situações fora do Sul, Sul e Sudeste, para o Norte e Nordeste, de sete para quatro. Nas demais situações, de 12 para 10.

Então, essa é a estrutura que os Estados defendem e acham a mais razoável.

Não é uma estrutura perfeita, volto a dizer, mas é a estrutura que consideramos mais razoável e que hoje tem a adesão de 26 Estados; somente um ainda não aderiu, mas esperamos que isso possa ocorrer proximamente.

Essa questão da guerra fiscal é extremamente complexa. A solução precisa vir de forma consensual, sendo negociada gradualmente. E é por isso, inclusive, que a Resolução nº 1, de 2013, não avançou, porque, de fato, foi uma deliberação na CAE que tem dificuldade de assimilação no conjunto dos Estados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Qual foi o Estado que não aderiu?

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – O único Estado hoje que não aderiu a essa proposta foi o Paraná. E é importante ressaltar que essa discussão vem... É importante também dizer isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – É importante dizer o seguinte, chegamos a este quadro discutindo desde 2011, em avanços graduais, milimétricos, até que chegamos a esta estrutura que hoje tem a adesão de 26. E é interessante, porque o Paraná, em todos esses anos, foi favorável a essa proposta e agora, na última reunião, recuou e mudou de posição, passando a ficar contra. Inclusive, o secretário à época, que é Deputado, o Hauly, fez uma declaração, em determinado momento, sobre a sua frustração por isso ainda não ter sido aprovado. Hoje, houve essa reversão na posição do Estado.

Neste quadro, qual é a diferença entre o que os Estados propõem, através do convênio ICMS 70 e o que está contemplado aqui na PRS 1, de 2013, aprovada na CAE e que está em discussão novamente na Comissão de Desenvolvimento? Aqui chama atenção para um ponto considerado básico pelos Estados. O texto aprovado em 2013 não promove a redução geral das alíquotas interestaduais, mantendo 12 em várias situações; mantendo 12 de hoje.

Então, são essas as divergências que serão objeto da discussão juntamente com os Senadores.

Vamos entrar em números. Aqui, faço uma ressalva de que os números são importantes, sem nenhuma dúvida, mas se conseguirmos pôr fim à guerra fiscal, o País ganhará, os Estados ganharão, a Federação ganhará, as empresas também ganharão, todos sairão ganhando. E é um ganho inclusive importantíssimo para pôr fim à incerteza jurídica, desanuviar um ambiente de negócios, sobretudo com decisões de investimentos que estão paralisadas; vai sustar a erosão gradual da base de arrecadação do ICMS, que vem sendo erodida a cada ano com o acirramento da guerra fiscal. Enfim, o conjunto de benefícios, resultante do fim da guerra fiscal, vai

muito mais além do que os números que estão sendo trabalhados. Então, é importante vermos os números, mas sobretudo considerarmos todo este contexto que advirá, caso consigamos pôr fim à guerra fiscal.

Ressalto que esses números ainda não são definitivos naquilo que vamos falar em termos de perdas e ganhos. Por quê? Nós estamos trabalhando exaustivamente no conjunto das notas fiscais eletrônicas de 2012, e o trabalho de 2013 ainda não está concluído. É um volume gigantesco de informações que está sendo refinado. Só teremos números definitivos de perdas e ganhos quando, concluído esse trabalho dos números, tivermos a publicidade do conjunto de benefícios concedidos, vamos saber o impacto deles sobre essas perdas e ganhos e poder definir, sim, de forma definitiva, qual é a perda ou ganho real. Isso porque essas perdas e ganhos que vamos mostrar são nominais.

Eles precisam ser refinados, para que nós possamos chegar aos números reais e definitivos. Os números que estão aí nesse quadro são o resultado da balança comercial dos Estados no ano de 2012. Não, aí só tem vendas e compras, não tem imposto. Certo? Aí são vendas e compras entre os Estados, não tem nada de imposto nesse quadro. Então, é aquilo que cada um vendeu e comprou. Nas saídas é aquilo que o Estado vendeu, o volume de vendas, e nas entradas, aquilo que o Estado comprou, o volume de compras. Por esses números nós podemos concluir.

E volto a dizer que é o volume do comércio formal entre os Estados. É claro que aí não entra a economia informal, porque isso é produto de notas fiscais emitidas. E também não considera as vendas para o exterior, as exportações – muito bem lembrado. Nós só temos aí vendas dentro do País, de um Estado para outro. Então, significa que nós tivemos, em 2012, 1,5 trilhão de vendas interestaduais, ou seja, que circularam entre os Estados.

Nós podemos ver aí também que a maioria dos Estados compra mais do que vende. Significa que, na medida em que você reduz a alíquota interestadual, fazendo com que o imposto vá ser de forma mais preponderante no destino, no lugar onde a mercadoria efetivamente vai ser consumida, você vai aumentar a arrecadação da grande maioria dos Estados.

Todos os Estados que são deficitários, ou seja, que compram mais do que vendem, vão ter aumento de arrecadação. Por outro lado, aqueles que vendem mais do que compram vão ter redução de arrecadação. E é por isso que um dos condicionantes da reforma é o Fundo de Compensação, para repor a perda desses Estados que têm redução de arrecadação.

Por esse quadro, nós vemos que são oito Estados. Um terço dos Estados perde e dois terços dos Estados ganham, porque um terço dos Estados é superavitário e dois terços dos Estados são deficitários.

E aí estão os números do que cada um vendeu e do que cada um comprou. Este quadro estima percentualmente – e aí volto a dizer, de forma bruta – as perdas e ganhos nominais. O que cada um poderia ganhar ou o que cada um poderia perder, nominalmente, sem o refinamento a que eu me referi, com a estrutura das alíquotas que estão propostas no Convênio ICMS 70. Então, aí estão as perdas e ganhos.

O quadro seguinte...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Secretário.

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Dá para o senhor voltar duas vezes aí? Eu percebi uma coisa. Estou olhando o meu Estado, que tem um déficit de 6.352.000.000 (seis bilhões, trezentos e cinquenta e dois milhões). É isso, não é?

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – É isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Quando a gente vai para o próximo, ele fica com um déficit de 9,2. Ele não deveria ser superavitário aqui?

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – É. Aí tem que ver qual é o conjunto dos produtos, para poder combinar com as alíquotas e então ver a situação resultante do Estado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, não dá para dizer pura e simplesmente que, direcionando para o consumo, as coisas vão subverter.

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Dependendo da situação, isso pode realmente não ser geral.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas a Secretaria de Mato Grosso está fazendo esse levantamento, certamente.

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Todos os Estados participam desse trabalho. Esse é um trabalho feito pelos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Isso daí, gente, é só o comércio interno no País, claro. Não tem nada de exportação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Esse número me chama a atenção.

Chama-me a atenção quando você compara... dá para voltar mais uma vez? Volta mais uma vez. Mais uma. Volta. Aí.

Quando você compara Mato Grosso com Mato Grosso do Sul, por exemplo, a nossa saída do Estado é menor, sim. É uma economia maior, mas ela é menor porque tem uma exportação muito grande, pois 70%, 80% da produção é exportada. Não passa por esse sistema.

Então, também, a entrada deve ser maior, porque – vamos chamar assim – a renda interna é maior, portanto, consome mais. Posso afirmar isso? É mais ou menos por esse caminho, não é?

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – É. Também depende muito da compra de insumos de outros Estados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Depende muito da compra de insumos e outros bens de outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O Senador Delcídio pode falar, mas o Mato Grosso do Sul tem o pacto do gás, não é?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS. *Fora do microfone*.) – Que é uma das ressalvas que eu tinha colocado ali...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Que nós vamos derrubar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Daqui a pouco V. Exª vai defender aqui, como expositor.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador Blairo está fazendo o jogo de São Paulo. (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Temos que achar um jeito de cobrar do que chega da Bolívia para o Mato Grosso.

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Bom, esse quadro mostra ganhos e perdas resultantes da Emenda Constitucional nº 87, de 2015, que trata do comércio diretamente a consumidor final, não contribuinte do imposto, ou as vendas não presenciais.

Esse aí, somente cinco Estados que têm perdas, e são perdas bem reduzidas. E aqui ressalto a importância desse acordo feito para resolver uma questão que se agravava, a cada ano, com o aumento do comércio não presencial e a concentração dessa arrecadação nos Estados que detêm a sede dessas empresas que vendem através da internet, principalmente.

E o quadro seguinte junta as duas situações: a estrutura de alíquotas do Convênio nº 70 mais os reflexos da PEC nº 87, de 2015. Você vê que juntando as duas situações, o resultado disso já é bastante equilibrado, em termos de ganhos e perdas.

Por isso nós reforçamos aqui a nossa proposta, porque com a combinação dos resultados da PEC nº 87, nós vamos ter, juntamente com a estrutura de alíquotas proposta, variações extremamente menores, em termos de ganhos e perdas, no conjunto das 27 unidades, fazendo com que não haja muito impacto em termos de redução ou aumento de arrecadação, resultante dessa alteração das alíquotas.

O Fundo de Compensação vai repor os que estão em vermelho.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Quanto seria isso?

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Ainda está... Como eu disse, ainda está sendo calculado. Inicialmente...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Só uma coisa, Tostes. Eu acho que é bom chamar a atenção, Blairo, desse negócio do fundo.

Você vê como o comércio eletrônico ajudou... Como a nossa PEC do comércio eletrônico ajudou a reduzir o impacto das perdas.

E essa era uma das coisas que a gente dizia muito, Senadora Marta, ao Governador Alckmin. Eu estive, inclusive, na residência do Governador Alckmin, em um domingo à tarde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pois é. Porque é o único jeito de conversar com o Governador, que está sempre... E eu matei o meu domingo. Podia estar vendo o meu Bahia jogar ou estar com os meus netos.

Então, esse é um negócio importante, viu, Tostes? Porque não dá para o Governo Federal agora, por exemplo, usar um pouco de trava de mão nisso. Essa contribuição nossa ajuda consubstancialmente.

Isso foi um elemento, inclusive, agregador para essa decisão do Confaz, porque agora tudo quanto é secretário tem condição de colocar os olhos nesse número. Talvez, por isso o Paraná – o Mauro – esteja resistindo um pouco ainda, porque ele tem uma variação razoável que é um pouco também da fronteira com Santa Catarina.

Portanto, tem elementos dessa regionalização ali, que era uma das coisas que a gente discutia, Tostes, em relação ao comércio. Por que era importante a gente separar a questão do comércio? Eu vou dar um exemplo

aqui bem claro e vou encerrar. Eu dizia sempre ao pessoal o seguinte: "Regionalmente, a Bahia virava um São Paulo para Sergipe, Pernambuco vira um São Paulo para a Paraíba e o Ceará vira um São Paulo para o Piauí."

Portanto, essa relação – por isso a gente insistiu para fazer as coisas separadas, não é, Romero? E aqui a gente apanhou até, de muita gente, em relação a isso – não ajudava no contexto geral, quando a gente trazia para as outras relações. Então, se a gente ficasse preso às relações fronteiriças, o que cada Estado iria ganhar? É obvio que os Estados mais fortes iriam esmagar. E, no geral – a minha Bahia, por exemplo –, mesmo praticando isso, quando a gente viesse para a conta do geral, a Bahia perderia.

Então, é bobagem fazer uma disputa com Sergipe para depois perder no que seria a distribuição geral, no plano nacional, ou seja, no ICMS como um todo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas quando nós teremos o número desse fundo? Porque ele é bem menor hoje do que...

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Veja bem, nós estamos concluindo, nos próximos dias, essa mesma simulação referente ao ano de 2013. E, então, nós teremos uma série histórica de 2011... Em 2011 nós temos um universo bem menor de notas fiscais eletrônicas, mas nós teremos 2012 e 2013, dois anos fechados, uma série histórica que nos dará segurança suficiente para tomar decisões em relação a valores de fundos e necessidade de compensação. O.k.? Então, em mais 15 dias nós teremos fechado isso.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Esse quadro comparativo é no oitavo ano. Vocês têm um quadro comparativo ano a ano, até chegar lá?

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Tem o quadro comparativo ano a ano.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vai aparecer exposto ou não?

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – O trabalho todo é um volume muito grande de informações. Aí é o resumo após o oitavo ano.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim, mas tem uma noção, pelo menos nos dois ou três primeiros anos – porque nós vamos ter dificuldade em relação ao fundo –, de quantos Estados estariam no negativo?

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Não, nós temos o demonstrativo ano por ano, do que aumenta e do que diminui em cada um dos Estados. Podemos encaminhar esse material. Mas esse é o resultado final.

E, então, lembrar, Senadora Marta...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Gente, nós temos os expositores ainda. Não vamos polemizar aqui.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Eu vou ter que sair. Está muito bom assim. Eu quero dar parabéns. O trabalho... É brilhante o que foi feito. Era quase impossível de solução e está realmente impressionante. E as perdas são realmente pequenas.

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Isso. Senadora Marta, que manifestou preocupação na parte anterior sobre perdas, veja que a maior perda aí é 3.3 pontos percentuais e o maior ganho é 5.1. Quer dizer, são perdas e ganhos extremamente razoáveis para o benefício que o País vai ter com o fim da guerra fiscal.

E eu peço novamente, aqui, aos Senadores, que considerem esse material, esse trabalho nas discussões que vão fazer, nas deliberações que vão tomar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Podia mandar esse material pra nós.

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Sim.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas estará na...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Isso aqui nós estamos disponibilizando na internet.

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Senador Walter Pinheiro, a sua visita no domingo à tarde ao Governador Alckmin foi extremamente convincente, porque o Governador de São Paulo teve um papel – que é um dever de justiça – extremamente decisivo, juntamente com os dois secretários, Secretário Villela, que aqui está, o Secretário Calabi, que o antecedeu, na solução dessa PEC do comércio não presencial.

O Estado de São Paulo foi determinante, e certamente o seu convencimento ajudou, junto ao Governador, para que o Estado de São Paulo apoiasse a proposta e contemporizasse em relação às diferenças que havia, e que levou, realmente, à aprovação e promulgação dessa emenda constitucional.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Wellington, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não, Presidente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Só para fazer um parêntese à palavra do nosso Barroso, solicitar à Comissão, a V. Exª, como Relator, que pudesse marcar uma agenda no domingo, agora, com o Governador Beto Richa, para que o nosso Senador Walter Pinheiro possa participar do almoço lá, no domingo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E solucionar de vez por todas.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Domingo à tarde, em nome da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então, aproveitando, eu quero já adiantar. O Ministro Levy convida todos nós para dia 19, quarta-feira, de manhã,... Terça-feira, dia 19, terça-feira, um café da manhã lá no Ministério, para discutir os avanços, enfim, que a gente... O que ele tem discutido lá.

Já vamos passar agora, só concluir.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Só para dizer ao Ministro Levy que tendo em vista o ajuste fiscal, cada um leve o seu café.

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Bom, eu também... eu ainda vou concluir a apresentação, mas queria aproveitar o comentário do Senador Walter Pinheiro sobre a questão do comércio, porque eu acho que é relevante.

O conjunto dos Estados, na sua grande maioria, considera a necessidade de pôr fim de uma forma mais imediata possível nesses benefícios, que são extremamente danosos, e que, na verdade, produzem distorções gigantescas. E aqui eu quero reproduzir um apelo dramático feito inúmeras vezes pelo Secretário da Fazenda do Piauí, no Confaz, colocando a dificuldade do seu Estado, um Estado com dificuldades muito grandes, sobretudo por não dispor de uma base produtiva relevante e que, portanto, depende principalmente de compras de outros Estados e que, portanto, tem, na sua arrecadação, a principal fonte..Essa diferença das alíquotas interestaduais e internas nos bens que ele compra de outros Estados e que tinha, portanto, no grosso da sua arrecadação, a arrecadação aplicando a alíquota interna de 17 e recebendo o maior volume de mercadorias que ele recebia do Sul e Sudeste a 7, ele, então, usufruía da diferença de 10. Com o acirramento da guerra fiscal, as mercadorias continuam vindo do Sul e Sudeste, trocando de nota pelo caminho e empurrando 12, e o pior: e de 10 só recebe 5. Ou seja, os vizinhos se transformaram num gigante contra o Estado do Piauí.

Os Estados defendiam morte súbita para esse benefício, mas, em função da necessidade de chamar para o acordo um número maior de Estados e compreendendo também algumas situações de investimentos feitos nessa área, que não produzem essas distorções a que eu me referi, concordaram com o prazo de um ano, mas recentemente, agora, na reunião de Goiânia, para garantir o ingresso do Espírito Santo no rol dos Estados que apoiam o acordo, nós ampliamos de um para três anos o benefício do comércio. Essa é a posição em relação a isso.

E aí, para encaminhar o encerramento, há o fundo de compensação, que visa a ressarcir os Estados da perda, e nós vimos, no quadro anterior, que essas perdas já são bem menores do que imaginado inicialmente, e reduzida a um número bem pequeno de Estados, esse fundo está em formatação. Nós temos ainda algumas propostas que estão sendo consideradas. O Secretário de Alagoas, o George – cadê o George? –, está incumbido inclusive pelo Ministro de concluir uma formatação de uma proposta do Fundo de Compensação e de desenvolvimento regional. Esse valor de 296 bilhões é o que constou da Medida Provisória nº 599. É um assunto que está em discussão, e, com isso, nós encerramos aqui a nossa exposição, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade, a retomada das discussões que o Senado está fazendo e encerro dizendo que esse conjunto de medidas que compõem a reforma do ICMS só terá efeito se for caminhar conjuntamente.

A aprovação isolada de um ou outro, de uma outra medida, não produzirá efeito. Então, nós temos que juntar as mãos, cada um com o seu papel, o Senado, o Confaz, o Governo Federal, os Estados, para avançarmos juntos naquilo que certamente, realmente é um dos maiores problemas do nosso País hoje, que é a guerra fiscal do ICMS.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então vamos passar agora, como expositor, ao Senador Romero; depois, ao Senador Delcídio. V. Exª que quis falar daí, não é?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não, porque...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Se for preciso eu vou arrumar uma cadeira aqui. Eu acho que aqui à frente fica melhor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É porque antes eu estava aqui cercado da Marta e da Simone, e eu não ia sair de junto da Marta e da Simone para ficar perto de vocês. Mas como elas saíram...

Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar o meu Relator, Wellington Fagundes; o Presidente da Comissão, Davi Alcolumbre; saudar o Secretário Tostes, o Secretário de São Paulo, Dr. Renato Villela, que está aqui; o meu companheiro de luta, Senador Walter Pinheiro; o Dr. Nazareno, do Ministério da Fazenda.

Vou fazer uma observação rápida. Eu acho que aqui o Secretário Tostes já mostrou efetivamente o perfil do desafio que nós temos, mas é importante a gente contar um pouco da história. E eu quero, para registrar a posição política desse andamento do processo no Senado, fazer uma primeira lembrança, em homenagem ao Senador Luiz Henrique, que faleceu e foi um dos artífices dessa construção, com paciência, com dedicação. O Senador Luiz Henrique relatou um dos itens desse processo, que é exatamente a lei da questão da convalidação, da lei complementar, e nós nos reunimos diversas vezes no gabinete dele, exatamente... Impasse para lá,

impasse para cá, e ele com aquela paciência, com habilidade, com tranquilidade. Então, fica aqui o registro, a nossa homenagem ao trabalho do Senador Luiz Henrique.

E quero dizer também que o Senado, há algum tempo, debruçou-se sobre a questão e resolveu enfrentar a guerra fiscal. Poucos anos atrás, eu fui autor da resolução que acabou com a guerra dos portos, exatamente porque era um processo de guerra fiscal que incentivava a importação de produtos. Alguns portos importavam produtos e davam incentivo e crédito em cima dos produtos incentivados, e o produto importado saía mais barato do que o produto nacional.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Inclusive invadindo os outros Estados...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É, invadindo os outros Estados, inclusive pegando crédito e tudo mais.

Nós enfrentamos um desafio, os Estados de Santa Catarina e do Espírito Santo sofreram mais, porque eles tinham um modelo mais sofisticado de incentivos dessa linha, mas a gente aprovou, aqui no Senado, o fim da guerra dos portos e um ponto importante nesse processo. Então, focou-se na questão da guerra fiscal.

O primeiro dos dados que o Tostes mostrou aqui... Vou fazer só uma ressalva de modelo tributário que nós aprovamos há alguns anos. Eu fui Relator da reforma tributária que implantava o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para a economia brasileira, que é o modelo que eu defendo. Nós não estamos discutindo aqui, não chegamos nisso ainda, mas no quadro de 2012 de produção entre os Estados, vendas e compras, a gente vê que 20 Estados são negativos. Isso quer dizer que se o IVA fosse implantado 20 Estados ganhariam, porque eles cobrariam imposto sobre consumo no Estado e não imposto nessa questão da transação entre um Estado e outro.

Portanto, é um modelo americano, é um modelo em alguns países mais sofisticados, e espero que a gente possa chegar lá, porque é um processo mais simplificado. Mas isso é uma discussão para outro momento. O Senado aprovou duas vezes isso, foi para a Câmara, e isso se perdeu na Câmara, na reforma tributária.

Eu queria registrar que essa questão do enfrentamento da guerra fiscal e da uniformização da alíquota está dividida em três ações que são complementares e distintas. A primeira delas é a lei complementar que nós já aprovamos aqui no Senado. Ela foi relatada primeiro pelo Senador Luiz Henrique e depois por mim, no plenário do Senado, quando a gente fez alguns ajustes e mandou para a Câmara dos Deputados. E por que a gente fez isso? A gente fez isso por duas questões básicas. Primeiro, para demonstrar a decisão política do Senado de enveredar e tomar uma decisão nessa questão, até para sinalizar ao Supremo Tribunal Federal, que está julgando algumas ações de inconstitucionalidade dos incentivos fiscais com placares já elevados.

A qualquer momento, em tese, pode haver um cataclismo econômico no Brasil, porque se o Supremo tomar uma decisão de que os incentivos fiscais concedidos – e aí são ações de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais – são inconstitucionais, nós teremos um desastre, nós teremos uma repercussão geral, e teremos, efetivamente, a paralisação de todas essas indústrias, comércios e atividades econômicas, gerando não só uma paralisação e um desemprego, mas um passivo tributário de cinco anos para os impostos e para as transferências correntes para Municípios, por conta do ICMS, que é repartido, 25%, para os Municípios. Já existem algumas ações também no Supremo cobrando essa questão dos Municípios. Então, é algo extremamente explosivo sobre o qual o Senado se debruçou e resolveu enfrentar.

Nós aprovamos a lei complementar que define a diminuição de quórum, porque não havia ainda unanimidade no Confaz para resolver essa questão da convalidação dos incentivos. Nós colocamos... Foi dito aqui, pelo Tostes, que já chegaram a três anos. Da questão do comércio, a proposta inicial era um ano, eu mudei para cinco, para ir para a Câmara, mas sabendo que a gente chegaria a um acordo de três anos, a que, na verdade, já se chegou. Resolve a questão do Centro-Oeste, que é um dos potenciais na questão da arrecadação do comércio na região.

Então, aprovamos a lei complementar e discutimos com o Ministro Levy a questão da equalização da compensação dos Estados que perdem. Na minha avaliação, quando isso for implantado, poucos Estados vão perder, a maioria dos Estados vai ganhar; a economia vai ganhar. Portanto, é uma ação extremamente proativa para a economia brasileira.

O Ministro Levy... Esse projeto de resolução que estamos discutindo, em tese, na minha avaliação, é um projeto de resolução vencido. Vamos ter um novo projeto, que o Senador Wellington vai ajustar, fruto exatamente dos dados que o Ministro Levy se comprometeu, com o Senado e comigo, de, até o fim do mês de maio, apresentar. É essa consolidação do movimento da nota fiscal eletrônica de 2012 e 2013, porque aí teremos, efetivamente, uma base numérica com conteúdo para verificar que tipo de equalização, de compensação se dará aos Estados.

O processo de equalização está avançando, o modelo não é mais um modelo do fundo, pode ser até outro tipo de atuação; o Ministério da Fazenda está discutindo essa questão, mas, sem dúvida nenhuma, até

o fim do mês, a gente tem essa posição. Tendo essa posição, vamos ter condições de votar aqui o projeto de resolução, e o Governo de editar uma medida provisória diferente da medida provisória anterior, que o Senador Walter Pinheiro transformou até num projeto que está tramitando no Senado, mas, por ser uma despesa, deverá ter a iniciativa do Executivo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Há uma PEC.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É, há uma PEC hoje, mas o ideal é que venha como iniciativa do Executivo, até para que a gente possa fazer isso em harmonia. Então, eu diria que o prazo se está esgotando, mas o trabalho está extremamente adiantado. Esse café da manhã que o Ministro Levy quer fazer é exatamente no sentido de já sinalizar algum tipo de encaminhamento para essa questão, então, acho que estamos chegando a um ponto importante.

Existe uma questão que quero ressaltar, porque, quando a gente votou o projeto de convalidação, houve certo entendimento diferente do que era o entendimento do Senado e do que era o entendimento do Confaz. É muito importante colocar as questões em pratos limpos. Nós demos para a indústria 15 anos de manutenção dos incentivos. Ao mesmo tempo, no projeto de resolução, vamos ter uma gradação de diminuição, ano a ano, ponto a ponto, vai depender do ritmo da equalização da Fazenda, pode até ser feito num ritmo menor, para que se chegue ao número final apresentado aqui pelo Dr. Tostes.

Na minha avaliação, são duas coisas distintas. Uma coisa é o tratamento normal que se vai dar às ações e às atividades econômicas, ao longo do tempo, e às coisas novas que estão acontecendo. No texto que nós construímos – eu construí com o Luiz Henrique e com a Lúcia Vânia –, os 15 anos de maturação dos projetos de incentivo em andamento serão respeitados no modelo de incentivo que existe hoje.

Então, isso quer dizer o seguinte, se tem 12% e tem o crédito hoje, se tinha mais 25, só vai ter 15. Se tinha oito, só vai ter oito, não vai ter 15. Mas 15 é o limite que nós vamos ter. E aí, esses 12%, esse modelo do incentivo continuará permanente, na mesma modelagem, até os 15 anos. Exatamente a partir dos 15 anos, ele cai para quatro, se for o caso de o número ser quatro, ou cai para sete, se for o caso de o número ser sete.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não é regressivo ano a ano.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não é regressivo ano a ano, enquanto...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Romero, só para esclarecer, se há um projeto e ele está no décimo ano agora, ele terá só mais cinco anos?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não. Não, não, não. Cada dispositivo que deu o incentivo, deu em prazos diferentes.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Perfeito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Por exemplo, uma indústria, no Mato Grosso, que recebeu incentivo há cinco anos, recebeu 25 anos de incentivo. Então, tem um saldo de 20 anos de incentivo. Ela só terá 15. Uma indústria que recebeu 20 anos há dez anos, tem um saldo de dez, e só terá dez. O limite é 15.

Havia um entendimento – pelo menos alguns secretários da Fazenda teriam me falado sobre o entendimento – de que seria 15, mas começava a regredir no ano seguinte. Então, não seria 15, seria oito, seria sete. Se você fizer isso, você vai ter, efetivamente, um processo de desmobilização da indústria. O empresário vai desativando porque sabe que daqui a quatro, cinco, seis anos, ele vai perder.

É importante deixar claro que a posição do Senado será a seguinte: quem tem 15 anos vai ter 15 anos com 12; quem tem oito vai ter oito com 12, e a partir do final do prazo do incentivo, cairá para o modelo que prevalecer. Quem estiver começando agora, vai entrar no modelo da forma como vai acontecer.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A ideia é chegar todo mundo na mesma linha daqui a 15 anos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, a ideia é chegar todo mundo até 15 anos. No prazo máximo de 15 anos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Nós precisamos tomar cuidado para que não haja uma empresa que vai ficar três ou quatro anos sem incentivo contra outra que vai ficar com incentivo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sim, mas, aí, veja bem, você está acabando a guerra fiscal e está convalidando – aí o Confaz vai analisar caso a caso – os incentivos concedidos. Nós estamos diminuindo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu entendo. A minha preocupação é a seguinte: a de não criarmos duas categorias de empresas, uma com incentivo que terminou hoje e a outra que continuará com o incentivo por mais cinco anos. Essa com cinco anos mata aquela que ficou... É para pensar. Vamos pensar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sim, mas é um situação... O Confaz havia levantado uma situação em que, em tese, os Estados poderiam estender algum tipo de benefício. Eu acho que isso amplia a equalização, amplia o prejuízo, amplia o cálculo negativo. Então, em tese, cada indústria teria o seu incentivo dentro da limitação do que foi concedido.

Isso será objeto da resolução, mas é importante deixar claro qual foi o entendimento da construção do projeto aqui no Senado, de preservar. Não é no primeiro ano seguinte à resolução começar a cair mesmo aqueles que têm incentivos, como é o entendimento de alguns secretários de Fazenda. É importante deixar claro, porque senão isso, de certa forma, desmobiliza os investimentos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – V. Exª entendeu minha preocupação?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Entendi, entendi. Ela é pertinente, mas é um detalhe na solução global que nós estamos fazendo, entendeu?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos pensar nisso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Nós vamos cobrar do Ministro Levy. E eu espero, sinceramente, que até o meio do ano, até final de junho, nós tenhamos a condição de aprovar aqui o projeto de resolução. Isso já está mastigado, já está discutido. Nós vamos ter que pegar o cálculo da Fazenda, colocar na modelagem de como será feita a compensação, se é transferência financeira, se é investimento em infraestrutura produtiva, enfim, que tipo de modelagem será feita na questão da compensação para os Estados. Mas é importante que isso seja feito rapidamente, porque, volto a dizer, há alguns dias, houve a cobrança de votação do Supremo em relação a essa questão, e nós não podemos deixar de dar a resposta.

E nós estamos cobrando também do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que coloque em votação a lei complementar de convalidação, até porque eles podem fazer algum tipo de modificação, e isso terá que retornar ao Senado Federal.

Portanto, é importante que no segundo semestre nós tenhamos essa modelagem definida, votada, para que comece a valer a partir do próximo ano, já em janeiro, colocando fim a um malefício, ou a um problema histórico, a uma instabilidade histórica da economia brasileira, e melhorando a arrecadação dos Estados, que estão em situação de extrema dificuldade.

Então, eram esses comentários que eu queria fazer, contar um pouco da história de como foi a tramitação e ficar à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, quero, também, convidar, como expositor, o Senador Delcídio do Amaral, já que ele foi, inclusive, Relator dessa matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Deixa o Delcídio falar depois, o Delcídio é Líder do Governo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, você que é o nosso Líder.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não sou líder, não. Não, senhor. Não sou seu Líder, não. Sua líder é a Dilma Rousseff. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É que o Delcídio já havia pedido, bem antes, em função...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ele, inclusive, está errado duplamente, porque ele estava no painel, hoje de manhã, era o primeiro. Ele pungou no nosso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pungou no nosso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ainda pede para chegar e já chega saindo. Entendeu? Ele tinha que ficar aqui para ouvir a posição de todo mundo, Líder do Governo tem que ter...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Deixa eu dar um testemunho aqui, é que a vida de Líder do Governo não é fácil, não. Ele estava cercado ali pelo pessoal do Judiciário, não estava fácil.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Testemunho melhor, impossível.

Testemunho melhor, impossível.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então, com a palavra o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu quero cumprimentar nosso querido Wellington, cumprimentar o Tostes, cumprimentar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ...com a sua equipe, é uma melhores equipes lá do Ministério da Fazenda, ele tem um time que atua, diariamente, nesses temas aí da economia nacional, que são amplamente discutidos aqui, especialmente o Senador Walter Pinheiro e o Senador Romero Jucá, Senadores que conduziram e têm conduzido, com muita competência, esse trabalho – na minha opinião – dessa reforma, que é a reforma mais importante para a economia brasileira.

Cumprimentar nosso Davi Alcolumbre, Presidente desta Comissão; Senador Blairo; Senadora Simone Tebet, do meu Estado. E eu queria só... Eu acompanho esse assunto há muito tempo, desde quando fui presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, quando fui presidente pela primeira vez.

E o Tostes... esse processo todo começou, o Romero destacou aqui, primeiro, a questão da guerra dos portos, e foi uma carnificina a votação, e eu me lembro bem do Senador Luiz Henrique... porque aquilo afetava diretamente Santa Catarina, e o Luiz Henrique, assim, assumiu posturas emocionais fortes, ele ficou consternado com a decisão. Mas esse era um pacote importante, primeiro, quanto à questão da guerra dos portos, que, efetivamente, tirava espaço da indústria brasileira, inegavelmente. Eu não estou questionando aqui... Cada Estado escolheu o seu modelo, mas a indústria brasileira estava sendo prejudicada com essa política.

Eu vou falar muito rapidamente, até porque todos aqui conhecem bem essas histórias, então, são pessoas especializadas que acompanham isso de perto. Depois veio o comércio eletrônico. É impressionante – o Senador Walter fez esse comentário –, é inacreditável o impacto, Tostes. Eu não tinha visto... E vai ser cada vez maior. Quer dizer, é o impacto do comércio eletrônico nos Estados, na economia dos Estados. É impressionante, eu não tinha visto esses números! O Manoel escondeu de mim esse número, para eu não ficar... já vem fazendo há muito tempo isso, porque tem uma lista para o público e a outra planilha que é deles.

E realmente esse projeto foi aprovado aqui, foi para a Câmara, dormitou lá em algumas gavetas da Câmara, e aí retornou para cá. E eu acho que foi uma grande vitória e um início importante. E a gente vê... os números mostram isso claramente, como o Romero falou, isso é crescente, porque cresce quase 19%, 20% ao ano.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O que já representa a reforma fiscal, não é?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sem dúvida nenhuma. Eu acho que é um grande avanço. Sem dúvida nenhuma.

E depois nós entramos na Resolução nº1, que o Tostes citou, de minha autoria. Como o Romero falou aqui também, muito corretamente, ela vai ter que ser rearrumada, porque aquilo refletiu uma determinada realidade que nós vivíamos à época.

Depois, todo o projeto levava à unificação das alíquotas em 4%, num espaço de tempo considerável – se não me engano, Manoel, era até 2028 –, com os dois fundos: o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Naquela época, o Fundo de Compensação atingia valores... Chegava a quanto?

O SR. MANOEL NAZARENO P. DE MOURA JR (*Fora do microfone*.) – Chegava a 2,96.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Quanto?

O SR. MANOEL NAZARENO P. DE MOURA JR (*Fora do microfone*.) – Chegava a 2,96.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Chegava a 2,96 bilhões.

Eu acho que hoje a gente tem que afinar muito mais esses números, porque eu não acredito que os números sejam semelhantes àqueles com que nós trabalhamos lá atrás.

Mas, inegavelmente, esses instrumentos colocados – o Fundo de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Compensação – são vitais, senão as negociações não andam.

Eu quero aqui também falar da excepcionalização. Se a gente vir a expulsão do Tostes, determinadas regiões tiveram excepcionalidades, entre elas o gás natural boliviano.

Meu caro Senador Blairo Maggi, São Paulo empedernidamente – o Secretário Renato aqui presente – luta para distribuir ICMS em função do consumo de cada Estado brasileiro, até porque o gasoduto chega até o Rio Grande do Sul. E nós continuamos brigando, não é Renato?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nós de Mato Grosso já vamos fazer uma ponte.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E Mato Grosso tem que fazer a mesma coisa também lá com aquele gasoduto que vai diretamente para Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas nós temos que fazer o ramal ligando ao de Mato Grosso do Sul.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pode até ser.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Para ter o consumo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E vocês compram mais barato. Tem mais essa.

Então, foram excepcionalizados também produtos agropecuários, uma série de...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Zona franca.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Zona Franca de Manaus.

Claro que nós vamos precisar ter habilidade... O Tostes falou muito bem: a gente que está nesse negócio há muito tempo... É complicado esse acordo, não é simples isso. E nós vamos levar um tempo ainda razoável para tentar ajustar isso, levando em consideração as especificidades de cada Estado brasileiro.

Vejo como extremamente relevante também esse projeto que o Romero citou aqui, que o Walter defendeu bastante e que foi trabalhado pelo Luiz Henrique, quando era Senador, que é a convalidação. Porque

isso é uma espada de Dâmocles na cabeça de todos aqueles que investiram nos Estados. Por que? Por causa do risco da súmula vinculante.

O STF já julgou alguns processos, inclusive de São Paulo. Se nós não acharmos uma solução... Eu acho que é importante essa decisão do Senado de aprovar, porque é uma sinalização importante para o STF, porque mostra que o Senado, o Congresso está se movimentando para buscar uma saída.

E foi dita aqui – acho que foi pelo Tostes – a questão da segurança jurídica. Em função desse imbróglio, muita gente tirou o pé do acelerador. Eles não querem investir porque têm dúvidas quanto à segurança jurídica e ao impacto que, efetivamente, isso vai acabar trazendo para a economia dos Estados.

Portanto, é um desafio importante. Se for alterada essa convalidação, nós precisamos ter... Isso tem que ser encaminhado rapidamente, porque, mudando o texto do Senado na Câmara, volta para cá de novo.

Quero aqui registrar também, aproveitando a presença do Secretário George Santoro, de Alagoas, terra do nosso Presidente do Senado, que muito nos honra aqui também...

Eu hoje estou convencido... o Manoel sabe a luta que foi... Lá atrás, quando nós fizemos a primeira tentativa, o Governo não estava convencido disso. Lamentavelmente, quando a gente... Nós trabalhamos muito. Eu cheguei a fazer reuniões na CAE, meu Presidente Wellington, com quase todos os Secretários de Fazenda, numa mesma audiência pública – os Secretários estavam presentes e o próprio Ministério da Fazenda. Mas em função de posições de alguns Estados – eu quero destacar aqui o Ceará mais especificamente, o Walter lembra bem disso –, aquilo deixou a Presidenta Dilma na dúvida...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – É outro Mauro.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É outro Mauro, é isso mesmo. Não é o Mauro Ricardo, do Paraná.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É o Mauro Benevides.

São Paulo exportou o Mauro para o Paraná, não é? O Mauro Ricardo foi para o Paraná, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E o Mauro Benevides, agora, tem posição diferente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu não sei qual a posição do Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Favorável, agora.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ah, é favorável.

Na época, a Presidenta Dilma ficou em dúvida. E resultado: nós não conseguimos, através do Ministro da Fazenda, sustentar essa tese. Essa foi a realidade. Aí, apesar do esforço do Walter, do Romero e do Luiz Henrique, nós pouco caminhamos ao longo dos dois anos subsequentes.

Agora, eu sinto claramente que o Governo está empenhado nisso. Há o Joaquim Levy como Presidente do Confaz. Pela primeira vez – pelo menos, eu não me lembro –, há um Ministro da Fazenda Presidente do Confaz. Ele é Presidente do Confaz. Ele já teve uma reunião em Goiânia. Agora, ele teve uma reunião com os governadores do Nordeste. E ele está chamando, se não me engano, os Senadores para uma conversa sobre essa reforma, sobre esses temas todos que foram aqui tratados. O que eu entendo agora é que essa questão impregnou o Governo: o Ministro Nelson Barbosa é favorável, o Ministro Levy é favorável, e a Presidenta Dilma também. E O Senado, como Casa da Federação, vai ter um papel absolutamente fundamental.

Corroborando o que o Walter e o Romero falaram aqui, nós precisamos, até junho, Manoel, fazer a resolução, que é o acordo que nós fizemos, até em função do indexador e de uma série de temas que nós tratamos aqui ao longo dos últimos meses.

Assim, eu tenho uma expectativa muito favorável e não tenho dúvida nenhuma – acho que foi o Tostes mesmo que falou e o Romero também – de que o impacto na economia brasileira dessa reforma é muito grande. Vamos ter uma economia revigorada nos Estados, inegavelmente. O impacto é direto.

Agora, é evidente que nós vamos ter de construir, ao longo dos últimos meses, toda uma engenharia política e uma engenharia financeira. Eu, particularmente, vou estar muito empenhado por ter começado isso lá atrás, com o Nelson Barbosa, que era, na época, o Secretário-Executivo do Ministério.

Eu acho que a CAE, a CDR e a CCJ serão os foros adequados para esse debate e para essa discussão.

Apesar de ser um processo difícil, o que todo mundo sabe, porque os que conviveram e os que foram governadores, como o Blairo, e vice-governadores, como a Simone, entendem bem as dificuldades, eu acho que é agora o negócio.

Essa é a grande reforma. Acho que, se o Governo pode trazer, Romero, um legado importante para a economia brasileira, é essa reforma. Com todo respeito às outras, às Medidas Provisórias nºs 664 e 665, à desoneração, essa é a grande reforma do Governo. Sem dúvida nenhuma.

Eu acho que nós temos de nos empenhar, porque esse tema é crucial para a Federação brasileira,e para resgatar a segurança jurídica e os investimentos nos Estados, para gerar emprego, crescer, desenvolver e corresponder às expectativas da nossa população, que aguarda por essas medidas aí que, sem dúvida nenhuma, vão ser muito importantes sob o ponto de vista econômico.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu vou só consultar se a Senadora vai fazer uma intervenção. Depois, o Senador Walter vai falar. Depois, a Fazenda. Até acho que é bom, porque aí a Fazenda sente o espírito de cada um.

Senador Delcídio e todos que convidamos para falar aqui como expositores, o objetivo é exatamente este: como vocês tiveram a experiência de já ter tratado dessa matéria, experiência, inclusive, no contato, como foi o depoimento do Senador Delcídio, é fundamental que façamos um trabalho a todas as mãos.

Esse relatório não pode ser uma produção individual. É um relatório do amadurecimento, claro, com todas as partes, Governo, Confaz, todos nós aqui, companheiros da Comissão, para que ele vá para a Comissão de Constituição e Justiça apenas para analisar a questão da constitucionalidade, e nós já podermos colocá-lo no plenário. Por isso, esse nosso objetivo de convidar também os Senadores para serem expositores.

Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Antes de tudo – não tive oportunidade ainda –, eu gostaria de parabenizar o Senador Wellington Fagundes pela oportuna solicitação, através de requerimento, desta audiência pública. Eu concordo com o meu colega, o Senador Delcídio do Amaral. Essa é uma das questões mais importantes, principalmente para o interior deste País.

Estou chegando agora, não quero sentar na janela, mas quero entrar nesse bonde para começar a discutir essa questão, que muito me interessa e com a qual consegui conviver de alguma forma, especialmente no aspecto dos incentivos fiscais, no Mato Grosso do Sul, quando fui Prefeita, por duas vezes, e, depois, Vice-Governadora, como apontado pelo Senador Delcídio.

Quero dizer também da minha alegria em saber que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão unidos nessa questão. Dos sete Senadores que estavam aqui, dois eram do Mato Grosso e dois, do Mato Grosso do Sul. O texto final na CAE foi relatado por um sul-mato-grossense e, agora, a relatoria aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional vai ser relatada por um mato-grossense.

Apenas em relação à intervenção do Senador Delcídio...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Tudo para proteger o gás do Mato Grosso do Sul.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Tudo para proteger os interesses do Centro-Oeste. Fica mais simpático.

Fazendo aqui só uma observação em relação à fala do Senador Delcídio, o que me preocupa, Senador Delcídio, em que pese o senhor estar trazendo uma notícia boa de que o Governo Federal agora já consegue entender a importância deste projeto, é essa questão de criarmos uma expectativa de que iremos, até o meio do ano, conseguir aprovar o projeto de resolução, porque o próprio projeto de resolução, talvez por emenda de V. Exª, a qual foi realmente oportuna, ao projeto encaminhado pela Presidência, estabelece que essa resolução, para ser aprovada, fica condicionada à criação dos dois fundos – é essencial, óbvio: tanto o fundo de compensação, que entra na parte tributária de sobrevivência dos Estados, quanto o fundo de desenvolvimento regional. Esse me preocupa ainda mais, porque ouvi que parece que as perdas não vão ser tão grandes em relação ao Estado, mas esse fundo de compensação não vai suprir a nossa deficiência em relação ao mercado de trabalho. Nós começaremos a ter um índice maior de desemprego se não criarmos o fundo de desenvolvimento regional, de forma a permitir, através desse fundo, seja ou não vinculado ao FCO, ao Fundo do Nordeste, ao Fundo do Norte, fomentar e atrair, com juros diferenciados, indústrias para que elas possam compensar o valor do frete das grandes distâncias dos grandes centros consumidores.

Aí peço aos Senadores que têm acesso mais próximo ao Governo Federal, principalmente ao Ministro Levy, que comecem a alinhavar o mais rápido possível, junto ao Ministério da Fazenda, a criação desse fundo, sob pena de não conseguirmos aprovar a resolução até o meio deste ano, porque, até onde sei, o Ministro da Fazenda tem dito que não tem recurso para esse fundo. Uma coisa é não ter recurso; outra coisa é impedir a tramitação da constituição e criação desse fundo, que também são duas coisas distintas.

Então, deixo apenas essa observação, com o compromisso que faço de, para as próximas reuniões, inclusive na CCJ, ter lido todo o histórico desses dois anos de trabalho realizado na CAE, para poder dar também minha contribuição quanto a esse assunto, que é relevante e fundamental para o meu Estado do Mato Grosso do Sul.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos passar, agora, ao Senador Walter Pinheiro, colocando que o Ministro já disse que essa questão dos fundos, claro, está tudo atrelado ao ajuste fiscal. Agora, o que nós vamos aprovar... Eu penso que vamos ter que criar mecanismos de obrigatoriedade, de imposição.

Com a palavra o Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu até pediria ao Delcídio dois minutos para ouvir uma coisa que acho importante. Eu sei que ele tem as tarefas. Eu dei importância a esse evento aqui. Eu era, inclusive, palestrante num evento no Rio de Janeiro hoje, evento de desdobramento de uma série de projetos nesta Casa. Eu cancelei a minha ida ao Rio para permanecer aqui neste debate – o evento, inclusive, havia sido marcado há muito tempo – por entender que este tema é um dos mais importantes.

E, talvez, Delcídio, seja o grande tema para a gente contribuir, neste ano, com os problemas na economia. Mais do que as duas medidas provisórias, que, na minha compreensão, não são medidas de ajuste, são medidas até mais moralizadoras em alguma esfera, trabalhistas em outras, previdenciárias numa terceira leitura.

Portanto, eu acho que é fundamental que a gente tenha outro tratamento dessas matérias, porque o erro, inclusive, do tratamento desse tema foi o Governo tentar partir isso em alguns pedaços, quando a gente tinha que juntar. É aquilo que o Tostes acabou de dizer no final da sua intervenção. Nós tínhamos uma resolução, estávamos vindo de um debate sobre a questão do ICMS Importação, que, aparentemente, tinha influência só em três Estados, mas, como eu disse antes, ele incidiu em todos os Estados da Federação. Até porque, Delcídio, o sujeito vendia carro em Mato Grosso do Sul a partir de Vitória, Espírito Santo, a partir do Rio de Janeiro. É óbvio que uma concessionária em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, não ia conseguir vender um carro mais barato do que um cara que inclusive anunciava pela internet para o sujeito comprar um carro que vinha desse modelo de importação, em Estados relativamente distantes. Não estou nem falando dos vizinhos. Portanto, isso era uma ofensa à economia nacional e principalmente à economia local.

Eu pedi para você ficar, Delcídio, pelo seguinte: qual é o problema que nós enfrentamos nessa coisa do comércio eletrônico ao longo dos anos? Nem a Fazenda – aí eu não sei, aqui está o representante da Fazenda, o Manoel –, porque, por diversas vezes, eu trabalhei com esse tema, Delcídio. Eu mexo com essa coisa do comércio eletrônico desde 1998. Fui por diversas até às reuniões da OMC, as chamadas Rodadas da OMC. Cheguei a participar, representando o Congresso Nacional, desde 1998. Quem mais atuava nessa área, inclusive, era o Ministério de Relações Exteriores, por conta dessas coisas do comércio internacional e das mudanças patrocinadas.

Lembro-me de que, no ano passado, Delcídio, até fazendo a defesa do projeto – e é bom realçar isso aqui –, o autor da emenda do comércio eletrônico é Delcídio do Amaral. Porque às vezes o sujeito fala não sei o quê e tal. Eu sei que falar elogio de boca própria é vitupério, mas não custa nada a gente também ter a oportunidade de realçar esse debate e colocar as coisas no seu devido lugar, a boa contribuição.

Na realidade, Delcídio, eu nunca consegui encontrar no Ministério da Fazenda dados expressivos sobre o comércio eletrônico. Há, inclusive, um organismo no Brasil que trata disso e que não é vinculado a nenhuma esfera de governo, a turma dessa área principalmente de TI, que resolveu montar um *site* para ir fazendo esse acompanhamento. Hoje a gente tem uma capacidade maior. Por isso é que muita gente em todo o mundo não arrisca.

Quanto foi o comércio eletrônico no Brasil no ano passado? Todo mundo fala em 32, 35, não sei quê e tal. Mas ainda há uma série de coisas que a gente não tem como mensurar.

E mais ainda, ouviu, Tostes: é o processo de burla que termina mascarando mais ainda o número do comércio eletrônico. A venda que é eletrônica e que é na realidade com o sujeito presencial. Portanto, essa foi a grande manipulação dos últimos anos. O cara abria uma casa lá, meu caro Jonas, na Bahia, e na realidade colocava só a fachada. Eu não estou fazendo nenhuma alusão às Casas Bahia, pelo amor de Deus. Até porque as Casas Bahia tinham esse nome, mas originalmente não são da Bahia. As Casas Bahia tiveram um saque: como lá tudo quanto é nordestino é baiano, o cara fez as Casas Bahia. Depois, um deputado até tentou dar um título de cidadão baiano ao Samuel por conta do nome das Casas Bahia. Mas nada a ver com isso. Estou dizendo abrir por abrir, várias redes.

Nós temos a rede baiana lá, A Insinuante. A Insinuante tem, Delcídio, numa grande loja deles, numa loja imensa, 6 mil produtos; na Insinuante.com tem 60 mil, o cara vende de alfinete a supersônico no eletrônico.

O que sustenta Miami ainda hoje? É esse jogo do comércio eletrônico mundial, meu amigo. Um dos grandes *sites* nossos de venda eletrônica aqui no Brasil e de troca, o Mercado Livre, tem a sede em Miami. Ele é uma empresa argentina, mas a sua sede é em Miami.

Portanto, esse debate, Delcídio, é um debate que nos levou a diversas indefinições por ausência de dados. Quando eu falava isso, que esse negócio ia incidir diretamente nas contas, todo mundo dizia: "Você está

doido!" O nosso Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, dizia: "Você tem que se meter de cara e alma nesse negócio. Isso para a gente é vital, isso interfere."

Portanto, nas contas finais, Tostes, eu já dizia isso desde o início, na época, inclusive, que Martins era o Coordenador do Confaz, o Secretário da Fazenda da Bahia. Eu era Secretário do Planejamento da Bahia. Eu dizia: "Martins, você tem que ir para esse Confaz com duas facas no dente! Esse negócio é vital para a gente e para o País inteiro."

Esse é um elemento importante para a gente botar, Delcídio, um pouco de liga nessa coisa da unificação do ICMS. Era uma forma de você ganhar. "São Paulo – esta foi a conversa que eu tive com o Alckmin –, você vai perder pouco no comércio eletrônico, mas você é que mais vai ganhar na unificação da alíquota do ICMS."

Portanto, o comércio eletrônico, por sua vez, alivia a vida dos outros Estados nessa questão do ICMS. O que se tira de São Paulo é muito pouco. E o que a gente potencializa com essa questão do comércio eletrônico, Delcídio, esse é que é o grande saque do projeto! Eu vou poder ter atividades nessa área lá em Campo Grande, lá em Teresina, lá em Salvador. É óbvio que, aí, eu tenho que ter estrutura de logística. Por que as estruturas de logística foram se concentrando? Porque também o centro produtor e o centro receptor de consumo, aí há uma regra que é geral, direta e imediata. São Paulo tem 45 milhões de bocas. A Bahia só tem 15. Então, é necessário que esse mercado tenha muito mais consumidores. Aí, é óbvio que entram os outros fatores: os fatores logísticos, o fator produção, uma série de questões.

Então, eu lhe pedi para ficar até por isso. Acho que esse é um embate que é importante a gente ter com a Fazenda. Mexer agora na unificação com esse outro passo que a gente deu é fundamental.

Por último, Delcídio, há uma coisa, um negócio pelo qual trabalhei muito com o Judiciário. Fui o Relator do FPE. Por isso conversei com os Secretários da Fazenda do País inteiro. Eunício até brincava, e chegou a dizer isto até para a Presidenta Dilma, Eunício brincava e dizia assim: "Para enrolar Pinheiro é difícil!"

O FPE é barra pesada. Todo mundo queria fazer a continha para o seu Estado. Eu disse: "Gente, eu não posso fazer um gol de mão! Não posso fazer na história da Matemática que alguém decore o resultado da equação e tente depois montar a equação." Eu aprendi em matriz e derivados que a melhor coisa que existe é você ir deduzindo e, ao mesmo tempo, derivando, chegando ao ponto final. Eunício brincava e dizia: "Para enrolar Pinheiro é muito difícil! O bicho é bom de conta!" Todo mundo queria fazer uma continha ali. Eu dizia: "Mas não é assim. Nós temos que encontrar uma regra que seja inclusive contempladora do aspecto do fundo e, ao mesmo tempo, que enxergue as realidades."

O que eu fiz com o Supremo? Eu procurei o Ministro Lewandowski e pedi a ele um prazo. Eu disse: "Ministro, eu estou dando a garantia ao senhor, depois de ter conversado aqui – na época o Presidente era Sarney, depois foi Renan – com cada líder, e nós vamos votar essa matéria." Pedi ao Supremo que ele não julgasse, porque havia uma decisão do Supremo em relação a isso. Portanto, causaria prejuízos aos Estados. A mesma proposta, Delcídio, eu fiz em relação a essa questão da convalidação, que procurássemos o Ministro Lewandowski para pedir ao Supremo que desse uma parada – parar na avaliação desses temas –, enquanto a gente votava a convalidação. A mesma coisa agora em relação ao ICMS. Temos que chegar ao Supremo e pedir que, para questões dessa natureza, ele dê um tempo. Até aproveito uma coisa que o Fachin falou ontem: "Quem tem que cuidar disso é o Congresso, não é o Supremo."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

Portanto, o Supremo deve nos dar, entendeu Delcídio, um tempo para a gente ajeitar as pontas entre Estados, Fazenda e Senado em relação a uma matéria na qual, de uma vez por todas, a gente bote o dedo na ferida.

Não vai haver desenvolvimento econômico, Senadora Simone, se a gente não ajustar essa questão do fundo. Por isso que, na emenda, foi acrescido que só pode aprovar um se vierem os outros dois fundos. Eu não tenho como suportar as perdas e não tenho como criar o colchão de estímulo, que é o desenvolvimento econômico, que é o fundo regional. Então, se eu não fizer isso, vou continuar, na realidade, com alíquotas iguais e, ao mesmo tempo, alimentando a guerra, quem é que oferece, por fora, alguma coisa, para retrair alguém.

Então, esse é o aspecto decisivo. Por isso que eu não quero, eu até tinha preparado a apresentação e tal, eu quero entrar, exatamente, nesse negócio, nesse instrumento, nesse instrumento. Acho que a apresentação feita pelo Tostes, aqui, é importante, os números sobre os quais o Confaz tem-se debruçado.

A nós, no Senado, agora, compete fazer o seguinte: além da pressa, eu até não tenho muita crença no mês de junho. Sou, assim, estou bem verdadeiro, porque eu fiz crítica ao Governo, quem matou a Medida Provisória nº 599 foi o Governo. Foi o Governo que operou para a Medida nº 599 morrer, porque o Governo, inclusive, não só tinha dúvidas, essa é uma questão, eu digo, sem problema nenhum, como o Governo tinha posição contrária, naquele momento, de avançar nessa direção.

Agora, o Governo precisa entender que não adianta nada ficar mantendo essa coisa sem pensar nas unidades da Federação, porque nós não vamos sair da crise matando os Estados e Municípios. Esqueça! Não tem jeito!

Portanto, não tem como. Essa coisa do desemprego, por exemplo, eu estou desesperado com o Nordeste. Nós estamos, cada dia mais, perdendo, perdendo postos de trabalho, matando, portanto, o Nordeste, e não tem salvação para a Nação, muito menos, matando Município e Estados. Então, agora, é esse o esforço.

Então, aqui vão as minhas propostas. Eu acho que a gente tem que acelerar, acho em boa hora esse café da manhã no Ministério da Fazenda, acho que é bom. Eu só pediria que mudasse para quarta, porque a intervenção que eu ia fazer hoje, no Rio de Janeiro, eu cancelei e mudei para terça-feira. Quer dizer, eu vou cancelar duas vezes a minha apresentação, porque eu me comprometi. Mas tudo bem, se não mudar para terça, eu não vou para o café do Levy, porque eu vou ter que pagar a dívida que eu deixei no dia de hoje.

A segunda questão que eu acho que é importante a gente trabalhar aqui: é a gente afinar a viola aqui, ouviu, meu caro Wellington, entre essa questão dos fundos e a questão da resolução. Eu apresentei a PEC como mecanismo de pressão, exatamente isso. Peguei o mesmo conteúdo da medida provisória, que foi mandado pelo Governo, e transformei numa emenda constitucional.

Se o Governo está a fim de fazer, deu problema na medida provisória, está aqui uma emenda constitucional. Se a justificativa de que a gente não podia fazer, criar os fundos, que, aliás, foi uma das coisas contra a qual eu me insurgi na CAE, na época, porque a proposta era; "Vamos fazer um projeto, aqui, nosso, criando os fundos". Eu disse: "Isso é inconstitucional. Qualquer tribunalzinho derruba isso". Qualquer Estado que discorde da proposta não precisa ir para o Confaz para discordar. Basta chegar lá, na Justiça e dizer: "Olha, isso aqui é inconstitucional. O velho e conhecido vício de iniciativa". Ponto. Matava a proposta. Então, isso aí não é proposta para quem queria fazer coisa séria.

Portanto, o sério, agora, é isso: é sentar com o Governo, sentar, lá, com a Fazenda. Aqui, nós vamos aprovar nossa resolução, vamos cumprir nossa parte. Fazer a pressão, fazer a boa pressão, e, aí, é importante os Secretários de Fazenda, mais os Governadores, eu disse isso ao meu Governador e disse aos Governadores do Nordeste: "Vocês vão sentar com os Deputados Federais para dizer a eles: olha, a aprovação do que saiu daqui em relação à convalidação da dívida dos benefícios, isso é ponto preponderante para a gente, de uma vez por todas, criar as condições para acabar com essa guerra fiscal".

Então, é um papel de Governadores e Secretários de Fazenda no convencimento aos seus Deputados para que eles possam acelerar a votação. Se essa matéria, Delcídio do Amaral, levar três anos como levou a matéria do comércio eletrônico, aí, é caixão e vela, porque, por exemplo, o meu Estado, Senadora Simone, não vai topar fazer a unificação sem a convalidação. Aí, eu tenho que chegar para quem está lá e dizer: "Pegue sua empresa e transforme em lona de circo. Dobre e vá procurar outro terreiro". E aí? Ou como é na lógica de hoje, uma empresa não se desloca mais nem como lona de circo. O que desloca hoje é a informação. A pessoa coloca um *pen drive* aqui, chega ali, passa para o outro lado.

Eu tenho uma atividade na Bahia, por exemplo, que é atividade pura de criatividade e conhecimento, que é uma unidade de *design* mundial da Ford. Essa unidade, para sair de Camaçari, não precisa botar em nenhum caminhão. Não precisa, e nem precisa comprar bilhete da Azul para transportar quem trabalha lá para o lugar que ela vai. Pelo contrário, vai dar é bilhete azul a todo mundo.

A Ford tem duas unidades dessa no mundo: uma em Camaçari e outra na Índia. Então, se fechar a de Camaçari, é só transferir via internet. Aí a banda larga funciona razoavelmente bem, porque vai via satélite, chega do outro lado tudo quanto é informação e a gente fecha uma unidade de trabalho.

Então, esse elemento tem que estar completamente integrado. Ainda que o Wellington faça um bom trabalho, Delcídio, lá, bote pilha no Levy, e a gente consiga fechar aqui a resolução dos fundos, mas precisamos da terceira parte, que é exatamente a convalidação, fechando, de uma vez por todas, esse compromisso que assumimos em 2011, Delcídio, aqui, para a gente chegar ao quadrante final desta Legislatura do Senado entregando ao País um verdadeiro ajuste, um ajuste fiscal, um ajuste do ponto de vista do crescimento econômico e um ajuste, principalmente, no que diz respeito à possibilidade de desenvolvimento econômico local no País.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito bom. Quero, então, agora, para concluir, não a reunião, mas as apresentações, passar a palavra ao nosso companheiro representando o Ministério da Fazenda, Manoel Nazareno.

Senador Walter Pinheiro, V. Exª não está liberado, vai ter que participar ainda.

O Senador Delcídio está liberado.

Tem a palavra o Sr. Manoel Nazareno.

O SR. MANOEL NAZARENO P. DE MOURA JR – Senador Wellington, muito obrigado pelo convite.

Sei que já foi esclarecido, mas não custa repetir, só para justificar a ausência do Ministro Joaquim Levy, os senhores sabem, ele está cumprindo uma agenda no exterior, houve essa coincidência de datas. Infelizmente também o Secretário Executivo Adjunto, Dr. Fabrício Dantas, não pôde comparecer por impedimento pessoal e nos pediu que os representasse aqui.

Semana passada, tivemos uma audiência pública na Câmara dos Deputados, a propósito de outra discussão, e também tive o privilégio, naquela oportunidade, de falar por último. Falando por último, a vida, como eu disse naquela ocasião e repito agora, fica muito facilitada. Os Srs. Senadores e Srs. Secretários que me antecederam aqui hoje já expuseram e detalharam o que se pretende fazer nessa reforma do ICMS, a nova modelagem das alíquotas, as discussões, o histórico delas ao longo do tempo – o Senador Delcídio ressaltou esse ponto –, então, para a gente fica mais fácil, acho que cumpre aqui fazer algumas observações pontuais, e, evidentemente, externar qual a nossa posição e qual seria o papel do Ministério da Fazenda nesse processo.

Antes de tocar especificamente nesse ponto do papel do Ministério da Fazenda, vou me permitir um breve registro em relação a essa dinâmica da guerra fiscal, até porque isso tem a ver com o cenário que a gente vislumbra de resolução do problema.

É sabido, isso não é só uma experiência nacional, há registros de outros casos em outros países, na experiência internacional, que essa questão da concessão de benefício fiscal com vistas a atrair investimentos tem uma dinâmica muito própria, segue determinado rito, e foi verificado o mesmo no Brasil, que, basicamente, é o seguinte: se a gente puder marcar um marco zero, temos uma determinada unidade da Federação que, no intuito de atrair um investimento, concede um benefício fiscal para determinado empresário, determinado empreendimento. A primeira repercussão, a primeira consequência disso é, evidentemente, que se cria um diferencial em favor do Estado concedente do benefício, se e somente se os demais Estados não concederem o mesmo tratamento, porque aí não há diferencial algum. Mas, no momento inicial, esse diferencial se instala e esse empreendimento, evidentemente, é atraído por território da UF concedente do benefício fiscal. Passo dois: os demais contribuintes situados nessa unidade federada, legitimamente, vão pleitear o mesmo tratamento, até para poderem concorrer com essa unidade beneficiada, que usufrui desse benefício fiscal. Passa-se a uma ampliação do escopo originalmente previsto. Considerando que as demais unidades da Federação também dispõem dos mesmos instrumentos de benefícios e favores financeiros, é natural, e aí a gente começa a evoluir para o passo número dois, que os contribuintes situados nas demais unidades da Federação com as quais os primeiros concorrem também passem a demandar junto a seus Estados os mesmos tratamentos tributários. É difícil resistir a essa pressão, os governadores e secretários, porque há um diferencial concorrencial relevante: o ICMS, que tem uma capilaridade muito grande, uma carga tributária que não é desprezível, e isso evidentemente afeta a concorrência. Naturalmente, há uma tendência que os secretários de Fazenda e governadores dessas outras unidades federadas concedam esse mesmo tratamento tributário, o que acaba reduzindo ou eliminando o diferencial. A primeira unidade federada é, portanto, instada a incrementar o seu benefício, de modo a restabelecer o diferencial, e a guerra fiscal se espraia, se espalha e se generaliza. Mesmo em relação ao contribuinte que usufrui de benefício fiscal, é natural, a gente já viu isso, os secretários de Estado vivenciam isso, até o contribuinte que é beneficiado, o benefício gera, para ele, novas demandas. Ele passa a demandar também o benefício para seus insumos, para evitar acúmulo de crédito. Se eu não tenho tributação na saída dos meus produtos e tenho na entrada, esse crédito, pra mim, é tão somente custo, já que eu não tenho como compensá-lo.

Qual é a demanda natural? Eu quero benefício também para os meus insumos. Senhores, a guerra fiscal atinge o nível em que nós entendemos que a gente vive agora. E, em resumo, a situação atual é essa. Hoje, de um modo geral, os Estados concedem, todos, benefícios de mesma magnitude. Aquele diferencial original acabou. Portanto, as decisões de investimento não vão se dar mais em função da concessão de benefício. Vão se dar, ou voltam a se dar, de acordo com parâmetros que valiam anteriormente. Basicamente, infraestrutura, condição do Estado de prover serviço público de qualidade, qualificação de mão de obra, enfim, retornamos ao *status quo* inicial com um detalhe: perda generalizada de arrecadação. Todos os Estados passam a dispor de uma situação orçamentária e fiscal inferior ou muito mais precária do que dispunha antes.

Estou fazendo esse preâmbulo, que eu sei que é de conhecimento de todos os senhores, só para ressaltar o fato de que, na nossa visão, e nós compactuamos com as opiniões anteriores dos senhores secretários e Srs. Senadores que nos antecederam, o processo está, portanto, esgotado, é só por essa dinâmica. Não tem nada diferente disso. Foi aqui assim e foi alhures, há outras experiências internacionais em que se verificou isso. A literatura está aí para gente consultar e ver que essa é a dinâmica natural quando se pensa em conceder benefício fiscal como imposto sobre consumo.

Na realidade, já foi dito, os senhores sabem, também, o ICMS, tal como os IVA na Europa, e em outros países, em outras federações, é um excelente instrumento de arrecadação se bem dimensionado, se bem es-

truturado, mas não é um bom elemento para se fazer justiça tributária ou desenvolvimento regional. Ele não é o melhor instrumento para isso.

Muito bem. Feito esse breve preâmbulo, sei que estou chovendo no molhado, eu estou repetindo o que é de conhecimento dos senhores, a gente chega nessa situação atual de perda de arrecadação, conflito federativo, judicialização, insegurança jurídica, o que trava investimento, evidentemente, portanto, impede crescimento econômico, e a gente chega nesse cenário de propor uma mudança. Claro que toda mudança traz em si algum temor, mas a gente tem que ter essa coragem de dar um passo, porque não é um passo, não é uma aventura. O que se propõe é caminhar para aquilo que já vale no mundo inteiro. São 152 países que tributam por via de imposto sobre valor agregado, por tributo sobre consumo, e a regra que predomina na absoluta maioria é exatamente o que está sendo proposto aqui, que foi detalhado pelo Secretário Tostes, pelos demais secretários e Senadores.

A ideia é exatamente levar essa tributação, deslocar da origem par ao destino. Não nos esqueçamos de que esse é um imposto sobre consumo. Imposto sobre consumo opera dessa maneira: tributa-se de acordo e na medida, na proporção do consumo, não da produção. O ICMS se tornou, ao longo do tempo, embora originalmente concebido como um dos tributos mais modernos do sistema tributário do mundo, ele vem sendo deteriorado, vamos dizer assim, por razões as mais variadas. E, hoje em dia, nós temos muito mais um imposto interestadual sobre a produção do que propriamente um imposto estadual sobre o consumo, porque é a sua vocação e é a sua condição natural, digamos assim.

Então, a lógica de levar a tributação para o destino, como já foi dito, também não vou me alongar nesse ponto, simplesmente alinha o ICMS com as melhores práticas experimentadas em outros países, no que diz respeito à tributação sobre o consumo. Levar majoritariamente a tributação para o destino, além de justo do ponto de vista tributário, correto do ponto de vista técnico, é também facilitador da resolução de outros problemas graves e que afetam a economia brasileira e a competitividade dos produtos. Eu vou citar um exemplo, só para ilustrar, que é a questão do acúmulo de crédito ou da não devolução total dos créditos em relação aos exportadores. O mundo inteiro não tributa, não incide IVA, o Imposto sobre Valor Adicionado, ou qualquer outro tributo, essa é a regra, na exportação. Exatamente para tornar o produto nacional mais competitivo possível na disputa pelo mercado internacional. Ora, essa desoneração só será completa se os tributos incidentes nas etapas anteriores forem completa e prontamente restituídos aos exportador.

Numa lógica em que parte majoritária da tributação fica na origem, é complicado, é compreensível que o Estado de onde está situado o exportador tenha dificuldade em devolver um tributo que não foi a ele recolhido, porque essa é mais uma deficiência que decorre do princípio de origem *vis-à-vis* o princípio de destino que é, por outras razões e por essa inclusive, tecnicamente o mais adequado.

Muito bem. Dito isso também nunca é demais encarecer e ressaltar o fato de que a reforma do ICMS é uma agenda dos Estados, é uma agenda do Congresso Nacional, e, evidentemente, a União tem participado. Eu vou me referir agora especificamente a essa participação, mas há dois atores fundamentais sem os quais essa reforma não existe: o Congresso Nacional – e eu destaco o Senado Federal, porque só o Senado Federal tem a competência constitucional para editar resolução que vai levar as alíquotas para os destinos, já que esse é o mote técnico, o norte que está inspirando essa reforma –, e o Confaz, que é quem tem a competência para fazer o chamado convênio de convalidação, que nada mais é do que um convênio em que se concede remissão, perdão em relação a todos os créditos, constituídos ou não, decorrentes desses benefícios fiscais.

Sabe-se que o Supremo, em reiteradas oportunidades, reconheceu a inconstitucionalidade dos benefícios concedidos em matéria de ICMS à revelia do Confaz. Em sendo assim, a técnica que o Confaz propõe no Convênio 70, e que se convencionou designar convalidação, do ponto de vista técnico a rigor não é uma convalidação, a rigor é reconhecer que efetivamente houve a concessão de benefícios à margem da legislação, reconhecer, portanto, que o crédito tributário constituído, ou não, daí resultante, é um crédito tributário corretamente constituído, mas, usando a competência que o Estado tem não só para tributar, como para desonerar, conceder uma remissão desse crédito tributário.

Não se está a afirmar, por via de convênio, que o que era inconstitucional passou a ser constitucional. Absolutamente. Eu acho interessante a gente ressaltar esse ponto. Há um reconhecimento da procedência até da avaliação do Supremo Tribunal Federal, há um reconhecimento de que, efetivamente, a legislação foi descumprida, mas, no exercício também de uma competência que é constitucional, os Estados que têm essa competência para instituir e para não instituir, para instituir e para desonerar, concedem remissão e regularizam esse passado, prevendo também, conforme o Dr. Tostes especificou, uma sobrevida variável conforme a atividade econômica.

Então, ninguém substitui o Senado Federal, ninguém substitui o Confaz, que, harmonicamente, são as únicas instituições que podem levar o País para esse cenário mais moderno e menos conflituoso em relação ao ICMS.

Muito bem, e como fica, qual seria o papel, qual tem sido, qual é o papel da União nesse processo segundo a visão do Ministério da Fazenda? A União, o Governo Federal tem que atuar, e a nossa intenção é simplesmente como um facilitador. A agenda, por tudo o que foi dito e por várias outras razões apontadas nas falas anteriores, a agenda da reforma do ICMS – o Senador Walter Pinheiro destacou esse ponto – é simplesmente crucial para o País. A nossa visão é de que é absolutamente imprescindível nós superarmos esse cenário atual, resolvermos essa disputa, essa insegurança jurídica de modo a poder possibilitar o destravamento de investimentos e, portanto, crescimento econômico, que é o que o País tanto precisa. Então, é uma agenda absolutamente prioritária e, em assim sendo, a União não vai conter qualquer esforço, não vai evitar nenhum esforço no sentido de, dadas as suas restrições atuais, que todos conhecem, evidentemente, o cenário atual não é equivalente ao cenário de 2012. O Senador Walter Pinheiro foi o Relator da MP 599, no âmbito dessa MP, que foi encaminhada ao Congresso Nacional no dia 28/12/2012, previa-se, realmente, um fundo de compensação para facilitar a transição para esse novo cenário em relação aos Estados que experimentarem perdas efetivas de arrecadação, e um fundo de desenvolvimento regional para tentar substituir o ICMS que, conforme foi dito naquela introdução, já não mais cumpre o papel de instrumento de atração de investimentos. O que está sendo proposto, o que tem que ser concebido é uma alternativa, mas eu entendo presente que o ICMS que efetivamente fez diferença no passado – e também não adianta negar isso –, no passado, enquanto se tinha aquela situação em que uma ou algumas unidades concediam e outras não, efetivamente houve desconcentração, o que é positivo. A desconcentração, ou a redução das desigualdades socioeconômicas regionais, aliás, não só é positiva como é um objetivo fundamental da República e está no art. 3º da Constituição. Então, isso é muito bom, isso é muito positivo, mas, como as circunstâncias mudaram, e como houve essa generalização, o instrumento já não é tão efetivo quanto foi no passado.

Portanto, o que se cogita, e essa tem sido a posição do Ministério da Fazenda e o diálogo do Ministro Levy com vários interessados, Senadores e governadores, é que nós temos que conceber novos instrumentos para, através desses instrumentos, prover esse desenvolvimento regional ou essa redução das desigualdades socioeconômicas regionais.

Falou-se, no passado, de um fundo de desenvolvimento regional. Se será fundo, se será um outro instrumento, é exatamente esse produto que vai resultar desse esforço ou dessa união. O Governo Federal está-se unindo aos esforços do Senado Federal e do Confaz em busca dessa solução.

O Ministro Levy, já foi dito aqui, também, quebrando uma tradição de alguns anos, assumiu, pessoalmente, a presidência do Confaz, como há décadas não se tinha notícia, exatamente consciente da importância dessa agenda e da importância do papel do Ministério como facilitar desse processo.

Então, desde que o Ministro assumiu, já participou da única reunião formal do Confaz este ano, que foi em abril, em Goiânia. Houve, na semana passada, Secretário George, uma reunião com os governadores do Nordeste, e o Ministro Levy, inclusive, se comprometeu a conversar, pessoalmente, com cada um dos governadores. Há esse convite para essa conversa com os Srs. Senadores, na próxima semana. Então, é um esforço para construir, conjuntamente, essa solução. Não é um pacote. Não há que se imaginar que essa solução virá com um pacote feito, fechadamente por técnicos do Ministério da Fazenda. Absolutamente. É uma solução. E esta solução tem que ser coletiva, tem que ser uma construção coletiva. Ninguém, volto a dizer, o Ministério da Fazenda não pode, não pretende substituir o Parlamento, o Senado, o Confaz e, tampouco os próprios Estados na ação de elencar quais são as iniciativas ou demandas de infraestrutura, que, a juízo dos próprios Estados, são fundamentais para tentar promover ou dar sequência a essa desconcentração da produção industrial.

O papel é esse. Estamos no meio desse processo. Já houve alguns contatos, já houve um café da manhã, coisa de algumas semanas atrás, com os Senadores da CAE, agora, teremos, na próxima semana, com os Senadores desta Comissão, além das reuniões individuais com cada governador e secretário de Fazenda. O prazo realmente é curto, a gente tem consciência disso, e tem consciência da urgência desta questão. O Confaz, realmente, o Secretário Tostes pontuou, e eu reitero, há um grupo de trabalho constituído, já há algum tempo, por técnicos estaduais, que estão concluindo os cálculos da balança das transações interestaduais em 2013, na última semana de abril. Há uma reunião marcada aqui, em Brasília, para a apresentação dos resultados aos demais técnicos estaduais.

Então, a gente tem realmente esse instrumento na mão, que não tínhamos no passado. Hoje, é possível aferir exatamente qual é essa movimentação interestadual e, após apresentados os benefícios fiscais, deduzir para aferir as perdas efetivas. É interessante, o Secretário Tostes pontuou, o que essa balança interestadual nos

mostra são informações que foram levadas à Nota Fiscal Eletrônica. Há determinados benefícios regulares e não regulares, ou concedidos à margem do Confaz, que não são apostos ou registrados na Nota Fiscal Eletrônica.

Essas informações serão conhecidas após os Estados registrarem os seus benefícios na Secretaria-Executiva do Confaz, depositarem os respectivos instrumentos, aí, a partir daí, a equipe técnica estadual, juntamente com o Ministério da Fazenda, Receita Federal, vamos fazer essa transposição, a incorporação disso à balança para, aí sim, se chegar aos números de perdas efetivas em decorrência da reforma.

A lógica é: aquilo que os Estados já renunciaram, eles não vão perder em decorrência da reforma. Eles já renunciaram. Agora, as perdas resultantes da redução das alíquotas interestaduais, essa, a União vai exatamente, ao final desses cálculos, sentar com os Estados e ver qual é a contribuição que podemos dar ao processo.

Não temos, volto a dizer, neste momento, uma solução pronta, uma apresentação de que será assim, até porque, insisto, a solução virá do diálogo, do diálogo do Ministério da Fazenda com o Congresso Nacional, com os Estados, na pessoa dos governadores e secretários de Fazenda, que só assim, a gente entende que será possível construir uma solução duradoura, uma solução que, efetivamente, possa vir a levar o País a um novo cenário.

Encerro destacando o que também já foi dito aqui, mas me permitam ressaltar, na nossa avaliação, a grande mudança, Senador, a grande revolução, eu diria, que o Senado Federal, o Congresso Nacional, mas a etapa final se deu aqui, no Senado Federal, semanas atrás, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 87.

Tem sido ressaltado, justificadamente, Senador Walter, a importância da questão do comércio eletrônico, mas nunca é demais lembrar que a proposta de emenda à Constituição, hoje texto da Constituição, cuida de compartilhar a arrecadação de um volume de operações que excede, em muito, o comércio eletrônico.

A emenda à Constituição que foi aprovada cuida de compartilhar, de distribuir o ICMS incidente nas operações interestaduais destinadas a não contribuinte.

Senhores, aí dentro está o comércio eletrônico? Sim. Importantíssimo e de uma importância crescente, se comparado ao que vigora no resto do mundo, o Brasil ainda tem uma margem muito grande de crescimento e esse crescimento virá, é um processo, a nosso ver, inexorável. Então, fundamental a questão do comércio eletrônico e, portanto, distribuir a arrecadação em relação a essas operações, mas, nunca é demais lembrar, que operações destinadas a não contribuinte inclui também todas as compras governamentais, todas as aquisições interestaduais feitas por quem não é contribuinte de ICMS. Por exemplo, um grande prestador de serviço, tributado por via de ISS, essa receita estava concentrada em algumas unidades da Federação, e, por força dessa Proposta de Emenda à Constituição, por força desse diálogo travado no Confaz e no Parlamento, que, diga-se de passagem, o seu fecho foi uma aprovação, por unanimidade – não é, Senador? –, quer dizer, simplesmente se operou, com a Emenda à Constituição nº 87, a maior redistribuição de receita, a meu juízo, desde o advento da Constituição Federal de 1988.

E outro aspecto que, eventualmente, não é devidamente encarecido, é a repercussão disso, inclusive para os Municípios, considerando que os Municípios participam do ICMS com a cota-parte de 25%, essa redistribuição também vem em favor do municipalismo brasileiro. Então, essa emenda, o trabalho que foi feito pelo Senado Federal, pela Câmara – a iniciativa partiu daqui e foi concluída aqui –, foi realmente uma revolução, o que mostra que o Parlamento não tem fugido às suas responsabilidades.

Já demos um passo fundamental, que já foi colocado aqui também, na Resolução nº 13, de 2012, que pôs fim à guerra dos portos. Agora vimos outro passo fundamental, crucial, histórico e, creio eu, que o tempo vai mostrar a importância do que foi aprovado aqui há algumas semanas, que é Emenda à Constituição nº 87. E, por isso tudo, acreditamos que é perfeitamente possível construir também o consenso em relação à parte faltante dessa reforma, porque foi provado, está comprovado que não falta nem ao Confaz nem ao Parlamento a consciência da importância dessas medidas para o País e para a economia brasileira de um modo geral.

Encerro, Senador, infelizmente o Senador Romero Jucá não se encontra, mas quero deixar registrado que, muito provavelmente, não haverá necessidade de levar o café e o pão na terça-feira. Se o ajuste for aprovado antes disso, não há nenhuma dúvida de que não precisa; se não, a chance é muito pequena, não se preocupar em levar o pão nem o café.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Queremos passar a palavra para o nosso companheiro Tostes, porque há um adendo que ele gostaria de comentar.

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Eu gostaria de fazer uma observação final, em função do que foi colocado aqui pelo Senador Romero Jucá, até gostaria que ele estivesse presente, mas teve que sair, e queria pedir a atenção dos Senadores – Senador Walter Pinheiro, Senador Wellington, todos os Senadores –, porque essa questão é relevante e poderá, a meu ver, dificultar bastante a solução final caso prospere essa tese.

Como falei, o que os Estados construíram, ao longo de pelo menos quatro anos, foi uma proposta resultante de muitas discussões, estudos, simulações, que possibilitaram que, gradualmente, fôssemos avançando para chegar a esses números finais que foram apresentados.

Um dos pilares que está colocado na proposta é exatamente a redução das alíquotas interestaduais com o caminho para um imposto preponderantemente no destino. Esse pilar está intimamente relacionado com todas as outras medidas, inclusive a que trata da remissão e anistia, da convalidação e da prorrogação da autorização para continuação dos benefícios para o futuro. Essa continuação para o futuro, que é nossa proposta estabelece em três, oito e quinze anos, conforme a natureza do benefício, ela considera, é um pressuposto para esse prazo a redução das alíquotas interestaduais, nos moldes que estão lá no quadro, cujos números são esses que apresentei.

O Senador Romero Jucá apresentou aqui uma proposta que já tinha apresentado lá durante a discussão do PLS 130, e que não foi aprovada, de manter as alíquotas atuais para os benefícios fiscais convalidados e prorrogados.

Isso fere, de forma bastante frontal, a nossa proposta e a inviabiliza. Inviabiliza-a.

Aqueles números, lá, serão radicalmente alterados se as regras atuais das alíquotas usuais permanecerem por esse tempo. Elas só irão permanecer se houver redução. Se não houver redução, aquele quase equilíbrio será totalmente alterado.

Então, eu quero fazer essa observação para dizer que se essa proposta de manter as alíquotas atuais para os benefícios convalidados prosperar, o Confaz vai ter que rever tudo que foi feito até hoje.

Nós estamos a milímetros do acordo final, falta um Estado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Por quanto tempo vocês entendem...

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – E nós teremos, então, que esses milímetros se transformarão em quilômetros, porque nós podemos voltar à estaca zero. Nós podemos voltar à estaca zero.

Se tiverem que permanecer as alíquotas atuais, então, o prazo é quase morte súbita. Não tem sentido prorrogar para o futuro benefícios que foram julgados inconstitucionais e manter esses benefícios por 15 anos nos moldes atuais.

Exatamente, nós estamos fazendo uma transição gradual, em que, ano a ano, vai reduzindo, para terminar. Aqui, está sendo proposto manter por 15 anos e morte súbita depois. Não tem sentido nenhum, não tem lógica, não tem razão e isso inviabilizará a solução que nós estamos trazendo aqui.

Essa proposta não prosperou no âmbito do PLS 130, está voltando agora, e se ela prosperar no âmbito do PRS 1/2003, o Confaz vai ter que voltar à estaca zero para rediscutir tudo novamente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Walter, o senhor gostaria de fazer... Porque isso é muito relevante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Não, mas muito relevante do ponto da discussão também, não é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Primeiro, a resolução vai tratar da unificação das alíquotas. Ponto. A convalidação é do que nós, vamos chamar assim, não nos livramos, mas encaminhamos.

Então, portanto, o que não entrou lá não vem para cá. Não é esse o espírito da resolução.

Há um problema, aí, que é um problema do conteúdo que tem no projeto de convalidação, que é exatamente como é que a gente trata as regras a partir da aplicação do que nós sairmos aqui. Esse é que é o conteúdo, que aí, por exemplo, não tem como a gente pegar uma matéria que, porventura, não entrou na matéria da convalidação e reescrevê-la na resolução. A resolução não tratará de convalidação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Por que não pode, não é? Não é legal, não é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não é papel, nem tampouco é esse.

Então, esse é um tema que nós temos que discutir lá e, aí, vai ser um debate que nós vamos travar, também, a partir, inclusive, do próprio elemento que surgirá em relação, por exemplo, à própria interpretação do que tem na convalidação, como é que nós vamos tratar na regressividade os casos dos benefícios já concedidos.

Portanto, não se trata de fazer o confronto. Esse é um elemento que nós vamos disputar em outro ponto.

Então, eu acho que essa preocupação, Tostes, eu acho que... Eu não sei se houve entendimento de sua parte diferenciado, porque, assim, Romero está mais do que consciente de que não tem como reescrever algo que não está, inclusive, no projeto que saiu aqui do Senado. Então, eu acho que isso eu não vejo dessa maneira.

Outro aspecto para que quero chamar a atenção, aqui, e isso vale até para o Ministério da Fazenda, que é uma das coisas até para a gente demonstrar, é que há uma necessidade de acelerar o passo em relação aos próprios fundos e à definição dessa questão da unificação do ICMS, tem a ver com um elemento crucial, hoje,

na economia, que é a questão de energia. Essa é a área, eu diria, mais delicada e a área que, inclusive, os Estados – estão aqui os secretários –, os secretários de Fazenda, todos, têm um verdadeiro arrepio quando a gente fala em mexer na questão, inclusive, da arrecadação que vem da energia. É uma das maiores fontes de arrecadação e é, também, a maior fonte de problemas do Governo Federal hoje.

Portanto, essa medida de que nós estamos tratando aqui, hoje, é uma medida que vai poder equalizar. Por isso a compensação das perdas cumpre um papel importante no encaixe, porque, se for assim, eu diria até no outro sentido, ouviu Tostes, nenhum Estado vai topar a unificação do ICMS, para não abrir mão da arrecadação de dois setores, por exemplo, decisivos: telecomunicações e energia. Talvez, sem medo de errar aqui, são as duas maiores fontes e com uma diferença – eu até brinquei hoje, de manhã, na Comissão de Infraestrutura –, porque a arrecadação de energia é melhor do que pescar de bomba no aquário. Porque dali você tira tranquilamente. É diferente, meu caro Manoel, de eu montar uma estrutura de Fazenda para fiscalizar no destino, por exemplo, bebida. E eu dei o exemplo hoje, de manhã, de uma bodega no interior da Bahia em que o cara venda bebida lá, mesmo que ela saia de onde saiu, eu não tenho como e nem estrutura para fazer isso.

Então, portanto, a modificação – e tendo o destino como principal ponto – é o que nos vai dar a garantia exatamente de trazer para essa arrecadação o que, supostamente, eu teria perdido com a arrecadação à alta alíquota nos setores que eu considero como setores mais fáceis de se arrecadar, ou seja, seria exatamente – conforme sua última fala – botar para dentro da arrecadação aquilo que hoje não está, e que não é um volume pequeno. Não é um volume pequeno. Por exemplo, todos os produtos que transitam, mais ou menos parecidos com esse exemplo que dei aqui agora – e que são uma infinidade –, eles passariam agora, exatamente, para o processo de arrecadação. Ou seja, incorporariam, digamos assim, o meu contesto de perspectiva de arrecadação.

Acho que é mais uma questão para a gente chamar a atenção do Governo Federal. Eu resolvo um problema federal. O Governo está falando muito de como se livrar dos encargos nessa área de energia, que hoje fala de algo acima de R$50 bilhões, todos esses processos envolvendo a desoneração, envolvendo a questão de tarifa e uma série de coisas. Mas é bom lembrar que uma parcela expressiva da energia fica, exatamente, nos cofres, depositada nos cofres de Estados.

Portanto, essa é uma coisa que o Governo tem de correr para acelerar, até porque o Governo também está falando em incentivar ou isentar, inclusive, as novas iniciativas nessa área de energia, que é outra confusão também – acho – que os Estados têm feito – e é também uma insistência nossa. Se eu quiser cobrar 12% ou 17% disso, eu não estou cobrando nada! Não existe. Então, prefiro ir para a cobrança, ainda que 7% ou 4% disso, de algo que, efetivamente, vou ter, e não 12% do que eu não tenho.

Então, chamo a atenção disso, porque acho que é importante que o Ministério possa conceber a necessidade de acelerar esse processo.

Quando eu falei aqui que não tenho muita expectativa para junho, é por conta até do fechamento desses dados. Não estou aqui jogando nenhuma desconfiança. Eu até disse isso ao Ministro Joaquim Levy aqui no Senado, de forma muito enfática. Ele assumiu um compromisso com a gente, em dezembro, de que tocaria nessa discussão depois do carnaval. E eu não estou querendo esperar o carnaval de 2016! Eu acho que não vai ter a menor condição, mas, também, não quero aqui admitir que essa coisa, no sufoco do corre-corre, a gente termine aprovando algo que dê, inclusive, margem para interpretação dessa natureza. Então, o fundamental é que a gente assuma o compromisso com junho, mas tendo clara a necessidade de dispensar todos os tipos, aliás, colocar à disposição todos os recursos para a gente ir buscar as informações e ter, efetivamente, a capacidade de fazer isso.

Se eu estou colocando junho como elemento para essa definição, eu estou insistindo aqui – até com meu amigo Delcídio –, porque, em junho, nós teremos ainda a necessidade de aprovar uma LDO. Vai ser o período em que nós vamos trabalhar aqui, talvez, de certa maneira, o fim desse pacote de medidas provisórias. Havia, ainda, a proposta do Governo de mexer, de voltar a patamares anteriores, na questão da desoneração; tem em curso o debate sobre as novas concessões. Então, são todos os elementos que vão conviver com o fechamento de nossa LDO aqui e com o próprio recesso Parlamentar.

Portanto, é importante que tenhamos, nesse horizonte, as dificuldades naturais, para que não cometamos depois o equívoco de dizer: "Não deu, não deu". E vamos entrando em uma seara de prazos que não podemos cumprir e terminamos jogando isso para 2016.

Assim, acho que era fundamental, meu caro Wellington, que tanto esta Comissão quanto a CAE, nesta conversa da semana que vem com o Ministro Levy, tivéssemos condições de, efetivamente, dizer qual é o prazo factível, qual é a condição ideal para dizermos o seguinte: vamos trabalhar a aprovação da resolução? Vamos ver quando o Governo pode, concretamente, mandar a proposta dos fundos? Até para podermos fazer as coisas casadas, porque se terminar em junho, quando o Governo vai mandar a proposta dos fundos para cá? Em agosto? Aí, eu aprovo a resolução aqui, para esperá-la chegar em agosto, para se tentar fazer o debate em agosto, setembro e outubro, para se tentar aprovar uma matéria dessa natureza?

Em agosto, o Governo também enviará o novo Orçamento, de 2016, que a partir inclusive do que vai sair, no dia 21 ou 22, eu terei uma outra perspectiva! Estou encerrando um PPA, portanto, o nosso mal é que discutimos as coisas de forma descasada. Não há conexão, e essa foi uma das coisas pelas quais eu mais briguei com o Ministério do Planejamento.

Eu fui o Relator do PPA! O Relator do PPA atual fui eu! Eu travei o maior pau aqui, dentro do Congresso Nacional, porque Senadores e Deputados queriam fazer 3 mil programas! Eu me deparei com essa situação na Bahia, comprei briga com todos os secretários e saí de lá, como diz o outro, inimigo de tudo o que foi secretário de Estado. "Meu irmão, olha aqui, ninguém vai fazer um orçamento por dia aqui comigo. Acabou essa história! Ou a gente tem eixo, tem programa..." E reduzir! Eu dizia ao Governador Jaques Wagner: "Eu não acredito em mil prioridades! Isso não existe!" Aqui nós tínhamos 3 mil prioridades apresentadas para o PPA. Estão doidos? O PPA saiu com 65, e eu não sei se fizemos 50!

Portanto, não dá para fazer esse negócio sem olhar o que vai acontecer, senão ficamos brincando aqui: aprova um negócio e o Governo me manda um Orçamento que não contempla o que eu acabei de votar! Aí vamos chegar ao final do ano, e vem o Levy para cá de novo, dizendo: "Pelo amor de Deus, não votem isso e não votem aquilo!"

Eu estou raciocinando muito com a cabeça, sei que muita gente diz que eu sou muito cartesiano, eu me acostumei a vida inteira com isso. Trabalhei a vida inteira em área de planejamento, execução, operação, mas não dá para dar um passo adiante sem pensar no que eu vou fazer amanhã! Portanto, essas coisas são encaixadas, principalmente envolvendo essas peças e, principalmente, meu caro Manoel, em um período de crise.

A brincadeira foi exatamente esta: quando mandaram a MP para cá, no final de 2012, era no contexto daquela saraivada de medidas provisórias. Se alguém quiser, pegue as notas taquigráficas ali e vá ouvir o que eu disse lá no plenário do Senado. Se nós aprovamos, nos quatro anos – nos quatro anos –, todo ano tinha medida provisória sobre negócio de exoneração, incentivo, não sei o quê. Foram vinte e tantas medidas provisórias. Alguma coisa está errada nisso!

Quer ver um negócio: dívida no campo. Nós aprovamos aqui quatro medidas provisórias, nos quatro anos. Isso não pode estar certo! Não há como! Aí o cara já não cumpre a primeira, tem que se fazer a segunda, agora já estamos na terceira, e ainda estão brigando com o Banco do Nordeste, porque o Banco do Nordeste disse estar faltando regulamentação.

"Mas, desgraçado, veio a regulamentação da primeira você conseguiu fazer, agora você está dizendo que está fazendo a da quarta? Vai enrolar outro!"

Então, pronto. É essa falta de conexão que, espero, tenhamos condição de conversar com a Fazenda, na próxima semana, para dizer assim: "Venha cá, vai ter eixo esse negócio? Há uma espinha dorsal?" Porque se for nessa leva de que vai pendurando, pendurando, pendurando, pendurando, pendurando... Isso aí não é varal, em que eu saio pendurando um bocado de pano velho molhado para ver se o vento bate e seca.

Se houver esse eixo, eu estou dentro; se não houver, eu prefiro ir para a linha e aí vou dizer, sinceramente, Wellington: eu prefiro ir para a linha do enfrentamento. Vota essa droga no Plenário, vamos votar e vamos enfrentar o Governo! Ou há eixo, ou eu prefiro ir pelo outro caminho.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, foi-nos passada a Carta de Natal, do Nordeste, para que eu pudesse ler. É um pouco extensa, mas há alguns pontos importantes.

Vejam a Carta de Natal na íntegra:

III ENCONTRO DOS GOVERNADORES DO NORDESTE

CARTA DE NATAL

Reunidos em Natal, Rio Grande do Norte, os Governadores do Nordeste, com a participação do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Joaquim Levy e do Ministro para Assuntos Estratégicos, Dr. Roberto Mangabeira Unger, somam esforços em prol de uma agenda de desenvolvimento nacional e regional, que contempla as seguintes aspirações:

1. AJUSTE FISCAL

- Apoiam as medidas de ajuste fiscal do Governo Federal, a fim de recuperar a capacidade de investimento e acelerar o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

- Defendem o fim das renúncias fiscais concedidas pela União com receitas estaduais. Os Estados brasileiros sofreram grandes perdas em razão de desonerações fiscais federais.

- Ressaltam que a política de ajuste fiscal não pode representar o bloqueio de recursos essenciais ao desenvolvimento dos Estados nordestinos [claro que aí cabe para todos .]

2. DESONERAÇÃO DO ICMS SOBRE BENS DE CAPITAL

- Incentivo à modernização e competitividade da indústria nacional, propiciando crescimento e revertendo a retração da economia.

3. ALÍQUOTAS INTERESTADUAIS DO ICMS.

Todos os Governadores, unindo esforços em prol de uma convergência visando ao fortalecimento da integração regional como fator fundamental de competitividade acordam, por unanimidade, em aderir às regras insculpidas no Convênio ICMS 70/14, desde que seja promulgada emenda constitucional que promova a criação de um fundo de desenvolvimento regional, com recursos da União, vinculados constitucionalmente, considerados como transferências obrigatórias mensais e antecipadas, não sujeitas a contingenciamento, por um prazo de 20 anos, sendo 50% entregues aos Estados e ao Distrito Federal para custear os programas dos Governos estaduais.

4. CONVALIDAÇÃO DE BENEFÍCIOS

- É imperiosa a convalidação dos benefícios e/ou incentivos fiscais e/ou financeiros concedidos, de modo a respeitar os contratos celebrados, e assim restabelecer a segurança jurídica necessária à atração de novos investimentos [que foi muito falado aqui, não é?]

- Apoio ao PLP 54/2015, em tramitação na Câmara dos Deputados, que teve origem no PLS 130/2014, já aprovado pelo Senado, e que dispõe sobre a matéria.

5. EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS / INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DOS ESTADOS

- Assegurar a continuidade das operações de crédito, que são fundamentais para os Estados tocarem projetos já planejados e os que estão à espera de recursos.

- Não perder os investimentos em infraestrutura, essenciais ao desenvolvimento econômico e social da Região.

- Reivindicamos investimentos na infraestrutura e logística do Nordeste: rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, visando ao fortalecimento da integração regional como fator fundamental de competitividade e a inclusão de estudos que viabilizem a implantação de uma malha aeroviária da Região; para isto solicita-se:

a) Autorização do Tesouro Nacional às solicitações de empréstimos feitas por Estados [tudo isso depende do ajuste, não é?

- Pleiteamos a continuidade dos investimentos federais nos estados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa, Minha Vida.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

- Apoiamos a utilização de parte dos recursos de depósitos judiciais e administrativos de processos em andamento.

7. AÇÕES DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA

- Disponibilização de recursos orçamentários para obras hídricas necessárias ao combate aos efeitos da seca, tais como: construção de adutoras, instalação de poços e retorno dos carros-pipa aos municípios, assegurando o fornecimento de água a populações atingidas pela seca no semiárido.

8. DÍVIDAS DOS ESTADOS

- Compromisso do Governo Federal que, se houver folga de caixa, celebre antes de 31 de janeiro de 2016 os aditivos contratuais, com a correspondente devolução dos valores pagos a mais, inclusive daqueles já liquidados, em razão dos descontos sobre o saldo devedor das dívidas com base no novo limitador da evolução da dívida, a taxa básica de juros (Selic), priorizando a regulamentação com ressarcimento aos Estados credores.

9. UNIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Adotar como prioridade nacional o combate à violência na Região Nordeste.

- Pleiteamos a redefinição do papel da União com a construção de uma política nacional que contemple a modernização das Forças de Segurança (Polícias Militar, Civil e Bombeiros) dos Estados, bem como a elaboração de um plano nacional integrado de combate às drogas e armas, e a imediata implementação do Programa Crack: é Possível Vencer, que, apesar de anunciado pelo Governo Federal, ainda não foi totalmente implantado, bem como a criação do Fundo Complementar para a segurança pública.

10. INVESTIMENTOS NA SAÚDE

- Solicitamos prioridade nacional na recuperação da saúde pública dos Estados nordestinos.

- Defendemos novas fontes de financiamento para a saúde que garantam a elevação do patamar de atendimento à população, que tem se tornado cada vez mais difícil, bem como a ampliação dos serviços contemplados com as atuais fontes de financiamento.

- O Governo Federal e o Congresso Nacional precisam abrir uma discussão que traga recursos financeiros para o custeio do Sistema Único de Saúde, com o direcionamento prioritário dos recursos para a Média e Alta Complexidade, possibilitando eficiência com a implantação de novas formas de gestão.

11. FUNDOS PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO

- Defendemos a autonomia dos Estados para decidir sobre seus fundos previdenciário e financeiro. Para tanto, a portaria MP 403/08 deve ser alterada.

12. DESONERAÇÃO DO PIS E CONFINS SOBRE O FATURAMENTO DAS COMPANHIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO BÁSICO [que não são todos.]

13. POLÍTICA DE MANUTENÇÃO DA ATRATIVIDADE DE INVESTIMENTOS

- Defendemos a existência de instrumentos diferenciados de incentivos com objetivo de construir políticas públicas regionais que aproximem e desenvolvam os Estados nordestinos, criando um novo ciclo de industrialização.

- Em nome de um combate a uma suposta guerra fiscal, não se pode deixar toda uma região sem instrumentos legítimos e necessários para atrair e manter empresas, preservando e aumentando o comprovado potencial econômico do Nordeste.

- Garantir na aplicação dos recursos dos bancos oficiais a proporcionalidade entre o volume dos recursos aplicados e a população de cada região.

14. COMBATE À CORRUPÇÃO

- Apoiamos as investigações dentro do Estado de direito e o combate incessante à corrupção, com a punição de todos os culpados em quaisquer casos. Porém, entendemos que o Brasil não pode ser o País da agenda negativa e única. É preciso convergir esforços para superar os problemas e construir soluções que coloquem o País num cenário de crescimento, competitividade, aumento e distribuição de riquezas. O Brasil precisa de uma nova agenda política e econômica.

Eu quero aqui agradecer também aos Consultores José Patrocínio da Silveira, Josué Alfredo Pellegrini e Daniel Melo Nunes de Carvalho, que nos ajudaram e têm nos orientado; ao Tostes, representando todos os Secretários; ao Senador Walter Pinheiro, e também ao Manoel Nazareno. Eu não só agradeço, mas, Senador Walter, quero pedir o empenho de V. Exª para que possamos fazer esse trabalho a todas as mãos.

Eu acho que acaba essa questão da convalidação, como já foi colocado. Não dá para discutir isso neste relatório, não há nem como incluir, mas acredito que a discussão tem de ir convergindo.

Por isso, eu acredito que a reunião na semana que vem com o Ministro, que está conversando sobre todos os setores, será fundamental. Eu gostaria de convidar para a reunião da terça-feira, dia 19, com o Ministro, também um representante dos secretários. É uma decisão de vocês indicar um representante, porque acho fundamental. Eu já convidei aqui também o Dr. José Barroso Tostes para que esteja conosco também.

Eu quero agradecer a presença de todos que aqui estiveram.

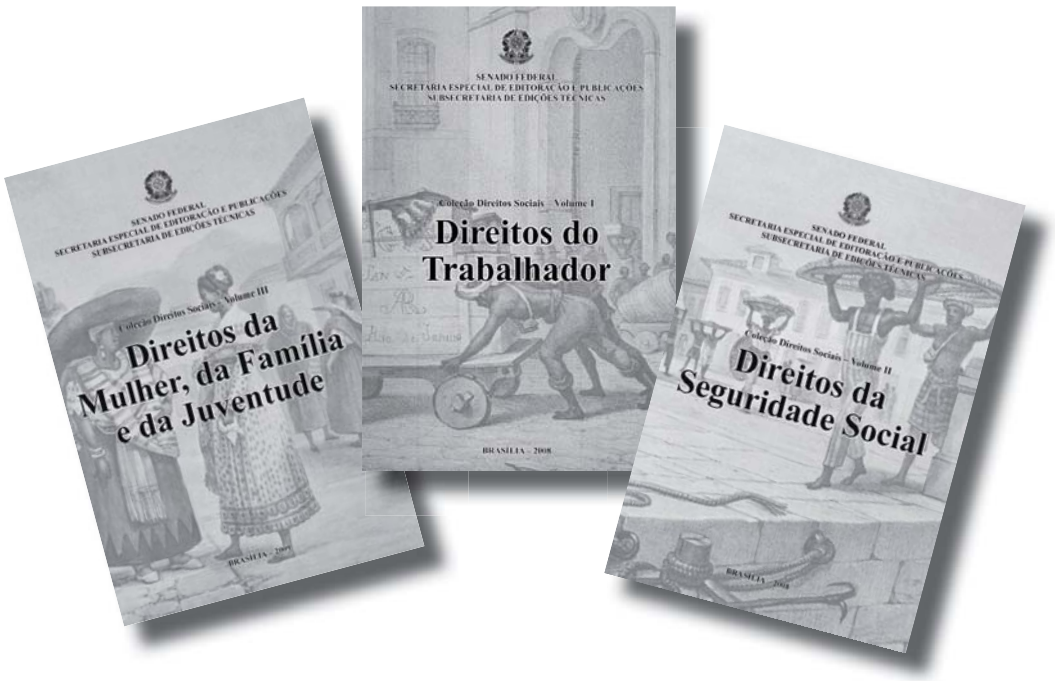
Antes de encerrar a reunião, convido a todos para a reunião com audiência pública com a presença do Ministro da Integração Nacional no dia 20 de maio de 2015, na semana que vem, às 9h, aqui, no plenário 07.

Nada mais havendo a tratar, ainda agradecendo o Senador Walter por ter transferido a sua reunião do Rio de Janeiro, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.)

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 514 páginas

(O.S. 12722/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL